

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A “MEMÓRIA DO IMPÉRIO” OU O “IMPÉRIO DA MEMÓRIA”
A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO PORTUGUÊS
ULTRAMARINO
(1930-1974)

Vera Félix Mariz

Orientadora: Prof. Doutora Maria João Quintas Lopes Baptista Neto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História,
especialidade em Arte, Património e Restauro

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



A “MEMÓRIA DO IMPÉRIO” OU O “IMPÉRIO DA MEMÓRIA”
A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO PORTUGUÊS
ULTRAMARINO
(1930-1974)

Vera Félix Mariz

Orientadora: Prof. Doutora Maria João Quintas Lopes Baptista Neto

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, especialidade em Arte, Património e Restauro

Júri:

Presidente: Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e Director da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Doutor António Manuel Nunes Pereira, Professor Associado do Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário;
- Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutora Maria João Lopes Baptista Neto, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientadora;
- Doutor Ernesto Saturnino Dá Mesquita Castro Leal, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutora Clara Maria Martins de Moura Soares, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, SFRH/BD/75729/2011.

Em memória do meu avô, António Félix.

*Não é a pedra.
O que me fascina
é o que a pedra diz.*

*A voz cristalizada,
o segredo da rocha rumo ao pó.*

*E escutar a multidão
de empedernidos seres
que a meu pé se vão afeiçoando.*

*A pedra grávida
a pedra solteira,
a que canta, na solidão,
o destino de ser ilha.
O poeta quer escrever
a voz na pedra.
Mas a vida de suas mãos migra
e levanta voo na palavra.*

Uns dizem na pedra nasceu uma figueira.

Eu digo: na figueira nasceu uma pedra.

*Mia Couto, “Ilha de Moçambique”, idades,
cidades, divindades, 2008.*

RESUMO

O presente estudo incide sobre a evolução da salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino entre 1930 e 1974, época marcada por uma forte componente colonial do *Estado Novo*, pelo pleno entendimento dos monumentos enquanto testemunhos da grandiosidade da Nação e pela sua utilização como instrumentos de propaganda e legitimadores de um alegado direito histórico de descobrir, conquistar, ocupar e colonizar.

Tendo presente estes três aspectos, pretendemos compreender as características desta(s) realidade(s) paralela(s) ao universo dominado pela portentosa Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Assim, geograficamente movemo-nos entre Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa, Macau e Timor, os territórios do dito *Império Colonial Português*.

A partir do ano de 1958 e da publicação do Decreto nº41 787 a salvaguarda dos monumentos nacionais destas províncias ultramarinas passou para a tutela do Ministério do Ultramar. A Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações deste ministério seria, a partir de então, responsável pelo inventário, classificação e orientação de obras de conservação e restauro naqueles monumentos. No entanto não estamos perante um universo exclusivamente marcado pela acção deste organismo, pois em algumas províncias ultramarinas, além de serviços de Obras Públicas responsáveis pela execução de intervenções em monumentos nacionais, existiam comissões especializadas. Referimo-nos à Comissão Permanente de Arqueologia da Índia Portuguesa, à Comissão de Monumentos Provinciais/Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola e à Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, organismos criados nos anos de 1895, 1922/1942 e 1943, respectivamente.

Assim, ao longo desta dissertação identificamos, examinamos e comparamos percepções e atitudes de organismos públicos e privados, de indivíduos e de grupos, programas de preservação e valorização, bem como práticas e critérios de conservação e restauro.

A nossa intenção é revelar a existência de uma realidade simultaneamente marcada por laivos de continuidade e esforços pioneiros que nos permita ter um conhecimento mais acertado das práticas e políticas de salvaguarda patrimonial promovidas dentro dos limites temporais estabelecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Património arquitectónico; Conservação e restauro de monumentos nacionais; *Estado Novo*; Colonialismo; Propaganda.

ABSTRACT

The present study focuses on the evolution of the safeguard of Portuguese overseas architectural heritage between 1930 and 1974, period marked by the *Estado Novo*'s strong colonial component, by the full understanding of monuments as testimonies of the Nation's greatness and by its use as instruments of propaganda and legitimisers of an alleged right to discover, conquer, occupy and colonize.

Bearing in mind these three aspects, we aim to understand the characteristics of this/these parallel reality/realities to the universe dominated by the portentous General-Directorate of National Buildings and Monuments. Thereby, geographically we move between Cape Verde, São Tomé and Príncipe, Guinea, Angola, Mozambique, Portuguese India, Macau and Timor, the territories of the so-called *Portuguese Colonial Empire*.

After the year 1958 and the publication of the Decree nº41 787 the national monuments of these overseas provinces became under the aegis of the Ministry of Overseas. The General-Directorate of Public Works and Communications of this ministry would be, from that time, responsible for the inventory, classification and guidance of conservation and restoration works on those monuments. However, we are not facing a universe exclusively marked by the action of this institution, because in some of the overseas provinces, in addition to the departments of Public Works responsible for the execution of interventions on national monuments, there were specialized commissions. We refer to Portuguese India's Permanent Commission of Archaeology, Angola's Commission of Provincial Monuments/Commission of National Monuments and Mozambique's Commission of National Monuments and Historical Relics, institutions created in 1895, 1922/1942 and 1943.

Therefore, throughout this dissertation we identify, examine and compare perceptions and attitudes of public and private bodies, of individuals and groups, preservation and valorisation programmes, as well conservation and restoration practices or criteria.

We aim to reveal the existence of a reality simultaneously marked by hints of continuity and pioneering efforts that allow us to gain more and better knowledge of the heritage practices and policies promoted within the established time limits.

KEYWORDS: Architectural Heritage; Conservation and restoration of national monuments; *Estado Novo*; Colonialism; Propaganda.

ABREVIATURAS E SIGLAS FREQUENTES

ACTDC/IICT = Arquivo Científico Tropical/ Instituto de Investigação Científica Tropical

ADGEMN = Arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

AFMS = Arquivo da Fundação Mário Soares

AHNCV = Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde

AHOP = Arquivo Histórico das Obras Públicas

AHPL = Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

AHSTP = Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe

AHU = Arquivo Histórico Ultramarino

AINPC = Arquivo do Instituto Nacional do Património Cultural de Angola

ANBA = Academia Nacional de Belas Artes

ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AOS = Arquivo Oliveira Salazar

ARPAC = Arquivo do Património Cultural

ASC = Arquivo dos Serviços de Cooperação

Cf. = Confrontar

cit. = citado

CLSTP = Comité pela Libertação de São Tomé e Príncipe

CMN = Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola

CMRHM = Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique

CMP = Comissão de Monumentos Provinciais de Angola

coord. = coordenação

CPA = Comissão Permanente de Arqueologia

cx. = caixa

DGEMN = Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGOPC = Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações

dir. = direcção

doc., docs. = documento, documentos

DSUH = Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação

FCG = Fundação Calouste Gulbenkian

FCMN = Fundo da Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola

FFB = Fundo Fernando Batalha

fl., fls. = fólio, fólhos

FLB = Fundo Luís Benavente

FLING = Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné

FMAC = Fundo Mário e Alice Chicó

FMS = Fundação Mário Soares

GUU = Gabinete de Urbanização do Ultramar

il. = ilustrado

JMGIC = Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais

MLG = Movimento de Libertação da Guiné

MLGCV = Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde

ONU = Organização das Nações Unidas

OP = Obras Públicas

op. cit. = *opus citatum*

p., pp. = página, páginas

PAIGC = Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

pe. = padre

PIDE = Polícia Internacional e de Defesa do Estado

pt., pts. = pasta, pastas

s/d = sem data

s.l. = sem local

s.n. = sem nome

s/p = sem página

s/pt = sem pasta

s/n = sem número

SNI = Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

SPN = Secretariado de Propaganda Nacional

UPA = União dos Povos de Angola

vol., vols. = volume, volumes

AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de gratidão são obrigatoriamente dirigidas à Professora Doutora Maria João Neto pelo apoio, confiança e entusiasmo demonstrados desde o tempo em que orientou a minha dissertação de mestrado. No decurso da presente etapa continuou a demonstrar total interesse e disponibilidade para partilhar os seus conhecimentos e experiência, bem como para orientar este novo estudo, corrigindo-o e enriquecendo-o de forma incansável.

Dirijo também o meu agradecimento especial à Professora Doutora Clara Moura Soares e ao Professor Doutor Vítor Serrão pelas frequentes palavras de encorajamento. Simultaneamente manifesto o meu apreço por todos os docentes que contribuíram para a minha formação no seio do ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa desde os tempos da licenciatura. Assim, agradeço particularmente aos professores Fernando Grilo, Luís Urbano Afonso, Luís Aires de Barros, Mário Avelar, António João Cruz e J. M. Simões Ferreira. Dirijo ainda um agradecimento especial a outros docentes desta casa cujas aulas me marcaram para sempre pela forma como educaram o meu pensamento acerca dos temas da História e Cultura Contemporânea: o Professor Doutor Ernesto Castro Leal e o Doutor João Medina.

A minha gratidão vai também para todos aqueles que me auxiliaram aquando das pesquisas realizadas nas diversas bibliotecas e arquivos frequentados ao longo destes quatro anos de trabalho. A este nível interessa-me destacar o empenho da Dra. Manuela Portugal do Arquivo Histórico Ultramarino que me facilitou a consulta do fundo da Direcção-Geral de Obras Públicas do Ministério do Ultramar quando o instrumento de acesso da documentação textual ainda não estava disponível ao público. Dirijo o meu apreço também ao arquitecto António Marques Miguel pelo entusiasmo com que me recebeu na Academia Nacional de Belas Artes, tendo possibilitado sem qualquer entrave a consulta do espólio inédito do arquitecto Fernando Batalha. Refira-se, no entanto, que esta pesquisa não teria sido possível sem o auxílio da Dra. Andreia Silva e do Dr. Pedro Fernandes que prontamente realizaram um trabalho de organização e pré-inventário desta documentação. Estas pesquisas foram também muito facilitadas pelo empenho do Doutor Ziva Domingos e da Dra. Maria da Piedade Jesus do Arquivo do Instituto Nacional do Património Cultural de Angola, bem como pela Dra. Anabela Barroso, directora do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe.

Também não esqueço as informações cedidas pelo arquitecto Alexandre Brás Mimoso acerca dos monumentos de Cabo Verde ou a disponibilidade demonstrada pela esposa e filha do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca. Sinto-me igualmente agradecida pelos contactos que tive com o

arquitecto Fernando Batalha e a ele dirijo o meu elogio póstumo pelo contributo incomparável dado para a salvaguarda do património de Angola.

Sinto a necessidade de dirigir um agradecimento especial ao sempre amável Dr. Alfredo Caldeira da Fundação Mário Soares com quem privei ao longo deste percurso discutindo o inesgotável mundo dos temas relacionados com o colonialismo português.

A disponibilidade e gentileza do engenheiro António Machado marcaram este meu percurso sobretudo aquando das estadias em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Pela companhia, pelas conversas, pelos passeios, pelos jantares e pelas sessões de *morna*, muito obrigada. Este meu reconhecimento estende-se também para a Mafalda pela sua simpatia e auxílio na exploração das maravilhas de São Tomé e Príncipe. A estadia em Luanda tornou-se imensamente mais agradável graças ao contacto com a Dra. Rita Laranjinha e por esse motivo estou eternamente agradecida. Estendo estas palavras de gratidão também ao Pascoal, à Anabela e ao Baptista pelo inesquecível périplo por Angola e ao Pedro Pimentel pela simpatia com que me acolheu em Benguela. Muitos destes relacionamentos não teriam sido possíveis sem a intervenção do meu querido amigo Manuel Correia, incansável na sua missão de facilitar as minhas estadias em África. Agradeço também ao Luís Moreira pela amabilidade com que me recebeu em Moçambique, e em particular pela viagem ao Kruger National Park na África do Sul, uma experiência inolvidável. De resto, sem a amizade da “tia” Gracinha e do Manecas esta ligação não teria sido possível e por isso – e muito mais – estou eternamente grata.

Foi um absoluto privilégio partilhar este percurso com alguns colegas e amigos mais próximos. Obrigada aos colegas José Carneiro, Margarida Montenegro, Miguel Cabral Moncada, Lúcia Marinho, Inês Florindo e aos amigos Gonçalo Pitaça, Leonor e Chica Pereira dos Santos, Chica Sousa, Vera Costa, Catarina Ricciardi e Milai. Um agradecimento especial é também inteiramente merecido pela Alice Nogueira Alves pelo apoio e amizade rapidamente construída ao longo deste último ano.

Por fim, mas sabendo que vêm sempre em primeiro, aos meus tão amados pais, avós, irmã e restante família agradeço o apoio, crença e paciência. Ao Miguel, meu querido marido, agradeço por tudo porque contigo tudo é infinitamente melhor. O derradeiro agradecimento é dirigido à Camila que – embora como cadela que é possivelmente não o saiba – foi quem acompanhou mais de perto a concretização deste trabalho.

ÍNDICE

Resumo/Palavras-chave	7
Abstract/Keywords.....	9
Abreviaturas e siglas frequentes.....	11
Agradecimentos	15
Introdução.....	35
I UM MODELO DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL À IMAGEM DA METRÓPOLE?	63
1.1 A ideologia colonial e o valor memorial do património arquitectónico ultramarino	64
1.2 O mundo além da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.....	107
1.2.1 A evolução do regime jurídico do património arquitectónico ultramarino	107
1.2.2 Os princípios subjacentes às intervenções	128
1.2.3 Os estaleiros de obra	134
1.3 O papel dos governadores	145
1.4 O papel da Igreja	155
1.5 O papel das entidades particulares.....	167
1.6 Um só modelo para todos os territórios portugueses ultramarinos	175
II A VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS ULTRAMARINOS: CIRCUNSTÂNCIAS E ATITUDES	199
1. O caso de São Tomé e Príncipe	200
1.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência	201
1.2 São Tomé e Príncipe no contexto da política colonial do <i>Estado Novo</i>	206
1.3 Programas, práticas e critérios durante o <i>Estado Novo</i>	210
As iniciativas do governador Ricardo Vaz Monteiro nos anos 30 e 40	211
O contributo do Gabinete de Urbanização do Ultramar	215
As missões do arquitecto Luís Benavente.....	219
1.4 As intervenções em monumentos nacionais.....	228
1.5 O caso da igreja da Madre de Deus	241
2. O caso de Cabo Verde	262
2.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência	262
2.2 Cabo Verde no contexto da política colonial do <i>Estado Novo</i>	267
2.3 Programas, práticas e critérios durante o <i>Estado Novo</i>	276
A situação antes dos anos 60	276
Os reflexos imediatos do Decreto nº41 787 de 1958	285
O programa liderado por Luís Benavente	291
2.4 As intervenções em monumentos nacionais.....	306
2.5 O caso da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.....	313
3. O caso da Guiné Portuguesa	329

3.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência.....	329
3.2 A Guiné Portuguesa no contexto da política colonial do <i>Estado Novo</i>	331
3.3 Programas, práticas e critérios durante o <i>Estado Novo</i>	338
As missões do arquitecto Luís Benavente	338
3.4 O caso da fortaleza de São José da Amura	341
4. O caso de Angola	363
4.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência.....	364
4.2 Angola no contexto da política colonial do <i>Estado Novo</i>	376
4.3 Programas, práticas e critérios durante o <i>Estado Novo</i>	384
Alguns antecedentes oitocentistas	384
A Comissão de Monumentos Provinciais	387
A Comissão dos Monumentos Nacionais e a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais	393
4.4 As intervenções em monumentos nacionais	415
4.5 O caso da igreja de Nossa Senhora do Carmo	450
5. O caso de Moçambique	468
5.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência.....	469
5.2 Moçambique no contexto da política colonial do <i>Estado Novo</i>	479
5.3 Programas, práticas e critérios durante o <i>Estado Novo</i>	486
Contributos anteriores à criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas	486
A actividade da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas	490
5.4 As intervenções em monumentos nacionais	515
5.5 O caso da igreja e hospital da Misericórdia	535
6. O caso da Índia Portuguesa	559
6.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência.....	560
6.2 A Índia Portuguesa no contexto da política colonial do <i>Estado Novo</i>	573
6.3 Programas, práticas e critérios durante o <i>Estado Novo</i>	582
Alguns antecedentes oitocentistas	582
A Comissão Permanente de Arqueologia.....	585
A actividade da Comissão Permanente de Arqueologia após a sua reestruturação ...	595
Os trabalhos da “Missão de Restauro” de Baltazar Castro e da secção de Edifícios das Obras Públicas no âmbito das comemorações xaverianas	611
A missão da Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa.....	616
O plano de reintegração de Velha Goa	624
A Comissão Permanente de Arte, História e Arqueologia	632
A missão de Luís Benavente	634
6.4 As intervenções em monumentos nacionais	639
6.5 O caso da igreja e casa professa do Bom Jesus.....	661
7. O caso de Macau	682
7.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência.....	682
7.2 Macau no contexto da política colonial do <i>Estado Novo</i>	695
7.3 Programas, práticas e critérios durante o <i>Estado Novo</i>	702
A acção dos Serviços de Obras Públicas e da Igreja Católica	702

As comissões temporárias para a salvaguarda do património arquitectónico de Macau	710
As propostas dos arquitectos José Celestino da Silva Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro de Almeida	729
As missões (não concretizadas) do arquitecto Luís Benavente	739
A missão do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca	744
7.4 As intervenções em monumentos nacionais	753
7.5 O caso da sé catedral e do paço episcopal	767
8. O caso de Timor	786
 III OS PROTAGONISTAS	799
1. Joaquim Santiago Areal e Silva	801
2. Baltazar da Silva Castro	804
3. Martinho Humberto dos Reis	809
4. Fernando Batalha	815
5. Luís Benavente	828
6. Pedro Quirino da Fonseca	848
 IV AS IMAGENS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO ULTRAMARINO	859
1. Exposições coloniais	860
2. Em periódicos	877
3. Em selos, numerário e medalhas	889
4. Em pintura e desenho	910
 Considerações finais	918
 Fontes e Bibliografia	941

ÍNDICE DE IMAGENS¹

Imagem 1 Hastear da bandeira nacional na fortaleza de São Miguel de Luanda por ocasião das comemorações henriquinas, 1960. <i>Boletim Geral do Ultramar</i> nº420-421, 1960.	93
Imagem 2 O Tribunal da Ilha de Moçambique aquando da visita presidencial de 1939. <i>Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do Chefe de Estado à União Sul-Africana</i> , 1940.	98
Imagem 3 D. Manuel Gonçalves Cerejeira a orar antes da missa celebrada na fortaleza de São Miguel em Angola no ano de 1944. <i>Boletim Geral das Colónias</i> nº234, 1944.	99
Imagem 4 O presidente da República Américo Tomás na fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique, 1964. João Patrício, <i>Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe</i> , 1965.	99
Imagem 5 A população local envolvida no restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário da <i>Cidade Velha</i> , s/d [anos 60]. ANTT, FLB, cx. 145 A, pt. 1062, doc. 55.	142
Imagem 6 Modelo de impresso para o inventário dos monumentos nacionais ultramarinos, 1960. ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 20.	184
Imagem 7 Fachada da igreja do Bom Jesus, templo dotado de uma nave octogonal.	202
Imagem 8 Altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Conceição.	203
Imagem 9 A capela de Nossa Senhora do Bom Despacho vista da marginal.	204
Imagem 10 Interior da sé catedral.	205
Imagem 11 Vista da fortaleza de São Sebastião com uma face virada a terra, duas ao mar e uma para a praia PM.	206
Imagem 12 Fachada da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, templo restaurado a partir do ano de 1958 segundo projecto de Luís Benavente.	214
Imagem 13 Vista da nave da igreja da Madre de Deus sem cobertura e invadida por vegetação, c. 1956-1959. ANTT, FLB, cx.96, pt. 631, doc.7.	216
Imagem 14 Levantamento da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, 1959. ANTT, FLB, cx. 65, pt.449, doc. 28.	225
Imagem 15 A igreja de Nossa Senhora da Conceição antes do restauro do final dos anos 40, c. 1910. João Loureiro, <i>Postais antigos de S. Tomé e Príncipe</i> , 2005.	228
Imagem 16 A fachada da mesma igreja após o restauro de 1948-1949.	228
Imagem 17 Projecto de Luís Benavente para o restauro do interior da capela com os altares forrados de azulejos, 1960. ANTT, FLB, cx. 65, pt. 449, doc. 9.	231
Imagem 18 Pormenor da mesa de altar do lado do Evangelho.	231
Imagem 19 Definição da zona de protecção da capela do Bom Despacho, s/d. ANTT, FLB, cx. 86, pt. 8, doc. 2.	231
Imagem 20 A fachada da sé catedral antes da campanha de 1938-1944, c. 1928. João Loureiro, <i>Postais antigos de S. Tomé e Príncipe</i> , 2005.	235
Imagem 21 A sé catedral na actualidade com o aspecto conferido pelas intervenções realizadas durante o <i>Estado Novo</i>	235
Imagem 22 A fortaleza de São Sebastião com os paramentos negros e com o gradeamento que viria a ser retirado aquando da campanha dos anos 60, c. 1920. João Loureiro, <i>Postais antigos de S. Tomé e Príncipe</i> , 2005.	235
Imagem 23 Corte da fortaleza de São Sebastião, s/d. ANTT, FLB, cx. 70, pt. 490, doc. 1.	237
Imagem 24 Pormenor dos canhões virados para baixo, situação que na opinião de Luís Benavente deveria ter sido anulada aquando do restauro dos anos 60.	239
Imagem 25 Inauguração do obelisco comemorativo junto da fortaleza de São Sebastião, 1938. <i>Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola</i> , 1939.	240

¹ Salvo indicação em contrário as fotografias foram tiradas pela autora.

Imagem 26 Vista recente da fortaleza com o obelisco comemorativo da visita presidencial de 1938 que Luís Benavente quis deslocar.....	240
Imagem 27 A igreja da Madre de Deus localizada na estrada para a Trindade.....	241
Imagem 28 O pórtico em cantaria é o elemento mais interessante deste templo de origens quinhentistas.	241
Imagem 29 Pormenor do medalhão com busto feminino.	242
Imagem 30 Pormenor do medalhão com busto masculino.	242
Imagem 31 Pormenor do acrotério em forma de taça com fruta.	242
Imagem 32 Interior da igreja com tecto de maceira e o arco triunfal em cantaria.....	243
Imagem 33 O sarcófago de Catarina Gomes, falecida no ano de 1562.	244
Imagem 34 Pormenor da cobertura azulejar da mesa de altar do lado da Epístola.....	244
Imagem 35 Aspecto do interior da igreja, visto da entrada para o altar-mor, no final dos anos 50. AHSTP, doc. s/n.....	246
Imagem 36 Pormenor do estado do pórtico em cantaria antes do restauro, c. 1956-1958. AHSTP, doc. s/n.	249
Imagem 37 Levantamento do estado da igreja antes dos trabalhos de restauro, 1958. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 42.	252
Imagem 38 Projecto de Luís Benavente para a porta da entrada principal, 1959. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 24.....	254
Imagem 39 Pormenor do projecto de Luís Benavente para o altar-mor, 1959. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 19.....	254
Imagem 40 Projecto de Luís Benavente para a pia de água benta, 1959. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 14	255
Imagem 41 A concretização do projecto de Luís Benavente.	255
Imagem 42 Momento em que se ultimavam as obras da fachada principal, c. 1964. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 631, doc. 3.	259
Imagem 43 Vista da fachada virada a nordeste com o meio baluarte à direita e o baluarte de São Gonçalo à esquerda.	264
Imagem 44 A cisterna à direita e os vestígios das antigas construções à esquerda junto ao muro de pedra.....	264
Imagem 45 O pelourinho localizado no largo central da Ribeira Grande de Santiago.	265
Imagem 46 As ruínas da sé catedral em destaque entre o casario do bairro de São Sebastião.	265
Imagem 47 Vista da cidade da Ribeira Grande com a sé à direita com as duas torres na fachada. Francisco Travassos Valdez, <i>África Occidental: Notícias e Considerações</i> , 1864.....	266
Imagem 48 O estado de abandono e ruína da sé catedral na primeira metade do século XX, 1929. António Brásio, <i>Monumenta Missionária Africana</i> , 1963.	279
Imagem 49 Torre da igreja da Misericórdia em ruínas na primeira metade do século XX, 1929. António Brásio, <i>Missionária Africana</i> , 1963.	282
Imagem 50 Vista da praça da fortaleza real de São Filipe com a cisterna em destaque.	289
Imagem 51 Imagens religiosas – Nossa Senhora do Rosário, São Pedro e santo não identificado – encontradas na Ribeira Grande e levadas para a metrópole para serem restauradas. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 10.	297
Imagem 52 Projecto de reconstituição da capela de São Roque pelo arquitecto Luís Benavente, 1966. ANTT, FLB, pt. 2081, doc. 12.	307
Imagem 53 A capela de São Roque, na Rua Direita ao Forte, em ruínas na primeira metade do século XX, 1929. António Brásio, <i>Monumenta Missionária Africana</i> , 1963.	307
Imagem 54 A mesma capela com o aspecto conferido pela intervenção projectada por Luís Benavente. SIPA, Foto.00521914.	307
Imagem 55 Planta geral da fortaleza real de São Filipe, gizada por Luís Benavente com indicação das construções interiores, 1969. ANTT, FLB, pt. 2084, doc. 12.	309

Imagem 56 Projecto não concretizado para a casa do governador da praça, 1969. ANTT, FLB, pt. 2084, doc. 17.	310
Imagem 57 O estado de ruína da fortificação nos anos 40, portanto antes da intervenção projectada por Luís Benavente. <i>O Mundo Português</i> , vol. XI, 1944.	310
Imagem 58 A fortaleza na actualidade, observando-se à direita o meio baluarte e a entrada para a praça.	310
Imagem 59 Projecto de restauro do pelourinho pelo arquitecto Luís Benavente, 1962. ANTT, FLB, pt. 2085, doc. 1.	311
Imagem 60 Processo de montagem do pelourinho após o regresso da metrópole no ano de 1970. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 90.	311
Imagem 61 Aspecto do pelourinho antes da intervenção de Luís Benavente. Luís Chaves, “Por Além-Mar – Pelourinhos de África”, 1937.	312
Imagem 62 O pelourinho após o restauro e o seu regresso à Ribeira Grande. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 87.	312
Imagem 63 Levantamento da sé da Ribeira Grande, s/d [anos 60]. ANTT, FLB, pt. 2083, doc. 22.	313
Imagem 64 A igreja de Nossa Senhora do Rosário na Rua Carreira.	314
Imagem 65 Pormenor da torre cilíndrica, da torre sineira sem cobertura e da empena triangular.	314
Imagem 66 Pormenor da fachada sudeste com os respectivos contrafortes.	315
Imagem 67 O interior do templo de nave única com as lápides ao centro e a abertura ogival entaipada do lado esquerdo.	315
Imagem 68 Pormenor da abóboda nervurada da capela-lateral.	315
Imagem 69 Pormenor da lápide de D. Sebastião da Ascensão no interior do templo.	318
Imagem 70 Lápides emparelhadas de modo a formarem a escadaria de acesso ao adro da igreja.	318
Imagem 71 A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na primeira metade do século XX, 1929. António Brásio, <i>Monumenta Missionária Africana</i> , 1963.	319
Imagem 72 A entrada ou capela lateral desentapada, c. 1944. <i>O Mundo Português</i> , vol. XI, 1944.	320
Imagem 73 A mesma entrada ou capela entaipada, c. 1962. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 23.	320
Imagem 74 Levantamento do alçado principal e posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário antes da campanha de restauro, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 31.	321
Imagem 75 Projecto de Luís Benavente para o restauro do alçado principal e posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 44.	321
Imagem 76 Levantamento com corte longitudinal esquerdo e corte transversal no sentido do altar-mor antes do restauro, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 40.	322
Imagem 77 Corte longitudinal esquerdo e corte transversal no sentido do altar-mor após as obras de restauro projectadas por Luís Benavente, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 50.	323
Imagem 78 Interior da igreja com destaque para o antes e depois do restauro que implicou o levantamento dos azulejos da parte superior da parede na qual se encontra o púlpito e a capela/entrada entaipada. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 23.	326
Imagem 79 Pormenor de um padrão de 6x6 azulejos bastante usado no século XVII. Para a cercadura o azulejo utilizado parece ter sido o assinalado a verde, enquanto aquele possivelmente escolhido para o padrão está identificado a azul. Imagem cedida pela Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões, nº de inventário é P-17-00604.	326
Imagem 80 Vista parcial do alçado lateral da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 1981, sem o reboco que actualmente se observa. Fotografia cedida pelo arquitecto Alexandre Braz Mimoso.	327
Imagem 81 A fortaleza de Cacheu aquando da vista do governador Sarmento Rodrigues em Maio de 1945. Casa Comum (Fotografia do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, Pasta 07936.002.066).	339
Imagem 82 Planta da praça de São José de Bissau em Oitocentos. Francisco Travassos Valdez, <i>África Occidental: Notícias e Considerações</i> , 1864.	342

Imagem 83 Vista do interior da fortaleza após a campanha promovida por Barahona e Costa. Henrique C. S. Barahona e Costa, <i>Carteira de um Africanista</i> , 1910.	344
Imagem 84 A entrada para a fortificação no início do século XX, 1908. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Guiné</i> , 2000.	344
Imagem 85 Entrada da fortaleza, c. 1925. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Guiné</i> , 2000.	344
Imagem 86 Vista de parte da muralha e das construções interiores da fortaleza, c. 1940. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Guiné</i> , 2000.	345
Imagem 87 Vista do baluarte da Puana após o restauro de 1945. <i>Boletim Cultural da Guiné</i> , nº especial, 1947.	347
Imagem 88 A entrada para a fortaleza de São José de Bissau do lado do rio, anos 60. José Manuel Fernandes, <i>Luís Benavente – arquitecto</i> , 1997 [ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 28 A, s/d].....	351
Imagem 89 Definição da zona de protecção da fortaleza da Amura, s/d [c. 1969]. ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 16.	354
Imagem 90 A porta de armas da fortaleza da Amura com o coroamento que já não teria à época dos projectos de Luís Benavente. www.delcampe.net	358
Imagem 91 Corte do edifício principal – elaborado pelo Batalhão de Engenharia de Bissau – com a indicação da porta de ligação entre o corredor e a dependência anexa, bem como da soleira primitiva, 1970. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1995, 11314.	358
Imagem 92 A sondagem realizada no pavimento do corredor desvendou vestígios da antiga tijoleira, 1969. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1995, 11314.	360
Imagem 93 A picagem do reboco da abóboda do corredor do edifício principal permitiu comprovar a utilização de tijolo posteriormente rebocado. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1995, 11314. .	360
Imagem 94 A fachada da igreja de Nossa Senhora do Pópulo.....	366
Imagem 95 Parte das ruínas da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, s/d [anos 50 ou 60]. AINPCA, pt. nº19.1.	367
Imagem 96 Vista da fortaleza da Muxima a partir da rampa de acesso.	368
Imagem 97 Fachada da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima.	369
Imagem 98 Porta de armas da fortaleza de Massangano.....	370
Imagem 99 Vista da fachada da igreja de Nossa Senhora da Vitória de Massangano e do monumento fúnebre do governador Paulo Dias de Novais.	370
Imagem 100 Pormenor da arcaria das ruínas dos Paços do Concelho de Massangano.	371
Imagem 101 Ruínas da igreja de São Salvador do Congo, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479	372
Imagem 102 Praça da fortaleza de São Pedro da Barra, s/d. ACTDC/IICT, nº17144.	372
Imagem 103 Interior da ermida de Nossa Senhora da Nazaré.	373
Imagem 104 Interior da igreja de Jesus.	374
Imagem 105 Vista da fortaleza de São Miguel a partir da praça interior.	376
Imagem 106 Pormenor dos azulejos do Museu de Angola.....	376
Imagem 107 O arco triunfal após a picagem do estuque. Ao fundo vêem-se os degraus de alvenaria que antes desta intervenção estavam encobertos por outros mais recentes, 1956. AINPCA, pt. 28.1.	416
Imagem 108 A fachada principal da igreja de Nossa Senhora do Pópulo com parte dos rebocos picados, 1959. AINPCA, pt.28.2.	417
Imagem 109 Aspecto da galeria e da antiga sacristia da igreja após a picagem dos rebocos, 1959. AINPCA, pt.28.2.....	417
Imagem 110 Vista da frontaria da fortaleza de São Sebastião, c. 1964. <i>Boletim do Instituto de Angola</i> nº18, 1964.....	419
Imagem 111 Aspecto da fortificação após os restauros iniciados por Martinho Humberto dos Reis, s/d [anos 70]. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480.	419
Imagem 112 Parte das ruínas do fortim do Quicombo, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480.	420

Imagem 113 Parte das ruínas da Real Fábrica de Nova Oeiras, 1955. AINPCA, pt. 19.1.....	421
Imagem 114 Pormenor das mesmas ruínas, s/d [anos 60]. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480.	421
Imagem 115 Ruínas da igreja de Cambambe, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480.	422
Imagem 116 Aspecto da fortaleza da Muxima com os rebocos em mau estado de conservação, 1955. AINPCA, pt.11.1.	425
Imagem 117 Aspecto da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima impecavelmente rebocada, 1955. AINPCA, pt. 12.	426
Imagem 118 Pormenor do púlpito existente na nave da igreja, 1955. AINPCA, pt. 12.	426
Imagem 119 Pormenor do arco triunfal e arcos das capelas laterais com talha, s/d. AINPCA, pt.12....	428
Imagem 120 O aspecto do mesmo interior sem o trabalho em talha, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.....	428
Imagem 121 Aspecto do interior da fortaleza de Massangano, 1955. AINPCA, pt. 2.2.	430
Imagem 122 Aspecto do exterior da fortaleza num momento em que os trabalhos de restauro ainda estariam a decorrer, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.....	430
Imagem 123 Fachada principal da igreja de Nossa Senhora da Vitória aquando da visita presidencial de 1938. AINPCA, pt. 59.9.	430
Imagem 124 Fachada da mesma igreja e o monumento fúnebre do governador Paulo Dias de Novais, 1955. AINPCA, pt. 3.1.	430
Imagem 125 O exterior da igreja, c. 1961, com os contrafortes carentes de reboco. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.	432
Imagem 126 O interior do templo completamente despido, c. 1961. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.....	432
Imagem 127 Ruínas do edifício do Tribunal de Massangano, s/d [anos 50]. AINPCA, pt. 5.....	433
Imagem 128 Pormenor da arcada do mesmo edifício, 1955. AINPCA, pt. 5.	433
Imagem 129 Aspecto das ruínas, c. 1961. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.	435
Imagem 130 Óscar Carmona e a sua comitiva no interior da ermida de Nossa Senhora da Nazaré de Luanda, 1938. <i>Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe e</i> <i>Angola</i> , 1939.....	438
Imagem 131 A ermida no início do século XX com os muros do cemitério vizinho, c. 1907. João Loureiro, <i>Memórias de Luanda</i> , 2002.	439
Imagem 132 O mesmo templo na actualidade. As intervenções realizadas durante o <i>Estado Novo</i> implicaram alterações sobretudo ao nível do enquadramento, observando-se em relação à fotografia anterior a eliminação do muro do flanco esquerdo.	439
Imagem 133 Aspecto do recinto da ermida cuja formulação remonta aos anos 60.....	441
Imagem 134 Imagem ilustrativa da importância da criação da zona de protecção da ermida.....	441
Imagem 135 Aspecto das obras efectuadas no interior da igreja de Jesus nos anos de 1953-1954, s/d [1953-1954]. AINPCA, pt. 29.6.....	442
Imagem 136 Aspecto da igreja aquando da demolição da arcada central do corpo do edifício, 1953. AINPCA, pt. 29.6.	442
Imagem 137 Momento em que se procedia à elevação e assentamento da asna de ferro da cobertura da igreja, 1958. AINPCA, pt. 29.7.....	444
Imagem 138 Pormenor do altar-mor da igreja de Jesus.....	445
Imagem 139 O frontispício da igreja de Jesus em 1927. João Loureiro, <i>Memórias de Luanda</i> , 2002.	445
Imagem 140 Um pormenor da fachada da mesma igreja na actualidade. Observem-se as diferenças ao nível da torre, aqui sem o relógio, com aberturas em forma de arco de volta-perfeita e coroamento piramidal.	445
Imagem 141 Aspecto do interior da casamata com os painéis de azulejo.	446
Imagem 142 Visita de Craveiro Lopes ao Museu de Angola no interior da fortaleza de São Miguel, 1954. Rodrigues Matias, <i>Diário da viagem presidencial às províncias ultramarinas de S. Tomé e</i> <i>Príncipe e Angola em 1954</i> , 1955.	446

Imagem 143 Fachada principal da igreja de Nossa Senhora do Carmo.....	451
Imagem 144 Pormenor da parte superior da fachada, com destaque para o frontão interrompido do portal e para o nicho com a imagem de Nossa Senhora com o Menino.....	452
Imagem 145 Pormenor do brasão cuja heráldica remete para a Ordem Terceira Secular de São Francisco de Assis.	452
Imagem 146 Aspecto do interior da igreja de uma só nave, com todo o trabalho de pintura do tecto e cobertura azulejar das paredes laterais e parede fundeira da capela-mor.	452
Imagem 147 Pormenor da pintura do tecto com representações do triunfo do profeta Elias, a tranverberação de Santa Teresa e a visão de São João da Cruz.	453
Imagem 148 Pormenor da parede frontal da capela-mor.	454
Imagem 149 Aspecto de duas das representações azulejares da capela-mor: São Avertano (em baixo) e a glorificação de Santa Teresa e de São João da Cruz (em cima).	454
Imagem 150 Aspecto da pintura mural existente na capela exterior da igreja, actualmente utilizada como sala do pároco.....	455
Imagem 151 Aspecto do conjunto da igreja de Nossa Senhora do Carmo e convento de Santa Teresa, c. 1922. João Loureiro, <i>Memórias de Angola</i> , Lisboa, 2000.	459
Imagem 152 A fachada do mesmo templo na actualidade.....	459
Imagem 153 Pormenor do mau estado da pintura que cobre o tecto do corpo da igreja, 1953. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.	461
Imagem 154 Pormenor da abóbada da capela-mor antes do restauro, c. 1953. <i>Boletim do Instituto de Angola</i> nº1, 1953.	461
Imagem 155 Pormenor da representação da transverberação de Santa Teresa no baixo coro.	462
Imagem 156 Aspecto da fachada posterior aquando da campanha dirigida por Humberto dos Reis, 1953. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.	463
Imagem 157 Vista do altar da capela exterior antes do restauro da pintura mural descoberta aquando da campanha do início dos anos 50, 1954. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.....	464
Imagem 158 Aspecto do mesmo altar após o restauro da pintura das paredes e abóbada por Alípio Brandão, 1956. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.....	464
Imagem 159 Parte do painel decorado destinado ao baixo-coro, 1955. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.	464
Imagem 160 Aspecto das obras exteriores com parte das paredes rebocadas, 1956. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.	464
Imagem 161 Pormenor do claustro antes do restauro, c. 1953. Como se percebe pela próxima fotografia o murete que ligava os pilares foi eliminado após a intervenção. <i>Boletim do Instituto de Angola</i> nº1, 1953.	465
Imagem 162 Vista da cobertura da igreja, do vestíbulo, residência paroquial e de parte do claustro, 1957. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.	465
Imagem 163 A fortaleza de São João Baptista no início do século XX, c. 1908, em aparente bom estado de conservação. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo</i> , 2001.	471
Imagem 164 Vista da fortaleza de São Sebastião e da capela de Nossa Senhora do Baluarte.....	472
Imagem 165 Fortim e igreja de Santo António na Ilha de Moçambique.	473
Imagem 166 O palácio de São Paulo com a fachada da capela homónima à direita.....	474
Imagem 167 Vista do interior da capela onde se destacam o retábulo do altar-mor e o púlpito indo-português.....	475
Imagem 168 A igreja de Nossa Senhora da Saúde na Ilha de Moçambique.....	475
Imagem 169 Interior da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em Maputo, com a estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque.....	478
Imagem 170 Casa Amarela, actual Museu Nacional da Moeda, em Maputo.....	478
Imagem 171 Entrada para a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.....	491
Imagem 172 Capa do boletim <i>Monumenta</i> com um aspecto dos aquartelamentos da Fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique.....	503

Imagem 173	Baluarto da fortaleza de São Sebastião visto da costa norte da Ilha de Moçambique.	504
Imagem 174	Cerimónia de abertura da mesquita de Gulamo ao culto após as obras de restauro de 1969. <i>Notícias: diário da manhã</i> , 25 de Novembro de 1969.	513
Imagem 175	A antiga porta de armas descoberta pela CMRHM no ano de 1945. <i>Monumenta</i> , nº3, 1967.	520
Imagem 176	Fotografia das escavações promovidas no baluarte de São Gabriel no ano de 1944. Alexandre Lobato, <i>Ilha de Moçambique – Panorama Histórico</i> , 1967.	521
Imagem 177	A porta de armas da fortaleza de São Sebastião, c. 1945. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº42, 1945.	521
Imagem 178	Interior da fortaleza de São Sebastião c. 1967. <i>Ilha de Moçambique – Panorama Histórico</i> , 1967.	523
Imagem 179	Interior da fortaleza de São Sebastião na actualidade.	523
Imagem 180	O fortim e igreja de Santo António, c. 1910. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo</i> , 2001.	525
Imagem 181	O mesmo conjunto c. 1925, notando-se já uma óbvia alteração ao nível da fachada da capela. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo</i> , 2001.	525
Imagem 182	O fortim e a igreja alguns anos mais tarde mas antes do restauro promovido pela CMRHM. Nota-se em relação à fotografia anterior um aumento da altura do muro lateral esquerdo. Alexandre Lobato, <i>Ilha de Moçambique – Panorama Histórico</i> , 1967.	525
Imagem 183	O fortim e igreja de Santo António após a intervenção que no ano de 1969 eliminou o aspecto fortificado e aumentou as dimensões do templo.	525
Imagem 184	O palácio de São Paulo, c. 1906. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo</i> , 2001.	526
Imagem 185	O palácio em c. 1937, portanto após a campanha promovida no ano de 1934, observando-se uma clara diferença ao nível da cobertura do corpo longitudinal. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº10, 1937.	526
Imagem 186	Vista da escadaria dupla do palácio de São Paulo, c. 1930. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo</i> , 2001.	527
Imagem 187	Vista do mesmo pátio e escadaria na actualidade.	527
Imagem 188	O pátio do palácio de São Paulo durante a inauguração do espaço restaurado no ano de 1969. <i>Notícias: diário da manhã</i> , 24 de Novembro de 1969.	528
Imagem 189	Interior da capela de São Paulo com o altar-mor e púlpito pintados com tinta branca e purpurinas, c. 1945. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº42, 1945.	529
Imagem 190	Interior da mesma capela após o restauro de 1969, sendo óbvias as intervenções ao nível do retábulo e do púlpito mas, também, a supressão de dois altares.	529
Imagem 191	A igreja de Nossa Senhora da Saúde no início do século XIX, c. 1910. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo</i> , 2001.	530
Imagem 192	Poucos anos depois, c. 1937, a igreja já se encontrava num estado de ruína preocupante. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº10, 1937.	530
Imagem 193	Aspecto da fachada lateral esquerda do convento de São Domingos aquando dos trabalhos de levantamento dos rebocos. São visíveis dois níveis de arcaria do antigo claustro. <i>Monumenta</i> nº8, 1972.	531
Imagem 194	O templo da Cabaceira Grande, c.1930, carente de rebocos. João Loureiro, <i>Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo</i> , 2001.	532
Imagem 195	Perspectiva da fortaleza no estudo para a reconstituição do monumento, 1945. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº43, 1945.	533
Imagem 196	Vista do interior da Casa Amarela aquando as obras de restauro e adaptação a museu, 1970. Delagoabayworld.wordpress.com.	534
Imagem 197	Fachada principal da igreja da Misericórdia com as dependências do hospital à esquerda.	535
Imagem 198	Vista da nave central com o altar-mor e respectivo trono ao fundo.	535

Imagem 199 Vista da escadaria de acesso às dependências superiores (actual Museu de Arte Sacra).	536
Imagem 200 Pormenor da pomba colocada no alçado posterior da capela-mor imediatamente abaixo do crucifixo. <i>Monumenta</i> nº8, 1972.	539
Imagem 201 Ao nível das coberturas é possível observar a articulação de vários corpos que, segundo Quirino da Fonseca, terão partido da antiga ermida do Espírito Santo, actual capela-mor da igreja da Misericórdia. <i>Monumenta</i> nº8, 1972.	539
Imagem 202 Pormenor da inscrição aberta sobre o portal da fachada principal.	539
Imagem 203 A igreja da Misericórdia com o alpendre adossado à fachada principal. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº42, 1945.	544
Imagem 204 A igreja após o apeamento do alpendre, c. 1945. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº42, 1945.	544
Imagem 205 Coroa de Nossa Senhora que fazia parte dos tesouros localizados por Quirino da Fonseca na igreja da Misericórdia. Alexandre Lobato, <i>Ilha de Moçambique – Panorama Histórico</i> , 1967.	547
Imagem 206 Pintura sobre madeira representando a <i>Visitação</i> , uma das obras da igreja da Misericórdia. Alexandre Lobato, <i>Ilha de Moçambique – Panorama Histórico</i> , 1967.	547
Imagem 207 Planta do rés-do-chão do antigo hospital da Misericórdia/Museu de Arte Sacra, o qual, segundo o plano de Quirino da Fonseca, deveria receber pintura, talha, paramentos e panejamentos. FCG, ASC, Processo 01891.	549
Imagem 208 Estado de ruína da escadaria de acesso ao futuro primeiro andar do Museu de Arte Sacra, c. 1967. Alexandre Lobato, <i>Ilha de Moçambique – Panorama Histórico</i> , 1967.	550
Imagem 209 Ficha de inventário elaborada por Maria Madalena Cagigal e Silva. FCG, ASC, Processo 01891.	554
Imagem 210 Vista do espaço de exposição no primeiro andar, destacando-se o mobiliário criado por Rui Pimentel.	556
Imagem 211 Inauguração do Museu de Arte Sacra pelo governador-geral Baltazar Rebelo de Sousa a 23 de Novembro de 1969. <i>Notícias: diário da manhã</i> , 24 de Novembro de 1969.	558
Imagem 212 Visita ao Museu de Arte Sacra aquando da sua inauguração. <i>Monumenta</i> , nº6, 1970.	558
Imagem 213 Vista da fortificação de Damão Grande, 1951. FMS, FMAC, pt.07105.000.177.	562
Imagem 214 Face do arco virada ao rio Mandovi com a imagem de Vasco da Gama no nicho.	563
Imagem 215 Fachada da capela de Santa Catarina com o entablamento e totalmente rebocada, aspectos alterados no ano de 1952, s/d. ACTDC/IICT, nº 6298.	565
Imagem 216 Fachada da mesma capela após o restauro dos anos 50.	565
Imagem 217 A fachada da igreja de São Paulo em ruínas, c. 1930. João Loureiro, <i>Postais antigos do Estado da Índia</i> , 1998.	566
Imagem 218 O convento de Santa Mónica no início da década de 50. AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE.	567
Imagem 219 Fachada da igreja da Divina Providência do convento de São Caetano.	568
Imagem 220 Fachada da igreja do Espírito Santo do convento de São Francisco de Assis.	569
Imagem 221 Pormenor do interior monumental e ricamente decorado.	569
Imagem 222 A igreja de Nossa Senhora do Rosário com a sua torre-fachada e os contrafortes e torres cilíndricas adossados a este corpo.	571
Imagem 223 Pormenor do retábulo e da abóbada nervurada do altar-mor.	571
Imagem 224 Fachada da sé catedral de Goa.	572
Imagem 225 Pormenor de um baluarte da fortaleza dos Reis Magos. FMS, FMAC, Pt. 07127.000177.	573
Imagem 226 Tropas landins marcham junto à igreja do Bom Jesus, 1954. <i>LIFE Magazine</i> , 1954.	580
Imagem 227 Reprodução de capitel hindu encontrado pela CPA. <i>O Oriente Português</i> nº2-3, 1907.	591

Imagem 228 A Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa, 1951. FMS, FMAC, pt. 07161.002.076.....	619
Imagem 229 A exposição temporária de desenhos de Lopes Mendes e de fotografias de monumentos da Índia no Museu Nacional de Arte Antiga, 1953. FMS, FMAC, pt. 05522.000.325.....	621
Imagem 230 Retrato de Vasco da Gama antes do restauro realizado em Lisboa nos anos 50. <i>Boletim Geral do Ultramar</i> nº 381, 1957.....	623
Imagem 231 Pormenor das sondagens realizadas no Instituto de Restauro ao retrato de Vasco da Gama, observando-se a existência de pintura subjacente. <i>Boletim Geral do Ultramar</i> nº 381, 1957.....	623
Imagem 232 Retrato de Vasco da Gama após o restauro. <i>Boletim Geral do Ultramar</i> nº 381, 1957.....	623
Imagem 233 Planta de Velha Goa de 1910 (copiada em 1954) com indicação dos monumentos, ruínas e ruas existentes. ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc.1	625
Imagem 234 Planta de Velha Goa (1831) utilizada no ano de 1959 para a realização do inventário e localização do património da cidade. Biblioteca Nacional de Portugal, http://purl.pt/1414	628
Imagem 235 Pedro Teotónio Pereira acompanhado por Marques Andrade, Naguexa Pissurlencar e Ismael Gracias. <i>Heraldo</i> , versão inglesa, 18 de Janeiro de 1960.....	631
Imagem 236 Porta de entrada da fortaleza de Diu, 1951. FMS, FMAC, pt. 07127.000.110.....	640
Imagem 237 O arco dos Vice-Reis rebocado num período não identificado. ACTDC/IICT, nº6467...	643
Imagem 238 O arco com os dois nichos e imagens na face virada ao rio Mandovi, e a base soterrada, 1951. FMS, FMAC, pt. 07127.000.240.....	643
Imagem 239 O arco sem reboco e com a base desenterrada. A fotografia data possivelmente de um momento posterior à intervenção de Baltazar Castro e anterior ao desmoronamento. ACTDC/IICT, nº129.....	643
Imagem 240 Aspecto do arco após o restauro de 1953-1954 com apenas um nicho de altura e enquadrado por uma reprodução da antiga muralha.....	644
Imagem 241 Pormenor da face virada à cidade com a imagem de Santa Catarina.	644
Imagem 242 Pormenor da frecha aberta na parede de fundo da capela-mor.....	645
Imagem 243 Pormenor da porta talhada trazida dos escombros de São João de Deus.	645
Imagem 244 A varanda e escada de acesso ao coro, resultados do restauro do ano de 1952.	645
Imagem 245 O frontispício da capela com os rebocos muito danificados, s/d [fotografia publicada em 1930]. ACTDC/IICT, nº 26241.....	646
Imagem 246 Pormenor do interior da capela.....	646
Imagem 247 Aspecto da capela com os muretes adossados à fachada e às estruturas laterais, s/d [fotografia publicada em 1930]. ACTDC/IICT, nº 26253.....	647
Imagem 248 A capela de Santo António no ano das comemorações xaverianas de 1952. <i>Velha Goa: Guia Histórico</i> , 1952.	647
Imagem 249 O frontispício da igreja de São Paulo numa fotografia de Souza & Paul publicada no ano de 1930. ACTDC/IICT, nº 26257.....	648
Imagem 250 O que restava das ruínas da mesma igreja no ano de 1951, notando-se a reconstrução do nicho do lado esquerdo e a ausência dos vestígios dos frontões triangulares dos portais laterais. FMS, FMAC, pt. 07127.000.212.	648
Imagem 251 Pormenor da igreja da Cruz dos Milagres em desenho de Lopes Mendes, 1886. António Lopes Mendes, <i>A Índia Portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia</i> , 1997, vol. 1.	649
Imagem 252 A fachada do templo no ano de 1959. As diferenças ao nível do número e formato das aberturas são evidentes. Observa-se, também, a ausência do frontão triangular do pórtico. ANTT, FLB, cx. 4, pt. II, doc. 4.	649
Imagem 253 Pormenor de uma capela do claustro das Mónicas em mau estado de conservação no ano de 1959. ANTT, FLB, cx. 4, pt. II, doc. 2.....	650
Imagem 254 Pormenor de trabalhos em alto-relevo carentes de restauro, 1959. ANTT, FLB, cx. 4, pt. II, doc. 2.	650

Imagem 255	Pormenor do mau estado de conservação da abóbada e zimbório da igreja da Divina Providência, 1959. ANTT, FLB, cx.4, pt. I, doc.5.....	652
Imagem 256	Desenho do Instituto Pio X de acordo com o projecto, c. 1960. Fonte: <i>Heraldo</i> , versão inglesa, 11 de Janeiro de 1960.....	652
Imagem 257	A igreja e o convento, c. 1925, que nos anos 60 do século XX daria lugar ao Instituto Pio X. João Loureiro, <i>Postais antigos do Estado da Índia</i> , 1998.	653
Imagem 258	As obras de remodelação do convento de São Caetano e de construção do Instituto Pio X, 1960. <i>Heraldo</i> , versão inglesa, 12 de Setembro de 1960.	653
Imagem 259	Pormenor do cruzeiro de São Francisco de Assis no ano de 1951 antes dos rebocos terem sido picados. FMS, FMAC, pt. 07105.000.045.....	655
Imagem 260	O mesmo cruzeiro no ano das comemorações do <i>IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier</i> . <i>Velha Goa: Guia Histórico</i> , 1952.	655
Imagem 261	Pormenor da fachada da igreja, sem reboco, s/d [fotografia publicada em 1930]. ACTDC/IICT, nº 26252.	656
Imagem 262	Aspecto de abandono do convento de São João de Deus no início da década de 50. No entanto, ao contrário do que vimos na fotografia anterior, a fachada da igreja encontrava-se rebocada. AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE	656
Imagem 263	Levantamento da igreja elaborado pela brigada liderada por Mário Chicó, 1951.FMS, FAMC, pt. 05493.015.004	657
Imagem 264	Fachada posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1951. FMS, FMAC, pt. 05519.000.107.	657
Imagem 265	Pormenor do retábulo em talha do altar-mor da catedral, com a imagem de Santa Catarina ao centro do primeiro andar.	658
Imagem 266	A sé vista do lado norte, 1951. FMS, FMAC, pt. 07127.000.052.....	659
Imagem 267	Estudo de reconstrução da torre direita da catedral por Mário Chicó sobre uma fotografia de Souza & Paul. FMS, FMAC, pt. 05519.000.104.	659
Imagem 268	Desenho de António Lopes Mendes do seminário do Chorão, 1886. No alto encontra-se a capela intervencionada nos anos 30 do século XX. António Lopes Mendes, <i>A Índia Portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia</i> , 1997, vol. 1.....	660
Imagem 269	Pormenor dos panos muralhados da fortaleza dos Reis Magos, 1951. FMS, FMAC, pt. 07127. 000.168.	661
Imagem 270	Fachada da igreja do Bom Jesus.....	662
Imagem 271	Fachada posterior da igreja, sendo bem visíveis a torre, os corpos da capela-mor e a capela do transepto.	663
Imagem 272	Pormenor dos arcobotantes da parede lateral norte.	663
Imagem 273	Interior da igreja de nave única.	663
Imagem 274	Capela de São Francisco Xavier com o monumento funerário do <i>Apóstolo das Índias</i> . 664	
Imagem 275	Vitrina do Museu Sacro do Bom Jesus, 1952. <i>Velha Goa: Guia Histórico</i> , 1952.....	671
Imagem 276	Pormenor do tecto de masseira da igreja.	672
Imagem 277	Frontispício da igreja do Bom Jesus em 1951. FMS, FMAC, pt. 07127.000.154.	675
Imagem 278	Aspecto da igreja do Bom Jesus com os rebocos numa fotografia de Souza & Paul, finais do século XIX. ACTDC/IICT, nº 26243.....	676
Imagem 279	Aspecto do mesmo templo na actualidade sem os rebocos picados aquando da intervenção de Baltazar Castro.....	676
Imagem 280	Pormenor da fachada, c. 1959. ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc.4.....	679
Imagem 281	Pormenor da alvenaria da fachada sem reboco, 1959. ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc.4....	680
Imagem 282	Vista da fachada da igreja da Assunção de Nossa Senhora, c. 1900. João Loureiro, <i>Postais antigos de Macau</i> , 1995.	685
Imagem 283	Fachada da igreja do seminário de São José. HPIP/Fotografia de Manuel Rodrigues Paiva.....	686

Imagem 284 A fachada da igreja de São Domingos, c. 1890. João Loureiro, <i>Postais antigos de Macau</i> , 1995.....	687
Imagem 285 A escadaria e fachada da igreja de São Lourenço, 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528.....	689
Imagem 286 Entrada da fortaleza de São Paulo do Monte, 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00527.....	691
Imagem 287 A capela e o farol da Guia, 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00527.....	693
Imagem 288 Aspecto da varanda coberta da residência de Verão dos governadores na fortaleza da Taipa, 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00529.....	694
Imagem 289 Pormenor de um postal de c. 1890 com a ermida da Penha no cimo da colina. João Loureiro, <i>Postais Antigos de Macau</i> , 1995.....	706
Imagem 290 A ermida da Penha antes de 1937. ACTD/IICT, nº 5442.....	706
Imagem 291 A ermida da Penha após as obras. Manuel Teixeira, <i>Paróquia de S. Lourenço</i> , 1936. ..	707
Imagem 292 Pormenor da fachada da ermida, c. 1976. Manuel Teixeira, <i>Macau e a sua Diocese</i> , 1976.....	707
Imagem 293 Aspecto das traseiras da fachada da igreja da Assunção de Nossa Senhora aquando do início dos trabalhos de 1934. AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE.....	754
Imagem 294 Fachada da igreja revestida de “Shangai Plaster”, c. 1953. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620.....	756
Imagem 295 Pormenor do edifício moderno do seminário igualmente revestido de "Shangai Plaster". IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528.....	756
Imagem 296 Pormenor da capela-mor da igreja de São José ainda com o retábulo e os púlpitos, c. 1904. António Maria Alves, <i>Congregações Marianas na China e em Macau</i> , 1904.....	757
Imagem 297 Vista da capela-mor do mesmo templo na actualidade. Wikipedia/ Whhabert.....	757
Imagem 298 O altar da Imaculada Conceição antes da intervenção de 1953, c. 1904. António Maria Alves, <i>Congregações Marianas na China e em Macau</i> , 1904.....	757
Imagem 299 O mesmo altar após o restauro de 1953. <i>Crónicas Macaenses</i> /Fotografia de Rogério Luz.....	757
Imagem 300 Vista da fachada neogótica da igreja de Santa Clara, c. 1976. Manuel Teixeira, <i>Macau e a sua Diocese</i> , 1976.....	758
Imagem 301 A igreja já longe do excelente estado que apresentaria na década de 30, 1973. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528.....	759
Imagem 302 A igreja da Santo António nos finais do século XIX. João Loureiro, <i>Postais Antigos de Macau</i> , 1995.....	761
Imagem 303 A fachada do mesmo templo após a intervenção realizada durante o <i>Estado Novo</i> , c. 1976. Manuel Teixeira, <i>Macau e a sua Diocese</i> , 1976.....	761
Imagem 304 Aspecto exterior da igreja com as paredes parcialmente picadas aquando da campanha dos anos 50, c. 1954. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620.....	761
Imagem 305 Aspecto da igreja aquando dos trabalhos da década de 50, c. 1954. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620.....	761
Imagem 306 Pormenor do cruzeiro e do revestimento em "Shangai Plaster" da igreja, c. 1954. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620.....	762
Imagem 307 Aspecto das obras de consolidação da muralha no ano de 1934/1935. AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n.....	763
Imagem 308 Pormenor da capela da fortaleza no ano de 1973, sendo evidentes os problemas ao nível dos rebocos, situação que dez anos antes não se verificaria. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00527.....	765
Imagem 309 No início dos anos 70 a residência já se encontrava bastante carente de uma intervenção. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00529.....	766
Imagem 310 A gruta antes do restauro de 1940. Wenceslau de Moraes, <i>A Gruta da Camões</i> , 1940, reproduzido em Nenotavaiconta.....	767

Imagem 311 A gruta após o restauro de 1940. Wenceslau de Moraes, <i>A Gruta da Camões</i> , 1940, reproduzido em Nenotavaiconsta.....	767
Imagem 312 Fachada da sé catedral com o corpo do paço episcopal à esquerda. HPIP/Manuel Rodrigues Paiva.....	768
Imagem 313 Vista do interior do templo. https://worldstotrek.wordpress.com	769
Imagem 314 Pormenor da representação do paço episcopal em gravura publicada no ano de 1858. <i>Archivo Pittoresco</i> nº35, Fevereiro de 1858.	779
Imagem 315 Pormenor da fachada principal do paço episcopal, c. 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528	779
Imagem 316 Desenho de Nogueira da Silva representado a sé de Macau c. 1858. <i>Archivo Pittoresco</i> nº35, Fevereiro de 1858.	782
Imagem 317 O templo no início do século XX, c. 1910. <i>Reminiscências. Fotografias de Macau Antigo</i> , 2009.	782
Imagem 318 Vista da fachada lateral após o restauro de 1937. Note-se que a galeria lateral está parcialmente fechada e apresenta uma nova cobertura. Eusébio Alvarez, “Macau, Mãe das Missões no Extremo Oriente”, 1957.....	782
Imagem 319 No início dos anos 70 a igreja já apresentava sinais de deterioração, nomeadamente ao nível das paredes interiores, 1973. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528.	784
Imagem 320 A sé catedral de Díli antes dos bombardeamentos. Gonçalo Pimenta Castro, <i>Timor. Subsídios para a sua História</i> , 1944.	793
Imagem 321 O templo após os bombardeamentos. <i>Álbum de Oswaldo Acácio do Nascimento</i> , 1945, reprod. por Isabel Boavida, <i>Urbanografia de Díli</i> , 2011.	793
Imagem 322 Pormenor da entrada e saída da secção portuguesa com a reprodução do padrão de Diogo Cão ao centro. <i>Boletim Geral das Colónias</i> nº61, 1930.....	861
Imagem 323 Maquete da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique na <i>Exposição Internacional Colonial de Paris. Boletim Geral das Colónias</i> nº78, 1931.....	863
Imagem 324 Maquete da fortaleza de Sofala de Moçambique. ANTT, CMZ-AF-GT, E, 27, 1, 38.	864
Imagem 325 A reprodução do farol da Guia. <i>Boletim Geral das Colónias</i> nº109, 1934, p.461.	867
Imagem 326 A reprodução do arco dos Vice-Reis. <i>Boletim Geral das Colónias</i> nº109, 1934.....	867
Imagem 327 Reprodução da fortaleza da Muxima na Exposição-Feira realizada em Angola. <i>Exposição-Feira</i> , 1938.	871
Imagem 328 Reconstituição da fortaleza de Sofala na Beira, 1939. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> , nº especial, 1939.	876
Imagem 329 Pormenor da porta de entrada da reconstituição da fortaleza de Sofala na Beira, 1939. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> , nº especial, 1939.	876
Imagem 330 Reprodução da figura de um marco fontenário hindu guardado na galeria lapidar do Museu Real da Índia Portuguesa, 1906. <i>O Oriente Português</i> nº1-2, 1906.	878
Imagem 331 Fotografia de um pormenor do arco dos Vice-Reis de Velha Goa, 1940. <i>O Oriente Português</i> nº27, 1940.	878
Imagem 332 Fotografia da capela de Nossa Senhora do Baluarte da Ilha de Moçambique publicada no <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº10, 1937.	884
Imagem 333 A primeira página do artigo dedicado à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e ao seu restauro. <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº43, 1945.	885
Imagem 334 A planta da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição publicada no <i>Moçambique – Documentário Trimestral</i> nº43, 1945.	885
Imagem 335 Capa do boletim <i>Monumenta</i> com uma fotografia aérea da fortaleza de São Sebastião. <i>Monumenta</i> nº1, 1965.....	887
Imagem 336 Fotografia das ruínas de São Paulo de Macau no <i>Diário Popular</i> , 20 de Outubro de 1961.	889
Imagem 337 Fotografia das muralhas da fortaleza de Diu no <i>Diário Popular</i> , 20 de Outubro de 1961.	889

Imagem 338 Selo de 80 c. alusivo à viagem presidencial de 1938. Colnect.com.....	892
Imagem 339 Selo de 1\$75 E. alusivo à viagem presidencial de 1938. Colnect.com.....	892
Imagem 340 Selo de 20 E. alusivo à viagem presidencial de 1938. Colnect.com.....	892
Imagem 341 Selo de 2\$50 com a fachada da sé catedral de São Tomé. Colnect.com.....	892
Imagem 342 Selo comemorativo com desenho de Alberto Sousa do forte de Cacheu. Colnect.com.....	893
Imagem 343 Selo comemorativo com desenho de Alberto Sousa da igreja de Bissau. Colnect.com.....	893
Imagem 344 Selo de 80 cêntimos. Carlos Kullberg, <i>Selos de Angola. Angola e Congo</i> , 2008.	894
Imagem 345 Selo de 20 angolares. Carlos Kullberg, <i>Selos de Angola. Angola e Congo</i> , 2008.	894
Imagem 346 Selo de 1,75 angolares. Carlos Kullberg, <i>Selos de Angola. Angola e Congo</i> , 2008.	894
Imagem 347 Selo de 5 centavos. Carlos Kullberg, <i>Selos de Angola. Angola e Congo</i> , 2008.....	895
Imagem 348 Selo de 10 centavos. Carlos Kullberg, <i>Selos de Angola. Angola e Congo</i> , 2008.....	895
Imagem 349 Selo de 20 angolares. Carlos Kullberg, <i>Selos de Angola. Angola e Congo</i> , 2008.	895
Imagem 350 O selo com a imagem da sé catedral de Sá da Bandeira. Colnetct.com.	896
Imagem 351 O selo com a imagem da igreja de Lândana. Colnetct.com.	896
Imagem 352 O selo com a imagem da sé catedral de Luanda. Colnetct.com.	896
Imagem 353 O selo com a imagem da igreja de Gabela. Colnetct.com.	896
Imagem 354 O selo com a imagem da capela de São Martinho da Baía dos Tigres. Colnetct.com. ..	896
Imagem 355 O selo com a imagem da sé catedral de Malange. Colnetct.com.	896
Imagem 356 O selo com a imagem da igreja de Cacuso. Colnetct.com.	896
Imagem 357 O selo com a imagem da igreja de Nossa Senhora da Arrábida no Lobito. Colnetct.com.	896
Imagem 358 O selo com a imagem da igreja de Nossa Senhora do Cabo. Colnetct.com.	896
Imagem 359 O selo com a imagem da igreja de São Pedro de Chibia. Colnetct.com	897
Imagem 360 O selo com a imagem da igreja de Nossa Senhora do Pópulo de Benguela. Colnetct.com	897
Imagem 361 O selo com a imagem da igreja de Jesus de Luanda. Colnetct.com	897
Imagem 362 O selo com a imagem da igreja da missão de Cabinda. Colnetct.com.	897
Imagem 363 O selo com a imagem da igreja de Camabatela. Colnetct.com.	897
Imagem 364 O selo com a imagem da igreja de Cabinda. Colnetct.com.	897
Imagem 365 O selo com a imagem da igreja da missão do Lubango. Colnetct.com.....	897
Imagem 366 O selo com a imagem da igreja de Vila Folgares. Colnetct.com.	897
Imagem 367 O selo com a imagem da igreja da missão de Huíla. Colnetct.com.	897
Imagem 368 Selo comemorativo da estada de Camões na Ilha de Moçambique com imagem da capela de Nossa Senhora do Baluarte. Colnect.com.....	898
Imagem 369 O arco dos Vice-Reis num selo de 1946. Colnect.com.....	898
Imagem 370 Selo comemorativo do tricentenário do nascimento do pe. José Vaz com uma imagem do frontispício da igreja de Sancoale. Colnect.com.	899
Imagem 371 O túmulo de São Francisco Xavier num selo comemorativo da morte do <i>Apóstolo das</i> <i>Índias</i> . Colnect.com.	899
Imagem 372 A fortaleza de Baçaim no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.	900
Imagem 373 A fortaleza de Bombaim no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.	900
Imagem 374 A fortaleza de Damão no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.	900
Imagem 375 A fortaleza de Diu no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.	900
Imagem 376 A fortaleza de Cochim no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.....	900
Imagem 377 A fortificação de Goa no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.	900
Imagem 378 Selo de 1948 com desenho da fortaleza do Monte de autoria de Alberto Sousa. Colnect.com.....	901
Imagem 379 Vista parcial de Macau com desenho da ermida da Penha no canto superior esquerdo. Colnect.com.....	901
Imagem 380 Desenho da “Porta do Cerco” da autoria de Alberto Sousa em selo de 1948. Colnect.com.....	901

Imagem 381 A ermida da Penha em selo de série dedicada ao correio aéreo de Macau. Colnect.com.	901
Imagem 382 Vista da baía da Praia Grande com desenho da igreja de Santa Clara ao centro. Colnect.com.	901
Imagem 383 Vista da baía da Praia Grande com imagem da colina da Guia e respectiva fortaleza e farol. Colnect.com.....	901
Imagem 384 Verso da nota de 100 escudos com a imagem da porta de armas da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique. Nuno Fernandes Carvalho, <i>“Moçambique” As campanhas de pacificação nas emissões do BNU</i> , 2014.	904
Imagem 385 Fotografia que serviu de modelo. Observe-se a presença da guarita e do candeeiro à esquerda bem como a sombra sobre o brasão, elementos eliminados aquando da execução da gravura para as notas em causa. Nuno Fernandes Carvalho, <i>“Moçambique” As campanhas de pacificação nas emissões do BNU</i> , 2014.	904
Imagem 386 Frente da nota de 5 angulares com a efígie do presidente Carmona. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	905
Imagem 387 Verso da mesma nota com o padrão de Diogo Cão à direita. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	905
Imagem 388 Frente da nota de 2 ½ angulares com a cena da conquista da fortaleza de São Miguel. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	905
Imagem 389 Verso da mesma nota. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	905
Imagem 390 A fortaleza de São Miguel de Luanda na nota de 20 angulares com a efígie de Salvador Correia de Sá e Benevides. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	906
Imagem 391 O verso da mesma nota com a representação do ataque português à fortaleza de São Miguel. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	906
Imagem 392 Frente da nota de 100 escudos com a efígie de Serpa Pinto e as imagens da ponte Salazar e do padrão à esquerda. O verso era ilustrado por uma manada de elefantes. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	907
Imagem 393 Nota de 10 rúpias com a representação do templo de Bhuteshvara. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	908
Imagem 394 Nota de 1 pataca com a imagem do templo da A-Má à direita. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	908
Imagem 395 Cédula de 10 avos com o farol da Guia ao centro. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	909
Imagem 396 Cédula de 20 avos com as ruínas de São Paulo à esquerda. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	909
Imagem 397 Verso da nota de 100 patacas com a “Porta do Cerco”. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	909
Imagem 398 Frente da nota de 100 patacas com as ruínas de São Paulo. Nuno Coutos, <i>Apontamentos: Escudo</i> , s/d.	909
Imagem 399 Aguarelas de Gomes da Costa representando, entre outros elementos, o arco dos Vice-Reis e as ruínas de Santo Agostinho. <i>O Livro dos Vice-Reis da Índia d’El-Rei D. Carlos I. Aguarelas de Manuel Gomes da Costa</i> , 1991.	911
Imagem 400 As ruínas de São Paulo vistas por Fausto Sampaio. <i>Macau que Fausto Sampaio sentiu</i> , 1992.	914
Imagem 401 A “Porta da Lua” do pagode da Barra segundo o mesmo artista. <i>Macau que Fausto Sampaio sentiu</i> , 1992.	914
Imagem 402 A igreja de Santo António em Macau, desenho de Fausto Sampaio. <i>Macau que Fausto Sampaio sentiu</i> , 1992.	915
Imagem 403 A capela de Santa Catarina da cidade de Velha Goa, desenho de Fausto Sampaio. <i>Catálogo da Exposição de Fausto Sampaio (Estado da Índia – 1944)</i> , 1945.	916

A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO PORTUGUÊS ULTRAMARINO (1930-1974)

A dimensão colonial do *Estado Novo* constitui um dos elementos fundamentais da ideologia deste regime cujo nacionalismo perfilhou uma visão da História de Portugal dominada pela identificação e celebração de períodos triunfais num contexto que ambicionava ser de salvação, reconstrução e renovação, um legítimo herdeiro da grandiosidade do passado. O desenvolvimento de uma acção cada vez mais enérgica, perspicaz e eficaz da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) permitiu ao regime apresentar de forma clara e convincente os testemunhos materiais desses momentos e figuras eleitos como provas da sublimidade da Nação. Contudo, a acção da DGEMN estava limitada à metrópole, havendo todo um universo patrimonial ultramarino que estava por cuidar, potencializar e divulgar.

Na verdade, a “memória do Império” estava viva graças a uma sagaz inculcação da mística imperial a partir dos anos 30 e da hábil associação entre nacionalismo e imperialismo, mas o “império da Memória”, esse vastíssimo universo de monumentos coevos da gloriosa epopeia portuguesa e, como tal, padrões dotados de uma notável capacidade rememorativa, estava extraordinariamente carente de uma acção decidida, concertada e eficaz. O entendimento triunfalista da História e dos valores memoriais destes monumentos associado ao carácter basilar da questão colonial e à necessidade de defesa do regime relativamente às reivindicações dos movimentos de libertação, das organizações e nações anticoloniais no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conduziram à inauguração de uma nova fase de atenção dirigida para os territórios portugueses ultramarinos.

No ano de 1958, momento em que a Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC) do Ministério do Ultramar assumiu a missão de inventariar e classificar os monumentos ultramarinos de interesse nacional e de orientar a sua conservação e restauro, passámos de um cenário marcado, essencialmente, pela acção dos Serviços de Obras Públicas de Angola, Moçambique e da Índia Portuguesa e das comissões de monumentos

INTRODUÇÃO

criadas nestas províncias nos anos de 1922, 1943 e 1895, para uma tentativa de harmonização e centralização da salvaguarda do património arquitectónico daqueles territórios e também de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné, Macau e Timor.

A partir desse momento, acompanhando a evolução da questão colonial e da guerra iniciada a partir do ano de 1961, assistimos a diversas tentativas de uniformizar critérios e práticas, de concretizar obras de conservação e de restauro, de criar um tombo que abrangesse todos os monumentos nacionais ultramarinos, de adaptar e desenvolver legislação, de enriquecer os quadros do funcionalismo público destes territórios com arquitectos-restauradores ou de explorar e divulgar o valor memorial destas construções ancestrais. Enfim, toda uma acção de salvaguarda promovida a partir da metrópole pelo Ministério do Ultramar e por algumas entidades particulares, bem como nos próprios territórios ultramarinos pelos governos provinciais, pela Igreja Católica e por alguns indivíduos dotados de uma particular consciência patrimonial que, não obstante os condicionalismos e a difícil articulação, contribuíram para a criação de uma realidade multifacetada, é certo, mas também inédita e complementar àquela perfeitamente dominada pela acção da DGEMN.

JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA E BALIZAMENTO CRONOLÓGICO

A escolha do presente tema de estudo remonta aos tempos de desenvolvimento da dissertação de mestrado igualmente apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Nessa altura, estando integralmente dedicadas ao estudo da capela de Nossa Senhora de Fátima na igreja de Santo Eugénio em Roma (1942-1951), constatámos que o arquitecto responsável por essa obra, Luís Benavente (1902-1993), tinha estado consideravelmente envolvido na questão da salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino, realidade que despertou a nossa curiosidade para esta problemática.

Relativamente ao balizamento cronológico deste estudo optámos por uma movimentação essencialmente – mas não unicamente – limitada ao período compreendido entre os anos de 1930 e 1974 na medida em que nos interessa tratar e compreender o tema em questão entre a promulgação do *Acto Colonial*², documento altamente ilustrativo do paradigma colonial iniciado durante a Ditadura Militar e publicado precisamente aquando da passagem

² *Diário do Governo* nº156, I Série, “Decreto nº 18:570”, 8 de Julho de 1930, pp. 1307-1312.

INTRODUÇÃO

do futuro presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar (1899-1970), pelo Ministério das Colónias, e o ano da queda do *Estado Novo* e, consequentemente, início da desagregação definitiva do Portugal ultramarino. Trata-se, portanto, de um balizamento que reflecte o nosso objectivo bem definido de enquadrar esta questão de temática patrimonial no contexto do colonialismo português *estadonovista*.

ESTADO DA QUESTÃO

A historiografia portuguesa tem vindo a demonstrar um interesse crescente desde meados dos anos 90 de Novecentos nos temas relacionados com a História e a Teoria do Restauro³ e muito particularmente pelo período temporal compreendido entre os anos 30 de Oitocentos e o início da década de 60 da centúria seguinte⁴. No entanto, observa-se que a perscrutação da problemática do património arquitectónico ultramarino foi assaz limitada tanto nos estudos inauguradores desta temática – referimo-nos às teses incontornáveis de Maria João Neto⁵, Lúcia Rosas⁶ e de Lucília Verdelho da Costa⁷ – como nos seus continuadores. Destes últimos podemos destacar aqueles que em conjunto com o estudo pioneiro de Maria João Neto acerca da orgânica, critérios, acção e pessoal da DGEMN contribuíram para uma consolidação do conhecimento acerca das questões relacionadas com a História e a Teoria do Restauro durante o *Estado Novo*, ainda que não se tenham limitado a esta cronologia,

³ Consideramos reveladora desta tendência a organização de congressos subordinados a estes temas cujos livros de actas se revelam do maior interesse para o acompanhamento e disseminação destas questões. A este nível destacamos os seguintes encontros: *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza – Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano* (2014), *Simpósio Património em Construção – Contextos para a sua preservação* (2011); e a exposição *100 anos de Património: Memória e Identidade* (2010).

⁴ Refira-se o contributo de Madalena Costa Lima para o estudo do período compreendido entre 1755 e 1834. Cf. Madalena Costa Lima, *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*, tese de doutoramento em História, especialidade em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, 493 p., il.

⁵ Maria João Neto, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1926-1960)*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995, 3 vols., il, publicada com o título *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1969)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, 362 p., il.

⁶ Lúcia Rosas, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, 2 vol., il.

⁷ Lucília Verdelho da Costa, *Alfredo de Andrade (1839-1915)*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995, 2 vols., il., publicada com o título *Alfredo de Andrade (1839-1915): da pintura à invenção do património*, Lisboa, Vega, 1997, 615 p., il.; *Idem, Ernesto Korrodi (1889-1944): arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, 358 p., il.

INTRODUÇÃO

caso do texto de Jorge Custódio⁸ para o catálogo da exposição *Dar Futuro ao Passado* ou das teses de mestrado e doutoramento, respectivamente, de Miguel Tomé⁹ e de Domingos Bucho¹⁰, esta última mais centrada na intervenção em fortificações do distrito de Portalegre.

Relativamente às referências acerca do tema específico deste estudo no âmbito de investigações desta área de especialização, destaque-se o contributo de Maria João Neto que na sua tese de doutoramento ao tratar os contributos de alguns dos arquitectos-restauradores da DGEMN deu conta de algumas deslocações ao ultramar. Neste âmbito foram feitas referências à deslocação de Martinho Humberto dos Reis (1904-?) à Índia para trabalhos de levantamento do património local em distintos estados de conservação¹¹; e à comissão de serviço de Luís Benavente no Ministério do Ultramar para orientar trabalhos de restauro em São Tomé e Príncipe¹². Domingos Bucho, ao tratar os arquitectos da secção sul da DGEMN também fez referência à deslocação de Humberto dos Reis à Índia na companhia de Mário Chicó (1905-1966) e Carlos de Azevedo (1918-1995)¹³.

A referência de Miguel Tomé é mais abrangente, havendo uma identificação entre o alargamento do campo de trabalho da DGEMN a edifícios localizados em territórios ultramarinos como um sinal da mudança verificada a partir dos anos 50 no seio deste organismo¹⁴. Foram também feitas referências às viagens de Baltazar Castro (1891-1967), Humberto dos Reis e de João Vaz Martins¹⁵, e à “intensa actividade de restauro arquitectónico”¹⁶ da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) a partir dos anos 50. Note-se, no entanto, que apesar daqueles arquitectos terem sido de facto técnicos da DGEMN não foi nessa função que realizaram as viagens em causa. Baltazar Castro fê-lo enquanto inspector

⁸ Jorge Custódio, “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAA, 1993, pp. 33-71.

⁹ Miguel Tomé, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, 494 p., il.

¹⁰ Domingos Bucho, *Herança cultural e práticas de restauro arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo. Intervenções nas fortificações do distrito de Portalegre*, tese de doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico apresentada à Universidade de Évora, 2000, 730 p., il.

¹¹ Maria João Neto, *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1969)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, p. 228.

¹² *Ibidem*, p. 230.

¹³ Domingos Bucho, *op. cit.*, p. 186.

¹⁴ Miguel Tomé, *op. cit.*, p. 147.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 180-181. Acerca das viagens do arquitecto Vaz Martins temos apenas conhecimento das suas deslocações aos Açores e à Madeira, à Suíça, e do périplo pela zona do Loire, Itália, Líbano, Alexandria e Cairo. Cf. Maria João Neto, *op. cit.*, p. 232.

¹⁶ Miguel Tomé, *op. cit.*, pp. 180-181.

INTRODUÇÃO

superior de Obras Públicas em comissão de serviço no Ministério do Ultramar e Humberto dos Reis foi para Angola depois da sua aposentação.

No âmbito das comemorações centenárias da República do ano de 2010, Luís Raposo elaborou um estudo referente à reabilitação do património português no mundo¹⁷. Nesta ocasião, reconhecendo que o tema estava ainda muito carente de estudos, o autor recuou até às primeiras classificações promovidas em Angola, tendo destacado a ligação entre estas acções e o facto dos edifícios classificados, sobretudo igrejas e fortificações, serem coevos dos primeiros séculos da presença portuguesa naquele território¹⁸. Relativamente ao período do *Estado Novo* foram feitas referências à actuação de Pedro Quirino da Fonseca (1922-2001) mas, sobretudo, de Fernando Batalha (1908-2012) e de Luís Benavente, concluindo-se que em grande parte dos casos os critérios de intervenção foram os seguidos pela DGEMN até aos anos 60¹⁹. No entanto, o autor também alertou para o facto de Luís Benavente ter sido um arquitecto particularmente esclarecido acerca das tendências internacionais, aludindo à sua participação na elaboração da *Carta de Veneza* e ao desenvolvimento de documentos absolutamente pioneiros referentes à classificação dos monumentos do ultramar (1960) ou à salvaguarda e inventário do património histórico-artístico de Cabo Verde (1969, 1971)²⁰. A intensa actividade de Fernando Batalha em prol do património de Angola também foi reconhecida por este autor que mencionou algumas classificações e restauros realizados no período em causa²¹. O estudo do fundo arquivístico de Luís Benavente e das publicações de José Manuel Fernandes também permitiram a Luís Raposo aferir a importância do papel desempenhado por Quirino da Fonseca em Moçambique enquanto promotor de obras de restauro ou de classificações nos anos 1960-70, e autor de estudos publicados na revista *Monumenta*²². Relativamente ao período abrangido por este estudo, interessa-nos igualmente destacar a referência feita ao pioneirismo da Fundação Calouste Gulbenkian, remetendo-nos para o caso do forte de Jesus

¹⁷ Luís Raposo, “Intervenções de estudo. Reabilitação do património português no mundo ao longo do século XX (1910-2010)”, Jorge Custódio, coord., *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., 2011, pp. 359-363.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 359-360.

¹⁹ *Ibidem*, p. 361.

²⁰ *Ibidem*, p. 360.

²¹ *Ibidem*, pp. 360-361.

²² *Ibidem*, pp. 361-362.

INTRODUÇÃO

de Mombaça enquanto primeira expressão de uma acção desenvolvida sobretudo entre os anos de 1980 e 2000²³.

Relativamente aos estudos desenvolvidos por Jorge Custódio refira-se que na sua tese de doutoramento²⁴ foram feitas algumas referências à salvaguarda do património arquitectónico ultramarino no âmbito cronológico privilegiado (I República). No capítulo dedicado à questão da abrangência territorial dos serviços de monumentos portugueses foi feita referência a Ismael Gracias (1857-1919), avançando-se que esta figura proeminente da Índia Portuguesa manteve uma correspondência regular com o Conselho dos Monumentos Nacionais (1902-1905) e com a 1ª Circunscrição dos Conselhos de Arte e Arqueologia durante a I República, tendo enviado diversos relatórios e números da revista *O Oriente Português* e solicitado legislação para a protecção e valorização do património de Velha Goa²⁵. Foi igualmente mencionado o conhecimento que Ismael Gracias, vogal correspondente dos Conselhos de Arte e Arqueologia entre 1917 e 1919²⁶, teria da actividade desenvolvida nesta área pelos ingleses na Índia Britânica²⁷. Custódio identificou, também, a raridade da presença de assuntos relacionados com os monumentos das colónias nas sessões do Conselho dos Monumentos Nacionais e Comissão Executiva, aludindo ao já mencionado caso de Goa e ainda à discussão sobre o estado de conservação e futuro das ruínas de São Paulo de Macau²⁸. Nesta tese o autor concluiu que durante os primeiros momentos da I República “em matéria de interesse artístico não eram consideradas as colónias portuguesas, pelo que há uma omissão clara quanto ao modo de salvaguardar e conservar o património monumental, artístico e arqueológico, como expressão dos

²³ *Ibidem*, pp. 362-363.

²⁴ Jorge Custódio, *“Renascença” artística e prática de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República*, tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora, 2008, 2 vols., il., publicada com o título *“Renascença” artística e prática de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República: fundamentos e antecedentes* (vol. I), *“Renascença” artística e prática de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República: Património da Nação* (vol. II), Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011-2013, 2 vols., il.

²⁵ *Idem*, *“Renascença” artística e prática de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República*, tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora, 2008, vol. 1, tomo I, p. 372.

²⁶ *Ibidem*, vol. 2, p. 193.

²⁷ *Ibidem*, vol. 1, tomo I, p. 372.

²⁸ “Acta do Conselho de 6 de Abril de 1910”, ANBA – Livro 249, cit. por Jorge Custódio, *op. cit.*, vol. 1, tomo I, p. 376.

INTRODUÇÃO

descobrimientos e expansão portuguesa”²⁹. Considerando que estes monumentos só mereceram maior atenção a partir dos anos 20, o autor expôs os casos da publicação do Decreto nº161 de 24 de Maio de 1922³⁰, documento que esteve na origem da criação da Comissão de Monumentos Provinciais de Angola, e das classificações da igreja de Nossa Senhora da Nazaré, cuja fotografia de 1912 é apresentada³¹, ou dos monumentos de Cambambe e Encoje³². Parece-nos, no entanto, um pouco excessivo afirmar que “O início da protecção do património artístico das colónias dispunha desde 1920 de enquadramento legal”³³ devido à publicação das leis nº1005³⁴ e nº1022³⁵ de 7 e 20 de Agosto de 1920 que na verdade se referem ao regime das colónias e às atribuições dos altos-comissários. O facto da comissão em causa ter sido criada pelo alto-comissário Norton de Matos (1867-1955) porque teria poder para tal devido à publicação daquelas leis, não nos parece argumento suficiente para datar de 1920 o início da protecção do património colonial. Na mesma tese foi feita uma referência à possibilidade de Portugal se ter inspirado na legislação colonial italiana relativa à salvaguarda e classificação de monumentos coloniais³⁶, hipótese que não conseguimos confirmar, tendo notado, como veremos, uma forte influência directa da legislação da metrópole. Após esta referência ao caso de Angola, Custódio mencionou que “O sistema de protecção público dos monumentos provinciais, estendeu-se de seguida a Moçambique, à Índia e a Macau”³⁷. Mencione-se ainda o facto deste autor ter descortinado que no ano de 1923 membros da Associação dos Arqueólogos Portugueses estiveram no Magreb a identificar e estudar arquitectura religiosa e militar de origem portuguesa³⁸.

Além destes estudos cuja abordagem revela preocupações específicas com o desenvolvimento da História e Teoria do Restauro, é fundamental termos em consideração os trabalhos desenvolvidos nos últimos anos sob a perspectiva da História da Arquitectura³⁹.

²⁹ Jorge Custódio, *op. cit.*, vol. 1, tomo II, p. 727.

³⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Decreto nº161”, 27 de Maio de 1922, pp. 137-138.

³¹ Jorge Custódio, *op. cit.*, vol. 1, tomo II, p. 728; figura 148.

³² *Ibidem*, vol. 1, tomo II, p. 728.

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Diário do Governo* nº151, I Série, “Lei nº1005”, 7 de Agosto de 1920, p. 950.

³⁵ *Diário do Governo* nº161, I Série, “Lei nº1022”, 20 de Agosto de 1920, pp. 1001-1003.

³⁶ *Ibidem*, vol. 1, tomo II, p. 728.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*, vol. 1, tomo II, p. 788.

³⁹ A este propósito refiram-se os estudos desenvolvidos nos últimos anos acerca da arquitectura e urbanismo nas antigas possessões ultramarinas por José Manuel Fernandes, Manuel Teixeira, Ana Vaz Milheiro, Ana

INTRODUÇÃO

A este nível é justo começarmos por reconhecer os estudos de José Manuel Fernandes. No artigo “Luís Benavente e as fortalezas de África”⁴⁰ e no catálogo *Luís Benavente – arquitecto*⁴¹, através da referência sistemática a documentação do espólio deste técnico e director dos Monumentos Nacionais, José Manuel Fernandes traçou o percurso profissional do protagonista desde a sua formação até aos projectos derradeiros, passando pela divulgação da sua actividade de salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos a partir de meados dos anos 50.

No artigo publicado na revista *Oceanos* o autor desvendou pela primeira vez as ligações de Luís Benavente às fortificações de São Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo Verde, colónias onde este arquitecto desempenhou missões em comissão de serviço no Ministério do Ultramar, mas também do Gana, Moçambique e Angola, realidades que conhecia indirectamente graças aos contactos com o governo colonial britânico, com Pedro Quirino da Fonseca e Fernando Batalha. Nestas abordagens possibilitadas pelo recurso a documentação inédita, Fernandes traçou as circunstâncias em que Luís Benavente conheceu as diversas fortificações e apresentou breves súmulas acerca dos estudos, propostas, projectos e restauros concretizados a partir dos anos de 1958-1959 para os fortes de São Sebastião e São Jerónimo de São Tomé e Príncipe⁴²; para a fortaleza da Amura da Guiné⁴³; ou para a fortaleza Real de São Filipe, “Muralha do Mar”, forte do Presídio, “Porta do Mar” e fortes de São Brás, São João dos Cavaleiros e de São Lourenço de Cabo Verde⁴⁴. Neste artigo José Manuel Fernandes desvendou, além de outros objectos de estudo ou de intervenção de Luís Benavente, uma série de atitudes e documentos que atestam, como o próprio reconheceu, o pioneirismo deste director do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN⁴⁵. A este nível destaquem-se as referências feitas ao entendimento dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago como parte de um conjunto – a cidade – à proposta de inventário e classificação

Tostões, Ana Magalhães, Walter Rossa, Paulo Varela Gomes, Pedro Dias, Sidh Mendiratta, Alice Santiago Faria, Maria Manuela da Fonte, António Nunes Pereira, Isabel Maria Guterres Boavida, entre outros que, como estes autores, são citados ao longo desta tese.

⁴⁰ José Manuel Fernandes, “Luís Benavente e as fortalezas de África”, *Oceanos*, nº28, 1996, pp. 41-52, il.

⁴¹ *Idem*, coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, 157 p., il.

⁴² *Idem*, “Luís Benavente e as fortalezas de África”, *Oceanos*, nº28, 1996, pp. 43-45.

⁴³ *Ibidem*, p. 46.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 46-49.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 46.

global deste núcleo patrimonial⁴⁶, à valorização da *Carta de Veneza*⁴⁷ e à elaboração de uma série de documentos da maior importância, a saber: o “Relatório acerca dos Monumentos da Província de Cabo Verde” (1967), o “Inventário do Património Histórico-Artístico da Ribeira Grande, na Ilha de Santiago – Cabo Verde” (1971), ou o “Segundo Projecto de Legislação para a Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde” (1972)⁴⁸. Como dissemos anteriormente, neste artigo José Manuel Fernandes também desvendou a existência de documentação referente às fortificações de Angola e Moçambique, destacando que estas fontes de estudo permitem-nos sistematizar grande parte das construções existentes à data e conhecer o seu estado de conservação ou intervenções realizadas⁴⁹. Foram igualmente feitas referências a documentação que atesta o conhecimento de Benavente da realidade patrimonial da Etiópia, Marrocos e Rodésia⁵⁰.

No catálogo publicado no ano de 1997⁵¹, Fernandes esclareceu que no âmbito da sua campanha ultramarina, Benavente operou sobretudo em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, na Guiné e na Índia⁵², partindo depois para um breve resumo dos trabalhos desenvolvidos nestes territórios. Relativamente a Cabo Verde, segundo Fernandes o território ao qual aquele arquitecto dedicou mais tempo, foram feitas referências às intervenções no pelourinho da Ribeira Grande, na igreja de Nossa Senhora do Rosário, na fortaleza Real de São Filipe, e aos projectos desenvolvidos para outros templos, caso da sé da *Cidade Velha*, a “sua «paixão»”⁵³. Ainda a propósito de Cabo Verde, José Manuel Fernandes destacou a excelência alcançada por Luís Benavente ao nível da elaboração de documentos, aludindo aos relatórios, inventários, programas e propostas de legislação elaborados entre os anos de

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 46, 50.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 50-52.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 52.

⁵¹ José Manuel Fernandes, coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 11-49, 76, 82-84. Refira-se que neste catálogo também foi publicado um texto de Matilde Sousa Franco com algumas referências à faceta ultramarina de Luís Benavente. Nesta ocasião a autora destacou particularmente a importância reconhecida por este arquitecto ao inventário, ao desejo de reintegrar os monumentos no seu aspecto antigo ou aos projectos de restauro, de exposições e de séries de selos. A autora referiu, também, o facto de Benavente ter promovido o restauro de peças de Cabo Verde às expensas da Fundação Calouste Gulbenkian. Cf. Matilde Sousa Franco, “O Arquitecto Luís Benavente e o Património Cultural. Acção e Pioneirismo”, José Manuel Fernandes, coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 79-80.

⁵² José Manuel Fernandes, “*O Ultramar Anos 50-60*”, José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 33.

⁵³ *Ibidem*, p. 34.

INTRODUÇÃO

1969 e 1973 para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe⁵⁴, questão igualmente tratada no artigo publicado no ano de 1996. Um dos aspectos mais interessantes referidos por José Manuel Fernandes prende-se com o facto de Luís Benavente ter proposto a classificação do conjunto da Ribeira Grande como monumento nacional⁵⁵. No mesmo texto Fernandes identificou a missão a São Tomé e Príncipe como tendo sido a primeira experiência ultramarina de Luís Benavente, seguindo-se uma súmula acerca da intervenção promovida na igreja da Madre de Deus⁵⁶. Também foram feitas referências ao restauro da capela do Bom Despacho e aos projectos elaborados para os fortes de São Jerónimos e de São Sebastião⁵⁷. A referência à Guiné é mais curta, referindo-se apenas uma missão de três dias no ano de 1962⁵⁸ que, como veremos, não foi a única. Nesta ocasião, segundo Fernandes, Benavente interessou-se particularmente pela fortaleza da Amura e pelo seu restauro, conforme testemunham algumas plantas do espólio do arquitecto⁵⁹. Finalmente, o autor tratou o caso da Índia, identificando-o como tendo sido o mais dramático pois, afinal, Benavente esteve em Goa durante a invasão da União Indiana, ocasião em que teve a oportunidade de reunir alguma documentação e elaborar trabalhos referentes à ponte de Linhares, à sé de Goa e à necessidade de manter a laterite dos monumentos revestida como forma de evitar a sua degradação⁶⁰. Outros aspectos importantes tratados de forma inédita por José Manuel Fernandes prendem-se com as referências aos contributos de Fernando Batalha e de Pedro Quirino da Fonseca e com a elaboração por Luís Benavente da proposta pioneira de “Classificação dos Monumentos Nacionais” (1960)⁶¹. A existência de uma carta do governador-geral Vassalo e Silva (1899-1985) – na qual constam as bases legais e institucionais para a protecção do património da Índia Portuguesa – ou de outras missivas de Quirino da Fonseca e de Fernando Batalha também foram desvendadas por Fernandes⁶².

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 33, 34.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 35.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 36.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Ibidem*, pp. 36-37.

⁶¹ *Ibidem*, pp. 33, 36.

⁶² *Ibidem*, p. 37.

Este autor referiu, tal como no artigo anterior, a existência de contactos de Benavente com outras regiões do mundo⁶³.

Na obra *Geração Africana – Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1929-1975*⁶⁴, a propósito dos contributos de arquitectos portugueses para o crescimento dos núcleos urbanos daqueles territórios, José Manuel Fernandes destacou a actividade de Fernando Batalha “na área dos monumentos e da investigação na história urbana e do património arquitectónico”⁶⁵, tendo enumerado alguns dos muitos trabalhos publicados pelo técnico mas sem identificar ou analisar as intervenções idealizadas e realizadas no âmbito da actividade desenvolvida no Serviço de Monumentos Nacionais de Angola.

Mais recentemente, numa obra de conjunto dedicada às cidades, território e arquitectura de Cabo Verde⁶⁶, José Manuel Fernandes apresentou as campanhas de restauro e de reconstrução de monumentos deste arquipélago como um dos temas mais relevantes do século XX⁶⁷. O autor sustentou esta afirmação nos programas desenvolvidos por Luís Benavente sobretudo na ilha de Santiago, tendo destacado algumas das obras concretizadas, estudos e as propostas de inventário e de classificação legadas por este arquitecto⁶⁸. No capítulo dedicado à arquitectura daquela ilha, José Manuel Fernandes incluiu referências àqueles trabalhos, centrando-se sobretudo nos casos da fortaleza real de São Filipe, da igreja de Nossa Senhora do Rosário, da capela de São Roque ou do pelourinho mas, também, em outras capelas e fortificações nas quais as intervenções propostas não foram concretizadas⁶⁹. Neste contexto foram reproduzidos vários levantamentos, desenhos e projectos da autoria de Luís Benavente, documentos que fazem parte do espólio do arquitecto, a base de estudo de José Manuel Fernandes para a elaboração destes textos⁷⁰. O

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ José Manuel Fernandes, *Geração Africana: Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 118 p., il.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 18.

⁶⁶ José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, Ana Vaz Milheiro, João Loureiro, *Cabo Verde – Cidades, Territórios e Arquitecturas*, s.l., s.n., 2014, 192 p., il.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 8.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 12-13.

⁶⁹ *Ibidem*, pp. 89-101.

⁷⁰ Esta obra dedicada a Cabo Verde faz parte de uma colecção intitulada *Cidades, Territórios e Arquitecturas*. No entanto nos volumes referentes a Moçambique (2008), a São Tomé e Príncipe (2013) e Angola (2006, 2010) as referências ao restauro de monumentos são manifestamente mais escassas e breves, razão pela qual não as referimos no corpo deste texto.

INTRODUÇÃO

mesmo autor e outros que com ele colaboraram, casos de Fernando Pires, António Sopa, António Nunes Pereira, Alice Santiago Faria ou de Sidh Mendiratta, também introduziram algumas breves referências a este tema em diferentes entradas nos volumes da obra *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo*⁷¹.

Na sua obra dedicada à produção arquitectónica cristã de Velha Goa da segunda metade do século XVI e das primeiras décadas da centúria seguinte, António Nunes Pereira⁷² deu um contributo fundamental para a compreensão deste universo patrimonial. Nas análises destes objectos arquitectónicos, do seu tipo e morfologia, o autor incluiu pontualmente algumas referências a intervenções realizadas no século XX, dando pistas sobre o contexto em que foram concretizadas e, sobretudo, discorrendo acerca das consequências visíveis destas obras, um trabalho feito com recurso a diversas fontes iconográficas e gráficas. A este nível destaquem-se as referências feitas às intervenções realizadas nas igrejas de São Paulo⁷³ e do Bom Jesus⁷⁴, bem como na sé de Goa⁷⁵. Recorde-se ainda que António Nunes Pereira foi, como dissemos, um dos autores que aquando da elaboração das entradas para a obra *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo* teve a preocupação de incluir referências a restauros.

No ano de 2011 os arquitectos Sidh Mendiratta e Joaquim Rodrigues dos Santos apresentaram no congresso *Goa: Passado e Futuro* uma comunicação intitulada “«Visiono Velha Goa, a Cidade Morta, Reanimar-se...»: o Plano de Intenções de 1960 para a Musealização de Velha Goa”⁷⁶. Num estudo no qual através do recurso e análise de uma série de documentação inédita foi estabelecida uma estreita ligação entre os acontecimentos religiosos da Velha Goa e muito particularmente as exposições do corpo de São Francisco Xavier com a actividade da Comissão Permanente de Arqueologia, os autores

⁷¹ José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, 3 vols. [África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico; Ásia, Oceania; América do Sul], il.

⁷² António Nunes Pereira, *A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, 486 p., il.

⁷³ *Ibidem*, p. 123

⁷⁴ *Ibidem*, p. 226.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 145.

⁷⁶ Sidh Losa Mendiratta, Joaquim Rodrigues dos Santos, “«Visiono Velha Goa, a Cidade Morta, Reanimar-se...»: o Plano de Intenções de 1960 para a Musealização de Velha Goa”, *Actas do Congresso Internacional Goa Passado e Presente*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 397-414.

dedicaram alguns momentos à acção do arquitecto Baltazar Castro naquela cidade⁷⁷. Mendiratta e Rodrigues dos Santos dedicaram-se particularmente ao projecto de recuperação de Velha Goa aquando da administração do governador Manuel Vassalo e Silva e à reacção dos serviços do Ministério do Ultramar⁷⁸, sem no entanto enquadrarem esta situação numa realidade marcada pela tentativa de centralização destas questões por parte daquele ministério. Foi também feita uma breve alusão à missão liderada por Mário Chicó à Índia Portuguesa no ano de 1951.

Estes assuntos foram muito recentemente retomados e aprofundados por Joaquim Rodrigues dos Santos numa série de estudos que aguardam publicação⁷⁹. Num artigo referente à actuação de Baltazar Castro na Índia Portuguesa⁸⁰, o autor enquadrou os trabalhos desenvolvidos em Velha Goa no ano de 1952 no universo mais lato de uma carreira dedicada à DGEMN. Recorrendo a vários periódicos da época, o autor retomou a questão da integração da missão de Baltazar Castro numa realidade que abrangeu, em prol da valorização dos monumentos da antiga capital do Estado da Índia Portuguesa, os planos de saneamento (1940) e de preparação da cidade para as comemorações xaverianas de 1952. Neste estudo foi feita referência a uma entrevista concedida por Baltazar Castro na qual o arquitecto esclareceu as suas intenções – recuperar o aspecto primitivo destes monumentos – e clarificou que já tinha supervisionado trabalhos de restauro em Velha Goa, assunto que aprofundaremos nesta tese. Posteriormente, o autor elencou os trabalhos dirigidos por Baltazar Castro em Velha Goa, tendo defendido a possibilidade do programa incrementado no ano de 1959 com o objectivo de reintegrar a cidade no seu ambiente religioso, arqueológico e histórico ter buscado inspiração nas ideias defendidas por este arquitecto. Recorrendo ao episódio do desabamento do arco dos Vice-Reis no ano de 1953 muito possivelmente devido à remoção dos rebocos na campanha promovida por aquele arquitecto, Rodrigues dos Santos referiu que neste período começaram a surgir algumas

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 404-405.

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 406-409.

⁷⁹ Estes artigos não foram publicados à data de entrega desta tese. No entanto, no mês de Dezembro de 2015, portanto num momento em que nos encontrávamos a organizar o presente volume, este investigador cedeu-nos alguns estudos realizados no âmbito do seu pós-doutoramento.

⁸⁰ Joaquim Rodrigues dos Santos, “On the Trail of Baltazar Castro, a Portuguese Restorer in India”, *Proceedings of the EAHN 2015: Entangled Histories, Multiple Geographies*, Belgrado, European Architectural History Network - Arhitektonski Fakultet u Univerzitet u Beogradu, 2015 [no prelo].

dúvidas e críticas aos restauros realizados nos monumentos de Velha Goa, aos quais Baltazar Castro se manteve indirectamente ligado muito após 1952.

A questão dos rebocos e da acção de Baltazar Castro em Velha Goa no ano de 1952 foi igualmente tratada pelo mesmo autor num estudo dedicado ao caso da basílica do Bom Jesus⁸¹. Após uma contextualização histórico-artística do monumento na qual se evidenciou a sua importância tanto no passado como no momento em causa, tendo identificado a sua utilização como instrumento de propaganda do regime, o autor elencou as intervenções realizadas neste templo onde se encontra o corpo de São Francisco Xavier. Uma vez mais foi concedido particular destaque à remoção do reboco das fachadas deste e de outros monumentos de Velha Goa e às suas implicações. Tal como foi referido por António Nunes Pereira⁸², Rodrigues dos Santos mencionou o reacender desta polémica nos anos 90 e a continuação da degradação do monumento no presente devido à ausência de uma solução procurada desde o tempo da ditadura portuguesa.

Estes e outros temas foram igualmente tratados num estudo do mesmo autor dedicado ao referido plano de reintegração elaborado no ano de 1959⁸³, portanto na eminência da queda da Índia Portuguesa. Nesta ocasião Rodrigues dos Santos destacou o contributo das missões de estudo de Gilberto Freyre (1900-1987) e do grupo liderado por Mário Chicó à Índia Portuguesa no ano de 1951 como manifestações de força e tentativas de legitimação da ditadura e da ideia de luso-tropicalismo. Neste estudo encontramos, também, algumas referências às formas como outras potências coloniais, nomeadamente o Reino Unido e a França, procuraram, tal como Portugal durante o *Estado Novo*, preservar o património edificado ultramarino e, conseqüentemente, a sua autoridade. A responsabilização da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar pela salvaguarda dos monumentos nacionais ultramarinos a partir do ano de 1958, a existência das comissões de Angola e de Moçambique, bem como a importância dos trabalhos

⁸¹ *Idem*, “La polémica del revoco de la Basílica del Buen Jesús en Goa Vieja (India) y su influencia en la imagen del monumento y de la ciudad”, *VII Jornadas Arte y Ciudad*, Madrid, Facultad de Ciencias de la Información. Universidad Complutense de Madrid, 2015, [no prelo].

⁸² António Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 226-227.

⁸³ Joaquim Rodrigues dos Santos, “«Reinstalling the Old City of Goa as an Eternal Light of the Portuguese Spirituality»: The Plan for the Reintegration of Old Goa in the Context of the Imminent Invasion of the Portuguese ‘Estado da Índia’ by the Republic of India (1959-61)”, *Architectural Histories*, aceite, aguarda publicação.

INTRODUÇÃO

desenvolvidos por Fernando Batalha, Pedro Quirino da Fonseca e, sobretudo, por Luís Benavente, também são referidas neste trabalho de Rodrigues dos Santos. Tal como no artigo elaborado em conjunto com Sidh Mendiratta, nesta ocasião este investigador voltou a tratar as origens da Comissão Permanente de Arqueologia, a ligação entre o restauro dos monumentos de Velha Goa com as comemorações xaverianas e o programa proposto pelo governador-geral Vassalo e Silva para reintegrar a cidade na glória de outrora. As propostas e trabalhos elaborados pela comissão responsável pela concretização deste plano, incluindo a relutância manifestada a partir de Lisboa, as críticas tecidas pelo arquitecto Ressano Garcia (1927-), um defensor da dificuldade ou desinteresse de modernizar uma cidade-museu, e a deslocação de Luís Benavente no ano de 1961 como uma manifestação de força da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação do Ministério do Ultramar, foram igualmente tratadas neste estudo. Nos momentos finais deste artigo Rodrigues dos Santos esclareceu que devido à queda da Índia Portuguesa no ano de 1961 apenas parte do plano traçado em 1959 foi concretizado, nomeadamente obras de reparação e consolidação de alguns monumentos, a abertura de algumas ruas, o ajardinamento da zona compreendida entre a casa professa do Bom Jesus e a sé catedral ou a construção do Instituto Pio X.

Num campo de estudo distinto, o da museologia, convém destacar a tese de doutoramento apresentada por Pedro Pereira Leite⁸⁴ no ano de 2010. Apesar do autor ter abordado sobretudo questões museológicas, esta tese reveste-se de uma importância considerável no âmbito da temática da salvaguarda do património arquitectónico ultramarino devido à exploração do caso da adaptação do antigo hospital da Misericórdia a Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique, concedendo-se particular atenção ao contributo de Maria Madalena Cagigal e Silva (1920-1984)⁸⁵. O capítulo dedicado à construção de uma memória erudita na Ilha de Moçambique também se revela bastante interessante pela identificação e análise de textos fundamentais para o acompanhamento da salvaguarda patrimonial naquele local, caso dos estudos da autoria de Alexandre Lobato (1915-1985), Joaquim José Lapa (1843-1896) e de Santana Sebastião da Cunha⁸⁶. O autor também dedicou alguns

⁸⁴ Pedro Pereira Leite, *Casa MUSS-AMB-IKE – O compromisso no processo museológico*, tese de doutoramento em Museologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Departamento de Museologia, 2010, 568 p., il.

⁸⁵ *Ibidem*, pp. 1i-1vii.

⁸⁶ *Ibidem*, pp. 333-351.

momentos à Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, tendo alertado para o facto de anteriormente ao ano de criação deste organismo já existir uma ampla divulgação das questões patrimoniais graças à circulação do *Moçambique: Documentário Trimestral*⁸⁷. A publicação da comissão, o boletim *Monumenta*⁸⁸, o conteúdo de cada volume – com destaque para alguns artigos de Alexandre Lobato e de Pedro Quirino da Fonseca – bem como algumas intervenções divulgadas neste âmbito, foram igualmente tratadas por Pereira Leite. Foram também tecidas considerações relevantes a propósito das semelhanças daquela publicação com o boletim da DGEMN⁸⁹, e do plano de valorização da Ilha de Moçambique nos anos 60, associando-o ao desenvolvimento do turismo neste local⁹⁰.

Julgamos ser pertinente referir que internacionalmente os investigadores têm vindo a despertar nos últimos anos para a questão do património arquitectónico ultramarino e concretamente para a necessidade da sua preservação⁹¹. Ainda assim os estudos exclusivamente dedicados ao trabalho desenvolvido pelas comissões de monumentos ou Serviços de Obras Públicas nas antigas possessões coloniais britânicas, francesas, italianas ou holandesas, no seu conjunto, estão longe de estar concluídos. Podemos, no entanto, destacar a obra *The Preservation of Great Zimbabwe: your Monument our Shrine*⁹², na qual Webber Ndoro abordou as origens da gestão patrimonial na outrora Rodésia do Sul, remetendo para as medidas tomadas pelo governo britânico para a salvaguarda dos monumentos desta então colónia. Sudeshna Guha e Tapatí Guha Thakurta, entre outros investigadores, merecem destaque no âmbito dos estudos da salvaguarda patrimonial na outrora Índia Britânica⁹³. Podemos também referir o caso da obra de John Keay, *To cherish*

⁸⁷ *Ibidem*, p. 356.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 358.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 360.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ Observem-se os casos de Bakonirina Rakotmanonjy, org., *Protection juridique du patrimoine culturel immobilier: orientations pour les pays francophones de l'Afrique Subsaharienne*, Roma, ICCROM, 2009, 72 p., il; Webber Ndoro, Gilbert Pwiti, org., *Legal Frameworks for the Protection of Immovable Cultural Heritage in Africa*, Roma, ICCROM, 2005, 75 p., il; Webber Ndoro, Albert Mumma, George Abungu, org., *Cultural Heritage and the law: Protecting Immovable Heritage in English-Speaking Countries of sub-Saharan Africa*, Roma, ICCROM, 2009, 121 p., il.

⁹² Webber Ndoro, *The Preservation of Great Zimbabwe: your Monument our Shrine*, Roma, ICCROM, 2005, 90 p., il.

⁹³ Entre outros títulos veja-se: Sudeshna Guha, "South Asian Heritage and Archaeological Practices", C. Sandis, ed., *Cultural Heritage Ethics: Past Achievements and Present Duties*, Cambridge, Open Book Publishers, 2013,

*and conserve: the early years of the Archaeological Survey of India*⁹⁴, estudo dedicado aos momentos de fundação e primeiros anos de actividade do organismo responsável pela salvaguarda do património na Índia Britânica.

Uma vez que a questão da utilização dos monumentos como forma de propaganda da ideologia colonial é transversal ao nosso estudo, tendo inclusivamente um capítulo dedicado à divulgação da imagem do património arquitectónico ultramarino, é importante fazermos uma breve alusão aos trabalhos mais significativos acerca desta temática tão abrangente. Um dos primeiros contributos para o conhecimento do modo como as artes plásticas e os monumentos foram habilmente incorporados na poderosa máquina de propaganda do *Estado Novo*, foi dado no ano de 1991 por Margarida Acciaiuoli⁹⁵. Nesta ocasião a autora realizou uma análise irrepreensível da natureza dos pavilhões constituintes da mostra de Belém de 1940, incluindo o “Pavilhão dos Descobrimentos” e a “Secção Colonial”. No entanto, na descrição desta secção, verdadeira “dança de reconstituições e ensaios”⁹⁶, não constam referências às reproduções de monumentos ultramarinos que iremos tratar. Por seu lado, Rui Afonso Santos⁹⁷ ao descrever múltiplos pavilhões e *stands* de diversas exposições e feiras deu o primeiro grande contributo para um conhecimento mais aprofundado acerca das mostras de temática colonial. Na sua tese o autor destacou a existência de diversos casos de reconstituições de monumentos ultramarinos na *Exposição Colonial de Paris* (1931), algo que não se verificou no contributo português gizado por Raul Lino (1879-1974)⁹⁸. No entanto, conforme o autor deu conta, este revivalismo discordante de uma existente contemporaneidade decorativa, estaria posteriormente presente na /

pp. 103-115; Tapati Guha Thakurta, *Monuments, Objects, Histories: Institutions of Art in Colonial and Postcolonial India*, New York, Columbia University Press, 2004, 432 p.

⁹⁴ John Keay, *To cherish and conserve: the early years of the Archaeological Survey of India*, New Delhi, Archaeological Survey of India, 2011, 116 p.

⁹⁵ Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”*, tese de doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, 2 vls., il., publicada com o título *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, 237 p., il.

⁹⁶ *Idem*, *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 154.

⁹⁷ Rui Afonso Santos, *O Design e a Decoração em Portugal: Exposições e Feiras – os anos 20 e 30*, tese de mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2 vols., il.

⁹⁸ *Ibidem*, vol. I, pp. 106-107.

INTRODUÇÃO

Exposição Colonial Portuguesa (1934) através de reproduções do arco dos Vice-Reis de Goa e do farol da Guia de Macau⁹⁹

Na tese de doutoramento *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*¹⁰⁰, Maria Isabel João analisou de forma transversal alguns centenários que tiveram como denominador comum a ideia de “Império Português”. Nesta obra incontornável para o estudo das comemorações de temática colonial pelo rigor com que foram identificados e analisadas práticas, ritos e iconografia produzida nestas ocasiões, encontram-se diversas referências à participação dos monumentos ultramarinos bem como à utilização da sua imagem em selos, notas ou medalhas, entre outros veículos de propaganda colonial.

Na anteriormente mencionada obra dedicada à “geração africana” de arquitectos portugueses¹⁰¹, José Manuel Fernandes abordou sinteticamente a *Exposição Provincial de Nova Lisboa* (1935) e a *Exposição-Feira de Angola* (1938), tendo aludido às inaugurações, características arquitectónicas e urbanísticas¹⁰². Porém, não foi feita referência à réplica da fortaleza de Muxima apresentada na mostra de 1938, questão que iremos explorar. Neste estudo são, no entanto, feitas algumas menções a selos postais¹⁰³, tema recuperado de um contributo anterior deste autor para o conhecimento da História da Expansão Portuguesa¹⁰⁴ numa obra na qual também consta um texto de Francisco Bethencourt dedicado à “Memória da Expansão”¹⁰⁵. Nesta ocasião, no momento dedicado às exposições de temática colonial, este autor fez referência a algumas das representações de monumentos apresentadas na *Exposição do Mundo Português* e na *I Exposição Colonial Portuguesa*¹⁰⁶, tendo considerado que a recriação de ambientes coloniais nestas mostras resultou do contacto com as grandes

⁹⁹ *Ibidem*, vol. I, p.141.

¹⁰⁰ Maria Isabel João, *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 773 p.

¹⁰¹ José Manuel Fernandes, *Geração Africana – Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1929-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 118 p., il.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 84, 85.

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 85, 111.

¹⁰⁴ José Manuel Fernandes, “Arquitectura e Urbanismo no Espaço Ultramarino Português”, Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, vol. 5, pp. 375-377

¹⁰⁵ Francisco Bethencourt, “A Memória da Expansão”, Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, vol. 5, pp. 442-480.

¹⁰⁶ *Ibidem*, pp. 463, 466.

exposições universais e coloniais organizadas na Europa desde as últimas décadas do século XIX¹⁰⁷.

Numa vertente de investigação distinta, José Luís Lima Garcia¹⁰⁸ contribuiu para o conhecimento da máquina de propaganda colonial do *Estado Novo*. Na sua tese de doutoramento o autor apresentou um capítulo dedicado à ideia de “Império” patente nas exposições ou concursos oficiais e na História. Das conclusões originais alcançadas neste estudo interessa-nos destacar a multiplicidade de periódicos de temática colonial, um total de cento e setenta e dois¹⁰⁹, dos quais 30% era de natureza propagandista e 9% de cariz literário e cultural¹¹⁰.

Por fim, refira-se o artigo de Maria João Castro¹¹¹ dedicado a dois pintores viajantes e às suas incursões pelo ultramar, Jorge Barradas (1894-1971) e Fausto Sampaio (1893-1956). Neste estudo onde foram aprofundadas questões afloradas na tese de mestrado da mesma autora¹¹² foi feita uma breve referência à representação de fortalezas e igrejas da Índia Portuguesa na produção de Fausto Sampaio.

OBJECTIVOS E ESTRUTURA DA TESE

A tese à qual nos dedicamos neste momento tem como objectivo de fundo o estudo crítico das circunstâncias, critérios, práticas e protagonistas da salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino entre os anos de 1930 e 1974, o que nos obriga a analisar os casos dos territórios que à data eram colónias ou províncias ultramarinas: São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Portuguesa, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa, Macau e Timor. Deste modo, pretendemos contribuir para o desenvolvimento da História e Teoria do Restauro, extravasando os habituais limites geográficos de Portugal Continental e

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 466.

¹⁰⁸ José Luís Lima Garcia, *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*, tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 764, il.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 218.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 219.

¹¹¹ Maria João Castro, “O pintor viajante e o ultramar português: Fausto Sampaio e Jorge Barradas”, *Arte e Viagem*, s.l., Instituto de História da Arte/Estudos de Arte Contemporânea, 2012, pp. 171-175.

¹¹² *Idem*, *A viagem e a arte em Portugal no Estado Novo: As visitas presidenciais às ex-colónias*, tese de mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, 540 f., il.

das Ilhas da Madeira e dos Açores e, conseqüentemente, o raio de acção da DGEMN, para investigarmos a realidade ultramarina.

Na verdade, tendo em consideração a complexidade da problemática em causa e o ensejo de alcançar uma resposta tão completa e rigorosa quanto possível, optámos por elencar uma série de questões às quais objectivamos responder ao longo da tese como forma de alcançar os objectivos traçados. Assim, o conhecimento que temos da situação do património arquitectónico português durante o balizamento temporal definido em conjunto com a consciência da importância da questão colonial na História Contemporânea de Portugal tornam absolutamente imperativas as seguintes questões: Estes monumentos ultramarinos e as intervenções praticadas foram elementos de afirmação política e ideológica do *Estado Novo*? Até que ponto os modelos desenvolvidos para os territórios portugueses ultramarinos foram devedores da(s) realidade(s) da metrópole e da intensa actividade da DGEMN? Além do papel desempenhado pelo governo central, nomeadamente pelo Ministério do Ultramar, podemos falar em contributos significativos dos governadores, da Igreja Católica e de entidades privadas? Tendo em consideração a multiplicidade, dispersão geográfica e características intrínsecas de cada colónia mas, também, a orientação tendencialmente centralizadora da política *estadonovista*, terá havido uma tentativa de criar um só modelo de salvaguarda patrimonial para os territórios ultramarinos? A importância de cada uma das colónias influenciou o maior ou menor desenvolvimento das políticas e práticas de salvaguarda patrimonial? Em que consistiram os programas de salvaguarda e as intervenções concretizadas, quais os critérios subjacentes? Quem foram os protagonistas destas acções e quais as características mais marcantes do seu pensamento e práticas tendo em consideração os princípios dominantes e vanguardistas na época? Qual o nível de divulgação da imagem deste universo patrimonial? A estrutura da presente tese reflecte naturalmente o desejo de responder a estas questões. Tal como passaremos a demonstrar, este estudo encontra-se organizado em quatro grandes partes subdivididas nos respectivos capítulos e subcapítulos.

Um modelo de salvaguarda patrimonial à imagem da metrópole?

INTRODUÇÃO

A realização de intervenções de conservação e restauro de monumentos nacionais durante o *Estado Novo* é naturalmente associada sem qualquer tipo de hesitação à actividade da DGEMN. É este o modelo de salvaguarda patrimonial conhecido e disseminado: esta direcção-geral do Ministério do Comércio e Comunicações/Ministério das Obras Públicas e Comunicações tornou-se a partir do ano de 1929 o organismo público responsável pela realização de obras em edifícios e monumentos nacionais¹¹³, tendo por isso um papel fundamental de disseminador da ideologia *estadonovista* ao nível do entendimento, utilização e divulgação dos monumentos como testemunhos eloquentes de períodos, acontecimentos ou figuras cuja revivificação interessava no presente. Concomitantemente não podemos esquecer o papel desempenhado pelos organismos do Ministério da Instrução Pública/Ministério da Educação Nacional, casos do Conselho Superior de Belas Artes criado no ano de 1932 ou da Junta Nacional de Educação apresentada em 1938 enquanto organismos consultivos com competências ao nível da organização de inventários, da promoção da classificação, da emissão de pareceres referentes a obras ou da definição de zonas de protecção, entre outras¹¹⁴.

Tendo em consideração esta realidade da metrópole, a referência existente e já largamente explorada, sentimos necessidade de começar este estudo com um capítulo dedicado ao(s) modelo(s) de salvaguarda patrimonial do ultramar português, procurando compreender se houve ou não uma tentativa de recriar o(s) paradigma(s) sedeados e disseminados a partir de Lisboa. Assim teremos uma primeira fase subdividida em seis subcapítulos que no seu conjunto correspondem à teia analítica desta investigação, reunindo os grandes quesitos que se levantam quando temos conhecimento de uma só realidade, a da metrópole, geograficamente muito distante mas cujo grau de desenvolvimento e dinâmica eram extraordinariamente possantes e como tal, sugerimos, seriam absolutamente paradigmáticos.

Primeiro, pretendemos definir o contexto político-ideológico do período em causa, possibilitando uma avaliação do significado e importância dos monumentos ultramarinos

¹¹³ *Diário do Governo* nº97, I Série, “Decreto nº16:791”, 30 de Abril de 1929, p. 1057.

¹¹⁴ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436; *Diário do Governo* nº116, I Série, “Decreto-Lei nº26611”, 19 de Maio de 1936, pp. 536-547; *Diário do Governo* nº114, I Série, “Decreto-Lei nº46348”, 22 de Maio de 1965, p. 710; *Diário do Governo* nº114, I Série, “Decreto-Lei nº46 349”, 22 de Maio de 1965, p. 710.

INTRODUÇÃO

expressa, sobretudo, na eventual convocação destas construções no âmbito de comemorações de aniversários de temática colonial que à semelhança da metrópole poderão ter incitado a realização de intervenções de conservação ou restauro.

Segundo, iremos olhar para a tal realidade ultramarina e, como tal, à margem da actividade da DGEMN, procurando identificar o regime jurídico a que este património estava sujeito e a sua evolução antes e depois do Decreto nº41 787 de 1958¹¹⁵, um marco absolutamente incontornável na medida em que incumbiu a DGOPC do Ministério do Ultramar do inventário, classificação e orientação de obras de conservação e restauro de monumentos de interesse nacional existentes além-mar; os princípios subjacentes a estas intervenções praticadas no ultramar; e o funcionamento dos estaleiros, procurando identificar a dinâmica de funcionamento a nível humano e material.

Terceiro, sendo a realidade em causa tão vasta, heterogénea e distante do poder central, neste caso do Ministério das Colónias/Ministério do Ultramar, interessa-nos compreender qual o papel desempenhado pelos governadores, os mais altos representantes do Governo Português nestes territórios. A este nível interessa-nos sobretudo perceber quais as medidas tomadas por estes líderes e as razões subjacentes a estas acções.

No quarto e quinto momentos da primeira parte deste estudo, acreditando que a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino, tal como aconteceu na metrópole, não dependeu exclusivamente da acção pública, pretendemos averiguar a existência de contributos da Igreja Católica, nomeadamente das missões, e das entidades privadas que, eventualmente, se terão interessado por esta realidade e promovido a sua salvaguarda. Afinal, referimo-nos a organismos religiosos herdeiros de uma missão evangelizadora multacentenária recordada no período em causa por múltiplas construções, e a entidades, caso da Fundação Calouste Gulbenkian, dotadas de uma vertente cultural, patrimonial, benemérita e ultramarina bem conhecida.

Por último, tendo presente a heterogeneidade do universo em causa, a tendência centralizadora do regime *estadonovista* e a referência da metrópole onde dominava a acção da DGEMN e respectivos órgãos consultivos, será interessante perceber, baseando-nos na

¹¹⁵ *Diário do Governo* nº 172, I Série, “Decreto nº41 787”, 7 de Agosto de 1958, pp. 756-761.

evolução do regime jurídico anteriormente analisado e nos programas desenvolvidos, de que forma o tal Decreto nº41 787 foi sinónimo de uma tentativa de centralização destas questões pelo Ministério do Ultramar. Nesta fase interessa compreender o que foi feito ao nível da aplicação deste documento legal e avaliar se entre os anos de 1958 e 1973, momento em que pela primeira vez foi organizada uma reunião com diferentes responsáveis do património em causa, esta tentativa de centralização foi ou não bem-sucedida.

A valorização dos monumentos nacionais ultramarinos: circunstâncias e atitudes

Após termos tecido a teia analítica do nosso estudo pretendemos escarpelizar individualmente cada um dos casos que fazem parte deste universo, ou seja, as províncias ultramarinas de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa, Macau e Timor. Para compreendermos cada um destes casos com o rigor que se exige julgamos necessário identificar e analisar uma série de assuntos cujo domínio nos parece fundamental.

Numa primeira fase iremos apresentar uma breve resenha histórico-artística dos monumentos tratados ao longo do respectivo subcapítulo, ou seja, os nossos objectos de estudo, sendo esta uma etapa essencial para a compreensão das práticas de salvaguarda patrimonial posteriormente tratadas. A este propósito podemos desde já esclarecer que estando perante um vastíssimo universo patrimonial constituído por várias centenas de exemplares arquitectónicos optámos por restringir o nosso estudo àqueles que foram considerados como monumentos nacionais, tendo sido de facto classificados ou apenas reconhecidos como tal sem que houvesse posterior confirmação legal.

Numa segunda fase, estando já familiarizados com os momentos mais importantes da história destes monumentos de interesse nacional bem como com as suas principais características, pretendemos compreender quais as razões subjacentes ao interesse do *Estado Novo* no território em causa, isto é, qual a sua relevância no contexto da política colonial exposta no primeiro capítulo desta tese. Neste âmbito teremos em consideração a importância de eventuais factores económicos, estratégicos, culturais, ideológicos e geográficos que no contexto em causa poderão ter influenciado uma maior ou menor

INTRODUÇÃO

atenção ao património arquitectónico de cada um destes territórios sob administração portuguesa nesta época.

O terceiro momento destes subcapítulos será dedicado aos programas, práticas e critérios de intervenção reconhecidos durante a vigência do *Estado Novo*, pretendendo proceder à sua identificação e exame atento. Neste momento teremos em consideração alguma produção literária; estratégias e programas desenvolvidos neste período a um nível local ou a partir da metrópole, como a criação de comissões de monumentos em Angola, Moçambique, Índia Portuguesa ou Macau, ou as missões de Luís Benavente, de Baltazar Castro ou de Mário Chicó; e, evidentemente, as campanhas de conservação e restauro concretizadas, atendendo ao período, responsáveis, características das obras, critérios e circunstâncias particulares.

Seguir-se-á, num quarto momento de estudo, a apresentação dos resultados do levantamento das obras de conservação e restauro realizadas nestes monumentos nacionais ultramarinos, bem como uma análise destas informações orientada pelo conhecimento dos princípios e práticas da época, tanto nacionais como internacionais. Nesta fase não temos, naturalmente, a pretensão de tratar a totalidade das intervenções, apenas aquelas que consideramos terem sido as mais significativas.

Numa derradeira fase iremos apresentar um caso de estudo mais aprofundado cuja escolha foi determinada pelo modo como permite aferir a realidade abordada em cada um destes capítulos. Neste sentido, iremos apresentar estudos mais extensos acerca dos seguintes casos: igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Ribeira Grande de Santiago (Cabo Verde), igreja da Madre de Deus de São Tomé (São Tomé e Príncipe), fortaleza de São José da Amura (Guiné), igreja de Nossa Senhora do Carmo de Luanda (Angola), igreja e hospital da Misericórdia da Ilha de Moçambique (Moçambique), igreja e casa professa do Bom Jesus de Velha Goa (Índia) e sé catedral e paço episcopal de Macau (Macau). Note-se que a abordagem ao caso de Timor será manifestamente distinta na medida em que as intervenções realizadas neste período parecem ter sido escassas, razão pela qual não será apresentado um caso de estudo aprofundado.

Os protagonistas

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos os estudiosos da História e Teoria do Restauro e da História da Arquitectura e do Urbanismo têm contribuído para o alargamento do conhecimento relativo aos arquitectos-restauradores que desenvolveram a sua actividade ao serviço da DGEMN e aos arquitectos que dedicaram grande parte da suas carreiras à elaboração de projectos nos/para os territórios portugueses ultramarinos durante o *Estado Novo*. No entanto, quando começámos a debruçarmo-nos sobre o tema deste estudo sentimos que havia ainda um grande desconhecimento acerca dos arquitectos-restauradores responsáveis pela salvaguarda do património arquitectónico ultramarino.

Deste modo iremos dedicar uma parte do presente estudo aos arquitectos-restauradores dos monumentos do além-mar, os grandes protagonistas destas campanhas de conservação e restauro que muitas vezes ultrapassaram os limites das suas funções, dedicando-se também ao estudo, ao inventário, à promoção da classificação, à elaboração de princípios e de legislação ou à divulgação do universo patrimonial em estudo. Referimo-nos aos casos de Joaquim Santiago Areal e Silva (1907-?), técnico da DGEMN que desempenhou uma missão em Moçambique; de Baltazar da Silva Castro, reconhecido director do Serviço de Monumentos da DGEMN mas que enquanto inspector superior de Obras Públicas esteve pelo menos em Moçambique, Angola e na Índia Portuguesa; de Martinho Humberto dos Reis que enquanto director do Serviço de Monumentos da DGEMN foi à Índia Portuguesa e após a sua aposentação foi contratado pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola; de Fernando Batalha, possivelmente o maior defensor do património arquitectónico, artístico e arqueológico de Angola; de Luís Benavente, o grande responsável pela questão do desenvolvimento e aplicação do programa do Ministério do Ultramar para os monumentos de interesse nacional existentes nas então províncias ultramarinas; e de Pedro Quirino da Fonseca, arquitecto que consagrou parte da sua vida à reactivação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique e à protecção, revitalização e divulgação do património desta província ultramarina.

Assim, ao longo deste capítulo iremos procurar contextualizar e determinar os contributos destes arquitectos-restauradores para a salvaguarda do património arquitectónico

ultramarino, identificando e avaliando as características dominantes do seu pensamento e práticas.

As imagens do património arquitectónico ultramarino

A preservação de determinado monumento é em grande parte devedora do conhecimento da sua existência na medida em que o desconhecimento de certa situação inviabiliza a ponderação ou aplicação de qualquer medida protectora. Assim, a fase final deste estudo será dedicada às diversas formas de divulgação da imagem do património arquitectónico ultramarino pois, como se sabe, o *Estado Novo* promoveu uma intensa e complexa utilização das diversas expressões artísticas como veículos de propaganda dos ideais do regime, incluindo naturalmente a questão colonial.

Desta forma, nesta quarta e última parte pretendemos explorar o mundo da imagem, a divulgação da reprodução imagética dos padrões constituintes do “império da Memória” como forma de assegurar a sobrevivência da “memória do Império” enquanto elemento de legitimação do colonialismo português. Neste sentido, como forma de avaliar a projecção destas imagens, serão apresentados os resultados do levantamento realizado e respectivas análises das reproduções presentes em exposições de temática colonial organizadas na metrópole, nas províncias ultramarinas e no estrangeiro; em alguns periódicos, sobretudo boletins e revistas dotadas de uma vertente artístico-cultural significativa; em selos, moedas, notas e medalhas; e, por último, em obras de pintura ou desenho de artistas portugueses da época.

METODOLOGIA E INVESTIGAÇÃO REALIZADA

Ao longo dos quatro anos dedicados a este tema orientámos o nosso trabalho em dois campos distintos mas absolutamente complementares. Referimo-nos à investigação desenvolvida em bibliotecas, arquivos e espólios particulares e ao trabalho de campo, isto é, o contacto directo com o universo patrimonial eleito como objecto de estudo. Devido a condicionantes de natureza económica e temporal não foi possível – como de início sabíamos que não seria – visitarmos a totalidade das outrora províncias portuguesas ultramarinas. Ainda assim, tivemos a possibilidade de conhecer a maioria – Cabo Verde,

INTRODUÇÃO

Moçambique, Goa, Angola e São Tomé e Príncipe – podendo esclarecer que a selecção foi feita de forma ponderada de acordo com a documentação existente nos arquivos e bibliotecas previamente contactados.

Em síntese, ao longo deste período dividimos o nosso trabalho entre o desenvolvimento de levantamentos bibliográficos e documentais, compilação e análise da informação recolhida, composição de textos e organização gráfica do presente volume.

Termine-se esclarecendo que a investigação teve lugar sobretudo nos seguintes arquivos e bibliotecas:

Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes
Arquivo da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian
Arquivo da Fundação Mário Soares
Arquivo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
Arquivo do Instituto Nacional do Património Cultural de Angola
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Arquivo do Património Cultural (Maputo, Moçambique)
Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde
Arquivo Histórico do Patriarcado
Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe
Arquivo Histórico Ultramarino
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian
Biblioteca Central da Marinha
Biblioteca Nacional de Angola
Biblioteca Nacional de Moçambique
Biblioteca Nacional de Portugal
Biblioteca da Sociedade de Geografia
Directorate of Archives & Archaeology (Panjim, India)

Tendo havido disparidade e insuficiência entre os meios de defesa do Património Cultural do Ultramar e, até, a inexistência desses meios em algumas Províncias, considera-se de urgente necessidade remediar a actual situação de forma a poder-se assegurar a preservação dos bens culturais em que o Governo está altamente empenhado e que é de elevado interesse nacional.

Fernando Batalha, Pedro Quirino da Fonseca, Luís Benavente e Fernando Schiappa Campos, 1973.

Nesta primeira parte pretendemos urdir a teia analítica do presente estudo dedicado à salvaguarda do património arquitectónico ultramarino, definindo e tratando as grandes questões de fundo, os problemas que surgem quando nos deparamos com uma realidade difusa e heterogénea mas pretensamente próxima e homogénea e, sobretudo, consideravelmente distinta daquela que seria a grande referência, a metrópole.

Assim, consideramos fundamental começar por definir o contexto político-ideológico no qual se assistiu ao desenvolvimento das práticas de salvaguarda patrimonial em estudo. O domínio desta questão, isto é, da ideologia e política colonial do *Estado Novo*, é fundamental para que possamos avaliar a importância que os monumentos ultramarinos tiveram para o Governo e para compreendermos o desenvolvimento de determinados projectos de conservação e restauro. Para isso, sentimos necessidade de averiguar a existência de comemorações de aniversários de temática colonial pois, conforme já foi provado anteriormente, o facto de os monumentos terem sido convocados durante o *Estado Novo* para desempenharem papéis activos naquelas ocasiões, acabou por determinar o desenvolvimento de programas de restauro ou de conservação¹¹⁶.

Tendo analisado este contexto político-ideológico fortemente marcado pela questão colonial e importância simbólica dos monumentos, pretendemos dissecar a situação do património arquitectónico ultramarino enquanto realidade que não beneficiava da acção da Direcção-

¹¹⁶ Maria João Neto, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, pp. 137-156.

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) ou dos recursos existentes na metrópole. Neste âmbito, interessa-nos sobretudo determinar a evolução do regime jurídico do património arquitectónico ultramarino, os princípios subjacentes às intervenções de conservação e restauro e o funcionamento dos estaleiros de obra, procurando identificar semelhanças e diferenças em relação à realidade da metrópole.

A compreensão das circunstâncias específicas em que se desenvolveram os programas de salvaguarda patrimonial que pretendemos analisar mais tarde obriga, também, a um olhar para o papel desempenhado por aqueles que pela sua proximidade, influência e/ou interesse poderão ter sido determinantes para a preservação dos monumentos em causa. Referimo-nos aos governadores, representantes da Igreja Católica e a entidades particulares. Nestes casos interessa-nos compreender qual a relação destes indivíduos ou entidades com o património arquitectónico ultramarino, quais as suas obrigações (se algumas), interesses e medidas tomadas no sentido da salvaguarda dos monumentos existentes além-mar.

Finalmente, antes de entrarmos na parte II deste estudo e na respectiva análise individualizada, ainda que nunca espartilhada ou descontextualizada, da situação do património arquitectónico em cada uma das províncias portuguesas ultramarinas, pretendemos analisar o modo como durante o período em causa se evoluiu de uma ausência quase total de atenção do governo central para com as realidades em causa, para uma claríssima tentativa de centralização que coincidiu com o agravamento da contestação anticolonial e com as respectivas tentativas de justificação e legitimação do colonialismo *estadonovista*.

1.1 A IDEOLOGIA COLONIAL E O VALOR MEMORIAL DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO ULTRAMARINO

O estudo das questões relacionadas com a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino no período definido obriga a um olhar atento sobre o contexto político, económico, social, religioso e cultural do tempo ou, se preferirmos, sobre a ideologia do regime vigente e o modo como esta naturalmente orientou e condicionou todos estes aspectos. Apesar de não termos a pretensão de analisar a ideologia do *Estado Novo* e o seu impacte na vivência portuguesa entre os anos de 1933 e 1974, consideramos importante

começar este estudo com algumas reflexões acerca da ideia de “império” no pensamento do *Estado Novo* e da sua política colonial¹¹⁷. Esta análise será naturalmente norteadas e limitada pela intenção de compreendermos o modo como a ideologia vigente influenciou a(s) forma(s) como o património arquitectónico ultramarino e especificamente os monumentos nacionais foram entendidos, intervencionados e utilizados neste período.

A ideia de “Império” no contexto português não é exclusiva do *Estado Novo*. Na verdade, parece ser consensual que esta ideia constituiu um dos componentes do pensamento dos partidários republicanos sobretudo após a situação do *Ultimatum* britânico de 1890¹¹⁸ e que a I República (1910-1926) procurou organizar o *Império Colonial Português*¹¹⁹ conforme testemunham, por exemplo, a inclusão do título V “Da administração das Províncias Ultramarinas”¹²⁰ na *Constituição Política da República Portuguesa* de 1911 – cujo artigo 67º esclarece que predominará o regime de descentralização¹²¹ – ou a criação do Ministério das Colónias a 23 de Agosto de 1911¹²². No entanto, acontece que a incapacidade do regime

¹¹⁷ Acerca da política e ideologia do *Estado Novo* e concretamente da questão ultramarina vide José Luís Lima Garcia, *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*, Coimbra, tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, 764 p.; Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, 673 p., il.; Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista”, Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, vol. 5, pp. 11-50, il.; Fernando Rosas, “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”, *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, pp. 19-32; Valentim Alexandre, “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993, pp. 1117-1136; João Medina, “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo”, João Medina, dir., *História de Portugal dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Amadora, Ediclube, 1993, vol. XII, pp. 11-142, il.; Rui Ferreira da Silva, “Sob o Signo do Império”, Joel Serrão, A.H. Oliveira Martins, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, vol. XII, pp. 355-387.

¹¹⁸ Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 472.

¹¹⁹ Acerca da questão do império colonial português durante a I República vide Fernando Tavares Pimenta, coord., *República e Colonialismo na África Portuguesa: elementos para uma reflexão*, Porto, Afrontamento, 2012, 130 p., il.; José Miguel Sardica, coord., *A Primeira República e as Colónias Portuguesas*, s.l. [Lisboa], EPAL: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010, 187 p.

¹²⁰ *Diário do Governo* nº195, I Série, “Constituição Política da República Portuguesa”, 22 de Agosto de 1911, p. 3527.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Poderíamos mencionar também as publicações da *Lei Orgânica de Administração Civil das Províncias Ultramarinas* de 15 de Agosto de 1914, da *Carta Orgânica da Guiné* de 31 de Maio de 1917 ou de Angola de 28 de Novembro de 1917. Refira-se, também, a revisão da *Constituição* no ano de 1920 com a aplicação de sete novos artigos referentes à administração das colónias portuguesas, dos quais podemos destacar os artigos 5º e 6º referentes ao facto do poder administrativo ser exercido pelo governador sob a fiscalização do poder executivo cujas faculdades seriam temporariamente exercidas por altos-comissários. Igualmente significativo será o facto de no ano de 1924 ter sido criada a Agência Geral das Colónias.

republicano para assegurar a continuação da ancestral missão colonial portuguesa acabou por se tornar evidente. A crise da economia colonial aliada ao contexto internacional, à ameaça das potências estrangeiras, ao descontentamento das elites políticas portuguesas que chegaram a organizar-se numa “Comissão de Defesa das Colónias” e a falta de entendimento acerca do modelo de política colonial a seguir – oscilando-se entre uma concepção centralizadora ou uma tendência descentralizadora¹²³ – terão estado na base daquela que Fernando Rosas identificou como tendo sido a “segunda crise histórica da «consciência nacional»”¹²⁴ que, como veremos, acabou por conduzir ao desenvolvimento da ideologia imperial *estadonovista*.

Com o triunfo do movimento militar de 28 de Maio de 1926 assistimos a algumas mudanças ao nível desta questão colonial, um assunto da maior importância no seio da sociedade portuguesa da década de 20 do século XX¹²⁵. Com a instauração da Ditadura Militar (1926-1933) observa-se um aumento da ênfase dada à política colonial portuguesa, um momento que corresponde sobretudo ao ministério de João Belo (1878-1928), cabeça do Ministério das Colónias entre os anos de 1926 e 1927 e o responsável pelo lançamento daquelas que viriam a ser as linhas fundamentais da política colonial *estadonovista*¹²⁶. Estas podem ser sintetizadas na tentativa de “«nacionalizar» o império”¹²⁷. No fundo, neste momento pretendeu-se estreitar as relações entre a metrópole e as colónias, assegurando que todas as decisões fossem tomadas em Lisboa de forma a garantir a unidade política do império, mas também a promoção do saneamento dos problemas financeiros daqueles territórios através da nacionalização da economia, um princípio que se traduziu na concessão de financiamentos vários, no controlo da circulação da moeda, na criação do Banco de Angola, no apoio à produção açucareira em Moçambique e na respectiva restrição da emigração de

¹²³ Acerca desta conjuntura *vide* Valentim Alexandre, “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993, pp. 1118-1127.

¹²⁴ Fernando Rosas, “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”, *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, p. 21. Segundo o mesmo autor a primeira crise corresponde ao período vivido na sequência da crise política e financeira de 1890/1893, à qual correspondeu o advento da intensificação da ocupação, investimento e desenvolvimento das colónias portuguesas.

¹²⁵ Valentim Alexandre defende que tendo em conta a dinâmica deste assunto nos meses anteriores à queda da I República, aquele golpe pode ser em parte entendido como “filho espúrio” do tal movimento nacional de defesa das colónias portuguesas devido a razões económicas, políticas, históricas e identitárias. Cf. Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 1123.

¹²⁶ Rui Ferreira da Silva, “Sob o Signo do Império”, Joel Serrão, A.H. Oliveira Martins, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, vol. XII, p. 356.

¹²⁷ Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 1127.

trabalhadores moçambicanos para as minas sul-africanas¹²⁸. A publicação do *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor* logo no ano de 1926¹²⁹, questão que pretendemos retomar mais tarde, também é ilustrativa do surgimento de um novo momento de consciência colonial na medida em que nesta ocasião se reconheceu a importância do papel desempenhado pelas missões na árdua tarefa de cumprimento dos “destinos de Portugal”¹³⁰. Concomitantemente não podemos deixar de referir a publicação no ano de 1926 das *Bases Orgânicas da Administração Colonial*¹³¹, seguindo-se uma série de medidas relativas à questão do trabalho indígena¹³² nas quais ficou bem patente um sentimento paternalista de Portugal enquanto nação historicamente incumbida de concretizar um grande programa civilizador e a necessidade de – perante as pressões internacionais¹³³ – regulamentar o trabalho forçado.

Todavia, o símbolo mais representativo deste novo paradigma colonial que se foi formando e afirmando a partir do movimento de 28 de Maio de 1926 é indiscutivelmente o *Acto Colonial* de 1930¹³⁴. A este propósito parece-nos fundamental sublinhar o facto desta medida coincidir com o fugaz mas incontornável momento de liderança de António de Oliveira Salazar (1889-1970) no Ministério das Colónias, levando-nos a crer, na esteira da ideia defendida por Valentim Alexandre, que esta passagem foi na verdade uma manobra política “ponderada no quadro da estratégia de ascensão ao poder, meticulosamente preparada”¹³⁵ pelo futuro presidente do Conselho de Ministros. De facto, parece correcto assumir que Salazar terá compreendido que não obstante as divisões ao nível do modelo colonial a seguir, a questão da soberania portuguesa sobre as colónias africanas e asiáticas,

¹²⁸ *Ibidem*, p. 1128; Rui Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 356-359.

¹²⁹ *Diário do Governo* nº228, I Série, “Decreto nº12:485”, 13 de Outubro de 1926, pp. 1536-1543.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 1539.

¹³¹ *Diário do Governo* nº220, I Série, “Decreto nº12:421”, 2 de Outubro de 1926, pp. 1451-1456.

¹³² Referimo-nos à publicação no ano de 1926 do *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique* alargado no ano de 1927 à Guiné e às Companhias privilegiadas de Niassa e Moçambique; ao *Código de Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas de África* de 6 de Dezembro de 1928; à reforma do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas* de 6 de Fevereiro de 1929; e ao decreto de 6 de Fevereiro de 1929 referente às relações de direito privado entre indígenas e não indígenas.

¹³³ Refira-se que no ano de 1922 foi criada a Comissão Temporária de Escravatura das Nações Unidas. De acordo com Valentim Alexandre no ano de 1925 o sociólogo americano Edward Ross publicou um relatório no qual acusava a administração portuguesa da existência de práticas de trabalho forçado próximas da escravatura, tratando-se de um documento que acabou por ter grande repercussão na época. Cf. Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 1120.

¹³⁴ *Diário do Governo* nº156, I Série, “Decreto nº 18:570”, 8 de Julho de 1930, pp. 1307-1312.

¹³⁵ Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 1132.

ou a associação do nacionalismo ao imperialismo, eram ideias partilhadas pelos vários sectores da sociedade, ou seja, eram elementos agregadores que permitiam ao antigo professor alargar o seu universo de apoiantes. A este propósito Fernando Rosas fala num “imperialismo popular”¹³⁶, num “colonialismo consensual”¹³⁷ ou “colonialismo como «questão nacional»”¹³⁸, isto é, na capacidade que esta questão tinha de reunir as mais variadas correntes políticas e de opinião quando a abordagem era feita de um ponto de vista nacionalista¹³⁹.

Note-se, no entanto, que este entendimento de Salazar em relação à capacidade agregadora da questão colonial e a manifestação da necessidade de constitucionalizar a ideologia e a política colonial não parecem ter sido imediatos ou intrínsecos, uma situação que Yves Léonard explica pelas origens do então ministro das Finanças¹⁴⁰, um provinciano oriundo de um meio rural onde a questão ultramarina não estava particularmente presente. O contacto com o Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra e com o Centro Católico Português também não terão sido particularmente significativos a este nível pois, conforme foi observado pelo mesmo autor¹⁴¹, a questão missionária que, como referimos, foi revitalizada durante o ministério de João Belo, não seria uma das prioridades do partido formado no ano de 1917. Por outro lado, o nacionalismo salazarista parece ter sido desde cedo toldado pela ideia de restaurar a glória de Portugal, glória essa que era devedora da acção de D. Afonso Henriques (1109-1185), de D. João I (1357-1433), de D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) mas, também, senão sobretudo, da intrepidez dos monarcas e dos navegadores do período áureo dos Descobrimentos. Senão note-se, conforme foi observado

¹³⁶ Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 22.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Segundo Fernando Rosas nesta estratégia o colonialismo era apresentado como um ideário para o qual concorriam quatro questões fundamentais que são a base deste consenso: a existência de uma predisposição para o cumprimento de uma missão de descoberta, colonização e civilização; uma concepção de superioridade do colonizador face ao indígena, variando-se entre um entendimento em termos de hegemonia civilizacional ou racial e uma percepção mais tardia relacionada com a procura de justificação científica da tal vocação colonial que se prende com a apropriação das ideias do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre; o direito histórico de manter a soberania portuguesa nestes territórios perante a cobiça de outras potências coloniais; a convicção de que a perda das colónias seria um rude golpe para o estatuto internacional e mesmo para a independência de Portugal. Cf. Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 23-25.

¹⁴⁰ Yves Léonard, “O Império Colonial Salazarista”, Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, vol. 5, pp. 10-11.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 11.

por Yves Léonard¹⁴², como no ano de 1931 num discurso referente ao “Interesse Nacional na Política da Ditadura”, Salazar denunciou claramente a tal associação entre nacionalismo e imperialismo, o desejo de dar continuidade a um passado glorioso e o entendimento do colonialismo português não como uma questão político-económica ou um capricho, mas como um imperativo nacional intrínseco a todos os portugueses, recordando que:

Portugal é um velho país livre, homogéneo na sua formação, de fronteiras imutáveis quase desde que se constituiu em Estado independente, pacífico na história acidentada da Europa, mas afadigado no mar para onde se desenvolveu a sua força de expansão, descobrindo novos territórios que povoou, colonizou, civilizou, incorporou no seu próprio ser nacional. Somos filhos desse passado, e não por mera deferência pela vontade inequívoca de nossos pais, mas pela clara consciência do serviço que prestamos à paz da Europa e à civilização no mundo, nós afirmamos serenamente a vontade de sermos no presente e no futuro o que sempre fomos no passado — livres, independentes, colonizadores.

*Temos por nós, aqui e ao longe, o direito — da ocupação, da conquista, da descoberta, da acção colonizadora, da fazenda e sangue dos portugueses regando a terra por todas as partes do mundo, cultivando solo, desbravando a floresta, comerciando, pacificando, instruindo. É a vontade do povo; é o imperativo da consciência nacional.*¹⁴³

A grande viragem ou o início do real comprometimento de Salazar com a questão colonial dar-se-ia a partir do início do ano de 1930, momento em que, como referimos, o antigo professor acumulou durante cerca de seis meses (entre 21 de Janeiro e 29 de Julho) a liderança do Ministério das Finanças com a pasta das Colónias, ainda que interinamente. Apesar do lente de Finanças ter afirmado que iria desempenhar esta nova função apenas durante o tempo suficiente para sanear os problemas financeiros¹⁴⁴, nomeadamente de

¹⁴² *Ibidem*, p. 12.

¹⁴³ António de Oliveira Salazar, “O interesse nacional na política da Ditadura”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, vol. I, p. 132.

¹⁴⁴ Yves Léonard, *op. cit.*, p. 14.

Angola onde se vivia uma gravíssima crise económica e financeira, a verdade é que, como mencionámos, Salazar terá aproveitado este momento para imprimir uma nova doutrina e orientação política, administrativa e económica à questão das colónias como, de resto, testemunha o projecto de *Acto Colonial* publicado em Abril de 1930 e promulgado a 8 de Julho do mesmo ano¹⁴⁵. O facto de este Decreto nº18:570¹⁴⁶ ter sido publicado antes da revisão da *Constituição Política da República Portuguesa* de 1911 – o que viria a acontecer apenas no ano de 1933¹⁴⁷ – é por si só significativo, justificando-se tal medida, portanto a reforma do título V do documento de 1911, pelo facto da parte da *Constituição* da I República referente às colónias não oferecer “as dificuldades especiais que têm as outras”¹⁴⁸. Além disso, as justificações apontadas para a publicação deste documento prendem-se com dois factores: a existência de “certas correntes internacionais”¹⁴⁹ que pretendiam “agitar ou estabelecer ideias mais ou menos desfavoráveis aos dogmas tradicionais da soberania colonial”¹⁵⁰ e a própria “desorganização pública”¹⁵¹.

Mais do que analisar exaustivamente o *Acto Colonial*¹⁵² interessa-nos sintetizar as linhas principais desta nova doutrina. Assim, começamos por destacar a tónica colocada na já mencionada vocação colonial dos portugueses do passado, do presente e do futuro, esclarecendo-se que é de facto “da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas (...) exercendo também a influência moral”¹⁵³. Por esta razão Portugal não renunciaria de forma alguma aos seus direitos nas colónias pertencentes ao *Império Colonial Português*, realidade apresentada como sendo um todo “solidário nas suas partes componentes e com a metrópole”¹⁵⁴ que, como tal, não poderia ser alienado ou ocupado. A

¹⁴⁵ Acerca do debate em torno deste documento vide Yves Léonard, *op. cit.*, pp. 15-18.

¹⁴⁶ *Diário do Governo* nº156, I Série, “Decreto nº 18:570”, 8 de Julho de 1930, pp. 1307-1312.

¹⁴⁷ *Diário do Governo* nº43, I Série, “Decreto nº 22:241”, 22 de Fevereiro de 1933, pp. 227-236.

¹⁴⁸ *Diário do Governo* nº 156, I Série, “Decreto nº18:570”, 8 de Julho de 1930, p. 1307.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² Para uma análise mais profunda do *Acto Colonial* vide Rui Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 360-362; Yves Léonard, *op. cit.*, pp. 17-18.

¹⁵³ *Diário do Governo* nº 156, I Série, “Decreto nº18:570”, 8 de Julho de 1930, p. 1309.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 1310.

nacionalização das economias das colónias é evidente¹⁵⁵. Ao mesmo tempo, nota-se a intenção de integrar estas economias no contexto da economia do império, esclarecendo-se que “A metrópole e as colónias, pelos seus laços morais e políticos, têm na base da sua economia uma comunidade e solidariedade natural”¹⁵⁶, o que, como se verificará nos anos seguintes, se viria a traduzir na utilização das colónias como fontes de matéria-prima para a metrópole e local de escoamento dos produtos fabricados por esta. Na verdade, apesar dos princípios de união e solidariedade advogados, nota-se que há uma clara prevalência da metrópole, a predilecção por um modelo centralizador contrário ao da I República, estabelecendo-se, por exemplo, que em relação às garantias económicas e financeiras pertencia à metrópole “assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos interesses”¹⁵⁷, ou que, não obstante a garantia de descentralização administrativa das colónias, as funções dos governadores seriam “sempre exercidas sob a fiscalização da metrópole.”¹⁵⁸ Finalmente não podemos deixar de referir o facto de não se notarem grandes alterações acerca da política indígena. Ficava assim juridicamente definida no ano de 1930 a nova política colonial portuguesa, um quadro marcado pela centralização das questões administrativas, económicas e financeiras das colónias a partir da metrópole, pela nacionalização das economias ultramarinas, pela permanência de um regime de indigenato fortemente marcado pela superioridade do colonizador face ao indígena, pelas ideias referentes ao imperativo nacional de descobrir, conquistar, colonizar e civilizar, e de *Império Colonial Português* uno e totalmente inalienável.

Após a definição legal daquela que viria a ser a política colonial do salazarismo e a par da aplicação de medidas concretas¹⁵⁹, deu-se início a uma intensa missão de inculcação de uma consciência colonial que apesar de ser entendida como sendo “da essência orgânica”¹⁶⁰

¹⁵⁵ A este nível refira-se o estabelecimento da não concessão de prerrogativas de administração pública a empresas singulares ou colectivas, a faculdade das mesmas estabelecerem ou fixarem tributos e taxas, de possuírem terrenos ou área de pesquisa mineira para fazerem subconcessões, determinando-se a não prorrogação ou renovação dos privilégios vigentes. As colónias ficavam também proibidas de contrair empréstimos a estrangeiros. Cf. *Diário do Governo* nº 156, I Série, “Decreto nº18:570”, 8 de Julho de 1930, pp. 1310-1312.

¹⁵⁶ *Diário do Governo* nº 156, I Série, “Decreto nº18:570”, 8 de Julho de 1930, p. 1311.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ Acerca das medidas tomadas na sequência da promulgação do *Acto Colonial* de 1930 vide Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 1134; Rui Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 364-370; Yves Léonard, *op. cit.*, pp. 18-24.

¹⁶⁰ *Diário do Governo* nº 156, I Série, “Decreto nº18:570”, 8 de Julho de 1930, p. 1309.

nacional estaria entorpecida, o que na opinião dos ideólogos do regime fragilizava o império e, por conseguinte, o regime e a própria Nação. A este propósito dizia Armindo Monteiro (1896-1955), ministro das Colónias:

Portugal pode ser apenas uma nação que possua colónias ou pode ser um império. Este será a realidade espiritual de que as colónias sejam a corporização. A par da extensão territorial, o império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui do valor da obra que já realizou, na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção de que pode prosseguir-la, vencendo todas as dificuldades – porque é esse o seu direito. Sem que essa mentalidade exista, não haverá império e não poderá haver política imperial.¹⁶¹

Para isso, isto é, para a divulgação do ideal colonial *estadonovista*, da tal predisposição natural dos portugueses para descobrirem territórios além-mar e civilizarem as suas gentes, do dever histórico de dar continuidade à missão iniciada no século XV logo após a conquista de Ceuta (1415), da grandiosidade do *Império Colonial Português* e, não menos importante, do comprometimento e capacidade do regime restaurar toda essa magnificência, sensivelmente a partir do ano de 1931, como veremos mais tarde, começou a organizar-se todo um programa de propaganda de exaltação colonial.

Depois do ano de 1945, particularmente após a libertação dos territórios subjugados pela Alemanha, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a publicação da sua *Carta* de 26 de Junho¹⁶² na qual se defendeu a igualdade de direitos e a autodeterminação dos povos, o início dos processos de descolonização por parte de outras potências e a multiplicação de manifestações de movimentos nacionalistas e independentistas africanos e asiáticos, a ditadura portuguesa viu-se confrontada com uma crescente pressão descolonizadora. Assim se explica o surgimento a partir de 1944 de vozes advogando a

¹⁶¹ Armindo Monteiro, *Para uma Política Imperial. Alguns discursos do Ministro das Colónias Doutor Armindo Monteiro*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, s/d, p. 56.

¹⁶² Organização das Nações Unidas, *Carta das Nações Unidas*, 26 de Junho de 1945, disponível em <http://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html>, consultado a 3 de Julho de 2015.

necessidade de actualizar o *Acto Colonial*¹⁶³ e a sua revisão no ano seguinte, ainda que na verdade nesta ocasião não tenham sido introduzidas quaisquer alterações de fundo. Pelo contrário, no ano de 1946 foi publicada uma revisão da *Carta Orgânica do Império Colonial Português*¹⁶⁴ na qual se nota um aumento da autonomia dos governadores provinciais, fixando-se que o ministro das Colónias poderia delegar “o exercício total ou parcial, permanente ou temporário”¹⁶⁵ de alguns dos seus poderes, criando-se o cargo de secretário-geral em Angola e Moçambique e instituindo-se um aumento da participação do governador na elaboração do orçamento da colónia¹⁶⁶.

A grande mudança – ou talvez não porque conforme afirma Fernando Rosas na verdade não se verificaram grandes alterações nos fundamentos de base da ideologia colonial¹⁶⁷ – só viria a ocorrer no ano de 1951, momento em que o *Acto Colonial* foi eliminado, as suas disposições foram integradas na *Constituição* revista¹⁶⁸, e em que se optou por uma mudança ao nível da terminologia. Data deste momento o abandono das fórmulas de “colónias” e “Império Colonial Português” e a sua substituição por expressões mais inócuas: “províncias ultramarinas” e “Ultramar Português”¹⁶⁹. Uma vez mais estas alterações prendiam-se com a pressão internacional – isto apesar de Salazar ter afirmado no ano de 1950 que “Seria aventuroso pensar que nos determinámos ou não determinámos pela actual crise do pensamento colonial, que se exprime pela condenação sumária da obra de colonização”¹⁷⁰ – seguindo-se à alteração do novo quadro legal no ano de 1951 a promulgação da *Lei Orgânica do Ultramar Português* (1953)¹⁷¹ e do *Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (1954)¹⁷², documento que viria a ser

¹⁶³ No II Congresso da União Nacional realizado no mês de Maio de 1944 o momento de discussão referente à política colonial contou com uma série de intervenientes que defenderam a necessidade de actualizar os conceitos de “colónia” e “império” e de alterar a sua construção jurídica evitando sinais de hierarquização e fomentando a ideia de unidade. Estas ideias foram defendidas, entre outros, por um antigo ministro das Colónias, José Ferreira Bossa. Acerca desta questão vide Yves Léonard, *op. cit.*, pp. 34-35; Rui Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 380-381.

¹⁶⁴ *Diário do Governo* nº117, I Série, “Lei nº2:016”, 29 de Maio de 1946, pp. 437-443.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 438.

¹⁶⁶ *Ibidem*, pp. 438-439.

¹⁶⁷ Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 30.

¹⁶⁸ *Diário do Governo* nº117, I Série, “Lei nº2:048”, 11 de Junho de 1951, pp. 407-412.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 409.

¹⁷⁰ António de Oliveira Salazar, “Governar, dirigindo a consciência nacional”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, vol. IV, p. 489.

¹⁷¹ *Diário do Governo* nº135, I Série, “Lei nº2 066”, 27 de Junho de 1953, pp. 877-892.

¹⁷² *Diário do Governo* nº110, I Série, “Decreto-Lei nº39 666”, 20 de Maio de 1954, pp. 560-565.

revogado no ano de 1961¹⁷³. É precisamente no âmbito destas manobras tendentes a contornar juridicamente as críticas internacionais ao colonialismo português – muito mais do que alterar a doutrina e política colonial do salazarismo – que assistimos à introdução de uma novidade significativa na vertente ideológica. Referimo-nos à utilização pelo regime do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre (1900-1987) como forma de legitimação científica da tal predisposição dos portugueses para civilizarem os povos do além-mar, para se integrarem na vida local e para se misturarem com os indígenas¹⁷⁴. Desta forma, a altamente criticável superioridade racial que, como vimos, transpirava do *Acto Colonial* de 1930 e do discurso dos ideólogos do regime de uma forma geral, deu lugar no início da década de 50 a uma ideia da colonização portuguesa como uma grande e singular obra de miscigenação na qual não havia qualquer preconceito racial mas sim uma total união e fraternidade numa sociedade multirracial, princípios que legitimavam a nova política colonial da ditadura. Concomitantemente assistiu-se a um aumento do investimento estatal nas colónias, insistindo-se particularmente na construção de infra-estruturas mas, também, do investimento particular e, ainda, da legitimação do recurso a capital estrangeiro¹⁷⁵, uma situação que não tinha sido prevista na legislação de 1930.

No entanto, note-se que esta alteração ideológica parece ter sido meramente ficcional, uma operação de maquilhagem, não sendo sinónimo de alterações profundas ao nível das bases da ideologia colonial salazarista, mas antes consequência das pressões internacionais e da necessidade de salvaguardar as possessões portuguesas ultramarinas. Senão como explicar, por exemplo, que no ano de 1957 Salazar continuasse a afirmar que:

Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relação às quais perfilhámos o dever de chamá-las à civilização – trabalho de formação humana a desempenhar humanamente. Que assim o entendemos e praticamos comprova-se pelo facto de não existir a teia de rancores ou de

¹⁷³ *Diário do Governo* nº207, I Série, “Decreto-Lei nº43 893”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1101-1103.

¹⁷⁴ Acerca do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e da sua apropriação pelo *Estado Novo* vide Cláudia Castelo, “O modo português de estar no mundo”: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), Porto, Afrontamento, 1998, 166 p.

¹⁷⁵ Rui Ferreira da Silva, *op. cit.*, p. 382.

*organizações subversivas que se apresentem a negar e aprestar a substituir a soberania portuguesa.*¹⁷⁶

No ano de 1961 o *Estado Novo* seria atacado em várias frentes, datando do mês de Janeiro o assalto de Henrique Galvão (1895-1970) ao paquete *Santa Maria*, de Março o início da luta armada em Angola, de Abril a tentativa de golpe de Estado do general Júlio Botelho Moniz (1900-1970), de Julho o abandono forçado do forte de São João Baptista de Ajudá e de Dezembro a capitulação da Índia Portuguesa. Fragilizado por estas situações o regime teve ainda que lidar com a intensificação da condenação internacional liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU) cuja Assembleia Geral aprovara a 14 e 15 de Agosto de 1960, respectivamente, as resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV). No fundo, a Resolução 1514 (XV), intitulada de “Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples”¹⁷⁷, declarou ilegal toda a prática colonial, na medida em que esta afrontava os princípios de dignidade, liberdade e autodeterminação defendidos pela *Carta das Nações Unidas*. Simultaneamente, de forma a esclarecer o conteúdo do artigo 73º daquela *Carta* referente à administração de territórios não autónomos, o dito “Special Committee of Six” apresentou as suas considerações relativas à necessidade de transmissão de informações por parte das potências administrantes ao secretário-geral da ONU. Na sequência da apresentação deste relatório, a Resolução 1541 (XV)¹⁷⁸ definiu a obrigatoriedade da transmissão de informações relacionadas com os países administrados, esclarecendo ainda as questões da definição de território não autónomo e os moldes em que estes poderiam passar a governo próprio. Nesta ocasião, Portugal que enquanto nação colonizadora falhara na transmissão de informações relativas aos territórios ultramarinos sob a sua administração, vetou juntamente com a Espanha e a África do Sul¹⁷⁹ o relatório apresentado pelo “Special Committee of Six”. Deste modo, a ONU respondeu com a supramencionada

¹⁷⁶ António de Oliveira Salazar, “A atmosfera mundial e os problemas nacionais”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, vol. V, p. 427.

¹⁷⁷ Organização das Nações Unidas, *Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples*, 1960, disponível em <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>, consultado a 6 de Fevereiro de 2013.

¹⁷⁸ Organização das Nações Unidas, *Resolution 1541 (XV) Principles which should guide Members in determining whether or not an obligation exists to transmit the information called for under Article 73e of the Charter*, 1960, disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/153/15/IMG/NR015315.pdf?OpenElement>, consultado a 6 de Fevereiro de 2013.

¹⁷⁹ Josep Sanchez Cervelló, “Caso Angola”, Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, p. 55.

Resolução 1542 (XV)¹⁸⁰, declarando Cabo Verde, a Guiné Portuguesa, São Tomé e Príncipe, São João Baptista de Ajudá, Angola, Moçambique, o Estado Português da Índia, Macau e Timor, territórios não autónomos, significando que, de acordo com a Resolução 1541 (XV), Portugal tinha a obrigatoriedade de prestar informações relativamente aos mesmos. De facto, como dizíamos, a partir deste ano de 1960 a oposição da ONU ao colonialismo português intensificar-se-ia, as comissões responsáveis por estas questões multiplicar-se-iam, discutindo-se no Conselho de Segurança, sobretudo, o facto do Governo Português não cumprir o capítulo XI da *Carta das Nações Unidas*, ou seja, a declaração relativa a territórios não autónomos, a referida Resolução 1542 e o caso da guerra colonial que rebentaria em Angola em 1961¹⁸¹. No entanto, observe-se que a este nível, isto é, no contexto internacional, apesar da condenação da ONU e da pressão exercida pelos novos países africanos e asiáticos que foram assegurando os seus lugares nesta organização sobretudo a partir da década de 60¹⁸², Portugal contava por parte dos seus principais aliados – Estados Unidos da América (EUA) com excepção para a administração de John Kennedy (1917-1963)¹⁸³, França, Grã-Bretanha e República Federal Alemã – com uma neutralidade colaborante. Esta situação, conjugada com o facto de pertencer à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e com a importância geoestratégica dos Açores onde os EUA tinham a base das Lajes, garantiram à ditadura, como explicou António Costa Pinto, um “grande escudo protector (...) perante os seus aliados internacionais, durante a guerra colonial, mostrando-se extremamente rentável em termos de política externa.”¹⁸⁴

A questão do colonialismo português ganharia maior visibilidade a nível nacional e internacional a partir dos ataques perpetrados a 15 de Março de 1961 pela União dos Povos de Angola (UPA) em vários núcleos portugueses do norte da província angolana, episódio que levou António de Oliveira Salazar, à data responsável pela pasta da Defesa Nacional, a

¹⁸⁰ Organização das Nações Unidas, 1542 (XV) *Transmission of information under Article 73e of the Charter*, 1960, disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/153/15/IMG/NR015315.pdf?OpenElement>, consultado a 6 de Fevereiro de 2013.

¹⁸¹ Para uma análise detalhada do litígio entre Portugal e a ONU em relação à questão colonial vide A. E. Duarte Silva, “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*, vol. XXX (130), 1995, pp. 5-50.

¹⁸² No ano de 1960 deram entrada na ONU dezassete novos países-membros africanos.

¹⁸³ António Costa Pinto, *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 13.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 15.

enviar os primeiros contingentes militares com a finalidade de “defender Angola e com ela a integridade da Nação”¹⁸⁵. Tinha assim início a Guerra Colonial, história sangrenta que iria desenrolar-se essencialmente em três frentes – Angola, Moçambique e Guiné – ao longo de cerca de treze anos marcados pela intransigência da ditadura civil e pelo desejo de autodeterminação dos povos das províncias portuguesas ultramarinas. No entanto, importa destacar que o episódio supramencionado mais não foi do que o fósforo que faltava para a deflagração do incêndio há muito esperado na África Portuguesa. Senão veja-se como o início dos movimentos nacionalistas que ao longo dos anos 60 pugnaram pela independência das colónias portuguesas teve muitas vezes as suas origens mais remotas nos primeiros anos pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Afinal, a partir deste momento assistimos à conjugação de uma série de factores – despertar ou maturação de sentimentos nacionalistas, início da vaga de descolonização no norte de África, emigração, contacto com movimentos associativos, entre outros – que favoreceram o desenvolvimento de movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas. Os casos de Amílcar Cabral (1924-1973), Vasco Cabral (1926-2005), Agostinho Neto (1922-1979), Mário Pinto de Andrade (1928-1990), Joaquim Chissano (1939-), Miguel Trovoada (1936-), Lúcio Lara (1929-) ou de Marcelino dos Santos (1929-) entre tantos outros, são ilustrativos desta conjuntura, tratando-se de estudantes africanos que vieram para a metrópole onde contactaram directa e intimamente com o Movimento de Unidade Democrática (MUD) Juvenil, com os movimentos associativos das universidades ou com o Partido Comunista Português (PCP)¹⁸⁶. Ao longo dos anos esta verdadeira elite cultural africana perfeitamente conhecedora do amadurecimento dos nacionalismos africanos e asiáticos e do início dos processos de descolonização, reunindo-se muitas vezes na Casa dos Estudantes do Império¹⁸⁷, desenvolveu as suas linhas de acção, datando logo de 1954 a criação em Lisboa do

¹⁸⁵ António de Oliveira Salazar, “Ao assumir a Pasta da Defesa Nacional”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, vol. VI, p. 124.

¹⁸⁶ Conforme alertam António Costa Pinto e Fernando Rosas, note-se que inicialmente o PCP evitou apoiar ou organizar movimentos independentistas. Só no ano de 1957, no V Congresso do PCP, é que este partido declarou o seu apoio à independência das colónias portuguesas e aparentemente apenas devido à pressão do partido comunista da URSS. A questão do colonialismo acabou por nunca ser uma das grandes questões abordadas pelo PCP que no fundo condenava não tanto o colonialismo mas sobretudo a política colonial da ditadura. Cf. António Costa Pinto, *op. cit.*, p. 37; Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 22.

¹⁸⁷ Acerca da Casa dos Estudantes do Império como polo aglutinador desta elite cultural africana que viria a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento dos movimentos independentistas das colónias portuguesas de África *vide* António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 35-37.

Movimento Democrático das Colónias Portuguesas por Agostinho Neto. Data precisamente de meados dos anos 50 a formação dos primeiros movimentos de libertação das províncias ultramarinas portuguesas¹⁸⁸. A este propósito não podemos deixar de mencionar o facto de após a criação dos primeiros movimentos de libertação de Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde, se ter assistido a um novo fenómeno devedor da existência de interesses comuns e de relacionamentos entre os diferentes responsáveis, ou seja, a criação de organismos federativos como o Movimento Anti-Colonial (1957) que mais tarde viria a dar lugar à Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (1960), ou a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (1961).

Apesar do litígio com a ONU, da oposição dos movimentos nacionalistas e de libertação, e de outras nações, o regime salazarista não cedeu, optando antes pela insistência no carácter particular do colonialismo português, ou seja, na divulgação da já mencionada teoria do luso-tropicalismo e na promulgação de algumas reformas que de certa forma materializassem esses princípios. Assim se explicam, por exemplo, as medidas tomadas no ano de 1961 pelo recém-nomeado ministro do Ultramar, Adriano Moreira (1922-), como a revogação do já mencionado *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, a publicação do *Regulamento da Ocupação e da Concessão de Terrenos nas Províncias*¹⁸⁹ e a criação das juntas provinciais de povoamento¹⁹⁰, medidas tendentes à elevação das populações locais e consequentemente à paulatina autonomização das províncias, particularmente de Angola, onde se vinha a insistir na intensificação da colonização, no desenvolvimento de indústrias e na construção de equipamentos como forma de fomentar o seu crescimento económico. Após o afastamento de Adriano Moreira,

¹⁸⁸ A este propósito podemos referir os casos do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) (1953) e do Partido Comunista Angolano (1955) que no ano de 1956 viriam a unir-se para formar o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ou da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) (1954); do Movimento Nacional para a Independência da Guiné (MING) (1955), do Partido Africano para a Independência (PAI) (1956) que no ano de 1962 se transformaria no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ou do Movimento de Libertação da Guiné (MLG) (1958); do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV) (1959); ou do Mozambique African National Movement (MANU) (1959). Mais tardios foram a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) (1960), a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMI) (1960), o Comité para a Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) (1960), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) (1962), a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING) (1962), o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) (1965) ou a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (1966).

¹⁸⁹ *Diário do Governo* nº207, I Série, “Decreto nº 43 894”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1103-1128.

¹⁹⁰ *Diário do Governo* nº207, I Série, “Decreto nº 43 895”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1128-1134.

portanto no ano de 1963, e num contexto de convivência entre uma corrente que defendia a integração económica das províncias ultramarinas portuguesas sob a habitual soberania da metrópole e uma outra que acreditava na promoção de uma autonomia gradual¹⁹¹, foi publicada a *Lei Orgânica do Ultramar Português* de 1963¹⁹², documento que agradou mais ao segundo grupo, enquanto os líderes do primeiro, tendo em consideração o aumento das prerrogativas dos governadores-gerais, chegaram a falar numa “monstruosa traição à Pátria”¹⁹³, uma ameaça à histórica unidade nacional.

No final dos anos 60 esta tendência para a autonomização progressiva das províncias ultramarinas e a necessidade de uma alteração substancial da ideologia colonial salazarista pareciam ganhar força com a chegada de Marcello Caetano (1906-1980) à presidência do Conselho de Ministros. O sucessor de Oliveira Salazar, antigo ministro do Ultramar (1944-1947), acreditava que no momento actual, após todas as mudanças verificadas no período pós-Segunda Guerra Mundial, dever-se-ia optar pelo fomento do desenvolvimento das províncias ultramarinas e pela sua paulatina autonomização no sentido da criação de uma espécie de Estado federal que abrangesse a metrópole e estes territórios¹⁹⁴. Ilustrativos desse pensamento serão os factos de no ano de 1962 Marcello Caetano ter sugerido a Adriano Moreira a solução federal para o desenvolvimento do ultramar¹⁹⁵; de dois anos mais tarde ter expressado a convicção de que a actual *Constituição* antecipava a evolução das províncias ultramarinas para regiões autónomas com privilégios administrativos e políticos¹⁹⁶; de no ano de 1968 se ter servido da expressão “novos Brasis” em relação à tal evolução dos territórios ultramarinos¹⁹⁷. Assim se explica que na revisão de 1971 da *Constituição Política da República Portuguesa*¹⁹⁸, apesar de Marcello Caetano ter reconhecido que a ideia de autonomia das províncias é “para muitas pessoas (...) chocante”¹⁹⁹, se tenha declarado que aquelas “terão estatutos próprios como regiões

¹⁹¹ Yves Léonard, *op. cit.*, p. 48.

¹⁹² *Diário do Governo* nº150, I Série, “Portaria nº19 921”, 27 de Junho de 1963, pp. 785-800.

¹⁹³ Yves Léonard, *op. cit.*, p. 48.

¹⁹⁴ Yves Léonard, *op. cit.*, p. 49; Luís Reis Torgal, *op. cit.*, pp. 662, 664.

¹⁹⁵ Ricardo Marchi, “A oposição de direita à política ultramarina de Marcello Caetano”, *Lusíada História* nº7, 2010, p. 536.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ *Diário do Governo* nº192 – suplemento, I Série, “Lei nº3/71”, 16 de Agosto de 1971, pp. 1176 (1)-1176 (6).

¹⁹⁹ Marcello Caetano, *Revisão Constitucional*, s.l. [Lisboa], Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1970, p. 24.

autónomas”²⁰⁰ podendo inclusivamente serem “designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração”²⁰¹ assim o justificassem. “A unidade nacional não prescinde das variedades regionais”²⁰² diria o sucessor de Salazar no ano de 1969 em Moçambique. No entanto, note-se que no mesmo documento também se esclareceu que esta designação das províncias ultramarinas como Estados seria unicamente uma “qualificação honorífica”²⁰³ e que o exercício da dita autonomia “não afectará a unidade da Nação, a solidariedade entre todas as parcelas do território português, nem a integridade da soberania do Estado”²⁰⁴ pois esta continuava a ser “una e indivisível”²⁰⁵. Na nossa opinião, a inclusão destas duas ideias na revisão constitucional de 1971 – favorecimento de um largo regionalismo e autonomização das províncias mas de forma a que a integridade do Estado não fosse afectada – é claramente ilustrativa da já perfeitamente identificada ambiguidade do discurso de Marcello Caetano como forma de não causar desafeições²⁰⁶.

Certo é que a questão introduzida na *Constituição* no ano de 1959 referente ao facto do caminho para a organização político-administrativa das províncias ultramarinas ser a “integração no regime geral de administração dos outros territórios nacionais”²⁰⁷, conforme foi sublinhado por Riccardo Marchi, acabou por ser abandonada na revisão de 1971²⁰⁸. Isto quer dizer que se no ano de 1959 se passou de uma situação em que as províncias ultramarinas “têm organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social”²⁰⁹ para uma realidade em que se indiciava a integração dos sistemas político-administrativos das províncias ultramarinas num sistema geral que abrangia metrópole e ultramar²¹⁰; a partir de 1971 o rumo mudou radicalmente, voltando-se à fórmula anterior ao ano de 1959, sinal que a integração, a unidade inflexível da Nação, não

²⁰⁰ *Diário do Governo* nº192 – suplemento, I Série, “Lei nº3/71”, 16 de Agosto de 1971, p. 1176 (6).

²⁰¹ *Ibidem*.

²⁰² Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 26.

²⁰³ *Diário do Governo* nº192 – suplemento, I Série, “Lei nº3/71”, 16 de Agosto de 1971, p. 1176 (6).

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 25.

²⁰⁶ Ricardo Marchi, *op. cit.*, p. 536; Luís Reis Torgal, *op. cit.*, pp. 663-664; Yves Léonard, *op. cit.*, p. 51; Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 32.

²⁰⁷ *Diário do Governo* nº198, I Série, “Lei nº2100”, 29 de Agosto de 1959, p. 1007.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ *Diário do Governo* nº117, I Série, “Lei nº2:048”, 11 de Junho de 1951, p. 409.

²¹⁰ *Diário do Governo* nº198, I Série, “Lei nº2100”, 29 de Agosto de 1959, p. 1007.

seria o caminho a seguir pelo marcelismo. O mesmo indicia o facto do artigo nº135º da *Constituição* de 1951 que mencionava o facto das províncias ultramarinas “como parte integrante do Estado Português” serem “solidárias entre si e com a metrópole”²¹¹ ter sido profundamente alterado no ano de 1971, passando a apresentar o significado de autonomia daqueles territórios como algo que não implicava necessariamente a tal solidariedade²¹². Naturalmente, no âmbito do já mencionado espírito ambíguo, o artigo nº136º foi igualmente reformulado, esclarecendo-se que apesar dos princípios fixados no artigo anterior, o exercício da autonomia das províncias ultramarinas “não afectará a unidade da Nação, a solidariedade entre todas as parcelas do território português, nem a integridade da soberania do Estado”²¹³ e por isso (ou para isso) seria da competência do Governo central, entre outras, estabelecer os estatutos das províncias, designar o governador, superintender a administração, fiscalizar a gestão financeira, assegurar a integração da economia de cada província na economia geral da Nação²¹⁴.

Manifestamente diferentes da ideologia colonial desenvolvida e propagandeada a partir dos anos 30 eram também os argumentos referentes à manutenção das províncias ultramarinas. Conforme Fernando Rosas notou, no ano de 1970 Marcello Caetano deixou bem claro que a insistência na defesa da realidade ultramarina não se prendia com o tal misticismo ultramarino inicialmente difundido por Armindo Monteiro, com o tal direito histórico de conquista, civilização e missão, mas sim com a “muito pragmática necessidade de proteger os interesses dos colonos portugueses que lá vivem (...) tudo se resumia a um problema político, mais ou menos dificilmente negociável.”²¹⁵

Certo é que apesar da pressão exercida pela ONU, pelos movimentos de libertação das colónias e pela oposição ao regime ao longo de toda a década de 60, ou das alterações introduzidas durante o marcelismo, com excepção para as perdas de São João Baptista de

²¹¹ *Diário do Governo* nº117, I Série, “Lei nº2:048”, 11 de Junho de 1951, p. 409.

²¹² Nesta ocasião explicou-se o conceito de autonomia como o direito de possuir órgãos electivos de Governo próprios, de legislar acerca de todas as matérias que interessassem à província e que não fossem prerrogativa do poder central, de executar as leis e a administração interna, de administrar as suas receitas e despesas, de possuir e gerir o seu património, de deter o regime económico adequado ao seu desenvolvimento e bem-estar das populações e de recusar por interesse público a entrada no território tanto de nacionais como de estrangeiros, bem como o direito de expulsá-los. Cf. *Diário do Governo* nº192, I Série, “Lei nº 3/71”, 16 de Agosto de 1971, p. 1176 (6).

²¹³ *Diário do Governo* nº192, I Série, “Lei nº 3/71”, 16 de Agosto de 1971, p. 1176 (6).

²¹⁴ *Ibidem*.

²¹⁵ Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 32.

Ajuda e do Estado Português da Índia em 1961, ou do facto de no ano de 1973 Amílcar Cabral ter declarado unilateralmente a independência da Guiné, a verdade é que o universo colonial português não sofreu grandes alterações até ao dia 25 de Abril de 1974. E isto, esta resistência, teimosia, obstinação do regime prende-se sem dúvida alguma com o facto da anteriormente mencionada associação entre as ideias de “Nação” e “Império” – mais do que qualquer interesse económico ou político²¹⁶ – estar de tal modo enraizada na sociedade portuguesa que se tornava praticamente impossível abdicar da realidade construída e mantida ao longo de mais de quatro séculos. Isto significa que o cenário mais expectável em relação à resolução desta questão seria uma coincidência natural entre o fim do *Estado Novo* e o fim do Império. Afinal, não era só o regime ditatorial que estava política e ideologicamente “preso ao destino das colónias”²¹⁷ como Fernando Rosas afirmou, era também, como se pôde concluir após o 25 de Abril de 1974 e o início dos processos de independências das outrora províncias ultramarinas, o destino das colónias que estava irremediavelmente dependente do destino do *Estado Novo*: “o Estado Novo cairia ferido da inviabilidade histórica de manter o «império», cairia com ele e por causa dele.”²¹⁸

Esta associação aparentemente inabalável de Nação e Império ou entre *Estado Novo* e Império está intimamente ligada à questão anteriormente mencionada da propaganda pois foi o seu exímio desenvolvimento que permitiu a divulgação e o enraizamento daquelas ideias embora, como também já notámos, se tenha assistido a algum refreamento a partir do momento em que o colonialismo português passou a ser consistentemente escrutinado. Efectivamente, se quisermos sistematizar esta situação podemos dizer que entre os anos de 1930 e 1940 se viveu o momento primitivo de inculcação da mística imperial e fortalecimento administrativo, económico e financeiro do império que assim, enquanto fundamento e expressão do nacionalismo do regime, passou a ser indissociável da Nação, notando-se claras diferenças entre essa dinâmica e aquela vivida no período pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, note-se que não podemos jamais falar de um abandono total

²¹⁶ Acerca dos factores políticos e económicos que terão influenciado a resistência à descolonização vide António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 47-48, 85-86. Segundo este autor os estudos mais recentes demonstram que o peso atribuído nos anos 60 e 70 à importância económica das colónias para a ditadura era excessivo, não sendo certo que a sua perda tivesse consequências graves, até porque nos anos 60 se notou um afastamento da economia portuguesa de África para a Europa.

²¹⁷ Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 30.

²¹⁸ *Ibidem*.

desta tendência propagandística do regime no referente à temática colonial ou paradigma ideológico colonial dos anos 30, conforme demonstram, por exemplo, a organização da *Exposição de Arte Sacra Missionária* (1951)²¹⁹ e, sobretudo, o *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* (1960)²²⁰, celebração que, conforme foi demonstrado por Maria João Neto, foi acompanhada por um vasto programa de intervenções em imóveis coevos da vida do *Navegador* e do início dos Descobrimentos²²¹. Afinal, tal como as ideias de “Império” e “Nação” são inseparáveis, também o restauro de monumentos no período em causa é totalmente indissociável da intenção do regime *estadonovista* promover a tal campanha de “salvação nacional”²²², de “reconstrução nacional”²²³.

É precisamente este reconhecimento do valor memorial dos monumentos históricos pelo *Estado Novo*, o entendimento da sua eloquência, da sua capacidade de revivificar no presente um passado longínquo, neste caso rico em figuras extraordinárias e momentos gloriosos, e a intensidade com que a sua salvaguarda foi conduzida, que nos interessa destacar neste momento. Sabendo que a portentosa DGEMN foi o organismo que permitiu ao regime concretizar a sua grande obra de salvaguarda do património arquitectónico nacional, divulgar os seus princípios, estabelecer um elo de ligação com o tal passado que se pretendia recordar, legitimando a ditadura e inspirando a população; e que se tornou comum convocar os monumentos e explorar o seu simbolismo no âmbito de comemorações centenárias e de exposições evocativas na metrópole, é importante que nos debruçemos sobre a ocorrência de efemérides dessa natureza mas especificamente de cariz colonial. Neste momento interessa-nos somente apresentar as comemorações de aniversários, verdadeiras formas de recordar, celebrar e reintegrar Portugal “na sua grandeza histórica, na

²¹⁹ Esta grande exposição de arte sacra aconteceu pela primeira vez em Roma no ano do Jubileu de 1950, tendo seguido posteriormente para Madrid em 1951 e depois para Lisboa graças ao encerramento do Ano Santo *extra urbem* em Fátima. A ocasião foi aproveitada pelo regime para sublinhar a ideia de “Portugal Imperial Colonizador e Missionário”, tendo sido expostas muitas peças vindas do ultramar. Cf. Agência Geral do Ultramar, org., *Exposição de Arte Sacra Missionária*, Lisboa, AGU, 1951, 101 p.; Agência Geral do Ultramar, org., *Exposição de Arte Sacra Missionária: discursos*, Lisboa, AGU, 1951, 23 p.

²²⁰ Maria Isabel João, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, pp. 120-125.

²²¹ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 250.

²²² António de Oliveira Salazar, “O Discurso de 23 de Novembro”, António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2007, pp. 258, 260, 261.

²²³ *Ibidem*, p. 261.

plenitude da sua civilização universalista de vasto império”²²⁴, que tiveram impacte directo nos monumentos, impulsionando obras de conservação ou restauro²²⁵. Mais tarde, ao longo das análises das circunstâncias, programas e critérios subjacentes às intervenções promovidas nos monumentos das diferentes colónias, bem como aquando do estudo da disseminação das imagens deste mesmo património arquitectónico ultramarino, iremos tratar com maior pormenor os efeitos e formas de utilização ou divulgação.

No ano de 1933 tiveram lugar em Cabo Verde duas comemorações, uma referente ao *IV Centenário da Fundação da Diocese de Cabo Verde* e uma outra relativa ao *I Centenário da Elevação da Ribeira Grande a Vila*. Apesar de não termos conseguido reunir informações significativas acerca destas comemorações não poderíamos deixar de lhes fazer menção pelo facto de terem incitado o monsenhor António José de Oliveira Bouças (1863-1944), antigo professor, vice-reitor do Seminário-Liceu de São Nicolau (1905-1917) e deão da Sé de Cabo Verde, a escrever o seu *Apelo em Pró das Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*²²⁶, obra que procurou despertar a consciência patrimonial da comunidade, traçando a história da destruição daqueles monumentos e apresentando propostas conducentes à sua salvaguarda. A publicação desta obra de temática patrimonial neste ano é facilmente explicada se tivermos em consideração o valor memorial e simbólico dos monumentos e o facto do património edificado da Ribeira Grande de Santiago, os pequenos templos e a grande mas arruinada sé catedral, recordarem a criação da diocese de Cabo Verde a 31 de Janeiro de 1533 pelo Papa Clemente VII (1478-1534) e a evolução da própria localidade, berço da colónia, até à sua elevação a vila.

²²⁴ *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, Secretariado Nacional de Propaganda, 1934, p. 79.

²²⁵ A título de curiosidade refiram-se outras comemorações de temática colonial, casos do V Centenário da Passagem do Cabo Bojador (1934), do I Centenário do Nascimento de Mouzinho de Albuquerque (1955), do 1º Centenário da Fundação do Banco Nacional Ultramarino (1964), do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral (1968), do Centenário do Nascimento de Gago Coutinho (1969) ou do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama (1969). Além destas comemorações de cariz transterritorial, são de referir aquelas especificamente associadas a Angola: o Cinquentenário da Fundação de Nova Lisboa (1962), o 350º Aniversário da Fundação de Benguela (1967), o II Centenário da Cidade de Novo Redondo (1969); a Moçambique: o 40º e o 50º Aniversário da tomada de Chaimite (1935 e 1945), o IV Centenário de Lourenço Marques (1944), o 49º Aniversário do Combate de Macontene (1946), o I Centenário do Nascimento de António Enes (1948), o Cinquentenário da Cidade da Beira (1957), o 75º Aniversário da Cidade de Lourenço Marques (1962); à Guiné: o I Centenário da Sentença Arbitral de Bolama (1970); à Índia Portuguesa: o 450º Aniversário do Estado da Índia (1956); a Macau: o I Centenário do Teatro D. Pedro V (1972) ou o I Centenário do Hospital Conde de São Januário (1974); a Timor: o II Centenário da Transferência da Capital da Província de Timor de Lifau para Díli (1969).

²²⁶ António José de Oliveira Bouças, *Apelo em Pró das ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*, Praia, Minerva, 1933, 18 p.

As apoteóticas comemorações do *VIII Centenário da Fundação* e do *III Centenário da Restauração* no ano de 1940, momento áureo de afirmação dos princípios ideológicos do *Estado Novo*, tiveram uma fortíssima componente colonial. Afinal, o objectivo de fundo passava por comemorar condignamente os oito séculos de existência de Portugal, nação que “durou precisamente porque viveu – a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador duma doutrina e duma civilização”²²⁷ e, ao mesmo tempo, incutir confiança para o futuro. As comemorações estenderam-se com maior ou menor intensidade a todas as colónias, tendo sido da responsabilidade dos governadores garantir a sua concretização, havendo inclusivamente territórios, casos de Angola e Guiné, onde foram criadas comissões para este fim²²⁸. A este propósito refira-se a publicação de portarias²²⁹ nas quais se determinou que no dia 4 de Junho em todos os estabelecimentos públicos da metrópole, ilhas, colónias e estrangeiro, depois de se ouvir o sinal da Emissora Nacional às 12 horas de Guimarães, fossem hasteadas a bandeira Portuguesa e a da Fundação. No caso das localidades em que existissem castelos relacionados com a história da Fundação e da Conquista, estes deveriam ser palcos privilegiados. Assim, conforme foi notado por Maria Isabel João, em Macau aquelas bandeiras foram hasteadas na fortaleza do Monte ao mesmo tempo que se ouviam as salvas da artilharia e o repicar dos sinos das igrejas²³⁰.

Aquando da inauguração destas comemorações o *Te Deum* que teve lugar na sé patriarcal de Lisboa foi igualmente replicado nas igrejas matrizes das colónias²³¹. Em São Tomé e Príncipe o programa estabeleceu que estas comemorações tivessem início precisamente com a celebração de um *Te Deum* na igreja da Conceição, seguindo-se nos dias posteriores uma procissão da imagem de São Sebastião da capela do Bom Jesus para a capela da fortaleza de São Sebastião, pequeno templo inaugurado nesta data²³². Seguir-se-iam a par de eventos desportivos, inaugurações de melhoramentos e de monumentos comemorativos, procissões,

²²⁷ António de Oliveira Salazar, “Independência de Portugal (Nota Oficiosa da Presidência do Conselho)”, *Revista dos Centenários*, nº1, 1939, p. 2.

²²⁸ Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 189-191.

²²⁹ Maria Isabel João menciona as portarias nº9:509 de 19 de Abril de 1940 e nº9:519 de 10 Maio de 1940 referentes a esta questão. Cf. Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 244.

²³⁰ Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 244-245.

²³¹ *Ibidem*, p. 266.

²³² *Programa Oficial das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal*, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1940, p. 5.

exposições, conferências²³³, as habituais missas – desta feita na capela da fortaleza de São Sebastião – e uma audição radiofónica do discurso pronunciado por Salazar no castelo de Guimarães, além do içar da bandeira de D. Afonso Henriques e do discurso do governador²³⁴. Programa semelhante teria lugar na fortaleza da Ponta da Mina na ilha do Príncipe²³⁵. Segundo o programa, entre os dias 2 de Junho e 2 de Dezembro, a capela do Bom Jesus, a capela de São Sebastião, a igreja da Conceição e a sé de São Tomé voltariam a receber várias missas²³⁶. Em Angola os templos também desempenharam um papel importante nestas comemorações, tendo conhecimento da celebração de um *Te Deum* na sé catedral de Luanda e em todas as igrejas paroquiais de Angola bem como nas das missões²³⁷. No dia 4 de Junho os sinos destas igrejas repicaram no mesmo momento em que o presidente da República hasteou a bandeira no castelo de Guimarães²³⁸. Mais tarde, no dia 1 de Dezembro, foi cantado novo *Te Deum* na sé catedral de Luanda, nas igrejas paroquiais e das missões como, de resto, acontecia ao mesmo tempo nos templos das outras colónias e da metrópole²³⁹. Por seu lado, a esplanada da fortaleza de São Miguel de Luanda foi palco de uma missa campal celebrada a 15 de Agosto pelo bispo de Angola e do Congo²⁴⁰. O encerramento das comemorações em Angola incluiu a entoação de novo *Te Deum* na sé catedral²⁴¹. No caso de Moçambique as comemorações tiveram início com um *Te Deum* na igreja de São José de Lhangueno²⁴², templo da missão homónima localizado em Lourenço Marques. O mesmo aconteceu na igreja da missão de Murete no Niassa²⁴³. Em Macau o *Te Deum* do dia 1 de Dezembro foi realizado na sé catedral²⁴⁴. A 2 de Junho teve lugar igualmente um *Te Deum* na igreja matriz de Díli²⁴⁵.

²³³ *Programa Oficial das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal*, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1940, 10 p.

²³⁴ *Ibidem*, p. 6.

²³⁵ *Ibidem*.

²³⁶ *Ibidem*, pp. 6-10.

²³⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº187, 1941, p. 257.

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 258.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 259.

²⁴² *Ibidem*, p. 270.

²⁴³ *Ibidem*, p. 282.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 287.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 288.

Como veremos, a valorização dos monumentos históricos como testemunhos vivos e extraordinariamente eloquentes dos momentos comemorados neste ano de 1940, tal como aconteceu na metrópole²⁴⁶, incentivou os governos das colónias a promoverem obras de conservação e restauro das suas igrejas e fortalezas. Essa situação verificou-se, pelo menos, em Angola e São Tomé e Príncipe.

No ano de 1946 comemorou-se o *V Centenário da Descoberta da Guiné* por Nuno Tristão. No entanto, ao contrário do que aconteceu no ano de 1940, estas comemorações deveram-se à iniciativa do governador da colónia, Manuel Sarmento Rodrigues (1899-1979)²⁴⁷. Ainda assim as festividades não tiveram lugar apenas na colónia, sabendo-se que o ministro das Colónias, Marcello Caetano, incumbiu a Sociedade de Geografia de Lisboa de organizar as comemorações na metrópole²⁴⁸. Em relação às festividades na própria colónia, ocasião em que tal como aconteceu no ano de 1940 o Governo Português evocou as glórias do passado com forma de enquadrar e engrandecer o contributo do presente e inspirar confiança para o futuro, não podemos deixar de destacar o facto de a par da inauguração de muitos melhoramentos públicos e exposições se ter organizado uma festa militar na “histórica”²⁴⁹ fortaleza de São José de Bissau onde também foi inaugurado o monumento aos Heróis da Ocupação. A primeira mensagem do governador Sarmento Rodrigues neste marcante ano de 1946 foi igualmente proferida a partir do baluarte da Balança da fortaleza da Amura no dia 1 de Janeiro, ocasião em que a importância histórica e simbólica “destas muralhas que se cobriram de glória”²⁵⁰ e deste “histórico baluarte”²⁵¹ foram sublinhadas e chamadas a testemunhar o direito de afirmar que “Portugal não é uma Nação continental europeia, mas sim uma potência marítima e missionária, que existe pelo Globo”²⁵². De resto, podemos desde já referir que logo aquando da elaboração do programa destas comemorações se previu o restauro da fortaleza de São José da Amura, do monumento ao Esforço da Raça e do forte de Cacheu²⁵³. Observe-se ainda que aquando destas comemorações foi organizada

²⁴⁶ Maria João Neto, *op. cit.*, pp. 149-152.

²⁴⁷ Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 107.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 109.

²⁴⁹ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. II – Especial [Comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné], 1947, p. 275.

²⁵⁰ Manuel Sarmento Rodrigues, *No Governo da Guiné: Discursos e Afirmações*, s/l, s/n, 1949, p.86.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 87.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, 1946, pp. 166, 168.

uma romagem do subsecretário de Estado e do governador da colónia ao “velho”²⁵⁴ forte de Cacheu, recordação dos portugueses que “lentamente foram firmando a nossa soberania no território.”²⁵⁵ Como veremos, a importância e significado histórico deste forte de Cacheu acabou por ser eternizada na mesma ocasião através da emissão de um selo²⁵⁶.

O *III Centenário da Independência de Angola* foi comemorado no ano de 1948 com a realização de várias exposições, concursos desportivos, cerimónias religiosas²⁵⁷ e outras actividades, incluindo uma *Exposição de Arte Portuguesa Metropolitana* organizada por Diogo de Macedo (1889-1959)²⁵⁸. A fortaleza de São Miguel foi palco de múltiplas festividades, tais como a inauguração da exposição de colecções do Museu de Angola – de Arte Sacra, Armaria, Bibliografia, Documental e Iconográfica – uma encenação da tomada da própria fortificação por Salvador Correia de Sá e Benevides (1602-1688), uma “Chamada dos Mortos”, discursos, cerimónias religiosas e o içar de duas bandeiras, a nacional e a da Restauração. Nesta ocasião a fortificação de São Miguel foi inclusivamente louvada pelo procurador da República, Manuel de Gusmão de Mascarenhas Gaivão (1901-1971), como uma “vetusta fortaleza, testemunho vivo da bravura e patriotismo, da tenacidade e constância; e acima de tudo, da fé sem limites dos portugueses nos destinos gloriosos da sua Pátria.”²⁵⁹ Refira-se ainda a organização de um *Te Deum* na sé arquiiepiscopal²⁶⁰ e da procissão realizada da igreja de Nossa Senhora do Carmo para aquele templo²⁶¹. No cortejo alegórico realizado desde a ilha até ao final da recém-inaugurada marginal, uma das grandes atracções das comemorações, circulou um carro simbólico da Restauração com uma figura evocativa de Salvador Correia de Sá e Benevides, caravelas da “armada restauradora” mas, também, com uma miniatura da fortaleza de São Miguel²⁶², monumento que, como vimos, recordava o triunfo da acção da expedição portuguesa que no ano de 1648 expulsou os holandeses. Foram também realizadas romagens a Muxima e Massangano, “lugares

²⁵⁴ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. II – Especial [Comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné], 1947, p. 323

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 474.

²⁵⁷ Refira-se que as comemorações do *III Centenário da Restauração de Angola* coincidiram com a passagem da imagem de Nossa Senhora de Fátima, a Virgem Peregrina, por esta colónia.

²⁵⁸ *Boletim Geral das Colónias* nº280, 1948, p. 197.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 174.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 131.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 128.

²⁶² *Ibidem*, p. 190.

sagrados da pátria”²⁶³. Em Muxima hastearam-se as bandeiras na fortaleza a celebrou-se missa na “histórica igreja”²⁶⁴. Em Massangano, local tido como um “monumental teatro, cujos cenários da fortaleza, da igreja e do Cuanza representam admiráveis virtudes nacionais”²⁶⁵, também foi celebrada missa antes da realização de um cortejo até à fortaleza onde uma vez mais foram hasteadas duas bandeiras, a nacional e a da Restauração²⁶⁶. Os heróis da Restauração de Angola foram, também, recordados na fortaleza de Quicombo²⁶⁷. Mais tarde iremos abordar o caso da nota e bilhetes-postais emitidos por ocasião destas comemorações²⁶⁸ nos quais figuraram imagens de alguns dos templos e fortificações mais relevantes neste contexto de celebração da Restauração de Angola.

O *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier*, um “histórico e piedoso acontecimento”²⁶⁹, foi celebrado no mês de Dezembro de 1952. Tendo em consideração o facto dos britânicos terem reconhecido a independência da União Indiana no ano de 1947 e do *Apóstolo das Índias* ser um figura de extraordinária projecção universal, não é de estranhar que este acontecimento se tenha revestido da maior importância para o Governo Português. Tratava-se não só de um acontecimento de grande relevância para a Igreja Católica mas, também, de uma tentativa de recordar a profunda ligação de Portugal a Goa, Damão e Diu, laço inquebrável que se devia em muito à acção de missionários como São Francisco Xavier. Dizia o presidente Francisco Craveiro Lopes (1894-1964) nesta ocasião:

*Sob a sua protecção [de São Francisco Xavier] se encontrou sempre este fiel e portuguesíssimo território (...) A nossa fortaleza assenta na razão e no direito, e porque não enfraqueceu a fé que temos na protecção divina, confiamos em que S. Francisco Xavier continuará a velar pela segurança da Índia Portuguesa.*²⁷⁰

Assim, além das cerimónias religiosas presididas pelo cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), legado do Papa Pio XII (1876-1958), foram inauguradas

²⁶³ *Boletim Geral das Colónias* nº282, 1948, p. 117.

²⁶⁴ *Boletim Geral das Colónias* nº280, 1948, p. 197.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 180.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 181.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 199.

²⁶⁸ Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 474, 480.

²⁶⁹ *Boletim Geral das Colónias* nº311, 1951, p. 107.

²⁷⁰ *Boletim Geral do Ultramar* nº330, 1952, p. 330.

várias exposições – Industriais, de Arte e Cultura, de Agro-Pecuária, podendo destacar a *Exposição de Arte Portuguesa* organizada no Instituto Vasco da Gama²⁷¹ –, realizaram-se concertos, competições desportivas, lançamento de fogo-de-artifício, um cortejo fluvial²⁷² e um congresso missionário²⁷³. Fred Kradolfer (1903-1968) recebeu o primeiro prémio no concurso lançado pela Agência Geral do Ultramar para o cartaz anunciador das comemorações²⁷⁴. Nesta ocasião o restauro dos grandes conventos e mosteiros abandonados, das igrejas e outros edifícios, foi colocado lado a lado com a higienização da cidade e construção de infra-estruturas necessárias para receber os milhares de peregrinos vindos de todo o mundo. De facto, como veremos no momento dedicado à situação do património na Índia Portuguesa, esta comemoração reveste-se da maior importância na medida em que despoletou uma série de obras de conservação, restauro e adaptação dos monumentos da cidade de Velha Goa que sem ter sido inédita²⁷⁵ atingiu dimensões e valores nunca antes alcançados. Estes edifícios, como demonstraremos mais tarde, receberam peregrinos, exposições, congressos e celebrações religiosas. Refira-se ainda que estas comemorações também tiveram alguma projecção na metrópole, sabendo, por exemplo, que nesta ocasião foi realizada no Campo Grande uma cerimónia com o braço-relicário do *Apóstolo das Índias*, seguida de um cortejo para a igreja de São Domingos onde aquele ficou exposto antes de regressar a Roma²⁷⁶. As comemorações xaverianas na metrópole terminariam com um *Te Deum* naquela igreja com a presença de António de Oliveira Salazar já após o regresso de D. Manuel Gonçalves Cerejeira²⁷⁷.

²⁷¹ *Boletim Geral do Ultramar* nº326-327, 1952, pp. 204-205. Esta mostra organizada pelo agente-geral do Ultramar Leonel Banha da Silva contou com obras de pintura, escultura, desenho e artes gráficas dos “nomes de maior relevo na pintura e na escultura contemporâneas”, casos de Mário Eloy, Stuart Carvalhais, António Duarte, Canto da Maia, Martins Correia, Francisco Franco, Eduardo Malta, Fausto Sampaio, Manuel Lapa, entre outros. Nesta mostra foi exibido o documentário “Grandes Problemas Nacionais”, cuja estreia tinha acontecido no Congresso da União Nacional realizado aquando dos 25 Anos da Revolução Nacional. Cf. *Boletim Geral do Ultramar* nº330, 1952, pp. 39-41, 57-59.

²⁷² *Boletim Geral do Ultramar* nº325, 1952, p. 183.

²⁷³ *Boletim Geral do Ultramar* nº330, 1952, p. 41.

²⁷⁴ *Boletim Geral do Ultramar* nº325, 1952, p. 185. Manuel Lapa e Jorge Matos Chaves receberam prémios de segundo e terceiro classificado respectivamente.

²⁷⁵ Acerca das obras realizadas no âmbito das exposições do corpo de São Francisco Xavier vide Sidh Losa Mendiratta, Joaquim Rodrigues dos Santos, “«Visiono Velha Goa, a Cidade Morta, Reanimar-se...»: o Plano de Intenções de 1960 para a Musealização de Velha Goa”, *Actas do Congresso Internacional Goa Passado e Presente*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 397-414.

²⁷⁶ *Boletim Geral do Ultramar* nº328, 1952, p. 107-108.

²⁷⁷ *Boletim Geral do Ultramar* nº330, 1952, p. 49.

O ano de 1960 ficaria marcado na metrópole e nas colónias pelo *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, celebração de uma das principais figuras da gesta marítima portuguesa num período de fortíssima oposição e condenação internacional da soberania nacional nas províncias ultramarinas. Goa enquanto território português reclamado pela União Indiana teria, naturalmente, “lugar especial como símbolo que é da consumação da política de descobrimentos iniciada pelo Infante”²⁷⁸. Note-se que este aproveitamento da figura do Infante D. Henrique num período de contestação anticolonial é perfeitamente assumido pelo regime, senão leiam-se as palavras de José Caeiro da Mata (1877-1963), presidente da Academia Portuguesa da História e da comissão nacional criada para o efeito:

*Vai-se fazer reviver uma grande figura da história – a história que é a política do passado. Mais do que nunca, nesta hora caracterizada pela perturbação das ideias e pela incerteza das convicções, debatendo-se o Ocidente entre o temor e a ilusão, e em que, em nome da paz, tanto se fala de reorganização do Mundo Atlântico, vem a propósito a consagração daquele que, trazendo na alma a chama generosa, aventureira e descobridora, deu, primeiro do que todos e para sempre, o Atlântico à Humanidade.*²⁷⁹

As comemorações começaram a ser pensadas no ano de 1954, momento em que foi formada a Comissão Nacional das Comemorações do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, datando já de 1958 a tomada de posse da comissão ultramarina²⁸⁰, pois afinal entendia-se que “O Ultramar é obra do Infante, sua primogénita.”²⁸¹ Sarmiento Rodrigues foi o presidente desta comissão responsável pela elaboração de um programa que teve como momentos mais marcantes os dias 4 de Março, declarado feriado nacional para que “o maior número de pessoas possa tomar parte nessas solenidades”²⁸², e 15 de Novembro de 1960²⁸³. Em causa estaria a intenção de comemorar o génio português, a espiritualidade que presidiu aos Descobrimentos e a obra desenvolvida pelos sucessores destes valorosos portugueses

²⁷⁸ *Boletim Geral do Ultramar* nº398, 1958, p. 61.

²⁷⁹ *Boletim Geral do Ultramar* nº350, 1954, p. 103.

²⁸⁰ *Boletim Geral do Ultramar* nº398, 1958, p. 59.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 68.

²⁸² *Boletim Geral do Ultramar* nº415-416, 1960, p. 382.

²⁸³ Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 223.

do século XV²⁸⁴. Nos dias de comemorações nas províncias ultramarinas dever-se-ia hastear a bandeira nacional, realizar missas e sessões solenes²⁸⁵. Ao longo dos restantes dias, tal como vimos acontecer no ano de 1940 ou em 1948, deveriam ser inauguradas exposições, melhoramentos públicos e padrões²⁸⁶, e realizados cortejos, paradas militares, conferências, competições desportivas ou peças de teatro.

De resto, note-se que aquando deste acontecimento de cariz nacionalista, propagandista e colonialista, tal como foi demonstrado por Maria João Neto, os monumentos foram convocados para documentar a vida d'O *Navegador* na metrópole²⁸⁷. A concretização de obras de conservação e restauro de monumentos históricos por ocasião das comemorações henriquinas, como veremos, também foi uma realidade, por exemplo, em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Afinal, muitas das igrejas nas diferentes colónias foram palcos de comemorações religiosas ou missas em alma do Infante²⁸⁸, tendo a certeza que na sé catedral de Lourenço Marques foi celebrado um *Te Deum* presidido pelo arcebispo D. Teodósio Clemente (1889-1962)²⁸⁹. O mesmo aconteceu na sé catedral de Macau e na de São Tomé²⁹⁰. Em Cabo Verde estabeleceu-se que deveriam ser organizados *Te Deum* com alocações nas igrejas matrizes, esclarecendo-se que no caso da capital da província esta acção de graças deveria ser cantada na igreja de Nossa Senhora do Rosário precisamente porque esta foi “a primeira Sé de Cabo Verde, erigida na Cidade Velha (cidade da Ribeira Grande de Santiago), a mais antiga povoação Portuguesa do Ultramar.”²⁹¹

²⁸⁴ *Boletim Geral do Ultramar* nº398, 1958, pp. 62-63.

²⁸⁵ Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 223.

²⁸⁶ Os padrões erguidos nas províncias ultramarinas resultaram de um concurso cujo primeiro prémio foi atribuído ao escultor Severo Portela. O projecto do arquitecto Joaquim Santiago Areal e Silva ficou no segundo lugar. Cf. *Boletim Geral do Ultramar* nº415-416, 1960, p. 384.

²⁸⁷ Maria João Neto, *op. cit.*, pp. 155-156.

²⁸⁸ Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 272.

²⁸⁹ *Boletim Geral do Ultramar* nº417, 1960, p. 55.

²⁹⁰ *Ibidem*, pp. 56-57.

²⁹¹ *Programa Geral das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde*, s.l., s.n., s/d [1961], p. 3.

Nas sés de Lourenço Marques e Luanda, na igreja matriz de Goa, na catedral de Bissau, nos principais templos de São Tomé e na igreja de Santo António de Mótael foram celebradas missas de encerramento das comemorações por alma do Infante, dos descobridores e colonizadores²⁹². As fortificações também foram convocadas, sabendo, por exemplo, que aquando da inauguração das comemorações se ouviu o ribombar das guarnições das fortalezas de Goa²⁹³ e que na fortaleza de São



Imagem 1 Hastear da bandeira nacional na fortaleza de São Miguel de Luanda por ocasião das comemorações henriquinas, 1960. *Boletim Geral do Ultramar* nº420-421, 1960.

Miguel de Luanda foram hasteadas pelo governador Álvaro Silva Tavares (1915-?) a bandeira nacional e a das comemorações (com a Cruz de Cristo)²⁹⁴. Na mesma ocasião as ameias desta fortaleza de Luanda foram guarnecidas com três “castelos” da Mocidade Portuguesa com as suas bandeiras e guiões²⁹⁵. No dia do encerramento das comemorações os “vetustos canhões”²⁹⁶ dos fortes da Aguada e dos Reis Magos na Índia Portuguesa também lançaram as suas salvas²⁹⁷.

No mesmo ano das comemorações henriquinas celebrou-se em Cabo Verde o *V Centenário do Achamento da província*, efeméride que na metrópole acabou por passar quase totalmente despercebida devido à consideravelmente maior importância das festividades relacionadas com a morte do Infante. Tendo em consideração as dimensões e possibilidades do governo da província, o programa desenvolvido terá sido modesto, ainda que se tenha ponderado a possibilidade de se realizar um “«encontro nacional» em Cabo Verde, terra que foi palco – sem mais igual – de conversa pacífica de brancos e negros.”²⁹⁸, com a presença de industriais, escritores e artistas plásticos²⁹⁹. Tal como aconteceu aquando das comemorações henriquinas, algumas igrejas do arquipélago foram palco de missas

²⁹² *Boletim Geral do Ultramar* nº426, 1960, pp. 149-151, 153-154.

²⁹³ *Boletim Geral do Ultramar* nº417, 1960, p. 54.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 56.

²⁹⁵ *Ibidem*.

²⁹⁶ *Boletim Geral do Ultramar* nº426, 1960, p. 151.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ *Boletim Geral do Ultramar* nº415-416, 1960, p. 529.

²⁹⁹ *Ibidem*.

solenes³⁰⁰, assistindo-se a inaugurações de melhoramentos, ao hastear da bandeira nacional, a desfiles militares, competições desportivas e a exposições³⁰¹. Um grupo de alunos da Universidade de Coimbra deu uma série de espectáculos em Cabo Verde no âmbito destas comemorações³⁰².

No ano de 1964 a Ilha do Ibo comemorou os duzentos anos da sua fundação, isto é, da instalação da primeira câmara municipal desta vila de Cabo Delgado, Moçambique³⁰³. As festividades parecem ter tido impacte meramente local mas, como veremos, acabaram por impulsionar a elaboração de propostas referentes a obras de conservação e pequenos restauros do património arquitectónico da ilha que já no início dos anos 40 tinha sido objecto de grande atenção por parte da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (CMRHM).

O *IV Centenário da Estada de Luís Camões na Ilha de Moçambique* foi comemorado no ano de 1969. Nessa ocasião o ministro do Ultramar, Joaquim Moreira da Silva Cunha (1920-), nomeou uma comissão para estudar e desenvolver o programa das comemorações que, por sua vez, agregou Alexandre Lobato (1915-1985) e o arquitecto Mário de Oliveira (1914-2013), responsabilizando-os, respectivamente, pela parte histórica e artística das festividades³⁰⁴. Assim, estabeleceu-se que entre os dias 9 e 10 de Junho de 1969 seria inaugurado um monumento comemorativo na Ilha de Moçambique da autoria de Mário de Oliveira; seria publicada uma edição fac-similada da primeira edição das *Rimas*; seria realizada uma sessão solene com uma conferência de um professor da Faculdade de Letras cujo encerramento caberia ao governador-geral; seria organizada uma exposição itinerante de natureza documental, cartográfica, iconográfica e bibliográfica; e seria emitido um selo especial em Moçambique, bem como uma medalha³⁰⁵. Estabeleceu-se, ainda, que deveria ter lugar uma oferta ao Município de Moçambique de uma reprodução feita pelo pintor Guilherme Filipe (1897-1971) do retrato de Luís de Camões existente no Museu Nacional de

³⁰⁰ *Programa Geral das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde*, s.l., s.n., s/d [1961], p. 7.

³⁰¹ *Programa Geral das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde*, s.l., s.n., s/d [1961], 31 p.

³⁰² *Boletim Geral do Ultramar* nº424-425, 1960, p. 537.

³⁰³ Carlos Lopes Bento, *Moçambique. Para a História de Cabo Delgado Colonial. Mais um Aniversário – 249º – da fundação efetiva da Vila do Ibo*, Monte de Caparica, edição do autor, 2013, 4 p.

³⁰⁴ *Boletim Geral do Ultramar* nº513, 1968, pp. 118-119.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 119; *Boletim Geral do Ultramar* nº523-524, 1969, p. 168.

Arte Antiga³⁰⁶. Depois do dia 10 de Junho a comissão provincial criada para o efeito pretendia promover festivais de juventude e exposições de trabalhos escolares, iniciativas da Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina³⁰⁷. Desde os primeiros momentos de preparação destas comemorações previu-se, também, a inauguração do Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique³⁰⁸. Como veremos, este museu resultou de uma campanha de restauro e adaptação do antigo hospital da igreja da Misericórdia. Nesta ocasião estabeleceu-se, ainda, que o claustro do palácio de São Paulo ou a praça da fortaleza de São Sebastião deveriam receber uma representação de um auto de Camões apresentado pelo Teatro dos Estudos Gerais de Moçambique³⁰⁹.

A participação dos monumentos nestas comemorações camonianas acabaria por ser bastante intensa. Efectivamente, ao analisar o programa das comemorações³¹⁰ deparamo-nos, após a referida inauguração do Museu de Arte Sacra, com uma visita no mesmo dia 23 de Novembro ao palácio de São Paulo, seguindo-se pelas 12 horas a inauguração na fortaleza de São Sebastião da *Exposição Itinerante, Cartográfica e Iconográfica, Comemorativa do IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique*, mostra patente nas principais capitais de distrito de Moçambique na qual foram apresentados, por exemplo, o retrato de Vasco da Gama pertencente à galeria dos vice-reis de Pangim, o conhecido retrato realizado por Fernão Gomes (1548-1612) de Camões, ou um plano da Ilha de Moçambique de 1802³¹¹. Pouco depois teria lugar uma missa na capela da mesma fortaleza. No dia 24, além da implantação na ilha de Goa de uma réplica de um padrão dos Descobrimentos, teriam lugar a inauguração e reabertura ao culto da mesquita de Gulamo no Lumbo e a consagração da igualmente restaurada igreja de Santo António da Ilha de Moçambique. Na verdade, como veremos, este ano de 1969 ficou marcado pela concretização de várias obras de conservação e restauro de monumentos da Ilha de Moçambique, situação explicável pelo interesse do governador-geral Baltazar Rebelo de Sousa (1921-2002) nestas questões mas, também, pela comemoração de dois centenários:

³⁰⁶ *Boletim Geral do Ultramar* nº513, 1968, p. 119; *Boletim Geral do Ultramar* nº523-524, 1969, p. 168.

³⁰⁷ *Boletim Geral do Ultramar* nº523-524, 1969, p. 168.

³⁰⁸ *Ibidem*.

³⁰⁹ *Boletim Geral do Ultramar* nº513, 1968, p. 119.

³¹⁰ *Notícias: diário da manhã*, 12 de Novembro de 1969.

³¹¹ *Catálogo da Exposição Itinerante, Cartográfica e Iconográfica, Comemorativa do IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique*, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, 1969, 48 p., il.

este *IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique* mas, também, o *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama*.

Efectivamente, no ano de 1969 comemorou-se o *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama*. Para esse efeito a presidência do Conselho de Ministros nomeou a Comissão Nacional e a Comissão Executiva das comemorações³¹², tendo-se estabelecido a inauguração das festividades no dia 8 de Julho³¹³. Apesar de se ter reconhecido o nome de Vasco da Gama (1460 ou 1469-1524) como “o de maior repercussão nos fastos da História Universal”³¹⁴, a verdade é que estas comemorações ficaram longe de atingir as dimensões alcançadas, por exemplo, aquando do centenário henriquino de 1960. A situação explicar-se-á pela evolução da questão colonial, cada vez mais desfavorável ao *Estado Novo*, e da própria política do regime numa fase em que este estava já bastante fragilizado. Ainda assim, as comemorações tiveram lugar não só em Lisboa onde a igreja de Santa Maria de Belém e a Torre de Belém serviram de palcos privilegiados³¹⁵, mas também nas províncias ultramarinas, para onde foram programadas sessões solenes, cerimónias religiosas, romagens, conferências, palestras, festivais, exposições ou eventos desportivos³¹⁶. Foram também benzidos padrões comemorativos pelo bispo de Madarsuma e capelão-mor das Forças Armadas para serem implantados na ilha de Santiago, Cabo Verde, e em Quelimane, Moçambique³¹⁷. Em Angola o Dia da Marinha foi celebrado neste ano de 1969 com uma missa na igreja de Jesus, em Luanda, por alma dos “Homens do Mar”³¹⁸ a 8 de Julho, dia em que tiveram início as comemorações dedicadas a Vasco da Gama³¹⁹. Apesar da diminuição da intensidade, como referimos anteriormente e aprofundaremos mais tarde, note-se que estas comemorações, sobretudo quando associadas a outras, também incentivaram a concretização de obras em monumentos históricos.

No ano de 1970 foi comemorado o *V Centenário da Descoberta de São Tomé e Príncipe*. Pouco sabemos acerca destas comemorações, tendo conhecimento apenas da organização

³¹² *Boletim Geral do Ultramar* nº523-524, 1969, pp. 166-167.

³¹³ *Boletim Geral do Ultramar* nº525, 1969, p. 118.

³¹⁴ *Boletim Geral do Ultramar* nº528, 1969, p. 165.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 166.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 167; *Boletim Geral do Ultramar* nº529-530, 1969, pp. 127-129.

³¹⁷ *Boletim Geral do Ultramar* nº529-530, 1969, p. 125.

³¹⁸ *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama. Dia da Marinha*, s.l., s.n., 1969, p. 16.

³¹⁹ *Ibidem*, s/p [p. 1].

de uma exposição bibliográfica e documental pelo Arquivo Histórico da província³²⁰. No entanto, como veremos, é certo que este aniversário incutiu um maior sentido de urgência à conclusão das obras de restauro em curso na ilha de São Tomé.

O *II Centenário da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras* foi comemorado em Angola no ano de 1972, datando de 29 de Agosto de 1973 o encerramento das festividades com a celebração de uma missa campal pelo arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel (1912-1996)³²¹. A este propósito não podemos deixar de destacar a importância concedida às ruínas deste outrora extraordinário complexo fabril fundado no século XVIII por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780) que, enquanto testemunho do engenho português e da sua aposta no desenvolvimento da província de Angola, eram, conforme foi notado por António da Silva Rego, “tão eloquentes como as de uma igreja, de uma fortaleza ou de uma Misericórdia, [porque] proclamam bem alto a *unicidade* da presença portuguesa em África.”³²² Por esta razão não é surpreendente que, como veremos, se tenha procurado beneficiar as ruínas de Nova Oeiras por ocasião deste centenário.

As comemorações do *IV Centenário da Fundação de Luanda* programadas para o ano de 1974 acabaram por não se concretizar devido à queda do *Estado Novo*³²³. Ainda assim, como veremos, a aproximação destas comemorações parece ter incentivado o secretário provincial das Obras Públicas de Angola, António Guedes de Campos, a incluir o palácio D. Ana Joaquina, obra ilustre de arquitectura palaciana setecentista, num lote de monumentos e edifícios notáveis que deveriam ser objecto de campanhas de “revivificação” no ano de 1974³²⁴, questão à qual voltaremos mais tarde.

Neste âmbito, também não podemos esquecer as viagens presidenciais aos territórios ultramarinos, uma outra forma de propaganda do *Império Colonial Português* que pontualmente, como veremos ao longo deste estudo, exerceu alguma influência na salvaguarda do património arquitectónico em causa. Afinal, tornou-se vulgar que os

³²⁰ S. Tomé e Príncipe. *Exposição bibliográfica e documental*, s.l., Arquivo Histórico, 1970, 102 p.

³²¹ António da Silva Rego, “A Academia Portuguesa de História e o II Centenário da Fábrica de Ferro em Nova Oeiras, Angola”, *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, p. 387.

³²² *Ibidem*, p. 394.

³²³ Algumas das obras comemorativas chegaram a ser editadas pela Câmara Municipal de Luanda e publicadas.

³²⁴ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01481, 01482, 01483, doc. s/n, 11 de Dezembro de 1973.

monumentos mais icónicos destes territórios, os tais testemunhos da grande epopeia portuguesa, fossem convocados para funcionarem como palcos privilegiados para as encenações nacionalistas realizadas neste contexto. A celebração de *Te Deum* nas igrejas e fortalezas e as visitas acompanhadas de discursos dos convidados parecem ter sido as práticas mais recorrentes. Consequentemente, por vezes essa utilização e exploração do poder simbólico e evocativo destes monumentos acabou por determinar a promoção de obras de conservação ou restauro. Como veremos, essa parece ter sido a realidade a partir do ano de 1938, momento em que Óscar Carmona (1869-1951) visitou as colónias de São Tomé e Príncipe e Angola³²⁵.

A título de intróito refira-se que neste contexto mas também no âmbito de visitas do ministro do Ultramar ou de altas dignidades da Igreja, alguns monumentos foram adaptados para desempenhar novas funções temporárias, caso da ermida de Nossa Senhora da Nazaré de Luanda, templo onde foi instalado um pequeno museu de cariz histórico, religioso e iconográfico por ocasião da visita do presidente Carmona no ano de



Imagem 2 O Tribunal da Ilha de Moçambique aquando da visita presidencial de 1939. *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do Chefe de Estado à União Sul-Africana, 1940.*

1938; serviram de telas para a fixação de propaganda pró-regime, caso do edifício do Tribunal da ilha de Moçambique, outrora um convento dominicano, por ocasião da visita de 1939; ou foram mesmo profundamente intervencionados, conforme se verificou na cidade de Velha Goa em 1952, ano da visita do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues mas, também, das comemorações do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier*. A arruinada fortaleza real de São Filipe de Cabo Verde foi palco da cerimónia do hastear da bandeira

³²⁵ No ano de 1939 o presidente Carmona visitou Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola e ainda a União Sul Africana. Craveiro Lopes visitou São Tomé e Príncipe e Angola no ano de 1954, Guiné e Cabo Verde em 1955 e Moçambique em 1956. Américo Tomás, o último presidente da República do *Estado Novo*, visitou Angola e São Tomé e Príncipe em 1963, Moçambique e a ilha do Príncipe em 1964, datando de 1968 a viagem à Guiné e Cabo Verde e de 1970 a deslocação a São Tomé e Príncipe. Refiram-se, ainda, as viagens dos chefes de Estado ao Brasil, outrora o mais importante dos territórios portugueses ultramarinos, nos anos de 1957 e 1972, e a deslocação de Marcello Caetano à Guiné, Angola e Moçambique no ano de 1969. No mesmo ano de 1969 o sucessor de Salazar visitou o Brasil.

nacional no ano de 1962 aquando da visita do ministro do Ultramar, Adriano Moreira, ocasião em que parece ter sido objecto de alguns trabalhos.



Imagem 3 D. Manuel Gonçalves Cerejeira a orar antes da missa celebrada na fortaleza de São Miguel em Angola no ano de 1944. *Boletim Geral das Colónias* nº234, 1944.



Imagem 4 O presidente da República Américo Tomás na fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique, 1964. João Patrício, *Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe*, 1965.

A viagem de D. Manuel Gonçalves Cerejeira a Cabo Verde no ano de 1944 enquanto legado *a latere* do Papa Pio XII também motivou obras na igreja de Nossa Senhora da Graça da Praia. De resto, aquando desta viagem do cardeal Cerejeira pelo ultramar português com o intuito de sagrar a nova catedral de Lourenço Marques, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, a mais recente arquidiocese colonial³²⁶, foram vários os monumentos visitados e utilizados como palcos de cerimónias religiosas.

Parece-nos igualmente pertinente fazer uma referência ao turismo enquanto potencial promotor de obras de restauro do património arquitectónico ultramarino, sobretudo a partir dos anos 40, momento em que sendo entendido na metrópole enquanto uma “fonte de riqueza e poesia”³²⁷ passou para a tutela do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)³²⁸.

³²⁶ No âmbito deste périplo realizado no Verão de 1944 o cardeal Cerejeira passou por Cabo Verde, São Tomé, Angola e Moçambique. Cf. *Boletim Geral das Colónias* nº 234 – nº especial dedicado à viagem do Eminentíssimo Legado «a latere» do Soberano Pontífice, Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa, a Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, 1944.

³²⁷ António Ferro, *Turismo, fonte de riqueza e poesia*, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1949, 117 p., il.

³²⁸ Relativamente à tutela do turismo refira-se que a Repartição de Turismo, inicialmente pertencente ao Ministério do Comércio e Comunicações, era desde o ano de 1927 da responsabilidade do Ministério do Interior. Por seu lado, as Casas de Portugal e as Comissões de Propaganda e Turismo foram criadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros no ano de 1930. O SPN ficaria com as competências do Ministério do Interior relativas ao turismo no ano de 1939, passando a integrar igualmente o Conselho Nacional de Turismo, criado no ano de 1929, a partir de 1940. No ano de 1944 a relação entre turismo e propaganda foi reforçada

No âmbito deste entendimento e utilização do turismo enquanto instrumento de propaganda foi fomentada uma imagem turística diferenciada da qual fizeram parte, por exemplo, as pousadas regionais, algumas delas instaladas precisamente em monumentos históricos. Efectivamente, a partir dos anos 50 assistiu-se em Portugal ao surgimento das pousadas históricas, isto é, à instalação de pequenas unidades hoteleiras em monumentos abandonados, arruinados e inutilizados, sobretudo edifícios conventuais ou fortificações que desta forma eram recuperados e adaptados para desempenhar novas funções. Assim aconteceu no castelo de Óbidos (1950), no forte de São João Baptista da Berlenga (1953), no convento dos Lóios em Évora (1965), no forte de São Filipe de Setúbal (1965), no castelo de Estremoz (1970), no castelo de Vila Nova de Cerveira ou no mosteiro dos Agostinhos de Guimarães, sendo que estas duas últimas intervenções foram projectadas durante o *Estado Novo* mas inauguradas apenas nos anos 80³²⁹.

Olhando para o caso ultramarino parece-nos que, com um natural desfasamento, o turismo também foi ganhando força e importância, datando do ano de 1934 a primeira acção no sentido de estreitar relações comerciais entre a metrópole, Angola e Moçambique e de promover produtos, fomentando (in)directamente o turismo. Referimo-nos às Casas da Metrópole criadas em Luanda e Lourenço Marques e às Casas do Ultramar instaladas em Lisboa e no Porto pelo Decreto-Lei nº23:445 de 1934³³⁰. Estas Casas da Metrópole viriam a ser substituídas no ano de 1959 por Centros de Informação e Turismo instalados em Angola, Moçambique e na Índia Portuguesa, organismos dependentes dos governos provinciais mas

com a substituição do SPN pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Acerca do turismo durante o *Estado Novo* vide Vera Mariz, “O desenvolvimento do Turismo em Portugal pela ‘política do espírito’ de António Ferro”, *Turismo & Desenvolvimento*, nº16, 2011, pp. 35-48; Maria Cadavez, *A bem da nação: as representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*, tese de doutoramento em Estudos da Literatura e de Cultura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, 360 p., il.; Ema Pires, *O baile do turismo: Turismo e Propaganda no Estado Novo*, Casal de Cambra. Caleidoscópio, 2003, 125 p., il.; Flávio Lopes, coord., *90 Anos de Turismo em Portugal*, Lisboa, DL, 2001, 4 p., il.; Paulo Pina, *Portugal: O Turismo no século XX*, Lisboa, Lucídus, 1988, 255 p., il.; Carminda Cavaco, “O Turismo em Portugal. Aspectos Evolutivos e Espaciais”, *Estudos Italianos em Portugal*, nº40-42, 1980, pp. 191- 279.

³²⁹ Têm sido elaborados diversos estudos acerca dos projectos de requalificação de construções históricas e da sua adaptação a pousadas durante e após a queda do *Estado Novo*, podendo destacar os seguintes: Sara Figueiredo, *Pousada de Santa Bárbara. Tradição e Modernidade*, dissertação de mestrado integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2013, 247 p., il.; Cátia Venda, *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património*, dissertação de mestrado em Arquitectura apresentada ao Instituto Superior Técnico, 2008, 90 p., il.; Susana Lobo, *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, Coimbra, I.U., D.L., 2006, 179 p., il.

³³⁰ *Diário do Governo* nº4, I Série, “Decreto-lei nº23:445”, 5 de Janeiro de 1934, pp. 14-16.

orientados pela Agência Geral do Ultramar³³¹. No ano de 1947 foi inaugurado pela Câmara Municipal de São Tomé um sector de turismo³³², datando de 1952 um anteprojecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) para o palácio do Turismo, uma construção dotada de uma pousada, de um cinema e instalações para o Rádio Clube e para um clube de ténis a erguer na cidade da Praia em Cabo Verde³³³. No mesmo ano estaria em construção em Goa, onde até à data só existiam pequenas pousadas e pensões, um grande hotel nas margens do Mandovi³³⁴. No Verão desse mesmo ano de 1952 teria lugar em Lourenço Marques o *IV Congresso Internacional de Turismo Africano*, sendo de recordar, a propósito desta iniciativa de cariz pan-nacional, o facto de no ano de 1933 Portugal ter assinado a Convenção de Londres, documento que previa, entre outras questões, a existência de trechos de terrenos de interesse estético ou científico (monumentos nacionais), obras ou ruínas de valor arqueológico ou histórico (monumentos antigos)³³⁵. Um outro testemunho da importância crescente desta actividade como instrumento de propaganda nacionalista e, consequentemente, de fomento económico, expressa-se no facto de no ano de 1954 a publicação *Portugal País de Turismo*³³⁶, aproveitando a viagem do presidente Craveiro Lopes a São Tomé e a Angola, ter dedicado o seu segundo número exclusivamente aos destinos portugueses ultramarinos. No ano de 1957 o novo regulamento da Agência Geral do Ultramar, reflectindo a importância crescente do turismo, incluiu uma Repartição dos Serviços de Turismo³³⁷, sendo interessante notar o facto de se ter previsto a inventariação dos valores turísticos do ultramar de natureza histórica e artística como uma das suas atribuições³³⁸. A tentativa do Estado promover o desenvolvimento do turismo no ultramar no final da década de 50 é igualmente comprovada pelo facto de no ano de 1958 o *Boletim Geral do Ultramar* ter publicado uma série de artigos da autoria de Pedro Banha da Silva (1901-?), agente-geral do Ultramar, intitulados “O turismo nos territórios africanos a sul do

³³¹ *Diário do Governo* nº69, I Série, “Decreto-lei nº42 194”, 27 de Março de 1959, pp. 311-313.

³³² *Boletim Geral das Colónias* nº301, 1950, p. 147.

³³³ *Boletim Geral do Ultramar* nº322, 1952, p. 160.

³³⁴ *Ibidem*, pp. 157-160.

³³⁵ *Boletim Geral do Ultramar* nº323, 1952, p. 144.

³³⁶ Ferreira de Andrade, dir., *Portugal País de Turismo – Publicação anual para a divulgação do Turismo Português*, nº2, Lisboa, 1954, s/p.

³³⁷ *Diário do Governo* nº270, I Série, “Decreto nº41 407”, 28 de Novembro de 1957, p. 1250.

³³⁸ *Ibidem*, p. 1251.

Saara”³³⁹. Em Timor também se notou nesta fase um aumento do interesse de turistas estrangeiros, nomeadamente australianos³⁴⁰. No ano de 1959 seria criado em Angola o Fundo de Turismo e Publicidade³⁴¹. Destaque-se, ainda, a realização do *II Congresso Nacional de Turismo* em Lourenço Marques (1966), momento em que foi possível constatar a diversidade de estados de evolução desta actividade nas várias províncias portuguesas ultramarinas. Mais tarde, no ano de 1967, seriam criadas pela Portaria nº20 288³⁴² dezoito zonas de turismo em Moçambique, testemunho que, conforme notou Carlos Pimentel Costa, o assunto dominante naquele momento nesta província, onde ainda faltavam bastantes infra-estruturas destinadas aos turistas³⁴³, era precisamente o turismo³⁴⁴. No mesmo ano Cabo Verde recebeu a visita do agente-geral do Ultramar, do chefe de Repartição dos Serviços de Relações Públicas e Turismo da Agência Geral do Ultramar e do director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Comissariado do Turismo, uma comitiva que tinha como objectivo estudar as perspectivas do turismo na província³⁴⁵. Para terminar refira-se a promoção pela Agência Geral do Ultramar e pelos Centros de Informação e Turismo de um programa de intercâmbio para o turismo também no final da década de 60³⁴⁶.

Todavia não podemos falar de um extraordinário número de casos em que o turismo tenha funcionado como um incentivo a intervenções no património arquitectónico nestes territórios ou em que os monumentos tenham sido entendidos como focos de interesse turístico. A este propósito note-se como no ano de 1966 o próprio ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha, num elogio às potencialidades turísticas do além-mar, não mencionou o património arquitectónico, limitando-se às paisagens, à hospitalidade das gentes e à variedade de usos e costumes³⁴⁷. Um ano mais tarde José Fernandes Nunes Barata também viria a apontar o turismo relacionado com a pesca e a caça ou com as suas riquezas naturais como o futuro desta actividade no ultramar³⁴⁸. Os membros da comitiva

³³⁹ *Boletim Geral do Ultramar* nº398, 1958, pp. 71-75; nº399-400, 1958, pp. 69-84; nº401, 1958, pp. 69-79.

³⁴⁰ *Boletim Geral do Ultramar* nº494-495, 1966, pp. 435-436.

³⁴¹ *Boletim Geral do Ultramar* nº508, 1967, p. 24.

³⁴² *Boletim Oficial de Moçambique* nº15, I Série, “Portaria 20 288”, 20 de Abril de 1967, pp. 579-581.

³⁴³ *Boletim Geral do Ultramar* nº502, 1967, pp. 200-201.

³⁴⁴ *Boletim Geral do Ultramar* nº497-498, 1966, p. 291.

³⁴⁵ *Boletim Geral do Ultramar* nº509-510, 1967, p. 97.

³⁴⁶ *Boletim Geral do Ultramar* nº521-522, 1968, p. 199.

³⁴⁷ *Boletim Geral do Ultramar* nº496, 1966, p. 79.

³⁴⁸ *Boletim Geral do Ultramar* nº503, 1967, pp. 306-307.

que se deslocou no ano de 1967 a Cabo Verde com o intuito de estudar as perspectivas de turismo, apesar de ter visitado a “Cidade Velha”, o mais rico dos núcleos monumentais da província, não deu particular importância aos monumentos, tendo elogiado, sobretudo, o clima, as praias, as paisagens e a amabilidade do povo³⁴⁹. No entanto, como veremos aquando da análise dos diversos casos, não podemos falar de uma total falta de compreensão do potencial turístico dos monumentos, tanto como focos de atracção de turistas ou enquanto possíveis unidades hoteleiras, tendo sobretudo casos de indivíduos – e não de entidades – que defenderam com maior ou menor frequência esta virtude.

A título de exemplo podemos referir o nome de Maria Archer que num artigo dedicado às “Zonas de Turismo em Angola”³⁵⁰ publicado no ano de 1938 na revista *O Mundo Português* deu, sem dúvida, maior importância às florestas e desertos repletos de caça e às belezas naturais enquanto grandes atracções da colónia, mas não esqueceu totalmente o património arquitectónico. Para esta autora os padrões erguidos por Diogo Cão, as pedras de Yelala, a fortaleza de Massangano, as ruínas da igreja construída a mando da rainha Ginga na Matamba e o monumento a Silva Porto no Bié davam resposta à procura do “turista sedento das glórias do Passado”³⁵¹. Ainda em relação a Angola podemos desde já esclarecer que a linha de pensamento do arquitecto Fernando Batalha (1908-2012) seria (naturalmente) bastante mais focada no potencial turístico dos monumentos da província. Como veremos adiante, Batalha compreendeu perfeitamente o potencial dos monumentos enquanto “elementos de atracção turística”³⁵², razão pela qual defendeu acerrimamente a preservação do património de Luanda, Massangano e do Dondo, focos de interesse para turistas portugueses e estrangeiros. Para este arquitecto a relação entre turismo e a salvaguarda do património arquitectónico de Angola era de tal modo natural e benéfica que o III Plano de Fomento para o Turismo deveria incluir verbas para o restauro dos edifícios históricos de Massangano³⁵³. Tal como Fernando Batalha, o arquitecto Luís Benavente (1902-1993), como veremos, também compreendeu o potencial turístico de um outro

³⁴⁹ *Boletim Geral do Ultramar* nº511-512, 1968, pp. 191-192.

³⁵⁰ Maria Archer, “Zonas de Turismo em Angola”, *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais*, vol. V, 1938, pp. 209-213.

³⁵¹ *Ibidem*, p. 213.

³⁵² Fernando Batalha, *Em defesa do Património Histórico e Tradicional*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1963, p. 6.

³⁵³ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Esclarecimento complementar ao documento Memorial], Abril de 1968.

conjunto histórico, a Ribeira Grande da ilha de Santiago de Cabo Verde, um “local de eleição”³⁵⁴ para o turismo, sendo de notar que em meados dos anos 60 esta actividade limitava-se sobretudo à cidade da Praia³⁵⁵. A mesma posição foi tomada pelo arquitecto Pedro Quirino da Fonseca (1922-2001) tanto em Moçambique como em Macau, tendo defendido em ambos os casos, tal como António Ferro (1896-1956) advogou na metrópole, que o sucesso para o desenvolvimento do turismo passava pela preservação dos monumentos, pela acentuação do seu carácter histórico, pitoresco, tradicional, idiossincrático, pois o que os turistas procuravam era a diferenciação, “as terras e os sítios que lhes dê[m] [sic] qualquer coisa de diferente, de humano e cultural.”³⁵⁶ De resto, e ainda a propósito de Moçambique, refira-se que um dos objectivos da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas desta colónia era precisamente a promoção da valorização dos monumentos e da sua “propaganda turística”³⁵⁷. Note-se ainda que no programa do *IV Congresso Internacional de Turismo Africano* (1952) realizado em Lourenço Marques foi incluída a visita de alguns congressistas à Ilha de Moçambique e aos seus monumentos³⁵⁸. Por seu lado, no ano de 1950 Renato Maya lançou nas páginas do *Heraldo*, periódico em circulação em Goa, a ideia de criação de uma agremiação dedicada ao desenvolvimento social, turístico e económico do distrito que tinha como um dos seus objectivos a promoção do inventário artístico, etnográfico e histórico do território³⁵⁹. Afinal, como foi reconhecido pelos Serviços de Estatística e Informação nessa ocasião, em Goa “a Providência foi pródiga em acumular os caprichosos dons da natureza artística.”³⁶⁰ Refira-se ainda que duas das incumbências dos Centros de Informação e Turismo criados no ano de 1959 em Angola, Moçambique e na Índia Portuguesa passavam por “promover, sempre que necessário, a recolha, conservação e defesa do património artístico, histórico e cultural”³⁶¹ e por inventariar os valores turísticos necessários à elaboração de cartas turísticas de temática monumental³⁶².

³⁵⁴ ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 9, s/d [c. 1970].

³⁵⁵ *Boletim Geral do Ultramar* nº494-495, 1966, p. 403.

³⁵⁶ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

³⁵⁷ *Boletim Oficial de Moçambique* nº8, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, p. 60.

³⁵⁸ *Boletim Geral do Ultramar* nº326-327, 1952, p. 228.

³⁵⁹ *Boletim Geral das Colónias* nº301, 1950, p. 143.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ *Diário do Governo* nº69, I Série, “Decreto-lei nº42 194”, 27 de Março de 1959, p. 312.

³⁶² *Ibidem*.

Para terminar refiram-se outras formas encontradas pelo regime para inculcar a tal mística imperial que tão bem serviu o nacionalismo salazarista na medida em que este idealizou o *Império Colonial Português* como um extraordinário testemunho do génio lusitano. Este entendimento traduziu-se, além dos casos já mencionados, na organização de diversas conferências como o *Congresso Colonial Nacional* (1930), a *Conferência Imperial Nacional* (1933), o *Congresso Militar Colonial* (1934), o *I Congresso de Colonização* (1934), o *I Congresso do Intercâmbio Comercial com as Colónias* (1934), o *Congresso Nacional de Antropologia Colonial* (1934), a *I Conferência Económica do Império Colonial Português* (1936), a *Conferência de Alta Cultura Colonial* (1936), o *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937)³⁶³; de grandes exposições, caso da *I Exposição Colonial do Porto* (1934), da *Exposição Histórica da Ocupação* (1937), da *Exposição do Mundo Português* (1940) ou na participação em mostras internacionais, casos da *Exposição Internacional, Colonial, Marítima e de Arte Flamenga* (1930) ou da *Exposição Internacional Colonial de Paris* (1931); na multiplicação de publicações como a revista *O Mundo Português* (1934), dos já existentes *Boletim Geral das Colónias* (1925) da Agência Geral das Colónias e dos *Cadernos Coloniais* (1920), das colecções *Pelo Império* (1935) ou dos *Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo* entre tantas outras; na organização de concursos de literatura colonial³⁶⁴; no desenvolvimento do programa de cruzeiros de férias para os estudantes da metrópole e das colónias (1935, 1937), mas também para os velhos colonos de Angola e Moçambique e suas famílias (1940); na reformulação dos programas de História nas escolas, dando-se uma atenção crescente à tal missão colonial portuguesa³⁶⁵; na produção de filmes como o *Feitiço do Império* (1940) de António Lopes Ribeiro (1908-1995) ou o *Chaimite* (1953) de Jorge Brum

³⁶³ Este levantamento foi realizado por Rui Ferreira da Silva, *op. cit.*, p. 371.

³⁶⁴ Acerca desta questão *vide* José Luís Garcia, “Propaganda no Estado Novo e os concursos de literatura colonial: o concurso da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926-1974)”, Luís Reis Torgal, *Estados Autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, pp. 131-143.

³⁶⁵ Yves Léonard, *op. cit.*, p. 25.

do Castro³⁶⁶; na organização a partir do ano de 1933 de “Semanas das Colónias” nos meios estudantis³⁶⁷; na emissão de selos e bilhetes-postais; ou na criação de medalhas.

Estes acontecimentos a par do aumento exponencial da atenção concedida pela metrópole ao património arquitectónico ultramarino sobretudo a partir do ano de 1958, momento em que, como veremos, o Ministério do Ultramar assumiu a responsabilidade da salvaguarda dos monumentos nacionais daqueles territórios³⁶⁸, são, na nossa opinião, provas que na verdade, como dizíamos há pouco na esteira da tese defendida por Fernando Rosas, os princípios básicos da ideologia colonial portuguesa, não obstante as manobras estratégicas explicadas pelo contexto internacional, não sofreram alterações de fundo entre os anos 30 e o pós-Segunda Guerra Mundial. E que, talvez mais importante, o conflito colonial deflagrado a partir de 1961 veio contribuir para a dogmatização de algumas das ideias fundamentais deste paradigma ideológico³⁶⁹.

Apesar de pretendermos deixar para mais tarde a demonstração que, de facto, o aumento da atenção da metrópole para com a questão da salvaguarda do património arquitectónico ultramarino coincidiu precisamente com esta tentativa de legitimar o colonialismo português nos anos 50 e 60, neste momento podemos referir um caso simultaneamente ilustrativo da permanência dos princípios básicos da ideologia colonial disseminada a partir de 1930 já no período pós-1945 e do entendimento simbólico dos monumentos ultramarinos por parte do regime *estadonovista* neste contexto de crescente contestação anticolonial. Referimo-nos ao facto de no ano de 1954, num discurso pronunciado na Assembleia Nacional a propósito da questão de Goa, isto é, da reivindicação da sua independência pela União Indiana bem como de Damão e Diu, António de Oliveira Salazar ter exortado os portugueses a “Bater-se, lutar, não nos limites das possibilidades, mas para

³⁶⁶ Acerca do cinema durante o *Estado Novo* vide Maria do Carmo Piçarra, *Azuis ultramarinos: Propaganda Colonial nas Actualidades Filmadas do Estado Novo e Censura a Três Filmes de Autor*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, 265p. il.; Luís Reis Torgal, coord., *O Cinema sob o olhar de Salazar*, s.l., Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2001, 430 p., il.

³⁶⁷ Segundo Maria Isabel João a intenção da Sociedade de Geografia instituir estas “Semanas das Colónias” remontava ao ano de 1927, tendo sido celebrada pela primeira vez no ano de 1933 em todos os liceus do país e em algumas escolas secundárias, institutos particulares de educação e colectividades de natureza social. Cf. Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 95-96.

³⁶⁸ *Diário do Governo* nº172, I Série, “Decreto nº41 787”, 7 de Agosto de 1958, pp. 756-761.

³⁶⁹ Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 32.

além do impossível”³⁷⁰, acreditando que o contacto directo com as fortalezas de Damão e de Diu, símbolos do poderio militar português e da inexpugnabilidade daquelas cidades ao longo dos séculos, bem como o acto de orar na igreja do Bom Jesus, testemunho da histórica acção missionária portuguesa, inspirariam os combatentes a mimicarem as proezas dos seus antepassados, assegurando que manteriam os territórios outrora conquistados:

*Depois de afagar as pedras das fortalezas de Diu ou de Damão, orar na igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do Apóstolo das Índias, todo o português pode combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever.*³⁷¹

1.2 O MUNDO ALÉM DA DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

1.2.1 A evolução do regime jurídico do património arquitectónico ultramarino

A tomada de providências por parte do Estado em relação ao património arquitectónico ultramarino não é exclusiva do *Estado Novo*. Na verdade sabemos que pelo menos desde o ano de 1911³⁷² o Governo sediado na metrópole procurou assegurar a conservação deste património através dos Serviços de Obras Públicas dos territórios ultramarinos. Apesar de serem conhecidos documentos referentes à organização dos Serviços de Obras Públicas das províncias ultramarinas dos anos de 1869³⁷³ e 1892³⁷⁴, parece que a inclusão da questão da conservação dos monumentos destes territórios só aconteceu no ano de 1911³⁷⁵.

³⁷⁰ António de Oliveira Salazar, “O caso de Goa”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, vol. V, p. 277.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 278.

³⁷² Beatriz Basto Silva refere a publicação de um decreto para a preservação do património arquitectónico ultramarino a 10 de Julho de 1903. No entanto, nas pesquisas realizadas não conseguimos confirmar esta informação. Cf. Beatriz Basto Silva, *Cronologia da História de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação, 1995, vol. 4, p. 30.

³⁷³ *Diário do Governo* nº284, I Série, “Decreto”, 14 de Dezembro de 1869, pp. 1572-1573.

³⁷⁴ *Diário do Governo* nº193, I Série, “Decreto”, 29 de Agosto de 1892, pp. 1997-2004.

³⁷⁵ Fernando Batalha afirmou que a questão dos monumentos foi abrangida pela reorganização dos serviços de Obras Públicas das províncias ultramarinas do ano de 1892, aludindo à expressão “conservação de edifícios e monumentos públicos”. Contudo ao analisarmos esse decreto encontramos apenas referência à “conservação de estradas, pontes, obras hydraulicas, incluindo o dessacamento de pantanos e irrigações, edifícios públicos, agrimensura, agronomia e silvicultura, colonização”. É possível, no entanto, que o arquitecto se refira a uma qualquer actualização do decreto publicado a 29 de Agosto de 1892. Cf. ANBA, FFB, cx. 10, pt. s/n, doc. s/n [Monumentos Históricos Artísticos e Arqueológicos de Angola], s/d; *Diário do Governo* nº193, I Série, “Decreto”, 29 de Agosto de 1892, pp. 1997-2004.

Efectivamente no *Regulamento Geral das Direcções e Inspecções das Obras Públicas das Colónias* publicado a 11 de Novembro de 1911 e rectificado no dia 23 do mesmo mês³⁷⁶, estabeleceu-se que as direcções de Obras Públicas das colónias portuguesas tinham a seu cargo o “Estudo, construção e conservação de edifícios e monumentos públicos”³⁷⁷. Tratava-se, como é comum, de uma tentativa de reprodução da realidade da metrópole nos territórios ultramarinos. Afinal, quando olhamos para os primeiros momentos da institucionalização da questão da salvaguarda do património arquitectónico português³⁷⁸, observamos que no ano de 1852 a Direcção das Obras Públicas e Minas do recém-criado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria³⁷⁹ tinha na sua orgânica uma 3ª secção cujo campo de acção correspondia aos monumentos históricos, edifícios públicos e obras de aformoseamento e recreio público³⁸⁰. Esta secção das Obras Públicas era, então, responsável pelas obras nos monumentos históricos e o bibliotecário-mor da Real Biblioteca Pública de Lisboa, tal como acontecia desde a renovação do alvará joanino de 1721³⁸¹ em 1802³⁸²,

³⁷⁶ *Diário do Governo* nº274, I Série, “Regulamento geral das direcções e inspecções de obras públicas das colónias”, 23 de Novembro de 1911, pp. 4679-4686.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 4679.

³⁷⁸ Referimo-nos ao alvará régio de 20 de Agosto de 1721, à renovação deste documento no ano de 1802 por alvará de 4 de Fevereiro, à circular enviada por Luís Mouzinho de Albuquerque à Academia Real das Ciências de Lisboa a 13 de Fevereiro de 1836 e ao relatório de 1840 da autoria do mesmo engenheiro referente à inspecção das Obras Públicas do reino. Acerca da institucionalização da salvaguarda patrimonial em Portugal vide Paulo Simões Rodrigues, “O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)”, Jorge Custódio, coord., *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., 2011, pp. 19-30; Maria Helena Maia, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 43-66, 194-226; Lúcia Rosas, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, vol. 1, pp. 45-54.

³⁷⁹ *Diário do Governo* nº206, I Série, “Decreto”, 1 de Setembro de 1852, p. 973.

³⁸⁰ *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa – Anno de 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, pp. 513- 516.

³⁸¹ “Copia do Decreto, que baixou à Mesa do Desembargo do Paço em 14. de Agosto de 1721”, *Collecção dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa*, Lisboa Ocidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1721, vol. I, s/p.

³⁸² *Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações*, Lisboa, Typografia Maignense, 1826, tomo 5, pp. 44-45.

estava incumbido da correspondência com as câmaras das cidades³⁸³ relativa à protecção dos monumentos antigos³⁸⁴.

Quanto aos territórios ultramarinos não podemos deixar de notar, é certo, um claro desfasamento pois em 1911, ano em que foi publicado o *Regulamento Geral das Direcções e Inspecções das Obras Públicas das Colónias* e se fixou que as respectivas direcções de Obras Públicas eram responsáveis pelo estudo e conservação dos monumentos públicos, na metrópole já se tinha compreendido – conforme se depreende através da análise das medidas tomadas entre os anos de 1836 e 1909³⁸⁵ – que a par, ou mesmo antes, da promoção das obras necessárias, era fundamental inventariar e classificar os monumentos. Nas colónias apesar de se ter procurado centralizar a totalidade das intervenções nos edifícios e monumentos públicos – tal como acontecia na metrópole em relação ao Ministério das Obras Públicas criado no ano de 1852 e sucessivamente reestruturado – continuava a verificar-se um vazio relativo ao inventário, à classificação e à divulgação destes bens. Notamos também um desfasamento ao nível dos conceitos, dado que na metrópole as designações de “monumento histórico” e “monumento nacional” já estavam perfeitamente assimiladas e disseminadas, e no referente às províncias ultramarinas, como vimos em

³⁸³ No ano de 1859 o bibliotecário-mor Mendes Leal, à semelhança do seu antecessor José Feliciano de Castilho, propôs que as responsabilidades atribuídas às câmaras pelos alvarás de 1721 e 1802 passassem para os governadores civis. Acerca desta questão *vide* Maria Helena Maia, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 198-200.

³⁸⁴ *Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações*, Lisboa, Typografia Maigrense, 1826, tomo 5, pp. 44-45.

³⁸⁵ Referimo-nos ao pedido dirigido por Mouzinho de Albuquerque à Real Academia das Ciências no ano de 1836 com o intuito de ser elaborada uma relação dos edifícios pertencentes às ordens religiosas; ao relatório apresentado pelo mesmo Mouzinho de Albuquerque no ano de 1840 com o intuito do Governo garantir a conservação e o restauro dos edifícios públicos, tendo para isso estabelecido três classes distintas que determinariam as medidas a tomar; à criação no ano de 1875 de uma comissão incumbida de propor ao Governo a reforma do ensino das Belas Artes, a organização dos museus e da arqueologia mas, também, a salvaguarda dos monumentos, cujo relatório foi publicado um ano mais tarde; à portaria de 1880 através da qual o ministro das Obras Públicas solicitou à Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses um relatório acerca dos edifícios que deviam ser classificados como monumentos nacionais; à criação no ano de 1881 de uma comissão de monumentos pelo Ministério das Obras Públicas com o intuito de auxiliar Joaquim Possidónio da Silva a cumprir a sua missão de levantamento de plantas e alçados de edifícios e monumentos nacionais, bem como a elaboração de memórias descritivas; à criação no ano de 1890 do Ministério da Instrução Pública cuja 1ª Repartição de Belas Artes tinha como competência o inventário, guarda e exposição dos monumentos históricos e a superintendência sobre a sua conservação e restauro; à criação no ano de 1894 da Comissão dos Monumentos Nacionais pelo Ministério das Obras Públicas, extinta no ano de 1898 e substituída pelo Conselho Superior dos Monumentos Nacionais que, finalmente, no ano de 1909 viria a apresentar a lista de monumentos classificados. Acerca destas questões *vide* Lúcia Rosas, *Monumentos Pátrios – A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995, 2 vols.; Maria Helena Maia, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, 394 p.

relação ao regulamento das Obras Públicas de 1911, falava-se em “monumentos públicos”, uma expressão que nos remete mais para a sua situação legal do que para os seus valores históricos ou artísticos. Isto quando na metrópole o decreto reorganizador dos serviços artísticos e arqueológicos de 26 de Maio de 1911³⁸⁶ já tinha determinado a divisão do país em três circunscrições artísticas dotadas de Conselhos de Arte e Comissões de Monumentos, e esclarecido que o título de “Monumento nacional” deveria ser concedido a imóveis cuja conservação representasse, pelo seus valores artísticos, históricos ou arqueológicos, um interesse nacional³⁸⁷. A estas comissões de monumentos criadas na metrópole competiria classificar monumentos, velar pela sua conservação, propor e apreciar os projectos de obras de reparação ou restauro e recomendar os arquitectos que deveriam integrar as direcções de Obras Públicas³⁸⁸. Nas colónias, mesmo depois da publicação deste decreto, como dissemos, só se definiram as responsabilidades relativas à execução das obras em monumentos.

No entanto, como aprofundaremos adiante, havia uma excepção. Na Índia Portuguesa, pouco mais de um ano depois da regulamentação da Comissão dos Monumentos Nacionais pelo Ministério das Obras Públicas da metrópole (28 de Fevereiro de 1894)³⁸⁹, o governador-geral nomeou uma comissão permanente de investigações arqueológicas de Goa com o objectivo de propor ao governo os meios de salvaguarda do que “ainda hoje existir do viver do passado”³⁹⁰, classificar, inventariar e fiscalizar os edifícios reconhecidos como monumentos nacionais³⁹¹. No ano de 1903 seria ainda fixado que caberia a esta comissão, entre outras competências que analisaremos adiante, não só estudar, levantar e classificar os monumentos da Índia Portuguesa mas, também, propor ao Serviço de Obras Públicas as medidas necessárias para a sua salvaguarda e a fiscalização de toda e qualquer intervenção³⁹². Mais tarde e já na África Portuguesa, mas ainda antes do período

³⁸⁶ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto”, 29 de Maio de 1911, pp. 2244-2245; *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, pp. 2245-2247.

³⁸⁷ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, pp. 2246-2247.

³⁸⁸ *Ibidem*.

³⁸⁹ “Regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes”, *Colleccção official de legislação portugueza, Anno de 1894*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, pp. 101-102.

³⁹⁰ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº76, I Série, “Portaria nº491”, 18 de Julho de 1895, p. 628.

³⁹¹ *Ibidem*.

³⁹² *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº63, I Série, “Portaria nº103”[Portaria nº203], 11 de Agosto de 1903, p. 544.

estadonovista, seria criada a Comissão de Monumentos Provinciais de Angola (CMP)³⁹³ a quem competiria desde o ano de 1922 propor ao governo da província a classificação dos “monumentos provinciais, relíquias históricas e artísticas”³⁹⁴ de forma a que este pudesse garantir a sua conservação, reparação e restauro. Simultaneamente seria da competência desta comissão sediada em Luanda zelar pela conservação, reparação e restauro dos monumentos classificados e aprovar os projectos de obras³⁹⁵.

Bastante mais tarde, já no ano de 1964³⁹⁶, no âmbito das revisões dos diplomas orgânicos determinadas pela *Lei Orgânica do Ultramar*³⁹⁷, foi publicado novo *Diploma Orgânico dos Serviços Provinciais de Obras Públicas e Transportes ultramarinos*³⁹⁸. Reconhecendo-se que esta era uma revisão há muito necessária e essencial ao desenvolvimento da realidade portuguesa ultramarina, notamos que pelo menos a este nível da legislação o governo confirmou o seu comprometimento para com a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino. Efectivamente a alínea 9 do artigo 1º deste diploma fixou que era da competência dos Serviços de Obras Públicas e Transportes do Ultramar:

*Estudar e projectar a conservação e restauro dos monumentos nacionais, com vista a assegurar a manutenção do património artístico e histórico das províncias, que deve ser perfeitamente integrado nas suas verdadeiras expressões arquitectónicas, históricas e tradicionais.*³⁹⁹

Estabeleceu-se também que nas colónias de Angola e Moçambique os serviços em causa deveriam ser direcções de serviço denominadas “Direcções Provinciais dos Serviços de Obras Públicas e Transportes”, e que estas deveriam incluir nos seus serviços centrais a Repartição de Edifícios e Monumentos, um departamento chefiado por um engenheiro civil e constituído por uma secção de Expediente e Arquivo, uma divisão de Estudos e outra de

³⁹³ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Decreto nº161”, 27 de Maio de 1922, pp. 137-138.

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 137.

³⁹⁵ *Ibidem*.

³⁹⁶ A este propósito refira-se que o arquitecto Fernando Batalha menciona uma outra reforma dos serviços coloniais de Obras Públicas (1946) cuja concretização não conseguimos confirmar através da consulta da legislação publicada naquele ano no *Diário do Governo*. Cf. ANBA, FFB, cx. 10, pt. s/n, doc. s/n [Monumentos Históricos Artísticos e Arqueológicos de Angola], s/d; *Compilação dos sumários do Diário do Governo: I Série*, Lisboa, C.F. Amoêdo, nº277-324 (1945-1948), 1948.

³⁹⁷ *Diário do Governo* nº148 – suplemento, I Série, “Decreto-Lei nº41 169”, 29 de Junho de 1957, pp. 671-686.

³⁹⁸ *Diário do Governo* nº48, I Série, “Decreto nº45 575”, 26 de Fevereiro de 1964, pp. 331-353.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 332.

Obras⁴⁰⁰. A esta Repartição de Edifícios e Monumentos, segundo o artigo 18º deste diploma, competia, entre outras questões, estudar e conservar os monumentos, elaborar, rever e verificar projectos que lhe fossem entregues, fiscalizar as campanhas de obras, prestar informações relativas a este património e manter actualizado o registo e a identificação dos monumentos e edifícios de interesse público⁴⁰¹.

Por outro lado, certamente devido ao facto de se ter conhecimento da existência da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique criada no ano de 1943 e sediada na Repartição Técnica de Estatística⁴⁰² e da Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola (CMN) cujas origens remontavam, como vimos, ao ano de 1922 e que desde 1946 estava adstrita à Direcção dos Serviços de Obras Públicas⁴⁰³, este diploma de 1964 esclareceu que junto da Repartição de Edifícios e Monumentos deveria funcionar a Comissão de Monumentos Nacionais. Tratar-se-ia de “um órgão consultivo e orientador da restauração e conservação dos monumentos históricos da província e da criação de novos padrões”⁴⁰⁴, cujo expediente seria assegurado pela Repartição de Edifícios e Monumentos⁴⁰⁵. Estas comissões de monumentos deveriam ser constituídas pelo director dos Serviços de Obras Públicas e Transportes com o cargo de presidente, e pelos seguintes vogais: director dos serviços de Instrução, chefes das repartições de Urbanismo e dos Edifícios e Monumentos, directores ou presidentes de arquivos, museus ou agremiações históricas e culturais reconhecidas oficialmente, um representante do Episcopado, um representante do Comando Militar e dois indivíduos de reconhecida aptidão no assunto em causa, cuja nomeação caberia ao governador-geral⁴⁰⁶. Estabeleceu-se também que o governador-geral detinha poder para regular o funcionamento e as atribuições da comissão dos monumentos nacionais⁴⁰⁷. Quanto às restantes províncias ultramarinas, definiu-se que as respectivas divisões técnicas destas repartições provinciais de Obras Públicas tinham precisamente as mesmas competências das direcções provinciais de Angola e Moçambique

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 333.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

⁴⁰² *Boletim Oficial de Moçambique* nº825, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, pp. 59-61.

⁴⁰³ *Boletim Oficial de Angola* nº5 – suplemento, I Série, “Portaria nº5:452”, 1 de Fevereiro de 1946, pp. 49-59.

⁴⁰⁴ *Diário do Governo* nº48, I Série, “Decreto nº45 575”, 26 de Fevereiro de 1964, p. 334.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ *Ibidem*.

⁴⁰⁷ *Ibidem*.

no referente a monumentos⁴⁰⁸. A secção da divisão técnica responsável pelos monumentos seria nos casos de Cabo Verde, Timor, São Tomé e Príncipe e Guiné a secção de Edifícios e Urbanização, enquanto em Macau seria a secção de Edifícios e Monumentos⁴⁰⁹.

Este *Diploma Orgânico dos Serviços Provinciais de Obras Públicas e Transportes* de 1964 determinou, também, a existência de um Conselho Técnico de Obras Públicas, “o mais alto corpo consultor dos governos-gerais e da província”⁴¹⁰ relativamente às questões relacionadas com engenharia, arquitectura e coordenação de serviços envolvidos. Este conselho tinha competência, entre outras, para emitir pareceres acerca dos aspectos técnicos e económicos de anteprojectos, planos, orçamentos ou cadernos de encargos referentes a obras ou melhoramentos públicos⁴¹¹. Apesar de este ser um organismo que eventualmente teria alguma influência nas questões relacionadas com os monumentos, tendo inclusivamente uma 1ª secção referente a Urbanismo e Edifícios, notamos que nos casos de Angola e Moçambique não se previa a inclusão do director dos serviços de Edifícios e Monumentos no conjunto de vogais, apenas do director dos Serviços de Obras Públicas e Transportes e, entre outros, de um engenheiro ou arquitecto em representação da câmara municipal da capital e de um engenheiro ou arquitecto que não exercesse funções oficiais e que fosse nomeado pelo governador⁴¹². A situação seria idêntica no resto das províncias ultramarinas, prevendo-se que o Conselho Técnico fosse constituído, entre outros, pelo chefe dos Serviços de Obras Públicas e Transportes e por dois indivíduos, preferencialmente engenheiros ou arquitectos, nomeados pelo governador⁴¹³. A não inclusão de um representante da Repartição de Edifícios e Monumentos de Angola e Moçambique neste Conselho Técnico, dada a importância que lhe é reconhecida por este diploma, poderia ser prejudicial aos monumentos, mas parece-nos que esta situação seria mitigada pela existência das tais comissões de monumentos cujo presidente era o director dos Serviços de Obras Públicas e Transportes e, simultaneamente, vice-presidente do Conselho Técnico. Por outro lado, o chefe dos Serviços de Obras Públicas e Transportes das restantes províncias

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 337.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, pp. 352-353. Não conseguimos esclarecer a razão pela qual em Macau se faz referência aos monumentos na nomenclatura da secção em causa.

⁴¹⁰ *Diário do Governo* nº48, I Série, “Decreto nº45 575”, 26 de Fevereiro de 1964, p. 338.

⁴¹¹ *Ibidem*.

⁴¹² *Ibidem*, pp. 339.

⁴¹³ *Ibidem*.

ultramarinas era, também, o vice-presidente do conselho em causa e isso asseguraria, na teoria, a discussão de questões relacionadas com o património arquitectónico. Sabemos, por exemplo, que em Macau no ano de 1935, portanto ainda antes da publicação deste diploma, se discutiu numa reunião do Conselho Técnico de Obras Públicas a questão dos restauros do paço episcopal e da sé⁴¹⁴, casos que iremos escarpelizar mais tarde.

No fundo, este *Diploma Orgânico dos Serviços Provinciais de Obras Públicas e Transportes* de 1964 denuncia, sem dúvida, uma tentativa de centralizar todas as questões relacionadas com a salvaguarda do património arquitectónico de Angola e Moçambique num só organismo: as direcções dos Serviços de Obras Públicas. De resto, note-se que na metrópole esta centralização, apesar de procurada – conforme denuncia a criação do Conselho Consultivo da DGEMN onde tinham assento representantes de outros organismos estatais que de algum modo estavam envolvidos na questão dos monumentos nacionais⁴¹⁵ – nunca foi verdadeiramente alcançada.

No ano de 1972 o Decreto nº470/72⁴¹⁶ determinou a revisão do *Diploma Orgânico dos Serviços de Obras Públicas e Transportes do Ultramar* vigente desde 1964. Relativamente às questões que nos interessam no âmbito deste estudo, observamos desde logo que ocorre uma reestruturação dos serviços centrais das Direcções Provinciais dos Serviços de Obras Públicas existentes em Angola e Moçambique, dos quais fazia parte a Repartição de Edifícios e Monumentos que a partir deste momento se subdivide em serviços de administração e serviços técnicos⁴¹⁷. É nestes serviços técnicos que encontramos o serviço de Edifícios, notando-se uma alteração ao nível da nomenclatura mas não das competências, continuando a visar-se a promoção da conservação dos edifícios e monumentos nacionais, a fiscalização das obras e a obrigação de manter o registo e a identificação dos monumentos e imóveis de interesse público actualizados⁴¹⁸. Quanto às restantes províncias ultramarinas, a Divisão Técnica da Repartição dos Serviços de Obras Públicas e Transportes continuava a ser responsável pelo estudo e conservação dos monumentos⁴¹⁹. As novidades surgiram ao nível

⁴¹⁴ AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 6 de Fevereiro de 1935.

⁴¹⁵ Maria João Neto, *op. cit.*, pp. 207-208.

⁴¹⁶ *Diário do Governo* nº273, I Série, “Decreto nº470/72”, 23 de Novembro de 1972, pp. 1718-1730.

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 1719.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 1720.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 1722.

das comissões de Angola e Moçambique, tendo sido determinado neste ano de 1972 que estas fossem não só órgãos de orientação e consulta para a conservação e restauro dos monumentos históricos e para a criação de novos padrões, como também para a classificação e protecção dos monumentos históricos e arqueológicos⁴²⁰. Note-se, no entanto, que esta inclusão dos monumentos arqueológicos e da questão da classificação e do inventário neste novo documento não significa que anteriormente a 1972 estas competências não fizessem parte da missão destas comissões, porque na verdade faziam-no, como veremos, desde a sua criação no ano de 1922 no caso de Angola, e de 1943 no caso de Moçambique. O que acontece é que neste momento a orgânica destes serviços passa a reflectir a realidade com maior precisão.

A grande novidade deste Decreto nº470/72 reside no facto de se ter estabelecido que as comissões de monumentos nacionais e, conseqüentemente, os quadros de funcionários das Direcções Provinciais dos Serviços de Obras Públicas de Angola e Moçambique, passariam a contar com um “Arquitecto especializado em restauro de monumentos”⁴²¹. Uma vez mais a legislação passava a reflectir a realidade, pois sabemos que no ano de 1953 o arquitecto Martinho Humberto dos Reis (1904-?), antigo director do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN, foi contratado pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola precisamente para inventariar, estudar, projectar e dirigir os trabalhos de restauro de monumentos nacionais ou de valor arquitectónico⁴²². No ano de 1962 Humberto dos Reis seria substituído neste cargo por Fernando Batalha⁴²³. Por seu lado a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique também contava desde o ano de 1962 com um arquitecto exclusivamente dedicado às questões dos monumentos: Pedro Quirino da Fonseca⁴²⁴.

Tendo analisado as medidas que foram sendo tomadas no sentido da uniformização dos Serviços de Obras Públicas nos territórios portugueses ultramarinos, nomeadamente no referente ao património arquitectónico, é igualmente importante observarmos o que foi feito ao nível da própria Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC) do

⁴²⁰ *Ibidem*, p. 1721.

⁴²¹ *Ibidem*, p. 1728.

⁴²² *Boletim Oficial de Angola* nº29, II Série, “Contrato”, 22 de Julho de 1953, p. 687.

⁴²³ ANBA, FFB, cx. 35, s/pt, doc. s/n [Serviços prestados], s/d [c. 1977].

⁴²⁴ *Boletim Oficial de Moçambique* nº28, II Série, “Contrato”, 14 de Julho de 1962, p. 1267.

Ministério do Ultramar. Recuando até ao ano de 1936 e ao decreto reorganizador dos serviços do Ministério das Colónias⁴²⁵, deparamo-nos com a Direcção-Geral do Fomento Colonial e com a respectiva Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação, bem como com a Direcção-Geral de Administração Política e Civil e a sua Repartição de Justiça, Instrução e Missões, que em parte corresponderia ao Ministério da Instrução Pública cuja 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas Artes era desde 1924⁴²⁶ responsável pela inspecção, conservação, reparação e restauro dos monumentos nacionais da metrópole⁴²⁷. A este nível notamos que apesar de ser feita referência ao estudo e informação dos “museus, bibliotecas e espectáculos públicos, ao desenvolvimento das artes e das letras e à expansão da cultura portuguesa nas colónias”⁴²⁸, como sendo competências da referida Repartição de Justiça, Instrução e Missões, neste momento não foi feita qualquer menção a monumentos. O mesmo se verifica aquando da análise das incumbências da Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação.

No ano de 1957 o Decreto nº41 169 determinou algumas modificações ao nível da orgânica do Ministério do Ultramar⁴²⁹. O aspecto mais relevante desta actualização prendeu-se precisamente com a questão das Obras Públicas, datando deste momento o desdobramento da Direcção-Geral do Fomento Colonial em Direcção-Geral de Economia e Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações, uma medida que visou a optimização da actividade de ambas e que, no caso da segunda, foi acompanhada pela intenção de formar um “corpo de técnicos de alta competência”⁴³⁰ com capacidade para garantir o bom funcionamento do Ministério do Ultramar e assegurar o apoio necessário às províncias ultramarinas. Desta feita notamos que a autonomização da questão das Obras Públicas com a criação da respectiva direcção-geral, com a sua integração nos serviços centrais do ministério em causa e com a sua organização em várias direcções de serviço, correspondeu também à introdução, de forma discreta é certo, da questão dos monumentos no conjunto de competências desta DGOPC. Efectivamente neste ano de 1957 estabeleceu-se que competia à Direcção dos

⁴²⁵ *Diário do Governo* nº5, I Série, “Decreto nº26:180”, 7 de Janeiro de 1936, pp. 9-36.

⁴²⁶ *Diário do Governo* nº281, I Série, “Lei nº1:700”, 18 de Dezembro de 1924, pp. 1858-1863; *Diário do Governo* nº34, I Série, “Decreto nº11:445”, 13 de Fevereiro de 1926, pp. 135-147.

⁴²⁷ *Diário do Governo* nº34, I Série, “Decreto nº11:445”, 13 de Fevereiro de 1926, p. 142.

⁴²⁸ *Diário do Governo* nº5, I Série, “Decreto nº26:180”, 7 de Janeiro de 1936, p. 17.

⁴²⁹ *Diário do Governo* nº148 – suplemento, I Série, “Decreto nº41 169”, 29 de Junho de 1957, pp. 671-686.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 671.

Serviços de Pontes e Estruturas o estudo, informação e orientação dos trabalhos relativos a “construções de grande porte ou especial dificuldade”⁴³¹, isto é, pontes, faróis, reservatórios, edifícios, pontes-cais, barragens mas, também, monumentos⁴³². Os monumentos são, assim, reconhecidos como construções de características particulares sem que, no entanto, seja feita qualquer diferenciação em relação a outras edificações de grandes dimensões, ou qualquer referência à forma como o seu estudo e orientação dos trabalhos deveriam ser realizados. Por outro lado, não podemos deixar de notar que, na nossa opinião, seria mais expectável que se tivesse incumbido a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação (DSUH) da mesma direcção-geral das questões relacionadas com os monumentos pois, como aprofundaremos mais à frente, são conhecidos vários casos em que o Gabinete de Urbanização do Ultramar – que neste ano daria lugar à referida direcção de serviços – foi chamado para tratar de questões relacionadas com os monumentos ultramarinos, nomeadamente de São Tomé e Príncipe (1956)⁴³³.

Finalmente, no ano de 1958 foi publicado o Decreto nº41 787⁴³⁴, documento que na sequência da anterior modificação da orgânica do Ministério do Ultramar estabeleceu o modo de organização e de funcionamento da respectiva DGOPC criada, como vimos, um ano antes. Esclarecendo-se desde o primeiro artigo que era competência desta direcção-geral exercer “a acção orientadora do Ministério nos sectores das obras públicas e das comunicações”⁴³⁵, bem como “prestar apoio técnico especializado aos serviços correspondentes nas províncias ultramarinas”⁴³⁶, não é de estranhar que, desta feita, se tenha procurado centralizar também a questão dos monumentos. Efectivamente, indo muito mais além daquilo que ficara definido um ano antes, esclareceu-se que era dever da DGOPC do Ministério do Ultramar:

Inventariar os monumentos de interesse nacional existentes no ultramar, promover a sua classificação e, eventualmente,

⁴³¹ *Ibidem*, p. 674.

⁴³² *Ibidem*, p. 671.

⁴³³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 14, 25 de Janeiro de 1956.

⁴³⁴ *Diário do Governo* nº172, I Série, “Decreto nº41 787”, 7 de Agosto de 1958, pp. 756-761.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 756.

⁴³⁶ *Ibidem*.

*o seu restauro, orientando-o superiormente, bem como aos trabalhos importantes de conservação.*⁴³⁷

Nesta ocasião, alterando-se a disposição publicada no ano de 1957, estabeleceu-se ainda que os “assuntos relativos ao cadastro, preservação, restauro ou construção de padrões e monumentos nacionais e quaisquer problemas de feição estética”⁴³⁸ seriam da competência da DSUH que para isso contaria com um serviço de arquitectura e monumentos chefiado por um arquitecto de 1ª classe⁴³⁹.

Tinha assim início um novo momento da história do regime jurídico do património arquitectónico ultramarino, momento esse que espelha, sem dúvida, uma nova fase de aposta e desenvolvimento dos territórios portugueses ultramarinos. De facto, notamos que pela primeira vez o Estado português, através do seu Ministério do Ultramar, procurou assumir a responsabilidade total pela salvaguarda do património arquitectónico ultramarino, fazendo-o de forma centralizadora na medida em que, como dissemos, apresentou a DSUH da DGOPC como o grande organismo responsável pela promoção de um inventário geral dos monumentos portugueses ultramarinos de interesse nacional, pela sua classificação e pela orientação dos trabalhos de conservação e restauro necessários à preservação deste património. Esta terá sido a solução encontrada para anular a distância e diferenças verificadas entre as diversas realidades ultramarinas e para garantir, a partir da metrópole, a uniformização de critérios. Todavia, segundo depreendemos da análise dos documentos referentes à organização dos serviços provinciais de Obras Públicas, parece-nos óbvio que o Ministério do Ultramar compreendeu que para assegurar a eficácia desta medida seria fundamental garantir o desenvolvimento destas questões também nos territórios ultramarinos, razão pela qual, como demonstrámos, no ano de 1964 se estabeleceu que os serviços provinciais de Obras Públicas seriam responsáveis pelos monumentos, contando inclusivamente nos casos de Angola e Moçambique com repartições de Edifícios e Monumentos junto das quais funcionavam as respectivas comissões de monumentos.

⁴³⁷ *Diário do Governo* nº172, I Série, “Decreto nº41 787”, 7 de Agosto de 1958, p. 757.

⁴³⁸ *Ibidem*.

⁴³⁹ *Ibidem*.

No ano de 1967 seria apresentada uma nova *Lei Orgânica* do Ministério do Ultramar⁴⁴⁰ mas a DSUH continuaria incumbida do estudo, informação e orientação das questões relacionadas com o “cadastro, preservação, restauro e construção de padrões e monumentos nacionais.”⁴⁴¹

Apesar desta tentativa de centralização de todas as questões relacionadas com o património arquitectónico ultramarino no Ministério do Ultramar através da DGOPC e da regulamentação dos Serviços de Obras Públicas das províncias, é importante notarmos que em determinados momentos, particularmente antes do ano de 1958, se optou por aplicar nestes territórios legislação inicialmente pensada para a metrópole. De facto, por ocasião da reorganização da Comissão Permanente de Arqueologia da Índia Portuguesa (CPA) no ano de 1932, o governador-geral João Carlos Craveiro Lopes (1871-1945) considerou conveniente “adaptar a esta Colónia os Decretos de 19 de Novembro de 1910 e o nº1, de 26 de Maio de 1911”⁴⁴² referentes à protecção de obras de arte e objectos arqueológicos⁴⁴³ e à reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos⁴⁴⁴. Comparando o diploma legislativo publicado na Índia Portuguesa no ano de 1932⁴⁴⁵ com aqueles decretos da I República, apercebemo-nos que nesta ocasião procedeu-se a um aproveitamento quase linear dos artigos referentes aos “Monumentos nacionais” do decreto de 1911, correspondendo os artigos 42º a 51º deste aos artigos 1º a 9º do diploma da Índia Portuguesa; e ainda dos artigos 2º a 10º e 12º do documento de 1910 referente à protecção de obras de arte e objectos arqueológicos que na legislação da administração ultramarina em causa corresponderiam ao artigo 15º, partes 1 e dois do artigo 20º, artigos 22º a 25º. Neste novo documento identificamos, sobretudo, uma grande preocupação para com as formas de protecção dos monumentos, particularizando-se ao longo de cerca de quinze artigos dos trinta e um totais, as proibições de alienação, alteração ou destruição de monumentos nacionais. Efectivamente, nesta ocasião determinou-se que os imóveis elegíveis para o título de “monumento nacional”, mesmo que fossem propriedade particular, deveriam ser

⁴⁴⁰ *Diário do Governo* nº129, I Série, “Decreto nº47 743”, 2 de Junho de 1967, pp. 1177-1208.

⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 1186.

⁴⁴² *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, p. 205.

⁴⁴³ *Diário do Governo* nº41, I Série, [Decreto com força de lei], 22 de Novembro de 1910, pp. 514-515.

⁴⁴⁴ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, pp. 2245-2247.

⁴⁴⁵ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, pp. 205-207.

classificados, havendo a possibilidade de se proceder a uma expropriação do edifício e do respectivo terreno por utilidade pública caso o proprietário se opusesse (Art.º 2º). Nestes casos de propriedades particulares classificadas como monumentos nacionais, o encargo com as obras de conservação necessárias, caso o proprietário provasse não ter os meios necessários, caberia ao governo (Art.º 6º). Simultaneamente, os imóveis classificados pertencentes ao Estado ou a outras entidades sujeitas à tutela administrativa, não poderiam ser alienados sem uma consulta prévia da CPA (Art.º 4º) e, independentemente de quem fosse o seu proprietário, os monumentos nacionais não poderiam ser demolidos, reparados ou modificados sem um parecer favorável da mesma comissão (Art.º 5º). Além dos imóveis que pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico fossem meritórios da classificação de “monumento nacional”, este diploma previu, também, a descrição em cadastro especial e a mesma proibição de realização de obras não autorizadas em edifícios de algum interesse artístico ou histórico (Art.º 3º, ponto único). Por outro lado, previu-se a possibilidade de uma classificação ser anulada (Art.º 3º). De resto, a protecção destes monumentos, ruínas ou objectos dotados de interesse artístico ou arqueológico, manifestar-se-ia, também, através da suspensão de trabalhos durante o curso dos quais fossem encontrados exemplares patrimoniais. Nestas ocasiões, o administrador do concelho e o regedor da paróquia deveriam informar o governo-geral que, por sua vez, informaria a CPA, determinando-se imediatamente a suspensão dos trabalhos, a vedação do espaço e, se necessário, o aterramento do local (Art.º 9º).

Quanto às determinações relativas ao património móvel adoptadas tendo como referente, essencialmente, o decreto de 1910, nota-se uma particular atenção para com a questão das exportações, encarregando-se as autoridades aduaneiras de obstar a saída de “ídolos, estátuas, alfaías, moedas, lâminas de cobre, e outros objectos e manuscritos antigos, embora toscos e em mau estado de conservação”⁴⁴⁶ caso não houvesse autorização do governo, depois de ouvida a CPA. Nos casos em que a exportação não fosse autorizada as peças poderiam ser avaliadas e adquiridas pelo Estado para o Museu da Índia Portuguesa (Art.º 15º – ponto 1), estabelecendo-se que o preço seria fixado por arbitragem (Art.º 22º – ponto 2). A exportação dos objectos em causa ficaria sempre sujeita a um direito de 50% *ad*

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 206.

valorem (Art.º 15º – ponto 2). Este diploma impedia também a alienação de peças, sem a autorização prévia do governo e parecer obrigatório da CPA, por parte de câmaras municipais, juntas locais, administradores, comissões administrativas dos conventos de Velha Goa, confrarias, comissões paroquiais, misericórdias, mazanias, cabido, institutos públicos de ensino ou beneficência, missões do Padroado Português na Índia, corporações legais ou associações de carácter particular mas directa ou indirectamente subsidiadas pelo Estado (Art.º 22º). Nos casos de alienações autorizadas, o governo-geral, caso pretendesse adquirir a peça para o Museu da Índia Portuguesa, teria direito de preferência (Art.º 22º – parte 1). Outra forma de garantir a conservação e segurança destes objectos pertencentes às referidas comissões administrativas dos conventos, aos administradores dos concelhos ou às confrarias, mas estando em comprovado estado de periculosidade, seria o seu transporte para o museu público, por intervenção do governo sem, no entanto, haver qualquer alteração ao nível da sua propriedade (Art.º 20º – pontos 1 e 2).

Todavia, neste processo de adaptação da legislação da metrópole ao Estado Português da Índia, além das evidentes substituições de nomenclatura – Conselho de Arte e Arqueologia por CPA – e da omissão de determinações relacionadas com o funcionamento e missão específicos destas comissões de monumentos, notamos, ainda, a introdução de resoluções originais, nomeadamente no concernente ao património móvel. Deste modo, observamos uma particular insistência na inalienabilidade e imprescritibilidade dos objectos de valor artístico ou histórico pertencentes ao Estado, esclarecendo que a este pertenceriam todas as peças descobertas em terrenos públicos ou concedidos ou alienados (Art.º 10º, Art.º 11º). A propósito da descoberta de objectos de eventual interesse histórico, artístico ou arqueológico, numa manobra que podemos classificar de extremamente inclusiva e perspicaz, determinou-se que toda e qualquer pessoa – funcionários públicos, párocos, regedores, membros das juntas locais, das mesas administrativas das confrarias ou mazanias, e das juntas administrativas, e qualquer cidadão – que comunicasse à CPA o seu achado e o entregasse às autoridades locais, seria recompensado (Art.º 16º). Por outro lado, numa medida que denuncia, na nossa opinião, a frouxa aplicação das normas referentes à extinção das ordens religiosas e à separação do Estado das igrejas nos domínios ultramarinos

e respectivas realizações de inventários dos bens envolvidos⁴⁴⁷, este diploma de 1932 determinou que os administradores e comissões administrativas dos conventos de Velha Goa mas, também, das confrarias e dos concelhos, deveriam arrolar os objectos de valor artístico ou histórico num prazo máximo de seis meses. No final desse prazo previa-se que a CPA enviasse um delegado para verificar os inventários elaborados e para escolher os objectos destinados ao Museu da Índia Portuguesa (Art.º 19º). Quanto aos objectos não seleccionados, numa tentativa de promover a criação de novos museus, previa-se que as referidas comissões administrativas bem como as comissões paroquiais e mazanias, se responsabilizassem por eles, garantindo a sua conservação e exposição em espaços museográficos apenas aos templos (Art.º20º).

No ano de 1947, na sequência de uma solicitação do governador-geral de Moçambique, o ministro do Ultramar Teófilo Duarte (1898-1958) ordenou que alguns dos artigos do Decreto nº20:985 de 7 de Março de 1932⁴⁴⁸ – do artigo 24º ao 33º e do 35º ao 48º – fossem aplicados em Moçambique⁴⁴⁹, província que tinha criado a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas no ano de 1943 e que naquele momento procurava reforçar as medidas conducentes à salvaguarda do seu património. Já no ano de 1950 o ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues determinou que se aplicassem também em Angola, onde se procurava “tornar mais eficiente a protecção do património arqueológico e histórico”⁴⁵⁰, as disposições consagradas na metrópole pelo mesmo Decreto nº20:985 de 1932⁴⁵¹. Este decreto referia-se à reorganização dos serviços de Belas Artes, nomeadamente à instituição do Conselho Superior das Belas Artes e à extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia, sendo que os artigos adoptados por estas colónias eram referentes a monumentos nacionais.

Deste modo, no ano de 1947 em Moçambique e em 1950 em Angola, estabeleceu-se que o papel desempenhado pelo ministro da Instrução Pública na metrópole seria assumido pelo governador-geral, estabelecendo-se, ainda, as seguintes correspondências: governadores civis/governadores de província, delegados do governo/autoridade administrativa local,

⁴⁴⁷ *Chronica Constitucional de Lisboa* nº127, 31 de Maio de 1834, p. 524; *Chronica Constitucional de Lisboa* nº 145, 21 de Junho de 1834, pp. 599-600; *Diário do Governo* nº274, I Série, “Decreto nº233”, 22 de Novembro de 1913, pp. 4469-4470.

⁴⁴⁸ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

⁴⁴⁹ *Diário do Governo* nº291, I Série, “Portaria nº12:185”, 16 de Dezembro de 1947, p. 1314.

⁴⁵⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº38, I Série, “Portaria nº13:302”, 4 de Outubro de 1950, p. 794.

⁴⁵¹ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

Conselhos de Arte e Arqueologia, Conselho Superior de Belas Artes e Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes/comissão de monumentos. Em síntese, determinou-se que os imóveis cuja defesa, no todo ou em parte, pelo seu valor artístico, arqueológico ou histórico, representasse um interesse nacional, fossem classificados como “monumento nacional” pelo governador-geral ouvida a comissão de monumentos que teria competência para apresentar propostas nesse sentido (Art.º 24º), esclarecendo-se, ainda, que os imóveis particulares também seriam classificados, havendo a possibilidade de se proceder a uma expropriação caso o proprietário discordasse daquela medida (Art.º 25º). As entidades oficiais e particulares poderiam solicitar a classificação de imóveis desde que apresentassem todos os documentos justificativos (Art.º 28º). Enquanto os processos de classificação decorressem estes imóveis não poderiam ser alienados, expropriados, restaurados ou reparados sem a autorização do governo-geral e respectivo parecer da comissão de monumentos (Art.º 27º). No caso da classificação de um imóvel que não pertencesse ao Estado ou que estivesse na posse de instituições autónomas, deveria desde logo indicar-se qual a entidade responsável pelos encargos das obras de conservação, reparação ou restauro (Art.º 29º). Depois de comunicada a classificação do imóvel, o proprietário e usufrutuário ficavam responsáveis pela conservação do monumento, ficando obrigados a comunicar à comissão de monumentos quaisquer modificações ou estragos (Art.º 32º) e a executar as obras consideradas como sendo necessárias pelo governador-geral (Art.º 44º). Independentemente das mudanças de proprietário, os efeitos de classificação manter-se-iam (Art.º 31º). A vigilância e limpeza dos imóveis deveriam ser garantidas pelos detentores (Art.º 47º). Os monumentos nacionais deveriam ser inscritos num cadastro geral, classificados segundo critérios temporais, organizados por distritos e concelhos, incluindo todas as informações úteis acerca dos mesmos (Art.º 35º). A aplicação a dar a estes monumentos deveria ser determinada pelo governo após parecer da comissão de monumentos (Art.º 36º). A concessão dos títulos previstos por este documento era susceptível de ser anulada por decreto do governo após proposta da comissão de monumentos (Art.º 37º). Estabeleceu-se, também, uma zona de protecção de 50 metros, proibindo-se que os terrenos e edifícios públicos, de corporações administrativas ou de privados localizados nesta área, fossem alienados sem o parecer favorável da comissão de monumentos, exigindo-se o mesmo parecer para a construção nestes terrenos ou para

alterar os edifícios pré-existentes (Art.º 26º). Adicionalmente, as servidões de alinhamentos ou outras que eventualmente prejudicassem os imóveis classificados não seriam aplicadas sem autorização do governo-geral e parecer da comissão de monumentos (Art.º 42º), e nenhuma instalação, construção ou reconstrução poderia ser executada nas proximidades de um imóvel desta natureza sem autorização prévia (Art.º 45º). Quanto aos imóveis que não merecessem a classificação de monumento nacional mas que apresentassem interesse público devido ao seu valor artístico, histórico e turístico, deveriam ser descritos com essa designação num cadastro especial, ficando protegidos pelos artigos deste documento referentes à classificação, desclassificação, alienação, demolição e conservação, proibindo-se, por exemplo, qualquer tipo de obra de restauro sem o parecer favorável da comissão de monumentos (Art.º 30º). Os imóveis classificados não poderiam ser demolidos no todo ou em parte ou ser objecto de qualquer tipo de grande restauro que tivesse por fim a sua reintegração sem parecer da comissão de monumentos e autorização do governador-geral (Art.º 43º). Proibiu-se, também, a fixação de anúncios nos imóveis classificados ou em locais que prejudicassem o aspecto ou observação dos mesmos (Art.º 46º). No concernente às alienações, determinou-se que no caso dos monumentos públicos isso só poderia acontecer através de decreto referendado pelo governo-geral na sequência de um parecer da comissão de monumentos (Art.º 38º) e sob a condição do comprador garantir a conservação do mesmo (Art.º 39º). O Estado tinha direito de opção no caso do proprietário de um monumento nacional ou imóvel de interesse público decidir vendê-lo (Art.º 40º). A expropriação de um imóvel classificado por utilidade pública não poderia ser anunciada sem despacho do governador-geral ouvindo a comissão de monumentos (Art.º 41º). Em caso de descoberta de novos monumentos, ruínas, inscrições, moedas, medalhas ou outros objectos de valor histórico, arqueológico ou artístico, ou conhecimento referente à substituição ou dano dos já conhecidos, os trabalhos ou a destruição deveriam ser suspensos pelas autoridades administrativas locais que, simultaneamente, mandariam vedar e, se necessário ou possível, aterrar o local em causa (Art.º 48º). Depois disso deveria comunicar-se o caso ao governador provincial que, por sua vez, iria informar o governo-geral (Art.º 48º). Esclareceu-se, ainda, que os imóveis classificados até à data seriam abrangidos por este decreto, definindo-se a sua organização em duas listas, uma referente aos monumentos nacionais e outra aos imóveis de interesse público (Art.º 34º). Mas isto apenas no caso de Angola, já que

Moçambique, recorde-se, não adoptou este artigo. Em caso de incumprimento das disposições deste decreto no referente a monumentos nacionais, estabeleceu-se que esses casos seriam julgados em tribunal e considerados como causadores de danos e prejuízo ao Estado (Art.º 33º).

A propósito deste Decreto nº20:985 publicado na metrópole no ano de 1932, refira-se que nos anos 60 a comissão criada em Macau com o intuito de “estudar e propor as medidas adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico da Província”⁴⁵² também apresentou os artigos 26º e 27º daquele documento como grande referência em termos de legislação referente a zonas de protecção⁴⁵³. Isto apesar do arquitecto Luís Benavente ter considerado, precisamente a propósito da intenção da Macau aplicar na província aqueles artigos, que estes não eram satisfatórios⁴⁵⁴. De facto, para o arquitecto Benavente o artigo 26º do Decreto 20:985 era incompleto e o raio de 50 metros insatisfatório⁴⁵⁵. Em causa estaria o facto de haver casos em que construções a menor distância que a referida não tinham qualquer relação com o monumento e outros em que estando consideravelmente fora da zona definida tinham essa relação. Na opinião de Benavente, a definição de zonas de protecção individuais, tendo em consideração a especificidade de cada caso, seria uma melhor opção⁴⁵⁶. Ainda assim, também esta opção poderia falhar devido a relevos do terreno ou a edifícios mais altos que, pelas suas características, poderiam mesmo assim influir na leitura do monumento a proteger. Por esta razão Luís Benavente terá solicitado ao governo de Macau que a este propósito não fossem tomadas decisões definitivas⁴⁵⁷. Armando Girão (1906-?), director da DSUH, concordou com o arquitecto Benavente, sublinhando, também ele, que tratando-se de elementos tridimensionais não bastaria definir uma área, convindo adicionalmente estabelecer condicionamentos em termos de altura e perspectiva⁴⁵⁸.

⁴⁵² *Boletim Oficial de Macau* nº37, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 10 de Setembro de 1960, p. 1051.

⁴⁵³ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

⁴⁵⁴ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 11, 22 de Fevereiro de 1961.

⁴⁵⁵ *Ibidem*.

⁴⁵⁶ *Ibidem*.

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

Um outro decreto publicado na metrópole no mesmo ano do Decreto nº20:985, portanto em 1932, foi igualmente aplicado no ultramar, nomeadamente em Angola⁴⁵⁹. De facto conseguimos apurar que na sequência da aplicação da Portaria nº13:302⁴⁶⁰ que no ano de 1950 tornou extensíveis a Angola as disposições consagradas na metrópole pelo Decreto nº20:985 de 1932, a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais dos Serviços de Obras Públicas desta colónia recorreu ao Decreto nº21:875 de 1932⁴⁶¹, segundo o qual, de acordo com as necessidades de cada edifício público de reconhecido valor arquitectónico – e não apenas monumentos nacionais – o governo, através do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e após o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e sob proposta da DGEMN ou de outros órgãos estatais encarregues destas construções, ficava autorizado a estabelecer as referidas zonas de protecção⁴⁶². No fundo, uma vez que no artigo 26º do Decreto nº20:985 de 1932⁴⁶³ não tinha sido feita menção à responsabilidade de definição destas zonas de protecção, apenas às suas implicações, ter-se-á sentido necessidade de aperfeiçoar a legislação relativa a este tema.

Nesta ocasião o engenheiro Eurico Machado, director da Repartição Edifícios e Monumentos Nacionais de Angola, chegou a sugerir que este Decreto nº21:875 fosse aplicado às restantes províncias ultramarinas⁴⁶⁴. Note-se, porém, que nesta fase a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais de Angola poderia ter optado por adoptar legislação mais recente pois datava de 1945 um novo decreto-lei⁴⁶⁵ relativo à questão das zonas de protecção dos imóveis não classificados, documento conhecido por Eurico Machado. Este decreto-lei veio simplificar o processo em causa ao fixar que aquelas fossem estabelecidas pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações sob proposta apenas da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e não da DGEMN ou de outros órgãos estatais. Em Angola, tendo em consideração as equivalências dos serviços, esta disposição do ano de 1945 implicaria o afastamento da CMN o que, na sensata opinião de Eurico Gonçalves Machado, seria prejudicial para o património. Afinal, conforme demonstraremos mais à frente, a comissão

⁴⁵⁹ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 546, doc. 1, 16 de Janeiro de 1956.

⁴⁶⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº38, I Série, “Portaria nº13:302”, 4 de Outubro de 1950, p. 794.

⁴⁶¹ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 546, doc. 1, 16 de Janeiro de 1956; *Diário do Governo* nº271, I Série, “Decreto nº21:875”, 18 de Novembro de 1932, pp. 2237-2238;

⁴⁶² *Diário do Governo* nº271, I Série, “Decreto nº21:875”, 18 de Novembro de 1932, p. 2237.

⁴⁶³ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

⁴⁶⁴ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 546, doc. 1, 16 de Janeiro de 1956.

⁴⁶⁵ *Diário do Governo* nº226, I Série, “Decreto-lei nº34:993”, 11 de Outubro de 1945, p. 806.

supradita era, por excelência, o órgão consultivo e orientador das acções referentes a monumentos nacionais e imóveis de interesse público de Angola e, como tal, não poderia ser excluída do processo de definição de zonas de protecção. Isto desde que, conforme salientou Gonçalves Machado, a comissão “se componha de indivíduos com formação intelectual adequada ao fim em vista e disponha, pelo menos, de um arquitecto de reconhecido mérito”⁴⁶⁶.

Pouco tempo depois estabeleceu-se através da Portaria Ministerial nº14:602 de 9 de Novembro de 1953⁴⁶⁷ que a Lei nº2:032⁴⁶⁸ emanada na metrópole no ano de 1949 fosse aplicada a todo o ultramar. Deste modo determinou-se que as disposições sobre protecção e conservação de elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico da metrópole – e já não somente os imóveis cuja defesa, no todo ou em parte, pelo seu valor artístico, arqueológico ou histórico, representasse um interesse nacional como previa o decreto de 1932 – também fossem aplicadas no ultramar de acordo com a sua realidade. Neste caso o governo provincial deveria assumir as competências do Ministério da Educação Nacional⁴⁶⁹. Procurando assegurar o envolvimento das autoridades locais na protecção do património, definiu-se que as câmaras municipais nas províncias ultramarinas promovessem a classificação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus domínios como monumentos nacionais ou imóveis/móveis de interesse público, esclarecendo-se que no caso das entidades competentes não procederem à classificação, as próprias câmaras poderiam classificá-los como valores concelhios (Base I). Adicionalmente estabeleceu-se que competia às câmaras municipais auxiliarem o Estado na protecção e vigilância do património em causa, cabendo-lhes informar o governo provincial de qualquer risco a que aquele estivesse sujeito (Base II). Determinou-se, também, que qualquer alteração dos valores concelhios dependia obrigatoriamente de uma licença camarária (Base III) e que qualquer infracção a este nível seria punível por multa (Base IV). Finalmente fixou-se que caberia ao governo provincial garantir a comunicação da descoberta de qualquer elemento ou conjunto de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico às instâncias oficiais (Base V).

⁴⁶⁶ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 546, doc. 1, 16 de Janeiro de 1956.

⁴⁶⁷ *Diário do Governo* nº248, I Série, “Portaria nº14:602”, 9 de Novembro de 1953, pp. 1379-1380.

⁴⁶⁸ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

⁴⁶⁹ *Diário do Governo* nº248, I Série, “Portaria nº14 602”, 9 de Novembro de 1953, p. 1380.

Apesar da legislação da metrópole referente ao património arquitectónico ter sido frequentemente aplicada nas províncias ultramarinas havia conhecimento, pelo menos numa fase mais avançada, que esta não seria a solução ideal. De facto, sabemos que no ano de 1970 o governo da província de Cabo Verde informou o ministro do Ultramar da intenção de publicar uma “medida legislativa para a protecção do património no que se refere a edifícios e monumentos nacionais”⁴⁷⁰. Na sequência deste pedido Luís Benavente elaborou o “Projecto de Legislação para a Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde”⁴⁷¹, documento que iremos analisar do capítulo referente a este território ultramarino. No fundo, deste modo, o arquitecto pretendia dotar a província de Cabo Verde de legislação patrimonial específica sem recorrer àquela vigente na metrópole que, na sua opinião, estava demasiado disseminada, tornando difícil a sua consulta e aplicação⁴⁷².

Ao nível do desenvolvimento do regime jurídico notamos, então, uma claríssima evolução entre uma situação de carência ao nível de legislação específica que seria mitigada a partir de 1911 com a responsabilização dos Serviços de Obras Públicas das colónias no referente à conservação dos monumentos, para um quadro marcado, já durante o *Estado Novo*, pelo despertar do Governo central para estas questões. Neste cenário procurou garantir-se a centralização da salvaguarda do património arquitectónico ultramarino na DGOPC do Ministério do Ultramar. Passamos, assim, muito possivelmente devido à evolução da questão colonial e à necessidade de resposta por parte do regime salazarista, de um cenário pobre em legislação específica e dominado pela actuação local, tanto dos Serviços de Obras Públicas como das comissões de monumentos que florescem a partir de 1895, para uma tentativa de centralização consideravelmente marcada pela adopção e adaptação de legislação da metrópole às realidades ultramarinas.

1.2.2 Os princípios subjacentes às intervenções

Nos últimos anos os estudiosos dos temas relacionados com a arquitectura e o urbanismo das antigas colónias portuguesas têm vindo a questionar as motivações que terão estado na base da partida para o ultramar, sobretudo para a África Portuguesa, de alguns arquitectos

⁴⁷⁰ ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 39, 27 de Agosto de 1970.

⁴⁷¹ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

⁴⁷² ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 47, Fevereiro de 1971.

da geração que começou a trabalhar nos anos 40⁴⁷³. A este propósito concluiu-se que inspirados pelo movimento Moderno Internacional e, particularmente, pelo I Congresso Nacional de Arquitectura realizado no ano de 1948, estes arquitectos portugueses da dita “geração africana”⁴⁷⁴ partiram para o ultramar, essencialmente para Angola e Moçambique, por discordarem da ideologia e política do *Estado Novo* ou, simplesmente, porque neste período se vivia um momento de grande incremento arquitectónico e urbanístico e, portanto, as oportunidades de trabalho naqueles territórios seriam bastante atractivas. Nestes territórios – distantes do poder central e da tendência conservadora oficial – estes arquitectos tiveram a oportunidade de utilizar com maior liberdade a linguagem da arquitectura moderna, sendo claramente paradoxal que o tenham feito em territórios coloniais, portanto sujeitos ao regime *estadonovista*.

Esta questão, ou seja, esta possibilidade de romper com os modelos arquitectónicos conservadores veiculados pelo *Estado Novo* e de utilizar vocabulário moderno internacional, leva-nos a questionar se algo de semelhante terá acontecido com os arquitectos-restauradores que entre os anos 40 e 60 partiram para o ultramar. Isto é, será que em termos de critérios de actuação os arquitectos-restauradores que desenvolveram a sua actividade nos territórios portugueses ultramarinos seguiram os preceitos da DGEMN ou, aproveitando a distância, afastaram-se destes?

Antes de mais é fundamental que tenhamos em consideração a impossibilidade de identificar um único conjunto de princípios de actuação cuja vigência se tenha mantido incólume ao longo de todo o *Estado Novo*. Afinal, conforme foi demonstrado por Maria João Neto, a DGEMN nunca chegou a formular um corpo teórico do qual constassem os princípios que regiam as suas intervenções nos monumentos nacionais⁴⁷⁵. Na verdade, são as próprias intervenções e alguma documentação de apoio, caso dos processos das obras ou dos *Boletins* do próprio organismo, que nos permitem identificar os princípios orientadores das campanhas de restauro desenvolvidas na metrópole no período em causa. Assim, podemos

⁴⁷³ Acerca desta questão vide José Manuel Fernandes, *Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 13-17; Ana Magalhães, Inês Gonçalves, *Moderno Tropical. Arquitectura em Angola e Moçambique, 1948-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, pp. 14-18.

⁴⁷⁴ Título da obra de José Manuel Fernandes: *Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 118 p., il.

⁴⁷⁵ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 233.

destacar o facto da selecção dos monumentos a intervencionar ser determinada pela sua ligação a uma figura ou momento histórico que na linha ideológica do regime interessava destacar, significando, por isso, que o valor histórico do edifício suplantava o seu valor artístico. Simultaneamente as intervenções eram geralmente orientadas no sentido da reintegração estilística do monumento naquele que seria o seu aspecto primitivo ou, se preferirmos, coevo à tal época que se pretendia evidenciar e comemorar, o que muitas vezes implicava a revogação de elementos introduzidos em períodos posteriores e que, como tal, eram entendidos como destoantes e descaracterizantes. Nota-se, também, uma clara hegemonia da arquitectura sobre as artes decorativas, a escultura e a pintura. Contudo, é fundamental registarmos que no próprio seio da DGEMN surgiram algumas vozes dissonantes – caso de Raul Lino (1879-1974) – e que ao longo dos anos 60 os técnicos desta direcção-geral tiveram a oportunidade de contactar directamente com os princípios internacionais de intervenção em monumentos. Estes contactos concretizaram-se, sobretudo, em reuniões e colóquios internacionais, caso daqueles organizados pelo Institut International des Chateaux Historiques, ou do incontornável Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos realizado em Veneza no ano de 1964. Se não podemos falar numa total reorientação da DGEMN em termos dos seus critérios de intervenção nestes anos 60, também não podemos deixar de notar a introdução de algumas novidades devedoras deste maior contacto com as realidades estrangeiras e, claro, das violentas críticas que iam sendo feitas. A este nível podemos referir a compreensão da importância da elaboração de projectos multidisciplinares nos quais arquitectos e historiadores discutiam qual o caminho a seguir; a atenção concedida aos estudos prévios, incluindo pesquisas arqueológicas; a compreensão da importância de respeitar as diferentes épocas construtivas de um monumento e os envolvimentos urbanos; ou a assimilação dos conceitos de sítio e conjunto.

A situação em relação ao ultramar é consideravelmente mais complicada porque estamos perante um conjunto bastante heterogéneo de territórios para os quais concorriam as diferenças ao nível de dimensões, número e variedade de monumentos, das mentalidades e sensibilidades dos governadores, da existência ou inexistência de comissões de monumentos. Por estas razões torna-se evidente que não podemos falar de uma só realidade ao nível dos princípios subjacentes às intervenções. Ainda assim, de um modo

geral, é importante termos desde já em consideração que a grande maioria dos arquitectos-restauradores que rumaram até aos territórios ultramarinos foram formados pela própria DGEMN, seguindo, por isso, os tais princípios de reintegração estilística dos monumentos de acordo com o momento ou figuras históricas que recordavam. Assim aconteceu com Baltazar da Silva Castro (1891-1967), grande disseminador destes princípios, Joaquim Santiago Areal e Silva (1907-?), Martinho Humberto dos Reis ou Luís Benavente. Por seu lado, Fernando Batalha e Pedro Quirino da Fonseca só deram início à sua actividade de restauradores já em Angola e Moçambique, respectivamente.

O estudo das intervenções realizadas, dos processos de obra e de outra documentação de apoio, permite-nos identificar algumas características de actuação destes técnicos nos territórios em estudo. Pegando em alguns exemplos, refira-se que Baltazar Castro – arquitecto que foi à Índia Portuguesa enquanto inspector superior de Obras Públicas em comissão de serviço no Ministério do Ultramar em duas ocasiões entre os anos de 1951 e 1953 – permaneceu fiel aos critérios de actuação aplicados ao longo de várias décadas ao serviço da DGEMN, tendo advogado, por exemplo, a reintegração da capela de Santa Catarina da cidade de Velha Goa na sua “primitiva contextura”⁴⁷⁶, razão pela qual determinou a eliminação de elementos destoantes, o aproveitamento das pedras antigas e a utilização de elementos de outras construções coevas ou de cópias dos mesmos. Joaquim Santiago Areal e Silva, formado na “escola” de Baltazar Castro, promoveu a raspagem da cal das fachadas de várias construções de Moçambique, uma atitude característica da DGEMN que denuncia a tal intenção de reintegrar os monumentos no seu aspecto antigo. Por outro lado, este arquitecto que na metrópole já tinha dado sinais de compreender a importância de realizar estudos prévios e reflectir criticamente acerca dos resultados alcançados⁴⁷⁷, também terá estado na origem das escavações realizadas nos anos 40 na fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique com o intuito de se reconstituir a traça original do monumento. Martinho Humberto dos Reis que já na metrópole indiciava dar uma particular importância ao estudo da história do próprio edifício, parece ter seguido a mesma tendência em Angola, colónia para onde se mudou no ano de 1953. É certo que na intervenção

⁴⁷⁶ *Velha-Goa: Guia Histórico*, Goa, Repartição Central de Estatística e Informação, 1952, p. 68

⁴⁷⁷ Miguel Tomé, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, p. 140.

projectada, por exemplo, para a igreja de Jesus de Luanda se procurou recuperar a traça primitiva do templo, o que implicou alterações profundas ao nível do corpo da igreja que em determinado momento posterior à fundação teria sido alterado. No entanto notamos, também, que nesta e em outras campanhas lideradas por Martinho Humberto dos Reis se deu grande importância aos trabalhos arqueológicos ou à recolha e análise de documentação histórica, o que levou, por exemplo, à produção de um catavento para a torre da dita igreja, à data perdido mas “referido em desenhos antigos”⁴⁷⁸. Por outro lado, enquanto Baltazar da Silva Castro e Joaquim Santiago Areal e Silva determinavam a raspagem da cal das paredes de alguns monumentos da Índia Portuguesa e de Moçambique, Martinho Humberto dos Reis procurou respeitar “– tanto quanto possível – os velhos rebocos”⁴⁷⁹. Pedro Quirino da Fonseca defendeu para os monumentos de Moçambique a utilização de argamassa de cimento ao invés da tradicional argamassa de cal por três motivos: esta comportava-se deficientemente no clima da província, exigia renovações frequentes e por isso a sua conservação acabava por ser dispendiosa. Além disso, quando havia “dificuldade de se chegar ao conhecimento das antigas argamassas”⁴⁸⁰ esta era a solução defendida pela DGEMN. Portanto o que notamos é que não há um corte radical com o passado, assistindo-se à continuação das tendências que vinham sendo advogadas na metrópole pela DGEMN. Isto tanto no sentido do total cumprimento dos princípios caracterizadores da actividade desta direcção-geral ou de algum afastamento justificado, por exemplo, pela atenção concedida aos estudos históricos, arquitectónicos e arqueológicos como elementos determinantes para o projecto de restauro a desenvolver. Esta situação de prevalência de princípios obsoletos explicar-se-á, na nossa opinião, pelo facto destes arquitectos terem sido educados nos princípios em causa, terem desenvolvido a sua actividade durante bastantes anos precisamente dentro destes moldes e pela falta de um contacto consistente com a realidade internacional.

Por outro lado, recorde-se que, conforme adiantámos aquando da análise do regime jurídico deste património, o Ministério do Ultramar procurou fazer da DSUH da sua DGOPC o grande

⁴⁷⁸ AINPCA, FCMN, pt. 29.3 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 19 de Março de 1958.

⁴⁷⁹ AINPCA, FCMN, pt. 32 Fortaleza de S. Sebastião do Egito/Diversos/ Armário nº1/Prateleira 3B, doc. s/n, 13 de Dezembro de 1954.

⁴⁸⁰ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações - Propostas 1963, doc. s/n, 20 de Setembro de 1963.

elemento aglutinador e orientador destas questões. E é precisamente neste contexto que surge a figura do arquitecto Luís Benavente, também ele um técnico e dirigente do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN mas que, como veremos, a partir do ano de 1958 passou a colaborar com o Ministério do Ultramar e a dirigir todas as questões relacionadas com o património arquitectónico ultramarino. A Benavente se deve, precisamente, aquilo que de mais semelhante temos a um conjunto de princípios orientadores das intervenções dos monumentos ultramarinos, um documento apresentado no ano de 1960 com o título de “Classificação de Monumentos Nacionais no Ultramar”⁴⁸¹. Neste momento o que nos interessa destacar a propósito deste documento orientador da acção das autoridades provinciais ultramarinas em relação a estes monumentos é a forma como este denuncia o tal afastamento que se sente na metrópole a partir do final dos anos 50 relativamente aos princípios caracterizadores da actividade da DGEMN. De facto, neste contexto observamos a importância atribuída ao valor dos conjuntos ou ao facto dos trabalhos a realizar serem “objecto de um estudo de conjunto obedecendo a um plano tendente a restituir-lhe a sua expressão própria, salvaguardando-se no entanto as adições ou alterações de mérito que haja recebido.”⁴⁸² A este propósito podemos ainda referir o facto de Luís Benavente ter valorizado tanto “as grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural”⁴⁸³, conforme testemunha a atenção concedida a pequenas igrejas de Cabo Verde ou aos simples relógios de sol de Goa e Diu; ou de ter proposto a classificação da Ribeira Grande de Santiago como monumento nacional⁴⁸⁴. Por outro lado, apesar de Luís Benavente estar perfeitamente a par das tendências internacionais, tendo conhecimento da sua participação nos congressos do Institut International des Chateaux Historiques de 1962, 1963 e 1965, no congresso de Veneza enquanto redactor, ou no Colóquio Internacional sobre a Salvaguarda dos Lugares Históricos e da Paisagem de 1968, não podemos falar de um corte radical com os princípios nos quais foi formado. Afinal, no ano de 1969 a propósito da campanha da fortaleza de São José da Amura na Guiné, Luís

⁴⁸¹ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

⁴⁸² *Ibidem*.

⁴⁸³ *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 69.

⁴⁸⁴ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 13, 25 de Março de 1971.

Benavente ainda defendia que era fundamental o restaurador “diferenciar entre os órgãos e elementos primitivos e os que não são, para arrancar os que parasitariamente lhe foram sobrepostos”⁴⁸⁵.

Podemos assim concluir que até à queda do *Estado Novo*, independentemente do contacto directo com os princípios internacionais de salvaguarda do património arquitectónico nacional, da inegável abertura de novos caminhos referentes a critérios de intervenção, e do distanciamento geográfico entre a metrópole e o ultramar, nunca chegou a haver um total afastamento ou reformulação dos princípios subjacentes à intervenção em monumentos. Aparentemente os princípios defendidos e praticados pela DGEMN desde o ano de 1929 e toda a ideologia do regime que, como vimos, favoreceu imensamente esta forma de actuação, estavam de tal modo enraizados que, de facto, nunca chegou a haver, nem mesmo no ultramar, uma cisão total. Tal como a ideologia colonial do *Estado Novo* foi pontualmente abalada e revista mas sobreviveu, os critérios de actuação da DGEMN e por conseguinte os princípios subjacente à actuação dos técnicos formados nesta escola também foram criticados, refrescados, sem nunca terem sido, durante o período em causa, totalmente actualizados.

1.2.3 Os estaleiros de obra

O desejo de compreender as práticas de salvaguarda patrimonial identificáveis nos territórios portugueses ultramarinos durante o *Estado Novo* e a sua relação com a realidade da metrópole levou-nos a olhar não só para os valores e princípios subjacentes a estes trabalhos mas, também, para os estaleiros de obra. Afinal se à partida é perfeitamente plausível que a realidade ultramarina e metropolitana poderiam ser bastante semelhantes ao nível dos valores dos monumentos, do regime jurídico e dos princípios subjacentes às intervenções na medida em que, independentemente da distância, estas eram questões perfeitamente enquadradas e em muito dependentes da ideologia e política *estadonovista*, muitas dúvidas se levantam em relação à concretização prática destes programas.

O grande número de monumentos intervencionado pela DGEMN na metrópole desde a sua fundação no ano de 1929 mas, sobretudo, a partir do ano de 1935⁴⁸⁶, contribuiu para a

⁴⁸⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 24, 2 de Fevereiro de 1969.

formação e manutenção de um corpo profissional altamente especializado no restauro do património arquitectónico, isto tanto ao nível dos arquitectos e engenheiros responsáveis pela elaboração dos projectos como dos mestres-de-obra, mestres-de-ofício ou operários⁴⁸⁷. Nos territórios ultramarinos isto não acontecia, escasseando projectistas especializados neste tipo de obras que, como veremos a propósito dos contributos de Joaquim Santiago Areal e Silva, Baltazar da Silva Castro, Martinho Humberto dos Reis, Fernando Batalha, Luís Benavente ou Pedro Quirino da Fonseca, acabavam por vir da metrópole mas nem sempre se fixavam durante o tempo suficiente para acompanharem as obras; mas, também, construtores que compreendessem as especificidades de uma campanha de restauro e que, no referente a chefias, acabavam por ser sobretudo oriundos dos corpos de pessoal dos serviços locais de Obras Públicas.

Relativamente à forma como estes processos de restauro de monumentos ultramarinos se desenrolavam parece-nos que, com as devidas particularidades ao nível da falta de recursos humanos e materiais, a situação seria pouco diferente da realidade da metrópole⁴⁸⁸. Dependendo do arquitecto responsável pelo projecto de restauro, a aposta na realização de estudos históricos, escavações e sondagens seria maior ou menor, sabendo, por exemplo, que Martinho Humberto dos Reis, Luís Benavente e Fernando Batalha davam uma particular importância a estes aspectos. Estes estudos seriam, pelo menos no caso de Luís Benavente, acompanhados por trabalhos gráficos que serviam de instrumentos de análise e orientação, caso de desenhos do monumento antes e depois da intervenção, de plantas, cortes e alçados. Contudo, o próprio arquitecto Benavente esclareceu que no caso de obras durante as quais o arquitecto-restaurador estivesse permanentemente no estaleiro este trabalho de desenho seria dispensado e substituído por indicações verbais⁴⁸⁹. A existência de vários levantamentos gráficos dos monumentos ultramarinos por Luís Benavente explicar-se-á, então, pela impossibilidade do arquitecto acompanhar as obras na totalidade do seu decurso. Adicionalmente, ao longo do processo, seguindo as disposições internacionais

⁴⁸⁶ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 247.

⁴⁸⁷ Miguel Tomé, *op. cit.*, pp. 82 e 84.

⁴⁸⁸ Acerca dos processos e metodologias da DGEMN *vide* Miguel Tomé, *op. cit.*, pp. 82-86; Maria João Neto, *op. cit.*, p. 247.

⁴⁸⁹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 24, 2 de Dezembro de 1969.

acerca do tema⁴⁹⁰, iam sendo tiradas fotografias que documentavam a evolução dos trabalhos, sendo depois arquivadas nos respectivos processos ou publicadas e utilizadas como forma de divulgação, tal como acontecia em Moçambique onde a comissão de monumentos tinha um boletim. As empreitadas eram geralmente realizadas por administração directa dos serviços provinciais de Obras Públicas do Ministério do Ultramar⁴⁹¹ ou mesmo dos serviços provinciais da Marinha⁴⁹². Todavia, terão havido casos em que foram abertos concursos (ou não) e que obras de restauro em monumentos foram entregues a empreiteiros, sabendo que isso aconteceu, pelo menos, em Angola e em Macau. Nestas ocasiões, como veremos, os trabalhos acabavam por não ser realizados segundo os princípios anteriormente tratados, constatando-se que após as intervenções estes “não estavam restaurados dentro das características antigas”⁴⁹³.

Tal como nos estaleiros da DGEMN⁴⁹⁴, os arquitectos responsáveis por estas campanhas concretizadas no ultramar, sobretudo devido à tal intenção de reintegrar os monumentos na sua feição primitiva, procuravam utilizar materiais e técnicas características dos períodos de fundação dos imóveis. Senão note-se como, por exemplo, Luís Benavente sublinhou a importância dos azulejos a produzir para os templos de São Tomé e Príncipe serem realizados de modo “manual e com processos e materiais como os usados antigamente”⁴⁹⁵, pois desta forma “Integramo-nos assim no espírito com que aquelas obras eram realizadas, correspondendo desse modo à nossa missão de repor e reintegrar aquela construção na sua feição primitiva.”⁴⁹⁶ Para Benavente era fundamental que as alvenarias utilizadas neste tipo de trabalhos fossem assentes com argamassa de cimento no interior mas com cal no exterior para “dar noção de que tudo sempre existiu assim de acordo com os materiais de que os antigos dispunham”⁴⁹⁷. Até a própria pavimentação dos locais, caso da Ribeira Grande de

⁴⁹⁰ *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 71.

⁴⁹¹ AHSTP, Obras na fortaleza de S. Sebastião, 1965, 1.42. 6, cx. 3.10, doc. s/n, 2 de Maio de 1962.

⁴⁹² *Ibidem*, doc. s/n, 19 de Novembro de 1962.

⁴⁹³ ANBA, FFB, cx. 33, pt. M.N. Materiais, doc. s/n, 5 de Junho de 1963.

⁴⁹⁴ Miguel Tomé, *op. cit.*, p. 85.

⁴⁹⁵ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 10 de Outubro de 1960.

⁴⁹⁶ *Ibidem*.

⁴⁹⁷ ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 25, 30 de Novembro de 1972.

Santiago em Cabo Verde, deveria ser feita com basalto “nos termos e aspecto antigo”⁴⁹⁸. Em Moçambique sabemos que Pedro Quirino da Fonseca, a par da organização de oficinas de carpintaria, de ferragem e da formação da população local nestes ofícios, fomentou o desenvolvimento das artes e indústrias já existentes, encomendando aos ferreiros e marceneiros locais mas, também, à Escola de Artes e Ofícios, peças realizadas segundo processos antigos e muitas vezes quase esquecidos⁴⁹⁹. O objectivo passava invariavelmente pela tentativa de reintegrar os monumentos intervencionados no seu aspecto primitivo. Concomitantemente houve ocasiões em que o técnico responsável pela obra de restauro optou por utilizar materiais modernos, caso do betão, uma prática que, de resto, tinha sido prevista pela *Carta de Atenas* desde que a sua utilização fosse sensata e dissimulada⁵⁰⁰. A este propósito não podemos deixar de referir o caso de Macau onde frequentemente, como veremos, se revestiam os monumentos com “Shangai Plaster” ou marmorite, uma solução estética e prática muito em voga no sudoeste asiático como forma de contornar os problemas relativos à falta de pigmentos necessários para colorir a cal tradicionalmente aplicada nas paredes dos edifícios. Esta solução foi naturalmente condenada pelos arquitectos mais puristas, caso de Quirino da Fonseca ou Luís Benavente, que acreditavam na recuperação das características primitivas dos monumentos intervencionados. Benavente chegou mesmo a mencionar um “emprego desenfreado”⁵⁰¹ que dava “a qualquer interior um ambiente desagradável e sem categoria nem classe.”⁵⁰²

Relativamente aos materiais e alguns bens móveis utilizados nestas campanhas percebemos que em grande parte dos casos estes eram enviados da metrópole. Senão veja-se o caso de São Tomé e Príncipe, cujo restauro da igreja da Madre de Deus e da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho só foi possível graças ao envio pela DGOPC do Ministério do Ultramar para a Repartição Provincial dos Serviços de Fomento de telha cerâmica de canal tipo portuguesa, azulejos, cantaria, bem como outros elementos, caso de uma cruz de ferro

⁴⁹⁸ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

⁴⁹⁹ Pedro Quirino da Fonseca, *Curriculum Vitae*, dactilografado, Maio de 1991, p. 13.

⁵⁰⁰ *Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauros dos Monumentos*, 1931, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, consultado a 14 de Abril de 2015.

⁵⁰¹ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 786, doc. 10, 16 de Janeiro de 1964.

⁵⁰² *Ibidem*.

forjado, de um sacrário ou de banquetas de madeira⁵⁰³. A este nível era frequente a participação das fábricas de cerâmica Sant'Ana e Viúva Lamego que elaboraram azulejos de estilo antigo segundo desenhos de Luís Benavente para São Tomé e Príncipe mas, também, das cantarias de Pero Pinheiro⁵⁰⁴, da Empresa Metalúrgica Lisbonense⁵⁰⁵, da Fábrica de Cerâmica Manuel Vitorino de Carvalho⁵⁰⁶ ou da casa Almeida e Sousa – Antiguidades⁵⁰⁷. Muitos destes materiais ou objectos eram escolhidos pelo próprio Luís Benavente que, por exemplo, se empenhou em encontrar na metrópole um tipo de telha idêntico ao observado nos templos de São Tomé e que sabia ser característico da beira do Tejo⁵⁰⁸; ou em localizar no comércio de antiguidades da capital sacrários e um baldaquino adequados⁵⁰⁹. Acontecia, também, que fosse o próprio arquitecto Benavente a desenhar algumas das peças “ao jeito da época”⁵¹⁰ dos edifícios a intervencionar, caso de castiçais⁵¹¹ e de azulejos para São Tomé⁵¹², entre outros.

A propósito da falta de matéria-prima, não podemos esquecer o problema da “caça à cantaria”⁵¹³, situação provocada pela falta de pedra nestes locais. Relativamente a esta questão refira-se o caso da Ribeira Grande de Santiago para onde Luís Benavente procurou encontrar pedra que se adequasse aos monumentos a restaurar, sublinhando a importância de proceder a pesquisas nos afloramentos locais com o intuito de encontrar as pedreiras de onde tinha sido extraído o material utilizado na construção destes edifícios⁵¹⁴. Neste âmbito no ano de 1972 Luís Benavente chegou a visitar com o engenheiro chefe da Repartição Provincial das Obras Públicas uma outra ilha do arquipélago de Cabo Verde, Maio, com o intuito de averiguar a existência de pedreiras para a obtenção de cantaria para os

⁵⁰³ AHSTP, Restauro de monumentos nacionais (Igreja de Madre de Deus), 1962-1963, 1.38.2. cx. 1.4, doc. s/n, 11 de Abril de 1962.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 7 de Novembro de 1960.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 8 de Novembro de 1960.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 25 de Novembro de 1960.

⁵⁰⁷ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, doc. 65, 22 de Novembro de 1960.

⁵⁰⁸ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 15 de Outubro de 1959.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 10 de Outubro de 1960.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

⁵¹¹ *Ibidem*.

⁵¹² ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, doc. 5, 6 de Abril de 1960.

⁵¹³ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

⁵¹⁴ *Ibidem*.

monumentos⁵¹⁵. Simultaneamente, na tentativa de reutilizar as cantarias usurpadas dos monumentos e aplicadas em construções particulares, Benavente propôs a criação de um parque onde fossem reunidos os elementos recuperados através da demolição das casas modestas da Ribeira Grande⁵¹⁶. Aqui estas cantarias seriam organizadas e analisadas tendo em vista a sua reutilização no restauro dos monumentos da antiga capital de Cabo Verde.

Existiram, também, certos casos em que devido à falta de materiais e sobretudo de artífices ou técnicos capazes de concretizar o trabalho projectado, foi necessário enviar os monumentos para a metrópole. Como veremos, foi precisamente isso que aconteceu com o pelourinho da Ribeira Grande de Santiago, peça cujo restauro foi projectado por Luís Benavente e concretizado pelos *Irmãos Baptista Lda* com mármore de Pero Pinheiro entre os anos de 1962 e 1970. A este propósito não podemos deixar de referir outros dois casos que iremos retomar mais à frente: as pinturas e imagens enviadas de Cabo Verde para a metrópole para serem restauradas, ou de alguns retratos dos vice-reis da Índia Portuguesa igualmente trazidos para a metrópole para serem recuperados no Instituto José de Figueiredo.

Tal como acontecia em relação aos recursos humanos, sabemos que mesmo nas províncias dotadas de maiores meios, casos de Angola e Moçambique, a falta de materiais era um problema recorrente o que, naturalmente, prejudicava o andamento das obras. A este propósito apurámos, por exemplo, que os trabalhos de restauro da fortaleza da Muxima estiveram paralisados no ano de 1967 precisamente devido à falta de materiais⁵¹⁷. Por outro lado, podemos também referir que na Índia Portuguesa era prática comum vender em hasta pública materiais retirados de monumentos para os quais os Serviços de Obras Públicas não encontravam qualquer utilidade⁵¹⁸.

Relativamente à componente humana, Luís Benavente mostrou-se sempre bastante preocupado com a direcção dos estaleiros e com a concretização correcta dos projectos por si traçados. Assim se explica o facto de aquando do início das obras de restauro dos monumentos de São Tomé e Príncipe, nomeadamente da igreja da Madre de Deus e da

⁵¹⁵ ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 12, 18 de Dezembro de 1972.

⁵¹⁶ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

⁵¹⁷ ANBA, FFB, cx. Mon. Nacionais Classificações, s/pt, doc. s/n [Fortaleza da Muxima], s/d [c.1967]; cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 11 de Maio de 1968.

⁵¹⁸ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº34, III Série, "Aviso", 22 de Agosto de 1940, p. 567.

capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, Benavente ter insistido na contratação do chefe de obra José Augusto Simões e de um pedreiro que soubesse executar telhado “à portuguesa”, assentar azulejo antigo e executar abóbadas à alentejana⁵¹⁹. No fundo Benavente, servindo-se dos seus contactos e experiência na metrópole, tentou criar nesta província ultramarina um estaleiro idêntico àqueles que estava acostumado, senão note-se como José Augusto Simões era conhecido do arquitecto por ter trabalhado consigo no edifício dos CTT em Coimbra e na obra de restauro e adaptação do palácio Foz⁵²⁰, o que também acontecia em relação ao pedreiro José Teixeira da Cunha. O papel desempenhado por José Augusto Simões em São Tomé e Príncipe nesta campanha executada por administração directa do Ministério do Ultramar⁵²¹ seria particularmente importante porque, como aprofundaremos adiante, Luís Benavente era o arquitecto responsável por toda a questão dos monumentos ultramarinos e, como tal, não tinha disponibilidade para acompanhar a totalidade dos trabalhos que, deste modo, eram assegurados pelo encarregado da obra a quem eram dadas todas as indicações. Sabemos que na mesma ocasião, portanto aquando do início dos trabalhos de restauro dos monumentos santomenses, Luís Benavente chegou a propor a contratação de Henrique Costa⁵²², desenhador da DGEMN que no ano de 1961 foi até à Índia Portuguesa incumbido de auxiliar o arquitecto Benavente⁵²³.

Em Cabo Verde a situação seria semelhante. Na impossibilidade de se fixar permanentemente nesta província ultramarina, Luís Benavente procurou contratar um chefe de trabalhos para orientar e fiscalizar o andamento das obras de restauro. Contudo, esta foi uma tarefa que acabou por revelar-se extremamente complicada, tendo sido poucos os encarregados que mostraram disponibilidade em trocar a metrópole por aquela província ou, quando esta abertura aconteceu, os ordenados exigidos acabariam por ser demasiado

⁵¹⁹ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n [Programa para o corrente ano], 21 de Abril de 1960.

⁵²⁰ Antes das obras de restauro de São Tomé e Príncipe, Luís Benavente já tinha indicado o mestre Simões para outras campanhas, caso da obra da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre e da criação do seu museu. Foram também feitas sugestões ao engenheiro Calheiros e a Francisco Calheiros para o restauro do solar de família. Cf. AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 28 de Março de 1961.

⁵²¹ AHSTP, Obras na fortaleza de S. Sebastião, 1965, 1.42. 6, cx. 3.10, doc. s/n, 2 de Maio de 1962.

⁵²² ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, doc. 15, 19 de Dezembro de 1959.

⁵²³ ANTT, FLB, cx. 65, pt. 448A, doc. 10, 22 de Novembro de 1961.

elevados⁵²⁴. Perante este cenário e a necessidade de avançar no ano de 1969 com as obras da Ribeira Grande de Santiago, Luís Benavente, familiarizado com a dinâmica do Ministério das Obras Públicas e Comunicações desde a década de 30, propôs a adopção do método praticado pela DGEMN, a adjudicação através de concurso⁵²⁵. Assim, em Outubro de 1969 ficou definido que António Gomes, ao serviço de Camilo de Amorim⁵²⁶, iria para Cabo Verde liderar os trabalhos de restauro dos monumentos da Ribeira Grande⁵²⁷. Não obstante Benavente conhecer António Gomes desde 1952, ano em que trabalhou na adaptação da ala poente do palácio de Belém, parece-nos que este terá sido precocemente afastado dos trabalhos. Isto porque no ano de 1972 o arquitecto Benavente confidenciou a um primo que o antigo encarregado estava em Cabo Verde de má vontade e, sobretudo, não tinha “espírito ultramarino”⁵²⁸. Na mesma ocasião, na tentativa de obter alguma indicação sobre um possível candidato para ocupar o cargo em causa, o arquitecto sublinhou a importância daquele saber assentar “azulejo antigo”⁵²⁹, o que é perfeitamente normal se tivermos em consideração a intenção de integrar a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, templo rico em azulejo, no seu aspecto primitivo.

A propósito da salvaguarda do património arquitectónico de Cabo Verde, Luís Benavente insistiu bastante na questão do envolvimento e da formação da comunidade local, tendo chegado a propor no ano de 1969 que o estaleiro das obras de restauro da capela de São Roque servisse de “«escola» e treino do pessoal”⁵³⁰ para que no futuro se constituísse uma equipa de carpinteiros, pedreiros e cabouqueiros com habilitações para realizar os trabalhos programados. Deste modo procurava-se formar uma equipa adestrada e criar postos de trabalho mas, também, inverter uma acção muito frequente, a tal “caça à cantaria”⁵³¹. Esta atitude explica-se facilmente pela referida escassez de materiais – nomeadamente pedra – necessários à construção das habitações da população mas, também, pela ausência de

⁵²⁴ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 21, 24 de Maio de 1969.

⁵²⁵ *Ibidem*, doc. 30, 13 de Outubro de 1969.

⁵²⁶ A empresa de Camilo de Amorim contava com uma vasta experiência na execução de trabalhos ao serviço da DGEMN. Sabemos, por exemplo, que ao longo dos anos 60 Camilo de Amorim foi responsável pela remodelação da cobertura do edifício principal da Faculdade de Ciências de Lisboa, pelas obras de adaptação do Museu de Santa Joana e pela construção do edifício dos CTT de Oliveira do Hospital.

⁵²⁷ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 30, 13 de Outubro de 1969.

⁵²⁸ ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 25, 30 de Novembro de 1972.

⁵²⁹ *Ibidem*.

⁵³⁰ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

⁵³¹ *Ibidem*.

reconhecimento dos valores históricos e artísticos dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago. A este propósito não podemos deixar de referir o facto de Luís Benavente ter compreendido a importância de contar com um “assistente social ou não, o título profissional não importa”⁵³², que se ocupasse precisamente da sensibilização da população da Ribeira Grande de Santiago “de modo a dar-lhe a sua simpatia, o seu desejo e até mesmo o seu entusiasmo por sentir o benefício que vai usufruir”⁵³³ das campanhas projectadas que, inevitavelmente, implicariam mudanças radicais na *Cidade Velha*, tais como a demolição das habitações modestas.

Para este arquitecto a questão do envolvimento e formação da população nestas questões era de facto da maior importância, senão note-se como no ano de 1972 Luís Benavente chegou a esclarecer que um dos factores determinantes na hierarquização das obras a realizar em Cabo Verde prendia-se precisamente com o seu factor social⁵³⁴, isto é, com a importância que estas tinham enquanto geradoras de emprego. Neste sentido ter-se-á determinado, por exemplo, a recuperação da muralha da Ribeira Grande de Santiago que ocuparia os habitantes durante algum tempo, ou de uma capela em Ponta Verde, sinónimo de apoio à população local na medida em que se previa a recolha de pedra no local⁵³⁵.



Imagem 5 A população local envolvida no restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário da *Cidade Velha*, s/d [anos 60]. ANTT, FLB, cx. 145 A, pt. 1062, doc. 55.

Pedro Quirino da Fonseca também se destacou como promotor da constituição de equipas de trabalhadores especializados em obras de restauro de monumentos. Em Moçambique, concretamente na Ilha, o arquitecto da CMRHM compreendeu que as primeiras campanhas a concretizar poderiam tornar-se “uma verdadeira escola de artífices, que em muito, a Província poderá vir a beneficiar.”⁵³⁶ De facto, enquanto trabalhou no programa de

⁵³² *Ibidem*.

⁵³³ *Ibidem*.

⁵³⁴ ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 12, 18 de Dezembro de 1972.

⁵³⁵ *Ibidem*.

⁵³⁶ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 2 de Outubro de 1963.

salvaguarda do património arquitectónico da Ilha de Moçambique, Quirino da Fonseca chegou a liderar em regime de administração directa⁵³⁷ um grupo de mil e quatrocentos operários⁵³⁸ que terão aprendido, por exemplo, a calcetar à portuguesa⁵³⁹. É claro que muitas vezes este recrutamento da população local não corria tranquilamente, sobretudo porque aqueles homens, segundo percebemos, não estariam habituados a trabalhar nos moldes nos quais eram integrados. Por esta razão são muitas e variadas as queixas realizadas pelos encarregados-de-obra, podendo destacar os problemas relacionados com os indígenas extremamente insubordinados dos estaleiros dos monumentos da ilha do Ibo em Moçambique que, por exemplo, declaravam não ter força para carregar sacos de cimento mas carregavam sacos de açúcar com o mesmo peso⁵⁴⁰. Refira-se ainda que na ausência dos arquitectos responsáveis pelos projectos de restauro, as obras em Moçambique era dirigidas por pessoal dos Serviços de Obras Públicas, caso do apontador Narciso da Cruz Costa Fazenda, encarregado de obra em alguns restauros dos monumentos do Ibo⁵⁴¹.

O cenário em Angola era semelhante, sabendo que a Repartição dos Edifícios e Monumentos Nacionais da Direcção dos Serviços de Obras Públicas foi organizando ao longo dos anos uma brigada de operários especializados em diversas artes e ofícios precisamente para o restauro de monumentos nacionais⁵⁴². Contudo, mesmo nestas províncias ultramarinas em que existiam comissões de monumentos e Serviços de Obras Públicas de maiores dimensões e meios, a questão do pessoal qualificado para realizar este tipo de obras de restauro de monumentos, era bastante complicada. Apurámos, por exemplo, que no ano de 1965 a brigada de limpeza de Massangano, uma equipa que garantia a conservação dos monumentos daquele local, estava reduzida a um operário e a um servente porque todos os outros trabalhadores se tinham despedido devido à falta de pagamento⁵⁴³. De facto, sabemos que por volta do ano de 1963 alguns membros destas brigadas especializadas foram dispensados, invocando-se que as obras iriam passar a ser feitas por empreitada, uma

⁵³⁷ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 11.

⁵³⁸ *Ibidem*.

⁵³⁹ *Ibidem*, p. 15.

⁵⁴⁰ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P4 II, doc. s/n, 17 de Abril de 1946.

⁵⁴¹ *Ibidem*.

⁵⁴² ANBA, FFB, cx. 33, pt. M.N. Materiais, doc. s/n, 5 de Junho de 1963.

⁵⁴³ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Relatório da viagem a Dondo, Massangano e Cambambe de 18 a 21 de Maio de 1965], 1965.

solução mais barata e que daria menos trabalho e aborrecimento ao governo⁵⁴⁴. Havia também bastante dificuldade em conseguir operários que quisessem sair das grandes cidades, caso de Luanda, para irem para locais como Muxima ou Nova Oeiras onde as condições eram muito débeis⁵⁴⁵. A propósito de Angola refira-se que tal como em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e possivelmente em outros territórios ultramarinos, os encarregados-de-obra eram homens que vinham da metrópole e ingressavam nos Serviços de Obras Públicas, caso de José Inácio que foi para Luanda no ano de 1951 onde veio a ingressar na Repartição dos Edifícios e Monumentos Nacionais da Direcção dos Serviços de Obras Públicas⁵⁴⁶.

Acerca do relacionamento dos projectistas, encarregados-de-obra e mestres-de-obra com os operários, note-se que o caso de Macau era particularmente complicado devido à barreira linguística, sabendo que havia uma grande “dificuldade, por parte dos funcionários europeus que não falam a língua chinesa, de fazer compreender aos operários chinês”⁵⁴⁷.

Assim, podemos concluir que em termos de lógica de desenvolvimento das obras de restauro as diferenças em relação à metrópole seriam pouco significativas, promovendo-se, consoante o arquitecto responsável, a realização de um número maior ou menor de estudos prévios, a elaboração de trabalhos gráficos e fotográficos e a sua divulgação. A grande diferença residia na carência de recursos humanos e materiais, situações que em alguns casos iam sendo colmatadas através das viagens possíveis de Luís Benavente; da contratação de arquitectos especializados; da criação de pequenas escolas ou oficinas; ou do envio de matéria-prima e materiais da metrópole. Apesar do incremento deste tipo de soluções, muitas delas verdadeiramente notáveis se tivermos em consideração as tais dificuldades inerentes a estas realidades, nota-se um evidente predomínio de situações marcadas por uma grande instabilidade, inconsistência e incerteza quanto ao início, evolução e conclusão destas obras projectadas e eventualmente concretizadas a muitos quilómetros da metrópole onde havia, como mencionámos, uma estrutura complexa, dinâmica, competente e dotada

⁵⁴⁴ ANBA, FFB, cx. 33, pt. M.N. Materiais, doc. s/n, 5 de Junho de 1963.

⁵⁴⁵ ANBA, FFB, cx. Mon. Nacionais Classificações, s/pt, doc. s/n [Fortaleza da Muxima], s/d [c. 1967]; cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n [Relatório da viagem a Nova Oeiras, Massangano, Cambambe, Ebo, Novo Redondo e Quicombo], 1972.

⁵⁴⁶ ANBA, FFB, cx. 33, pt. M.N. Materiais, doc. s/n, 5 de Junho de 1963.

⁵⁴⁷ AHU, OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1939].

de um corpo altamente especializado cujo acesso a recursos humanos e materiais era manifestamente mais simples.

1.3 O PAPEL DOS GOVERNADORES

A figura do governador de qualquer uma das províncias ultramarinas era da maior importância, tratando-se do ponto de vista administrativo do mais alto representante do Governo Português no ultramar. A *Carta Orgânica do Império Colonial Português* de 1933⁵⁴⁸, a *Lei Orgânica do Ultramar Português* de 1953⁵⁴⁹ e de 1963⁵⁵⁰ são claríssimas e coerentes a este nível: o governador era em toda a extensão do território correspondente à sua colónia ou província ultramarina “o mais alto agente e representante”⁵⁵¹ do Governo Português. Do ponto de vista da salvaguarda patrimonial esta autoridade reflectia-se, como vimos aquando da análise da evolução do regime jurídico, na habilitação para nomear e regulamentar o funcionamento e competências de comissões de monumentos, designar vogais para estas comissões, atribuir a classificação de “monumento nacional” ou para determinar expropriações por utilidade pública. Neste momento não nos interessa destacar as atribuições fixadas pela legislação referente ao património arquitectónico ultramarino, questão que já abordámos, mas sobretudo reflectir acerca do modo como alguns destes dirigentes políticos se dedicaram a estes assuntos. Concomitantemente interessa-nos compreender se essas atitudes se explicam pelo facto destes governadores ou governadores-gerais serem indivíduos dotados de uma consciência patrimonial apurada, por entenderem o valor simbólico dos monumentos e compreenderem que o desenvolvimento da sua colónia passava, também, pela protecção do património arquitectónico, ou simplesmente porque herdaram essa missão dos seus antecessores.

Relativamente aos governadores cuja administração ficou marcada pela criação de comissões de monumentos ou de grupos de trabalho temporários constituídos com o intuito de garantir a salvaguarda do património arquitectónico local, podemos começar por referir

⁵⁴⁸ *Diário do Governo* nº261, I Série, “Decreto-Lei nº23:228”, 15 de Novembro de 1933, pp. 1891-1915.

⁵⁴⁹ *Diário do Governo* nº135, I Série, “Lei nº2 066”, 27 de Junho de 1953, pp. 877-892.

⁵⁵⁰ *Diário do Governo* nº150, I Série, “Portaria nº19 921”, 27 de Junho de 1963, pp. 785-800.

⁵⁵¹ *Diário do Governo* nº261, I Série, “Decreto-Lei nº23:228”, 15 de Novembro de 1933, p. 1896; *Diário do Governo* nº135, I Série, “Lei nº2 066”, 27 de Junho de 1953, p. 880; *Diário do Governo* nº150, I Série, “Portaria nº19 921”, 27 de Junho de 1963, p. 789.

Álvaro Freitas Morna (1885-?). Governador-geral de Angola entre os anos de 1942 e 1943, este oficial da Marinha de Guerra, valendo-se do artigo 31º do *Acto Colonial*⁵⁵² e do nº21 do artigo 33º da *Carta Orgânica do Império Colonial Português*⁵⁵³, firmou a portaria que determinou a criação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola⁵⁵⁴. Esta comissão ficou, assim, directamente sujeita ao governo-geral, cabendo ao governador-geral nomear os vogais para este núcleo centralizador e coordenador de trabalhos relacionados com a classificação, conservação e restauro dos monumentos de Angola. Esta medida do capitão-de-mar-e-guerra Freitas Morna revestiu-se da maior importância para a salvaguarda dos monumentos de Angola porque neste momento, como iremos demonstrar mais tarde, a comissão de monumentos criada no ano de 1922 já não exercia as funções inicialmente previstas. No entanto, tendo em consideração a aparente falta de antecedentes relacionados com esta questão no percurso ou pensamento do governador-geral Freitas Mornas, parece-nos pouco provável que a criação desta comissão de monumentos se tenha devido a uma particular sensibilidade deste oficial da Marinha de Guerra para as questões do património⁵⁵⁵.

Por outro lado, parece-nos que o interesse do governador-geral de Moçambique José Tristão de Bettencourt (1880-1954) pelo património arquitectónico foi mais significativo. Afinal, a 9 de Maio de 1940, dia em que o capitão Manuel Simões Vaz (1889-?), vogal eleito pelo distrito de Gaza, propôs numa reunião do Conselho do Governo a criação de uma comissão para garantir a protecção dos monumentos da colónia⁵⁵⁶, o governador-geral declarou que se interessava “muito para que sejam conservados ou restaurados todos os padrões que

⁵⁵² De acordo com este artigo as funções executivas em cada colónia são desempenhadas – sob a fiscalização do ministro das Colónias – pelo governador que nos casos previstos nos diplomas a que se refere o nº1º do artigo 27º era assistido por um corpo consultivo composto por membros do Conselho do Governo. Cf. *Diário do Governo* nº156, I Série, “Decreto nº 18:570”, 8 de Julho de 1930, p. 1311.

⁵⁵³ Segundo este artigo cabe ao governador exercer as demais atribuições conferidas por leis ou regulamentos em vigor e as que na colónia não pertençam a qualquer outra autoridade. Cf. *Diário do Governo* nº261, I Série, “Decreto-Lei nº23:228”, 15 de Novembro de 1933, p. 1897.

⁵⁵⁴ *Boletim da Colónia de Angola* nº31, I Série, “Portaria nº4:057”, 12 de Agosto de 1942, pp. 601-602.

⁵⁵⁵ Ainda assim refira-se que no relatório escrito após a viagem realizada entre Lourenço Marques, Timor, Macau, Shangai e Lisboa no Transporte de Guerra Pêro de Alenquer, o capitão-tenente Morna incluiu algumas descrições (e fotografias) bastante curiosas das cidades que foi conhecendo. Pontualmente o autor referiu alguns monumentos mas sem tecer considerações significativas. Cf. Álvaro de Freitas Morna, *Transporte de Guerra “Pêro de Alenquer”. Viagem ao Extremo Oriente 1927-1928*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1931, 186 p., il.

⁵⁵⁶ *Boletim Geral das Colónias* nº 181, 1940, p. 103.

ainda restam”⁵⁵⁷. Na mesma ocasião Tristão Bettencourt informou que brevemente se daria início à “restauração ou substituição de alguns dos monumentos históricos de Moçambique, trabalho em que está muito interessado”⁵⁵⁸. Todavia, na mesma ocasião o governador-geral esclareceu que tinha grandes dúvidas acerca da possibilidade de salvação dos monumentos arruinados⁵⁵⁹, tendo considerado, também, que o monumento comemorativo de Chaimite⁵⁶⁰ deveria ser substituído por um “monumento mais condigno”⁵⁶¹. Se é verdade que devido a estas afirmações não podemos falar de uma compreensão total do valor simbólico dos monumentos por parte de Tristão de Bettencourt, ou atribuir-lhe totalmente a criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas no ano de 1943 – dado que a ideia foi lançada, como vimos, pelo capitão Simões Vaz – parece-nos justo reconhecer a este governador-geral alguma sensibilidade para estas questões. Sabemos, também, que no ano de 1944 este oficial do Exército serviu de intermediário entre a comissão de monumentos e o Ministério das Colónias com o objectivo de assegurar a deslocação de um arquitecto da DGEMN a Moçambique⁵⁶².

Quanto ao contributo de Silvino Silvério Marques (1918-2013) sabemos que no ano de 1959 este governador de Cabo Verde (1958-1962) determinou a criação de um grupo de trabalho responsável pela salvaguarda dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago⁵⁶³. Segundo nos parece esta medida tomada por Silvino Silvério Marques terá sido bastante influenciada pelo facto de naquele momento estarem a ser preparadas as comemorações do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* (1960), datando do mesmo ano de 1958 a criação da respectiva comissão provincial⁵⁶⁴. De facto, acreditamos que a criação daquele grupo de trabalho se deveu sobretudo, como dissemos, à proximidade das comemorações henriquinas porque entre 1962 e 1966, período em que o general Silvino Silvério Marques foi governador-geral de Angola, não encontramos qualquer medida digna de nota numa

⁵⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁵⁸ *Boletim Geral das Colónias*, nº 181, 1940, p. 104.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 103.

⁵⁶⁰ Uma pequena pirâmide que recordava a captura de Gungunhana (c. 1850-1906) por Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) no ano de 1895.

⁵⁶¹ *Boletim Geral das Colónias*, nº 181, 1940, p. 103.

⁵⁶² ADGEMN, Processo Pessoal de Joaquim Santiago Areal e Silva, doc. s/n, 8 de Fevereiro de 1944.

⁵⁶³ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº36, I Série, “Despacho nº16”, 5 de Setembro de 1959, p. 537.

⁵⁶⁴ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº39, I Série, “Portaria nº5538”, 27 de Setembro de 1958, p. 530.

colónia que contava com uma comissão de monumentos e com uma Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais na Direcção dos Serviços de Obras Públicas.

Quando no ano de 1958 Manuel António Vassalo e Silva (1899-1985) foi nomeado para o cargo de governador-geral da Índia Portuguesa, herdou não só uma situação política complexa mas, também, um legado patrimonial da maior importância. Senão recorde-se como a criação da primeira comissão de monumentos do Estado Português da Índia remontava ao ano de 1895. Apesar de nos parecer que Vassalo e Silva foi possivelmente influenciado por homens como José António Ismael Gracias (1903-1993), presidente do Tribunal da Relação mas, também, filho de um dos fundadores da CPA e sobrinho de um dos vogais da mesma comissão, ou Panduranga Pissurlencar (1894-1969), director do Arquivo Histórico e vogal da CPA, não podemos deixar de notar a rapidez com que o novo governador-geral assumiu a “alta intenção patriótica”⁵⁶⁵ de contribuir para o renascimento da cidade de Velha Goa através da nomeação de uma comissão⁵⁶⁶ criada precisamente com o objectivo de travar a perda definitiva daqueles monumentos e de garantir a reactivação da outrora capital da Índia Portuguesa. Por outro lado, também é plausível que Vassalo e Silva tenha sido influenciado pela aproximação das comemorações do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* (1960), figura de proa da epopeia portuguesa da qual Goa constituía um dos mais eloquentes testemunhos. A enraizada consciência patrimonial de alguns funcionários públicos, o espírito de missão patriótica de Vassalo e Silva e a sua abertura a estas questões, bem como o facto de à data se viverem tempos conturbados em termos de contestação da administração portuguesa, havendo a necessidade constante de defender e legitimar a soberania nacional na Índia Portuguesa, terão estado na origem da criação daquela comissão pelo recém-chegado governador-geral. Este interesse e comprometimento do governo de Vassalo e Silva com o património da Índia Portuguesa seriam novamente confirmados no final do ano de 1960, momento em que o governador-geral determinou a publicação de um despacho referente à criação da Comissão Permanente de Arte, História e Arqueologia⁵⁶⁷.

⁵⁶⁵ IPAD, MU, DGOP, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

⁵⁶⁶ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº22, II Série, “Despacho da Repartição do Gabinete”, 29 de Maio de 1959, pp. 408-409.

⁵⁶⁷ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 12, 8 de Março de 1961.

O caso de Macau é particularmente interessante porque, segundo nos parece, podemos falar num verdadeiro legado patrimonial passado de governador para governador a partir dos anos 50. A primeira medida no sentido da criação de uma comissão de monumentos em Macau durante o *Estado Novo* foi tomada no ano de 1953 pelo governador Joaquim Marques Esparteiro (1895-1976)⁵⁶⁸. Nesse ano este oficial da Marinha determinou a criação de uma comissão cuja incumbência passava pela elaboração de trabalhos referentes à classificação de monumentos nacionais, de imóveis ou móveis de interesse público e de elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico⁵⁶⁹. No entanto, parece-nos que esta medida se deveu sobretudo ao facto de naquele mesmo ano de 1953 o ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues ter determinado a publicação da Lei nº2:032 de 1949⁵⁷⁰ – documento referente à classificação dos elementos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico dos concelhos – em todas as províncias ultramarinas⁵⁷¹, e do governador ter compreendido que Macau não contava com um grupo capaz de garantir o cumprimento daquele preceito⁵⁷².

No ano de 1957 o sucessor de Joaquim Marques Esparteiro, o governador Pedro Correia de Barros (1911-1968), nomeou uma comissão à qual competia apresentar propostas conducentes à protecção do património histórico e artístico de Macau⁵⁷³. Contudo, tal como acontecera anteriormente, os resultados apresentados foram praticamente nulos. Por esta razão, no ano de 1960 o governador Jaime Silvério Marques (1915-1986) determinou a criação de uma nova comissão⁵⁷⁴ destinada a estudar e a apresentar, tal como a sua predecessora, as medidas adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico de Macau. No entanto, é possível que a nomeação desta comissão não se tenha devido somente ao insucesso da sua predecessora mas, também, ao facto do governador

⁵⁶⁸ Mais tarde retomaremos esta questão mas refira-se que no ano de 1947 já tinha sido criada uma comissão com o objectivo específico de apresentar um relatório referente ao roteiro dos monumentos militares portugueses de Macau.

⁵⁶⁹ *Boletim Oficial de Macau* nº50, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 12 de Dezembro de 1953, p. 876.

⁵⁷⁰ *Diário do Governo* nº248, I Série, “Portaria nº14 602”, 9 de Novembro de 1953, pp. 1379-1380.

⁵⁷¹ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

⁵⁷² *Ibidem*.

⁵⁷³ *Boletim Oficial de Macau* nº34, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 24 de Agosto de 1957, pp. 827-828.

⁵⁷⁴ *Boletim Oficial de Macau* nº37, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 10 de Setembro de 1960, p. 1051.

Jaime Silvério Marques ser irmão de Silvino Silvério Marques, governador de Cabo Verde que no ano de 1959, como vimos, houvera nomeado um grupo de trabalho responsável pela salvaguarda dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago.

A comissão criada em Macau no ano de 1960 viria a ser extinta já no pós-25 de Abril, a 4 de Maio de 1974⁵⁷⁵, por José Nobre de Carvalho (1910-1988), governador que determinou a criação de uma comissão permanente responsável pela classificação, defesa e valorização do património artístico da província. Apesar da criação desta comissão se ter devido a uma proposta da Repartição Provincial dos Serviços de Educação, não podemos deixar de salientar o facto do governador Nobre de Carvalho se ter mostrado sempre extraordinariamente favorável a este tipo de iniciativas. Assim o demonstram, por exemplo, os contactos estabelecidos com a metrópole no sentido de assegurar a visita de um arquitecto especialista na salvaguarda do património arquitectónico à província⁵⁷⁶.

Passando aos governadores que não estiveram ligados à criação de comissões de monumentos mas que também demonstraram interesse pelo património edificado, comecemos pelo caso dos governantes de São Tomé e Príncipe. Numa colónia onde no período estudado nunca houve uma comissão de monumentos ou grupo de trabalho exclusivamente dedicado à salvaguarda do património arquitectónico, as medidas tomadas por Ricardo Vaz Monteiro (1891-1975) revestem-se do maior interesse. Insatisfeito com o estado lastimável em que se encontravam os monumentos de São Tomé e Príncipe e inspirado pelo bom momento económico da colónia, pela aproximação das comemorações do duplo centenário de 1940⁵⁷⁷ e por uma nova fase de acção missionária, este governador determinou que o pe. José Esteves Luís e Álvaro Fraião elaborassem um relatório referente às igrejas do arquipélago com o intuito de dar conhecimento desta situação ao governo da metrópole⁵⁷⁸. No entanto Vaz Monteiro não se limitou a criar este pequeno grupo de trabalho, tendo fomentado nos anos de 1938 ou 1939 o início de várias obras de restauro ou de reconstrução de templos locais. Uma placa comemorativa colocada na fachada da igreja de Santana recorda estas iniciativas de Vaz Monteiro, governador que possibilitou o

⁵⁷⁵ *Boletim Oficial de Macau* nº19, I Série, “Despacho”, 11 de Maio de 1974, p. 571.

⁵⁷⁶ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 28, 22 de Fevereiro de 1971.

⁵⁷⁷ Francisco Vaz, *San Men Dêçu – A Senhora Mãe de Deus em S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria, 1989, p. 64.

⁵⁷⁸ *Ibidem*.

arranque da primeira grande fase de obras de restauro dos monumentos de São Tomé e Príncipe.

Afonso Manuel Machado de Sousa, enquanto governador-representante de São Tomé e Príncipe, também revelou alguma sensibilidade para questões relacionadas com o património. Assim depreendemos do facto de no ano de 1949 este dirigente ter convidado o vigário geral da diocese para visitar “alguns lugares de culto, que, pela sua antiguidade, podiam ser considerados de interesse histórico...”⁵⁷⁹

Bastante mais tarde, já no ano de 1956, o subsecretário de Estado do Ultramar, Carlos Krus Abecasis (1918-2012) solicitou ao Gabinete de Urbanização do Ultramar o estudo e elaboração de um projecto de restauro para a igreja da Madre de Deus⁵⁸⁰, trabalho que, como veremos, acabou por ser confiado ao arquitecto Luís Benavente. Segundo conseguimos apurar esta solicitação terá surgido precisamente na sequência de um pedido do governo provincial. Certo é que a partir deste momento notamos um empenhamento dos governadores de São Tomé e Príncipe, sobretudo de Manuel Marques de Abrantes Amaral que não só acompanhou Luís Benavente no seu primeiro contacto com os monumentos do arquipélago e disponibilizou todas as facilidades⁵⁸¹, como procurou imprimir um maior ritmo aos trabalhos⁵⁸² e conseguiu reunir verbas para a execução das obras de restauro dos templos da Madre de Deus e do Bom Despacho⁵⁸³. O sucessor de Marques de Abrantes, António Jorge da Silva Sebastião (1919-?), também se comprometeu com o restauro dos templos anteriormente mencionados⁵⁸⁴, tendo insistido particularmente na sua conclusão.

Relativamente a Moçambique é importante destacarmos o contributo do governador-geral Manuel Sarmento Rodrigues, cuja ligação com a colónia remonta ao ano de 1932, momento em que como primeiro-tenente assumiu a posição de capitão do Porto no Chinde e Quelimane⁵⁸⁵, datando do ano de 1949 a sua eleição para deputado da Assembleia Nacional

⁵⁷⁹ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 275.

⁵⁸⁰ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 22 de Julho de 1958.

⁵⁸¹ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 1, s/d [1959].

⁵⁸² ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, doc. 93, 16 de Outubro de 1961.

⁵⁸³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 21, 20 de Outubro de 1962.

⁵⁸⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 520, doc. 33, 19 de Dezembro de 1964.

⁵⁸⁵ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº105, 1961, p. 86.

por Moçambique⁵⁸⁶. Contudo, o seu primeiro grande gesto para com o património arquitectónico desta província e, particularmente, da Ilha de Moçambique, ocorreu no ano de 1955 aquando dos momentos finais do seu mandato como ministro do Ultramar, cargo que desempenhou a partir do Verão de 1950. Afinal, a 3 de Maio de 1955 Sarmento Rodrigues assinou a Portaria nº15:366⁵⁸⁷, documento classificativo do núcleo urbano da Ilha de Moçambique como imóvel de interesse público. Mais tarde e desta feita enquanto governador-geral de Moçambique, função que desempenhou entre os anos de 1961 e 1964, Sarmento Rodrigues voltou a demonstrar um interesse particular pela ilha à qual Vasco da Gama aportou em 1498, tendo alertado o ministro do Ultramar⁵⁸⁸ para a importância de construir a ponte que ainda hoje liga a cidade insular ao continente⁵⁸⁹. Aquela questão era crucial para Sarmento Rodrigues, pois este governador-geral acreditava que a ponte, ao estabelecer uma ligação fácil com o continente, viria atenuar o acentuado declínio verificado desde a perda do estatuto de capital e da abertura do porto de Nacala, “uma ameaça de morte para a maioria das actividades da cidade.”⁵⁹⁰ Tratar-se-ia, afinal, não de um capricho mas da “própria salvação da Ilha”⁵⁹¹. Acerca deste episódio que retomaremos mais tarde interessa-nos destacar o facto de Sarmento Rodrigues ter compreendido que a importância de unir a ilha ao continente através de uma ponte não se prendia, apenas, com questões económicas mas, também, com valores históricos.

Todavia, o governador-geral Sarmento Rodrigues não foi o único dirigente a interessar-se pela defesa do património arquitectónico e arqueológico da Ilha de Moçambique durante o *Estado Novo*. Na verdade, no ano de 1969 Baltazar Rebelo de Sousa desempenhou um papel igualmente interessante no âmbito deste universo da promoção da salvaguarda patrimonial em Moçambique e, muito particularmente, na antiga capital da colónia. Segundo a esposa do governador-geral, Maria das Neves Rebelo de Sousa (1920-2003), esta manifestação de interesse ocorreu durante um fim-de-semana em Namaacha, momento em que ao ler um

⁵⁸⁶ *Ibidem*, p. 87.

⁵⁸⁷ *Boletim Oficial de Moçambique* nº22, I Série, “Portaria nº15:366”, 28 de Maio de 1955, pp. 340-341.

⁵⁸⁸ ANTT, AOS, UL 42, cx. 840, pt. 1, fls. 4 a 15, 27 de Novembro de 1963.

⁵⁸⁹ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, p. 8.

⁵⁹⁰ ANTT, AOS, UL 42, cx. 840, pt. 1, fl. 4, 27 de Novembro de 1963.

⁵⁹¹ *Ibidem*, fl. 6, 27 de Novembro de 1963.

dos livros de Alexandre Lobato⁵⁹² dedicados àquela ilha⁵⁹³ o político formado em Medicina ficou fascinado com a antiga capital. Assim, como veremos, Baltazar Rebelo de Sousa acabou por determinar o desenvolvimento de um vastíssimo programa de valorização da Ilha de Moçambique, do qual fariam parte, a par da resolução de problemas relacionados com o abastecimento de água, fornecimento de electricidade e o desenvolvimento da rede rodoviária, campanhas de conservação ou restauro dos monumentos existentes. Contudo, esta medida pode ser explicada não só pelo fascínio de Baltazar Rebelo de Sousa pela Ilha de Moçambique, pela sua história, pelos seus monumentos e pelas suas gentes, ou pela compreensão do seu potencial turístico mas, também, pelo facto de no ano de 1969 se comemorarem dois centenários: o *IV Centenário da Estada de Luís Camões na Ilha de Moçambique* e o *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama*, ocasiões em que, como dissemos anteriormente, este património edificado serviu de cenário a grande parte das festividades programadas pelo governo.

Relativamente à Guiné podemos referir os casos dos governadores Luís António de Carvalho Viegas (1887-1965), de Arnaldo Schulz (1910-1993) e de António de Spínola (1910-1996). O primeiro firmou no ano de 1939 a portaria classificativa da fortaleza de São José da Amura como monumento nacional⁵⁹⁴, enquanto o segundo e o terceiro estiveram envolvidos nas visitas de Luís Benavente à Guiné nos anos de 1968 e 1969, sabendo que o governo do general Spínola – que herdou do seu antecessor a campanha de restauro da fortaleza de São

⁵⁹² Alexandre Lobato licenciou-se em Coimbra em Ciências Histórico-Filosóficas com uma dissertação sobre a história do presídio de Lourenço Marques, estudo publicado em 1949 com prefácio de Marcello Caetano. Contudo, terá começado a apresentar trabalhos em 1938, ano da publicação do “Ensaio sobre a História demográfica de Lourenço Marques” no *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*. A partir deste momento dedicou-se de forma ímpar ao estudo da História de Moçambique, tendo sido redactor no SNI, bibliotecário no Ministério do Ultramar, secretário executivo da Junta de Investigações do Ultramar (1955), inspector do Ensino do Ultramar (1960), deputado por Moçambique (1961-1965), consultor da parte de Portugal no Tribunal Internacional de Haia na disputa sobre a defesa dos direitos portugueses face às reivindicações da União Indiana e director do Arquivo Histórico de Moçambique. Nas vésperas de 1970 tornou-se professor, função que continuou a desempenhar na Universidade Eduardo Mondlane no período pós-independência. Em 1979 ingressou na Faculdade de Letras de Lisboa como professor. Acerca da vida e obra de Alexandre Lobato vide Pedro Pereira Leite, *Casa MUSS-AMB-IKE – O compromisso no processo museológico*, tese de doutoramento em Museologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Departamento de Museologia, 2010, pp. 333-337.

⁵⁹³ Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique (Monografia)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, 156 p., il.; *Idem, Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, s/p; *Idem, Ilha de Moçambique: Panorama Estético*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966, 126 p., il.

⁵⁹⁴ *Boletim Oficial da Guiné* nº49, I Série, “Portaria nº130”, 4 de Dezembro de 1939, pp. 680-681.

José da Amura – solicitou ao Ministério do Ultramar a deslocação daquele arquitecto à província⁵⁹⁵. Apesar de pretendermos aprofundar este caso mais tarde, não podemos deixar de notar desde já o facto de António Spínola ter compreendido que seria importante e benéfico para as pretensão do regime, conciliar os valores históricos e utilitários da fortaleza de Bissau, razão pela qual Luís Benavente foi incumbido de estudar o restauro da fortificação enquanto esta era utilizada como sede do Comando-Chefe.

Ao analisar o caso da Índia Portuguesa não podemos deixar de destacar o papel desempenhado pelo governador-geral João Carlos Craveiro Lopes. Se é verdade que a reformulação da Comissão Permanente de Arqueologia autorizada por este governante no ano de 1932 se deveu a uma proposta dos vogais desta instituição patrimonial⁵⁹⁶, note-se que, por outro lado, é necessário reconhecermos um verdadeiro empenhamento de Craveiro Lopes na reunião de verbas para aplicar no restauro de monumentos. De facto, no ano de 1936 este governador, sem dúvida que incentivado pela CPA, conseguiu do Conselho do Governo e do ministro das Colónias as autorizações necessárias para garantir um empréstimo no valor de 500.000 rúpias exclusivamente destinadas à “conservação, aproveitamento e restauração”⁵⁹⁷ de monumentos nacionais, tendo solicitado na mesma ocasião a colaboração de um arquitecto-restaurador oriundo da metrópole⁵⁹⁸. De resto, ao longo dos cerca de seis anos em que desempenhou o cargo de governador-geral da Índia Portuguesa, nomeadamente aquando da elaboração dos relatórios anuais de governo, Craveiro Lopes demonstrou em diversas ocasiões uma sensibilidade considerável para com estas questões, tendo reconhecido a importância de conservar monumentos que apesar de estarem em ruínas recordavam as glórias do passado⁵⁹⁹ e de reorganizar os Serviços de Obras Públicas⁶⁰⁰, os responsáveis pela execução das intervenções em causa.

Para terminar refira-se o caso de António Adriano Faria Lopes dos Santos (1917-2009), governador de Macau e de Cabo Verde que aparece ligado a iniciativas de cariz patrimonial

⁵⁹⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 7, 25 de Fevereiro de 1969; ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 16, 6 de Setembro de 1969.

⁵⁹⁶ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, p. 205.

⁵⁹⁷ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº55, I Série, “Diploma Legislativo nº885”, 10 de Julho de 1936, pp. 945-946.

⁵⁹⁸ AHU, nº1200, cód. 1H, MU, DGOPC, Processo nº63101, doc. s/n, 16 de Outubro de 1936.

⁵⁹⁹ AHU, nº762, cód. 2G, MU, DGCO, doc. s/n [Relatório do governador-geral 1934].

⁶⁰⁰ *Ibidem*.

em ambos os casos. Em Macau no ano de 1963 este governador procurou dar continuidade ao projecto lançado em 1960 pelo seu antecessor Jaime Silvério Marques, tendo solicitado ao arquitecto Leopoldo Castro de Almeida – que com José Maneiras (1935-) e Manuel Vicente (1934-2013) tinha apresentado um trabalho referente à necessidade de um plano de conservação e restauro de monumentos de Macau⁶⁰¹ – que expusesse com a premência possível “uma proposta concreta para dar execução”⁶⁰² a esse mesmo projecto. No entanto, como dizíamos há pouco, Lopes dos Santos não pugnou apenas pela salvaguarda dos monumentos de Macau. Fê-lo também em relação a Cabo Verde. No ano de 1970, enquanto governador deste arquipélago atlântico, Lopes dos Santos, sem dúvida alguma inspirado pelos projectos de restauro e valorização desenvolvidos pelo arquitecto Luís Benavente para os monumentos da Ribeira Grande de Santiago, informou o ministro do Ultramar da pretensão de publicar uma “medida legislativa para a protecção do património no que se refere a edifícios e monumentos nacionais”⁶⁰³. Como já mencionámos, em resposta a esta intenção do governador António Adriano Faria Lopes dos Santos, Luís Benavente acabaria por elaborar dois projectos de legislação⁶⁰⁴.

Estamos, portanto, perante um número considerável de governantes que de algum modo contribuíram nos respectivos territórios para a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino. Apesar de parecer haver um predomínio de líderes cuja missão patrimonial foi herdada dos seus antecessores, influenciada pela ideologia do regime que representavam ou pelo reconhecimento da maior experiência da metrópole em termos de gestão e restauro de monumentos, temos também casos nos quais sentimos uma especial sensibilidade em relação ao valor simbólico dos monumentos. Observa-se, no entanto, uma certa falta de consistência ao nível do interesse manifestado por estes monumentos, situação que acabou por ditar a falta de serviços ou de comissões permanentes, especializadas e produtivas, o que, por sua vez, condicionou a existência de programas sistemáticos e duradouros de protecção e valorização do património edificado ultramarino.

1.4 O PAPEL DA IGREJA

⁶⁰¹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

⁶⁰² *Ibidem*, doc. s/n, 27 de Novembro de 1963.

⁶⁰³ ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 39, 27 de Agosto de 1970.

⁶⁰⁴ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc.2, 1971; ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 14, 18 de Dezembro de 1972.

A importância do papel desempenhado pela Igreja Católica e muito particularmente pelas missões católicas nos territórios portugueses ultramarinos durante o *Estado Novo* é actualmente indiscutível. A utilização das missões como instrumentos fundamentais para o sucesso da tal acção civilizadora herdada pelo regime dos seus antepassados que primeiramente descobriram aqueles territórios e depois civilizaram e evangelizaram a respectiva população, começou a ser preparada nos primeiros meses da Ditadura Militar instaurada na sequência do golpe de 28 de Maio de 1926. Assim, neste momento pretendemos perceber se os representantes da Igreja Católica desempenharam ou não um papel relevante para a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino.

No ano de 1926, no prosseguimento de um encontro marcado pelo ministro João Belo com os representantes das missões portuguesas, foi publicado o *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor*⁶⁰⁵, documento que deixou bem claro o facto do novo governo reconhecer a importância do contributo das missões para o cumprimento dos “destinos de Portugal”⁶⁰⁶, razão pela qual lhes reconheceu personalidade jurídica (Art.º 5º). Adicionalmente a Ditadura Militar reconheceu as missões como proprietárias de bens móveis e imóveis, isentou-as de contribuições (Art.º 6º), concedeu-lhes gratuitamente o terreno necessário para o desenvolvimento das suas funções (Art.º 9º) e comprometeu-se a atribuir-lhes um subsídio anual (Art.º 11º). Concomitantemente caberia a estas missões “sustentar os interesses do império colonial português e desenvolver o seu progresso moral, intelectual e material”⁶⁰⁷, ou seja, instituir e/ou desenvolver a educação e a instrução da população, prestar assistência sanitária, fornecer ao Governo elementos para os serviços de meteorologia e colecções de história natural e auxiliá-lo em questões relacionadas com publicações geográficas, históricas e económicas (Art.º 21º). Ainda antes do início do *Estado Novo*, no ano de 1930, o *Acto Colonial* voltaria a confirmar a importância das missões para o desempenho da missão civilizadora assumida pela Ditadura Militar, esclarecendo-se que aquelas eram “instrumentos de civilização e de influência nacional” (Art.º 24º) com

⁶⁰⁵ *Diário do Governo* nº 228, I Série, “Decreto nº12:485”, 13 de Outubro de 1926, pp. 1536-1543.

⁶⁰⁶ *Ibidem*, p. 1539.

⁶⁰⁷ *Ibidem*, p. 1541.

personalidade jurídica, protegidas e apoiadas pelo Estado como instituições de ensino porque, conforme se recordou nesta ocasião, era:

*da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.*⁶⁰⁸

Durante o *Estado Novo* a *Concordata*⁶⁰⁹ e o *Acordo Missionário*⁶¹⁰ assinados no ano de 1940 confirmaram de forma inequívoca o saneamento do contencioso que opunha o Estado à Igreja Católica desde a implantação do Liberalismo em Portugal. No referente ao ultramar, isto é, à importância da articulação dos interesses do Estado com os da Igreja nestes territórios, observamos que na *Concordata* se confirmou a situação do Padroado do Oriente⁶¹¹ e se reconheceu personalidade jurídica às dioceses, circunscrições e institutos missionários, entidades eclesásticas e institutos religiosos destes territórios (Art.º 8º), ficando os seus bens isentos de qualquer tipo de contribuição (Art.º 11º). De resto, tal como já acontecia desde o ano de 1926, o Estado comprometeu-se a subsidiar as corporações missionárias e a conceder-lhes terrenos a título gratuito (Art.º 9º e Art.º 10º) para que as missões pudessem dar continuidade ao desenvolvimento da sua actividade, ou seja, a criação e direcção de escolas onde o ensino da língua portuguesa seria obrigatório, colégios,

⁶⁰⁸ *Diário do Governo* nº156, I Série, “Decreto nº18:570”, 8 de Julho de 1930, p. 1309.

⁶⁰⁹ *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa*, 7 de Maio de 1940, disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_santa-sede-portogallo_po.html, consultado a 5 de Julho de 2015.

⁶¹⁰ *Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa*, 7 de Maio de 1940, disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html, consultado a 8 de Julho de 2015.

⁶¹¹ Neste momento o Padroado do Oriente regia-se pelas normas negociadas nos anos de 1928 e 1929. Em suma o Padroado era constituído pelas dioceses de Goa, Cochim, São Tomé de Meliapor e Macau, datando do ano de 1928 a supressão da diocese de Damão e a anexação dos seus territórios a Goa. Quanto à nomeação dos bispos cabia à Santa Sé a escolha do candidato. No entanto, antes da nomeação o seu nome deveria ser comunicado ao Governo Português para que fosse confirmada a inexistência de objecções de natureza política. Caso esta situação se confirmasse o presidente da República Portuguesa procederia à apresentação do mesmo nome à Santa Sé num prazo de dois meses. Tenha-se ainda em consideração a existência do semipadroado constituído pelas dioceses de Bombaim, Mangalor, Coullão e Trichinópolis, casos para os quais a questão das objecções políticas não se colocava. Em Bombaim o arcebispo deveria ser alternadamente português e britânico. Mais tarde, já no ano de 1950, novo acordo determinou o final da ligação entre o Padroado e as dioceses que se encontravam fora de territórios da Índia Portuguesa, casos de Mangalor, Coullão, Trichinópolis, Cochim, São Tomé de Meliapor e Bombaim. No ano de 1953 seriam definidas novas delimitações para a arquidiocese de Goa, assistindo-se à integração nas dioceses da União Indiana dos territórios situados neste país. Cf. Nuno da Silva Gonçalves, “A dimensão missionária do catolicismo português”, Carlos Moreira Azevedo, dir., *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, vol. III, pp. 373, 376-377.

institutos de vários níveis de ensino, seminários, catecumenatos, ambulâncias e hospitais (Art.º 15º e Art.º 16º). Data também deste momento a criação de três dioceses em Angola (Luanda, Nova Lisboa e Silva Porto), três em Moçambique (Lourenço Marques, Beira, Nampula) e uma em Timor (Díli) (Art.º 6º).

No entanto, relativamente ao tema que verdadeiramente nos interessa, a salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino, a questão parece não ser clara. Observando a situação antes da assinatura da *Concordata* e do *Acordo Missionário*, portanto durante a vigência do *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor*, percebemos que no ano de 1926 se determinou, conforme avançámos anteriormente, que as missões seriam proprietárias dos templos, escolas, oficinas, residências episcopais, missionárias ou paroquiais, bens mobiliários e imobiliários arrolados ou não pelo Estado, e outros que lhes viessem a pertencer⁶¹². Refere-se ainda que nos casos em que o governo tivesse tomado posse dos paços episcopais (ou não os houver), aquele deveria providenciar uma residência para o director das missões⁶¹³. No entanto, notamos que não é feita qualquer referência à reparação, conservação ou restauro destes bens.

É verdade que na metrópole desde a publicação da *Lei da Separação do Estado das igrejas* no ano de 1911⁶¹⁴, da nacionalização das catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários afectos ao culto público da religião católica, e de toda a legislação posterior referente a bens móveis ou imóveis⁶¹⁵, a conservação e restauro deste universo era da responsabilidade do Estado porque este era seu proprietário, cabendo, no entanto, à corporação encarregue do culto o pagamento das quantias necessárias para a conservação do edifício e dos bens móveis⁶¹⁶. A situação nas colónias após a aplicação da *Lei da*

⁶¹² *Diário do Governo* nº 228, I Série, “Decreto nº12:485”, 13 de Outubro de 1926, p. 1540.

⁶¹³ *Ibidem*.

⁶¹⁴ *Diário do Governo* nº 92, I Série, “Lei da Separação do Estado das igrejas”, 21 de Abril de 1911, pp. 1619-1624.

⁶¹⁵ Referimo-nos à legislação referente à reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto (1911), às competências da Repartição de Instrução Pública do ministério homónimo (1913), à criação da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1920) e à nova reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos (1924). Cf. *Diário do Governo* nº124, I Série, “Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto”, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, pp. 2244-2250; *Diário do Governo* nº 253, I Série, “Decreto nº193”, 29 de Outubro de 1913, pp. 4072-4075; *Diário do Governo* nº 209, I Série, “Decreto nº7:038”, 17 de Outubro de 1920, pp. 1391-1396; *Diário do Governo* nº281, I Série, “Lei nº 1:700”, 18 de Dezembro de 1924, pp. 1858-1863.

⁶¹⁶ *Diário do Governo* nº 92, I Série, “Lei da Separação do Estado das igrejas”, 21 de Abril de 1911, p. 1622.

Separação a 22 de Novembro de 1913⁶¹⁷ seria idêntica, estabelecendo-se que a partir do dia 1 de Janeiro de 1915 o culto e ensino de qualquer religião em templos ou outros edifícios do Estado em África ou Timor só seriam exercidos se alguma corporação administrativa, associação civil ou missão religiosa “tiver assumido os encargos correspondentes, incluindo os da conservação dos edifícios e os da conservação e renovação dos objectos mobiliários que os guarneçam”⁶¹⁸. No ano de 1926 a situação já seria distinta, pois ao contrário da decisão tomada pela I República, a Ditadura Militar, não obstante ter mantido a separação do Estado e das Igrejas, aceitou a colaboração das Missões Católicas portuguesas em condições especiais⁶¹⁹, voltando, por isso, a subsidiá-las⁶²⁰. Por esta razão o facto do estatuto de 1926 ser claro quanto ao facto das missões serem proprietárias dos bens acima mencionados, apesar de não haver qualquer menção à questão da conservação e restauro dos edifícios, quererá dizer que durante a Ditadura Militar e os primeiros anos da Ditadura Civil, seria total responsabilidade da Igreja garantir a conservação dos templos ultramarinos? Tendo em consideração a situação da metrópole e a questão da *Lei da Separação* temos algumas dúvidas.

Certo é que conforme demonstraremos adiante, dever-se-á à Igreja Católica não só a construção de novos templos em Timor mas, também, alguns restauros antes do ano de 1940⁶²¹. Contudo, como dizíamos, a situação não é clara porque, por exemplo, sabemos que o bispo de Macau D. José da Costa Nunes (1880-1976) não só ergueu “edifícios por todo o território da minha Diocese”⁶²² como também promoveu o restauro de alguns templos; mas ao mesmo tempo sabemos que no caso da sé de Macau os Serviços de Obras Públicas terão reservado verbas para a execução de obras. A responsabilização e a canalização de verbas dos orçamentos dos Serviços de Obras Públicas para a reparação, conservação e restauro de

⁶¹⁷ *Diário do Governo* nº274, I Série, “Decreto nº233”, 22 de Novembro de 1913, pp. 4469-4470.

⁶¹⁸ *Ibidem*, p. 4470.

⁶¹⁹ *Diário do Governo* nº 228, I Série, “Decreto nº12:485”, 13 de Outubro de 1926, p. 1539.

⁶²⁰ A este propósito refira-se que apesar do inegável ambiente anticlerical e da falta de apoio do Estado às missões católicas durante a I República, os autores têm vindo a notar que este regime compreendeu muito mais rapidamente a importância destas missões que o Liberalismo. A título de exemplo observe-se que durante a I República os governos das colónias foram autorizados a conceder subsídios a institutos religiosos desde que estes obedecessem a algumas condições. Cf. Nuno da Silva Gonçalves, “A dimensão missionária do catolicismo português”, Carlos Moreira Azevedo, dir., *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, vol. III, p. 371.

⁶²¹ Carlos Filipe Ximenes Belo, *História da Igreja em Timor Leste. 450 Anos de Evangelização (1562-2012)*, Lisboa, Fundação Eng. António de Almeida, 2013, p. 527.

⁶²² AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 17 de Julho de 1936.

igrejas, capelas, ermidas, mosteiros e conventos no período em causa, portanto ainda antes de 1940, também foi uma realidade, pelo menos, na Índia Portuguesa, em Angola, Moçambique e em Cabo Verde, até porque, não esqueçamos, o *Regulamento Geral das Direcções e Inspecções das Obras Públicas das Colónias* de 1911 que esteve vigente ao mesmo tempo que o *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor* de 1926 previa, precisamente, que aquelas fossem responsáveis pelo “Estudo, construção e conservação de edifícios e monumentos públicos”⁶²³. Por outro lado na Índia Portuguesa, segundo o regulamento de 1932 da CPA, os administradores dos conventos de Velha Goa eram responsáveis pela guarda, inventário e conservação destes espaços⁶²⁴, cabendo-lhes solicitar aos Serviços de Obras Públicas a execução das obras necessárias. Assim parece-nos que haveria uma certa indefinição ou sobreposição de competências a este nível.

A situação no período pós *Concordata e Acordo Missionário* tornar-se-ia mais clara, embora não de forma imediata. Com excepção para a já mencionada isenção de impostos ou contribuição dos bens pertencentes às entidades em causa, ou seja, templos e respectivos bens móveis, seminários ou qualquer estabelecimento destinado à formação do clero (Art.º 11º), não encontramos qualquer referência relevante no *Acordo Missionário*. Por outro lado, a *Concordata* terminou definitivamente com o problema da restituição à Igreja dos bens expropriados aquando da implantação da República a 5 de Outubro de 1910, uma questão que, como notou Manuel Braga da Cruz, era tão central quanto o tema da liberdade da Igreja⁶²⁵. A este propósito, entre outras questões, reconheceu-se à Igreja Católica em Portugal a “propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e ainda estão na posse do Estado (...) salvo os que se encontrem actualmente aplicados a serviços públicos ou classificados como «monumentos nacionais» ou como «imóveis de interesse público»”⁶²⁶. Concomitantemente, esclareceu-se que os imóveis classificados ou que o viessem a ser num prazo de cinco anos, ficariam na posse do Estado com afectação permanente ao serviço da

⁶²³ *Diário do Governo* nº274, I Série, “Regulamento geral das direcções e inspecções de obras públicas das colónias”, 23 de Novembro de 1911, p. 4679.

⁶²⁴ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, p. 206.

⁶²⁵ Manuel Braga da Cruz, “As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940”, *Análise Social* nº 143-144, 1997, p. 835.

⁶²⁶ *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa*, 7 de Maio de 1940, disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_santa-sede-portogallo_po.html, consultado a 5 de Julho de 2015.

Igreja (Art.º 6º), cabendo àquele garantir a sua conservação, reparação e restauro mas de acordo com a autoridade eclesiástica de forma a evitar perturbações no serviço religioso (Art.º 6º). Por seu lado, nestes casos a Igreja ficaria responsável pela guarda e definição de horários de visita (Art.º 6º). No entanto, repare-se que estas determinações se referem “à Igreja Católica em Portugal” e não à Igreja Católica em Portugal e no Ultramar Português e que os artigos da *Concordata* referentes ao além-mar (artigos XXVI a XXVIII) não fazem qualquer alusão à conservação, reparação e restauro dos bens em causa, classificados ou não.

No ano de 1941 o *Estatuto Missionário* confirmou que todos os bens pertencentes à data da publicação deste decreto a dioceses, circunscrições missionárias ou missões católicas em nome próprio, como seriam os seus templos, paços episcopais e residências paroquiais, seminários e respectivas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaia e outros objectos affectos ao culto e religião católica, seriam considerados sua propriedade perfeita (Art.º 56º)⁶²⁷. Por outro lado, reconheceu-se à Igreja Católica a propriedade dos bens que antes da implantação da República estavam na sua posse e que ainda não tinham sido devolvidos pelo Estado, abrindo-se excepções, tal como na *Concordata*, para aqueles que estivessem aplicados a serviços públicos, classificados como “monumentos nacionais” ou imóveis “de interesse público”⁶²⁸, ou que viessem a estar num prazo de cinco anos (Art.º 57º). Tal como se fizera no ano de 1940 a propósito dos bens da Igreja Católica em Portugal, neste documento referente ao ultramar esclareceu-se que no caso dos bens classificados a sua conservação, reparação e restauro deveria ser garantida pelo Estado mas depois de ouvida a autoridade eclesiástica (Art.º 57º). À Igreja caberia a guarda e regime interno destes edifícios nomeadamente no referente ao estabelecimento de horários de visitas, podendo contar com a direcção de um funcionário público (Art.º 57º). A entrega dos bens cuja propriedade fosse reconhecida à Igreja seria feita mediante a apresentação de um requerimento dirigido pelo prelado ao governador da colónia, à entidade a que pertenciam

⁶²⁷ *Diário do Governo* nº79, “Decreto-lei nº 31:207”, 5 de Abril de 1941, p. 323. Neste decreto também foi feita referência aos bens dos missionários falecidos que não fossem reclamados pelos herdeiros. Nestes casos os bens deveriam passar para a corporação missionária à qual os missionários pertenceram. Esclareceu-se também que no caso de se tratar de um missionário/padre secular, passado o prazo de vinte e quatro meses previsto também na situação anterior, os seus bens passariam a ser propriedade da diocese ou circunscrição missionária onde se encontravam.

⁶²⁸ *Diário do Governo* nº79, “Decreto-lei nº 31:207”, 5 de Abril de 1941, p. 323

ou à diocese/circunscrição missionária onde se localizavam, prevendo-se também a realização de um inventário (Art.º 60º). Por outro lado, quanto aos bens móveis e imóveis utilizados por serviços públicos e que não fossem entregues à Igreja, mesmo que a sua utilização cessasse, estabeleceu-se que estes ficariam definitivamente na posse do Estado (Art.º 58º). Os bens que eventualmente pudessem servir como residências de párocos ou quintais poderiam ser doados ou entregues à Igreja para desempenhar tal finalidade (Art.º 59º). Ao mesmo tempo fixou-se que se “os interesses do Estado”⁶²⁹ implicassem a incorporação total ou parcial dos tais bens que a Igreja já possuía em nome próprio, esta deveria ser indemnizada (Art.º 61º). Estabeleceu-se, ainda, que nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto católico poderia ser demolido ou destinado pelo Estado a outro fim, prevendo-se como excepções o acordo com a autoridade eclesiástica ou situações de guerra, incêndio ou inundação (Art.º 62º). Em caso de expropriação por utilidade pública a autoridade eclesiástica teria que ser ouvida, garantindo-se, paralelamente, que não haveria qualquer tipo de apropriação de bens sem que estes fossem privados do seu carácter sagrado (Art.º 62º). Relativamente aos objectos destinados ao culto que se encontravam em museus públicos ou institucionais, esclareceu-se que estes seriam cedidos para cerimónias religiosas no templo ao qual pertenciam desde que ambos se achassem na mesma localidade (Art.º 57º). Finalmente, relativamente às isenções, estabeleceu-se que nas colónias ficariam isentos de impostos ou contribuições os bens possuídos por dioceses, circunscrições missionárias, institutos missionários e religiosos e outras entidades eclesiásticas em conformidade com os seus fins; todos os actos *inter vivos* de aquisição ou alienação e disposições *mortis causa*; imagens sagradas e objectos de culto transportados para as colónias e dentro destas, prevendo-se, ainda, o transporte gratuito nos caminhos-de-ferro do Estado de materiais destinados à construção ou reparação de igrejas (Art.º 63º a Art.º 65º).

Apesar desta mudança radical possibilitada pela concordata celebrada entre o Estado e a Igreja e pelo acordo referente à actividade missionária, é necessário esclarecer que mesmo depois do ano de 1940 alguns problemas subsistiram, sabendo, por exemplo, que sete anos depois o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira reconheceu que “nós não temos, nem

⁶²⁹ *Ibidem*.

teremos tão cedo, missionários suficientes para a nossa missionação em África.”⁶³⁰. Este tinha sido um dos problemas que se tentou sanear logo a partir do início da década de 40⁶³¹, mas a verdade é que naquele ano de 1947, conforme o patriarca de Lisboa alertou, havia ainda falta de missionários e um outro problema que se prendia com a necessidade de aumentar o apoio material do Estado⁶³², condições necessárias para a intensificação da obra missionária portuguesa. Esta intensificação e aperfeiçoamento foram sendo feitos por diversas vias⁶³³ definidas e analisadas por especialistas nestas questões⁶³⁴ e que, no seu conjunto, permitiram o reflorescimento desta realidade. Neste contexto o aspecto que nos interessa particularmente prende-se com o facto desta intensificação da actividade missionária ter sido sinónimo de construção de edifícios onde a tal missão de educação e assistência pudesse ser praticada, como são os casos de templos, escolas ou hospitais, todo um universo que está ainda por levantar e estudar sistematicamente do ponto de vista da História da Arte⁶³⁵. Por outro lado, é também possível identificarmos casos em que os responsáveis por estas missões católicas se interessaram pela conservação ou pelo restauro de templos erguidos nas províncias portuguesas ultramarinas.

A este propósito não podemos deixar de destacar o nome de Manuel Joaquim Pintado (1921-1995), religioso encarregue das missões católicas de Malaca e Singapura. Efectivamente, no ano de 1963 o arquitecto Luís Benavente entrou em contacto com este missionário por ter tido conhecimento das suas tentativas de obter de diversas entidades elementos para o restauro das igrejas portuguesas de Malaca⁶³⁶. Na sequência deste contacto o pe. Pintado acabou por consultar o arquitecto Benavente acerca de um projecto

⁶³⁰ AHPL, C-04/01/007, doc. 1, 17 de Novembro de 1947.

⁶³¹ Nuno da Silva Gonçalves, “A dimensão missionária do catolicismo português”, Carlos Moreira Azevedo, dir., *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, vol. III, p. 360.

⁶³² AHPL, C-04/01/007, doc. 1, 17 de Novembro de 1947.

⁶³³ Caso da intensificação da actividade dos institutos religiosos missionários através do fomento do surgimento de associações de cooperação missionária, da organização de ciclos e estudos, congressos e exposições ou da publicação de periódicos.

⁶³⁴ Acerca desta questão *vide* Nuno da Silva Gonçalves, *op. cit.*, pp. 377-388.

⁶³⁵ Sobre as concepções arquitectónicas subjacentes à produção arquitectónica missionária *vide* Maria João Neto, “A arquitectura religiosa nas terras de missionação nos séculos XIX e XX”, *Actas do Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas, 1993, vol. III, pp. 365-375.

⁶³⁶ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 786, doc. 9, 27 de Junho de 1963.

de renovação da capela do Senhor dos Passos (ou Dato-Mati)⁶³⁷, obra para a qual teria conseguido por volta do ano de 1961 que o governo malaio concedesse as verbas necessárias⁶³⁸. Luís Benavente elaborou o plano mas, como veremos adiante, nunca teve oportunidade de dirigir a sua execução. Bastante mais tarde, no ano de 1973, Manuel Joaquim Pintado viria a desempenhar um papel da maior importância aquando da missão de Pedro Quirino da Fonseca a Malaca, devendo-se à intervenção deste missionário o facto do arquitecto português ter privado com membros do governo da Malásia, país com o qual Portugal não tinha relações diplomáticas⁶³⁹. Após ter visitado os monumentos portugueses de Malaca com o pe. Pintado, Quirino da Fonseca concluiu que este era sem dúvida “um português extraordinário”⁶⁴⁰ que desde a sua chegada a esta cidade vinha pugnando intensamente pela defesa da herança cultural portuguesa e, concretamente, das construções erguidas naquele território desde os tempos de Afonso de Albuquerque⁶⁴¹.

Macau também contou com um religioso bastante interessado na questão dos monumentos portugueses, isto apesar das suas acções não terem denotado propriamente uma preocupação para com a necessidade conservar ou recuperar o aspecto primitivo destes edifícios ancestrais, testemunhos da missão evangelizadora portuguesa, mas antes o desejo de garantir a sua utilidade e embelezamento. Referimo-nos ao bispo D. José da Costa Nunes que a par da promoção da construção de diversos edifícios um pouco por toda a diocese, promoveu o restauro da ermida de Nossa Senhora da Penha e defendeu intensamente a

⁶³⁷ *Ibidem*, doc. 10, 16 de Janeiro de 1964. Refira-se ainda que na sequência deste contacto o pe. Pintado solicitou ao arquitecto Benavente a elaboração de um projecto para o jazigo da sua família a construir em Freixo-de-Espada-à-Cinta. Cf. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 786, docs. 13 e 14, 28 de Fevereiro de 1964. O missionário também colocou Benavente em contacto uma estudante de arquitectura de Kuala Lumpur que se encontrava a estudar a igreja de São Paulo de Malaca, tema caro ao arquitecto português. Cf. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 786, docs. 18 e 19, s/d [1964], 22 de Dezembro de 1964.

⁶³⁸ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 786, doc. 15, 1 de Junho de 1964.

⁶³⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 22 de Agosto de 1973.

⁶⁴⁰ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Malaca], s/d [c. 1975].

⁶⁴¹ Nos anos 80 o pe. Manuel Pintado escreveu algumas obras nas quais os monumentos, nomeadamente a igreja de São Paulo de Malaca ou a capela de Nossa Senhora da Colina/Nossa Senhora do Oiteiro, foram particularmente destacadas. Numa obra publicada no ano de 1988 Pintado defendeu que a igreja de São Paulo “tem de ser completamente restaurada. Um arquitecto português dir-nos-á imediatamente como era a igreja”, sugerindo que o projecto fosse assumido pela Fundação Calouste Gulbenkian que, como recorda, já tinha abraçado uma obra semelhante aquando do restauro e adaptação da fortaleza de Jesus de Mombaça. Cf. Manuel Pintado, *A voz das ruínas*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1988, 46 p., il. A obra publicada no ano de 1990, *Um Passeio por Malaca Antiga*, tem inclusivamente um capítulo referente aos locais históricos no qual é apresentado um conjunto de monumentos da cidade. Cf. Manuel Pintado, *Um passeio por Malaca Antiga*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1990, 68 p., il.

obtenção de soluções para recuperar o arruinado paço episcopal e restaurar a sé de Macau. A questão do restauro ou demolição e construção de um novo edifício episcopal é particularmente interessante neste contexto, sabendo que esta se arrastou ao longo dos anos sobretudo devido à falta de verbas por parte dos Serviços de Obras Públicas que, por sua vez, reconheciam às missões católicas uma certa obrigatoriedade moral de financiar esta campanha. Como veremos, esta situação arrastou-se ao longo de tanto tempo que D. José da Costa Nunes chegou a sugerir que assumiria a responsabilidade pela realização das obras, recorrendo a um empreiteiro e a verbas das missões. No entanto esclareceu, também, que depois estas verbas deveriam ser restituídas pelo governo⁶⁴². Atitude semelhante foi tomada em relação à sé, sabendo que nos anos 30 o bispo ofereceu-se para assumir a responsabilidade pela realização dos trabalhos necessários sob condição dos Serviços de Obras Públicas garantirem que as verbas despendidas seriam restituídas à Igreja⁶⁴³. Apesar destes casos que comprovam a existência de negociações entre o Estado e a Igreja em relação à realização de obras de conservação, restauro ou demolição e construção de novos edifícios, não podemos deixar de mencionar a ocorrência de situações totalmente opostas. Efectivamente, como veremos adiante, no ano de 1953 a igreja do seminário de São José de Macau foi objecto de uma profunda campanha de obras cujo projecto e pedido de autorização aparentemente nunca chegaram a dar entrada nos Serviços de Obras Públicas⁶⁴⁴, tratando-se na verdade de uma iniciativa de D. João de Deus Ramalho (1890-1958)⁶⁴⁵, bispo de Macau.

São também conhecidos casos de eclesiásticos que assumiram o papel de arquitectos na realização de obras de restauro ou de remodelação das respectivas igrejas, atribuindo-se uma grande campanha de trabalhos no templo da Trindade em São Tomé e Príncipe ao pároco Manuel Honorato Antunes⁶⁴⁶. Em Timor o pe. Diogo José Avé-Maria de Almeida terá sido responsável pela orientação do restauro da igreja de Manatuto⁶⁴⁷. O pe. Santana

⁶⁴² AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 28 de Fevereiro de 1935; *Ibidem*, doc. s/n, 15 de Junho de 1937.

⁶⁴³ *Ibidem*, doc. s/n, 28 de Janeiro de 1935.

⁶⁴⁴ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 14, 26 de Fevereiro de 1962.

⁶⁴⁵ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol. 1, p. 97.

⁶⁴⁶ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 121.

⁶⁴⁷ Carlos Filipe Ximenes Belo, "Paróquia de Manatuto – Titular: Santo António de Lisboa", 2015, disponível em <http://forum-haksasuk.blogspot.pt/2015/06/a-proposito-do-bicentenario-da.html>, consultado a 14 de Julho de 2015.

Sebastião da Cunha também desempenhou um papel determinante nas alterações impostas à igreja da Misericórdia na Ilha de Moçambique no final dos anos 30, momento em que se procedeu ao apeamento do alpendre do templo⁶⁴⁸. Refira-se ainda que o pe. Santana Sebastião da Cunha tinha um grande interesse pelos monumentos antigos de Moçambique, tendo inclusivamente dedicado um capítulo da sua obra *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro*⁶⁴⁹ às “Igrejas e Edifícios Públicos ainda existentes”, apresentando-os e descrevendo-os como verdadeiros testemunhos da obra civilizacional portuguesa. Relativamente a estes religiosos responsáveis por textos ou obras dedicadas aos monumentos destes territórios ultramarinos e à necessidade de garantir a sua salvaguarda, podemos referir ainda os nomes do pe. António Brásio (1906-1985), autor do artigo “Monumentos Sacros de Santiago”⁶⁵⁰, e do monsenhor António José de Oliveira Bouças, autor do anteriormente mencionado *Apelo em Pró das Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*. Por seu lado, além de autor de um estudo dedicado à igreja de Nossa Senhora do Carmo de Luanda⁶⁵¹, o pe. Manuel Alves da Cunha (1872-1947) foi vogal e presidente da Comissão de Monumentos Provinciais de Angola.

A convivência directa e diária destes homens com os templos em causa e respectivo recheio explicará o seu envolvimento em iniciativas cujo objectivo passava precisamente pela tentativa de prolongar a sua existência e garantir a sua dignidade. Por essa razão não é de estranhar que no final dos anos 30 o pe. José Esteves Luís tenha sido incumbido pelo governador Ricardo Vaz Monteiro da elaboração de um relatório referente aos templos de São Tomé e Príncipe, sendo esta uma forma de alertar e sensibilizar o governo para o mau estado de conservação destes edifícios⁶⁵². Sabemos, também, que já nos anos 60 o arquitecto Luís Benavente contou com a colaboração do pe. Jacinto, secretário da Cúria Diocesana, para a elaboração de um inventário das obras de arte e alfaías litúrgicas

⁶⁴⁸ Santana Sebastião da Cunha, *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro*, Lisboa, s.n., 1939, p. 115-116.

⁶⁴⁹ Santana Sebastião da Cunha, *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro*, Lisboa, s.n., 1939, 227 p.

⁶⁵⁰ António Brásio, “Monumentos Sacros de Santiago”, *Cabo Verde* nº130, 1960, pp. 28-31

⁶⁵¹ Manuel Alves da Cunha, *Igreja de Nossa Senhora do Carmo*, Luanda, Museu de Angola, 1954, 30 p., il.

⁶⁵² Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 64.

pertencentes às igrejas de Cabo Verde⁶⁵³, uma medida que acabou por estar na origem da deslocação destas peças para a metrópole com o intuito de serem restauradas.

Relativamente ao papel desempenhado pela Igreja Católica no âmbito da questão em estudo, apesar de termos identificado uma certa indefinição ou sobreposição num período anterior ao saneamento total do contencioso entre a Igreja e o Estado, notámos que este se revestiu de grande importância. Afinal deparámo-nos com casos em que as missões católicas disponibilizaram as verbas necessárias para intervenções em monumentos quando o governo não quis/não pôde fazê-lo. Isto não significa que estas intervenções tenham sido concretizadas no sentido de sublinhar a antiguidade destes templos, conhecendo casos em que o objectivo passou apenas por dignificar estes edifícios, por torná-los mais agradáveis para os crentes. Identificámos, também, casos de religiosos que procuraram colmatar a ausência de inventários, de relatórios acerca do estado de conservação deste património ou de práticas de sensibilização para os significados e fragilidades destes bens, o que se reveste da maior importância num território rico em monumentos mas pobre em recursos humanos incumbidos desta missão de salvaguarda.

1.5 O PAPEL DAS ENTIDADES PARTICULARES

Num contexto marcado pela vigência de um regime ditatorial dotado de uma ideologia fortemente orientada por princípios nacionalistas e colonialistas, por um entendimento triunfalista da História de Portugal e dos monumentos enquanto recordações eloquentes de um passado glorioso, seria expectável que a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino tivesse sido rapidamente assumida pelo Governo salazarista como uma das suas prioridades. No entanto, tal como procurámos demonstrar aquando da análise da ideologia colonial *estadonovista* e sobretudo no momento dedicado à evolução do regime jurídico patrimonial do ultramar, a verdade é que apesar do tal reconhecimento dos monumentos ultramarinos enquanto padrões da epopeia portuguesa e como tal parte integrante da Nação, houve, de facto, um desfasamento na tomada de providências em relação ao universo patrimonial em estudo e ao da metrópole. Vimos, também, que antes e a par desta tomada de providências alguns governadores das províncias ultramarinas e representantes

⁶⁵³ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

da Igreja Católica desempenharam papéis importantes para a protecção destes monumentos, razão pela qual não podemos falar de um esquecimento ou desapareço total por este património no período em causa. Assim, neste momento interessa-nos averiguar se a acção das entidades particulares também terá eventualmente contribuído para que a realidade da salvaguarda patrimonial no ultramar se aproximasse da referência existente, a metrópole.

O recurso – ou pelo menos a tentativa – a verbas e técnicos de organismos particulares parece ter sido uma das formas encontradas pelas províncias ultramarinas para contornar situações que, conforme procurámos demonstrar anteriormente, eram frequentemente pouco favoráveis à sobrevivência do património arquitectónico local. A este nível a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) era sem dúvida a maior referência para os territórios ultramarinos. Instituição particular de utilidade pública criada por Calouste Sarkis Gulbenkian (1869-1955) no seu testamento com fins caritativos, artísticos, educativos e científicos⁶⁵⁴, a fundação com sede em Lisboa alargou desde cedo a sua acção ao além-mar. Efectivamente, notamos que a FCG, tal como procurava fazer na metrópole, teve desde cedo como prática a distribuição de subsídios pelas províncias portuguesas ultramarinas, tendo apostado sobretudo na formação de pessoal através do apoio à criação de infra-estruturas escolares ou da atribuição de bolsas de estudo⁶⁵⁵. Contudo, a actividade desta fundação no ultramar não se limitou a comparticipações para a criação de escolas de enfermagem, à concessão de bolsas de estudo a jornalistas e a estudantes de cursos de música, à criação de escolas de Belas-Artes e bibliotecas ou a apoios a escolas de música⁶⁵⁶.

Efectivamente, conforme Emílio Rui Vilar destacou, “A preservação do património histórico de origem portuguesa no mundo tem sido uma linha de intervenção permanente da Fundação Calouste Gulbenkian”⁶⁵⁷ e a missão desempenhada por Carlos de Azevedo (1918-1995) e Charles Boxer (1904-2000) a Mombaça, no Quénia, apenas dois anos depois da

⁶⁵⁴ Fundação Calouste Gulbenkian, *Estatutos*, s/d., disponível em http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/historia_e_missao/PDF/ESTATUTOS.pdf, consultado a 5 de Julho de 2015.

⁶⁵⁵ *Boletim Geral do Ultramar* nº 487-488, 1966, p. 283

⁶⁵⁶ *Ibidem*. Acerca dos subsídios concedidos em Angola e Moçambique no ano de 1963 vide *Boletim Geral do Ultramar* nº 458-459-460, 1963, pp. 228-233.

⁶⁵⁷ Emílio Rui Vilar, “Apresentação”, José Mattoso, dir. *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 7.

criação da fundação espelha perfeitamente essa realidade⁶⁵⁸. Ao mesmo tempo não podemos deixar de mencionar as viagens realizadas pelo presidente do Conselho de Administração da FCG a províncias ultramarinas, tendo conhecimento que no ano de 1963 José de Azeredo Perdigão (1896-1993) visitou Angola e Moçambique⁶⁵⁹, datando de 1965 uma outra deslocação a Cabo Verde⁶⁶⁰. Estas deslocações não foram inconsequentes do ponto de vista patrimonial, sabendo, por exemplo, que na sequência de algumas destas viagens a fundação concedeu ao governo do distrito de Benguela um subsídio para a participação das obras de restauro do reduto de São Pedro da Catumbela e da sua adaptação a museu histórico⁶⁶¹, e que decidiu adquirir e restaurar um palácio na ilha do Ibo com o intuito de ali estabelecer um “museu com todas as históricas e preciosas relíquias que se encontram naquela ilha”⁶⁶².

O caso mais paradigmático deste interesse da FCG pela preservação do património histórico de origem portuguesa no ultramar durante o período em estudo foi, no entanto, o já mencionado restauro do forte de Jesus de Mombaça, um dos mais importantes exemplos da arquitectura militar portuguesa no ultramar cuja recuperação seria entendida na época como “a worthy monument to Calouste Gulbenkian.”⁶⁶³ Esta campanha cujo início remonta ao ano de 1957⁶⁶⁴ foi dirigida pela delegação de Londres desta fundação, caracterizando-se pela doação de verbas para o restauro do referido forte para que este pudesse ser utilizado como centro de estudos históricos e arqueológicos⁶⁶⁵. Após os primeiros estudos o valor disponibilizado aumentou consideravelmente, passando a abranger o restauro do

⁶⁵⁸ Acerca da acção da Fundação Calouste Gulbenkian em prol do património de origem portuguesa existente no estrangeiro entre os anos de 1980 e 2000 *vide* Luís Raposo, “Intervenções de estudo. Reabilitação do património português no mundo ao longo do século XX (1910-2010)”, Jorge Custódio, coord., *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., 2011, pp. 362-363; Maria Fernanda Matias, *A Fundação Calouste Gulbenkian e o património histórico português no estrangeiro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, 49 p., il.

⁶⁵⁹ *Boletim Geral do Ultramar* nº 458-459-460, 1963, pp. 228-233.

⁶⁶⁰ *Diário de Notícias* nº14.451, New Bedford, 26 de Janeiro de 1965, p. 2.

⁶⁶¹ *Boletim Geral do Ultramar* nº 458-459-460, 1963, p. 231.

⁶⁶² *Ibidem*, p. 233.

⁶⁶³ FCG, ASC, EDU00232, doc. s/n, 31 de Outubro de 1957.

⁶⁶⁴ Referimo-nos apenas ao início do envolvimento da Fundação Calouste Gulbenkian nesta questão. De acordo com João Sarmento a ideia de musealizar o forte de Jesus remonta ao ano de 1950, momento em que foi determinada a construção de uma prisão e a desocupação da antiga fortificação. Acerca dos primeiros momentos do projecto de restauro do forte de Jesus *vide* João Sarmento, *Fortifications, post-colonialism and power: ruins and imperial legacies*, Farnham, Ashgate Publishing Limited, 2011, pp. 21-23.

⁶⁶⁵ FCG, ASC, EDU00232, doc. s/n, 26 de Julho de 1957.

monumento, a criação de um museu e de um centro de investigação histórica⁶⁶⁶. A este propósito será importante esclarecer que segundo James Kirkman, guardião dos sítios históricos costeiros do Quénia, o facto do governo deste país africano não ter contribuído para o restauro da fortificação mas apenas para a construção de novas prisões que, deste modo, permitiram desactivar o forte de Jesus, não se deveu à falta de interesse mas sim de verbas⁶⁶⁷. Note-se, também, que perante a possibilidade da FCG custear a campanha em causa, o governo do Quénia comprometeu-se a garantir a conservação do monumento após a conclusão dos trabalhos⁶⁶⁸.

Desde início previu-se que Carlos de Azevedo, técnico do Museu Nacional de Arte Antiga, e Charles Boxer, professor da University of London, fossem ao Quénia como consultores da fundação com o intuito de acompanharem os trabalhos preliminares⁶⁶⁹. Para a realização desta campanha previu-se, ainda, a colaboração de um arquitecto português especialista no restauro de monumentos coloniais. Sem surpresa o nome avançado terá sido o de Luís Benavente, ressalvando-se que caso este estivesse indisponível o convite poderia ser feito a Martinho Humberto dos Reis⁶⁷⁰ que à data, como já mencionámos, encontrava-se ao serviço da Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola. Quanto aos trabalhos a realizar definiu-se que a zona oriental da fortificação onde se encontravam a entrada, a capela ou mesquita e o baluarte virado para o mar, deveria ser tratada como um monumento histórico⁶⁷¹. Por esta razão as construções novecentistas deveriam ser demolidas de forma a permitir a revelação do aspecto que a fortificação teria aquando da presença portuguesa⁶⁷². No entanto, simultaneamente compreendeu-se que as construções árabes, apesar de serem

⁶⁶⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 31 de Outubro de 1957; *Ibidem*, doc. s/n [Memorandum on the restoration of the Fort Jesus, Mombasa and its conversion into a historical monument, museum and a centre of historical research], s/d [1957]; *Ibidem*, doc. s/n, 13 de Março de 1958.

⁶⁶⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 31 de Outubro de 1957.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, doc. s/n [Memorandum on the restoration of the Fort Jesus, Mombasa and its conversion into a historical monument, museum and a centre of historical research], s/d [1957].

⁶⁶⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 26 de Julho de 1957. A este propósito refira-se ainda o envolvimento de Paulo de Cantos do Centro de Profilaxia, amigo de Azeredo Perdigão, que desde início alertou para a importância de retirar uma placa comemorativa colocada sob a entrada principal da fortificação. Esta placa era considerada por Paulo de Cantos como sendo atroz e embaraçosa porque contava as barbaridades cometidas por um capitão português. Cf. FCG, ASC, EDU00232, docs. s/n, 24 de Junho de 1957, 27 de Junho de 1957, 28 de Junho de 1957, 24 de Novembro de 1958.

⁶⁷⁰ *Ibidem*, doc. s/n [Memorandum on the restoration of the Fort Jesus, Mombasa and its conversion into a historical monument, museum and a centre of historical research], s/d [1957].

⁶⁷¹ *Ibidem*.

⁶⁷² *Ibidem*.

posteriores à época de construção primitiva, faziam parte da história da fortificação e como tal, desde que não ocultassem elementos importantes de origem portuguesa, deveriam ser mantidas⁶⁷³. Quanto à zona ocidental estabeleceu-se que aqui deveriam ser reunidas as construções de importância cultural, edifícios projectados para se assemelharem a barracões antigos, nomeadamente os aposentos do director e vários conjuntos de celas que deveriam ser convertidas, por exemplo, em museu e escritórios, salas de trabalho, laboratório, sala de desenho, sala escura, biblioteca ou acomodações⁶⁷⁴. Estes trabalhos teriam início no ano de 1958 sob a gestão do Royal National Parks of Kenya. António Ressano Garcia, cônsul de Portugal em Nairobi, seria o representante da FCG no local ao longo do desenvolvimento dos trabalhos⁶⁷⁵. A campanha de restauro e de adaptação da fortificação a museu terá ficado concluída no ano de 1960, datando de 30 de Outubro desse ano, momento em que em Portugal se celebrava o *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, a inauguração do Museu do Forte de Jesus⁶⁷⁶. Nesta ocasião Portugal foi representado por Pedro Teotónio Pereira (1902-1972), embaixador em Londres aquando do desenvolvimento de todo o processo⁶⁷⁷ e à data ministro da Presidência.

Note-se ainda que após ter regressado da sua missão a Mombaça, Carlos de Azevedo apresentou no Museu de Arte Antiga, a 5 de Dezembro de 1957, a palestra “Viagem ao Quénia – Fortaleza de Mombaça”⁶⁷⁸. Na mesma altura, por sugestão do ainda embaixador de Portugal em Londres, Pedro Teotónio Pereira, projectou-se, também, uma conferência de Carlos de Azevedo e Charles Boxer acerca do mesmo tema na University of London⁶⁷⁹. Estes estudiosos seriam, ainda, autores das edições portuguesa e inglesa da obra *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça, 1593-1729*⁶⁸⁰, iniciativa patrocinada pela FCG⁶⁸¹. De resto, será igualmente importante referir que Carlos de Azevedo aproveitou esta conjuntura para propor à fundação uma deslocação com Charles Boxer à Ilha de Moçambique, assunto

⁶⁷³ *Ibidem*.

⁶⁷⁴ *Ibidem*.

⁶⁷⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 19 de Agosto de 1958, 27 de Dezembro de 1958.

⁶⁷⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 24 de Novembro de 1960.

⁶⁷⁷ Acerca da visita de Pedro Teotónio Pereira ao Quénia *vide* João Sarmento, *op. cit.*, pp. 29-36.

⁶⁷⁸ FCG, ASC, EDU00232, doc. s/n, 7 de Dezembro de 1957.

⁶⁷⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 22 de Outubro de 1957.

⁶⁸⁰ Charles Boxer, Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça, 1593-1729*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, 127 p., il.

⁶⁸¹ FCG, ASC, EDU00232, doc. s/n, 26 de Novembro de 1960. Acerca da elaboração e publicação do livro, questão que se arrastou entre os anos de 1958 e 1960, *vide* FCS, ASC, EDU00233.

que terá sido remetido para a delegação de Londres desta instituição e que, segundo conseguimos apurar, parece não ter tido seguimento⁶⁸².

O conhecimento do interesse da FCG no património arquitectónico de origem portuguesa, em concreto do caso do forte de Jesus de Mombaça, e os contactos directos de Azeredo Perdigão com o ultramar, terão estado na origem de várias solicitações dirigidas a esta instituição pelos governos de algumas províncias ultramarinas ou, pelo menos, de reflexões nesse sentido. A este nível parece-nos que Moçambique terá sido a província ultramarina que mais beneficiou do interesse da fundação pela salvaguarda do património de origem portuguesa. De facto, aquando da sua visita no ano de 1963 ao Ibo, o presidente do Conselho de Administração da FCG, José de Azeredo Perdigão, manifestou a intenção de compartilhar as obras de restauro e adaptação de um edifício local a centro de cultura⁶⁸³. Procurando tirar proveito da abertura demonstrada pelos dirigentes da fundação, no mesmo ano de 1963 o arquitecto Pedro Quirino da Fonseca, na tentativa de garantir algum tipo de comparticipação monetária, apresentou o planeamento das obras de restauro dos monumentos de Moçambique previstas para o triénio de 1964 a 1966, cujo total ascenderia a 5.130.000\$00⁶⁸⁴. Sabemos também que em 1963⁶⁸⁵ e 1965⁶⁸⁶ a CMRHM procurou que a fundação financiasse o restauro de um prato *Astern Pattern* das ruínas do palácio do Sultão de Mascate em Quionga, Cabo Delgado. Foram ainda feitos pedidos no sentido da fundação auxiliar a comissão de monumentos na criação de um museu histórico-militar na fortaleza de São Sebastião, de outros museus – de conchas e etnográficos – no Ibo, Porto Amélia, Ilha de Moçambique e Lourenço Marques, e com a oferta de uma biblioteca especializada⁶⁸⁷. Concomitantemente, a FCG procurou, também, contribuir para a salvaguarda do património de Moçambique através da concessão de bolsas de estudo. Efectivamente, no ano de 1964, a fundação sediada em Lisboa terá concedido a Fernando Amaro Monteiro (1935-) uma bolsa de estudo de trinta dias para que este desenvolvesse investigações arqueológicas em

⁶⁸² *Ibidem*, doc. s/n, 11 de Setembro de 1957.

⁶⁸³ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de notas 1963, doc. s/n, 1 de Agosto de 1963.

⁶⁸⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 2 de Outubro de 1963.

⁶⁸⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 3 de Setembro de 1963.

⁶⁸⁶ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n [Pedidos à Fundação Calouste Gulbenkian], Agosto de 1965.

⁶⁸⁷ Destas propostas, apenas a do museu de conchas no Ibo e da biblioteca foram aceites sem hesitações pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Quionga⁶⁸⁸, no extremo nordeste de Moçambique, visando o estudo de estabelecimentos árabes naquele território.

Todavia, a ocasião mais memorável em termos da cooperação estabelecida entre a CMRHM e a FCG, como veremos na análise referente à intervenção da igreja da Misericórdia da Ilha de Moçambique, foi sem dúvida a missão desempenhada por Maria Madalena Cagigal e Silva (1920-1984) no ano de 1966 com o intuito de estudar, inventariar e classificar as peças que tinham sido reunidas para integrarem o futuro museu de Arte Sacra a instalar naquele monumento. Além disso, como aprofundaremos mais tarde, nesta ocasião a fundação concedeu um subsídio para o restauro e adaptação do antigo hospital da Misericórdia a museu⁶⁸⁹.

No ano de 1963, momento em que o governo de Macau procurava definir e promulgar um conjunto de medidas conducentes à eficaz valorização do património histórico e artístico da província, António Nolasco da Silva, director do Centro de Informação e Turismo, chegou a propor que se procurasse o apoio financeiro da FCG para a execução de um dos projectos pensados, a instalação de um Museu Provincial de História e Arte Sacra no recinto das ruínas de São Paulo⁶⁹⁰. Também em Macau e no mesmo contexto, ou seja, aquando da elaboração de um parecer referente às acções propostas pela comissão criada no ano de 1960 com o propósito de estudar e propor as medidas adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico da província, os arquitectos José da Silva Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro de Almeida consideraram que a melhor forma de assegurar a implantação de uma prática correcta e eficaz de conservação e restauro de monumentos implicaria uma colaboração com a FCG. A proposta destes três arquitectos passava por um contributo desta instituição tanto do ponto de vista financeiro como humano, pois tinham conhecimento do facto de esta contar com um “grupo de técnicos e eruditos tão actualizados e conhecedores desta matéria”⁶⁹¹ e, claro, com “avultadas disponibilidades financeiras”⁶⁹². Na prática pretendia-se beneficiar da tal missão de formação de pessoal assumida pela fundação como

⁶⁸⁸ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de notas 1963, doc. s/n, 5 de Junho de 1964; *Ibidem*, doc. s/n, 15 de Junho de 1964.

⁶⁸⁹ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, 18 de Maio de 1966.

⁶⁹⁰ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 3 de Dezembro de 1963.

⁶⁹¹ *Ibidem*.

⁶⁹² *Ibidem*.

sendo uma das suas principais finalidades, propondo-se que os seus técnicos formassem trabalhadores locais de modo a que estes ficassem habilitados a trabalhar na conservação e restauro de monumentos nacionais de acordo com as práticas e critérios dominantes na metrópole. Note-se, no entanto, que uma vez formados estes trabalhadores deveriam ser enquadrados em equipas cujo objectivo passava por cumprir os planos de conservação e restauro projectados não pelos tais técnicos e eruditos da FCG mas sim pelo arquitecto do Ministério do Ultramar especialista nestas questões, Luís Benavente⁶⁹³. Segundo nos parece, apesar desta colaboração entre a fundação e este governo provincial não ter sido consumada, ainda terão sido promovidas algumas diligências neste sentido, sabendo, por exemplo, que nesta altura Azeredo Perdigão prometeu visitar Macau⁶⁹⁴.

A província de Cabo Verde e em concreto Luís Benavente, arquitecto responsável pelo restauro dos monumentos daquela província ao longo dos anos 60, também procuraram a colaboração da FCG. Os contactos terão tido início a partir 1965, ano em que, como já mencionámos, Azeredo Perdigão visitou esta província ultramarina⁶⁹⁵. Nesta ocasião sabemos que o arquitecto Benavente, considerando as finalidades e a natureza benemérita da FCG, chegou a enviar à instituição um relatório referente às obras de arte móvel que tinham sido trazidas da província para a metrópole com o objectivo de serem restauradas⁶⁹⁶. Apesar do arquitecto se ter mostrado bastante confiante numa aceitação destes encargos pela fundação⁶⁹⁷ – tendo inclusivamente proposto ao governador de Cabo Verde que como forma de reconhecimento e de divulgação do interesse do ultramar no património histórico e artístico se realizasse uma exposição no Palácio Junqueira com as peças restauradas⁶⁹⁸ – o processo não teve a celeridade esperada, tendo sido frequentes os contactos de Benavente com Vítor de Sá Machado (1933-2002), director do serviço do Ultramar da entidade em causa⁶⁹⁹. No ano de 1967, compreendendo a importância de divulgar a campanha que vinha

⁶⁹³ *Ibidem*.

⁶⁹⁴ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 3 de Dezembro de 1963. A este propósito temos apenas conhecimento da realização de uma visita a Macau de Azeredo Perdigão e de Pedro Tamen, administrador da fundação para as Belas Artes, no ano de 1979. Esta visita esteve relacionada com a organização da exposição *Macau – 400 anos de Oriente* inaugurada a 13 de Outubro de 1979 na Fundação Calouste Gulbenkian e integrada numa quinzena dedicada a Macau.

⁶⁹⁵ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 12, 24 de Fevereiro de 1969.

⁶⁹⁶ ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1220, doc. 1, 24 de Julho de 1965.

⁶⁹⁷ *Ibidem*.

⁶⁹⁸ *Ibidem*.

⁶⁹⁹ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 18, 14 de Agosto de 1965.

sendo desenvolvida em prol dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago, Luís Benavente chegou a propor que a FCG subsidiasse a publicação de uma obra cujo tema seria precisamente o andamento destes trabalhos⁷⁰⁰. Cerca de um ano mais tarde, em 1968, o arquitecto Benavente voltou a insistir numa comparticipação da fundação, tendo procurado, num momento em que já tinha concluído o projecto de restauro da capela da Santíssima Trindade, que aquela subsidiasse as obras previstas⁷⁰¹. Não obstante o interesse manifestado pelo restauro dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago, a FCG acabou por não conceder os subsídios solicitados pelo governo da província⁷⁰².

Apesar de não podermos falar de uma atitude inteiramente cooperante em relação às solicitações realizadas, uma situação que seria incomportável, parece-nos evidente a importância do papel desempenhado pela FCG ao nível da salvaguarda do património arquitectónico ultramarino. Geralmente este contributo caracterizou-se pelo financiamento de campanhas de salvaguarda patrimonial mas, também, pelo envio de técnicos especializados, medidas que contribuíram inegavelmente para fortalecer a questão da protecção e valorização deste universo patrimonial.

1.6 UM SÓ MODELO PARA TODOS OS TERRITÓRIOS PORTUGUESES ULTRAMARINOS

A publicação do Decreto nº41 787 no ano de 1958⁷⁰³ foi, como já dissemos, determinante para a forma como o património arquitectónico ultramarino passou a ser encarado e tratado pelo Governo Português. Como vimos anteriormente, a partir desse momento a DSUH da DGOPC do Ministério do Ultramar ficou incumbida da realização do inventário, da promoção da classificação e da orientação de obras de conservação e restauro dos monumentos de interesse nacional existentes no ultramar, o que naturalmente reflecte a intenção de centralizar esta questão, procurando-se a uniformização de modos de actuação e de critérios. Pretendia-se, deste modo, criar a partir da metrópole um modelo de salvaguarda patrimonial para todos os territórios ultramarinos sob administração portuguesa.

⁷⁰⁰ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

⁷⁰¹ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 21, 21 de Junho de 1968.

⁷⁰² ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 12, 24 de Fevereiro de 1969.

⁷⁰³ *Diário do Governo* nº172, I Série, "Decreto nº41 787", 7 de Agosto de 1958, pp. 756-761.

Para o arquitecto Luís Benavente o dirigismo estatal praticado pelo *Estado Novo* na metrópole vinha sendo um factor decisivo nos resultados alcançados ao nível das Obras Públicas. Contudo, nos territórios ultramarinos no início da década de 60 “aquela tomada de consciência”⁷⁰⁴ do tal do dirigismo estatal ou central⁷⁰⁵ estava ainda por fazer, faltando, como procurámos demonstrar há momentos, estruturas técnicas sólidas e dotadas dos respectivos recursos humanos e materiais mas, também, articulação entre as diferentes províncias ultramarinas e a metrópole. A solução não passaria obrigatoriamente pela centralização destas questões mas pelo menos pela articulação das diversas realidades. O que se nota, conforme aprofundaremos adiante, é que Luís Benavente procurou ser precisamente esse elo de ligação entre a metrópole e as diferentes províncias ultramarinas, ou não fosse ele um dos que “concorreram à empreitada para a construção do edifício, talvez quimérico, da unidade portuguesa”⁷⁰⁶. Afinal, numa carta de Luís Benavente ao comandante Sarmento Rodrigues, à data governador de Moçambique, encontramos a seguinte afirmação:

*É erróneo deduzir destas palavras que eu pretenda defender algum sistema de se exercer de Lisboa a direcção técnica de obras de Moçambique (também não é de Lisboa que se dirigem obras no Funchal ou em Viseu), e é vazia, quando tendenciosa ou puramente demagógica, a argumentação que neste campo se costuma bolsar a pedir descentralizações. Nada mais desejável do que a descentralização, mas importa não confundir essa palavra de sentido construtivo com o melhor resultado destrutivo da desarticulação – melhor, do sistema nunca articulado pelo qual se têm estiolado esforços, dinheiros e tempo precioso. (...) O divórcio técnico entre o Ultramar e a Metrópole, porque divórcio é situação infecunda, e as ligações esporádicas, porque fugazes e desajeitadas, só dão abortos.*⁷⁰⁷

O conhecimento que a DSUH e o próprio Luís Benavente tinham deste universo patrimonial era muitíssimo reduzido. A título de exemplo refira-se que quando no ano de 1961 Manuel

⁷⁰⁴ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 778, doc.1, 7 Março de 1962.

⁷⁰⁵ *Ibidem.*

⁷⁰⁶ *Ibidem.*

⁷⁰⁷ *Ibidem.*

Vilaça⁷⁰⁸ solicitou àquela direcção de serviço informações relativas aos templos do ultramar com o intuito de ilustrar um estudo referente à arte missionária⁷⁰⁹, Luís Benavente mencionou apenas o conjunto de plantas e fotografias resultantes da missão liderada por Mário Chicó (1905-1966) à Índia Portuguesa no ano de 1951 e alguma documentação resultante da sua própria missão a São Tomé em 1958⁷¹⁰. Segundo nos parece, Luís Benavente, apesar de ter conhecimento da existência de algumas igrejas de Moçambique⁷¹¹, não estaria sequer familiarizado com a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas, tendo referido que relativamente a documentação gráfica “julgamos igualmente a Província não possuir.”⁷¹² Quanto a Cabo Verde o arquitecto mencionou apenas as ruínas da cidade da Ribeira Grande sem especificar qualquer templo, o que quando em comparação com os casos da Guiné e Timor já seria qualquer coisa, dado que sobre estes territórios o arquitecto confessou desconhecer totalmente a realidade patrimonial⁷¹³. Relativamente a Macau, cujo governo já lhe tinha escrito solicitando informações acerca das zonas de protecção e dando conta da criação de uma comissão de monumentos no ano de 1960⁷¹⁴, o arquitecto esclareceu que não existia qualquer arquivo ou descrições apesar de ali existir “um património de valia”⁷¹⁵. Note-se que sobre Macau Benavente poderia ter mencionado, pelo menos, o caso da igreja do seminário de São José cujo restauro, como veremos, condenara seriamente no mês de Maio de 1960⁷¹⁶. No concernente a Angola, Benavente aconselhou Manuel Vilaça a dirigir o seu pedido aos serviços provinciais de Obras Públicas⁷¹⁷. O conhecimento relativo a um universo que se pretendia inventariar, classificar, recuperar e divulgar com dois anos de atraso em relação ao Decreto nº41 787 de 1958 era, de facto,

⁷⁰⁸ Segundo nos parece Manuel Vilaça foi – antes de 1961 – director das Obras Públicas de Angola. Isto porque Luís Benavente em resposta à sua carta refere-se aos serviços de Obras Públicas de Angola dizendo que “durante a vigência de V. Ex^a. ali realizaram obra meritória.” Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 18, 1 de Setembro de 1961.

⁷⁰⁹ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 2, 22 de Agosto de 1961.

⁷¹⁰ *Ibidem*, doc. 18, 1 de Setembro de 1961.

⁷¹¹ Benavente refere a capela de Nossa Senhora do Baluarte e a igreja da Misericórdia da Ilha de Moçambique, a igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Cabaceira Grande, a igreja de Nossa Senhora do Livramento de Quelimane, a igreja de São João Baptista do Ibo e as igrejas de São José de Boroma e de São Pedro Claver de Tete. Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 18, 1 de Setembro de 1961.

⁷¹² ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 18, 1 de Setembro de 1961.

⁷¹³ *Ibidem*.

⁷¹⁴ *Ibidem*.

⁷¹⁵ *Ibidem*.

⁷¹⁶ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 3, 10 de Maio de 1960.

⁷¹⁷ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 18, 1 de Setembro de 1961.

quase insignificante se tivermos em consideração, como hoje temos, o grande número de monumentos de origem portuguesa existentes nestes territórios.

Apesar de considerarmos absolutamente decisivo o envolvimento de Luís Benavente na questão da salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino e, muito particularmente, na tentativa de levantamento do universo em causa, devendo-se a este arquitecto, como veremos, a elaboração de normas de inventariação e classificação destes monumentos, é importante referir que, conforme esclareceu o director da DSUH Armando Girão, “Já mesmo antes da presença neste Ministério do Sr. Arquitecto Luís Benavente (....) diligenciáramos reunir elementos para o cadastro e tombo posterior”⁷¹⁸. Porém os pedidos enviados às províncias ultramarinas parecem ter sido demasiado vagos e por esta razão as respostas devolvidas acabaram por ser reduzidas e pouco esclarecedoras, situação que acabou por não ser superada devido à falta de pessoal⁷¹⁹. A este propósito sabemos que no mês de Maio de 1959, o arquitecto José Luís Amorim (1924-1999)⁷²⁰ terá solicitado ao governo de São Tomé e Príncipe através da DGOPC do Ministério do Ultramar, que lhe fossem fornecidos alguns elementos relativos aos monumentos da província⁷²¹. As informações constantes na resposta do governador Manuel Marques Abrantes Amaral foram bastante parcas, fazendo-se referência às igrejas da Madre de Deus e do Bom Despacho, à fortaleza de São Sebastião e ao fortim de São Jerónimo, aos séculos de construção, à sua localização e inscrições porque, na verdade, “em virtude de não encontrar completamente organizado o Património do Estado (...) nem se ter procedido à classificação dos bens imóveis de interesse público”⁷²² estes eram os únicos dados conhecidos. Verdadeiramente curioso é o facto da solicitação do arquitecto Amorim ter sido aparentemente realizada sem que houvesse conhecimento da missão desempenhada por Luís Benavente naquela província entre o final do mês de Setembro de 1958 e Novembro do mesmo ano. A este

⁷¹⁸ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 6, 6 de Maio de 1960.

⁷¹⁹ *Ibidem*; ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 28, 18 de Abril de 1961.

⁷²⁰ Arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar que à data estaria envolvido nos projectos de urbanização de Cabo Verde. Cf. Ana Vaz Milheiro, “Cabo Verde e Guiné-Bissau: Itinerários pela Arquitectura Moderna Luso-Africana (1944-1974)”, *Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, Lisboa, IICT, 2013, s/p.

⁷²¹ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 3, 9 de Outubro de 1959.

⁷²² *Ibidem*.

propósito, o governador de São Tomé e Príncipe esclareceu que em virtude dessa missão do arquitecto Benavente, este poderia “prestar valiosos esclarecimentos”⁷²³ acerca do tema.

No ano de 1960, portanto depois deste director do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN ter passado à situação de comissão de serviço no Ministério do Ultramar (1958)⁷²⁴, a DGOPC deste ministério acabaria por incumbi-lo da elaboração de um regulamento referente aos monumentos nacionais ultramarinos. Todavia, perante esta solicitação o arquitecto Benavente compreendeu que antes de elencar qualquer tipo de disposições normativas seria fundamental numa primeira fase conhecer o universo em causa, razão pela qual procedeu ao envio de um pedido de elementos a cada uma das províncias ultramarinas⁷²⁵. Deste modo, Luís Benavente acreditava que ficaria a conhecer o “que através dos séculos tinha sido levantado no Ultramar, possuísse valor histórico, documental, ou outro”⁷²⁶. Contudo, o arquitecto acabou por concluir que “a matéria remetida, não constituía nem possuía elementos pelos quais fosse possível a criação de um «Tombo» propriamente dito”⁷²⁷, o que, na nossa opinião, não será totalmente surpreendente se tivermos em conta que naqueles territórios escasseavam indivíduos com capacidade para dar resposta a tal solicitação com a profundidade que seria de desejar no âmbito de um trabalho desta natureza. É certo que, como vimos, em determinados territórios, casos de Angola e Moçambique, existiam comissões de monumentos, mas é plausível que também estas não tenham dado a resposta desejada por suspeitarem desta tentativa de centralização da questão do património ultramarino ou simplesmente porque não tinham elementos suficientes para responder ao que lhes fora solicitado. Desta forma, Luís Benavente compreendeu que teria de alterar a estratégia inicialmente estabelecida.

Assim o arquitecto optou por colocar em prática o profundo conhecimento que tinha da legislação da metrópole referente a este assunto, ressaltando que as particularidades do ultramar o levavam a retrain-se um pouco e a apresentar cautelosamente “umas normas

⁷²³ *Ibidem*.

⁷²⁴ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 16, 10 de Setembro de 1959; *Diário do Governo* nº 223, II Série, “Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, 23 de Setembro de 1958, p. 7723.

⁷²⁵ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

⁷²⁶ *Ibidem*.

⁷²⁷ *Ibidem*.

genéricas com o carácter de determinações de serviços”⁷²⁸ que teriam a vantagem de inteirar os governos provinciais da legislação vigente, eventualmente interessá-los pelo tema e incutir-lhes um maior espírito de colaboração. A 25 de Março de 1960 Luís Benavente apresentou um conjunto de vinte normas gerais referentes ao processo de inventário e classificação dos monumentos de interesse nacional do ultramar⁷²⁹. O processo deveria ter início com a criação de um grupo de trabalho nomeado pelo governo provincial e constituído no máximo por três “personalidades de cultura”⁷³⁰ cuja função seria “indicar o que julga em condições de merecer classificação”⁷³¹, o que desde logo denuncia o aparente desconhecimento das comissões de monumentos existentes em Angola e Moçambique. Por outro lado, o documento prevê a possibilidade de anteriormente a esta iniciativa ter havido “qualquer definição que possa comparar-se com atribuição de classificação”⁷³², esclarecendo que neste caso o grupo de trabalho deveria indicar a sua existência, vistoriar esses monumentos, reunir elementos gráficos e iconográficos sobre os mesmos e confirmar ou não a respectiva medida legislativa. A partir deste momento os trabalhos deveriam ser entregues a “pessoa idónea designada para tal, ou confiado aos Serviços Oficiais da Província”⁷³³ que, no fundo, deveriam aprofundar os levantamentos e estudos prévios elaborados pelo tal grupo. Prevía-se, também, “que qualquer indivíduo que pelo seu interesse e conhecimento dos assuntos desta natureza”⁷³⁴ pudesse apresentar à comissão trabalhos semelhantes. Ficava igualmente assente que os governos provinciais teriam a possibilidade de solicitar a deslocação de “pessoa idónea”⁷³⁵ para prestar assistência no âmbito destes trabalhos, pretendendo-se, deste modo, esgotar ou reduzir ao “mínimo na Província, os elementos que escapem a ser apreciados com esta finalidade.”⁷³⁶ Percebemos, assim, que Luís Benavente valorizava muitíssimo a importância do inventário, tendo afirmado, anos mais tarde e na sequência de uma reunião do Institut International des Chateaux Historiques (Turim, 1963) acerca deste tema, que o cadastro era:

⁷²⁸ *Ibidem.*

⁷²⁹ *Ibidem.*

⁷³⁰ *Ibidem.*

⁷³¹ *Ibidem.*

⁷³² *Ibidem.*

⁷³³ *Ibidem.*

⁷³⁴ *Ibidem.*

⁷³⁵ *Ibidem.*

⁷³⁶ *Ibidem.*

*o elemento primordial de ordenação e conhecimento de qualquer monumento. De facto se pretendermos efectuar medidas de classificação, protecção, salvaguarda, divulgação científica, turística ou outra sobre alguma peça valiosa, torna-se necessário, primeiro que tudo, ter o conhecimento perfeito e completo do exemplar sobre o qual se pretende exercer qualquer natureza de acção.*⁷³⁷

Estes elementos reunidos e analisados pelo grupo de trabalho, pela tal pessoa idónea, por funcionários públicos ou por qualquer outro interessado, constituiriam os processos de classificação dos monumentos da província. Em caso de impossibilidade de organizar processos individuais de imóveis candidatos a classificação, Benavente sugeria a elaboração de processos genéricos, organizado por tipo de monumentos – fortes, fortins, igrejas, capelas – desde que devidamente designados. Assim, numa segunda fase, poder-se-ia ajuizar acerca do real valor dos imóveis em causa, propondo ou não a sua classificação como “monumento”, e deixando-se em aberto a possibilidade de estabelecer ou não diferentes classes. Por outro lado, à semelhança do que acontecia na metrópole desde o ano de 1949⁷³⁸, Benavente esclareceu que a classificação como monumento não seria limitada a imóveis, podendo ser uma “classificação colectiva”⁷³⁹ que abrangesse “cidades ou (...) lugares que pelo valor do seu conjunto, ou outros predicados os mereçam”⁷⁴⁰, cujos processos deveriam, tal como no caso dos imóveis, ser devidamente elaborados.

Uma vez classificado, o imóvel deveria ser objecto de uma vistoria que permitisse identificar as suas necessidades. Depois traçar-se-ia um programa de trabalhos, proibindo-se a realização de qualquer tipo de obras “à excepção de reparação de coberturas, ou de defesa provisória contra os elementos”⁷⁴¹. Quanto aos critérios orientadores das intervenções devidamente autorizadas, esclareceu-se que a primeira fase corresponderia a um estudo de conjunto e que as obras deveriam tender sempre para a restituição da “sua expressão própria”⁷⁴². Simultaneamente, revelando o conhecimento das mais recentes tendências de restauro internacionais, afastando-se da propensão verificada no seio da DGEMN até ao final

⁷³⁷ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 20, 5 de Agosto de 1964.

⁷³⁸ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

⁷³⁹ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

⁷⁴⁰ *Ibidem*.

⁷⁴¹ *Ibidem*.

⁷⁴² *Ibidem*.

dos anos 50 e acompanhando, por exemplo, o pensamento de Raul Lino, Benavente esclareceu que estas intervenções deveriam, no entanto, salvaguardar “as adições ou alterações de mérito que haja recebido”⁷⁴³. Nota-se, portanto, a existência de uma vontade perfeitamente assumida de compatibilizar a reintegração de um monumento na sua traça própria, original ou primitiva – no entanto sem advogar pelo menos especificamente a destruição de excrescências posteriores – com a manutenção de contributos de épocas posteriores desde que o seu valor artístico assim o justificasse. Esta era, de resto, a linha de acção defendida por Henrique Gomes da Silva (1890-1969), director-geral da DGEMN, desde o ano de 1932: o restauro de modo a “integrar o monumento na sua beleza primitiva expurgando-o de excrescências posteriores”⁷⁴⁴ e a manutenção de “construções de um estilo diferente desde que o seu valor artístico assim o justifique.”⁷⁴⁵ No entanto, como se sabe, esse valor artístico raras vezes superava a importância de se conseguir um conjunto estilisticamente coerente.

Após a classificação e intervenção dos imóveis ou conjuntos, outra das normas a seguir corresponderia à organização tanto nas províncias como na metrópole de arquivos documentais, onde constaria a sua “história e evolução, durante e no final dos trabalhos, aspecto este último que designaremos por estado definitivo do monumento.”⁷⁴⁶ De resto, nesta ocasião Benavente determinou que após o alcance deste dito estado definitivo, qualquer alteração de forma ou expressão e, também, a deslocação ou alienação de qualquer elemento que ali se encontrasse, ficariam proibidas sem o prévio conhecimento da autoridade local responsável pela sua conservação. Paralelamente desenvolver-se-ia uma acção divulgadora destes monumentos “de modo a que ela possa contribuir como resultante para a elevação do nível nacional da cultura.”⁷⁴⁷

Nesta ocasião, de modo a uniformizar toda esta acção em prol dos monumentos portugueses ultramarinos, Benavente dedicou-se ainda à elaboração de um modelo de impresso que deveria ser utilizado aquando da elaboração dos inventários. Este modelo contaria com um cabeçalho – com espaço para preencher com o nome da província, o nome

⁷⁴³ *Ibidem*.

⁷⁴⁴ *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* nº1, 1935, pp. 19-20.

⁷⁴⁵ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 235.

⁷⁴⁶ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

⁷⁴⁷ *Ibidem*.

do monumento e o número de ordem na província – e seis partes para preenchimento, correspondendo ao cadastro, descrição, citações de livros e recortes, arquivo de desenhos, arquivo fotográfico e álbum fotográfico. Na secção do cadastro deveria constar um conjunto de elementos de natureza jurídica, ou seja, todas as informações constantes na Conservatória do Registo Predial ou entidade similar, indicando proprietários, áreas, descrição da propriedade, estado de conservação, construções vizinhas, citações de plantas ou mapas onde se encontravam descritas, valor atribuído e rendimento colectável se houvesse. Tendo em consideração a realidade das colónias, segundo nos parece, a existência destes registos referentes a fortes, fortins, fortalezas, igrejas, capelas ou ermidas dificilmente seria uma realidade, sabendo, por exemplo, que no referente a São Tomé no ano de 1959 procuraram-se os registos da igreja da Madre de Deus na Conservatória do Registo Predial sem qualquer sucesso⁷⁴⁸. Na descrição os relatores deveriam incluir informações relativas às características do imóvel, descrevendo a composição arquitectónica, os materiais utilizados, a sua história e épocas de construção, o que implicava a participação de indivíduos com algum conhecimento do tema ou sensibilidade para estas questões histórico-artísticas, qualidades que não seriam particularmente comuns neste universo ultramarino. A secção de citações de livros e recortes foi pensada para reunir o registo de fontes e bibliografia onde constassem referências ao monumento, incluindo as transcrições das mesmas e as datas de publicação, de modo a que futuramente se pudesse organizar uma biblioteca temática dedicada aos monumentos do ultramar. O registo dos desenhos existentes ou a executar seria feito na secção do arquivo de desenhos que, na opinião de Luís Benavente, seria “o mais precioso elemento que o monumento pode possuir, pois permite através dos tempos, fazer graficamente a sua história e evolução até ao seu estado definitivo”⁷⁴⁹. Nestes impressos deveria constar em primeiro lugar o número de ordem que o monumento recebeu na província e depois o número de ordem da execução, incluindo ainda o título e descrição da representação gráfica. O arquivo fotográfico destes impressos funcionaria como catálogo do arquivo fotográfico físico, na medida em que deveria incluir uma prova directa com as dimensões de 6x9cm⁷⁵⁰. Por sua vez no álbum

⁷⁴⁸ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

⁷⁴⁹ *Ibidem*.

⁷⁵⁰ Para Luís Benavente estas seriam as dimensões ideais porque as máquinas fotográficas eram de fácil manuseamento para leigos, pela boa relação preço/qualidade, pequenas dimensões e peso, pequeno

fotográfico deveriam constar provas de 13x8cm que permitissem uma melhor análise do monumento, razão pela qual o arquitecto considerava esta secção do processo de inventário como “a colecção representativa do monumento.”⁷⁵¹

Esta proposta de Luís Benavente referente à classificação dos monumentos nacionais ultramarinos foi aprovada por Armando Girão. Na opinião do director da DSUH seria ainda importante definir que a constituição das tais comissões especializadas deveria ficar ao arbítrio dos governadores, sendo importante, no entanto, que aquelas fossem presididas pelos directores dos Serviços de Obras Públicas ou por um delegado. Para isso deveria ser pedida “urgência e prudência”⁷⁵². Por seu lado, quando consultado acerca da proposta do arquitecto Benavente, cuja colaboração era reconhecidamente de “grande interesse”⁷⁵³, o director-geral de Obras Públicas do Ministério do Ultramar foi

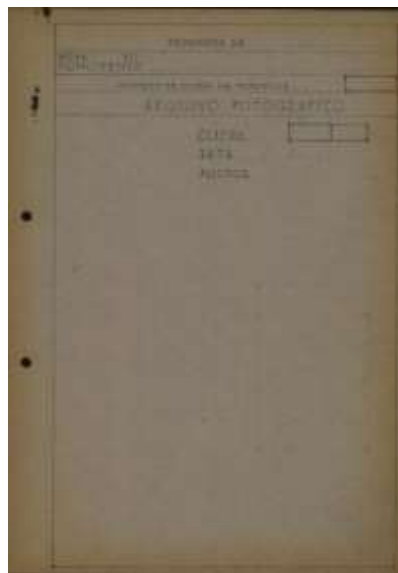


Imagem 6 Modelo de impresso para o inventário dos monumentos nacionais ultramarinos, 1960. ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 20.

claro: “Concordo ou melhor continuo a concordar com a vantagem de se fazer o cadastro dos nossos monumentos do Ultramar”⁷⁵⁴. Na sua opinião, a recolha dos elementos necessários para a concretização deste inventário deveria, efectivamente, ser entregue a comissões que não deveriam ter mais que três membros⁷⁵⁵. Paralelamente, o subsecretário de Estado da Administração Ultramarina também não teve qualquer reserva em concordar com a proposta de Luís Benavente⁷⁵⁶. Por esta razão não causa estranheza constatar que em Julho de 1960 Luís Benavente já tinha realizado uma série de consultas com o intuito de obter orçamentos relativos à execução dos impressos necessários ao inventário a realizar, datando do dia 13 do mesmo mês a adjudicação dos trabalhos à Topografia Lusitana por “ser

dispêndio com cópias e ampliações, e pelo facto da proporção permitir um bom enquadramento. Por estas razões Benavente preferia estas dimensões às 6x6 também já existentes. Cf. ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

⁷⁵¹ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

⁷⁵² ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 6, 6 de Maio de 1960.

⁷⁵³ *Ibidem*.

⁷⁵⁴ *Ibidem*.

⁷⁵⁵ *Ibidem*.

⁷⁵⁶ *Ibidem*.

a mais vantajosa para os interesses do Estado a proposta apresentada”⁷⁵⁷, isto é, por ser a mais económica em relação às restantes propostas.

Assim, a 26 de Outubro de 1960 o director-geral da DGOPC do Ministério do Ultramar, Eugénio Sanches da Gama, enviou aos governadores de Angola, Moçambique, Índia, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e Macau a informação de 6 de Maio de 1960 referente à “Classificação de Monumentos Nacionais do Ultramar”, sendo esta acompanhada do parecer de Armando Girão, do despacho de Adriano Moreira⁷⁵⁸, das normas para a inventariação e dos impressos⁷⁵⁹. Simultaneamente previu-se que um exemplar de cada processo fosse enviado pelas províncias ultramarinas para a metrópole para ser guardado no arquivo da DSUH⁷⁶⁰. Tendo em consideração que, como mencionámos, parte deste processo seria constituído por desenhos e fotografias, não é de estranhar que Luís Benavente tenha desde logo alertado para a necessidade de se adquirir o mobiliário necessário à preservação e organização destes elementos que, de resto, já tinha sido pensado pelo arquitecto até ao pormenor dos materiais, dimensões e executantes⁷⁶¹.

Não obstante o facto das províncias ultramarinas terem tomado conhecimento deste documento orientador, sem força de legislação é certo, e do arquitecto Benavente se ter mostrado totalmente disponível para prestar qualquer tipo de assistência referente à aplicação do plano exposto – particularmente na elaboração dos inventários, processos de classificação e possíveis intervenções de conservação ou restauro – a resposta foi praticamente nula. Na verdade, segundo conseguimos apurar, a província de Cabo Verde terá sido a única a responder ao repto lançado por Luís Benavente, tendo elaborado um relatório “que apesar de não responder ao que se pretendia e das inexactidões que contém,

⁷⁵⁷ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 6, 12 de Julho de 1960.

⁷⁵⁸ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 6, 6 de Maio de 1960.

⁷⁵⁹ Aos governadores de Angola, Moçambique e Índia foram enviadas 100 folhas para serem preenchidas com as informações referentes ao cadastro, 100 para a descrição, 50 para as citações, 100 para o arquivo de desenhos, 200 para o arquivo fotográfico, 200 para o álbum fotográfico, 300 folhas de papel. Aos governadores de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e Macau foram enviadas as quantidades de 30, 30, 20, 30, 50, 50 e 100. A diferença explicar-se-á, certamente, pelo facto de se ter deduzido que nestas províncias ultramarinas de menores dimensões existiriam menos monumentos que naquelas. Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 7, 27 de Outubro de 1960.

⁷⁶⁰ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 8, 28 de Outubro de 1960.

⁷⁶¹ Na opinião de Luís Benavente o mobiliário necessário seria: um armário estante de fechar para os *dossiers* dos diferentes monumentos, livros, impressos e caixas-ficheiro de negativos fotográficos; um móvel para desenhos com gavetas próprias; suporte de desenhos; caixa-ficheiro para negativos; e tubo para guardar desenhos. Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 8, 28 de Outubro de 1960.

revelou no entanto interesse em acertar, o que é louvável.”⁷⁶² Em 1964 Luís Benavente ainda não tinha recebido qualquer resposta de Moçambique⁷⁶³, por exemplo, sabendo que naquela época não existia na CMRHM uma cópia do ofício ou os impressos enviados de Lisboa⁷⁶⁴. Assim, considerando o inventário como o primeiro passo para o desenvolvimento de um muito mais amplo programa de salvaguarda do património arquitectónico português ultramarino, Benavente, na sequência da frouxa resposta à sua solicitação, terá pedido ao Ministério do Ultramar no final do ano de 1960 que transmitisse às províncias a necessidade e importância de “catalogar e inventariar no sentido de poder ser devidamente salvaguardado, todo o património monumental e artístico de que as mesmas sejam possuidor”⁷⁶⁵, salientando, uma vez mais, que estaria ao dispor para esclarecer qualquer dúvida e para prestar a assistência considerada necessária. Uma vez mais as respostas não seriam as desejadas por este incansável arquitecto ao serviço do Ministério do Ultramar. A este propósito sabemos, por exemplo, que apesar da boa relação de Luís Benavente com Fernando Batalha, no ano de 1963 este ainda não tinha enviado os elementos solicitados⁷⁶⁶, alegando uma série de entraves como problemas de saúde e chuvas fortes em Luanda que dificultavam o seu trabalho, a falta de elementos na Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola ou a presença de várias incorrecções nas informações existentes⁷⁶⁷.

No ano de 1964, como forma de colmatar a falta de documentação fotográfica que, como dissemos, seria fundamental para a organização do cadastro que Luís Benavente vinha organizando, este arquitecto, tomando conhecimento do facto dos dirigentes de todos os Centros de Turismo das Províncias Ultramarinas estarem em Portugal, chegou a propor o seu envolvimento⁷⁶⁸. A proposta do arquitecto Benavente foi no sentido de aproveitar a presença destes dirigentes para expor a necessidade da tal documentação fotográfica que poderia, eventualmente, ser conseguida se estes organizassem localmente “pequenos

⁷⁶² ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 7, s/d [1960, pós Outubro].

⁷⁶³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 20, 6 de Agosto de 1964.

⁷⁶⁴ *Ibidem*, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

⁷⁶⁵ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 7, s/d [1960, pós Outubro].

⁷⁶⁶ No final de Maio de 1963, segundo um outro pedido de Luís Benavente, Batalha terá enviado uma série de informações históricas, fotografias e desenhos das fortalezas de Angola. A especificidade deste pedido explicar-se-á, possivelmente, pelo facto de à data Luís Benavente se encontrar a preparar um trabalho para apresentar num congresso do Institut International des Chateaux Historiques. Cf. ANTT, FLB, cx. 90, pt. 560 C, doc. 19, 26 de Maio de 1963; *Ibidem*, doc. 20, 6 de Junho de 1963.

⁷⁶⁷ ANTT, FLB, cx. 90, pt. 560 C, doc. 18, 1 de Maio de 1963.

⁷⁶⁸ ANTT, FLB, cx. 87, pt. 1215, doc. 12, 14 de Outubro de 1964.

concursos locais”⁷⁶⁹ com o intuito de conseguir aqueles elementos e de divulgar os monumentos em causa. Consequentemente estariam a contribuir para a elevação do nível cultural das comunidades⁷⁷⁰. Note-se ainda que esta proposta foi lançada no final do ano de 1964 possivelmente porque Luís Benavente pretendia apresentar a referida documentação fotográfica, nomeadamente a relativa às fortificações ultramarinas, no congresso e visita de estudo do Institut International des Chateaux Historiques que teria lugar em Lisboa no ano seguinte⁷⁷¹.

A aplicação do projecto de Luís Benavente continuaria a ser difícil nos anos que se seguiram. Efectivamente sabemos que a 3 de Outubro de 1968 o inspector superior da Educação do Ministério do Ultramar propôs ao subsecretário de Estado da Administração Ultramarina a criação de uma comissão adstrita ao Gabinete de Estudos da Direcção-Geral de Educação do Ministério do Ultramar⁷⁷² com o intuito de promover “com premência e urgência”⁷⁷³ a valorização, defesa e manutenção do património monumental, artístico e cultural das províncias ultramarinas como “significantes do património comum da Nação.”⁷⁷⁴ Na mesma ocasião propôs-se que esta comissão fosse presidida pelo director-geral de Educação e tivesse como vogais o agente-geral do Ultramar, o inspector superior Banha da Silva, o director do Arquivo Histórico-Ultramarino e o arquitecto Luís Benavente que, simultaneamente, serviria de relator. Tendo como objectivo a salvaguarda do tal património monumental, artístico e cultural, bem como de lugares de valor arqueológico e histórico, competiria a esta comissão promover e coordenar as iniciativas necessárias, a organização do tombo e inventário dos monumentos e obras de arte, a promoção do seu “restauro ou recuperação”⁷⁷⁵, fomentar estudos, reunir bens para a organização de museus e divulgar os conhecimentos adquiridos através da imprensa e de visitas guiadas⁷⁷⁶. A 10 de Outubro de 1968 o subsecretário de Estado da Administração Ultramarina terá dado despacho favorável

⁷⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁷⁰ *Ibidem*.

⁷⁷¹ ANTT, FLB, cx. 87, pt. 1215, doc. 5, 10 de Agosto de 1964; *Ibidem*, doc. 10, 30 de Setembro de 1964; *Ibidem*, doc. 12, 14 de Outubro de 1964.

⁷⁷² O expediente correria pela Repartição de Cultura e Missões.

⁷⁷³ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 4, 3 de Outubro de 1968.

⁷⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁷⁶ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 4, 3 de Outubro de 1968; *Ibidem*, doc. 9, s/d [c. 1968].

a esta proposta e a primeira reunião acabaria por ter lugar no dia 16 de Outubro de 1968⁷⁷⁷. Um dos temas tratados nesta ou numa das reuniões posteriores⁷⁷⁸ terá sido, por proposta de Benavente, a discussão da importância de se proceder à aplicação das normas para a classificação de monumentos ultramarinos elaborada no ano de 1960 como uma medida fundamental para a realização do inventário deste mesmo património⁷⁷⁹. Assim depreendemos que as referidas normas continuavam sem ter a aplicação ambicionada pelo arquitecto Benavente.

Na opinião de Luís Benavente, uma das primeiras medidas a tomar por esta comissão seria:

*mentalizar a população das províncias ultramarinas no sentido da compreensão destes assuntos pois pelo que lhe tem sido dado a observar se assim não fôr os mesmos continuarão a não ter para ela a importância que obrigatoriamente terá de passar a ser-lhes dada, e embora ele nestes anos no Ministério do Ultramar tenha procurado sempre trabalhar nesse sentido, que com a elaboração de elementos que lhe permitissem obter o inventário de monumentos e obras d'arte, que com a tradução e pedido de envio ao Ultramar de alguns trabalhos da Unesco (ofícios e determinações de Estados membros); relatórios da Comissão de Monumentos da Rodésia e outros, constatou que foram nulos os resultados.*⁷⁸⁰

Ou seja, segundo este arquitecto, seria fundamental que o Gabinete de Estudos da Direcção-Geral de Educação do Ministério do Ultramar tivesse “uma intervenção mais directa e profunda (...) para poder vir a obter qualquer resultado positivo.”⁷⁸¹ Por esta razão, solicitou que pudesse começar a sua missão ao serviço desta comissão com a organização do tombo e inventário dos monumentos e obras de arte ultramarinos para que, em simultâneo, fosse

⁷⁷⁷ *Ibidem*, doc. 5, 14 de Outubro de 1968.

⁷⁷⁸ Temos conhecimento de pelo menos uma outra reunião realizada a 18 de Dezembro de 1968. Cf. ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 8, 16 de Dezembro de 1968.

⁷⁷⁹ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 10, s/d [1968].

⁷⁸⁰ *Ibidem*, doc. 6, s/d [1968].

⁷⁸¹ *Ibidem*.

dado início à “realização da recuperação”⁷⁸² de monumentos, pintura, ourivesaria, imagens religiosas e outras obras carentes de restauro⁷⁸³.

Neste âmbito não podemos esquecer o contributo da Junta de Investigações do Ultramar, organismo que ao longo dos anos foi demonstrando um interesse crescente pela salvaguarda do património arquitectónico, artístico e cultural ultramarino. Além dos apoios concedidos no âmbito da missão da brigada liderada por Mário Chicó na Índia Portuguesa ou para o restauro de obras trazidas de Cabo Verde para a metrópole para serem restauradas, sabemos que no início da década de 70, nomeadamente a partir de 1972, a Junta deu início a um projecto de inventário do património histórico-artístico de São Tomé e Príncipe que contou com a colaboração do arquitecto Luís Benavente e de Ruy Cinatti (1915-1986)⁷⁸⁴. Este engenheiro agrícola chegou a ir àquelas ilhas atlânticas no mês de Outubro de 1972 precisamente com o intuito de elaborar o inventário histórico-artístico da província, uma obra que teria, segundo se pensava, publicação quase imediata, o que na verdade não veio a acontecer⁷⁸⁵. Sabemos, também, que paralelamente e pontualmente vários departamentos da Junta de Investigações do Ultramar foram dando o seu contributo para o conhecimento da realidade arquitectónica mas, sobretudo, artística, arqueológica e cultural dos territórios portugueses ultramarinos, devendo destacar os casos do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, do Centro de Estudos de Antropologia Cultural, da secção de Pré-História e Arqueologia e do Museu do Ultramar⁷⁸⁶. Além disso, sabemos que no ano de 1963 havendo um problema relativo à forma de pagamento dos vencimentos do arquitecto Luís Benavente – por rateio entre as diferentes províncias ultramarinas – chegou a ponderar-se a hipótese da fazê-lo através da Junta que, de resto, já teria demonstrado interesse em contar com a colaboração daquele arquitecto para o estudo dos monumentos do ultramar⁷⁸⁷.

⁷⁸² *Ibidem*.

⁷⁸³ *Ibidem*.

⁷⁸⁴ ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

⁷⁸⁵ Nesta ocasião Ruy Cinatti contou com a colaboração de Álvaro Ferreira da Silva, residente em São Tomé, que no ano de 1974 escreveu a Justino Mendes de Almeida, presidente da Junta de Investigações do Ultramar, questionando-o acerca da falta de desenvolvimento do projecto referente a este inventário. Cf. ANTT, FLB, cx. 91, pt. 571, doc. 11, 13 de Fevereiro de 1974.

⁷⁸⁶ ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

⁷⁸⁷ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 38, 17 de Agosto de 1963; *Ibidem*, doc. 35, Junho de 1963.

No entanto, quando chegamos ao início de uma nova década a aplicação prática e generalizada do programa desenvolvido por Luís Benavente estava muito aquém daquilo que tinha sido idealizado pelo arquitecto e apoiado pelos responsáveis do Ministério do Ultramar. Assim, mais de dez anos depois da publicação do Decreto nº41 787 de 1958 a ideia de se realizar na metrópole um encontro “sobre legislação de monumentos”⁷⁸⁸ começou a ganhar forma. Na opinião do director da DSUH, Eurico Machado, seria oportuno aproveitar a passagem de Pedro Quirino da Fonseca pela metrópole aquando do seu regresso de uma missão desempenhada em Macau, Ormuz e Malaca no ano de 1973, para se realizar o referido encontro, tendo-se estabelecido neste momento que este deveria contar com a presença de Fernando Batalha cuja deslocação seria solicitada ao governo de Angola e que o período de reunião não deveria exceder as duas semanas⁷⁸⁹.

Um mês depois do lançamento desta ideia, portanto a 2 de Agosto de 1973, Eurico Machado veio a precisar que a “reunião teria em vista, por agora, o confronto de Angola e Moçambique e dos pontos de vista delas resultantes”⁷⁹⁰, sendo portanto o equivalente a um encontro entre os representantes das províncias ultramarinas onde existiam comissões de monumentos permanentes. Apesar de se ter compreendido a conveniência de integrar neste grupo de trabalho representantes dos “Departamentos metropolitanos com intervenção neste domínio”⁷⁹¹ não sentimos que isto fosse uma prioridade, notando-se, sobretudo, uma intenção de colocar o cunho do Ministério do Ultramar nesta iniciativa e, como tal, de limitá-la a representantes dos diferentes organismos ultramarinos. A reunião acabou por realizar-se entre o final do mês de Agosto e primeiros dias de Outubro de 1973⁷⁹² com a presença de Fernando Batalha e Pedro Quirino da Fonseca; de três representantes da Junta de Investigações do Ultramar, a saber: Luís Benavente, antigo responsável pelo sector de monumentos da DGOPC do Ministério do Ultramar e à data membro da missão de inventário do património histórico-artístico de São Tomé e Príncipe, Ruy Cinatti membro da mesma missão daquela Junta e Miguel Ramos da secção de Pré-História e Arqueologia; e representantes da DSUH: Mário de Oliveira que teria estado recentemente no Brasil onde

⁷⁸⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 2 de Julho de 1973.

⁷⁸⁹ *Ibidem*.

⁷⁹⁰ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 2 de Agosto de 1973.

⁷⁹¹ *Ibidem*.

⁷⁹² ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

“teve contacto com a matéria de protecção de monumentos”⁷⁹³, Fernando Schiappa Campos (1926-) que à data estaria incumbido do sector de monumentos daquela direcção de serviço e terá secretariado o encontro e, ocasionalmente, o director Eurico Machado⁷⁹⁴.

Numa ocasião apropriada para a realização de um balanço das medidas aplicadas nas diferentes províncias desde a publicação do decreto de 1958, notou-se que o cenário, em termos de aplicação prática das indicações elaboradas e comunicadas pelo arquitecto Benavente, era, conforme iremos demonstrar ao longo das análises dos casos das diferentes províncias ultramarinas, pouco diferente daquele anterior ao ano de 1960: os territórios que tinham serviços e comissões de monumentos, como Angola ou Moçambique, continuavam a desenvolver a sua actividade praticamente à margem das tentativas de centralização da DSUH do Ministério do Ultramar; o inventário geral dos monumentos portugueses ultramarinos continuava por realizar; continuavam a ocorrer mutilações ou restauros sem conhecimento dos governos locais e muito menos da DSUH; e as províncias mais pequenas como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné e Macau continuavam a beneficiar apenas pontualmente das visitas e projectos elaborados por técnicos da metrópole, permanecendo sem serviços ou comissões de monumentos locais e estáveis. Era urgente intervir no sentido da salvaguarda do património arquitectónico ultramarino ou conforme Quirino da Fonseca, Batalha, Benavente e Schiappa Campos terão reconhecido:

*Tendo havido disparidade e insuficiência entre os meios de defesa do Património Cultural do Ultramar e, até, a inexistência desses meios em algumas Províncias, considera-se de urgente necessidade remediar a actual situação de forma a poder-se assegurar a preservação dos bens culturais em que o Governo está altamente empenhado e que é de elevado interesse nacional.*⁷⁹⁵

Deste modo, o principal objectivo e resultado deste encontro acabou por ser a elaboração de um projecto de decreto referente aos serviços de monumentos das províncias ultramarinas, determinando-se a reestruturação dos serviços existentes em Angola e Moçambique e a criação de “serviços mínimos”⁷⁹⁶ em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde,

⁷⁹³ *Ibidem.*

⁷⁹⁴ *Ibidem.*

⁷⁹⁵ *Ibidem.*

⁷⁹⁶ *Ibidem.*

Guiné, Macau e Timor. Relativamente às duas primeiras províncias estabeleceu-se que o serviço de Monumentos deveria autonomizar-se do serviço de Edifícios das direcções provinciais de Obras Públicas, em cuja alçada se manteria, uma questão que tinha sido múltiplas vezes levantada por Fernando Batalha no final dos anos 60 e início da década seguinte a propósito do caso de Angola. De facto, na opinião deste arquitecto um dos problemas da falta de eficácia da salvaguarda patrimonial naquela província da África Ocidental passava precisamente, como veremos, pelo facto da Direcção dos Serviços de Obras Públicas dar clara preferência à secção de Edifícios em detrimento da secção de Monumentos do mesmo serviço e da comissão de monumentos ter vindo a perder funções ao longo dos anos⁷⁹⁷. Adicionalmente esclareceu-se que este serviço de monumentos deveria ser constituído por uma secretaria e pelas repartições de Estudos e Projectos, Obras e Trabalhos e Fiscalização e Oficinas⁷⁹⁸. Por outro lado, no caso das províncias que não contavam com serviços de monumentos nas suas repartições de Obras Públicas, determinou-se a criação de uma Divisão de Monumentos constituída por serviços técnicos e por uma secretaria⁷⁹⁹, notando-se uma clara adaptação deste serviço às dimensões e capacidades das Obras Públicas destes territórios de menores dimensões. Relativamente às atribuições e actividades destes serviços e divisões estabeleceu-se que se deveria seguir a legislação em vigor em Angola e Moçambique⁸⁰⁰ que, como vimos, replicava muitas vezes os modelos da metrópole. Independentemente do caso em questão, tanto os serviços como as divisões deveriam ter pessoal próprio, nomeadamente dois arquitectos, um chefe e outro director⁸⁰¹, o que por si é bastante significativo se tivermos em consideração o quão difícil era para estas províncias ter somente um arquitecto para as campanhas de conservação e restauro de monumentos. De resto, recorde-se que na mais recente reestruturação da orgânica dos serviços provinciais de Obras Públicas do Ultramar, portanto do ano de 1972, tinha sido fixada a inclusão de apenas um arquitecto especializado no restauro de

⁷⁹⁷ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Monumentos Nacionais Relatório, doc. s/n, 16 de Abril de 1971.

⁷⁹⁸ ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

⁷⁹⁹ *Ibidem*.

⁸⁰⁰ *Ibidem*.

⁸⁰¹ Relativamente ao pessoal técnico previa-se ainda a contratação de um adjunto técnico principal, de um desenhador-chefe, de um desenhador de 1ª classe, de um chefe de trabalhos principal e de um chefe de trabalhos de 1ª classe. O conjunto de pessoal administrativo seria constituído por um chefe de secretaria, por um auxiliar administrativo, um dactilógrafo, um motorista e um contínuo de 1ª classe. Cf. ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n [Projecto de Decreto], s/d [1973].

monumentos na secção de técnicos-chefes dos quadros de pessoal permanente de Angola e Moçambique, isto de um total de dez e seis arquitectos, respectivamente, nomeados para estes quadros⁸⁰².

Relativamente às comissões de monumentos existentes em Angola e Moçambique nota-se, também, a tentativa de introdução de algumas novidades nomeadamente ao nível da sua constituição, observando-se, na linha do tal esforço de maior autonomia face às Obras Públicas, a despromoção do director provincial dos Serviços de Obras Públicas de presidente para vogal e a sua substituição naquele cargo pelo secretário-geral⁸⁰³. Notamos, também, a introdução de novos vogais, caso do director provincial dos serviços de Administração Civil possivelmente porque em Moçambique era a esta direcção que os governos locais transmitiam a necessidade de uma intervenção de conservação ou restauro em determinado monumento; do director provincial dos serviços de Finanças; do Instituto de Investigação Científica porque em Angola este contava com uma secção de História e Arqueologia que chegou a ser dirigida por Fernando Batalha; do director do Serviço de Monumentos em substituição do director do serviço de Edifícios o que, uma vez mais, surge na tal linha de afastamento dos dois serviços; o director do serviço de Urbanismo; e de um professor universitário⁸⁰⁴.

Uma vez que as províncias de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné, Macau e Timor não possuíam comissões de monumentos à semelhança daquelas existentes em Angola e Moçambique, estabeleceu-se que estas deveriam ser criadas de modo a prestarem apoio às divisões de monumentos das Obras Públicas. À semelhança do que observámos a propósito da constituição das divisões de monumentos, constatámos que também aqui houve uma adaptação ao nível dos vogais: o cargo de presidente seria desempenhado pelo secretário-geral tal como em Angola e Moçambique e os vogais também seriam os mesmos, com

⁸⁰² *Diário do Governo* nº273, I Série, "Decreto nº470/72", 23 de Novembro de 1972, pp. 1728-1729.

⁸⁰³ Cf. *Diário do Governo* nº273, I Série, "Decreto nº470/72", 23 de Novembro de 1972, pp. 1728-1729; ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n [Projecto de Decreto], s/d [1973].

⁸⁰⁴ Além destes vogais as comissões de monumentos de Angola e Moçambique deveriam ser constituídas pelo director provincial dos serviços de Educação, por um representante do Episcopado e outro do Comando Militar, por representantes de instituições culturais oficiais e privadas convidadas e por pessoas de reconhecida competência nomeadas pelo governador-geral. O lugar de secretário seria ocupado pelo chefe de secretaria do Serviço de Monumentos. Cf. ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n [Projecto de Decreto], s/d [1973].

excepção para o professor universitário e para o representante do Instituto de Investigação Científica porque estes organismos não existiam nos territórios em causa. Em compensação determinou-se a inclusão do director do Centro de Estudos que, recorde-se, existia na Guiné Portuguesa. Estas comissões, à semelhança do que já acontecia em Angola e Moçambique seriam essencialmente órgãos consultivos que funcionariam junto das direcções ou repartições provinciais de Obras Públicas, competindo-lhes pronunciar-se sobre questões lançadas pelo governo; apreciar e emitir pareceres relativos a assuntos expostos pelos serviços ou divisões de monumentos das Obras Públicas; propor ou emitir pareceres acerca de propostas de classificação ou desclassificação do património cultural; decidir processos de impugnação de bens inventariados ou classificados; pronunciar-se sobre projectos de restauro e construção de novos padrões; propor medidas conducentes à salvaguarda e valorização do património em causa apoiadas em pareceres técnicos das Obras Públicas; propor ou alvitrar acerca da aquisição/expropriação de bens móveis, imóveis e sítios; promover medidas legais e apoiar os serviços técnicos na protecção do património classificado; definir multas e sanções para aqueles que não respeitassem a legislação patrimonial vigente e contribuíssem para a destruição do património classificado; promover iniciativas culturais de divulgação; ou propor anualmente ao governo as dotações necessárias ao cumprimento dos planos dos serviços técnicos, esclarecendo-se que a dotação não deveria ser inferior a meio milésimo da receita global⁸⁰⁵.

Tendo em consideração, como dizíamos, que a proposta de definição de competências destas comissões de monumentos ultramarinas terá resultado do conhecimento, estudo e adaptação da legislação em vigor na metrópole, em Angola e em Moçambique, interessa-nos sobretudo destacar o facto de nesta ocasião se ter utilizado recorrentemente a expressão “património cultural”. Afinal, pouco tempo antes, no ano de 1972, o mais recente diploma referente à orgânica das Obras Públicas no ultramar associava as comissões de monumentos a “monumentos históricos e arqueológicos da província”⁸⁰⁶; em Angola no mesmo ano de 1972 falava-se na conservação e defesa de imóveis de reconhecido valor artístico, histórico e arqueológico mas, também, monumentos megalíticos, grutas, castros, rochedos

⁸⁰⁵ ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n [Projecto de Decreto], s/d [1973].

⁸⁰⁶ *Diário do Governo* nº273, I Série, “Decreto nº470/72”, 23 de Novembro de 1972, p. 1721

fisionómicos, penhas ou monólitos⁸⁰⁷; ou em elementos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico em Macau por influência da Lei nº2:032 de 1949⁸⁰⁸ estendida às províncias ultramarinas no ano de 1949⁸⁰⁹; e em Moçambique desde 1943 que se concedia o título de monumento ou relíquia a edifícios, sítios ou objectos⁸¹⁰. Contudo, a utilização da expressão “património cultural” tal como ocorre no âmbito desta reunião é assaz rara, senão inexistente, datando porém de 1972 a convenção da UNESCO para a protecção do património mundial, cultural e natural. No entanto, na nossa opinião a utilização desta expressão será uma tentativa de abranger tanto os tais imóveis, móveis e sítios de valor artístico, histórico, arqueológico ou paisagístico e não tanto, como acontece actualmente, de abarcar bens materiais e imateriais porque, de resto, não é feita qualquer alusão, nem faria sentido que fosse tendo em consideração a associação destas comissões às Obras Públicas, a património imaterial. Isto embora numa fase prévia à elaboração deste projecto de decreto que temos vindo a analisar, Pedro Quirino da Fonseca, Fernando Batalha e Luís Benavente tivessem ponderado incumbir aqueles organismos ultramarinos da orientação e do fomento do “aperfeiçoamento, valorização e divulgação das artes populares, tradições e folclore, recolhendo os elementos que interessem salvaguardar.”⁸¹¹ O abandono desta ideia inicial explicar-se-á, segundo nos parece, pela seguinte razão: em determinado momento⁸¹², aparentemente numa fase anterior à apresentação deste projecto de decreto mas igualmente no âmbito deste encontro, pensou-se na criação destes órgãos provinciais de protecção patrimonial de forma aparentemente totalmente autónoma das direcções ou repartições provinciais de Obras Públicas ou de qualquer outra entidade pública, falando-se num Serviço do Património Cultural que no fundo correspondia aos serviços de monumentos integrados nas Obras Públicas, e em Conselhos de Património Cultural que viriam a ser as comissões de monumentos consultivas dos governos provinciais, bases de apoio e de orientação daqueles serviços. No fundo, segundo nos parece, depois de um momento de maior arrojo ter-se-á percebido que seria bastante complicado criar e manter um serviço

⁸⁰⁷ ANBA, FFB, cx. 30, pt. M.N., doc. s/n, 13 de Abril de 1972.

⁸⁰⁸ *Diário do Governo* nº248, I Série, “Portaria nº14 602”, 9 de Novembro de 1953, pp. 1379-1380.

⁸⁰⁹ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

⁸¹⁰ *Boletim Oficial de Moçambique* nº8, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, pp. 59-61.

⁸¹¹ ANBA, FFB, cx. 30, pt. M.N., doc. s/n [Serviço de Património Cultural e Conselho de Património Cultural], s/d [1973].

⁸¹² *Ibidem*.

patrimonial independente de qualquer outro serviço estatal como eram, neste caso, as direcções e repartições provinciais de Obras Públicas, sobretudo no que concerne à execução das obras de conservação e restauro dos monumentos conhecidos ou desconhecidos que entretanto seriam inventariados, classificados e divulgados. Mesmo na metrópole, recorde-se, o equivalente a estas comissões de monumentos com funções orientadoras e consultivas, a 4ª subsecção da 2ª secção da Junta Nacional de Educação do Ministério da Educação Nacional⁸¹³, contava com a capacidade técnica da DGEMN que, por sua vez, estava na alçada das Obras Públicas. No fundo, a associação (obrigatória) destes serviços ultramarinos às Obras Públicas acabou por inviabilizar a tal atenção ao património imaterial.

Em síntese, neste encontro realizado no ano de 1973 estabeleceu-se que era fundamental repensar a questão da salvaguarda patrimonial ultramarina porque, com excepção para Angola e Moçambique, as restantes províncias ultramarinas continuavam órfãs de serviços executivos e comissões orientadoras e consultivas de monumentos; os serviços e comissões existentes tinham a sua actividade muito limitada pela clara preferência pela construção de edifícios novos e pela falta de articulação entre ambos; a falta de legislação, da sua aplicação real, de fiscalização, ou o desejo de progresso nestes territórios culminava, muitas vezes, na danificação ou perda total de monumentos históricos. Como tal, tendo em consideração sobretudo a realidade e legislação de Angola, de Moçambique e da metrópole mas, também, os princípios internacionais fixados na *Carta de Veneza*, pela UNESCO ou pelo Conselho da Europa⁸¹⁴, a importância cultural dos bens em causa e, ainda, o “relevante significado político”⁸¹⁵ de medidas referentes à protecção dos “marcos da multicentenária presença portuguesa no Ultramar”⁸¹⁶, considerou-se importante estabelecer o tal projecto de decreto analisado há momentos. Assim, tendo em consideração um universo constituído por bens

⁸¹³ Antes da reorganização do ano de 1965 estas funções eram desempenhadas pela 1ª subsecção da 6ª secção da mesma Junta Nacional de Educação. Cf. *Diário do Governo* nº116, I Série, “Decreto-Lei nº26:611”, 19 de Maio de 1936, p. 541; *Diário do Governo* nº114, I Série, “Decreto nº 46 349”, 22 de Maio de 1965, pp. 714-715.

⁸¹⁴ São feitas referências às “Recomendações acerca da conservação dos bens culturais postos em perigo pela execução de obras públicas ou particulares” adoptadas na conferência da 15ª reunião da UNESCO realizada em Paris a 19 de Novembro de 1968; à colecção “Museus e Monumentos”; e a uma recomendação apresentada numa reunião do Conselho da Europa em Julho de 1973 em Zurique. Cf. ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

⁸¹⁵ ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

⁸¹⁶ *Ibidem*.

imóveis e móveis de interesse histórico, arqueológico, artístico e científico e por conjuntos históricos e culturais, propôs-se oficialmente a reestruturação ou criação de serviços de monumentos em cada uma das províncias ultramarinas. A estes serviços caberia a pesquisa, o estudo, a inventariação, classificação, conservação e divulgação cultural daquele património.

No fundo, este encontro assoma-se como uma tentativa de efectivar o altamente necessário mas extraordinariamente complexo e ambicioso projecto de salvaguarda patrimonial de tendência centralizadora que começou a ser consistentemente pensado e gizado a partir do ano de 1958 com a responsabilização da DGOPC do Ministério do Ultramar pelo inventário, classificação e orientação de trabalhos de conservação e restauro dos monumentos nacionais ultramarinos. É, também, a prova cabal do pouco sucesso dessa determinação pioneira, das dificuldades sentidas localmente mesmo nos casos de Angola e Moçambique onde existiam comissões de monumentos desde os anos de 1922 e 1943 respectivamente mas, também, da ausência ou insuficiência de resultados da comissão criada junto do Gabinete de Estudos da Direcção-Geral de Educação do Ministério do Ultramar em 1968 ou dos trabalhos projectados pela Junta de Investigações do Ultramar com o mesmo objectivo de garantir a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino.

Não colocamos em causa a importância desta tentativa do *Estado Novo* criar um modelo de salvaguarda patrimonial para os territórios ultramarinos. Pelo contrário, reconhecemos plenamente o pioneirismo desta obra sem precedentes porque neste contexto foram, efectivamente, tomadas medidas no sentido de proteger, recuperar, revitalizar e divulgar os monumentos ultramarinos, tanto a nível local como central, tanto pelo governo como pela Igreja ou por particulares, tendo-se apostado, tal como acontecia na metrópole, na elaboração de legislação e na colaboração de arquitectos especializados no restauro de monumentos. No entanto, parece que os problemas acabaram por ter mais força que as soluções elaboradas em grande parte pelo incansável arquitecto Luís Benavente. Faltou legislação específica que tivesse em consideração as diferentes realidades; a maioria das províncias não tinha os serviços necessários; escasseavam verbas, materiais e mão-de-obra; e faltou articulação entre os diferentes territórios e Lisboa, questão que se procurou

resolver, como dizíamos há pouco, através da criação do tal modelo centralizador em grande parte influenciado pela realidade da metrópole.

Por outro lado, o facto de no ano de 1973 se continuar a insistir na importância deste projecto de salvaguarda patrimonial e na apresentação dos monumentos ultramarinos como padrões da presença e da soberania portuguesa naqueles territórios, leva-nos a crer na continuidade da política colonial salazarista tantos anos depois dos primeiros momentos de inculcação da tal mística imperial propagadora do direito histórico de descobrir, conquistar, ocupar e civilizar. Afinal, convém recordar que na lógica *estadonovista* estes monumentos ultramarinos não eram somente testemunhos materiais da antiguidade e da excelência da acção colonizadora portuguesa, eram, também, fontes de inspiração, de influência espiritual, para todos os portugueses que defendiam a Nação e o Império, combatendo com armas ou diplomacia “até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever”⁸¹⁷: honrar o passado elevando o presente, isto é, dignificar a memória do Império, salvaguardando um verdadeiro império da Memória.

⁸¹⁷ António de Oliveira Salazar, “O caso de Goa”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, vol. V, p. 277.

a missão que nos está confiada tem o maior interesse pois pretende voltar a por em valor, elementos locais atestando que a colonização portuguesa, e empregamos de propósito este termo, sobre o qual hoje se tornou moda depreciar-se-lhe o verdadeiro sentido, foi realizada dentro de um espírito de humanismo e cultura, a um nível que poderá servir de exemplo àqueles próprios que pretendem negar-lhe o significado.

Luís Benavente, 1958.

A salvaguarda do património arquitectónico, ultramarino ou não, implica a existência de um universo patrimonial observado, apreendido e gerido de diferentes formas consoante as circunstâncias de um tempo e local específico e da própria predisposição ou interesse dos sujeitos que contactam com estes objectos dotados de uma extraordinária capacidade de invocar a memória. Na verdade esta interpelação da memória é uma capacidade inerente dos monumentos, é o elemento comum que os une e caracteriza⁸¹⁸, havendo, no entanto, uma série de variáveis ao nível das atitudes e das ferramentas utilizadas ou não para a sua preservação, variando entre o desprezo, o desrespeito ou a valorização. O desprezo e o desrespeito reflectem-se no abandono ou na destruição parcial ou total destes objectos que com o passar do tempo perdem a sua utilidade, enquanto a valorização se traduz na tentativa de preservá-los através da elaboração de inventários, de legislação ou de estudos, da concretização de obras de conservação ou de restauro, da sua reutilização e divulgação.

Deste modo, na segunda parte deste estudo pretendemos observar cada um dos casos – São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa, Macau e Timor – com o objectivo de identificar e analisar as diferentes atitudes tomadas em relação aos monumentos nacionais ultramarinos, enquadrando-as no contexto em que se manifestam. Para isso, numa primeira fase é fundamental conhecermos os objectos

⁸¹⁸ Cf. Françoise Choay, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2008, pp. 17-18.

de estudo, as suas origens, as suas características, a sua história, pois de outra forma não seria possível compreendermos as atitudes suscitadas por estes monumentos.

Num segundo momento, tendo presente a tal capacidade rememorativa destes monumentos, o interesse do *Estado Novo* na sua indexação a determinados momentos ou figuras históricas e o peso do colonialismo na ideologia deste regime, interessa-nos compreender qual a importância de cada uma das províncias ultramarinas e, consequentemente, do seu património arquitectónico, neste contexto. No fundo, pretendemos compreender se existe uma ligação entre a relevância estratégica, geográfica, económica, ideológica ou cultural destes territórios e o maior ou menor investimento em intervenções de conservação e restauro dos respectivos monumentos.

O terceiro momento de estudo de cada um destes capítulos será dedicado aos programas, às práticas e aos critérios identificáveis, isto é, às manifestações de consciência patrimonial de alguns defensores do património, à filosofia e actuação das comissões de monumentos criadas em Angola, Moçambique, na Índia Portuguesa e em Macau, às missões de técnicos da metrópole no ultramar, às tentativas de inventário, classificação, reutilização e divulgação deste universo patrimonial.

O quarto momento será dedicado especificamente à apresentação e análise breve e metódica das obras de conservação e restauro realizadas no período cronológico definido em monumentos entendidos como tendo interesse nacional.

Finalmente, como forma de aperfeiçoar o conhecimento desta temática, na última fase destes capítulos iremos apresentar um caso de estudo cuja abordagem, comparativamente com o ponto anterior e com a breve resenha histórico-artística inicialmente apresentada, será manifestamente mais intensa.

1. O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No âmbito deste estudo a província ultramarina de São Tomé e Príncipe destaca-se por ter sido utilizada como primeiro campo de ensaio para a aplicação daquela que viria a ser a anteriormente revelada política centralizadora de salvaguarda patrimonial desenvolvida a partir da metrópole com contornos inovadores. Foi precisamente neste arquipélago – onde não havia uma comissão de monumentos como aquelas que

existiam no mesmo período na Índia Portuguesa, em Angola ou em Moçambique, mas que contava com um património bastante delapidado e com um corpo administrativo favorável à intervenção da metrópole – que o arquitecto Luís Benavente teve a sua primeira experiência ultramarina.

1.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência

Observando a arquitectura e urbanismo de São Tomé e Príncipe reconhecemos a existência de apenas dois núcleos verdadeiramente urbanos: a cidade de São Tomé na ilha homónima e a cidade de Santo António na ilha do Príncipe⁸¹⁹. Por esta razão e, naturalmente, pelas modestas dimensões do arquipélago, não será de estranhar que o número de monumentos históricos ali existente seja bastante mais reduzido do que o de outras antigas colónias portuguesas de África, casos de Angola ou Moçambique. Uma vez que durante o *Estado Novo* as políticas de salvaguarda patrimonial se dirigiram quase que apenas para a ilha de São Tomé, foquemo-nos neste núcleo⁸²⁰.

Tendo em consideração que os primeiros colonos terão sido enviados do Reino para esta ilha com o intuito de promover a plantação de cana-de-açúcar, seria natural que o primeiro núcleo urbano de São Tomé fosse organizado num local dotado de solos de qualidade, de um curso de água potável, e que fosse favorável à criação de um porto e de um sistema defensivo. A zona nordeste da ilha junto da Baía de Ana Chaves reunia todas estas condições⁸²¹. Assim, é precisamente aqui que encontramos alguns testemunhos arquitectónicos – é certo já muito alterados por intervenções posteriores – desta primeira fase de povoamento de São Tomé, como são os casos da igreja de Nossa Senhora da Graça ou sé catedral, da igreja e hospital da Misericórdia ou da igreja de Nossa Senhora da Conceição.

⁸¹⁹ José Manuel Fernandes, “As cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX - arquitectura e urbanismo”, Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, coord., *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA e IICT, 2012, p. 74.

⁸²⁰ Acerca da arquitectura e urbanismo do Príncipe e concretamente da cidade de Santo António vide José Manuel Fernandes, *op. cit.*, pp. 81-83.

⁸²¹ Teresa Madeira, José Manuel Fernandes, “São Tomé – Enquadramento Histórico e Urbanismo”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 366.

Por outro lado, em Quinhentos e Seiscentos, aquando do crescimento deste primeiro núcleo urbano para poente e para nascente foram surgindo novas edificações, a saber: a igreja do Bom Jesus, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, a fortaleza de São Sebastião e o forte de São Jerónimo a nascente; ou a antiga igreja de São João Baptista a poente. Já nos arredores da cidade, na estrada que segue até à Trindade, deparamo-nos com a igreja da Madre de Deus, caso de estudo a analisar no final deste capítulo.



Imagem 7 Fachada da igreja do Bom Jesus, templo dotado de uma nave octogonal.

Porém, nesta mesma cidade encontramos também exemplos arquitectónicos cujas origens remontam ao século XIX, como são os casos do Palácio do Governo, hoje já sem o aspecto de “mansão urbana tipicamente classicizante”⁸²² que ainda teria no início de Novecentos⁸²³, da antiga sede dos Correios – hoje ocupada pelo Tribunal – ou da Câmara Municipal⁸²⁴. Se é verdade que a tendência dominante na capital parece ser a desta arquitectura tradicional oitocentista⁸²⁵, não podemos deixar de mencionar alguns exemplos de uma produção mais arrojada, casos do Cine-Teatro Império – actual Cinema Marcelo da Veiga – ou do mercado municipal, dois edifícios de contornos *deco*⁸²⁶; da Escola de Artes e Ofícios posteriormente ocupada pela Direcção do Ensino Secundário; da actualmente abandonada Piscina Municipal Miramar/Clube Náutico localizada junto à fortaleza de São Sebastião; ou dos inequivocamente modernos edifícios dos CTT, da Informação e Turismo⁸²⁷ – actual sede da Companhia Santomense de Telecomunicações – ou da Casa Equador, presentemente Centro Cultural Português.

⁸²² José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 78.

⁸²³ Acerca das obras realizadas no século XX no Palácio do Governo *vide* Ana Vaz Milheiro, “São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)”, Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, coord., *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA e IICT, 2012, p. 100.

⁸²⁴ José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 78.

⁸²⁵ *Ibidem*, p. 77.

⁸²⁶ Acerca da arquitectura *deco* em São Tomé e Príncipe *vide* Ana Vaz Milheiro, *op. cit.* pp. 91-96.

⁸²⁷ Sobre este edifício *vide* Ana Vaz Milheiro, *op. cit.*, pp. 101-102.

Contudo, a verdade é que durante o *Estado Novo* não se assistiu em São Tomé apenas a um incremento da produção arquitectónica e urbanística – tanto pelos serviços provinciais de Obras Públicas como pelo Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar – mas, também, a uma consolidação das políticas de salvaguarda dos monumentos nacionais. Passemos, então, a uma breve introdução aos monumentos que estarão em destaque ao longo deste capítulo pelo facto de terem beneficiado de obras de restauro ou de conservação realizadas no período em estudo.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, São

Tomé: Trata-se de uma igreja de planta rectangular e nave única, tendo adossada à fachada uma torre sineira. Segundo parece terá tido sempre grande importância pois de acordo com Raimundo José da Cunha Matos, Catarina Alves, “senhora mui principal e das primeiras povoadoras da colónia”⁸²⁸, foi ali sepultada a 19 de Outubro de 1538⁸²⁹. A sua



Imagem 8 Altar-mor da igreja de Nossa Senhora da Conceição.

fundação em ano que desconhecemos ter-se-á devido a D. Manuel I (1469-1521)⁸³⁰, embora a formação da paróquia tenha ocorrido através de um decreto régio de 1588 assinado por D. Filipe I (1527-1598)⁸³¹. À semelhança do que aconteceu com as primeiras igrejas da ilha, este templo dedicado a Nossa Senhora da Conceição foi inicialmente construído em madeira e só depois em alvenaria⁸³². Ao longo dos anos esta igreja terá sofrido consideravelmente com os vários ataques e saques perpetrados por holandeses e franceses, sabendo que por volta de 1719 o bispo D. João de Sahagun

⁸²⁸ Raimundo José da Cunha Matos, *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963, p. 152.

⁸²⁹ *Ibidem*.

⁸³⁰ Manuel do Rosário Pinto, *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2006, p. 57.

⁸³¹ Francisco Vaz, *San Men Dêçu – A Senhora Mãe de Deus em S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria, 1989, p. 88.

⁸³² Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.*, p. 152.

determinou a sua reedificação⁸³³. Todavia, por volta do ano de 1835 ou de 1836 já estaria “em deplorável decadência”⁸³⁴.

Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, São

Tomé: A fundação deste pequeno templo pouco depois do ano de 1617 ter-se-á devido à vontade de Domingos Fernandes e da sua esposa Ana Manoel⁸³⁵. Mais tarde foi reedificado graças à devoção de Domingos da Guerra, um comerciante que granjeou grandes sucessos em Angola⁸³⁶. Localizada no litoral e quase no extremo sul da



Imagem 9 A capela de Nossa Senhora do Bom Despacho vista da marginal.

grande Baía de Ana Chaves, esta capela chamava bastantes fiéis para a veneração da imagem de Nossa Senhora de Belém, notando-se particular afluência aquando da sua festa de 1 de Janeiro de cada ano, dia em que tinha lugar uma procissão da sé para este templo⁸³⁷. No passado era ocasionalmente designada como capela de Nossa Senhora de Belém⁸³⁸. Trata-se de um templo de planta rectangular, nave única e dois campanários, um na fachada principal e outro numa das laterais, “friso pouco comum, de encanto”⁸³⁹.

Sé Catedral ou igreja de Nossa Senhora da Graça, São Tomé: Apesar da edificação de um primeiro templo dedicado a Nossa Senhora da Graça se ter devido a D. Manuel I⁸⁴⁰, o início das obras desta igreja remonta já ao reinado de D. Sebastião (1554-1578) que no ano de 1576 determinou a sua construção junto da antiga capela de São Tomé e de Nossa Senhora da Avé Maria, um dos primeiros edifícios sagrados da ilha⁸⁴¹. De modo a garantir a conclusão desta igreja de grandes dimensões, no ano de 1584 D. Filipe I determinou que enquanto as obras decorressem fossem anualmente aplicados 200\$000

⁸³³ Manuel do Rosário Pinto, *op. cit.*, p. 178.

⁸³⁴ Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.*, p. 152.

⁸³⁵ *Ibidem*, p. 151.

⁸³⁶ Frei Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos pregadores, e dos devotos da mesma Senhora*, Lisboa, Officina de António Pedrozo Galrao, 1723, vol. X, p. 422.

⁸³⁷ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 111.

⁸³⁸ *Ibidem*, p. 105.

⁸³⁹ *Ibidem*, p. 109.

⁸⁴⁰ Manuel do Rosário Pinto, *op. cit.*, p. 57.

⁸⁴¹ Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.*, p. 149.

réis neste empreendimento⁸⁴². Porém, este financiamento acabou por cessar, razão pela qual o frontispício viria a ser construído em madeira, tendo desabado com a cobertura no dia 4 de Junho de 1814⁸⁴³. Graças aos esforços de Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), à data possivelmente provedor da Fazenda e feitor da Alfândega⁸⁴⁴, do vigário Frutuoso de Brito Porto e do capitão João Viegas de Abreu⁸⁴⁵, o frontispício e outras partes arruinadas da igreja foram reconstruídas num intervalo de apenas seis meses, momento após o qual se apresentou “a renovada Igreja Catedral”⁸⁴⁶. Como demonstraremos adiante, entre os anos de 1938 e 1944 este templo voltaria a ser objecto de um restauro profundo que acabou por dotá-lo do aspecto revivalista visível na fachada. Refira-se, ainda, que no interior desta igreja deparamo-nos com diversos conjuntos azulejares, nomeadamente na parte inferior das paredes das naves laterais e na parede fundeira da capela-mor.



Imagem 10 Interior da sé catedral.

Fortaleza de São Sebastião, São Tomé: A principal construção defensiva da ilha de São Tomé terá sido construída por volta de 1575⁸⁴⁷ como uma forma de contrariar os ataques das potências coloniais estrangeiras. Esta fortificação de planta quadrangular dotada de quatro baluartes, com duas faces viradas ao mar, uma a terra – onde se encontra a porta de armas – e uma outra para a dita praia da PM, além da sua função

⁸⁴² *Ibidem.*

⁸⁴³ *Ibidem.*

⁸⁴⁴ *Ibidem*, p. 7.

⁸⁴⁵ *Ibidem*, p. 149.

⁸⁴⁶ *Ibidem.*

⁸⁴⁷ Manuel do Rosário Pinto, *op. cit.*, p. 67.

inicial recebeu ainda a Casa dos Pescadores nos anos 50 do século XX⁸⁴⁸, os serviços de Estatística⁸⁴⁹ e já depois da intervenção projectada por Luís Benavente e financiada pelo Ministério da Marinha, como demonstraremos adiante, o Comando de Defesa Marítima. No período pós-independência de São Tomé e Príncipe, esta fortaleza de São Sebastião foi integrada no Departamento de Museus e Monumentos do Ministério da Educação e Cultura com o intuito de albergar o Museu Nacional de São Tomé e Príncipe⁸⁵⁰.



Imagem 11 Vista da fortaleza de São Sebastião com uma face virada a terra, duas ao mar e uma para a praia PM.

1.2 São Tomé e Príncipe no contexto da política colonial do *Estado Novo*

A descoberta das ilhas de São Tomé e Príncipe é um assunto que ainda hoje permanece em aberto, persistindo as dúvidas relativas à data e aos seus descobridores. Contudo, após a análise de alguns textos escritos sobre o tema⁸⁵¹ parece-nos aceitável reconhecer que esta descoberta ocorreu nos primeiros anos da década de 70 do século XV. Isto porque, conforme os autores têm vindo a reconhecer, existe um aspecto praticamente irrefutável: o contrato celebrado entre Fernão Gomes e D. Afonso V (1432-1481). Em

⁸⁴⁸ Inês Castaño, *São Tomé e Príncipe: Cultura(s)/Património(s)/Museu(s)*, trabalho de projecto de mestrado em Museologia apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, vol. 1, p. 79.

⁸⁴⁹ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

⁸⁵⁰ Acerca deste museu *vide* Inês Castaño, *op. cit.*, vol. 1, pp. 78-82.

⁸⁵¹ Para uma síntese das várias teses relativas à data e aos descobridores de São Tomé e Príncipe *vide* Celso Baptista de Sousa, *São Tomé e Príncipe do Descobrimento aos meados do século XVI: Desenvolvimento Interno e Irradiação no Golfo da Guiné*, Lisboa, C. Sousa, 1990, pp. 33-38; Fernando Rui de Sousa Campos, *As relações entre Portugal e São Tomé e Príncipe: do Passado Colonial à Lusofonia*, Lisboa, Colibri, 2011, pp. 379-400.

Novembro de 1469 ou ainda em 1468⁸⁵², o referido mercador terá negociado com a Coroa o arrendamento do comércio exclusivo da Guiné por cinco anos, isto com a condição de todos os anos descobrir cem léguas da costa⁸⁵³. Assim, pensa-se que terá sido precisamente no cumprimento desta sua obrigação para com a Coroa Portuguesa que Fernão Gomes terá enviado na primeira expedição a esta costa João de Santarém e Pero Escobar⁸⁵⁴. Um outro assunto que parece não gerar grande celeuma é a possível descoberta da ilha de São Tomé a 21 de Dezembro, e das vizinhas de Ano Bom, Santo António ou Antão (actual Príncipe) nos dias 1 e 17 de Janeiro respectivamente, isto porque a sua denominação coincide com os nomes dos dias do antigo calendário hagiológico⁸⁵⁵.

O processo de colonização não terá sido fácil, tendo começado no ano de 1485 nos mesmos moldes implantados na Madeira e nos Açores – a capitania-donatária – no momento em que D. João II (1455-1495) doou São Tomé a João de Paiva. Poucos anos depois a doação da capitania viria a repetir-se, sendo a mesma entregue em 1490 a João Pereira e em 1493 a Álvaro Caminha (?-1499)⁸⁵⁶. Neste período a ilha de São Tomé destacava-se sobretudo pelo papel desempenhado nas relações estabelecidas com a feitoria de São Jorge da Mina pois, conforme explicou Maria Emília Madeira Santos, “a carreira de São Tomé constituía uma ligação marítima e comercial complementar da carreira da Mina”⁸⁵⁷, considerando-se proveitoso trazer produtos da Índia, desembarcá-los em Lisboa, embarcá-los para São Tomé e daí enviá-los para a Mina⁸⁵⁸. Já no início da segunda década de Seiscentos, São Tomé começou a afirmar-se como uma importante plataforma de distribuição de escravos vindos do Benim em troca dos produtos enviados da Mina e Índia, para depois de uma paragem em São Tomé rumarem à fortaleza de São

⁸⁵² Pedro Martins refere que a data de Novembro de 1468 “parece pouco provável, pois tudo indica que o contrato durou seis anos e que em 31 de Agosto de 1474 já não vigorava.” Cf. Pedro Martins, “Gomes, Fernão”, s/d, disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1114>, consultado a 24 de Novembro de 2014.

⁸⁵³ Carlos Agostinho das Neves, *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Imigração, Centro de Estudos de História do Atlântico, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar, 1989, p. 15.

⁸⁵⁴ *Ibidem*.

⁸⁵⁵ Francisco Tenreiro, *A Ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 57.

⁸⁵⁶ Carlos Agostinho das Neves, *op. cit.*, p. 16.

⁸⁵⁷ Maria Emília Madeira Santos, “Rotas Atlânticas: o caso da carreira de São Tomé”, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1990, p. 652.

⁸⁵⁸ *Ibidem*.

Jorge da Mina ou a Portugal⁸⁵⁹. Concomitantemente, o cultivo da cana-de-açúcar florescia e, com isso, aumentava também a importação de escravos de Angola e do Congo para trabalharem nesta produção. Contudo, quando chegamos à segunda metade do século XVII assistimos ao início de uma certa decadência ou paralisia da economia de São Tomé⁸⁶⁰, situação que só seria verdadeiramente invertida em Oitocentos com o início do afamado ciclo do cacau, um verdadeiro “período de euforia”⁸⁶¹ que duraria até ao final dos anos 20 de Novecentos.

No entanto, durante o *Estado Novo* constatou-se que a realidade de São Tomé e Príncipe era bastante distinta daquela que o ciclo do cacau fazia crer: tratava-se de uma economia extremamente volátil por ser altamente dependente do maior ou menor sucesso das colheitas e dos preços do mercado internacional. As duas crises da primeira metade do século XX confirmaram esta fragilidade, sendo que a primeira ocorrida por volta de 1919 se deveu à devastação dos cacaueiros por uma praga e a segunda, que se prolongou entre a depressão mundial de 1929-1930 e o final da Segunda Guerra Mundial, implicou a descida dos preços até um valor inferior ao custo de produção⁸⁶². Poucos anos depois, no final da década de 50 ou princípio de 60, São Tomé e Príncipe voltaria a viver nova crise, sendo esta justificada por Francisco Tenreiro pela queda da produção do cacau – que não obstante o mau momento continuava a constituir a base da economia do arquipélago – devido à utilização contínua dos solos já empobrecidos, a uma estrutura agrária antiquada, à dependência total do mercado externo e à queda dos preços⁸⁶³. Por seu lado, os agricultores santomenses em carta enviada pelo Centro Colonial ao Ministério do Ultramar, lamentavam-se na mesma época dos aumentos intoleráveis dos encargos e das imposições fiscais às quais estavam sujeitos⁸⁶⁴.

No final dos anos 50 e no início da década seguinte, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) notava já uma certa influência desta crise do cacau em São Tomé e Príncipe. A situação no habitualmente pacífico arquipélago agravar-se-ia com a

⁸⁵⁹ *Ibidem*, p. 654.

⁸⁶⁰ Carlos Agostinho das Neves, *op. cit.*, p. 29.

⁸⁶¹ ANTT, AOS, UL31, cx. 826, pt. 4, fl. 327, Abril de 1957.

⁸⁶² *Ibidem*, fls. 326-391, Abril de 1957.

⁸⁶³ Francisco Tenreiro, *op. cit.*, p. 228.

⁸⁶⁴ ANTT, AOS, UL31, cx. 826, pt. 4, fls. 326-391, Abril de 1957.

independência do então Congo Belga no mês de Junho de 1960⁸⁶⁵, bem como com um episódio curioso durante o qual surgiu propaganda dando conta que os comerciantes europeus estavam a vender comida envenenada à população⁸⁶⁶ mas, sobretudo, com o caso do paquete Santa Maria e o início da luta armada em Angola no ano de 1961⁸⁶⁷. Assim se explica o facto de nesta época a administração portuguesa ter incumbido a Polícia de Segurança Pública (PSP) e o Comando Militar da patrulha da capital durante a noite⁸⁶⁸, de ter aumentado os quadros da PIDE⁸⁶⁹ e de ter criado a Guarda Rural constituída por uma unidade da Guarda Nacional Republicana (GNR)⁸⁷⁰. Já passado mas igualmente presente na memória comum de São Tomé estava ainda o episódio altamente marcante de 3 de Fevereiro de 1953, o dia do denominado “Massacre de Batepá” em que o governador Carlos de Sousa Gorgulho, como forma de travar uma alegada insurreição, desencadeou uma repressão indescritivelmente violenta que terminou no encarceramento, tortura e morte de muitos forros.

Este massacre de 1953 terá sido, na opinião do primeiro-ministro do governo logo após a independência de São Tomé e Príncipe, Leonel Mário D’Alva (1935-), “uma etapa que levou os são-tomenses a terem consciência de que a sua luta não deveria ser apenas pela igualdade dos direitos cívicos, mas também pela independência completa do país”⁸⁷¹. Nascia assim em 1960 o Comité pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), um movimento de libertação criado por Leonel Mário D’Alva mas, também, por Miguel Trovoada (1936-), João Guadalupe de Ceita (1929-) e António Pires dos Santos, entre outros⁸⁷² que devido à situação política da então colónia portuguesa se fixaram em Libreville e em Acra⁸⁷³, portanto no Gabão e no Gana, vizinhos já independentes. Apesar de no ano de 1962, o CLSTP ter participado com o Partido Africano da Independência da

⁸⁶⁵ ANTT, AOS, UL32A1, cx. 705, pt. 3, fl. 115, 12 de Agosto de 1960.

⁸⁶⁶ *Ibidem*, fl. 119, 23 de Dezembro de 1960.

⁸⁶⁷ *Ibidem*, fl. 141, 16 de Maio de 1961

⁸⁶⁸ *Ibidem*, fl. 133, 27 de Fevereiro de 1961.

⁸⁶⁹ *Ibidem*, fl. 115, 12 de Agosto de 1960

⁸⁷⁰ *Ibidem*.

⁸⁷¹ Entrevista de Leonel Mário D’Alva ao DW, 2014, disponível em <http://www.dw.de/massacre-de-batep%C3%A1-despertou-leonel-m%C3%A1rio-dalva-para-a-luta-independentista/a-17940249>, consultado a 24 de Novembro de 2014.

⁸⁷² Gerhard Seibert, “A política num micro-Estado: São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos”, Michel Cahen, dir., *Transitions libérales en afrique lusophone*, Paris, Editions Karthala, 1995, p. 241.

⁸⁷³ *Ibidem*.

Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, os anos que se seguiram ficaram marcados por conflitos internos entre as duas facções sedeadas nas cidades supramencionadas e pelo golpe militar que no ano de 1966 ditou a deposição do líder do Gana, Kwame Nkrumah (1902-1972). Este acontecimento acabou por fomentar a dispersão dos santomenses, assistindo-se a movimentações para Brazzaville e depois para Santa Isabel (Guiné Equatorial)⁸⁷⁴, o que, naturalmente, prejudicou a actividade do CLSTP⁸⁷⁵. Finalmente no ano de 1972 os nacionalistas santomenses que estiveram na origem daquele movimento de libertação voltaram a reunir-se em Santa Isabel com o intuito de reestruturarem o CLSTP, o que acabou por levar à criação do Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), cujo secretário-geral viria a ser Manuel Pinto da Costa (1937-). Todavia, a verdade é que não obstante a existência deste movimento de luta política pela libertação de São Tomé e Príncipe e de casos de resistência popular, neste arquipélago, ao contrário do que aconteceu em Angola, Moçambique ou na Guiné Portuguesa, não houve luta armada. A principal justificação para tal realidade terá sido, possivelmente, o entendimento da inviabilidade de tal acção neste território insular de pequenas dimensões.

Tendo em consideração a extraordinária instabilidade da economia da província e os momentos de crise vividos durante o *Estado Novo*, São Tomé e Príncipe não era uma província ultramarina particularmente atractiva para o Governo Português. Isto não querará dizer que se tolerasse a sua independência, um cenário considerado como sendo pouco provável devido à modesta actividade do CLSTP/MLSTP. São Tomé e Príncipe seria historicamente parte integrante da Nação portuguesa e esse motivo era suficiente para que ali se promovessem, sobretudo a partir da década de 50, campanhas de urbanização e construção de equipamentos oficiais nos principais núcleos urbanos, procurando-se, simultaneamente, recuperar os monumentos coevos dos primórdios da presença portuguesa.

1.3 Programas, práticas e critérios durante o *Estado Novo*

⁸⁷⁴ Carlos Benigno da Cruz, *S. Tomé e Príncipe: do Colonialismo à Independência*, Lisboa, Morais, 1975, p. 27.

⁸⁷⁵ Gerhard Seibert, *op. cit.*, pp. 241-242.

As iniciativas do governador Ricardo Vaz Monteiro nos anos 30 e 40

Ricardo Vaz Monteiro foi governador de São Tomé e Príncipe entre os anos de 1933 e 1941 e, segundo nos parece, terá sido o grande responsável pelo arranque daquela que podemos considerar como tendo sido a primeira fase de verdadeira promoção de trabalhos de restauro de monumentos desta colónia durante o *Estado Novo*. Na verdade, o ano de 1938 não ficou somente marcado pelo arranque de uma primeira fase de desenvolvimento da arquitectura pública e do urbanismo de São Tomé⁸⁷⁶ mas, também, pelo início de uma série de obras de restauro ou reconstrução dos monumentos da capital, fenómenos que podem ser explicados, na nossa opinião, pelo bom momento económico da colónia mas, sobretudo, conforme assegura o pe. Francisco Vaz, pela aproximação da comemoração do duplo centenário de 1940⁸⁷⁷. Efectivamente, confirmando “a boa situação da colónia”⁸⁷⁸ e mostrando que “essa situação vem melhorando de ano para ano”⁸⁷⁹ mas deparando-se com o estado de conservação “lamentável”⁸⁸⁰ das igrejas de São Tomé, o governador terá determinado que o pe. José Esteves Luís e Álvaro Fraião elaborassem um relatório concernente a estes templos, de modo a “sobre eles chamar a atenção de Lisboa”⁸⁸¹, o que, como veremos adiante, viria efectivamente a acontecer.

Assim, a partir dos anos de 1938 e 1939 deu-se continuidade às obras de reformulação quase total da sé catedral, iniciou-se o restauro da capela militar da fortaleza de São Sebastião, e concluíram-se os trabalhos da igreja de Nossa Senhora das Neves, templo construído “sob os restos da igreja primitiva de que só foi possível aproveitar parte das paredes”⁸⁸². Esta medida foi igualmente tomada no caso de Santana, de cuja igreja primitiva só se aproveitou parte das paredes para construir um novo templo

⁸⁷⁶ Ana Vaz Milheiro, “São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)”, Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, coord., *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA e IICT, 2012, p. 91.

⁸⁷⁷ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 64.

⁸⁷⁸ Ricardo Vaz Monteiro, *Relatório Anual do Governador - 1938*, S. Tomé e Príncipe, Imprensa Nacional, s/d [1939], p. 117.

⁸⁷⁹ *Ibidem*

⁸⁸⁰ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 64.

⁸⁸¹ *Ibidem*.

⁸⁸² Ricardo Vaz Monteiro, *op. cit.*, p. 125.

praticamente concluído no final do ano de 1938⁸⁸³. No ano seguinte, portanto em 1939, parte destas obras continuaram a par de reparações na igreja do Bom Jesus, templo que segundo a placa existente na sua fachada tinha sido reconstruído no ano de 1936. Nestes casos, segundo nos parece, com excepção para a sé catedral e para a capela de São Sebastião, a preocupação dos responsáveis por estas obras em pré-existências não terá sido aquela observável aquando das missões do arquitecto Luís Benavente. Afinal, aqui não observamos uma tentativa de recuperação (mais ou menos efabulada) do aspecto primitivo dos templos, mas antes o desejo de beneficiar estes edifícios ou de construir novos, uma posição que viria a ser novamente defendida pelo engenheiro Santos Paiva do Gabinete de Urbanização do Ultramar já no final dos anos 50 no âmbito dos planos de urbanização das povoações de São Tomé e Príncipe⁸⁸⁴:

*As povoações que vão ser urbanizadas têm quase todas Igrejas que, embora não satisfaçam plenamente, podem ser aproveitadas desde que recebam, beneficiações. Assim se evitam encargos elevados que haveria se para todas as povoações fossem logo desde início construídas Igrejas novas. (...) As vilas da Trindade, Neves e Santana, pelo desenvolvimento populacional que se lhes pretende dar, justificam a construção de novas Igrejas, além das que possuem.*⁸⁸⁵

Contudo, apesar do governador Vaz Monteiro não aludir a tal situação, parece-nos que este conjunto de obras de restauro ou de reconstrução quase total de templos à data muito arruinados, ter-se-á devido, também, ao início de uma nova fase de acção missionária em São Tomé e Príncipe, uma realidade que se deveu aos claretianos e à fundação da sua missão católica no ano de 1928 na vila da Trindade⁸⁸⁶. Isto porque foi a acção destes missionários que permitiu ao longo de dez anos a ocorrência de uma série de transformações em São Tomé. A este nível podemos destacar o facto de na sequência do comprometimento desta corporação missionária com a então colónia, a

⁸⁸³ *Ibidem*. A placa comemorativa que mencionámos anteriormente dá conta que a igreja foi “Mandada reconstruir por o Governador Vaz Monteiro Ano 1940”, o que significa que as obras estariam concluídas nesse ano de 1940.

⁸⁸⁴ Ana Vaz Milheiro, *op. cit.*, p. 108.

⁸⁸⁵ AHU, OP07653, A1/cx. 41, MU, DGOPC, DSUH, doc. s/n [Urbanização de Povoações – Considerações Gerais], s/d [c. 1958-1958].

⁸⁸⁶ António Ambrósio, *Subsídios para a História de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 237.

situação de mais de cem anos de sé vacante verificada desde a renúncia de D. Bartolomeu dos Mártires de Maia (1764-1828) no ano de 1819, ter dado lugar a nova promoção a diocese no ano de 1941⁸⁸⁷, a partir de então sufragânea da arquidiocese de Luanda⁸⁸⁸. Assim, não é de estranhar que num período marcado pelo renascimento da diocese de São Tomé, pelo domínio dos claretianos e pela chegada de eclesiásticos para ocuparem as paróquias da colónia⁸⁸⁹, se tenha promovido o restauro das igrejas matrizes das doze freguesias existentes.

Para terminar esta análise das iniciativas de cariz patrimonial que tiveram lugar durante o governo de Ricardo Vaz Monteiro, parece-nos fundamental mencionar um outro caso ilustrativo do crescente de atenção para com os monumentos portugueses ultramarinos: as intervenções na fortaleza de São João Baptista de Ajudá. À data esta fortificação era uma dependência de São Tomé e Príncipe – uma situação facilmente explicada pela proximidade geográfica – e, como tal, acabou por beneficiar de uma série de trabalhos promovidos pelo menos entre 1932 e 1938 por Manuel Maria Pupo Correia⁸⁹⁰, capitão de Infantaria que quando chegou àquele enclave português em Ouidah se deparou com “um amontoado de ruínas misturadas com mato”⁸⁹¹. Ao longo dos anos Pupo Correia promoveu e dirigiu uma série de obras de grande vulto⁸⁹² cujo objectivo primordial passou pela tentativa de criar “obra portuguesa antiga”⁸⁹³, tendo, por exemplo, como referência para a reconstrução da casa existente na praça uma “solarenga construção beirã (reprodução quanto possível aproximada de casa de S. Miguel, em Viseu)”⁸⁹⁴. Esta opção é, na nossa opinião, extraordinariamente ilustrativa do modo como os princípios de restauro divulgados pela DGEMN permearam nas mentes daqueles – não

⁸⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸⁸ No ano de 1940 o Papa Pio XII, através da bula *Solemnibus Conventionibus*, determinou alterações importantes da hierarquia eclesiástica das colónias portuguesas. Entre estas podemos destacar, além da passagem da diocese de São Tomé a sufragânea de Luanda, a divisão e separação do território da Guiné, erecto missão “sui iuris”, da diocese de Santiago de Cabo Verde; a criação da arquidiocese de Luanda e das dioceses de Nova Lisboa e Silva Porto; ou a criação da arquidiocese de Lourenço Marques e das dioceses da Beira e de Nampula; bem como a criação da diocese de Díli depois da sua separação da diocese de Macau. Cf. *Boletim Geral das Colónias* nº188, 1941, pp. 82-86.

⁸⁸⁹ António Ambrósio, *op. cit.*, pp. 237-238.

⁸⁹⁰ Ricardo Vaz Monteiro, *op. cit.*, pp. 129-134.

⁸⁹¹ *Ibidem*, p. 129.

⁸⁹² Acerca destas obras vide Ricardo Vaz Monteiro, *op. cit.*, pp. 129-134.

⁸⁹³ Ricardo Vaz Monteiro, *op. cit.*, p. 131.

⁸⁹⁴ *Ibidem*.

necessariamente arquitectos – que gizaram e dirigiram intervenções em exemplares de arquitectura portuguesa ultramarina.

Depois deste conjunto de obras de restauro ou reconstrução, verificámos a existência de um hiato até ao final dos anos 50, situação que não exclui a realização pontual de pequenas reparações nestes monumentos de São Tomé e Príncipe. Efectivamente, sabemos que nos anos de 1948 e 1949 além de reparações na igreja de Santa Cruz dos Angolares⁸⁹⁵ a pedido do pe. Martinho Pinto da Rocha, como veremos adiante, terão sido



Imagem 12 Fachada da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, templo restaurado a partir do ano de 1958 segundo projecto de Luís Benavente.

realizados vários trabalhos na igreja de Nossa Senhora da Conceição⁸⁹⁶. Concomitantemente, refira-se que neste mesmo ano de 1949 o governador representante convidou o vigário geral da diocese para visitar “alguns lugares de culto, que, pela sua antiguidade, podiam ser considerados de interesse histórico...”⁸⁹⁷, o que, como dissemos anteriormente, revela algum interesse de Afonso Manuel Machado de Sousa por estas questões patrimoniais. Acerca desta visita sabemos somente que os protagonistas passaram pelos vestígios de uma capela identificada pelo vigário geral como sendo das primeiras de São Tomé e Príncipe, mas também por um antigo cemitério, ambos descobertos junto à sé aquando da realização de obras de urbanização⁸⁹⁸. Note-se que esta iniciativa do governador Machado de Sousa ter-se-á revestido de um carácter excepcional num cenário marcado por monumentos carentes de muitas intervenções e pela falta de resposta. Senão veja-se como nesse mesmo ano o vigário geral da diocese abriu uma subscrição com o intuito de evitar o desmoronamento da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho. O resultado desta

⁸⁹⁵ AHU, OP00139, 4/2618-2/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1949].

⁸⁹⁶ AHU, OP02737, 8/90-1/3, MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1948].

⁸⁹⁷ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 275.

⁸⁹⁸ *Ibidem*, p. 50, pp. 275-276.

iniciativa acabaria por ser nulo, pois conforme afirmou o pe. Francisco Vaz: “a subscrição morreu à nascença”⁸⁹⁹.

O contributo do Gabinete de Urbanização do Ultramar

A intenção de garantir a salvaguarda do património arquitectónico de São Tomé e Príncipe de forma articulada e a partir da metrópole, apesar de se tratar de uma província ultramarina onde não existia uma comissão de monumentos, não surgiu apenas no ano de 1958. Efectivamente, logo no início do ano de 1956 o subsecretário de Estado do Ultramar, Carlos Krus Abecasis, possivelmente na sequência de uma solicitação do governador representante de São Tomé e Príncipe, José Machado⁹⁰⁰, determinou que o Gabinete de Urbanização do Ultramar elaborasse um estudo acerca da igreja da Madre de Deus⁹⁰¹. Deste modo, o director do GUU incumbiu Eurico Machado da apresentação de algumas notas relativas ao templo em causa⁹⁰². A escolha deste engenheiro civil da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas à data em serviço no GUU, explicar-se-á pelo facto de Eurico Machado ter visitado São Tomé no ano de 1955 com o propósito de elaborar estudos urbanísticos⁹⁰³. Por coincidência, nos momentos que antecederam esta viagem, Eurico Machado cruzou-se com um artigo publicado no *Diário de Notícias* no qual se descreviam as festividades natalícias da população na “velha Igreja arruinada”⁹⁰⁴ da Madre de Deus. Adicionalmente, antes da partida deste engenheiro, Baltazar Castro, arquitecto que estivera em São Tomé e Príncipe no ano de 1950⁹⁰⁵, cedeu-lhe um conjunto de documentos referentes às construções mais relevantes da província “de forma a habilitar-me a alguma possível intervenção a favor da respectiva conservação e protecção”⁹⁰⁶.

⁸⁹⁹ *Ibidem*, p. 119.

⁹⁰⁰ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 22 de Julho de 1958.

⁹⁰¹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 14, 25 de Janeiro de 1956.

⁹⁰² *Ibidem*, doc. 13, 24 de Janeiro de 1956.

⁹⁰³ *Ibidem*.

⁹⁰⁴ *Ibidem*.

⁹⁰⁵ AHU, 380 A, 1I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 24 de Janeiro de 1951.

⁹⁰⁶ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 14, 25 de Janeiro de 1956.

Munido desta documentação e dos elementos recolhidos aquando da sua estadia na ilha – uma planta topográfica e uma planta da igreja – a 24 de Janeiro de 1956 Eurico Machado apresentou os resultados do seu estudo, cuja natureza iremos aprofundar adiante mas que, podemos desde já adiantar, continha uma série de notas relativas ao melhor modo de recuperar a igreja da Madre de Deus. Além do estudo do engenheiro Machado,



Imagem 13 Vista da nave da igreja da Madre de Deus sem cobertura e invadida por vegetação, c. 1956-1959. ANTT, FLB, cx.96, pt. 631, doc.7.

conforme relatou o arquitecto João António Aguiar (1906-1974), o GUU ainda auscultou outros conhecedores da construção, como seria o caso de José Alves Baptista Mendonça, professor⁹⁰⁷ que cedeu um conjunto de oito fotografias tiradas no ano de 1955⁹⁰⁸. Finalmente, após a conclusão deste processo iniciado, como dissemos, por vontade do subsecretário de Estado do Ultramar, este mesmo engenheiro Abecasis determinou a 25 de Janeiro de 1956 que se enviasse o estudo:

*ao Governo de S. Tomé, ao qual peço considere o assunto com o maior interesse e carinho, que a escassez de monumentos nacionais desta época na Província plenamente justifica. O Ministério dará todo o apoio a uma iniciativa de restauração, sobre que me parece não dever hesitar-se em presença de estimativa de custo tão modesta. Aguardo, portanto, notícia que o Senhor Governador entenda dar-me sobre a matéria*⁹⁰⁹.

A propósito deste episódio gostaríamos de salientar duas questões fundamentais para o entendimento do modo como a salvaguarda dos monumentos nacionais de São Tomé e Príncipe se foi desenrolando. Primeiro, parece-nos altamente significativo o facto do subsecretário de Estado do Ultramar não ter solicitado estes elementos aos Serviços de Obras Públicas da província que, de resto, tinham executados os originais das plantas

⁹⁰⁷ Encontrámos apenas duas referências ao nome de José Alves Baptista da Cunha como co-autor de obras sobre Aritmética e Álgebra dos anos 40 do século XX.

⁹⁰⁸ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 2 de Fevereiro de 1956.

⁹⁰⁹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 14, 25 de Janeiro de 1956.

obtidas por Eurico Machado⁹¹⁰. A escolha do GUU explicar-se-á, eventualmente, pela constatação das limitações daquele serviço provincial mas, também, pelo facto do referido gabinete ter os seus arquitectos a elaborar projectos para São Tomé desde o ano de 1948⁹¹¹. Isto não significa que estes técnicos tivessem um conhecimento profundo do universo em causa pois, conforme alertou Ana Vaz Milheiro, as propostas eram simplesmente elaboradas “à distância e raramente com informações precisas”⁹¹². Deste de modo, não é de todo estranho que o director interino do GUU, o arquitecto João António Aguiar, tenha aconselhado o governador representante a promover “uma cuidadosa investigação local para a determinação dos acabamentos e de outros pormenores”⁹¹³. Segundo, o facto de terem sido pedidas informações acerca deste templo e não de qualquer outro – uma construção quinhentista dotada de um raro portal de expressão clássica – permite-nos adivinhar os critérios de selecção dos monumentos a intervencionar: a antiguidade e as qualidades arquitectónicas.

Na sequência do cumprimento do despacho do engenheiro Carlos Abecasis, a 26 de Março de 1956, o arquitecto João António Aguiar escreveu ao director-geral da DGEMN que, por sua vez, terá remetido o ofício ao director do Serviço de Monumentos Nacionais, Luís Benavente. Tendo o Ministério do Ultramar “o maior interesse em preservar e restaurar a Igreja da Madre de Deus e a Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho (...) e ainda as Fortalezas de S. Sebastião e S. Jerónimo”⁹¹⁴, solicitava-se a disponibilização de um arquitecto da DGEMN “conhecedor e experiente em obras de restauro de monumentos do século XVI”⁹¹⁵ para se deslocar a São Tomé e Príncipe com o intuito de orientar os Serviços de Obras Públicas da província no restauro daqueles monumentos. Teria início, deste modo, a ligação de Luís Benavente com os monumentos nacionais ultramarinos. A este propósito o arquitecto Benavente chegou a afirmar que foi “superiormente indicado para se deslocar à ilha de São Tomé”⁹¹⁶ mas,

⁹¹⁰ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 2 de Fevereiro de 1956.

⁹¹¹ Ana Vaz Milheiro, *op. cit.*, p. 97.

⁹¹² *Ibidem*.

⁹¹³ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 2 de Fevereiro de 1956.

⁹¹⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 1, 26 de Março de 1956.

⁹¹⁵ *Ibidem*.

⁹¹⁶ Luís Benavente, “Biografia do Arquitecto Luís Benavente ao Serviço da Nação”, José Manuel Fernandes, coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 56.

segundo nos parece, a sua vontade ter-se-á revestido de um grande peso na decisão final, pois afigura-se pouco verosímil que o director-geral enviasse o director do Serviço de Monumentos Nacionais para o ultramar sem que isso acarretasse algum prejuízo para o funcionamento da DGEMN. Certo é que o arquitecto Benavente tinha um grande interesse pela história da arquitectura portuguesa e teria, inclusivamente, algum conhecimento ou, pelo menos, curiosidade pelos monumentos portugueses ultramarinos. Assim o testemunham os contactos estabelecidos com o professor Arnold Walter Lawrence (1900-1991), secretário da Monuments and Relics Commission da Gold Coast africana, com quem Benavente trocou correspondência no ano de 1956 a propósito da sua ida a São Tomé e das fortificações portuguesas do território que actualmente corresponde ao Gana⁹¹⁷. Nesta ocasião Lawrence convidou Benavente para um “tour of historic monuments in the Gold Coast as a guest of this Commission”⁹¹⁸, reconhecendo que o arquitecto poderia identificar e estudar o contributo dos portugueses em pelo menos três monumentos: o castelo de Elmina e os fortes de Axim e Shama. Na sequência deste convite Benavente dedicou algum tempo ao estudo das fortificações da Costa da Mina⁹¹⁹.

A 2 de Maio de 1956 o GUU informou o governo de São Tomé e Príncipe da nomeação de Luís Benavente para responsável pelo estudo e restauro da igreja da Madre de Deus, da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, da fortaleza de São Sebastião e do fortim de São Jerónimo⁹²⁰. Nesta mesma ocasião esclareceu-se que a partida deste arquitecto estava prevista para daí a quarenta e cinco dias, solicitando-se dentro do prazo de um mês documentação que permitisse a Benavente ir preparando a sua missão, a saber: os alçados, um corte longitudinal e outros transversais das igrejas, bem como as plantas, alçados e cortes das fortificações e, ainda, outra documentação de arquivo⁹²¹. Esta complexificação de uma missão que inicialmente tinha em vista apenas o restauro da referida igreja da Madre de Deus, era perfeitamente expectável pois não seria razoável que o arquitecto Benavente se deslocasse até São Tomé e Príncipe com o

⁹¹⁷ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 2, 2 de Abril de 1956; *Ibidem*, doc. 6, 16 de Junho de 1956.

⁹¹⁸ *Ibidem*, doc. 2, 2 de Abril de 1956

⁹¹⁹ *Ibidem*, doc. 6, 1 de Junho de 1956.

⁹²⁰ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 2 de Maio de 1956.

⁹²¹ *Ibidem*.

objectivo de estudar e recuperar um único monumento. Deste modo, na nossa opinião, não podemos deixar de ver a planificação e execução desta missão a partir de 1956 como uma experiência absolutamente pioneira no sentido da centralização da questão da salvaguarda dos monumentos ultramarinos⁹²², uma estratégia que se procurou aplicar sistemática e consistentemente a partir do ano de 1958 com a publicação do Decreto nº 41 787.

Anuindo ao pedido feito por Luís Benavente, o Gabinete de Estudos e Projectos do GUU procurou nos seus arquivos os documentos solicitados mas, tal como seria de esperar, as informações obtidas revelaram-se escassas. De facto, o GUU só tinha na sua posse a planta e o corte do fortim de São Jerónimo, motivo pelo qual teve que elaborar os desenhos da igreja da Madre de Deus e da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho⁹²³. Relativamente à fortaleza de São Sebastião o atraso no envio da documentação seria superior pois à data o GUU ainda aguardava a chegada do técnico que iria executar o trabalho⁹²⁴. Assim terá sido esta a documentação (incompleta) enviada no dia 25 de Junho de 1956 por Lucínio Cruz (1914-1999) do GUU a Luís Benavente⁹²⁵. Todavia, como veremos, a viagem do arquitecto Benavente à província bem como o início da campanha de salvaguarda dos monumentos de São Tomé e Príncipe só teriam lugar no ano de 1958.

As missões do arquitecto Luís Benavente

Numa altura que coincidiu, segundo conseguimos apurar, com a preparação e publicação do Decreto nº41 787 de 1958, com a substituição do governador representante Octávio Ferreira Gonçalves pelo governador Manuel Marques de Abrantes Amaral e com a passagem do engenheiro Carlos Krus Abecasis de subsecretário de Estado do Ultramar para subsecretário de Estado do Fomento

⁹²² No ano de 2012 apresentámos uma comunicação cujo tema foi precisamente o pioneirismo deste caso. Cf. Vera Mariz, “O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o *Estado Novo*”, Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, coord., *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA e IICT, 2012, pp. 129-136.

⁹²³ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 18 de Junho de 1956.

⁹²⁴ *Ibidem*.

⁹²⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 19, 25 de Junho de 1956.

Ultramarino, reuniram-se as condições para que a questão em estudo fosse retomada. A 5 de Julho de 1958 Luís Benavente apresentou um relatório sumário acerca dos trabalhos a desenvolver no âmbito da sua missão a São Tomé, esclarecendo que à partida os monumentos a intervir seriam a igreja da Madre de Deus, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, a fortaleza de São Sebastião e o fortim de São Jerónimo⁹²⁶, ou seja, o mesmo lote definido no ano de 1956. Este relatório permite-nos avaliar o conhecimento de Luís Benavente em relação ao universo em causa, sendo possível concluir que este se limitava à documentação anteriormente mencionada. Não obstante esta falta de informação e o facto da tónica ter sido naturalmente colocada na necessidade de proceder a análises no local e no cálculo de estimativas relativas aos trabalhos a executar – com excepção para o caso da Madre de Deus cujo orçamento elaborado anteriormente por Eurico Machado mereceu o aval de Benavente⁹²⁷ – o arquitecto constatou desde início a importância desta campanha num contexto cada vez mais arraigadamente anticolonial, esclarecendo que:

*a missão que nos está confiada tem o maior interesse pois pretende voltar a por em valor, elementos locais atestando que a colonização portuguesa, e empregamos de propósito este termo, sobre o qual hoje se tornou moda depreciar-se-lhe o verdadeiro sentido, foi realizada dentro de um espírito de humanismo e cultura, a um nível que poderá servir de exemplo àqueles próprios que pretendem negar-lhe o significado*⁹²⁸.

Na sequência deste relatório elaborado em resposta a uma solicitação de Armando Girão⁹²⁹, este engenheiro director da DSUH, organismo que no ano de 1957 substituiu o GUU, avançou com uma série de propostas tendentes à boa concretização desta campanha de restauro da igreja da Madre de Deus e de estudo e elaboração das estimativas das obras a realizar na capela de Nossa Senhora do Bom Despacho e nas fortificações de São Sebastião e São Jerónimo. A proposta que mais se destaca prende-se com a importância de se determinar que os serviços provinciais de São Tomé e Príncipe colaborassem com Luís Benavente, esclarecendo-se que para a tomada de

⁹²⁶ *Ibidem*, doc. 23, 5 de Julho de 1958.

⁹²⁷ *Ibidem*.

⁹²⁸ *Ibidem*.

⁹²⁹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 24, 9 de Julho de 1958.

decisões de carácter não urgente se devia contactar a DGOPC do Ministério do Ultramar à qual deveriam, também, ser entregues os relatórios da autoria do arquitecto e dos referidos serviços provinciais⁹³⁰. Na nossa opinião, estas sugestões em jeito de determinações testemunham perfeitamente o desejo de controlo desta situação a partir da metrópole ou, se preferirmos, denunciam a afirmação de uma nova orientação que ficaria oficialmente definida em Agosto de 1958 com a publicação do decreto reorganizador da DGOPC do Ministério do Ultramar⁹³¹.

Após a apresentação desta informação o engenheiro Abecasis emitiu o seu parecer favorável, autorizando a ida de Luís Benavente em comissão eventual de serviço e determinando que a Direcção-Geral Civil e a Direcção-Geral da Fazenda tomassem as medidas necessárias para “que a viagem possa efectuar-se no mais curto prazo”⁹³². Concomitantemente, Eugénio Sanches da Gama, director-geral da DGOPC do Ministério do Ultramar, mostrou-se igualmente a favor desta iniciativa⁹³³, tendo informado o governador de São Tomé e Príncipe do projecto gizado na metrópole e da eminência da deslocação do arquitecto Benavente⁹³⁴. A este propósito não podemos deixar de notar, uma vez mais, o carácter impositivo do Governo central que sem consultar o então governador da província se limitou a informá-lo de um processo relativo a São Tomé mas totalmente gizado na metrópole. Certo é que a 4 de Setembro de 1958 determinou-se que uma verba da tabela orçamental de 1958 no valor de 400.000\$00 previamente destinada à construção de um edifício para o Centro da Mocidade Portuguesa⁹³⁵, fosse aplicada em trabalhos de restauro⁹³⁶, nomeadamente da igreja da Madre de Deus e da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho.

Um dos aspectos que consideramos fundamentais pela forma como demonstra o interesse de Luís Benavente por uma correcta aplicação do Decreto nº41 787 de 1958 ou, se preferirmos, pela centralização desta questão da salvaguarda dos monumentos ultramarinos e pelo estabelecimento de uma rede patrimonial portuguesa, surge

⁹³⁰ *Ibidem*.

⁹³¹ *Diário do Governo* nº 172, I Série, “Decreto 41 787”, 7 de Agosto de 1958, pp. 756-761.

⁹³² ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 24, 9 de Julho de 1958.

⁹³³ *Ibidem*.

⁹³⁴ *Ibidem*, doc. 26, 28 de Julho de 1958.

⁹³⁵ *Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe* nº26, I Série, “Portaria nº2:590”, 26 de Junho de 1958, p. 513.

⁹³⁶ *Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe* nº36, I Série, “Portaria nº2:627”, 4 de Setembro de 1958, p. 751.

associado ao caso de São Tomé e Príncipe logo a partir de 1958. Afinal, aquando da preparação da missão a desempenhar neste arquipélago, Benavente considerou que seria interessante passar por Angola para reunir elementos que lhe permitissem comparar as duas realidades⁹³⁷, o que veio efectivamente a acontecer após a primeira viagem a esta ilha atlântica.

A 30 de Setembro de 1958⁹³⁸, naquele que seria o seu primeiro contacto directo com o património português ultramarino, o arquitecto Benavente chegou a São Tomé com o propósito de dirigir o restauro da igreja da Madre de Deus e de estudar possíveis intervenções para os monumentos anteriormente mencionados. Tal como tinha sido superiormente determinado, o director do Serviço de Monumentos da DGEMN foi recebido por Manuel Honório de Matos Viegas, engenheiro-chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Fomento, que se comprometeu a disponibilizar todos os materiais e mão-de-obra necessários, incluindo um desenhador de 1ª classe⁹³⁹. No dia 1 de Outubro, antes de se lançar nos trabalhos da igreja da Madre de Deus, o arquitecto teve a possibilidade de vistoriar e fotografar os monumentos em causa na companhia daquele engenheiro e do reverendo vigário da diocese de São Tomé⁹⁴⁰. Esta missão que veio a incidir sobretudo no restauro da igreja da Madre de Deus mas que incluiu, também, a obtenção de documentação fotográfica de outros monumentos, o levantamento de plantas e o desenho de pormenores, terminaria no dia 19 de Novembro de 1958⁹⁴¹. Deste modo, do crédito de 400.000\$00 disponibilizado para os trabalhos de restauro terão sido despendidos nesta primeira fase apenas 26.785\$90, tendo-se estabelecido que alguns dos materiais impossíveis de adquirir em São Tomé seriam obtidos na metrópole⁹⁴².

No início do ano de 1959 o próprio Luís Benavente, tal como lhe competia, apresentou o relatório referente à sua missão a São Tomé, documento que nos permite confirmar a metodologia adoptada por um arquitecto que dava grande importância ao estudo dos

⁹³⁷ ANTT, cx. 75, pt. 527, doc. 24, 9 de Julho de 1958.

⁹³⁸ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 29 de Novembro de 1958.

⁹³⁹ *Ibidem*.

⁹⁴⁰ *Ibidem*.

⁹⁴¹ *Ibidem*.

⁹⁴² *Ibidem*.

monumentos a intervencionar, notando-se sobretudo uma atenção particular ao contexto da sua construção, motivo pelo qual terá desenvolvido um estudo acerca “do que tinha sido a ilha através dos tempos (...) desde a sua descoberta no período de arrendamentos das navegações, até aos nossos dias.”⁹⁴³ Como seria de esperar, apesar do objectivo primordial (e oficial) ser dar início às obras de restauro da igreja da Madre de Deus, o arquitecto Benavente aproveitou esta missão para conhecer outras igrejas, a saber: de Santa Madalena, da Trindade e de Santo Amaro, cujos altares estavam no ano de 1959 “à espera da hora fatal do fim”⁹⁴⁴, de Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora da Glória, de Santana, de São Francisco, de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Conceição, do Bom Jesus, de Nossa Senhora da Penha e a sé⁹⁴⁵. Na sequência destes contactos Luís Benavente concluiu que o cenário era “não de pobreza, mas de miséria”⁹⁴⁶, tendo considerado que o restauro daqueles templos abandonados ou adulterados “Seria um grande serviço a prestar à Nação e à província”⁹⁴⁷, pois estas igrejas uma vez recuperadas poderiam ser condignamente divulgadas como “verdadeiros monumentos da nossa acção além-mar”⁹⁴⁸. Neste mesmo relatório e como argumento a favor de uma campanha de restauro bem mais vasta que aquela prevista no ano de 1956, o arquitecto Benavente esclareceu que devido às pequenas dimensões de grande parte destas igrejas – com excepção para a majestosa sé – as intervenções necessárias não seriam particularmente onerosas, podendo ser facilitadas pela organização dos trabalhos em diversas fases⁹⁴⁹. Mais tarde, Benavente voltaria a retomar esta questão, sugerindo que para o cumprimento deste programa se fizesse acompanhar por um desenhador e que localmente lhe fossem cedidos auxiliares para trabalhar nas sondagens de cada uma das igrejas⁹⁵⁰. Depois, Luís Benavente realizaria os estudos necessários, cabendo aos serviços provinciais proceder às medições e elaboração dos orçamentos das obras de restauro previstas, tudo isto antes de se dar

⁹⁴³ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

⁹⁴⁴ ANTT, FLB, cx.75, pt. 523 A, doc. 8, 24 de Fevereiro de 1969.

⁹⁴⁵ *Ibidem*.

⁹⁴⁶ *Ibidem*.

⁹⁴⁷ *Ibidem*.

⁹⁴⁸ *Ibidem*.

⁹⁴⁹ *Ibidem*.

⁹⁵⁰ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 15 de Outubro de 1959.

início aos trabalhos e posterior dotação destes templos de altares e objectos de culto⁹⁵¹, uma forma de dignificar estes espaços e de impedir a prática de intervenções bem-intencionadas mas muito mal conseguidas por parte dos padres ou irmandades locais⁹⁵².

A propósito da atenção concedida por Luís Benavente ao património de São Tomé e deste relatório apresentado no ano de 1959, é de interesse notar como o arquitecto se mostrou não só a favor da salvaguarda destes templos e fortificações mas, também, dos engenhos de açúcar, “primeira fonte de riqueza agrícola da ilha”⁹⁵³ e, como tal, testemunhos da acção portuguesa no além-mar que uma vez recuperados poderiam contribuir para o “enorme interesse turístico que a ilha já possui”⁹⁵⁴. Contudo, Lucínio Cruz discordou de Luís Benavente, tendo considerado mais sensato que não se extravasasse a missão inicial⁹⁵⁵. Por seu lado o anteriormente mencionado arquitecto José Luís Amorim, técnico da DSUH, não se mostrou impressionado com o relatório elaborado por Luís Benavente, tendo apontado uma série de problemas ou lacunas⁹⁵⁶, nomeadamente: a falta de fotografias e desenhos de outras construções de interesse histórico – caso dos engenhos de açúcar ou outras capelas e ruínas – úteis para a elaboração de um “Inventário Artístico das Nossas Províncias Ultramarinas”; a necessidade de regulamentar as zonas de protecção, elaborando estudos de conjunto nos casos em que estas fossem integradas nos planos de urbanização; a importância de reflectir seriamente acerca do destino a dar aos monumentos, considerando esta questão como o “factor que mais poderosamente poderá intervir na sinceridade da sua reconstituição”⁹⁵⁷. Na mesma ocasião, Armando Girão, director da DSUH, apontou a falta de pormenor em relação às soluções sugeridas por Benavente, a ausência de documentação histórica e a verificação de muitas lacunas ao nível da descrição do andamento dos trabalhos e dos levantamentos elaborados⁹⁵⁸.

⁹⁵¹ *Ibidem.*

⁹⁵² *Ibidem.*

⁹⁵³ *Ibidem.*

⁹⁵⁴ *Ibidem.*

⁹⁵⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Outubro de 1959.

⁹⁵⁶ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 604, doc. 1, 19 de Janeiro de 1959.

⁹⁵⁷ *Ibidem.*

⁹⁵⁸ *Ibidem.*

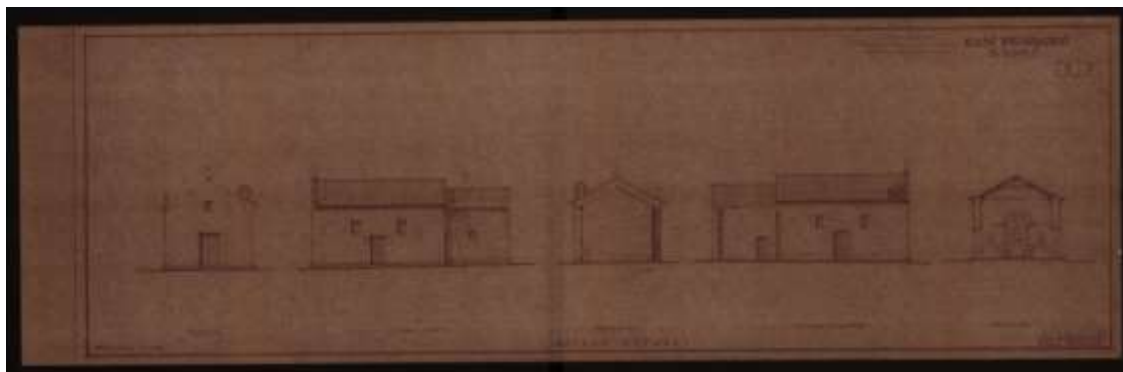


Imagem 14 Levantamento da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, 1959. ANTT, FLB, cx. 65, pt.449, doc. 28.

Uma vez que Luís Benavente só regressou a São Tomé no Verão de 1962⁹⁵⁹, é interessante perceber que na sua ausência e na sequência de uma proposta da sua autoria⁹⁶⁰, as obras de restauro nesta província ultramarina foram sendo dirigidas pelo chefe de trabalhos José Augusto Simões que, por sua vez, contaria na sua equipa até ao ano de 1961 com o pedreiro José Teixeira da Cunha⁹⁶¹. No fundo, as obras de restauro das igrejas da Madre de Deus e depois da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, foram-se desenrolando por administração directa do Ministério do Ultramar, fosse na presença pontual de Luís Benavente ou do referido encarregado, o que confirma a tendência centralizadora anteriormente referida e prevista pelo mencionado decreto de 1958. O caso da fortaleza de São Sebastião cujas obras, pela natureza da construção, foram executadas por administração directa do Ministério da Marinha, terá sido, como veremos, uma excepção.

Esta primeira aplicação concreta das determinações incluídas no Decreto nº41 787 parecia ser bastante promissora. Principalmente se acrescentarmos ao que já foi dito o facto do múltiplas vezes mencionado subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino ter determinado a 20 de Fevereiro de 1960 a abertura de um crédito de seiscentos contos para as obras de restauro dos monumentos de São Tomé e Príncipe⁹⁶². A partir de então, como se sublinhou, “não servirá portanto o argumento da falta de recursos orçamentais para nada se fazer”⁹⁶³. No entanto, logo no ano seguinte, Luís Benavente

⁹⁵⁹ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 18 de Dezembro de 1963.

⁹⁶⁰ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, doc. 15, 19 de Dezembro de 1959.

⁹⁶¹ *Ibidem*, doc. 49, 16 de Agosto de 1960.

⁹⁶² *Ibidem*, doc. 33, 19 de Março de 1960.

⁹⁶³ *Ibidem*, doc. 23, s/d [c. Março de 1960].

alertou para o facto das verbas inscritas no orçamento da província para 1961 não terem sido as aconselhadas, o que desde logo comprometia o bom andamento dos trabalhos nos templos da Madre de Deus e do Bom Despacho⁹⁶⁴. E a verdade é que logo no ano de 1962, num momento em que nenhuma das obras iniciadas estava concluída, os trabalhos ficaram paralisados pela falta de verbas pelo menos entre Outubro daquele ano⁹⁶⁵ e 1964⁹⁶⁶. Como demonstraremos adiante, a única obra realizada ao longo deste hiato de duração considerável foi a do restauro e adaptação da fortaleza de São Sebastião a Comando da Defesa Marítima cujos custos foram assumidos pelo Ministério da Marinha. A este propósito refira-se ainda que devido a uma aparente confusão burocrática⁹⁶⁷ e contrariando a tendência verificada até então – isto é, o grande interesse manifestado pelo Ministério do Ultramar em relação a esta campanha desenvolvida em prol dos monumentos de São Tomé e Príncipe – o governo provincial reuniu um total de 350.000\$00 para serem aplicados na reactivação daquelas obras, mas os serviços da metrópole terão negado a sua aplicação⁹⁶⁸.

A intervenção na fortaleza de São Sebastião e o facto das restantes obras terem ficado suspensas pela falta de verbas, terão estado na base da segunda viagem de Luís Benavente a São Tomé no Verão de 1962. A terceira missão do arquitecto teria lugar entre os dias 31 de Março e 21 de Abril de 1964⁹⁶⁹ e, uma vez mais, destinar-se-ia à resolução de questões relacionadas com a adaptação da fortaleza de São Sebastião, bem como com a retoma das obras na igreja da Madre de Deus e, ainda, com a escolha de mobiliário para o interior do Palácio do Governo⁹⁷⁰. No início da década de 70 ainda se pensou na concretização de uma quarta viagem que, na nossa opinião, se revestia da maior importância pois um dos objectivos a alcançar seria a resolução da questão da classificação dos monumentos de São Tomé⁹⁷¹. Afinal, à época, ao contrário do que

⁹⁶⁴ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 29 de Dezembro de 1960.

⁹⁶⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 21, 20 de Outubro de 1962.

⁹⁶⁶ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 520, doc. 12, 25 de Abril de 1964.

⁹⁶⁷ Apesar do governo de São Tomé e Príncipe ter afirmado que a aplicação da verba reunida para a retoma dos trabalhos de restauro dos seus monumentos não teria sido autorizada pelos serviços da metrópole, a DSUH do Ministério do Ultramar alegou desconhecer as intenções dos serviços provinciais. Cf. ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 21, 20 de Outubro de 1962.

⁹⁶⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 21, 20 de Outubro de 1962.

⁹⁶⁹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 520, doc. 12, 25 de Abril de 1964.

⁹⁷⁰ *Ibidem*.

⁹⁷¹ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 494, doc. 5, 20 de Abril de 1971.

acontecía na Índia Portuguesa, em Angola ou em Moçambique, em São Tomé os monumentos não estavam classificados.

Será ainda de referir o facto dos restauros realizados durante o período em causa não terem sido projectados na sua totalidade por Luís Benavente. Segundo o pe. Francisco Vaz, no ano de 1962 terão sido feitas “notáveis remodelações”⁹⁷² na igreja da Trindade, campanha que teve como arquitecto o pároco Manuel Honorato Antunes. Nesta ocasião foram reconstruídos os três altares interiores e o coro em marmorite e betão armado respectivamente, bem como uma torre nova que resultou da lamentável destruição do “histórico e vetusto campanário com a sua primitiva escada de pedra”⁹⁷³.

Para terminar, importa salientar que, na nossa opinião, este incremento dado à salvaguarda dos monumentos nacionais de São Tomé e Príncipe a partir do final da década de 50 mas, sobretudo, a partir do ano de 1960 com a referida abertura de um crédito especificamente destinado a esta finalidade, está intimamente relacionado com a celebração de duas efemérides de cariz nacionalista e colonial: as comemorações do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* no ano de 1960 e do *V Centenário da Descoberta das Ilhas de São Tomé e Príncipe* em 1970. Estes pretextos associados à necessidade de refutar as acusações tecidas internacionalmente à política colonial portuguesa parecem explicar não só o desenvolvimento das campanhas de restauro em estudo – iniciadas nas vésperas de 1960 e cuja conclusão foi, como veremos, pensada para 1970 – mas, também, a tomada de medidas tendentes à valorização do património imaterial no decorrer dos anos 60 e ao longo dos primeiros momentos da década seguinte, datando deste período, por exemplo, a reabilitação do Parque Popular onde passaram a ser frequentemente organizados concursos de *Tchiloli*⁹⁷⁴.

⁹⁷² Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 121.

⁹⁷³ *Ibidem*.

⁹⁷⁴ Inês Castaño, *op. cit.*, p. 70. O *Tchiloli* ou *A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno* é uma variante da gesta carolíngia acerca de “uma história de morte e de traição, fortemente moralizadora, em que a representação ficcional da morte se funde, segundo os princípios cosmológicos locais, com a presença de defuntos seduzidos pela música, a batucada, as ofertas alimentares”. Acerca das origens do *Tchiloli* Paulo Valverde refere a existência de duas possibilidades, considerando a segunda mais verosímil: a introdução em São Tomé no século XVI ou XVII por imigrantes madeirenses; a encenação apenas a partir da segunda metade do século XIX sob inspiração de um opúsculo de literatura de cordel. Cf. Paulo Valverde, “Carlos Magno e as Artes da Morte: Estudos sobre o *Tchiloli* da Ilha de São Tomé”, *Etnográfica*, Vol. II (2), 1998, disponível em

1.4 As intervenções em monumentos nacionais⁹⁷⁵

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, São Tomé: Como foi dito anteriormente, este templo foi intervencionado entre os anos de 1948 e 1949 a pedido do pe. Martinho Pinto da Rocha⁹⁷⁶.

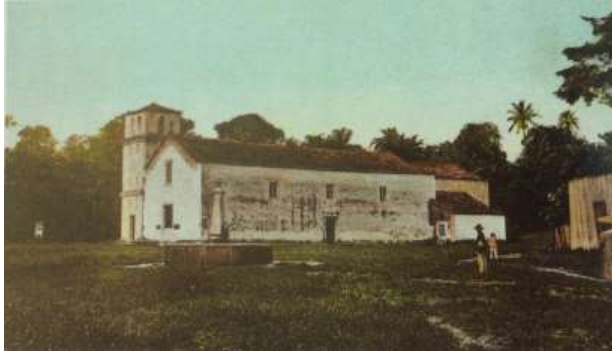


Imagem 15 A igreja de Nossa Senhora da Conceição antes do restauro do final dos anos 40, c. 1910. João Loureiro, *Postais antigos de S. Tomé e Príncipe*, 2005.



Imagem 16 A fachada da mesma igreja após o restauro de 1948-1949.

Nesta ocasião, executou-se um corpo anexo simétrico à sacristia já existente; aplicaram-se caleiras e tubos de queda na capela do Santíssimo de modo a evitar infiltrações na época das chuvas; reforçou-se o vigamento e o escoramento; levantou-se parte do telhado e do beirado da capela-mor para aplicação da verga da nova fresta a abrir de modo a garantir a iluminação deste espaço; reparou-se o madeiramento do altar-mor e substituíram-se as tábuas velhas do estrado; colocaram-se novas vigas e barrotes de modo a fortalecer aquele esqueleto; colocou-se uma caleira sob o beirado na vertical do portal existente no lado poente; pintaram-se os lambrins e executaram-se outros

http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_02/N2/Vol_ii_N2_02paulovalverde.pdf, consultado a 24 de Novembro de 2014.

⁹⁷⁵ Existem outros casos de igrejas restauradas ou arrasadas e totalmente remodeladas no período abrangido por este estudo. No entanto as informações que conseguimos reunir acerca das obras realizadas nestes templos – como são os casos do Bom Jesus, da Trindade ou de Santana – são escassas ou insignificantes e por essa razão optámos por fazer referências ao longo do texto sem particularizar. Refira-se ainda a elaboração de uma proposta de restauro para o fortim de São Jerónimo que não foi concretizada.

⁹⁷⁶ AHU, OP02737, 8/90-1/3, MU, DGOPC, NDT, doc. s/ [Relatório OP 1948].

pequenos trabalhos⁹⁷⁷. Como notou José Manuel Fernandes⁹⁷⁸, datará também possivelmente desta altura a alteração das características da torre sineira. Afinal um postal de c. 1910 permite-nos observar uma torre mais atarracada e dotada de uma porta, enquanto actualmente nos deparamos com uma torre mais esguia graças ao segmento que lhe foi acrescentado, sem porta, com pequenas frestas, uma janela com grelhas trabalhadas e uma cobertura em telha manifestamente mais alta. É ainda possível que a campanha à qual nos referimos (ou qualquer outra pós-1910) tenha ditado outras alterações significativas ao nível da fachada pois através da análise daquele postal deparamo-nos com uma substituição do portal de lintel recto por um portal de arco redondo e múltiplas arquivoltas, observando-se também a introdução de um óculo no lugar do janelão de vão recto. Além disso, notamos que houve uma troca da cruz da fachada principal, e o acrescento de três pequenos painéis de azulejos. Os acrotérios dos dois vértices mais baixos da empena triangular bem como o brasão em cantaria existente sobre um dos portais laterais também parecem ter sido colocados após a primeira década do século XX. Certo é que no ano de 1955 um aluno da Escola de Artes e Ofícios elaborou o painel representativo da pomba do Espírito Santo que se encontra sobre o tímpano do altar-mor, datando já de 1970 e 1971 as janelas “que bafejaram todo o recinto”⁹⁷⁹, bem como o lambrim de madeira das paredes interiores e o revestimento da capela-mor com mármore, material utilizado, também, na mesa de altar pós Concílio do Vaticano II (1962-1965)⁹⁸⁰.

Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, São Tomé: Esta igreja localizada na marginal e fustigada pelas ondas que entravam pela sua porta principal⁹⁸¹ foi integrada no lote de monumentos a estudar e a restaurar aquando da missão desempenhada por Luís Benavente⁹⁸². Como nos restantes casos, o restauro desta capela começou a ser pensado à distância por este arquitecto, isto é, sem conhecimento directo do edifício

⁹⁷⁷ *Ibidem*.

⁹⁷⁸ José Manuel Fernandes, “As cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX - arquitectura e urbanismo”, Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, coord., *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA e IICT, 2012, p. 77.

⁹⁷⁹ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 89.

⁹⁸⁰ *Ibidem*.

⁹⁸¹ *Ibidem*, p. 109.

⁹⁸² AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 2 de Maio de 1956.

sobre o qual só tinha um conjunto de plantas, alçados e cortes elaborados pelo GUU⁹⁸³. O início do processo de restauro seria possibilitado no ano de 1958 pela abertura do crédito destinado ao restauro de monumentos da província⁹⁸⁴. Entendendo a capela como um testemunho da “presença efectiva e estável naquelas paragens”⁹⁸⁵ de portugueses no século XVI, Luís Benavente defendeu que “o seu arranjo e restauro tem pois de ser de modo a não lhe tirar a idade que apresenta”⁹⁸⁶. Concomitantemente, o arquitecto defendeu que neste programa se tivesse também em consideração a necessidade de arranjar a zona circundante⁹⁸⁷. Assim, após um primeiro contacto no ano de 1958, Benavente considerou necessário realizar os seguintes trabalhos: reconstrução da sacristia e do telhado; regularização das cantarias nas portas de exterior; definição da cota primitiva do piso e do degrau do arco triunfal, bem como o arranjo deste sem “a perda da sua irregularidade e aspecto”⁹⁸⁸; arranjo dos nichos dos altares laterais; sondagem de fundações; aplicação de reboco nas superfícies exteriores “sem a perda do aspecto de antigo”⁹⁸⁹, bem como nas paredes interiores; arranjo do campanário e do pormenor da empena da fachada principal; correcção do nível do terreno exterior; renovação do pavimento interior com aplicação de tijoleira; beneficiação do altar-mor e colocação de altares laterais; restauro de imagens e de alfaia; e estudo da instalação eléctrica, de portas, do coro, acesso ao mesmo e da protecção de frestas e janelas⁹⁹⁰. Todavia, os trabalhos não se desenvolveram ao ritmo esperado após a partida do arquitecto Benavente, sendo bastante elucidativo o facto de no mês de Fevereiro de 1959 o pe. Francisco Vaz ter afirmado que pelo andar das obras na igreja da Madre de Deus “o Bom Despacho fica para o século XXIII”⁹⁹¹.

⁹⁸³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 19, 25 de Junho de 1956; *Ibidem*, doc. 23, 5 de Julho de 1958.

⁹⁸⁴ *Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe*, nº36, I Série, “Portaria nº2:627”, 4 de Setembro de 1958, p. 751.

⁹⁸⁵ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

⁹⁸⁶ *Ibidem*.

⁹⁸⁷ *Ibidem*.

⁹⁸⁸ *Ibidem*.

⁹⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁹⁰ *Ibidem*.

⁹⁹¹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 8, 24 de Fevereiro de 1959.

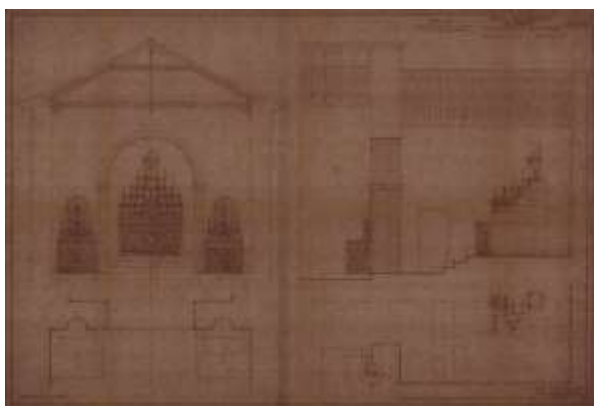


Imagem 17 Projecto de Luís Benavente para o restauro do interior da capela com os altares forrados de azulejos, 1960. ANTT, FLB, cx. 65, pt. 449, doc. 9.



Imagem 18 Pormenor da mesa de altar do lado do Evangelho.

Ainda assim, sabemos que ao longo do ano de 1960 foram feitas propostas para aquisições necessárias ao restauro desta capela, tais como telhas, cantarias, azulejos da Fábrica de Faianças e Azulejos Sant'Anna, altares, uma cruz, um sacrário e baldaquino, castiçais, um sino e duas sinetas da casa Serafim da Silva Jerónimo - Fundição de Sinos de Braga, tudo isto num valor de quase 130.000\$00⁹⁹². Apesar de grande parte das peças ter sido executada logo em 1961⁹⁹³, a falta de verbas acabou por ditar a paralisação do estaleiro desta capela entre Fevereiro daquele ano⁹⁹⁴ e meados de 1965, altura em que o governador expressou o desejo dos trabalhos serem retomados⁹⁹⁵.

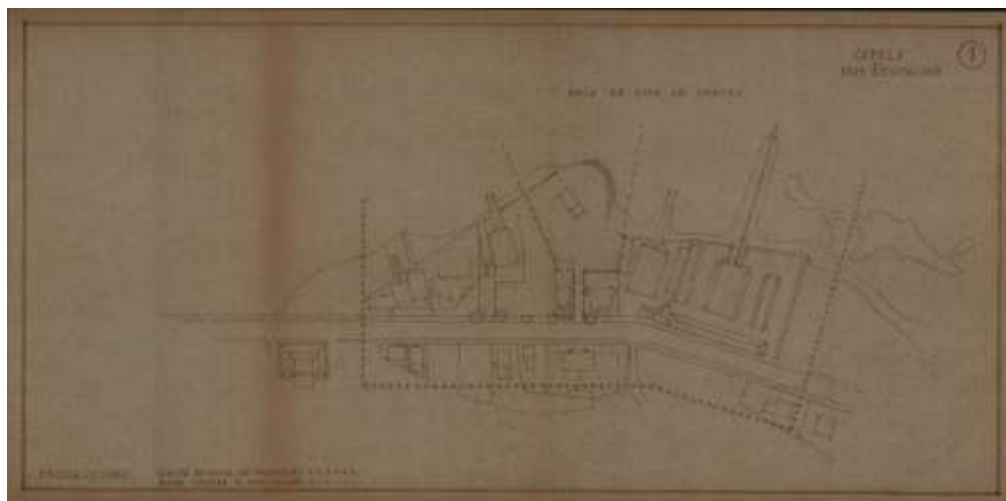


Imagem 19 Definição da zona de protecção da capela do Bom Despacho, s/d. ANTT, FLB, cx. 86, pt. 8, doc. 2.

⁹⁹² ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, doc. 70, 10 de Outubro de 1960.

⁹⁹³ *Ibidem*, doc. 93, 16 de Outubro de 1961.

⁹⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁹⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 520, doc. 33, 19 de Dezembro de 1964; AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 10 de Abril de 1965.

Será ainda interessante referir que numa fase posterior à elaboração do programa de restauro foram localizadas duas janelas entaipadas junto ao portal da fachada principal, motivo pelo qual no ano de 1965 Luís Benavente alertou para a necessidade de se adquirir a cantaria necessária para a restituição destes vãos⁹⁹⁶. Aquando da retoma dos trabalhos, o arquitecto Benavente voltou a dar indicações acerca da aplicação dos azulejos, incluindo os painéis dos altares da autoria do pintor João Alves de Sá (1878-1972), do assentamento dos altares, do posicionamento da curva do arco triunfal, da aplicação das ferragens e do madeiramento da cobertura⁹⁹⁷. Em síntese, na concretização de todos estes trabalhos deveria seguir-se um só princípio:

*a aplicação das regras adoptadas por esta natureza de trabalhos, o emprego do carácter de obra de restauro e não o aspecto de novo que desclassifica inteiramente uma realização desta natureza*⁹⁹⁸.

A 12 de Julho de 1966, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho bem como a igreja da Madre de Deus foram entregues pelo gabinete do chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade à diocese de São Tomé e Príncipe⁹⁹⁹. Todavia, não podemos falar da entrega de uma capela totalmente restaurada pois no ano de 1972 ainda faltavam elementos de iluminação e mobiliário¹⁰⁰⁰.

Sé Catedral ou igreja de Nossa Senhora da Graça, São Tomé: O maior dos templos de São Tomé deve o seu aspecto à campanha promovida entre os anos de 1938 e 1944, período durante o qual se terá procurado “conservar as linhas gerais do templo primitivo, integrando-o, porém, mais na pureza do estilo românico, aportando-lhe maior imponência interna e externamente”¹⁰⁰¹. Relativamente a esta grande campanha motivada pela aproximação das comemorações do duplo centenário de 1940¹⁰⁰², sabemos que no ano de 1938 se transformou a única nave existente em três¹⁰⁰³, tendo-se subido as suas paredes 1,50 metros de modo a ser possível construir o tecto, isto

⁹⁹⁶ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 10 de Abril de 1965.

⁹⁹⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 21 de Junho de 1965.

⁹⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 12 de Julho de 1966.

¹⁰⁰⁰ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 494, doc. 16, 19 de Junho de 1972.

¹⁰⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰⁰² Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 64.

¹⁰⁰³ *Ibidem*, p. 76

porque a cobertura contaria apenas com telha vã¹⁰⁰⁴. Devido a esta intervenção foi igualmente necessário alterar a altura das duas torres, acrescentando-se 9,85 metros, bem como a fachada, os beirais, as janelas laterais da nave e a capela do Santíssimo¹⁰⁰⁵. Concomitantemente construíram-se a abóboda central e duas abóbodas laterais, ergueram-se em betão armado os pilares e respectivos arcos que demarcam as naves – embora se tenha pensado deixar o templo com uma só nave¹⁰⁰⁶ –, o coro que veio substituir aquele “de madeira que estava ruído de carcoma ameaçando desabar”¹⁰⁰⁷ e, ainda, duas colunas de mármore no portal principal e dois púlpitos¹⁰⁰⁸. Data também deste período o arranjo do adro de modo a receber a escadaria fronteira e lateral. No ano de 1941 os trabalhos ter-se-ão intensificado, datando deste período a execução da cobertura da capela lateral esquerda com telha “à marseilha” e beiral “à portuguesa”, bem como a aplicação dos rebocos das paredes exteriores e a execução da cimalha¹⁰⁰⁹. Na capela lateral do lado da Epístola, a intervenção naquele ano ter-se-á caracterizado pela construção de um beiral “à portuguesa” em substituição da platibanda existente “para a integrar no estilo arquitectónico do conjunto da igreja”¹⁰¹⁰. Paralelamente, ter-se-á executado o substrato do pavimento das naves, o pavimento das capelas laterais, a abside em formigão hidráulico e o frontão triangular em cimento armado da fachada principal. Neste ano rebocaram-se e pintaram-se as paredes, procedendo-se também à execução da faixa de envasamento do templo, à construção dos algerozes com os respectivos tubos e à colocação dos sinos¹⁰¹¹. Todavia, segundo conseguimos apurar, esta campanha não terá sido suficiente e os trabalhos não terão sido sequer concluídos, pois no relatório anual de 1948 dos Serviços de Obras Públicas consta que a sé estava “grandemente necessitada de obras”¹⁰¹², sabendo também que no ano de 1966 os tais sinos colocados nos anos 40 já não estariam nas torres sineiras, esses “simulacros de viúvas em luto perpétuo”¹⁰¹³. Por ocasião da visita presidencial do ano de 1954, a Escola

¹⁰⁰⁴ Ricardo Vaz Monteiro, *op. cit.*, p. 123.

¹⁰⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁰⁶ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 72.

¹⁰⁰⁷ *Ibidem*, p. 70.

¹⁰⁰⁸ *Ibidem*, p. 76.

¹⁰⁰⁹ AHU, OP00138, 4/2618-2/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1941].

¹⁰¹⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹¹ *Ibidem*.

¹⁰¹² AHU, OP02737, 8/90-1/3, MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1948].

¹⁰¹³ *Boletim Geral das Colónias* nº497-498, 1966, p. 282.

de Artes e Ofícios executou o lancil de madeira canelada que cobre as paredes laterais da capela-mor, datando de 1957 e 1958 a elaboração de novos elementos decorativos, a saber: a Via-Sacra elaborada em Madrid e a pintura da *Anunciação* colocada no vão do arco da abside que juntamente com uma imagem do Sagrado Coração de Jesus foram elaboradas na Casa Fânzeres¹⁰¹⁴. A composição azulejar da parede fundeira da capela-mor, uma obra aparentemente da Fábrica Viúva Lamego¹⁰¹⁵, data também do século XX, enquanto o lambril que cobre parcialmente as paredes laterais terá sido criado por volta de 1970 na Escola de Artes e Ofícios das Missões Católicas como forma de comemorar o *V Centenário da Descoberta de São Tomé e Príncipe*¹⁰¹⁶. No ano de 1967, portanto no período coevo às missões do arquitecto Benavente mas, segundo sabemos, sem a sua intervenção directa, o retábulo gótico foi remodelado para permitir a celebração de “cara ao povo”, uma determinação emanada pelo Concílio do Vaticano II¹⁰¹⁷. É possível que este templo não tenha sido intervencionado por ocasião das missões de Luís Benavente porque o seu estado de conservação, ao contrário do que acontecia nos templos da Madre de Deus e do Bom Despacho, não seria verdadeiramente preocupante. No entanto, sabemos que na opinião do arquitecto as “Tôres pseudo-góticas recentes, afrancesadas”¹⁰¹⁸ seriam “altamente prejudiciais ao portuguesismo do conjunto.”¹⁰¹⁹ As diferenças que podemos observar aquando da comparação de fotografias dos anos 20 do século XX com o actual aspecto da fachada que, como dissemos, resultou da campanha iniciada no ano de 1938, são incontestáveis: os três portais dotados dos respectivos frontões triangulares deram lugar a um único pórtico ornado por múltiplas arquivoltas de volta perfeita; quatro dos cinco janelões de arcos redondos do segundo piso foram substituídos por dois vãos mais estreitos num total de oito, enquanto o central foi trocado por três; no frontão triangular foi aberto um óculo até então inexistente; nas duas torres sineiras nota-se não só um aumento significativo da sua altura com o acréscimo de mais um segmento, mas também uma alteração no último andar semelhante àquela promovida nas aberturas do segundo andar do templo e a eliminação dos relógios. Em síntese, como notou José Manuel Fernandes, a “feição

¹⁰¹⁴ Francisco Vaz, *op. cit.* p. 74.

¹⁰¹⁵ *Ibidem.*

¹⁰¹⁶ *Ibidem.*

¹⁰¹⁷ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 75.

¹⁰¹⁸ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 55, s/d.

¹⁰¹⁹ *Ibidem.*

classicizante, mais modesta”¹⁰²⁰ desta fachada deu lugar a um “templo de gosto eclético-revivalista, de frontaria em tom Neo-Românico”¹⁰²¹.



Imagem 20 A fachada da sé catedral antes da campanha de 1938-1944, c. 1928. João Loureiro, *Postais antigos de S. Tomé e Príncipe*, 2005.



Imagem 21 A sé catedral na actualidade com o aspecto conferido pelas intervenções realizadas durante o *Estado Novo*.

Fortaleza de São Sebastião, São Tomé: No governo de Ricardo Vaz Monteiro realizaram-se várias obras nesta fortificação, sendo certo que no ano de 1935 se procedeu ao restauro das guaritas dos ângulos salientes dos baluartes¹⁰²². Nos anos de 1938 e 1939¹⁰²³ os Serviços de Obras Públicas dedicaram-se ao restauro da capela de São Sebastião existente no interior da fortaleza, um espaço utilizado



Imagem 22 A fortaleza de São Sebastião com os paramentos negros e com o gradeamento que viria a ser retirado aquando da campanha dos anos 60, c. 1920. João Loureiro, *Postais antigos de S. Tomé e Príncipe*, 2005.

até à data como depósito de fardamento e residência de pessoal, tendo-se procurado repor “tanto quanto possível, no seu primitivo estado do qual quase nada restava porque mãos sacrílegas a tinham destruído”¹⁰²⁴. No ano de 1941 esta fortificação fez parte dos monumentos intervencionados pelos Serviços de Obras Públicas mas

¹⁰²⁰ José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 77.

¹⁰²¹ *Ibidem*, pp. 76-77.

¹⁰²² Ricardo Vaz Monteiro, *Relatório Anual do Governador – 1935*, S. Tomé e Príncipe, Imprensa Nacional, s/d [1936], p.23.

¹⁰²³ *Idem*, *Relatório Anual do Governador – 1938*, S. Tomé e Príncipe, Imprensa Nacional, s/d [1939], p. 125; AHU, OP3608, nº9/1131-2/2, doc. s/n [Relatório OP 1939].

¹⁰²⁴ Ricardo Vaz Monteiro, *op. cit.*, p. 125.

desconhecemos qual terá sido a natureza destas “reparações”¹⁰²⁵. Mais tarde, a fortaleza foi incluída no lote de monumentos a restaurar no ano de 1956¹⁰²⁶. Contudo, ao contrário do que aconteceu com as restantes construções, Luís Benavente teve alguma dificuldade em obter as plantas, alçados e cortes desta fortificação¹⁰²⁷, motivo pelo qual pouco tempo antes da sua partida para a ilha (1958) alertou para o facto de ter apenas “conhecimento verbal”¹⁰²⁸ da mesma¹⁰²⁹. Assim, quando se deu este contacto directo com a fortaleza, Benavente começou por propor a restituição do “verdadeiro aspecto”¹⁰³⁰ do exterior. Concretamente, na sequência de algumas sondagens, o arquitecto propôs alterações ao nível dos cunhais de cantaria e da cor dos paramentos, substituindo a cor negra “que lhe dá o aspecto de fábrica de gaz”¹⁰³¹ por um ocre forte “tão próprio das fortalezas daquelas paragens.”¹⁰³² Simultaneamente, segundo Benavente, deveria ter-se em consideração a necessidade de intervir no espaço circundante, eliminando-se “os atributos de separação que tratam uma fortaleza, como se fosse uma moradia”¹⁰³³, apostando na restituição do ambiente “rude e inteiramente livre”¹⁰³⁴. Mais tarde, já no ano de 1961, o arquitecto voltaria a esta questão, tendo alertado para o facto dos armazéns pensados para as instalações portuárias da cidade “não serem vizinhança propícia àquele Monumento”¹⁰³⁵, propondo por isso a sua deslocação. Nesta campanha dever-se-ia, ainda, pintar com um tom de pedra mais discreto o obelisco pintado de branco erguido por ocasião da visita presidencial de 1938 e dignificar a sua base¹⁰³⁶. Contudo, nesta primeira fase Luís Benavente não ousou avançar com a elaboração de um programa de restauro total porque naquele momento desconhecia qual seria o destino a dar à fortificação após a saída – defendida pelo

¹⁰²⁵ AHU, OP00138, 4/2618-2/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1941].

¹⁰²⁶ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 2 de Maio de 1956.

¹⁰²⁷ *Ibidem*.

¹⁰²⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 23, 5 de Julho de 1958.

¹⁰²⁹ *Ibidem*.

¹⁰³⁰ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

¹⁰³¹ *Ibidem*.

¹⁰³² *Ibidem*.

¹⁰³³ *Ibidem*.

¹⁰³⁴ *Ibidem*.

¹⁰³⁵ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 2 de Junho de 1961.

¹⁰³⁶ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

arquitecto¹⁰³⁷ – do serviço de Estatística ali instalado¹⁰³⁸ que, na verdade, caberia “em qualquer casa da cidade, tão reduzido ele é”¹⁰³⁹. Quando esta situação se proporcionasse dever-se-ia, então, realizar as sondagens necessárias e erradicar o “parasitário existente”¹⁰⁴⁰, ou seja, pinturas a óleo, fingidos, soalhos ou câmaras escuras de fotografia¹⁰⁴¹, ambicionando-se, deste modo, a criação de “um ambiente de interior nacional numa feição sóbria de além-mar, normalmente visitável”¹⁰⁴² por turistas ou por altas dignidades que poderiam ficar ali instaladas à semelhança do que o mesmo Luís Benavente viria a propor para a fortaleza da *Cidade Velha* de Cabo Verde. Por outro lado, a falta de peças de interesse e a má iluminação fizeram com que o arquitecto desaconselhasse a instalação de um museu no local¹⁰⁴³.

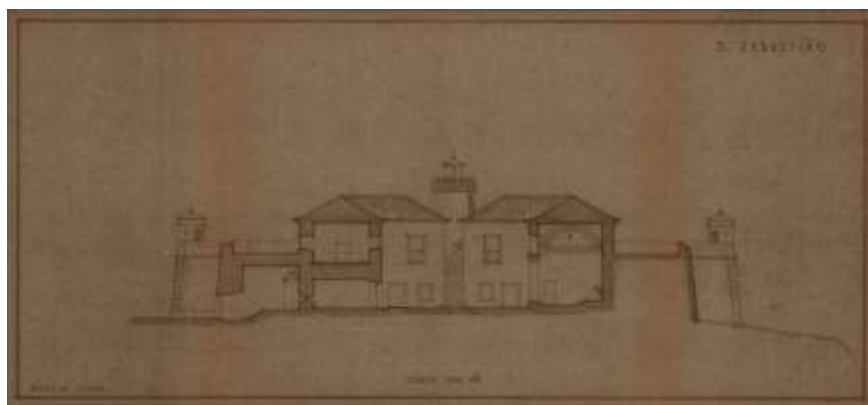


Imagem 23 Corte da fortaleza de São Sebastião, s/d. ANTT, FLB, cx. 70, pt. 490, doc. 1.

Mesmo sem ter resposta relativa à finalidade a dar a esta fortificação, Luís Benavente incluiu o seu restauro no programa de obras a realizar e nas aquisições a fazer no ano de 1960, fazendo parte desta listagem trabalhos no valor de 100.000\$00¹⁰⁴⁴ que aparentemente corresponderiam à picagem dos paramentos exteriores e guarnecimento dos mesmos com massa de areia pintada num tom ocre médio, à sondagem das cantarias dos cunhais e à picagem do cimento do pavimento da

¹⁰³⁷ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 15 de Outubro de 1959.

¹⁰³⁸ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

¹⁰³⁹ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 15 de Outubro de 1959.

¹⁰⁴⁰ *Ibidem.*

¹⁰⁴¹ *Ibidem.*

¹⁰⁴² *Ibidem.*

¹⁰⁴³ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

¹⁰⁴⁴ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 21 de Abril de 1960.

plataforma superior para verificar o estado do lajedo subjacente que deveria depois ser indicado numa planta a realizar nesta mesma ocasião¹⁰⁴⁵. Relativamente à finalidade a dar à fortaleza, a solução escolhida não foi aquela sugerida por Benavente, tendo-se determinado por volta do mês de Abril de 1961 que a construção viesse a ser ocupada pelos serviços de Marinha, nomeadamente pelo Comando da Defesa Marítima¹⁰⁴⁶. Inicialmente, aqueles serviços pensaram na abertura de um concurso para a execução das obras mas depois, tendo em consideração a “peculiaridade da obra – obra de restauro de um monumento – e ainda porque os principais materiais a aplicar serão fornecidos pelo Estado”¹⁰⁴⁷, acabou por optar-se pela execução directa pelos seus serviços sob a direcção do mestre Simões que, como referimos, se encontrava a trabalhar na igreja da Madre de Deus¹⁰⁴⁸. Ainda assim, a pedido do Ministério da Marinha, Luís Benavente viajou para São Tomé a 3 de Julho daquele ano com o intuito de acompanhar a obra de restauro e de adaptação da fortaleza, sabendo-se que naquele momento já tinham sido realizadas as seguintes obras: execução de abóbodas em substituição de pavimentos de madeira apodrecidos; demolição de tabiques; picagem dos rebocos interiores; levantamento da cobertura em madeira para revelar os elementos de betão e cerâmica para que depois se pudesse assentar a “telha à portuguesa” de modo a proporcionar um “aspecto absolutamente dentro do antigo, como convém”¹⁰⁴⁹, sendo que durante este processo se descobriu o antigo nível do piso inferior, razão pela qual se procedeu a um rebaixamento do mesmo¹⁰⁵⁰. Em suma, nesta altura, segundo o arquitecto Benavente: “A obra apresentava-se com bom aspecto”¹⁰⁵¹. No entanto, parece-nos que em 1963 a escassez de materiais desacelerou o andamento dos trabalhos, sabendo que ao longo desse ano, portanto num momento marcado pela paralisação das restantes obras, os serviços da Marinha solicitaram por diversas vezes as

¹⁰⁴⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 22 de Abril de 1960.

¹⁰⁴⁶ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 3 de Abril de 1961.

¹⁰⁴⁷ AHSTP, Obras na fortaleza de S. Sebastião, 1965, 1.42.6., cx. 3.10, doc. s/n, 2 de Maio de 1962.

¹⁰⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁴⁹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 13, 26 de Outubro de 1962.

¹⁰⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁰⁵¹ *Ibidem*.

telhas e madeiramentos inicialmente previstos para aquelas campanhas¹⁰⁵². Tendo em consideração o facto das obras nas igrejas se encontrarem suspensas e a finalidade a que se destinava a fortaleza numa época de guerra colonial, não é estranho que durante este período os serviços de Marinha tenham insistido na importância de acelerar os trabalhos¹⁰⁵³. No ano de 1964 as obras já estariam numa fase final, o que terá justificado nova viagem de Luís Benavente para esclarecer alguns pormenores referentes a materiais a utilizar e a encomendar ou a algumas soluções¹⁰⁵⁴ mas, também, ao arranjo urbanístico dos espaços circundantes o que implicaria, por exemplo, a libertação da fortificação face àquele obelisco comemorativo, a substituição da balaustrada que ligava a marginal à fortificação por um murete e a deslocação dos canhões virados para baixo¹⁰⁵⁵.



Imagem 24 Pormenor dos canhões virados para baixo, situação que na opinião de Luís Benavente deveria ter sido anulada aquando do restauro dos anos 60.

Por sua vez, os serviços da Marinha, certamente instigados pelo arquitecto Benavente, alertaram o governador da província para a necessidade de se definir uma zona de protecção do monumento constituída por espaços livres para futura instalação de construções afectas ao Comando da Defesa Marítima¹⁰⁵⁶. Concomitantemente o governador informou o Ministério do Ultramar, cuja DSUH da DGOPC se encontrava a trabalhar no Plano de Urbanização da cidade de São Tomé, da necessidade de coadunar

¹⁰⁵² AHSTP, Obras na fortaleza de S. Sebastião, 1965, 1.42.6, cx. 3.10, doc. s/n, 5 de Novembro de 1962; *Ibidem*, doc. s/n, 27 de Maio de 1963; *Ibidem*, doc. s/n, 6 de Junho de 1963; *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Junho de 1963.

¹⁰⁵³ *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Junho de 1963.

¹⁰⁵⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 520, doc. 12, 25 de Abril de 1964.

¹⁰⁵⁵ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 28 de Outubro de 1964.

¹⁰⁵⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 14 de Outubro de 1964.

estas duas questões¹⁰⁵⁷. Em síntese, o princípio a seguir seria o “da restituição do seu ambiente próprio”¹⁰⁵⁸, o que significa que não se previam zonas ajardinadas mas um “arranjo de limpeza”¹⁰⁵⁹ com alguma vegetação rasteira com “aspecto de espontânea”¹⁰⁶⁰, a limpeza da praia, a remoção de destroços de uma ponte antiga e a criação de um pequeno posto de desembarque¹⁰⁶¹. Assim, no ano de 1965, sob proposta da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, foi publicada a Portaria nº 3:805¹⁰⁶², documento que fixou a zona de protecção da fortaleza, um monumento de interesse nacional cujo valor histórico e arqueológico tinha que ser obrigatoriamente salvaguardado, sendo por isso:

*imperioso, dentro daquela zona, obstar ao delineamento, aprovação ou edificação de construções, de modo a que tal seja apenas executado pela Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, entidade esta a quem compete dar parecer e aprovação para construções desta natureza;*¹⁰⁶³



Imagem 25 Inauguração do obelisco comemorativo junto da fortaleza de São Sebastião, 1938. *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola, 1939.*



Imagem 26 Vista recente da fortaleza com o obelisco comemorativo da visita presidencial de 1938 que Luís Benavente quis deslocar.

¹⁰⁵⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 28 de Outubro de 1964.

¹⁰⁵⁸ *Ibidem*, doc. s/n [Zona de Protecção], Dezembro de 1964.

¹⁰⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁰⁶¹ *Ibidem*.

¹⁰⁶² *Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe* nº31, I Série, “Portaria nº3805”, 5 de Agosto de 1965, p. 887.

¹⁰⁶³ *Ibidem*.

1.5 O caso da igreja da Madre de Deus

A igreja da Madre de Deus, localizada a cerca de três quilómetros do centro da cidade de São Tomé na estrada que segue até à Trindade, é porventura o edifício mais significativo deste arquipélago, não apenas pela sua antiguidade ou pelo notável portal renascentista, mas por ter sido a construção que suscitou o interesse do Ministério do Ultramar pelo património local e que, por conseguinte, desencadeou o início das campanhas de restauro no ano de 1958.



Imagem 27 A igreja da Madre de Deus localizada na estrada para a Trindade.

Trata-se de um templo de planta rectangular de uma só nave, dotado de uma capela-mor do mesmo formato e de uma sacristia adossada do lado da Epístola. A fachada principal é bastante simples mas é nela que se encontra o elemento de maior interesse: o pórtico em cantaria de cor branca constituído por um arco de volta perfeita ladeado por duas colunas coríntias sobre as quais assenta uma arquitrave encimada pelo respectivo friso, cornija e frontão triangular. Nos vértices laterais deste frontão encontram-se dois acrotérios em forma de taças repletas de fruta, enquanto o arco de volta



Imagem 28 O pórtico em cantaria é o elemento mais interessante deste templo de origens quinhentistas.

perfeita se encontra ladeado por dois medalhões com bustos de uma figura feminina com a cabeça coroada por aquilo que parece ser uma tiara e um véu, e de uma figura masculina barbada. Neste pórtico, na pedra de fecho do arco, surge ainda um outro rosto relevado, de menores dimensões. Esta fachada principal conta ainda com uma torre sineira e uma abertura de formato rectangular acima do portal, podendo destacar, também, o contraste entre a parede rebocada e as cantarias dos cunhais.



Imagem 29 Pormenor do medalhão com busto feminino.



Imagem 30 Pormenor do medalhão com busto masculino.



Imagem 31 Pormenor do acrotério em forma de taça com fruta.

No interior deste templo com pavimento em tijoleira, deparamo-nos com paredes parcialmente forradas por azulejos do século XX cujas cores e padrões geométricos são distintos na nave e na capela-mor. A nave encontra-se coberta por um tecto de maceira e tem em cada uma das paredes laterais três janelas rectangulares e uma porta. É também na nave, logo à entrada do lado da Epístola, que encontramos um túmulo suportado por dois leões, uma obra que permite avançar com uma eventual data de fundação desta igreja. Isto porque neste jazigo é possível ler a seguinte inscrição “AQUI JAZ CATARINA GOMES E SEUS HERDEIROS. FALECEU A 28 DE JANEIRO DA ERA DE 1562 ANOS”, significando que a construção deste templo remontará eventualmente a um período anterior a 1562, ano em que a senhora nobre conhecida como mãe de Gonçalo Gomes, marido da senhora Ana Chaves que deu nome à baía da capital¹⁰⁶⁴, terá sido sepultada. Junto a este túmulo encontra-se uma outra sepultura, a de António Carvalho falecido a 17 de Março de 1649 e de seus herdeiros. Junto a uma das portas laterais observamos, também, uma pia de água benta em lioz branco, obra do século XX, nomeadamente da campanha de restauro liderada pelo arquitecto Luís Benavente. Nas paredes contíguas ao arco triunfal encontram-se dois altares laterais cujas mesas estão forradas por azulejos com representações a azul, verde, branco e amarelo de motivos vegetalistas e vasos. O arco triunfal em cantaria é de volta perfeita e está assente em colunas dóricas, contando com uma reprodução mais tosca dos medalhões relevados e

¹⁰⁶⁴ António Ambrósio, “Dona Simoa de S. Tomé em Lisboa – O seu testamento e a sua capela”, *Lisboa – Revista Municipal* nº21, 1987, p. 3, disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/LisboaRevM/N21/N21_master/N21.pdf, consultado a 24 de Novembro de 2014.

da pedra de fecho observáveis no pórtico principal. Sobre este arco encontra-se um nicho formado por novo arco de volta perfeita assente em colunas dóricas. Quando entramos na capela-mor deparamo-nos com um tecto em maceira pintado de branco, bem com dois lances de três e dois degraus que dão acesso ao altar-mor constituído por uma mesa paralelepípedica enquadrada por um painel em madeira.



Imagem 32 Interior da igreja com tecto de maceira e o arco triunfal em cantaria.

De acordo com Raimundo José da Cunha Matos¹⁰⁶⁵, a igreja da Madre de Deus terá sido fundada por Catarina Gomes Pereira, esposa de Manuel Vaz¹⁰⁶⁶, uma tese que claramente se prende com a existência do jazigo supramencionado e com os escritos de frei Agostinho de Santa Maria. Este autor acrescentou ainda que para a edificação deste templo os dois devotos¹⁰⁶⁷ terão mandado vir do Reino as cantarias necessárias, dotando-o de três altares – os laterais dedicados a Nossa Senhora da Graça e Nossa Senhora da Luz e o altar-mor dedicado à Madre de Deus¹⁰⁶⁸ – e de “ricas peças de prata, & de preciosos ornamentos”¹⁰⁶⁹. Certo é que no lintel da porta lateral do lado norte encontramos a seguinte inscrição: “ACABOU SE ESTA HERMIDA NO ANNO DE 1631”.

¹⁰⁶⁵ Relativamente ao percurso de Raimundo José da Cunha Matos em São Tomé podemos referir que este militar e historiador embarcou para a ilha no ano de 1797 como furriel de Artilharia. Mais tarde, já capitão, assumiu o comando da fortaleza de São Sebastião. No ano de 1806 era ajudante-de-ordens do governo da colónia, tendo sido nomeado provedor da Fazenda e feitor da Alfândega no ano de 1811. Depois de uma visita ao Rio de Janeiro no ano de 1814 regressou a São Tomé no ano de 1816 como tenente-coronel e governador interino. A partir do ano de 1817 a sua vida e carreira ficariam intimamente ligadas ao Brasil. Cf. Raimundo da Cunha Matos, *op. cit.*, p. 7.

¹⁰⁶⁶ Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.*, p. 153.

¹⁰⁶⁷ Frei Agostinho de Santa Maria refere-se a Manuel Vaz e a Catarina Gomes Belém ao invés de Catarina Gomes Pereira. Cf. Frei Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, p. 416.

¹⁰⁶⁸ Frei Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, pp. 416-417.

¹⁰⁶⁹ *Ibidem*, p. 416.



Imagem 33 O sarcófago de Catarina Gomes, falecida no ano de 1562.



Imagem 34 Pormenor da cobertura azulejar da mesa de altar do lado da Epístola.

Relativamente à importância deste templo note-se que desde início a imagem da Madre de Deus outrora colocada no altar-mor “no meyo do retabolo, aonde se vê recolhida em hum nicho”¹⁰⁷⁰ foi objecto de grande devoção. De resto, conhecemos um outro episódio que comprova a importância desta igreja: aquando dos períodos mais conturbados da ilha, isto é, aquando das invasões perpetradas pelos ingleses e holandeses no século XVII, esta igreja terá sido escolhida para substituir a catedral, tendo-se inclusivamente transferido o Santíssimo Sacramento da sé para a Madre de Deus, onde terá permanecido entre os anos de 1663 e 1684¹⁰⁷¹. No século XVIII, segundo a descrição de frei Agostinho de Santa Maria, este templo continuaria bastante concorrido, sendo identificado como um “Santuário de grande devoção, aonde concorrem não só os moradores da Cidade; mas todos os lugares da Ilha”¹⁰⁷², sobretudo aos sábados pelas mulheres que ali iam praticar o *flêcê*¹⁰⁷³ ou agradecimento após darem à luz os seus filhos¹⁰⁷⁴.

Em meados do século XIX, segundo Cunha Matos, esta igreja, cujo morgado que a detinha era administrado pela Provedoria da Fazenda Real, estava “muito

¹⁰⁷⁰ *Ibidem*, p. 417. Tratava-se de uma pequena escultura da Senhora em madeira com pouco mais de três palmos de altura, sem o Menino mas com as mãos levantadas e juntas que depois foi transferida para um altar lateral e substituída por uma outra (já com uma representação do Menino) encomendada pelos herdeiros dos fundadores do templo na Bahia, Brasil.

¹⁰⁷¹ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 103. Manuel do Rosário Pinto refere que a igreja da Trindade foi escolhida pelo cabido para se celebrarem os ofícios divinos após a tomada de São Tomé no ano de 1641 pelos holandeses. Cf. Manuel do Rosário Pinto, *op. cit.*, p. 99.

¹⁰⁷² Frei Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, p. 416.

¹⁰⁷³ O *flêcê* é o ritual em que a mãe oferece a criança nascida à Madre de Deus. Este ritual tem lugar sete semanas após o nascimento da criança.

¹⁰⁷⁴ Frei Agostinho de Santa Maria, *op. cit.*, p. 418.

maltratada”¹⁰⁷⁵. Não obstante o mau estado de conservação do templo, a imagem de Nossa Senhora ainda era muito procurada¹⁰⁷⁶. No final do século XIX a situação seria pouco diferente pois nessa altura o monsenhor José António Pereira, vigário pro-capitular, relatou que aquando da sua nomeação no ano de 1891 a maioria dos templos, com o da Madre de Deus certamente incluído, estaria num estado “verdadeiramente indecoroso”¹⁰⁷⁷. O estado de ruína destes templos de São Tomé e Príncipe seria de tal modo grave que este mesmo vigário chegou a afirmar que “Se não fora a necessidade de manter o culto teria por melhor mandá-los fechar”¹⁰⁷⁸. Em alternativa, na sua opinião, o governo deveria intervir, por exemplo, através da dotação de uma verba exclusivamente destinada às reparações necessárias, uma medida que, como vimos, só seria tomada durante o *Estado Novo*.

Ao longo dos anos seguintes, a situação dos templos de São Tomé e Príncipe e, particularmente, da igreja da Madre de Deus, não só não melhorou como se agravou. Afinal, viviam-se os primeiros anos de um novo século marcado por sucessivas medidas de laicização e anticlericalismo, o que, como sabemos, acabou por ditar o afrouxamento e quase total desaparecimento da actividade missionária que até então era essencialmente caracterizada pela presença dos religiosos do colégio das Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim¹⁰⁷⁹. Assim:

*As igrejas de São Tomé, abandonadas e sem pastor, foram roubadas nos seus tesouros e bens. Podemos dizer que nos adros e sobre os telhados dos templos em ruína, nasceu e cresceu livremente o capim*¹⁰⁸⁰.

Todavia, no ano de 1927 começou a assistir-se a uma inversão desta tendência, um facto que se deveu, essencialmente, à chegada dos anteriormente mencionados missionários claretianos, os padres António Pires Marques e José Narciso Martins, fundadores da missão católica de São Tomé e Príncipe¹⁰⁸¹. Esta intensificação da acção missionária

¹⁰⁷⁵ Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.*, p. 154.

¹⁰⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁷⁷ António Ambrósio, *op. cit.*, p. 212.

¹⁰⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁷⁹ Segundo António Ambrósio por volta de 1925 só existiam quatro missionários de Cernache em São Tomé. Cf. António Ambrósio, *op. cit.*, p. 236.

¹⁰⁸⁰ António Ambrósio, *op. cit.*, p. 236.

¹⁰⁸¹ *Ibidem*, p. 237.

associada à promoção de São Tomé e Príncipe a diocese (1941), à visita presidencial de 1938 e às crescentes campanhas de Obras Públicas promovidas pelo governador Vaz Monteiro, deixavam adivinhar uma intervenção no então arruinado templo da Madre de Deus. Adicionalmente note-se que no ano de 1930 o estado de ruína desta igreja era de tal modo grave que o vigário geral da diocese acabou por declará-la “imprópria para culto”¹⁰⁸². Todavia, este templo localizado na estrada para a Trindade não era igreja matriz e, como tal, acabou por não ser incluído no lote de igrejas e capelas intervencionadas no ano de 1938 com o intuito de receberem os eclesiásticos que começaram a rumar até à ilha nesta época.

A questão da propriedade deste templo é bastante interessante pois no final dos anos 50, aquando do início das obras de restauro, constatou-se que este pertencera durante um período indefinido aos herdeiros de Manuel do Espírito Santo Baptista de Sousa, tendo sido oferecida pelos mesmos à Câmara Municipal de São Tomé a 9 de Novembro de 1950 sem que esta tivesse tomado posse¹⁰⁸³. Assim se explica o facto de aquando da primeira viagem



Imagem 35 Aspecto do interior da igreja, visto da entrada para o altar-mor, no final dos anos 50. AHSTP, doc. s/n.

de Luís Benavente à ilha para dar início aos trabalhos de restauro, a igreja ter estado “fechada a cadeado até ser dado início ao seu restauro”¹⁰⁸⁴, e de duas imagens antigas bem como um crucifixo, castiçais e uma coroa em prata do século XVI se encontrarem na habitação particular daquela família¹⁰⁸⁵. Perante esta situação algo insólita, a Repartição Provincial dos Serviços de Fomento encetou as diligências necessárias junto da Conservatória do Registo Predial que, na verdade, não tinha qualquer registo no nome do referido Manuel do Espírito Santo Baptista de Sousa¹⁰⁸⁶, o que terá acabado por facilitar o desenvolvimento o projecto de restauro.

¹⁰⁸² Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 103.

¹⁰⁸³ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 2 de Julho de 1959.

¹⁰⁸⁴ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

¹⁰⁸⁵ *Ibidem.*

¹⁰⁸⁶ *Ibidem.*

Como dissemos anteriormente, o acentuado estado de ruína desta igreja terá estado na base do pedido feito pelo governador de São Tomé e Príncipe no ano de 1956 ao subsecretário de Estado do Ultramar Carlos Krus Abecasis¹⁰⁸⁷ com o intuito de se elaborar um estudo acerca deste templo. A este propósito note-se ainda que consideramos perfeitamente possível o facto de ter sido Eurico Machado quem despertou o governador para a necessidade de se recuperar o templo em causa. Afinal, o engenheiro Machado chegou a afirmar ter protagonizado “uma diligência que fiz verbalmente junto de S. Ex^ª. o Governador da Província sobre a conveniência de se empreenderem obras de conservação na Igreja”¹⁰⁸⁸ no ano de 1955, momento em que esteve em São Tomé ao serviço do GUU¹⁰⁸⁹. A título de curiosidade refira-se que no mesmo ano de 1955, Charles Boxer também esteve na ilha no âmbito de uma viagem realizada a convite do ministro do Ultramar a São Tomé e Príncipe e a Angola¹⁰⁹⁰. Segundo Eurico Machado, este professor do King’s College terá ficado muito interessado na igreja da Madre de Deus¹⁰⁹¹.

Não obstante ter reconhecido que as informações disponíveis eram na verdade muito escassas, limitando-se, essencialmente, a uma planta da igreja, a uma planta topográfica, a algumas fotografias tiradas por José Alves Baptista Mendonça e à posterior observação de um templo de “mérito”¹⁰⁹² mas votado a um “estado de completo abandono”¹⁰⁹³, Eurico Machado prontificou-se a elaborar uma série de notas acerca das características arquitectónicas do edifício, do seu estado actual e das obras e medidas necessárias para a sua recuperação¹⁰⁹⁴. Nesta altura, portanto nos anos 50, a igreja era uma construção quase totalmente engolida pela vegetação que ao intrrometer-se nas fendas existentes nas paredes ameaçava grandemente a sua estabilidade já débil¹⁰⁹⁵, assistindo-se, segundo Eurico Machado, a uma grande proliferação de

¹⁰⁸⁷ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 22 de Julho de 1958.

¹⁰⁸⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 13, 24 de Janeiro de 1956.

¹⁰⁸⁹ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 22 de Julho de 1958.

¹⁰⁹⁰ *Boletim Geral do Ultramar* nº363, 1955, p. 220.

¹⁰⁹¹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 13, 24 de Janeiro de 1956.

¹⁰⁹² *Ibidem*.

¹⁰⁹³ *Ibidem*.

¹⁰⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁹⁵ *Ibidem*.

mulemba, uma árvore que em Angola terá contribuído para a ruína de muitos monumentos¹⁰⁹⁶. Concomitantemente, além da erosão do solo circundante e da ameaça à estabilidade das fundações do edifício, a igreja carecia de tecto – havendo indícios que este seria de maceira – e de pavimento, observando-se apenas vestígios de lajedo de cantaria junto à entrada¹⁰⁹⁷.

Apesar deste cenário desolador, o templo tinha ainda praticamente inteiros os elementos fundamentais para o entendimento das suas características de base – caso das paredes – o que permitiria uma “reconstituição que não se me afigura muito difícil”¹⁰⁹⁸. Assim, o engenheiro ao serviço do GUU propôs a realização urgente das seguintes obras: limpeza, reparação e aplicação dos rebocos nas tais paredes muito afectadas pela vegetação; a criação de um pequeno aterro no terreno circundante para resolver o problema dos desníveis do solo, avançando-se, ainda, com a possibilidade de criar um adro de forma a “pôr em destaque o Monumento”¹⁰⁹⁹; construção da cobertura em maceira de acordo com os vestígios existentes, havendo a hipótese de se deixar a estrutura visível ou de ocultá-la com tabuado, ainda que, desde logo, se tenha defendido que primeira solução “parece melhor integrar-se no estilo da Igreja”¹¹⁰⁰; aplicação de telha de canudo preferencialmente “já usada pelo tempo”¹¹⁰¹ como seria de esperar num contexto em que se procurava colocar em evidência a antiguidade e aspecto primitivo desta construção que remetia para momentos áureos da História de Portugal. Para uma segunda fase, Eurico Machado previu, entre outros trabalhos, a pavimentação do templo com lajedo antigo eventualmente armazenado ou, na ausência deste e na impossibilidade de aplicar lajedo novo por motivos económicos, com tijoleira. O arranjo da zona de protecção foi, também, proposto no sentido da valorização do templo, sugerindo-se “obras simples que ajudem a pô-lo em destaque”¹¹⁰², uma estratégia integrada no plano mais vasto de valorização do sítio da Madre de Deus que com a sua igreja e paisagem natural – incluindo algumas cascatas – poderia “constituir um notável

¹⁰⁹⁶ *Ibidem.*

¹⁰⁹⁷ *Ibidem.*

¹⁰⁹⁸ *Ibidem.*

¹⁰⁹⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰⁰ *Ibidem.*

¹¹⁰¹ *Ibidem.*

¹¹⁰² *Ibidem.*

atractivo turístico”¹¹⁰³. Devido à distância da metrópole e à ausência de pessoal com aptidão para dirigir e executar estas obras, Eurico Machado acabou por avançar com uma proposta curiosa: uma vez que em Angola à data, como veremos, estavam a ser realizadas “obras de certo vulto em Monumentos”¹¹⁰⁴ – caso da campanha da igreja de Jesus – o engenheiro propôs que esse pessoal especializado fosse até São Tomé formar os locais¹¹⁰⁵.

Contudo, na nossa opinião, um dos aspectos mais relevantes abordados por Eurico Machado neste seu relatório de 24 de Janeiro de 1956, prende-se com uma medida protectora que deveria “evitar flutuações de critério através do tempo sobre o interesse de conservação desta relíquia histórica e arqueológica e ainda para salvaguardar as suas características”¹¹⁰⁶: a classificação da igreja da Madre de Deus como “monumento nacional”. Na opinião de Eurico Machado esta medida protectora deveria ser tomada não só em relação à igreja da Madre de Deus mas, também, à fortaleza de São Sebastião e às ruínas da fortaleza de São Jerónimo¹¹⁰⁷. Curiosamente, a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, posteriormente incluída no lote de monumentos a restaurar, não foi proposta para classificação¹¹⁰⁸. É igualmente curioso e revelador de uma certa falta de maturidade ou experiência patrimonial que se tenha proposto a classificação de monumentos que ainda não estavam devidamente inventariados.

Na sequência da apresentação deste relatório, João António Aguiar, director interino do GUU, informou o subsecretário de Estado do Ultramar que o restauro desta igreja muito danificada mas com elementos suficientes para se restituir “toda a verdade em relação à sua expressão



Imagem 36 Pormenor do estado do pórtico em cantaria antes do restauro, c. 1956-1958. AHSTP, doc. s/n.

¹¹⁰³ *Ibidem.*

¹¹⁰⁴ *Ibidem.*

¹¹⁰⁵ *Ibidem.*

¹¹⁰⁶ *Ibidem.*

¹¹⁰⁷ *Ibidem.*

¹¹⁰⁸ A propósito da classificação dos monumentos de São Tomé e Príncipe note-se que recentemente Inês Castaño alertou para o facto de presentemente existir uma lista indicativa de património em vias de classificação bem como legislação adequada, mas não património efectivamente classificado. Cf. Inês Castaño, *op. cit.*, vol. 1, p. 73.

primitiva”¹¹⁰⁹ não só não seria difícil e até pouco oneroso – estariam em causa 319.000\$00¹¹¹⁰ – como permitiria recuperar um “monumento de valor arquitectónico e espiritual que muito interessa à cidade em especial e à ilha em geral, que verá o seu património artístico valorizado por um edifício do século XVI”¹¹¹¹. Assim tal como se esperava tendo em consideração que foi o próprio subsecretário de Estado do Ultramar quem lançou este tema na metrópole, Carlos Krus Abecasis afirmou que o Ministério do Ultramar iria dar todo o apoio a esta campanha, tendo simultaneamente determinado que se informasse o governador de São Tomé e Príncipe das decisões tomadas¹¹¹².

Tal como foi dito anteriormente, o arquitecto Luís Benavente acabou por assumir a missão de salvaguarda dos monumentos de São Tomé e Príncipe, motivo pelo qual na Primavera de 1956 solicitou a documentação que lhe permitiria preparar os trabalhos a realizar na igreja da Madre de Deus. No entanto, além da planta da igreja, da planta topográfica e de um conjunto de oito fotografias, o GUU não possuía qualquer desenho de cortes longitudinais, transversais ou dos alçados do templo a intervencionar, razão pela qual estes trabalhos só foram realizados após a solicitação do arquitecto Benavente¹¹¹³ que os terá recebido a 25 de Junho de 1956¹¹¹⁴. Ainda assim, esta questão só voltou a ser retomada no ano de 1958, datando de 5 de Julho o tal relatório referente aos trabalhos a realizar por Luís Benavente durante a sua visita iminente a São Tomé e Príncipe, cujo primeiro objectivo era dar início ao restauro da igreja da Madre de Deus. Nesta primeira abordagem nota-se claramente a influência das notas elaboradas por Eurico Machado – com as quais Luís Benavente concordou na generalidade – mas, também, uma considerável cautela pela falta de conhecimento directo da igreja. Quanto à forma de proceder, o arquitecto salientou a importância de se disponibilizar pelo menos parte dos tais 319.000\$00 aquando da sua chegada à ilha, realizando-se assim “um vencer de inércia”¹¹¹⁵. De resto, os trabalhos deveriam ter início com o desbravamento da vegetação que circundava e envolvia o templo, procedendo-se

¹¹⁰⁹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 13, 24 de Janeiro de 1956.

¹¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹¹² *Ibidem*.

¹¹¹³ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 18 de Junho de 1956.

¹¹¹⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 19, 25 de Junho de 1956.

¹¹¹⁵ *Ibidem*, doc. 23, 5 de Julho de 1958.

depois “cautelosamente”¹¹¹⁶ para o seu interior. O objectivo primordial seria, sem surpresa, devolver a este templo tão arruinado “o espírito do primitivo, existente”¹¹¹⁷.

Depois das diligências mencionadas anteriormente, no início de Setembro de 1958 foi finalmente aberto o tal crédito no valor de 400.000\$00¹¹¹⁸, quantia consideravelmente superior àquela estimada por Eurico Machado e considerada justa por Luís Benavente dado que, como mencionámos anteriormente, se destinava também ao restauro da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho. Assim, com a segurança que pelo menos teria verbas para trabalhar, Luís Benavente partiu para São Tomé no final do mês de Setembro¹¹¹⁹, tendo permanecido na ilha até 19 de Novembro de 1958¹¹²⁰. A descrição feita do estado do templo nesta ocasião é muito semelhante àquela da autoria de Eurico Machado, sendo que esta redigida no ano de 1959 é consideravelmente mais completa pelo facto do seu autor estar na altura perante este edifício muito danificado, com paredes cobertas e fendidas devido à forte presença de vegetação, havendo no seu interior “árvores dispostas em duas filas como se tratasse de pilares destinados a receber a cobertura de uma igreja de três naves”¹¹²¹. No interior do templo o arquitecto encontrou vestígios de madeiramentos e de talha, imagens e apetrechos vários, elementos muito afectados pelos ataques da formiga-branca, havendo no exterior um “baldaquino”¹¹²² e uma vegetação extraordinariamente densa¹¹²³. Não obstante o “aspecto desolador”¹¹²⁴ do conjunto, tal como Eurico Machado constatara anos antes, os elementos existentes e o facto de aparentemente esta igreja nunca ter sido objecto de uma grande intervenção, levaram Benavente a afirmar que “foi possível pela

¹¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹¹⁸ *Boletim Oficial de S. Tomé e Príncipe*, nº36, I Série, “Portaria nº2:627”, 4 de Setembro de 1958, p. 751.

¹¹¹⁹ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 29 de Novembro de 1958.

¹¹²⁰ *Ibidem*.

¹¹²¹ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

¹¹²² Trata-se de uma pequena construção localizada em frente ao portal da igreja. José Manuel Fernandes destacou o facto de esta construção lembrar os “império dos Espírito Santo” dos Açores. Cf. José Manuel Fernandes, coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 35.

¹¹²³ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

¹¹²⁴ *Ibidem*.

existência integral de todos os seus vestígios construtivos, «ler» no existente, como ele era na sua primitiva”¹¹²⁵.



Imagem 37 Levantamento do estado da igreja antes dos trabalhos de restauro, 1958. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 42.

O início dos trabalhos teria lugar no ano de 1958 após a celebração de uma missa campal pelo vigário geral de São Tomé nas ruínas da igreja, um começo que não podemos deixar de considerar altamente simbólico e elucidativo dos contornos desta “missão de reabilitar o património espiritual”¹¹²⁶ daquela província ultramarina num período marcado por sucessivas tentativas de valorização da dita missão civilizadora portuguesa. Quanto aos trabalhos realizados sob a direcção de Luís Benavente neste ano de 1958, note-se que logo de início foi necessário deslocar para um outro edifício uma escola da missão católica a funcionar na capela-mor, à data coberta apenas por folhas de palmeiras¹¹²⁷, seguindo-se uma cuidadosa limpeza de todo o espaço e a recolha de pedaços de talha, de imagens, de azulejos e telhas¹¹²⁸. A primeira fase dos trabalhos de restauro aconteceu entre os dias 20 de Outubro a 19 de Novembro¹¹²⁹, caracterizando-se essencialmente pelo rebaixamento do pavimento do interior da igreja até à sua cota primitiva; pela demolição de elementos que não se coadunassem com o aspecto original do templo; pela limpeza e consolidação das paredes; pela delimitação das cotas do adro; e pela realização de sondagens com o intuito de localizar as fundações do “baldaquino”

¹¹²⁵ *Ibidem*.

¹¹²⁶ *Ibidem*, doc.1, s/d [1959].

¹¹²⁷ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 29 de Novembro de 1958; ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

¹¹²⁸ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 29 de Novembro de 1958

¹¹²⁹ *Ibidem*.

supramencionado¹¹³⁰. Contudo, depois destes primeiros trabalhos o arquitecto Benavente rumou a Angola. Assim, estas obras da Madre de Deus terão prosseguido de acordo com indicações dadas previamente e sob a supervisão da Repartição Provincial dos Serviços de Fomento que ficou incumbida de, numa segunda fase dos trabalhos, dar continuação ao desaterramento do interior e à nivelação do pavimento; de colocar as soleiras das portas laterais à cota correcta, bem como a sacristia em relação ao altar-mor; construir os acessos à sacristia e à nave; picar o reboco das paredes; tratar do enrocamento dos pavimentos; reconstruir as paredes demolidas do “baldaquino”; montar a cofragem do arco triunfal; montar os andaimes no interior com excepção para este arco; e lavar a telha encontrada no local¹¹³¹.

Ao longo do ano de 1959 o estaleiro da igreja da Madre de Deus continuou em funcionamento, ainda que na ausência de Luís Benavente e de forma alegadamente morosa. Data deste ano uma carta escrita pelo pe. Francisco Vaz dando conta que as obras “andam muito devagar”¹¹³². Certo é que durante este período foram sendo realizadas obras de menor ou maior escala, das quais consideramos relevantes pela forma como determinaram o aspecto da igreja, a demolição dos bancos que se encontravam encostados às paredes exteriores do templo e dos pilares em alvenaria adossados às paredes interiores “parecendo desempenhar a função de contrafortes mas que nenhuma acção exercem nesse sentido”¹¹³³; o apeamento da empena do arco triunfal e a sua recolocação depois de acertado pois em cada lado do fecho tinha pedaços de tijoleira que alegadamente não se coadunavam com o estilo do templo¹¹³⁴; e o estudo e posterior apresentação de propostas para elementos diversos, casos das telhas, tijoleira, cantarias, do catavento ou da pia de água benta¹¹³⁵.

¹¹³⁰ *Ibidem.*

¹¹³¹ *Ibidem.*

¹¹³² ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 8, 24 de Fevereiro de 1959.

¹¹³³ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 462, doc. 25, 5 de Janeiro de 1959.

¹¹³⁴ *Ibidem.*

¹¹³⁵ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, docs. 6 a 14, 1959.

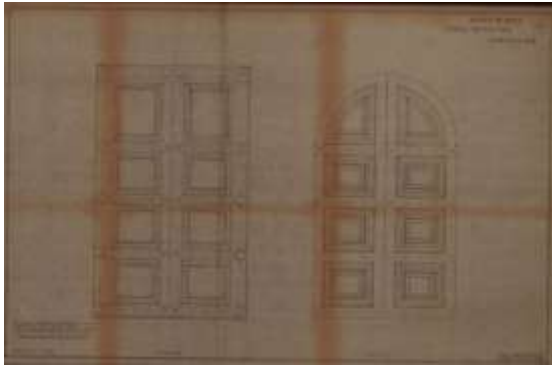


Imagem 38 Projecto de Luís Benavente para a porta da entrada principal, 1959. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 24.



Imagem 39 Pormenor do projecto de Luís Benavente para o altar-mor, 1959. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 19.

A propósito da aquisição destes materiais e peças ao longo do ano de 1959 julgamos de grande interesse destacar a relevância dada pelo arquitecto Luís Benavente a esta questão, sabendo que o próprio salientou a importância de escolher fontes e fornecedores adequados de modo a que estes dessem “o devido carácter à obra”¹¹³⁶. Efectivamente, de modo a restituir à igreja da Madre de Deus aquele que seria o seu aspecto aquando da sua construção no século XVI, o arquitecto Benavente advogou que, por exemplo, a cobertura não deveria ser de telha de fabrico mecânico mas sim manual e produzida em Alhandra, pois “verificámos imediatamente que a telha secular que ali se encontrava, tinha vindo de Alhandra (...) trouxemos uma para amostra e fomos encontrar o local de produção”¹¹³⁷. As cantarias, nomeadamente a pia de água benta e lavabo, deveriam ser em lioz branco com “aspecto do trabalho do século XVI”¹¹³⁸, enquanto o catavento muito arruinado deveria ser reforjado “de modo a que a peça continue a ser a mesma”¹¹³⁹.

Quanto ao altar-mor, onde se encontrava um sacrário muito destruído, e aos altares laterais, apesar de aparentemente não haver indícios de tal, Luís Benavente alegou que a existência de frontais em cerâmica era “requerido em igrejas desta natureza”¹¹⁴⁰ e que a utilização de azulejo era “sinal de pobreza, o que está dentro do espírito da obra”¹¹⁴¹. Por estes motivos o arquitecto contactou com ceramistas capazes de apresentar

¹¹³⁶ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 15 de Outubro de 1959.

¹¹³⁷ *Ibidem.*

¹¹³⁸ *Ibidem.*

¹¹³⁹ *Ibidem.*

¹¹⁴⁰ *Ibidem.*

¹¹⁴¹ *Ibidem.*

propostas para a execução deste trabalho e outros que restaurassem o sacrário e executassem as banquetas dos altares¹¹⁴².

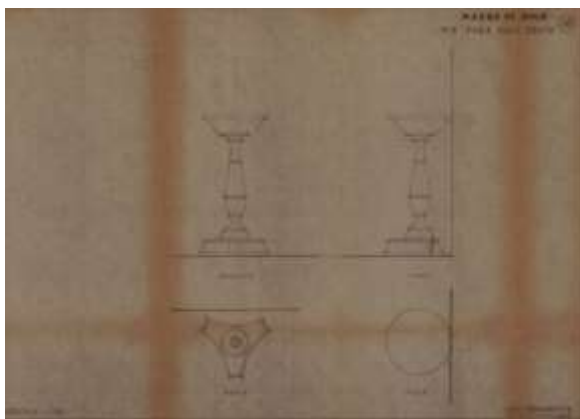


Imagem 40 Projecto de Luís Benavente para a pia de água benta, 1959. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 492, doc. 14



Imagem 41 A concretização do projecto de Luís Benavente.

No ano de 1960, além da aquisição destes materiais e peças, foram apresentadas propostas para a execução de azulejos para o altar-mor, nave e sacristia, de madeiramentos para a cobertura e bancos para a nave. Tudo isto num valor de cerca de 418.000\$00¹¹⁴³. Este foi, também, o ano em que o Luís Benavente insistiu na ida urgente de José Augusto Simões para chefiar os trabalhos, bem como de um pedreiro que soubesse executar telhado “à portuguesa”, assentar azulejo antigo e executar abóbadas à alentejana¹¹⁴⁴, sendo de destacar o facto do arquitecto ter procurado contornar a morosidade do processo através da introdução do chefe de obra a todas estas questões quando este ainda aguardava a ordem de partida¹¹⁴⁵. Assim, ao longo deste ano e em grande parte graças à abertura da tal verba para o restauro dos monumentos de São Tomé e Príncipe¹¹⁴⁶, foi possível impor um bom ritmo aos trabalhos. Assim o atestam, por exemplo, as facturas apresentadas no final de 1960 pela Fábrica Viúva Lamego pela execução dos azulejos de tipo antigo para o altar-mor¹¹⁴⁷, pelas cantarias de Pero Pinheiro¹¹⁴⁸, pela Empresa Metalúrgica Lisbonense pelo catavento¹¹⁴⁹, pela Fábrica de

¹¹⁴² *Ibidem*.

¹¹⁴³ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 21 de Abril de 1960.

¹¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹¹⁴⁶ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, doc. 33, 19 de Março de 1960.

¹¹⁴⁷ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 27 de Outubro de 1960.

¹¹⁴⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 7 de Novembro de 1960.

Cerâmica Manuel Vitorino de Carvalho pelas telhas¹¹⁵⁰, ou por Almeida e Sousa – Antiguidades pelo sacrário e banquetta¹¹⁵¹.

Depois de um início promissor, em 1961 o ritmo das obras de restauro da igreja da Madre de Deus começou a abrandar pois, como referimos anteriormente, nesse ano as verbas votadas no orçamento anual para restauro de monumentos não foram as aconselhadas pelo arquitecto Benavente¹¹⁵². Todavia logo no início do ano, antes da empreitada ter sido suspensa pela falta de verbas, o chefe de trabalhos já tinha afirmado que “as obras de restauro desta igreja estão correndo muito mal”¹¹⁵³, alegando, por exemplo, a falta de direcção que por diversas vezes tinha obrigado a refazer partes do trabalho¹¹⁵⁴. Concomitantemente, parte dos materiais enviados da metrópole não chegou em condições a São Tomé, caso das tijoleiras e telhas partidas ou da banquetta ligeiramente descolada¹¹⁵⁵. Ainda assim esta situação parece não ter sido totalmente problemática, uma vez que o facto de algumas das cantarias se terem partido contribuiu, na opinião dos responsáveis pela obra, para dotar a construção de “maior vetustez e concordância com as existentes”¹¹⁵⁶. De resto, o estaleiro foi palco de desentendimentos constantes, insultos e actos de violência entre José Augusto Simões, chefe de obra, e o pedreiro Teixeira¹¹⁵⁷, cujas relações eram “as piores possíveis”¹¹⁵⁸, questões que evidentemente prejudicaram a qualidade da obra – conforme se depreende do facto do fecho do arco do portal ter ficado torto¹¹⁵⁹ – e protelaram o andamento dos trabalhos.

Ainda assim, sabemos que no Verão de 1961 o estado das obras de restauro da igreja da Madre de Deus já seria consideravelmente avançado, datando desta época a conclusão da execução pela Fábrica Serafim da Silva Jerónimo do sino com o dístico “É da Madre

¹¹⁴⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 8 de Novembro de 1960.

¹¹⁵⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 25 de Novembro de 1960.

¹¹⁵¹ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, doc. 65, 22 de Novembro de 1960.

¹¹⁵² AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 29 de Dezembro de 1960.

¹¹⁵³ *Ibidem*, doc. s/n, 1 de Fevereiro de 1961.

¹¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 21 de Fevereiro de 1961.

¹¹⁵⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 22 de Março de 1961.

¹¹⁵⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 28 de Fevereiro de 1961; doc. s/n, 7 de Março de 1961;

¹¹⁵⁸ *Ibidem*, doc. s/n [Informação 41/219/961], 1961.

¹¹⁵⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 8 de Março de 1961.

Deus de S. Tomé, 1960”¹¹⁶⁰. Nesta época o arco triunfal e o arco do pórtico que tinha sido apeado e depois repostos por se encontrar “pendente e desnivelado”¹¹⁶¹, já tinham sido erguidos; os degraus do altar-mor e do “baldaquino” tinham sido assentes; o altar-mor e a torre sineira tinham sido executados; o emboço da parede exterior da fachada principal estava concluído; o beirado da empena existente sob o arco triunfal, as padieiras e cimalhas do baldaquino e o estreitamento dos seus vãos estavam prontos; os azulejos da nave, da sacristia e de parte do altar-mor tinham sido assentes; o substrato do pavimento estava pronto; as portas já tinham sido executadas; tendo-se iniciado o assentamento do forro da cobertura e o acompanhamento dos frechais¹¹⁶². Concluímos ainda que grande parte dos meses de Agosto e Setembro deste ano de 1961 foi dedicada à execução da cobertura da igreja¹¹⁶³, situação explicável pela aproximação da estação das chuvas a partir do mês Outubro. Porém, precisamente nesta altura, numa fase muito avançada dos trabalhos, surgiram pela primeira vez indicações no sentido da suspensão da campanha, algo que foi naturalmente considerado “inconveniente”¹¹⁶⁴ pela DGOPC do Ministério do Ultramar. A partir de então assistir-se-ia ao declínio das obras em curso na Madre de Deus, sabendo que no final do mês de Novembro de 1961 – numa fase em que os pedreiros estavam prestes a terminar o assentamento das telhas da nave e a colocar os beirais; e os carpinteiros continuavam com a construção do tecto do altar-mor – os materiais pedidos deixaram de chegar ao estaleiro devido a divergências entre os saldos nos livros¹¹⁶⁵. Por outro lado, apurámos que em Fevereiro de 1962 os pedreiros e carpinteiros afectos a esta obra ainda não tinham recebido os salários dos dois últimos meses de trabalho do ano transacto¹¹⁶⁶.

Conforme referimos anteriormente, os trabalhos de restauro da igreja da Madre de Deus bem como da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho acabaram efectivamente por ficar paralisados, situação que influenciou a transferência do chefe Simões para obras da Repartição de Obras Públicas antes de passar a dirigir a campanha de restauro

¹¹⁶⁰ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 491, docs. 52 e 92, 25 de Agosto de 1960 e 27 de Março de 1961.

¹¹⁶¹ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 19 de Janeiro de 1965.

¹¹⁶² *Ibidem*, doc. s/n, 13 de Julho de 1961.

¹¹⁶³ *Ibidem*, doc. s/n, 2 de Setembro de 1961.

¹¹⁶⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 11 de Setembro de 1961.

¹¹⁶⁵ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 25 de Novembro de 1961.

¹¹⁶⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 14 de Fevereiro de 1962.

da fortaleza de São Sebastião¹¹⁶⁷. A estagnação das obras deste templo é igualmente perceptível pelos sucessivos pedidos dirigidos pelos serviços da Marinha no sentido de lhes serem cedidas para as obras de restauro e adaptação da fortaleza de São Sebastião, madeiras e telhas outrora destinadas àquela campanha¹¹⁶⁸. No entanto, depois das obras da Madre de Deus terem sido totalmente suspensas a 11 de Dezembro de 1961, os trabalhos acabaram por ser retomados no dia 7 de Janeiro de 1964¹¹⁶⁹. Nesta ocasião constatou-se que, com excepção para as paredes cujo reboco fora picado e que se encontravam cobertas de vegetação, a obra mantivera-se em boas condições¹¹⁷⁰. Nesta fase de retoma da campanha os carpinteiros deram continuidade ao assentamento da madeira em forro e das molduras do tecto do altar-mor¹¹⁷¹, tendo montado os andaimes nesta zona da igreja para dar início à construção do telhado e beirais¹¹⁷². Os pedreiros dedicaram-se primeiro à construção do beirado que faltava na fachada do lado do Evangelho¹¹⁷³ para depois passarem ao altar-mor¹¹⁷⁴, enquanto o empreiteiro da instalação eléctrica começou por abrir os roços nas paredes¹¹⁷⁵ para instalar a tubagem necessária para passar os fios¹¹⁷⁶. Em determinada altura desta grande campanha de obras ter-se-á deslocado o sarcófago de Catarina Gomes da capela-mor para o local onde hoje se encontra¹¹⁷⁷.

À medida que os trabalhos avançavam, a presença do arquitecto Benavente foi sendo cada vez mais requisitada, sobretudo para “resolver várias dúvidas quanto a pequenos pormenores de acabamentos.”¹¹⁷⁸ Assim, perante a insistência do chefe de trabalhos mas, também, devido a necessidades semelhantes nos estaleiros da fortaleza de São Sebastião e à incumbência de escolher o mobiliário para o Palácio do Governo, Luís Benavente, como já mencionámos, desempenhou nova missão em São Tomé entre os

¹¹⁶⁷ AHSTP, Obras na fortaleza de S. Sebastião, 1965, 1.42.6, cx. 3.10, doc. s/n, 19 de Novembro de 1962.

¹¹⁶⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 5 de Novembro de 1962; *Ibidem*, doc. s/n, 27 de Maio de 1963; *Ibidem*, doc. s/n, 6 de Junho de 1963; *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Junho de 1963.

¹¹⁶⁹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 28, 11 de Janeiro 1964.

¹¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹¹⁷¹ *Ibidem*, doc. 29, 18 de Janeiro de 1964.

¹¹⁷² *Ibidem*, doc. 30, 25 de Janeiro de 1964.

¹¹⁷³ *Ibidem*, doc. 29, 18 de Janeiro de 1964.

¹¹⁷⁴ *Ibidem*, doc. 30, 25 de Janeiro de 1964.

¹¹⁷⁵ *Ibidem*, doc. 29, 18 de Janeiro de 1964.

¹¹⁷⁶ *Ibidem*, doc. 30, 25 de Janeiro de 1964.

¹¹⁷⁷ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 99

¹¹⁷⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 523 A, doc. 31, 1 de Fevereiro de 1964.

dias 31 de Março e 21 de Abril de 1964¹¹⁷⁹. Ali, o arquitecto deparou-se com os trabalhos em “franco progresso”¹¹⁸⁰ no sentido de:

*uma perfeita reconstituição e restauro, de modo a poder restituir à aquela Igreja, do mais alto sentimento nacional, – devido aos pormenores do Renascimento que encerra e ao modo como ali surgiu – a beleza e o valor que a recuperação que está sofrendo, lhe vão trazer*¹¹⁸¹.

Perante a proximidade da conclusão destes trabalhos, o arquitecto Benavente anunciou que aquando do seu regresso à metrópole iria dar início à aquisição dos materiais necessários e de complementos vários, caso das alfaias litúrgicas¹¹⁸². Porém, ainda antes da conclusão dos trabalhos, portanto no final de Agosto de 1964, o anteriormente mencionado pe. Francisco Vaz solicitou aos Serviços de



Imagem 42 Momento em que se ultimavam as obras da fachada principal, c. 1964. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 631, doc. 3.

Fomento a chave da igreja para que na iminência da festa de Nossa Senhora da Madre de Deus, a 13 de Setembro, se pudesse celebrar a novena no seu interior¹¹⁸³. Este episódio atesta, na nossa opinião, a importância deste templo para a comunidade.

A inauguração do templo restaurado teve lugar a 27 de Junho de 1965 por ocasião da visita pastoral do arcebispo de Luanda D. Moisés Alves de Pinho¹¹⁸⁴. Finalmente, a 12 de Julho de 1966 foi lavrado o auto de entrega da igreja da Madre de Deus e também da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho pelo gabinete do chefe da Repartição dos Serviços Provinciais de Fazenda e Contabilidade à diocese de São Tomé que então se comprometia em manter estes templos em “boas condições de funcionamento e

¹¹⁷⁹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 520, doc. 12, 25 de Abril de 1964.

¹¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹¹⁸¹ *Ibidem*.

¹¹⁸² *Ibidem*.

¹¹⁸³ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 31 de Agosto de 1964.

¹¹⁸⁴ Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 103.

conservação”¹¹⁸⁵. Todavia isto não significa que a campanha iniciada no ano de 1958 estivesse totalmente concluída, pois sabemos que em 1970 o arquitecto Benavente ainda propôs a aquisição de mobiliário para este templo e para a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho¹¹⁸⁶. Na sequência desta proposta, o próprio arquitecto e o governador de São Tomé, acabaram por concordar com nova deslocação de Benavente à província para tratar deste assunto mas, também, da questão da classificação dos monumentos destas duas ilhas¹¹⁸⁷. Todavia, esta quarta viagem de Luís Benavente acabou por não acontecer, não só porque o arquitecto já se tinha comprometido a visitar Cabo Verde e Macau¹¹⁸⁸, mas também porque no ano de 1974 dar-se-ia a queda do *Estado Novo*.

No ano de 1972, devido à ausência de Luís Benavente ou a outros motivos que desconhecemos, a igreja da Madre de Deus ainda não apresentava o mobiliário proposto nem tinha iluminação¹¹⁸⁹. Segundo nos parece, esta situação dever-se-ia à conjugação de dois factores: a incapacidade de Benavente cobrir a totalidade dos territórios portugueses ultramarinos, um universo extraordinariamente vasto e rico em monumentos e, na ausência do arquitecto, a falta de iniciativa ou capacidade do governo provincial de São Tomé para colmatar estas lacunas.

Algumas considerações

A província ultramarina de São Tomé e Príncipe não era, de facto, particularmente atractiva para o *Estado Novo* mas era historicamente parte integrante da Nação portuguesa e, como tal, ao longo dos anos foram sendo tomadas medidas tendentes a destacar esta situação e a garantir a sua continuidade. As campanhas de restauro dos monumentos coevos das primeiras fases de ocupação do arquipélago testemunham perfeitamente esta necessidade, destacando-se no âmbito deste estudo pelo seu aspecto pioneiro pois, conforme demonstrámos, os trabalhos desenvolvidos a partir do final dos anos 50 atestam a concretização de uma primeira experiência patrimonial

¹¹⁸⁵ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 12 de Julho de 1966.

¹¹⁸⁶ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 494, doc. 5, 20 de Abril de 1971.

¹¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹¹⁸⁹ *Ibidem*, doc. 16, 19 de Junho de 1972.

ultramarina que acabaria por evoluir para uma medida legislativa com a publicação do Decreto nº41 787 de 1958.

O caso de estudo eleito para tratarmos com maior profundidade é revelador desta situação: a igreja da Madre de Deus era conhecida como um templo quinhentista gravemente arruinado mas que possuía um elemento de grande interesse, um elegante portal em cantaria de traço clássico. Como tal este seria não só um monumento a restaurar porque atestava “a colonização portuguesa (...) realizada dentro de um espírito de humanismo e cultura, a um nível que poderá servir de exemplo àqueles próprios que pretendem negar-lhe o significado”¹¹⁹⁰, como deveria sê-lo de modo a não lhe dar “o aspecto de novo que desclassifica”¹¹⁹¹, mas a devolver-lhe aquele que seria o seu “espírito primitivo”¹¹⁹². Tal como aconteceu frequentemente na metrópole, sobretudo entre as décadas de 30 e 40, esta campanha foi orientada pela vontade de recuperar e evidenciar os aspectos que atestavam a antiguidade deste templo e consequentemente da presença portuguesa em São Tomé e Príncipe.

Concomitantemente não podemos deixar de notar que o facto desta experiência ensaiada em São Tomé se ter desenvolvido de modo consideravelmente positivo, acabou por prejudicar este primeiro campo de trabalho, tendo levado Luís Benavente e a DGOPC do Ministério do Ultramar a dispersar a sua atenção e os seus esforços por todo o Portugal ultramarino. Afinal, apercebemo-nos que o andamento das empreitadas em São Tomé não foi prejudicado apenas pela falta de verbas mas, também, por uma presença de Luís Benavente menos frequente do que seria desejável devido ao seu comprometimento com outros universos patrimoniais ultramarinos. Esclareça-se ainda que aquela que seria, após o inventário, uma das medidas mais importantes a implementar como forma de garantir a salvaguarda deste património, a classificação, apesar de ter sido proposta por Eurico Machado logo no ano de 1956, ficou por concretizar.

¹¹⁹⁰ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 23, 5 de Julho de 1958.

¹¹⁹¹ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1966, 1.44.4.41, doc. s/n, 21 de Junho de 1965.

¹¹⁹² ANTT, FLB, cx. 75, pt. 527, doc. 23, 5 de Julho de 1958.

2. O CASO DE CABO VERDE

Após uma primeira experiência em São Tomé e Príncipe, as atenções de Luís Benavente e do Ministério do Ultramar centraram-se em Cabo Verde. Como veremos, esta parece ter sido a província ultramarina que mais beneficiou da acção de Luís Benavente enquanto arquitecto-restaurador ao serviço da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação daquele ministério. Assim o comprovam, por exemplo, os monumentos levantados e restaurados na outrora capital do arquipélago, o inventário do património arquitectónico desta Ribeira Grande de Santiago, a proposta de classificação da mesma *Cidade Velha* ou a elaboração de legislação patrimonial especificamente pensada para esta província ultramarina cuja independência era, à data, reclamada por vários movimentos de libertação.

2.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência

O património arquitectónico de Cabo Verde ilustra, ainda hoje, a história de um arquipélago descoberto no século XV e administrado por Portugal até ao ano de 1974. Efectivamente, nestas ilhas é possível identificarmos diversos núcleos patrimoniais coevos das diferentes épocas de ocupação portuguesa, sendo o mais antigo o da Ribeira Grande de Santiago, o primeiro povoamento deste território, a *urbe* original onde na época do florescimento das rotas comerciais do Atlântico e da escravatura foram erguidas várias construções religiosas de cariz tardo-gótico ou clássico, casos da igreja de Nossa Senhora do Rosário e da actualmente arruinada sé catedral. Neste mesmo local podemos observar vestígios de um consideravelmente complexo sistema defensivo erguido a partir de meados do século XVI, do qual a fortaleza real de São Filipe, estrutura construída na zona mais alta da cidade como forma de aperfeiçoar a protecção da terra e do mar, é o monumento mais representativo e em melhores condições. O desaparecimento total ou quase completo de outras fortificações e construções religiosas que se sabe terem existido na Ribeira Grande é sintomático do abandono verificado a partir de meados de Setecentos devido à perda de importância da cidade enquanto ponto de paragem das naus do comércio atlântico, e aos sucessivos ataques piratas.

Por esta razão, isto é, pela despromoção da Ribeira Grande de Santiago e elevação da vila da Praia a capital administrativa em meados do século XVIII, é nesta cidade que encontramos edifícios coevos desse período mas, sobretudo, de finais do século XIX e da segunda metade da centúria seguinte, momentos de modernização e expansão deste núcleo urbano¹¹⁹³. Assim o comprovam, por exemplo, o cais e o edifício da Alfândega (actual Arquivo Histórico Nacional), construções da década de 80 do século XIX, o edifício oitocentista da Câmara Municipal ou a igreja de Nossa Senhora da Graça, obra reconstruída no início do século XX. O Mindelo, na ilha de São Vicente, é outro interessante repositório de produção arquitectónica de meados de Oitocentos, podendo destacar o edifício da antiga Alfândega, parte do Palácio do Governo (actual Palácio do Povo) ou o conjunto da outrora Praça da República (actual Praça Amílcar Cabral). O novo Liceu do Mindelo, edifício de gosto oficial projectado por Eurico Pinto Lopes, o moderno Comando Naval ou o Cinema Éden, construção de linguagem *art deco*, são mais tardios, ou seja, são obras coevas do período de desenvolvimento fomentado pelo *Estado Novo*. Data também desta segunda metade do século XX, sobretudo dos anos 60, o desenvolvimento do planeamento urbanístico de Cabo Verde, nomeadamente das cidades da Praia, do Mindelo, da vila de Porto Novo e da Ribeira Grande de Santo Antão, de São Pedro da ilha de São Vicente ou da vila da Assomada¹¹⁹⁴.

No entanto, como veremos, estas derradeiras décadas de ocupação portuguesa não foram exclusivamente caracterizadas, no referente à arquitectura, pelo desenvolvimento e modernização de Cabo Verde através da promoção de novos edifícios, de infra-estruturas ou de planos urbanísticos¹¹⁹⁵ mas, também, pela valorização de monumentos coevos das primeiras fases do colonialismo português

¹¹⁹³ Cf. Manuel Teixeira, Fernandes Pires, “Praia”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 302.

¹¹⁹⁴ Acerca do desenvolvimento dos planos urbanísticos de Cabo Verde *vide* José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, Ana Vaz Milheiro, João Loureiro, *Cabo Verde – Cidades, Territórios e Arquitecturas*, s.l., s.n., 2014, pp. 9-12.

¹¹⁹⁵ Para um conhecimento mais aprofundado da realidade arquitectónica e urbanística de Cabo Verde, sobretudo dos séculos XIX e XX, *vide* José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, Ana Vaz Milheiro, João Loureiro, *Cabo Verde – Cidades, Territórios e Arquitecturas*, s.l., s.n., 2014, 192 p., il.; Ana Vaz Milheiro, “Cabo Verde e Guiné-Bissau: Itinerários pela Arquitectura Moderna Luso-Africana (1944-1974)”, *Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, Lisboa, IICT, 2013, s/p; Manuel Teixeira, “As invariantes e as especificidades das fundações urbanas portuguesas. Praia, Ribeira Grande, S. Filipe, Bissau, Cacheu”, *Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, Lisboa, IICT, 2013, s/p.

através de tentativas de inventariação, classificação, conservação, restauro e divulgação da sua importância histórica, artística e turística. Observemos o universo intervencionado no âmbito cronológico deste estudo.

Capela de São Roque, Ribeira Grande de Santiago: Este pequeno templo, provavelmente construído no século XVI, apresenta uma planta rectangular, nave única e um corpo adossado que corresponderia à sacristia¹¹⁹⁶. Sofreu bastante com o paulatino abandono da cidade, tendo chegado a meados do século XX quase totalmente arruinado.

Fortaleza Real de São Filipe, Ribeira Grande de Santiago: A construção desta fortificação foi motivada pelos constantes ataques piratas, tendo sido gizada por Filipe Terzi (1520-1597)¹¹⁹⁷ como forma de proteger a cidade. A edificação iniciada no ano de 1587 e concluída em 1593 terá estado a cargo do mestre-de-obras João Nunes¹¹⁹⁸, surgindo como um conjunto poligonal dotado de um grande baluarte ao centro – denominado de São Gonçalo – e de dois meios-baluartes. No interior destacam-se a rampa de acesso à plataforma de tiro e uma cisterna de planta circular coberta por uma cúpula em boas condições.



Imagem 43 Vista da fachada virada a nordeste com o meio baluarte à direita e o baluarte de São Gonçalo à esquerda.



Imagem 44 A cisterna à direita e os vestígios das antigas construções à esquerda junto ao muro de pedra.

¹¹⁹⁶ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 42, 25 de Janeiro de 1967.

¹¹⁹⁷ Fernando Pires, "Fortaleza Real de São Filipe e sistema de fortificação da cidade", José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 309.

¹¹⁹⁸ *Ibidem*.

Na mesma praça encontram-se vestígios das construções outrora existentes neste local, tais como os armazéns de artilharia, a ermida de São Gonçalo, a casa do governador da praça e a casa da guarda.

Pelourinho, Ribeira Grande de Santiago: Trata-se do símbolo da autoridade municipal fixada no ano de 1511 através de uma carta assinada pelo rei D. Manuel I confirmando os privilégios concedidos por D. Afonso V aos moradores da ilha de Santiago. Foi esculpido num alvíssimo mármore branco e está assente no topo de três degraus octogonais. A sua base é quadrangular mas sobre esta surge uma moldura circular a partir da qual parte o fuste cilíndrico com caneluras torsas interrompidas a meia altura pelo anel de sujeição em ferro e por um anel



Imagem 45 O pelourinho localizado no largo central da Ribeira Grande de Santiago.

rebordante. No topo, depois de um trabalho de entrelaçados ao nível do capitel, surge uma pinha cónica decorada com caneluras torsas. Entre o capitel e a pinha encontram-se dois ferros cruzados. No topo observamos uma grimpá com uma esfera armilar encimada por uma cruz de Cristo, símbolos maiores do *Império Colonial Português* e da sua alegada missão de civilização. No período pós-independência este elemento em ferro foi retirado, datando apenas do início do século XXI a sua recolocação¹¹⁹⁹.

Sé Catedral ou igreja do Santíssimo Nome de Jesus, Ribeira Grande de Santiago: A edificação deste grandioso templo esteve dependente de frágeis e inconstantes esmolas, penas pecuniárias de condenados¹²⁰⁰ e da fazenda real¹²⁰¹. Esta construção esteve, também, sujeita à insatisfação e dúvidas



Imagem 46 As ruínas da sé catedral em destaque entre o casario do bairro de São Sebastião.

¹¹⁹⁹ Martinho Robalo de Brito, “A Interpretação do Património Cultural - Pelourinho ou Picota da «Cidade Velha» Património da Humanidade”, s.l., s.n., s/d, p. 15, disponível em http://www.iipc.cv/ficheiros/2_artigo_Martinho.pdf, consultado a 29 de Novembro de 2015.

¹²⁰⁰ António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, II Série, vol. II, p. 516.

¹²⁰¹ *Ibidem*, p. 543.

suscitadas pela sua localização periférica em relação ao centro urbano¹²⁰². No ano de 1681, mais de cem anos após a morte de D. frei Francisco da Cruz (?-1571), promotor desta campanha, acreditava-se que “Esta obra hé imposiuel acabarsse hoje (...) e nunca se fara nem terá fim”¹²⁰³. Na verdade, o processo iniciado no ano de 1556¹²⁰⁴ acabou por arrastar-se morosamente até ao início do século XVIII, tendo resultado numa imponente igreja de nave única com capela-mor destacada, um transepto de dois tramos com capelas laterais adossadas e duas torres sineiras na fachada. No ano de 1712 o templo foi violentamente saqueada pelos corsários liderados por Jacques Cassard (1679-1740). Durante o Liberalismo, segundo o monsenhor Oliveira Bouças, o seu valor enquanto monumento de interesse nacional foi desconsiderado e acabou por ser apeado “gastando-se mais naquela vandálica destruição do que seria necessário para a sua reparação.”¹²⁰⁵ Efectivamente, de acordo com documentação recuperada por António Brásio, no ano de 1875 o director das Obras Públicas da província considerou que o restauro da sé seria demasiado dispendioso, sendo por isso preferível utilizar as suas cantarias para a construção de novos templos, “deixando-se desmoronar o dito edifício”¹²⁰⁶. Na mesma ocasião colocou-se, inclusivamente, a hipótese de demolir o templo¹²⁰⁷.



Imagem 47 Vista da cidade da Ribeira Grande com a sé à direita com as duas torres na fachada. Francisco Travassos Valdez, *África Occidental: Notícias e Considerações*, 1864.

¹²⁰² *Ibidem*, p. 213.

¹²⁰³ *Ibidem*, II Série, vol. VI, p. 465.

¹²⁰⁴ *Ibidem*, II Série, vol. II, p. 232, p. 249.

¹²⁰⁵ António José de Oliveira Bouças, *Apelo em Pró das ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*, Praia, Minerva, 1933, p. 10.

¹²⁰⁶ António Brásio, “Monumentos Sacros de Santiago”, *Cabo Verde* nº130, 1960, p. 29.

¹²⁰⁷ *Ibidem*.

2.2 Cabo Verde no contexto da política colonial do *Estado Novo*

O arquipélago de Cabo Verde, território descoberto no ano de 1460 por navegadores portugueses liderados pelo genovês António Noli (1415-1497) e por Diogo Gomes (?-c.1502)¹²⁰⁸, foi entendido durante o *Estado Novo* como um importante testemunho do processo de expansão nacional iniciado no ano de 1415 com a conquista de Ceuta. Consequentemente, de acordo com a ideologia vigente, os seus monumentos, tal como acontecia na metrópole, foram entendidos como eloquentes e dignos testemunhos da grandiosa epopeia nacional e, não menos importante, do sistema português de fixação e desenvolvimento urbano, social, religioso, cultural, financeiro e político. Tentemos compreender as razões subjacentes a este entendimento.

Na sequência da descoberta do arquipélago de Cabo Verde, as suas ilhas e, muito particularmente, o núcleo urbano da Ribeira Grande de Santiago, assumiram uma importância notável para a Coroa Portuguesa. Esta importância, como se pode depreender pela localização geográfica das ilhas, estava intimamente associada ao tráfego e comércio de escravos, bem como às rotas mercantis do Atlântico que ligavam Portugal à costa africana e ao Brasil e, ainda, à necessidade dos navios fazerem escala naquele local para serem abastecidos ou reparados. Assim, quando ao longo do século XVI, mas sobretudo das três centúrias seguintes, se verificaram avanços técnicos que passaram a permitir a navegação costa a costa sem necessidade de paragens intermédias¹²⁰⁹; quando os franceses se lançaram no curso como forma de contestar o Tratado de Tordesilhas (1494)¹²¹⁰; quando a exclusividade comercial ibérica deu lugar à disputa e à concorrência¹²¹¹; e quando a lei de 29 de Abril de 1875¹²¹² aboliu a condição servil nas colónias portuguesas, Cabo Verde entrou, claramente, em declínio.

Deste modo quando a *Constituição Política da República Portuguesa* de 1933 marcou o início de uma ditadura civil dotada de um *Acto Colonial*, Cabo Verde pouco mais era que

¹²⁰⁸ Luís Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos, coord., *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, vol. I, 1991, pp. 23-39.

¹²⁰⁹ Luís Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos, coord., *op. cit.*, vol. I, 1991, pp. 317-318.

¹²¹⁰ *Ibidem*, pp. 319-322.

¹²¹¹ *Ibidem*, vol. II, 1995, pp. 13-16.

¹²¹² Esta lei foi regulamentada no mês de Dezembro do mesmo ano. Cf. *Diário do Governo* nº293, I Série, "Regulamento para execução da lei de 29 de Abril de 1875", 24 de Dezembro de 1875, pp. 2443-2445.

um conjunto de dez ilhas áridas de clima tropical mas de pluviosidade reduzida, cuja economia era extremamente pobre e sobretudo de subsistência. Consequentemente, Cabo Verde era, essencialmente, conhecida como a colónia onde pululavam as secas e as fomes endémicas, das quais merecem destaque, pela sua gravidade e proximidade temporal com o período em causa, as de 1941-1943 e 1947-1948¹²¹³. Assim, a colónia era jocosa e ironicamente cantada na imprensa nacional como “Cabo Seco”¹²¹⁴. Todavia nos anos 60, não obstante o já longo – e quase endémico – percurso de agonia daquelas ilhas atlânticas, o regime *estadonovista* promoveu, conforme testemunha o programa de restauro em estudo, uma verdadeira campanha de “renascimento” de Cabo Verde, dando sequência à “obra de salvação nacional”¹²¹⁵ e “reconstrução nacional”¹²¹⁶ iniciada nos anos 30 na metrópole. Afinal, conforme alertou António de Oliveira Salazar no ano de 1961 justificando o interesse de Portugal em Cabo Verde, aquele era uma “velha Nação que vive agarrada às suas tradições, e por isso se dispõe a custear com pesados sacrifícios a herança que do passado lhe ficou”¹²¹⁷. Na verdade, o presidente do Conselho de Ministros estava bem ciente do cenário de “secura e aridez”¹²¹⁸ que impelia à emigração e ditava a miséria da colónia. No entanto reconhecia, igualmente, que “o fundo cultural é diferente e superior ao africano”¹²¹⁹ e, sobretudo, que a “posição estratégica”¹²²⁰ das ilhas se revelava, num período de conhecida contestação colonial, da mais alta importância para a defesa do Atlântico Sul. Tendo como referência este discurso do timoneiro do regime, procuremos compreender as razões da referida importância da localização de Cabo Verde e, ainda, a relevância da riqueza cultural daquelas ilhas.

Uma das maiores valências de Cabo Verde residiu, como vimos anteriormente, na localização destas ilhas num ponto intermédio entre as rotas comerciais estabelecidas

¹²¹³ António Carreira, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes no século XX)*, Lisboa, Biblioteca Ulmeiro, 1984, pp. 100-134.

¹²¹⁴ Sérgio Gonçalo Duarte Neto, *Colónia mártir, colónia modelo – Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 113.

¹²¹⁵ António de Oliveira Salazar, “Discurso de 23 de Novembro de 1932”, António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2007, p. 258.

¹²¹⁶ *Ibidem*, p. 260 e p. 261.

¹²¹⁷ António de Oliveira Salazar, “O Ultramar Português e a ONU”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, vol. VI, 1966, p. 143.

¹²¹⁸ *Ibidem*, p. 136.

¹²¹⁹ *Ibidem*.

¹²²⁰ *Ibidem*.

entre os continentes europeu, africano e americano. Tendo referido previamente o afrouxamento destas rotas a partir do século XVIII, é importante ressaltar que na segunda metade do século XX a localização do arquipélago voltou a valer a Cabo Verde a atenção por parte do Governo Português. Todavia, note-se que naquela época, tal como acontecera a partir do século XV, as ilhas cabo-verdianas foram valorizadas não como destino mas sim como ponto intermédio de apoio para o estabelecimento de comunicações ou para o reabastecimento de transportes marítimos. Neste caso, na iminência de sublevações de cariz independentista no continente africano, estas ilhas, segundo as conclusões de uma missão militar concretizada nos meses de Julho e Agosto de 1959, tinham “especiais características de base de apoio, quer no caso de um conflito generalizado, quer no caso de sublevações nos nossos territórios africanos.”¹²²¹ Notamos, portanto, um claro reconhecimento da importância da localização geoestratégica de Cabo Verde, a cerca de 700 km de Dakar, capital do Senegal, e a cerca de 2900 km de Lisboa, situação particularmente relevante num contexto de conflito eminente.

Na verdade, não obstante o Ministério do Exército ter garantido no Verão de 1959 que “a situação nesta Província é calma”¹²²², sendo Cabo Verde inclusivamente conhecida como a mais pacífica das colónias¹²²³, estas ilhas não ficaram isentas de sublevações independentistas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme pretendemos demonstrar, o acontecimento responsável pelo despertar do regime ditatorial para a real importância geoestratégica de Cabo Verde parece ter sido este processo de amadurecimento dos movimentos de libertação ao longo das décadas de 50 e 60 do século XX. De facto, no ano de 1957 o Gana – até então Gold Coast britânica – inaugurou o processo de descolonização da África subsariana. Pouco depois, no ano de 1960, as reivindicações de independência do Senegal, vizinho imediato de Cabo Verde, foram igualmente bem-sucedidas tendo contribuído decisivamente para o desenvolvimento e fortalecimento do nacionalismo cabo-verdiano. Afinal Dakar, até então uma capital francesa, era destino habitual dos emigrantes cabo-verdianos que, conforme afirmou

¹²²¹ ANTT, AOS, PC44, cx. 541, pt. 16, fl. 226, Julho-Agosto de 1959.

¹²²² *Ibidem*.

¹²²³ José Vicente Lopes, *Cabo Verde: as causas da independência (e o Estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*, Cidade da Praia, Spleen, 2012, p. 35.

José Vicente Lopes, aproveitaram esta experiência bem-sucedida de contestação anticolonial para ensaiar “alguns passos em direcção à independência da sua terra natal”¹²²⁴. De resto, Dakar foi no ano de 1959 o local de criação, por iniciativa de Amílcar Cabral, do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGCV), organização ligada ao PAIGC criado em Bissau no ano de 1956 pelo mesmo guineense juntamente com o seu irmão Luís (1931-2009), Aristides Pereira (1923-2011), Fernando Fortes, Júlio de Almeida e Elisée Turpin.

Paralelamente, de forma mais insipiente é certo – situação devedora da incontornável insularidade – as vozes contra o colonialismo português foram também elevando o seu tom em Cabo Verde. Nas vésperas de 1960, ano considerado pelos membros do MLGCV como “o ano histórico da libertação e da independência da África Negra”¹²²⁵, em alusão aos triunfos independentistas no Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, Gabão, Congo, Costa do Marfim, Togo, Benim e República Centro Africana¹²²⁶, Abílio Duarte (1931-1996) iniciou de forma obrigatoriamente dissimulada, através da criação no Mindelo do “Grupo do 3º ciclo do Liceu Gil Eanes”, o processo de mobilização e consciencialização que viria a contribuir de forma decisiva¹²²⁷ para o desenvolvimento exponencial do movimento iniciado por Amílcar Cabral no ano de 1956. No mesmo período mas na ilha de Santiago, depois de uma passagem por Portugal e por São Vicente¹²²⁸, José Leitão da Graça (1931-) procurou diligenciar a adesão em massa aos valores de liberdade e independência de Cabo Verde ainda que, ao contrário de Amílcar Cabral, recusasse a ideia de união entre estas ilhas e a Guiné, motivo pelo qual nunca chegou a afiliar-se no PAIGC. A par das actividades de cariz protonacionalista e nacionalista desenvolvidas a partir de Dakar e Conacri, de São Vicente, Santiago e mesmo de Lisboa ou Coimbra¹²²⁹, é importante não esquecer que estas reivindicações eram, do ponto de vista legal, legitimadas pelo cenário internacional, situação múltiplas

¹²²⁴ *Ibidem*, p. 36.

¹²²⁵ ANTT, AOS, UL54, cx. 849, pt. 2, fl. 24, 13 de Junho de 1960.

¹²²⁶ Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, p. 23.

¹²²⁷ Aristides Pereira, *O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países – versão documentada*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, p. 95.

¹²²⁸ José Vicente Lopes, *op. cit.*, p. 37.

¹²²⁹ Aristides Pereira, *op. cit.*, p. 95.

vezes recordada pelos líderes daqueles movimentos¹²³⁰. Senão recorde-se, como vimos na parte I deste estudo, que no ano de 1960 a Assembleia Geral da ONU aprovou as anteriormente mencionadas resoluções 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV), documentos que denunciaram e condenaram a ilegalidade do colonialismo português. Além destas directrizes da ONU mas ainda no campo da pressão exercida internacionalmente contra o imperialismo português, é importante ter em consideração a realização de encontros de cariz pan-africano, casos da *I Conferência dos Estados Africanos Independentes* e da *Conferência dos Povos Africanos*, ambas concretizadas no ano de 1958. Mais tarde, no início da década de 60, a ditadura portuguesa deparar-se-ia com a obstinada resistência destes encontros, datando, por exemplo, dos anos de 1960 e 1961 as conferências realizadas em Addis Abeba, Tunes, Cairo e Libéria¹²³¹.

Deste modo podemos considerar que os anos 60 inauguraram do ponto de vista político uma nova fase de atenção concedida pela metrópole a Cabo Verde. Esta atenção não terá sido voluntária mas mais uma resposta ao surgimento e paulatina afirmação daqueles movimentos de libertação e, não menos importante, da pressão imposta internacionalmente no sentido de ditar o final do colonialismo em África e na Ásia. Efectivamente, ainda que sem a opressão tão nitidamente verificada¹²³² em Angola ou na Guiné, o *Estado Novo* acabou por responder às reivindicações do PAIGC e do MLGCV com a intensificação das actividades da PIDE e, como veremos, com o reforço da divulgação do simbolismo dos monumentos portugueses erguidos em Cabo Verde. Contudo, esta tomada de atenção e a hábil utilização do património português ultramarino como elemento de propaganda só podem ser totalmente alcançadas, como defendemos previamente, se tivermos em consideração outro dos valores daquelas ilhas atlânticas, a referida riqueza cultural, questão particularmente interessante por ter sido utilizada bilateralmente e, necessariamente, de forma distinta, tanto pelo regime salazarista como pelos seus opositores. Começemos pelo entendimento e utilização da cultura enquanto poderosa arma de propaganda da ditadura portuguesa.

¹²³⁰ Cf. ANTT, AOS, UL54, cx. 849, pt. 2, fls. 24-26, 13 de Junho de 1960; *Ibidem*, fls. 35-43, 15 de Novembro de 1960.

¹²³¹ Josep Sanchez Cervelló, "1945-1962. A nova África", Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, pp. 53-54.

¹²³² Aristides Pereira, *op. cit.*, p. 92.

Após séculos de preconceito face à cultura popular cabo-verdiana e, particularmente, ao crioulo, assistiu-se a partir dos anos 30, como dá conta Aristides Pereira¹²³³, a uma alteração significativa traduzida na aceitação, interpretação e divulgação desta realidade ou, pelo menos, dos aspectos úteis para o fortalecimento da tal ideia de lusotropicalismo. Referimo-nos ao processo de legitimação da política colonial portuguesa através da valorização do modo como os portugueses, povo europeu mas “arabizado, israelitizado, orientalizado”¹²³⁴, estavam intrinsecamente dotados de uma capacidade de se relacionarem com os povos dos trópicos, de se miscigenarem sem qualquer sinal de preconceito racial, promovendo, deste modo, uma vida harmoniosa naqueles territórios ultramarinos. Em Cabo Verde, como vimos anteriormente, as primeiras sociedades organizadas, por exemplo, na Ribeira Grande de Santiago, eram constituídas por portugueses, genoveses, escravos da Guiné mas, também, por judeus. Como forma de subsistência e, naturalmente, de colonização, estas mesmas sociedades dedicaram-se a actividades agrícolas e pecuárias com propósitos essencialmente de comércio externo, tendo apostado sobretudo no algodão, cana-de-açúcar, milho, cavalos, gado caprino, bovino e suínos¹²³⁵. Paralelamente, como consequência de uma acentuada miscigenação e de forma inédita no mundo colonial português¹²³⁶, estas comunidades criaram o seu próprio dialecto, o crioulo, resultado da adaptação da língua portuguesa a um contexto marcado por um forte relacionamento entre povos de diferentes origens¹²³⁷.

Assim, podemos considerar que não só do ponto de vista físico mas também cultural, a sociedade florescida em Cabo Verde pode ser entendida como uma das mais bem-sucedidas experiências de miscigenação do mundo colonial. A constatação do sucesso deste caso levou o regime a insistir a partir dos anos 50, como não se verificou nas restantes colónias portuguesas, na ideia daquelas ilhas serem “um caso à parte”¹²³⁸ com “um preto especial, que estava muito próximo dos Portugueses”¹²³⁹. De resto, observe-se como o estatuto de indígena nunca foi aplicado à população nativa de Cabo Verde –

¹²³³ *Ibidem*, p. 62.

¹²³⁴ Gilberto Freyre, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d [1955], p. 20.

¹²³⁵ Luís Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos, *op. cit.*, vol. I, 1991, pp. 179-226.

¹²³⁶ João Medina, “Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo, *Revista USP*, 2000, nº45, p. 60.

¹²³⁷ Aristides Pereira, *op. cit.*, p. 62.

¹²³⁸ *Ibidem*, p. 89.

¹²³⁹ *Ibidem*, p. 91.

como não o foi na Índia ou Macau – tendo sido igualmente revogado no ano de 1961 nas restantes províncias ultramarinas portuguesas¹²⁴⁰. A esta situação ilustrativa da sobrevalorização do nível civilizacional de Cabo Verde em relação às restantes províncias portuguesas em África, acresce o facto de se ter chegado a discutir na Câmara Corporativa¹²⁴¹ a possibilidade de elevar aquelas ilhas ao estatuto da Madeira e dos Açores, ideia defendida, por exemplo, no ano de 1887 por Joaquim Pedro Oliveira Martins (1845-1894)¹²⁴² e em 1912 pelo ministro das Colónias Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque (1835-1925)¹²⁴³.

Este entendimento de Cabo Verde enquanto testemunho da capacidade do português se adaptar aos trópicos e de promover uma vida harmoniosa entre colono e colonizado terá estado na origem do convite dirigido pelo ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, a Gilberto Freyre. No entanto, note-se que este convite dirigido ao sociólogo brasileiro para visitar o ultramar português no ano de 1951 aconteceu após uma fase de muitas dúvidas por parte do regime e, mesmo, de contestação da miscigenação¹²⁴⁴. No âmbito do périplo realizado após a aceitação deste convite que curiosamente foi considerado como “apolítico”¹²⁴⁵, isto num período de clara necessidade da ditadura portuguesa defender a sua condição de potência colonizadora, Gilberto Freyre visitou Cabo Verde na condição de “homem de estudo”¹²⁴⁶ entre os dias 19 e 29 de Outubro de 1951. Todavia, apesar da conivência para com um governo que considerava “honrado, intransigentemente honesto”¹²⁴⁷ e para com o sobejamente elogiado “grão-doutor

¹²⁴⁰ *Diário do Governo* nº207, I Série, “Decreto-Lei nº43 893”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1101-1103.

¹²⁴¹ Sérgio Neto, “Cabo-verdianidade e luso-tropicalismo. Duas Visões de Cabo Verde em Tempos de Estado Novo”, *Estudos do Século XX*, nº3, 2003, pp. 300-301.

¹²⁴² Na obra *O Brasil e as Colónias Portuguesas* o autor defendeu que “O arquipélago [de Cabo Verde] aparece-nos pois, na transição da condição da colónia para a da província metropolitana, transição passada há séculos para os arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores.” Cf. Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1978, p. 174.

¹²⁴³ No seu *Relatório apresentado ao Congresso da República na Sessão Legislativa de 1912/1913*, o autor defendeu que “Talvez se possa, desde já, dar à Índia, pelo nível elevado da educação da maioria dos seus habitantes, uma descentralização larga, que se avizinha da autonomia e que dentro em poucos anos igual regime seja aplicável a Cabo Verde. Quanto às outras colónias, carecem elas de percorrer ainda um extenso caminho antes de poderem aspirar a esse sistema de governo.” Cf. Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro, *Relatório apresentado ao Congresso da República na Sessão Legislativa de 1912/1913*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, p. 16.

¹²⁴⁴ Cláudia Castelo, «O modo português de estar no Mundo» *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1998, p. 84-87.

¹²⁴⁵ Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina*, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d, p. 19.

¹²⁴⁶ *Ibidem*, p. 13.

¹²⁴⁷ *Ibidem*, p. 17.

português”¹²⁴⁸, Gilberto Freyre não reconheceu o estatuto de paradigma luso-tropical pretendido nos anos 50 para Cabo Verde. Na sequência das suas visitas às ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, não obstante ter reconhecido na Ribeira Grande de Santiago o início das experiências de colonização com a plantação de cana-de-açúcar, a criação de gado, o comércio de escravos e a prática de miscigenação entre portugueses, judeus e negros¹²⁴⁹, procedimentos depois aplicados no Brasil, Freyre acabou por desconsiderar o luso-tropicalismo vigente em Cabo Verde. Na base desta atitude estava precisamente o crioulo, dialecto que “repugna”¹²⁵⁰ o tal “homem de estudo”¹²⁵¹, elemento que influiu de forma negativa na visão de Gilberto Freyre do luso-tropicalismo das sociedades de Cabo Verde. Deste modo, não podemos deixar de apontar uma certa contradição no pensamento e atitude do sociólogo brasileiro cujo conceito de luso-tropicalismo estava, conforme é possível depreender pelas considerações realizadas em relação a Cabo Verde, profundamente marcado por uma visão rotulada por João Medina como sendo “eurocêntrica”¹²⁵². Afinal, conforme inferimos da crítica tecida ao crioulo, símbolo máximo da miscigenação cultural em Cabo Verde, a noção de luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, aquela que veio substituir o antigo conceito marcado pelo preconceito face aos trópicos, suas gentes e cultura¹²⁵³, implicava obrigatoriamente uma predominância da cultura europeia sobre a africana¹²⁵⁴.

Curiosamente, no mesmo período em que o regime salazarista procurava nos textos de Gilberto Freyre argumentos científicos que legitimassem o colonialismo português, a oposição utilizava a cultura como argumento a favor da sua luta de libertação. Assim, enquanto o regime procurava incutir nos autóctones de Cabo Verde a ideia de serem especiais, o resultado de um processo de colonização praticamente perfeito, a elite intelectual daquelas ilhas atlânticas, consequência directa do fenómeno do ensino em massa promovido sobretudo a partir do ano de 1820¹²⁵⁵, reivindicava uma identidade cultural independente. Um destes homens era Baltasar Lopes da Silva (1907-1989),

¹²⁴⁸ *Ibidem*, p. 21.

¹²⁴⁹ *Ibidem*, p. 237 e p. 239.

¹²⁵⁰ *Ibidem*, p. 248.

¹²⁵¹ *Ibidem*, p. 13.

¹²⁵² João Medina, *op. cit.*, p. 60.

¹²⁵³ Gilberto Freyre, *Um brasileiro em terras portuguesas*, Lisboa, Edições “Livros do Brasil”, s/d, p. 21.

¹²⁵⁴ *Idem*, *Aventura e Rotina*, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d, p. 240, p. 241, p. 249, p. 250.

¹²⁵⁵ Aristides Pereira, *op. cit.*, p. 89.

intelectual que aos microfones da Rádio Barlavento¹²⁵⁶ denunciou as pataratas freyrianas¹²⁵⁷ utilizadas pelo regime salazarista como instrumentos de propaganda e de legitimação colonial, tendo criticado veementemente o predomínio do africanismo sobre a portugalidade nos cabo-verdianos¹²⁵⁸, o que evidentemente não é sinónimo de uma defesa do colonialismo mas antes da identificação de uma das características identitárias dos naturais daquelas ilhas, a miscigenação. Lopes da Silva discordou, também, da total ausência de arte popular apontada pelo sociólogo brasileiro, reconhecendo a falta de artesanato mas defendendo-se com a existência do folclore novelístico, de provérbios e de adivinhas a par da música, das festas populares¹²⁵⁹ e, sobretudo, do crioulo, “a criação mais perene nestas ilhas”¹²⁶⁰. Em resposta à constatação freyriana da ausência de uma cozinha regional, Baltasar Lopes da Silva identificou múltiplas especificidades da gastronomia cabo-verdiana¹²⁶¹. Sumariando, segundo o intelectual cabo-verdiano, “O Messias desiludiu-nos.”¹²⁶²

Assim, podemos considerar que a cultura, tanto a popular como a mais erudita promovida, por exemplo, por Baltasar Lopes da Silva, Jorge Barbosa (1902-1971), Manuel Lopes (1907-2005) ou António Aurélio Gonçalves (1901-1984), através das suas obras individuais ou de participações em revistas como a *Arquipélago* (1935) ou a *Claridade: revista de Arte e Letras* (1936), contribuiu de forma incontornável para o desenvolvimento de uma nova visão da identidade cabo-verdiana. Concomitantemente, esta cultura erudita panegirista da cultura popular, através das críticas veladas à situação precária das ilhas, contribuiu igualmente para o amadurecimento do nacionalismo e das reivindicações independentistas. A propósito desta importância da cultura para a afirmação da cabo-verdianidade, Aristides Pereira chegou inclusivamente a considerar que as reivindicações de liberdade e autonomia para Cabo Verde tiveram como “campo de expressão máxima [não a violência mas] a cultura”¹²⁶³.

¹²⁵⁶ As sessões tiveram lugar nos dias 12, 19 e 26 de Maio, 2, 9 e 23 de Junho do ano de 1956.

¹²⁵⁷ João Medina, *op. cit.*, pp. 57-61.

¹²⁵⁸ Baltasar Lopes da Silva, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, Praia, Imprensa Nacional, 1956, pp. 13-20

¹²⁵⁹ *Ibidem*, pp. 25-26

¹²⁶⁰ *Ibidem*, p. 27

¹²⁶¹ *Ibidem*, pp. 47-52

¹²⁶² *Ibidem*, p. 11.

¹²⁶³ Aristides Pereira, *op. cit.*, p. 91.

Por estas razões concluímos que, apesar da inegável importância da insularidade de Cabo Verde, o ensino em massa e uma miscigenação fortemente acentuada parecem ter contribuído de forma decisiva para o facto daquelas reivindicações de libertação e autodeterminação não terem desembocado, como aconteceu em Angola, Guiné ou Moçambique, na luta armada. De facto, se a partir do fatídico ano de 1961 a disputa pela soberania de Angola, Guiné ou Moçambique implicou sobretudo o recurso a armamento, em Cabo Verde, conforme demonstrámos, este diálogo hostil entre colonizador e colonizado fez-se em grande parte no campo cultural. Efectivamente, não obstante a actividade política do PAIGC ou do MLGCV e respectiva resposta da PIDE ou das Forças Armadas portuguesas, sem esquecer a sombra ameaçadora da Colónia Penal do Tarrafal, parece-nos fundamental destacar a convocação recorrente da questão cultural. Isto tanto pelos defensores de uma identidade testemunhada, por exemplo, pela existência do crioulo e da morna, como pelos propugnadores de uma naturalidade e legitimidade do colonialismo português nos trópicos comprovada entre outros aspectos – incluindo o crioulo – pelos monumentos coevos da descoberta e civilização de Cabo Verde.

2.3 Programas, práticas e critérios durante o *Estado Novo*

A situação antes dos anos 60

No ano de 1922 o governador Filipe Carlos Dias de Carvalho (1868-1934) assinou a Portaria nº40 de 22 de Janeiro de 1922¹²⁶⁴. Trata-se de um documento incontornável para o estudo das questões da salvaguarda patrimonial em Cabo Verde no qual o tom positivista do discurso do seu autor é evidente, insistindo-se na importância do conhecimento científico, concretamente da investigação em arquivos, como modo de alcançar a verdade em ocasiões nas quais o Homem se depara com a necessidade de “elucidar controvérsias de direito e de facto”¹²⁶⁵, “sustentar direitos”¹²⁶⁶, ou de “refutar asserções mal intencionadas”¹²⁶⁷. Contudo sublinhe-se que este discurso positivista surge intimamente ligado a uma tentativa de defesa do colonialismo português,

¹²⁶⁴ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº14, I Série, “Portaria nº40”, 8 de Abril de 1922, pp. 94-95.

¹²⁶⁵ *Ibidem*, p. 94.

¹²⁶⁶ *Ibidem*.

¹²⁶⁷ *Ibidem*.

observando-se que o primeiro é entendido como uma forma de sustentar e legitimar o segundo:

*Pelos estudos e investigações de cousas antigas, de monumentos vetustos, das inscrições lapidares, chega-se a fazer a ressurreição do passado, evocar glórias pretéritas, conhecer os usos e costumes de idas eras, recompor registos genealógicos de famílias que deixaram tradições em terras onde exerceram a sua actividade em diversos campos. Não só isso. (...) quantas vezes um documento que se perdia esquecido nos arquivos públicos ou nos particulares tem servido de luminoso guia para sustentar direitos, ora para refutar asserções mal intencionadas de escritores estrangeiros acerca da nossa acção civilizadora no Ultramar?*¹²⁶⁸

No entanto não estamos somente perante um elogio das capacidades rememorativas dos monumentos, da sua eloquência, observando-se também uma tentativa de alertar para a necessidade de seguir o exemplo das grandes civilizações do passado ao nível da preservação patrimonial pois “a conservação de monumentos, papéis e livros antigos de valor era um assunto a que entre os helenos e os romanos se consagrava particular apreço”¹²⁶⁹.

Após esta tentativa de legitimação do assunto abordado pela portaria, é feita a exposição do caso das ilhas de Cabo Verde, sobretudo de Santiago, São Nicolau e Fogo, alertando-se para o facto dos “povos modernos”¹²⁷⁰ votarem parte dos seus orçamentos “para investigações arqueológicas e conservação dos arquivos e monumentos de velhas eras”¹²⁷¹. Sendo a salvaguarda patrimonial uma prática consagrada pelos ditos helenos e romanos e estando os monumentos destas ilhas votados ao desprezo e esquecimento, o governo provincial de Cabo Verde ter-se-á sentido impelido a agir no arquipélago, “um padrão eloquente da nossa imorredoura epopeia de navegações e explorações coloniais”¹²⁷². Afinal, a Ribeira Grande de Santiago foi a primeira cidade organizada por europeus a sul da África subsariana, o berço da primeira diocese da costa ocidental

¹²⁶⁸ *Ibidem.*

¹²⁶⁹ *Ibidem*, p. 95.

¹²⁷⁰ *Ibidem.*

¹²⁷¹ *Ibidem.*

¹²⁷² *Ibidem.*

africana¹²⁷³, e o acto de recordar e celebrar o passado era, nas palavras do autor desta portaria, clara e assumidamente inspirado nos textos do “grande”¹²⁷⁴ Alexandre Herculano (1810-1877), “uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio”¹²⁷⁵. Assim apresentam-se quatro motivos concretos justificativos da necessidade de intervir no património de Cabo Verde: a riqueza e potencial dos arquivos para o conhecimento dos domínios portugueses, invasões e contributos das ordens religiosas; a importância e falta de estudo das inscrições tumulares centenárias; a rápida e lamentável destruição das ruínas dos edifícios da Ribeira Grande de Santiago; e a necessidade de criar um museu arqueológico-numismático.

Perante o cenário confrangedor dos monumentos de Cabo Verde – situação inegavelmente incoerente com o orgulho colonial português – o Conselho Legislativo aprovou através desta portaria sete medidas a considerar para o renascimento desta província enquanto símbolo maior da epopeia portuguesa. De acordo com o primeiro artigo seria “proibido arrasar os restos que ainda existem dos edifícios e fortaleza na Cidade Velha”¹²⁷⁶, cabendo aos Serviços de Obras Públicas a conservação daqueles monumentos. Recorde-se que esta responsabilidade tinha sido fixada, como vimos, no ano de 1911 no *Regulamento Geral das Direcções e Inspecções das Obras Públicas das Colónias*. A segunda disposição esclarece e amplifica as incumbências dos Serviços de Obras Públicas, prevendo a realização não de um inventário mas de uma planta topográfica com a identificação dos “locais onde, nos tempos em que essa cidade era a capital do arquipélago, existiam vários edifícios e monumentos públicos”¹²⁷⁷. Depois da referência genérica aos edifícios da Ribeira Grande e à fortaleza real de São Filipe, a única que à época ainda não estaria completamente arruinada, o terceiro artigo foca-se na igreja do Santíssimo Nome de Jesus. Fotografias da época e a proibição de “arrancarem-se das suas paredes os azulejos”¹²⁷⁸ permitem-nos aferir um inegável estado de ruína e de abandono desta antiga sé catedral de Cabo Verde. Destoando da

¹²⁷³ A criação da diocese de Cabo Verde data do ano de 1533, tendo sido erigida na sequência da súplica realizada em 1532 ao Papa Clemente VII (1478-1534). Até este momento – e desde 1514 – as igrejas de Cabo Verde encontravam-se na alçada da diocese do Funchal.

¹²⁷⁴ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº14, I Série, “Portaria nº40”, 8 de Abril de 1922, p. 95

¹²⁷⁵ *Ibidem*. Cf. Alexandre Herculano, “O Bobo”, *Panorama*, vol. II, 2ª da série, nº55, 1843, p. 12.

¹²⁷⁶ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº14, I Série, “Portaria nº40”, 8 de Abril de 1922, p. 95

¹²⁷⁷ *Ibidem*.

¹²⁷⁸ *Ibidem*.

situação dos restantes edifícios e daquela fortaleza, a conservação deste templo classificado nesta ocasião como monumento nacional foi entregue ao prior da respectiva freguesia.



Imagem 48 O estado de abandono e ruína da sé catedral na primeira metade do século XX, 1929. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 1963.

A quarta, quinta e sexta disposições introduzem um nome importante, o de João Baptista Amâncio Gracias (1872-1950)¹²⁷⁹, esclarecendo que caberia a este subdirector da Fazenda realizar investigações nos arquivos, publicar os resultados dos seus estudos no *Boletim Oficial* e organizar um museu arqueológico-numismático. Dos resultados alcançados por este associado da Academia das Ciências de Lisboa após a homologação desta portaria, destacamos a publicação da *Monografia sobre a Província de Cabo Verde*¹²⁸⁰, obra elaborado por incumbência do governo por ocasião da realização da *Exposição Internacional do Rio de Janeiro* de 1922¹²⁸¹. Nesta obra são feitas referências à

¹²⁷⁹ Além de subdirector da Fazenda de Cabo Verde, Amâncio Gracias era associado da Academia das Ciências de Lisboa, sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto de Coimbra. Como veremos, foi também director da Fazenda da Índia e vogal da Comissão Permanente de Arqueologia desta província. Antes do ano de 1922 Amâncio Gracias tinha publicado, entre outras, as seguintes obras: *Contemporâneos Ilustres*, Bombaim, Nicol's Printing Works, 1895, 42 p.; *Afonso de Albuquerque: esboço histórico*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1911, 186 p. Posteriormente destacam-se as obras dedicadas à Índia, tais como *Uma heroína luso-francesa ou a célebre Jan Begum, Marquesa de Dupleix: Estudo histórico e crítico dum dos períodos mais notáveis do domínio europeu na Índia*, Nova Goa, s.n., 1937, 226 p.; *Médicos europeus em Goa e nas cortes indianas dos séculos XVI a XVIII*, s.l., s.n., 1939, 57 p.; *História económico-financeira da Índia Portuguesa: de 1910 a 1947*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, 2 vols.

¹²⁸⁰ João Baptista Amâncio Gracias, *Monografia sobre a Província de Cabo Verde*, Cabo Verde, Imprensa Nacional, 1922, 128 p., il.

¹²⁸¹ Nesta ocasião, num livro assumidamente “de propaganda”, o autor traçou de forma sucinta os traços gerais de Cabo Verde, descrevendo as condições geográficas, a demografia, os usos e costumes, o estado da indústria, da economia e do ensino mas, também, o regime administrativo, momento em que aludiu brevemente à questão dos monumentos.

questão dos monumentos em “completo e condenável abandono”¹²⁸² e ao contributo do então governador, Filipe Carlos Dias de Carvalho. Finalmente define-se na sétima disposição desta portaria de 1922 que o orçamento do ano seguinte deveria incluir uma verba de 2.000\$00 para “a conservação de monumentos, entretenimento do Museu (...) e para estudos arqueológicos”¹²⁸³. A atribuição desta verba ao universo patrimonial de Cabo Verde reveste-se da maior importância, denunciando o facto do governador da colónia ter compreendido que apesar de aquele ano de 1922 ter ficado marcado por uma gravíssima crise alimentícia e financeira¹²⁸⁴, era fundamental promover, a par do desenvolvimento económico da colónia, o fortalecimento anímico da população através da recuperação do património evocativo dos períodos áureos daquelas ilhas.

No início do ano de 1933 o monsenhor António José de Oliveira Bouças, deão da Sé de Cabo Verde e antigo vice-reitor do Seminário-Liceu de São Nicolau (1905-1917), escreveu uma carta aberta intitulada *Apelo em Pró das Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*¹²⁸⁵. A publicação difundida por um grupo de amigos conta também com um manifesto do intelectual João Lopes (1894-1979)¹²⁸⁶ no qual se destaca o cariz patriótico da causa defendida e se condena de forma mordaz a ignorância relativa à dita *Cidade Velha* e ao seu património:

*É o primeiro monumento da primeira cidade
da primeira ilha da primeira Colónia Africana
Portuguesa!
Como bom caboverdeano naturalmente
desconheces a histórica Cidade Velha, pois
levaste 6 anos nos Liceus a estudar Geografia
e não estudaste a Corografia da tua terra em
7 meses!
Que importa isso, se conheces todos os
ramais dos caminhos de ferros da Metrópole
e os afluentes de todos os rios espanhóis que
passam por Portugal!!!*¹²⁸⁷

¹²⁸² João Baptista Amâncio Gracias, *op. cit.*, pp. 120-121.

¹²⁸³ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº14, I Série, “Portaria nº40”, 8 de Abril de 1922, p. 95.

¹²⁸⁴ João Baptista Amâncio Gracias, *op. cit.*, p. 7, p. 121.

¹²⁸⁵ António José de Oliveira Bouças, *Apelo em Pró das ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*, Praia, Minerva, 1933, 18 p.

¹²⁸⁶ João Lopes foi um dos colaboradores da revista *Claridade* e o seu último director. É tido no seio da cultura cabo-verdiana como um dos pioneiros dos estudos antropológicos, área do conhecimento com a qual contactou durante a juventude nos Estados Unidos da América.

¹²⁸⁷ João Lopes, “Manifesto”, António José de Oliveira Bouças, *Apelo em Pró das ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*, Praia, Minerva, 1933, s.p. [p. 6].

Nesta carta o monsenhor Oliveira Bouças adoptou uma postura semelhante à do jornalista António Ferro aquando da terceira entrevista realizada no final do ano de 1932 a António de Oliveira Salazar, texto publicado no *Diário de Notícias* e assumidamente conhecido pelo autor deste texto¹²⁸⁸. As semelhanças parecem-nos claras, senão vejamos o modo como o futuro director do SPN chamou à atenção do recentemente eleito presidente do Conselho de Ministros para “duas dúzias de rapazes, cheios de talento e mocidade”¹²⁸⁹ capazes de servirem o seu país através da arte viva, enquanto o monsenhor Bouças sugeriu a nomeação de “uma comissão de rapazes de boa vontade”¹²⁹⁰ que se dedicassem “a cousas do espírito”¹²⁹¹. Afinal, tanto o jornalista como este cónego da Sé de Cabo Verde, reconheceram a arte contemporânea e o património ancestral como testemunhos da memória e da identidade de uma nação mas, também, a importância de valorizar a acção e potencial de uma nova geração, da “juventude”¹²⁹², da “gente nova, na mocidade”¹²⁹³, cujas características poderiam contribuir para o arejamento das políticas culturais e propagandistas de um regime que à data procurava a sua consolidação. De resto, tal como Ferro contemplou na propaganda fascista de Benito Mussolini (1883-1945) um instrumento de insofismável poder¹²⁹⁴, Bouças também valorizou a lição italiana no campo da promoção do património enquanto forma de conhecer o passado e, conseqüentemente, de elevar e legitimar o presente, dando como exemplos a seguir em pró das ruínas da *Cidade Velha*, os casos de Pompeia, Herculano e do Lago Nemi¹²⁹⁵.

Tendo identificado a influência de António Ferro sobre este deão da Sé de Cabo Verde, interessa-nos aprofundar a referência a “uma comissão de rapazes de boa vontade”¹²⁹⁶ porque conforme o próprio referiu¹²⁹⁷ esta deveria colocar em prática aquela portaria publicada em 1922, cabendo-lhe “estimular os poderes públicos, embora refractários a

¹²⁸⁸ António José de Oliveira Bouças, *op. cit.*, p. 10.

¹²⁸⁹ António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2007, p. 59.

¹²⁹⁰ António José de Oliveira Bouças, *op. cit.*, p. 7.

¹²⁹¹ *Ibidem*, p. 8.

¹²⁹² *Ibidem*, p. 10.

¹²⁹³ António Ferro, *op. cit.*, p. 56.

¹²⁹⁴ *Ibidem*, pp. 55-56

¹²⁹⁵ António José de Oliveira Bouças, *op. cit.*, p. 8.

¹²⁹⁶ *Ibidem*, p. 7.

¹²⁹⁷ *Ibidem*.

cousas do espírito”¹²⁹⁸, e trabalhar metodologicamente no sentido do “arejamento da cidade morta”¹²⁹⁹. Na nossa opinião isto significa que a portaria de 1922 não teve, na prática, a aplicação desejada na época da sua publicação. Assim, esta sugestão do monsenhor Bouças surge no sentido de recordar a existência daquela determinação mas, também, de dotá-la de uma maior aplicabilidade e eficácia, pois além da responsabilização genérica do serviço de Obras Públicas aquela portaria não houvera definido a criação de qualquer comissão permanente cuja missão fosse exclusivamente a salvaguarda do património de Cabo Verde.

Neste texto, tal como observámos na portaria de 1922, o autor sugeriu uma outra forma de conservação e valorização do património da *Cidade Velha*: a criação de um museu¹³⁰⁰. Na opinião do autor, o arejamento da antiga capital do arquipélago deveria ser feito não só através de escavações e do inventário do património móvel e imóvel dotado de significado histórico e cultural¹³⁰¹, mas também da organização de um futuro museu que contasse através das suas peças a incontornável missão de civilização levada a cabo pelos portugueses desde o século XV.



Imagem 49 Torre da igreja da Misericórdia em ruínas na primeira metade do século XX, 1929. António Brásio, *Missionária Africana*, 1963.

Outra questão que na nossa opinião se reveste da maior importância neste contributo para a valorização do património arquitectónico da Ribeira Grande de Santiago, prende-se com a identificação de dois factores que terão sido determinantes para a paulatina decadência da cidade e, conseqüentemente, para o abandono e degradação dos seus monumentos: a pirataria e o Liberalismo. No início do seu texto o autor remete-nos para a questão da pirataria holandesa, francesa e inglesa e para o seu impacte no património, mencionando a destruição de monumentos mas, também, o encobrimento de valiosos bens móveis por parte da população aterrorizada¹³⁰². A este propósito não podemos

¹²⁹⁸ *Ibidem*.

¹²⁹⁹ *Ibidem*, p. 8.

¹³⁰⁰ *Ibidem*, p. 9.

¹³⁰¹ *Ibidem*, p. 8 e p. 14.

¹³⁰² *Ibidem*, p. 9.

esquecer que a Ribeira Grande, grande entreposto comercial, foi fortemente flagelada pelos ataques piratas de outras potências coloniais excluídas do privilégio ibérico do *mare clausum*, sendo célebres as investidas lideradas por Francis Drake (1540-1596) no ano de 1585 e por Jacques Cassard (1679-1740) em 1712. Neste contexto, ou seja, na sequência de um dos ataques do final do século XVI, D. Filipe I terá feito mercê de duzentos cruzados à Casa da Misericórdia por esta ter sido roubada pelos piratas¹³⁰³. Além do curso, como dizíamos, o autor alude à questão “da heresia liberalista do século passado”¹³⁰⁴ como justificação para a “cidade morta, não de morte natural”¹³⁰⁵. Afinal, recorde-se que a Igreja foi grandemente afectada pelo triunfo do Liberalismo em Portugal no ano de 1820, podendo destacar os dez anos corridos entre 1832 e 1842 com a destituição de bispos e a nomeação de indivíduos favoráveis ao Governo, a proibição de ordenações sacerdotais, a supressão do Legado português em Roma ou a extinção das ordens religiosas. Deste modo, tal como aconteceu com os monumentos da metrópole, também os da colónia de Cabo Verde, a grande maioria de natureza religiosa, foram afectados pelo “fanatismo”¹³⁰⁶ oitocentista dos ventos liberais. Os exemplos dados são os da sé catedral da Ribeira Grande, monumento apeado nesta altura, e de um conjunto de objectos de valor, incluindo uma banquetta estilo D. João V, levados para Lisboa e jamais regressados¹³⁰⁷.

Não obstante a relevância dos aspectos apontados pelo autor e a constatação que “mesmo sem categoria de capital civil, bem podia continuar a sua vida de centro religioso”¹³⁰⁸, parece-nos que a perda de estatuto da Ribeira Grande com a transferência no ano de 1770 da capital administrativa para a Praia, local geograficamente mais protegido dos ataques piratas, deve ser equitativamente valorizada como explicação para o abandono e ruína dos monumentos. Todavia, apesar das consequências nefastas advindas do abandono da Ribeira Grande, não podemos deixar de colocar a hipótese de simultaneamente, ainda que de forma aparentemente contraditória, esta renúncia ter contribuído para a conservação de alguns dos monumentos. Afinal, como iremos

¹³⁰³ António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, II Série, vol. III, 1964, p. 123.

¹³⁰⁴ António José de Oliveira Bouças, *op. cit.*, p. 9.

¹³⁰⁵ *Ibidem*.

¹³⁰⁶ *Ibidem*.

¹³⁰⁷ *Ibidem*, p. 10.

¹³⁰⁸ *Ibidem*, p. 9.

demonstrar adiante, a acção humana, nomeadamente o roubo de cantarias, foi ao longo dos séculos um dos problemas mais graves para os monumentos da Ribeira Grande de Santiago.

Para concluir, refira-se a observação do monsenhor Bouças acerca do “começo da reabilitação do nosso património artístico”¹³⁰⁹ em 1933, ano da celebração do quarto centenário da fundação da diocese de Cabo Verde e da elevação da Ribeira Grande a vila, notando-se, portanto, uma tentativa de relacionar um grande projecto de salvaguarda patrimonial a um momento incontornável para a história da presença portuguesa naquelas ilhas. Esta associação entre determinada efeméride e o restauro de monumentos voltaria a repetir-se no ano de 1944 aquando da visita do cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, a Cabo Verde. Nesta ocasião a igreja de Nossa Senhora da Graça na Praia, construção do início do século¹³¹⁰, foi objecto de um restauro que terá incidido nos revestimentos parietais, no pavimento, tectos, portas, caixilhos, balaústres, no púlpito e na cobertura¹³¹¹. De resto, estas obras eram há muito necessárias e vinham sendo adiadas devido à habitual falta de verbas¹³¹², no entanto:

*como visita em breve esta Capital Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, necessário se torna que tais reparações se façam e com urgência para que sua Eminência não venha encontrar esta Casa de Deus em tão precário estado de conservação.*¹³¹³

Por outro lado, como veremos adiante, apesar da relevância dos intervenientes, do cenário desolador provocado pela existência de múltiplas ruínas ou da validade dos apelos do género daquele publicado em 1933, o real “começo da reabilitação do nosso

¹³⁰⁹ *Ibidem*, p. 15.

¹³¹⁰ Manuel Teixeira, “Igreja de Nossa Senhora da Graça”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 303.

¹³¹¹ Sabemos apenas que estas foram as reparações previstas. Desconhecemos, no entanto, se as verbas disponibilizadas permitiram completar a totalidade do programa, o que parece pouco provável pois sabemos que no ano de 1954 foram certamente realizadas “obras de transformação e de grandes reparações” porque o “estado de ruína em que se deparava, especialmente quanto ao tecto, punha em risco a segurança dos fiéis e dos sacerdotes.” Cf. AHU, nº18, 1 G, MU, DGOPC, cx. 2/3, doc. s/n [Relatório OP 1954].

¹³¹² AHNCV, Fundo do Ministério das Infra-Estruturas e Transportes, cx. 1068, doc. s/n, 13 de Julho de 1944.

¹³¹³ *Ibidem*.

património”¹³¹⁴ só atingiu proporções relevantes em Cabo Verde quando o Ministério do Ultramar despertou para esta questão de insofismável importância.

Os reflexos imediatos do Decreto nº41 787 de 1958

Conforme procurámos demonstrar anteriormente, a ausência de um real comprometimento do Ministério do Ultramar com o património edificado de Cabo Verde antes do ano de 1958 não impediu o desenvolvimento de directrizes legais de cariz patrimonial, isto independentemente dos problemas referentes à posterior falta de aplicação. Assim, numa fase ainda precoce e como tal frágil do programa centralizador de salvaguarda dos monumentos de interesse nacional existentes no ultramar, o governo da província de Cabo Verde, tal como vimos acontecer durante a I República, legislou no sentido garantir a conservação e restauro dos monumentos erguidos ao longo dos séculos de ocupação portuguesa naquelas ilhas do Atlântico. Efectivamente, no dia 5 de Setembro de 1959 o governador Silvino Silvério Marques assinou o Despacho nº16, documento que atesta a “intenção do Governo promover a conservação das ruínas da Cidade Velha”¹³¹⁵. Na nossa opinião o facto de este documento ter surgido em 1959 é incontornável. Como vimos na parte I deste estudo, o ano de 1960 ficou marcado em termos de celebrações de natureza nacionalista e propagandista, tanto na metrópole como nas províncias ultramarinas, pelas comemorações do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, momento de consagração, por excelência, da política colonial portuguesa. Sem esquecer as efemérides de temática henriquina organizadas em Lisboa durante o ano de 1960¹³¹⁶, repare-se que em 1958 foi nomeada a comissão provincial das comemorações do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*¹³¹⁷. A esta comissão constituída em Cabo Verde, território ultramarino “que deve em grande parte a sua existência à meditação e labor do Infante”¹³¹⁸, caberia programar e concretizar homenagens, obras, exposições, todo o tipo de festividades, recepções, publicações e conferências¹³¹⁹. Assim, quando no ano de 1960 se inaugurou em Belém a versão em

¹³¹⁴ *Ibidem*.

¹³¹⁵ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº36, I Série, “Despacho nº16”, 5 de Setembro de 1959, p. 537.

¹³¹⁶ Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 570-588.

¹³¹⁷ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº39, I Série, “Portaria nº5538”, 27 de Setembro de 1958, p. 530.

¹³¹⁸ *Ibidem*.

¹³¹⁹ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº23, “Portaria nº5725”, I Série, 6 de Junho de 1959, p. 320.

pedra do Padrão dos Descobrimentos, descerrou-se na Assomada, em Cabo Verde¹³²⁰, um busto em bronze representando *O Navegador*¹³²¹. Todavia, não podemos limitar o impulso dado à salvaguarda patrimonial em Cabo Verde durante 1959 às comemorações henriquinas do ano seguinte. Afinal em 1960 celebrar-se-iam igualmente os quinhentos anos da descoberta destas ilhas por António Noli e Diogo Gomes. Deste modo, tendo em consideração a inegável relação entre estas duas comemorações centenárias, o governo provincial de Cabo Verde optou por uni-las, integrando novos vogais na já existente comissão provincial henriquina¹³²².

Relativamente ao conteúdo do despacho assinado pelo governador Silvério Marques no ano de 1959 interessa-nos destacar o facto de tal como em 1922 os alvos de atenção terem sido apenas as “ruínas da Cidade Velha”¹³²³. Concomitantemente é possível estabelecer uma outra ligação entre este documento de 1959 e o seu antecessor de 1922 na medida em que ambos assumem uma preferência pela conservação e impedimento da destruição dos monumentos, em detrimento do restauro, aqui entendido como uma intervenção cujo impacte deveria ser diminuto. De resto, consideramos que este documento de 1959 pode ser entendido como uma resposta ao apelo realizado pelo monsenhor Oliveira Bouças no ano 1933. Afinal, através deste despacho o governador Silvino Silvério Marques nomeou um grupo de trabalho responsável pela salvaguarda do património da *Cidade Velha*, tendo convocado Tito Lívio da Cruz Esteves, chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas, Bento Levy (1911-), director técnico da Imprensa Nacional, José Marques de Oliveira, vice-reitor da secção do Liceu Gil Eanes na Praia, José Correia, cónego, e Jaime de Figueiredo, 3º oficial da Estatística Geral. A este eclético grupo de trabalho caberia estudar as ruínas da *Cidade Velha* e promover a sua valorização histórica e turística através da necessária conservação e, caso fosse realmente necessário, do seu restauro. Todavia, esta valorização não deveria cingir-se aos monumentos, abrangendo igualmente a

¹³²⁰ Acerca das estátuas e padrões erguidos na metrópole e nas províncias ultramarinas a propósito do centenário henriquino de 1960 *vide* Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 440-444.

¹³²¹ O busto do Infante D. Henrique, como tanta outra produção escultórica *estadonovista*, esteve votado ao esquecimento durante vários anos após a independência de Cabo Verde. No ano de 2008, com o mecenato da ENACOL, a obra foi restaurada pelo artista plástico Manú Cabral no Mindelo. Desde então encontra-se numa das rotundas da Assomada, na ilha de Santiago.

¹³²² *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº23, “Portaria nº5725”, I Série, 6 de Junho de 1959, p. 320.

¹³²³ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº36, I Série, “Despacho nº16”, 5 de Setembro de 1959, p. 537.

povoação, indicação que denuncia um entendimento da *Cidade Velha* como um conjunto urbano vivido e não um repositório de edifícios. Simultaneamente os responsáveis pela concretização desta iniciativa deveriam recolher e compilar todas as informações históricas existentes com o objectivo de elaborar um guia histórico da antiga capital da província. Finalmente, o grupo de trabalho teria como responsabilidade estudar e propor medidas que potencializassem o aspecto turístico da antiga capital do arquipélago. A este propósito note-se que esta intenção de associar os monumentos ao turismo foi sendo paulatinamente desenvolvida, complexificada e aplicada. Afinal, quando chegamos ao ano de 1970 deparamo-nos com uma continuação desta política por parte do arquitecto Luís Benavente, acérrimo defensor das potencialidades turísticas da *Cidade Velha* como um “local de eleição”¹³²⁴.

Acerca das actividades promovidas no âmbito das celebrações centenárias de 1960 interessa-nos destacar a exposição fotográfica dedicada às ruínas da Ribeira Grande, cuja organização foi assumida pelo “Grupo de Amigos da Cidade Velha”, nomeadamente por Aníbal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado e pelo fotógrafo Francisco Delgado Freire, também conhecido como “FRANK”¹³²⁵. Desta iniciativa cujos responsáveis consideravam a Ribeira Grande como o maior testemunho “da obra de expansão e evangelização”¹³²⁶ portuguesa, parece-nos particularmente interessante o reconhecimento da importância do contributo da fotografia para os programas de restauro ou, se preferirmos, de “reintegração”¹³²⁷, razão pela qual as reproduções desta exposição foram colocadas ao serviço do governo da província. Este entendimento é de facto interessante pois, como se sabe, a *Carta de Veneza* de 1964, confirmando uma tendência que se começou a manifestar ainda no século XIX, viria a inscrever no seu artigo 17º o seguinte:

Os trabalhos de conservação, de restauração e escavações, serão sempre acompanhados da constituição de uma documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos e críticas ilustradas, de

¹³²⁴ ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 9, s/d [c. 1970].

¹³²⁵ Várias das fotografias de Frank foram publicadas por António Brásio na sua obra *Monumenta Missionária Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, II Série, 6 vols., 1963-2004.

¹³²⁶ Aníbal Barbosa da Silva, et al, *Catálogo da Exposição do Documentário Fotográfico sobre as ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande de Santiago*, Praia, Imprensa Nacional, 1960, 16 p.

¹³²⁷ *Ibidem*, s/p.

*desenhos e de fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, de consolidação, de recomposição e de integração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decurso dos trabalhos, aí deverão ser registados e consignados. Esta documentação será depositada nos arquivos de uma organização pública e posta à disposição dos investigadores, recomendando-se a sua publicação.*¹³²⁸

A título de comparação julgamos pertinente recordar que um dos grandes investigadores do património arquitectónico português ultramarino, Mário Tavares Chicó, também se destacou por esta valorização das potencialidades da fotografia. Aliás, conforme foi recordado por Vítor Serrão, Chicó promoveu uma utilização pioneira da fotografia como fonte de inventário e de trabalho¹³²⁹.

Nesta ocasião, Jaime de Figueiredo (1905-1974), personalidade da elite intelectual cabo-verdiana¹³³⁰, reconheceu que apesar das fragilidades e descontinuidade dos processos, já tinham sido tomadas algumas medidas para a conservação e restauro dos monumentos da Ribeira Grande, remetendo para o contributo de Filipe Dias de Carvalho e para o alerta do monsenhor Bouças. No entanto, entre as medidas que descontinuamente contribuíram para a salvaguarda do património em causa, o autor destacou também a intervenção de Hermenegildo Ramos, delegado da Sociedade Histórica da Independência de Portugal¹³³¹, organização patriótica dedicada à defesa e valorização da identidade e independência nacional. Segundo Figueiredo foi Hermenegildo Ramos quem conseguiu do Estado a atribuição da verba necessária ao início do restauro da fortaleza de São Filipe no ano de 1959. Para terminar sublinhe-se que Jaime de Figueiredo entendia os monumentos como testemunhos gloriosos e eloquentes que desempenhavam um papel pedagógico incontornável, sendo:

Testemunhos comuns de um passado que de súbito ressurge com a presença evocativa da

¹³²⁸ *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 71.

¹³²⁹ Vítor Serrão, “Mário Tavares Chicó e as novas metodologias da História da Arte Portuguesa”, *Monumentos* nº23, 2005, pp. 70-71.

¹³³⁰ Animador do modernismo literário em Cabo Verde, esteve na génese do surgimento da revista *Claridade*.

¹³³¹ Jaime de Figueiredo, Aníbal Barbosa da Silva, *et al*, *op. cit.*, s/p.

*velha Cidade desaparecida, onde há cinco séculos
na solidão do Atlântico, dealbou para a vida
histórica a ante-manhã do arquipélago*¹³³².

Tal como aconteceu na metrópole¹³³³, as comemorações henriquinas em Cabo Verde incentivaram a realização de obras de restauro, tendo identificado no orçamento da receita ordinária e extraordinária para o ano económico de 1959 a dotação de 300.000\$00 para “Obras de restauro da Fortaleza de S. Filipe na Cidade Velha”¹³³⁴. A este propósito é importante esclarecer que, segundo percebemos, antes do



Imagem 50 Vista da praça da fortaleza real de São Filipe com a cisterna em destaque.

programa de salvaguarda patrimonial iniciado no ano de 1962 com a chegada de Luís Benavente, as aplicações das dotações públicas só terão extrapolado a fortaleza real de São Filipe a partir de 1961, ano para o qual foram previstos 500.000\$00 para “Obras de conservação e restauro de monumentos”¹³³⁵. Ainda assim, apesar da ausência de especificação nas dotações anuais do governo provincial de Cabo Verde, é possível que outras obras tenham sido realizadas neste período. Referimo-nos, concretamente, à igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, caso que iremos abordar adiante¹³³⁶.

Para concluirmos esta fase de estudo dedicada aos contributos anteriores à chegada de Luís Benavente a Cabo Verde, refira-se o papel desempenhado pelo pe. António Brásio. Efectivamente, além da incontornável obra *Monumenta Missionaria Africana*¹³³⁷, na qual elencou e transcreveu centenas de documentos relativos à História da Igreja em África, o pe. Brásio publicou no ano de 1960 o artigo “Monumentos Sacros de

¹³³² *Ibidem*.

¹³³³ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 250.

¹³³⁴ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº52 – suplemento, I Série, “Orçamento da receita ordinária e extraordinária”, 31 de Dezembro de 1958, p. 13.

¹³³⁵ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº53 – suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária”, 31 de Dezembro de 1960, p. 14. Cf. *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº52 – suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária”, 30 de Dezembro de 1961, p. 100; *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº52 – suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária”, 31 de Dezembro de 1962, p. 109.

¹³³⁶ O pe. António Brásio faz referência a obras de restauro nesta igreja poucos anos antes de 1960. Cf. António Brásio, “Monumentos Sacros de Santiago”, *Cabo Verde* nº130, 1960, p. 29.

¹³³⁷ António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, II Série, 6 vols., 1963-2004.

Santiago”¹³³⁸. Neste texto incluído no número de Julho da revista *Cabo Verde* mas que foi inicialmente divulgado na Rádio Clube de Cabo Verde a 17 de Junho de 1960, Brásio – no mesmo tom de apelo do monsenhor Bouças e, como tal, fortemente denunciador de uma arreigada consciência patrimonial – lamentou a escassez de monumentos arquitectónicos religiosos dos séculos XV, XVI e XVII. Na sua opinião, o facto da diocese ser “muitíssimo pobre”¹³³⁹ prender-se-ia com dois factores previamente apontados neste estudo – a “incúria geral”¹³⁴⁰ e a pirataria – e um terceiro, inédito, que deixa transparecer uma maior sensibilidade e conhecimento deste autor relativamente à matéria em causa: a “inépcia de restauradores destituídos de critérios de gosto e conhecimentos artísticos”¹³⁴¹ ou a falta de técnicos especializados na conservação e restauro de monumentos. Neste sentido, Brásio apelou à atenção do Serviço de Monumentos Nacionais da metrópole cujos trabalhos poderiam e deveriam conduzir à classificação de alguns destes vetustos edifícios como monumentos nacionais¹³⁴². Notamos ainda que apesar do autor referir com manifesto desconforto o estado ruinoso da sé, do hospital e igreja da Misericórdia, da capela de São Roque e da igreja de Nossa Senhora do Rosário, neste caso, ao contrário da atitude mais recorrente, deparamo-nos com uma preocupação patrimonial que ultrapassa os limites da *Cidade Velha*. Efectivamente, neste artigo encontramos um alerta para o valor das igrejas de Nossa Senhora da Luz na Ribeira da Guia, obra possivelmente do século XV ou de inícios do século XVI, de Nossa Senhora da Boa Esperança na Ribeira da Prata e de Nossa Senhora da Graça em Chã de Tanques, um testemunho da missão franciscana no arquipélago.

Para concluir, refira-se que este autor transcreveu dois documentos inéditos datados de 1875 relativos ao estado de ruína da sé e às possibilidades de actuação¹³⁴³. Na opinião do autor estas missivas do director das Obras Públicas e do bispo D. José Dias Correia de Carvalho (1830-1911) – nas quais o primeiro dá conta da intenção de demolir a construção por se considerar o seu restauro desmesuradamente dispendioso e o segundo defende, pelo seu valor, a imperativa conservação – testemunham a

¹³³⁸ *Idem*, “Monumentos Sacros de Santiago”, *Cabo Verde* nº130, 1960, pp. 28-31.

¹³³⁹ *Ibidem*, p. 28.

¹³⁴⁰ *Ibidem*.

¹³⁴¹ *Ibidem*.

¹³⁴² *Ibidem*, p. 31.

¹³⁴³ *Ibidem*, pp. 29-30.

importância da “resistência heróica, mas impotente da Autoridade Eclesiástica”¹³⁴⁴. Não obstante a incontornável importância da Igreja enquanto promotora e conservadora da esmagadora maioria do ancestral património arquitectónico de Santiago, consideramos que não será correcto proceder a uma generalização relativa à postura do governo pois, como vimos anteriormente, também este promoveu com maior ou menor sucesso, medidas em prol da salvaguarda dos monumentos em estudo.

O programa liderado por Luís Benavente

Após o início do desenvolvimento da alínea 11) do Artigo 2º do Decreto nº41 787 em São Tomé e Príncipe no ano de 1958, o programa liderado por Luís Benavente, arquitecto ao serviço do Ministério do Ultramar, teve o seu segundo momento de aplicação na província de Cabo Verde. Esta realidade começou a ser gizada no ano de 1960 após o envio por parte de Luís Benavente do tal pedido para que as províncias ultramarinas “dessem conhecimento da existência desses padrões e património”¹³⁴⁵. A única resposta viria precisamente de Cabo Verde cujo governo já tinha manifestado no ano de 1959, como vimos, a intenção de “promover a conservação das ruínas da Cidade Velha”¹³⁴⁶. Porém, conforme deu conta o autor do pedido de elementos enviado às províncias ultramarinas, o governo de Cabo Verde, ao invés de seguir o modelo disponibilizado, optou por elaborar um relatório “que, apesar de não responder ao que se pretendia e das inexactidões que contém, revelou no entanto interesse em acertar, o que é louvável.”¹³⁴⁷ O governo provincial de Cabo Verde continuaria a demonstrar o seu interesse em levar a bom porto esta iniciativa, tendo nomeado a 16 de Novembro de 1960 um grupo de trabalho ao qual competia criar um inventário dos monumentos portugueses erguidos naquelas ilhas¹³⁴⁸.

No ano de 1962, após um hiato de dois anos explicável, possivelmente, por questões burocráticas e pelo desenvolvimento dos trabalhos em São Tomé e Príncipe e pela viagem do arquitecto à Índia Portuguesa, Luís Benavente partiu para a ilha de Santiago

¹³⁴⁴ *Ibidem*, p. 31.

¹³⁴⁵ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

¹³⁴⁶ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº36, I Série, “Despacho nº16”, 5 de Setembro de 1959, p. 537.

¹³⁴⁷ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 7, s/d [1960, pós Outubro].

¹³⁴⁸ ANTT, FLB, cx. 105, pt. 672 A, doc. 3, 17 de Novembro de 1960.

com o intuito de aplicar nesta província ultramarina o Decreto nº41 787. No entanto, importa desde já ressaltar que apesar da presença do arquitecto no arquipélago, o programa de trabalhos a desenvolver foi elaborado, numa primeira fase, pelo referido grupo de trabalho, tendo inclusivamente recebido o despacho favorável do governador Silvino Silvério Marques¹³⁴⁹. Este facto ter-se-á devido, na nossa opinião, ao desconhecimento do arquitecto em relação ao universo em causa, condição sem a qual não seria possível garantir o sucesso deste ou de qualquer outro programa de salvaguarda patrimonial.

O universo em questão, segundo as indicações do governo provincial de Cabo Verde, era constituído pelos seguintes monumentos: a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, o pelourinho da Ribeira Grande de Santiago, a *Cidade Velha* enquanto núcleo urbano, a capela de São Roque na mesma antiga cidade de Santiago, azulejos e imagens escultóricas encontrados, também, na Ribeira Grande, o cais de São Januário e a escadaria adjacente na Praia, as capelas de Nossa Senhora da Luz, Trindade, Nazaré, de Chã de Tanques e uma outra filipina na mesma ilha de Santiago, o seminário de São Nicolau com os respectivos objectos de culto e os fortins da ilha da Boavista¹³⁵⁰. Mais tarde, por sugestão do arquitecto Benavente, foram acrescentados a esta lista outros monumentos a ter em consideração: o fortim d'El Rei e a igreja de Nossa Senhora da Luz, ambos no Mindelo, o "Conventinho", uma casa do século XVIII, os fortes de São Veríssimo, São Braz, São Lourenço e São João dos Cavaleiros, o presídio, a torre da igreja da Misericórdia, a "Muralha da Cidade", a "Muralha do Mar" e a "Porta do Mar" na *Cidade Velha*, as capelas de São Miguel, de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Socorro, a capela do lugar de Ponta Verde e da Nossa Senhora da Esperança e, ainda, a igreja de São Domingos, todas elas na ilha de Santiago¹³⁵¹. Deste elenco interessa-nos destacar o cariz maioritariamente religioso dos monumentos registados, consequência directa da missão de propagação da Fé assumida no século XV por Portugal, parecendo-nos, por outro lado, que a fortaleza real de São Filipe não terá sido incluída na lista do governo porque a fase de trabalhos iniciada no ano de 1960 estaria

¹³⁴⁹ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

¹³⁵⁰ *Ibidem*.

¹³⁵¹ *Ibidem*; ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

concluída em Setembro de 1962¹³⁵². Por outro lado, não podemos deixar de alertar para a repetição de uma tendência verificada tanto no ano de 1922 como de 1959, isto é, a predilecção pela ilha de Santiago e, concretamente, pela Ribeira Grande, simbolicamente, mas não administrativamente, o núcleo mais importante daquela província. Finalmente, refira-se que no ano de 1967 o programa de dotações para a recuperação dos monumentos supramencionados ascendia, segundo os cálculos do arquitecto Benavente, a um total de 4.430.000\$00¹³⁵³.

Estando concluída esta espécie de inventário preliminar cuja abrangência foi limitada às construções mais conhecidas, o arquitecto Luís Benavente deu início ao levantamento gráfico dos monumentos em causa, pois conforme o próprio constatou os Serviços de Obras Públicas da província não possuíam estes elementos, desenhos ou qualquer tipo de representação gráfica dos mesmos¹³⁵⁴. No entanto, da trintena de monumentos supraditos, apenas alguns – o pelourinho, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a capela de São Roque, a capela de Nossa Senhora da Luz, a capela da Santíssima Trindade e a fortaleza Real de São Filipe – foram objectos de estudo de programas completos de restauro¹³⁵⁵, dando lugar, ao longo dos anos, a processos constituídos por projecto, memória descritiva, medições e orçamento, uma situação que pode ser explicada pelo contraste entre o número de monumentos e a falta de recursos humanos, verbas ou formas de deslocação¹³⁵⁶. Porém, é importante esclarecer que Benavente elaborou diversos levantamentos parciais, propostas sumárias ou orçamentos referentes a muitos outros monumentos de Cabo Verde¹³⁵⁷. Paralelamente o arquitecto foi reunindo todos estes elementos com o objectivo de organizar o inventário do património de Cabo Verde, datando do ano de 1971 a apresentação do

¹³⁵² No início do mês do Setembro de 1962 o ministro Adriano Moreira inaugurou na Ribeira Grande de Santiago uma lápide comemorativa da sua visita e do “acabamento das obras da fortaleza”. Cf. *Diário de Notícias* nº12.841, New Bedford, 10 de Setembro de 1962, p. 1.

¹³⁵³ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

¹³⁵⁴ *Ibidem*, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

¹³⁵⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 104, pt. 666, vários docs., Setembro de 1969; ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, vários docs., 1962; ANTT, FLB, pts. 2081, 2084-2086, 2088, 2092, vários docs., 1962-1969.

¹³⁵⁶ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

¹³⁵⁷ *Ibidem*, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962; *Ibidem*, doc. 11, 8 de Setembro de 1967; ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

“Inventário do património histórico-artístico da antiga cidade da Ribeira Grande na ilha de Santiago”¹³⁵⁸.

Na sequência da elaboração destes levantamentos, trabalhos desenvolvidos intermitentemente ao longo dos anos de 1962 e 1969, conforme demonstraremos no momento dedicado às intervenções concretizadas, Luís Benavente dirigiu os trabalhos de restauro de alguns destes monumentos. No entanto o início destas obras, possivelmente devido à falta de verbas, de um chefe de trabalhos e/ou à impossibilidade de Benavente se dedicar exclusivamente a esta província ultramarina por ter, por exemplo, compromissos com São Tomé e Príncipe, não foi imediato. Na verdade, no ano de 1967 Benavente só tinha concluído os projectos para o restauro das capelas de São Roque e de Nossa Senhora da Luz, encontrando-se à data dedicado aos casos da fortaleza real de São Filipe e da igreja de Nossa Senhora do Rosário¹³⁵⁹. Efectivamente, a maioria dos trabalhos de restauro concretizados na Ribeira Grande só aconteceu a partir de 1969, ano em que Luís Benavente defendeu a importância de concentrar esforços ao invés de pulverizá-los por vários monumentos¹³⁶⁰, uma estratégia que, como veremos, também foi defendida e adoptada por Pedro Quirino da Fonseca em Moçambique. Porém note-se que aquando da sua primeira estadia na ilha de Santiago, no ano de 1962, Benavente participou em “pequenas intervenções”¹³⁶¹ realizadas nas vésperas da visita do ministro do Ultramar, um tipo de acontecimento que, conforme referimos na primeira parte deste estudo, suscitava acções desta natureza.

Refira-se ainda a elaboração por parte deste arquitecto de um documento intitulado “Elementos de consulta no sentido de apresentação de propostas para realização de trabalhos de restauro dos monumentos da província de Cabo Verde”¹³⁶², um conjunto de textos da sua autoria, casos do relatório referente aos monumentos da província e dos processos da igreja de Nossa Senhora da Luz e da capela de São Roque, uma tentativa de uniformizar este tipo de procedimentos num território pouco familiarizado com estas práticas. Observe-se, também, que neste documento, como em outros¹³⁶³,

¹³⁵⁸ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 13, 25 de Março de 1971.

¹³⁵⁹ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

¹³⁶⁰ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

¹³⁶¹ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

¹³⁶² ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1173, doc. 8, s/d.

¹³⁶³ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

Luís Benavente atribuiu grande importância ao papel desempenhado pelo chefe de trabalhos, pessoa obrigatoriamente experiente neste género de campanhas mas, também, um homem que denunciasses noções de “equidade, justiça e de humanidade”¹³⁶⁴ a quem competiria organizar a equipa, elaborar listas de material necessário e garantir o bom funcionamento do estaleiro e das obras¹³⁶⁵. De facto, a concretização das obras de restauro dos monumentos de Cabo Verde não foi da exclusiva responsabilidade do arquitecto Benavente. Na verdade, na impossibilidade de se fixar permanentemente nesta província, o arquitecto procurou contratar um chefe de trabalhos que orientasse e fiscalizasse o andamento das obras. Contudo, como já referimos, esta foi uma tarefa que acabou por revelar-se extremamente complicada devido à falta de interesse dos encarregados. Ainda assim, sabemos que no ano de 1969 António Gomes, profissional conhecido por Luís Benavente, foi para Cabo Verde ao serviço de Camilo de Amorim para chefiar os trabalhos de restauro dos monumentos da Ribeira Grande¹³⁶⁶.

Relativamente à escassez de verbas para a concretização total dos seus programas, Luís Benavente vislumbrou a possibilidade de contar com o apoio da FCG. Como vimos anteriormente, a partir do ano de 1967 o arquitecto manteve-se em contacto com a referida fundação, relatando a evolução dos trabalhos, as necessidades mais veementes e elaborando orçamentos¹³⁶⁷. Todavia, não obstante o interesse manifestado¹³⁶⁸ na sequência da visita do presidente do Conselho de Administração da fundação, José de Azeredo Perdigão, no ano de 1965 à província¹³⁶⁹, e os constantes e insistentes contactos com Artur Nobre de Gusmão (1920-2001) ou com o director do serviço do

¹³⁶⁴ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1173, doc. 8, s/d.

¹³⁶⁵ *Ibidem*.

¹³⁶⁶ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 30, 13 de Outubro de 1969.

¹³⁶⁷ ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1220, doc. 1, 25 de Julho de 1965; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, docs. 18 e 21, 14 de Agosto de 1965 e 21 de Junho de 1968; ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

¹³⁶⁸ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 43, 14 de Setembro de 1967.

¹³⁶⁹ José de Azeredo Perdigão visitou Cabo Verde a convite do governador Sacramento Monteiro entre os dias 27 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1965. Segundo o programa divulgado pelo *Diário de Notícias* de New Bedford em relação à ilha de Santiago estavam previstas visitas à Praia, Ribeira Grande para conhecer a “fortaleza, ruínas e escola”, e a São Jorge dos Órgãos. O ilustre convidado terá visitado também as ilhas Brava, São Vicente e Santo Antão. Cf. *Diário de Notícias* nº14.451, New Bedford, 26 de Janeiro de 1965, p.2.

Ultramar da FCG, Victor de Sá Machado¹³⁷⁰, esta colaboração acabou por não ter qualquer resultado efectivo.

Para o arquitecto Luís Benavente, conforme demonstrámos anteriormente, a salvaguarda do património arquitectónico de Cabo Verde não implicava apenas a protecção e divulgação dos edifícios mas, também, o benefício da comunidade local, a sua integração nos trabalhos como forma de travar a emigração e de fomentar o desenvolvimento de uma consciência patrimonial que travasse o recorrente problema da “caça à cantaria”¹³⁷¹, valendo-se, por exemplo, da realização de visitas guiadas aos monumentos¹³⁷². Nesta tentativa de estimular o apreço da comunidade pelos monumentos da Ribeira Grande, de garantir a sua fixação e de potencializar os resultados alcançados pelas obras de restauro, Benavente propôs, também, a instalação de redes de esgotos, de água e de electricidade, a pavimentação das ruas e o desenvolvimento do artesanato¹³⁷³. Estamos, portanto, tal como afirmámos anteriormente, perante uma tentativa de estabelecimento de um desenvolvimento sustentável na *Cidade Velha*, local ao qual Luís Benavente reconheceu, também, um extraordinário potencial turístico. A este propósito é curioso observar o modo como o arquitecto defendeu a necessidade de uma nova orientação para o turismo, desconsiderando os “lugares comuns das banais viagens por mar, com desembarques, passeios e refeições mais ou menos suculentas aqui e acolá em portos francos onde o passeante é enganado pelos vendedores de fancarias”¹³⁷⁴ em detrimento daquilo que actualmente consideramos ser o turismo cultural. Nesta visão a Ribeira Grande de Santiago, com a sua paisagem e riqueza patrimonial seria um “lugar de eleição”¹³⁷⁵.

Porém, para Luís Benavente a valorização dos monumentos de Cabo Verde não deveria limitar-se apenas à arquitectura, abrangendo, também, o restauro do património móvel. Apesar de este ser um estudo dedicado ao património edificado, parece-nos relevante fazer referência a este caso pois esta atenção concedida sobretudo à pintura e à escultura contribui para a validação de uma consideração que temos vindo a tecer: a

¹³⁷⁰ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 16, 14 de Julho de 1965.

¹³⁷¹ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

¹³⁷² *Ibidem*.

¹³⁷³ *Ibidem*.

¹³⁷⁴ ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 9, s/d.

¹³⁷⁵ *Ibidem*.

complexidade do programa desenvolvido a partir do ano de 1962 em Cabo Verde. A atenção concedida pelo arquitecto Benavente ao património móvel de Cabo Verde data do início da sua missão nesta província ultramarina, momento em que com o auxílio do pe. Jacinto, secretário da cúria diocesana, elaborou um inventário de esculturas, pinturas e alfaías litúrgicas pertencentes a várias igrejas¹³⁷⁶. Na sequência deste levantamento inicial, perante o mau estado da maioria das peças datadas dos séculos XVII a XVIII¹³⁷⁷, a partir do início de Novembro de 1962 Benavente promoveu o seu envio para a metrópole¹³⁷⁸. Os restauros das imagens religiosas, de uma tela da igreja da Santíssima Trindade e de algumas alfaías prolongaram-se até à década de 70, tendo sido realizados tanto no Instituto José de Figueiredo¹³⁷⁹ como na empresa “Carlos de Almeida Decorador”¹³⁸⁰.



Imagem 51 Imagens religiosas – Nossa Senhora do Rosário, São Pedro e santo não identificado – encontradas na Ribeira Grande e levadas para a metrópole para serem restauradas. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 10.

Após a conclusão das intervenções necessárias, o arquitecto Benavente advogou a organização de uma exposição no Palácio Junqueira¹³⁸¹, à data sede da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Esta foi a forma encontrada pelo arquitecto para divulgar o património português ultramarino e, mais importante, a obra de valorização desenvolvida a partir da publicação do Decreto nº41 787 de 1958. No entanto, após a anuência inicial, o ministro do Ultramar acabou por cancelar a referida exposição,

¹³⁷⁶ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

¹³⁷⁷ *Ibidem*.

¹³⁷⁸ ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 17, 15 de Novembro de 1962.

¹³⁷⁹ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 9, 10 de Fevereiro de 1969.

¹³⁸⁰ ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, docs. 7, 6, 5 e 1 de 17 de Outubro de 1968, 7 de Abril de 1967, 6 de Abril de 1967 e 21 de Junho de 1967.

¹³⁸¹ ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1220, doc. 1, 24 de Junho de 1965.

consequência do ensejo do governo de Cabo Verde¹³⁸² ver devolvidas, cerca de oito anos depois, as peças enviadas para a metrópole. Assim, Luís Benavente sugeriu que a referida exposição, “acto representativo e solene do início da recuperação e valorização do Património Histórico-Artístico da Província”¹³⁸³, se realizasse em Cabo Verde¹³⁸⁴, o que, segundo nos parece, não chegou a concretizar-se.

A missão iniciada no ano de 1962 deveria culminar com a classificação da *Cidade Velha* como monumento nacional. Efectivamente, no ano de 1971, o arquitecto Luís Benavente propôs ao governador de Cabo Verde, António Lopes dos Santos (1919-2009), a classificação da Ribeira Grande de Santiago como monumento¹³⁸⁵, denotando, uma vez mais, um entendimento lato deste conceito, tendência verificada no seu pensamento pelo menos desde o ano de 1934, momento em que se deparou com a organização urbana e intervenções na parte alta da Cidade de Coimbra¹³⁸⁶. A este propósito não podemos deixar de destacar o facto de Luís Benavente ter planeado no ano de 1971 a realização de uma viagem à Madeira e às Canárias com o intuito de elaborar um estudo comparativo relativo às características “das construções primitivas existentes desde os primeiros tempos dos navegadores”¹³⁸⁷ destas ilhas e das ruínas da Ribeira Grande de Santiago, o tal conjunto merecedor de classificação.

Data também do ano de 1971 a apresentação por parte de Luís Benavente do “Projecto de legislação para a protecção do património histórico-artístico da província de Cabo Verde”¹³⁸⁸. Este projecto remonta sensivelmente a 27 de Agosto de 1970, momento em que o governo da província de Cabo Verde informou o ministro do Ultramar da intenção de publicar uma “medida legislativa para a protecção do património no que se refere a edifícios e monumentos nacionais”¹³⁸⁹. Todavia entendia-se que antes de ser tomada qualquer medida deveria saber-se da possibilidade de aplicar em Cabo Verde os

¹³⁸² ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, docs. 17 e 15, 19 de Abril de 1969 e 25 de Abril de 1969; ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de Fevereiro de 1970.

¹³⁸³ ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de Fevereiro de 1970.

¹³⁸⁴ *Ibidem*.

¹³⁸⁵ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 13, 25 de Março de 1971.

¹³⁸⁶ Luís Benavente, “Biografia do Arquitecto Luís Benavente ao Serviço da Nação”, José Manuel Fernandes, coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 52-53.

¹³⁸⁷ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 494, doc. 3, 15 de Janeiro de 1971.

¹³⁸⁸ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

¹³⁸⁹ ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 39, 27 de Agosto de 1970.

diplomas patrimoniais vigentes na metrópole¹³⁹⁰, questão que terá sido remetida para Luís Benavente. Em resposta o arquitecto desenvolveu um projecto de legislação dividido em duas partes fundamentais: um projecto-lei de nove artigos nos quais se estabelecem as normas gerais para a protecção do património histórico-artístico; e uma segunda parte dividida em nove capítulos referentes ao inventário, organização do inventário, apreciação e julgamento do inventário, do significado do título “Monumento Nacional” e de “Móvel arrolado”, da concessão dos referidos títulos, da manutenção e conservação do património classificado e das zonas de protecção.

Assim para a protecção deste “Património tão português e tão valioso sob o ponto de vista histórico e artístico”¹³⁹¹ constituído por bens imóveis e móveis, “com a finalidade de obstar ao seu desaparecimento motivado pelo desgaste da Natureza e pela mão do homem”¹³⁹², Benavente propôs as classificações de “Monumento Nacional” e de “Móvel Arrolado da Província de Cabo Verde” (Art.º 3º). A antiguidade, o significado como documento histórico e ainda as características da época e estilo que fizessem de um imóvel “testemunho vivo da Arte Nacional e da vida portuguesa, porque outra nunca houve naquelas paragens”¹³⁹³, seriam os factores determinantes para a sua classificação como “Monumento Nacional” (Art.º 20º). Notamos, portanto, que diferentemente do que acontecia na metrópole¹³⁹⁴, neste caso não se dá somente importância às características históricas ou artísticas do imóvel mas, também, à sua capacidade de testemunhar o legado português naquela província, uma situação que se explicará pela importância da questão colonial na época e pelo entendimento dos monumentos enquanto testemunhos da legitimidade do colonialismo português. Esta capacidade evocativa não é apresentada directamente como critério no caso dos bens móveis¹³⁹⁵, mencionando-se apenas a época de criação, o seu valor histórico ou estilo (Art.º 21º). No entanto, momentos depois surge um artigo (Art.º 25º) exclusivamente referente ao grande problema da saída de obras para o estrangeiro, no qual se esclarece que esta

¹³⁹⁰ *Ibidem.*

¹³⁹¹ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

¹³⁹² *Ibidem.*

¹³⁹³ *Ibidem.*

¹³⁹⁴ Cf. *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411 [Base 1].

¹³⁹⁵ Esta categoria abrange peças de arte religiosa ou profana, mobiliário nacional ou estrangeiro, manuscritos, incunablos, peças xilográficas, cartulários e outros códices, pergaminhos, papéis ou documentos avulsos, livros e núcleos bibliográficos. Cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

tendência deve ser travada não somente no caso das obras-primas mas de “todas as peças que pelas suas características possam representar documento nacional”¹³⁹⁶. Para a classificação destes bens deveriam ser organizados processos concisos e rigorosos com a descrição e qualidades dos mesmos, incluindo informações relativas à sua época, história, valor e significado apresentadas através de texto, desenhos, reproduções ou fotografias, documentos analisados pelo Centro de Estudos Históricos da Junta de Investigações do Ultramar (Artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 12º-19º). A conclusão destes processos, instrumentos fundamentais para a classificação destes bens, seria comunicada ao Conselho Legislativo da província para receber a devida confirmação da atribuição do título de “monumento nacional” ou “imóvel arrolado da província” (Art.º 22º e Art.º 23º). Por sua vez o governo de Cabo Verde deveria ser informado pelo Conselho Legislativo acerca desta confirmação para proceder à sua proclamação (Art.º 24º). Relativamente a esta questão do valor do monumento e da sua classificação, refira-se que neste documento fica perfeitamente claro o facto de Luís Benavente ter compreendido que a importância destes bens não se limitava à construção, estendendo-se à sua envolvente, ao ambiente circundante, razão pela qual deveriam ser definidas zonas de protecção (Art.º 42º). Tal como acontecia na metrópole¹³⁹⁷, em determinada área desta zona (ou na sua totalidade) não poderiam surgir novas edificações. No restante espaço qualquer construção ou modificação teria que ser previamente autorizada pelo departamento responsável pela salvaguarda dos monumentos nacionais.

Neste contexto é crucial destacarmos a importância concedida por Luís Benavente ao inventário enquanto instrumento fundamental para a salvaguarda do património móvel e imóvel de Cabo Verde, uma medida que, recorde-se, foi considerada como sendo absolutamente necessária e prioritária aquando do início da missão deste arquitecto ao serviço do Ministério do Ultramar. Neste caso em que teve a liberdade de projectar o diploma legal em causa, o arquitecto reforçou esta importância (Art.º 5º a Art.º 7º, Art.º 10º a Art.º 19º), esclarecendo que o inventário seria efectivamente a primeira medida a tomar para a salvaguarda dos bens móveis e imóveis da província, promovendo-se

¹³⁹⁶ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

¹³⁹⁷ Cf. *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, p. 434 [Art.º 26º, 1].

imediatamente depois a sua classificação ou arrolamento, acções consideradas como fundamentais para bens que “se situem em locais onde não seja possível uma vigilância tendente a mantê-las convenientemente”¹³⁹⁸, para evitar a realização de obras “prejudiciais que levem à desfiguração e perda de características originais”¹³⁹⁹ e para proibir a sua saída da província. Estes inventários elaborados por uma pessoa idónea e conhecedora da matéria em causa poderiam contar com processos individuais mas também, em caso de urgência de classificação, processos colectivos onde fossem elencados bens “que apresentem afinidades, semelhança de natureza ou estado”¹⁴⁰⁰, prevendo-se que numa segunda fase estes documentos dessem origem a processos individuais (Art.º 14º a Art.º 15º). A urgência de classificação poderia ainda determinar que estes processos não fossem elaborados por alguém conhecedor da matéria mas por uma “pessoa de boa vontade que usará de preferência o elemento desenhado e a documentação fotográfica”¹⁴⁰¹ (Art.º 16º), medida que denuncia, uma vez mais, a importância concedida por Benavente ao inventário, à sua realização com maior ou menor grau de exigência. Definiu-se ainda a possibilidade de qualquer pessoa que tivesse conhecimento de um bem móvel ou imóvel poder elaborar um relatório seguindo os trâmites anteriormente mencionados, documento que depois seria analisado, dando ou não lugar a um processo oficial (Art.º 19º). Parece-nos igualmente importante destacar o facto de se ter definido que o inventário era um trabalho em aberto susceptível de ser actualizado a qualquer altura (Art.º 17º). Note-se que muitas destas ideias, sobretudo no referente à elaboração do inventário, eram idênticas àquelas fixadas no ano de 1960 nas normas para o inventário e classificação de monumentos do ultramar.

Deste modo, compreendemos que Luís Benavente pretendia dotar a província de Cabo Verde de legislação patrimonial específica sem recorrer àquela vigente na metrópole que era, na sua opinião, “confusa e pulverizada por se encontrar disseminada em numerosos diplomas o que a torna de difícil pesquisa e consulta”¹⁴⁰². De modo a facilitar a tarefa do governo provincial de Cabo Verde, Luís Benavente organizou uma maquete

¹³⁹⁸ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

¹³⁹⁹ *Ibidem.*

¹⁴⁰⁰ *Ibidem.*

¹⁴⁰¹ *Ibidem.*

¹⁴⁰² ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 47, Fevereiro de 1971.

referente a um processo de inventário, neste caso da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago, para servir de exemplo¹⁴⁰³. No entanto note-se que apesar de reconhecer a importância da província ter legislação própria, o arquitecto não propôs a sua autonomização do ponto de vista patrimonial. Senão observe-se como o processo de classificação estava, como vimos, dependente do Centro de Estudos Históricos da Junta de Investigações do Ultramar e a DSUH da DGOPC do Ministério do Ultramar continuava a ser, de acordo com o Decreto nº41 787 de 1958, a entidade incumbida do inventário, classificação, restauro e orientação da conservação dos monumentos nacionais e móveis arrolados de Cabo Verde (Art.º 26º). Localmente, sendo esta uma província que não contava com qualquer serviço ou comissão responsável por este universo, Benavente propunha a criação de um departamento responsável pela “guarda, fiscalização, manutenção e vigilância”¹⁴⁰⁴ deste património histórico-artístico mas segundo a orientação da DSUH (Art.º 27º). Até ao momento de criação deste departamento, deveria ser criada uma comissão constituída pelo chefe dos serviços de Educação (presidente), pelo chefe dos serviços de Fazenda e por um representante da diocese (Art.º 28º).

De resto as medidas tendentes à conservação deste património seriam idênticas às vigentes na metrópole¹⁴⁰⁵: proibição de realização de obras de restauro, reconstituição ou reparação sem autorização e orientação da entidade responsável; realização dos trabalhos em imóveis classificados pela Repartição de Obras Públicas com a supervisão da entidade responsável e na presença de pessoal especializado (Art.º 20º; Art.º 30º). Adicionalmente esclareceu-se que os trabalhos a realizar deveriam obedecer à *Carta de Veneza* (Art.º 31º), documento do qual Luís Benavente foi redactor no ano de 1964, uma medida que denuncia a intenção de seguir os princípios e práticas internacionais de conservação e restauro de monumentos e sítios. A este propósito nota-se uma tentativa de dar particular ênfase à questão da utilização dos monumentos pela sociedade desde que isso não alterasse a constituição da construção e apenas após consulta do Centro de

¹⁴⁰³ *Ibidem*.

¹⁴⁰⁴ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

¹⁴⁰⁵ Cf. *Diário do Governo* nº114, I Série, “Decreto nº 46 349”, 22 de Maio de 1965, pp. 714-415; *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 433-435; *Diário do Governo* nº97, I Série, “Decreto nº16:791”, 30 de Abril de 1929, pp. 1056-1057.

Estudos Históricos da Junta de Investigações do Ultramar (Art.º 33º)¹⁴⁰⁶. Mas Luís Benavente vai mais além em relação aos princípios da carta de 1964, especificando que “nem todas as funções consideradas como úteis, são susceptíveis de instalação em Monumentos sem que para estes daí advenha prejuízo”¹⁴⁰⁷, referindo-se a hospitais, asilos e instalações de assistência (Art.º 33º). Por outro lado, os bens móveis arrolados distribuídos em locais diversos e usufruídos pela sociedade, deveriam ser registados numa relação especial da qual o chefe dos serviços de Fazenda (depois o departamento responsável pela salvaguarda patrimonial) seria responsável (Art.º 34º). As entidades, indivíduos ou a diocese usufruidoras destes bens seriam considerados depositários mediante a elaboração de um recibo por parte do chefe dos serviços de Fazenda (Art.º 34º). No caso de imóveis privados, o nome do seu proprietário deveria ser mencionado no processo de inventário, ficando igualmente impedida a sua cedência, venda ou realização de obras não autorizadas pelo governo provincial depois de ouvido o departamento responsável pelo património histórico-artístico (Art.º 35º). O mesmo aconteceria com os bens móveis (Art.º 39º), esclarecendo-se que este diploma seria aplicável também nos casos de objectos que entrassem na província e ali permanecessem temporária ou permanentemente (Art.º 38º, Art.º 40º). Relativamente a bens móveis transportados para a província com o intuito de serem comercializados, essa situação deveria ser declarada, apresentando-se fotografias, descrições e informações acerca da origem e proveniência que seriam devidamente analisadas por um perito (Art.º 41º). É ainda feita menção aos museus, locais onde os proprietários de bens móveis poderiam depositá-los, tendo liberdade de reavê-los a qualquer momento (Art.º 36º).

Mais tarde, por ocasião da apresentação do programa referente às obras de restauro destes monumentos nos anos de 1972 e 1973, Benavente elaborou um segundo projecto de legislação para a protecção do património histórico-artístico de Cabo Verde¹⁴⁰⁸, um texto mais simples e conciso, limitado a oito artigos cujo conteúdo é

¹⁴⁰⁶ Cf. Art.º 5º da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, 1997, p. 70.

¹⁴⁰⁷ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

¹⁴⁰⁸ ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 12, s/d.

semelhante ao da versão anterior. Nota-se, no entanto, uma alteração ao nível do significado de “Monumento Nacional” e de “Móvel Arrolado”, passando-se da tal valorização da idade, época, estilo e significado mas, também, do seu estatuto de testemunho da presença portuguesa e contributo nacional na província para uma classificação dependente do “seu valor histórico ou artístico”¹⁴⁰⁹ (Art.º 4º). Simultaneamente observa-se uma diminuição da importância do papel desempenhado pelo Centro de Estudos Históricos da Junta de Investigações do Ultramar. Na prática este continuaria a analisar os processos e o governo da província continuaria a oficializar a classificação, mas a fórmula utilizada nesta versão (Art.º 5º a Art.º 7º), ao contrário do que acontecia anteriormente, sugere uma certa superioridade do segundo: “Esta classificação é feita por diploma emanado na Província ouvido o parecer do Centro de Estudos Históricos da Junta de Investigações do Ultramar.”¹⁴¹⁰ Refira-se ainda que de acordo com esta segunda versão os processos de inventário e classificação deveriam ser elaborados por pessoa idónea com conhecimento da matéria (Art.º 8º), excluindo-se as alternativas mencionadas no primeiro texto.

Para terminar este momento dedicado ao programa desenvolvido pelo arquitecto Benavente entre os anos de 1962 e 1973 para Cabo Verde, e de modo a dotarmos esta análise da abrangência e rigor desejados, parece-nos necessário pronunciar-nos acerca de outras iniciativas governamentais paralelas. No ano de 1969 o engenheiro Ruy de Araújo Ribeiro, director-geral de Economia do Ministério do Ultramar, visitou Cabo Verde. Posteriormente, na sequência do contacto com a Ribeira Grande de Santiago, em relatório enviado ao ministro do Ultramar e imbuído de um forte sentimento patriótico, o dirigente lamentou o estado de ruína dos monumentos daquela “Página da História Pátria, que começa em 1462 (...) o único testemunho monumental que possuímos em Cabo Verde, para poder dar fé do paralelismo e da identidade da vida metropolitana e ultramarina”¹⁴¹¹. Embora este entendimento da *Cidade Velha* como único testemunho da portugalidade de Cabo Verde seja, evidentemente, excessivo, o director-geral de Economia demonstrou estar de certo modo a par do trabalho desenvolvido por Luís Benavente, tendo insistido, neste contacto com o ministro do Ultramar, na reposição do

¹⁴⁰⁹ *Ibidem.*

¹⁴¹⁰ *Ibidem.*

¹⁴¹¹ ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 2, Julho de 1969.

traçado da antiga cidade e no restauro das suas edificações, trabalhos propostos e parcialmente desenvolvidos pelo arquitecto supramencionado desde o ano de 1962. Ainda assim, conforme o próprio Luís Benavente reconheceu, este alerta valeu sobretudo pelo apoio demonstrado à necessidade de se assegurarem a partir da província os meios financeiros necessários à execução destes trabalhos; pelo reconhecimento deste caso como “um imperativo Nacional, que não pode ser demorado, sem se correr o risco de uma delapidação total”¹⁴¹²; e ainda pelo voto de confiança depositado naquele arquitecto. Por fim, como consequência directa deste apelo de Ruy de Araújo Ribeiro, no mês de Outubro de 1969 foi autorizada a realização do cadastro da ilha de Santiago¹⁴¹³, elemento fundamental para o conhecimento real do universo em causa.

No mesmo ano as ilhas de Cabo Verde foram igualmente inspeccionadas por Fernando Henriques Pereira Bastos (1915-), inspector superior da Administração Ultramarina. Tal como no caso anterior, os monumentos erguidos pelos portugueses ao longo dos séculos não tinham sido incluídos no universo a inspeccionar¹⁴¹⁴. Contudo, uma vez mais, a eloquência deste universo foi ao encontro do espírito nacionalista do visitante e do seu interesse “pelas coisas da arte”¹⁴¹⁵. Numa extensa carta dedicada aos “papéis velhos, antigas pedras, venerandas imagens, alfaías de culto e outras coisas mais”¹⁴¹⁶, o autor faz algumas alusões ao trabalho de Luís Benavente na Ribeira Grande mas, segundo nos parece, mostra-se algo desagradado com a falta de desenvolvimento dos projectos de salvaguarda dos monumentos desta *Cidade Velha*, insistindo na importância do inventário, do estudo e “restauro consciencioso, bem entendido”¹⁴¹⁷ daqueles monumentos. No entanto, o aspecto mais marcante desta carta reside no facto de Pereira Bastos considerar inútil proceder ao restauro ou reconstituição da maioria dos edifícios da Ribeira Grande de Santiago porque na sua opinião, “reconstituí-los seria um gasto exorbitante de dinheiros correndo-se o risco, ou antes, tendo-se a

¹⁴¹² *Ibidem.*

¹⁴¹³ *Ibidem.*

¹⁴¹⁴ *Ibidem*, doc. 3, 1969.

¹⁴¹⁵ *Ibidem.*

¹⁴¹⁶ *Ibidem.*

¹⁴¹⁷ *Ibidem.*

certeza antecipada de se estar fazendo pura e simplesmente fantasias.”¹⁴¹⁸ Em síntese, apresentando como motivo o estado de ruína destes monumentos, Pereira Bastos sugeriu que na Ribeira Grande de Santiago se recuperassem apenas a igreja de Nossa Senhora do Rosário e a capela de São Roque, “demolindo o restante”¹⁴¹⁹ da catedral e remetendo as cantarias para um museu a constituir¹⁴²⁰. Sendo esta uma opinião que, como se percebe, destoa da posição adoptada por Luís Benavente e pelos governadores de Cabo Verde pelo menos desde o início do século XX, é natural que o arquitecto, a pedido do ministro do Ultramar, se tenha manifestado contra esta atitude¹⁴²¹. Efectivamente, não obstante o elogio à sensibilidade de Pereira Bastos para com o património em estudo, à sua ideia de organizar um arquivo nacional e um museu, e ao facto de este pugnar pela expressão característica da arquitectura local, Benavente levantou-se contra a surpreendentemente contraditória defesa da demolição da quase totalidade dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago. De resto, esta posição de Pereira Bastos ia claramente contra os princípios da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos* de 1964, documento defensor de uma noção de monumento alargada a obras modestas, do valor do património arquitectónico como testemunho histórico, ou da manutenção, salvo quando estritamente necessário o contrário, da totalidade das partes que constituem as edificações no seu local de origem¹⁴²².

2.4 As intervenções em monumentos nacionais¹⁴²³

Capela de São Roque, Ribeira Grande de Santiago: À semelhança da maioria dos monumentos da *Cidade Velha*, no período em estudo esta capela encontrava-se muito

¹⁴¹⁸ *Ibidem*.

¹⁴¹⁹ *Ibidem*.

¹⁴²⁰ *Ibidem*.

¹⁴²¹ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 9, 20 de Setembro de 1969.

¹⁴²² Cf. com os Art.º1, 3º, 7º e 8º da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, 1997, pp. 69-71.

¹⁴²³ Relativamente aos edifícios que não foram intervencionados mas que mereceram a atenção de Luís Benavente note-se que no final do ano de 1972 este arquitecto considerou urgente intervir no templo de Nossa Senhora das Graças em Chã de Tanque e na capela de Ponta Verde. Refira-se, também, que alguns troços da “Muralha do Mar” da Ribeira Grande de Santiago parecem ter sido consolidados por volta do ano de 1972.

arruinada, tendo sofrido bastante com “mão do homem que ali tem ido buscar materiais, especialmente as cantarias”¹⁴²⁴. Relativamente às construções religiosas esta capela acabou por ser aquela que mais cedo beneficiou do programa iniciado no ano de 1962.

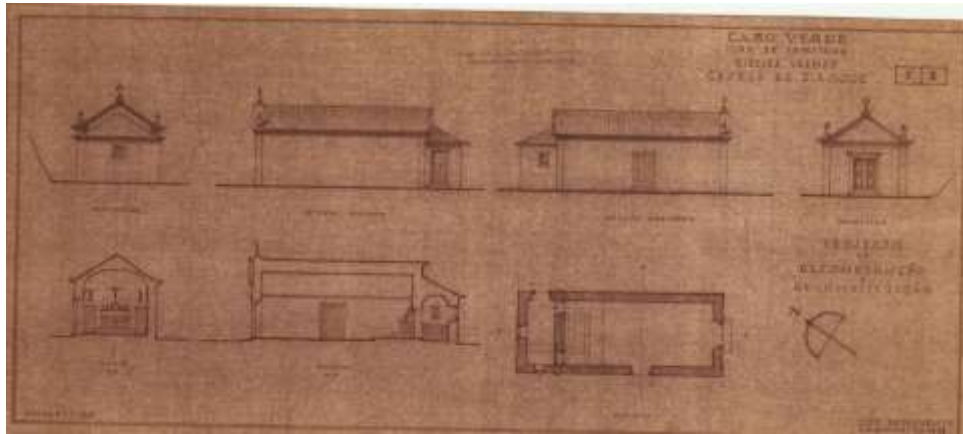


Imagem 52 Projecto de reconstituição da capela de São Roque pelo arquitecto Luís Benavente, 1966. ANTT, FLB, pt. 2081, doc. 12.



Imagem 53 A capela de São Roque, na Rua Direita ao Forte, em ruínas na primeira metade do século XX, 1929. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 1963.



Imagem 54 A mesma capela com o aspecto conferido pela intervenção projectada por Luís Benavente. SIPA, Foto.00521914.

A escolha deste monumento para dar início aos trabalhos de restauro de Luís Benavente foi ditada pelas pequenas dimensões do templo, prevendo-se, portanto, que a sua recuperação não exigisse grandes somas de dinheiro¹⁴²⁵, estando estimados gastos na

¹⁴²⁴ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 42, 25 de Janeiro de 1967.

¹⁴²⁵ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 21, 21 de Junho de 1968.

ordem dos 350.000\$00¹⁴²⁶. Estando a capela quinhentista praticamente destruída no ano de 1967¹⁴²⁷, optou-se por refazer quase totalmente a sua estrutura, obra que terminou no mês de Dezembro de 1972¹⁴²⁸. Datará também deste período o emparelhamento das cantarias, obra concluída após o final do ano de 1972¹⁴²⁹. Mais tarde a capela terá sido coberta e rebocada.

Fortaleza Real de São Filipe, Ribeira Grande de Santiago: Esta foi a única construção militar intervencionada aquando da missão iniciada no ano de 1962. Embora a elaboração do projecto de restauro da autoria de Luís Benavente só tenha sido iniciada no ano de 1967, é possível que tenham sido realizadas “pequenas intervenções”¹⁴³⁰ em 1962, acção suscitada pela visita do ministro do Ultramar. Afinal, segundo Luís Benavente, nesta ocasião a bandeira nacional foi hasteada na fortaleza, cerimónia “que possivelmente não se fazia desde 1712”¹⁴³¹. Por outro lado temos conhecimento da atribuição de verbas para o restauro da fortaleza no ano de 1959¹⁴³², desconhecendo, no entanto, a natureza das obras realizadas. Aquando do início dos trabalhos nesta construção totalmente abandonada pelo menos desde 1638¹⁴³³, de modo a “trazer-lhe o aspecto de vida que agora lhe falta”¹⁴³⁴, o arquitecto Benavente deu prioridade à recuperação das construções interiores, nomeadamente à casa do governador da praça, casa da guarda, casa da guarnição e cisterna, a única estrutura interna intacta. Neste âmbito, terão sido realizadas escavações que deram origem à descoberta do pavimento e das delimitações da capela de São Gonçalo no interior da casa do governador da praça, facto que obrigou o arquitecto, já no ano de 1972, a refazer todo o projecto¹⁴³⁵, situação que, segundo nos parece, acabou por condenar a continuação das obras. Ainda assim sabemos que no início dos anos 70 se deu início ao levantamento da rampa de

¹⁴²⁶ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

¹⁴²⁷ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 42, 25 de Janeiro de 1967.

¹⁴²⁸ ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 14, 18 de Dezembro de 1972.

¹⁴²⁹ *Ibidem*.

¹⁴³⁰ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

¹⁴³¹ *Ibidem*.

¹⁴³² *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº52 – suplemento, I Série, “Orçamento da receita ordinária e extraordinária”, 31 de Dezembro de 1958, p.13.

¹⁴³³ Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822 – O Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 114.

¹⁴³⁴ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

¹⁴³⁵ ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 14, 18 de Dezembro de 1972.

artilharia¹⁴³⁶, elemento observável no interior da fortaleza. De resto, a partir da análise dos projectos previstos para a recuperação das construções interiores da fortaleza, constatámos que o arquitecto Benavente e as autoridades de Cabo Verde delinearam um aproveitamento dinâmico desta antiga construção militar, princípio defendido pelo artigo 5º da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos*, vulgo *Carta de Veneza*¹⁴³⁷.

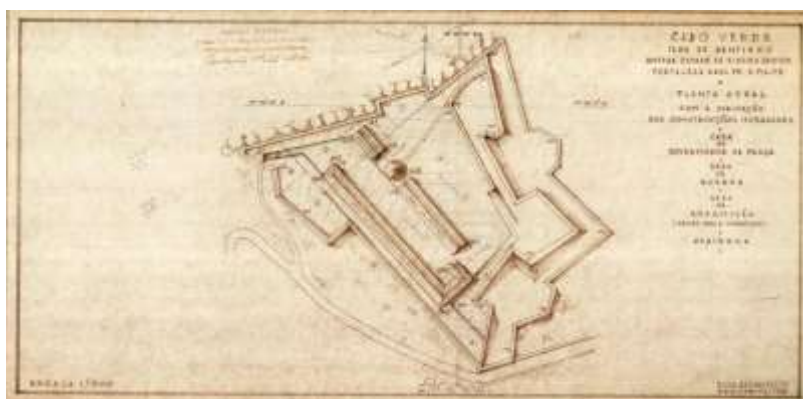


Imagem 55 Planta geral da fortaleza real de São Filipe, gizada por Luís Benavente com indicação das construções interiores, 1969. ANTT, FLB, pt. 2084, doc. 12.

Assim, sem comprometer a disposição ou decoração¹⁴³⁸ dos edifícios mas procurando “uma reconstituição fiel do anterior”¹⁴³⁹ então em ruínas, previu-se a utilização da casa da guarnição para abrigo de jovens de ambos os sexos¹⁴⁴⁰, da casa do governador da praça como espaço de recepção e residência temporária de “altas figuras da Nação no desempenho de funções oficiais”¹⁴⁴¹ e da casa da guarda para base de uma pequena força militar mas, sobretudo, para um guarda com funções de “cicerone ou guia dos visitantes”¹⁴⁴². Concomitantemente, de modo a promover a real utilização destas construções interiores, o arquitecto definiu o modo de instalação da corrente eléctrica, canalizações de água potável e da rede de esgotos, procurando que tivessem a menor

¹⁴³⁶ ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, doc. 77, s/d [c.1970].

¹⁴³⁷ *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 70.

¹⁴³⁸ *Ibidem*.

¹⁴³⁹ ANTT, FLB, cx. 66, pt. 455, doc. 9, 30 de Dezembro de 1969.

¹⁴⁴⁰ ANTT, FLB, cx. 66, pt. 453, doc. 6, 30 de Dezembro de 1969.

¹⁴⁴¹ ANTT, FLB, cx. 66, pt. 455, doc. 9, 30 de Dezembro de 1969.

¹⁴⁴² ANTT, FLB, cx. 66, pt. 456, doc. 9, 30 de Dezembro de 1969.

visibilidade possível¹⁴⁴³, ideia que denuncia a preocupação de manter o aspecto antigo do monumento.

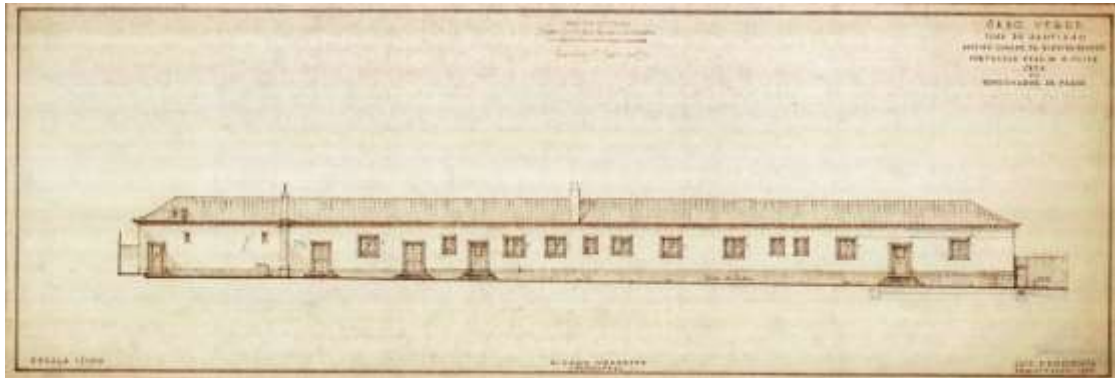


Imagem 56 Projecto não concretizado para a casa do governador da praça, 1969. ANTT, FLB, pt. 2084, doc. 17.



Imagem 57 O estado de ruína da fortificação nos anos 40, portanto antes da intervenção projectada por Luís Benavente. *O Mundo Português*, vol. XI, 1944.



Imagem 58 A fortaleza na actualidade, observando-se à direita o meio baluarte e a entrada para a praça.

Pelourinho, Ribeira Grande de Santiago: O pelourinho chegou à segunda metade do século XX sem base, lascado, com o fuste incompleto e com o capitel mutilado¹⁴⁴⁴. Por esta razão, na ausência de mármore e de técnicos capazes em Santiago, o arquitecto

¹⁴⁴³ ANTT, FLB, cx. 66, pt. 450, doc. 22, 30 de Dezembro de 1969.

¹⁴⁴⁴ Luís Chaves, "Por Além-Mar – Pelourinhos de África", *Feira da Ladra*, vol. VIII, 1937, p. 55; ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 13, 15 de Novembro de 1962; Lourenço Conceição Gomes, "O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde", *Ciências Humanas em Revista*, vol. 4, nº2, 2006, p. 176.

Benavente abriu um interessante precedente, tendo defendido o envio deste monumento para a metrópole, o que viria a acontecer a 1 de Novembro de 1962¹⁴⁴⁵.



Imagem 59 Projecto de restauro do pelourinho pelo arquitecto Luís Benavente, 1962. ANTT, FLB, pt. 2085, doc. 1.



Imagem 60 Processo de montagem do pelourinho após o regresso da metrópole no ano de 1970. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 90.

Posteriormente, sempre segundo “desenhos e condições expostas”¹⁴⁴⁶ pelo arquitecto, o restauro foi realizado pela empresa *Irmãos Baptista Lda*. Data desta ocasião a criação dos três degraus octogonais que vieram substituir outros, quadrangulares, colocados no século XX. Sobre estes elegantes degraus foi colocada uma base totalmente nova em substituição da caixa lascada que se encontrava neste local antes desta intervenção. Ao fuste cilíndrico com caneluras torsas foi acrescentada uma nova parcela, abaixo do anel lavrado, que veio tomar o lugar do pedaço quebrado responsável pelo desequilíbrio de toda a peça. A pinha que se encontrava mutilada foi igualmente intervencionada, tendo recebido os dois ferros cruzados e a grimpá com uma esfera armilar encimada pela cruz de Cristo. A argola em ferro colocada ligeiramente abaixo do anel que cinta o fuste também data desta campanha. Finalmente, já no final do ano de 1970, o pelourinho foi devolvido à Ribeira Grande de Santiago¹⁴⁴⁷.

¹⁴⁴⁵ ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 17, 15 de Novembro de 1962.

¹⁴⁴⁶ ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 29, 6 de Fevereiro de 1963.

¹⁴⁴⁷ Acerca do restauro do pelourinho da Ribeira Grande de Santiago *vide* Vera Mariz, “O restauro do pelourinho da *Cidade Velha* – Cabo Verde (1962-1970) – Um processo de legitimação e consagração da memória”, *Africana Studia*, nº18, 1º semestre, 2012, pp. 225-248.



Imagem 61 Aspecto do pelourinho antes da intervenção de Luís Benavente. Luís Chaves, “Por Além-Mar – Pelourinhos de África”, 1937.



Imagem 62 O pelourinho após o restauro e o seu regresso à Ribeira Grande. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 87.

Sé Catedral ou igreja do Santíssimo Nome de Jesus, Ribeira Grande de Santiago:

Conforme foi desvendado por José Manuel Fernandes esta ruína era a “paixão”¹⁴⁴⁸ de Luís Benavente. No ano de 1967 estimou-se a fixação das ruínas “no sentido de evitar a sua perda total” em 50.000\$00¹⁴⁴⁹. No entanto o estudo da documentação e a observação do monumento levam-nos a crer que o único trabalho feito nesta ocasião terá sido o levantamento de azulejos que ali se encontravam, possivelmente da autoria de Gabriel del Barco (1649-antes de 1708)¹⁴⁵⁰, e que pelo menos desde 1922 vinham sendo arrancados¹⁴⁵¹. O projecto de reconstrução sonhado por Luís Benavente terá

¹⁴⁴⁸ José Manuel Fernandes, coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 34.

¹⁴⁴⁹ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

¹⁴⁵⁰ José Meco, “A expansão da azulejaria portuguesa”, *Oceanos* nº36-37, 1998-1999, p. 11; Maria do Rosário Carvalho, *A pintura do azulejo em Portugal (1675-1725) Autorias e biografias – Um novo paradigma*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 149.

¹⁴⁵¹ Já na segunda metade da década de 80 a equipa de escavações liderada por Clementino Amaro do Instituto Português do Património Cultural recolheu novos fragmentos de azulejos cujas características, segundo José Meco, permitem a sua atribuição a Gabriel del Barco. Os azulejos de um possível painel figurativo foram depois expostos na exposição *Encontro de Culturas – Oito Séculos de Missionaçã Portuguesa* realizada no ano de 1994 no mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa. Todavia, os referidos azulejos não são figurados ou referidos no catálogo da mostra. Relativamente ao retábulo destinado à capela-mor da sé, obra de vulto que terá sido encomendada, conforme revelou Sílvia da Silva Ferreira, a José Rodrigues Ramalho no ano de 1705, não temos qualquer referência, sendo possível que este tenha sido saqueado e/ou destruído aquando dos ataques liderados por Jacques Cassard no ano de 1712. Cf. Vera Mariz, “A salvaguarda da azulejaria portuguesa ultramarina (1958-1974)”, *Azulejar 2012*, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro e Geobitec, Aveiro, 2012, p. 5; Clementino Amaro, “Escavações arqueológicas na Cidade Velha”, *Oceanos* nº5, 1990, pp. 85-87; AA.VV., *Encontro de Culturas – Oito Séculos de Missionaçã Portuguesa*, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa, 1994, 479

ficado totalmente inviabilizado pela desmontagem de pedras das ruínas em meados dos anos 60 ou já no início da década seguinte¹⁴⁵².

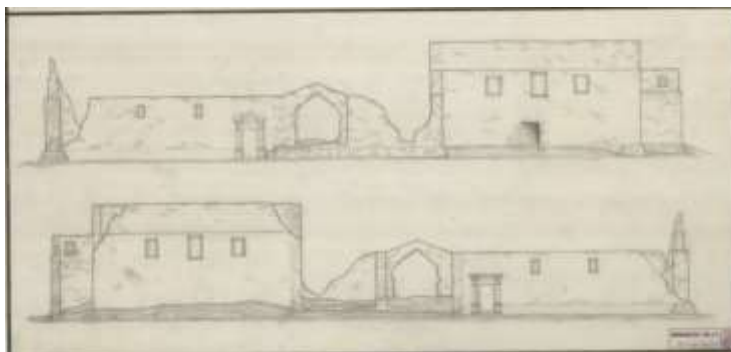


Imagem 63 Levantamento da sé da Ribeira Grande, s/d [anos 60]. ANTT, FLB, pt. 2083, doc. 22.

2.5 O caso da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, juntamente com a capela de São Roque, a igreja de São Francisco, as ruínas da igreja da Misericórdia e da Sé da diocese de Cabo Verde constituem actualmente os únicos testemunhos da arquitectura religiosa gizada e erguida na Ribeira Grande de Santiago. No passado os números ascenderiam a mais de uma vintena de edifícios¹⁴⁵³.

Uma vez que a Ribeira Grande foi o primeiro núcleo de desenvolvimento urbano, económico, social, administrativo, cultural e religioso de Cabo Verde, não podemos deixar de entender o templo em causa – bem como os restantes – como eloquentes testemunhos da missão expansionista portuguesa e, evidentemente, do seu cariz evangelizador. De facto, temos de considerar a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário como parte integrante da missão portuguesa de expansão política, económica e católica, cabendo aos seus protagonistas – na linha dos direitos e obrigações fixados pela bula *Romanus Pontifex* outorgada por Nicolau V (1397-1455) a 4 de Janeiro de 1455 – a edificação de igrejas no continente africano e nas suas ilhas, desde o Cabo Bojador ao Nã e ao longo de toda a Guiné. Ainda assim, apesar dos autores referirem sistematicamente que esta igreja é “certainement le plus ancien

p., il.; Sílvia da Silva Ferreira, *A talha barroca de Lisboa (1670-1720) Os Artistas e as Obras*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 436-438.

¹⁴⁵² José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 34.

¹⁴⁵³ Daniel Pereira, *A importância histórica da Cidade Velha*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004, p. XXI.

bâtiment de Ribeira Grande”¹⁴⁵⁴, “provável primeira catedral destas ilhas”¹⁴⁵⁵ ou a “mais antiga das igrejas da Ribeira Grande”¹⁴⁵⁶, a data da sua construção é, na verdade, desconhecida. No entanto, uma atenta análise visual leva-nos a crer na ocorrência de pelo menos dois momentos distintos de construção. Senão vejamos as características do edifício.



Imagem 64 A igreja de Nossa Senhora do Rosário na Rua Carreira.



Imagem 65 Pormenor da torre cilíndrica, da torre sineira sem cobertura e da empena triangular.

O templo localizado num promontório sobranceiro à Rua Carreira e, como tal, numa cota superior aos núcleos iniciais de instalação e desenvolvimento urbano¹⁴⁵⁷, apresenta uma planta rectangular e nave única. A fachada principal exhibe um só pano marcado do lado esquerdo por uma torre cilíndrica com remate cónico cuja escada interior daria acesso à torre sineira e ao coro-alto inexistente mas cujos vestígios foram identificados por Luís Benavente¹⁴⁵⁸. Este mesmo pano apresenta um cunhal de cantaria emparelhada à direita e uma empena triangular no topo. Esta fachada é

¹⁴⁵⁴ Carlos Carvalho, coord., *Cidade Velha: Centre historique de Ribeira Grande, Cap Vert – Proposition d’inscription sur la Liste du patrimoine mondial*, Praia, Ministério da Cultura de Cabo Verde, 2008, p. 31, disponível em <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf>, consultado a 4 de Março de 2013.

¹⁴⁵⁵ António Brásio, “Monumentos Sacros de Santiago”, *Cabo Verde* nº130, 1960, p. 28.

¹⁴⁵⁶ José Manuel Fernandes, Fernando Pires, “Igreja de Nossa Senhora do Rosário”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 311.

¹⁴⁵⁷ Cf. Fernando Pires, *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano. Séc. XV-Séc. XVIII, s.l.*, Universidade de Cabo Verde, 2007, pp. 99-112.

¹⁴⁵⁸ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1959.

animada por um portal de cantaria numa já reconhecida boa adaptação de Sérlio¹⁴⁵⁹, de modo a formar um arco de volta perfeita sobrepujado por uma cornija. Este portal principal encontra-se simetricamente ladeado por duas janelas rectangulares, sendo encimado por uma terceira janela encumeada por um pequeno óculo circular.



Imagem 66 Pormenor da fachada sudeste com os respectivos contrafortes.



Imagem 67 O interior do templo de nave única com as lápides ao centro e a abertura ogival entaipada do lado esquerdo.

O carácter despojado mantém-se nas restantes fachadas, sendo a noroeste totalmente cega, tal como a nordeste, ou seja, a fachada posterior, ainda que esta tenha a sacristia adossada e, à semelhança da fachada principal, apresente uma empena triangular. Por seu lado, a fachada sudeste apresenta três panos ritmados por dois contrafortes entre os quais identificamos dois portais em cantaria, rectilíneos mas coroados por cornijas. A torre cilíndrica encontra-se, como referimos, adossada a uma torre sineira de planta quadrangular superiormente marcada por quatro aberturas em forma de arco de volta perfeita cuja cobertura é hoje inexistente.

No interior, depois de acedermos à igreja por um degrau cuja existência se revela fundamental devido ao desnivelamento entre a construção e o solo, deparamo-nos com pavimento em tijoleira marcado ao centro por uma sucessão de pedras tumulares. Ao fundo observamos o altar-mor no topo de um conjunto de cinco degraus. O tecto é em travejamento de madeira, permitindo-nos



Imagem 68 Pormenor da abóboda nervurada da capela-lateral.

¹⁴⁵⁹ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 117.

observar as telhas. No flanco esquerdo das paredes animadas até meia altura por um padrão azulejar azul, branco e amarelo, encontram-se duas capelas em arco quebrado. A que se encontra mais próxima do altar-mor está entaipada. Por sua vez a capela aberta localizada perto da fachada principal é ladeada sensivelmente à altura da flecha por duas pequenas gárgulas. A cobertura desta capela é, porventura, o elemento mais interessante da igreja, denunciando pela abóbada de nervuras decorada por fechos com as cruces de Cristo e de Avis e ainda por uma esfera armilar, uma época de construção tardo-gótica contrastante com a respiração maneirista do portal principal. Nesta capela observamos, ainda, uma pia baptismal em cantaria com o monograma IHS (*Iesus Hominum Salvator*), vestígios de policromia ocre e um escudo com a cruz de Cristo na parede fundeira.

Assim, parece-nos que estes aspectos morfológicos denunciam, efectivamente, pelo menos dois momentos construtivos. O primeiro é testemunhado pela capela gizada numa continuação do gosto tardo-gótico, pela outra capela ou portal ogival entaipado e, possivelmente, pelo corpo cilíndrico que iremos observar igualmente no templo homónimo de Velha Goa. Tratam-se de elementos inspirados na produção arquitectónica tardo-gótica portuguesa que se repetem um pouco por todo o antigo ultramar¹⁴⁶⁰. Por outro lado, deparamo-nos com um segundo momento de construção atestado pelo portal e janelas do frontispício e pelas portas laterais.

Certo é que até ao ano de 1514 esta igreja, como as restantes da Ribeira Grande, fez parte de um território declarado *nullius dioceses*, um universo não integrado em qualquer diocese metropolitana¹⁴⁶¹. Todavia, num período áureo da relação entre a Ordem de Cristo e a Coroa Portuguesa, momento em que o rei acumulou as funções de governante da nação com as de administrador do militarismo de Cristo, D. Manuel I, movido pela necessidade de fortalecer a presença nacional nos territórios ultramarinos, viu a sua súplica ser atendida pelo Papa Leão X (1475-1521). Deste modo, a 12 de Junho de 1514, através da bula *Pro excellenti praeminentia*, foi criada no Funchal uma nova

¹⁴⁶⁰ Acerca desta questão vide José Manuel Fernandes, “Três obras monumentais da arte manuelina no «Mundo do Indico»: Capela do Baluarte, Igreja do Priorado do Rosário, Capela do Monte de São Tomé”, Isabel Cruz Almeida, Maria João Neto, eds., *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2015, pp. 369-383.

¹⁴⁶¹ Cf. Luís Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos, *op. cit.*, vol. II, 1995, p. 364.

diocese com sede na igreja de Santa Maria cujo poder eclesiástico se estendia a todas as ilhas atlânticas, incluindo Cabo Verde. No entanto, poucos anos depois compreendeu-se que em benefício de um fortalecimento do padroado régio, ou seja, da administração eclesiástica fortemente controlada pelo poder temporal, e consequentemente do império ultramarino, seria necessário fomentar a criação de centros de poder eclesiástico local que ultrapassassem as fragilidades provocadas pela existência de uma capital diocesana longínqua como era o Funchal em relação a Cabo Verde. Assim, no ano de 1533 a súplica realizada em 1532 foi aceite pelo papado¹⁴⁶², nascendo, deste modo, o bispado de Cabo Verde cuja sede seria na ilha de Santiago.

A questão da criação da diocese de Cabo Verde é particularmente interessante para compreendermos a importância da igreja de Nossa Senhora do Rosário não só porque esta estava, evidentemente, abrangida pela autoridade eclesiástica daquela, mas sobretudo porque parte da sua memória está inegavelmente ligada ao complexo processo de edificação de uma sede digna deste novo bispado africano. Efectivamente, como vimos anteriormente, o processo de construção da sé catedral da Ribeira Grande iniciou-se por volta do ano de 1558¹⁴⁶³ com o bispo frei Francisco da Cruz mas acabou por arrastar-se ao longo dos séculos devido à falta de verbas e à existência de muitas dúvidas relativas à sua localização. Na verdade, sabemos que no ano de 1679 a pedra destinada à sé “não tinhaõ nenhuma serventia”¹⁴⁶⁴, sendo por isso reclamada para outras construções.

Sem sede para o bispado de Cabo Verde, as pequenas igrejas da Ribeira Grande mantiveram-se ao longo dos séculos activas nas suas funções de assistência espiritual, sendo de sublinhar que a própria igreja de Nossa Senhora do Rosário foi apontada no ano de 1681 para Sé¹⁴⁶⁵. Isto porque enquanto a construção do templo mais importante da cidade não era concluída as principais cerimónias litúrgicas decorriam na igreja da Misericórdia que era considerada pelo bispo como sendo demasiado pequena¹⁴⁶⁶. Sendo assim, António de S. Dionísio sugeriu a D. Afonso VI (1643-1683) que se simplificasse o

¹⁴⁶² António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, 1963, II Série, vol. II, p. 232, p. 249.

¹⁴⁶³ *Ibidem*, p. 464.

¹⁴⁶⁴ *Ibidem*, 1991, II Série, vol. VI, p. 455.

¹⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 466.

¹⁴⁶⁶ *Ibidem*, pp. 466, 467.

projecto para a catedral e, deste modo, se desse continuidade às obras, servindo-se, além das esmolas e donativos, das posses da confraria da igreja de Nossa Senhora do Rosário “que hé hoje muy rica”¹⁴⁶⁷. Simultaneamente, o bispo sugeriu que enquanto se procurava concluir as intermináveis obras da catedral e se aumentava a igreja da Misericórdia, se fizesse uma nova capela na igreja pertencente à referida confraria para que esta funcionasse como Sé¹⁴⁶⁸. Deste modo, sabemos que a igreja de Nossa Senhora do Rosário se manteve liturgicamente activa ao longo dos séculos e que seria dotada de uma grande riqueza e dignidade, fruto da força da confraria à qual pertencia. No local é possível observar outros elementos que testemunham a importância deste templo: as lápides funerárias. Entre as lajes sepulcrais que nos guiam da entrada ao altar-mor encontramos as de D. Sebastião da Ascensão (c. 1555-1614), sétimo bispo de Cabo Verde falecido em 1614, e de outros ilustres brasonados como Cristóvão Leitão Cabral e a sua mulher falecidos em 1607. Relativamente a estas lápides refira-se ainda que a determinada altura outras foram lamentavelmente empilhadas, criando a escadaria que liga a Rua Carreira ao adro da igreja.



Imagem 69 Pormenor da lápide de D. Sebastião da Ascensão no interior do templo



Imagem 70 Lápides emparelhadas de modo a formarem a escadaria de acesso ao adro da igreja.

Enquanto terminamos a introdução a este caso de estudo, é importante recordar que esta igreja, à semelhança de toda a cidade da Ribeira Grande, foi alvo de grosseira destruição e saque nos séculos XVI e XVIII, tendo sido também votada a um abandono significativo na sequência da transferência da capital para a vila da Praia. No entanto, quando chegamos à segunda metade do século XX assistimos, como procurámos

¹⁴⁶⁷ *Ibidem*, pp. 466.

¹⁴⁶⁸ *Ibidem*.

demonstrar, a um momento de revitalização material e espiritual da Ribeira Grande de Santiago e, concretamente, da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Entendendo a Ribeira Grande como a primeira cidade organizada pelos portugueses no ultramar, não é de estranhar a inclusão do restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário – considerada como o templo mais antigo do arquipélago e, como tal, um valioso testemunho da obra de missão portuguesa – no primeiro ponto do programa de trabalhos a desenvolver pelo arquitecto Luís Benavente em Cabo Verde dois anos após a celebração do *V Centenário da Descoberta das Ilhas*. Efectivamente, tal como testemunha o programa de obras a realizar, documento apresentado a 22 e 24 de Setembro de 1962¹⁴⁶⁹, a singela igreja acabou por ser, a par do pelourinho da Ribeira Grande, o primeiro alvo de estudos do arquitecto Benavente em Cabo Verde. Os trabalhos prolongar-se-iam até ao ano de 1973. Note-se, ainda, que antes desta intervenção e possivelmente já depois de 1944¹⁴⁷⁰, foram realizados alguns trabalhos nesta igreja, tendo conhecimento do entaipamento da abertura ogival existente no flanco esquerdo da igreja. Assim o comprova uma fotografia publicada no ano de 1944 n' *O Mundo Português*¹⁴⁷¹ na qual a abertura ainda era visível.



Imagem 71 A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na primeira metade do século XX, 1929. António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 1963.

¹⁴⁶⁹ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 de Setembro de 1962.

¹⁴⁷⁰ José Manuel Fernandes e Fernando Pires referem que este entaipamento teve lugar no ano de 1940. Cf. Fernando Pires, José Manuel Fernandes, "Igreja de Nossa Senhora do Rosário", José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 311.

¹⁴⁷¹ *O Mundo Português*, vol. XI, 1944, s/p [entre p. 442 e p. 443].



Imagem 72 A entrada ou capela lateral desentaipada, c. 1944. *O Mundo Português*, vol. XI, 1944.



Imagem 73 A mesma entrada ou capela entaipada, c. 1962. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 23.

Não obstante a relevância da longevidade deste templo, é possível identificarmos outros dados que se revestem da maior importância para compreendermos a atenção imediata concedida a esta construção nos anos 60 do século XX. Um dos aspectos prende-se com o facto da tradição identificar o púlpito – cuja localização era já desconhecida nos anos 60¹⁴⁷² – como aquele a partir do qual o pe. António Vieira (1608-1697) teria pregado aquando da sua passagem por Cabo Verde¹⁴⁷³. Esta questão é, na nossa opinião, um tanto problemática uma vez que, apesar da hipótese advinda da antiga importância daquela igreja, a documentação, nomeadamente a carta do pe. António Vieira ao padre provincial do Brasil, refere que a chegada ao arquipélago foi feita através da vila da Praia no dia 20 de Dezembro de 1652¹⁴⁷⁴. Sabe-se também que ao longo de quatro dias o pe. António Vieira terá dito missa e pregado a doutrina e o baptismo de penitência, sem que

¹⁴⁷² Luís Benavente considera ser possível que o púlpito tenha sido roubado aquando do ataque francês liderado pelo almirante “du Gauttray”. Cf. ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969.

¹⁴⁷³ Daniel Pereira, *A importância histórica da Cidade Velha*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004, p. XXIII; ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969. Por seu lado, António José de Oliveira Bouças afirma que o pe. António Vieira pregou no púlpito da “derruída catedral de Cabo Verde”, referindo-se à sé catedral da Ribeira Grande. Cf. António José de Oliveira Bouças, *Apelo em Pró das ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*, Praia, Minerva, 1933, p. 10. A mesma ideia é defendida por António Brásio. Cf. António Brásio, “Monumentos Sacros de Santiago”, *Cabo Verde* nº130, 1960, p. 28.

¹⁴⁷⁴ Padre António Vieira, *Cartas*, s. l., Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009, pp. 310-312. Acerca da presença do pe. António Vieira em Cabo Verde vide Maria João Soares, “A caminho do Maranhão passando por Cabo Verde: a estada do Padre António Vieira na ilha de Santiago”, AA.VV., *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 564-586.

no entanto se faça qualquer alusão à Ribeira Grande, ficando assim a dúvida relativa à sua possível passagem pela igreja de Nossa Senhora do Rosário. Recorde-se ainda que neste ano de 1652 a sé catedral da Ribeira Grande ainda não estaria concluída e que a igreja da Misericórdia serviria como Sé¹⁴⁷⁵.

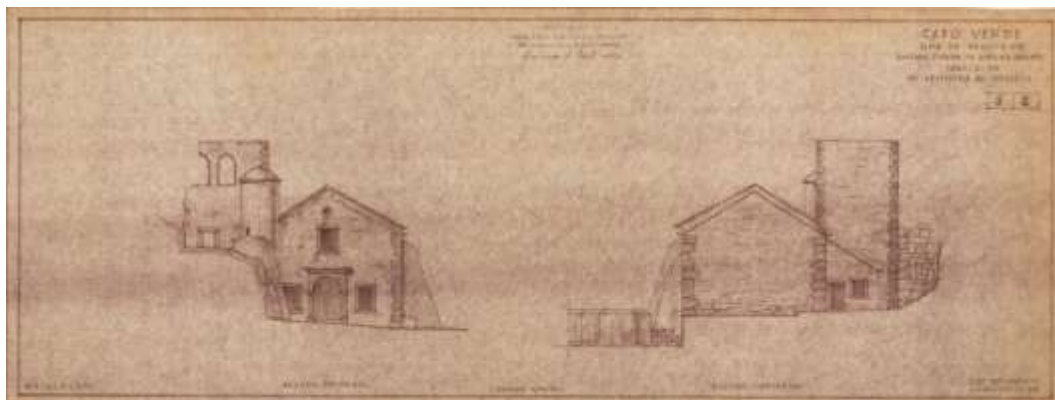


Imagem 74 Levantamento do alçado principal e posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário antes da campanha de restauro, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 31.

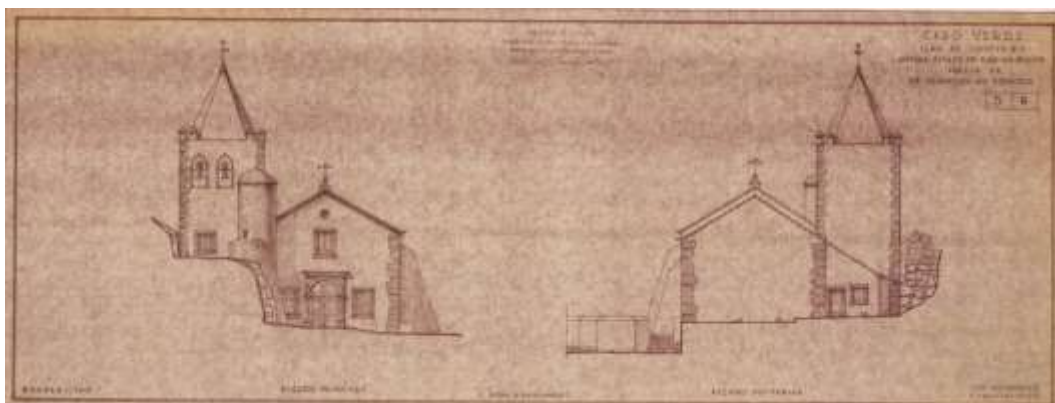


Imagem 75 Projecto de Luís Benavente para o restauro do alçado principal e posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 44.

Como é possível constatar a partir da análise do levantamento realizado pelo arquitecto no ano de 1969 e de fotografias da época, neste momento a torre estava já parcialmente destruída e totalmente descoberta; o altar-mor era constituído por lápides sepulcrais emparelhadas “patenteando ainda caracteres de escrita bastante anterior à falta de respeito na realização de uma obra desta natureza”¹⁴⁷⁶; o flanco esquerdo encontrava-se pressionado por pedra e entulho que caía da escarpa; uma enorme pedra

¹⁴⁷⁵ No ano de 1681 o bispo de Cabo Verde afirmou que “indosse tomar huãs medidas na Igreja da Mizericordia, que até gora seruiu de See”. Cf. António Brásio, *op. cit.*, II Série, vol. VI, p. 466.

¹⁴⁷⁶ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969.

estava caída sobre a preciosa abóbada da capela tardo-gótica; e o interior estava manifestamente desfalcado em termos da cobertura azulejar. Adicionalmente, Luís Benavente constatou que a igreja tinha sido despojada de qualquer elemento de valor no seu interior, caso do púlpito anteriormente mencionado e da teia do altar-mor “possivelmente de finos balaustres de bronze”¹⁴⁷⁷. Perante este cenário e após o levantamento à escala 1/100, o arquitecto propôs¹⁴⁷⁸ iniciar os trabalhos com a limpeza e organização do espaço circundante, isto é, a remoção de todo o entulho que ao longo dos séculos foi caindo da encosta e que à data se encontrava depositado junto da torre e das fachadas. Concomitantemente propôs-se o estabelecimento de um contacto com os proprietários das bananeiras localizadas no adro da igreja no sentido destas serem transplantadas, deixando assim o monumento respirar¹⁴⁷⁹.

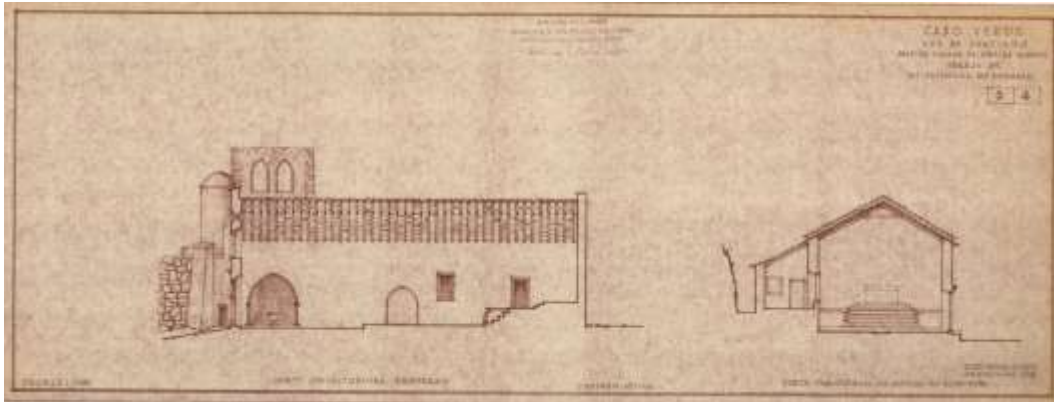


Imagem 76 Levantamento com corte longitudinal esquerdo e corte transversal no sentido do altar-mor antes do restauro, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 40.

No entanto, apesar deste fulgor inicial motivado pela antiguidade e simbolismo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, os critérios económicos sobrepuseram-se e o projecto de restauro acabou por não ter a aplicação imediata que se esperava. Na verdade, segundo indicação do governador Leão Sacramento Monteiro (1920-2005) no ano de 1968, acabou por dar-se prioridade aos anteriormente mencionados trabalhos de restauro da capela de São Roque, obra mais barata e mais rápida, enquanto a campanha da igreja de Nossa Senhora do Rosário seria “de maior vulto e dispêndio”¹⁴⁸⁰. Efectivamente, no programa de dotações para a recuperação dos monumentos de Cabo Verde, o

¹⁴⁷⁷ *Ibidem.*

¹⁴⁷⁸ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

¹⁴⁷⁹ *Ibidem.*

¹⁴⁸⁰ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 21, 21 de Junho de 1968.

arquitecto Luís Benavente calculou que o total das investigações e intervenções necessárias para a recuperação desta igreja ascenderia aos 430.000\$00, verba que só seria ultrapassada pelo restauro da manifestamente maior fortaleza real de São Filipe¹⁴⁸¹.

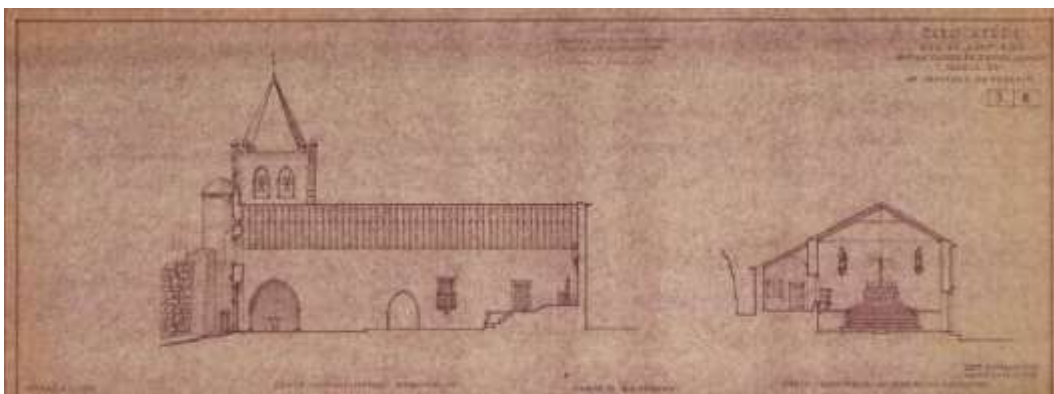


Imagem 77 Corte longitudinal esquerdo e corte transversal no sentido do altar-mor após as obras de restauro projectadas por Luís Benavente, 1969. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 50.

Ainda assim no ano de 1969 o projecto de restauro da igreja de Nossa Senhora do Rosário foi retomado, datando de 1970 – ano em que o governo provincial apresentou uma verba de mil contos para o restauro dos seus monumentos¹⁴⁸² – o envio do projecto para Cabo Verde¹⁴⁸³. Nesta ocasião e até 1973 procedeu-se à limpeza do adro e do espaço circundante, afastando-se as pedras que ao longo do tempo foram caindo da escarpa vizinha ao templo; completou-se a torre sineira que perdera parte da sua face frontal e a totalidade da parede esquerda mas sem se ter concluído a cobertura pensada para ser executada, à semelhança de outras da mesma época, num formato piramidal; limpavam-se e/ou substituíram-se os rebocos exteriores manchados pela acção do tempo embora sem efeito conclusivo; partiu-se à marreta a pedra que há cerca de cem anos caíra da montanha vizinha e ameaçava a abóbada nervurada tardo-gótica; arrancou-se azulejo de modo a compreender a forma como este se adossava à parede; levantaram-se algumas das lápides cujo destino, não concretizado, seria um museu; e, finalmente, consolidou-se o tecto, intervindo-se no madeiramento e nas telhas existentes¹⁴⁸⁴.

¹⁴⁸¹ Cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

¹⁴⁸² ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 41, 28 de Janeiro de 1970.

¹⁴⁸³ ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 8, 2 de Março de 1970.

¹⁴⁸⁴ ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 10, 30 de Novembro de 1971; ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 16, 12 de Março de 1973.

Relativamente aos critérios orientadores desta campanha note-se que o próprio arquitecto Luís Benavente anunciou no ano de 1967 que:

*Todos os trabalhos serão executados dentro das normas seguidas neste género de obra de acordo com a Carta Internacional para o Restauro e Conservação de Monumentos outorgada em Veneza em Maio de 1964 pela comissão internacional de que o signatário fez parte, documentando-se as respectivas fases do trabalho no sentido de uma publicação demonstrativa da obra realizada.*¹⁴⁸⁵

Efectivamente, como redactor e percursor de alguns dos princípios internacionalmente consagrados pelo documento produzido em Veneza, Luís Benavente advogou ao longo desta intervenção de restauro o significado cultural da igreja de Nossa Senhora do Rosário, templo que sem ser uma obra-prima da arquitectura é dotada de uma eloquência memorial incontornável¹⁴⁸⁶. Por outro lado, não obstante o valor artístico, cultural e memorial da obra em causa, o arquitecto defendeu a continuidade da sua utilização, ou seja, a manutenção da sua utilidade para a sociedade¹⁴⁸⁷, situação que defendeu desde os contactos iniciais, tendo sublinhado o facto de esta ser “a única igreja que conseguiu chegar até aos nossos dias em estado que permitiu conservá-la ao culto.”¹⁴⁸⁸ Compreendendo a complexidade de um restauro, o arquitecto defendeu e praticou¹⁴⁸⁹, tal como consignava a *Carta de Veneza*, o desenvolvimento prévio de um estudo histórico e arqueológico do monumento complementado pelo levantamento arquitectónico¹⁴⁹⁰. Ao contrário do que se verificou em outras intervenções desenvolvidas na metrópole e mesmo nas colónias, neste caso o arquitecto não optou pela aplicação prática de um dos princípios condenados pelo documento supradito: a

¹⁴⁸⁵ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967.

¹⁴⁸⁶ Cf. Art.º1 da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, 1997, pp. 69-71.

¹⁴⁸⁷ Cf. Art.º5 da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, op. cit., pp. 69-71.

¹⁴⁸⁸ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969.

¹⁴⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁹⁰ Cf. Art.º9 da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, op. cit., pp. 69-71.

unidade de estilo¹⁴⁹¹. Realmente, como foi possível depreender pela descrição anteriormente apresentada, aqui o arquitecto procurou respeitar a capacidade única da arquitectura receber e acumular contributos de várias épocas, tendo valorizado tanto os elementos tardo-góticos como o portal maneirista. A questão referente à documentação de todas as fases do trabalho¹⁴⁹² foi igualmente respeitada, como evidencia a variada documentação escrita e iconográfica que chegou até nós. Ainda assim, não podemos louvar uma total obediência aos princípios consagrados no ano de 1964, pois deparamo-nos sobretudo com uma situação de compromisso denunciada pelo cumprimento da maioria, mas não completude, dos artigos daquela *Carta*. Afinal, apesar do artigo 9º referente ao restauro, defender a “marca do nosso tempo”¹⁴⁹³, o arquitecto Luís Benavente, em benefício de uma alegada verdade estética assegurada pela antiguidade, advogou, por exemplo, que no caso da telha para a cobertura esta deveria “patenteiar o aspecto antigo”¹⁴⁹⁴, bem como nos novos azulejos cuja produção deveria ser de “modo a não se conhecer o antigo do actual”¹⁴⁹⁵.

Uma das questões mais interessantes no referente à abordagem deste restauro, prende-se precisamente com a cobertura azulejar policromada. Quando o arquitecto responsável se deparou com esta igreja sabemos, por testemunho do próprio, que os painéis se encontravam incompletos, possuindo “grandes faltas que devem vir de longa data”¹⁴⁹⁶, motivo pelo qual a Fábrica Sant’Anna executou, de acordo com amostras dos originais, catorze mil trezentos e setenta e cinco azulejos num valor de 190.700\$80¹⁴⁹⁷. A 15 de Fevereiro de 1973 os azulejos já estariam prontos para embarcar para Cabo Verde¹⁴⁹⁸. No entanto, conforme depreendemos da análise das fotografias da época e da situação actual, a verdade é que, apesar destas falhas, a igreja de Nossa Senhora do

¹⁴⁹¹ Cf. Art.º11 da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, op. cit., pp. 69-71.

¹⁴⁹² Cf. Art.º16 da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, op. cit., pp. 69-71.

¹⁴⁹³ Cf. Art.º9 da *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, op. cit., pp. 69-71.

¹⁴⁹⁴ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969.

¹⁴⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁹⁶ ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 1, 14 de Janeiro de 1970.

¹⁴⁹⁷ ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 21, 12 de Setembro de 1972.

¹⁴⁹⁸ ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 15, 15 de Fevereiro de 1973.

Rosário teria o seu interior totalmente coberto de azulejos, aspecto que não foi mantido após o destacamento e recolocação destes elementos cuja distribuição alcança apenas a meia altura das paredes.



Imagem 78 Interior da igreja com destaque para o antes e depois do restauro que implicou o levantamento dos azulejos da parte superior da parede na qual se encontra o púlpito e a capela/entrada entaipada. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 23.



Imagem 79 Pormenor de um padrão de 6x6 azulejos bastante usado no século XVII. Para a cercadura o azulejo utilizado parece ter sido o assinalado a verde, enquanto aquele possivelmente escolhido para o padrão está identificado a azul. Imagem cedida pela Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões, nº de inventário é P-17-00604.

Apesar de não conhecermos fotografias de todos os painéis e do arquitecto ter dado claras instruções no sentido de “fazer fotografia de um motivo completo para facilidade do empilhamento, escolha e assentamento”¹⁴⁹⁹, a verdade é que o padrão montado nos anos 60 e 70 não corresponde, pelo menos na totalidade, ao pré-existente, parecendo derivar de uma má montagem ou de alguma liberdade de projecto. De facto, comparando o padrão que actualmente se encontra montado com os padrões e cercaduras do século XVII, percebemos que estes azulejos fazem parte, possivelmente, de um outro padrão de 6x6 azulejos, esse sim de utilização muito recorrente no período em causa¹⁵⁰⁰. Por outro lado, comparando esse mesmo padrão com aquele que estaria aplicado antes do restauro no espaço correspondente ao púlpito, não obstante a fraca

¹⁴⁹⁹ ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 40, s/d.

¹⁵⁰⁰ Este padrão pode ser observado no AZ – Sistema de Referência & Indexação de Azulejo com o número P-17-00604. Cf. AZ – Sistema de Referência & Indexação de Azulejo, disponível em http://redeazulejo.fl.ul.pt/pesquisa-az/padrao_pesquisa.aspx, consultado a 17 de Novembro de 2015.

qualidade da fotografia, parece-nos possível identificar uma coincidência total. De resto, é curioso observarmos que a própria Fábrica Sant'Anna reconhece que os azulejos montados na igreja de Nossa Senhora do Rosário da Ribeira Grande fazem parte da sua colecção “Colares”¹⁵⁰¹. No entanto, como os próprios constaram, a montagem dos azulejos não terá sido a habitual¹⁵⁰², motivo pelo qual nos deparamos com um padrão distinto daquele que seria o recorrente naquela colecção.

Ao tratar este caso deparámo-nos com um outro aspecto referente à metodologia de trabalho e critérios defendidos e aplicados por Luís Benavente que merece ser destacado pois testemunha o carácter transmemorial e trans-contemporâneo desta igreja. Afinal, não obstante a sua importância enquanto centro espiritual activo ao longo dos séculos ou



Imagem 80 Vista parcial do alçado lateral da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 1981, sem o reboco que actualmente se observa. Fotografia cedida pelo arquitecto Alexandre Braz Mimoso.

testemunho da evolução estilística da arquitectura colonial, a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi, também, escola de obras de restauro de monumentos. Afinal, segundo o arquitecto Benavente, esta campanha deveria servir precisamente “como escola para a formação de equipe de mão de obra para os trabalhos de restauro a realizar na Província”¹⁵⁰³. Deste modo, trabalhando, por exemplo, nas alvenarias necessárias, os operários locais estariam a dar continuidade aos trabalhos iniciados há muitos séculos pelos seus antepassados, os mesmos que construíram e mantiveram este singelo templo da Ribeira Grande.

Para concluir refira-se que os trabalhos de restauro projectados por Luís Benavente não foram totalmente concluídos entre os anos de 1962 e 1973. Comparando os projectos gizados com a obra final, apesar da cantaria das sineiras da torre exterior ter sido concluída, a cobertura da mesma não o foi. A este propósito, não deixa de ser

¹⁵⁰¹ Estas informações foram-nos transmitidas via correio electrónico pela D. Helena Tomás no dia 15 de Junho de 2012.

¹⁵⁰² *Vide supra*.

¹⁵⁰³ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 15, 25 de Setembro de 1969.

interessante observar o facto do próprio arquitecto ter admitido no ano de 1969, provavelmente devido à inexistência de documentação auxiliar referente à época de construção deste elemento, a dificuldade em resolver esta questão¹⁵⁰⁴, ficando a sua conclusão sujeita a estudos mais aprofundados. Além da cobertura da torre sineira, o arranque e organização das lápides sepulcrais encontradas no interior e exterior da igreja servindo de altar-mor ou de escadaria também não se concretizou na totalidade¹⁵⁰⁵, como, de resto, aconteceu com a organização de um repositório para um futuro Museu Lapidar e Arqueológico¹⁵⁰⁶.

Algumas considerações

A localização geoestratégica de Cabo Verde e as características especiais da colonização portuguesa deste território contribuíram para a consolidação da importância desta província ultramarina no contexto da política *estadonovista*. Apesar da tentativa de implementação de medidas em prol dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago não ter sido de modo algum exclusiva do *Estado Novo*, notámos que no período em causa houve, de facto, um incremento sem precedentes ao nível da concretização daquelas propostas, uma situação devedora do entendimento do valor memorial destes monumentos num contexto de contestação anticolonial e de aplicação de um programa centralizador de salvaguarda patrimonial.

Tendo sido a única província ultramarina que respondeu ao repto lançado por Luís Benavente referente à recolha de elementos para o estudo e protecção dos monumentos portugueses do além-mar, Cabo Verde acabou por ser um dos territórios que mais beneficiou do desenvolvimento deste programa. Assim o confirmam, por exemplo, o inventário do património da Ribeira Grande (1971) mas, sobretudo, a elaboração – tardia é certo – do complexo projecto de legislação para o património

¹⁵⁰⁴ ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 48, 6 de Maio de 1969.

¹⁵⁰⁵ Não é correcto atribuir a Luís Benavente o levantamento e montagem da totalidade das lápides existentes no corredor central desta igreja. Segundo Martinho Robalo de Brito no ano de 2004, “no corredor central foram levantadas as campas existentes e recolocadas de volta no mesmo sítio e foram acrescentadas mais outras, tendo completado todo o corredor central”. Cf. Martinho Robalo de Brito, *Reconversão Patrimonial do sítio histórico – Cidade Velha, Património Mundial – Interpretação da Fortaleza Real de S. Filipe*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Cabo Verde, 2012, pp. 119-120.

¹⁵⁰⁶ ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 40, s/d.

histórico-artístico da província (1971), um documento especificamente pensado para Cabo Verde, caso único no universo investigado.

O estudo do caso da igreja de Nossa Senhora do Rosário permitiu-nos concluir que em Cabo Verde, nesta época, a escolha dos monumentos para serem restaurados foi influenciada, sem dúvida, pelo significado histórico e relevância artística destes edifícios, bem como pela sua indexação a momentos fulcrais da História mas, sobretudo, pelos custos envolvidos. Por outro lado, as questões financeiras de uma província permanentemente afligida por crises sucessivas aliaram-se à falta de recursos humanos e acabaram por ditar uma acção de salvaguarda manifestamente reduzida quando em comparação com o universo conhecido por Luís Benavente. Ainda assim, nos casos das obras concretizadas notámos uma larga e assumida aplicação dos princípios eternizados pela *Carta de Veneza* de 1964, bem como uma preocupação notável daquele arquitecto para com a vertente social e humana dos restauros. Estes aspectos foram, no entanto, maculados pela tentativa de velar a marca das intervenções, ocultando-se, de forma consciente e em benefício de uma leitura desambigua do valor simbólico destes monumentos coevos dos primeiros tempos da presença portuguesa em Cabo Verde, a marca da contemporaneidade.

3. O CASO DA GUINÉ PORTUGUESA

A inexistência de uma comissão de monumentos, a escassez de património arquitectónico antigo e a reduzida importância económica e estratégica desta província ultramarina para o *Estado Novo*, não inviabilizaram o desenvolvimento de programas de salvaguarda patrimonial na Guiné Portuguesa. Afinal este território descoberto no ano de 1446 revestia-se de um significado histórico incontornável para a ditadura civil, sendo vulgarmente louvado como a primeira das colónias portuguesas, o trampolim para as descobertas que se seguiriam no decorrer dos séculos XV e XVI. As missões realizadas pelo arquitecto Luís Benavente nesta província, como veremos, são reveladoras deste entendimento e desejo de garantir a salvaguarda do património arquitectónico coevo daquela época áurea num período marcado por uma aguerrida contestação colonial.

3.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência

A actual Guiné-Bissau é a par de Timor Leste a mais pobre das antigas colónias portuguesas no referente ao número de monumentos coevos dos primeiros séculos de ocupação lusitana. Olhando para Bissau, Cacheu, Bolama, Bafatá ou para as restantes cidades que constituem o presente território guineense, deparamo-nos quase que exclusivamente com duas fortificações com origens em Seiscentos ou Setecentos e um templo do século XVII ou XVIII. Referimo-nos ao forte de Cacheu, à fortaleza de São José da Amura e à igreja de Nossa Senhora da Natividade. Evidentemente, o cenário dos primeiros séculos de ocupação portuguesa neste território da África Ocidental não seria tão vazio, havendo notícias acerca da construção de outras fortificações – como a do Pidjiguiti, de Guinala e Biguba¹⁵⁰⁷ – e de outros templos dedicados a Nossa Senhora da Vitória, a Nossa Senhora da Conceição ou a São José, além daqueles localizados em Geba, Baloula e nas povoações de Rio de Nuno e de Ponga¹⁵⁰⁸. Podemos justificar esta carência patrimonial com a característica instabilidade da Guiné-Bissau, pois a verdade é que em termos de número de monumentos históricos a situação no início do século passado era praticamente idêntica à actual.

Deste modo podemos afirmar que a riqueza patrimonial da Guiné-Bissau reside, sobretudo, na herança arquitectónica e urbanística legada pelo *Estado Novo* que, conforme tem sido demonstrado¹⁵⁰⁹, investiu grandemente no desenvolvimento desta então província ultramarina, tendo fomentado com particular vitalidade durante o governo de Sarmento Rodrigues¹⁵¹⁰ a construção de novos edifícios, infra-estruturas de transportes e uma rede de saneamento. Datam deste final dos anos 40 e do início da década seguinte algumas das construções mais icónicas de Bissau, tais como o Palácio do Governador readaptado pelo arquitecto João António Aguiar no ano de 1945 e

¹⁵⁰⁷ Nuno Valdez dos Santos, “As fortalezas de Bissau”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* nº103, 1971, p. 504; Henrique César da Silva Barahona e Costa, *Carteira de um Africanista: Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental*, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1910, p. 5 e p. 7.

¹⁵⁰⁸ Francisco Xavier Catão, “A Diocese de Cabo Verde e o clero de Goa”, *Studia* nº 19, 1966, p. 100.

¹⁵⁰⁹ Entre os vários estudos realizados acerca desta temática destacamos os seguintes: Ana Vaz Milheiro, “Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)”, *arq.urb* nº2/2º semestre, 2009, pp. 80-114; Manuel Teixeira, “As invariantes e as especificidades das fundações urbanas portuguesas. Praia, Ribeira Grande, S. Filipe, Bissau, Cacheu”, *Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, Lisboa, IICT, 2013, s/p.; Manuel Teixeira, “Bissau (Guiné-Bissau)”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 337-339.

¹⁵¹⁰ Ana Vaz Milheiro, “Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)”, *arq.urb* nº2/2º semestre, 2009, p. 89.

vinculado na linha historicista característica de muita da produção oficial *estadonovista*¹⁵¹¹; o edifício dos Correios, obra de 1950 em que Lucínio Cruz conjugou elementos próprios do estilo dito oficial com outros de pendor moderno¹⁵¹²; ou o Pavilhão de Tisiologia do Hospital de Bissau, obra de arquitectura funcional adaptada à realidade tropical e gizada entre 1951 e 1953 pelo mesmo Lucínio Cruz com a colaboração de Mário de Oliveira¹⁵¹³. Data também deste período, concretamente do ano de 1948, o Plano Geral de Urbanização de Bissau¹⁵¹⁴. Acerca desta modernização das principais cidades e, em particular, da capital da Guiné Portuguesa, refira-se que neste período houve também uma aposta nos equipamentos de cariz cultural, datando de 1946 o lançamento do projecto do Museu, Biblioteca e Arquivo Histórico¹⁵¹⁵. Finalmente, refira-se que na última fase de administração portuguesa da Guiné, portanto no governo do general António de Spínola, também foram promovidas algumas obras importantes, tais como a ampliação do Hospital ou o projecto de Pinto Lopes para o Palácio da Justiça¹⁵¹⁶.

3.2 A Guiné Portuguesa no contexto da política colonial do *Estado Novo*

Tal como vimos para o caso de São Tomé e Príncipe, é necessário reconhecer que a data exacta da descoberta da totalidade da costa do território da outrora Guiné Portuguesa e o nome do responsável por tal feito, são ainda polémicos. As dúvidas relativas à tradição segundo a qual Nuno Tristão (?-1446) teria chegado às terras a sul do Cabo Roxo no ano de 1446, começaram a surgir, conforme deu conta Avelino Teixeira da Mota, por volta de 1938¹⁵¹⁷. Neste ano João Barreto apresentou pela primeira vez objecções fundamentadas à tese grandemente divulgada por João de Barros que, por sua vez, aquando da redacção da sua obra *Décadas da Ásia* recuperou a *Crónica do*

¹⁵¹¹ *Ibidem*, p. 94.

¹⁵¹² *Ibidem*, p. 102.

¹⁵¹³ *Ibidem*, p. 103.

¹⁵¹⁴ *Ibidem*, p. 96.

¹⁵¹⁵ *Ibidem*, p. 92.

¹⁵¹⁶ *Ibidem*, pp. 109-111.

¹⁵¹⁷ Avelino Teixeira da Mota, “A Descoberta da Guiné I – Evolução do problema”, *Boletim Cultural da Guiné* vol. 1, 1946, p. 21.

descobrimento e conquista da Guiné de Zurara¹⁵¹⁸. A partir de então a tese segundo a qual aquele navegador teria falecido na Gâmbia e não no Geba, como escrevera Barros, sendo por isso improvável que tivesse percorrido a totalidade da costa da Guiné Portuguesa, começou a ganhar força¹⁵¹⁹. No mesmo período equacionou-se a hipótese do navegador Álvaro Fernandes também não ter chegado até à Serra Leoa como até então se pensava, estabelecendo-se um novo limite desta expedição antes do rio Geba e dos Bijagós, sensivelmente na zona do Cabo Roxo¹⁵²⁰, o limite norte do território a que viria a corresponder a Guiné Portuguesa.

Nos anos que se seguiram à descoberta deste território a presença portuguesa terá sido meramente esporádica e pouco significativa, datando apenas do ano de 1641 a determinação de constituição da capitania de Cacheu e respectiva fortaleza¹⁵²¹ dependente de Cabo Verde mas um dos principais entrepostos para o comércio de escravos, posição que se procurou consolidar com a criação em 1675 da Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné¹⁵²² que, já em 1690, acabaria por ser substituída pela Companhia de Cacheu e Cabo Verde¹⁵²³. Com o tempo Cacheu perdeu importância e acabou por ser ultrapassada por Bolama, capital entre os anos de 1879 e 1941, e por Bissau, mas a verdade é que até ao ano de 1879 a Guiné Portuguesa foi, essencialmente, “a «colónia» de uma colónia”¹⁵²⁴. A já ancestral dependência do governo de Cabo Verde terminaria naquele ano de 1879, início do período de ocupação militar do território guineense¹⁵²⁵, ainda que desde os anos 30 de Oitocentos se viesse a assistir a uma série de tentativas de ocupação (mais ou menos) pacíficas e a confrontos com as populações

¹⁵¹⁸ Antes da publicação das *Décadas da Ásia* (1552, 1553, 1563, 1612), obra de João de Barros, a tese mais divulgada seria, segundo Avelino Teixeira da Mota, a de que a descoberta da costa entre o Gâmbia e o Geba se deveria ao veneziano Luís de Cadamosto. Cf. Avelino Teixeira da Mota, *op. cit.*, p. 13.

¹⁵¹⁹ Avelino Teixeira da Mota esclarece que a primeira refutação desta exploração e do falecimento de Nuno Tristão no Geba terá sido avançada por Charles de La Roncière no ano de 1925. Nessa ocasião Roncière avançou com a tese da morte do navegador português no Gâmbia. Cf. Avelino Teixeira da Mota, *op. cit.*, p. 20.

¹⁵²⁰ Avelino Teixeira da Mota, “A Descoberta da Guiné – Viagem de Álvaro Fernandes (1446)”, *Boletim Cultural da Guiné* vol.1, 1946, pp. 281-283.

¹⁵²¹ João Barreto, *História da Guiné 1418-1918*, Lisboa, edição do autor, 1938, p. 98.

¹⁵²² *Ibidem*, p. 108.

¹⁵²³ *Ibidem*, p. 127.

¹⁵²⁴ René Pélissier, *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841-1936*, Lisboa, Estampa, 1989, vol.1, p. 41.

¹⁵²⁵ João Barreto, *op. cit.*, p. 451.

locais ou com outras potências estrangeiras¹⁵²⁶. O último grande conflito teria lugar entre os últimos meses do ano de 1935 e o início de 1936, período durante o qual as forças militares portuguesas procuraram (com sucesso) subjugar os habitantes tumultuosos de Canhabaque, ilha do arquipélago dos Bijagós¹⁵²⁷.

Independentemente das dúvidas relativas à descoberta da Guiné Portuguesa e ao facto de ter sido precisamente durante o *Estado Novo* que a historiografia veio refutar a antiga tese, a verdade é que aquele território localizado na costa ocidental africana manteve ao longo dos séculos, de modo inabalável, o estatuto de primeira das colónias portuguesas, uma posição reforçada pelo seu entendimento enquanto “trampolim histórico em direcção a todas as empresas no Oriente”¹⁵²⁸. Senão vejamos as palavras pronunciadas pelo governador Sarmento Rodrigues a propósito dos 500 anos da descoberta desta então colónia portuguesa:

*Eis o que representa a descoberta da Costa da Guiné, porventura o acto de maior projecção na história nacional. Pondo de lado os conhecimentos que dali resultaram para a realização da epopeia do Oriente – aquela que justamente se invoca como gloriosa, posto que passageira – temos de reconhecer que foi aqui, na Guiné, que primeiro se empreendeu a transplantação da nacionalidade para outros climas e outros espíritos, com resultados perfeitamente animadores*¹⁵²⁹.

Apesar da mais alta instância política da Guiné Portuguesa ter afirmado no final dos anos 40 que “Se nos disserem que na Guiné tudo está por fazer, não devemos espantar-

¹⁵²⁶ Relativamente às disputas pelo território da Guiné o século XIX ficou marcado pelos conflitos com os franceses e ingleses, sendo que os primeiros reivindicavam as duas margens do rio Casamansa e os segundos Bolama. As incursões inglesas à ilha de Bolama com o intuito de integrá-la na sua colónia da Serra Leoa começaram no ano de 1830 e arrastaram-se até 1870, ano em que o presidente dos EUA, Ulysses Grant, foi chamado a intervir no diferendo e decidiu a favor de Portugal. Na mesma época os franceses fundaram uma série de feitorias ao longo do rio Casamansa o que, naturalmente, desagradou aos portugueses, históricos detentores daquela zona localizada a sul da Gambia e a norte da Guiné-Bissau. O diferendo ficaria resolvido no ano de 1886 na sequência de uma conferência luso-francesa pós Conferência de Berlim: os portugueses cederam a bacia do Casamansa aos franceses exigindo, em troca, o reconhecimento do direito de Portugal exercer a sua influência nos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique. Já no ano de 1888 os franceses viriam a tomar posse, também, de Ziguinchor e do seu atractivo porto. Acerca destas questões *vide* René Pélissier, *op. cit.*, p. 48, pp. 231-233, pp. 251-253.

¹⁵²⁷ Acerca dos principais marcos da conquista portuguesa da Guiné *vide* o levantamento realizado por René Pélissier, *op. cit.*, p. 277-292.

¹⁵²⁸ René Pélissier, *op. cit.*, p. 40.

¹⁵²⁹ Manuel Sarmento Rodrigues, *No Governo da Guiné: Discursos e Afirmações*, s/l, s/n, 1949, p. 130.

nos”¹⁵³⁰, reconhecendo igualmente “a dureza da vida na Guiné, por um lado causada pelas asperezas do clima, do outro pelas dificuldades económicas de cada um”¹⁵³¹, percebemos que aquela colónia revestia-se de uma importância histórica inquestionável. Por esta razão, como referimos anteriormente, o governador Sarmiento Rodrigues, imbuído da “maior fé, a mais arreigada confiança no futuro da Guiné, terra de vida desafoçada e prosperidade crescente”¹⁵³², empenhou-se incansavelmente na promoção de obras públicas, no estabelecimento de redes de transportes, no desenvolvimento do saneamento ou da agro-pecuária. Ainda assim, do ponto de vista económico, a Guiné nunca conseguiu ser particularmente atractiva, sendo recorrentes os défices numa balança comercial que contava com a exportação de produtos agrícolas como o amendoim e o “coconote” e com a importação de produtos manufacturados¹⁵³³. A importância económica e estratégica da Guiné Portuguesa era, afinal, exígua para a metrópole, mas a sua relevância histórica, a legitimidade das pretensões coloniais portuguesas e a unidade da Nação eram, como se sabe, inquestionáveis.

Se por um lado a administração portuguesa defendia o facto de “Nós, os da Guiné, somos o primeiro padrão dessa caminhada que ainda perdura”¹⁵³⁴, por outro, na sequência do final da Segunda Guerra Mundial, do aumento do grau de consciência em África e, depois, com a independência do Gana (1957), da Guiné Conacri (1958) e do Senegal (1959), começaram a sentir-se os primeiros sinais de insatisfação na Guiné Portuguesa. Sinais esses protagonizados e incentivados sobretudo pelo PAIGC a partir de Dakar e através de uma acção multidireccionada caracterizada por emissões da rádio Conacri aos domingos e pelo envio de panfletos que, segundo Leopoldo Amado, terão produzido “nas massas o efeito desejado, isto é, uma rápida catequização para a luta.”¹⁵³⁵ Efectivamente, apesar das primeiras revoltas da população autóctone contra o colonialismo *estadonovista* remontarem aos anos 50¹⁵³⁶, observamos que o

¹⁵³⁰ *Ibidem*, p. 5.

¹⁵³¹ *Ibidem*, p. 15.

¹⁵³² *Ibidem*, p. 17.

¹⁵³³ Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, p. 88.

¹⁵³⁴ Manuel Sarmiento Rodrigues, *op. cit.*, p. 103.

¹⁵³⁵ Leopoldo Amado, *Guerra Colonial e Guerra de Libertação Nacional (1950-1974): o caso da Guiné-Bissau*, Lisboa, IPAD, p. 80.

¹⁵³⁶ A propósito da embriologia nacionalista guineense, Leopoldo Amado refere uma série de revoltas populares contra a mortandade e chacina perpetradas por alguns administradores de concelho, à fundação do Partido Socialista Guineense por José Ferreira de Lacerda Júnior e à agitação verificada

nacionalismo guineense só começou realmente a afirmar-se após o regresso de Amílcar Cabral a Bissau no ano de 1952¹⁵³⁷. Foi precisamente neste contexto de amadurecimento do nacionalismo guineense que surgiram as primeiras organizações políticas: o Movimento Nacional para a Independência da Guiné (MING) (1955); o Partido Africano para a Independência (PAI) (1956) que no ano de 1962 se transformaria no PAIGC; o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) (1958); e a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING) (1962), o resultado da fusão do MLG com a União Popular da Guiné (UPG) e com a União Popular da Libertação da Guiné (ULPG)¹⁵³⁸. Os efeitos da consolidação do nacionalismo guineense são, de resto, bem ilustrados pelo “Massacre de Pidjiguiti”, episódio dramático ocorrido no ano de 1959 quando, na sequência de uma greve bem-sucedida dos marinheiros no cais de Pidjiguiti já no ano de 1957, se organizou nova reunião em prol de melhores condições de trabalho e de salários mais justos. Esta reunião acabou por ser considerada ilegal pela administração portuguesa, tendo culminado na morte de cinquenta marinheiros e no dobro dos feridos¹⁵³⁹. Testemunhava-se, deste modo, o verdadeiro marco da “irreversibilidade do processo nacionalista da Guiné”¹⁵⁴⁰.

Depois das primeiras incursões armadas (mas pouco expressivas) do MLG na Guiné Portuguesa nos anos de 1961 a 1963¹⁵⁴¹, a verdadeira guerra colonial teve início neste território em 1963 com a intensificação da actividade nacionalista e anticolonial do PAIGC, sabendo que a 23 de Janeiro daquele ano o movimento independentista liderado por Amílcar Cabral invadiu o quartel de Tite, no sul da Guiné¹⁵⁴². A esta incursão pelo sul, às acções que se seguiram no Xime, na zona leste, às explosões verificadas em São João-Fulacunda a sul e à fuga de Bissau de dirigentes do PAIGC¹⁵⁴³, a administração portuguesa respondeu com a “Operação Tridente” cujo objectivo passava pela reocupação (falhada) da ilha do Como à data ocupada pelos nacionalistas guineenses. Por seu lado a FLING ia actuando no norte do território. No ano de 1965 o conflito que

aquando das eleições presidenciais de 1958, durante as quais Humberto Delgado terá tido um número considerável de votos. Cf. Leopoldo Amado, *op. cit.*, p. 153, p. 158.

¹⁵³⁷ Leopoldo Amado, *op. cit.*, p. 152.

¹⁵³⁸ Acerca destas organizações políticas *vide* Leopoldo Amado, *op. cit.*, pp. 159-160, 190-194.

¹⁵³⁹ Leopoldo Amado, *op. cit.*, pp. 163-164.

¹⁵⁴⁰ *Ibidem*, p. 168.

¹⁵⁴¹ Leopoldo Amado, *op. cit.*, pp. 186-189

¹⁵⁴² Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *op. cit.*, p. 10.

¹⁵⁴³ *Ibidem*, pp. 100-101.

inicialmente se desenrolara, sobretudo, no sul – uma vez que o PAIGC contava com o apoio da vizinha Guiné-Conacri – já se houvera alastrado à zona leste mas as forças portuguesas – a partir de Mansoa, Bafatá e Bolama – continuavam a actuar essencialmente de forma defensiva¹⁵⁴⁴. Naquele ano o PAIGC daria início à sua acção na zona norte que, como referimos, tinha sido então campo de luta da FLING¹⁵⁴⁵.

Finalmente, a partir do ano de 1968, com a chegada do general António de Spínola ao comando do governo da Guiné Portuguesa e das suas Forças Armadas, o conflito ganharia novos contornos, assistindo-se, a partir de então, a uma acção inovadora. Este novo momento ficaria marcado, entre outros aspectos, pela valorização do estabelecimento de relações com as populações de modo a subtraí-las da esfera de influência do PAIGC, apostando-se, por exemplo, numa intensa acção psicológica praticada através da emissão do Programa de Informação das Forças Armadas, na criação de aldeamentos conhecidos como “reordenamentos” onde se ofereciam condições de vida melhores que as habituais, ou na organização de “congressos do povo”¹⁵⁴⁶. Nesta altura promoveu-se, também, a introdução de um novo conceito operacional que tinha em consideração as possibilidades de cada unidade militar, apostando-se, por isso, na criação de comandos operacionais e de zonas de intervenção exclusiva do Comando-Chefe nas áreas que contavam com uma maior presença do inimigo¹⁵⁴⁷. Adicionalmente deu-se início à inclusão daquele que tem vindo a ser denominado como o conceito de “africanização” da guerra e que se caracteriza, essencialmente, pela criação de unidades militares africanas, uma Força Africana que, de futuro, teria capacidade para governar uma Guiné autónoma mas inserida “no quadro estrutural da Nação Portuguesa”¹⁵⁴⁸. Note-se ainda que no âmbito desta tentativa de resolver o conflito na Guiné, no ano de 1972 Spínola terá inclusivamente encetado conversações com Leopold Senghor (1906-2001), presidente do Senegal, na sequência das quais o governador e comandante-chefe terá apresentado uma solução a Marcello Caetano: promover-se-ia um cessar-fogo durante dez anos e depois deste período decidir-se-ia qual a solução definitiva a adoptar, a independência da Guiné Portuguesa

¹⁵⁴⁴ *Ibidem*, p. 102.

¹⁵⁴⁵ *Ibidem*, p. 101.

¹⁵⁴⁶ Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *op. cit.*, pp. 482-490.

¹⁵⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁴⁸ António de Spínola cit. por Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *op. cit.*, p. 485.

ou a sua integração numa federação. A resposta do presidente do Conselho de Ministros seria taxativa: “Para a defesa global do ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações”¹⁵⁴⁹. No Verão de 1973 Spínola seria afastado e a 24 de Setembro do mesmo ano o PAIGC declararia unilateralmente a independência da Guiné-Bissau.

Paralelamente note-se que esta linha de acção terá sido gizada a partir do quartel-general de António Spínola, ou seja, a fortaleza de São José da Amura, construção classificada como monumento nacional no ano de 1939¹⁵⁵⁰ precisamente pelos seus valores rememorativos. Se por um lado não podemos deixar de observar um certo simbolismo no facto do Comando-Chefe estar instalado neste verdadeiro bastião da epopeia portuguesa e da missão civilizadora lusitana numa altura em que se procurava garantir a continuidade desta herança secular; por outro lado é fundamental esclarecermos que esta ocupação ter-se-á revestido, também, de algum pragmatismo. Afinal a fortaleza da Amura localizada na capital da Guiné Portuguesa assomava-se, pela sua natureza, como o local indicado para a instalação das mais altas instâncias das Forças Armadas. Ao mesmo tempo esta fortificação suscitava, sobretudo desde o ano de 1968, uma preocupação relacionada com a necessidade de lhe devolver o seu aspecto primitivo. O próprio general Spínola terá informado Luís Benavente que em relação às obras da fortaleza da Amura era da opinião “de que à Fortaleza fosse dado através do seu restauro um aspecto de acordo com a sua importância e mérito, pretendendo mesmo eliminar a entrada recentemente feita”¹⁵⁵¹. Concomitantemente, como aprofundaremos adiante, repare-se que esta ocupação militar, independentemente da vontade de restaurar a fortificação, era incompatível com o estatuto da fortaleza enquanto monumento nacional. No entanto, é importante esclarecer que esta situação não era única no panorama das províncias portuguesas ultramarinas pois não obstante a presença do Museu de Angola, a fortaleza de São Miguel de Luanda, monumento nacional desde o ano de 1938, foi igualmente ocupada a partir do ano de 1961 pelo

¹⁵⁴⁹ Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974, p. 191.

¹⁵⁵⁰ *Boletim Oficial da Guiné* nº49, I Série, “Portaria nº130”, 4 de Dezembro de 1939, pp. 680-681.

¹⁵⁵¹ Esta eliminação não foi concretizada porque o arquitecto Benavente, com o apoio do comandante militar António Lopes dos Santos, terá conseguido dissuadir o governador. Cf. ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 37, 18 de Julho de 1970.

Corpo de Paraquedistas, datando de 1964 a instalação do comando-geral das Forças Armadas na mesma praça.

Apesar do pioneirismo de Spínola e da sua vontade de encontrar uma solução política e de compromisso para o final do conflito na Guiné, podemos considerar que o Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril de 1974 veio, somente, antecipar o inadiável: a derrota absoluta de Portugal na Guiné Bissau, uma província ultramarina cuja importância económica e estratégica era exígua para o regime *estadonovista* mas que foi, ironicamente, o local a partir de onde “se desferiram os golpes fatais na ditadura colonial”¹⁵⁵².

3.3 Programas, práticas e critérios durante o *Estado Novo*

À semelhança do que demonstrámos para os casos das colónias portuguesas que não contaram na sua estrutura administrativa com comissões de monumentos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a conservação da igreja de Nossa Senhora da Natividade de Cacheu, do forte da mesma cidade e da fortaleza de São José da Amura, estaria grandemente dependente dos serviços provinciais de Obras Públicas ou dos organismos militares. Efectivamente, sabemos que ao longo dos anos 40, conforme demonstraremos adiante, a fortificação de Bissau foi pontualmente intervencionada de forma a garantir a sua solidez mas, sobretudo, de modo a assegurar o bom funcionamento dos serviços militares ali sedeados. Para os dois monumentos de Cacheu não encontrámos documentação que nos permita conhecer a ocorrência e características de eventuais intervenções. No entanto, o facto de Luís Benavente se ter deparado no ano de 1962 com dois monumentos que aparentemente não estariam num estado de conservação alarmante, leva-nos a crer que tanto a fortificação como o templo foram mantidos ao longo dos anos pelos Serviços de Obras Públicas ou por outras entidades, caso da paróquia de Nossa Senhora da Natividade.

As missões do arquitecto Luís Benavente

¹⁵⁵² John Woollacott, “A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal”, *Análise Social* vol. XIX (77-78-79), 1983, p. 1131.

O primeiro contacto do arquitecto Luís Benavente com os monumentos da Guiné Portuguesa ocorreu no ano de 1962 e, segundo nos parece, não terá sido propriamente preparado com a antecedência ou rigor de outras missões desempenhadas no ultramar. Esta visita – mais do que uma missão – teve a duração de apenas três dias¹⁵⁵³, o tempo da escala efectuada na Guiné aquando da viagem realizada entre São Tomé e Príncipe, onde o arquitecto estivera a tratar de questões relacionadas com o restauro da fortaleza de São Sebastião e com a paralisação das obras dos templos da Madre de Deus e de Nossa Senhora do Bom Despacho, e Cabo Verde, onde viria a dar início à recuperação dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago.

Assim, entre os dias 12 e 15 de Julho de 1962, na companhia do arquitecto João Cordovil, chefe dos Serviços de Obras Públicas da Guiné, Luís Benavente tomou “conhecimento de quaisquer monumentos ou construções de interesse existentes na Província”¹⁵⁵⁴, ou seja, a fortaleza e igreja de Cacheu e a fortaleza de São José da Amura. Na visita a Cacheu o monumento que mais atraiu Luís Benavente foi o seu templo. Da observação do pequeno reduto de planta quadrangular erguido à beira-rio resultou, segundo



Imagem 81 A fortaleza de Cacheu aquando da vista do governador Sarmiento Rodrigues em Maio de 1945. Casa Comum (Fotografia do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, Pasta 07936.002.066).

conseguimos constatar, apenas uma breve descrição¹⁵⁵⁵. Contrariamente, a igreja de Nossa Senhora da Natividade despertou algum interesse no arquitecto português, não pelas suas características arquitectónicas ou valores estéticos, tratando-se de uma “igreja modesta”¹⁵⁵⁶, mas pela sua antiguidade, o que fazia dela um “documento de interesse demonstrando a ocupação portuguesa no local, única europeia naquelas paragens”¹⁵⁵⁷. Além de Cacheu nesta “missão rápida”¹⁵⁵⁸ Benavente visitou Bissau e a

¹⁵⁵³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 1, 26 de Outubro de 1962.

¹⁵⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁵⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁵⁸ *Ibidem*.

sua fortaleza de São José da Amura, obra que, como veremos adiante, suscitou grande interesse no arquitecto.

A segunda estadia de Luís Benavente na Guiné ocorreu entre os dias 25 de Abril e 2 de Maio de 1968¹⁵⁵⁹. Apesar de termos poucos dados sobre esta missão, parece-nos que terá sido solicitada pelo governador Arnaldo Schulz (1910-1993) com o intuito do arquitecto estudar no local as necessidades da fortaleza de São José da Amura, pois no mês de Fevereiro de 1969 Benavente afirmou que naquela altura estava habilitado a tecer uma série de considerações acerca da fortaleza “graças ao estudo que fizemos da Fortaleza no próprio local.”¹⁵⁶⁰

A terceira missão deste arquitecto em comissão de serviço no Ministério do Ultramar à Guiné aconteceu na sequência de um despacho do subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino datado de 18 de Março de 1969¹⁵⁶¹. Esta viagem terá ocorrido por volta do mês de Abril de 1969¹⁵⁶², dado que podemos situar o regresso do arquitecto à metrópole nos primeiros dias de Maio do mesmo ano¹⁵⁶³. Esta terá sido, do conjunto das missões protagonizadas na Guiné, aquela que se revestiu de maior importância para Luís Benavente porque ocorreu na sequência de um “pedido formulado pelo Governo da Província”¹⁵⁶⁴ no sentido de se promover a ida do arquitecto para a elaboração de um plano de restauro da fortaleza de São José da Amura. Para terminar note-se como, não obstante a tónica colocada no caso da igreja de Nossa Senhora da Natividade de Cacheu aquando do primeiro contacto do arquitecto Benavente com a Guiné, a preocupação para com o restauro da fortaleza da Amura acabou por se sobrepor quase totalmente a quaisquer outras possíveis intervenções¹⁵⁶⁵. Esta situação ter-se-á devido, na nossa

¹⁵⁵⁹ *Ibidem*, doc. 5, 27 de Janeiro de 1969.

¹⁵⁶⁰ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 7, 25 de Fevereiro de 1969.

¹⁵⁶¹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 8, 12 de Abril de 1969.

¹⁵⁶² No espólio do arquitecto encontra-se uma carta enviada à sua esposa Alice a 28 de Abril de 1969. Cf. ANTT, FLB, cx. 90, pt. 560C, doc. 29, 28 de Abril de 1969.

¹⁵⁶³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 29, 13 de Janeiro de 1970.

¹⁵⁶⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 7, 25 de Fevereiro de 1969.

¹⁵⁶⁵ Acerca da igreja de Nossa Senhora da Natividade refira-se que Luís Benavente chegou efectivamente a propor o seu restauro mas sem consequências. Na opinião de Benavente o facto de as suas dimensões serem pequenas facilitaria a concretização de um trabalho pouco dispendioso e “se cuidadoso e bem orientado”, bem sucedido. Com o desenvolvimento dos trabalhos da fortaleza de São José da Amura o caso da igreja de Cacheu acabou por ser quase totalmente esquecido. Ainda assim no ano de 1971, numa altura em que Luís Benavente procurava realizar o inventário do património histórico-artístico da Guiné, o arquitecto voltou a levantar a questão do restauro deste templo “em época julgada oportuna”. Para isso, dado que o arquitecto Benavente só tinha em sua posse um diapositivo coevo da sua curta estada de

opinião, não a uma qualquer tomada de posição de Luís Benavente que, como já dissemos, se mostrou realmente a favor de uma intervenção na igreja de Cacheu, mas ao interesse do governo da província cuja solicitação à metrópole no sentido da ida deste arquitecto à Guiné visou, apenas, a fortificação de Bissau, a grande referência daquele território português em termos patrimoniais e defensivos¹⁵⁶⁶.

3.4 O caso da fortaleza de São José da Amura

A fortaleza de São José da Amura localiza-se na cidade de Bissau nas margens do estuário do rio Geba, assomando-se como uma construção de planta quadrangular regular dotada de baluartes de formato pentagonal em cada um dos quatro vértices. Estes baluartes são designados como Bandeira, Puana, Onça e Balança, sendo os dois primeiros virados para o rio, ladeando a entrada principal, enquanto os restantes estão orientados para terra. Outrora a defesa da cidade era garantida não só por esta fortificação mas, também, por duas paliçadas que se estendiam entre o baluarte da Balança e o já desaparecido fortim Nosolini ou Pidjiguiti¹⁵⁶⁷, e a partir do baluarte da Onça até ao rio. Actualmente a fortaleza funciona como sede do Estado-Maior das Forças Armadas da República da Guiné-Bissau e apresenta no seu interior várias construções, caso do mausoléu de Amílcar Cabral e das sepulturas de outros heróis guineenses.

Apesar desta fortaleza de Bissau ser actualmente a única construção do género na cidade, como vimos, não foi singular e tão pouco a primeira. O início da construção da primeira fortificação portuguesa neste território – a fortaleza de Nossa Senhora da

1962, seria necessário “proceder à recolha de elementos do existente”, tendo então solicitado que se oficiasse à província a execução de levantamentos em planta e em desenho de cortes e fotografias do interior e exterior do edifício. Cf. ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 1, 26 de Outubro de 1962; ANTT, FLB, cx. 75, pt. 528, doc. 9, 28 de Junho de 1971.

¹⁵⁶⁶ Segundo conseguimos apurar é possível que o forte de Cacheu tenha sido restaurado por ocasião das comemorações centenárias de 1946. Por outro lado fotografias coevas de uma visita de Sarmento Rodrigues a Cacheu no ano de 1945 revelam panos de muralha muito carentes de rebocos. Cf. *Boletim Cultural da Guiné*, número especial [Comemorativo da Descoberta da Guiné], 1947, p. 323; *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, 1946, p. 168; Casa Comum, fotografia do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, Pasta 07936.002.066, disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07936.002.066>, consultado a 12 de Novembro de 2015.

¹⁵⁶⁷ Este pequeno fortim estaria em construção no ano de 1844 mas no início do século XX já estava carente de reparações que terão sido asseguradas pelo capitão de engenharia Henrique César da Silva Barahona e Costa. Cf. Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 504; Henrique César da Silva Barahona e Costa, *op. cit.*, p. 7.

Conceição – remonta ao ano de 1696, datando de 1708 a sua demolição por ordem de D. João V (1689-1750)¹⁵⁶⁸. Após a morte deste soberano, o seu sucessor, D. José I (1714-1777), ter-se-á interessado por Bissau, razão pela qual no ano de 1753 o capitão-engenheiro Francisco Xavier Pais de Menezes foi incumbido de traçar o desenho de uma fortificação¹⁵⁶⁹. A conclusão destes trabalhos arrastou-se ao longo de vários anos marcados por uma grande mortandade dos trabalhadores¹⁵⁷⁰ e do próprio responsável pelo projecto. Por esta razão e numa altura em que as obras iniciadas no ano de 1753 já ameaçavam ruína, frei Manuel Vinhais Sarmento assumiu a responsabilidade de reconstruir o que já tinha sido feito e de concluir, aparentemente segundo plano seu, o que faltava¹⁵⁷¹.

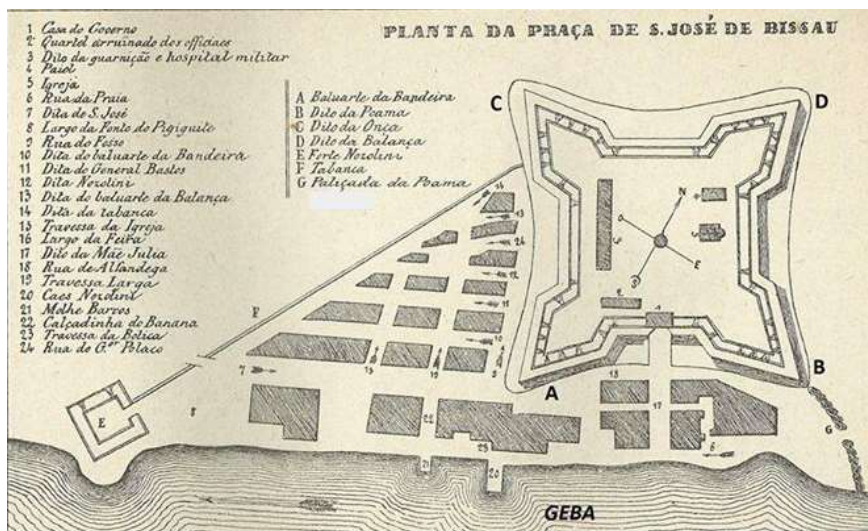


Imagem 82 Planta da praça de São José de Bissau em Oitocentos. Francisco Travassos Valdez, *África Occidental: Notícias e Considerações*, 1864.

A evolução dos trabalhos não terá sido positiva e, por esta razão, no ano de 1765 D. José I determinou que se desse início à construção de uma nova fortificação segundo projecto do sargento-mor Manuel Germano da Mata¹⁵⁷². Não obstante a elevada mortandade, o facto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão – empresa que detinha a exclusividade do comércio na Guiné – ter esgotado os recursos destinados à construção

¹⁵⁶⁸ Acerca desta fortificação vide Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, pp. 481-487.

¹⁵⁶⁹ Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 489.

¹⁵⁷⁰ *Ibidem*; Henrique César da Silva Barahona e Costa, *Uma Comissão de Engenharia Militar na Guiné Portuguesa*, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1901, p. 10.

¹⁵⁷¹ Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 490.

¹⁵⁷² *Ibidem*, p. 492.

desta fortificação, as quezilas entre Germano da Mata e o seu imediato, António Carlos Andreis, e a fraca qualidade da construção que com o passar do tempo ia dando sinais de ruína, os trabalhos continuaram até cerca de 1773, data da sua conclusão¹⁵⁷³. Ainda assim, conforme constatou Nuno Valdez dos Santos, são escassas as referências a esta antiga fortaleza “onde não constem alusões que a mesma está em ruínas, e são vários os relatórios que aludem a importantes obras de restauro”¹⁵⁷⁴.

Efectivamente, ao longo dos anos a fortaleza de São José da Amura foi sendo sucessivamente reparada, podendo destacar, por exemplo, as obras promovidas por Honório Barreto enquanto governador de Bissau (1836-1839; 1840-1841; 1855-1858; 1858-1859)¹⁵⁷⁵. Ainda assim, na nossa opinião, uma das intervenções mais interessantes terá ocorrido no final de Oitocentos. No ano de 1891, na sequência de um violento ataque dos papeis¹⁵⁷⁶ e dos balantas¹⁵⁷⁷ à fortaleza de Bissau, Henrique César da Silva Barahona e Costa (1860-1953)¹⁵⁷⁸ disponibilizou-se junto do ministro da Marinha e Ultramar, António Enes (1848-1901), para “restaurar as derrocadas muralhas do forte de Bissau e completar a sua defesa com duas valentes paliçadas que fechavam a vila pelo lado da praia”¹⁵⁷⁹. A fortaleza cujo artilhamento “era simplesmente mesquinho, para não dizer outra coisa”¹⁵⁸⁰ ficara, de facto, deveras afectada por aquele ataque, encontrando-se à chegada de Barahona e Costa “quasi completamente arruinada”¹⁵⁸¹, razão pela qual este capitão de Engenharia terá procedido a uma grande campanha de obras ou, nas palavras do próprio, “a importantes trabalhos na fortaleza de S. José de Bissau, que restaurei em grande parte, pondo-a em condições de resistir às sortidas do gentio irrequieto que a rodêa”¹⁵⁸². Efectivamente, a análise dos trabalhos realizados

¹⁵⁷³ *Ibidem*, pp. 493-496.

¹⁵⁷⁴ *Ibidem*, p. 497.

¹⁵⁷⁵ Vide Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, pp. 507-509.

¹⁵⁷⁶ Grupo étnico que se concentra sobretudo na região de Biombo em Bissau.

¹⁵⁷⁷ Na actualidade (como durante o *Estado Novo*) os balantas constituem o grupo étnico mais numeroso da Guiné-Bissau. Esta é a única etnia da Guiné-Bissau que não tem qualquer líder. Durante o conflito colonial constituíram parte importante das forças do PAIGC.

¹⁵⁷⁸ Henrique César da Silva Barahona e Costa desenvolveu uma interessante carreira na África Portuguesa, tendo permanecido na Guiné entre os anos de 1891 e 1892. Foi, também, director das Obras Públicas de Moçambique entre os anos de 1900 e 1907, e director das Obras Públicas do Ultramar.

¹⁵⁷⁹ Henrique César da Silva Barahona e Costa, *Carteira de um Africanista: Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental*, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1910, p. 4.

¹⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 7.

¹⁵⁸¹ *Ibidem*, p. 3.

¹⁵⁸² *Ibidem*, p. 4.

neste período permite-nos confirmar que esta campanha teve como principal objectivo a reabilitação da fortificação de modo a garantir a defesa da cidade face aos ataques dos indígenas¹⁵⁸³. No entanto, note-se que nesta ocasião este mesmo engenheiro militar reconheceu esta construção de Bissau, a par da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique, como “dois monumentos históricos”¹⁵⁸⁴, tendo acrescentado que a construção da Amura e o fortim do Pidjiguiti eram “heróicos baluartes da nossa independência e poderio naquelas terras”¹⁵⁸⁵.



Imagem 83 Vista do interior da fortaleza após a campanha promovida por Barahona e Costa. Henrique C. S. Barahona e Costa, *Carteira de um Africanista*, 1910.



Imagem 84 A entrada para a fortificação no início do século XX, 1908. João Loureiro, *Postais Antigos da Guiné*, 2000.



Imagem 85 Entrada da fortaleza, c. 1925. João Loureiro, *Postais Antigos da Guiné*, 2000.

¹⁵⁸³ Os trabalhos terão sido os seguintes: reconstrução do parapeito da muralha entre os baluartes da Puana e da Onça, construção de plataformas para artilharia, desentulhamento, limpeza e drenagem do fosso. Também foram realizadas obras no interior da praça, nomeadamente reparações e substituição dos madeiramentos e portas da capela, quartel, paiol e depósito do material de guerra, reconstrução da casa dos oficiais e de parte do revestimento da escarpa. Cf. Henrique César da Silva Barahona e Costa, *Carteira de um Africanista: Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental*, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1910, p. 6; *Idem*, *Uma Comissão de Engenharia Militar na Guiné Portuguesa*, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1901, p. 12.

¹⁵⁸⁴ Henrique César da Silva Barahona e Costa, *Carteira de um Africanista: Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental*, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1910, p. 4.

¹⁵⁸⁵ *Idem*, *Uma Comissão de Engenharia Militar na Guiné Portuguesa*, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1901, p.14.

Alguns anos mais tarde, em 1939, o governador Luís António de Carvalho Viegas declarou através da Portaria nº130¹⁵⁸⁶ “Que a Fortaleza de Bissau, conhecida pela Amura, seja considerada Monumento Nacional”¹⁵⁸⁷. As razões que levaram a esta classificação prenderam-se única e exclusivamente com os valores rememorativos da fortaleza dentro da qual “se abrigava o mais puro, nobre e elevado amor a Portugal”¹⁵⁸⁸, ou seja, com o facto da sua construção ter decorrido no contexto e com as funções que atrás descrevemos, sendo por isso entendida como uma síntese do “génio militar e político que fez do povo português mestre insigne na arte e na ciência da colonização”¹⁵⁸⁹, enfim um:

*padrão imorredouro a lembrar uma época de lutas, de sacrifícios e de heroísmos a conservar na nossa memória tantos portugueses que escreveram, com o próprio sangue, galhardas epopeias – belas páginas da história nacional*¹⁵⁹⁰.

Efectivamente esta Portaria nº130 esclarece que a importância desta fortificação se explica pelo papel desempenhado ao longo das campanhas de ocupação da Guiné, pelo facto de a partir dali terem saído tantas campanhas desempenhadas por “Homens de vulto, patriotas indefectíveis, metropolitanos, cabo-verdianos e guineenses – mas todos



Imagem 86 Vista de parte da muralha e das construções interiores da fortaleza, c. 1940. João Loureiro, *Postais Antigos da Guiné*, 2000.

portugueses da mais rígida ténpera e irmanados no mesmo ideal”¹⁵⁹¹ contra os diferentes grupos étnicos da Guiné e outras potências europeias. Por outro lado, nesta mesma ocasião desconsiderou-se totalmente quaisquer eventuais qualidades artísticas desta fortificação setecentista, reconhecendo-se que “Não se trata, certamente, de uma maravilha de escultura, de arquitectura ou de policromia; nem mesmo de grupos

¹⁵⁸⁶ *Boletim Oficial da Guiné* nº49, “Portaria nº130”, 4 de Dezembro de 1939, pp. 680-681.

¹⁵⁸⁷ *Ibidem*, p. 681.

¹⁵⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁸⁹ *Boletim Oficial da Guiné* nº49, “Portaria nº130”, 4 de Dezembro de 1939, p. 680.

¹⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 681.

¹⁵⁹¹ *Ibidem*.

escultóricos que maravilhassem pela perfeição técnica, ou pela beleza.”¹⁵⁹² O facto desta portaria de 1939 ser tão fortemente marcada por um discurso inflamado e inegavelmente nacionalista, cuja tónica é exclusivamente colocada nesta capacidade da fortaleza de São José da Amura epitomar o esforço português da ocupação da Guiné, leva-nos a crer que se trata de uma medida inspirada pelo ambiente de exaltação patriótica criado pela aproximação das comemorações centenárias do ano de 1940. Contudo, identificámos ainda um aspecto muito curioso relacionado com esta classificação: poucos anos depois parece que já ninguém se recordava desta medida tomada pelo governador Carvalho Viegas.

Afinal, nos anos de 1968 e 1969, portanto numa altura em que, como demonstraremos adiante, o governo da província promoveu uma série de diligências junto do Ministério do Ultramar com o intuito desta fortificação ser restaurada, o arquitecto incumbido desta missão, Luís Benavente, parecia desconhecer totalmente esta classificação, tendo inclusivamente esclarecido que esta não poderia ser oficialmente reconhecida como monumento nacional, pois:

*só podem ser abrangidas pela classificação de monumento, as construções que pelo seu valor histórico, arquitectónico ou outro o mereçam e estejam desafectadas de finalidades militares. Por convenção internacional gozam de imunidade e protecção em caso de guerra e só nestas condições poderão ser consideradas como monumentos*¹⁵⁹³.

Acontece que, como mencionámos, a fortificação da Amura, à data do envolvimento de Benavente nesta questão, era ocupada pelos serviços militares de Bissau, pela sua guarnição e Comando¹⁵⁹⁴, o que, por exemplo, não acontecia na fortaleza de São Filipe da Ribeira Grande de Cabo Verde cujo projecto de restauro, conforme já demonstrámos, tinha sido pensado pelo mesmo arquitecto a partir do ano de 1962. Por outro lado, aquando da sua primeira visita à fortificação de Bissau nestes mesmo ano de 1962, Benavente já estava envolvido na recuperação da fortaleza de São Sebastião da ilha de São Tomé e na sua adaptação a sede do Comando da Defesa Marítima. Ainda assim,

¹⁵⁹² *Ibidem.*

¹⁵⁹³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 7, 25 de Fevereiro de 1969.

¹⁵⁹⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 1, 26 de Outubro de 1962.

apesar da ocupação militar da fortaleza da Amura, Luís Benavente acabou por decidir que o interesse suscitado por esta construção justificaria o seu tratamento “como se tal classificação lhe pudesse ser atribuída”¹⁵⁹⁵ caso a sua desmilitarização tivesse lugar. Esta afirmação atesta a ideia que lançámos anteriormente: o arquitecto não tinha conhecimento da disposição legislativa homologada no mês de Dezembro de 1939. O mesmo aconteceria com as restantes autoridades envolvidas nesta questão, pelo menos as da metrópole, senão note-se como no ano de 1969 Eurico Machado, director da DSUH, sugeriu que seria de “encarar, estatuto especial que permitisse conciliar os dois aspectos, tanto mais que não são de carácter provisório os novos edifícios admitidos para o interior da Fortaleza.”¹⁵⁹⁶

De acordo com Nuno Valdez dos Santos cujo artigo “As fortalezas de Bissau” foi publicado no ano de 1971¹⁵⁹⁷, em meados dos anos 40 a fortaleza de São José da Amura teria “as suas muralhadas desmoronadas, as edificações em ruínas, aparecendo, entre os destroços, ou quase cobertas pelo capim, uma ou outra peça”¹⁵⁹⁸. Esta situação, sobretudo os problemas relacionados com a solidez da muralha, deveria arrastar-se já há alguns anos, uma vez que conseguimos identificar, além de reparações várias das diferentes construções do quartel¹⁵⁹⁹, a execução de obras de reconstrução de parte destes muros pelos Serviços de Obras Públicas da província no primeiro trimestre do ano de 1941¹⁶⁰⁰.



Imagem 87 Vista do baluarte da Puana após o restauro de 1945. *Boletim Cultural da Guiné*, nº especial, 1947.

Estas e outras obras cujos contornos desconhecemos terão sido intensificadas nas vésperas das comemorações do *V Centenário da Descoberta da Guiné* que, como vimos, tiveram lugar no ano de 1946 precisamente no interior desta fortificação. Sabemos que

¹⁵⁹⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 7, 25 de Fevereiro de 1969.

¹⁵⁹⁶ *Ibidem*, doc. 12, 16 de Agosto de 1969

¹⁵⁹⁷ Nuno Valdez dos Santos, “As fortalezas de Bissau”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* nº103, 1971, pp. 481-520.

¹⁵⁹⁸ *Ibidem*, p. 513.

¹⁵⁹⁹ AHU, OP11666, A1/cx.77, MU, DGOPC, SC, doc. s/n [Relatório OP 1941].

¹⁶⁰⁰ AHU, OP11659, A1/cx.77, MU, DGOPC, SC, doc. s/n [Relatório OP do 1º trimestre de 1941].

neste âmbito, a partir do ano de 1945, procedeu-se com verbas dos serviços militares à reconstrução do baluarte da Puana que à data se encontrava desmoronado, bem como a diversas reparações das zonas arruinadas da muralha da fortaleza, trabalho que se arrastou, pelo menos, até ao mês de Dezembro de 1947¹⁶⁰¹. Além destas reparações, promoveu-se a construção de novos elementos no interior da fortificação, a saber: canalizações de esgoto, cozinhas nas habitações dos sargentos, duas arrecadações destinadas a material de guerra, um edifício no lugar das antigas cisternas onde foi instalado o pombal, oficinas de sapateiro, alfaiate, carpinteiro e sala de música para a banda militar¹⁶⁰². Além destas novas construções e do monumento aos Heróis da Ocupação de Raul Lomelino, montou-se um campo de ténis no baluarte da Balança¹⁶⁰³. Tendo em consideração a introdução destes elementos esta campanha parece ter sido entendida mais (senão apenas) como uma forma de beneficiar a fortaleza da Amura e não tanto (ou nada) de recuperar o seu antigo carácter, tendo sido, mais tarde, fortemente criticada por Nuno Valdez dos Santos. O militar e investigador da história do Portugal ultramarino, afirmou que:

*duvida-se da reconstrução da fortaleza em 1946, porquanto reconstruir é restaurar segundo a traça primitiva, e, nesta reconstrução, só houve a preocupação de tornar a fortaleza funcional para determinado fim, não se atendendo ao seu passado histórico*¹⁶⁰⁴.

Para Valdez dos Santos algumas das intervenções mais questionáveis foram a demolição da capela de São José para dar lugar a uma casa de tipo colonial, a eliminação dos imponentes poilões¹⁶⁰⁵ dos baluartes e a introdução nas arestas da muralha de “inestéticas”¹⁶⁰⁶ guaritas de cimento cuja cor branca destoava da laterite da fortificação. Certo é que esta intervenção ficou para sempre eternizada – a par das datas de construção e reconstrução da fortaleza e dos protagonistas responsáveis por estas

¹⁶⁰¹ “Principais obras e progressos realizados na Guiné Portuguesa, no período comemorativo do Quinto Centenário da Descoberta (Maio de 1945 a Dezembro de 1947”, *Boletim Geral das Colónias* nº275, 1948, pp. 21-22.

¹⁶⁰² *Ibidem*, p.22.

¹⁶⁰³ *Ibidem*.

¹⁶⁰⁴ Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 516.

¹⁶⁰⁵ Os poilões são tidos na Guiné-Bissau como árvores sagradas.

¹⁶⁰⁶ Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 516.

campanhas – numa placa comemorativa colocada no túnel de acesso ao interior do monumento, na qual se podia ler a seguinte inscrição:

FORTALEZA DE S. JOSÉ
DE BISSAU
PRIMEIRAMENTE CONSTRUÍDA EM
1696 PELO CAPITÃO-MOR JOSÉ PINHEIRO
FOI INICIADA A SUA RECONSTRUÇÃO
EM 1753 SEGUNDO OS PLANOS DE
FREI MANUEL DE VINHAIS SARMENTO E
CONTINUADA EM 1766 COM A TRAÇA DO COR.
MANUEL GERMANO DA MATA RECONSTRUÍDA
PARCIALMENTE EM 1946¹⁶⁰⁷

A abrangência e qualidade desta campanha de 1946 parecem ter sido insuficientes – senão questionáveis – pois logo no ano imediatamente a seguir à comemoração do centenário parte da muralha voltaria a tombar¹⁶⁰⁸. Já no ano de 1948 dar-se-ia o desmoronamento do edifício que servia de pavilhão dos oficiais e das arrecadações do material de guerra¹⁶⁰⁹. Por esta razão, até cerca de 1950 demoliram-se os escombros destas construções desmoronadas e voltaram a reconstruir-se as partes desabadas da muralha¹⁶¹⁰, procedendo-se, entre outras, a reparações na residência do comandante militar e à abertura de uma porta na cadeia¹⁶¹¹. No ano de 1951 deu-se início à edificação de novas construções no interior da fortaleza, designadamente duas moradias que vieram substituir o quartel de oficiais reerguido aquando da campanha promovida pelo governador Honório Barreto¹⁶¹².

No mesmo ano de 1951 a província da Guiné recebeu a visita de Eugénio Sanches da Gama, à data director-geral interino do Fomento Colonial e inspector superior, que perante a zona portuária de Bissau e um projecto de construção de uma ponte-cais afirmou ter ficado com a impressão que a zona definida para a edificação dos estaleiros

¹⁶⁰⁷ A propósito do conteúdo desta inscrição Nuno Valdez dos Santos notou que “quase se pode afirmar que, em cada linha, há um erro”, referindo-se ao facto da fortificação da Amura não ter sido a primeira de Bissau, da intervenção de Manuel de Vinhais Sarmento ter ocorrido apenas após o falecimento do capitão-engenheiro Pais de Meneses, e da construção da fortaleza da Amura ter ocorrido em lugar diferente daquela iniciada em 1753. Cf. Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, pp. 515-516.

¹⁶⁰⁸ Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 513.

¹⁶⁰⁹ *Ibidem*, p. 514.

¹⁶¹⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹¹ AHU, OP00128, 4/2618-1/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1949].

¹⁶¹² Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 513.

seria demasiado “acanhada”¹⁶¹³. As dimensões desta área eram, como o engenheiro Sanches da Gama notou, limitadas pelas muralhas da fortaleza da Amura, monumento que naturalmente condicionava o desenvolvimento da zona portuária de Bissau, havendo quem argumentasse a favor da necessidade de adaptar os planos de construção da ponte-cais e respectivos serviços aduaneiros a esta realidade, e quem discordasse. Efectivamente, no plano inicialmente traçado pelo engenheiro Ventim Neves¹⁶¹⁴ para as tais instalações portuárias, a fortaleza não era particularmente respeitada, motivo pelo qual o Gabinete de Urbanização Colonial determinou que este projecto fosse alterado de forma a “desafogar a forteza [sic] da Amura, classificada ultimamente como monumento nacional”¹⁶¹⁵, sugerindo três novas hipóteses nesse sentido. Contudo, a opinião emanada pelo engenheiro Sanches da Gama no ano de 1951 era contrária a esta valorização do monumento, cuja eventual importância – aqui considerada como menor face às vantagens que poderiam advir do fomento da zona portuária de Bissau – tinha sido anteriormente prejudicada pela falta de qualidade das construções interiores existentes na praça:

*Em nossa opinião o problema deve ser revisto por se nos afigurar, que tem um peso tão grande para a Colónia a conveniente exploração do seu porto, que sobeja para contrabalançar o transtorno de ficar algum tanto encoberta uma das cortinas da fortaleza de S. José de Bissau (...) Para mais, a escassez de recursos e precária ocupação de tempos idos, levaram a que no seu interior se construíssem acanhadas e inestéticas casa de habitação, que em muito sobressaem sobre o coroamento das muralhas, de tal resultando um conjunto que – sob o ponto de vista estético – julgamos aconselhável cobrir*¹⁶¹⁶.

O primeiro contacto de Luís Benavente com a fortaleza de São José da Amura ocorreu, como dissemos, no ano de 1962. Nesta ocasião o arquitecto demonstrou-se muito bem impressionado pela fortificação, descrevendo-a como uma “obra notável pelas suas

¹⁶¹³ AHU, OP07325, 10/1047, 2/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório da visita à Guiné], Junho de 1951.

¹⁶¹⁴ Sabemos apenas que Mário José Garcez Ventim Neves foi, na década de 40, o engenheiro-chefe da Brigada de Construções de Moradias para Funcionários Públicos de Bissau. Cf. Ana Vaz Milheiro, *op. cit.*, p. 93.

¹⁶¹⁵ AHU, OP07325, 10/1047, 2/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório da visita à Guiné], Junho de 1951.

¹⁶¹⁶ *Ibidem*.

proporções e dimensões”¹⁶¹⁷, uma “construção de aspecto imponente e digno”¹⁶¹⁸. A este propósito é curioso notar que se neste caso o aspecto mais destacado foi a dimensão da construção, no caso do restauro da igreja de Cacheu, pequena e modesta, as características valorizadas foram a sua antiguidade e capacidades rememorativas¹⁶¹⁹. Isto denuncia não uma falta de critério mas antes um entendimento bastante alargado dos valores intrínsecos dos monumentos. Mais tarde e certamente já após uma maior reflexão acerca desta fortificação, Benavente identificou não só as dimensões mas, também, a sua antiguidade e história, algo que “nos honra como desbravadores do mundo e criadores de civilização”¹⁶²⁰, pois confirmava “uma estabilidade e simultaneamente uma existência nacional multiseular naquelas paragens e que urge continuar a manter”¹⁶²¹. Estamos, portanto, perante a identificação e apreciação do tal valor rememorativo desta fortificação setecentista.



Imagem 88 A entrada para a fortaleza de São José de Bissau do lado do rio, anos 60. José Manuel Fernandes, *Luís Benavente – arquitecto*, 1997 [ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 28 A, s/d].

Apesar da tolerância do arquitecto para com a ocupação militar da fortaleza, um dos maiores problemas apontados logo no ano de 1962 prendia-se precisamente com esta questão, ou seja, com a variedade e desordem das construções internas bem como com a desarmonia em relação à parte antiga da fortificação. Simultaneamente Benavente questionou o facto de se ter aberto uma nova entrada voltada para a cidade, quando a

¹⁶¹⁷ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 1, 26 de Outubro de 1962.

¹⁶¹⁸ *Ibidem*.

¹⁶¹⁹ *Ibidem*.

¹⁶²⁰ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 7, 25 de Fevereiro de 1969.

¹⁶²¹ *Ibidem*.

porta de armas “verdadeira”¹⁶²² era virada ao rio, bem como o ajardinamento do fosso onde se encontravam cruzeiros de ordens militares “que muito respeitamos, mas descabidas no local”¹⁶²³. Condenável seria, também, o “grande aspecto de desordem”¹⁶²⁴ provocado pelo elevado número de peças de artilharia em ferro, à data dispersas pelo chão dos baluartes mas passíveis de serem inventariadas, catalogadas e valorizadas¹⁶²⁵. Outro dos problemas constatados pelo arquitecto Benavente prendia-se com a inexistência de uma zona de protecção ou de servidão que impedisse o desenvolvimento de um cada vez maior e mais apertado envolvimento da fortificação por outras construções da cidade de Bissau¹⁶²⁶. Assim, na sequência deste primeiro contacto com a fortaleza de São José da Amura, Benavente elencou uma série de conclusões – como a elaboração de uma zona de protecção, o arranjo das construções interiores, da entrada e da rampa de acesso¹⁶²⁷ – que só viriam a ser retomadas no ano de 1969 aquando da tal manifestação de interesse do governo pelo restauro desta construção.

Como vimos anteriormente, no ano 1968, entre os dias 25 de Abril e 2 de Maio, Luís Benavente desempenhou nova missão em Bissau. Apesar de desconhecermos os contornos desta viagem, acreditamos que a presença do arquitecto Benavente e, certamente, o seu contacto com a fortaleza em causa terão incentivado o governo da província a reflectir acerca da necessidade de uma intervenção. Assim, no início do ano de 1969, este governo acabou por manifestar o seu interesse em “cuidar da Fortaleza de S. José da Amura”¹⁶²⁸, motivo pelo qual Luís Benavente que, como temos vindo a ver, estava profundamente envolvido na salvaguarda dos monumentos ultramarinos desde meados dos anos 50 e, inclusivamente, já tinha estado na Guiné em duas ocasiões, foi requisitado para elaborar os estudos e o plano de actuação necessários. Este programa,

¹⁶²² ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 1, 26 de Outubro de 1962.

¹⁶²³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 26, 29 de Dezembro de 1969.

¹⁶²⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 1, 26 de Outubro de 1962.

¹⁶²⁵ A este propósito e tendo em consideração o cenário idêntico da fortaleza de Cacheu bem como a proliferação de peças semelhantes nos cais da cidade onde eram utilizadas como “cabeços” para amarrar os cabos dos navios, Benavente avançou com a possibilidade de terem existido mais fortificações que não chegaram até estes dias. Cf. ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 1, 26 de Outubro de 1962.

¹⁶²⁶ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 1, 26 de Outubro de 1962.

¹⁶²⁷ *Ibidem*.

¹⁶²⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 7, 25 de Fevereiro de 1969.

conforme foi avançado pelo arquitecto, teria como objectivo a “dignificação”¹⁶²⁹ da fortaleza e não tanto o seu restauro pois, de acordo com o que temos vindo a identificar como sendo a linha de pensamento deste arquitecto, este monumento não se encontrava grandemente descaracterizado, estando a sua parte antiga “absolutamente de acordo com a sua traça e não necessitar senão de pequenos retoques.”¹⁶³⁰ Assim, a acção de Luís Benavente deveria incidir, sobretudo, na questão das construções interiores ocupadas pelas forças militares de Bissau e nos problemas causadas pela ausência de uma zona de servidão porque:

*Diremos que o restauro de um monumento não compreende unicamente as obras de que em si careça, mas igualmente o arranjo do seu envolvimento, pois está provado que a primeira acção se completa com a segunda e que muitos, como no caso presente, vivem dessa acção homogeneamente conjugada. Diremos também que o seu principal factor de descaracterização reside no que ela contém interiormente como parasitário. Considera-se nestas condições todo e qualquer elemento que se verifique não estar de acordo com a edificação e estão neste caso as construções interiores que ali se encontram, não pela sua existência mas pela falta de concordância com a fortaleza em si, residindo nesta desordem o seu principal factor depreciativo.*¹⁶³¹

Relativamente às construções interiores edificadas ao longo dos anos identificamos, numa altura de guerra colonial, não uma condenação da sua existência e tão pouco da sua função – reconhecendo-se inclusivamente que “O momento actual exige um esforço que na fortificação é traduzido por esse aumento de construções e instalações”¹⁶³² – mas sim uma reprovação da sua heterogeneidade, da falta de organização dispositiva e do contraste face às características do monumento. Apresentando os casos das fortificações de Almeida, Elvas e de São Sebastião de Moçambique como testemunhos da possibilidade de harmonizar esta coexistência de construções interiores novas com as

¹⁶²⁹ *Ibidem.*

¹⁶³⁰ *Ibidem.*

¹⁶³¹ *Ibidem.*

¹⁶³² *Ibidem.*

características de uma fortaleza antiga¹⁶³³, Benavente sugeriu uma reorganização deste espaço ocupado pelas forças militares de Bissau. Para isso seria importante que os responsáveis por esta guarnição militar, tendo em consideração as possibilidades da fortificação, elaborassem um planeamento que traduzisse as suas necessidades. Segundo o arquitecto Benavente, se o espaço interno da fortaleza não fosse suficiente para albergar todos os serviços, poder-se-ia pensar numa expansão dos mesmos para uma zona vizinha no exterior, nomeadamente para um bloco fronteiro à fortificação¹⁶³⁴. Deste modo, o Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné informou Benavente acerca dos órgãos militares cuja instalação estaria prevista na fortaleza, ou seja, o próprio Comando-Chefe, a companhia de Polícia Militar, um destacamento adido a esta polícia e o Comando-Chefe do agrupamento de Bissau, cujas instalações deveriam incluir, entre outras, apartamentos, casas de banho, messes, salas de oficiais, gabinetes, prisão, alfaiataria, sapataria, barbearia, carpintaria, oficina automóvel ou parques de estacionamento¹⁶³⁵. Mostrando-se razoavelmente de acordo com as propostas de Luís Benavente, o referido Comando-Chefe manifestou, no entanto, o seu desagrado para com a sugestão de se instalarem alguns dos serviços no exterior da fortaleza, uma situação que teria implicações complexas e cuja resolução, por via de expropriações ou da elaboração de planos de urbanização, saía totalmente do foro militar¹⁶³⁶.

Outro dos problemas identificados por Luís Benavente desde o seu primeiro contacto com a fortaleza da Amura foi, como dissemos, a falta de uma zona de servidão, situação que em última instância acabou por ditar o envolvimento excessivo do monumento pela cidade de Bissau.

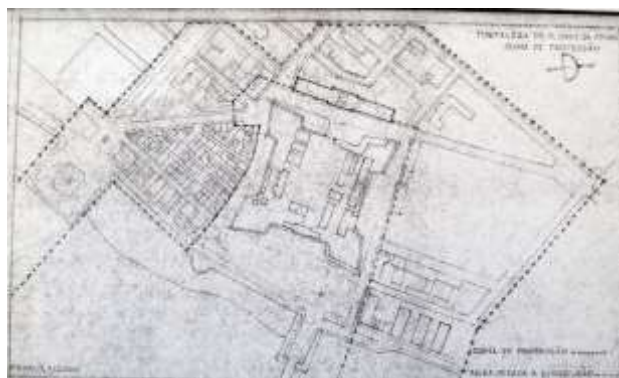


Imagem 89 Definição da zona de protecção da fortaleza da Amura, s/d [c. 1969]. ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 16.

Tendo em consideração que no ano de 1964 este arquitecto pugnou intensamente pela criação de uma zona de protecção

¹⁶³³ *Ibidem*.

¹⁶³⁴ *Ibidem*.

¹⁶³⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 6, s/d [c. Setembro de 1969].

¹⁶³⁶ *Ibidem*, doc. 16, 6 de Setembro de 1969.

da fortaleza de São Sebastião de São Tomé e Príncipe livre de elementos estranhos ao ambiente próprio de um monumento ancestral, tendo afirmado que uma “fortificação é um elemento que tem de viver isolado e dar a distância uma noção de respeito”¹⁶³⁷, não é de estranhar a apresentação de uma proposta de beneficiação da área circundante desta construção. Como referência para a boa execução desta obra Benavente deu o exemplo do edifício da Alfândega cuja localização ainda assim não seria a ideal pois não se deixou “uma abertura de ângulo que permitisse a visibilidade sobre o forte, com maior rasgamento”¹⁶³⁸. Além deste edifício, a rua localizada do lado esquerdo de quem está de frente para a fortificação, também não seria particularmente problemática, tendo-se aconselhado a sua conservação enquanto referência “de uma vida modesta”¹⁶³⁹ relevante para o ambiente pensado para o local. Pelo contrário, a construção de novos edifícios – cuja altura os tornasse visíveis do interior da fortaleza – na zona industrial deveria ser proibida.

Simultaneamente, como seria expectável num projecto de dignificação deste bastião do domínio português ultramarino, determinou-se o término da finalidade industrial dos edifícios vizinhos, entre os quais se encontrava, por exemplo, uma fábrica de descasque de amendoim¹⁶⁴⁰. Para a fachada virada à cidade propunha-se “transformar o desalinho existente, numa praça regular”¹⁶⁴¹ e a construção de um edifício fronteiriço “de paramento único, corrido, com passagem inferior central em arcada”¹⁶⁴², cuja utilização prevista desconhecemos. Na mesma ocasião propôs-se a substituição da porta de “aspecto provisório”¹⁶⁴³ existente entre os baluartes da Onça e da Balança por uma “«Nova Porta das Armas»”¹⁶⁴⁴ digna desta construção.

Na sequência desta primeira abordagem mais aprofundada ao caso da fortaleza de São José da Amura, Luís Benavente, por determinação do subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino e em comissão de serviço no Ministério do Ultramar¹⁶⁴⁵,

¹⁶³⁷ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 7, 25 de Fevereiro de 1969.

¹⁶³⁸ *Ibidem.*

¹⁶³⁹ *Ibidem.*

¹⁶⁴⁰ *Ibidem.*

¹⁶⁴¹ *Ibidem.*

¹⁶⁴² *Ibidem.*

¹⁶⁴³ *Ibidem.*

¹⁶⁴⁴ *Ibidem.*

¹⁶⁴⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 8, 12 de Abril de 1969.

protagonizou uma terceira incursão a Bissau por volta de Abril/Maio de 1969. Nesta ocasião o arquitecto realizou uma série de visitas à fortificação, “documento inolvidável da ocupação portuguesa nas paragens da Guiné”¹⁶⁴⁶, na companhia do coronel António Alves dos Santos¹⁶⁴⁷ (?-2011), 2º comandante militar da província que se mostrou sempre extraordinariamente interessado no progresso dos trabalhos¹⁶⁴⁸. Depois, aquando do seu regresso à metrópole, Luís Benavente envolveu-se num estudo profundo de fontes escritas úteis para a elaboração do programa de dignificação da praça da Amura. Contudo, à medida que foi analisando estudos como a *Planta da Praça de Bissau e suas adjacentes*¹⁶⁴⁹ de Bernardino de Andrade, a *História da Guiné*¹⁶⁵⁰ de João Barreto, a *África Occidental*¹⁶⁵¹ de Francisco Travassos Valdez – considerada muito importante – o *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*¹⁶⁵² de Luís Silveira, *Uma Comissão de Engenharia Militar na Guiné Portuguesa*¹⁶⁵³ e a *Carteira de um Africanista*¹⁶⁵⁴, ambas de Henrique César da Silva Barahona e Costa¹⁶⁵⁵, o que revela um notável interesse e capacidade de investigação do arquitecto responsável por estes trabalhos, Benavente confidenciou ao coronel Alves dos Santos que “o caso é mais complexo do que eu pensava”¹⁶⁵⁶. Possivelmente por esta razão, numa fase em que estava em curso a tal investigação histórica, não obstante o facto do governador da Guiné ter pedido “urgência para o assunto”¹⁶⁵⁷, os trabalhos estiveram suspensos¹⁶⁵⁸. Assim, parece-nos que a inclusão do arquitecto Martim Chichorro¹⁶⁵⁹ nesta

¹⁶⁴⁶ *Ibidem*, doc. 11, 25 de Junho de 1969.

¹⁶⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁴⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 10, 14 de Agosto de 1969.

¹⁶⁴⁹ Bernardino de Andrade, *Planta da Praça de Bissau e suas adjacentes*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952, 209 p., il.

¹⁶⁵⁰ João Barreto, *História da Guiné 1418-1918*, Lisboa, edição do autor, 1938, 452 p., il.

¹⁶⁵¹ Francisco Travassos Valdez, *África Occidental: Notícias e Considerações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, 406 p., il.

¹⁶⁵² Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, Ministério do Ultramar – Junta de Investigações do Ultramar, s/d, 4 vols., il.

¹⁶⁵³ Henrique César da Silva Barahona e Costa, *Uma Comissão de Engenharia Militar na Guiné Portuguesa*, Lisboa, s/n [Typographia do Comércio], 1901, 64 p.

¹⁶⁵⁴ *Idem*, *Carteira de um Africanista: Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental*, Lisboa, s/n [Typographia do Comercio], 1910, 28 p., il.

¹⁶⁵⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 27, s/d [c. 1969], docs. 24 e 25, s/d [c.1969].

¹⁶⁵⁶ *Ibidem*, doc. 9, 14 de Junho de 1969.

¹⁶⁵⁷ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 17, 18 de Agosto de 1969.

¹⁶⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁵⁹ Martim Afonso de Sousa Chichorro era um arquitecto destacado na DSUH pela Junta de Investigações no Ultramar. No ano de 1968 elaborou alguns estudos sobre habitação em Bissau, versando a densidade

campanha¹⁶⁶⁰ como responsável pelo arranjo das construções interiores¹⁶⁶¹ pode ser entendida como uma forma de tentar ultrapassar as dificuldades decorrentes do facto de Luís Benavente estar a trabalhar sozinho nesta questão e de se encontrar envolvido, como sabemos, numa série de outros projectos.

Na nossa opinião, tendo em consideração que à data a fortaleza de São José de Bissau, salvo a questão das construções interiores, se encontrava razoavelmente bem conservada, o maior problema com que Luís Benavente se deparou aquando da elaboração do programa de trabalhos foi o desejo de repor a fortaleza “no seu estado primitivo”¹⁶⁶² quando esta se encontrava afecta a forças militares. Assim, a título de exemplo, o arquitecto não poderia simplesmente determinar a eliminação da entrada aberta na fachada contrária à da antiga porta de armas porque pelas suas dimensões esta não permitia a passagem das viaturas das forças militares instaladas na praça e ainda porque o seu restauro iria implicar a construção de “ponte levadiça como o era na sua verdadeira expressão”¹⁶⁶³. O estudo da dignificação da nova entrada, a tal localizada entre os baluartes da Onça e Balança, bem como o restauro da primitiva virada ao rio, acabaram por ser os primeiros trabalhos desenvolvidos por Luís Benavente no âmbito deste projecto. Efectivamente, os desenhos relativos ao restauro da porta de armas foram enviados pelo arquitecto logo no mês de Novembro de 1969 crente de ter conseguido:

*realizar com a certeza de termos achado fielmente a sua forma verdadeira. Pode garantir a quem confronte o desenho do estado actual com o de após o restauro que este representa absolutamente o que lá existia*¹⁶⁶⁴.

populacional da cidade, os espaços públicos e privados, bem como tipologias de habitação e construção. Cf. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2073, 01161, 1968.

¹⁶⁶⁰ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 17, 18 de Agosto de 1969.

¹⁶⁶¹ *Ibidem*, doc. 24, 2 de Dezembro de 1969.

¹⁶⁶² *Ibidem*, doc. 12, 16 de Agosto de 1969.

¹⁶⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁶⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 21, 20 de Novembro de 1969.

Esta convicção de Luís Benavente terá resultado, eventualmente, do rigor dos estudos realizados no local, do bom estado de conservação desta entrada e do conhecimento de outras obras semelhantes mas não de sondagens dado que estas, segundo o mesmo arquitecto, seriam necessárias apenas para esclarecer questões de pormenor¹⁶⁶⁵. Ainda assim Benavente reconheceu que esta reposição da porta de armas na sua verdade terá sido “sob o ponto de vista histórico, o mais difícil e mais delicado”¹⁶⁶⁶ trabalho pois, segundo nos parece, ao contrário do que acontecia com a planta da fortaleza reproduzida múltiplas vezes de forma mais ou menos fiel em algumas das fontes anteriormente mencionadas, o mesmo não acontecia em relação a esta entrada do reduto de Bissau¹⁶⁶⁷. Certo é que o aspecto da porta de armas conhecido na época era, conforme se depreende de imagens anteriores ao contacto de Luís Benavente com a Guiné, distinto do que teria sido no passado.



Imagem 90 A porta de armas da fortaleza da Amura com o coroamento que já não teria à época dos projectos de Luís Benavente. www.delcampe.net

De modo a concretizar este projecto, Benavente acabou por solicitar uma série de sondagens, a saber: do pavimento do corredor, averiguando-se a existência do lajedo original sob a cobertura actual e, caso, este existisse, a elaboração de medições e registo por meio de desenho; uma outra em busca de um eventual rodapé; uma na parede do corredor da entrada e na parede da dependência anexa de modo a desvendar



Imagem 91 Corte do edifício principal – elaborado pelo Batalhão de Engenharia de Bissau – com a indicação da porta de ligação entre o corredor e a dependência anexa, bem como da soleira primitiva, 1970. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1995, 11314.

uma possível ligação entre estes dois espaços; e, ainda, nas vergas da porta de armas e

¹⁶⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁶⁶ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 24, 2 de Dezembro de 1969.

¹⁶⁶⁷ Luís Benavente tinha conhecimento da imagem da porta de armas que apresentamos neste momento pois existe uma reprodução da mesma no seu espólio. Cf. ANTT, cx. 75, pt. 525, doc. 17-A, s/d.

de uma outra para compreender como seria o seu funcionamento, se por pontos ou com ferragens em leme e cachimbo; na soleira, de modo a perceber qual seria a forma de assentamento e de funcionamento da ponte levadiça, acreditando que poderia ser por molinete ou por contrapesos em cantaria¹⁶⁶⁸; e na verga e ombreiras de modo a compreender a que profundidade se encontrava a cantaria¹⁶⁶⁹. Além destas sondagens propôs-se a picagem do reboco da abóbada do corredor, averiguando-se a natureza do material utilizado¹⁶⁷⁰. Por outro lado, as armas não levantariam problemas de maior dado que, segundo o próprio arquitecto, “apresentam-se com a expressão tal como as que existiam o que conseguimos obter através de elemento autêntico”¹⁶⁷¹. Isto quererá dizer, segundo nos parece, que tal como outras cantarias com as quais Benavente pretendia organizar um “Parque de Cantarias”¹⁶⁷², este elemento encontrar-se-ia na fortaleza.

Este conjunto de sondagens recomendadas pelo arquitecto Benavente em Dezembro de 1969, foram concretizadas somente em Março do ano seguinte pelo batalhão de Engenharia de Bissau (BENG 447). De acordo com o relatório dos trabalhos realizados na fortaleza de São José da Amura, concluímos que não existiam no corredor em causa quaisquer vestígios de lajedo pois aquele era inferiormente atravessado por canalizações de água e de drenagem e, tão pouco, sinais de um rodapé antigo¹⁶⁷³. Ainda assim, o BENG 447 encontrou vestígios do lajedo primitivo não só na soleira como na divisória lateral onde pouco tempo antes tinham sido construídos vários sanitários cujo pavimento em mosaico ocultou a tal cobertura original¹⁶⁷⁴.

Por outro lado, tal como Benavente pensara, durante estas sondagens comprovou-se a existência de uma porta que ligava o corredor e a dependência lateral antes de ter sido entaipada poucos anos antes destes trabalhos¹⁶⁷⁵. Relativamente às prospecções realizadas na porta de armas antiga, conseguiu identificar-se na sua soleira um suporte metálico que serviria de apoio, o que não aconteceu na outra porta, virada para a

¹⁶⁶⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 26, 29 de Dezembro de 1969.

¹⁶⁶⁹ *Ibidem.*

¹⁶⁷⁰ *Ibidem.*

¹⁶⁷¹ *Ibidem.*

¹⁶⁷² *Ibidem.*

¹⁶⁷³ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1995, 11314, 1 de Maio de 1970.

¹⁶⁷⁴ *Ibidem.*

¹⁶⁷⁵ *Ibidem.*

“Parada”, cuja soleira primitiva não foi identificada, acreditando-se que esta nunca terá existido “pelo pouco interesse que poderia ter uma porta neste local”¹⁶⁷⁶. Por outro lado, na soleira da porta de armas não foi localizado qualquer sinal de um possível apoio da ponte levadiça, não tendo havido oportunidade de sondar as frestas de passagem das respectivas correntes¹⁶⁷⁷. Houve ainda ocasião para se picar o reboco da abóboda do corredor, tendo-se atingido tijolo que, segundo o BENG 447, “encontrava-se primitivamente rebocado”¹⁶⁷⁸. Finalmente, no concernente às tais cantarias que Benavente pretendia reunir, parece que estas não se encontrariam no local, havendo, todavia, a possibilidade de estarem soterradas¹⁶⁷⁹.



Imagem 92 A sondagem realizada no pavimento do corredor desvendou vestígios da antiga tijoleira, 1969. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1995, 11314.



Imagem 93 A picagem do reboco da abóboda do corredor do edifício principal permitiu comprovar a utilização de tijolo posteriormente rebocado. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1995, 11314.

A mera intenção de integrar a fortaleza no seu aspecto primitivo sem o problema da necessidade de garantir a coexistência entre as partes antigas e os novos elementos associados à sua finalidade militar contemporânea era por si só complexa. Um dos primeiros problemas com que o arquitecto Benavente se deparou, a par da questão da porta de armas, foi o da definição da planta original. De modo a alcançar este objectivo o arquitecto terá consultado os estudos anteriormente indicados, sabendo, no entanto, “que nem todos os livros antigos encerram no seu conteúdo expressões verídicas das construções ou monumentos que representam.”¹⁶⁸⁰ Ainda assim, aquando da

¹⁶⁷⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁷⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁷⁸ *Ibidem.*

¹⁶⁷⁹ *Ibidem.*

¹⁶⁸⁰ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 19, 3 de Setembro de 1969.

elaboração desta planta o arquitecto terá registado as características que eram comuns a duas ou mais fontes¹⁶⁸¹. Neste momento Benavente propôs que se verificasse localmente a possibilidade de reconstituição dos quatro baluartes dotados de “orelhões” nos quais se encontrariam, de acordo com as fontes estudadas, canhoeriras e por essa razão enviou uma planta parcelar de um destes elementos¹⁶⁸². Segundo o arquitecto, antes destas averiguações deveria proceder-se a uma terraplanagem do terreno e à remoção dos restos de uma árvore que ardera, incidindo-se depois no baluarte da Puana, o único cuja guarita aparentava não ter sido alterada¹⁶⁸³. Todavia, note-se que, conforme mencionámos anteriormente, este baluarte não seria tão antigo como o arquitecto eventualmente pensara, tendo sido reconstruído por ocasião das comemorações do *V Centenário da Descoberta da Guiné* (1946). A questão da altura da muralha, tendo em consideração o desenvolvimento da cidade em torno da fortaleza, também se revelava problemática, razão pela qual o arquitecto solicitou a execução de sondagens na face onde tinha sido aberta a nova entrada e, ainda, no baluarte da Balança¹⁶⁸⁴. A planta à escala 1/2000, sem ser exacta, foi enviada para a província no final do ano de 1969 com o intuito de ser corrigida e completada com todo o rigor¹⁶⁸⁵.

Apesar do trabalho exaustivo do arquitecto Benavente, do interesse do governador e do 2º comandante militar da província na concretização destes trabalhos de dignificação da fortaleza de São José da Amura, segundo conseguimos apurar, a empreitada não se terá desenvolvido com a ligeireza desejada. Afinal, ao analisarmos o programa referente aos trabalhos a desenvolver nos monumentos do ultramar no ano de 1971, apercebemo-nos que uma das tarefas de Luís Benavente passaria pelo acompanhamento não das obras mas apenas dos estudos em curso na Comissão das Obras Militares do Ministério do Exército, o responsável pelas construções interiores¹⁶⁸⁶ que inicialmente ditaram o envolvimento deste arquitecto. Neste ano de 1971 o objectivo passava, sobretudo, por

¹⁶⁸¹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 525, doc. 12, s/d [1969].

¹⁶⁸² *Ibidem*, doc. 19, 3 de Setembro de 1969.

¹⁶⁸³ *Ibidem*.

¹⁶⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁸⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 26, 29 de Dezembro de 1969.

¹⁶⁸⁶ Esta comissão incumbiu o arquitecto Homero Gonçalves da obra em causa. Cf. ANTT, cx. 71 pt. 494, doc. 3, 15 de Janeiro de 1971; cx. 72, pt. 501, doc. 37, 18 de Julho de 1970.

garantir que se obtinha o “equilíbrio arquitectónico”¹⁶⁸⁷ pelo qual se pugnara desde 1962.

Para terminar, refira-se ainda que no ano de 1968 um dos baluartes da fortaleza da Amura, pela sua utilização militar e capacidades rememorativas, foi seleccionado pelo gabinete militar do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné para receber uma mostra do material bélico apreendido pelas forças portuguesas ao longo do conflito colonial¹⁶⁸⁸. Do ponto de vista da propaganda não haveria sítio mais indicado para a exposição destes “troféus de guerra”¹⁶⁸⁹ que a antiga fortificação de Bissau, testemunho da ocupação e domínio português daquela zona da África Ocidental tanto no passado como no presente. Assim o atestaria a exposição dos “seculares canhões”¹⁶⁹⁰ da Amura e das “mais modernas armas de fogo”¹⁶⁹¹ capturadas aos nacionalistas guineenses. Esta exposição seria visitada no ano de 1968 por Américo Tomás no âmbito da sua visita presidencial à Guiné e a Cabo Verde¹⁶⁹².

Algumas considerações

O interesse do regime *estadonovista* pela Guiné Portuguesa enquanto hipotética fonte de riqueza ou importância estratégica foi proporcional ao número de monumentos ali existentes: diminuto. Porém, além da questão do alegado direito histórico da soberania portuguesa neste território, a Guiné, descoberta no ano de 1446, beneficiava do estatuto de primeira das colónias portuguesas, o padrão imorredouro do início da expansão portuguesa para o além-mar.

Depois do reconhecimento oficial deste valor rememorativo da fortaleza da Amura em 1939, ano da sua classificação como monumento nacional, o entendimento desta construção como um padrão da presença e acção multiseccular de Portugal na Guiné, foi retomado nos anos 60 pelo governo provincial e por Luís Benavente. Nesse momento o arquitecto em comissão de serviço no Ministério do Ultramar concordou com o governo da província: apesar da utilização da praça como reduto militar esta deveria ser tratada

¹⁶⁸⁷ ANTT, cx. 71 pt. 494, doc. 3, 15 de Janeiro de 1971.

¹⁶⁸⁸ Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 514.

¹⁶⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁶⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁶⁹¹ *Ibidem*.

¹⁶⁹² *Crónica da viagem do Presidente Américo Thomaz à Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, pp. 131-133.

como um monumento de interesse nacional. No entanto constatámos que esta utilização militar da fortaleza da Amura acabou por ser determinante na evolução dos projectos de intervenção, tendo concluído que o arquitecto Benavente procurou, de facto, harmonizar a intenção de dignificar uma fortificação cujo aspecto geral não seria substancialmente diferente do original de meados do século XVIII com a ocupação militar do presente.

Para terminar não podemos deixar de notar que a importância simbólica e militar da fortaleza da Amura não se perdeu na transição do período colonial para o da independência da Guiné-Bissau. Afinal se durante o *Estado Novo* esta fortificação foi entendida e oficialmente reconhecida como um padrão da acção civilizadora portuguesa cuja eloquência se deveria perpetuar e comemorar, sendo nesse momento utilizada como sede do Comando-Chefe; quando a Guiné Portuguesa deu lugar à República da Guiné-Bissau a utilização militar da fortificação manteve-se e as comemorações e testemunhos da acção colonizadora lusitana deram lugar aos monumentos funerários e sepulturas dos heróis da luta pela independência guineense. O padrão do esforço português na Guiné deu, assim, lugar ao panteão de uma nova nação africana.

4. O CASO DE ANGOLA

Do conjunto de territórios que em tempos idos constituíram a dita África Portuguesa, Angola destaca-se por ter sido a primeira dessas colónias a contar na sua estrutura administrativa com um órgão exclusivamente dedicado à salvaguarda dos seus monumentos provinciais, relíquias históricas e artísticas: a Comissão de Monumentos Provinciais de Angola cuja criação remonta ao ano de 1922¹⁶⁹³. Por outro lado e apesar da criação desta comissão ser posterior à formação do serviço homólogo existente desde 1895 na Índia Portuguesa, é significativo que o conceito de “monumento nacional” tenha surgido em Angola logo no ano de 1854¹⁶⁹⁴. Foi também nesta província ultramarina que encontrámos um dos mais eficazes Serviços de Obras Públicas, uma realidade devedora da importância de Angola no conjunto do Portugal ultramarino e da necessidade de afirmação da política colonial nacional.

¹⁶⁹³ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Decreto nº161”, 27 de Maio de 1922, pp. 137-138.

¹⁶⁹⁴ *Boletim Oficial de Angola* nº463, I Série, “Decreto”, 12 de Agosto de 1854, p. 1.

4.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência

Ao percorrermos as estradas asfaltadas e caminhos de terra que se estendem por Angola, apercebemo-nos da existência de um numeroso e variado património arquitectónico de origem portuguesa cujas formas, materiais e localizações nos permitem recordar, com maior ou menor dificuldade, os tempos de conquista e de ocupação dos séculos XV a XX.

Começando pelo norte do país deparamo-nos imediatamente com o território a partir do qual teve início a conquista portuguesa – a região do Zaire – e onde, na sequência da descoberta de Diogo Cão no ano de 1483, foram sendo erguidos os primeiros templos e edifícios administrativos ou residenciais. Descendo ao longo da costa chegamos à antiga São Paulo da Assunção de Luanda fundada no ano de 1576 pelo incontornável governador Paulo Dias de Novais (1510-1589) como, de resto, testemunham as suas igrejas e fortificações, elementos fundamentais para a permanência portuguesa e defesa dos ataques inimigos por via marítima. Concomitantemente, não podemos de modo algum esquecer os conjuntos patrimoniais que ainda hoje recordam a resistência portuguesa face aos ataques dos holandeses nos séculos XVI e XVII, casos de Muxima ou Massangano, com as suas igrejas, fortificações, tribunais, hospitais ou paços do concelho. Entre os testemunhos desta primeira fase de ocupação portuguesa há ainda a destacar, evidentemente, o caso de Nova Oeiras, local onde no século XVIII foi fundada a Real Fábrica de Ferro, um empreendimento industrial extraordinariamente inovador e arrojado num contexto económico dominado pelo tráfico de escravos. Em síntese a grande maioria de construções erguidas pelos portugueses ao longo dos séculos XV a XVIII encontra-se no corredor do Kwanza e no litoral, entre Luanda e Benguela, o núcleo mais importante do sul de Angola.

Por outro lado, para termos um vislumbre do que seria esta antiga colónia portuguesa durante o século XIX e início da centúria seguinte ou, se preferirmos, para termos uma ideia da natureza dos testemunhos de uma nova fase de ocupação marcada pela intensificação do crescimento urbano em alguns dos territórios mencionados anteriormente mas, também, por investidas para o interior e pelo desenvolvimento de novas actividades económicas, basta olharmos para o património arquitectónico

erguido, por exemplo, no Dondo, Nova Lisboa/Huambo, Silva Porto/Kuíto ou Sá da Bandeira/Lubango. São os casos do sobrado oitocentista que funcionou como Paços do Concelho do Dondo (anos 70 do século XIX), o bairro dos operários dos Caminhos de Ferro de Benguela em Nova Lisboa (anos 20 do século XX) ou a capela de Nossa Senhora do Monte de Sá da Bandeira (1919).

Já durante o *Estado Novo*, a par da intensificação das políticas de salvaguarda dos monumentos nacionais existentes no território em causa, assistimos ao amplo desenvolvimento de planos de urbanização que ditaram o surgimento de variadíssimos exemplares de construções habitacionais e institucionais, de equipamentos ou infra-estruturas¹⁶⁹⁵, tanto num estilo mais convencional como de acordo com os notoriamente mais arrojados princípios da arquitectura moderna neste contexto tropical, casos da igreja de Nossa Senhora de Fátima de Benguela, da igreja do Sumbe, do mercado do Lobito ou do criminosamente demolido mercado do Kinaxixe, entre tantos outros exemplos¹⁶⁹⁶. Foquemo-nos agora nos monumentos que foram intervencionados neste mesmo período.

Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Benguela: A lápide colocada no portal da fachada principal deste templo de nave única dá conta da sua construção no ano de 1748 pelo capitão de Infantaria Roque Vieira de Lima. Segundo Fernando Batalha que possivelmente se baseou numa descrição de Lopes de Lima (c. 1797-1852) do ano de 1846¹⁶⁹⁷, a igreja da paróquia dedicada a Nossa Senhora do Pópulo terá sido a primeira construção de pedra e cal numa Benguela dominada pelas edificações em adobe¹⁶⁹⁸. O interior deste templo é consideravelmente sóbrio, destacando-se a decoração em

¹⁶⁹⁵ Acerca desta questão *vide* Maria Manuel da Fonte, *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à revolução*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2012, 455 p., il.; José Manuel Fernandes, *Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 118 p., il.; Fernando Batalha, *Angola: Arquitectura e História*, Lisboa, Vega, 2006, 257p., il.; Ana Magalhães, Inês Gonçalves, *Moderno Tropical: Arquitectura em Angola e Moçambique*, Lisboa, Tinta da China, 2009, 238 p., il.; Ana Vaz Milheiro, *Nos trópicos sem Le Corbusier*, Lisboa, Relógio d'Água, 2012, 489 p., il.; Ana Vaz Milheiro, "Fazer Escola: a arquitectura pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda", *La Modernidad ignorada – arquitectura moderna em Luanda*, Madrid, Universidad Alcalá, 2011, pp. 98-131.

¹⁶⁹⁶ *Vide supra*.

¹⁶⁹⁷ José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre as estatísticas das possessões portuguesas na África Ocidental e Oriental*, 1844, cit. por Manuel Nunes Gabriel, *Padrões da Fé: Igrejas antigas em Angola*, Luanda, Arquidiocese Braga, 1981, p. 187.

¹⁶⁹⁸ Fernando Batalha, *A Igreja de Nossa Senhora do Pópulo na Cidade de Benguela*, Luanda, Museu de Angola, 1950, p. 3.

estruque dos altares, o lavabo em mármore trabalhado existente na sacristia, bem como o vitral novecentista assinado por Ricardo Leone¹⁶⁹⁹ (?-1971) ou um conjunto de quatro telas das quais duas estão assinadas por “Joaquim Marques – Lisboa – 1786”¹⁷⁰⁰. O púlpito rococó do templo, possivelmente oriundo da Bahia, foi imensamente elogiado por Fernando Batalha, para quem este “não terá certamente outro comparável em Angola”¹⁷⁰¹.



Imagem 94 A fachada da igreja de Nossa Senhora do Pópulo.

Fortaleza de São Sebastião do Egito, Egito: A construção de uma fortificação no Egito a partir do ano de 1835 ocorreu na sequência da ocupação deste território justificando-se pela necessidade de defesa contra as incursões de populações vizinhas insatisfeitas com o surgimento de uma nova povoação dedicada à agricultura e comércio¹⁷⁰². Depois da construção desta primeira fortificação que, possivelmente, não foi terminada, deu-se início no ano de 1857 à edificação da fortaleza de São Sebastião que nos anos 90 já estaria em mau estado de conservação¹⁷⁰³. Ainda assim, trata-se de um monumento coevo das campanhas de ocupação efectiva do território africano no século XIX.

Fortim do Quicombo, Novo Redondo: A existência desta fortificação na baía homónima, explica-se pela ameaça holandesa da primeira metade do século XVI. Trata-se de uma

¹⁶⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰⁰ Manuel Nunes Gabriel, *Padrões da Fé: Igrejas antigas em Angola*, Luanda, Arquidiocese Braga, 1981, p. 192.

¹⁷⁰¹ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 7.

¹⁷⁰² Fernando Batalha, “A fortaleza de S. Sebastião, do Egito”, *Boletim do Instituto de Angola* nº18, 1964, p. 37.

¹⁷⁰³ *Ibidem*, p. 38.

fortificação cuja construção se deveu ao governador Francisco de Souto Maior, tendo sido reformada no ano de 1648 por Salvador Correia de Sá e Benevides¹⁷⁰⁴ no âmbito da sua campanha de reconquista de Luanda. Apesar da sua importância enquanto testemunho do sucesso desta campanha contra os holandeses, no término dos anos 60 do século XX – devido aos muitos anos de abandono e, inclusivamente, do roubo de pedras – do afamado forte restava apenas um baluarte, parte da muralha e pouco mais.

Real Fábrica de Ferro, Nova Oeiras: Apesar de actualmente ser praticamente impossível identificar no meio da densa vegetação a estrutura deste histórico exemplar de arquitectura industrial, trata-se de uma obra pensada pelo governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho a partir de 1765 e edificada entre os anos de 1768 e 1772¹⁷⁰⁵. De forma a



Imagem 95 Parte das ruínas da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, s/d [anos 50 ou 60]. AINPCA, pt. nº19.1.

garantir o sucesso de uma campanha que, em síntese, visava fazer da exploração dos minérios de ferro existentes nesta zona do Rio Luíña o grande motor que viria a substituir, do ponto de vista económico, o tráfico de escravos, foram construídos, entre outros edifícios que não chegaram até aos dias de hoje, um dique, um aqueduto, o compartimento das rodas hidráulicas, o forno de fundição, uma ferraria espalhada por três armazéns e um canal para escoar a água¹⁷⁰⁶. Apesar de na mesma época se ter construído Nova Oeiras de raiz, uma povoação dotada de igreja, feitoria e diversos edifícios administrativos, a partida do governador Sousa Coutinho no ano de 1772 e o desinteresse do seu sucessor¹⁷⁰⁷ acabaram por ditar o abandono do vale do Rio Luíña¹⁷⁰⁸. No ano de 1797, D. Miguel de Melo (1766-1836) ainda propôs, sem sucesso, a entrega deste grande empreendimento a uma companhia

¹⁷⁰⁴ José Manuel Fernandes, “Forte ou Fortim do Kikombo”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 428.

¹⁷⁰⁵ Fernando Batalha, *Povoações Históricas de Angola*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 88.

¹⁷⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁰⁷ Maria Adelina Amorim, “A Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras: Angola, Século XVIII”, *Clio* nº9, 2003, p. 213.

¹⁷⁰⁸ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 89.

comercial que pudesse interessar-se pela sua exploração¹⁷⁰⁹. Deste modo, o conjunto de Nova Oeiras acabou por ser totalmente abandonado e paulatinamente engolido pela densa vegetação.

Conjunto das ruínas de Cambambe: A primeira fortificação e igreja de Cambambe datam do início do século XVI¹⁷¹⁰, mas destas pouco ou nada resta. Quanto às construções que a partir dos finais do século XVII foram erguidas num sítio conhecido pela presumida existência de minas de prata¹⁷¹¹, o cenário é pouco mais animador. Na verdade actualmente, como durante o *Estado Novo*, deparamo-nos com um núcleo constituído pela igreja, forte e vestígios do paço municipal, quartel, cadeia e de outros edifícios. O templo dedicado a Nossa Senhora do Rosário foi construído no interior da fortaleza no qual se destacam, ainda hoje, a capela-mor com o seu arco triunfal e os dois altares colaterais. A fortificação assume um formato quadrangular, sendo dotada de um baluarte em cada um dos seus cantos. O elemento que mais se destaca nesta fortificação edificada no ano de 1691 por D. João de Lencastre (1646-1707), como dá conta uma lápide, é, sem dúvida, a porta de armas com o seu frontão curvilíneo. Já no século XX Cambambe tornar-se-ia particularmente conhecida pela construção da barragem inaugurada no ano de 1963 pelo presidente Américo Tomás, momento em que o arcebispo de Luanda celebrou missa nas ruínas da igreja de Nossa Senhora do Rosário¹⁷¹².

Fortaleza da Muxima: Sucessora de uma primeira fortificação erguida no ano de 1581 pelo governador Paulo Dias de Novais, esta construção foi edificada no alto de um morro junto ao rio Kwanza no ano de 1599 pelo governador João Furtado de Mendonça¹⁷¹³. No ano de 1646 desempenhou um papel fundamental aquando do ataque holandês,



Imagem 96 Vista da fortaleza da Muxima a partir da rampa de acesso.

¹⁷⁰⁹ Maria Adelina, *op. cit.*, p. 214.

¹⁷¹⁰ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 123.

¹⁷¹¹ *Ibidem*, p. 108.

¹⁷¹² Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 170.

¹⁷¹³ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 30.

ocasião em que a população se refugiou aguardando a chegada de reforços¹⁷¹⁴. Poucos anos depois, em 1655, foi reedificada¹⁷¹⁵. Trata-se de uma construção em forma de pentágono irregular, dotada de três baluartes e de dois edifícios localizados no seu interior. O acesso a este monumento nacional faz-se através de uma rampa calcetada com grandes lajes que nos conduzem à porta de armas.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Muxima:

Edificado na margem esquerda do rio Kwanza na mesma zona onde no ano de 1599 foram instalados os já referidos postos militares, este templo apresenta uma só nave, três altares, uma torre sineira construída no ano de 1853¹⁷¹⁶, e contrafortes no exterior. Apesar de se desconhecer a data da sua fundação, apontando-se para a



Imagem 97 Fachada da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima.

mesma época de edificação do presídio, sabe-se que esta foi reconstruída na sequência do saque e incêndio provocado pelos holandeses aquando do cerco a Muxima nos anos quarenta de Seiscentos¹⁷¹⁷. A imagem da padroeira colocada no altar-mor é conhecida por atrair devotos de todas as proveniências. Apesar deste forte poder de atracção, a igreja da Muxima, como tantos outros templos, passou por momentos de grande abandono como deu conta, no ano de 1868, Eduardo de Sá Nogueira Pinto Balsemão, secretário-geral do governo¹⁷¹⁸.

Fortaleza de Massangano: A fortificação deste ponto de expansão dos portugueses das margens do Kwanza para o interior de Angola a partir de 1582, remonta possivelmente ao século XVII¹⁷¹⁹, sendo por isso anterior ao momento em que Massangano começou a ser assediada pelos holandeses (1641-1648). Trata-se de uma fortificação quadrangular com um edifício no seu interior, na qual se destaca particularmente a sua porta de armas com frontão curvilíneo e dois pináculos nas extremidades. Tal com recorda uma placa comemorativa colocada num dos seus muros, esta fortificação é um dos mais

¹⁷¹⁴ *Ibidem*, p. 31.

¹⁷¹⁵ *Ibidem*, p. 41.

¹⁷¹⁶ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 163.

¹⁷¹⁷ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 31.

¹⁷¹⁸ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 164.

¹⁷¹⁹ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 60.

importantes símbolos da resistência portuguesa contra os ataques dos holandeses em Seiscentos, tendo permitido “a integração definitiva de Angola na soberania de Portugal”.



Imagem 98 Porta de armas da fortaleza de Massangano.

Igreja de Nossa Senhora da Vitória,

Massangano: Este templo está intimamente ligado à figura do primeiro governador de Angola, Paulo Dias de Novais, uma vez que a ele se deve a invocação escolhida na sequência de uma vitória alcançada sobre o rei do Congo a 2 de Fevereiro de 1583¹⁷²⁰.

Antes disso o orago seria Nossa Senhora do Rosário¹⁷²¹. Em frente desta igreja encontramos um mausóleo que



Imagem 99 Vista da fachada da igreja de Nossa Senhora da Vitória de Massangano e do monumento fúnebre do governador Paulo Dias de Novais.

corresponderá ao sítio onde, segundo a tradição, aquele governador terá sido sepultado, isto apesar de existir uma outra memória referente ao mesmo sepultamento na igreja de Jesus em Luanda. Na segunda metade do século XVII, ao longo de uma campanha cuja duração foi de sete anos, o templo foi totalmente reconstruído em pedra e cal e com cobertura de telha¹⁷²². Um século depois Massangano, seriamente insalubre e ultrapassada pela construção de novas povoações no interior e pelo

¹⁷²⁰ *Ibidem*, p. 54.

¹⁷²¹ António de Oliveira de Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas da Agência Geral das Colónias, 1942, Tomo III, p. 120.

¹⁷²² *Ibidem*, p. 121.

caminho-de-ferro, mantinha a sua igreja mas esta ameaçava ruína, tal como ilustra a queda do tecto da parte posterior da capela-mor¹⁷²³. Mais tarde, possivelmente no século XX, o tecto da igreja terá desabado na sua totalidade, tendo deixado apenas as paredes no limite das quais, já no ano de 1935, o monsenhor Alves da Cunha (1872-1947) celebrou missa por ocasião de uma romagem na qual o governador-geral também participou¹⁷²⁴. A importância simbólica deste templo de nave e torre única, de interior sóbrio e grandes contrafortes exteriores, nunca se perdeu, conforme demonstra, por exemplo, a cerimónia religiosa que ali teve lugar por ocasião das comemorações do terceiro centenário da Restauração de Angola (1948) ou a visita de Craveiro Lopes no ano de 1954.

Tribunal de Massangano: Trata-se de um edifício longilíneo possivelmente de Seiscentos cuja fachada apresenta três arcos de volta perfeita, um correspondente à entrada e os restantes a janelas. Nas divisões que ainda hoje podemos observar estariam instaladas as salas de tribunal e os cárceres¹⁷²⁵.

Paços do Concelho de Massangano: Tal como acontece com o tribunal, não se conhece a data nem autor deste edifício tradicionalmente conhecido como Paços do Concelho. Trata-se de uma construção de planta rectangular cujas paredes são ritmicamente rasgadas por várias portas e janelas com arcos de volta perfeita.



Imagem 100 Pormenor da arcaria das ruínas dos Paços do Concelho de Massangano.

Igreja e hospital da Misericórdia de Massangano: A construção desta igreja e hospital terá decorrido a partir de 1660, ano em que foi fundada a Santa Casa da Misericórdia de Massangano¹⁷²⁶. Todavia, no ano de 1815 um incêndio destruiu as instalações da Misericórdia¹⁷²⁷ que, mais tarde, acabariam por ser reconstruídas¹⁷²⁸. Actualmente são visíveis apenas alguns vestígios.

¹⁷²³ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 156.

¹⁷²⁴ *Ibidem*, p. 157.

¹⁷²⁵ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 56.

¹⁷²⁶ *Ibidem*, p. 63.

¹⁷²⁷ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 158.

¹⁷²⁸ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 63.

Ruínas da igreja de São Salvador do Congo:

Apesar das muitas construções religiosas que terão sido erguidas no primeiro momento de ocupação europeia de São Salvador do Congo, a antiga Sé é a única cujas paredes são ainda visíveis. Trata-se de um templo erguido no ano de 1548 pelos missionários jesuítas, tendo sido elevado a Sé em 1596¹⁷²⁹. Cerca de cem anos depois, na sequência da batalha de Ambuíla



Imagem 101 Ruínas da igreja de São Salvador do Congo, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479

(1665) e das sucessivas guerras internas, as igrejas erguidas em São Salvador já estavam totalmente arruinadas, enquanto a Sé conservava as suas paredes muito flageladas pelas raízes das árvores que as gretavam¹⁷³⁰. Em 1781 a situação seria idêntica, razão pela qual um grupo de missionários portugueses cobriu a igreja e realizou algumas obras que permitissem a celebração do culto no seu interior¹⁷³¹. No ano de 1845 o templo quinhentista conservava, ainda, todas as paredes, uma situação que seria alterada quando nos anos 60 do mesmo século XIX as tropas de Baptista Andrade (1811-1902) saquearam os edifícios existentes levando a pedra para ser utilizada na construção de um fortim¹⁷³². Hoje, tal como durante o *Estado Novo*, podemos observar as paredes da capela-mor com o seu arco triunfal de volta perfeita.

Fortaleza de São Pedro da Barra, arredores de

Luanda: A construção desta fortificação remonta aos anos 30 do século XVI. A sua localização no morro da Cassondama era de tal modo importante que os holandeses, aquando da sua ocupação de Luanda (1641-1648), abriram uma outra bateria nesta mesma elevação rochosa¹⁷³³.



Imagem 102 Praça da fortaleza de São Pedro da Barra, s/d. ACTDC/IICT, nº17144.

Na sequência da reconquista da cidade pelos

¹⁷²⁹ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 22.

¹⁷³⁰ P. Fr. Bontinek, *Diaire Congolais (1690-1701) de Fra Luca da Caltanissetta*, cit. por Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 24.

¹⁷³¹ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 24.

¹⁷³² *Ibidem*, p. 25.

¹⁷³³ Francisco Lopes Xavier, *Três Fortalezas de Luanda em 1846*, Luanda, Museu de Angola, 1954, p. 23.

portugueses no século XVII, foram realizadas várias obras nesta fortificação que juntamente com a bateria de Nossa Senhora da Flor da Rosa da ilha garantia a defesa da barra de Luanda. No ano de 1826 terá sido reparada mas apenas dez anos depois já estaria “quase inabitável”¹⁷³⁴. No início do século XX foi adaptada a prisão, função que continuou a desempenhar aquando do início da guerra colonial. A sua planta assemelha-se a um quadrado e conta com quatro meios baluartes distribuídos pelos seus ângulos.

Ermida de Nossa Senhora da Nazaré,

Luanda: A lápide colocada na fachada desta ermida erguida em frente à baía de Luanda esclarece que a sua construção no ano de 1664 se deveu à acção do governador André Vidal de Negreiros (1606-1680), tratando-se do cumprimento de um voto. Isto porque o referido governador terá sobrevivido, miraculosamente, a um naufrágio ocorrido



Imagem 103 Interior da ermida de Nossa Senhora da Nazaré.

aquando da sua viagem do Brasil para Luanda conforme recorda um dos painéis de azulejos azuis e brancos existentes na parede do lado da Epístola da capela-mor. Além deste painel, podemos destacar na capela-mor do lado do Evangelho aquele dedicado à Batalha de Ambuíla (1665), uma das mais gloriosas vitórias portuguesas sobre o Reino do Congo, ou o painel alusivo à lenda de D. Fuas Roupinho. Também no interior deste templo de nave única, três altares, alpendres laterais no exterior e uma única torre sineira, existe uma interessante imagem de Santa Efigénia. No início do século XX, na sequência de um forte temporal (1909), a ermida ficou destelhada, tendo sido depois coberta por um frágil e inestético telhado de zinco¹⁷³⁵. No ano de 1939, depois de muitos anos fechada ao culto ainda que utilizada pelo menos em duas ocasiões como espaço de exposições¹⁷³⁶, foi oficialmente reaberta.

Igreja de Jesus, Luanda: Este templo jesuítico foi erguido entre os anos de 1607 e 1636, sendo na época, com as suas grandes dimensões, estética e riqueza de mármore,

¹⁷³⁴ *Ibidem*.

¹⁷³⁵ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, pp. 71-72.

¹⁷³⁶ *Ibidem*, p. 72.

retábulos, pinturas e prataria¹⁷³⁷, o templo mais impressionante de Luanda. António de Oliveira de Cadornega afirma, inclusivamente, “que pudera sua igreja ter lugar entre as sumptuosas da Europa”¹⁷³⁸. A História associa-o, ainda, ao ilustre governador Paulo Dias de Novais cujas cinzas terão sido trasladadas de Massangano para este templo no ano de 1609¹⁷³⁹, uma questão que, como veremos, foi investigada no âmbito do restauro iniciado em 1953. O edifício localizado na parte Alta da cidade não corresponde, com excepção para a imponente fachada e capela-mor, à construção do século XVI. Isto porque, na sequência da expulsão dos jesuítas no ano de 1760, o templo que D. José I ainda propôs para Sé¹⁷⁴⁰, acabou por ser paulatinamente descurado, datando de 1780 a queda de grande parte da cobertura¹⁷⁴¹. Já no século XIX as Obras Públicas instalaram no outrora sublime templo jesuítico, mas então apenas com quatro paredes e o marcante trono do altar-mor, algumas das suas oficinas¹⁷⁴². Depois de mais de uma centena de anos de incúria e desrespeito pelo seu valor artístico e histórico, o templo foi, como veremos, restaurado e reaberto ao culto em 1958, ocasião em que foram realizadas muitas obras num interior onde se destaca, além das seis capelas laterais, a riquíssima composição barroca do altar-mor em mármore. Entre os anos de 1961 e 1975 o templo foi utilizado como sede da Capelania Militar de Angola¹⁷⁴³.



Imagem 104 Interior da igreja de Jesus.

¹⁷³⁷ Fernando Batalha, *Arquitectura Antiga de Luanda*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1966, p. 21.

¹⁷³⁸ António de Oliveira de Cadornega, *op. cit.*, Tomo III, p. 12.

¹⁷³⁹ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 58.

¹⁷⁴⁰ *Ibidem*, p. 60.

¹⁷⁴¹ *Ibidem*.

¹⁷⁴² *Ibidem*, p. 61.

¹⁷⁴³ *Ibidem*, p. 65.

Fortaleza de São Miguel, Luanda: A primeira versão desta fortificação terá sido erguida no ano de 1575 ou 1576 pelo governador Paulo Dias de Novais, seguindo-se uma outra em barro, adobe e taipa construída com a receita dos dízimos pelo governador Francisco de Vasconcelos da Cunha¹⁷⁴⁴. Na sequência do final do jugo holandês a fortaleza de São Miguel foi sucessivamente reparada e melhorada, datando, por exemplo, do período decorrido entre 1669 e 1676 o seu revestimento com alvenaria, ao invés dos adobes¹⁷⁴⁵, e já de 1688-1691 a construção de um novo baluarte não em alvenaria mas em taipa¹⁷⁴⁶ que passaria nos anos 30 do século XVIII a pedra e cal¹⁷⁴⁷. As obras de fortificação do morro de São Miguel terão tido particular destaque durante o governo de Francisco de Sousa Coutinho que entre os anos de 1764 e 1772 mandou construir o baluarte do Cavaleiro, a cisterna conhecida como Cova da Onça e uma casamata¹⁷⁴⁸. No seu interior, além destas construções, encontramos a residência do governador, os armazéns, paiol e a pequena capela dedicada a São Miguel. Entre os anos de 1876 e 1938 esta fortaleza em forma de polígono irregular foi utilizada como depósito de degredados, tendo sido adaptada a Museu de Angola em 1938, altura em que foram colocados na casamata os afamados painéis de azulejos representando, além de fauna e flora angolana ou brasões de armas, cenas da História de Angola baseadas na *História Geral das Guerras Angolanas*¹⁷⁴⁹ de António de Oliveira Cadornega, em aguarelas de Roque Gameiro (1864-1935) e de Alberto Sousa (1880-1961) dos *Quadros da História de Portugal*¹⁷⁵⁰, ou na obra *De Angola à Contra-Costa*¹⁷⁵¹ de Hermenegildo Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898), entre outras¹⁷⁵². Actualmente encontram-se na praça da fortaleza muitas das esculturas da Luanda colonial que, na sequência da independência do país, foram levadas para este local.

¹⁷⁴⁴ Francisco Lopes Xavier, *op. cit.*, p. 10.

¹⁷⁴⁵ *Ibidem*, p. 12.

¹⁷⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁴⁷ *Ibidem*, p. 13.

¹⁷⁴⁸ *Ibidem*, p. 14.

¹⁷⁴⁹ Esta obra foi escrita no ano de 1680. António de Oliveira Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas da Agência Geral das Colónias, 1942, 3 tomos, il.

¹⁷⁵⁰ Chagas Franco, João Soares, coord., *Quadros da História de Portugal*, Lisboa, Papelaria Guedes, 1917, 138 p., il.

¹⁷⁵¹ Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, *De Angola à Contra-Costa: Descrição de uma viagem através do continente africano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, 2 vols.

¹⁷⁵² Estes painéis azulejares foram restaurados no ano de 2009. Acerca desta campanha vide João Moreira, *Memória de Angola. O restauro dos azulejos da fortaleza de São Miguel em Luanda*, disponível em <https://sites.google.com/site/azulejosdafortalezadeluanda/>, consultado a 17 de Julho de 2014.



Imagem 105 Vista da fortaleza de São Miguel a partir da praça interior.



Imagem 106 Pormenor dos azulejos do Museu de Angola.

4.2 Angola no contexto da política colonial do *Estado Novo*

No âmbito das campanhas levadas a cabo a partir de 1482 na costa sudoeste africana, o navegador Diogo Cão chegou ao Reino do Congo, dando assim início a um processo que culminaria, alguns anos depois, com o reconhecimento e ocupação dos territórios localizados mais a sul, ou seja, Angola. Depois de alguns anos de negociações e relacionamento pacífico entre Portugal e os monarcas do Congo que, entretanto, adoptaram o Cristianismo, os portugueses começaram a ganhar um crescente interesse na região localizada a sul daquele território congolês, o reino de N'Gola, passando-se, deste modo, como tão bem descreveu Douglas Wheeler, de uma “co-existência cristã no Congo para a conquista militar em Angola”¹⁷⁵³. Assim, após uma série de tentativas mal sucedidas em termos do estabelecimento de relações com o reino de N'Gola que, ao contrário do Congo, recusou o Cristianismo, o líder de uma das missões diplomáticas portuguesas, Paulo Dias de Novais, foi preso. Este mesmo homem, neto de Bartolomeu Dias (c.1450-1500), depois de libertado lançou-se na conquista daquele território, tendo-lhe sido concedida pelo rei D. Sebastião no ano de 1571 uma carta de doação referente a um território de trinta e cinco léguas do rio Kwanza para sul. No ano de 1575 Paulo Dias de Novais, conquistador e primeiro governador de Angola, chegou à Ilha das Cabras, âmago da futura São Paulo da Assunção de Luanda, de onde partiria para o interior do território angolano. Teria assim início a guerra de conquista de Angola como,

¹⁷⁵³ Douglas Wheeler, René Pélissier, *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, p. 66.

de resto, ainda hoje testemunham os vários presídios, fortes e fortificações anteriormente apresentados.

Ao longo destas lutas que, na verdade, continuaram mesmo muito depois da morte de Paulo Dias de Novais¹⁷⁵⁴, Angola foi ganhando importância como grande mercado de escravos destinados, sobretudo, ao Brasil. Como tal, a necessidade de garantir a manutenção da presença portuguesa neste território africano aumentou exponencialmente. Concomitantemente, a presença portuguesa em Angola foi sendo ameaçada não só pelas investidas de outras potências estrangeiras como a Holanda ou a Inglaterra mas, também, por outros acontecimentos marcantes, tais como a independência do Brasil no ano de 1822 ou o início do processo gradual de abolição do tráfico negreiro em 1810. Assim, na viragem para um novo século “parecia que Angola, o filho atormentado de uma mãe negra e de um pai branco, poderia não sobreviver ao novo século”¹⁷⁵⁵.

Todavia, quando chegamos ao século XX, na sequência das crises do *Ultimatum* e da “corrida a África” pelas diferentes potências coloniais europeias e passando, por exemplo, pela fase marcada pelas ideias defendidas por Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (1795-1876), vulgo Sá da Bandeira – a substituição do vazio provocado pelo final da escravatura pela expansão como modo de garantir a ocupação de portos e aplicar diversas taxas aduaneiras¹⁷⁵⁶ – constatamos que esta colónia não só sobreviveria como ganharia importância no panorama nacional. Em grande parte esta nova fase dever-se-á a dois líderes: Paiva Couceiro (1861-1944) cujo governo, segundo Henrique Galvão e Carlos Selvagem, marcou “perante o Mundo a decisão de Portugal valorizar Angola e todas as outras possessões africanas, como províncias lididamente portuguesas”¹⁷⁵⁷, isto porque em dois anos de governo este líder promoveu a exploração e ocupação do território e o seu desenvolvimento económico, tendo feito

¹⁷⁵⁴ Douglas Wheeler salienta que a guerra foi uma constante na presença portuguesa em Angola entre os anos de 1579 e 1921, acreditando que ao longo desses três séculos e meio dificilmente decorreram cinco anos sem que tenha sido realizada uma qualquer campanha militar portuguesa neste território. Cf. Douglas Wheeler, René Pélissier, *op. cit.*, p. 76.

¹⁷⁵⁵ Douglas Wheeler, René Pélissier, *op. cit.*, p. 88.

¹⁷⁵⁶ *Ibidem*, pp. 91-96.

¹⁷⁵⁷ Henrique Galvão, Carlos Selvagem, *Império Ultramarino Português – Monografia do Império*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1952, vol. III, p. 117.

“mais por Angola do que todos os seus antecessores desde Sousa Coutinho”¹⁷⁵⁸; e a Norton de Matos figura que, como demonstraremos adiante, munida de um forte espírito empreendedor contribuiu, de forma incontornável, para a salvaguarda dos monumentos nacionais de Angola.

Contudo, após o afastamento de Norton de Matos e já durante a Ditadura Militar resultante do golpe de 28 de Maio de 1926, Angola, como resultado da crise financeira do ano de 1923, estaria novamente “na mais pavorosa e complexa das crises”¹⁷⁵⁹, razão pela qual António Vicente Ferreira (1874-1953), antigo ministro das Finanças, foi escolhido para alto-comissário. Com o passar dos anos e reflectindo fielmente os acontecimentos nacionais e internacionais de maior importância – caso da crise mundial de 1929 – Angola apresentava-se nas vésperas do *Estado Novo* como uma “Colónia perfeitamente pacificada e quase totalmente ocupada, mas sob um pessimismo duma grande penúria financeira e da depressão económica”¹⁷⁶⁰, sentindo-se a urgência de evitar o tantas vezes prenunciado colapso deste território português da África Ocidental.

A instabilidade e a incerteza não foram, como procurámos demonstrar, características exclusivas do período de vigência do *Estado Novo*. Todavia, entre os anos de 1933 e 1964 foram atingidos em Angola níveis de violência sem precedentes uma situação pressentida em alguns círculos pelo menos desde o ano de 1934, momento em que o governador de Moçâmedes deu conta da seguinte informação:

*Sinto, adivinho, que vamos ter coisa séria, seriíssima, em Angola, dentro de dois meses, isto é logo que em Lisboa se dê o dia do Juízo Final com que certas pessoas que me dou bem, mas que são adversárias, contam à certa (...)*¹⁷⁶¹

Os referidos dois meses transformar-se-iam em anos, mas a verdade é que o ambiente social e político em Angola foi, naqueles anos 30, profundamente afectado pela questão económica, um problema ao qual também iremos aludir a propósito do caso de Moçambique, referindo-nos à tentativa de equilibrar as finanças em Portugal, o que na prática acabaria por resultar no estabelecimento de uma nova relação entre a

¹⁷⁵⁸ *Ibidem*, p. 119.

¹⁷⁵⁹ *Ibidem*, p. 134.

¹⁷⁶⁰ *Ibidem*, p. 138.

¹⁷⁶¹ ANTT, AOS, UL8B, cx. 724, pt. 12, fl. 420, 7 de Abril de 1934.

metrópole e as colónias. Na opinião de Oliveira Salazar a solução para o ambicionado equilíbrio nesta relação era simples: “que as Colónias produzam e vendam à Metrópole as matérias-primas e com o preço destas lhe adquiram os produtos manufacturados.”¹⁷⁶² Deste modo em Angola, colónia cuja dívida à metrópole no início da década de 30 era particularmente excessiva¹⁷⁶³, insistiu-se, por exemplo, na cultura do algodão e, mais tarde, no café que entre os anos de 1950 e 1964 terá contribuído para um crescimento de 146% da economia desta província ultramarina¹⁷⁶⁴, tendo sido, entre 1946 e 1972, portanto antes do ciclo do petróleo, a principal exportação do território¹⁷⁶⁵. De resto, a título de comparação, note-se que entre os anos de 1945 e 1960, Angola assumiu a posição de maior produtor de café em África e o terceiro ou quarto lugar a nível mundial¹⁷⁶⁶. Outros bens produzidos em Angola e destinados à exportação eram o açúcar, a cera, o gado, o peixe, o trigo, o sisal, o vinho, o milho e, claro, os diamantes. Se é certo que a situação de profundo desequilíbrio nas contas e saldos comerciais foi sendo corrigida a partir dos anos 30, mas sobretudo a partir da década de 40, a verdade é que as matérias-primas que estiveram na origem deste novo cenário surgiram, também, associadas à intensificação da instabilidade em Angola. Afinal data, por exemplo, de 1959, um ano economicamente marcado pelas descidas das cotações mundiais do café e do sisal¹⁷⁶⁷, uma informação emanada por um indivíduo do distrito do Congo à PIDE dando conta que esta baixa estava a deixar as “pessoas verdadeiramente alarmadas”¹⁷⁶⁸, alertando para um cenário preocupante:

Se o nosso Governo, num rasgo de audácia e largueza de vistas, não libertar o café (principal produto em que assenta a economia de Angola) dos pesados encargos, que vem suportando – horas amargas estão reservadas para todos nós, e para o próximo Governo, porque será inevitável, e fatal, uma crise, larga e grave, de

¹⁷⁶² António de Oliveira Salazar, “O Império Colonial na Economia da Nação”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, vol. II, p. 159.

¹⁷⁶³ Luís Salgado de Matos, “Economia”, Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, p. 244.

¹⁷⁶⁴ Solival Menezes, *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 130.

¹⁷⁶⁵ Nuno Valério, Maria Paula Fontoura, “A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial – uma tentativa de síntese”, *Análise Social* nº129, 1994, p. 1197.

¹⁷⁶⁶ Douglas Wheeler, René Pélissier, *op. cit.*, p. 204.

¹⁷⁶⁷ Nuno Valério, Maria Paula Fontoura, *op. cit.*, p. 1200.

¹⁷⁶⁸ ANTT, AOS, UL34A, cx. 831, pt. 3, 1ª subdivisão, fl. 21, 7 de Agosto de 1959.

*desemprego, provocado pelo despedimento forçado da maior parte dos trabalhadores, até agora aguentados com sacrifícios, pelos agricultores desta vasta zona. Isto seria, no momento actual, uma calamidade, de consequências imprevisíveis*¹⁷⁶⁹.

Apesar do início da década de 60 ter ficado marcado por uma grande reestruturação da economia e comércio colonial angolanos, tendo-se assistido, tal como em Moçambique, à revogação do *Estatuto dos Indígenas Portugueses* em 1961¹⁷⁷⁰ e do *Código do Trabalho Indígena* em 1963¹⁷⁷¹ e, simultaneamente, à semelhança do que se fazia internacionalmente com as zonas de comércio livre (EFTA), à liberalização da economia através da criação em 1961 do Espaço Económico Português (EEP)¹⁷⁷², a guerra acabou por rebentar no ano de 1961. De resto, antes de entrarmos nesta questão, convém referir que o início do conflito naquele ano, salvo algumas flutuações, não implicou o colapso da economia em Angola, sabendo-se que na sequência dos acontecimentos da Baixa do Cassange¹⁷⁷³, portanto entre 1961 e 1967, a exportação do algodão passou de cerca de 5000 toneladas por ano a 29000, tendo-se assistido, ainda, ao aumento da exportação do café e da exploração de diamantes a partir de 1962¹⁷⁷⁴.

Apesar da importância do episódio protagonizado pelos trabalhadores da Cotonang, a “primeira organização a iniciar as hostilidades em grande escala, mobilizando milhares de seguidores”¹⁷⁷⁵, tal como frisou Josep Sanchez Cervelló, foi a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) – cuja formação remonta ao ano de 1954 em Léopoldville – depois União dos Povos de Angola (UPA) e, seguidamente, Frente Nacional para

¹⁷⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁷⁰ *Diário do Governo* nº207, I Série, “Decreto-Lei nº43 893”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1101-1103.

¹⁷⁷¹ *Diário do Governo* nº95 – suplemento, I Série, “Decreto nº 44 309”, 27 de Abril de 1962, pp. 579-613.

¹⁷⁷² O Decreto-Lei nº44:016 de 8 de Novembro de 1961 promulgou uma série de disposições destinadas à promoção e integração da economia nacional através da criação de uma zona de comércio livre nos territórios nacionais, ou seja, entre a metrópole, ilhas e províncias ultramarinas. Acerca deste novo rumo dado ao comércio e economia colonial e, particularmente, sobre o caso de Angola *vide* Luís Salgado de Matos, *op. cit.*, pp. 244-247 e Nuno Valério, Maria Paula Fontoura, *op. cit.*, pp. 1202-1208.

¹⁷⁷³ Em Janeiro de 1961 os trabalhadores da Companhia Cotonang entraram em greve protestando contra a obrigatoriedade da plantação de algodão e as condições de trabalho. Esta situação culminaria com o envolvimento da população da região, a queima de sementes, destruição de vias de comunicação, expulsão de colonizadores ou invasão de armazéns e, consequentemente, com a intervenção violenta de forças do Exército e da Força Aérea.

¹⁷⁷⁴ Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, p. 62.

¹⁷⁷⁵ Josep Sanchez Cervelló, “Tribalismo e nacionalismo: UPA e FNLA”, Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, p. 35.

Libertação de Angola (FNLA). De resto, historicamente, tem-se apontado a data de 15 de Março de 1961 como o dia em que tiveram início os conflitos violentos entre o regime português e os movimentos de libertação, momento este em que a UPA dirigiu uma sublevação contra os colonos, atacando povoações, sanzalas, fazendas e matando brancos e negros ao longo de dois dias repletos de violência no norte de Angola, nomeadamente em Aldeia Viçosa, Bessa Monteiro, Vista Alegre, Carmona, Quibaxe, entre outras. A resposta não tardaria. Em Abril do mesmo ano, na sequência da tentativa de golpe de Estado perpetrada pelo general Botelho Moniz, Salazar, ainda antes da remodelação do Governo, assumiu a pasta da Defesa Nacional, esclarecendo que esta atitude teria uma explicação que “pode concretizar-se numa palavra, e essa é Angola”¹⁷⁷⁶. Compreendendo que “Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr a prova a nossa capacidade de decisão. Como um só dia pode poupar sacrifícios e vidas, é necessário não desperdiçar desse dia uma só hora, para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação”¹⁷⁷⁷, Salazar determinou a partida dos primeiros contingentes militares nos dias 19 e 21 de Abril de 1961. Os objectivos passavam, evidentemente, pela reocupação do norte de Angola conforme é possível depreender, por exemplo, da concretização da incontornável “Operação Viriato” que tinha como objectivo a tomada de Nambuangongo, povoação onde a UPA fixara o seu quartel-general.

Tinha assim início o conflito entre Portugal, a UPA/FNLA e outros dois movimentos de libertação de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de Agostinho Neto, cuja criação se deveu à fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) com o Partido Comunista de Angola (PCA), aos quais se juntaria, já em 1958, o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA); e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), cuja formação por Jonas Savimbi (1934-2002) remonta apenas ao ano de 1966¹⁷⁷⁸. Assim, enquanto os contingentes portugueses combatiam, militarmente ou psicologicamente, os guerrilheiros dos diferentes movimentos que ao mesmo tempo, com particular destaque

¹⁷⁷⁶ António de Oliveira Salazar, “Ao assumir a Pasta da Defesa Nacional”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, vol. VI, p. 123.

¹⁷⁷⁷ *Ibidem*, pp. 123-124.

¹⁷⁷⁸ Acerca das diferentes orientações e programas destes movimentos de libertação de Angola vide Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *op. cit.*, pp. 70-72, p. 75, p. 65, pp. 424-427.

para a disputa entre a UPA e o MPLA, entravam em conflito entre si, o Governo Português mantinha a sua posição, continuando a promover uma série de manobras, não necessariamente militares, que confirmavam as suas pretensões. Senão vejamos como no ano de 1961 assistimos não só ao desencadear do conflito armado em Angola, como também à tomada da decisão de, na sequência de uma visita do subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, Rafael Amaro da Costa (1910-), enviar para Angola e restantes territórios ultramarinos o arquitecto Luís Benavente com o intuito de averiguar o estado dos monumentos existentes e definir critérios de actuação¹⁷⁷⁹. Efectivamente, além das acções militares, não podemos desprezar no âmbito deste contexto de luta pela manutenção da presença portuguesa em Angola outras medidas que foram sendo tomadas pelo Governo, caso dos incentivos à industrialização e ao aumento das exportações de matérias-primas com o café, o algodão, o açúcar ou os diamantes, mas também das tentativas de desenvolvimento das obras públicas e da intensificação do povoamento. Esta aposta em Angola é facilmente compreensível pois à época esta província era frequentemente entendida como “a magnífica matéria de onde pode fazer-se a jóia de um Império – e a melhor, mais rica e mais nobre província de Portugal”¹⁷⁸⁰.

A questão do incremento da construção de edifícios e infra-estruturas públicas e do desenvolvimento do urbanismo foi brevemente abordada na introdução aos monumentos em destaque neste capítulo e tem sido intensamente apresentada em vários estudos desenvolvidos essencialmente de há dez anos a esta parte¹⁷⁸¹. Assim, pretendemos apenas salientar que estas questões do crescimento – nem sempre planeado ou correcto¹⁷⁸² – de cidades como Luanda, Benguela, Nova Lisboa, Salazar,

¹⁷⁷⁹ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 546, docs.9 e 7, 15 de Fevereiro de 1962 e 18 de Setembro de 1961.

¹⁷⁸⁰ Henrique Galvão, *Angola (Para uma nova política)*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1937, vol. I, p. 19.

¹⁷⁸¹ A título de exemplo refiram-se os seguintes estudos: Maria Manuel da Fonte, *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à revolução*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2012, 455 p., il.; José Manuel Fernandes, *Geração Africana: Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 118 p., il.; Fernando Batalha, *Angola: Arquitectura e História*, Lisboa, Vega, 2006, 257 p., il.; Ana Magalhães, Inês Gonçalves, *Moderno Tropical: Arquitectura em Angola e Moçambique*, Lisboa, Tinta da China, 2009, 238 p., il.; Ana Vaz Milheiro, *Nos trópicos sem Le Corbusier*, Lisboa, Relógio d'Água, 2012, 489 p., il.; Ana Vaz Milheiro, “Fazer Escola: a arquitectura pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda”, *La Modernidad ignorada – arquitectura moderna em Luanda*, Madrid, Universidad Alcalá, 2011, pp. 98-131.

¹⁷⁸² Maria Manuel da Fonte, *op. cit.*, p. 30.

Moçâmedes ou Carmona, da edificação nesses locais de conjuntos consideráveis de novos edifícios administrativos, culturais, religiosos, sociais, de saúde ou de habitação e do desenvolvimento de ligações terrestres e aéreas, estão intimamente relacionadas com a necessidade de albergar, sobretudo nas grandes cidades, uma população em crescimento contínuo e exponencial, um reflexo do referido objectivo de fundo: apostar no desenvolvimento de Angola como parte integrante e legítima de uma nação europeia que se pretendia triunfante e atractiva.

Relativamente ao povoamento note-se que durante o *Estado Novo* e muito particularmente a partir dos anos 40, assistiu-se, devido à anteriormente referida melhoria da situação económica da colónia, a um aumento extraordinário do fluxo de portugueses da metrópole para Angola, tanto por iniciativa própria em busca de uma vida melhor, como no âmbito de recrutamentos de colonos para ocuparem colonatos como os de Cela, no centro do território angolano, ou da Matala no Cunene¹⁷⁸³. Na verdade, tirando proveito do carácter atractivo daquela província ultramarina, o Governo Português foi fomentando a colonização, datando do ano de 1937 uma excelente análise da autoria de Henrique Galvão dos problemas adjacentes a esta questão, e o avanço de propostas para a sua resolução¹⁷⁸⁴. Todavia, na realidade, não obstante a observância de alguns destes princípios de povoamento associados, por exemplo, aos Planos de Fomento ou à intensa propaganda pró-povoamento de Angola na metrópole, a verdade é que esta questão foi sendo descurada ou mal gerida, fazendo com que se passasse, em 1952, de um “ritmo lento que não acode às necessidades de descongestionamento demográfico da Metrópole, nem às possibilidades hospitaleiras de Angola como país de futuro”¹⁷⁸⁵ para a seguinte situação dez anos depois:

*por virtude de uma estúpida e incompreensível
campanha desenvolvida na metrópole em que
se afirmava pela rádio e outros processos de
propaganda, que aqui a “árvore das patacas se*

¹⁷⁸³ Ilídio do Amaral, *Povoamento branco de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960, p. 21.

¹⁷⁸⁴ As propostas seriam as seguintes: aposta na selecção de colonos; numa definição clara do regime de repartição das terras (grande concessão, concessão gratuita e condicionada, venda ou *homestead*); criação de zonas de colonização e preparação das terras de acordo com o clima; prestação de assistência técnica, médica, sanitária, moral, religiosa e pedagógica aos colonos; concessão de créditos; atracção de capitais e orientação do escoamento da produção. Cf. Henrique Galvão, *op. cit.*, pp. 231-279.

¹⁷⁸⁵ Henrique Galvão, Carlos Selvagem, *op. cit.*, vol. III, p. 234.

*encontrava em plena frutificação” e que se poderia vir para Angola pois tudo era um autêntico mar de rosas, deu em resultado que inesperadamente, os caíem aqui em Luanda centenas de imigrantes vindos de Lisboa, em busca do Eldorado (...) mas nada estava preparado para receber essa pobre gente*¹⁷⁸⁶.

Afinal, segundo Douglas Wheeler, entre os anos de 1940 e 1960, a população portuguesa residente em Angola aumentou cerca de 400%, sabendo que nos anos 50 chegavam a esta província ultramarina, anualmente, uns impressionantes dez mil imigrantes portugueses que procuravam, sobretudo, fixar-se nas zonas mais ricas em termos da já referida, bem sucedida e portanto altamente atractiva, cultura de café¹⁷⁸⁷.

Paralelamente, esta mesma administração portuguesa sedenta de transformar Angola num verdadeiro *El Dorado* africano, mesmo desafiada pelos movimentos de libertação e pelas críticas internacionais, apostou, como passaremos a demonstrar, na salvaguarda dos seus monumentos, os testemunhos mais antigos da presença portuguesa naquele território. Afinal, como temos vindo a defender, a alegada integridade da Nação, a tal que de acordo com a ideologia colonial portuguesa deveria ser defendida e valorizada a “todo o esforço”¹⁷⁸⁸, tinha nos monumentos erguidos ao longo dos séculos de ocupação alguns dos seu maiores e mais eloquentes símbolos, significando que, conforme o arquitecto Batalha viria a salientar, era:

*um dever nacional, de que directamente são responsáveis os organismos oficiais, zelar pela conservação dos monumentos arquitectónicos que representam uma herança material e, principalmente, espiritual da nação*¹⁷⁸⁹.

4.3 Programas, práticas e critérios durante o *Estado Novo*

Alguns antecedentes oitocentistas

¹⁷⁸⁶ ANTT, AOS, UL34A, cx. 831, pt. 3, 4ª subdivisão, fl. 33, 19 de Julho de 1962.

¹⁷⁸⁷ Douglas Wheeler, René Pélissier, *op. cit.*, p. 205.

¹⁷⁸⁸ António de Oliveira Salazar, “Ao assumir a Pasta da Defesa Nacional”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, vol. VI, p. 123.

¹⁷⁸⁹ Fernando Batalha, *Em defesa do Património Histórico e Tradicional*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1963, p. 10.

A história da salvaguarda dos monumentos nacionais de Angola durante os anos de domínio português, conforme já avançámos, não começa com o *Estado Novo*. Sem termos a pretensão de aprofundar estes antecedentes, podemos esclarecer que na ausência de uma comissão exclusivamente dedicada à conservação e restauro deste património arquitectónico, em Angola, como nas colónias que temos vindo a estudar, esta era uma prerrogativa dos Serviços de Obras Públicas. No entanto, Angola foi do ponto de vista patrimonial absolutamente pioneira num aspecto que não podemos deixar de salientar: no ano de 1854 a designação de “monumento nacional” surgiu associada a um monumento como forma de garantir a sua protecção.

Em 1851, apenas um ano depois da morte de Pedro Alexandrino da Cunha (1801-1850), os habitantes de Luanda formaram uma comissão com o objectivo de erguer um monumento dedicado a este governador-geral de Angola (1845-1848) a quem se deve, por exemplo, o início da publicação do *Boletim Oficial* (1845), o fomento da cultura do algodão ou o asseio da capital¹⁷⁹⁰. Depois de aberta uma subscrição pública, dois deputados pela província de Angola, o historiador Simão José da Luz Soriano (1805-1891)¹⁷⁹¹ e Francisco Joaquim da Costa e Silva (1844-1923), foram incumbidos pela referida comissão da apresentação da proposta¹⁷⁹². No ano de 1854, com o parecer favorável do Conselho Ultramarino e de D. Fernando II (1816-1885), a execução do projecto foi autorizada e a estátua em bronze veio a ser encomendada ao escultor Ernesto Rusconi¹⁷⁹³ em Lisboa, tendo sido fundida no Arsenal do Exército¹⁷⁹⁴. No entanto, antes desta conclusão, devido à falta de verbas para a elaboração do pedestal, no ano de 1865¹⁷⁹⁵ os deputados supramencionados fizeram nova exposição do caso ao rei D. Luís I (1838-1889) da qual resultaria uma decisão insólita por parte do ministro da

¹⁷⁹⁰ António Augusto Teixeira de Vasconcelos, *Oração Fúnebre recitada nas Exéquias do Illm.^o e Exm.^o Senhor Pedro Alexandrino da Cunha*, Luanda, Imprensa do Governo, 1831, pp. 11-12, disponível em <http://purl.pt/967/4/#/10>, consultado a 14 de Agosto de 2014.

¹⁷⁹¹ A título de curiosidade refira-se que Simão José da Luz Soriano deixou em testamento verbas para a execução dos túmulos de Vasco da Gama e de Luís de Camões para a igreja dos Jerónimos, bem como para um monumento a Afonso de Albuquerque, obra inaugurada no ano de 1902 em Belém. Cf. Clara Moura Soares, “Na construção de uma gramática decorativa nacionalista: o imaginário neomanuelino na obra escultórica de Costa Mota tio”, Isabel Cruz Almeida, Maria João Neto, ed., *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2015, p. 474.

¹⁷⁹² *Boletim Oficial de Angola* nº1, I Série, 5 de Janeiro de 1867, p. 8.

¹⁷⁹³ *Ibidem*, “Monumento a Pedro Alexandrino da Cunha”, 5 de Janeiro de 1867, p. 8.

¹⁷⁹⁴ No plinto no qual a figura do homenageado se encosta lê-se a seguinte inscrição “FUND^A NO ARS^L DO EX.^{TO} LX^A 1855”.

¹⁷⁹⁵ *Boletim Oficial de Angola* nº1, I Série, 5 de Janeiro de 1867, p. 8.

Marinha e Ultramar, Sá da Bandeira: o montante em falta deveria ser subtraído ao espólio do falecido que houvera sido arrecadado pela Junta da Fazenda de Macau¹⁷⁹⁶. Certo é que no ano de 1867 o pedestal em cantaria estava concluído e pronto para ser enviado para Luanda¹⁷⁹⁷.

A relevância deste episódio prende-se, no âmbito deste estudo, não com a qualidade da obra que actualmente pode ser vista no interior da fortaleza de São Miguel ou com a relevância do homenageado para a História de Angola, mas antes com o facto do decreto régio de 1854 elaborado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e Ultramar, ter determinado que “o mesmo monumento seja considerado como Nacional, para os efeitos da sua guarda e conservação”¹⁷⁹⁸. Deste modo, colocava-se em evidência, bem antes da classificação sistemática de monumentos, o interesse das autoridades reconhecerem este bem como tendo relevância nacional, ou seja, de afirmarem pública e legalmente a sua importância e, consequentemente, garantirem a sua conservação. No entanto, repare-se como neste caso a relevância do monumento se prendia com o facto de a obra “perpetuar ali a lembrança”¹⁷⁹⁹ daquela figura e não com a sua antiguidade ou qualidade estética como Madalena Costa Lima demonstrou que acontecia desde o ano de 1822 em Portugal em relação ao mosteiro da Batalha, “um monumento de memória, de identidade e de arte”¹⁸⁰⁰. Por outro lado, parece-nos interessante destacar o facto do vocábulo “monumento nacional” ter aqui surgido ligado a um monumento comemorativo¹⁸⁰¹ e não a uma obra de arquitectura, tal como aconteceu em Portugal onde, segundo aquela autora, a expressão de “monumento nacional” surgiu pela primeira vez associada à *Bíblia dos Jerónimos* no ano de 1814 e, portanto, à margem da arquitectura¹⁸⁰². Refira-se

¹⁷⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁹⁷ *Boletim Oficial de Angola* nº1, I Série, “Monumento a Pedro Alexandrino da Cunha”, 5 de Janeiro de 1867, p. 7.

¹⁷⁹⁸ *Boletim Oficial de Angola* nº463, I Série, “Decreto”, 12 de Agosto de 1854, p. 1.

¹⁷⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰⁰ Madalena Costa Lima, *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*, tese de doutoramento em História, especialidade em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, p. 346.

¹⁸⁰¹ Mais tarde, já no ano de 1924, por ocasião da publicação de uma portaria referente à autorização da construção de um monumento comemorativo dos heróis da conquista de Angola, determinou-se que este fosse “considerado Nacional para todos os efeitos.” Cf. *Boletim Oficial de Angola* nº38, I Série, “Portaria nº189”, 6 de Dezembro de 1924.

¹⁸⁰² Madalena Costa Lima, *op. cit.*, pp. 274-275.

ainda que este episódio, isto é, a classificação do primeiro monumento nacional de Angola, foi descoberto por Waldemar d'Orey (1914-?), presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais¹⁸⁰³, revestindo-se, tal como Fernando Batalha notou, da maior importância para a história da protecção do património cultural de Angola, sendo senão precursor em África pelo menos “mais um testemunho de pioneirismo da colonização portuguesa”¹⁸⁰⁴.

A Comissão de Monumentos Provinciais

No ano de 1922 o alto-comissário José Norton de Matos assinou o documento que viria a inaugurar uma nova fase da salvaguarda patrimonial na província de Angola: o Decreto nº161¹⁸⁰⁵. Não obstante o facto de muitos dos monumentos existentes em Angola não passarem à data de ruínas “abertas, destelhadas, entulhadas, expostas à acção do tempo e das chuvas e ao espírito de destruição e de roubo”¹⁸⁰⁶, o decreto esclareceu que estes:

*São padrões da nossa ocupação ou monumentos históricos a relembrar o esforço produzido pelos portugueses. Uns e outros têm um grande interesse debaixo do ponto de vista da história militar portuguesa e da acção civilizadora exercida, segundo os princípios sociais do tempo, entre as populações confiadas à nossa protecção. Erguem-se ainda esses padrões, demonstrativos do valor e energia máscula dos portugueses, através dos tempos, e a despeito das vicissitudes dos séculos e do esquecimento dos homens, num chão consagrado pelo amor da Pátria, que os nossos maiores quiseram deixar-nos, para não esquecermos a sua acção no movimento colonizador de Angola e a sua influência civilizadora na evolução histórica provincial*¹⁸⁰⁷.

Trata-se, inquestionavelmente, de um elogio aos monumentos não enquanto obras-primas da arquitectura, mas sim como notáveis bastiões da acção civilizadora

¹⁸⁰³ ANBA, FFB, cx. 10, pt. MN, doc. s/n [O primeiro monumento nacional de Angola], s/d.

¹⁸⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁰⁵ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Decreto nº161”, 27 de Maio de 1922, pp. 137-138.

¹⁸⁰⁶ *Ibidem*, p. 137.

¹⁸⁰⁷ *Ibidem*.

portuguesa nos territórios africanos, como documentos antigos e eloquentes que, com as suas pedras, mais ou menos desordenadas, mais ou menos cobertas de vegetação, continuavam a ser fontes de inspiração e legitimação da grande epopeia iniciada pelos portugueses no século XV. Concomitantemente, não podemos deixar de destacar o facto deste reconhecimento dos monumentos de Angola ter surgido num momento em que Norton de Matos procurava, como alto-comissário, implantar um ambicioso programa de fomento que visava a modernização e, consequentemente, o desenvolvimento da província. A explicação para este duplo interesse de Norton de Matos reside no facto da sua concepção de colonialismo ser claramente nacionalista e centrada na necessidade de criar através do povoamento, da autonomia administrativa e da civilização¹⁸⁰⁸, uma “Nação Una, resultante de completa e perfeita Unidade Nacional”¹⁸⁰⁹. Para concretizar o grande programa de construção deste Portugal uno, o tal sonhado pelos portugueses que ergueram as igrejas e fortes de Massangano, Muxima, Cambambe ou Luanda, além da construção de estradas, caminhos-de-ferro, habitações, hospitais ou padrões comemorativos, era fundamental criar, em prol do desenvolvimento da Nação e porque “Nenhum país vive sem tradições”¹⁸¹⁰, a Comissão de Monumentos Provinciais de Angola¹⁸¹¹. Afinal entendia-se que estas tradições, estes monumentos, “Ligam o passado ao presente, para que o povo possa sentir a vida das épocas passadas e tirar dela lição proveitosa para a sua educação e para o seu futuro”¹⁸¹². Por outro lado, note-se que anos antes, como veremos adiante, Norton de Matos, à data director da repartição de Agrimensura, foi vogal da Comissão Permanente de Arqueologia da Índia Portuguesa após a sua reactivação no ano de 1902.

A partir deste ano de 1922, tendo como objectivo primordial a protecção e defesa dos “monumentos provinciais, relíquias históricas e artísticas”¹⁸¹³, o Estado ficou incumbido de promover a sua conservação, reparação e restauro (Art.º 1º). Para isso, seria necessário proceder à classificação destes monumentos como “provinciais” (Art.º 2º), aparentemente uma adaptação do termo “nacional” aplicado na metrópole na

¹⁸⁰⁸ Norton de Matos, *África Nossa: O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*, Porto, Marânus, 1953, pp. 9-10.

¹⁸⁰⁹ *Ibidem*, p. 9.

¹⁸¹⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Decreto nº161”, 27 de Maio de 1922, p. 137.

¹⁸¹¹ *Ibidem*, pp. 137-138.

¹⁸¹² *Ibidem*, p. 137.

¹⁸¹³ *Ibidem*.

sequência do decreto reorganizador dos serviços arqueológicos e artísticos de 1911¹⁸¹⁴, o que seria feito pelo governo de Angola após proposta da comissão de monumentos caso a sua “conservação represente, pelo seu valor ou significado histórico ou pelo merecimento artístico, um interesse provincial e nacional”¹⁸¹⁵ (Art.º 2º). Tratava-se, uma vez mais, de uma adaptação do conceito de “monumento nacional” consagrado pelo Decreto nº1 de 26 de Maio de 1911¹⁸¹⁶, segundo o qual a classificação deveria ser atribuída aos imóveis “cuja conservação represente, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico, interesse nacional”¹⁸¹⁷. No entanto, ao contrário do que acontece neste documento de 1911, o decreto emanado em Angola no ano de 1922, não inclui o interesse arqueológico como um critério para a atribuição do título de “monumento provincial”. O que notamos é, no final deste decreto, sem menção à necessidade de proceder à sua classificação, uma indicação para que se conservem “monumentos megalíticos, grutas pré-históricas, ruínas ou inscrições que interessem à história, à arqueologia ou à arte” (Art.º 11º).

De forma a garantir a conservação, reparação e restauro dos monumentos classificados, este decreto de 1922 criou em Luanda a já referida CMP, cujos membros seriam: o engenheiro Chefe da Repartição Superior de Obras Públicas e Minas (presidente), o presidente da Câmara Municipal, o chefe da Repartição dos Serviços Urbanos (secretário) e um vogal a nomear de três em três anos pelo governo-geral (Art.º 3º). No entanto, note-se que logo no ano seguinte viria a determinar-se através da Portaria nº157¹⁸¹⁸ que o cargo de presidente deveria passar a ser desempenhado pelo secretário provincial de Obras Públicas e Minas e o de secretário por um funcionário da mesma secretaria. De resto, apesar da comissão ficar sediada em Luanda, capital provincial, previu-se desde início a existência de ramificações que na prática corresponderiam às repartições distritais de Obras Públicas e, ainda, ao presidente de cada uma das municipalidades¹⁸¹⁹. Estas comissões distritais, aparentemente versões dos Conselhos de

¹⁸¹⁴ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, pp. 2245-2247.

¹⁸¹⁵ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Decreto nº161”, 27 de Maio de 1922, p. 137.

¹⁸¹⁶ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, pp. 2245-2247.

¹⁸¹⁷ *Ibidem*, p. 2246.

¹⁸¹⁸ *Boletim Oficial de Angola* nº36, I Série, “Portaria nº157”, 25 de Agosto de 1923, p. 333.

¹⁸¹⁹ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Decreto nº161”, 27 de Maio de 1922, p. 137.

Arte e Arqueologia projectados no ano de 1911 em Lisboa¹⁸²⁰, não seriam meramente figurativas, cabendo-lhes – num território vastíssimo e repleto de problemas ao nível das comunicações – uma série de tarefas fundamentais para o sucesso da missão da comissão de monumentos, a saber: recomendar as medidas necessárias à protecção dos monumentos, propor a sua classificação, dirigir e executar os trabalhos com lugar na sua jurisdição e ouvir as municipalidades sobre assuntos relacionados com este tema (Art.º 5º).

Outra forma de garantir a protecção dos monumentos provinciais, após as necessárias obras de restauro, seria a seguinte: o governo deveria confiar às municipalidades que assim o desejassem, a sua guarda e conservação (Art.º 6º), o que, na nossa opinião, poderia efectivamente contribuir para a sua salvaguarda porque deste modo a vigilância seria praticamente permanente, evitando-se, ou pelo menos menorizando-se, danos provocados pela falta de vigilância superior/especializada ou pelo excesso de iniciativa. De forma a evitar estes episódios, os artigos 8º e 9º previam que nenhuma obra de conservação ou restauro fosse realizada sem o conhecimento e aprovação da CMP, proibindo que se procedesse a alienações ou demolições sem se obedecer ao mesmo princípio. Quanto aos monumentos provinciais adstritos a “qualquer uso especial”, estes deveriam manter-se com as mesmas funções (Art.º 10º).

No referente à sempre problemática questão das verbas, este decreto previa que a CMP propusesse ao governo-geral a distribuição pelos diferentes distritos da província de fundos consignados no seu orçamento para serem exclusivamente utilizados nestas obras de conservação, reparação e restauro de monumentos mas, também, na publicação de prospectos dedicados a estes imóveis classificados (Art.º 4º), o que denota, evidentemente, um entendimento da necessidade de divulgação como uma forma de protecção. De resto, previa-se que o governo inscrevesse anualmente no seu orçamento um montante de 50.000\$00 para a salvaguarda destes monumentos provinciais (Art.º 12º)

Apesar de não termos encontrado informação que nos permita avaliar com total precisão a aplicação das determinações presentes neste decreto patrimonial de 1922,

¹⁸²⁰ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, p. 2245.

sabemos que algum trabalho foi efectivamente concretizado. Por outro lado, como demonstraremos adiante, parece-nos legítimo concluir que o grau de aplicação destas determinações não terá sido significativo pois quando chegamos aos anos do *Estado Novo* muitos destes monumentos, classificados ou não, eram meros espectros do tal “Portugal Maior” ambicionado por homens como Norton de Matos. Ainda assim, note-se como na sequência deste documento de 1922 se procedeu quase que imediatamente à classificação da ermida da Nazaré como monumento provincial “pelas recordações patrióticas que encerra”¹⁸²¹ e pelos “documentos de arte que contém e que são únicos”¹⁸²²; bem como dos restos da fortaleza e de outras construções de Massangano, onde foi fundado o “primeiro e mais célebre dos presídios da conquista e que a ele se prendem as nossas tradições de domínio de fins do século XVI e do século XVII”¹⁸²³ (1923); da fortaleza e igreja de Muxima ligadas “à história dos nossos primeiros trabalhos em Angola e às lutas travadas, logo desde 1581 (...) e ainda aos heróicos trabalhos da reconquista”¹⁸²⁴, do fortim de Quicombo, testemunho do sucesso das “páginas de glória da reconquista”¹⁸²⁵ (1924)¹⁸²⁶; do conjunto de ruínas de Cambambe, da fábrica de ferro de Nova Oeiras e dos vestígios do fortim e igreja de São José de Encoje (1925)¹⁸²⁷. Como se pode depreender das características destacadas nestes breves decretos publicados no *Boletim Oficial*, estas primeiras classificações, com excepção para o caso da ermida da Nossa Senhora da Nazaré cujas qualidades estéticas foram destacadas, explicam-se claramente pelo significado histórico destes imóveis.

A primeira reunião¹⁸²⁸ da CMP teve lugar numa das salas da Secretaria Provincial de Obras Públicas e Minas no dia 17 de Agosto de 1922 com a presença de João Augusto Crispiniano Soares, chefe da Repartição de Obras Públicas e Minas, Antero Tavares de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Luanda, Manuel Alves da Cunha, vogal nomeado pelo governo-geral e do arquitecto José Cristiniano de Paula Ferreira da Costa, chefe da Repartição dos Serviços Urbanos de Luanda. Nesta ocasião, além de se ter

¹⁸²¹ *Boletim Oficial Angola* nº26, I Série, “Portaria nº135”, 8 de Julho de 1922, p. 179.

¹⁸²² *Ibidem*.

¹⁸²³ *Boletim Oficial de Angola* nº20, I Série, “Portaria nº81”, 28 de Abril de 1923, p. 211.

¹⁸²⁴ *Boletim Oficial de Angola* nº 1, I Série, “Portaria nº2”, 12 de Janeiro de 1924, p. 1.

¹⁸²⁵ *Ibidem*.

¹⁸²⁶ *Ibidem*.

¹⁸²⁷ *Boletim Oficial de Angola* nº20, I Série, “Portaria nº67”, 30 de Maio de 1925, pp. 241-242.

¹⁸²⁸ ANBA, FFB, cx. 34, pt. M.N., doc. s/n, 17 de Agosto de 1922.

abordado o caso da já classificada ermida de Nossa Senhora da Nazaré, Alves da Cunha, que se mostrou um extraordinário conhecedor do universo em causa, alertou para a necessidade de sensibilização dos governadores distritais, particularmente do Kwanza norte e do Congo – os territórios onde, como vimos, se encontravam mais monumentos – para estas questões. Esperavam-se destes governadores informações sobre os monumentos existentes no seu distrito e a possibilidade de empregar parte das verbas do seu orçamento na conservação das respectivas igrejas e fortificações. Concomitantemente, o presidente da Câmara Municipal de Luanda, com o objectivo de alcançar uma real noção dos trabalhos a realizar, propôs que se desse início a uma série de visitas aos monumentos da cidade, caso da ermida de Nossa Senhora da Nazaré, aquele que vimos ter sido o primeiro imóvel a ser classificado neste novo período de salvaguarda patrimonial em Angola. A vistoria acabou por ter lugar imediatamente após esta reunião, tratando-se de um périplo que passou pela ermida supramencionada, onde já decorriam alguns estudos e para a qual se decidiu que o projecto de restauro seria elaborado pelo chefe da Repartição Superior dos Serviços Urbanos, e pela fortaleza do Penedo.

Apesar de não termos dados que nos permitam conhecer com rigor a actividade da comissão ao longo destes primeiros dez anos de existência, parece-nos que, como já deixámos transparecer, esta não foi particularmente significativa o que, na nossa opinião, se terá devido, em grande parte, às fragilidades da máquina administrativa da província. Afinal se é verdade que as anteriormente mencionadas comissões distritais – entidades fundamentais num cenário tão vasto como Angola onde a descentralização das actividades a partir de Luanda seria crucial – tiveram, desde início, um funcionamento “muito irregular”¹⁸²⁹, no ano de 1927 acabaram por ficar incapacitadas. Isto porque devido à escassez de técnicos necessários à correcta execução de trabalhos de Obras Públicas, o alto-comissariado determinou através do Diploma Legislativo nº607 daquele ano¹⁸³⁰ que se extinguissem as Repartições Distritais de Obras Públicas das quais, recorde-se, dependiam as comissões distritais da CMP. Ainda assim, note-se que este mesmo diploma, como forma de assegurar o bom funcionamento das Obras

¹⁸²⁹ *Boletim Oficial de Angola* nº51, I Série, “Diploma Legislativo nº60”, 29 de Dezembro de 1928, p. 698.

¹⁸³⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº31, I Série, “Diploma Legislativo nº607”, 6 de Agosto de 1927, pp. 522-523.

Públicas a um nível regional, determinou que fossem criadas cinco circunscrições – com sedes em Luanda, Santo António do Zaire, Huambo, Sá da Bandeira e Vila Luzo – encarregues, entre outras questões, da “conservação, reparação e construção dos edifícios públicos, obras de arte e monumentos provinciais;”¹⁸³¹

Por outro lado, apesar da supressão dos Serviços Urbanos – cujo chefe era, como vimos, vogal da CMP – ter ocorrido no ano de 1924¹⁸³² e da não existência de secretário provincial de Obras Públicas que, segundo a Portaria nº157 de 1923¹⁸³³, passaria a ocupar o cargo de presidente da mesma comissão, note-se que apenas no ano de 1928 se tomou verdadeiramente uma medida para resolver estas situações. Efectivamente, no final deste ano foi publicado no *Boletim Oficial da Colónia de Angola* um diploma¹⁸³⁴ referente à remodelação da aparentemente moribunda CMP. De modo a reorganizar e, possivelmente, a reactivar a comissão, determinou-se nesta ocasião que a presidência fosse entregue ao director dos Serviços de Obras Públicas secretariado por um funcionário dos mesmos serviços, contando, ainda, com dois vogais, o presidente da Câmara Municipal de Luanda e um outro nomeado bianualmente pelo governo-geral. Simultaneamente oficializou-se a extinção das comissões distritais e determinou-se, em sua substituição, que a actividade da CMP fosse assegurada nas diferentes localidades de Angola pelos Serviços de Obras Públicas. De modo a assegurar pelo menos a protecção e estudo dos monumentos classificados, estabeleceu-se que nas localidades onde existissem monumentos provinciais poderiam ser criadas comissões locais sob proposta do governador do distrito onde se encontravam. Relativamente às obras a realizar nestes monumentos dever-se-iam seguir as determinações estabelecidas pelo Diploma Legislativo nº607 de 1927, o que significa, conforme referimos anteriormente, que estas deveriam ser realizadas pelas cinco circunscrições das Obras Públicas.

A Comissão dos Monumentos Nacionais e a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais

¹⁸³¹ *Ibidem*, p. 522.

¹⁸³² *Boletim Oficial de Angola* nº5, I Série, “Decreto nº378”, 16 de Fevereiro de 1924, p. 34.

¹⁸³³ *Boletim Oficial Angola* nº36, I Série, “Portaria nº157”, 25 de Agosto de 1923, p. 333.

¹⁸³⁴ *Boletim Oficial de Angola* nº51, I Série, “Diploma Legislativo nº60”, 29 de Dezembro de 1928, pp. 698-699.

Apesar daquelas classificações e do inegável pioneirismo quando em comparação com as restantes colónias da África Portuguesa, como dissemos anteriormente, parece que o trabalho da CMP foi pouco expressivo, tendo acabado por ser praticamente esquecido. No ano de 1942 foi publicada uma portaria no *Boletim Oficial*¹⁸³⁵ que – sem fazer qualquer referência concreta à entidade criada no ano de 1922 – anunciou a criação da Comissão dos Monumentos Nacionais. Na verdade esta portaria assinada pelo governador-geral Álvaro Freitas Morna sublinha, ainda que indirectamente, a ineficácia das acções praticadas no passado com o intuito de conservar, reparar e restaurar os monumentos de Angola, afirmando que “as providências até hoje tomadas neste sentido não foram ainda suficientes para se atingir a finalidade em vista”¹⁸³⁶. Assim, reconhecendo simultaneamente, tal como no ano de 1922, a riqueza patrimonial de Angola e a sua luta desigual com o “esquecimento, por vezes, dos homens e à acção constante do tempo”¹⁸³⁷, esta portaria veio salientar a necessidade de proteger estes monumentos devido ao seu valor artístico e histórico ou “sentido educativo e expressão artística”¹⁸³⁸. Afinal:

Erguidos pelas virtudes do passado, são lições vivas de trabalho, de energia, de tenacidade e de fé nos destinos da Pátria, e por isso grande exemplo para o presente forte estímulo para o futuro.

*Há, portanto, que olhar por esses velhos monumentos com o cuidado e a veneração que devem dispensar-se às obras de arte como testemunhos dos esforços dos nossos maiores e da epopeia das nossas glórias*¹⁸³⁹.

Surgia, deste modo, em Luanda a Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola cujos membros nomeados pelo governador-geral (Art.º 1º) seriam responsáveis por propor à mesma entidade máxima da colónia a classificação de monumentos, fornecer todo o tipo de informações relacionadas com este tema, velar pela sua conservação, reparação e restauro, elaborar projectos referentes às obras necessárias e dirigir a execução destas

¹⁸³⁵ *Boletim da Colónia de Angola* nº31, I Série, “Portaria nº4:057”, 12 de Agosto de 1942, pp. 601-602.

¹⁸³⁶ *Ibidem*, p. 601.

¹⁸³⁷ *Ibidem*.

¹⁸³⁸ *Ibidem*.

¹⁸³⁹ *Ibidem*.

intervenção (Art.º 3º). Ficava, também, proibida a realização de obras nos monumentos nacionais que estivessem na posse de serviços públicos (Art.º 4º).

Desde logo, quando em comparação com o decreto de 1922, notamos uma óbvia alteração ao nível vocabular, tendo-se substituído a designação de “monumentos provinciais” por “monumentos nacionais” o que, na nossa opinião, denuncia uma intenção de ir ao encontro da política colonial portuguesa, classificando e, por conseguinte, valorizando estes monumentos não apenas no contexto da colónia mas de todo o *Império Colonial Português*, uno e indivisível. Não se tratava, afinal, da protecção de monumentos meramente relevantes para a História de Angola mas, sim, para a História de Portugal. Por outro lado, notamos que este documento é manifestamente menos minucioso do que aquele de 1922, ficando por esclarecer quais os critérios de classificação e quais as estratégias de acção, nomeadamente ao nível das verbas e das formas de protecção. Em síntese, o grande objectivo desta nova CMN seria o de ressuscitar as políticas patrimoniais desta colónia e actualizar o título dos monumentos classificados de modo a que estes passassem a espelhar com nitidez as políticas coloniais do presente.

Aquando da análise desta nova medida legislativa notamos que além da menção à sujeição directa da comissão ao governo-geral e da referência sumária ao facto da nomeação dos seus membros ser prerrogativa do governador-geral, não se retorna à questão da organização da CMN, o que desde logo permite antever problemas relacionados com o seu funcionamento. Na verdade, seria preciso esperar até ao ano de 1946 para, no âmbito da publicação do *Regulamento da Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola*, se conhecerem mais pormenores relativos ao funcionamento da comissão em causa. Efectivamente, a Portaria nº5:452 daquele ano¹⁸⁴⁰, veio esclarecer que a CMN, um “órgão consultivo e orientador da restauração, reconstituição e conservação dos monumentos históricos de Angola”¹⁸⁴¹, se encontrava adstrita à Direcção dos Serviços de Obras Públicas, sendo constituída por cinco membros dos quais um seria forçosamente o director dos mesmos serviços, cuja função seria a de presidente. Além disso, determinou-se que o secretário da comissão, nomeado pelo

¹⁸⁴⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº5 – suplemento, I Série, “Portaria nº5:452”, 1 de Fevereiro de 1946, pp. 49-59.

¹⁸⁴¹ *Ibidem*, p. 49.

director dos Serviços de Obras Públicas, fosse um engenheiro da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais. Quanto aos vogais, tal como se avançara no ano de 1942, esclareceu-se que estes deveriam ser nomeados pelo governador-geral, clarificando-se que a escolha deveria incidir “em indivíduos de reconhecida competência e que mostrem manifesto interesse pelo estudo e investigação de tudo que se relacione com a renovação e restauro dos monumentos e seu valor histórico”¹⁸⁴². Ficava, assim, oficialmente estabelecida a dependência da CMN, um órgão consultivo e orientador, da Direcção dos Serviços de Obras Públicas que, de resto, contava para a execução dos trabalhos com a sua Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais:

*Qualquer obra ou trabalho de reconstituição, restauração, conservação e decoração dos monumentos nacionais da Colónia, só pode realizar-se por intermédio da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais, ouvida a Comissão dos Monumentos Nacionais*¹⁸⁴³.

No ano de 1950, ocorreria uma mudança no seio desta CMN e, novamente, ao nível da classificação dos monumentos, uma questão que, como vimos, não ficou suficientemente esclarecida na portaria de 1942. Considerando “que se impõe tornar mais eficiente a protecção do património arqueológico e histórico da Colónia e Angola”¹⁸⁴⁴, a Portaria nº13:302 assinada pelo ministro das Colónias Sarmiento Rodrigues tornou extensíveis a Angola as disposições consagradas na metrópole pelo Decreto nº20:985 de 1932¹⁸⁴⁵, a norma referente à criação do Conselho Superior das Belas Artes e à extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia. Recordemos que esta situação já se tinha verificado em Moçambique no ano de 1947. No caso de Angola neste ano de 1950 determinou-se a aplicação dos artigos 24º a 48º do decreto de 1932¹⁸⁴⁶, portanto as cláusulas referentes aos monumentos nacionais, com as devidas adaptações. Quanto à aplicação dos artigos supramencionados, recorde-se o que foi dito no capítulo referente à evolução do regime jurídico do património arquitectónico ultramarino e retenha-se que no ano de 1962 esta questão voltaria a ser retomada

¹⁸⁴² *Ibidem*, pp. 49-50.

¹⁸⁴³ *Ibidem*, p. 51.

¹⁸⁴⁴ *Boletim Oficial de Angola* nº38, I Série, “Portaria nº13:302”, 4 de Outubro de 1950, p. 794.

¹⁸⁴⁵ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

¹⁸⁴⁶ *Boletim Oficial de Angola* nº38, I Série, “Portaria nº13:302”, 4 de Outubro de 1950, p. 794.

conforme iremos demonstrar adiante. De resto, não deixa de ser curioso o facto desta portaria ter surgido pouco depois de um ano particularmente activo na classificação de edifícios como “monumentos nacionais” quer pelo governador-geral com o parecer favorável da CMN, quer na sequência de propostas dos governos provinciais, caso da igreja de Nossa Senhora do Pópulo de Benguela¹⁸⁴⁷, como do Museu de Angola, casos da fortaleza de São Sebastião do Egito¹⁸⁴⁸ ou da igreja dos jesuítas de Luanda¹⁸⁴⁹. Note-se ainda que no mês de Novembro do mesmo ano, atendendo ao facto deste decreto estatuir a organização de duas listas de “monumentos nacionais” e de “imóveis de interesse público” classificados, o governador-geral José Agapito da Silva Carvalho (1897-1957) aprovou e determinou a publicação das referidas listas¹⁸⁵⁰.

Quanto às consequências directas da publicação desta portaria refira-se que no seu rescaldo a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais, sob a direcção de Eurico Gonçalves Machado, relacionou os monumentos nacionais e imóveis de interesse público para depois se lançar no estabelecimento das suas zonas de protecção. Todavia, aquando da tentativa de aplicação desta segunda parte do plano suscitado pela portaria de 1950, a repartição em causa deparou-se com duas grandes condicionantes: a inexistência de plantas dos monumentos localizados fora dos principais centros urbanos e a impossibilidade de inverter esta situação devido à falta de técnicos; a constatação da insuficiência dos limites estabelecidos pelo decreto publicado na metrópole no ano de 1932¹⁸⁵¹. Assim, perante a impossibilidade de solucionar o primeiro problema, a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais ter-se-á lançado à resolução da segunda questão, tendo optado pela adopção não dos 50 metros previstos no artigo 26º do Decreto nº20:985 de 1932¹⁸⁵², mas das determinações presentes no Decreto nº21:875 do mesmo ano¹⁸⁵³, segundo o qual, de acordo com as necessidades de cada edifício público de reconhecido valor arquitectónico – e não apenas monumentos nacionais – o Governo, através do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e após

¹⁸⁴⁷ *Boletim Oficial de Angola* nº5, I Série, “Portaria nº6:634”, 2 de Fevereiro de 1949, p. 38.

¹⁸⁴⁸ *Boletim Oficial de Angola* nº51 – suplemento, I Série, “Portaria nº6:987”, 31 de Dezembro de 1949, pp. 1119-1120.

¹⁸⁴⁹ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Portaria nº6:715”, 25 de Maio de 1949, p. 385.

¹⁸⁵⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº45, I Série, “Portaria nº7:287”, 22 de Novembro de 1950, pp. 869-870.

¹⁸⁵¹ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 546, doc. 1, 16 de Janeiro de 1956.

¹⁸⁵² *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

¹⁸⁵³ *Diário do Governo* nº271, I Série, “Decreto nº21:875”, 18 de Novembro de 1932, pp. 2237-2238.

o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e sob proposta da DGEMN ou de outros órgãos estatais encarregues destas construções, ficava autorizado a estabelecer as referidas zonas de protecção¹⁸⁵⁴. No entanto recorde-se que neste momento, tal como avançámos anteriormente, a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais de Angola optou por recorrer àqueles decretos quando na metrópole havia legislação mais recente pelo menos no que concerne às zonas de protecção de imóveis não classificados¹⁸⁵⁵. Esta opção explicar-se-á, na nossa opinião, pelo facto da aplicação deste decreto-lei mais recente implicar, devido à simplificação dos processos de definição de zonas de protecção, o afastamento da CMN, situação que não seria do agrado do director daquela repartição.

Três anos depois, novamente por determinação do ministro do Ultramar Sarmento Rodrigues, estabeleceu-se através da Portaria nº14:602 de 9 de Novembro de 1953¹⁸⁵⁶ que a Lei nº2:032¹⁸⁵⁷ emanada na metrópole no ano de 1949 fosse aplicada a Angola como, de resto, aconteceu em relação a todas as províncias ultramarinas¹⁸⁵⁸. Uma vez mais, tratava-se de uma providência legislativa referente à classificação de monumentos nacionais que, desta feita, como vimos no capítulo dedicado à legislação, pretendia estimular o envolvimento das autoridades municipais nesta missão de salvaguarda do património arquitectónico de cada uma das províncias ultramarinas. Pretendia-se, deste modo, reforçar uma ideia que já tinha sido lançada na Portaria nº13:302 de 1950: cabia às Câmaras Municipais propor a classificação de monumentos e auxiliar o Governo na protecção dos mesmos.

Depois de termos analisado estas disposições legislativas referentes à salvaguarda dos monumentos nacionais de Angola, podemos concluir que na opinião dos envolvidos neste assunto – o governo-geral e CMN – a questão da classificação destes imóveis era, sem dúvida, o primeiro passo para a sua protecção, sentindo, portanto, alguma desvalorização ou desconhecimento da importância do inventário. Por outro lado, na sequência da análise das portarias e decretos anteriormente apresentados, constatámos

¹⁸⁵⁴ *Ibidem*, p. 2237.

¹⁸⁵⁵ *Diário do Governo* nº226, I Série, I Série, “Decreto-lei nº34:993”, 11 de Outubro de 1945, p. 806.

¹⁸⁵⁶ *Boletim Oficial de Angola* nº47, I Série, “Portaria nº14 602”, 25 de Novembro de 1953, p. 436.

¹⁸⁵⁷ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

¹⁸⁵⁸ *Diário do Governo* nº248, I Série, “Portaria nº14 602”, 9 de Novembro de 1953, pp. 1379-1380.

que podemos distinguir três tipos de classificações: monumentos nacionais, imóveis de interesse público e conjuntos históricos. Em suma, entre os anos de 1854 e 1974, a classificação de monumento nacional foi concedida ao monumento comemorativo a Pedro Alexandrino da Cunha¹⁸⁵⁹, à ermida de Nossa Senhora da Nazaré¹⁸⁶⁰, à fortaleza, igreja e antigas construções de Massangano¹⁸⁶¹, à fortaleza e igreja da Muxima¹⁸⁶², ao fortim do Quicombo¹⁸⁶³, ao presídio de Encoje¹⁸⁶⁴, às ruínas de Cambambe¹⁸⁶⁵, à Real Fábrica de Nova Oeiras¹⁸⁶⁶, à fortaleza de São Pedro da Barra¹⁸⁶⁷, à fortaleza de São Miguel¹⁸⁶⁸, à igreja de Nossa Senhora do Carmo¹⁸⁶⁹, à igreja de Nossa Senhora do Pópulo¹⁸⁷⁰, à igreja dos jesuítas¹⁸⁷¹, à fortaleza de São Sebastião do Egito¹⁸⁷² e à igreja de São Salvador do Congo¹⁸⁷³. A classificação de imóvel de interesse público foi atribuída à fortaleza de Capangombe¹⁸⁷⁴, à igreja de Nossa Senhora do Cabo¹⁸⁷⁵, à igreja de Nossa Senhora dos Remédios¹⁸⁷⁶, à igreja e hospital da Misericórdia de Luanda¹⁸⁷⁷, ao poço da Maianga do Rei¹⁸⁷⁸, ao poço da Maianga do Povo¹⁸⁷⁹, ao palácio Velho de Benguela¹⁸⁸⁰, a uma casa de sobrado do século XVIII sito na esquina da Rua Avelino Dias com a Rua de Cerveira Pereira em Luanda¹⁸⁸¹, ao palácio D. Ana Joaquina¹⁸⁸², à antiga Alfândega de

¹⁸⁵⁹ *Boletim Oficial de Angola* nº463, I Série, “Decreto”, 12 de Agosto de 1854, p. 1.

¹⁸⁶⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº26, I Série, “Portaria nº135”, 8 de Julho de 1922, p. 179.

¹⁸⁶¹ *Boletim Oficial de Angola* nº20, I Série, “Portaria nº81”, 28 de Abril de 1923, p. 211.

¹⁸⁶² *Boletim Oficial de Angola* nº1, I Série, “Portaria nº2”, 12 de Janeiro de 1924, p. 1.

¹⁸⁶³ *Ibidem*.

¹⁸⁶⁴ *Boletim Oficial de Angola* nº20, I Série, “Portaria nº67”, 30 de Maio de 1925, pp. 241-242.

¹⁸⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁶⁷ *Boletim Oficial de Angola* nº37, I Série, “Portaria nº1:057”, 10 de Setembro de 1932, p. 338.

¹⁸⁶⁸ *Boletim Oficial de Angola* nº48 – suplemento, I Série, “Portaria nº2:837”, 2 de Dezembro de 1938, p. 684.

¹⁸⁶⁹ *Boletim Oficial de Angola* nº29, I Série, “Portaria nº2:517”, 18 de Julho de 1945, p. 718.

¹⁸⁷⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº5, I Série, “Portaria nº6:634”, 2 de Fevereiro de 1949, p. 38.

¹⁸⁷¹ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Portaria nº6:715”, 25 de Maio de 1949, p. 385.

¹⁸⁷² *Boletim Oficial de Angola* nº51 – suplemento, I Série, “Portaria 6:987”, 31 de Dezembro de 1949, pp. 1119-1120.

¹⁸⁷³ *Boletim Oficial de Angola* nº44, I Série, “Portaria nº9:938”, 30 de Outubro de 1957, p. 838.

¹⁸⁷⁴ *Boletim Oficial de Angola* nº21, I Série, “Portaria nº6:713”, 25 de Maio de 1949, p. 384.

¹⁸⁷⁵ *Ibidem*, “Portaria nº6:717”, 25 de Maio de 1949, p. 385.

¹⁸⁷⁶ *Ibidem*, “Portaria nº6:718”, 25 de Maio de 1949, p. 386.

¹⁸⁷⁷ *Boletim Oficial de Angola* nº26 – suplemento, I Série, “Portaria 6:766”, 11 de Julho de 1949, pp. 522-523.

¹⁸⁷⁸ *Boletim Oficial de Angola* nº51, I Série, “Portaria 6:981”, 28 de Dezembro de 1949, p. 1109.

¹⁸⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁸⁰ *Boletim Oficial de Angola* nº6, I Série, “Portaria nº7:083”, 8 de Fevereiro de 1950, p. 121.

¹⁸⁸¹ *Boletim Oficial de Angola* nº30, I Série, “Portaria nº7:534”, 1 de Agosto de 1951, p. 349.

¹⁸⁸² *Ibidem*, “Portaria nº7:535”, 1 de Agosto de 1951, p. 349.

Luanda¹⁸⁸³, ao reduto de São Pedro da Catumbela¹⁸⁸⁴, à rua dos Mercadores¹⁸⁸⁵, à igreja de São José de Calumbo¹⁸⁸⁶ e à igreja de São Tiago de Lândana¹⁸⁸⁷. Finalmente foram reconhecidas as zonas históricas de Muxima¹⁸⁸⁸, Benguela¹⁸⁸⁹, Luanda¹⁸⁹⁰, Dondo¹⁸⁹¹, São Salvador do Congo¹⁸⁹² e possivelmente de Moçâmedes¹⁸⁹³.

No ano de 1964, no âmbito da anteriormente analisada tentativa da metrópole uniformizar o funcionamento dos Serviços de Obras Públicas no ultramar, deparamo-nos em Angola com a aplicação do Decreto nº45 575¹⁸⁹⁴ referente à organização dos serviços provinciais de Obras Públicas e Transportes do ultramar. Assim, de acordo com o artigo 19º deste decreto, a CMN, “órgão consultivo e orientador da restauração e conservação dos monumentos históricos nacionais da província e da criação de novos

¹⁸⁸³ *Ibidem*, “Portaria nº7:536”, 1 de Agosto de 1951, p. 350.

¹⁸⁸⁴ *Boletim Oficial de Angola* nº24 – 2º suplemento, I Série, “Portaria nº 8:579”, de 17 de Junho de 1954, s/p [p.1].

¹⁸⁸⁵ *Boletim Oficial de Angola* nº7, I Série, “Portaria nº9:689”, 13 de Fevereiro de 1957, p. 121.

¹⁸⁸⁶ *Boletim Oficial de Angola* nº11, I Série, “Portaria nº10:678”, 18 de Março de 1959, p. 271.

¹⁸⁸⁷ *Ibidem*, “Portaria nº10:679”, 18 de Março de 1959, p. 271.

¹⁸⁸⁸ *Boletim Oficial de Angola* nº9, I Série, “Portaria nº 9:254”, 8 de Fevereiro de 1956, p. 102.

¹⁸⁸⁹ Abrange uma parte do núcleo urbano em redor da antiga Alfândega, junto da Avenida Marginal e construções de séculos passados. Foi classificada e definida no Plano de Urbanização da Cidade. Cf. *Boletim Oficial de Angola* nº159, I Série, “Monumentos classificados em Angola como monumentos nacionais como imóveis de interesse público e zonas históricas”, 8 de Julho de 1971, p. 1015.

¹⁸⁹⁰ De acordo com Fernando Batalha nos anos 70 esta zona abrangia a Rua Diogo Cão, o Largo do Palácio, a rua da Misericórdia e o Largo D. Pedro V, tendo sido classificada por despacho de aprovação do Plano de Urbanização da cidade elaborado pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar. Cf. ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Vários, doc. s/n [Monumentos classificados], 1975; *Boletim Oficial de Angola* nº159, I Série, “Monumentos classificados em Angola como monumentos nacionais como imóveis de interesse público e zonas históricas”, 8 de Julho de 1971, p. 1014. Já nos anos 90, de acordo com o Instituto Nacional do Património Cultural, esta zona passou a abarcar as partes Alta e Baixa da Cidade, tendo ficado definida e classificada pelo Despacho nº51 de 2 de Setembro de 1992. Cf. Instituto Nacional do Património Cultural, “Monumentos & sítios registados em Angola”, disponível em http://www.mincultura.gv.ao/monumentos_reg_angola.htm consultado a 7 de Outubro de 2014.

¹⁸⁹¹ Foi classificada por despacho de aprovação do Plano de Urbanização e abrange uma parte do núcleo urbano antigo e construções antigas. Cf. *Boletim Oficial de Angola* nº159, I Série, “Monumentos classificados em Angola como monumentos nacionais como imóveis de interesse público e zonas históricas”, 8 de Julho de 1971, p. 1015.

¹⁸⁹² Foi classificada e definida no Plano de Urbanização, abrangendo uma parte do núcleo urbano antigo, a sé, sepulturas e vestígios de edificações antigas. Cf. *Boletim Oficial de Angola* nº159, I Série, “Monumentos classificados em Angola como monumentos nacionais como imóveis de interesse público e zonas históricas”, 8 de Julho de 1971, p. 1015.

¹⁸⁹³ A proposta de classificação do conjunto de imóveis de interesse público de Moçâmedes como zona de arquitectura histórica ocorreu aquando da elaboração do Plano Regulador da cidade, “aquela que ainda apresenta a mais apreciável unidade estética”. Esta proposta foi aprovada pela Comissão dos Monumentos Nacionais no dia 1 de Junho de 1973 mas desconhecemos se chegou a ser publicada no *Boletim Oficial de Angola*. Cf. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480, doc. s/n, s/d [c. 1973].

¹⁸⁹⁴ *Boletim Oficial de Angola* nº11 – suplemento, I Série, “Decreto nº45 575”, 16 de Março de 1964, pp. 627-643.

valores”¹⁸⁹⁵, deveria funcionar junto da Repartição dos Edifícios e Monumentos dos Serviços de Obras Públicas. Simultaneamente determinou-se que a referida comissão tivesse como presidente o director dos Serviços de Obras Públicas e Transportes e como vogais o director dos Serviços de Instrução, os chefes das repartições de Urbanismo e de Edifícios e Monumentos, directores ou presidentes de arquivos, museus ou agremiações históricas ou culturais, os representantes do Episcopado e do Comando Militar e, ainda, dois “indivíduos de reconhecida idoneidade no assunto a nomear pelo governador-geral”¹⁸⁹⁶. Tratava-se, sem dúvida alguma, de uma tentativa de centralizar as questões relacionadas com a salvaguarda dos monumentos nacionais numa só entidade, os Serviços de Obras Públicas e Transportes. No entanto, note-se que em Angola, de acordo com o regulamento de 1946, como já esclarecemos, o director dos Serviços de Obras Públicas e Transportes já acumulava este cargo com o de presidente da CMN e esta já estava adstrita à Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais.

Deste modo, na sequência deste Decreto de 1964 e das medidas legislativas analisadas anteriormente, a situação nestes últimos dez anos de *Estado Novo* era a seguinte: sob a alçada da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais assomava-se como um órgão executivo, cabendo-lhe o estudo, projecção, execução e fiscalização de obras de conservação e restauro dos monumentos nacionais e a gestão de todas as informações relacionadas com estas questões, uma vez que contava com secções de arquivo e cadastro, bem como de estudos. Por seu lado a CMN, dependente da referida Repartição de Edifícios e Monumentos desde o ano de 1946, continuava com funções de órgão consultivo e orientador da conservação e restauro de monumentos históricos, sendo da sua competência dar pareceres relativos a classificações concedidas pelo governo-geral, a obras ou outras acções a realizar. Dado que aquando da criação da comissão no ano de 1942 se determinou a sua sujeição directa ao governo-geral e que as propostas de classificação, bem como a elaboração e transmissão de informações relacionadas com estas matérias, a execução de projectos destinados à conservação e restauro dos monumentos e a direcção e supervisão destas obras, eram da sua esfera de

¹⁸⁹⁵ *Ibidem*, p. 631.

¹⁸⁹⁶ *Ibidem*.

competências, podemos falar num triunfo das Obras Públicas que, ao longo dos anos, acabaram por conseguir monopolizar estas prerrogativas e diminuir substancialmente os poderes da CMN. Se é verdade que ficamos com a ideia desta campanha ter sido promovida, tal como aconteceria em Moçambique ou na Índia Portuguesa, com o objectivo de centralizar estas questões e evitar sobreposições, os resultados, ou seja, as obras efectivamente concretizadas e os imóveis classificados, não terão sido os expectáveis.

Efectivamente, apesar da grande variedade de funções inerentes ao Serviço de Monumentos Nacionais, a verdade é que este, conforme foi apontado no ano de 1971 pelo arquitecto Batalha¹⁸⁹⁷, não estava dotado de uma orgânica própria, estando unido ao serviço de Edifícios que num confronto directo, devido à maior importância dada às novas construções, saía sempre a ganhar enquanto aquele carecia extraordinariamente de mais recursos humanos e materiais, assomando-se, em síntese, como “um órgão apagado e sem prestígio, quase de mera instituição honorífica inoperante (...) uma entidade inútil ou platónica, se não impertinente e prejudicial.”¹⁸⁹⁸ Afinal, no ano supradito, o referido Serviço de Monumentos Nacionais contava apenas com dois funcionários efectivos: Fernando Batalha e um desenhador do quadro das Obras Públicas e Transportes cujas responsabilidades abrangiam os trabalhos de desenho mas, também, o arquivo, uma situação que “não pode deixar de ter repercussões psicológicas (e lógicas) que afectam o conceito da importância e valor do património cultural”¹⁸⁹⁹.

Ainda a propósito da falta de recursos humanos e sem querer aprofundar neste momento a importância dos contributos dos arquitectos Humberto dos Reis e Fernando Batalha em Angola, refira-se que ao longo dos anos estes monumentos foram prejudicados pela falta de mais trabalhadores, tendo beneficiado, no entanto, da colaboração daqueles dois arquitectos especializados. Efectivamente, após a partida de Humberto dos Reis em Setembro de 1961, a Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes desdobrou-se em tentativas de conseguir novo arquitecto especializado “sem o qual, se corre o risco de se provocar danos irreparáveis na execução de obras

¹⁸⁹⁷ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Monumentos Nacionais Relatório, doc. s/n, 16 de Abril de 1971.

¹⁸⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹⁹ *Ibidem*.

mal planeadas e conduzidas”¹⁹⁰⁰. Data deste momento, portanto do ano de 1962, o início da colaboração do arquitecto Fernando Batalha. De resto, será interessante dar a conhecer os nomes de alguns dos indivíduos que estiveram na presidência da CMP e da posterior CMN. O primeiro terá sido, como vimos, João Augusto Crispiniano Soares. Em 1942 deparamo-nos com a direcção de monsenhor Manuel Alves da Cunha que, como vimos, foi o primeiro vogal nomeado pelo governo no ano de 1922. Em 1962 e até à queda do *Estado Novo* o cargo foi desempenhado por Waldemar d’Orey. Relativamente a outros intervenientes cujos nomes conseguimos apurar, além daqueles mencionados a propósito da criação da comissão no ano de 1922, podemos referir os seguintes e os anos em que foram mencionados pela primeira vez: Fernando Batalha vogal a partir do ano de 1962, Luís Filipe Frederico Colaço, engenheiro chefe da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais da Direcção dos Serviços de Obras Públicas na função de secretário mas sem voto (1962), Virgílio Canas Martins (1909-1973), engenheiro agrónomo e presidente da comissão do Museu de Angola (1962), o engenheiro António Augusto da Silva Pinto (1962), Manuel Ferreira Rosa (1900-1982)¹⁹⁰¹ (1962), José dos Santos Baptista, engenheiro chefe da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais da Direcção dos Serviços de Obras Públicas na função de secretário mas sem voto (1962), António Norberto Montes de Oliveira do quadro das Obras Públicas como secretário sem voto (1964), tenente-coronel de engenharia Rogério Jaime Campos Cansado (1910-2003) (1964), pe. Pedro Alves Pereira como representante do Arquiepiscopado (1964), engenheiro Joaquim Pedro Arroja Júnior (1931-), chefe da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais (1964), Sílvio Lopes Alves Guimarães (1908-) (1964), Ernesto Henrique Ferreira de Carvalho, desenhador das Obras Públicas e secretário sem voto (1965), engenheiro José dos Santos Baptista, subdirector dos serviços de Obras Públicas e chefe da Repartição de Urbanismo (1965), João José Sacadura Cabral, funcionário das Obras Públicas e secretário sem voto (1973), engenheiro Domingos Castelo Crespo, encarregado do serviço de Edifícios (1973), Waldemar Gomes Teixeira, presidente do Instituto de Angola (1973), Álvaro do Carmo Vaz, director da Biblioteca Nacional (1973), Fernando Duque Fonseca (1908-2009), presidente do grupo “Amigos de Luanda” (1973), Acácio Prudêncio Duarte, chefe da

¹⁹⁰⁰ ANBA, FFB, cx. 33, s/pt, doc. s/n [Proposta], 1962.

¹⁹⁰¹ Autor de uma série de obras referentes ao ensino e à educação. É possível que à data fosse docente.

Repartição de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Luanda (1973), Francisco Lopes Roseira, presidente da Liga Nacional Africana (1973), cónego Domingos de Castro Mendes (1928-) representante do Episcopado (1973), Salvador das Dores Gomes, director dos serviços de Educação (1973) e coronel Orlando de Azevedo, representante do Comando Militar (1973).

Ainda a propósito dos indivíduos envolvidos nesta questão da salvaguarda dos monumentos nacionais de Angola mas, também, da relação entre a comissão em causa e a Repartição das Obras Públicas encarregue destes assuntos, não podemos deixar de salientar o facto de 1962 ter sido, na nossa opinião, um ano de mudança. Isto porque em 1961 o subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, o engenheiro Rafael Amaro da Costa, no âmbito da missão anteriormente referida destinada a “estabelecer o contacto directo que é da maior utilidade para o estudo e conhecimento dos problemas e para a sua resolução objectiva”¹⁹⁰², visitou as províncias ultramarinas de Angola, Moçambique e Guiné. Em Angola, para onde no ano de 1960 Sanches da Gama, director-geral das Obras Públicas do Ministério do Ultramar, já tinha enviado os impressos referentes à classificação dos monumentos ultramarinos¹⁹⁰³, além das visitas às barragens, colonatos, silos ou fábricas mais significativas, Amaro da Costa terá contactado, também, com alguns dos monumentos nacionais da colónia. Por esta razão, a 10 de Outubro de 1961 o subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino emanou um despacho determinando que Luís Benavente se deslocasse àquela e outras províncias ultramarinas com o intuito de se inteirar do estado do património existente e de definir critérios de actuação¹⁹⁰⁴. Assim, a partir do início do ano de 1962 começou a delinear-se a viagem do arquitecto Benavente a Angola, uma visita considerada pela Repartição dos Edifícios e Monumentos Nacionais da província como “muito oportuna e da maior utilidade”¹⁹⁰⁵. Contudo, devido ao facto de no ano de 1962, como demonstrámos anteriormente, Luís Benavente ter concentrado a sua atenção, sobretudo, em Cabo Verde mas também em São Tomé e Príncipe e na Guiné, províncias visitadas nesse período, a visita a Angola foi sendo protelada pelo próprio arquitecto

¹⁹⁰² *Boletim Geral do Ultramar* nº434 e 435, 1961, p. 73.

¹⁹⁰³ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 546, doc. 8, 27 de Outubro de 1960.

¹⁹⁰⁴ *Ibidem*, docs. 9 e 7, 15 de Fevereiro de 1962 e 18 de Setembro de 1961.

¹⁹⁰⁵ *Ibidem*, doc. 10, 9 de Junho de 1962.

que chegou a sugerir uma missão para 1963¹⁹⁰⁶. Para Fernando Batalha a concretização desta missão era da maior importância, contando com o parecer de Benavente para conseguir uma melhoria dos meios necessários à salvaguarda dos monumentos de Angola que, de outro modo, “Vão continuar no esquecimento e abandonadas”¹⁹⁰⁷. Não obstante o facto de Manuel Pereira Pimentel dos Santos (1919-2006), director-geral de Obras Públicas do Ultramar, ter alertado para o possível impacte negativo destes protelamentos no contexto da política colonial, lembrando que “sendo o Snr. Arquitecto pago por todas as Províncias, certamente seria estranhada por Angola a demora proposta da sua deslocação”¹⁹⁰⁸, a realidade é que no ano de 1963 o governo-geral continuava a aguardar a ida de Luís Benavente para vistoriar os monumentos em causa¹⁹⁰⁹.

Porém, é importante notar que Luís Benavente já tinha contactado com os monumentos de Angola no passado, senão recorde-se como no ano de 1958, aquando da preparação da sua visita a São Tomé e Príncipe para dar início aos trabalhos de restauro da igreja da Madre de Deus e da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, o arquitecto defendeu que seria interessante passar por Angola para “saber o que os séculos nos legaram na nossa África Ocidental para comparação ou paralelismo com o que irá encontrar em S. Tomé”¹⁹¹⁰. Esta sugestão acabou por ser deferida por Carlos Krus Abecasis, subsecretário de Estado do Ultramar¹⁹¹¹ apesar de Sanches da Gama, numa atitude perfeitamente insciente, ter feito notar que embora não tivesse nada contra a proposta de Benavente, seria importante ter em consideração que “só no Estado da Índia a História nos legou um património, digno de ser visto com atenção, seja por quem

¹⁹⁰⁶ No final do mês de Novembro de 1962 Luís Benavente escreveu a Fernando Batalha anunciando a sua deslocação a Angola possivelmente em Janeiro de 1963. Contudo, o arquitecto residente em Angola alertou Benavente para o facto de o mês de Janeiro não ser aconselhável para a realização de tal viagem por ser a época das chuvas, período em que muitas das estradas ficavam intransitáveis o que, naturalmente, dificultava o acesso aos monumentos, lugares históricos e ruínas, sobretudo aqueles localizados no interior da província. Na opinião de Batalha “seria quase tempo perdido e esforço inútil”. Mais tarde Fernando Batalha terá confessado que a sua carta estaria “carregada de pessimismo, que, na realidade, não deve ser tomado à letra”. Cf. ANTT, FLB, cx. 90, pt. 560 C, doc. 6, 26 de Janeiro de 1963; *Ibidem*, doc. 7, 3 de Fevereiro de 1963; *Ibidem*, doc. 9, 4 de Fevereiro de 1963; *Ibidem*, doc. 12, 28 de Fevereiro de 1963.

¹⁹⁰⁷ ANTT, FLB, cx. 90, pt. 560 C, doc. 13, 19 de Março de 1963.

¹⁹⁰⁸ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 546, doc. 13, 21 de Novembro de 1962.

¹⁹⁰⁹ *Ibidem*, doc. 14, 27 de Fevereiro de 1963.

¹⁹¹⁰ ANTT, cx. 75, pt. 527, doc. 24, 9 de Julho de 1958.

¹⁹¹¹ *Ibidem*, doc. 25, 26 de Julho de 1958.

for”¹⁹¹². Ainda assim, sabemos que a partida de Benavente para Luanda terá ocorrido no dia 19 de Novembro de 1958¹⁹¹³ e que, segundo o governo-geral, “Não fez apresentação e apenas esteve nos Serviços de Obras Públicas para cumprimentar.”¹⁹¹⁴ Desconhecemos, pois, qual a actividade desenvolvida pelo arquitecto em Angola, onde permaneceu até ao dia 26 de Novembro¹⁹¹⁵.

A propósito desta visita de Luís Benavente, refira-se que alguns anos antes, portanto em 1955, como mencionámos no capítulo referente a São Tomé e Príncipe, a província de Angola foi visitada por Charles Boxer no âmbito do périplo realizado a convite do ministro do Ultramar¹⁹¹⁶. Nesta ocasião, o ilustre professor britânico visitou os monumentos de Luanda mas, também, de Muxima, Massangano, Cambambe, São Salvador do Congo, Encoje, Benguela e Moçâmedes, tendo sublinhado “a sugestão de grandeza histórica que delas se desprende”¹⁹¹⁷. No entanto, o aspecto que mais nos interessa ressaltar prende-se com o facto de Boxer ter elogiado a “acção inteligente e eficaz”¹⁹¹⁸ do arquitecto Humberto dos Reis ao serviço do governo de Angola no referente a estas matérias da conservação e restauro dos monumentos históricos.

Quanto à falta de verbas necessárias ao bom cumprimento pelas Obras Públicas de Angola da sua missão, note-se como o Serviço de Monumentos foi sendo sucessivamente prejudicado, tendo apurado que num espaço de dez anos, entre 1958 e 1971¹⁹¹⁹, a dotação atribuída para Padrões e Monumentos passou de 5.000.000\$00 para 1.000.000\$00. A propósito desta escassez de verbas e das restantes iniciativas deste serviço, Fernando Batalha chegou a afirmar que “Mais racional seria que se acabasse totalmente com ele do que mantê-lo na situação desprestigiante de impotência em que vegeta.”¹⁹²⁰. Por outro lado, sempre fiel ao património que tanto bem-queria, no ano de 1971 Batalha acabou por sugerir uma reformulação deste serviço, tendo apresentado

¹⁹¹² *Ibidem*, doc. 24, 9 de Julho de 1958.

¹⁹¹³ AHSTP, Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos, 1961, 1.46.4.23, doc. s/n, 29 de Novembro de 1958.

¹⁹¹⁴ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 10, 13 de Março de 1959.

¹⁹¹⁵ *Ibidem*.

¹⁹¹⁶ *Boletim Geral do Ultramar* nº363, 1955, p. 220.

¹⁹¹⁷ *Ibidem*, p. 222.

¹⁹¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹¹⁹ ANBA, FFB, cx. 30, pt. s/n, doc./n [Memorial], 26 de Dezembro de 1972.

¹⁹²⁰ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Monumentos Nacionais Relatório, doc. s/n, 16 de Abril de 1971.

como referências os casos da metrópole e do Brasil¹⁹²¹. Batalha sugeriu ainda a organização de uma equipa completa constituída por um arquitecto chefe, um arquitecto de 1ª classe, um adjunto técnico de engenharia, dois chefes de trabalho de 1ª classe, um topógrafo e respectivo ajudante, um desenhador, um 2º oficial, um encarregado dos arquivos e colecções, um dactilógrafo e um contínuo. Nesta ocasião foram igualmente solicitadas as verbas necessárias para a execução de trabalhos de inventariação, conservação e restauro de monumentos nacionais mas, também, numa perspectiva verdadeiramente abrangente do conceito de património, para escavações, estudos, organização de museus, inventário e criação de cartas especializadas de arqueologia, arquitectura antiga ou do património natural¹⁹²².

O lento definhar da CMN junto da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais, conforme testemunham, por exemplo, as alterações legislativas que temos vindo a analisar, é indiscutível, sabendo, por exemplo, que nos últimos anos da década de 60 e início do decénio seguinte, esta raramente se reunia¹⁹²³. No entanto, no ano de 1972, graças a um reforço das verbas do Serviço de Monumentos Nacionais – situação que permitia a elaboração de programas mais ambiciosos acerca dos quais a CMN teria de manifestar a sua opinião – e à composição do *Regulamento da Comissão dos Monumentos Nacionais*¹⁹²⁴ pelo arquitecto Batalha, inaugurou-se “uma nova fase no funcionamento desta instituição”¹⁹²⁵. Ao analisarmos este regulamento percebemos que em termos de conteúdo procedeu-se essencialmente a um aproveitamento das determinações do Decreto nº20:985 de 1932, aquele que através da Portaria nº13:302 de 1950, como vimos, tornou extensíveis a Angola as disposições consagradas na metrópole em relação aos monumentos nacionais. Porém, este novo documento veio esclarecer a forma como se procederia à aplicação daquelas determinações numa província ultramarina onde a CMN adstrita à Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes era um “órgão consultivo para o serviço de restauro e conservação dos

¹⁹²¹ Acerca do interesse de Fernando Batalha pelas políticas patrimoniais brasileiras *vide* Vera Mariz, “Fernando Batalha: a actividade na Comissão dos Monumentos de Angola e a relação com o Brasil”, *De Violle-de-Duc à Carta de Veneza – Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibérico-Americano*, Lisboa, LNEC e ARTIS – Instituto de História da Arte/FLUL, 2014, pp. 323-330.

¹⁹²² ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Monumentos Nacionais Relatório, doc. s/n, 16 de Abril de 1971.

¹⁹²³ ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

¹⁹²⁴ ANBA, FFB, cx. 30, pt. M.N., doc. s/n, 13 de Abril de 1972.

¹⁹²⁵ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Regulamento dos Mon. Nac., doc. s/n, 26 de Outubro de 1972.

monumentos históricos da Província e para a criação de novos padrões” (Art.º 1º, Art.º 2º), natureza que fica bem clara pela constante utilização de expressões como “propor”, “dar parecer”, “ouvir”, “providenciar”, “apreciar” ou “pronunciar-se”.

Comparativamente ao decreto de 1932, além de uma ordem distinta dos artigos, de uma ocasional desmultiplicação em mais de um artigo e de alguns esclarecimentos inexistentes no documento que serviu de referência – caso da existência do valor da multa para quem afixar anúncios em monumentos classificados¹⁹²⁶ – destacam-se neste regulamento de 1972 sete novas alíneas. Efectivamente, não encontramos qualquer relação entre as alíneas 37º a 43º do artigo 3º deste regulamento e a Portaria nº13:302 de 1950 ou o Decreto nº20:985 de 1932, notando-se, por exemplo, a intenção de alargar o número de monumentos classificados, acrescentando-se aos títulos de “monumentos nacionais” e “imóveis de interesse público” o de “valores concelhios” para “todos os elementos ou conjuntos de valor histórico, arqueológico ou artístico existentes nos vários concelhos e que não estejam classificados como monumentos e imóveis de interesse público” (Art.º 3º, Art.º 37º). Note-se, no entanto, que este título de “valor concelhio” tinha sido divulgado na metrópole pela Lei nº2:032 de 1949 e em Angola pela Portaria nº14:602 de 9 de Novembro de 1953. Observamos, também, a intenção de proteger monumentos e imóveis não classificados, tendo-se estabelecido que caberia à comissão actuar junto das entidades responsáveis para garantir a sua defesa e protecção (Art.º 3º, Art.º 41º). Ainda no âmbito das questões relacionadas com a classificação do património de Angola, é interessante notar que, uma vez mais, voltou a destacar-se a importância das zonas de protecção, instituindo-se que era da responsabilidade da comissão “Estabelecer bases reguladoras e velar pela conservação do ambiente tradicional, natural ou característico nas zonas de protecção, bem com nas zonas e lugares históricos e de interesse público” (Art.º 3, Art.º 43º). Na ausência de directivas referentes às obras de conservação ou restauro a realizar nestes monumentos e edifícios classificados, e na tentativa de uniformizar as intervenções, caberia, também, à CMN estabelecer normas, definir ou apreciar os programas de acção, planos de trabalho, propostas de execução de obras e relatórios dos trabalhos realizados,

¹⁹²⁶ ANBA, FFB, cx. 30, pt. M.N., doc. s/n, 13 de Abril de 1972; *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, p. 435.

apresentando-se, permanentemente, como o tal órgão consultivo de apoio e vigilância das entidades responsáveis pela execução destas campanhas (Art.º 3º, Art.º 38º a Art.º 40º). Estabeleceu-se, ainda, que a comissão, quando incumbida pelo governo, deveria intervir em diferendos entre as várias entidades envolvidas nestes processos (Art.º 3º, Art.º 42º). Além das disposições referentes às competências da CMN, este regulamento determinou as competências do seu presidente, vogais e secretário, bem como o seu funcionamento, esclarecendo, por exemplo, que aquela só poderia operar na presença de pelo menos metade dos vogais e do presidente (Art.º 8º) e que as deliberações seriam tomadas de acordo com a opinião da maioria (Art.º 9º).

Depois destes dois acontecimentos que poderiam sugerir um maior interesse do governo pela salvaguarda dos monumentos nacionais – referimo-nos ao reforço das verbas destinadas aos Padrões e Monumentos e à publicação do *Regulamento da Comissão dos Monumentos Nacionais* em 1972 – deparamo-nos logo no ano de 1973 com uma nova inversão da situação, momento em que se passou de uma verba de 2.400.000\$00 para 900.000\$00¹⁹²⁷. Todavia conseguimos identificar no final desse mesmo ano uma acção do secretário provincial das Obras Públicas de Angola, António Guedes de Campos, que não podemos deixar de considerar como sendo claramente favorável ao património arquitectónico classificado desta província ultramarina. No mês de Dezembro de 1973 o referido secretário provincial emanou o Despacho nº12/73¹⁹²⁸, um documento no qual se colocou em perfeita evidência o entendimento dos monumentos como armas no conflito colonial em curso:

*Numa época como a actual, em que as batalhas se travam tanto no campo das ideias como no das armas, e em que as vitórias são efémeras se não assentarem numa linha de princípios com continuidade histórica, é indispensável fazer um esforço de preservação e enobrecimento dos nossos monumentos em Angola, símbolos de uma presença secular e dos valores de raça, fazendo-os reviver para os dias de hoje*¹⁹²⁹.

¹⁹²⁷ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Obras e Serviços M.N., doc. s/n, 29 de Janeiro de 1973.

¹⁹²⁸ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01481, 01482, 01483, doc. s/n, 11 de Dezembro de 1973.

¹⁹²⁹ *Ibidem*.

Em síntese, nesta ocasião propôs-se uma acção bem definida e tripartida ainda que pouco inovadora: inventariar o património e divulgá-lo; defender, restaurar e dignificar o interior e exterior destes imóveis; e proceder à sua “revivificação”¹⁹³⁰, orientando as obras de restauro no sentido da adaptação daqueles espaços a locais de interesse cultural ou turístico “que promovam o chamamento natural da população”¹⁹³¹. Curiosamente, na opinião do autor, a questão da defesa, restauro e dignificação era secundária e, como tal, não havia necessidade de naquele momento se gizarem programas de actuação, o que não acontecia em relação ao inventário e à tal “revivificação” que, na verdade, implicava obras de restauro. Assim, estando o inventário dos monumentos nacionais e imóveis de interesse público consideravelmente completo, um dos objectivos no referente à divulgação deste património correspondia à publicação de uma obra “onde se contenha, com nível artístico, historiográfico e literário indispensáveis, a caracterização de todo o nosso acervo de monumentos e edifícios notáveis”¹⁹³². Quanto à “revivificação” destes edifícios, conforme aprofundaremos adiante, a Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, a fortaleza e tribunal de Massangano mas, também, o palácio D. Ana Joaquina em Luanda foram eleitos para serem intervencionados e adaptados a museus temáticos. Relativamente a esta selecção, parece-nos que podemos identificar três critérios. Primeiro, conforme demonstram as linhas inaugurais deste despacho, o significado histórico destes monumentos, os tais “símbolos de uma presença secular e dos valores de raça”¹⁹³³, como eram inequivocamente os edifícios de Massangano e de Nova Oeiras. Segundo, mas aliado ao primeiro critério, a importância arquitectónica, como se depreende da inclusão do palácio D. Ana Joaquina certamente não enquanto testemunho do tráfico de escravos em Angola mas como um notável modelo da arquitectura setecentista de Luanda, cujo *IV Centenário da Fundação* teria lugar em 1974. Terceiro, o estado de conservação dos mesmos que, quando em comparação com o de outros de igual relevância histórica ou arquitectónica, seria mais preocupante. Para terminar, refira-se que este grande programa de restauro e “revivificação” dos monumentos supramencionados chegou a ser elaborado mas a sua aplicação pensada para o segundo

¹⁹³⁰ *Ibidem.*

¹⁹³¹ *Ibidem.*

¹⁹³² *Ibidem.*

¹⁹³³ *Ibidem.*

trimestre de 1974 foi, como se pode adivinhar, refreada pelos acontecimentos desse ano.

Ainda a propósito das acções de valorização promovidas pela CMN e pelo Serviço de Monumentos das Obras Públicas, não podemos deixar de fazer uma breve alusão ao Turismo e à sua relação com o património¹⁹³⁴, uma questão levantada em várias ocasiões por Fernando Batalha¹⁹³⁵. Efectivamente, tal como aconteceu em Cabo Verde ou Moçambique, também em Angola se compreendeu o potencial dos monumentos enquanto “elementos de atracção turística”¹⁹³⁶, uma faceta que sem ter sido convenientemente explorada até aos anos 60 se via ameaçada pelos novos planos de urbanização que ditaram em Luanda, por exemplo, a destruição de construções antigas, testemunhos da vetustez da presença portuguesa e do carácter singelo da capital. Assim, na opinião do arquitecto Batalha:

*Em vez de se destruírem a beleza, o pitoresco e o carácter da arquitectura e dos conjuntos urbanos antigos, que deram a Luanda uma feição singular e inconfundível, melhor seria, por isso, que deles se tirasse maior partido, valorizando-os e aperfeiçoando-os*¹⁹³⁷.

No entanto, Luanda não era a única cidade onde o património arquitectónico, classificado ou não, tinha potencial para atrair turistas nacionais e estrangeiros e, consequentemente, para contribuir para a divulgação daquela província ultramarina, das qualidades da obra civilizadora portuguesa e, claro, para o crescimento da sua economia. O restauro dos monumentos de Massangano ao longo dos anos 60 foi sempre orientado, na nossa opinião, por uma intenção muito clara de fazer desta

¹⁹³⁴ A questão do turismo em Angola remonta, pelo menos, à governação de José Norton de Matos. De facto o desenvolvimento do turismo foi uma das preocupações de Norton de Matos que enquanto alto-comissário viu nesta actividade uma forma indirecta de colonização de Angola. Esta colonização seria promovida através da criação de “elementos de civilização de ordem diversa” como hotéis e restaurantes nos locais visitados pelos turistas que iriam até África interessados nas suas belezas naturais. Assim se explica o facto do primeiro alto-comissário de Angola ter criado os Serviços de Turismo e publicado uma série de decretos que favorecem o estabelecimento de “hotéis confortáveis”. No entanto, em 1926 o próprio Norton de Matos constatou que “Não deram essas medidas resultado.” Cf. José Norton de Matos, *A Província de Angola*, Porto, Marânus, 1926, pp. 44-45.

¹⁹³⁵ Veja-se a série de artigos escritos pelo arquitecto para o *Boletim do Instituto de Angola*, verdadeiros guias turísticos numa altura em que o turismo naquela província ultramarina era ainda muito insipiente. Cf. *Boletim do Instituto de Angola* nº1, 1953; nº2, 1953; nº7, 1955.

¹⁹³⁶ Fernando Batalha, *Em defesa do Património Histórico e Tradicional*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1963, p. 6.

¹⁹³⁷ *Ibidem*, p. 7.

povoação – cuja história está intimamente ligada à ocupação e resistência portuguesa em Angola – um grande centro turístico. Senão veja-se como no período em causa os serviços patrimoniais procuraram não só reparar ou restaurar a igreja de Nossa Senhora da Vitória, a fortaleza, os edifícios do Tribunal e dos Paços do Concelho, a igreja e hospital da Misericórdia mas, também, recuperar toda a envolvência, intensificar o ambiente histórico, através da colocação de focos de luz de “tipo antigo”¹⁹³⁸, do arranjo dos arruamentos, da beneficiação das habitações populares “nos moldes tradicionais”¹⁹³⁹ e, inclusivamente, da adaptação de um edifício a pousada turística. Esta qualidade de Massangano como uma das “estâncias turísticas das mais importantes de Angola”¹⁹⁴⁰ era de tal modo óbvia para Fernando Batalha que este chegou a sugerir, conforme mencionámos na primeira parte deste estudo, que a campanha de salvaguarda deste conjunto beneficiasse das verbas consignadas no III Plano de Fomento para o Turismo¹⁹⁴¹.

Outro exemplo deste entendimento dos monumentos e sítios históricos como focos de interesse turístico é a vila do Dondo, sede de uma conhecida feira seiscentista e o mais importante núcleo comercial do interior a partir da centúria seguinte, mas que no início do século XX, consequência da alteração das rotas comerciais com a construção do caminho-de-ferro entre Luanda e Ambaca¹⁹⁴², acabou por entrar em declínio. Consequentemente, os testemunhos arquitectónicos das épocas de prosperidade comercial – as típicas casas de sobrado – foram sendo abandonados ou destruídos, motivo pelo qual a partir dos anos 60 Fernando Batalha pugnou intensamente pela defesa do Dondo, tendo insistido particularmente na importância de classificar o sítio como “povoação de interesse histórico, arqueológico e turístico”¹⁹⁴³. A propósito desta proposta de protecção de todo o conjunto do Dondo observe-se que Fernando Batalha apresentou como argumento o facto de já se ter procedido de forma semelhante na metrópole, aludindo ao caso do centro histórico de Évora mas, também, de Ouro Preto

¹⁹³⁸ ANBA, FFB, cx.29 II, pt. s/n, doc. s/n [Esclarecimento complementar ao documento Memorial], Abril de 1968.

¹⁹³⁹ *Ibidem.*

¹⁹⁴⁰ *Ibidem.*

¹⁹⁴¹ *Ibidem.*

¹⁹⁴² Fernando Batalha, *A Vila do Dondo*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1962, pp. 7-8.

¹⁹⁴³ *Idem*, *Em defesa da Vila do Dondo*, Luanda, Imprensa Nacional, 1963, p. 13.

no Brasil¹⁹⁴⁴. Objectivamente, através da classificação do Dondo procurava-se travar o ímpeto construtivo que em determinadas ocasiões ditou injusta e desnecessariamente a destruição de contributos arquitectónicos do passado, cujo valor residia não tanto no seu requinte mas no seu carácter pitoresco, na “impressionante unidade de estilo, talvez fruste e embrionário, que lhe dá um cunho próprio e diferenciado”¹⁹⁴⁵. Estando este interesse do Dondo intimamente relacionado com o seu potencial turístico, com o carácter distinto da sua arquitectura, na opinião de Fernando Batalha a sua salvaguarda seria um dever não só dos serviços patrimoniais mas, também, dos serviços de Turismo:

*É de desejar, por isso, que as entidades oficiais a quem directamente incumbe a salvaguarda do património histórico e cultural de Angola, do mesmo modo que os organismos a quem compete impulsionar o turismo, não deixem de dispensar ao Dondo um pouco dos seus cuidados e de tomar as providências adequadas para sustar a descaracterização a quem vem sendo condenada essa vila, por desinteresse e insensatez gerais*¹⁹⁴⁶.

De resto, notamos que para o arquitecto Batalha o Dondo, quando em comparação com outras localidades, tinha sem dúvida alguma o maior potencial turístico da província de Angola. Isto porque apesar do clima extremamente quente característico desta região interior e da sua insalubridade – o que por si só contribuía para que esta parecesse uma ideia “um tanto pretensiosa e descabida”¹⁹⁴⁷ – a localização do Dondo, perto de Muxima, Massangano, Cambambe ou Nova Oeiras, fazia desta vila um potencial centro irradiador, já não de comércio como acontecera séculos atrás, mas de turismo.

Neste âmbito, não podemos deixar de referir o nome de Alfredo Diogo Júnior que no ano de 1967, tal como Fernando Batalha vinha fazendo, insistiu nesta questão através de um artigo publicado no *Boletim do Instituto de Angola* intitulado “Valores Históricos do Turismo de Angola”¹⁹⁴⁸. Nesta ocasião, defendendo que o “turista dos nossos dias não é já o homem que passa férias, mas todo aquele que se desloca – um só dia que seja

¹⁹⁴⁴ *Idem*, *A Vila do Dondo*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1962, p. 13; *Idem*, *Em defesa da Vila do Dondo*, Luanda, Imprensa Nacional, 1963, pp. 5-6.

¹⁹⁴⁵ *Idem*, *Em defesa da Vila do Dondo*, Luanda, Imprensa Nacional, 1963, p. 14.

¹⁹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁴⁷ Fernando Batalha, *A Vila do Dondo*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1962, p. 11.

¹⁹⁴⁸ Alfredo Diogo Júnior, “Valores históricos de Angola”, *Boletim do Instituto de Angola* nº27, 1967, pp. 93-100.

– para fora do seu país ou domicílio”¹⁹⁴⁹, o autor apresentou Angola como um destino turístico rico em monumentos e lugares históricos que “assinalam para os vindouros uma gesta notável de sacrifício e heroicidade”¹⁹⁵⁰, como são os casos daqueles existentes no triângulo histórico-turístico Muxima-Massangano-Cambambe. No entanto, os aspectos mais notáveis deste artigo residem, na nossa opinião, na tónica colocada nos museus, arquivos e bibliotecas de Angola apresentados como elementos de atracção para estudiosos das mais diversas origens; e, ainda, na necessidade de organizar com regularidade congressos e cursos de férias, ou seja, acontecimentos que fomentassem o turismo nesta província ultramarina.

Para concluir refira-se que não obstante a existência e actividade destes organismos dedicados aos monumentos de Angola, a sua ligação com a metrópole, ao contrário do que vimos para os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, seria bastante débil. Senão note-se como no ano de 1971 Luís Benavente que era amigo de Fernando Batalha¹⁹⁵¹, insistiu na importância da DGOPC do Ministério do Ultramar conhecer a realidade dos monumentos existentes em Angola¹⁹⁵². Neste sentido Benavente solicitou a esta província o envio de um traslado dos elementos utilizados para a realização da classificação dos monumentos, bem como cópias dos processos individuais, incluindo fotografias e duplicados dos negativos que facilitassem o conhecimento e divulgação dos mesmos pela imprensa ou outras instituições culturais¹⁹⁵³. O facto de Luís Benavente ter confessado nesta ocasião que não estava habilitado a “fornecer quaisquer dados”¹⁹⁵⁴ acerca deste universo patrimonial, “ignorando (...) o seu número localização, importância”¹⁹⁵⁵ comprova perfeitamente, como dizíamos, a falta de articulação entre os serviços de monumentos da província e da metrópole e, consequentemente, a anteriormente mencionada fragilidade da acção da DGOPC do Ministério do Ultramar enquanto organismo responsável, desde o ano de 1958, pela salvaguarda dos monumentos nacionais das províncias portuguesas ultramarinas.

¹⁹⁴⁹ *Ibidem*, p. 93.

¹⁹⁵⁰ *Ibidem*, p. 94.

¹⁹⁵¹ Segundo a correspondência existente no arquivo de Luís Benavente esta amizade remonta pelo menos ao ano de 1935. Cf. ANTT, FLB, cx. 111, pt. 728, doc. 22, 7 de Julho de 1935.

¹⁹⁵² ANTT, FLB, cx. 71, pt. 494, doc. 4, 30 de Março de 1971.

¹⁹⁵³ *Ibidem*.

¹⁹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵⁵ *Ibidem*.

Para concluir, antes de passarmos à análise das intervenções realizadas em monumentos nacionais, refira-se que tanto Luís Benavente como Fernando Batalha, este segundo profundo conhecedor da realidade em causa, estavam de acordo relativamente à questionabilidade de muitos dos restauros realizados antes dos anos 50 ou 60 em Angola, tendo classificado alguns como “verdadeiros disparates”¹⁹⁵⁶. Na opinião destes arquitectos em relação a determinados monumentos “melhor seria não lhe ter tocado”¹⁹⁵⁷, tendo ainda esclarecido que:

*Infelizmente, ninguém se tem preocupado com isso e têm feito desaparecer os marcos da nossa presença multisecular. Mas os bárbaros destruidores não são os pretos: são os brancos sem consciência nacional, para quem só conta o interesse material...*¹⁹⁵⁸

4.4 As intervenções em monumentos nacionais¹⁹⁵⁹

Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Benguela: No ano de 1948 Diogo de Macedo alertou para a necessidade de quatro telas setecentistas pertencentes à igreja serem restauradas na metrópole, tendo destacado, também, os móveis, pratas, imagens e o frontal de altar “digno de museu”¹⁹⁶⁰, obras que deveriam ser cuidadas e classificadas. No entanto, a grande campanha *estadonovista* a favor da recuperação e valorização deste templo considerado por Fernando Batalha como “um monumento de capital valor

¹⁹⁵⁶ ANTT, FLB, cx. 90, pt. 560 C, doc. 18, 1 de Maio de 1963.

¹⁹⁵⁷ *Ibidem*, doc. 23, 9 de Junho de 1963.

¹⁹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁵⁹ Tendo em consideração que optámos por analisar apenas os casos dos monumentos nacionais não incluímos nesta resenha outros exemplares de património não classificado, classificado apenas como imóveis de interesse público ou como monumento nacional mas sobre os quais não temos informações suficientes. A título de exemplo refira-se que entre os anos de 1968 e 1972 Fernando Batalha esteve envolvido no projecto de restauro da Alfândega de Benguela. No ano de 1971 terão sido realizadas obras de recuperação e reconstrução da fortaleza de Bembe sob orientação da repartição distrital de Obras Públicas do Uíge. A fortaleza de Cúchi foi intervencionada no ano de 1972 aparentemente a pretexto da sua ocupação pela Direcção-Geral de Segurança. Entre 1971 e 1972 teve lugar uma série de trabalhos de desobstrução, escavação, protecção dos alicerces e reconstrução de parte da muralha da fortaleza de Novo Redondo. Os vestígios do fortim de Encoje foram dos primeiros a ser classificados como monumentos nacionais mas temos poucas informações acerca da realização de eventuais obras, sabendo que no ano de 1954 Fernando Batalha teve conhecimento da construção de uma casa para o pároco de Encoje cujas características não se coadunavam com as do monumento. Nesta época algumas peças de artilharia foram transferidas para o Museu do Congo em Uíge.

¹⁹⁶⁰ *Boletim Geral das Colónias* nº 284, 1949, p. 61.

para a história da Arte em Angola”¹⁹⁶¹, começou no ano de 1946 com a proposta para a sua classificação como monumento nacional, momento em que se alertou para a necessidade de despende:

*o auxílio material de que carece para se libertar de enxertos espúrios e para poder arrostar os danos do tempo. Estes trabalhos implicam a realização de obras de reparação e conservação, bem como de restauro ou, mais propriamente, de reintegração do edifício no seu estilo originário*¹⁹⁶².

O aval à proposta de Fernando Batalha referente à classificação deste templo surgiria no ano de 1949, tendo sido acompanhado por uma campanha de obras descrita como “grandes reparações”¹⁹⁶³. Esta campanha continuou em 1950, ano em que foram realizadas novas obras¹⁹⁶⁴. Segundo nos parece no ano de 1952 os trabalhos de maior monta já estariam terminados pois nessa altura o governador-geral encarregou Fernando Batalha de elaborar o programa de acabamentos e reintegração da igreja no espaço envolvente¹⁹⁶⁵. Além disso, o arquitecto teria, ainda, que terminar a recuperação da capela lateral dedicada ao Senhor dos Passos, espaço onde faltaria, à data, o estudo e realização da sua ornamentação¹⁹⁶⁶. Apesar de sabermos, graças a um conjunto de fotografias da época¹⁹⁶⁷, que pelo menos nos anos de 1953 e 1955 os rebocos exteriores e interiores já estariam com problemas consideráveis, parece que só mais tarde, em 1956, foram realizadas pesquisas com o intuito de devolver ao templo o seu aspecto



Imagem 107 O arco triunfal após a picagem do estuque. Ao fundo vêem-se os degraus de alvenaria que antes desta intervenção estavam encobertos por outros mais recentes, 1956. AINPCA, pt. 28.1.

¹⁹⁶¹ ANBA, FFB, pt. 17 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo da Cidade de Benguela, doc. s/n [Memória justificativa da sua classificação como monumento de interesse artístico e histórico a apresentar à Comissão de Monumentos Nacionais de Angola], 1947.

¹⁹⁶² *Ibidem*.

¹⁹⁶³ AHU, OP03407, 9/1122-1/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1949].

¹⁹⁶⁴ AHU, OP02043, 8/64-2/3, MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1950].

¹⁹⁶⁵ ANBA, FFB, cx. 29 II, s/pt., doc. s/n, 19 de Novembro de 1952.

¹⁹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁶⁷ AINPCA, FCMN, pt. 28.3 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Memória Justificativa da sua Classificação/Armário nº1/Prateleira 2C, docs. s/n [Fotografias], 1953, 1956.

original. Assim, podemos concluir que os trabalhos realizados nos anos de 1949-1952 terão sido essencialmente reparações. Já nos anos de 1956 e 1957¹⁹⁶⁸ foram realizadas prospecções na referida capela do Senhor dos Passos onde, por baixo dos degraus existentes, foram localizados outros mais antigos, mais recuados e em menor número, razão pela qual se optou pela demolição dos mais recentes¹⁹⁶⁹. O mesmo aconteceu na capela-mor onde a demolição dos degraus visíveis deu a conhecer outros mais antigos¹⁹⁷⁰. Na mesma ocasião percebeu-se que o pavimento de mosaico existente junto ao arco triunfal fora colocado sobre um mais antigo em cantaria¹⁹⁷¹, situação que justificou o arranque do piso observável naquele ano de 1956. Data desta campanha a demolição e posterior reconstrução do altar em madeira na capela-mor, elemento que destoaria dos estuques existentes, bem como a reconstrução dos telhados e a reparação da estrutura em madeira¹⁹⁷².



Imagem 108 A fachada principal da igreja de Nossa Senhora do Pópulo com parte dos rebocos picados, 1959. AINPCA, pt.28.2.



Imagem 109 Aspecto da galeria e da antiga sacristia da igreja após a picagem dos rebocos, 1959. AINPCA, pt.28.2.

Além destas obras de restauro, até ao final do ano de 1957 foram realizadas pequenas reparações de rebocos e estuques, douramento dos altares, pinturas, trabalhos de carpintaria, arranjos de sacrários e das caixas de esmolas¹⁹⁷³. Depois desta primeira fase tiveram início as obras no exterior, campanha que decorreu no ano de 1959, traduzindo-

¹⁹⁶⁸ AINPCA, FCMN, pt. 28.1 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Fotografias/Armário nº1/Prateleira 2B, docs. s/n [Fotografias], 1956, 1957.

¹⁹⁶⁹ *Ibidem.*

¹⁹⁷⁰ *Ibidem.*

¹⁹⁷¹ *Ibidem.*

¹⁹⁷² *Ibidem.*

¹⁹⁷³ AINPCA, FCMN, pt. 28 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Diversos/Armário nº1/Prateleira 2B, doc. s/n, 9 de Outubro de 1957; doc. s/n [Conta corrente], 1957.

se, pelo menos, na picagem generalizada dos rebocos, descoberta de uma janela antiga de meio arco da capela do Senhos dos Passos e entaipamento de duas aberturas mais recentes¹⁹⁷⁴.

Fortaleza de São Sebastião do Egito, Egito: No ano de 1954 o arquitecto Humberto dos Reis traçou um plano de obras a realizar em duas fases distintas¹⁹⁷⁵. Neste momento partes dos paramentos e alvenarias ameaçavam ruir e os rebocos careciam de uma reparação, tendo-se previsto “respeitar-se – tanto quanto possível – os velhos rebocos”¹⁹⁷⁶. Neste sentido, o arquitecto dos Monumentos Nacionais propôs que depois de uma primeira fase de limpeza, pesquisas e consolidação dos paramentos e alicerces em risco, se passasse à regularização das paredes e paramentos, consolidação e restauro do edifício central e da entrada principal, construção e assentamento de portais, regularização dos pavimentos da praça, dos acessos e, ainda, à realização de limpezas exteriores¹⁹⁷⁷. Esta primeira fase de obras de consolidação terá tido início, apenas, em 1956 ou depois, dado que o respectivo orçamento data deste ano¹⁹⁷⁸. Já no ano de 1965 temos notícias de uma passagem do arquitecto Fernando Batalha pelo Egito com o intuito de estudar as obras de reparação e reconstrução desta fortificação¹⁹⁷⁹. Todavia, só temos conhecimento do início de uma campanha de restauro no ano de 1972, momento em que Batalha, na sequência do orçamento entregue à Direcção dos Serviços de Obras Públicas, propôs a reparação de rebocos, alvenarias e caiações, bem como a sua presença aquando do início destas obras com o objectivo de identificar restos de pavimentos antigos, localizar portas, janelas e pilastras, de escolher os materiais a empregar e de dar instruções aos trabalhadores relativamente à forma de garantir a conservação do monumento¹⁹⁸⁰. Na sequência desta solicitação e respectivo aval, Batalha identificou como obras a realizar imediatamente os trabalhos nas alvenarias, nos embasamentos e paredes, a colocação

¹⁹⁷⁴ AINPCA, FCMN, pt. 28.2 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Fotografias/Armário nº1/Prateleira 2B, doc. s/n [Fotografias], 1959.

¹⁹⁷⁵ AINPCA, FCMN, pt. 32 Fortaleza de S. Sebastião do Egito/Diversos/ Armário nº1/Prateleira 3B, doc. s/n, 13 de Dezembro de 1954.

¹⁹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁷⁸ AINPCA, FCMN, pt. 32 Fortaleza de S. Sebastião do Egito/Diversos/ Armário nº1/Prateleira 3B, doc. s/n, 8 de Fevereiro de 1956.

¹⁹⁷⁹ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 16 de Junho de 1965.

¹⁹⁸⁰ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 7 de Outubro de 1972.

de vergas de pau-ferro em portas e janelas, de emboços e rebocos de argamassa de cal e areia e a caiação a três demãos¹⁹⁸¹. De um modo geral, programou-se a reconstrução das paredes ruídas, a aplicação de reboco em todas as paredes, a reconstrução do telhado, a construção de tectos, a reconstituição dos diversos pavimentos, a criação e colocação de portas e caixilhos, a execução e assentamento do portão da entrada principal e pinturas várias¹⁹⁸². Batalha excluiu do programa de obras toda e qualquer demolição, tendo ficado definido que as obras de restauro “devem cingir-se à reconstituição da Fortaleza como era primitivamente”¹⁹⁸³. No ano de 1973 Batalha visitou a fortificação com o intuito de averiguar o andamento dos trabalhos e apercebeu-se que “as obras de restauro desse Monumento não estavam a ser executadas de conformidade com a técnica própria para obras de natureza histórica nem com as características expressas no Orçamento”¹⁹⁸⁴, pois as paredes estavam a ser reconstruídas não com alvenaria de pedra e argamassa de cal e areia mas com betão ciclópico. O reboco, ao invés de ser feito com argamassa de cal e areia, estava a ser feito com argamassa de cimento e areia e as vergas dos vãos apresentavam tábuas de uma qualidade de madeira distinta daquela que fora prevista, ou seja, vigotas de madeira de pau-ferro ou de mangue¹⁹⁸⁵. As obras foram, então, suspensas e possivelmente retomadas com maior orientação do pessoal dos Monumentos Nacionais.



Imagem 110 Vista da frontaria da fortaleza de São Sebastião, c. 1964. *Boletim do Instituto de Angola* nº18, 1964.



Imagem 111 Aspecto da fortificação após os restauros iniciados por Martinho Humberto dos Reis, s/d [anos 70]. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480.

¹⁹⁸¹ *Ibidem*, doc. s/n, 13 de Outubro de 1972.

¹⁹⁸² AINPCA, FCMN, pt. 32 Fortaleza de S. Sebastião do Egito/Diversos/ Armário nº1/Prateleira 3B, doc. s/n, 3 de Junho de 1972.

¹⁹⁸³ *Ibidem*.

¹⁹⁸⁴ *Ibidem*, doc. s/n [Informação 9277/550/SE/73], 1973.

¹⁹⁸⁵ *Ibidem*.

Fortim do Quicombo, Novo Redondo: Depois dos anos 50, sem conhecimento por parte das Obras Públicas ou dos Monumentos Nacionais, foram destruídas partes das muralhas e restos de algumas das construções interiores, cujos materiais foram retirados e, aparentemente, aproveitados aquando da construção de edifícios da firma José de Cardoso de Matos Lda¹⁹⁸⁶. No ano de 1970 é certo que estavam em curso obras nesta fortificação, isto



Imagem 112 Parte das ruínas do fortim do Quicombo, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480.

porque o arquitecto Batalha recebeu verbas para a aquisição de materiais destinados a este monumento¹⁹⁸⁷. Em 1971 a reconstrução do fortim foi incluída no programa a cumprir pelos Monumentos Nacionais naquele ano, ainda que, para tal, se reconhecesse a necessidade de admitir mais pessoal¹⁹⁸⁸. Nesta época não restava mais que um pequeno baluarte da antiga fortaleza¹⁹⁸⁹, bem como parte dos muros exteriores e vestígios dos edifícios interiores de um reduto de protecção de um flanco¹⁹⁹⁰. No início do ano de 1972, além de prospecções várias e do levantamento da fortificação por parte de um topógrafo¹⁹⁹¹, os recintos foram desobstruídos e as obras de reconstrução da parte das muralhas¹⁹⁹² que ainda resistia foram adjudicadas. As obras de reconstrução terão continuado até 1973, pelo menos com mais prospecções, reconstrução de muralhas e limpezas¹⁹⁹³.

Real Fábrica de Ferro, Nova Oeiras: No início da década de 50 a situação desta antiga fábrica era verdadeiramente preocupante pois, conforme Fernando Batalha testemunhou, “pessoas sem escrúpulo nem respeito pelo património público, pela lei e pelo Governo”¹⁹⁹⁴ estavam a apoderar-se dos edifícios remanescentes e a adulterá-los.

¹⁹⁸⁶ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac. doc. s/n [Forte de Quicombo], 1972.

¹⁹⁸⁷ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. MN Obras, doc. s/n, 27 de Dezembro de 1970.

¹⁹⁸⁸ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. MN Projectar, doc. s/n [Obras de 1971], 1971; ANBA, FFB, cx. 32, pt. s/n, doc. s/n, 2 de Junho de 1971.

¹⁹⁸⁹ No fundo de Luís Benavente encontra-se uma fotografia deste baluarte. Cf. ANTT, FLB, cx. 117, pt. 792, doc. 26, s/d.

¹⁹⁹⁰ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac. doc. s/n [Forte de Quicombo], 1972.

¹⁹⁹¹ *Ibidem*, doc. s/n, 14 de Junho de 1972; [Relatório de viagem], 1972.

¹⁹⁹² *Ibidem*, doc. s/n, 2 de Fevereiro de 1972.

¹⁹⁹³ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Monumentos Situação, Necessidades, doc. s/n [Forte do Quicombo], s/d [1972/1973].

¹⁹⁹⁴ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 13 de Março de 1953.

No ano de 1963 foram distribuídos 120.000\$00 à Repartição de Obras Públicas do Kwanza norte para serem aplicados, desconhecemos de que forma, na recuperação de Nova Oeiras, de Cambambe e Massangano¹⁹⁹⁵. Estas e outras verbas terão sido aplicadas, essencialmente, em trabalhos de limpeza e conservação das ruínas existentes, como sabemos ter acontecido no ano de 1971, momento em que a ponte sobre o rio Luíña também estava em construção junto à antiga fábrica e, como tal, era necessário garantir “que os respectivos aterros de concordância com a estrada não prejudiquem este monumento”¹⁹⁹⁶. Todavia, estas acções pontuais não foram suficientes para garantir a conservação destas ruínas, conforme depreendemos do facto de no ano de 1971 o director dos Serviços de Centralização e Coordenação ter informado Batalha do mau estado deste monumento¹⁹⁹⁷. A resposta do arquitecto foi a expectável: as verbas exíguas e o elevado número de monumentos não permitiam mais que as referidas limpezas, ainda que naquele momento estivessem previstas “obras de reparação e conservação mais vastas”¹⁹⁹⁸, uma tarefa dificultada pela falta de alojamento para os trabalhadores. No ano das comemorações do segundo centenário da Real Fábrica de Ferro (1972) Fernando Batalha, munido da planta da povoação de Nova Oeiras e no âmbito de mais uma operação de limpeza do matagal, encontrou ruínas até então desconhecidas e restos da antiga povoação, tendo conseguido identificar de forma integral a planta da igreja¹⁹⁹⁹.



Imagem 113 Parte das ruínas da Real Fábrica de Nova Oeiras, 1955. AINPCA, pt. 19.1.



Imagem 114 Pormenor das mesmas ruínas, s/d [anos 60]. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480.

¹⁹⁹⁵ ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac.26-8-3, Monumentos Nacionais, doc. s/n, 5 de Fevereiro de 1963.

¹⁹⁹⁶ ANBA, FFB, cx. 32, pt. s/n, doc. s/n, 18 de Novembro de 1971.

¹⁹⁹⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 11 de Janeiro de 1971.

¹⁹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹⁹ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n [Descobertas em Nova Oeiras], 1972.

Devido às comemorações do bicentenário parece que as acções de conservação e valorização da antiga fábrica de ferro ter-se-ão intensificado e continuado no ano de 1973, momento em que as ruínas estavam limpas, capinadas e procedia-se à reparação de rebocos bem como ao fechar de juntas das alvenarias²⁰⁰⁰. No ano de 1974 foi feita uma estimativa de obras a realizar, uma campanha pensada por Fernando Batalha que previa, entre outras, a conservação e restauro do edifício da fábrica, forno de fundição, escadas, aqueduto, muros ou de pavimentos. Nesta ocasião, segundo aquele arquitecto, as verbas necessárias deveriam ser concedidas pelo governo do Kwanza norte, Companhia de Diamantes de Angola, Siderurgia Nacional ou pelo Banco de Angola, e os trabalhadores deveriam ser recrutados fora de Nova Oeiras²⁰⁰¹. Estes trabalhos enquadravam-se na campanha promovida pela Secretaria Provincial das Obras Públicas nas vésperas da queda do *Estado Novo*²⁰⁰².

Conjunto das ruínas de Cambambe: No ano de 1948 a fortificação de Cambambe estava de tal modo arruinada que Diogo de Macedo considerou que a única medida a tomar seria conservá-la “como está, visto ser impossível a sua reconstituição.”²⁰⁰³ Tal como em Nova Oeiras também o conjunto de ruínas de Cambambe sofreu no início dos anos 50 com saques e enxertos não



Imagem 115 Ruínas da igreja de Cambambe, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480.

autorizados que em conjunto com anos de abandono contribuíram para a desvalorização deste monumento nacional²⁰⁰⁴. Este cenário de abandono e destruição prolongou-se até ao início dos anos 60, momento em que o arquitecto Batalha descreveu a situação como “deveras lastimável e comprometedora para a Comissão de Monumentos Nacionais e, até, desprestigiante para o Governo”²⁰⁰⁵. Por esta razão

²⁰⁰⁰ ANBA, FFB, cx. 32, pt. s/n, doc. s/n, 24 de Fevereiro de 1973.

²⁰⁰¹ ANBA, FFB, cx. 31, pt. s/n, doc. s/n [Cômputo do custo das obras], s/d [1974]; *Ibidem*, doc. s/n [Programa de trabalhos], s/d [1974]; *Ibidem*, doc. s/n [Problemas a resolver], s/d [1974].

²⁰⁰² IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01481, doc. s/n [Programa de restauro da Real Fábrica de Ferro de Nova Oeiras], Março de 1974.

²⁰⁰³ *Boletim Geral das Colónias* nº 284, 1949, p. 59.

²⁰⁰⁴ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 13 de Março de 1953.

²⁰⁰⁵ ANBA, FFB, cx. 30 Propostas, doc. s/n [Visita de Batalha], 1962.

Batalha considerou urgente tomar medidas no sentido da recuperação do conjunto, a saber: a fixação em Cambambe de um zelador com a profissão de pedreiro e de serventes para manterem os monumentos limpos e fazerem pequenas reparações, a protecção do coroamento das paredes com argamassa hidráulica, a plantação em torno das ruínas de árvores que servissem de cortina de isolamento, e a promoção de vistorias regulares²⁰⁰⁶. No ano seguinte, portanto em 1963, a Repartição de Obras Públicas do Distrito do Kwanza norte viria a receber verbas para aplicar neste conjunto de ruínas²⁰⁰⁷. Já em 1964, Batalha, depois de ter estudado os monumentos e as suas (muitas) necessidades, definiu como prioridade a reconstrução das paredes desmoronadas ou arruinadas do edifício identificado no interior da fortaleza como sendo a antiga feitoria que à data “oferece um desprestigiante espectáculo de desleixo ao juízo dos inúmeros visitantes, nacionais e estrangeiros”²⁰⁰⁸. Todavia, num ano em que uma brigada já se encontrava no local para executar alguns dos trabalhos definidos pelo arquitecto Batalha, surgiu uma questão consideravelmente problemática. Afinal, na sequência de um exercício preparado pela Organização da Defesa Civil no âmbito do qual o recinto da fortaleza foi utilizado – tendo-se colocado, inclusivamente, coberturas de chapa metálica, fios eléctricos e outros elementos estranhos àquele ambiente histórico – surgiram indícios no sentido de se continuar a utilizar a fortificação para estes fins²⁰⁰⁹. Ao longo dos anos 60 foram realizados alguns trabalhos, sobretudo de limpeza e consolidação, sabendo que para 1967 se previu a conclusão do restauro da segunda fortaleza, o início das obras na primeira, a cobertura da capela-mor da igreja e o desfecho dos trabalhos na feitoria²⁰¹⁰. Por outro lado, no ano de 1970, na sequência da estação das chuvas, o conjunto de ruínas encontrava-se novamente coberto de vegetação e parte da torre da igreja tinha ruído²⁰¹¹. O cenário manter-se-ia praticamente idêntico no ano de 1973, momento em que Fernando Batalha voltou a descrever um conjunto manifestamente afectado por arbustos e capim bem como a queda de uma parede da sacristia da igreja. Aqui, tal como em Nova Oeiras, um dos

²⁰⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁰⁷ ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac.26-8-3, Monumentos Nacionais, doc. s/n, 5 de Fevereiro de 1963.

²⁰⁰⁸ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 7 de Dezembro de 1964.

²⁰⁰⁹ AINPCA, FCMN, pt. 24 Fortaleza de Kambambe, Armário nº2/Prateleira 2B, doc. s/n, 25 de Outubro de 1965.

²⁰¹⁰ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. M.N., Plano de trabalhos, doc. s/n [Plano de trabalhos], s/d [1968/1969].

²⁰¹¹ ANBA, FFB, cx. 31, pt. s/n, doc. s/n, 6 de Março de 1970.

grandes problemas para a manutenção dos monumentos seria a falta de alojamento para os trabalhadores uma vez que as habitações existentes eram totalmente ocupadas por pessoal da Sociedade de Estudo e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos (SONEFE).

Fortaleza da Muxima: No ano de 1962 aquando de uma das suas visitas a Muxima, Fernando Batalha recolheu uma pedra gravada do pavimento da fortificação, tendo alegado que esta estaria a danificar-se e, como tal, para sua protecção destinou-a ao Museu de Angola²⁰¹². No ano seguinte, aquando de uma visita com o engenheiro Tarrinha, Batalha considerou necessário reparar algumas zonas onde o reboco estava danificado e, com menor urgência, ponderar a substituição da cobertura de chapa dos edifícios por telha²⁰¹³, uma sugestão perfeitamente expectável num contexto que privilegiava o aspecto dito original destes monumentos nacionais. Apesar de sabermos que ao longo do ano de 1964 o governador do distrito de Luanda insistiu por diversas vezes na necessidade de obras na fortaleza bem como na igreja da Muxima, desconhecemos se estas foram concretizadas pelas Obras Públicas²⁰¹⁴. De uma forma geral parece que ao longo dos anos, mas não com grande regularidade ou profundidade, foram sendo realizadas pequenas reparações no edifício fortificado que no ano de 1967 ainda não tinha sido “completamente restaurado, devido à falta de materiais de características adequadas”²⁰¹⁵. Porém naquele mesmo ano a Repartição de Edifícios e Monumentos conseguiu reunir os materiais necessários – cal, cimento, madeira, telhas e ladrilhos – e estes foram enviados para a fortificação da Muxima²⁰¹⁶, à data considerada pelo Comando Distrital de Luanda da Organização Providencial de Voluntários da Defesa Civil de Angola como “local estratégico e necessário para defesa da população”²⁰¹⁷ o que, de resto, explica estas obras depois de vários adiamentos.

²⁰¹² ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac.26-8-3, Monumentos Nacionais, doc. s/n, 15 de Agosto de 1968.

²⁰¹³ ANBA, FFB, cx. 30, pt. Informações, doc. s/n, 12 de Agosto de 1963.

²⁰¹⁴ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 31 de Agosto de 1964.

²⁰¹⁵ AINPCA, FCMN, pt. 11 Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Muxima/Histórico e Diverso, Armário nº1/Prateleira 1B, doc. s/n, 21 de Abril de 1967.

²⁰¹⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 30 de Dezembro de 1967.

²⁰¹⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 21 de Abril de 1967.



Imagem 116 Aspecto da fortaleza da Muxima com os rebocos em mau estado de conservação, 1955. AINPCA, pt.11.1.

Assim, sabemos que no ano de 1968 se encontrava no local um mestre-carpinteiro a fazer as portas e janelas dos edifícios do interior da fortaleza e que aquando desta campanha, em virtude de uma forte chuvada, parte da muralha junto à entrada onde existia uma guarita, ruiu²⁰¹⁸. No ano de 1973, depois desta campanha que terá incluído a reconstrução daquela guarita, portanto numa altura em que a fortificação era ocupada pela Secção de Transmissões da Companhia de Caçadores nº103, a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais disponibilizou-se a fornecer os materiais necessários para a concretização de obras de conservação, nomeadamente para a reparação de rebocos e caiação²⁰¹⁹, se o Comando fornecesse a mão-de-obra que, como já referimos, era um problema recorrente.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Muxima: Nos anos de 1951-1952 este templo beneficiou do facto da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais do Serviço de Obras Públicas ter centrado a maior parte da sua acção na Muxima, ainda que não consigamos precisar no que consistiu “o restauro e conservação da sua histórica Igreja”²⁰²⁰.

²⁰¹⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Maio de 1968.

²⁰¹⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 7 de Abril de 1973.

²⁰²⁰ AHU, OP00380, 4/2634-2/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1951/1952].



Imagem 117 Aspecto da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Muxima impecavelmente rebocada, 1955. AINPCA, pt. 12.



Imagem 118 Pormenor do púlpito existente na nave da igreja, 1955. AINPCA, pt. 12.

Podemos, no entanto, sugerir que esta campanha tenha incidido, além de outras questões, na reparação dos rebocos e na caiação das várias superfícies pois em fotografias do ano de 1955 podemos observar a irrepreensível alvura das paredes interiores e exteriores. Até ao início dos anos 60 a igreja ter-se-á mantido num estado de conservação aceitável, dado que, no âmbito de uma visita a Muxima, Fernando Batalha notou apenas a necessidade de consertar o muro limítrofe do adro, parcialmente ruído, e de reparar o pavimento desta zona²⁰²¹, trabalhos para os quais foi feito um orçamento logo em 1961, incluindo, também, a picagem das paredes e a colocação de novos rebocos²⁰²². Ainda no ano de 1960 a CMN decidiu, também, promover o restauro da imagem de Santo António pertencente a este templo, uma tarefa entregue a Santos Furtado²⁰²³, mestre experiente e reconhecido pelos trabalhos feitos para o Museu de Angola e igreja de Jesus²⁰²⁴. O restauro da imagem arrastar-se-ia até ao ano de 1964, momento em que Fernando Batalha alertou para a necessidade da obra regressar à Muxima pois o trabalho já estava terminado e os fiéis reclamavam aquele objecto de adoração²⁰²⁵. A imagem seria, então, devolvida e colocada no altar da igreja em

²⁰²¹ AINPCA, FCMN, pt. 12 Igreja de Nossa Senhora da Muxima/História – Diversos, nº1/Prateleira 1B, doc. s/n [Informação 7998/1ª/60], 1960.

²⁰²² *Ibidem*, doc. s/n, 15 de Fevereiro de 1961.

²⁰²³ No ano de 1960 Santos Furtado publicou no *Boletim do Instituto de Angola* um artigo dedicado a esta imagem de Santo António. Cf. Santos Furtado, “Uma imagem de Santo António em Angola (Santo António de Muxima)”, *Boletim do Instituto de Angola* nº14, 1960, pp. 41-51.

²⁰²⁴ AINPCA, FCMN, pt. 12 Igreja de Nossa Senhora da Muxima/História – Diversos, nº1/Prateleira 1B, doc. s/n, 13 de Janeiro de 1960.

²⁰²⁵ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Informação nº5/64], 1964.

Setembro daquele ano, mês da peregrinação ao santuário²⁰²⁶. Em nova visita realizada no ano de 1962 com o referido engenheiro Tarrinha, Batalha voltou a constatar que a igreja necessitava apenas de pequenas reparações ao nível do telhado e do muro e pavimento do adro, o que significa que as obras orçamentadas no ano de 1961 ainda não tinham sido concretizadas. Mais importante seria, sem dúvida, a regularização da margem afectada pela erosão provocada pelo rio Kwanza, uma vez que a subida das águas ameaçava todo o santuário da Muxima²⁰²⁷. De resto, ao longo dos anos, tanto às expensas da própria paróquia como da CMN, a igreja foi sendo caiada – não todos os anos é certo – por ocasião da peregrinação de Setembro. No ano de 1964, desconhecemos com que profundidade, a igreja foi restaurada segundo directrizes da própria paróquia da Muxima mas com a devida autorização de Fernando Batalha²⁰²⁸. Contudo, em 1967, devido à “acção do tempo e das andorinhas”²⁰²⁹, a igreja encontrava-se “muito triste, quase de aspecto desprezível, reclamando urgente caiação e com esta ou antes desta, revisão dos beirais por onde penetra abundante água das chuvas.”²⁰³⁰, uma acção particularmente importante no ano em que se esperava a visita da imagem da Virgem Peregrina de Fátima a este santuário mariano de Angola. Todavia, parece que neste período não terão sido efectuadas quaisquer obras, sobretudo porque no ano seguinte, numa altura em que estava prevista a visita do governador-geral de Angola, o pároco da Muxima voltou a insistir na necessidade de recuperar aquela igreja, à data descrita como estando “num estado desprezível (...) dá uma triste ideia de abandono, incúria ou negligência”²⁰³¹. Em resposta a este alerta, o arquitecto Batalha esclareceu que aquando da sua visita ocorrida pouco tempo antes desta informação “não observei na igreja a dramática situação exposta pelo Senhor Pároco”²⁰³². Ainda assim, em nova visita à Muxima em Julho do mesmo ano, o arquitecto Batalha acabou por propor uma série de obras de protecção e conservação do templo, a saber: caiação, limpeza do tecto e sótão, reparações no telhado, vedação das juntas do lajedo do adro, limpeza e pintura

²⁰²⁶ AINPCA, FCMN, pt. 12 Igreja de Nossa Senhora da Muxima/História – Diversos, nº1/Prateleira 1B, doc. s/n, 10 de Setembro de 1964.

²⁰²⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 12 de Agosto de 1962.

²⁰²⁸ AINPCA, FCMN, pt. 2 Fortaleza de Massangano/Histórico – Diversos, Armário nº1/Prateleira 1A, doc. s/n [Informação das Paróquias de Cambambe e Muxima], 1967.

²⁰²⁹ *Ibidem*.

²⁰³⁰ *Ibidem*.

²⁰³¹ *Ibidem*, doc. s/n, 19 de Abril de 1968.

²⁰³² *Ibidem*, doc. s/n [Informação 100/68], s/d [1968].

de portas e caixilhos, reparação dos rebocos do muro do adro, construção de novos alicerces, de um murete junto à fachada nascente, bem como o lajeamento de várias zonas²⁰³³. Apesar de desconhecermos se estas obras foram concretizadas, certo é que no ano de 1970, numa altura de chuvas intensas, a igreja tinha novamente muitas telhas partidas e toda uma variedade de problemas relacionados com a falta de vedação e impermeabilização de paredes, coberturas e janelas²⁰³⁴.



Imagem 119 Pormenor do arco triunfal e arcos das capelas laterais com talha, s/d. AINPC, pt.12.



Imagem 120 O aspecto do mesmo interior sem o trabalho em talha, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.

De resto, o confronto de fotografias de épocas distintas permite-nos perceber que em algum momento, aquando de uma das referidas campanhas de restauro, as requintadas molduras do arco triunfal e dos arcos das capelas laterais da capela-mor foram retiradas.

Fortaleza de Massangano: Por altura da preparação das comemorações do duplo centenário da Fundação e Restauração da Independência de Portugal ordenou-se o restauro desta fortificação²⁰³⁵. Em 1942, um ano marcado por um ambicioso plano de realizações, a Direcção dos Serviços de Obras Públicas aplicou parte das suas verbas em reparações diversas neste mesmo monumento²⁰³⁶. Já no ano de 1954, o arquitecto Humberto dos Reis trabalhou no restauro desta fortaleza, tendo entregue à CMN o processo referente à maquete²⁰³⁷. Na mesma ocasião o antigo director dos Monumentos Nacionais da metrópole aconselhou a realização das seguintes obras urgentes: reconstrução total do telhado do corpo central que pouco tempo antes tinha caído, reparação das restantes coberturas, regularização dos pavimentos e rampas,

²⁰³³ *Ibidem*, doc. s/n, 10 de Julho de 1968.

²⁰³⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 13 de Novembro de 1970.

²⁰³⁵ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 157.

²⁰³⁶ AHU, OP02039, 8/64-1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1942].

²⁰³⁷ AINPCA, FCMN, pt. 2 Fortaleza de Massangano/Histórico – Diversos, Armário nº1/Prateleira 1A, doc. s/n, 30 de Outubro de 1954.

reparação dos rebocos, construção e colocação da porta principal, pinturas diversas, remoção de entulho e limpezas²⁰³⁸. Apesar de desconhecermos se estas obras foram ou não imediatamente concretizadas, sabemos que pelo menos no ano de 1962 estava a decorrer a substituição das madeiras dos telhados, estando já concluídos os trabalhos num dos corpos existentes no interior da fortificação²⁰³⁹. Depois de Fernando Batalha ter visitado Massangano em duas ocasiões no ano de 1962, foi elaborado um orçamento para as obras a realizar na fortaleza ao longo de 1963, uma campanha que incluiria demolições – das coberturas e da tijoleira dos pavimentos que estivessem em mau estado – mas, sobretudo, reconstruções das coberturas, de pavimentos, da rampa de acesso, de janelas, portas e rebocos²⁰⁴⁰. Como em tantas outras ocasiões, fruto da escassez de verbas e de pessoal, até 1964 só foi concretizada parte das obras – telhados, beirados, rebocos e caiação²⁰⁴¹ – datando desse ano, por exemplo, um orçamento referente à pavimentação dos terreiros com calçada de pedra irregular “por ser uma pavimentação económica e que era de uso corrente na época da construção do monumento.”²⁰⁴² Todavia, no ano de 1965 a pavimentação dos referidos terreiros e interior dos diferentes compartimentos da fortaleza ainda não tinha sido concluída por falta de materiais²⁰⁴³, estando em andamento a construção de portas e janelas²⁰⁴⁴. Em 1968 Fernando Batalha voltou a alertar para a necessidade de pavimentar os edifícios existentes no interior da fortaleza, tendo sugerido que para tal fossem transportados quinhentos ladrilhos de barro²⁰⁴⁵, o que, evidentemente, é bastante ilustrativo da morosidade destas obras de restauro. No ano de 1971, apesar de já terem sido adquiridas ferragens para as portas da fortificação, a sua colocação ainda não tinha ocorrido devido à falta de pregos²⁰⁴⁶. Nas vésperas da revolução de Abril de 1974, como vimos, a Secretaria Provincial das Obras Públicas publicou um vasto programa de intervenções para a zona de Massangano, o qual previa uma série de trabalhos na

²⁰³⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 23 de Abril de 1954.

²⁰³⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 12 de Maio de 1962.

²⁰⁴⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Outubro de 1962.

²⁰⁴¹ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 26 de Setembro de 1964.

²⁰⁴² AINPCA, FCMN, pt. 2 Fortaleza de Massangano/Histórico – Diversos, Armário nº1/Prateleira 1A, doc. s/n, 23 de Outubro de 1954.

²⁰⁴³ *Ibidem*, doc. s/n, 9 de Novembro de 1965.

²⁰⁴⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 1 de Julho de 1965.

²⁰⁴⁵ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 10 de Julho de 1968.

²⁰⁴⁶ ANBA, FFB, cx. 32, pt. s/n, doc. s/n, 18 de Outubro de 1971.

fortaleza, sobretudo reparações das rampas, rebocos e telhados, restauro do frontão, dos bancos do vestíbulo e do pavimento, execução de carretas para os canhões, instalação eléctrica, instalação de abastecimento de água, etc.²⁰⁴⁷ Estas obras visariam, em última instância, a instalação de um museu histórico-didáctico.



Imagem 121 Aspecto do interior da fortaleza de Massangano, 1955. AINPCA, pt. 2.2.



Imagem 122 Aspecto do exterior da fortaleza num momento em que os trabalhos de restauro ainda estariam a decorrer, c. 1961. AHU, IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.

Igreja de Nossa Senhora da Vitória, Massangano: No ano de 1938, por ocasião das comemorações centenárias de 1940, o governo terá ordenado o restauro deste templo²⁰⁴⁸.



Imagem 123 Fachada principal da igreja de Nossa Senhora da Vitória aquando da visita presidencial de 1938. AINPCA, pt. 59.9.



Imagem 124 Fachada da mesma igreja e o monumento fúnebre do governador Paulo Dias de Novais, 1955. AINPCA, pt. 3.1.

²⁰⁴⁷ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01483, doc. s/n, Março de 1974.

²⁰⁴⁸ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 157.

É possível que esta campanha corresponda àquela referida por Manuel Alves da Cunha como tendo ocorrido pouco antes do ano de 1942 com verbas disponibilizadas pelo Governo por iniciativa do ministro das Colónias Vieira Machado²⁰⁴⁹. Já aquando da visita de Batalha a Massangano no ano de 1963, o arquitecto considerou necessário executar uma série de obras, tais como a substituição de telhas partidas e reparações das paredes da igreja e do seu cruzeiro²⁰⁵⁰. Assim, nesse mesmo ano, a brigada de limpeza e conservação procedeu a reparações no telhado e na escadaria, bem como a caiações²⁰⁵¹, datando do ano seguinte um orçamento que previa para 1964 a pintura de portas e caixilhos das janelas²⁰⁵², um plano não concretizado pelo menos até Agosto de 1965²⁰⁵³. Ainda assim, nesse mesmo ano, as paredes interiores e exteriores do templo foram caiadas, isto com excepção para a parte superior da torre e da frontaria, uma vez que os andaimes necessários para esta obra estariam a ser utilizados em outros monumentos²⁰⁵⁴. Esta grande campanha visou apenas o edifício, tendo ficado por restaurar os altares onde não havia sequer imagens. Data também deste período o arranjo do monumento funerário do governador Paulo Dias de Novais, uma obra realizada às expensas da Câmara Municipal de Luanda e orientada pelo arquitecto Batalha no referente à caiação da cruz, à edificação de um muro de protecção assente sobre muralhas antigas, à construção de uma escada de acesso ao recinto e ao lajeamento da zona²⁰⁵⁵. No ano de 1967, face ao estado dos altares, vários eclesiásticos solicitaram a devolução da imagem do altar-mor retirada anos antes e levada como tantas outras para o Museu de Angola²⁰⁵⁶. Todavia, na opinião do arquitecto Batalha, tendo em conta o mau estado da peça, a sua raridade e o facto de se dever “conservar a sua original autenticidade”²⁰⁵⁷, dever-se-ia optar pela criação de uma réplica, proposta que foi aceite. Assim, no ano de 1968 definiu-se que além desta imagem a igreja deveria

²⁰⁴⁹ Manuel Alves da Cunha, anot., António de Oliveira Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas da Agência Geral das Colónias, 1942, tomo III, p. 126.

²⁰⁵⁰ ANBA, FFB, cx. 30 Propostas, doc. s/n [Visita de Batalha], 1962.

²⁰⁵¹ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 29 de Setembro de 1963.

²⁰⁵² *Ibidem*, doc. s/n, 7 de Outubro de 1964.

²⁰⁵³ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 15 de Agosto de 1965.

²⁰⁵⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵⁵ *Ibidem*.

²⁰⁵⁶ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 28 de Dezembro de 1967

²⁰⁵⁷ *Ibidem*.

receber outras com “as características estilísticas da época”²⁰⁵⁸ e todo o mobiliário necessário. Data também deste ano a realização de novas caiações do exterior da igreja, ainda que com as mesmas limitações de 1965: a falta de andaimes limitou os trabalhos e impossibilitou a pintura da fachada²⁰⁵⁹. Tal como aconteceu na fortaleza de Massangano no ano de 1971 foram adquiridas ferragens para as portas deste templo cuja colocação ficou suspensa pela falta de pregos²⁰⁶⁰.



Imagem 125 O exterior da igreja, c. 1961, com os contrafortes carentes de reboco. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.



Imagem 126 O interior do templo completamente despido, c. 1961. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.

Tribunal de Massangano: No ano de 1962, tal como Fernando Batalha constatou, as ruínas do tribunal careciam de obras de conservação urgentes²⁰⁶¹. De resto, como temos vindo a ver relativamente a este conjunto de monumentos de Massangano, o eventual restauro só começou a ser pensado com maior seriedade a partir dos anos 60, datando daquele ano a realização de medições²⁰⁶². Nesta altura, devido ao abandono, saque e acção das chuvas, grandes segmentos de parede já tinham ruído, sendo bem possível que “Com mais uns anos de desleixo perder-se-ia toda essa construção de extraordinário interesse”²⁰⁶³. Assim, depois de algumas pequenas reparações ainda em 1963²⁰⁶⁴, Batalha definiu como obras mais importantes, portanto a realizar logo a partir de 1964, a reconstrução das paredes ruídas e a sua consolidação de modo a evitar infiltrações²⁰⁶⁵.

²⁰⁵⁸ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Esclarecimento complementar], Abril de 1968.

²⁰⁵⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 10 de Julho de 1968.

²⁰⁶⁰ ANBA, FFB, cx. 32, pt. s/n, doc. s/n, 18 de Outubro de 1971.

²⁰⁶¹ ANBA, FFB, cx. 30 Propostas, doc. s/n [Visita de Batalha], 1962.

²⁰⁶² ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 1 de Outubro de 1964.

²⁰⁶³ *Ibidem*, doc. s/n, 7 de Dezembro de 1964.

²⁰⁶⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 1 de Outubro de 1964.

²⁰⁶⁵ *Ibidem*.

Em 1965, à semelhança dos Paços dos Concelho, procedeu-se à demolição das paredes, à sua reconstrução e a um conjunto de reparações variadas²⁰⁶⁶, seguindo-se no final do mesmo ano o aterramento de alguns compartimentos de modo a elevar o seu nível²⁰⁶⁷. Para o mesmo ano esteve igualmente prevista a reconstrução da escadaria de acesso ao edifício, a reparação ou reedificação de pináculos do muro, desempanagem de parte de uma das paredes posteriores, a aplicação de rebocos nas superfícies parietais interiores, a vedação de juntas, lajeamento dos compartimentos e calcetamento do terreiro existente na zona fronteiriça do tribunal²⁰⁶⁸.



Imagem 127 Ruínas do edifício do Tribunal de Massangano, s/d [anos 50]. AINPCA, pt. 5.



Imagem 128 Pormenor da arcada do mesmo edifício, 1955. AINPCA, pt. 5.

No ano da queda da ditadura as obras ainda estavam em andamento, sabendo que em 1974 o arquitecto Batalha elaborou um orçamento correspondente aos trabalhos a realizar, ou seja, engrossar o parapeito, reconstruir as pirâmides, reparar a escadaria, colocar lampiões de faixa isolante periférica e instalar um sanitário, tudo isto com verbas para o fomento turístico e do orçamento geral ou, ainda, com donativos de instituições privadas²⁰⁶⁹. Nesse mesmo ano de 1974, tal como referimos a propósito da fortaleza de Massangano, estas obras foram incluídas no vasto programa apresentado pela Secretaria Provincial das Obras Públicas, prevendo-se, certamente segundo indicações de Fernando Batalha, a pavimentação dos dois átrios, a regularização dos pavimentos, montagem dos madeiramentos do tecto, reparação de degraus e soleiras dos vãos, isolamentos dos alicerces, instalação eléctrica e tantos outros trabalhos destinados à

²⁰⁶⁶ ANBA, FFB, cx.31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 15 de Agosto de 1965.

²⁰⁶⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 15 de Outubro de 1965.

²⁰⁶⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 30 de Setembro de 1965.

²⁰⁶⁹ ANBA, FFB, cx. 31, pt. s/n, doc. s/n, s/d [1974].

adaptação deste edifício a um museu que deveria “dar uma imagem histórico-iconeográfica da vida da região de Massangano através dos tempos”²⁰⁷⁰.

Paços do Concelho de Massangano: Na sequência de uma visita realizada a Massangano no ano de 1963, o arquitecto Batalha alertou para a necessidade de dar continuidade às obras na fortaleza mas, também, de iniciar os trabalhos de conservação nas ruínas dos Paços do Concelho, Tribunal e igreja da Misericórdia²⁰⁷¹. O arranque das obras neste edifício, à época “arruinado e apenas conserva parte das paredes e divisórias”²⁰⁷², foi sendo sucessivamente adiado, datando de 1965 as primeiras intenções de dar início à reedificação das paredes demolidas e ao seu capeamento de modo a evitar danos provocados por infiltrações²⁰⁷³. Em Agosto de 1965 já tinham sido demolidas e reedificadas as paredes necessárias a uma regularização da construção²⁰⁷⁴, seguindo-se, no mesmo ano, reparações no muro de suporte do terrapleno posterior ao edifício e o aterramento dos compartimentos correspondentes às paredes reconstruídas²⁰⁷⁵. Esta reconstrução foi possibilitada pelo facto de terem sobrado verbas da campanha terminada em Agosto, tendo-se definido que estas deveriam ser aplicadas na continuação do corredor entre a frontaria e as restantes fachadas, na construção de duas escadas de acesso ao edifício, na consolidação e protecção dos paramentos, na reparação de uma fenda existente junto ao cunhal do lado esquerdo da fachada e ao referido aterro e lajeamento dos compartimentos e corredor²⁰⁷⁶.

Igreja e Hospital da Misericórdia de Massangano: No início dos anos 50 Fernando Batalha alertou a CMN para a necessidade de impedir o roubo de alvenarias e cantarias de Massangano, particularmente das ruínas da igreja e hospital da Misericórdia²⁰⁷⁷. Todavia, parece que pouco se fez no espaço de uma década pois no ano de 1963, na sequência de uma visita daquele arquitecto, o início de obras de conservação destas

²⁰⁷⁰ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01483, doc. s/n [Programa de intervenções na zona de Massangano], Março de 1974.

²⁰⁷¹ ANBA, FFB, cx. 30 Propostas, doc. s/n [Visita de Batalha], 1962.

²⁰⁷² ANBA, FFB, cx.29 II, pt. s/n, doc. s/n, 20 de Março de 1965.

²⁰⁷³ *Ibidem*.

²⁰⁷⁴ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 15 de Agosto de 1965.

²⁰⁷⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 15 de Outubro de 1965.

²⁰⁷⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 30 de Setembro de 1965.

²⁰⁷⁷ ANBA, FFB, cx.29 II, pt. s/n, doc. s/n [Carta ao Presidente da Comissão de Monumentos], 1953.

ruínas foi considerado urgente²⁰⁷⁸. No ano de 1965 Fernando Batalha encontrou pessoal da brigada de limpezas a eliminar o capim que envolvia o templo²⁰⁷⁹. Já no ano de 1970 a mesma brigada dedicou-se à desobstrução e remoção de entulho dos restos arqueológicos correspondentes a estas antigas edificações da Misericórdia. Assim, nesta ocasião foram postas a descoberto a escadaria de acesso ao templo, parte da base das paredes e duas escadarias, tendo sido prevista a continuação dos trabalhos com a presença de Fernando Batalha²⁰⁸⁰.

Ruínas da igreja de São Salvador do Congo: No ano de 1940 as autoridades locais promoveram uma limpeza²⁰⁸¹ das ruínas remanescentes deste templo quinhentista que à data estariam possivelmente obstruídas por vegetação. Os anos 60 ficaram marcados no Zaire pela intenção do governador do distrito proceder à aplicação do Plano Urbanístico de São Salvador do Congo e, conseqüentemente, ao arranjo da zona das ruínas da antiga igreja. Assim, na sequência de um contacto com a CMN no ano de 1963, Fernando Batalha informou que antes de quaisquer trabalhos de urbanização deveriam ser realizadas pesquisas arqueológicas não só junto da antiga sé mas numa área mais vasta onde poderiam ser encontrados vestígios de outros templos²⁰⁸². Deste modo ao longo dos anos seguintes foram incluídas verbas nos orçamentos anuais destinadas à conservação das ruínas da igreja, a limpezas, escavações e acções de protecção dos alicerces conhecidos²⁰⁸³.



Imagem 129 Aspecto das ruínas, c. 1961. IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479.

²⁰⁷⁸ ANBA, FFB, cx.30 Propostas, doc. s/n [Visita de Batalha], 1962.

²⁰⁷⁹ ANBA, FFB, cx.29 II, pt. s/n, doc. s/n [Relatório de viagem], 1965.

²⁰⁸⁰ ANBA, FFB, cx.31, pt. s/n, doc. s/n, 6 de Março de 1970.

²⁰⁸¹ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 26.

²⁰⁸² ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 7 de Agosto de 1964.

²⁰⁸³ ANBA, FFB, cx. 30, pt. M.N., doc. s/n [Distribuição de verbas anuais], 1965.

No início do ano de 1966 Fernando Batalha esteve em São Salvador, ocasião durante a qual efectuou trabalhos que conduziram à descoberta da base das paredes laterais da antiga sé, e visitou alguns locais onde segundo a tradição se localizariam outras igrejas²⁰⁸⁴. De modo a conhecer um pouco melhor a história destas construções, Batalha sugeriu uma série de diligências junto de bibliotecas e arquivos portugueses e estrangeiros com o intuito de estes fornecerem microfilmes de obras relevantes para estas pesquisas²⁰⁸⁵. Todavia, as obras de conservação e restauro da antiga sé bem como a sua articulação com o plano de urbanização de São Salvador foram sendo adiadas por duas razões: a falta de elementos iconográficos “que permitam empreender obras de vulto com segurança de fidelidade”²⁰⁸⁶ e a opção da CMN concentrar os seus esforços em Massangano e Cambambe. Na verdade, neste ano de 1966 Batalha defendeu que não se realizassem obras de grande expressão nas ruínas da sé “visto não se estar na posse dos elementos indispensáveis para as projectar e concretizar”²⁰⁸⁷, havendo ainda muitas dúvidas relativas à melhor forma de proceder: “tentar uma reconstituição (completa ou parcial)? Reconstruir as paredes? Isolar e manter só as construções encontradas?”²⁰⁸⁸. Apesar das visitas de Fernando Batalha ao local e do interesse demonstrado desde 1963 pelo governo distrital em conjugar o Plano de Urbanização da cidade com a necessidade de preservar as ruínas existentes, nesta época alguns vestígios arqueológicos desta zona foram destruídos e algumas áreas para onde estavam previstas escavações foram ocupadas ou vedadas²⁰⁸⁹. No ano de 1968, tirando proveito das obras de urbanização, intensificaram-se as prospecções arqueológicas com pesquisas em profundidade e escavações que revelaram alicerces antigos até então desconhecidos, o que veio a permitir a definição de onze zonas arqueológicas²⁰⁹⁰. Na zona da sé, a pedido do governador-geral, procedeu-se à reconstrução de um murete, a reparações nas sepulturas e à plantação de relva²⁰⁹¹. No ano de 1970 as pesquisas

²⁰⁸⁴ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 11 de Abril de 1966.

²⁰⁸⁵ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Bibliografia], 1967.

²⁰⁸⁶ ANBA, FFB, cx.31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 21 de Março de 1967.

²⁰⁸⁷ *Ibidem.*

²⁰⁸⁸ *Ibidem.*

²⁰⁸⁹ ANBA, FFB, cx. 42 Vida Profissional, pt. S. Salvador Pesquisas, doc. s/n, 30 de Outubro de 1970.

²⁰⁹⁰ *Ibidem.*

²⁰⁹¹ *Ibidem.*

arqueológicas continuaram com novas sondagens e escavações, isto apesar de uma “guerra de papéis”²⁰⁹² com a Câmara Municipal devido à sobreposição de interesses associada à abertura de ruas na zona histórica. Certo é que passado algum tempo assistiu-se a uma “obra de destruição de vestígios do passado”²⁰⁹³ através da concretização de demolições e da pavimentação de ruas onde se encontravam alicerces de antigas construções²⁰⁹⁴.

Fortaleza de São Pedro da Barra, arredores de Luanda: Esta fortificação parece ter sido intervencionada nos anos de 1939 e 1948 por ocasião da visita presidencial de Óscar Carmona e das comemorações do tricentenário da independência de Angola²⁰⁹⁵. Nos anos de 1942-1943 a Direcção dos Serviços de Obras Públicas utilizou parte das suas verbas na realização de reparações neste monumento²⁰⁹⁶. No ano de 1948, segundo Diogo de Macedo, a fortaleza apresentava um “agradável aspecto”²⁰⁹⁷. Durante a guerra colonial a fortaleza foi ocupada por forças militares que a utilizaram como prisão, tendo, por isso, realizado algumas obras de adaptação. Nesse período, mais concretamente no ano de 1965, Fernando Batalha teve conhecimento que se estariam a realizar “obras de reposição ou reparação”²⁰⁹⁸ sem autorização da CMN ou das Obras Públicas. De resto, sabemos que entre os anos de 1969 e 1973, Fernando Batalha demonstrou ter vontade de fotografar os canhões existentes, bem como de recuperar, com o auxílio da Marinha, peças idênticas que estariam submersas²⁰⁹⁹. No ano de 1971 o mesmo arquitecto manifestou-se contra a instalação de um depósito de óleo perto deste monumento nacional, tendo alegado, evidentemente, questões estéticas e de segurança²¹⁰⁰.

²⁰⁹² *Ibidem.*

²⁰⁹³ *Ibidem.*

²⁰⁹⁴ *Ibidem.*

²⁰⁹⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº 284, 1949, p. 58.

²⁰⁹⁶ AHU, OP02039, 8/64-1/3, doc. s/n [Relatório OP 1942].

²⁰⁹⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº 284, 1949, p. 59.

²⁰⁹⁸ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 15 de Junho de 1965.

²⁰⁹⁹ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. M.N. Plano de Trabalhos, doc. s/n [Recolha de canhões], s/d [1969?]; ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Pasta Obras e Serviços M.N., doc. s/n [Plano para a recuperação dos canhões], s/d [1973]; ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Pasta Obras e Serviços M.N., doc. s/n [Trabalhos para 1973], s/d [1973].

²¹⁰⁰ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 13 de Janeiro de 1971.

Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, Luanda:

No ano de 1935, por ocasião do “1º Cruzeiro de Férias dos Estudantes da Metrópole às Colónias”, este templo foi limpo e reparado. Adicionalmente, o cruzeiro foi restaurado e a imagem da padroeira foi devolvida ao seu lugar²¹⁰¹. Na sequência desta campanha e tendo



Imagem 130 Óscar Carmona e a sua comitiva no interior da ermida de Nossa Senhora da Nazaré de Luanda, 1938. *Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola, 1939.*

em vista as comemorações da *Exposição Histórica da Ocupação* no ano de 1937, os painéis de azulejos à data “postos a esmo, baralhado e mutilados”²¹⁰² foram recuperados. Já no ano de 1938, nas vésperas da visita presidencial de Óscar Carmona, os Serviços de Obras Públicas procederam à substituição do telhado por fibrocimento canelado vermelho e à construção do muro de pedra e grades de ferro que ainda hoje observamos em torno da ermida²¹⁰³. No ano seguinte, por ocasião de nova visita presidencial, retiraram-se os muros do cemitério contíguo e procedeu-se à terraplanagem do largo adjacente²¹⁰⁴. Pouco depois, no ano de 1942, o painel representando Nossa Senhora da Nazaré foi colocado com azulejos novos a imitar os antigos²¹⁰⁵. O relatório emanado em 1949 pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas dá conta da intenção de se proceder a obras de restauro neste templo de Luanda, o que veio a concretizar-se no ano imediatamente a seguir²¹⁰⁶. Apesar de desconhecermos as características desta intervenção bem como daquela que ocorreu no biénio de 1951-1952²¹⁰⁷, sabemos que ambas tinham em vista a “sua conservação e reintegração nas suas linhas iniciais”²¹⁰⁸. Relativamente ao andamento das obras não conseguimos apurar nada de significativo, sabendo, no entanto, que em 1956 foram concretizados alguns trabalhos pela Repartição de Edifícios e Monumentos e, muito concretamente, pelo mesmo pintor Alípio Brandão (1916-1965) que encontraremos a

²¹⁰¹ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 74.

²¹⁰² *Ibidem*, p. 72.

²¹⁰³ *Ibidem*.

²¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 73

²¹⁰⁵ *Ibidem*.

²¹⁰⁶ AHU, OP01106, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1949]; OP02043, 8/64-2/3, MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1950].

²¹⁰⁷ AHU, OP00380, 4/2634-2/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1951-1952].

²¹⁰⁸ AHU, OP02043, 8/64-2/3, MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1950].

trabalhar na igreja do Carmo. Além deste terão colaborado nesta campanha os pintores Manuel Carvalho, António Alves da Cunha, o pedreiro José Fonseca e o apontador Manuel Sirgado²¹⁰⁹. Neste período, sob a orientação de Humberto dos Reis, ter-se-á procedido essencialmente ao restauro da capela-mor, concretizando-se a picagem dos rebocos da abóbada e a sua repintura, a recuperação do altar-mor e consolidação dos azulejos mas, também, outras reparações ao nível dos pavimentos e portas²¹¹⁰. No ano seguinte os trabalhos continuaram, tendo como incentivo a realização da cerimónia de sepultamento de monsenhor Manuel Alves da Cunha, ilustre director das missões católicas e presidente da CMN, acontecimento que, entre outras obras, justificou o restauro da imagem de Nossa Senhora da Nazaré²¹¹¹ e, possivelmente, o arranjo do adro, jardim fronteiriço e do muro da vedação, a picagem e reparação dos rebocos, elaboração de uma pia baptismal e a construção da lápide para a referida sepultura, isto segundo uma proposta de Humberto dos Reis num ano em que não estava previsto o dispêndio de verbas destinadas aos Monumentos Nacionais²¹¹².



Imagem 131 A ermida no início do século XX com os muros do cemitério vizinho, c. 1907. João Loureiro, *Memórias de Luanda*, 2002.



Imagem 132 O mesmo templo na actualidade. As intervenções realizadas durante o *Estado Novo* implicaram alterações sobretudo ao nível do enquadramento, observando-se em relação à fotografia anterior a eliminação do muro do flanco esquerdo.

As obras de restauro continuaram ao longo de 1959, ano para o qual estiveram disponíveis verbas para serem aplicadas na colocação de pavimento em lajedo de

²¹⁰⁹ AINPCA, FCMN, pt. 1 Igreja de Nossa Senhora da Nazaré/Histórico – Diversos, Armário nº1/Prateleira-1A, doc. s/n [Folha de Salários 158/EM 1956], 1956; *Ibidem*, doc. s/n [Folha de Salários 148/EM 1956], 1956.

²¹¹⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 2 de Janeiro de 1956.

²¹¹¹ *Ibidem*, doc. s/n, 8 de Abril de 1957.

²¹¹² *Ibidem*, doc. s/n, 18 de Março de 1957.

cantaria, de emboco e reboco nas paredes e na instalação de electricidade²¹¹³, trabalho que se prolongou até ao início dos anos 60²¹¹⁴ como, de resto, aconteceu com a reparação de altares, do pavimento e com a pintura de portas e janelas²¹¹⁵. A extensão e qualidade das obras realizadas na segunda metade da década de 50 parecem, efectivamente, não ter sido as melhores, dado que nos anos 60 deparamo-nos com a concretização de uma série de trabalhos num templo cujo “pavimento, as paredes e os azulejos da capela-mor precisam de reparação, pois o seu aspecto não condiz com o valor artístico e histórico do monumento, muito visitado”²¹¹⁶. Assim, na sequência de um pedido da arquidiocese de Luanda, os trabalhos foram retomados com particular incidência no arranjo urbanístico do recinto posterior da ermida e da praceta, para a qual a Câmara Municipal previu a construção de um espelho de água que devido ao parecer desfavorável da CMN²¹¹⁷ não foi construído. A orientação desta campanha seria, como em tantas outras, no sentido da reintegração do monumento no seu estilo original, defendendo-se, por exemplo, que os bancos deveriam “ter perfis e acabamentos idênticos aos que se usavam nas épocas passadas”²¹¹⁸. Tal como em anos anteriores, em 1965 e 1966, as paredes interiores e exteriores da ermida foram caiadas e a cobertura, portas e janelas foram reparadas²¹¹⁹. Todavia, uma vez mais, a qualidade dos trabalhos não terá correspondido às necessidades do pequeno templo e no ano de 1969 o próprio pároco alertou a CMN para a necessidade de obras urgentes, tendo destacado a falta de rebocos interiores, a queda de caliza que ameaçava os painéis de azulejos – “a jóia do templo”²¹²⁰ – os batentes apodrecidos, os fechos soltos, as tintas estaladas em portas e janelas, as lâmpadas inutilizadas, um cenário que não se coadunava com “este monumento de arte que esta igreja é admirada por inúmeros

²¹¹³ *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Fevereiro de 1959.

²¹¹⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Dezembro de 1962; *Ibidem*, doc. s/n, 27 de Novembro de 1956.

²¹¹⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 2 de Julho de 1962.

²¹¹⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 25 de Agosto de 1964.

²¹¹⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 16 de Junho de 1965.

²¹¹⁸ AINPCA, FCMN, pt. 1.2 Igreja de Nossa Senhora da Nazaré/Zona de Protecção, Armário nº1/Prateleira-1A, doc. s/n, 16 de Junho de 1965.

²¹¹⁹ AINPCA, FCMN, pt. 1 Igreja de Nossa Senhora da Nazaré/Histórico – Diversos, Armário nº1/Prateleira-1A, doc. s/n, 31 de Dezembro de 1966.

²¹²⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 1 de Maio de 1969.

forasteiros”²¹²¹. Assim, no ano seguinte tiveram lugar novas reparações, a caiação da nave, pintura de portas e janelas e a colocação das grades de balaústres em falta²¹²².



Imagem 133 Aspecto do recinto da ermida cuja formulação remonta aos anos 60.



Imagem 134 Imagem ilustrativa da importância da criação da zona de protecção da ermida.

Para o triénio de 1971-1972-1973, na sequência de vistorias de Fernando Batalha, a CMN e os Serviços de Obras Públicas planearam a reparação da instalação eléctrica e dos telhados, a vedação das juntas dos ladrilhos do pavimento, ou a movimentação de terras e relvado encostados à fachada posterior, entre outros trabalhos de pintura ou serralharia²¹²³. Refira-se ainda que, conforme depreendemos de uma fotografia existente no fundo documental de Luís Benavente²¹²⁴, em um momento inexacto uma escadaria de acesso a uma das galerias laterais superiores foi suprimida.

Igreja de Jesus, Luanda: Ao longo dos anos foram várias as manifestações no sentido de restaurar o outrora admirável templo jesuítico de Luanda, tendo acabado por ser invariavelmente travadas pela recorrente falta de verbas²¹²⁵. Por exemplo, no ano de 1948 Diogo de Macedo considerou que a fachada da igreja merecia “estudo sério para a sua possível reedificação.”²¹²⁶ No início dos anos 50, conforme testemunha um conjunto de fotografias tiradas pela CMN em 1953²¹²⁷, a igreja encontrava-se num estado deplorável. Estas mesmas fotografias permitem-nos desvendar que os trabalhos preliminares, nomeadamente o estudo e registo imagético do templo mas, também, a

²¹²¹ *Ibidem*.

²¹²² *Ibidem*, doc. s/n, 14 de Dezembro de 1970.

²¹²³ *Ibidem*, doc. s/n, 5 de Novembro de 1971; *Ibidem*, doc. s/n, 15 de Dezembro de 1972.

²¹²⁴ ANTT, FLB, cx. 117, pt. 792, doc. 11, s/d.

²¹²⁵ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 63.

²¹²⁶ *Boletim Geral das Colónias* nº 284, 1949, p. 62.

²¹²⁷ AINPCA, FCMN, pt. 29.6 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n [Fotografias], 1953.

demolição de pelo menos parte da arcaria do corpo da igreja e a remoção do entulho, tiveram lugar precisamente naquele ano de 1953. Nesta fase o objectivo principal passaria por compreender qual seria a traça primitiva do templo²¹²⁸. No ano seguinte a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais da Direcção dos Serviços de Obras Públicas deu início a uma grande campanha de reconstrução cujo plano foi gizado pelo arquitecto Humberto dos Reis “que pelos seus conhecimentos e por anteriores estudos realizados na Metrópole, oferece toda a confiança e idoneidade”²¹²⁹. A partir do ano de 1954 e ao longo do processo foram realizadas escavações com o intuito de localizar os restos mortais de Paulo Dias de Novais, cujas ossadas teriam sido trasladadas para a cidade no ano de 1609²¹³⁰. Na sequência destas pesquisas foi colocada uma lápide no pavimento junto à capela-mor indicando o local onde foram encontrados despojos mortais que se julgaram ser daquele ilustre governador²¹³¹.



Imagem 135 Aspecto das obras efectuadas no interior da igreja de Jesus nos anos de 1953-1954, s/d [1953-1954]. AINPCA, pt.



Imagem 136 Aspecto da igreja aquando da demolição da arcaria central do corpo do edifício, 1953. AINPCA, pt. 29.6.

Apesar da igreja ter sido reaberta ao culto no ano de 1958, as obras arrastaram-se até à queda do *Estado Novo*. Relativamente a intervenções concretas sabemos que no ano de 1957, depois da conclusão dos respectivos estudos liderados por Humberto dos Reis e

²¹²⁸ Manuel Nunes Gabriel, *op. cit.*, p. 64.

²¹²⁹ AHU, OP01107, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1954].

²¹³⁰ AINPCA, FCMN, pt. 29.4 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 18 de Fevereiro de 1954; *Ibidem*, doc. s/n, 9 de Julho de 1966.

²¹³¹ Além desta lápide com o brasão dos Novais e uma inscrição, foram criadas outras três campas que assinalam a existência de ossadas anónimas. Cf. AINPCA, FCMN, pt. 29.4 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 8 de Dezembro de 1958.

tendo como objectivo a reabertura no dia 8 de Dezembro de 1958²¹³², foi lançado um concurso para a adjudicação da construção da estrutura metálica da cobertura da igreja²¹³³, datando do mesmo período o início das obras de colocação de cantarias molduradas na cimalha da nave, o restauro do altar-mor, da fachada principal, da sacristia, das capelas laterais e colaterais, a construção do coro, o assentamento de portas, ferragens e balaustres, a renovação dos pavimentos, a criação de bases para nichos, pias baptismas, pias de água benta e campas tumulares, a construção do catavento para a torre da igreja, à data perdido mas “referido em desenhos antigos”²¹³⁴, mas também de mobiliário ou o estabelecimento da instalação eléctrica²¹³⁵. Confrontando as fotografias incluídas neste estudo com uma imagem pertencente ao espólio de Luís Benavente²¹³⁶ que apesar de não ter data é claramente anterior à intervenção liderada por Humberto dos Reis, percebemos que o corpo da igreja foi grandemente alterado. De facto, através destas imagens concluímos que antes do restauro a arcaria dividia este espaço em três naves, vendo-se ao fundo apenas a capela-mor e não esta e dois altares laterais como hoje se observa. Esta modificação explicar-se-á pelo facto desta arcaria, segundo foi apurado na época, ter sido “executada depois da saída dos jesuítas em 1760”²¹³⁷, não sendo, por isso, um elemento coevo da fundação do templo. Data igualmente desta campanha de 1957-1958 a cedência de imagens da sacristia da igreja do Carmo – de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio de Loiola – para esta igreja jesuítica²¹³⁸ que ao longo dos anos de abandono teria perdido parte significativa do seu recheio. Simultaneamente foi aberto um concurso para a criação de novas imagens policromadas para serem

²¹³² AINPCA, FCMN, pt. 29.3 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n [Informação nº178/EM/1957], s/d [Abril de 1957].

²¹³³ *Ibidem*, doc. s/n, 8 de Julho de 1957.

²¹³⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 19 de Março de 1958.

²¹³⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 3 de Junho de 1957; *Ibidem*, doc. s/n [Informação nº178/EM/1957], s/d [Abril de 1957]; *Ibidem*, doc. s/n, 19 de Março de 1958; *Ibidem*, doc. s/n, 14 de Fevereiro de 1958; AINPCA, FCMN, pt. 29 Igreja de Jesus/Diversos, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 17 de Fevereiro de 1959; AINPCA, FCMN, pt. 29.4 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 2 de Maio de 1957.

²¹³⁶ ANTT, FLB, cx. 117, pt. 792, doc. 21, s/d [antes de 1958].

²¹³⁷ *Ibidem*.

²¹³⁸ AINPCA, FCMN, pt. 29.3 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 10 de Fevereiro de 1958.

distribuídas pelos diferentes altares do templo²¹³⁹. Outras imagens cuja proveniência desconhecemos foram igualmente restauradas nesta época²¹⁴⁰.



Imagem 137 Momento em que se procedia à elevação e assentamento da asna de ferro da cobertura da igreja, 1958. AINPCA, pt. 29.7

Após a entrega da igreja restaurada ao arcebispo de Luanda e bispo de São Tomé e da sua reabertura ao culto, como dissemos, os trabalhos de menor escala, sobretudo complementos e pequenas correcções, terão continuado. No ano de 1960 Humberto dos Reis, em resposta a um pedido da arquidiocese de Luanda, considerou urgente resolver uma série de questões relacionadas, por exemplo, com o reposteiro da entrada principal, ainda inexistente, com o genuflexório para a mesa de Comunhão, com a falta de alfaías, sinos e órgão²¹⁴¹, bem como com a sacristia, onde faltaria mobília, um lavabo, ferragens e a conclusão do sistema eléctrico²¹⁴². No ano de 1962 surgiu um pedido do reitor da igreja de Jesus no sentido de se envidraçarem algumas janelas como forma de proteger o templo das chuvas e do ruído²¹⁴³. Entre os anos de 1963 e 1966 foram elaborados planos para a electrificação do monumento²¹⁴⁴ e para a instalação de uma capela mortuária na base da torre norte da igreja²¹⁴⁵.

²¹³⁹ AINPCA, FCMN, pt. 29.5 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 30 de Junho de 1958.

²¹⁴⁰ AINPCA, FCMN, pt. 29 Igreja de Jesus/Diversos, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 15 de Outubro de 1958.

²¹⁴¹ AINPCA, FCMN, pt.29.4 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 1 de Junho de 1960.

²¹⁴² AINPCA, FCMN, pt. 29 Igreja de Jesus/Diversos, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 1 de Fevereiro de 1960; doc. s/n, 23 de Janeiro de 1960.

²¹⁴³ *Ibidem*, doc. s/n, 24 de Agosto de 1962.

²¹⁴⁴ AINPCA, FCMN, pt. 29.2 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 13 de Novembro de 1963.

²¹⁴⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 23 de Setembro de 1964; *Ibidem*, doc. s/n [Folha de tarefa 44/RE/1966], s/d [1966]; ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, 7 de Abril de 1964.

No ano de 1962, na sequência de uma visita de Fernando Batalha, a imagem de Nossa Senhora de Fátima foi deslocada de uma posição central para a capela lateral do braço esquerdo do transepto. Na mesma ocasião a pedra de ara do altar-mor foi elevada porque, no fundo, aquele arquitecto discordava de algumas das opções tomadas aquando da campanha que permitiu a reabertura do templo no ano de 1958²¹⁴⁶. No ano de 1971 viria a ocorrer nova alteração, esta bastante mais significativa e promovida pela capelania à revelia da CMN: a abertura de um vão de porta na capela baptismal e a deslocação da pia baptismal que tinha sido ali colocada aquando da campanha de restauro dos anos 50²¹⁴⁷.



Imagem 138 Pormenor do altar-mor da igreja de Jesus.



Imagem 139 O frontispício da igreja de Jesus em 1927. João Loureiro, *Memórias de Luanda*, 2002.



Imagem 140 Um pormenor da fachada da mesma igreja na actualidade. Observem-se as diferenças ao nível da torre, aqui sem o relógio, com aberturas em forma de arco de volta-perfeita e coroaamento piramidal.

De resto, ao longo dos primeiros anos da década de 70, tanto o Serviço de Monumentos Nacionais como a própria reitoria da igreja de Jesus, foram promovendo pequenas obras de conservação e beneficiação do templo, sobretudo pinturas, reparações da cobertura de modo a evitar inundações, melhoramentos da rede eléctrica ou a inclusão de novas imagens e mobiliário²¹⁴⁸. Nas vésperas da queda da ditadura civil o templo ainda não

²¹⁴⁶ ANBA, FFB, cx. 30, pt. M.N., doc. s/n, 18 de Junho de 1962.

²¹⁴⁷ AINPCA, FCMN, pt. 29.2 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n [Carta ao Delegado da Capelania-Mor], s/d [1972].

²¹⁴⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 12 de Maio de 1973; *Ibidem*, doc. s/n, 16 de Janeiro de 1973.

tinha recuperado totalmente a dignidade de outrora. Assim se depreende da seguinte afirmação:

*enquanto não for solucionado o problema da infiltração das chuvas, não só é inútil prosseguir, como se prevê que a Igreja deverá ser encerrada ao culto, não só por ser impossível conservá-la digna para este fim, mas também para evitar que se venha a dar qualquer desastre de trágicas consequências*²¹⁴⁹.

Fortaleza de São Miguel, Luanda: Esta imponente fortaleza terá sido intervencionada por ocasião da visita presidencial de 1939²¹⁵⁰. No ano de 1940, certamente por ocasião das comemorações do duplo centenário e num momento em que a fortaleza já albergava o Museu de Angola (1938), foram “destruídas todas as construções que não eram primitivas, para se lhe dar o seu aspecto fiel”²¹⁵¹. No final da



Imagem 141 Aspecto do interior da casamata com os painéis de azulejo.

década de 40 teve início uma série de campanhas de obras, caso do arranjo da escadaria de acesso à fortaleza construída anos antes no morro de forma considerada à data (1948) como sendo prejudicial do ponto de vista plástico e urbano²¹⁵².



Imagem 142 Visita de Craveiro Lopes ao Museu de Angola no interior da fortaleza de São Miguel, 1954. Rodrigues Matias, *Diário da viagem presidencial às províncias ultramarinas de S. Tomé e Príncipe e Angola em 1954, 1955*.

²¹⁴⁹ AINPCA, FCMN, pt. 29.2 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 16 de Janeiro de 1973.

²¹⁵⁰ *Boletim Geral das Colónias* nº 284, 1949, p. 58.

²¹⁵¹ *A Província de Angola*, 9 de Junho de 1970, p. 19.

²¹⁵² AINPCA, FCMN, [Fortaleza de São Miguel, Pasta e caixa não identificadas], doc. s/n, 1 de Setembro de 1948.

Estas obras terão sido realizadas por ocasião do tricentenário da independência de Angola, sabendo que nesse ano de 1948 já faltava o reboco dos muros da fortaleza, razão pela qual Diogo de Macedo chegou a sugerir que este fosse feito não com cal mas com argamassa áspera de cor natural porque “se aproxima da côr da pedra emparelhada.”²¹⁵³, aspecto mais condigno deste “padrão glorioso (...) do século XVII”²¹⁵⁴. Refira-se ainda que nesta altura um dos panos da fortaleza apresentava um fragmento de cal coberto de azul²¹⁵⁵. Neste ano de 1948 o Museu de Angola decidiu enriquecer a fortificação com catorze peças de artilharia trazidas da fortaleza de São Fernando de Moçâmedes²¹⁵⁶. No ano seguinte a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais da Direcção dos Serviços de Obras Públicas deu continuidade a estes trabalhos, datando de 1949 a pavimentação da estrada de acesso e circunvalação da fortificação²¹⁵⁷. Esta questão foi, de resto, uma das que beneficiou da visita do arquitecto Baltazar de Castro, tendo ficado decidido no ano de 1950 que este arranjo do caminho de acesso e áreas circundantes da fortaleza deveria incluir a arborização do morro de São Miguel²¹⁵⁸. As obras continuaram entre os anos de 1950 e 1952, fase em que entre vários trabalhos cuja natureza não conseguimos identificar, foram reparadas dependências do Museu de Angola²¹⁵⁹. Todavia, parece-nos que estas obras não terão sido de grande escala quando em comparação com as (muitas) necessidades do monumento pois no ano de 1953 a comissão directiva do referido museu e, ainda, o seu conservador-bibliotecário, solicitaram à Direcção dos Serviços de Obras Públicas e à CMN que fossem promovidas várias reparações urgentes. Estas deveriam incidir nas portas e instalação eléctrica, implicando a construção de bases para o assentamento de canhões, caiação das paredes e encomenda seguida de colocação de azulejos que

²¹⁵³ *Boletim Geral das Colónias* nº 284, 1949, pp. 58-59.

²¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 59.

²¹⁵⁵ *Ibidem*.

²¹⁵⁶ Cecílio Moreira, “Fortalezas, Fortes, Fortins e Fazendas Fortificadas de Moçâmedes no Sul de Angola”, *Revista Africana* nº8, 1991, p. 197.

²¹⁵⁷ AHU, OP01106, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1949].

²¹⁵⁸ AINPCA, FCMN, pt. 31 Fortaleza de São Miguel/Diversos, Armário nº1/Prateleira-3A, doc. s/n, 19 de Dezembro de 1950.

²¹⁵⁹ AHU, OP02043, 8/64-2/3, MU, DGOPC, NDT, MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1950]; AHU, OP00380, 4/2634-2/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1951-1952].

faltavam no conjunto da casamata²¹⁶⁰. Estas obras ter-se-ão arrastado morosamente ao longo dos anos, sabendo que em 1955 a renovação da referida instalação eléctrica ainda estava por concluir²¹⁶¹. Nesta altura o Museu de Angola voltou a solicitar um conjunto considerável de intervenções, essencialmente reparações e caiações ao nível da capela, galerias abobadadas, do Cavaleiro, da casa da pólvora da cisterna e de várias portas²¹⁶². Todavia, o maior problema prendia-se, tal como Humberto dos Reis viria a salientar, com as necessidades de consolidação do morro da fortaleza, elevação bastante fustigada pelas chuvas cuja falta de estabilidade e consequente movimento das terras ameaçava directa e perigosamente a própria fortaleza, à data já bastante afectada por grandes fendas e infiltrações²¹⁶³. Não obstante a (reconhecida) importância de consolidar o referido morro cujo levantamento topográfico era inexistente, as obras realizadas com este intuito, como consequência da característica falta de verbas, parecem ter sido de pequenas dimensões, limitando-se, pelo menos nos anos de 1955/1956, a estudos, à construção de dois troços de muros de suporte e ao preenchimento de covas existentes na base de outros muros²¹⁶⁴. No início dos anos 60 o cenário era pouco diferente, sendo possível identificar a continuação de problemas relacionados com a humidade e infiltrações, nomeadamente na abóbada da casamata, sala de pintura do Museu de Angola²¹⁶⁵. A resolução destes problemas não terá sido imediata pois temos conhecimento da necessidade de deslocar algumas das obras expostas para outro espaço²¹⁶⁶. Com a reactivação das funções militares da fortaleza no ano de 1961 devido à chegada do Corpo de Paraquedistas da metrópole e à falta de instalações próprias, o acervo do museu acabaria por ser parcialmente deslocado²¹⁶⁷. Apesar de no ano de 1962 se ter avançado com a possibilidade de se mudar o posicionamento do altar da capela desta fortaleza de modo a que o celebrante, neste

²¹⁶⁰ AINPCA, FCMN, pt. 31 Fortaleza de São Miguel/Diversos, Armário nº1/Prateleira-3A, doc. s/n, 2 de Março de 1953; *Ibidem*, doc. s/n, 12 de Junho de 1953.

²¹⁶¹ *Ibidem*, doc. s/n, 3 de Dezembro de 1955.

²¹⁶² *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Agosto de 1955.

²¹⁶³ *Ibidem*, doc. s/n [Ofício 112/50/955], s/d [1955]; *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Agosto de 1955; *Ibidem*, doc. s/n, 26 de Setembro de 1956.

²¹⁶⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 21 de Dezembro de 1956.

²¹⁶⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 26 de Setembro de 1960

²¹⁶⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 20 de Outubro de 1960.

²¹⁶⁷ É possível que o acervo tenha sido deslocado para um prédio localizada na Rua Nossa Senhora de Muxima. Cf. AINPCA, FCMN, [Fortaleza de São Miguel, Pasta e caixa não identificadas], doc. s/n, 26 de Maio de 1972.

caso o capelão das Forças Paraquedistas, ficasse voltado para a comunidade de fiéis enquanto celebrava a missa²¹⁶⁸, não parece que esta obra tenha sido concretizada. Isto porque hoje, como no ano de 1962, o referido altar continua “encostado à parede oposta à entrada da Capela”²¹⁶⁹. No entanto durante esta ocupação foram edificadas novas construções no interior da fortaleza²¹⁷⁰. No ano de 1964 depois da saída do Corpo de Paraquedistas a fortaleza foi ocupada pelo Comando-Geral das Forças Armadas²¹⁷¹, situação inadequada para um edifício classificado como monumento nacional que até ao rebentar da guerra colonial era ocupado pelo Museu de Angola. Assim, logo no ano de 1964, o próprio general comandante promoveu um conjunto considerável de obras no interior da fortificação, datando desta época as tão necessárias reparações e impermeabilizações dos diversos paramentos, consertos das canalizações de água e esgotos, melhoramentos na iluminação e a adaptação da casamata a recepção do Comando-Geral das Forças Armadas sem prejudicar os painéis azulejares²¹⁷². Simultaneamente, o Serviço de Monumentos Nacionais reparou os paramentos exteriores e procurou orientar, com alguma resistência, parte da acção do comando-geral, nomeadamente ao nível dos pavimentos da casamata, cuja opção inicial “não atende à fidelidade histórica, por nunca ter sido usado nas construções antigas de Angola, pelo que se deliberou propor outro tipo, nos moldes tradicionais”²¹⁷³. A bateria superior, dita do Cavaleiro, cujo “mau aspecto”²¹⁷⁴ justificou no ano de 1964 a inclusão dos custos das suas obras de conservação nas contas da CMN²¹⁷⁵, não foi incluída nestes trabalhos. No ano de 1965 assistiu-se à renovação do reboco e caiação do túnel de entrada na fortificação, “a única parte do monumento que não foi restaurada no decurso do ano passado”²¹⁷⁶. Curiosamente, segundo o comandante da Companhia de

²¹⁶⁸ AINPCA, FCMN, pt. 31 Fortaleza de São Miguel/Diversos, Armário nº1/Prateleira-3A, doc. s/n, 6 de Janeiro de 1962.

²¹⁶⁹ *Ibidem*.

²¹⁷⁰ AINPCA, FCMN, [Fortaleza de São Miguel, Pasta e caixa não identificadas], doc. s/n, 12 de Setembro de 1972.

²¹⁷¹ *Ibidem*.

²¹⁷² ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Obras promovidas pelo Comando-Geral das Forças Armadas], 1964; ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac. 26-8-3, doc. s/n, 9 de Julho de 1964.

²¹⁷³ ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac. 26-8-3, doc. s/n, 9 de Julho de 1964

²¹⁷⁴ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Obras promovidas pelo Comando-Geral das Forças Armadas], 1964.

²¹⁷⁵ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 9 de Outubro de 1964.

²¹⁷⁶ AINPCA, FCMN, pt. 31 Fortaleza de São Miguel/Diversos, Armário nº1/Prateleira-3A, doc. s/n, 5 de Julho de 1965.

Polícia Militar instalada na fortaleza, no ano de 1966 voltaria a ser necessário reparar e caiar as paredes exteriores da fortificação “que apresentam grandes manchas e largos bocados já sem cal”²¹⁷⁷. Na verdade, podemos constatar que a necessidade – e respectivas obras – de reparação de fendas, substituição dos rebocos dos paramentos internos e externos da construção, impermeabilizações e correcções de problemas causados por infiltrações, a par de obras de embelezamento e, sobretudo, da consolidação do morro com a construção ou fortalecimento de muros de retenção de terras, foram uma constante ao longo dos últimos anos da década de 60 e início do decénio seguinte²¹⁷⁸, uma situação que podemos explicar pelo período anual de chuvas e pela fragilidade das intervenções efectuadas. No ano de 1970 começou a ventilar-se²¹⁷⁹ a possibilidade da fortaleza deixar de ser ocupada pelas forças militares, passando novamente para a alçada do Museu de Angola. Neste contexto, Mesquitela Lima, conservador do Museu de Angola, chegou a sugerir que um dos arquitectos italianos “verdadeiramente excepcionais”²¹⁸⁰ na adaptação de monumentos históricos a museus pudesse “fazer um racional aproveitamento das estruturas”²¹⁸¹ mantendo o aspecto exterior da fortaleza e adaptando o seu interior a Museu Militar mas também a “sala de visitas de Luanda” ou local onde se fizessem espectáculos de luz e som²¹⁸².

4.5 O caso da igreja de Nossa Senhora do Carmo

A igreja de Nossa Senhora do Carmo, templo do convento de Santa Teresa, localizada no bairro da Ingombota, em Luanda, é um notável exemplar de arquitectura barroca na África portuguesa. Ao longo dos séculos este conjunto foi sendo enriquecido por elementos decorativos que acabaram por fazer dele um exemplar notável em termos de integração das artes na arquitectura. Por outro lado, não podemos deixar de olhar para

²¹⁷⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 31 de Maio de 1966.

²¹⁷⁸ Cf. AINPCA, FCMN, pt. 31.8 Fortaleza de São Miguel/Zona de Protecção de um Hotel, Armário nº1/Prateleira-3A; AINPCA, FCMN, pt. 31.9 Fortaleza de São Miguel/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-3A; AINPCA, FCMN, pt. 31.10 Fortaleza de São Miguel/Zona de Protecção/Servidão Militar, Armário nº1/Prateleira-3 A.

²¹⁷⁹ O jornal *A Província de Angola* conta, a partir de Junho de 1970, com uma série de artigos referentes a esta questão.

²¹⁸⁰ *A Província de Angola*, 9 de Junho de 1970, p. 19.

²¹⁸¹ *Ibidem*.

²¹⁸² *Ibidem*.

este templo como um insigne testemunho da acção missionária portuguesa no ultramar e, muito particularmente, da Ordem dos Carmelitas Descalços.

Presente naquela que é actualmente uma das zonas mais caras da cidade de Luanda, esta pequena igreja encontra-se quase engolida pela construção excessiva e pelo rebuliço da Baixa. Trata-se de um templo de planta rectangular, nave única, capela-mor quadrangular, tendo do lado do Evangelho uma capela dedicada ao Senhor Morto. A fachada, limitada lateralmente por pilastras coroadas por pináculos rematados por esferas, é bastante despojada, destacando-se o portal em cantaria com moldura decorada por elementos geométricos e frontão triangular interrompido no vértice mais alto por



Imagem 143 Fachada principal da igreja de Nossa Senhora do Carmo.

uma esfera encimada por um pequeno crucifixo. Sobre o frontão deste portal surge um nicho constituído por um arco de volta perfeita assente em pilastras decoradas e encimado por uma cornija sobre a qual foram colocadas duas volutas ladeando novo crucifixo. No interior deste nicho, enquadrado por um fundo azul, observamos uma imagem de Nossa Senhora com o Menino assente sobre um plinto. Este nicho é ladeado por duas janelas rectangulares de vãos simples. A fachada termina com um frontão triangular interrompido no topo por uma cruz latina, sendo visível no centro do tímpano um brasão repleto de símbolos franciscanos cuja leitura heráldica se deve ao pe. frei Bartolomeu Ribeiro²¹⁸³.

Trata-se de um brasão em pedra dividido em quatro escudos alusivos a quatro figuras de grande importância para a Ordem Terceira Secular de São Francisco: a Rainha Santa Isabel (1271-1336), Fernando III de Castela (1201-1252) ou São Fernando, Luís IX de França (1214-1270) ou São Luís e Santa Isabel da Hungria (1207-1231), estes dois últimos patronos dos Irmãos Terceiros e das Irmãs Terceiras, respectivamente. Este escudo circular é limitado pelo cordão franciscano e acompanhado por uma legenda cuja leitura – “SUPRA MONTEM CATHOLICA FUNDATUR TERTIUS ORDO, EXULTET UNIVERSAE TERRAE” – tem que ser obrigatoriamente feita tendo em consideração a palavra FIDE

²¹⁸³ Manuel Alves da Cunha, *Igreja de Nossa Senhora do Carmo*, Luanda, Museu de Angola, 1954, p. 21.

inscrita no medalhão que pende da parte inferior do ceptro localizado no centro do brasão. Assim podemos ler: “Sobre o monte da fé católica foi erigida a Ordem Terceira, exulte a Fé de todo o mundo.” Por fim note-se que este brasão é encimado pela coroa real cujas fitas contêm a inscrição: “POENITÊNCIA CORONAT”, uma alusão à Ordem Terceira da Penitência que na sequência da extinção das ordens religiosas, como veremos, passou a ocupar o convento de Santa Teresa. A existência deste brasão franciscano na fachada desta igreja inicialmente carmelita explicar-se-á precisamente pela ocupação do convento pelos franciscanos no ano de 1837.



Imagem 144 Pormenor da parte superior da fachada, com destaque para o frontão interrompido do portal e para o nicho com a imagem de Nossa Senhora com o Menino.



Imagem 145 Pormenor do brasão cuja heráldica remete para a Ordem Terceira Secular de São Francisco de Assis.

No interior da igreja deparamo-nos com a nave única cujas paredes são maioritariamente brancas e rasgadas na parte superior por duas janelas sensivelmente a meio caminho para a capela-mor e na parte inferior, do lado da Epístola, por dois vãos de verga recta onde se encontram pequenos confessionários. Neste flanco, perto da capela-mor, observa-se também uma porta lateral. Nesta nave encontramos ainda dois púlpitos assentes em consolas de pedra com balaustrada e baldaquinos em madeira, estando um em cada parede. Em toda a volta das paredes da nave, na



Imagem 146 Aspecto do interior da igreja de uma só nave, com todo o trabalho de pintura do tecto e cobertura azulejar das paredes laterais e parede fundeira da capela-mor.

parte inferior, observam-se painéis azulejares com representações a azul e branco de elementos vegetalistas e animais.

O coro-alto ergue-se sobre um arco abatido e apresenta uma balaustrada de madeira, contando no tecto do coro-baixo com uma composição em pintura cujo elemento central, rodeado por elementos vegetalistas e querubins, remete para a morte de Santa Teresa de Jesus. No mesmo medalhão circular em que se encontra esta representação está também inscrita a data “1742” que, como demonstraremos adiante, não corresponde ao ano em que esta obra foi inicialmente criada, tratando-se de uma reprodução realizada aquando de uma das campanhas de restauro do *Estado Novo*. De resto, toda a cobertura da nave é em madeira decorada por *brutescos* e três grandes medalhões nos quais é possível identificarmos as seguintes cenas: o triunfo do Profeta Elias munido da sua espada e guiando um carro – onde também vai a Virgem com o Menino – que pisa os inimigos; a transverberação de Santa Teresa cujo coração está prestes a ser trespassado por uma seta empunhada por um anjo; e a visão de São João da Cruz.



Imagem 147 Pormenor da pintura do tecto com representações do triunfo do profeta Elias, a transverberação de Santa Teresa e a visão de São João da Cruz.

Do lado do Evangelho, como dissemos, imediatamente antes da capela-mor existe uma capela dita do Senhor Morto onde se encontra uma escada de acesso a um dos púlpitos mencionados anteriormente. Dirigindo-nos à capela-mor deparamo-nos com o arco triunfal de volta perfeita assente em pilastras e forrado com azulejos figurativos azuis e brancos cujos temas são, segundo Manuel Alves da Cunha, representações da protecção da Virgem à Ordem do Carmo, do sonho do Profeta Elias enquanto fugia e um anjo lhe

deu pão, e do mesmo Elias arrebatado ao céu num turbilhão de chamas²¹⁸⁴. Na parte inferior deste arco triunfal encontram-se duas capelas de arcos de volta redonda que abrigam retábulos dourados nos quais se destacam as colunas torsas. Na parte superior foram rasgadas duas janelas, uma de cada lado. A capela do lado do Evangelho é dedicada ao Sagrado Coração de Jesus enquanto a da Epístola tem uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. A capela-mor apresenta uma abóbada de berço decorada à semelhança da cobertura da nave, ainda que aqui a representação pintada no medalhão seja a de Nossa Senhora do Carmo com o Menino, anjos, Santa Teresa, São Brocardo e o escudo da Ordem do Carmo. Ainda na capela-mor encontramos painéis de azulejos azuis e brancos, tendo na parte inferior, como indicam as inscrições, representações de São Avertano, São Brocardo, São Ângelo e São André Tezulano, portanto santos carmelitas. Na parte superior das paredes laterais encontram-se, segundo o já mencionado Manuel Alves da Cunha, representações da glorificação de Santa Teresa e de São João da Cruz, do socorro da Senhora às almas que se encontram no purgatório, da entrega da casula pela Virgem a São Ildefonso e do escapulário a São Simão Stock²¹⁸⁵.



Imagem 148 Pormenor da parede frontal da capela-mor.



Imagem 149 Aspecto de duas das representações azulejares da capela-mor: São Avertano (em baixo) e a glorificação de Santa Teresa e de São João da Cruz (em cima).

²¹⁸⁴ Manuel Alves da Cunha, *op. cit.*, p. 9.

²¹⁸⁵ *Ibidem*.

Por fim, note-se que o retábulo é em talha dourada muito repintada, apresentando um arco emoldurado por duas arquivoltas torsas, modelo seguido também nas colunas duplas. No cimo do arco encontra-se um escudo da Ordem do Carmo. Ao centro do retábulo, no nível inferior, encontram-se dois nichos formados por arcos de volta perfeita assentes em pilastras, no interior dos quais se encontram imagens, aparentemente de São João da Cruz e de Santa Teresa, ladeando o sacrário dourado encimado por elementos vegetalistas e querubins. No nível superior observamos o trono no topo do qual se encontra a imagem de Nossa Senhora do Carmo. A mesa de altar é em forma de urna decorada por estrelas e motivos vegetalistas.

Voltando ao exterior note-se que junto à fachada da igreja, do lado direito, surge o antigo convento, um edifício constituído por vários corpos que nesta zona, conforme denunciam as duas fileiras de janelas, apresenta dois pisos num total de quatro. A entrada faz-se por um portal em arco de volta perfeita encimado por pináculos e pelo escudo de Portugal. Seguindo em frente por um breve corredor – quando à direita, ainda no exterior, surge um jardim – entramos no claustro quadrangular, uma zona constituída por uma sequência de arcos de volta perfeita assentes em pilares compactos. Na ala encostada ao corpo da igreja o edifício apresenta um andar extra sobre o qual se encontra o campanário de três sinos. Os tectos deste claustro são de madeira e o pavimento em cerâmica.

Das diferentes dependências que actualmente são utilizadas como sala do pároco, sala de arrumos ou sala para a catequese, destaquem-se duas. Na actual sala do pároco, uma antiga capela exterior, encontra-se atrás de uma porta e escondida por objectos variados um altar com pintura mural que, como veremos, foi restaurado durante o *Estado Novo*. Por outro lado, na sacristia utilizada como secretaria, observa-se um escudo em pedra alusivo a Portugal e à Ordem do Carmo, e uma lápide com uma inscrição referente à construção desta sacristia no ano de 1691 às custas do governador e capitão D. João de Lencastre (1646-



Imagem 150 Aspecto da pintura mural existente na capela exterior da igreja, actualmente utilizada como sala do pároco.

1707). Aluda-se ainda à existência de uma lápide sepulcral junto ao arco triunfal da igreja, de frei António Espírito Santo, e uma outra ilegível junto à porta que do lado da Epístola liga o claustro ao corpo do templo.

A história da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Luanda está intimamente ligada à do convento dos Carmelitas Descalços de Santa Teresa. Estes religiosos pertencentes a um ramo da Ordem do Carmo foram enviados para Angola pela rainha D. Luísa de Gusmão (1613-1666), tendo chegado a Luanda no ano de 1659 com a indicação de ali fundar um convento. Com “toda ajuda e favor da sua real fazenda (...) grandiosas esmolas, em todas as monçoens, de pão e vinho e azeite, e o mais necessário para ajuda do seu sustento”²¹⁸⁶, os carmelitas, à data oito sacerdotes e dois irmãos donatos²¹⁸⁷, começaram a edificar o seu convento e igreja logo a partir de Janeiro de 1660²¹⁸⁸. Contudo, antes da sua ida para o Ingombota em Dezembro de 1659 e do início das obras, os religiosos carmelitas terão ocupado algumas casas junto do já desaparecido convento de São José²¹⁸⁹ da Ordem Terceira de São Francisco, portanto onde actualmente se localiza o Hospital Josina Machel. Para a construção do seu convento e igreja, os carmelitas beneficiaram, ainda, do facto do governador de Angola, instruído pela referida rainha D. Luísa, lhes ter doado terrenos vizinhos às casas que tinham adquirido e, ainda, das esmolas dos moradores e verbas da Fazenda Real²¹⁹⁰.

Deste modo, poucos anos depois, em 1689, conforme indica a inscrição existente no portal principal da igreja, o templo já estaria praticamente concluído. Dizemos praticamente porque, conforme vimos anteriormente, a sacristia só terá sido construída às custas do governador e capitão D. João de Lencastre no ano de 1691. Certo é que no ano de 1693, segundo o visconde de Paiva Manso, o convento de Santa Teresa e, possivelmente, também a igreja, estaria “muito asseado e perfeito”²¹⁹¹. Poucos anos depois, a igreja conventual iria servir a Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo que ali passou a celebrar as suas festividades, ou seja, as de Santa Teresa, de

²¹⁸⁶ António de Oliveira de Cadornega, *op. cit.*, Tomo III, p. 19.

²¹⁸⁷ Manuel Alves da Cunha, *op. cit.*, p. 7.

²¹⁸⁸ *Ibidem.*

²¹⁸⁹ *Ibidem.*

²¹⁹⁰ *Ibidem.*

²¹⁹¹ Visconde de Paiva Manso, *História do Congo*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877, p. 329.

Santo Elias e, também, de São João da Cruz, cuja canonização no ano de 1726 justificou “grandes festas com muito gasto dos mordomos, e fiéis devotos que deram suas esmolas”²¹⁹².

Apesar de um hiato que não conseguimos preencher, sabemos que no ano de 1828 o conjunto carmelita já estava “muito arruinado”²¹⁹³, possivelmente devido à acção do governador José Xavier Bressane Leite (1780-1843) que, aquando da sua tentativa (fracassada) de criar uma cidade no Lobito, terá “mandado arrasar”²¹⁹⁴ o convento “a pretexto de arruinado, e de aproveitar as madeiras, e a cantaria”²¹⁹⁵. Todavia, a verificar-se esta situação, o alvo da acção delapidadora de Bressane Leite terá sido sobretudo o edifício do convento e não tanto a igreja, uma vez que num cenário dominado, como vimos anteriormente, por igrejas e antigos conventos muito carentes de reparações, no período decorrido entre os anos de 1877 e 1880 a igreja de Nossa Senhora do Carmo era, na verdade, das poucas “regularmente conservadas”²¹⁹⁶. Menos de dez anos depois, no ano de 1887, pouco se tinha alterado. Afinal, de acordo com o relatório elaborado pelo governador-geral Guilherme Brito Capelo (1839-1926) em Luanda apenas um dos templos se encontrava “em bom estado”²¹⁹⁷: a igreja de Nossa Senhora do Carmo. Na verdade, tal como Manuel Alves da Cunha salientou²¹⁹⁸, a conservação aparentemente muito satisfatória deste templo quando tantos outros estavam em ruínas, ter-se-á devido em grande parte à Ordem Terceira de São Francisco da Penitência que a partir de 1837, portanto na sequência da extinção das ordens religiosas, ocupou o convento de Santa Teresa, tendo recebido no ano de 1855 a igreja e, mais tarde, o edifício do convento e a sua cerca nos limites da qual anos antes tinha sido instalada a Companhia de Segurança Pública²¹⁹⁹. Todavia, note-se que Fernando Batalha, apesar de ter reconhecido como fundamental o contributo dado por esta

²¹⁹² António de Oliveira de Cadornega *op. cit.*, Tomo III, p. 19.

²¹⁹³ Manuel Alves da Cunha, *op. cit.*, p. 8.

²¹⁹⁴ *Demonstração geográfica e política do território português na Guiné inferior*, s.l., s.n., 1848, p. 25, disponível em <https://archive.org/stream/demonstraogeogr00menegoog#page/n33/mode/2up>, consultado a 21 de Agosto de 2014.

²¹⁹⁵ *Ibidem*.

²¹⁹⁶ *Relatórios das Direcções das Obras Públicas das Províncias Ultramarinas – Angola 1877-1880*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. 71.

²¹⁹⁷ *Relatório do Governador Geral, Conselheiro Guilherme Augusto de Brito Capello*, s/n, s/d [1887], p. 85

²¹⁹⁸ Manuel Alves da Cunha, *op. cit.*, p. 11.

²¹⁹⁹ *Ibidem*.

irmandade para a preservação do antigo convento e igreja, era da opinião que algumas das obras realizadas neste período teriam prejudicado “o carácter originário da antiga edificação carmelita e destruído o encanto singular que o gosto duma época e o tempo imprimem às obras de arte e às construções do passado²²⁰⁰”. No entanto, refira-se que parte das obras realizadas ao longo dos anos neste templo foi também da responsabilidade das Obras Públicas, pois segundo o relatório elaborado em 1913 pelo inspector das Obras Públicas A. Galvão, entre 1877 e 1913, aquele serviço despendeu 1.279\$00 na igreja do Carmo²²⁰¹. Apesar de desconhecemos a natureza destas intervenções é possível que não tenham sido significativas. Isto porque no mesmo período de tempo foram aplicadas, com excepção para a igreja de São José, verbas substancialmente maiores em qualquer uma das outras igrejas de Luanda: 2.087\$470 na da Nazaré, 8.101\$995 na da Ilha e uns impressionantes 111.474\$959 na reconstrução do templo dos Remédios²²⁰².

Recuando um pouco refira-se que na sequência da aplicação do decreto da extinção das ordens religiosas em Angola, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, até então parte integrante do convento que à data contava apenas com um frade²²⁰³, passou a depender da paróquia dos Remédios, tendo sido nomeado para seu capelão um clérigo apontado pelo Ordinário, a quem cabia a celebração da missa aos domingos e dias santos²²⁰⁴. Outra das consequências desta medida do Liberalismo foi o envio dos objectos de culto em prata da igreja para a Sé, mas isto apenas no ano de 1839²²⁰⁵. A partir de 1907 a igreja de Nossa Senhora do Carmo seria sede da paróquia homónima e, como tal, viria a beneficiar de uma série de obras que tiveram em vista, evidentemente, a sua dignificação. Assim, a partir de 1908, graças a um subsídio do governo, a verbas da Irmandade e ao produto das quermesses ali organizadas, ter-se-ão substituído, pelo menos, as telhas da igreja, forrado o pavimento com mosaico, realizado reparações várias nas diversas dependências e muro da cerca com pedra da igreja do Espírito Santo

²²⁰⁰ Fernando Batalha, “A igreja e o convento dos carmelitas de Luanda”, *Boletim do Instituto de Angola* nº1, 1953, p. 39.

²²⁰¹ *Relatório duma Inspeção aos Serviços de Obras Públicas da Província de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1913, p. 92.

²²⁰² *Ibidem*.

²²⁰³ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 39.

²²⁰⁴ Manuel Alves da Cunha, *op. cit.*, p. 10.

²²⁰⁵ *Ibidem*.

e rebaixado os terrenos da frente, o que veio a ditar o final do adro e cemitério até então existentes²²⁰⁶. Durante a Ditadura Militar, a 19 de Julho de 1931, precisamente aquando das comemorações em honra de Nossa Senhora do Carmo, o coro-alto desabou e arrastou consigo “um quadro maravilhoso do trânsito de Santa Teresa de Jesus – muito bem conservado, das pinturas mais perfeitas do templo”²²⁰⁷. Na sequência desta verdadeira catástrofe, a Direcção dos Serviços de Obras Públicas reconstruiu o coro mas, como demonstraremos adiante, a reprodução da antiga pintura datada de 1742 só seria realizada durante o *Estado Novo*.



Imagem 151 Aspecto do conjunto da igreja de Nossa Senhora do Carmo e convento de Santa Teresa, c. 1922.
João Loureiro, *Memórias de Angola*, Lisboa, 2000.



Imagem 152 A fachada do mesmo templo na actualidade.

No ano de 1945, portanto já mais de vinte anos após a criação da Comissão de Monumentos Provinciais, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, templo paroquial, foi classificada pela Portaria nº2:517²²⁰⁸ como monumento nacional. Tratava-se do seu reconhecimento como “construção seiscentista posterior à Restauração”²²⁰⁹ que “reúne o interesse público e cultural para ser considerada monumento histórico, sendo urgente velar pela sua conservação e reparação”²²¹⁰. No ano de 1946 a CMN retirou o brasão franciscano da fachada e enviou-o – certamente para protegê-lo – para o Museu de Angola²²¹¹. Contudo, no ano de 1951 a questão do brasão voltaria a surgir, ocasião em

²²⁰⁶ *Ibidem*, p. 12.

²²⁰⁷ *Ibidem*.

²²⁰⁸ *Boletim Oficial de Angola* nº29, I Série, “Portaria nº2:517”, 18 de Julho de 1945, p. 718.

²²⁰⁹ *Ibidem*.

²²¹⁰ *Ibidem*.

²²¹¹ Manuel Alves da Cunha, *op. cit.*, p. 21.

que se optou por realizar uma réplica em madeira para colocar na fachada da igreja²²¹². Mais tarde, tal como podemos constatar actualmente, o brasão em pedra foi devolvido à fachada e a peça em madeira foi colocada numa das paredes do vestíbulo. Refira-se ainda que no mesmo ano de 1945 os três sinos do campanário foram refundidos pela Fundação de Sinos Nova Lusitana – H. S. Jerónimo de Ermesinde, mantendo-se as inscrições primitivas (dos séculos XVIII e XIX) e acrescentando-se outras alusivas a este novo momento²²¹³.

Segundo o relatório anual da Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola, em 1949 a Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais realizou “importantes trabalhos”²²¹⁴ na igreja de Nossa Senhora do Carmo, uma acção cujos contornos desconhecemos mas que terá continuado no ano seguinte²²¹⁵. No ano de 1950 esta mesma repartição terá procurado solucionar um problema relacionado com um painel de madeira “de valor iconográfico e mesmo artístico”²²¹⁶ que se localizaria no vão de uma das janelas do coro, estando por isso muito susceptível a danos provocados pelos elementos atmosféricos. Segundo sabemos esta peça acabou por ser retirada e enviada para o Museu de Angola, conhecendo uma proposta para a realização de uma réplica em pedra²²¹⁷. De resto, na sequência desta deliberação a firma de canteiros de Luanda Silva & Gaspar apresentou uma proposta de trabalho²²¹⁸ cujo rumo que levou desconhecemos.

A propósito deste elemento refira-se ainda que uma das obras mais interessantes deste templo é uma tela com a representação da entrega das Regras da Ordem Terceira por São Francisco de Assis com uma inscrição que nos permite aferir a autoria e data de criação: “Carlos Ant^o. Leoni em Lisboa an. 1756 Pintr. da Camara do Sere.^o Sr. Infante D. Manoel”. Trata-se, portanto, de uma obra de Carlos António Leoni, um artista italiano com trabalho de pintura, arquitectura e gravura em Braga, Porto e Lisboa que terá gozado de grande prestígio junto da Corte como testemunham os retratos

²²¹² *Ibidem*.

²²¹³ *Ibidem*, p. 22.

²²¹⁴ AHU, OP01106, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE, [Relatório OP 1949].

²²¹⁵ AHU, OP02043, 8/64-2/3, MU, DGOPC, NDT, [Relatório OP 1950].

²²¹⁶ AINPCA, FCMN, pt. 26 Igreja de Nossa Senhora do Carmo/Diversos, Armário nº1, Prateleira 2B, doc. s/n, 24 de Julho de 1950.

²²¹⁷ *Ibidem*.

²²¹⁸ *Ibidem*.

encomendados por D. João V, D. José I e pelos Duques de Bragança, sem esquecer o facto eternizado na obra supramencionada: Leoni foi pintor do gabinete do Infante D. Manuel de Bragança (1697-1766)²²¹⁹.

Entre os anos de 1951 e 1952 os trabalhos da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais centraram-se, sobretudo, no objectivo de “conservar e restaurar as valiosas pinturas a óleo”²²²⁰ do tecto da igreja. Estes trabalhos ter-se-ão arrastado ao longo dos anos²²²¹, tendo terminado apenas em 1955²²²². A verdade é que as pinturas que decoravam o tecto da nave e da capela-mor estavam à data num estado realmente angustiante. Assim depreendemos de um conjunto de fotografias da época e de uma descrição feita pelo monsenhor Manuel Alves da Cunha que no ano de 1947 salientou o facto da representação de Nossa Senhora do Carmo na abóbada da capela-mor ser “(quase imperceptível)”²²²³. Por outro lado, no mês de Outubro de 1953 o baixo-coro reconstruído após a queda dos anos 30 já se encontrava com os barrotes colocados de modo a receber o painel decorativo que actualmente podemos observar no local²²²⁴.



Imagem 153 Pormenor do mau estado da pintura que cobre o tecto do corpo da igreja, 1953. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.



Imagem 154 Pormenor da abóbada da capela-mor antes do restauro, c. 1953. *Boletim do Instituto de Angola* nº1, 1953.

²²¹⁹ Acerca de Carlos António Leoni vide Aurélio de Oliveira, “Artista Italiano no Barroco Bracarense – O Pintor Carlos António Leoni”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. XIII, 1996, pp. 365-385, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2168.pdf>, consultado a 7 de Outubro de 2014; Paulo Figueira, *Carlos António Leoni: o pintor do infante D. Manuel*, Lisboa, s.n., 2014, 37 p.

²²²⁰ AHU, OP00380, 4/2634-2/2, MU, DGOPC, [Relatório OP 1951-1952].

²²²¹ AHU, OP01107, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1954].

²²²² AHU, OP01108, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n, [Relatório OP 1955].

²²²³ Manuel Alves da Cunha, *op. cit.*, p. 9.

²²²⁴ AINPCA, FCMN, Pt. 26.2 e 26.3 Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Armário nº1, Prateleira 2B, doc. s/n [Fotografias], 24 de Outubro de 1953.

No ano de 1951 foram realizadas algumas prospecções na igreja de Nossa Senhora do Carmo e nessa ocasião, segundo conta Alves da Cunha²²²⁵, foram descobertos, emparedados, os arcos de uma capela-mor decorados com frescos, e dois altares laterais, testemunhos de um templo anterior a este concluído no ano de 1689 ou, pelo menos, da existência de um outro projecto que acabou por ser preterido. Esta foi uma questão aprofundada por Fernando Batalha que num artigo de 1953 avançou com a possibilidade da localização destes vestígios coincidir “com o plano da parede de fundo da actual capela-mor, facto que indica corresponder esta ao transepto da primitiva igreja”²²²⁶. Assim a actual capela-mor teria resultado do aumento de uma capela-mor pré-existente de dimensões mais reduzidas. Aquando desta campanha Fernando Batalha também afirmou que apesar de este ser “um serviço digno de louvor”²²²⁷ tinha pessoalmente “algumas reservas quanto a certos pormenores, cuja realização, por ser conjectural, nos parece discutível e susceptível de revisão.”²²²⁸ Tendo em consideração as informações reunidas relativas às obras realizadas no período em causa, é possível que as críticas do arquitecto Batalha se prendessem com a pintura do baixo-coro.



Imagem 155 Pormenor da representação da transverberação de Santa Teresa no baixo coro.

²²²⁵ Manuel Alves da Cunha, *op. cit.*, p. 20.

²²²⁶ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 37.

²²²⁷ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 40.

²²²⁸ *Ibidem*.

Em 1953, além do restauro das pinturas dos tectos ter-se-á procedido, também, a obras na capela lateral cujos emolduramentos foram reparados antes da feitura das pinturas dos ornatos²²²⁹. Entre este ano e 1954 as obras dirigidas pelo arquitecto Martinho Humberto dos Reis passaram, ainda, pela picagem dos rebocos exteriores e pela sua reconstrução, construção e assentamento da cantaria nos



Imagem 156 Aspecto da fachada posterior aquando da campanha dirigida por Humberto dos Reis, 1953. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.

portais e sacadas, instalação de tubagens, pinturas várias, reparação de portas, construção de pilastras, volutas e degraus em alvenaria e pela edificação do muro em torno do edifício²²³⁰. Neste ano de 1954 localizou-se, também, a pintura mural existente no arco do altar da capela exterior que, como referimos anteriormente, serve actualmente de sala do pároco, encontrando-se à data em condições deploráveis, exibindo partes totalmente desaparecidas que seriam restauradas no ano de 1956 pelo pintor Alípio Brandão²²³¹. Data também desta altura, de 1955, a execução pelo mesmo pintor e o assentamento do painel decorativo do baixo-coro, tendo ficado por realizar a pintura do motivo central – a morte de Santa Teresa – uma obra a concretizar no ano seguinte pelo pintor Neves e Sousa (1921-1955)²²³². No ano de 1956, numa fase em que os trabalhos de restauro da mencionada capela exterior estavam praticamente concluídos, Humberto dos Reis sugeriu que a recuperação da pintura decorativa da abóbada da capela-mor fosse, também, entregue a Alípio Brandão²²³³.

²²²⁹ AINPCA, FMCN, pt. 26.2 e 26.3 Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Armário nº1, Prateleira 2B, docs. s/n [Fotografias], 1953.

²²³⁰ *Ibidem*, docs. s/n [Autos de vistoria e medição de trabalhos], 1954; *Ibidem*, docs. s/n [Fotografias], s/d.; AINPCA, FMCN, pt. 26 Igreja de Nossa Senhora do Carmo/Diversos, Armário nº1, Prateleira 2B, docs. s/n [Folhas de Tarefas], 1956.

²²³¹ AINPCA, FMCN, pt. 26 e 26.3 Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Armário nº1, Prateleira 2B, docs. s/n [Fotografias]; AINPCA, FMCN, pt. 26 Igreja de Nossa Senhora do Carmo/Diversos, Armário nº1, Prateleira 2B, doc. s/n, 6 de Fevereiro de 1956.

²²³² AINPCA, FMCN, pt. 26 Igreja de Nossa Senhora do Carmo/Diversos, Armário nº1, Prateleira 2B, doc. s/n, 21 de Novembro de 1955.

²²³³ *Ibidem*, doc. s/n, 6 de Fevereiro de 1956.



Imagem 157 Vista do altar da capela exterior antes do restauro da pintura mural descoberta aquando da campanha do início dos anos 50, 1954. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.



Imagem 158 Aspecto do mesmo altar após o restauro da pintura das paredes e abóbada por Alípio Brandão, 1956. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.

As imagens de São João da Cruz e de Santa Teresa colocadas nos pequenos nichos da capela-mor foram encomendadas e executadas no ano de 1956 por Carlos Sant'Ana Bragança, escultor formado na Escola Superior de Belas Artes do Porto à data a residir em Luanda²²³⁴. Ao longo deste período procederam-se, também, a obras profundas no corpo anexo ao claustro intervencionado para servir de residência paroquial e inaugurado no ano de 1957.



Imagem 159 Parte do painel decorado destinado ao baixo-coro, 1955. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.



Imagem 160 Aspecto das obras exteriores com parte das paredes rebocadas, 1956. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.

²²³⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 16 de Fevereiro de 1956; doc. s/n, 19 de Dezembro de 1956.



Imagem 161 Pormenor do claustro antes do restauro, c. 1953. Como se percebe pela próxima fotografia o murete que ligava os pilares foi eliminado após a intervenção. *Boletim do Instituto de Angola* nº1, 1953.



Imagem 162 Vista da cobertura da igreja, do vestíbulo, residência paroquial e de parte do claustro, 1957. AINPCA, pts. 26.2 e 26.3.

Nos anos 60, com o restauro da igreja de Nossa Senhora do Carmo concluído, surgiram várias questões relacionadas, sobretudo, com o crescimento de Luanda e com o possível prejuízo para os monumentos nacionais. No ano de 1963 a Câmara Municipal de Luanda remeteu para a CMN – como, efectivamente, lhe competia – o projecto de arranjo urbanístico²²³⁵ da zona onde se encontrava este templo, pretendendo, essencialmente, uma parte de terreno que à data se encontrava abrangida pela cerca da igreja. Esta parcela do terreno seria utilizada, de acordo com o projecto, para os seguintes fins: construções e logradouros dos proprietários de terrenos vizinhos, reservando-se uma parte para qualquer construção futura; edificação de uma escada de acesso à cerca da igreja; e transformação do resto do espaço em logradouro público²²³⁶. Curiosamente Fernando Batalha mostrou-se bastante céptico quanto à concretização desta “grandiosa transmutação urbana”²²³⁷ devido à “crónica incapacidade financeira do Município”²²³⁸. No entanto, o arquitecto informou que a concretização deste projecto seria prejudicial para a igreja de Nossa Senhora do Carmo, tendo alertado para o facto da área de protecção da igreja – bem definida pela cerca – ser inalienável e, como tal, interdita a construções²²³⁹. Quanto à ocupação do terreno fora mas perto da cerca, o arquitecto esclareceu que caso esta se concretizasse deveria proceder-se, em jeito de compensação, à cedência de outra parcela à igreja²²⁴⁰. Adicionalmente, segundo o

²²³⁵ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n, 10 de Abril de 1964.

²²³⁶ *Ibidem*.

²²³⁷ *Ibidem*.

²²³⁸ *Ibidem*.

²²³⁹ *Ibidem*.

²²⁴⁰ *Ibidem*.

arquitecto, a altura das construções pensadas para aquela zona deveria ser limitada²²⁴¹. Por outro lado, Batalha discordou da construção da escadaria proposta bem como da utilização da cerca da igreja como espaço público²²⁴².

As tentativas de usurpação deste espaço desarranjado, “um dos raros terrenos livres que ainda existem na parte central da Cidade”²²⁴³, continuaria nos anos seguintes. Deste modo, na tentativa de evitar a sua usurpação ou utilização prejudicial ao monumento, a comissão de monumentos acabou por propor o arranjo do espaço de modo a torná-lo uma zona com utilidade para a sociedade, um “parque infantil-padrão”²²⁴⁴ com meios recreativos, desportivos e educativos e confiado a uma instituição religiosa. Porém, esta ocupação sugerida por Batalha não se concretizou, sabendo que no ano de 1968 os desentendimentos em relação ao arranjo urbanístico desta área continuavam pois a Câmara Municipal, mesmo perante o parecer desfavorável da CMN, desejava construir junto à cerca da igreja um prédio cuja altura viria a prejudicar o monumento²²⁴⁵.

Ao longo dos anos ter-se-á procurado manter a igreja de Nossa Senhora do Carmo num estado de conservação satisfatório. Assim o confirmam a realização de pequenas reparações, idealmente com uma frequência anual, como a substituição de telhas, desobstrução e reparações dos algerozes, remendos dos rebocos e caiações das paredes internas e externas, pinturas de portas e janelas e douramento dos altares²²⁴⁶. Ainda assim, a resposta às necessidades deste templo – e de outros de Angola – parecia nunca ser suficiente, sabendo, por exemplo, que aquando de uma vistoria realizada pela Repartição de Edifícios e Monumentos da Direcção das Obras Públicas no ano de 1966, as instalações eléctricas “se encontram em estado deplorável oferecendo perigo eminente de electrocução e incêndio”²²⁴⁷. Por outro lado, note-se que por vezes os responsáveis pela conservação do património de Angola tiveram que lidar com violações

²²⁴¹ *Ibidem*.

²²⁴² *Ibidem*.

²²⁴³ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Proposta de Aproveitamento], 1965.

²²⁴⁴ *Ibidem*.

²²⁴⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 26 de Agosto de 1968.

²²⁴⁶ AINPCA, FCMN, 26 Igreja de Nossa Senhora do Carmo/Diversos, Armário nº1, Prateleira 2B, docs. s/n, 31 de Dezembro de 1966; *Ibidem*, doc. s/n, 22 de Julho de 1969; *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Outubro de 1969; *Ibidem*, doc. s/n, 30 de Novembro de 1970; *Ibidem*, doc. s/n, 30 de Dezembro de 1972.

²²⁴⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 26 de Setembro de 1967.

de legislação perpetradas pela própria Igreja, caso do apeamento da teia artística da capela-mor com o conhecimento do pároco no ano de 1971²²⁴⁸.

Nas vésperas da queda do *Estado Novo*, segundo nos parece, a igreja de Nossa Senhora do Carmo estaria bastante bem conservada. Afinal, como referimos, no programa promovido pelo secretário provincial das Obras Públicas no sentido da “revivificação”²²⁴⁹ dos monumentos de Angola num momento crítico da luta colonial e próximo das comemorações do *IV Centenário da Fundação de Luanda*, ao contrário do que aconteceu com o palácio D. Ana Joaquina e com a sé catedral, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, um testemunho ilustrador da “presença secular e dos valores da raça”²²⁵⁰, não foi incluído no leque dos monumentos a intervir.

Algumas considerações

Detentora do estatuto da mais importante das colónias portuguesas, Angola possuía um serviço de Obras Públicas condizente com esta condição no seio do qual funcionou desde o ano de 1946 a Comissão dos Monumentos Nacionais. No entanto a tentativa oficial de garantir a salvaguarda do património arquitectónico de Angola remontava pelo menos a 1922, ano em que foi criada a Comissão de Monumentos Provinciais, a primeira do género na África portuguesa. Por outro lado, a atribuição do título de “monumento nacional” enquanto forma de reconhecimento da necessidade de preservar um bem devido às suas capacidades rememorativas, neste caso um monumento comemorativo, remontava ao ano de 1854, sendo, portanto, anterior à criação da vetusta Comissão Permanente de Arqueologia da Índia Portuguesa (1895), o primeiro organismo desta natureza criado nas províncias portuguesas ultramarinas. De resto, a classificação de construções coevas dos momentos áureos de conquista e reconquista acabaria por ser uma das primeiras medidas de protecção concretizadas pela comissão criada no ano de 1922.

A eclosão da guerra colonial no território angolano no ano de 1961 não travou as acções de salvaguarda patrimonial em curso pois, conforme se reconheceu na época, as

²²⁴⁸ ANBA, FFB, cx. 32, pt. s/n, doc. s/n, 1 de Setembro de 1971.

²²⁴⁹ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01481, 01482, 01483, doc. s/n, 11 de Dezembro de 1973.

²²⁵⁰ *Ibidem*.

batalhas tinham lugar “tanto no campo das ideias como no das armas”²²⁵¹ e, neste sentido, seria indispensável cuidar, valorizar e divulgar os monumentos da província, verdadeiros “símbolos de uma presença secular e dos valores da raça”²²⁵². De facto, num contexto quase sempre desfavorável em termos de meios disponibilizados e marcado por um grande número de monumentos em ruínas, a selecção das obras a salvar, portanto a classificar, estudar, conservar ou restaurar e divulgar, foi sendo feita de acordo com o significado histórico da obra e a forma como esta poderia ser utilizada no momento político actual, privilegiando intervenções no âmbito de comemorações centenárias ou de visitas presidenciais. Por outro lado, uma eventual intervenção na igreja de Nossa Senhora do Carmo de Luanda foi sendo delegada para um plano secundário precisamente porque numa primeira fase os trabalhos concentraram-se nos núcleos de Massangano, Cambambe, Muxima ou Nova Oeiras, sítios e monumentos coevos das gloriosas épocas de conquista, ocupação e reconquista.

Para terminar saliente-se que no período estudado, conforme demonstram os contratos lavrados com Martinho Humberto dos Reis e Fernando Batalha, esta província compreendeu perfeitamente a importância da colaboração de arquitectos especializados no restauro de monumentos nacionais. Se àquele se deve a concretização das primeiras grandes campanhas de restauro neste território, a este deve-se, em grande parte, a sobrevivência da Comissão dos Monumentos Nacionais e da secção de Monumentos das Obras Públicas a partir dos anos 60, bem como a tentativa de aperfeiçoamento constante das formas de salvaguarda patrimonial com recurso aos princípios e práticas vigentes na metrópole mas, também, no Brasil.

5. O CASO DE MOÇAMBIQUE

À semelhança de Angola e da Índia Portuguesa e ao contrário de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, Macau e Timor, Moçambique contava mesmo antes do grande impulso patrimonial dado no ultramar pelo Decreto nº41 787 de 1958 com um organismo exclusivamente dedicado ao estudo, inventário, classificação, conservação, restauro e divulgação dos monumentos da colónia. Referimo-nos à

²²⁵¹ *Ibidem.*

²²⁵² *Ibidem.*

Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, entidade criada no ano de 1943 em Lourenço Marques, capital da segunda mais importante província portuguesa ultramarina de África. Como veremos, a articulação desta comissão dotada de um arquitecto-restaurador, Pedro Quirino da Fonseca, com os Serviços de Obras Públicas contribuiu de forma indelével para a salvaguarda do património arquitectónico de Moçambique.

5.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência

Moçambique, como consequência directa e natural da extensão do território e de largos séculos de ocupação apresenta um grande número e heterogeneidade de exemplares de património edificado. Concentrando-nos nas edificações legadas pelos portugueses ao longo de quase cinco séculos deparamo-nos com a história da presença e posterior ocupação e colonização lusitana contada dinâmica e expressivamente em pedra mas, também, em ferro ou betão.

Efectivamente, ainda hoje, ao percorrermos este território da costa oriental africana de norte a sul, temos a oportunidade de testemunhar o modo como os portugueses que seguiram Vasco da Gama no século XV e cuja fixação se verificou com maior empenho e eficácia, e isto até ao século XVIII, especialmente na zona setentrional, absorveram fortes influências islâmicas e indianas²²⁵³. Assim o comprovam, por exemplo, os elementos decorativos de linguagem indo-portuguesa introduzidos na fachada da igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Cabaceira Grande ou da igreja da Misericórdia da Ilha de Moçambique. Os exemplares de arquitectura militar do Ibo – São João Baptista e Santo António – da Ilha de Moçambique – São Sebastião, São Lourenço e Santo António – de Quelimane – São Marçal – ou de Sofala – São Caetano, fortaleza da qual restam meros vestígios – são igualmente ilustrativos dos primeiros momentos da presença portuguesa neste território da África oriental.

Ao ultrapassar o arquipélago das Quirimbas, a Ilha de Moçambique e Quelimane, deparamo-nos com os vestígios arquitectónicos dos séculos XIX e XX, testemunhos da expansão e do desenvolvimento de novos núcleos urbanos, agora mais a sul e ao centro,

²²⁵³ “Moçambique”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 497.

casos de Maputo, Nampula ou de Lichinga. Nestas novas urbes encontramos concomitantemente templos de expressão neogótica, caso da catedral da Beira (1900-1925), obras públicas marcadas pelo gosto oficial e conservador do *Estado Novo*, caso do antigo Liceu Salazar de Lourenço Marques (1939-1952), ou equipamentos pensados na linguagem do “Estilo Internacional”, caso da sede do governo provincial de Lichinga (1961-1968)²²⁵⁴. Data também deste período, concretamente, dos anos 50 e 60, o desenvolvimento de diversos planos de urbanização²²⁵⁵ que procuraram acompanhar ou fomentar o crescimento ordenado dos núcleos populacionais implantados ao longo do século XIX.

Contudo o universo no qual nos embrenhamos neste momento não é o da grandiosa e cosmopolita Lourenço Marques do século XX e, tão pouco, da coetânea, pomposa e glamorosa Beira. Afinal, esse património arquitectónico mais convencional ou mais arrojado mas sem dúvida testemunho do desenvolvimento e afirmação da colónia é coevo de uma necessidade de intervir nos igualmente eloquentes monumentos históricos que atestavam a ancestralidade e importância da administração portuguesa em Moçambique. Vejamos de forma sintética o universo patrimonial tratado neste capítulo:

Fortaleza de São João Baptista, Ibo: A maior e mais imponente das fortificações da ilha do Ibo, terá sido projectada e construída entre os anos de 1789 e 1795²²⁵⁶. Pensada como alternativa ao então arruinado fortim de São José, foi erguida em forma de pentágono regular para proteger a vila dos ataques vindos do mar alto e, ainda, para assegurar a recuperação do comércio perdido para os concorrentes europeus e africanos. Contudo, pouco depois da conclusão das obras, no ano de 1798, a fortaleza que conta no seu interior com uma capela dedicada a São João Baptista já estaria

²²⁵⁴ Acerca da arquitectura moderna em Moçambique vide Ana Vaz Milheiro, “A arquitectura dos Gabinetes de Urbanização Colonial em Moçambique (1944-1974)”, *Saber Tropical em Moçambique – História, Memória e Ciência*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2013, 23 p., il.; Ana Magalhães, Inês Gonçalves, *Moderno Tropical – Arquitectura em Angola e Moçambique 1948-1975*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009, 238 p., il.

²²⁵⁵ Para uma síntese dos planos de urbanização de Moçambique durante o *Estado Novo* vide “Moçambique”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 498-500.

²²⁵⁶ Carlos Lopes Bento, *As Ilhas Querimba ou de Cabo Delgado – Situação Colonial, Resistência e Mudança (1742-1822)*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, 1993, vol. 1, pp. 495-507.

arruinada, tendo sido sucessivamente reparada e alterada nos anos seguintes de modo a travar os ataques dos sakalava de Madagáscar²²⁵⁷. Como aconteceu com tantas outras fortificações ultramarinas, durante os últimos anos do *Estado Novo* foi utilizada pela PIDE/DGS como prisão política.



Imagem 163 A fortaleza de São João Baptista no início do século XX, c. 1908, em aparente bom estado de conservação. João Loureiro, *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*, 2001.

Fortim de São José, Ibo: O receio de perder as Ilhas Quirimbas, ponto fundamental para a defesa de Moçambique a partir do norte, levou à construção em 1764²²⁵⁸ – ano da instalação da Câmara e do primeiro governador no Ibo – desta pequena fortificação de planta rectangular, a primeira desta ilha. Inicialmente foi conhecido como fortim de Santa Bárbara, designação que parece ter sido meramente passageira²²⁵⁹.

Reduto de Santo António, Ibo: A construção em pedra e cal desta fortificação quadrangular parece remontar aos anos de 1818/1819²²⁶⁰, momento em que houve necessidade de fortalecer o sistema defensivo da ilha do Ibo, à data composto pela fortaleza de São João Baptista e pelo fortim de São José. Parte do pagamento dos custos da edificação deste reduto foi assegurada pela população local²²⁶¹. No século XX funcionou como cadeia civil²²⁶².

Igreja de São João Baptista, Ibo: A igreja vistoriada pela Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique no ano de 1955 não seria o templo original dedicado ao profeta que pregou a purificação pelo baptismo, pois aquela parece ter sido

²²⁵⁷ *Ibidem*, p. 507.

²²⁵⁸ *Ibidem*, pp. 486-495.

²²⁵⁹ *Ibidem*, p. 493.

²²⁶⁰ *Ibidem*, p. 510.

²²⁶¹ *Ibidem*, p. 509.

²²⁶² *Ibidem*, p. 510.

construída apenas na sequência do ataque e destruição de uma outra capela homónima setecentista aquando da ofensiva desferida à vila pelos já referidos sakalava no ano de 1816²²⁶³.

Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique: Os apelos relativos à necessidade de erguer esta fortaleza terão surgido no ano de 1542, momento em que João de Sepúlveda terá alertado D. João III (1502-1557) para a necessidade de erguer naquela ilha uma fortificação capaz de assegurar a sua defesa de eventuais ataques vindos do mar. Assim, Miguel de Arruda (?-1563) foi encarregue de gizar esta fortaleza cuja construção e sucessivas reconstruções e melhoramentos se prolongaram até ao início do século XVIII²²⁶⁴. Certo é que possivelmente a partir do ano de 1546 a Ilha de Moçambique passou a estar dotada de uma fortificação de traçado regular pontuada em cada ângulo por baluartes poligonais consagrados a São João, Nossa Senhora, São Gabriel e Santa Bárbara. A entrada pela porta de armas fica hoje virada ao mar e no final de uma rampa que dá acesso ao interior no qual se encontram as habitações dos oficiais, casernas, cadeia, hospital, quartel, armazéns, igreja mas, também, uma grande cisterna datada do ano de 1605²²⁶⁵. De resto, um dos aspectos mais interessantes desta construção militar é a pequena capela de Nossa Senhora do Baluarte, um templo manuelino de planta quadrangular dotado de uma cabeceira poligonal e cobertura em abóbada nervurada cuja construção se terá devido à iniciativa de D. Pedro de Castro (1460-1529) no ano de 1522²²⁶⁶. Posteriormente foram construídos um nártex rectangular com arcaria de volta perfeita e a sacristia anexa ao lado do Evangelho. Relativamente à decoração desta capela merecem destaque a chave da abóbada em forma de cruz da Ordem de Cristo, as três



Imagem 164 Vista da fortaleza de São Sebastião e da capela de Nossa Senhora do Baluarte.

²²⁶³ *Ibidem*, p. 560.

²²⁶⁴ Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822 – O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 363.

²²⁶⁵ Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique (Monografia)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, p. 54.

²²⁶⁶ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 363.

troneiras cruzetadas abertas na parede fundeira enquadrando a mesa de altar em pedra e, no exterior, as ameias em forma de cruces de terminações arredondadas. Esta capela é, também, rica em lápides sepulcrais de figuras distintas da história da presença portuguesa em Moçambique.

Fortim e igreja de Santo António, Ilha de

Moçambique: Este fortim localizado no extremo sul da ilha, ou seja, no lado oposto à imponente fortaleza de São Sebastião, tem as suas origens no final do século XVI²²⁶⁷. Porém a sua porta de armas na face virada a terra é encimada por uma inscrição que dá conta da



Imagem 165 Fortim e igreja de Santo António na Ilha de Moçambique.

sua construção no ano de 1820 por João da Costa de Brito Sanches, responsável por uma das várias reconstruções da igreja e fortificação. No ano de 1892 o fortim foi restaurado²²⁶⁸. Parcialmente no interior dos paramentos da fortificação e à esquerda da referida porta de armas, surge a despojada igreja de nave única construída no século XVI e intervencionada no referido ano de 1820, ocasião durante a qual a capela-mor abobadada e denunciada por um arco triunfal de volta perfeita terá sido reelaborada²²⁶⁹. Destaque-se a fachada terminada em empena com o portal em arco de volta perfeita ladeado por duas pilastras robustas prolongadas até à junção de um friso e cornija a partir da qual brotam duas novas pilastras que terminando em dois vistosos pináculos enquadram um janelão rectangular. Na sequência das obras promovidas no ano de 1892 pelo governador Rafael Jácome Lopes de Andrade (1852-1900)²²⁷⁰, o conjunto – depois de já ter sido quartel para veteranos²²⁷¹ – foi entregue ao prelado

²²⁶⁷ *Ibidem.*

²²⁶⁸ Alexandre Lobato, *op. cit.*, p. 78.

²²⁶⁹ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 367.

²²⁷⁰ Joaquim José Lapa, *Páginas de Pedra – Folhas Dispersas*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1893, p. 10.

²²⁷¹ Manuel Ferreira Ribeiro, *A capital de Moçambique sob o ponto de vista da Imigração e Colonização*, Porto, Empresa Ferreira de Brito, 1882, p. 25.

para que este instalasse na capela a primitiva paróquia da ilha. Já no século XX funcionou como asilo de inválidos, indígenas pobres e doentes incuráveis²²⁷².

Palácio de São Paulo, Ilha de Moçambique: Apesar de ainda subsistirem algumas dúvidas relativas às origens deste edifício, parece ser certo que no ano de 1635 o palácio e a capela homónima já existiam²²⁷³. Na sequência da expulsão dos jesuítas (1759) este antigo colégio seiscentista da Companhia de Jesus foi sucessivamente remodelado para funcionar como palácio dos capitães-generais da colónia, quartel-general do governo, governo-geral, residência dos governadores-gerais da província, secretaria e residência do governo do distrito. Ainda assim, o longo edifício de dois pisos estende-se à esquerda da capela que apresentaremos de seguida. A entrada principal dá para um pátio dotado de uma escadaria dupla elegantemente decorada por elementos em bronze. No final da escadaria a entrada nobre daria acesso à sala de armas, seguindo-se uma série de divisões ricamente decoradas e mobiladas, salas de recepções, sala de jantar, sala das senhoras ou da sala do Conselho. As obras que se prolongaram até às vésperas da Ditadura Civil não anularam totalmente o primordial carácter clerical do edifício, sendo possível identificarmos os tão característicos claustros e as suas arcarias no lado do mar e na parte posterior do edifício.



Imagem 166 O palácio de São Paulo com a fachada da capela homónima à direita.

²²⁷² Alexandre Lobato, *op. cit.*, p. 77.

²²⁷³ Apesar de a tradição referir que este edifício foi construído pelos jesuítas no local da “Torre Velha”, Alexandre Lobato apresentou uma tese distinta. De acordo com este estudioso aquela torre não se localizava neste local e o edifício pertenceu originalmente a Bartolomeu Lopes que o doou aos jesuítas. Por sua vez os jesuítas teriam construído a capela anexa. Cf. Alexandre Lobato, *op. cit.*, pp. 31-33.

Capela de São Paulo, Ilha de Moçambique:

Esta capela, parte integrante do colégio da Companhia de Jesus, foi consideravelmente alterada no final de Oitocentos, apresentando actualmente uma fachada principal rectangular virada para a ponte da Alfândega, rematada por uma empena triangular e flanqueada à direita por uma torre sineira. No interior esta capela de uma só nave e de linhas



Imagem 167 Vista do interior da capela onde se destacam o retábulo do altar-mor e o púlpito indo-português.

decorativas bastante simples assume um formato apenas parcialmente cruciforme, uma vez que a pré-existência de uma varanda do palácio contíguo impediu a construção do braço do transepto do lado do Evangelho. Aqui observamos dois elementos de particular beleza e valor artístico, o púlpito e o retábulo indo-portugueses, ambos em talha e possivelmente encomendados pela Companhia de Jesus em meados do século XVII²²⁷⁴. Na sequência da aplicação da *Lei da Separação do Estado das igrejas* em Moçambique (1914) pensou-se em instalar um museu nesta capela, projecto que acabou por não ser concretizado com a entrega do espaço à prelazia da colónia²²⁷⁵.

Igreja de Nossa Senhora da Saúde, Ilha de

Moçambique: O templo que hoje observamos no cimo de uma escadaria em pouco se parecerá com o edifício capucho erguido no século XVII. Ainda assim pode considerar-se que a actual fachada de sabor oitocentista, com dois registos separados por cornija e três panos delimitados por pilastras, dos quais se



Imagem 168 A igreja de Nossa Senhora da Saúde na Ilha de Moçambique.

destaca o central rematado por um frontão triangular e respectiva cruz latina, não diferirá em muito da obra primitiva²²⁷⁶. Porém, conforme indicia a inscrição na fachada, esta sofreu várias alterações. Segundo a dita inscrição a igreja foi reconstruída no ano de

²²⁷⁴ Alexandre Lobato, *op. cit.*, p. 26.

²²⁷⁵ *Ibidem*, p. 28.

²²⁷⁶ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 367.

1896, como, de resto, tinha sido em 1801 ou 1879²²⁷⁷. O elemento de destaque desta construção encontra-se no seu interior: o belíssimo retábulo indo-português do altar-mor, obra seiscentista em talha dourada que revela uma especial ligação à costa ocidental do Hindustão²²⁷⁸.

Convento de São Domingos, Ilha de Moçambique: Este convento dominicano foi construído entre os anos de 1577 e 1579 por iniciativa do vice-rei D. Luís de Ataíde (1517-1580)²²⁷⁹. Todavia, a destruição do convento na sequência do ataque perpetrado no ano de 1607 pelos holandeses ditou o início da sua lenta reconstrução em 1617, datando de 1662 o final das obras²²⁸⁰. Se a igreja deste espaço conventual dedicada a Nossa Senhora do Rosário não chegou até nós, o mesmo não se verificou com a zona habitacional, espaço de dois pisos que antes e após a extinção das ordens religiosas teve diversas ocupações, tais como primeira aula de instrução primária de Moçambique (1799), aquartelamento (1826), asilo de infância desvalida (1855), Repartição de Obras Públicas (1875) e Tribunal (1935)²²⁸¹. Hoje, como antes da queda do regime ditatorial, este espaço, apesar de interiormente ter conservado o claustro de dois pisos limitado por arcaria, é ocupado pelo Tribunal, serviço identificado pela inscrição relevada colocada num arco abatido introduzido no centro da platibanda da fachada. Neste frontispício destaca-se também o corpo avançado constituído pela escadaria e balaustrada.

Forte de São José, Mossuril: A construção desta fortificação setecentista foi ordenada pelo governador Francisco de Melo e Castro (1702-c.1777) como forma de proteger a população portuguesa dos avanços dos macuas²²⁸². No entanto, tratar-se-ia apenas de uma paliçada que no tempo do capitão-general Pedro de Saldanha e Albuquerque evoluiu para uma construção mais elaborada projectada pelo engenheiro Gregório

²²⁷⁷ *Ibidem*

²²⁷⁸ Pedro Dias, *Arte de Portugal no Mundo – África Oriental e Golfo Pérsico*, [S.l.], Público, 2008, p. 77.

²²⁷⁹ *Idem*, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822 – O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 364.

²²⁸⁰ *Ibidem*.

²²⁸¹ Alexandre Lobato, *op. cit.*, p. 65.

²²⁸² Eugénia Rodrigues, “Francisco de Melo e Castro”, *Antropónimos*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=897>, consultado a 3 de Janeiro de 2013.

Thaumaturgo²²⁸³. Por altura do governo de Baltazar Manuel Pereira do Lago (?-1779) já não existiriam vestígios desta fortificação, motivo pelo qual se promoveu a sua construção em pedra e cal em 1775²²⁸⁴. Todavia, apenas um ano depois o forte foi atacado por macuas de Iticulo, tendo sido restaurado pelo menos em duas novas ocasiões: em 1818 graças ao governador José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e durante o governo de José Guedes de Carvalho e Menezes (1814-1879)²²⁸⁵. Nesta última campanha foi construída uma casa de alvenaria para funcionar como aquartelamento das forças militares²²⁸⁶.

Palácio de Verão dos Governadores, Mossuril: A antiga residência setecentista de Verão dos governadores datará da 1767/1769, tendo sido construída no âmbito da campanha reformista promovida em Moçambique pelo governador Baltazar Manuel Pereira do Lago²²⁸⁷. Na linha dos edifícios públicos construídos no mesmo período na Ilha de Moçambique, apresenta um único corpo com dois pisos e uma lógia tripartida aberta numa das fachadas.

Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, Cabaceira Grande: Este templo inicialmente sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário foi construído no ano de 1579²²⁸⁸. Os autores têm referido uma grande reparação em 1854²²⁸⁹ mas sabemos que no ano de 1893 o edifício já estaria fechado ao culto e carente de grandes obras²²⁹⁰. Actualmente é um edifício de uma só nave, destacando-se no seu exterior um sólido alpendre com dois arcos de volta perfeita em cada face e uma espécie de fachada falsa formada por duas torres sineiras a partir das quais partem duas balaustradas laterais. No seu interior Maria Madalena Cagigal e Silva deparou-se no ano de 1966 com um retábulo de talha dourada indo-português que considerou, a par daqueles da capela de São Paulo e da igreja da Saúde, como sendo único²²⁹¹.

²²⁸³ Joaquim José Lapa, *op. cit.*, p. 95.

²²⁸⁴ *Ibidem.*

²²⁸⁵ *Ibidem.*

²²⁸⁶ *Ibidem.*

²²⁸⁷ *Ibidem*, p. 89.

²²⁸⁸ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 367.

²²⁸⁹ *Ibidem.*

²²⁹⁰ Joaquim José Lapa, *op. cit.*, p. 88.

²²⁹¹ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, p. 19.

Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição,

Lourenço Marques: A actual fortaleza quadrangular dotada de dois baluartes e localizada frente à Praça 7 de Março, em pouco ou nada se assemelha com aquela construída nos anos oitenta do século XVIII²²⁹².

A entrada para o interior da fortificação e para o seu pátio quadrangular faz-se pelo portal aberto no pano virado a oeste. Aqui, além das



Imagem 169 Interior da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em Maputo, com a estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque.

salas musealizadas existentes nos diferentes edifícios erguidos em torno no pátio, encontramos a estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque, obra de António do Couto Abreu (1874-1946) e de José Simões de Almeida (Sobrinho) (1880-1950) que entre os anos de 1940 e 1975 ocupou a praça homónima, hoje Praça da Independência. Neste pátio encontra-se exposto um conjunto de relevos em bronze que pertencia ao plinto da referida escultura: “Carga de Macotene” e “Captura de Gungunhana”, esta última uma obra de Leopoldo de Almeida (1898-1975).

Casa Amarela, Lourenço Marques: Este edifício localizado junto à Praça 25 de Junho tem sido considerado como uma das construções mais antigas da cidade²²⁹³, encontrando-se precisamente na zona a partir de onde se deu o crescimento da urbe. A construção, despida de qualquer tipo de elemento decorativo, assume uma forma paralelepipedica, sendo possível que date de



Imagem 170 Casa Amarela, actual Museu Nacional da Moeda, em Maputo.

1776, embora tenha sido reconstruída em 1860²²⁹⁴. Foi adquirida pelo Estado em 1873

²²⁹² Acerca do presídio de Lourenço Marques vide Alexandre Lobato, *História do Presídio de Lourenço Marques*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1949-1960, 2 vols.

²²⁹³ Pedro Dias, *Arte de Portugal no Mundo – África Oriental e Golfo Pérsico*, [S.l.], Público, 2008, p. 57.

²²⁹⁴ José Manuel Fernandes, “Casa Amarela”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 566.

por 750 libras esterlinas²²⁹⁵ para servir como residência do governador. Contudo, no tempo do comissário régio conselheiro António Enes esta seria, apenas:

*uma casa abarracada, por cujas janelas baixas os negros vadios espreitam para dentro os arcanos da administração pública e que precisa ter sempre ao portão ordenança e polícias para não entrarem lá estrangeiros a pedir, por engano, bifes na grelha ou copos de “whisky”*²²⁹⁶.

5.2 Moçambique no contexto da política colonial do *Estado Novo*

O território da costa oriental africana ao qual Vasco da Gama aportou no ano de 1498, mas por onde aparentemente Pero da Covilhã (1450/55-?) já houvera passado cerca de dez anos antes, tornou-se ao longo dos séculos o segundo mais importante da África Portuguesa, sendo apenas superado por Angola. Este crescente de importância esteve inquestionavelmente ligado ao comércio que, por si só, orientou desde cedo o interesse dos portugueses para Sofala, centro nevrálgico de uma rede muçulmana de comércio cujo maior atractivo era o ouro²²⁹⁷ proveniente do planalto norte, ou seja, de Monomotapa, Manica e Quiteve. O interesse português nesta região traduziu-se na fundação de fortalezas e feitorias logo no início do século XV em Sofala, Quíloa, Angoche e na Ilha de Moçambique, procurando-se garantir, através do domínio dos mares, o monopólio da Coroa Portuguesa nas trocas de produtos indianos pelo ouro africano. Com a passagem do tempo, por volta de 1530, os portugueses procuraram aumentar o seu domínio, tendo investido na exploração das regiões interiores do vale do Zambeze e no comércio do marfim²²⁹⁸. Nasciam, assim, as povoações de Quelimane, Sena e Tete. Nos anos seguintes o domínio português da costa oriental africana em Inhambane, Lourenço Marques ou nas ilhas Quirimbas mas, também, em territórios mais interiores, foi-se expandido e deparando-se, desde o século XVI ao XVIII, com investidas de turcos, holandeses e ingleses.

²²⁹⁵ *Boletim Oficial de Moçambique* nº2, I Série, “Obras Públicas”, 9 de Janeiro de 1875, p. 7.

²²⁹⁶ António Enes, *A Guerra de África em 1895: Memórias*, Lisboa, Edições Gama, 1945, p. 31.

²²⁹⁷ Malyn Newitt, *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995, p. 28.

²²⁹⁸ *Ibidem*, pp. 39-41.

Todavia, mesmo durante os períodos passados em revista, o poder da Coroa Portuguesa em Moçambique era, na verdade, bastante reduzido, limitando-se até aos finais do século XIX aos tradicionais prazos da Coroa e às concessões de território a particulares. A situação só viria a alterar-se com o impulso modernizador do sistema colonial português incitado nas décadas de 50, 60 e 70 do século XIX pelos interesses de outras potências naquele território africano; pela incursão na África Oriental de capital e comércio indianos²²⁹⁹; pelos ataques britânicos ao tráfico de escravos²³⁰⁰, aos monopólios e privilégios comerciais; pelo desenvolvimento económico de Moçambique graças à exportação de oleaginosas²³⁰¹; e, entre outras motivações, pela revolução mineira sul-africana que pela procura de capital destinado ao crescimento de uma nova economia industrial tem sido entendida como o maior factor de mudança económica e, consequentemente, política²³⁰².

Após a reorganização da administração de Moçambique promovida na sequência das crises do *Ultimatum* e da bancarrota de 1890 e 1892 por António Enes²³⁰³, as tentativas republicanas de descentralização que entre 1920 e 1926 ditaram com a nomeação de um alto-comissário a autonomia do governo da colónia²³⁰⁴ e as reformas promovidas por João Belo que, como vimos, reinstituiu uma política colonial centralizadora, o *Estado Novo* inaugurou uma nova fase da história deste território do *Império Colonial Português*. A imagem de Moçambique no início deste regime salazarista era totalmente distinta e mesmo inversa à ideia da outrora terra do ouro, do valioso entreposto comercial português, consistindo, pelo contrário, numa colónia prejudicada pela incapacidade governativa da I República. Certo é que, conforme alguns autores já demonstraram²³⁰⁵, em 1913 e ao longo dos anos 20, devido a guerras contra o poder indígena, à autonomia dos referidos altos-comissários, ao impacte da Primeira Guerra Mundial nos mercados e ao modo como o país financiou o conflito, a balança comercial

²²⁹⁹ *Ibidem*, p. 296.

²³⁰⁰ Pedro Lains, “Causas do colonialismo português em África, 1822-1975”, *Análise Social*, vol. XXXIII, 2º e 3º, 1998, pp. 467-476.

²³⁰¹ Valentim Alexandre, “O império português (1825-1890): ideologia e economia”, *Análise Social*, vol. XXXVIII, 2004, p. 968.

²³⁰² Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 292.

²³⁰³ *Ibidem*, pp. 338-342.

²³⁰⁴ Pedro Lains, *op. cit.*, pp. 484-485.

²³⁰⁵ *Ibidem*.

de Portugal com as colónias entrou em défice substancial, datando do período de 1929-1931 “os maiores défices desde o início do século”²³⁰⁶.

Sendo a resolução dos problemas financeiros do país, como modo de alcançar a reforma do Estado, a prioridade do novo governo ditatorial, não é de estranhar a preocupação para com a necessidade de equilibrar em Moçambique, como em outras colónias, as contas e os saldos comerciais. Para isso a partir de 1930 o Estado defendeu, como forma de financiar o défice nacional, um sistema que determinava a canalização de toda a moeda estrangeira proveniente das exportações coloniais para o Banco de Portugal, em Lisboa, sendo esta trocada por escudos portugueses e outras moedas coloniais²³⁰⁷. Simultaneamente, com o objectivo de reduzir a dependência de Portugal das importações estrangeiras, promoveu-se um aumento considerável da quota das colónias no comércio português. Neste sentido, a importância de Moçambique para o sucesso desta estratégia era não só relevante como, conforme defendeu Malyn Newitt, vital e de particular importância²³⁰⁸. Isto porque, como sabemos, Moçambique era, pela sua localização e contacto com a África do Sul e Rodésia, uma fonte substancial de divisas estrangeiras. Por outro lado, estando o comércio entre a metrópole e as colónias africanas assente nas trocas de matéria-prima por produtos manufacturados, Moçambique destacava-se pelo seu solo, “dos mais ricos do continente”²³⁰⁹, exportando, sobretudo, copra, castanha de caju, açúcar de cana, chá ou arroz. Concomitantemente, o *Estado Novo*, na esteira do que o governador Baltasar Pereira do Lago fizera na região dos rios de Sena no século XVIII, instituiu a plantação obrigatória de algodão. Assim, depois de uma série de manobras relacionadas com o fomento e protecção da cultura do algodão²³¹⁰, no ano de 1938 foi criada – com o intuito de aumentar a produção, a qualidade do produto exportado, fixar os preços e controlar a actividade das companhias concessionárias – a Junta de Exportação do Algodão Colonial²³¹¹. Com o final do monopólio das companhias concessionárias, o Estado passou a beneficiar a partir de 1930 deste potencial do sector agrícola moçambicano,

²³⁰⁶ *Ibidem*.

²³⁰⁷ *Ibidem*, p. 486.

²³⁰⁸ Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 392.

²³⁰⁹ *Império Colonial Português – Moçambique – Alguns dos seus produtos de exportação*, Lourenço Marques, Serviços de Propaganda da Junta de Exportação da Colónia, Lourenço Marques, 1944, p. 9.

²³¹⁰ *Vide* Malyn Newitt, *op. cit.*, pp. 396-397.

²³¹¹ *Diário do Governo* nº119, I Série, “Portaria nº14 602”, 25 de Maio de 1938, pp. 887-891.

observando-se que entre os anos de 1939 e 1946 o total das exportações da colónia aumentou para o quántuplo²³¹².

Curiosamente, ou na verdade não – isto tendo em conta o carácter forçado das campanhas de cultivo de algodão ou arroz, as remunerações deficientes, o imposto de palhota²³¹³ e o controlo ao qual os camponeses que viviam nos colonatos²³¹⁴ estavam sujeitos – estas campanhas de desenvolvimento acabaram por estar, de certo modo, na base de uma insatisfação paulatinamente mais visível e que culminaria num cenário de guerra. Afinal, ao analisarmos informações tanto do Estado-Maior do Exército como da PIDE relativas à situação desta província ultramarina, deparamo-nos logo no Verão de 1960 com alterações que apesar de na altura terem sido consideradas ligeiras, hoje sabemos, dado o desenrolar da História, terem-se revestido de uma importância considerável. Referimo-nos aos diversos incidentes despoletados pela questão da obrigatoriedade da cultura do algodão e da má remuneração dos trabalhadores. De modo a que estes incidentes não ultrapassassem o grau de “uma sarrafusca aborrecida”²³¹⁵ o exército enviou um pelotão de Atiradores²³¹⁶ para travar os macondes²³¹⁷ insatisfeitos e orgulhosos detentores de faixas com a inscrição “Macondes Livres”²³¹⁸.

Este episódio intimamente associado à cultura do algodão não foi, no entanto, um acto isolado de um grupo mais afoito de indígenas, notando-se a partir de 1960 um crescente de insatisfação instigado pelas condições de vida da população colonizada e, evidentemente, pela situação internacional, sendo de destacar a independência concedida pelos belgas ao Congo em Junho daquele ano mas, também, a agitação

²³¹² Malyn Newitt, *op. cit.*, p. 401.

²³¹³ Tratava-se de um imposto destinado a todos os proprietários de palhotas que servissem de habitação, podendo ser pago em dinheiro ou géneros. Tornou-se polémico pois embora Sá da Bandeira não tivesse previsto no ano de 1854 a obrigação de prestação de trabalhos forçados em caso de incumprimento, este cenário de servidão vulgarizou-se. Acerca desta questão *vide* José Capela, *Imposto de Palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, Porto, Afrontamento, 1977, pp. 29-196.

²³¹⁴ Os colonatos eram povoações planeadas destinadas a receber imigrantes/colonos cuja missão passava, sumariamente, por garantir a ocupação do território em causa mas, sobretudo, contribuir para o seu desenvolvimento agrícola e económico. Faziam parte destes colonatos escolas, edifícios religiosos, habitações, fábricas, etc. Depois de uma fase experimental a entrada de camponeses africanos nestes colonatos também passou a ser admitida.

²³¹⁵ ANTT, AOS, UL32A1, cx. 705, pt. 2, fl. 104, 12 de Agosto de 1960.

²³¹⁶ ANTT, AOS, UL32B, cx. 707, pt. 1, fl. 38, 12 de Setembro de 1960.

²³¹⁷ Grupo étnico que ocupa o nordeste de Moçambique e o sudeste da Tanzânia.

²³¹⁸ ANTT, AOS, UL32A1, cx. 705, pt. 2, fl. 104, 12 de Agosto de 1960.

nacionalista que vibrava cada vez com maior intensidade nos territórios vizinhos de Tanganica²³¹⁹ e da Niassalândia²³²⁰. Como consequência desta proximidade e da insatisfação dos indígenas moçambicanos, a 16 de Junho de 1960 o colonialismo português foi abalado por um “movimento já de certa envergadura”²³²¹, o episódio de Mueda que, na sequência de uma reunião entre o governador de Cabo Delgado e macondes terminou com a intervenção do pelotão de Atiradores e a morte de mais de uma dezena de pessoas. O regime estava alertado, reconhecendo-se que:

*Este incidente, na opinião do Comando Militar, constitui um elo da cadeia de futuros incidentes a prever quer na região agora afectada, quer noutras ao longo da fronteira do Rovunda, região de Milange, Mutarara e Angónia, embora pareçam vir a estar mais ou menos escalonadas em tempo. Tendo em vista as características dos Macondes, não é de admitir que o incidente venha a ficar reduzido ao que agora se passou*²³²².

Nos anos que se seguiram verificou-se um escalar das actividades anticoloniais acompanhado da devida resposta do regime salazarista. Efectivamente, mercê da situação internacional e, evidentemente, do rebentar do conflito armado em Angola no ano de 1961, depois das fundações da Mozambique African National Movement (MANU) em 1959 em Tanganica e da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) em 1960 na Rodésia do Sul, o nacionalismo moçambicano foi ganhando força e tomando novos rumos sobretudo entre a população emigrada, tendo surgido em 1961 no Malawi a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMI), um ano depois, em Acra, da junção das três organizações anteriores, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) presidida por Eduardo Mondlane (1920-1969) e, já em 1965, o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)²³²³. Paralelamente assomavam na

²³¹⁹ Colónia britânica que se tornou independente no ano de 1961, correspondendo actualmente à Tanzânia.

²³²⁰ Protectorado britânico que se tornou independente no ano de 1964, correspondendo actualmente ao Malawi.

²³²¹ ANTT, AOS, UL32B, cx. 707, pt. 1, fl. 15, 9 de Julho 1960.

²³²² *Ibidem*.

²³²³ Segundo Eduardo Mondlane as origens do nacionalismo moçambicano remontam a 1920, ano em que foi formada em Lisboa a Liga Africana e em Moçambique o Grémio Africano e a Associação dos Naturais de Moçambique. Mondlane sublinha que estes movimentos foram acompanhados pelo surgimento de

Assembleia Nacional intervenções de deputados requerendo a descentralização da administração, a autonomia financeira da província, a concessão de créditos para acelerar o desenvolvimento económico, a intensificação do povoamento, a ampliação e aceleração da construção de uma rede rodoviária, a maior flexibilidade para o regime de importações, a promoção da instrução e, naturalmente, o fim do sistema de concessionários de algodão²³²⁴. Destacamos esta série de solicitações pelo facto do seu principal enunciador, na referida Assembleia, ter sido o historiador Alexandre Lobato, figura que, conforme já mencionámos, está intimamente ligada ao desenvolvimento dos programas de intervenção patrimonial em Moçambique e, particularmente, na Ilha de Moçambique. Todavia, como sabemos, estes e outros apelos não tiveram a resposta procurada e, conseqüentemente, a luta armada acabou por ter início nos dias 21 e 24 de Agosto de 1964 em Cabo Delgado no âmbito de acções da MANU e da UDENAMO²³²⁵, seguindo-se nos dias 24 e 25 de Setembro os mais divulgados ataques da FRELIMO aos postos administrativos do Cobué e de Chai.

A resposta do Governo de Oliveira Salazar não tardou, assistindo-se à intensificação da presença das forças militares e da sua actividade bélica como forma de combater aquela que o general Kaúlza de Arriaga (1915-2004) viria a considerar a “psicose terceiro-mundista de independência a todo o custo, sob qualquer fórmula, descuidando conseqüências (...) uma atitude de desvario, de apostasia nacional.”²³²⁶ Todavia, a corrida ao armamento não foi a única forma de luta utilizada pelo exército português cuja natureza era classificada pelos seus líderes como “construtiva e defensiva”²³²⁷. Seguindo os princípios orientadores da ideologia salazarista, a já secular administração portuguesa de Moçambique e das restantes províncias ultramarinas, não obstante as condenações internacionais e os gritos de liberdade vindos de África, era absolutamente natural, histórica e legítima. A esta legitimidade acrescia um entendimento segundo o qual a presença e domínio português não só eram direitos inerentes à sua qualidade de

uma imprensa anticolonial, caso do *Brado Africano*. Acerca do nascimento do nacionalismo moçambicano vide Eduardo Mondlane, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977, pp. 107-130.

²³²⁴ ANTT, AOS, UL9C, cx. 803, pt. 2, fls. 151-153, 23 de Abril de 1962.

²³²⁵ Francisco Proença Garcia, *A Guerra de Moçambique 1964-1974*, Matosinhos, QuidNovi, 2010, p. 38.

²³²⁶ Kaúlza de Arriaga, *A luta em Moçambique: 1970-1973*, s.l., s.n., 1973, pp. 24-25.

²³²⁷ *Ibidem*, pp. 65-66.

raça superior, como eram extremamente positivos para as populações colonizadas, havendo a consciência que:

*devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a protecção das raças inferiores cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e das mais altas obras da colonização portuguesa*²³²⁸.

Deste modo, como dizíamos, interessa-nos realçar o facto do tipo de luta promovida pelo exército português em Moçambique ter ultrapassado o campo do tradicional confronto armado, traduzindo-se, também, em campanhas socioeconómicas e psicossociais ou, se preferirmos, na dita guerra subversiva cujo elemento-chave é a população. Agora, ao contrário do que acontecera durante as épocas de descoberta e ocupação, o que interessava, perante a propaganda antiportuguesa e pro-libertação, não era o território mas antes as gentes, a sua conquista, a tomada das suas almas, da simpatia, dos corações. Assim, enquanto as autoridades civis ficavam encarregues da organização dos colonatos, da promoção da educação, da assistência sanitária, do apoio moral ou religioso, do desenvolvimento de infra-estruturas e da evolução económica, as Forças Armadas portuguesas aprendiam no Instituto de Altos Estudos Militares a arte da guerra subversiva, cabendo-lhes, essencialmente, três missões: combater os insurgentes através de operações militares; a acção psicológica que visava influenciar opiniões e sentimentos de modo favorável aos objectivos definidos; e o apoio alargado às autoridades civis na manutenção da ordem e controlo da população²³²⁹.

Tendo em consideração o envolvimento não só das Forças Armadas portuguesas mas, também, das autoridades civis neste confronto caracterizado por operações armadas, acções psicossociais e socioeconómicas, podemos incluir as campanhas de conservação e restauro de monumentos nacionais como parte integrante desta luta conduzida por Portugal em Moçambique. Afinal, a revitalização da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique no ano de 1962 foi promovida pelas autoridades civis, neste caso pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas, num período em que a

²³²⁸ António de Oliveira Salazar, “A Nação na política colonial”, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, vol. I, p. 237.

²³²⁹ Josep Sanchez Cervelló, “Guerra Subversiva – Contra-subversão”, Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, p. 66.

eminência da deflagração da luta armada era cada vez mais uma evidência, vivendo-se naquela província ultramarina uma situação análoga ao período de pré-rebelião armada em Angola (1961). As intenções (também, mas não só) propagandistas subjacentes a estas campanhas de restauro eram precisamente as mesmas que motivaram as autoridades civis nas vésperas e após o início da guerra, a reforçar as despesas com a educação e saúde, a investir na construção de igrejas mas, também, de mesquitas de forma a assegurar o apoio dos muçulmanos, ou a promover as obras da barragem de Cahora Bassa, grande testemunho da vontade de permanência dos portugueses²³³⁰. Estas foram, precisamente, as mesmas motivações que permitiram a revogação do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (1945) em 1961²³³¹ e do *Código do Trabalho Indígena* (1928) em 1962²³³², sinónimo da proibição de toda e qualquer forma de trabalho compelido, ou a criação dos Estudos Gerais Universitários em 1962²³³³, sendo estas três últimas acções de Adriano Moreira, ministro do Ultramar cujo ímpeto reformista acabou por ser travado após uma certa abertura do regime. Tratava-se, afinal, independentemente da fase do conflito e das intenções menos comprometidas de uns quantos intervenientes, de uma guerra de propaganda: Moçambique, tal como testemunhavam os monumentos históricos, era território português desde o século XV e, conforme demonstravam os investimentos em obras públicas, saúde ou educação, continuaria a sê-lo até à queda do último combatente, militar ou civil.

5.3 Programas, práticas e critérios durante o *Estado Novo*

Contributos anteriores à criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas

²³³⁰ O concurso para a construção desta barragem em Tete foi lançado no ano de 1966 e adjudicado em 1968 ao consórcio ZAMCO. Devido ao contexto em que foi planeada e à sua localização é obrigatório reconhecermos uma vertente político-económica e outra político-militar. A final construção da barragem estaria associada à inauguração de um novo e grande núcleo populacional europeu no vale do Zambeze e a grande albufeira, a quarta maior de África, serviria de barreira aos combatentes da FRELIMO. Deste modo a barragem tornou-se um alvo da FRELIMO e um bem a proteger pelas Forças Armadas Portuguesas.

²³³¹ *Diário do Governo* nº207, I Série, “Decreto-Lei nº43 893”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1101-1103.

²³³² *Diário do Governo* nº95 – suplemento, I Série, “Decreto nº44 309”, 27 de Abril de 1962, pp. 579-613.

²³³³ *Diário do Governo* nº191, I Série, “Decreto-Lei nº44 530”, 21 de Agosto de 1962, pp. 1131-1132.

A salvaguarda dos monumentos portugueses em Moçambique não foi uma prerrogativa do *Estado Novo*. De facto, é possível identificarmos sinais de atenção para com o património arquitectónico desta colónia desde pelo menos meados do século XIX. Referimo-nos a casos que devem ser aprofundados com a devida atenção em estudos dedicados a este período, nomeadamente *A capital de Moçambique sob o ponto de vista da imigração e da colonização*²³³⁴, obra da autoria de Manuel Ferreira Ribeiro (1839-1917)²³³⁵ publicada no ano de 1822 e *Páginas de Pedra – Folhas Dispersas*²³³⁶ da autoria de Joaquim José Lapa (1843-1896), tenente-coronel de Guarnição e chefe da secção de Obras Públicas. Data também deste período, nomeadamente de 1877, a realização das primeiras expedições de Obras Públicas às colónias portuguesas de África, contexto no qual foram promovidas várias obras de restauro de monumentos na Ilha de Moçambique.

Relativamente aos contributos anteriores ao início da actividade da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique mas abarcados pelo âmbito cronológico deste estudo, refira-se o caso da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique. Esta sociedade criada no ano de 1930²³³⁷ por iniciativa do engenheiro de Minas António Joaquim de Freitas, visava o desenvolvimento e convívio intelectual dos envolvidos, objectivando, especificamente, contribuir para o estudo e valorização económica de Moçambique e concorrer para o desenvolvimento intelectual, moral e físico dos seus habitantes em geral e, em especial, dos seus associados²³³⁸. Tendo em consideração os objectivos desta sociedade bem como a formação profissional e cargos desempenhados pelos seus ilustres sócios, entre os quais se encontrava desde o ano inaugural um arquitecto cujo nome desconhecemos²³³⁹, não é de estranhar que esta instituição tenha dado o seu contributo, ainda que indirecto, para a salvaguarda do património arquitectónico desta colónia. Este verificou-se essencialmente em duas das vertentes invariavelmente necessárias para a concretização de um programa

²³³⁴ Manuel Ferreira Ribeiro, *A capital de Moçambique sob o ponto de vista da Imigração e Colonização*, Porto, Empresa Ferreira de Brito, 1882, 62 p.

²³³⁵ Chefe da 2ª secção do Serviço de Saúde do Ministério da Marinha e do Ultramar, sócio honorário da Sociedade de Geografia Comercial do Porto e professor de Geografia.

²³³⁶ Joaquim José Lapa, *Páginas de Pedra – Folhas Dispersas*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1893, 130 p.

²³³⁷ *Boletim Oficial de Moçambique* nº36, I Série, “Portaria nº1:186”, 6 de Setembro de 1930, pp. 455-457.

²³³⁸ *Ibidem*, p. 455.

²³³⁹ *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, nº1, 1931, s/p [p. 44].

obrigatoriamente complexo e multifacetado de salvaguarda patrimonial: o estudo e a divulgação. Efectivamente, através do seu *Boletim* cujo primeiro número data do mês de Dezembro de 1931, alguns dos sócios e simpatizantes desta sociedade, nomeadamente José Gonçalves Macieira Santos, António Esquível, o incontornável Alexandre Lobato, Felisberto Ferreirinha (1897-1953), Manuel Simões Alberto (1890-1976)²³⁴⁰, Soares de Castro (1913-?)²³⁴¹, António Figueiredo Gomes e Sousa (1896-?) ou Júlio Gomes Ferreira (1903-?)²³⁴², entre outros, assinaram artigos que pelo seu conteúdo e circulação do *Boletim* terão certamente contribuído para a divulgação dos monumentos, relíquias históricas e património artístico de Moçambique, bem como, possivelmente, para o incremento da consciência patrimonial dos leitores. De resto, consideramos que a defesa e valorização do património histórico-cultural foi, sem dúvida, uma das grandes preocupações desta sociedade, como demonstra, por exemplo, a inclusão logo no número dois do *Boletim* do inventário feito dos “Monumentos Militares de Moçambique”²³⁴³ ou o surgimento em números seguintes de artigos dedicados à fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique, monumento que merecia “a atenção dos poderes públicos”²³⁴⁴; à pouco conhecida (e incompreendida) estatuária dos macondes²³⁴⁵; ou às ilhas Quirimbas nas quais, no âmbito de estudos de dendrologia, se considerou que as ruínas da igreja do Rosário “bem mereciam que fossem defendidas de modo a conservar-se de pé o que resta de paredes”²³⁴⁶. Refira-se que mais tarde este esforço de disseminação cultural do *Boletim* da Sociedade de Estudos da Colónia de

²³⁴⁰ Manuel Simões Alberto foi expedicionário em Moçambique durante a Grande Guerra Mundial. Ali dedicou-se à produção de estudos sobre história e antropologia, tendo acabado por integrar os quadros do Arquivo Histórico. Esteve ligado ao Instituto de Investigação Científica de Moçambique e ao respectivo museu, tendo regressado no ano de 1965 a Portugal. Cf. “Manuel Simões Alberto”, *Autores do Concelho de Oliveira do Barro*, s/d, disponível

em <http://www.museusaopedro.org/autores/manuelalberto.htm>, consultado a 7 de Janeiro de 2014.

²³⁴¹ Adelino Joaquim Pereira Soares de Castro dedicou-se, sobretudo, aos estudos etnográficos em Moçambique, tendo colaborado com o Museu Nacional de Etnografia de Nampula.

²³⁴² Emigrante no Brasil antes de ter rumado a Moçambique no ano de 1927 dedicou-se à arte da cerâmica. Depois de ter passado seis anos na missão de São Jerónimo abriu a sua própria fábrica de olaria em 1933, um negócio de grande sucesso. Por sua iniciativa foi inaugurada no ano de 1956 uma secção de Estudos Brasileiros na Sociedade de Estudos de Moçambique. Acerca deste artista e empreendedor *vide Livro de ouro do Mundo Português – Moçambique*, s.l., s.n., pp. 133-135, disponível em <http://macua.blogs.com/files/livroouromoc2.pdf>, consultado a 7 de Janeiro de 2014.

²³⁴³ *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, nº2, Março de 1932, pp. 63-64.

²³⁴⁴ *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, nº6, Dezembro de 1932, p. 42

²³⁴⁵ *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, nº63, Outubro e Dezembro de 1949, pp. 19-33.

²³⁴⁶ *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, nº122, Maio e Junho de 1960, p. 13.

Moçambique seria complementado e sobretudo ampliado, como veremos, por uma outra publicação periódica de maior distribuição: o *Moçambique – Documentário Trimestral*.

No ano de 1939, nas vésperas das comemorações centenárias da fundação e restauração da independência de Portugal e do respectivo incremento dado na metrópole ao restauro do património arquitectónico, o pe. Santana Sebastião da Cunha, dando à estampa o livro *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro*²³⁴⁷, legou o seu contributo para o fomento de uma consciência patrimonial em Moçambique. Esta obra tem, porém, de ser lida no contexto durante o qual foi produzida, denunciando uma estreita relação e convivência para com a política colonial portuguesa, ou não fosse dedicada ao general Carmona, o “primeiro chefe de Estado Português que visita a África Oriental”²³⁴⁸, e a D. Teodósio Clemente de Gouveia (1889-1962), prelado de Moçambique²³⁴⁹.

Nesta obra exclusivamente dedicada à Ilha de Moçambique, local imorredouro no pensamento colonial português enquanto ponto fundamental da histórica Carreira da Índia, a conservação e restauro de monumentos assumiu um papel preponderante. A obra tem início com palavras prévias de Viriato Lopes Ramos da Silva, antigo director do jornal *O Distrito* (1932-1938), e com a condenação aberta e áspera dos “ignorantes, verdadeiros vândalos”²³⁵⁰ que transformaram as “páginas de pedra”²³⁵¹, isto é, os monumentos e pedras sepulcrais, “em pedras de bater roupa ou as aproveitaram para alicerces de mais modernas construções”²³⁵², caso que já tinha sido constatado e condenado no final do século anterior por Joaquim José Lapa²³⁵³. Após a caracterização da Ilha, da apresentação de um preciso e extenso elenco de capitães, governadores ou prelados, de missões evangelizadoras, da história desenrolada desde a descoberta do território à perda de importância com a afirmação de Nampula no ano de 1935 como

²³⁴⁷ Santana Sebastião da Cunha, *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro*, Lisboa, s.n., 1939, 227 p.

²³⁴⁸ *Ibidem*, s/p.

²³⁴⁹ *Ibidem*.

²³⁵⁰ *Ibidem*, p. I.

²³⁵¹ *Ibidem*.

²³⁵² *Ibidem*.

²³⁵³ Joaquim José Lapa, *Páginas de Pedra – Folhas Dispersas*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1893, 130 p.

sede do governo provincial, o autor lançou-se na apresentação do seu “Museu sagrado de recordações”²³⁵⁴ cuja integridade era ameaçada pelo desenvolvimento do porto de Nacala e da extensão do caminho-de-ferro.

Os monumentos, cuja descrição abarcou características arquitectónicas, históricas e, também, referências a restauros, são apresentados como “páginas de pedra”²³⁵⁵, testemunhos da obra desenvolvida, preservada e continuada ao longo dos séculos de ocupação portuguesa. Nesta ocasião deparamo-nos com um entendimento lato dos edifícios dotados de importância histórica e, como tal, merecedores de atenção, conservação e valorização. Afinal, no âmbito do capítulo dedicado às “Igrejas e edifícios públicos ainda existentes”²³⁵⁶ na Ilha de Moçambique, o pe. Cunha apresentou, a par das indiscutíveis igrejas da Misericórdia e da Saúde, do primeiro e do segundo convento de São Domingos ou da fortaleza de São Sebastião, também a praia de Banhos, o monumento a Vasco da Gama ou os cabos submarinos ingleses e franceses²³⁵⁷. Deste modo, através de uma abordagem patrimonial lata, o autor procurou, na nossa opinião, demonstrar não só a riqueza histórico-cultural da Ilha de Moçambique mas, sobretudo, valorizar a obra colonial portuguesa iniciada no século XV e cujo final não estava ainda à vista.

A actividade da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas

No emblemático ano de 1940, após alguns sinais que comprovavam a existência de uma cada vez mais sólida consciência patrimonial em Moçambique, a ideia de recriar nesta colónia um serviço equivalente à DGEMN começou a tomar forma. Para este despertar terá contribuído, certamente, o estado avançado de ruína de muitos dos monumentos de Moçambique mas, muito concretamente, um plano que previa para aquele ano a abertura de uma rua em Lourenço Marques cuja concretização ditaria a destruição da entrada da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e da árvore na qual Dionísio

²³⁵⁴ Santana Sebastião da Cunha, *op. cit.*, p. 23.

²³⁵⁵ *Ibidem*, p. I.

²³⁵⁶ *Ibidem*, p. 93.

²³⁵⁷ *Ibidem*, pp. 158, 181 e 182.

António Ribeiro, governador do presídio, teria sido assassinado no ano de 1883 por revoltosos²³⁵⁸.

No dia 9 de Maio de 1940 o capitão Manuel Simões Vaz (1889-?), fundador do jornal diário *Notícias* de Lourenço Marques (1926)²³⁵⁹, enquanto vogal eleito pelo distrito de Gaza, expôs a situação relativa à abertura da referida rua ao Conselho do Governo, tendo alertado para a importância de conservar os monumentos que “ainda existem da ocupação destas terras pelos portugueses”²³⁶⁰.



Imagem 171 Entrada para a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

Posteriormente, demonstrando conhecer os modelos de protecção e valorização patrimonial praticados na metrópole, bem como o estado dos monumentos em Moçambique e a ausência de medidas capazes de contrariar esta tendência, Simões Vaz apresentou ao Conselho “a conveniência de ser nomeada uma comissão, ou um homem só, para cuidar da conservação dos nossos monumentos históricos”²³⁶¹. A proposta ventilada por Simões Vaz não foi totalmente bem recebida, tendo sido colocadas dúvidas por parte do procurador da República relativas ao mérito da referida entrada da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e da respectiva árvore. Na opinião deste a proposta de abertura de uma nova rua deveria ser aprovada tal e qual como tinha sido apresentada, encarregando-se, no entanto, “criatura idónea”²³⁶² de averiguar o valor histórico, arquitectónico ou arqueológico dos elementos em causa. Apesar desta contraproposta refutar, na prática, a necessidade de criar uma comissão exclusivamente dedicada a estas questões patrimoniais ao invés de solicitar pontualmente às Obras Públicas – serviço atormentado pela falta de pessoal – a sua intervenção, houve ainda espaço para os membros do Conselho discutirem sumariamente o estado dos

²³⁵⁸ *Boletim Geral das Colónias* nº 181, Julho de 1940, p. 102.

²³⁵⁹ Para uma bibliografia de Manuel Simões Vaz vide *Livro de ouro do Mundo Português – Moçambique*, s.l., s.n., pp. 69-71, disponível em <http://macua.blogs.com/files/livroouromoc2.pdf>, consultado a 6 de Janeiro de 2014.

²³⁶⁰ *Boletim Geral das Colónias* nº 181, Julho de 1940, p. 103.

²³⁶¹ *Ibidem*.

²³⁶² *Ibidem*.

monumentos da colónia, nomeadamente da fortaleza de Sena, do forte de Tete, e do padrão de Chaimite²³⁶³.

Não obstante as dúvidas levantadas em relação ao mérito do património em discussão naquela ocasião, à possibilidade de reverter em muitos dos casos o estado de ruína e à capacidade de intervenção dos Serviços de Obras Públicas, a proposta de Simões Vaz acabou por ser em grande parte bem recebida pelo governador-geral José Tristão de Bettencourt. De facto, nesta ocasião o governador-geral comprometeu-se com a promoção da reconstituição do forte do Chibuto mas, sobretudo, com o arranque – de acordo com as sempre argumentadas disponibilidades financeiras – da “restauração ou substituição de alguns dos monumentos históricos de Moçambique, trabalho em que está muito interessado”²³⁶⁴. Assim, depois de muitos anos de ausência de uma política patrimonial concertada, sistema este substituído por apelos individuais e intervenções pontuais, e da lamentável e, em muitos casos, irreversível, perda de vários monumentos e relíquias históricas, a necessidade de criar um organismo estatal exclusivamente dedicado a estas questões ganhou finalmente forma. Como explicação para a afirmação desta realidade no período em causa, podemos apontar a reunião de vários factores: a influência e impacte das obras desenvolvidas na época na metrópole; a perda irreparável de monumentos da província, casos das fortalezas de Sofala e Sena; ou a possibilidade de conduzir alguns recursos financeiros para esta questão.

A 16 de Fevereiro de 1943, três anos após o repto lançado pelo capitão Manuel Simões Vaz, teria início uma nova fase na história da salvaguarda patrimonial em Moçambique. Referimo-nos ao facto de naquele dia o Conselho do Governo de Moçambique ter aprovado por unanimidade a proposta apresentada pela Repartição Técnica de Estatística referente à criação de uma comissão de monumentos²³⁶⁵. Poucos dias depois, a 20 de Fevereiro, ocorreu a oficialização da proposta apresentada e aprovada, tendo sido publicado no *Boletim Oficial de Moçambique* o Diploma Legislativo nº825²³⁶⁶,

²³⁶³ *Ibidem*.

²³⁶⁴ *Ibidem*, p. 104.

²³⁶⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº215, Maio de 1943, p. 122.

²³⁶⁶ *Boletim Oficial de Moçambique* nº8, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, pp. 59-61.

documento criador da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, à qual caberia:

*investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da Colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico-histórico e promover a sua propaganda cultural e turística*²³⁶⁷.

Além disso, competiria à mesma comissão propor a aquisição de edifícios, sítios ou objectos, classificados ou não, que se encontrassem na posse de privados; organizar um tombo; instituir, dirigir e administrar, directa ou indirectamente, museus e colecções de arqueologia histórica e etnografia²³⁶⁸. Tendo em consideração as atribuições desta CMRHM, é natural que toda e qualquer escavação, exportação, reparação, destruição, modificação ou utilização do património em causa, fosse estritamente proibida sem o consentimento daquele organismo²³⁶⁹. Em síntese, “numa altura em que algum [património] já foi irremediavelmente perdido (fortalezas de S. Caetano de Sofala e de S. Marçal de Sena²³⁷⁰)”²³⁷¹ o governo pretendia travar o declínio e a destruição patrimonial, advogando, em troca, a sua conservação, recuperação e valorização. Repare-se que as competências desta comissão, embora como já notámos a sua criação tenha sido influenciada pelo modelo vigente na metrópole, ultrapassavam os limites das funções tanto da DGEMN como da Junta Nacional de Educação no referente a monumentos nacionais, notando-se uma tentativa de reunir num só organismo todas as habilitações referentes à salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico.

Quanto aos membros constituintes desta comissão que tendo em consideração as suas atribuições se pretendia obrigatoriamente multidisciplinar, estabeleceu-se que estes fossem os seguintes: o director dos Serviços de Obras Públicas, o chefe do Estado Maior, o chefe dos Serviços de Instrução Pública, o chefe dos Serviços de Estatística e o chefe do Arquivo Histórico. Além destes cinco membros o diploma legislativo previa a possibilidade de agregar outros tantos, sendo o secretariado desta comissão sedeadada na

²³⁶⁷ *Ibidem*, p. 60.

²³⁶⁸ *Ibidem*.

²³⁶⁹ *Ibidem*.

²³⁷⁰ É interessante notar que a CMRHM veio a adoptar a imagem do portal da fortaleza de São Marçal, à data o único vestígio daquela fortificação, como insígnia.

²³⁷¹ *Boletim Oficial de Moçambique* nº8, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, p. 59.

Repartição Técnica de Estatística da responsabilidade do Arquivo Histórico²³⁷². Relativamente aos presidentes, a falta de documentação impede-nos de elencar com certeza integral a sua totalidade. Ainda assim, sabemos que Mário José Ferreira Mendes, engenheiro que entre os anos de 1936-1938 e 1946-1949 liderou a direcção da Sociedade de Estudos de Moçambique, foi o primeiro presidente desta comissão. Já no ano de 1963 encontramos Manuel Honório de Matos Viegas a presidir à CMRHM. Por sua vez o engenheiro Avelino F. Machado Faria Gajo seria o presidente no ano de 1970.

Os fundos obrigatoriamente necessários para a concretização do incontornável programa de inventário, classificação, conservação, restauro e divulgação do património histórico-cultural de Moçambique, seriam subtraídos do orçamento geral da colónia e garantidos por subsídios concedidos pela metrópole, “serviços autónomos do Estado, corpos ou corporações administrativas; donativos; receitas provenientes da valorização turística dos monumentos e relíquias históricas.”²³⁷³ Independentemente disto, como veremos nos momentos seguintes, a carência de verbas, a par da falta de recursos humanos, pode ser identificada, desde já, como um dos grandes entraves à acção da CMRHM em prol do património arquitectónico desta província ultramarina.

De resto, os conceitos utilizados e a abrangência das responsabilidades desta comissão parecem-nos particularmente interessantes. Afinal, como a própria denominação indica, tanto os monumentos – sítios ou áreas de terreno; construções representativas de civilizações aborígenes; edifícios significativos da conquista e ocupação do território; objectos imóveis naturais ou de fabrico humano²³⁷⁴ – como as relíquias – petróglifos, pedras desenhadas ou pintadas, instrumentos de aborígenes; armas, insígnias, emblemas, peças de indumentária, mobiliário, ornamentação, de interesse antropológico, arqueológico, histórico ou etnográfico²³⁷⁵ – eram da responsabilidade desta comissão. Deste modo consideramos que neste momento, em Moçambique, assistimos ao sinal inequívoco da evolução do termo “monumento” e à aproximação da vulgarização da ideia de “património”²³⁷⁶. Afinal, tal como a *Carta de Veneza* viria a

²³⁷² *Ibidem*, p. 60.

²³⁷³ *Ibidem*.

²³⁷⁴ *Ibidem*.

²³⁷⁵ *Ibidem*.

²³⁷⁶ Acerca desta questão vide Françoise Choay, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2008, pp. 11-28.

defender no ano de 1964²³⁷⁷, em Moçambique a salvaguarda deveria abranger não só a igreja ou o forte erguidos pelos portugueses ao longo do seu processo de civilização mas, também, os sítios construídos ou naturais, e a herança construtiva aborígine, ou seja, todo e qualquer objecto móvel ou imóvel de importância histórica.

A este propósito refira-se o facto de esta comissão ter uma forte componente arqueológica e etnográfica, concentrando num só organismo, como já sublinhámos, a quase totalidade de responsabilidades para com o património histórico-cultural daquela colónia. De resto, estas ditas relíquias, caso do Poço de Vasco da Gama na Cabaceira Pequena, tinham beneficiado, tal como acontecia com os monumentos entendidos *stricto sensu*, de um progressivo interesse oficial como comprova, por exemplo, a Missão Etnográfica e Antropológica de Moçambique no ano de 1936, a primeira das múltiplas *Missões Antropológicas*²³⁷⁸.

Tendo compreendido que previamente a qualquer outra acção era absolutamente necessário inventariar e classificar o património a proteger, revitalizar e divulgar, a CMRHM elaborou e publicou logo a 3 de Abril de 1943 uma lista de vinte e oito monumentos e quatro relíquias históricas que a partir daquele momento ficariam classificados²³⁷⁹. Para a elaboração desta listagem, segundo o próprio presidente da comissão, o engenheiro Mário José Ferreira Mendes, Caetano Carvalho Montez (1900-1972) terá desempenhado um papel fundamental²³⁸⁰. Afinal, numa altura e num território escasso em técnicos especializados, Montez, um dos fundadores do Arquivo Histórico de Moçambique, tinha algum conhecimento do património histórico-cultural da colónia. Assim o testemunha o seu artigo de 1942 dedicado às “Fortificações de Moçambique”²³⁸¹. Note-se como as fortificações analisadas neste artigo pelo então encarregado do Arquivo Histórico, nomeadamente a praça de São Sebastião – que, aparentemente sem qualquer efeito prático, tinha sido desclassificada como praça de

²³⁷⁷ *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 69-71.

²³⁷⁸ Rita Poloni, “A Arqueologia e o encontro colonial: um passeio pelo mundo lusófono”, *ANAIS – I Semana de Arqueologia. Arqueologia e Poder*, Campinas, LAP/NEPAM, 2013, p. 3.

²³⁷⁹ *Boletim Oficial de Moçambique* nº14, I Série, “Decreto nº 5:093”, 3 de Abril de 1943, p. 104.

²³⁸⁰ *Boletim Geral das Colónias*, nº272, Fevereiro de 1948, p. 75.

²³⁸¹ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº 31, 1942, pp. 39-48.

guerra e classificada como monumento nacional no ano de 1924²³⁸² – o fortim de Santo António, o forte de São Lourenço, todas na Ilha de Moçambique, correspondem precisamente aos três monumentos que encabeçam a lista de património proclamado em 1943. Relativamente a esta mesma lista podemos ainda identificar o predomínio das fortificações²³⁸³ em detrimento das construções religiosas, apenas seis²³⁸⁴, de outras edificações²³⁸⁵ e de relíquias²³⁸⁶. Por outro lado repare-se numa óbvia preferência pela região norte da colónia, ou seja, por Nampula e Cabo Delgado, uma consequência natural da importância desta área no início da história da presença portuguesa em Moçambique. É igualmente interessante constatar que durante esta primeira fase, tal como em Angola, a classificação antecedeu a elaboração do inventário destes monumentos de interesse nacional.

Depois destas primeiras medidas, no ano de 1947 o governo da colónia sentiu a necessidade de promulgar legislação orientadora que esclarecesse e homogeneizasse o regime e critérios de classificação dos monumentos nacionais. Deste modo, na sequência da solicitação do governador-geral de Moçambique e, evidentemente, dentro da lógica centralizadora da política colonial portuguesa do *Estado Novo*, o ministro das Colónias Teófilo Duarte ordenou que alguns dos preceitos referentes à classificação de monumentos nacionais fixados pelo Decreto nº20:985 de 7 de Março de 1932²³⁸⁷ na metrópole fossem aplicados nesta colónia com as devidas adaptações²³⁸⁸. Sem querer

²³⁸² *Boletim Oficial de Moçambique* nº11, I Série, “Portaria nº665”, 15 de Março de 1924, p. 58.

²³⁸³ Praça de São Sebastião da Ilha de Moçambique, compreendendo as obras exteriores e a capela de Nossa Senhora do Baluarte, fortim de Santo António da Ilha de Moçambique, forte de São Lourenço no ilheu homónimo, restos da muralha e da fortificação de São José do Mossuril, forte da Muchelia, reduto da Matibane, reduto de Pemba, praça de São João Baptista do Ibo, reduto de Santo António do Ibo, fortim de São José do Ibo, forte de Milange, praça de São Tiago Maior de Tete, forte de São Luís I de Tete, forte princesa D. Amélia de Massangano, restos da aringa de Massangano, porta e restos da fortaleza de São Marçal de Sena, fortim rainha D. Amélia em Tambara, fortim do Chibuto, quartel fortificado na Quissanga e praça de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques.

²³⁸⁴ Igreja de Nossa Senhora dos Remédios na Cabaceira Grande, Mossuril, igreja da Misericórdia na Ilha de Moçambique, igreja de Nossa Senhora da Saúde na Ilha de Moçambique e igreja de São João Baptista na Ilha do Ibo.

²³⁸⁵ Palácio de São Paulo na Ilha de Moçambique, palácio da Cabaceira no Mossuril e instituto Leão XII no Mossuril.

²³⁸⁶ Pedra de armas reais depositada da Comissão Municipal de Moçambique, pedra tumular lavrada com inscrição da data de construção dos armazéns e quartéis depositada da Comissão Municipal de Moçambique, pedra da praça de São Tiago Maior de Tete depositada na Junta Local de Tete, pedra da praça de São Tiago Maior de Tete com inscrição da data de construção do baluarte depositada na Junta Local de Tete.

²³⁸⁷ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

²³⁸⁸ *Diário do Governo* nº291, I Série, “Portaria nº12:185”, 16 de Dezembro de 1947, p. 1314.

repetir o que foi dito no momento dedicado ao estudo da evolução deste regime jurídico no ultramar, recorde-se que a partir deste momento a classificação de “monumento nacional” seria atribuída pelo governador-geral depois de ouvida a CMRHM. O parecer desta comissão também seria necessário nos casos de alienação de terrenos e de edifícios do Estado, de corporações administrativas ou privados localizados a menos de 50 metros dos edifícios classificados, bem como quando houvesse intenção de proceder a alienações, expropriações, restauros ou reparações nestes monumentos. Concluindo, podemos entender esta medida como uma forma de esclarecer e reforçar as funções da CMRHM definidas pelo artigo 7º, Alínea b) do diploma legislativo de 1943, no referente à classificação dos monumentos e relíquias da colónia. Todavia, é interessante observarmos como o decreto emanado na metrópole e orientador desta explicação e fortalecimento é bastante mais redutor no que concerne à própria definição de monumento nacional, limitando-se a “imóveis”²³⁸⁹, enquanto o diploma criador da comissão de Moçambique, além de incluir o conceito de relíquia aplicava-se também a:

*Sítios ou áreas de terrenos, tais como localidades, campos, cavernas ou grutas que contenham objectos de interesse antropológico, arqueológico ou histórico, ou que tenham sido teatro de sucessos históricos.*²³⁹⁰

Ao longo dos anos e num ritmo refreado, consequência directa da falta de recursos humanos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de estudo e de inventariação, as classificações de monumentos nacionais e relíquias históricas continuaram a ocorrer. Para ilustrar a cadência e, não menos importante, o aumento do raio de acção da comissão, atente-se aos casos das classificações da igreja de São José de Boroma em Tete (1945), do forte de Macequece na Beira (1947), das telas da capela da missão de Nossa Senhora do Livramento em Quelimane (1948), do núcleo urbano da Ilha de Moçambique (1955), do forte de Muza em Malica e Sofala (1957), da igreja de São Pedro de Cláver do Miruro no Zumbo (1957), do forte do Zumbo e do forte de Cachomba em Tete (1957), das ruínas do presídio de Santa Carolina nas ilhas do Bazaruto (1959), das ruínas do Zimbabué de Muabeza em Inhambane (1959), do embondeiro de Livingston

²³⁸⁹ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, p. 433.

²³⁹⁰ *Boletim Oficial de Moçambique* nº8, I Série, “Diploma legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, p. 60.

em Chiramba (1960), do núcleo urbano do Ibo (1962), da antiga residência do Governo/“Casa Amarela” de Lourenço Marques (1964), de várias ruínas e pinturas rupestres, da igreja de Nossa Senhora da Conceição no Mossuril e da igreja de São Luís Gonzaga na ilha de Quirimba (1964), ou do local do antigo edifício sede do Instituto Goano e da sua pedra de fundação em Lourenço Marques (1964)²³⁹¹.

Concomitantemente o inventário dos monumentos da colónia foi sendo paulatinamente elaborado e complexificado, tendo como referência, certamente, as premissas da DGEMN. Assim, pelo menos no ano de 1945, no cadastro de cada um dos monumentos inventariados constariam campos destinados ao registo do número de inventário, à designação do monumento, à classificação – a qual comportaria a natureza, portaria, número do boletim e data – localização – tendo em consideração o distrito, concelho, circunscrição e posto administrativo –, acesso, propriedade, aplicação actual, observações várias, resenha histórica, estudo arquitectónico, estado de conservação, projecto das obras de restauro a desenvolver, medidas de conservação a tomar, bibliografia, desenhos e fotografias²³⁹². Porém, sabemos que aquando da segunda fase de vida desta comissão, portanto a partir do ano de 1963, os membros da comissão e, particularmente, o arquitecto Pedro Quirino da Fonseca, sentiram a necessidade de completar o levantamento previamente desenvolvido e de reorganizar e modernizar o serviço de inventário, tendo apostado, essencialmente, no cadastro fotográfico e na criação do respectivo arquivo geral²³⁹³.

Estando o inventário e os processos de classificação em franco desenvolvimento ao longo dos primeiros anos de actividade da CMRHM, numa segunda fase os seus membros procuraram “trazer até nós uma pessoa entendida nestes assuntos para

²³⁹¹ *Boletim Oficial de Moçambique* nº 13, I Série, “Portaria nº5:981”, 31 de Março de 1945, p. 125; nº50, I Série, “Portaria nº7:134”, 13 de Dezembro de 1947, p. 560; nº36, I Série, “Portaria nº7:484”, 6 de Setembro de 1948, pp. 487-488; nº26, I Série, “Portaria nº12:023”, “Portaria nº12:024”, “Portaria nº12:025”, 29 de Junho de 1957, p. 557; nº38, I Série, “Portaria nº13:346”, 19 de Setembro de 1959, p. 880; nº47, I Série, “Portaria nº13:518”, 21 de Novembro de 1959, p. 1157; nº10, I Série, “Portaria nº13:839”, 5 de Março de 1960, p. 236; nº41 – suplemento, I Série, “Portaria nº16 429”, 14 de Outubro de 1962, p. 1621; nº14 – suplemento, I Série, “Portaria nº17 685”, 8 de Abril de 1964, pp. 478-479; nº19, I Série, “Portaria nº17 786”, 9 de Maio de 1964, p. 607; nº19, I Série, “Portaria nº17 787”, 9 de Maio de 1964, p. 607.

²³⁹² ARPAC, CMRHM, pt. 15 [Província de Cabo Delgado], doc. s/n [Modelo de ficha de cadastro], s/d.

²³⁹³ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº3 1967, p. 77.

inspeccionar os monumentos classificados”²³⁹⁴. Neste sentido no mês de Fevereiro de 1944 a CMRHM solicitou ao ministro das Colónias Francisco Vieira Machado (1898-1972), através do governador-geral José Tristão de Bettencourt, que promovesse junto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações a autorização da ida a Moçambique de um “arquitecto ou engenheiro da Direcção dos Monumentos Nacionais”²³⁹⁵, sendo oferecidas as despesas de deslocação e subsídios de 100\$00 por cada dia de viagem e 10.000\$00 mensais. Quanto à natureza da missão cuja duração seria de três ou quatro meses e passaria pela Ilha de Moçambique, Mossuril, Cabaceira Grande, Ibo e, eventualmente, por Quelimane, Sena e Tete, a CMRHM pretendia ser instruída em relação a:

*materiais de construção a utilizar, processos especiais de emprego desses materiais, patinas, tratamento e reconstituição de inscrições e pormenores arquitectónicos que relevam de técnica especial.*²³⁹⁶

Assim, depois da aprovação do ministro das Colónias²³⁹⁷, o director do Serviço de Monumentos indicou o nome do arquitecto Joaquim Santiago Areal e Silva cuja actividade em Moçambique aprofundaremos mais tarde. Em suma, durante o período passado nesta província no ano de 1945 o técnico da DGEMN orientou algumas obras em andamento e projectou programas de restauro, pelo menos, para monumentos do Ibo, da Ilha de Moçambique e de Lourenço Marques.

No ano de 1959²³⁹⁸ assiste-se a uma alteração significativa no seio da CMRHM, datando deste momento a passagem da sua sede da Repartição Técnica de Estatística para a Repartição de Edifícios das Obras Públicas por “ser esta a entidade que tem a seu cargo, de forma geral, as obras de reparação e conservação dos monumentos”²³⁹⁹. Deste modo a situação da CMRHM seria idêntica à do organismo homólogo de Angola. De resto, nesta ocasião o vogal representante dos serviços de Estatística foi substituído pelo chefe

²³⁹⁴ Boletim Geral das Colónias nº272, 1948, p. 76.

²³⁹⁵ ADGEMN, Processo Pessoal de Joaquim Santiago Areal e Silva, doc. s/n, 8 de Fevereiro de 1944.

²³⁹⁶ Ibidem.

²³⁹⁷ Ibidem.

²³⁹⁸ Boletim Oficial de Moçambique nº31, I Série, “Diploma Legislativo nº1:878”, 1 de Agosto de 1959, pp. 773-774.

²³⁹⁹ Ibidem, p. 773.

da Repartição de Edifícios da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes²⁴⁰⁰ e o secretário do Arquivo Histórico por um funcionário daqueles serviços. Estabeleceu-se, ainda, que um dos cinco membros eventuais da comissão “deverá ser arquitecto dos Serviços de Obras Públicas e Transportes”²⁴⁰¹, sem menção à sua especialização no restauro de monumentos, e outro um representante da Sociedade de Estudos de Moçambique. Mais tarde, no ano de 1964, numa nova fase de actividade à qual corresponde a chegada de Pedro Quirino da Fonseca, ter-se-á decretado a transformação desta comissão num órgão consultivo cujo expediente e execução passariam para a Repartição de Edifícios das Obras Públicas²⁴⁰², precisamente como acontecera em Angola. Esta situação viria a ser confirmada nos anos 70, concretamente em 1972, momento em que o Decreto nº470/72 referente à reorganização dos Serviços de Obras Públicas e Transportes estabeleceu, como vimos, que esta comissão era um órgão de orientação e consulta em funcionamento junto daqueles serviços cujo quadro contaria com um arquitecto especialista em monumentos²⁴⁰³.

Relativamente à dinâmica inerente a cada intervenção podemos falar de processos consideravelmente complexos e atribulados, reflexos óbvios da grande extensão do território e da sua organização administrativa. Apesar do diploma legislativo criador da comissão em causa não esclarecer como funcionariam estes processos, através do estudo da documentação é possível compreendermos que numa fase inaugural, com ou sem indicação do arquitecto ou representante desta entidade patrimonial, a Administração do Concelho, órgão representativo do governo-geral próximo do monumento, poderia transmitir a necessidade de uma intervenção de conservação ou restauro à Direcção Provincial de Administração Civil. Por sua vez esta deveria comunicar a situação à CMRHM a quem competia solicitar ao governador provincial que este interviesse junto da Direcção Provincial de Obras Públicas no sentido do desenvolvimento dos estudos necessários à elaboração de uma estimativa dos custos envolvidos nas reparações necessárias. Posteriormente esta avaliação seria enviada à CMRHM que, de acordo com o orçamento disponível, concederia ou não as verbas

²⁴⁰⁰ *Ibidem.*

²⁴⁰¹ *Ibidem.*

²⁴⁰² *Diário do Governo* nº48, I Série, “Decreto nº45 575”, 26 de Fevereiro de 1964, p. 334.

²⁴⁰³ *Diário do Governo* nº273, I Série, “Decreto nº470/72”, 23 de Novembro de 1972, pp. 1718-1730.

necessárias. Finalmente, o programa de restauro seria elaborado segundo proposta apresentada pelo arquitecto da comissão e os trabalhos, executados por autóctones, seriam acompanhados por técnicos da Direcção Provincial de Obras Públicas.

Todavia, tal como demonstrámos aquando da análise do caso da Ribeira Grande de Santiago em Cabo Verde e do contributo das entidades particulares para a protecção e valorização destes monumentos, a salvaguarda do património arquitectónico de Moçambique não se deveu única e exclusivamente à actividade da CMRHM e da Direcção dos Serviços de Obras Públicas. Afinal, conforme avançámos anteriormente, no ano de 1963 o presidente do Conselho de Administração da FCG, José de Azeredo Perdigão, visitou a ilha do Ibo, tendo expressado o intento de compartilhar o restauro e adaptação de um edifício daquele local a centro de cultura²⁴⁰⁴. Na sequência desta demonstração de interesse Quirino da Fonseca apresentou o planeamento das obras de restauro previstas para o triénio de 1964 a 1966²⁴⁰⁵, tentando conseguir, desta forma, algum tipo de comparticipação. De resto, ao longo dos anos, como vimos anteriormente, a CMRHM dirigiu vários pedidos semelhantes à FCG, podendo referir os casos do restauro de um prato *Astern Pattern* das ruínas do palácio do Sultão de Mascate em Quionga, da criação de museus na Ilha de Moçambique, no Ibo, Porto Amélia e em Lourenço Marques, ou da oferta de uma biblioteca especializada²⁴⁰⁶. Na derradeira fase deste capítulo iremos aprofundar aquele que foi, relativamente a este tema, o mais interessante destes casos: o restauro e adaptação do hospital da igreja da Misericórdia da Ilha de Moçambique, campanha que graças à colaboração da FCG contou com o saber e prática de Maria Madalena Cagigal e Silva.

Entretanto é importante analisarmos o modo como a CMRHM procurou cumprir o dever determinado pela alínea g) do artigo 7º do diploma legislativo fundador deste serviço, ou seja, “Divulgar o conhecimento arqueológico-histórico dos monumentos e relíquias da Colónia e promover a sua valorização e propaganda turística”²⁴⁰⁷. Neste âmbito,

²⁴⁰⁴ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], 1 Numerador de notas 1963, doc. s/n, 1 de Agosto de 1963.

²⁴⁰⁵ *Ibidem*, Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 2 de Outubro de 1963.

²⁴⁰⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 3 de Setembro de 1963; FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n [Pedidos à Fundação Calouste Gulbenkian], Agosto de 1965.

²⁴⁰⁷ *Boletim Oficial de Moçambique* nº8, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, p. 60.

depois de uma fase inicial definida pela divulgação do trabalho efectuado ou a efectuar nos órgãos de comunicação generalistas – casos do *Notícias* ou do *Diário de Moçambique* – ou de propaganda oficial – casos do *Boletim Geral das Colónias/Boletim Geral do Ultramar* ou do *Moçambique – Documentário Trimestral* – a estratégia delineada e adoptada implicou a criação no ano de 1963 do boletim *Monumenta*. Este boletim oficial cuja publicação era anual, permite-nos acompanhar até ao ano de 1972 a orientação, preocupações e actividade da CMRHM, contando, nesse sentido, com artigos especializados e com o resumo da actividade deste serviço. Ainda assim, o aspecto mais relevante desta publicação será, sem dúvida, o facto do seu objectivo dominante passar não pela criação de um “órgão de alta investigação com documentação inteiramente inédita”²⁴⁰⁸, ou seja, um boletim especializado e pensado por e para uma elite, mas pela divulgação o mais abrangente possível do valor e fragilidade dos monumentos de Moçambique. Outro dos aspectos interessantes deste boletim de temática patrimonial reside na sua utilização como instrumento de sensibilização dos leitores relativamente à necessidade veemente da CMRHM desenvolver um inventário o mais completo possível do património histórico-artístico de Moçambique. Afinal, logo no início do número dois desta publicação lê-se a seguinte solicitação e esclarecimento:

A Comissão de redacção deste boletim agradecerá qualquer informação que lhe seja prestada sobre ruínas antigas, pinturas rupestres ou gravuras, cavernas, sepulturas, fornos de fundição de metais, restos arqueológico-submarinos, vestígios vários de antigas ocupações e existência de relíquias históricas, como canhões, armas, objectos sepulcrais, porcelanas, etc.

*Não se pretende fazer a expropriação destas relíquias, mas apenas inventaria-las e tanto quanto possível estudá-las.*²⁴⁰⁹

Relativamente à elevada multiplicidade e variedade de temas de interesse abordados neste boletim, refira-se que a análise realizada a esta excelente fonte de estudo

²⁴⁰⁸ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº1, 1965, p. 5.

²⁴⁰⁹ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº2, 1966, p. 7.

permitiu-nos identificar a predominância de abordagens referentes aos monumentos da Ilha de Moçambique, consequência da sua riqueza patrimonial e do plano de valorização desenvolvido a partir do ano de 1969. Porém, notamos igualmente uma tentativa de divulgação da diversidade patrimonial da colónia e da actividade desenvolvida pela comissão através da publicação de breves relatórios anuais. Neste boletim foram dados à estampa artigos tão diversos como “Pesquisas arqueológicas em águas de Moçambique”²⁴¹⁰ ou “Algumas descobertas de interesse Histórico-Arqueológico”²⁴¹¹ referindo-se às ermidas de São



Imagem 172 Capa do boletim *Monumenta* com um aspecto dos aquartelamentos da Fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique.

Paulo e São Gabriel, à capela do Espírito Santo, ao convento de São Domingos e à igreja da Misericórdia. Quanto aos autores, uma análise dos nomes presentes neste boletim revela o envolvimento das mais variadas e conceituadas instituições culturais e científicas da época, como atestam, por exemplo, as participações de Lereno Barradas (1890-1974)²⁴¹², colaborador do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, os já referidos Caetano Montez²⁴¹³ e Fernando Amaro Monteiro²⁴¹⁴, Maria Regina Pinto Fernandes²⁴¹⁵, directora do Arquivo Histórico de Moçambique ou Alfredo Pereira de Lima²⁴¹⁶, superintendente do Museu da Cidade de Lourenço Marques. A este propósito verificámos, também, a existência de relações com instituições estrangeiras, caso da colaboração de H.H.K. Bhila²⁴¹⁷ do departamento de História da University of Rhodesia.

²⁴¹⁰ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº1, 1965, pp. 53-54.

²⁴¹¹ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº8, 1972, pp. 55-72.

²⁴¹² *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº1, 1965, pp. 15-51; nº2, 1966, pp. 25-29; nº3, 1967, pp. 5-20; nº4, 1968, pp. 9-14; nº5, 1969, pp. 41-48; nº6, 1970, pp. 67-74; nº7, 1971, pp. 70-80; nº8, 1972, pp. 73-78; nº9, 1973, pp. 69-72.

²⁴¹³ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº1, 1965, pp. 9-14; nº2, 1966, pp. 9-13; nº3, 1967, pp. 23-40; nº4, 1968, pp. 29-44; nº5, 1969, pp. 7-22, 49-75; nº6, 1970, pp. 11-30, pp. 45-52, pp. 61-66; nº7, 1971, pp. 35-42; nº8, 1972, pp. 41-54

²⁴¹⁴ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº2, 1966, pp. 51-55.

²⁴¹⁵ *Ibidem*, pp. 31-50.

²⁴¹⁶ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº1, 1965, pp. 65-66.

²⁴¹⁷ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº8, 1972, pp. 79-84.

Para concluir a breve análise desta publicação, questão que será retomada no derradeiro capítulo deste estudo, não podemos deixar de estabelecer um paralelismo com o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (1935-1966). Apesar das diferenças óbvias, nomeadamente ao nível da periodicidade – sendo o boletim publicado na metrópole trimestral, algo que pode ser facilmente explicado pela abismal diferença de recursos disponíveis e número de intervenções realizadas – e da estrutura – sendo o órgão da DGEMN de carácter monográfico, enquanto cada número do periódico publicado em Lourenço Marques incluía artigos de temáticas distintas – a *praxis* e ideologia subjacentes são idênticas. Afinal, estamos perante dois boletins manifestamente propagandistas cuja função não era meramente desinteressada e exclusivamente dedicada ao enriquecimento cultural dos leitores mas, também, ideologicamente comprometida com a agenda do regime vigente, assumindo, como tal, o papel de instrumentos de divulgação e elogio da sua capacidade de concretização.

Esta CMRHM, à semelhança do que vimos no caso de Angola, parece ter sido consideravelmente autónoma da metrópole, verificando-se situações de clara desarticulação. No ano de 1948, ou seja, num momento em que a CMRHM já existia, Diogo de Macedo, à data director do Museu de Arte Contemporânea, por ocasião da anteriormente mencionada viagem realizada a Luanda e Lourenço Marques com o intuito de montar a *Exposição de*



Imagem 173 Baluarte da fortaleza de São Sebastião visto da costa norte da Ilha de Moçambique.

Arte Portuguesa Metropolitana, foi incumbido pelo ministro do Ultramar de examinar os monumentos nacionais daquelas colónias, anotando “a seu respeito quanto de maior interesse encontrasse e fosse digno de defesa, restauração e conservação.”²⁴¹⁸ Nesta ocasião, o escultor aconselhou uma particular atenção aos alicerces da fortaleza de São Sebastião e dos fortins de São Lourenço e Santo António pois estes eram constantemente fustigados pelas águas²⁴¹⁹. Por outro lado Macedo reconheceu o bom trabalho que vinha a ser desenvolvido no campo patrimonial pelas Obras Públicas e autoridades locais,

²⁴¹⁸ *Boletim Geral das Colónias* nº284, 1949, p. 58.

²⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 60.

particularmente na fortaleza de São Sebastião, ainda que não mencione, possivelmente por lapso, a CMRHM. Contudo, o aspecto mais interessante desta informação elaborada a pedido do ministro do Ultramar, prende-se com o facto de Diogo de Macedo, tendo em consideração o carácter admirável do conjunto patrimonial da Ilha de Moçambique, o seu significado histórico e, não menos importante, os atentados ali perpetrados pela falta de legislação, ter sugerido que, à semelhança do que propusera para a vila de Óbidos, a “Ilha seja classificada em bloco total como Monumento Nacional”²⁴²⁰. A este propósito recorde-se que os principais monumentos da Ilha foram classificados como monumentos nacionais no ano de 1943 mas que a classificação mais alargada viria a ocorrer apenas no ano de 1955, limitando-se ao núcleo urbano, isto é, à dita “cidade de pedra e cal” e não ao bairro macuti com as suas casas de indígenas, telhados de folhas de palmeira, precárias e, como tal, sem a dignidade eventualmente exigida pelo Governo. Quanto ao património religioso Diogo de Macedo visitou as igrejas e capelas da Ilha, a missão de Boroma e a capela da missão de Quelimane, onde encontrou no altar-mor um retábulo “de valor suficiente para deverem vir a restaurar à metrópole”²⁴²¹. Segundo o escultor, este retábulo bem como uma *porta preciosa* localizada numa das Cabaceiras deveriam ser classificados e, conseqüentemente, protegidos pelo Estado Português contra eventuais furtos ou destruições²⁴²².

A ida do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca no ano de 1962 para Moçambique funcionou como um inegável catalisador para a então mortífera CMRHM. De facto, durante aquele ano e ao longo dos seguintes²⁴²³, o arquitecto contratado para proceder a estudos na CMRHM²⁴²⁴ procurou reestruturar e agilizar aquele serviço, promovendo a (re)organização do tombo – que estaria quase concluído em Setembro de 1964 – a criação de uma biblioteca especializada, o contacto directo com as autoridades administrativas no âmbito de uma muito necessária campanha de sensibilização para as questões patrimoniais, a aquisição de relíquias para expor nos museus e a realização de prospecções submarinas nas águas da Ilha de Moçambique e de Nacala com o mesmo

²⁴²⁰ *Ibidem*.

²⁴²¹ *Ibidem*, p. 62.

²⁴²² *Ibidem*.

²⁴²³ Cf. Pedro Quirino da Fonseca, *Curriculum Vitae*, dactilografado, Maio de 1991; ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

²⁴²⁴ *Boletim Oficial de Moçambique* nº28, II Série, [Contrato], 14 de Julho de 1962, p. 1267.

intuito. Simultaneamente, promoveu a elaboração de um roteiro dos monumentos militares e religiosos tendo em vista a sua divulgação, promoção turística e, consequentemente, o cumprimento da legislação emanada no ano de 1943 mas, também, a permuta do boletim *Monumenta* com instituições nacionais e estrangeiras e, naturalmente, a dinamização do número e qualidade de obras de conservação e restauro. Devem-se também a Quirino da Fonseca a apresentação de propostas relativas à criação de museus, nomeadamente de arte sacra no conjunto da Misericórdia da Ilha de Moçambique, histórico-militar na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques e de conchas no Ibo e na primeira capital da colónia. De resto, a transferência das instalações da comissão para a sede da Direcção Provincial de Obras Públicas e Transportes permitiu a criação de espaços e serviços fundamentais ao desenvolvimento dos trabalhos, casos de uma secretaria e dos arquivos gerais de documentos, desenhos e fotografia. Quanto ao campo de acção, se os primeiros anos de actividade da comissão de monumentos conduzidos por Caetano Montez e Areal e Silva ficaram marcados pela predominância de intervenções no distrito de Cabo Delgado e, muito particularmente, no Ibo, aquando da segunda grande fase de acção liderada por Quirino da Fonseca os esforços foram concentrados, quase na totalidade, no distrito de Nampula, com particular destaque para a Ilha de Moçambique. Esta foi a forma encontrada para contornar o problema da falta de verbas e de pessoal.

A propósito da questão do pessoal e do trabalho desenvolvido na Ilha de Moçambique sublinhe-se o interesse manifestado por Pedro Quirino da Fonseca pelos processos construtivos tradicionais e pela formação dos trabalhadores locais. Afinal, logo em 1963, a propósito de um planeamento que incluía a intervenção na igreja da Misericórdia, o arquitecto Quirino da Fonseca referiu a hipótese de fazer daquelas obras “uma verdadeira escola de artífices, que em muito, a Província poderá vir a beneficiar.”²⁴²⁵ Esta intenção de formar os habitantes locais na arte de conservar e restaurar monumentos, tanto da sua parte arquitectónica como dos elementos de carpintaria ou ferragens é, na nossa opinião, um dos aspectos mais interessantes desta e de outras campanhas que tiveram lugar na província de Moçambique ao longo dos anos 60. Senão

²⁴²⁵ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações –Propostas 1963, doc. s/n, 2 de Outubro de 1963.

veja-se como durante o grande programa reconstrutivo que temos vindo a destacar chegaram a estar, segundo Quirino da Fonseca, mil e quatrocentos operários a trabalhar na Ilha de Moçambique em regime de administração directa²⁴²⁶.

Data também desta fase a ideia do governo provincial convidar anualmente um técnico da metrópole ligado à Arte para desempenhar uma missão de estudo em Moçambique. O primeiro convidado parece ter sido o escultor Leopoldo de Almeida que ao longo de cerca de quinze dias visitou diversos locais da província na companhia da sua esposa e do arquitecto Quirino da Fonseca com o intuito de auxiliar a CMRHM ao nível do “conhecimento e orientação de determinados problemas emergentes das condições prevaletentes”²⁴²⁷ dos monumentos e relíquias de Moçambique²⁴²⁸. Uma das questões que parece ter beneficiado da presença do mestre Leopoldo de Almeida foi a da frequente execução de réplicas de elementos em pedra encontrados nos monumentos da província²⁴²⁹. O caso do restauro da pedra de armas da fortaleza de São Sebastião, “trabalho que só pode ser executado por um escultor ou debaixo da sua orientação”²⁴³⁰, também terá sido exposto ao mestre da metrópole²⁴³¹.

Ainda assim é importante esclarecer que não obstante os esforços do arquitecto Quirino da Fonseca, a CMRHM tinha uma verba exígua – 800.000\$00 anuais – para um “património histórico de grande proporção”²⁴³², uma situação agravada pela falta de pessoal permanente. Na verdade, no ano de 1964 o único funcionário da comissão era Quirino da Fonseca²⁴³³. Por esta razão, como vimos, a CMRHM optava por centralizar as obras em monumentos num só distrito e por distribuir as verbas disponíveis “em função dos monumentos que mais urgentemente necessitam de reparação e considerando o seu valor monumental-histórico”²⁴³⁴, um critério que, como demonstrámos anteriormente, também foi utilizado por Luís Benavente em Cabo Verde. Na verdade,

²⁴²⁶ Pedro Quirino da Fonseca, *Curriculum Vitae*, dactilografado, Maio de 1991, p. 11.

²⁴²⁷ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 22 de Dezembro de 1963.

²⁴²⁸ *Ibidem*; *Ibidem* doc. s/n, 19 de Dezembro de 1963; ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], 1 Numerador de Notas 1963, doc. s/n, 6 de Dezembro de 1963.

²⁴²⁹ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 16 de Abril de 1963.

²⁴³⁰ *Ibidem*.

²⁴³¹ *Ibidem*.

²⁴³² ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

²⁴³³ *Ibidem*.

²⁴³⁴ *Ibidem*.

tendo em consideração todos os esforços aplicados pela CMRHM na salvaguarda do património de Moçambique, Quirino da Fonseca chegou a afirmar com alguma ironia que nesta província “não existem monumentos em estado de abandono, mas sim dificuldades económicas para atender a todas as necessidades.”²⁴³⁵ Como forma de mitigar as dificuldades da CMRHM, além do anteriormente referido apoio da FCG, o secretário provincial de Moçambique, Nuno Vaz Pinto, chegou a solicitar ao ministro do Ultramar que a Junta de Investigações do Ultramar concedesse “um apoio efectivo, em técnica e verbas”²⁴³⁶.

Apesar da comprovada incontornabilidade do contributo do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca para a (re)activação e orientação da CMRHM no início dos anos 60, também não podemos esquecer o papel desempenhado pelo governador-geral Manuel Sarmiento Rodrigues pois, conforme demonstrámos anteriormente, deve-se a este militar de formação e político, à data ministro do Ultramar, a classificação no ano de 1955 do núcleo urbano da Ilha de Moçambique como imóvel de interesse público²⁴³⁷. Este acontecimento é duplamente interessante. Primeiro porque comprova o facto do responsável pela homologação do documento ter compreendido que o valor “artístico, histórico e turístico”²⁴³⁸ da Ilha de Moçambique não se limitava aos monumentos *per se* – casos dos anteriormente classificados praça de São Sebastião, fortim de Santo António, igreja da Misericórdia, igreja de Nossa Senhora da Saúde e palácio de São Paulo – mas também ao conjunto urbano da ilha, estando presente um entendimento moderno do conceito de monumento. Segundo, porque não estamos perante uma classificação emanada pelo governo-geral de Moçambique como era norma, tratando-se de uma classificação atribuída pelo ministro do Ultramar, testemunho óbvio do conhecimento intrínseco da realidade ultramarina por parte daquele, para quem “A conservação e valorização da ilha de Moçambique, em especial sob os pontos de vista histórico e arqueológico, interessa não só à província de Moçambique como a todo o País.”²⁴³⁹

²⁴³⁵ *Ibidem*.

²⁴³⁶ *Ibidem*, doc. 22, 7 de Outubro de 1964.

²⁴³⁷ *Boletim Oficial de Moçambique* nº22, I Série, “Portaria nº15:366”, 28 de Maio de 1955, pp. 340-341.

²⁴³⁸ *Ibidem*, p. 341.

²⁴³⁹ *Ibidem*, p. 340.

Assim, seguindo o princípio colonial segundo o qual “A minha Pátria é a Nação Portuguesa e nessa ideia não distingo o Alentejo de Moçambique”²⁴⁴⁰, Sarmiento Rodrigues, à semelhança do que era feito na metrópole, proclamou que se procedesse à conservação e valorização do núcleo urbano da Ilha de Moçambique. Deste modo, através da Portaria nº15:366²⁴⁴¹ o ministro do Ultramar determinou a realização de um levantamento cadastral e fotográfico, a reintegração das construções alteradas nas suas características originais e a obrigatoriedade de pareceres favoráveis da CMRHM nos casos em que fossem necessárias obras. Nesta ocasião foi também fixado que a construção de novos edifícios, mesmo fora do núcleo classificado, teria que ter em consideração o ambiente histórico, e ser devidamente autorizada por aquela comissão.

Mais tarde, conforme mencionámos, enquanto governador-geral de Moçambique Sarmiento Rodrigues alertou o ministro do Ultramar²⁴⁴² para a importância de construir a ponte da Ilha de Moçambique²⁴⁴³, uma forma de moderar o declínio resultante da perda do estatuto de capital e da abertura do porto de Nacala. Assim, por volta do ano de 1963, Sarmiento Rodrigues procurou aniquilar a utopia associada àquela ideia cuja semente tinha sido lançada quase um século antes, no momento em que perante a necessidade de expandir e renovar a cidade o governador-geral António Augusto Correia de Lacerda (?-1868) ordenou que se estudasse a criação de uma ponte, tendo criado, com esse propósito, o Cofre do Imposto dos 3 e 1% sobre a importação e a exportação²⁴⁴⁴. Pouco convencido com o aspecto utópico da questão e com o fracasso de tentativas anteriores, Sarmiento Rodrigues, depois de ter ordenado à Direcção dos Serviços de Obras Públicas que estudasse o caso, pediu ao engenheiro Edgar Cardoso (1913-2000) que lhe desse a sua opinião. A este pedido do governador-geral, Cardoso respondeu com sondagens, projecto e caderno de encargos que apontava como custo total 20.000 contos²⁴⁴⁵, uma soma muito inferior a qualquer uma das anteriores.

²⁴⁴⁰ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº105, 1961, p. 89.

²⁴⁴¹ *Boletim Oficial de Moçambique* nº22, I Série, “Portaria nº15:366”, 28 de Maio de 1955, pp. 340-341.

²⁴⁴² ANTT, AOS, UL 42, cx. 840, pt. 1, fls. 4 a 15, 27 de Novembro de 1963.

²⁴⁴³ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, p. 8.

²⁴⁴⁴ *Ibidem*.

²⁴⁴⁵ *Ibidem*.

Finalmente, a 25 de Junho de 1967, “Venceu-se de repente a barreira da utopia”²⁴⁴⁶, inaugurando-se uma ponte tantas vezes sonhada.

Deste episódio interessa-nos destacar o facto de Sarmiento Rodrigues ter compreendido que a construção desta ponte poderia permitir a tão necessária valorização dos monumentos da ilha e, consequentemente, contribuir para a revitalização de todo o território. Afinal, no repto lançado ao ministro do Ultramar, o governador-geral, plenamente consciente do “lamentável espectáculo de ruínas”²⁴⁴⁷ do Ibo mas, também, das manifestas fragilidades dos monumentos da ilha de Angediva e de Velha Goa, apontou como uma das razões para o desenvolvimento deste projecto, o facto de este vir a:

*Permitir as visitas de evocação histórica ou simplesmente turísticas até agora fortemente condicionadas pelos difíceis, demorados e incertos transportes marítimos e praticamente limitados a visitantes oficiais. A valorização dos numerosos monumentos que a Ilha dispõe seria um facto, com a utilidade nacional consequente. Até agora tudo fica num canto quase inacessível e desconhecido.*²⁴⁴⁸

Curiosamente, não obstante a inegável validade do argumento de Sarmiento Rodrigues, refira-se que este foi alvo de alguma contestação, tendo-se apontado como razões contra a construção da ponte outras prioridades e um alegado “prejuízo histórico”²⁴⁴⁹. Este prejuízo, tendo em consideração a localização da ponte, portanto afastada de qualquer monumento histórico, as suas linhas sóbrias e o facto evidente de assim se possibilitar a revitalização da Ilha de Moçambique é, na nossa opinião, dificilmente descortinado. Numa resposta mordaz a estas críticas o governador-geral apontou como possibilidade o facto de os críticos desejarem, porventura, que num absoluto purismo histórico “a aproximação da Ilha se faça num pangaio, ou em condições semelhantes e evocativas de outros tempos”²⁴⁵⁰. Refira-se ainda o caso de um jornalista do *Novidade*, Emílio Marini, que comparou o caso da ponte da Ilha de Moçambique à destruição

²⁴⁴⁶ *Ibidem.*

²⁴⁴⁷ *Ibidem.*

²⁴⁴⁸ *Ibidem.*

²⁴⁴⁹ *Ibidem.*

²⁴⁵⁰ *Ibidem.*

patrimonial provocada pela construção da barragem do Assuão e do consequente aumento do caudal do Nilo²⁴⁵¹.

Contudo, conforme demonstrámos anteriormente, o governador-geral Baltazar Rebelo de Sousa também desempenhou um papel bastante interessante neste contexto de revitalização dos monumentos da Ilha de Moçambique. O início do interesse deste governador pelo património arquitectónico em causa remonta, como referimos, a um fim-de-semana em que Rebelo de Sousa leu um dos livros de Alexandre Lobato dedicados à ilha²⁴⁵². Fascinado com o tema desta leitura, aquando do regresso às suas funções em Lourenço Marques:

*a primeira coisa que fez foi informar-se de quem poderia tomar a seu cargo a enorme responsabilidade do restauro das inúmeras maravilhas cuja descrição acabara de ler. Indicaram-lhe o arquitecto Quirino da Fonseca e, depois de uma deslocação à Ilha, os planos foram estabelecidos e o sonho começou a tornar-se realidade.*²⁴⁵³

Efectivamente, no dia 21 de Fevereiro de 1969 Baltazar Rebelo de Sousa determinou a necessidade urgente de desenvolvimento de um programa de valorização da Ilha de Moçambique, então entendida como um “Verdadeiro relicário pátrio”²⁴⁵⁴ cujo valor residia não só nos seus monumentos de inegável beleza e significado mas, também, nas características únicas do local, isto é, na sua história, gentes e geografia. Assim, segundo aquele despacho, a intervenção de índole patrimonial deveria ser urgente e desenvolver-se por duas vias distintas determinadas pelas necessidades dos monumentos, provendo, deste modo, a sua conservação ou quando necessário a revogação das adulterações realizadas ao longo dos anos. Afinal interessava recuperar a

²⁴⁵¹ Trata-se de uma referência à campanha promovida pela UNESCO a pedido dos governos do Egipto e do Sudão para salvar os monumentos de Abu Simbel e Philae. Esta campanha teve início no ano de 1960, tendo terminado vinte anos mais tarde.

²⁴⁵² Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique (Monografia)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, 156 p., il.; *Idem, Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, s/p; *Idem, Ilha de Moçambique: Panorama Estético*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966, 126 p., il.

²⁴⁵³ “Vão prosseguir os trabalhos de restauro na Ilha de Moçambique”, s/d [1963/1964], artigo de jornal pertencente ao espólio particular do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca.

²⁴⁵⁴ *Boletim Geral do Ultramar* nº525, 1969, p. 156.

“traça verdadeira e nos lugares e estilos próprios”²⁴⁵⁵. Neste caso, como seria de esperar tendo em consideração os princípios orientadores das obras de restauro na metrópole nos quais os dirigentes e técnicos presentes na ilha foram instruídos, o conceito de verdadeiro – relativamente ao estilo ou à época – estava estreitamente associado à apresentação daquele núcleo enquanto primeira capital da colónia, razão pela qual se procurou anular as transformações verificadas a partir do final dos séculos XVII e XVIII e recuar até à “época em que a Ilha de Moçambique atingiu o maior esplendor”²⁴⁵⁶.

Por outro lado, a medida do governador-geral Rebelo de Sousa revela-se particularmente interessante pela atenção concedida ao equilíbrio entre o passado (o tal eleito e não total) e o presente, algo que observámos igualmente aquando da análise do programa desenvolvido pelo arquitecto Luís Benavente para a Ribeira Grande de Santiago, também ela uma cidade que devido ao progresso perdeu o seu estatuto de capital. Efectivamente, nesta ocasião o governador-geral compreendeu que qualquer plano de valorização e revitalização da Ilha teria que implicar o “equilíbrio da obra de arte e testemunho sociológico”²⁴⁵⁷, significando que o resultado final não deveria ser uma cidade-museu mortíça, mas um espaço vivo e vivido não só pelos seus habitantes mas, também, por turistas, prevendo-se, para isso, a resolução de problemas relativos ao abastecimento de água, fornecimento de electricidade e ao desenvolvimento da rede rodoviária. Afinal, conforme cantou Alexandre Lobato:

*A Ilha toda é por isso um museu – museu do homem local (raças, cores, ideias, sentimentos e vidas), museu da natureza local (a ilha, a luz, o mar e as distâncias), museu da arte local (a sedução conjuntural do habitat pelas transplantações arquitecturais elaboradas).*²⁴⁵⁸

Poucos meses depois desta manifestação de interesse de Baltazar Rebelo de Sousa foram inaugurados, a 23 de Novembro de 1969, o Museu de Arte Sacra nas instalações do antigo Hospital da Misericórdia, as obras de reintegração e restauro do palácio de São Paulo, da capela homónima, da fortaleza de São Sebastião, do forte de Santo

²⁴⁵⁵ *Ibidem.*

²⁴⁵⁶ *Diário de Lourenço Marques*, 15 de Março de 1969, p. 3.

²⁴⁵⁷ *Ibidem.*

²⁴⁵⁸ Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique: Panorama Estético*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966, s/p.

António, da Casa da Câmara, da mesquita de Gulamo no Lumbo e de outros edifícios no Mossuril e nas Cabaceiras Grande e Pequena mas, também, a estátua a Luís de Camões e o monumento comemorativo da descoberta do fenómeno do desvio da agulha de marear por D. João de Castro no porto da Ilha em 1538²⁴⁵⁹. Retomando o assunto tratado no primeiro capítulo deste estudo, neste momento interessa-nos esclarecer que as intervenções realizadas neste contexto foram, de facto, influenciadas pelas comemorações do *IV Centenário da Estada de Luís Camões na Ilha de Moçambique* (1569-1969) e do *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama* (1469-1969). Desta participação bem pensada dos monumentos históricos desta região nestas comemorações, o caso da mesquita de Gulamo parece-nos particularmente interessante pois, segundo crónicas da época, foi a “cerimónia mais vincada, mais entusiástica, mais quente de participação humana”²⁴⁶⁰. Apesar de não conseguirmos reconstituir as obras realizadas sabemos que estas foram ordenadas por Baltazar Rebelo de Sousa²⁴⁶¹ e concretizadas por Pedro Quirino da Fonseca, apresentando-se, deste modo, como um testemunho evidente do espírito reformista do governador-geral que ao longo do seu mandato, orientado pelo anteriormente referido antigo bolseiro da FCG Fernando Amaro Monteiro²⁴⁶², foi ensaiando uma política de aproximação e integração da comunidade muçulmana como forma de garantir a sua adesão à causa portuguesa²⁴⁶³.



Imagem 174 Cerimónia de abertura da mesquita de Gulamo ao culto após as obras de restauro de 1969. *Notícias: diário da manhã*, 25 de Novembro de 1969.

²⁴⁵⁹ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, s/p.

²⁴⁶⁰ *Notícias: diário da manhã*, 25 de Novembro de 1969, p. 4.

²⁴⁶¹ *Notícias: diário da manhã*, 24 de Novembro de 1969, p. 1.

²⁴⁶² Depois de ter beneficiado de uma bolsa da referida Fundação, Amaro Monteiro, o mais conhecido islamólogo português, ingressou entre 1965 e 1970 nos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM).

²⁴⁶³ Acerca da acção de Amaro Monteiro junto de Baltazar Rebelo de Sousa ou do também governador-geral Pimentel dos Santos e, sobretudo, da política adoptada para com o Islão em Moçambique vide Fernando Amaro Monteiro, Abdool Magid A.Karim Vakil, Mário Machaqueiro, *Moçambique: Memória Falada do Islão e da Guerra*, Coimbra, Almedina, 2011, 347 p., il.

A tónica colocada no turismo neste período é igualmente digna de nota. Como já referimos, os anos 60 ficaram marcados pelo desenvolvimento do turismo nos territórios ultramarinos, podendo apresentar como prova desta valorização, no caso de Moçambique, a criação de um Fundo de Turismo “destinado a promover e a assegurar o fomento, desenvolvimento e coordenação das iniciativas e actividades que respeitem ou interessem ao turismo”²⁴⁶⁴. Se por um lado as receitas dos monumentos musealizados ou não, não constituíam receitas deste fundo, por outro é extremamente interessante notar a forma como aqueles foram entendidos como pontos de interesse turístico. Para corroborar esta afirmação, refira-se que no ano seguinte, portanto em 1967, a Portaria nº20 288²⁴⁶⁵ criou dezoito zonas de turismo em Moçambique, justificando a inclusão da província de Tete pelo “seu interesse histórico”²⁴⁶⁶, e da Ilha de Moçambique “pelo valor histórico e monumentalista”²⁴⁶⁷. Sabemos, também, que no ano de 1964 uma das preocupações do arquitecto Quirino da Fonseca era a recolha de elementos destinados à elaboração de um roteiro dos monumentos de Moçambique “com fins de propaganda turística”²⁴⁶⁸. Igualmente interessante é o facto de no ano de 1966, aquando do restauro do antigo hospital da Misericórdia e da sua adaptação a museu de arte sacra na Ilha de Moçambique, caso a tratar mais tarde, Maria Madalena Cagigal e Silva ter sublinhado a importância da ponte e de outros possíveis meios de comunicação como formas de estimular o potencial turístico de todo o conjunto, tendo proposto, por exemplo, a organização de excursões²⁴⁶⁹.

Para concluir interessa-nos esclarecer que, segundo conseguimos apurar, o estabelecimento de contactos mais frequentes entre a CMRHM e a DSUH do Ministério do Ultramar coincidiu com a chegada do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca a Moçambique. Efectivamente, até ao Verão de 1964 Luís Benavente ainda não tinha recebido de Moçambique qualquer resposta ao envio das suas normas de inventário e de classificação (1960), desconhecendo “se na Província foram realizados quaisquer

²⁴⁶⁴ *Boletim Oficial de Moçambique* nº49, I Série, “Diploma Legislativo 2732”, 3 de Dezembro de 1966, pp. 1767-1773.

²⁴⁶⁵ *Boletim Oficial de Moçambique* nº15, I Série, “Portaria 20 288”, 20 de Abril de 1967, pp. 579-581.

²⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 580.

²⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 581.

²⁴⁶⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 724, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

²⁴⁶⁹ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, p. 15.

trabalhos em monumentos e em que circunstâncias.”²⁴⁷⁰ Por seu lado, Pedro Quirino da Fonseca só tomou conhecimento das normas elaboradas e enviadas no ano de 1960 por Luís Benavente para a classificação dos monumentos da província em 1964, razão pela qual até àquele momento seguiu as orientações da DGEMN ao nível da elaboração do cadastro do património da província²⁴⁷¹. Notamos, portanto, que a aplicação do Decreto nº41 787 nesta província, tal como em Angola, também estava longe de ser bem-sucedida, faltando, sobretudo, articulação entre os objectivos e actividades da CMRHM e da DSUH do Ministério do Ultramar. Porém, consideramos relevante o facto da tomada de consciência da CMRHM relativa à necessidade de contratar o arquitecto ter sido suscitada precisamente pelo envio das normas do Ministério do Ultramar para a elaboração do cadastro dos monumentos portugueses do além-mar²⁴⁷². Note-se ainda que no Verão de 1961, tal como tinha sido solicitado anteriormente, a CMRHM enviou para o Ministério do Ultramar a relação dos monumentos e relíquias históricas classificados desta província²⁴⁷³.

5.4 As intervenções em monumentos nacionais²⁴⁷⁴

²⁴⁷⁰ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 724, doc. 20, 5 de Agosto de 1964.

²⁴⁷¹ *Ibidem*, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

²⁴⁷² *Ibidem*, doc. 5, 28 de Setembro de 1960.

²⁴⁷³ *Ibidem*, doc. 9, 6 de Junho de 1961.

²⁴⁷⁴ Além destas intervenções documentalmente ou materialmente comprovadas, refira-se que entre os anos de 1963 e 1964 foi estudado o restauro e adaptação de um palácio da vila do Ibo a Centro Cultural. Na mesma tentativa de utilizar os monumentos de uma forma útil, Quirino da Fonseca defendeu no ano de 1963 que uma das construções classificadas do Ibo recebesse um Museu das Conchas. Na mesma época este arquitecto projectou a construção de uma pousada no Ibo, tendo recebido o aval do Centro de Informação e Turismo. Em 1970 foram autorizadas reparações na muralha do Ibo, datando do mesmo ano a intenção da CMRHM realizar uma série de restauros no núcleo urbano do mesmo local. Já na Ilha de Moçambique, no ano de 1963, foi feito um pedido de elaboração de orçamento para as obras do Clube Sporting de Moçambique que, conforme é possível observar actualmente, não parecem ter sido concretizadas. No mesmo ano planeou-se para 1964 e 1965 uma intervenção no forte da Muchelia cuja concretização pensamos não ter acontecido. Segundo Pedro Quirino da Fonseca a capela de São Francisco Xavier também terá sido restaurada, estando o arquitecto a referir-se, provavelmente, a pequenos reparos e à caiação geral. Aquando da sua primeira visita à Ilha, Quirino da Fonseca não considerou urgente intervir no fortim de São Lourenço porque este se encontrava bem conservado. No entanto, como tantos outros monumentos, foi incluído no plano de obras a realizar no ano de 1964. No Mossuril, a igreja da Conceição parece ter sido restaurada pelo menos em duas ocasiões já no século XX mas antes de qualquer intervenção da CMRHM. Estes restauros terão sido promovidos nos anos de 1947 e c. 1960 pelos missionários colombianos e pelo bispado, respectivamente. Já no ano de 1963 o arquitecto Quirino da Fonseca reconheceu que estas intervenções retiraram parte do valor do templo mas parece-nos que este não terá voltado a ser intervencionado. Além destes, ainda que não em pormenor, sabemos que os seguintes monumentos e relíquias foram restaurados: poço de Vasco da Gama, mesquita de Gulamo, forte de Maceque, forte de Muza, forte de Massangano, cemitério de Sancul, todos no ano de 1969; forte de D. Amélia em Tambara, igreja de São Luís de Gonzaga em Quirimba, igreja de Nossa Senhora do Livramento em Quelimane, igreja de Nossa Senhora em Quirimba, fortaleza do Ibo, no ano de 1970; forte de Milange

Fortaleza de São João Baptista, Ibo: No Verão de 1943, por altura de uma visita oficial de Caetano Montez, a CMRHM começou a pensar na concretização de um conjunto de obras a realizar nesta fortificação²⁴⁷⁵. No entanto o programa só avançou – e mesmo então intermitentemente – após a chegada de Joaquim Santiago Areal e Silva. No ano de 1945, momento em que este arquitecto contactou com a fortificação de finais do século XVIII, o seu estado de conservação “não poderá dizer-se bom”²⁴⁷⁶. Neste que foi um dos primeiros trabalhos assumidos pela comissão, Areal e Silva procurou encontrar uma solução de compromisso entre aquela que seria segundo um relatório do governador de Cabo Delgado, João Lobo Teixeira de Barros, a planta da praça no ano de 1863, e o traçado proposto num projecto de readaptação elaborado em 1878²⁴⁷⁷. Além destas alterações oitocentistas, conforme dá conta um telegrama do ano de 1934²⁴⁷⁸, por volta dessa altura a mesma praça teria sofrido alterações com o objectivo de alojar deportados políticos. Assim, Areal e Silva procurou concretizar um assumido regresso ao programa de 1863 com a manutenção de algumas instalações posteriores. Deste modo o arquitecto advogou a restituição de todas as paredes à altura do adarve, anulando as elevações realizadas nas casernas aquando da anterior intervenção, a substituição das telhas colocadas em 1934 pelos antigos terraços e, caso se previsse a ocupação da fortaleza, a realização em madeira de portas e janelas, das quais deveriam ser suprimidos todos os gradeamentos e persianas²⁴⁷⁹. Em termos de obras ditas de menor vulto, tal como era característico na acção dos técnicos da DGEMN, Areal e Silva propôs a raspagem da cal das muralhas, deixando à vista a alvenaria mas, também, a colocação de argamassa onde necessário, a reparação de um plinto destinado a um mastro com a

e igreja de Boroma em Tete, forte de Massangano na Beira e reduto de Matibane no Mossuril, no ano de 1971. Neste ano foram realizados trabalhos de conservação no hospital da Ilha de Moçambique, sabendo que nesta ocasião, à semelhança dos muros da vedação, a balastrada das diversas escadarias e varandas foi totalmente reconstruída. Simultaneamente ter-se-ão composto os rebocos interiores e exteriores, reparado a caixilharia, reconstruído os sanitários e pintado os portões e gradeamentos de ferro. O portal da fortaleza de São Marçal também foi tema de preocupação da CMRHM, sabendo que a sua deslocação para o museu histórico-militar instalado na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Luanda chegou a ser ponderada.

²⁴⁷⁵ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P12-I, doc. s/n, 19 de Novembro de 1943.

²⁴⁷⁶ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P5, doc. s/n [Estudo da Praça de São João Baptista], Julho de 1945.

²⁴⁷⁷ *Ibidem*.

²⁴⁷⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 9 de Março de 1934.

²⁴⁷⁹ *Ibidem*, doc. s/n [Estudo da Praça de São João Baptista], Julho de 1945.

bandeira nacional, e o tapamento de dois buracos/retores²⁴⁸⁰. Relativamente à inscrição da porta de armas, segundo o mesmo arquitecto, esta deveria ser raspada da cal, tratada e, na ausência da totalidade do texto, “presumivelmente corrigida”²⁴⁸¹, tendo acabado por ser enviada para Lourenço Marques. Finalmente, Areal e Silva defendeu a conservação da mangueira existente na praça²⁴⁸². Dando conta da importância dos trabalhos de conservação posteriores, Areal e Silva alertou, ainda, para a fragilidade do material de construção desta praça, motivo pelo qual “tem de merecer constante vigilância”²⁴⁸³. Contudo, provavelmente devido à falta de verbas, o programa deste arquitecto não terá sido totalmente concretizado. Na verdade, tanto a ruína como a necessidade de recuperação desta fortificação arrastaram-se ao longo dos anos, datando de 1949 a substituição das coberturas²⁴⁸⁴ e das carpintarias “feitas à maneira da época”²⁴⁸⁵ sob orientação do arquitecto Fernando Queiroz de Mesquita dos Serviços de Obras Públicas. Ainda assim em 1955, ano no qual estavam disponíveis verbas para obras na fortaleza²⁴⁸⁶, paredes, terraços e fundações continuavam em risco de ceder, considerando-se que uma mera “reparação, na quasi totalidade dos casos, é impossível”²⁴⁸⁷. Perante a gravidade da situação foram cedidos, respectivamente nos anos de 1961 e 1962, 25.000\$00 e 5.268\$00 para a conclusão destas obras de restauro²⁴⁸⁸. Já sob a orientação do arquitecto Quirino da Fonseca, no ano de 1963, foram realizadas réplicas de algumas pedras com inscrições cujos originais tinham sido anteriormente enviados para o Museu Histórico-Militar de Lourenço Marques. No mesmo ano, por ocasião das celebrações do duplo centenário da fundação da vila do Ibo (1964), foram propostos trabalhos de conservação e pequenos restauros²⁴⁸⁹, sabendo que foram realizadas algumas reparações²⁴⁹⁰. Para concluir consideramos que a demora das obras neste monumento não é o único elemento indicativo das dificuldades sentidas pela CMRHM, tendo apurado, por exemplo, que no ano de 1965 este organismo

²⁴⁸⁰ *Ibidem.*

²⁴⁸¹ *Ibidem.*

²⁴⁸² *Ibidem.*

²⁴⁸³ *Ibidem.*

²⁴⁸⁴ *Ibidem*, doc. s/n [Resenha Histórica], s/d.

²⁴⁸⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 26 de Agosto de 1955.

²⁴⁸⁶ *Ibidem.*

²⁴⁸⁷ *Ibidem.*

²⁴⁸⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 18 de Setembro de 1961; *Ibidem*, doc. s/n, 21 de Março de 1962.

²⁴⁸⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 23 de Abril de 1963.

²⁴⁹⁰ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

percebeu que tinham sido realizadas obras de adaptação sem que tivesse sido consultado²⁴⁹¹.

Fortim de São José, Ibo: Tal como as restantes fortificações do Ibo, também esta terá sido visitada por Caetano Montez, tendo ficado a aguardar desde o ano de 1943 o desenvolvimento do programa de restauro prometido²⁴⁹². Em Julho de 1944 a secção de Obras Públicas de Porto Amélia acabou por concluir que dado o deplorável estado de conservação da fortificação “as reparações a fazer (...) devem constar da demolição e reconstrução total”²⁴⁹³, o que não chegou a acontecer. Pelo contrário, e mesmo depois da ala esquerda ter ruído e da ala direita ter sido demolida²⁴⁹⁴, as obras de restauro programadas pelo arquitecto Areal e Silva tiveram início no dia 12 de Dezembro de 1945²⁴⁹⁵. Ao longo de cerca de quatro meses os rebocos exteriores foram picados deixando à vista as alvenarias, as juntas foram preenchidas com argamassa de cimento, cal e areia, as edificações que não existiriam na traça entendida como sendo a primitiva foram demolidas, as paredes foram rebocadas e caiadas, e a madeira da caixilharia foi tratada. Relativamente a estes trabalhos sabemos, graças aos relatórios do encarregado da obra, que estes foram executados por indígenas:

*apostados em fazer-me perder a paciência. Todos juntos, confiando na tolerância administrativa, estão intoleráveis. (...) andam procurando por todos os meios, provocar, não cumprindo as minhas determinações ou fazendo-o de forma irritante e sempre com um sorrisinho provocador, para não dizer cínico.*²⁴⁹⁶

O fortim foi novamente reparado no ano de 1963 pela CMRHM²⁴⁹⁷, mas desconhecemos os contornos destes trabalhos.

Reduto de Santo António, Ibo: No ano de 1942 foram realizadas reparações que, conforme a exiguidade das verbas indicia, não tiveram grande expressividade²⁴⁹⁸. Afinal

²⁴⁹¹ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P5, doc. s/n, 5 de Janeiro de 1965.

²⁴⁹² ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P12-I, doc. s/n, 19 de Novembro de 1943.

²⁴⁹³ *Ibidem*, pt. 14 – Cabo Delgado, P4 II, doc. s/n, 27 de Junho de 1944.

²⁴⁹⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 27 de Dezembro de 1945.

²⁴⁹⁵ *Ibidem*.

²⁴⁹⁶ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P4 III, doc. s/n, 17 de Abril de 1946.

²⁴⁹⁷ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

no ano de 1946, na sequência da visita do arquitecto Areal e Silva ao Ibo, a Direcção Provincial de Obras Públicas solicitou, devido à necessidade de reparações gerais, a intervenção da CMRHM²⁴⁹⁹. No entanto, apesar de no ano de 1947 aquela Direcção Provincial de Obras Públicas ter traçado um plano que incluía vários trabalhos de pedreiro, carpinteiro e caiador, estes parecem não ter sido concretizadas até 1952. Neste ano surgiu a “necessidade urgente”²⁵⁰⁰ de proceder a obras no valor de 80.000\$00 que voltariam a incidir nos terraços, adarve, tectos e portas²⁵⁰¹. Segundo nos parece esta campanha não foi totalmente concluída pois dez anos mais tarde surgiu novamente a necessidade de intervir neste monumento histórico, momento em que se privilegiaram reparações no tecto da casa da entrada²⁵⁰² e outros trabalhos de conservação no valor de 5.000\$00²⁵⁰³. Já no ano de 1962, nas vésperas da comemoração centenária da fundação da vila, o fortim estaria a necessitar de uma nova intervenção, tendo sido projectada e autorizada a substituição das lajes, rebocos, pavimentos, caixilharias, ferragens e vigas de madeira por outras de betão armado, bem como a renovação das caiações²⁵⁰⁴. No ano de 1963 foram realizadas algumas reparações²⁵⁰⁵.

Igreja de São João Baptista, Ibo: Depois do hiato verificado entre a viagem de Caetano Montez como delegado da CMRHM e a visita do arquitecto Areal e Silva, esta igreja voltou a ser vistoriada no ano de 1955²⁵⁰⁶. Nesta ocasião, com uma verba autorizada no valor de 50.000\$00, a CMRHM identificou a necessidade de reparar o pavimento, rebocos, caiações, a torre sineira e de substituir as telhas partidas e caixilharias²⁵⁰⁷. As intervenções mais substanciais dar-se-iam ao nível do tecto cuja demolição se propunha por ser “construção antiga denominada laca-laca”²⁵⁰⁸. A mesma solução foi defendida para parte do telhado junto às paredes-mestras, justificando-se esta modificação pelo

²⁴⁹⁸ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P3 III, doc. s/n, 18 de Novembro de 1947.

²⁴⁹⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 23 de Janeiro de 1952.

²⁵⁰¹ *Ibidem*.

²⁵⁰² *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Maio de 1962.

²⁵⁰³ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de ofícios 1963, doc. s/n, 4 de Maio de 1963.

²⁵⁰⁴ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P3 III, doc. s/n, 20 de Julho de 1962.

²⁵⁰⁵ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

²⁵⁰⁶ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P5, doc. s/n, 11 de Maio de 1955.

²⁵⁰⁷ *Ibidem*.

²⁵⁰⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 26 de Agosto de 1955.

facto do estado actual permitir a entrada da água das chuvas²⁵⁰⁹. Todavia, não sabemos se estes trabalhos foram efectivamente realizados, datando do ano de 1963 nova necessidade de intervir neste templo²⁵¹⁰ e a realização de algumas reparações²⁵¹¹. Nesta ocasião, tendo em consideração a importância dada ao duplo centenário da fundação da vila do Ibo, é provável que tenham sido executados novos trabalhos pelo menos ao nível da cobertura, dos rebocos e da caiação das paredes exteriores.

Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique: Nos anos 30 os Serviços de Obras Públicas realizaram algumas reparações nesta fortificação, campanha que estaria concluída no ano de 1937²⁵¹². Data deste período, aproximadamente do ano de 1932, a instalação do Depósito dos Sentenciados no local do baluarte de Nossa Senhora, à data vago devido à sua destruição, e a reconstrução de parte da muralha, trabalho que ficou por concluir²⁵¹³. Em 1942 a cantaria da porta de armas da fortaleza foi lavada, operação que permitiu uma melhor leitura da inscrição da lápide comemorativa de uma modificação introduzida no início do século XVIII²⁵¹⁴. O início dos trabalhos de restauro promovidos pela CMRHM nesta portentosa fortaleza, à data estabelecimento prisional destinado a degredados²⁵¹⁵, ocorreu no ano de 1943.



Imagem 175 A antiga porta de armas descoberta pela CMRHM no ano de 1945. *Monumenta*, nº3, 1967.

²⁵⁰⁹ *Ibidem*.

²⁵¹⁰ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de ofícios 1963, doc. s/n, 4 de Maio de 1963.

²⁵¹¹ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

²⁵¹² Repartição Técnica de Estatística, *A obra administrativa do Estado Novo em Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1940, p. 80.

²⁵¹³ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº42, 1945, p. 59.

²⁵¹⁴ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº3, 1967, p. 12.

²⁵¹⁵ A Fortaleza de São Sebastião só deixou de ser “Depósito de Sentenciados de Moçambique” no ano de 1952, altura em que este passou a designar-se como “Penitenciária de Moçambique” e foi transferido para a Cadeia Civil de Lourenço Marques. Cf. *Diário do Governo* nº232, I Série, “Decreto nº38:498”, 8 de Novembro de 1951, p. 962.



Imagem 176 Fotografia das escavações promovidas no baluarte de São Gabriel no ano de 1944. Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, 1967.



Imagem 177 A porta de armas da fortaleza de São Sebastião, c. 1945. *Moçambique – Documentário Trimestral* nº42, 1945.

Nos primeiros momentos, na senda de reconstituir a traça original, foram realizadas escavações na praça, nomeadamente na zona do baluarte de São Gabriel onde se encontrava um jardim-horta²⁵¹⁶. Nesta ocasião foram encontrados por baixo das terras colocadas no local, tal como se previra, muros que pertenceriam a “instalações interiores para gente do presídio, como armazéns e paióis”²⁵¹⁷. No ano de 1945 a CMRHM desobstruiu a antiga porta principal da fortaleza tapada por alvenaria (entre os baluartes de São Gabriel e Santa Bárbara) e, por indicação do arquitecto Areal e Silva, os pátios de trânsito também foram desimpedidos²⁵¹⁸. À data da estadia de Areal e Silva na ilha a porta de armas mais recente localizada entre os baluartes de São Gabriel e São João, encontrava-se coberta de argamassa de cimento e com as suas cantarias muito danificadas²⁵¹⁹, problemas que parecem ter sido enfrentados logo nos anos 40. O escudo de armas da porta e a coroa observáveis nesta altura não seriam os originais que teriam sido mutilados pela “intolerância de alguém, quando foi proclamada a República”²⁵²⁰. A coroa original seria “mais alta e mais fechada e terminava em bola com uma cruz.”²⁵²¹ Após a visita do arquitecto Quirino da Fonseca à ilha no ano de 1963, a

²⁵¹⁶ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº3, 1967, p. 9.

²⁵¹⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº221, 1943, p. 62.

²⁵¹⁸ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº3, 1967, pp. 10-11.

²⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 12.

²⁵²⁰ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº42, 1945, p. 47.

²⁵²¹ *Ibidem*.

comissão manifestou vontade de proceder ao restauro da fortaleza com uma “certa urgência”²⁵²², tendo solicitado aos Serviços de Obras Públicas a elaboração das medições e a actualização da estimativa dos custos envolvidos²⁵²³ em tal intervenção. Tendo em consideração as dimensões da fortificação e o seu “precário estado de conservação”²⁵²⁴, o orçamento elaborado foi de tal modo elevado que o arquitecto Quirino da Fonseca acabou por preparar um programa de restauro dividido em três fases: reconstrução de coberturas; colocação de tubagem, reparação de paredes interiores, tectos e caixilharias; reparações exteriores e pinturas²⁵²⁵. A propósito dos rebocos note-se que Quirino da Fonseca defendeu a utilização de argamassa de cimento ao invés da habitual cal pois constatou que esta se comportava “deficientemente em relação ao clima da Província”²⁵²⁶ mas, também, porque era esta a prática da DGEMN. O factor económico também terá estado na origem desta proposta, alegando-se que as argamassas de cal exigem renovações frequentes²⁵²⁷. Assim, no ano de 1964²⁵²⁸ ter-se-á dado início às obras de reparação e substituição das lajes de betão armado construídas anos antes como cobertura das edificações erguidas entre os baluartes de São João e São Gabriel, seguindo-se, pensamos nós, as construções levantadas entre São Gabriel e Santa Bárbara e Santa Bárbara e Santo António. Entre os anos de 1964 e 1967 não temos notícia da evolução das obras²⁵²⁹, sendo possível que devido à escassez do orçamento da comissão estas tenham tido pouco ou nenhum desenvolvimento. Já em 1967, com a comparticipação dos serviços militares²⁵³⁰, foram aplicados 176.000\$00 em reparações nesta fortificação, palco de uma cerimónia do II Congresso das Comunidades

²⁵²² ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], 1 Numerador de Notas 1963, doc. s/n, 13 de Fevereiro de 1963.

²⁵²³ Segundo Quirino da Fonseca nos anos de 1961 e 1962 a Direcção Distrital de Obras Públicas apresentou um orçamento de 445.000\$00 relativo a obras de conservação e restauro na fortaleza de São Sebastião. Todavia, no ano de 1963 o arquitecto considerou o referido orçamento muito reduzido. Cf. ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 22 de Março de 1963.

²⁵²⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 20 de Setembro de 1963.

²⁵²⁵ *Ibidem*.

²⁵²⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 31 de Agosto de 1963.

²⁵²⁷ *Ibidem*.

²⁵²⁸ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº1, 1965, p. 73.

²⁵²⁹ Referimo-nos à ausência de referências tanto na documentação da CMRHM como no boletim *Monumenta* cujo conteúdo contava invariavelmente com uma listagem das obras realizadas em cada ano.

²⁵³⁰ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº 4, 1968, p. 71.

de Cultura Portuguesa realizada naquele ano²⁵³¹. Ainda nesse ano e ao longo de 1968 deu-se continuidade aos arranjos das coberturas e à aplicação dos rebocos exteriores e interiores²⁵³², uma empreitada que ascendeu aos 189.100\$00²⁵³³. Os trabalhos de melhoramento das coberturas construídas em placas de cimento amparadas por barrotes de madeira terminaram em 1969²⁵³⁴, ano durante o qual foram descobertos os antigos paíóis e a arcaria da antiga casa da guarda²⁵³⁵. No ano de 1970 os tectos das dependências dos aquartelamentos receberam os respectivos barrotes, concluíram-se os sanitários, deu-se início ao fabrico das caixilharias e de caiações parciais “de modo a manter o monumento em estado impecável e ainda como medida para sustentar a acção do salitre nos paramentos”²⁵³⁶.



Imagem 178 Interior da fortaleza de São Sebastião c. 1967.
Ilha de Moçambique – Panorama Histórico, 1967.



Imagem 179 Interior da fortaleza de São Sebastião na actualidade.

Já em 1971, o último ano para o qual temos dados relativos às obras desenvolvidas neste período, foi dada continuação à recolocação dos barrotes bem como à execução de caixilharia, portas, caiação geral e reparações exteriores²⁵³⁷ recorrendo, certamente, a uma argamassa não de cal, que se comportava deficientemente naquele clima²⁵³⁸, mas

²⁵³¹ *Ibidem*, p. 72.

²⁵³² *Diário de Lourenço Marques*, 15 de Março de 1969, p. 3.

²⁵³³ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº 5, 1969, p. 78.

²⁵³⁴ *Diário de Lourenço Marques*, 15 de Março de 1969, p. 3.

²⁵³⁵ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, p. 87.

²⁵³⁶ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº7, 1971, p. 95.

²⁵³⁷ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº8, 1972, p. 95.

²⁵³⁸ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações - Propostas 1963, doc. s/n, [106/63], 31 de Agosto de 1963.

sim de cimento branco e cimento Portland²⁵³⁹. Neste ano foi colocada na porta de armas uma réplica da pedra de armas executada um ano antes. Dado que a cobertura da zona da antiga porta de armas tinha ruído, a CMRHM também promoveu obras neste local²⁵⁴⁰.

Fortim e igreja de Santo António, Ilha de Moçambique: Apesar do restauro no valor de 370.000\$00 ter sido incluído no planeamento para o ano de 1964 apresentado à FCG²⁵⁴¹, parece que o programa só foi sistematicamente desenvolvido a partir de 1969. Naquele ano, por ocasião dos trabalhos de escavação no reduto e capela-mor, foi encontrada no interior do espaço muralhado aquela que foi descrita como a “mais antiga Igreja da Ilha”²⁵⁴². Na sequência desta descoberta, a CMRHM reconstruiu a igreja a partir dos vestígios existentes, tendo restaurado também os paramentos da fortificação e a porta de armas. Através do confronto entre uma fotografia de cerca de 1945 e de outras posteriores, percebemos que aquando da realização destas obras optou-se por menozar o carácter fortificado da construção, tendo-se abdicado de grande parte da muralha para favorecer o templo cujas dimensões foram manifestamente aumentadas através da criação de um corpo entre a entrada do conjunto e a fachada da pequena capela que se encontrava no interior. Na fachada principal, ladeando o portal, foram abertas duas janelas rectilíneas coroadas por triângulos vazados e acrescentou-se a empena complementada com uma cruz. O comprimento da janela localizada sob o portal foi significativamente aumentado. A fachada posterior recebeu um coroamento semelhante ao do frontispício principal, ou seja, uma empena, dois pináculos e uma cruz latina. O corpo recebeu telhados de duas águas. Na mesma ocasião, como era preceito da época, os paramentos foram pintados com cal branca, conferindo ao monumento

²⁵³⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 20 de Setembro de 1963.

²⁵⁴⁰ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº7, 1971, p. 95; nº8, 1972, p. 95.

²⁵⁴¹ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 2 de Outubro de 1963.

²⁵⁴² *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, p. 87.

“maior beleza, dignidade”²⁵⁴³. No final a igreja foi benzida e restituída ao culto pelo arcebispo de Lourenço Marques a 24 de Novembro de 1969²⁵⁴⁴.



Imagem 180 O fortim e igreja de Santo António, c. 1910. João Loureiro, *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*, 2001.



Imagem 181 O mesmo conjunto c. 1925, notando-se já uma óbvia alteração ao nível da fachada da capela. João Loureiro, *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*, 2001



Imagem 182 O fortim e a igreja alguns anos mais tarde mas antes do restauro promovido pela CMRHM. Nota-se em relação à fotografia anterior um aumento da altura do muro lateral esquerdo. Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, 1967.



Imagem 183 O fortim e igreja de Santo António após a intervenção que no ano de 1969 eliminou o aspecto fortificado e aumentou as dimensões do templo.

Palácio de São Paulo, Ilha de Moçambique: A construção da sacada e varanda lateral do edifício data no ano de 1931²⁵⁴⁵. No ano de 1934 os Serviços de Obras Públicas concluíram as “reparações” neste palácio²⁵⁴⁶, desconhecendo o que realmente foi feito.

²⁵⁴³ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], 1 Numerador de notas 1963, doc. s/n, 14 de Fevereiro de 1963.

²⁵⁴⁴ *Notícias: diário da manhã*, 25 de Novembro de 1969, p. 4.

²⁵⁴⁵ Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique (Monografia)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, p. 33.

²⁵⁴⁶ Repartição Técnica de Estatística, *A obra administrativa do Estado Novo em Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1940, p. 80.

O confronto de fotografias de épocas distintas permite-nos, também, avançar com a introdução de alterações ao nível da cobertura do corpo do palácio, o que pode ter acontecido nestes anos 30.



Imagem 184 O palácio de São Paulo, c. 1906. João Loureiro, *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*, 2001.



Imagem 185 O palácio em c. 1937, portanto após a campanha promovida no ano de 1934, observando-se uma clara diferença ao nível da cobertura do corpo longilíneo. *Moçambique – Documentário Trimestral* nº10, 1937.

Mais tarde, aquando do seu primeiro contacto com a antiga residência dos governadores de Moçambique, Quirino da Fonseca classificou como urgentes as obras de conservação e restauro a realizar neste monumento²⁵⁴⁷. Assim, no ano de 1963 foram concretizadas algumas reparações²⁵⁴⁸. No entanto, neste ano o palácio, com excepção dos anexos para criados com “aspecto de desleixo”²⁵⁴⁹, não estaria em particular mau estado de conservação, prendendo-se a urgência, possivelmente, com a sua utilização. Afinal, no ano de 1956 o presidente Craveiro Lopes passou uma “noite

²⁵⁴⁷ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações - Propostas 1963, doc. s/n, 22 de Março de 1963.

²⁵⁴⁸ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

²⁵⁴⁹ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações - Propostas 1963, doc. s/n, 27 de Maio de 1963.

histórica”²⁵⁵⁰ neste palácio, tal como viria a acontecer com Américo Tomaz em 1964²⁵⁵¹. O programa de conservação e restauro do palácio arrancou, possivelmente, com uma intervenção naquelas construções anexas e com arranjos interiores em 1964²⁵⁵². As obras cuja natureza pormenorizada desconhecemos, prolongaram-se nos anos seguintes, tendo sido despendidos 38.900\$00 no ano de 1964²⁵⁵³ e 1.000\$00 em 1966²⁵⁵⁴.



Imagem 186 Vista da escadaria dupla do palácio de São Paulo, c. 1930. João Loureiro, *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*, 2001.



Imagem 187 Vista do mesmo pátio e escadaria na actualidade.

No ano de 1969 os trabalhos foram intensificados²⁵⁵⁵, caracterizando-se, sobretudo, pela intenção de devolver ao claustro do antigo convento jesuítico a sua traça original. No mesmo ano, tendo possivelmente como referência as gravuras de Henrique Salt de 1808 e de Isaías Newton (1831-1921) de 1883²⁵⁵⁶, a varanda existente na fachada principal foi eliminada e toda a caixilharia foi alterada, visando, uma vez mais, a restituição do aspecto tido como sendo o original. No interior todas as salas foram enriquecidas com mobiliário indo-português “comprado velho e partido, na Ilha e continente fronteiro e

²⁵⁵⁰ *Boletim Geral do Ultramar* nº375-376, 1956, p. 471.

²⁵⁵¹ *Boletim Geral do Ultramar* nº469-470, 1964, p. 271.

²⁵⁵² *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº1, 1965, p. 73.

²⁵⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁵⁴ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº3, 1967, p. 78.

²⁵⁵⁵ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, pp. 87-88.

²⁵⁵⁶ Estas gravuras oitocentistas e outras foram reproduzidas por Alexandre Lobato. Cf. Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, s/p [Palácio de S. Paulo]. Pedro Quirino da Fonseca também reproduziu as gravuras de Salt e Newton. Cf. *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº8, 1972, Estampas III e IV [entre as pp. 62 e 63].

até em Lourenço Marques e restaurado na capital”²⁵⁵⁷, tendo-se procedido, também, a obras de restauro no Salão Nobre e Sala do Trono²⁵⁵⁸.

No ano seguinte as obras de conservação e enriquecimento dos espaços interiores continuaram com o intuito de tornar “o ambiente mais digno de um Palácio Nacional”²⁵⁵⁹ através da aquisição e/ou restauro de peças. Simultaneamente procedeu-se à caiação geral do exterior do edifício e à reparação da cobertura com a substituição das caleiras e a abertura de



Imagem 188 O pátio do palácio de São Paulo durante a inauguração do espaço restaurado no ano de 1969. *Notícias: diário da manhã*, 24 de Novembro de 1969.

gárgulas²⁵⁶⁰, visando, evidentemente, o eficaz escoamento das águas. No ano de 1971, deu-se continuidade à caiação exterior bem como à conclusão dos trabalhos na habitação do Fiel e dos serventes e, ainda, ao arranjo geral do pomar com a colaboração dos Serviços de Agricultura²⁵⁶¹. Já no interior, na senda de criar “o Museu Nacional mais representativo, de artes decorativas indo-portuguesas”²⁵⁶², as paredes foram caiadas, os cortinados, reposteiros, colchas e doceis foram substituídos e adquiriram-se tapeçarias, quadros, lampadários, candeeiros e outras peças decorativas²⁵⁶³. No final, após todas as obras de conservação e restauro do edifício e a conclusão da selecção e aquisição de peças de mobiliário e obras de arte, a CMRHM concluiu legitimamente que:

Olhando ao escasso tempo que levou a montar este Museu, fica-nos a certeza de que, só o muito amor e interesse de todo o pessoal que tem trabalhado para a Comissão dos

²⁵⁵⁷ “Alexandre Lobato dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Moçambique”, 1970, Cadastro nº M6 – Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, Pasta 8/Província de Nampula, Arquivo do Património Cultural cit. por Alda Costa, “Património Oriental em Moçambique. Património a Conhecer e a Construir”, *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Lisboa, Comissão Portuguesa do ICOM, 1996, pp. 38-39.

²⁵⁵⁸ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, pp. 88-89.

²⁵⁵⁹ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº7, 1971, p. 95.

²⁵⁶⁰ *Ibidem*.

²⁵⁶¹ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº8, 1972, p. 95.

²⁵⁶² *Ibidem*.

²⁵⁶³ *Ibidem*.

*Monumentos, tornaram possível a realização desta obra.*²⁵⁶⁴

Capela de São Paulo, Ilha de Moçambique: No ano de 1966 a capela encontrava-se “fechada à chave, desguarnecida, abandonada, chovendo-lhe, diz-se.”²⁵⁶⁵, situação que seria alterada poucos anos depois. Após ter ficado “deveras intrigado”²⁵⁶⁶ com as incongruências arquitectónicas de uma igreja cuja desproporção entre nave e capela-mor era óbvia e cujas linhas exteriores não correspondiam à traça interior, Pedro Quirino da Fonseca deparou-se com uma grande descoberta. Afinal, conforme o arquitecto concluiu após a inspecção da cobertura da capela-mor, a desproporção verificada devia-se ao facto desta igreja ter resultado do acoplamento da referida nave, uma construção posterior, à antiga fachada da ermida de São Paulo, obra oculta mas perfeitamente intacta²⁵⁶⁷.



Imagem 189 Interior da capela de São Paulo com o altar-mor e púlpito pintados com tinta branca e purpurinas, c. 1945. Moçambique – Documentário Trimestral nº42, 1945.



Imagem 190 Interior da mesma capela após o restauro de 1969, sendo óbvias as intervenções ao nível do retábulo e do púlpito mas, também, a supressão de dois altares.

Não obstante a importância da descoberta, as investigações só avançaram no ano de 1969, momento em que foram eliminados “alguns elementos arquitectónicos que lhe

²⁵⁶⁴ *Ibidem.*

²⁵⁶⁵ Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, s/p [Capela de S. Paulo].

²⁵⁶⁶ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº 7, 1971, p. 64.

²⁵⁶⁷ Alexandre Lobato sugeriu em 1967 que esta capela poderia ter resultado de um aproveitamento por parte dos jesuítas do corpo da *Fortaleza Velha*. O mesmo autor sugeriu ainda que a torre sineira poderia ter nascido de uma utilização posterior de uma torre da dita fortaleza. Cf. Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, s/p [Capela de S. Paulo].

tinham sido, indevidamente aplicados”²⁵⁶⁸, substituiu-se o revestimento do pavimento em mosaico por tijoleira²⁵⁶⁹ e restauraram-se o magnífico púlpito – à data caiado de branco²⁵⁷⁰ – e o retábulo cuja talha estava coberta de purpurinas e de tinta branca²⁵⁷¹. Nos dois anos seguintes, após a concretização dos trabalhos de maior monta, todo o exterior foi caiado e colocaram-se no interior dezasseis quadros a óleo do século XVIII cedidos pelo Museu Militar de Lourenço Marques²⁵⁷².

Igreja de Nossa Senhora da Saúde, Ilha de Moçambique: Além da característica caiação exterior, este templo terá beneficiado, aquando das obras de conservação e restauro inauguradas no ano de 1969, da substituição de um terraço e do restauro da talha do precioso retábulo²⁵⁷³.



Imagem 191 A igreja de Nossa Senhora da Saúde no início do século XIX, c. 1910. João Loureiro, *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*, 2001.



Imagem 192 Poucos anos depois, c. 1937, a igreja já se encontrava num estado de ruína preocupante. *Moçambique – Documentário Trimestral* nº10, 1937.

²⁵⁶⁸ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº7, 1970, p. 88.

²⁵⁶⁹ Segundo Alexandre Lobato o mosaico veio substituir o chão de pedra original cerca de cem anos antes, momento em que grande parte das lajes tumulares também foi arrancada. Cf. Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, s/p. [Capela de S. Paulo].

²⁵⁷⁰ Alexandre Lobato, *op. cit.*, s/p [Capela de S. Paulo]; “Ilha de Moçambique – restauro, conservação dos monumentos e montagem do Museu de Arte Sacra”, s/d [1969?], recorte de jornal pertencente ao espólio particular de Pedro Quirino da Fonseca.

²⁵⁷¹ Alexandre Lobato, *op. cit.*, s/p [Capela de S. Paulo].

²⁵⁷² *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº8, 1972, p. 96; nº7, 1971, p. 96.

²⁵⁷³ “Ilha de Moçambique – restauro, conservação dos monumentos e montagem do Museu de Arte Sacra”, s/d [1969?], recorte de jornal pertencente ao espólio particular de Pedro Quirino da Fonseca.

Convento de São Domingos, Ilha de Moçambique:

Na opinião de Alexandre Lobato “Não há na Ilha de Moçambique monumento que mais maltratado tenha sido pelos homens”²⁵⁷⁴. Acerca das intervenções realizadas no âmbito cronológico deste estudo sabemos, por exemplo, que no ano de 1936 os Serviços de Obras Públicas concluíram as suas “reparações”²⁵⁷⁵. No ano de



Imagem 193 Aspecto da fachada lateral esquerda do convento de São Domingos aquando dos trabalhos de levantamento dos rebocos. São visíveis dois níveis de arcaria do antigo claustro. *Monumenta* nº8, 1972.

1969, o arquitecto Quirino da Fonseca liderou as obras de restauro desta construção, tendo concluído após a descarnação das paredes que o convento do século XVII foi construído através do recurso às ruínas da edificação dominicana quinhentista e que a igreja original se encontrava no lado oposto àquela construída no segundo momento de vida do conjunto²⁵⁷⁶. Os vestígios de arcaria descobertos na fachada lateral esquerda do convento também permitiram concluir que o claustro seria significativamente maior²⁵⁷⁷. Contudo, segundo nos parece, os trabalhos mais expressivos decorreram no ano seguinte, momento durante o qual, após a realização de pesquisas arqueológicas nas ruínas da igreja desaparecida dedicada a Nossa Senhora do Rosário²⁵⁷⁸, a comissão realizou o levantamento de toda a estrutura e procedeu à reconstrução de parte da mesma.

Forte de São José, Mossuril: O restauro desta fortificação do litoral de Moçambique foi incluído no ano de 1963 no plano das comparticipações da FCG²⁵⁷⁹. Nesta ocasião foi calculado que a intervenção teria lugar ao longo dos anos de 1964, 1965 e 1966, ascendendo a um total de 970.000\$00. Apesar de não termos notícias acerca da concretização desta empreitada, sabemos que em Outubro de 1963 o projecto de restauro estava a ser traçado pelo arquitecto Quirino da Fonseca²⁵⁸⁰. O facto de em

²⁵⁷⁴ Alexandre Lobato, *op. cit.*, s/p.

²⁵⁷⁵ Repartição Técnica de Estatística, *A obra administrativa do Estado Novo em Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1940, p. 80.

²⁵⁷⁶ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº8, 1972, p. 66.

²⁵⁷⁷ *Ibidem*.

²⁵⁷⁸ *Ibidem*, p. 96.

²⁵⁷⁹ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 2 de Outubro de 1963.

²⁵⁸⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Outubro de 1963.

Novembro de 1963 já terem sido feitas escavações pela Administração do Mossuril, bem como a limpeza da vegetação nas muralhas e terreno em redor²⁵⁸¹, leva-nos a crer na concretização desta intervenção.

Palácio de Verão dos Governadores, Mossuril: No ano de 1963, após uma visita a esta zona, Quirino da Fonseca considerou “de urgência as obras de conservação”²⁵⁸² nesta antiga residência. Neste sentido, segundo nos parece, as primeiras medidas terão sido tomadas logo naquele ano, momento em que o presidente da CMRHM solicitou à Administração do Mossuril a devolução de quadros retirados “quando do início das obras”²⁵⁸³. Todavia, o desenvolvimento da maior parte dos trabalhos, tal como se verificou com a generalidade dos monumentos, terá acontecido apenas no ano de 1969, momento durante o qual sabemos terem ocorrido “grandes obras de conservação no seu exterior”²⁵⁸⁴.

Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, Cabaceira Grande: O levantamento e elaboração do orçamento relativo às obras de restauro deste templo foram solicitados pela CMRHM aos Serviços de Obras Públicas no ano de 1963²⁵⁸⁵. Contudo, segundo nos parece, estas obras, como tantas outras, só terão ganho expressão no ano de 1969, momento em que o retábulo, “um dos mais belos da Província”²⁵⁸⁶, foi restaurado.



Imagem 194 O templo da Cabaceira Grande, c.1930, carente de rebocos. João Loureiro, *Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*, 2001.

²⁵⁸¹ *Ibidem*, doc. s/n, 6 de Novembro de 1963.

²⁵⁸² *Idem*, doc. s/n, 22 de Março de 1963.

²⁵⁸³ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Ofícios 1963 – 1, doc. s/n, 29 de Abril de 1963.

²⁵⁸⁴ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, p. 88.

²⁵⁸⁵ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], 1 Numerador de Notas 1963, doc. s/n, 30 de Agosto de 1963; *Ibidem*, doc. s/n, 14 de Fevereiro de 1963.

²⁵⁸⁶ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, p. 88.

Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição,

Lourenço Marques: No ano de 1945, após a conclusão de alguns estudos, o arquitecto Areal e Silva apresentou publicamente²⁵⁸⁷ o anteprojecto relativo à intervenção projectada para esta fortificação que à data estava num avançado estado de ruína. Tendo em vista, como era característico da actividade dos técnicos da DGEMN, a reintegração da edificação no traçado original, o arquitecto propôs, entre outras



Imagem 195 Perspectiva da fortaleza no estudo para a reconstituição do monumento, 1945. *Moçambique – Documentário Trimestral* nº43, 1945.

soluções, a reconstituição daquela que seria a entrada primitiva – a porta norte – a abertura de canhoes nos baluartes e na cortina sul, a construção de uma plataforma para a instalação dos canhões e a reconstrução dos quartéis a partir das ruínas existentes²⁵⁸⁸. No entanto, as dúvidas relativas à traça original da fortificação de Setecentos eram muitas, sobretudo no referente à face virada ao mar²⁵⁸⁹. Por esta razão as observações e estudos realizados a partir de documentação existente no Arquivo Histórico, nos relatórios dos governadores da praça e no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, arrastaram-se até ao ano de 1948²⁵⁹⁰. Nessa altura, visando não só o restauro da fortificação mas, também, a instalação do Museu Histórico-Militar de Moçambique, a caserna do lado nascente foi reconstruída e as casernas do lado norte foram recuperadas²⁵⁹¹. De resto, é importante observarmos a importância reconhecida logo nos anos 40 à questão da zona de protecção, sabendo que a CMRHM chegou a propor a compra dos terrenos envolventes e a planear o seu arranjo²⁵⁹². Devido à magnitude dos trabalhos, às verbas reduzidas e às dúvidas suscitadas, os trabalhos arrastaram-se até aos anos 60, momento em que o museu já estava em funcionamento, convivendo, no

²⁵⁸⁷ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº43, 1945, pp. 39-44.

²⁵⁸⁸ *Ibidem*, p. 43.

²⁵⁸⁹ *Boletim Geral das Colónias* nº272, Fevereiro de 1948, p. 76.

²⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 77.

²⁵⁹¹ *Ibidem*, p. 76.

²⁵⁹² *Ibidem*, p. 77.

entanto, com entulho das obras realizadas e com uma “barraca de madeira”²⁵⁹³ localizada junto às muralhas e, como tal, dentro da pretendida zona de protecção do monumento. As obras de conservação e restauro desta fortificação foram, sem dúvida, daquelas que mais se prolongaram, sabendo, por exemplo, que no ano de 1964 foram realizadas “grandes reparações”²⁵⁹⁴. No ano de 1967 foram gastos 14.000\$00 no arranjo das paredes²⁵⁹⁵ e em 1969 e 1970 foram realizadas limpezas e obras de conservação²⁵⁹⁶.

Casa Amarela, Lourenço Marques: A intervenção neste monumento nacional foi particularmente interessante uma vez que visou, a par do seu restauro, a adaptação a Museu da Cidade de Lourenço Marques²⁵⁹⁷. As obras iniciadas no ano de 1970 foram orientadas por Quirino da Fonseca, arquitecto que na ausência de planos iniciais ou gravuras da época procurou compreender a traça e



Imagem 196 Vista do interior da Casa Amarela aquando as obras de restauro e adaptação a museu, 1970. Delagoabayworld.wordpress.com.

lavra original, defendendo, como era comum nas primeiras décadas de actuação da DGEMN, que o restauro deveria ser realizado no sentido de recuperar a forma primitiva despida de quaisquer acrescentos e alterações posteriores²⁵⁹⁸. Assim, após o destelhamento de um edifício que nos seus primórdios, segundo o arquitecto responsável pela intervenção, não teria telhado mas sim um terraço²⁵⁹⁹, e a raspagem das paredes para chegar à lavra original, o espaço foi inaugurado no ano de 1971 com uma exposição retrospectiva da cidade.

²⁵⁹³ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 27 de Abril de 1963.

²⁵⁹⁴ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

²⁵⁹⁵ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº4, 1968, p. 72.

²⁵⁹⁶ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, p. 89; nº7, 1971, p. 96.

²⁵⁹⁷ Vera Mariz, “A musealização de monumentos e o restauro arquitectónico em Moçambique”, *Actas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Lisboa, International Council of Museums, 2013, pp. 237-244.

²⁵⁹⁸ “O Museu de Lourenço Marques na lavra original de Lourenço Marques”, s/d [1970/1971], recorte de jornal pertencente ao espólio particular de Pedro Quirino da Fonseca.

²⁵⁹⁹ No ano de 1875 foi esclarecido que “Esta casa depois de realizados os alojamentos em projecto e que sobre os terraços se addicione uma cobertura de zinco fica em muito boas condições para o fim a que se destina e oferecendo longa duração.” Cf. *Boletim Oficial de Moçambique* nº 2, I Série, “Obras Públicas”, de 9 de Janeiro de 1875, p. 7.

5.5 O caso da igreja e hospital da Misericórdia

O conjunto da igreja e hospital da Misericórdia é, porventura, um dos mais interessantes da Ilha de Moçambique, permitindo-nos ler nas suas pedras a história de um monumento vetusto revitalizado na segunda metade do século XX através de uma musealização parcial do espaço. Actualmente a igreja aberta ao culto e o Museu de Arte Sacra prestam homenagem aos antepassados que a partir do início do século XVI, evidentemente com diferentes motivações, foram contribuindo para a longevidade deste exemplo de arquitectura das misericórdias portuguesas e de monumento musealizado em contexto ultramarino.



Imagem 197 Fachada principal da igreja da Misericórdia com as dependências do hospital à esquerda.



Imagem 198 Vista da nave central com o altar-mor e respectivo trono ao fundo.

Trata-se de um templo de planta longitudinal que tem adossado o edifício do antigo hospital. Na fachada principal dotada de uma torre sineira destaca-se o coroamento profusamente decorado com relevos cujo elemento central, limitado lateralmente por pilastras e no topo por uma cruz latina, é ladeado por aletas e demarcado nos extremos por plintos coroados por pináculos piramidais. No piso superior, espaço correspondente ao coro-alto, observam-se duas janelas ladeando uma outra de sacada. A entrada, entre duas janelas de volta perfeita coroadas por cruzeiros em relevo, faz-se através de um portal em arco de volta inteira limitado lateralmente por duas pilastras e superiormente por uma cornija coroadas por uma lápide flanqueada por aletas. No interior deparamo-nos com uma nave animada por uma sucessão de vários arcos que criam, em cada uma das duas paredes laterais, quatro vãos preenchidos por pequenos altares, pelo púlpito, pela pia baptismal, por uma porta ou por uma capela. Na capela-mor encontra-se uma

mesa de altar em madeira e um trono de cinco andares ladeado por duas colunas assentes sobre plintos, e encimado por um frontão curvo interrompido. O referido coro-alto assenta em três arcos romanos – sendo o central mais alto que os laterais – escorados por pilares compactos. Ao longo das paredes encontram-se múltiplas pedras sepulcrais, conjunto que faz desta igreja um verdadeiro “panteão burguês do século XIX”²⁶⁰⁰.



Imagem 199 Vista da escadaria de acesso às dependências superiores (actual Museu de Arte Sacra).

No passado a entrada para o hospital, hoje Museu de Arte Sacra, seria possibilitada por um corredor paralelo à fachada da igreja, que indo da rua à capela do lado do Evangelho daria acesso aos primitivos quartos de enfermaria, púlpito e claustro que outrora, segundo Alexandre Lobato²⁶⁰¹, teria servido de serventia para a cozinha do nosocómio. Neste local ainda é possível observar uma escadaria de acesso aos terraços e outras dependências.

Apesar da data de fundação da Santa Casa da Misericórdia da Ilha de Moçambique ser ainda hoje desconhecida, avançando-se apenas com uma possível delimitação ao reinado de D. Manuel I, é plausível que tenha sido das primeiras do Estado da Índia. Afinal, a ilha era um ponto de escala fundamental nas ligações marítimas entre Lisboa e os portos orientais; a duração destas viagens era longa; os contingentes numerosos; e, talvez o factor mais importante, as condições de vida nas naus da Carreira da Índia eram verdadeiramente precárias. Assim, não é difícil aceitarmos a hipótese da criação, tão cedo quanto possível, de uma instituição de assistência na Ilha de Moçambique. Apesar

²⁶⁰⁰ Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique (Monografia)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, p. 71.

²⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 69.

da primeira referência oficial a esta Misericórdia nos regimentos do vice-rei D. Antão de Noronha (1520-1569) datar do ano de 1564²⁶⁰², sabe-se que Francisco Rodrigues, um padre jesuíta a caminho de Goa, asseverou ter intervindo no ano de 1556 num conflito entre o vigário e a confraria em causa²⁶⁰³. De resto, é também conhecida a longa – e natural – relação entre a Misericórdia e a assistência hospitalar da Ilha. Afinal, mesmo antes da construção já em meados do século XVIII do seu próprio hospital, aquele cujas dependências viriam a dar lugar ao Museu de Arte Sacra novecentista, a Misericórdia administrou entre 1564 e 1629 o Hospital Real de São João de Deus.

Todavia, a Misericórdia da Ilha de Moçambique é muito mais que um valioso testemunho da longevidade de uma confraria essencialmente conhecida e louvada pelas suas acções de caridade e de assistência social a pobres, doentes ou presos. Conforme demonstrou Eugénia Rodrigues, estas confrarias e, particularmente, a Santa Casa de Moçambique, desempenharam ao longo dos séculos uma outra função pouco referenciada, a de instituições de poder local²⁶⁰⁴ cuja força, evidentemente que em conjugação com outros factores, ditou o modo como, acreditamos nós, a igreja em estudo foi sendo valorizada ou abandonada. De resto, mais que uma instituição de poder local, a Misericórdia de Moçambique, como outras da costa oriental africana, foi em determinado momento a única instituição de poder local, destoando, deste modo, do quadro administrativo dual – misericórdias e câmaras – identificado por Charles Boxer nos territórios portugueses ultramarinos²⁶⁰⁵. Esta progressiva afirmação da Misericórdia de Moçambique como uma instituição dotada de um notável poder financeiro e “municipal” começou no ano de 1590. Neste ano a irmandade tornou-se tesoureira dos defuntos e ausentes, seguindo-se nos anos de 1606 e 1614, a par da realização de reuniões de moradores da ilha na Santa Casa, a habilitação para eleger almotacés e guardar as vias de sucessão dos capitães da fortaleza²⁶⁰⁶. Aquelas reuniões de moradores, a par da obrigação de 1634 dos ouvidores e vedores da Fazenda e dos

²⁶⁰² Eugénia Rodrigues, “As Misericórdias de Moçambique e a administração local, c.1606-1763”, Avelino de Freitas de Meneses, coord., *O reino, as ilhas e o mar oceano: Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2007, vol. 2, p. 710.

²⁶⁰³ T.W. Baxter, pref., António da Silva Rego, pref., *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos/National Archives of Rhodesia and Nyasaland, 1971, vol. VII, p. 374.

²⁶⁰⁴ Eugénia Rodrigues, *op. cit.*, pp. 709-729.

²⁶⁰⁵ Charles Boxer, *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1969, pp. 305-328.

²⁶⁰⁶ Eugénia Rodrigues, *op. cit.*, pp. 715, 717-718.

capitães e oficiais de guerra assentarem e registarem na Santa Casa as suas provisões e patentes²⁶⁰⁷, apresentam-se como evidências da autoridade civil desta confraria. Tendo presente o facto de a Misericórdia ter exercido, paulatinamente a partir do final do século XVI e até 1761²⁶⁰⁸, ano da elevação a vila, funções inerentes a uma câmara municipal que não existia numa colónia cuja autonomia em relação ao Estado da Índia só se deu em 1752, foquemo-nos agora no modo como esta situação influenciou o ciclo de vida desta igreja.

A data concreta de construção deste templo não é fácil de destrinçar, apontando-se, sobretudo, para os primeiros tempos da presença portuguesa na Ilha de Moçambique²⁶⁰⁹. Por outro lado, a ainda hoje evidente desproporção entre o corpo da igreja e a capela-mor, esta última bastante maior do que seria expectável, e a existência no alçado posterior da mesma capela-mor de uma pomba representando o Espírito Santo, levou o arquitecto Pedro Quirino da Fonseca a elaborar uma teoria – plausível na nossa opinião – segundo a qual aquela fachada posterior “pertence, sem dúvida alguma, à Capela do Espírito Santo, tão falada na História da Igreja, e julgada desaparecida há séculos.”²⁶¹⁰. Essa pequena capela foi localizada por frei João dos Santos, no final do século XVI, na povoação, perto da fortaleza velha e junto ao hospital real²⁶¹¹, o qual, como vimos, era administrado pela confraria. Simultaneamente, segundo o mesmo autor, enquanto a casa da Misericórdia se encontrava na urbe, a igreja da mesma confraria, bem como uma outra em construção, ficariam no interior da fortaleza nova, ou seja, aquela dedicada a São Sebastião²⁶¹². Todavia, nos anos de 1607 e 1608, os ataques holandeses arrasaram grande parte das edificações da ilha, sendo possível que após estes episódios se tenha optado por aproveitar a referida ermida do Espírito Santo,

²⁶⁰⁷ *Ibidem*, p. 719.

²⁶⁰⁸ Alexandre Lobato, *op. cit.*, p. 141.

²⁶⁰⁹ O ano de 1509 foi apontado por pelo menos dois autores como correspondendo à data de construção do templo. Pedro Quirino da Fonseca refere uma carta do alcaide-mor e feitor de Moçambique, Pero da Fonseca, ao rei de Portugal, D. Manuel I, onde se encontraria esta data de construção. José Manuel Fernandes refere que a igreja foi construída no mesmo ano de 1509 pelo capitão Francisco Pereira. Cf. *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº8, 1972, p. 67; José Manuel Fernandes, “Igreja da Misericórdia”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 544.

²⁶¹⁰ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº8, 1972, p. 67.

²⁶¹¹ João dos Santos, *Etiópia Oriental*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. 1, p. 150.

²⁶¹² *Ibidem*, p. 149.

erguendo-se a igreja da Misericórdia já no burgo, perto da Santa Casa, suficientemente próximo do porto ao qual chegavam as naus da Carreira da Índia mas ainda mais perto da comunidade local. Adicionalmente, a transformação de um templo medieval do Espírito Santo num outro da Santa Casa da Misericórdia foi, conforme provou o pe. António Brásio²⁶¹³, prática comum em Portugal.



Imagem 200 Pormenor da pomba colocada no alçado posterior da capela-mor imediatamente abaixo do crucifixo. *Monumenta* nº8, 1972.



Imagem 201 Ao nível das coberturas é possível observar a articulação de vários corpos que, segundo Quirino da Fonseca, terão partido da antiga ermida do Espírito Santo, actual capela-mor da igreja da Misericórdia. *Monumenta* nº8, 1972.

Todavia, o curioso templo que actualmente observamos junto do palácio de São Paulo não corresponde na totalidade àquele erguido na sequência dos ataques holandeses como, de resto, revela a inscrição aberta no portal da igreja:

*EM JAN^{RO} DE 1700 SE FES ESTE FRONTESPÍCIO
SENDO PROV^o 2^a VES M^{OL} ROIZ DA COSTA COM
AUIDA DOS DEVOTOS PEDE HO PADRE NOSO
AVE MARIA P^{LO} MOR D DS*



Imagem 202 Pormenor da inscrição aberta sobre o portal da fachada principal.

²⁶¹³ António Brásio, “As confrarias medievais do Espírito Santo, paradigmas das Misericórdias”, *Portugal no Mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 69-85.

Efectivamente, o aspecto indo-português identificável na fachada desta igreja, uma obra que tem sido compreensivamente atribuída a pedreiros de Diu²⁶¹⁴, só terá sido introduzido por ocasião da campanha promovida no ano de 1700 pelo provedor Manuel Rodrigues da Costa. Além destas obras tem sido reconhecida uma outra campanha reconstrutiva de 1770²⁶¹⁵ cujo responsável terá sido Baltazar Pereira do Lago, governador e capitão-general de Moçambique (1765-1779) mas, também, provedor da Santa Casa da Misericórdia. Assim, datará deste momento a construção no adro da igreja da Misericórdia de um alpendre adossado à fachada do templo e acostado ao hospital, também este fundado pelo diligente provedor²⁶¹⁶. Aquele elemento com as suas cinco arcadas de volta perfeita – três no cimo da escadaria e duas na fachada lateral – e uma balaustrada, destinar-se-ia, na antiga tradição das Misericórdias portuguesas, a albergar os pobres nos dias de esmola, a proteger do sol nos dias de festividades e procissões, tendo sido também, segundo Alexandre Lobato, uma forma de melhor captar as águas das chuvas cuja venda seria receita do cofre²⁶¹⁷. Por outro lado, este alpendre era um elemento característico da produção arquitectónica tardo-gótica portuguesa²⁶¹⁸ como comprovam outras construções vizinhas: a igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Cabaceira Grande, a igreja de Nossa Senhora Conceição no Mossuril ou

²⁶¹⁴ Alexandre Lobato, *op. cit.*, p. 65; Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822 – O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 365.

²⁶¹⁵ *Vide supra*.

²⁶¹⁶ O governo de Baltazar Pereira do Lago, pelas reformas introduzidas e obras promovidas, foi indiscutivelmente um dos mais marcantes da história desta colónia. A par dos incentivos ao desenvolvimento da agricultura, ao incremento do comércio, à promoção do ensino e das obras públicas, Baltazar Pereira do Lago promoveu a construção do alpendre da igreja da Misericórdia e a transformação de parte do colégio dos jesuítas em Palácio dos Governadores, modificando-o e enriquecendo-o com mobiliário. Acrescentou duas enfermarias ao hospital militar, reconstruiu a igreja de Santo António e concluiu o Arsenal de Marinha, tudo na Ilha de Moçambique. Já no Mossuril e na Cabaceira Grande promoveu a construção da sua residência de Verão, a construção em materiais perenes do forte de São José, a reedificação da igreja de Nossa Senhora da Conceição e o restauro da igreja de Nossa Senhora dos Remédios. O seu ímpeto construtivo estendeu-se também ao Ibo onde, entre outras obras, mandou construir a igreja de São João, bem como a Sena e Quelimane cujas igrejas matrizes foram reedificadas. Cf. Eduardo de Noronha, “Baltazar Pereira do Lago – O Marquez de Pombal de Moçambique”, *Cadernos Coloniais*, nº23, s/d, pp. 29-31.

²⁶¹⁷ Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, s/p.

²⁶¹⁸ Cf. José Manuel Fernandes, “Três obras monumentais da arte manuelina no «Mundo do Índico»: Capela do Baluarte, Igreja do Priorado do Rosário, Capela do Monte de São Tomé”, Isabel Cruz Almeida, Maria João Neto, eds., *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2015, pp. 374-376.

a capela de Nossa Senhora do Baluarte da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique. Todavia, este elemento não chegou até aos dias de hoje. No ano de 1937, estando o alpendre setecentista num estado tal que “a sua reparação seria muito dispendiosa e a sua utilidade já não ser nenhuma”²⁶¹⁹, o anteriormente referido pe. Santana Sebastião da Cunha optou por apeá-lo. Note-se ainda que outro dos argumentos apresentados pelo responsável por esta campanha foi o facto de se sentir uma alegada desarmonia provocada pelo “ar mourisco”²⁶²⁰ ou “aspecto gentílico”²⁶²¹ conferido por este alpendre ao templo da Santa Casa da Misericórdia de Moçambique.

Voltando à campanha de Baltazar Pereira do Lago, refira-se que quarenta anos após a sua morte, não obstante o seu vigor em vida, o hospital de doze camas já estava fechado e os irmãos doentes eram tratados no Hospital Real da Tropa²⁶²². Ainda assim, depois deste período de acentuada decadência, a Misericórdia – recorde-se que já sem estatuto municipal – voltou a prosperar, situação que permitiu a realização de obras na igreja, nomeadamente a renovação do tecto e a realização de reparações gerais²⁶²³. Este novo ímpeto ter-se-á devido à nomeação e eleição nos anos de 1851 e 1856 de duas comissões administrativas particularmente dinâmicas, cujo desejo de devolver à igreja a vida de outrora com as respectivas festividades, algumas que há “quinze anos já não se faziam”²⁶²⁴, despertou a necessidade de inverter a tendência negativa testemunhada por um templo “bastante arruinado”²⁶²⁵.

Na década de 80 do mesmo século XIX a igreja da Misericórdia viu-se dotada de uma nova dignidade, tendo passado a sede da paróquia da Sé²⁶²⁶, cujo edifício tinha sido demolido no ano de 1880. No entanto, depois deste novo período pautado por uma certa estabilidade, no ano de 1891 a sede da paróquia da Sé passou para a capela de São Paulo²⁶²⁷, situação que acabou por ditar uma nova fase de decadência para a igreja em

²⁶¹⁹ Santana Sebastião da Cunha, *op. cit.*, p. 116.

²⁶²⁰ *Ibidem*, p. 115.

²⁶²¹ *Ibidem*, p. 116.

²⁶²² Alexandre Lobato, *A Ilha de Moçambique (Monografia)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, p. 70.

²⁶²³ Santana Sebastião da Cunha, *op. cit.*, pp. 112-113.

²⁶²⁴ *Ibidem*, p. 113.

²⁶²⁵ *Ibidem*.

²⁶²⁶ *Ibidem*.

²⁶²⁷ *Ibidem*.

estudo. No ano de 1893 estaria já no limiar da ruína²⁶²⁸. Afortunadamente, entre os anos de 1891 e 1897, a colónia de Moçambique teve como prelado D. António Barroso (1854-1918), futuro bispo do Porto e “Réu da República”, homem que compreendeu a importância de promover uma nova campanha de obras no ano de 1896²⁶²⁹. Tendo em vista a necessidade de harmonizar o edifício com o seu estatuto de *Pró Catedral*, o notável missionário promoveu, com o apoio financeiro do governo e dos devotos da ilha, uma grande obra de remodelação do interior do templo e trabalhos de beneficiação do seu exterior²⁶³⁰.

Todavia, na sequência do triunfo republicano na metrópole em 1910 e, muito concretamente, da aplicação das principais disposições estabelecidas pela *Lei da Separação do Estado das igrejas* nas colónias portuguesas no ano de 1913²⁶³¹, a confraria da Santa Casa da Misericórdia acabou por ser extinta em 1915²⁶³². Simultaneamente, estando prevista a passagem da propriedade de terrenos, edifícios, alfaías, valores ou outros objectos móveis até então adstritos ao culto para o Estado, os bens da Misericórdia, incluindo a igreja, foram cedidos à Escola de Artes e Ofícios²⁶³³, uma decisão pouco duradoura. Afinal, no final do mesmo mês da extinção, Outubro, o prelado D. Francisco Ferreira da Silva conseguiu que o governo cedesse o edifício e respectivos bens imóveis à prelazia de Moçambique²⁶³⁴. Na nossa opinião esta situação ter-se-á devido ao facto da colónia e, muito concretamente, a Ilha de Moçambique não reunir à época as condições necessárias para dar cumprimento a uma das disposições da *Lei da Separação* no ultramar, ou seja, a existência de “directores ou administradores de museus ou estabelecimentos similares”²⁶³⁵ que a partir de então passariam a guardar os

²⁶²⁸ Joaquim José Lapa, *op. cit.*, p. 49.

²⁶²⁹ Santana Sebastião da Cunha, *op. cit.*, p. 113-114.

²⁶³⁰ *Ibidem*, p. 114.

²⁶³¹ *Diário do Governo* nº274, I Série, “Decreto nº233”, 22 de Novembro de 1913, pp. 4469-4470.

²⁶³² Santana Sebastião da Cunha, *op. cit.*, p. 114.

²⁶³³ Instituição criada no ano de 1877 pelo governador-geral Francisco Maria da Cunha. Não obstante o seu cariz civil, entre os anos de 1896 e 1913 a sua direcção e administração foram confiadas à prelazia de Moçambique. Acerca da polémica gerada em torno da transferência da Escola de Artes e Ofícios para a Câmara Municipal de Moçambique no âmbito do espírito anticlerical republicano *vide* Francisco Ferreira da Silva, *A Prelazia de Moçambique protestante respeitosamente pela verdade e pela justiça*, Lisboa, s.n., 1913, 98 p.

²⁶³⁴ Santana Sebastião da Cunha, *op. cit.*, p. 114.

²⁶³⁵ *Diário do Governo* nº274, I Série, “Decreto nº233”, 22 de Novembro de 1913, p. 4470.

bens móveis e imóveis de “apreciável valor histórico ou artístico”²⁶³⁶. De qualquer modo, desde aquele momento e até ao ano de 1925 a igreja manteve-se bem conservada e aberta ao culto, situação que se foi alterando nos dez anos seguintes.

Quando o pe. Santana Sebastião da Cunha assumiu a liderança desta paróquia no ano de 1935, o estado de ruína da igreja da Misericórdia era já avançado. Em linhas gerais, sabemos que parte do coro tinha abatido, o alpendre estava roto e ameaçava cair, o reboco das paredes exteriores escasseava e as cantarias estavam instáveis²⁶³⁷. Assim, seguindo o exemplo do seu antecessor, o pe. Cunha iniciou uma subscrição que seria assinada pelo governador da província de Nampula, João Casqueiro, pelo substituto deste, Nicolau de Amorim, pelo prelado D. Rafael da Assunção (1874-1959) e por vários devotos²⁶³⁸. Deste modo, no ano de 1936 foi possível dar início à recuperação do coro, tendo-se substituído a argamassa por soalho de madeira e, também, do reboco e pintura de todo o interior da igreja²⁶³⁹. No ano seguinte as obras concentraram-se no exterior do templo²⁶⁴⁰, nomeadamente no referido apeamento do alpendre. Além disso, nesta época todas as paredes foram picadas mas, ao invés da tradicional utilização de rebocos de cal e areia, elegeu-se o cimento como forma de alisar e uniformizar as paredes de modo mais duradouro²⁶⁴¹, uma solução defendida anos mais tarde pelo arquitecto Quirino da Fonseca, conforme já mencionámos, no caso da fortaleza de São Sebastião. Ao longo de todo o processo de picagem e aplicação dos rebocos prestou-se particular atenção aos elementos decorativos do frontispício. Assim, nos casos de falhas os responsáveis pela obra optaram pela reconstituição com auxílio dos indícios existentes²⁶⁴². O pequeno balcão que encima o portal bem como o aspecto das janelas em arco de volta perfeita foram gizados nesta altura de acordo com o “indício da sua antiga existência”²⁶⁴³.

²⁶³⁶ *Ibidem.*

²⁶³⁷ Santana Sebastião da Cunha, *op. cit.* p. 114.

²⁶³⁸ *Ibidem*, p. 115.

²⁶³⁹ *Ibidem.*

²⁶⁴⁰ *Ibidem.*

²⁶⁴¹ *Ibidem.*

²⁶⁴² *Ibidem.*

²⁶⁴³ *Ibidem.*



Imagem 203 A igreja da Misericórdia com o alpendre adossado à fachada principal. *Moçambique – Documentário Trimestral nº42, 1945.*



Imagem 204 A igreja após o apeamento do alpendre, c. 1945. *Moçambique – Documentário Trimestral nº42, 1945.*

Na tentativa de dotar a igreja de uma maior imponência e de harmonizar todo o conjunto, além do apeamento do alpendre, foi construído um prolongamento da escadaria para sudeste ligando-a ao frontispício. Conforme é possível observar no confronto das fotografias pré e pós intervenção, o murete localizado no prolongamento da escadaria, delimitando um jardim de pequenas dimensões, também parecer ter sido erguido nesta ocasião, vindo compensar, de forma algo infeliz, uma dependência “demolida por ameaçar ruína”²⁶⁴⁴. Contudo, as grandes alterações não incidiram apenas no exterior do templo, datando precisamente desta campanha a introdução de dois novos altares, um dedicado a Nossa Senhora de Fátima e um outro criado na Escola de Artes e Ofícios consagrado a São José²⁶⁴⁵. Finalmente, refira-se que durante este impulso reformador foram realizadas também algumas reparações nas dependências do antigo hospital²⁶⁴⁶ mas cuja natureza desconhecemos.

No ano de 1943, como vimos anteriormente, a igreja da Misericórdia foi inscrita no lote dos primeiros vinte e oito monumentos nacionais reconhecidos pelo governo de Moçambique²⁶⁴⁷. Na altura, tendo passado menos de dez anos sobre a grande campanha de obras promovida no interior e exterior do edifício pelo pe. Santana Sebastião da Cunha, é natural que imediatamente após a classificação do monumento não tenha sido considerado prioritário promover uma intervenção. Contudo, a reforma promovida pelo arquitecto Quirino da Fonseca no seio da CMRHM e o interesse

²⁶⁴⁴ *Ibidem*, p. 116.

²⁶⁴⁵ *Ibidem*.

²⁶⁴⁶ *Ibidem*.

²⁶⁴⁷ *Boletim Oficial de Moçambique* nº14, I Série, “Decreto nº 5:093”, 3 de Abril de 1943, p. 104.

manifestado pelo governador-geral Sarmiento Rodrigues no património histórico-artístico da antiga capital da província, explicam o facto de a partir do ano de 1963 se ter dado início ao planeamento de um novo conjunto de obras de beneficiação do conjunto da Santa Casa da Misericórdia.

Numa primeira fase, portanto em Fevereiro de 1963, o presidente da CMRHM, Manuel Honório de Matos Viegas, deu início ao processo de estudo do restauro da igreja da Misericórdia mas, também, do fortim de São Lourenço, do forte de Santo António, da fortaleza de São Sebastião e da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, além do arranjo das fachadas do Clube Sporting da Ilha de Moçambique²⁶⁴⁸. Na ausência de levantamentos gráficos deste templo e certamente a pedido do arquitecto Quirino da Fonseca que já tinha visitado o local, Matos Viegas solicitou ao director dos Serviços de Obras Públicas e Transportes que este desse indicações à Direcção Distrital de Obras Públicas de Moçambique no sentido de serem elaboradas plantas, alçados e cortes²⁶⁴⁹. Contudo, como era habitual numa província ultramarina de grandes dimensões e poucos recursos, este assunto acabou por arrastar-se ao longo do ano de 1963, sabendo que em Outubro os levantamentos solicitados ainda não tinham sido realizados²⁶⁵⁰. De modo a acelerar o processo e a impedir que este caísse no esquecimento, o próprio arquitecto Quirino da Fonseca solicitou a realização dos levantamentos necessários ao avanço das obras de conservação e restauro e, naturalmente, à realização das tão necessárias fichas de inventário²⁶⁵¹. Concomitantemente, o arquitecto sugeriu que fosse Rui Belmino da Silva Pereira a executar a tarefa cujo pagamento de 7.5000\$00 poderia sair do orçamento como “Despesas não especificadas”²⁶⁵².

Apesar de termos conseguido confirmar a autorização imediata do pedido e propostas de Quirino da Fonseca por parte do secretário provincial de Obras Públicas, Nuno Vaz Pinto²⁶⁵³, e a anteriormente mencionada inclusão das obras de restauro da igreja da Misericórdia no orçamento e plano de obras para os anos de 1964 e 1965,

²⁶⁴⁸ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], 1 Numerador de notas 1963, doc. s/n, 13 Fevereiro de 1963.

²⁶⁴⁹ *Ibidem*.

²⁶⁵⁰ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações – Propostas 1963, doc. s/n, 14 de Outubro de 1963.

²⁶⁵¹ *Ibidem*.

²⁶⁵² *Ibidem*.

²⁶⁵³ *Ibidem*.

desconhecemos se o total de 590.000\$00²⁶⁵⁴ necessário para a concretização da campanha foi aplicado no período previsto. Isto porque não temos qualquer indício documental que sustente a realização das obras em causa nos anos de 1964 e 1965, estando uma expectável referência às mesmas ausente dos relatórios de actividades da CMRHM. Assim, na nossa opinião, a necessidade de estabelecer prioridades definidas pelo estado de conservação mais ou menos grave dos diversos monumentos observados por Quirino da Fonseca poderá ter ditado o adiamento desta obra. De facto, na sua proposta de obras para o ano de 1964, o arquitecto fez uma distinção entre intervenções consideradas de “urgência”²⁶⁵⁵ e outras cuja concretização seria apenas “de interesse”²⁶⁵⁶. Neste documento verificamos que alguns dos edifícios cujo estado de conservação exigia – sob pena de perda eminente ou danos irreversíveis – acções urgentes, casos do palácio de São Paulo ou da fortaleza de São Sebastião, constam das listas de monumentos reparados em 1964 e 1965, enquanto aqueles nos quais uma intervenção não era tão necessária, caso da igreja da Misericórdia, não são mencionados, sendo possível que não tenham sido intervencionados neste período.

Por outro lado, como passaremos a demonstrar, podemos comprovar o início das diligências conducentes ao início das obras de conservação e adaptação dos anexos da igreja da Misericórdia a Museu de Arte Sacra no ano de 1966. Todavia, importa ressaltar que tal como a intenção de promover o levantamento, estudo, conservação e restauro daquele templo remonta ao ano de 1963, também a ideia de musealizá-lo já era antiga. Afinal, logo em Março de 1963 Pedro Quirino da Fonseca alertou para a existência na igreja da Misericórdia “de uma colecção de objectos de culto e adorno religiosos de grande valor, que se podem considerar únicos na Província”²⁶⁵⁷, cujos exemplares mais valiosos foram listados numa espécie de pré-inventário. Neste momento, estando as referidas esculturas, imagens, vitrais, livros, mobiliário e objectos de culto “guardados numa arrecadação em precárias condições e completo esquecimento”²⁶⁵⁸, o arquitecto alertou para a necessidade da CMRHM promover, com a necessária autorização do

²⁶⁵⁴ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], 1 Numerador de notas 1963, doc. s/n, 2 de Outubro de 1963.

²⁶⁵⁵ ARPAC, CMRHM, pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967], Numerador de Informações - Propostas 1963, doc. s/n, 22 de Março de 1963.

²⁶⁵⁶ *Ibidem*.

²⁶⁵⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 6 de Março de 1963.

²⁶⁵⁸ *Ibidem*.

bispo de Nampula, o inventário e classificação do recheio daquela igreja. Prevendo a exposição daquelas relíquias históricas, foi sugerido que a comissão estudasse o arranjo das dependências “de forma a poderem ser expostos ao público, todas estas riquíssimas peças, dignas em qualquer parte de pertencerem a um museu.”²⁶⁵⁹



Imagem 205 Coroa de Nossa Senhora que fazia parte dos tesouros localizados por Quirino da Fonseca na igreja da Misericórdia. Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, 1967.



Imagem 206 Pintura sobre madeira representando a *Visitação*, uma das obras da igreja da Misericórdia. Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, 1967.

Esta proposta inicialmente lançada pelo arquitecto Quirino da Fonseca terá recebido o aval imediato da CMRHM pois no mesmo ano de 1963 esta pediu à FCG um subsídio para a instalação de um museu sacro na província. O referido subsídio no valor de 100.000\$00 foi concedido ao governo-geral de Moçambique durante a viagem de Azeredo Perdigão a Moçambique, tendo-se destinado o mesmo precisamente à instalação de um museu de arte sacra, naturalmente com as peças localizadas por Quirino da Fonseca, na capela do palácio de São Paulo²⁶⁶⁰. No entanto, o facto das peças pertencerem à igreja da Misericórdia e o espaço de exposição ao palácio de São Paulo revelou-se um problema, pois o bispo de Nampula acabou por não autorizar a transferência do espólio²⁶⁶¹. Como forma de contornar a situação, Quirino da Fonseca, instruído por D. Manuel de Medeiros Guerreiro (1891-1978), elegeu no final do ano de 1964 as dependências da igreja da Misericórdia, nomeadamente o espaço do antigo hospital, para instalar, segundo projecto da CMRHM, o Museu de Arte Sacra da Ilha de

²⁶⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁶⁰ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, 10 de Setembro de 1963.

²⁶⁶¹ *Ibidem*.

Moçambique²⁶⁶². As razões que motivaram a escolha daquele edifício foram: a localização acessível aos visitantes e a disponibilidade e carga memorial do espaço²⁶⁶³ que, conforme procurámos demonstrar anteriormente, está intimamente ligado ao estabelecimento das primeiras confrarias em Moçambique.

Tendo em consideração a forma, por demais evidente, como a escolha do local espelha a obrigatoriedade do estabelecimento de uma relação entre Estado e Igreja, interessamos tecer algumas considerações relativas a esta questão. Afinal, deparamo-nos com um edifício que era propriedade do Estado, um conjunto de peças aparentemente pertencente à Igreja, e com uma musealização daquele espaço e integração daqueles objectos proposta por um arquitecto ao serviço da CMRHM, uma entidade estatal. Neste sentido, na nossa opinião, é fundamental sublinhar o facto do entendimento que esteve na base da fundação deste museu se ter devido, como reconheceu Maria Madalena Cagigal e Silva, às “condições especiais de boa e louvável cooperação entre o Estado e a Igreja”²⁶⁶⁴. Afinal, estando num contexto pós *Estatuto Missionário* (1941) este templo classificado como monumento nacional desde o ano de 1943, de acordo com o artigo 56º²⁶⁶⁵ daquele documento, seria propriedade do Estado com afectação permanente ao serviço da Igreja, cabendo àquele a sua conservação, reparação e restauro “de harmonia com o plano estabelecido de acordo com a autoridade eclesiástica para evitar perturbações no serviço religioso”²⁶⁶⁶. A mesma lei fixou ainda, à semelhança do que tinha sido estabelecido na *Concordata* de 1940, que era reconhecida à Igreja Católica a propriedade de paramentos, alfaias e outros objectos afectos ao culto – salvo os que se encontrassem aplicados a serviços públicos ou classificados – que à data da implantação da I República lhe pertenciam mas que estavam ainda na posse do Estado²⁶⁶⁷. Assim se compreende que o bispo de Nampula se tenha oposto à transferência das peças da igreja da Misericórdia para o palácio de São Paulo, pois apesar destas se encontrarem num “monumento nacional” não estavam elas próprias classificadas e tão pouco estavam aplicadas a um serviço público.

²⁶⁶² *Ibidem* doc. s/n, 21 de Julho de 1964.

²⁶⁶³ *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Agosto de 1965.

²⁶⁶⁴ *Ibidem*, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Drª. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, p. 63.

²⁶⁶⁵ *Diário do Governo* nº79, “Decreto-lei nº 31:207”, 5 de Abril de 1941, p. 323.

²⁶⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁶⁷ *Ibidem*.

De resto, podemos considerar este projecto de musealização da igreja da Misericórdia como um verdadeiro testemunho das melhorias substanciais nas relações entre o Estado e a Igreja durante o *Estado Novo*, notando-se, inclusivamente, uma delegação de direitos por parte do governo-geral de Moçambique à diocese de Nampula mais extensa do que se poderia prever. Por exemplo, apes

ar do *Estatuto Missionário* ter previsto que a cedência de objectos destinados ao culto mas sediados em museus do Estado para cerimónias religiosas se fizesse mediante “requisição da competente Autoridade eclesiástica”²⁶⁶⁸, a CMRHM concordou que:

*o Revº. Pároco, quando tenha necessidade de usar para o culto divino algum dos referidos objectos sagrados, o possa livremente fazer, sem necessidade de qualquer autorização, devendo repô-lo, em boas condições no lugar que no Museu lhes é reservado;*²⁶⁶⁹

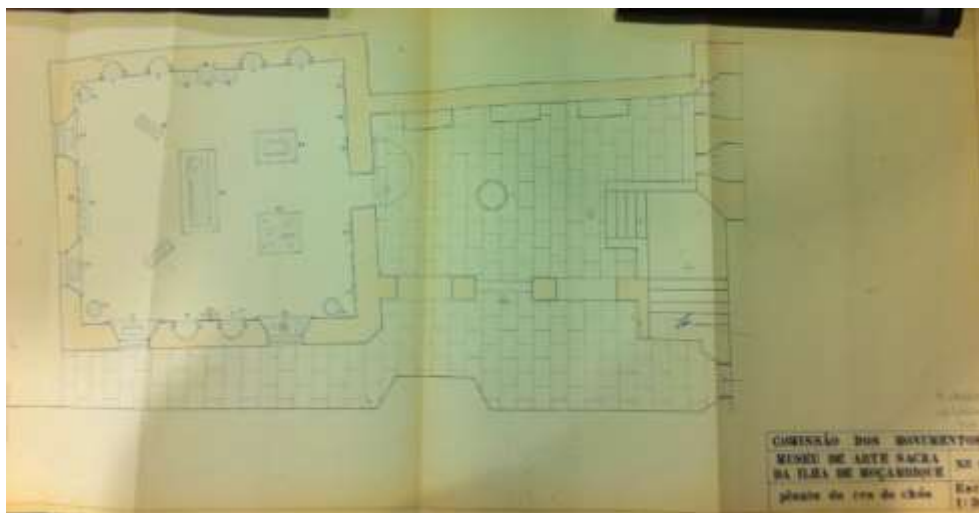


Imagem 207 Planta do rés-do-chão do antigo hospital da Misericórdia/Museu de Arte Sacra, o qual, segundo o plano de Quirino da Fonseca, deveria receber pintura, talha, paramentos e panejamentos. FCG, ASC, Processo 01891.

A par deste aspecto a CMRHM acordou que todos os objectos a expor no futuro museu mas que fossem propriedade da Igreja continuariam a sê-lo e, como tal, não poderiam sair das suas dependências²⁶⁷⁰, ou que a sua guarda, bem como a chave da igreja, continuariam confiadas ao pároco cuja função perante as peças não pertencentes à

²⁶⁶⁸ *Ibidem.*

²⁶⁶⁹ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, 17 de Agosto de 1965.

²⁶⁷⁰ *Ibidem.*

Igreja seria a de guarda e fiel depositário²⁶⁷¹. Note-se ainda que a propósito desta relação estabelecida entre o Estado e a Igreja, Cagigal e Silva aconselhou a evitar por completo deslocações das peças para fora da Ilha de Moçambique e a limitar a sua utilização a cerimónias excepcionalmente importantes²⁶⁷².

De acordo com o plano inicial gizado pelo arquitecto Quirino da Fonseca²⁶⁷³ o Museu de Arte Sacra deveria ocupar três espaços do antigo hospital da Misericórdia, sendo a localização das peças – perfeitamente identificadas para o visitante – ditada pela sua maior ou menor fragilidade perante os agentes climatéricos. Assim, o claustro destinar-se-ia a peças de interesse arqueológico-religioso, caso de lajes sepulcrais ou de pedras oriundas de templos desaparecidos. O rés-do-chão seria ocupado por pinturas, obras em talha, paramentos e panejamentos. Finalmente, no primeiro piso seriam expostas as peças de ourivesaria. Quanto aos modos de exposição ficou definido, de acordo com os preceitos da época e respeitando a natureza do edifício, que as imagens seriam colocadas em nichos e valorizadas por iluminação indirecta. Por seu lado os panejamentos e paramentos seriam expostos em vitrinas. As peças de ourivesaria ocupariam os respectivos lugares em vitrinas ou, à semelhança das peças em talhas ou pedaços de pedras antigas, os vãos das escadas e consolas, obedecendo preferencialmente a uma ordem cronológica.



Imagem 208 Estado de ruína da escadaria de acesso ao futuro primeiro andar do Museu de Arte Sacra, c. 1967. Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, 1967.

Recordando o que foi dito acerca da última grande campanha de obras promovida nos anos de 1936 e 1937, é natural que o antigo hospital, à semelhança da igreja, não exigisse grandes obras de recuperação. Todavia, não podemos esquecer que a acção dos elementos climatéricos, nomeadamente o vento impregnado de salitre, tem a capacidade de acelerar a degradação dos paramentos exteriores destas construções. Por outro lado, esta parte do conjunto foi objecto de algumas obras de adaptação à sua

²⁶⁷¹ *Ibidem*.

²⁶⁷² FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, p. 65.

²⁶⁷³ *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Agosto de 1965.

nova função, a de museu, a saber²⁶⁷⁴: substituição dos pavimentos, caixilharia e grades das janelas de modo a garantir uma maior segurança, renovação dos rebocos interiores e exteriores e lajeamento tanto do claustro como da galeria de acesso ao mesmo. Na mesma ocasião foi prevista a instalação de electricidade necessária à iluminação das peças, e a abertura de nichos nas paredes.

Perante a complexidade deste projecto de conservação, restauro e musealização de um monumento nacional mas, sobretudo, devido à falta de técnicos de museologia, de conservadores e de especialistas em arte indo-portuguesa, a CMRHM acabou por solicitar à FCG, em Agosto de 1965, a deslocação à província de um especialista em arte sacra incumbido de estudar e classificar as quarenta e oito peças reunidas e destinadas a este museu temático mas, também, o seu restauro. O plano de instalação do Museu de Arte Sacra nas dependências da igreja da Misericórdia bem como o nome avançado por Vítor de Sá Machado, director do Serviço do Ultramar da FCG, para responder ao pedido de deslocação de um especialista, Maria Madalena Cagigal e Silva, seriam aprovados por Azeredo Perdigão em Fevereiro de 1966²⁶⁷⁵. Concomitantemente, o Conselho de Administração da fundação autorizou a aplicação dos 100.000\$00 anteriormente entregues ao governo-geral de Moçambique nestas obras de restauro e adaptação do hospital da Misericórdia²⁶⁷⁶. A esta verba acresceria o subsídio de cerca de 10.000\$00²⁶⁷⁷ para a viagem da especialista em arte indo-portuguesa.

Se é verdade que Cagigal e Silva não era especificamente, como se pedia, uma especialista em arte religiosa era, por outro lado, uma reconhecida perita em arte indo-portuguesa e conservadora do Museu de Arte Popular. Perante a proposta lançada por Sá Machado em nome da FCG, Maria Madalena Cagigal e Silva não demorou a partir para Moçambique, sabendo que no dia 7 de Julho de 1966 já se encontrava na província²⁶⁷⁸. Ali, além da sua estadia de cerca de 25 dias na Ilha de Moçambique e nos vizinhos Mossuril, Cabaceira Grande e Cabaceira Pequena, Cagigal e Silva visitou também a Beira, Lourenço Marques e Nampula, tendo sido recebida e acompanhada

²⁶⁷⁴ *Ibidem*.

²⁶⁷⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 10 de Fevereiro de 1966.

²⁶⁷⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 18 de Maio de 1966.

²⁶⁷⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 15 de Setembro de 1966.

²⁶⁷⁸ *Ibidem*, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, s/p [p.6].

nestas andanças por grandes figuras da província, nomeadamente os anteriormente referidos engenheiro Vaz Pinto, Pedro Quirino da Fonseca mas, também, pelo arquitecto Rui Pimentel (1924-), especialista em mobiliário²⁶⁷⁹ que se encontrava desde 1964 em Lourenço Marques, por Maria Regina Pinto Fernandes Coelho da Silva, directora do Arquivo Histórico de Moçambique e por Octávio Rosa de Oliveira, director do Museu da Beira.

Se é certo que a missão de Maria Madalena Cagigal e Silva implicava prioritariamente o estudo, inventariação e classificação das obras destinadas ao Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique, note-se que na mesma ocasião os museus Dr. Álvaro de Castro e o Histórico-Militar, ambos em Lourenço Marques, bem como o Museu de Nampula, também foram objectos de estudo²⁶⁸⁰. Se é verdade que por um lado, conforme temos procurado demonstrar, Moçambique contava desde 1943 com uma comissão de monumentos cuja actividade era muito condicionada pelos poucos técnicos e verbas, por outro, conforme relatou a conservadora do Museu de Arte Popular, o cenário em termos de museografia era ainda mais confrangedor:

*não dispõe ainda de especialistas de museografia, ou, por outras palavras, de conservadores dos museus, pessoas que tenham feito o seu estágio ou o seu curso de conservação dos museus, palácios e monumentos nacionais, é neste campo que se põe grande parte dos problemas e sobre o qual se pedem muitos esclarecimentos*²⁶⁸¹.

Numa tentativa de mitigar as dificuldades sentidas pelos responsáveis dos museus de Moçambique e, evidentemente, de maximizar os resultados da sua missão na província,

²⁶⁷⁹ Rui Pimentel Ferreira (pseudónimo ARCO) formou-se em Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto, tendo iniciado a sua carreira nos ateliers de Fernando Tudela, Fernando Barbosa e Arménio Losa. Nos primeiros anos projectou sobretudo habitações e estabelecimentos comerciais. No ano de 1964 rumou a Lourenço Marques para auxiliar na instalação do Gabinete de Urbanização onde viria a trabalhar até 1965. Dois anos antes, a convite de Carlos Ramos, planeou a *Exposição de Arte Negra* apresentada na *Exposição Magna da Escola de Belas Artes do Porto* e no Palácio Foz. Entre 1970 e 1972 participou no Conselho de Obras Públicas da Província de Moçambique como delegado do governo-geral. Acerca de Rui Pimental Ferreira vide Universidade do Porto, “Antigos estudantes ilustres da Universidade do Porto”, disponível em http://sigarra.up.pt/up/pt/WEB_BASE.GERA_PAGINA?P_pagina=1004309, consultado a 24 de Dezembro de 2013.

²⁶⁸⁰ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, pp. 9-11.

²⁶⁸¹ *Ibidem*, pp. 2-3.

Cagigal e Silva, na sequência das visitas acima mencionadas e dos contactos estabelecidos, incluiu no seu relatório entregue à FCG, além das suas análises, umas altamente valiosas “Noções gerais de museografia” cuja circulação e estudo possibilitariam reformas nos museus existentes e a criação de novos espaços pautados pelo seguimento dos modelos desenvolvidos na metrópole²⁶⁸².

Pouco tempo depois da sua chegada à ilha a 10 de Julho de 1966, Cagigal e Silva confessou a Vítor de Sá Machado que “Julgo que na Misericórdia só se poderá, realmente, fazer um museu pequenino, mas muito bonito e agradável para o visitante.”²⁶⁸³. As visitas ao edifício e, particularmente, aos anteriormente seleccionados claustro, rés-do-chão e primeiro andar do antigo hospital da Misericórdia, terão decorrido com a companhia do arquitecto Rui Pimentel, uma vez que, segundo apurámos, Pedro Quirino da Fonseca encontrar-se-ia na metrópole no âmbito da *Moçambique – Engenharia, Arquitectura e Actividades Económicas*, uma exposição organizada no Instituto Superior Técnico no âmbito das comemorações do 40º aniversário da revolução de 28 de Maio de 1926. Quanto à necessidade de obras de

²⁶⁸² A título de curiosidade refiram-se algumas das considerações tecidas por Cagigal e Silva. O Museu Álvaro de Castro deveria, na sua opinião, dar lugar a dois museus distintos, um dedicado à fauna e outro à etnografia, e o seu sistema de etiquetagem deveria ser repensado. O Museu Histórico-Militar instalado na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição “não está mal”, avançando-se com a hipótese de ocupar um maior número de salas e de se repensar a sua apresentação. Além disso, a propósito de algumas das inscrições presentes, Cagigal e Silva defendeu que sempre que possível estas deveriam ser mantidas nos locais de origem, isto é, nos próprios monumentos. O Museu de Nampula foi visitado a pedido de Vítor de Sá Machado e nesta ocasião Cagigal e Silva indicou urgência num auxílio ao mesmo sobretudo pelo seu interesse etnográfico e potencial educativo. Para este museu a conservadora sugeriu uma melhoria na posição das vitrinas, a modernização do sistema de etiquetagem e o aumento do número de salas. Perante a heterogeneidade de responsabilidades da CMRHM, Cagigal e Silva sugeriu que cada monumento e cada museu tivesse o seu próprio conservador. Este conservador deveria sê-lo de profissão e não meramente de carreira, promovendo-se, neste sentido, a sua educação na metrópole ou a organização de cursos na província. Propôs-se, também, a criação de galerias e de museus de Belas Artes, preenchendo, assim, uma lacuna óbvia. Outra das propostas apresentadas prendia-se com a elaboração de pequenos catálogos e guias, facilitando o conhecimento e propaganda dos espaços. Relativamente às noções gerais de museografia a autora incidiu na educação dos responsáveis pelos museus (arquitectos, conservadores e investigadores); na necessidade de organizar as colecções, promovendo um inventário e o seu registo em fichas como aquelas utilizadas nos museus da metrópole, bem como o seu estudo aprofundado e classificação; na atenção necessária à escolha do edifício, aconselhando-se, quando possível, um monumento cuja localização deveria ser aprazível, preferencialmente num jardim; no estabelecimento de zona de protecção; na obrigatoriedade de ter um sistema de segurança válido; nos serviços existentes: guarda, vendas, administração, investigação, informação, tratamento/restauro, serviços telefónicos, jardinagem; na realização de estatísticas e registo dos visitantes; no pessoal necessário, do director e do conservador-chefe ao chefe dos serviços fotográficos; ou nos horários. Cf. FCG, ASC, Processo 01891, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966.

²⁶⁸³ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, 14 de Julho de 1966.

conservação, restauro ou adaptação, preocupações da esfera de responsabilidade de Quirino da Fonseca, Cagigal e Silva não se pronunciou, tendo considerado, no entanto, que o edifício daria um “museu muito interessante”²⁶⁸⁴ devido à existência de uma porta própria e possibilidade de independência face à igreja. Concomitantemente elogiou o percurso sugerido que pela conjugação dos três espaços “refrescava e aliviava o espírito”²⁶⁸⁵ dos visitantes aquando da sua passagem pelo claustro; a existência de ferragens interessantes nas portas; e a possibilidade de expansão para outras salas do primeiro andar, então afectas à igreja. Todavia, após o término do inventário das colecções a expor no futuro Museu de Arte Sacra, a conservadora do Museu de Arte Popular sentiu a necessidade de expansão para a capela de São Paulo²⁶⁸⁶ que, como vimos, tinha sido inicialmente pensada para acolher este projecto. No entanto, possivelmente devido à anteriormente referida posição do bispo de Nampula relativa à transferência de peças, este alargamento, embora compreensível e até tentador devido ao ambiente criado pelo púlpito e retábulo do altar-mor, não ocorreu aquando da intervenção arquitectónica. A sugestão de utilizar o antigo convento de São Domingos, então Tribunal, como espaço dependente do museu²⁶⁸⁷, também não teve consequências.

Apesar de não termos oportunidade de aprofundar a variedade e valor dos objectos de cariz indo-português, português ou estrangeiro inicialmente eleitos para constituir o recheio do Museu de Arte Sacra, parece-nos necessário tecer, pelo menos, uma consideração que julgamos fundamental para a compreensão da importância desta campanha de obras de



Imagem 209 Ficha de inventário elaborada por Maria Madalena Cagigal e Silva. FCG, ASC, Processo 01891.

²⁶⁸⁴ *Ibidem*, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, p. 66

²⁶⁸⁵ *Ibidem*.

²⁶⁸⁶ *Ibidem*, p. 67.

²⁶⁸⁷ *Ibidem*.

restauro e adaptação das instalações do antigo hospital da Misericórdia. Analisando o inventário²⁶⁸⁸ elaborado por Maria Madalena Cagigal e Silva, deparamo-nos com a existência de um universo de mais de uma centena de objectos na igreja da Misericórdia, sobretudo peças em metal e esculturas mas, também, mobiliário, pintura, cerâmica, têxteis, uma litografia e um vitral. Sem querer menosprezar o irrefutável e por demais evidente valor de algumas das peças, sobretudo do núcleo de metais trabalhados constituído por “peças únicas”²⁶⁸⁹ e “inexistentes nas colecções por mim percorridas na Europa”²⁶⁹⁰, uma das características mais interessantes deste conjunto é a sua proveniência. Isto porque a esmagadora maioria das peças, sejam elas uma escultura quinhentista da *Virgem*, partes de colunas trabalhadas, uma *Visitação* seiscentista em pintura, sacrários ou cálices, são provenientes dos conventos extintos na sequência do conhecido decreto de 1834. Deste modo, podemos concluir que as peças originalmente reunidas para integrarem o Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique são, afinal, um testemunho de grande interesse para o estudo das consequências da extinção das ordens religiosas para o património artístico, tendo a particularidade de nos elucidarem acerca do que aconteceu no caso específico do ultramar português. Na Ilha de Moçambique, seguindo a directriz de 1834 mas apenas no ano de 1892, os objectos de culto que pertenceram à irmandade do Santíssimo e à confraria da Misericórdia foram reunidos na Tesouraria da província, inventariados²⁶⁹¹ e (re)distribuídos pelas igrejas e capelas da Ilha e do Mossuril²⁶⁹².

²⁶⁸⁸ O conjunto de fichas de inventário encontra-se organizado por tipo de objecto, a saber: litografias, vitral, cerâmica, tecidos, mobiliário e metal. Relativamente à estrutura de cada uma das fichas observa-se a existência de catorze campos: número de ordem, número de inventário, objecto, matéria, data da incorporação, proveniência, dimensões, escola e época, conservação, autor, assunto, colocação, descrição e observações. O campo das observações era essencialmente preenchido com referências à importância da peça, à necessidade de restaurar, tratar, conservar, limpar ou consolidar, à intenção de integrar no museu ou de arrolar. Depois deste inventário, segundo a mesma autora, as peças deveriam receber o tratamento indicado – de limpeza, consolidação e, apenas se necessário, de restauro – e ser numeradas de acordo com os preceitos da época: metal branco para escultura e mobiliário, fitas marcadas para pintura e cerâmica, tecido bordado para os têxteis, metal para os metais e tinta para o vitral. Cf. FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, pp. 60-63; doc. s/n, [Inventário dos objectos existentes na igreja da Misericórdia, destinados ao futuro museu da Ilha de Moçambique], s/d [1966].

²⁶⁸⁹ FCG, ASC, Processo 01891, doc. s/n, [Relatório dos trabalhos efectuados em Moçambique pela Dr^a. Maria Madalena Cagigal e Silva], 1966, p. 59.

²⁶⁹⁰ *Ibidem*.

²⁶⁹¹ *Boletim Oficial de Moçambique* nº34, I Série, “Relatório da Comissão nomeada para inventariar as alfaías religiosas, e relação das alfaías inventariadas”, 20 de Agosto de 1892, pp. 361-362.

²⁶⁹² *Boletim Oficial de Moçambique* nº34, I Série, “Portaria nº368”, 20 de Agosto de 1892, pp. 353-354.

Retomando a intervenção arquitectónica em estudo, refira-se que num momento marcado pela recorrente falta de meios humanos e económicos, as obras de adaptação das dependências do antigo hospital da Misericórdia acabaram por ser eleitas como um dos poucos empreendimentos de grande escala desenvolvidos no ano de 1967. Esta situação reflecte a adopção de uma nova estratégia pela CMRHM: a tentativa de “não se dispersar em actividades múltiplas de forma a concretizar um certo número de empreendimentos já começados”²⁶⁹³. Por outro lado, as obras de adaptação deste edifício cujo estado de conservação, como avançámos anteriormente, não seria grave, beneficiaram do facto dos serviços militares terem participado as aparentemente incessantes obras de restauro da fortaleza de São Sebastião²⁶⁹⁴. Deste modo, no ano de 1967 a CMRHM conseguiu libertar da sua exígua dotação anual 143.300\$00²⁶⁹⁵ que, de outra forma, seriam obrigatoriamente aplicados em obras já em curso ou verdadeiramente necessárias, como era o caso da referida fortificação. No ano de 1968, concorrendo em termos de valor apenas com a campanha da fortaleza de São Sebastião, a CMRHM empregou nas obras de conservação e adaptação dos anexos da igreja da Misericórdia 104.600\$00²⁶⁹⁶.

Com estas verbas, entre os anos de 1967 e 1969 as obras nas dependências do antigo hospital da Misericórdia caracterizaram-se, essencialmente, pela substituição dos pavimentos, da caixilharia e, também, dos rebocos. Paralelamente foram realizados trabalhos na própria igreja, nomeadamente a renovação dos rebocos exteriores e “algumas correcções nos seus alçados”²⁶⁹⁷, cujos contornos não conseguimos



Imagem 210 Vista do espaço de exposição no primeiro andar, destacando-se o mobiliário criado por Rui Pimentel.

apurar. De resto, a intenção de adaptar o espaço em causa a Museu de Arte Sacra

²⁶⁹³ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº4, 1968, p. 71.

²⁶⁹⁴ *Ibidem*.

²⁶⁹⁵ *Ibidem*, p. 72.

²⁶⁹⁶ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº5, 1969, p. 78.

²⁶⁹⁷ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº6, 1970, p. 88.

implicou, também, a criação de vitrinas e outro tipo de mobiliário expositor, cuja execução foi entregue ao arquitecto Rui Pimentel²⁶⁹⁸. Além disso, aliando as necessidades de um museu ao objectivo instituído de devolver ao edifício restaurado – um testemunho arquitectónico do estabelecimento das primeiras confrarias em Moçambique – as características da sua época áurea, o arquitecto Quirino da Fonseca encomendou à Escola de Artes e Ofícios e a outros artífices as ferragens e fechos necessários, todos executados “ao estilo da época”²⁶⁹⁹.

Obra nascida da conjugação de vontades da CMRHM, da FCG, do governo-geral de Moçambique e da diocese de Nampula, e materializada por um arquitecto-restaurador conhecedor das práticas e critérios de intervenção vigentes na metrópole, por uma estudiosa da arte indo-portuguesa e conservadora de profissão, por um arquitecto especialista em mobiliário e, possivelmente, por centenas de trabalhadores locais anónimos, o Museu de Arte Sacra da Ilha de Moçambique foi inaugurado a 23 de Novembro de 1969. A inauguração deste que é o mais antigo dos museus existentes na Ilha de Moçambique²⁷⁰⁰ foi integrada nas festividades relacionadas com o anteriormente referido plano de valorização da antiga capital da província e com as comemorações da estadia de Luís Vaz de Camões naquele local e do nascimento de Vasco da Gama. Concretizava-se, assim, um dos objectivos traçados por homens como Baltazar Rebelo de Sousa, Quirino da Fonseca ou Alexandre Lobato: um museu de arte portuguesa ultramarina instalado num vetusto hospital da Santa Casa da Misericórdia ou, por outras palavras, um modelo demonstrativo da possibilidade (e necessidade) de coabitação do passado com o presente, da conservação com a modernização.

²⁶⁹⁸ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique*, nº4, 1968, p. 71.

²⁶⁹⁹ “Ilha de Moçambique – restauro, conservação dos monumentos e montagem do Museu de Arte Sacra”, s/d [1969?], recorte de jornal pertencente ao espólio particular de Pedro Quirino da Fonseca.

²⁷⁰⁰ O Museu de Artes Decorativas instalado no palácio de São Paulo foi inaugurado no ano de 1971. No ano seguinte, graças aos objectos encontrados durante as missões de arqueologia subaquática promovidas nos anos 60, inaugurou-se o Museu da Marinha no rés-do-chão do palácio de São Paulo. Estes dois núcleos museológicos formam juntamente com o Museu de Arte Sacra o “Museus da Ilha de Moçambique” (MUSIM), organismo criado no ano de 2004 com o intuito de dar existência legal a estas instituições, promover a salvaguarda deste património e contribuir para o desenvolvimento da região.



Imagem 211 Inauguração do Museu de Arte Sacra pelo governador-geral Baltazar Rebelo de Sousa a 23 de Novembro de 1969. *Notícias: diário da manhã*, 24 de Novembro de 1969.



Imagem 212 Visita ao Museu de Arte Sacra aquando da sua inauguração. *Monumenta*, nº6, 1970.

Algumas considerações

A capacidade de canalizar moeda estrangeira proveniente da África do Sul ou da Rodésia para o Banco de Portugal e a sua troca por escudos, bem como a aptidão para produzir matérias-primas que permitissem diminuir na metrópole as importações de produtos estrangeiros a par, naturalmente, do estatuto de província historicamente portuguesa, explicam o claro interesse do *Estado Novo* por Moçambique, território reclamado pelos movimentos de libertação sobretudo a partir dos anos 60. É precisamente a partir deste momento que assistimos ao incremento da salvaguarda do património arquitectónico de Moçambique, datando do ano de 1962 o início de uma nova fase da então fosca Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, organismo criado no ano de 1943, o segundo desta natureza na África portuguesa.

Coincidindo com o aumento da contestação nacional e internacional e com a evolução da guerra colonial, assistimos, por exemplo, à tentativa de estabelecimento de uma relação entre monumentos e turismo, entre passado e presente, à musealização de monumentos restaurados e ao desenvolvimento de um grande programa de valorização da Ilha de Moçambique por ocasião das comemorações centenárias da estada de Luís Vaz de Camões naquele território insular e do nascimento de Vasco da Gama. Este incremento foi visível, sobretudo, neste núcleo patrimonial da Ilha de Moçambique pois a antiga capital da colónia era um dos mais eloquentes testemunhos materiais da ancestralidade da presença portuguesa na África Oriental.

A campanha de obras de restauro e musealização do hospital da Misericórdia reflecte exemplarmente esta situação. Estamos perante o resultado de um programa que objectivou a criação num monumento nacional e marco da presença das primeiras irmandades, de um museu de Arte Sacra destinado, no âmbito de um plano mais vasto, a atrair turistas e, por conseguinte, capital necessário à reactivação da outrora capital da colónia. Esta e outras campanhas foram orientadas pelo desejo de recuperar o aspecto e ambiente da Ilha de Moçambique enquanto antiga capital da província, razão pela qual se optou frequentemente pela eliminação de elementos posteriores à época de maior esplendor do território e pela formação dos artífices locais de modo a que estes apresentassem os seus trabalhos “à maneira da época”²⁷⁰¹. Por outro lado, o caso da mesquita de Gulamo cujo restauro também foi integrado no programa desenvolvido em 1969 para os monumentos da Ilha de Moçambique, é sintomático da política de aproximação/integração de Baltazar Rebelo de Sousa, um reformista que, tal como Marcello Caetano, procurou promover uma certa “africanização” da política colonial *estadonovista*.

Assim concluímos que independentemente de estarem ao serviço de um política colonial mais conservadora ou de outra mais reformista, os monumentos de Moçambique foram, de facto, entendidos e tratados neste âmbito cronológico como poderosos bastiões da ancestral presença portuguesa além-mar.

6. O CASO DA ÍNDIA PORTUGUESA

A Comissão Permanente de Arqueologia da Índia Portuguesa detém o estatuto do mais antigo dos serviços públicos dedicados à salvaguarda dos monumentos nacionais do ultramar português. Criada no ano de 1895 e definitivamente extinta em 1951, esta comissão destacou-se pela forma pioneira como ao longo de mais de meio século e sobrevivendo a guerras e mudanças de regimes, protegeu, conservou, restaurou e divulgou os monumentos de Goa, Damão e Diu, testemunhos de mais de quatro centúrias de presença portuguesa no subcontinente indiano. Porém, como veremos, a salvaguarda patrimonial neste território colonial foi igualmente advogada no âmbito cronológico deste estudo pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas, por Mário Chicó,

²⁷⁰¹ ARPAC, CMRHM, pt. 14 – Cabo Delgado, P5, doc. s/n, 26 de Agosto de 1955.

Baltazar Castro, pelo governador Vassalo e Silva e, ainda, por Luís Benavente que ironicamente acabou por assistir à dramática queda do Estado Português da Índia no ano de 1961.

6.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência

Os monumentos da Índia Portuguesa ilustram na perfeição aquelas que consensualmente sabemos terem sido as duas grandes motivações do extraordinário processo nacional de expansão e fixação além-mar: a ambição de crescimento económico e a missão de propagação da Fé católica.

Ao percorrermos este outrora território português deparamo-nos precisamente com as feitorias e sistemas fortificados de Diu, Damão, Baçaim, Angediva, de Goa ou da Ilha de Tiswadi, construções que permitiram ao longo dos séculos defender os portugueses das diversas investidas perpetradas por inimigos de origens tão diversas como o império Mogul ou a Holanda. Por outro lado, é bem conhecida a importância da fixação das comunidades religiosas com a edificação das respectivas igrejas, casas ou colégios de franciscanos, jesuítas, dominicanos, agostinianos ou hospitaleiros, tanto no norte e no sul da Índia como evidentemente em Goa, berço da incontornável *Roma do Oriente*, a cidade de Velha Goa. Assim o comprovam, entre muitos outros exemplos possíveis, as ruínas da igreja de Nossa Senhora da Vitória do convento dominicano de Damão, a igreja e o convento de São Francisco de Diu, a igreja e o convento de São Caetano dos teatinos, o convento e igreja dos agostinhos ou a fachada da igreja de São Paulo, templo do colégio jesuítico homónimo, estes três últimos conjuntos edificadas em Velha Goa.

É também em Goa, nomeadamente em Pangim, que encontramos não na distintiva laterite²⁷⁰² mas em betão e em outros materiais modernos, os mais conhecidos exemplares de edifícios e equipamentos públicos dos séculos XIX e XX, os testemunhos resistentes de uma série de campanhas que resultaram essencialmente da transição definitiva no ano de 1843 da capital do Estado Português da Índia de Velha Goa para

²⁷⁰² Cf. Walter Rossa, "Goa", José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 180.

aquela cidade mas, também, de sucessivas reformas administrativas ou educativas²⁷⁰³. Referimo-nos, por exemplo, ao edifício da Alfândega construído nas primeiras décadas do século XIX, ao vizinho mas mais tardio Tribunal da Relação ou ao pavilhão do Hospital Escolar de Goa, uma obra iniciada já nos anos 20 do século XX.

Durante o *Estado Novo*, sobretudo após a marcante concessão de independência à União Indiana e ao Domínio do Paquistão no ano de 1947, deparamo-nos com uma investida pública em duas frentes bem distintas mas absolutamente complementares, isto é, a construção de novos edifícios e equipamentos²⁷⁰⁴ – tais como escolas, mercados, pontes, sistemas de abastecimento de água – e a salvaguarda dos monumentos históricos de Goa, Damão e Diu. O primeiro cenário persiste ainda hoje, conforme testemunham, por exemplo, a antiga Escola Comercial e Industrial de Goa (actual Goa College of Pharmacy) e o infantário Ninho Dr. António de Oliveira Salazar (actual Institute of Public Assistance), duas construções escolares da década de 50, o bairro da Associação do Montepio da Polícia do Estado da Índia, conjunto de linhas modernas em Diu, ou o hospital de Damão.

Tendo o pleno entendimento da impossibilidade de desassociar estas duas questões, isto é, a construção de obras públicas e a salvaguarda patrimonial, foquemo-nos nos casos dos monumentos que entre 1930 e 1961, ano da queda do Estado Português da Índia, foram conservados e restaurados de modo a demonstrarem, em conjunto com os novos edifícios construídos em seu redor, o interesse, respeito e orgulho dos portugueses por aqueles territórios ultramarinos.

Fortaleza de Damão: Esta fortaleza cujas origens remontam à fase pré-presença portuguesa terá sido gizada certamente a partir de 1581, senão mais cedo, possivelmente por António Pinto da Fonseca, militar português que estudou na

²⁷⁰³ Acerca desta questão vide Alice Santiago Faria, “Equipamentos e Infraestruturas”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 187; *Idem*, “Equipamentos e Infraestruturas”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 299-308.

²⁷⁰⁴ Sobre a organização e actividade da Direcção dos Serviços de Obras Públicas em Goa vide Alice Santiago Faria, *L’Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926*, tese de doutoramento apresentada à Université Paris 1 – Pantheon-Sorbonne, Paris, 2010, 2 vols.

Flandres²⁷⁰⁵. Em conjunto com o forte de São Jerónimo, construção erguida na margem contrária, portanto em Damão Pequeno, a praça de Damão Grande com os seus dez baluartes constituía uma notável obra de defesa do rio Damanganga.



Imagem 213 Vista da fortificação de Damão Grande, 1951.
FMS, FMAC, pt.07105.000.177.

Sistema fortificado de Diu: O impressionante conjunto militar erguido na costa da península Guzerate, à entrada do golfo de Cambaia, é constituído pela fortaleza, pelo “Fortim do Mar”, erguido em plena embocadura do canal, e pela cerca que envolve a cidade. A construção portuguesa, ou se preferirmos a reconstrução e adaptação da fortificação pré-existente, terá começado no ano de 1535 sob a liderança de Martim Afonso de Sousa²⁷⁰⁶. Entre cercos, reconstruções, restauros e necessidades de adaptação da construção a novas realidades, este sistema fortificado foi sendo renovado e mantido por homens – como D. João de Castro (1500-1584) e o seu engenheiro Francisco Pires – que claramente compreenderam a importância daquele ponto de presença portuguesa no Oriente. Ainda assim parece que a actual configuração não destoa grandemente do sistema existente na década de 40 do século XVI²⁷⁰⁷. A partir dos anos 30 e 40 do século XX, respectivamente, a fortificação foi utilizada como prisão e depósito de degredados.

Igreja de São Paulo ou de Nossa Senhora da Conceição, Diu: A primeira pedra desta obra foi lançada no ano de 1601²⁷⁰⁸, sendo possível que em 1807 tenha sido promovida

²⁷⁰⁵ Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822 – O espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 149-150.

²⁷⁰⁶ *Ibidem*, p. 136.

²⁷⁰⁷ Walter Rossa, Nuno Grancho, “Arquitectura Militar”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 121-125.

²⁷⁰⁸ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 143.

a substituição da fachada nascente do colégio²⁷⁰⁹. A igreja propriamente dita, também ela do início da centúria de Seiscentos, foi gizada pelo pe. Gaspar Soares²⁷¹⁰ que a dotou de uma só nave coberta por uma abóbada de canhão ritmada por caixotões. O seu aspecto mais notável reside, sem dúvida, na fachada principal, na qual os autores²⁷¹¹ têm visto uma forte influência temática da igreja do Bom Jesus de Velha Goa. Notável é, inquestionavelmente, a forma como os pedreiros locais trabalharam os motivos decorativos evidentemente europeus – da Flandres e da Itália – não só nesta fachada principal mas também na igualmente exuberante fachada lateral sul.

Arco dos Vice-Reis, Velha Goa: Esta construção foi erguida no ano de 1597 na antiga porta do cais, portanto entre o Terreiro do Paço e o Terreiro dos Vice-Reis, como forma de celebrar, segundo a vontade do vice-rei Francisco da Gama (1565-1632), o feito liderado cem anos antes pelo seu bisavô Vasco da Gama. Esta iniciativa foi eternizada numa peça em bronze actualmente colocada no interior do arco mas outrora exposta sobre o remate do nicho²⁷¹². O projecto deste arco comemorativo foi entregue a Júlio Simão, sendo habitual a referência a uma hipotética inspiração num desenho



Imagem 214 Face do arco virada ao rio Mandovi com a imagem de Vasco da Gama no nicho.

inserido no *Livro IV* (1540) de Sebastião Sérlio (1475-1554)²⁷¹³. Curioso é o facto desta construção, ao contrário do que é habitual nos arcos triunfais, não ser simétrica, observando-se uma face enobrecida no lado virado ao Mandovi, em granito e com reproduções de esferas armilares e corças no entablamento, e outra face manifestamente mais simplificada no lado contrário. É precisamente na face exterior, aquela virada ao rio, que encontramos a estátua de Vasco da Gama no nicho aberto sobre o entablamento. Todavia, esta não foi sempre a realidade pois no final de 1600

²⁷⁰⁹ Paulo Varela Gomes, “Colégio do Espírito Santo e igreja de Nossa Senhora da Conceição ou de São Paulo”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 128.

²⁷¹⁰ *Ibidem*, p. 127.

²⁷¹¹ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 143, Paulo Varela Gomes, *op. cit.*, p. 128.

²⁷¹² António Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*, New Dehli, Asian Educational Services, 1997, vol. 1, p. 66.

²⁷¹³ Walter Rossa, “Arco dos Vice-Reis”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 263.

num “ignóbil desacato”²⁷¹⁴ a imagem do homenageado foi partida e, depois, substituída por uma outra de Santa Catarina de Alexandria. Mais tarde, no ano de 1606, o Senado da Câmara decidiu construir um segundo andar e nicho sobre os existentes, tendo colocado nesse novo elemento a referida imagem da padroeira de Velha Goa e uma outra de Vasco da Gama no seu lugar original²⁷¹⁵. Esta disposição, como veremos adiante, viria a ser alterada já no século XX. Refira-se ainda que no interior do arco observamos uma representação de D. João de Castro, elemento colocado no ano de 1655.

Capela de Santa Catarina, Velha Goa: A primeira igreja dedicada à padroeira de Velha Goa foi erguida imediatamente após a conquista da cidade no local da antiga muralha muçulmana trespassada por Afonso de Albuquerque (1453-1515). No entanto, conforme foi sublinhado por António Nunes Pereira²⁷¹⁶, este templo em taipa que mais tarde daria lugar à futura “sé velha”, igreja demolida no início do século XVII, não corresponde à actual capela de Santa Catarina. Esta terá resultado da reforma promovida, no ano de 1550, pelo governador Jorge Cabral de um outro templo existente junto das mesmas portas trespassadas por Albuquerque. A actual capela de Santa Catarina, remodelada em 1607²⁷¹⁷, tem uma única nave e a sua fachada é marcadamente clássica com três corpos demarcados por pilastras, o central e os dois correspondentes às duas torres sineiras. O portal em cantaria é coroado por um frontão triangular interrompido no topo²⁷¹⁸. Curiosa é, como já foi apontado por vários autores²⁷¹⁹, a estranha articulação entre as pilastras dos outrora primeiro e segundo níveis, pois entre ambas surge um incomum característico capitel dórico, sentindo-se a falta de um entablamento que, conforme podemos ver numa fotografia de Souza & Paul²⁷²⁰ bem conhecida e naquela menos comum que apresentamos, existiu. Na verdade esta organização pouco canónica resultou, como demonstraremos adiante, do restauro realizado no ano de 1952.

²⁷¹⁴ *Velha Goa: Guia Histórico*, Goa, Repartição de Estatística e Informação, 1952, p. 8.

²⁷¹⁵ *Ibidem*.

²⁷¹⁶ António Nunes Pereira, *A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, p. 94.

²⁷¹⁷ *Ibidem*.

²⁷¹⁸ Esta situação verifica-se também, como vimos, na igreja de Nossa Senhora do Carmo de Luanda.

²⁷¹⁹ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 69; António Nunes Pereira, “Capela de Santa Catarina”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 247.

²⁷²⁰ João Loureiro, *Postais antigos do Estado da Índia*, Lisboa, João Loureiro e Associados, 1998, p. 57.



Imagem 215 Fachada da capela de Santa Catarina com o entablamento e totalmente rebocada, aspectos alterados no ano de 1952, s/d. ACTDC/IICT, nº 6298.



Imagem 216 Fachada da mesma capela após o restauro dos anos 50.

Capela de Santo António, Velha Goa: Esta capela localizada no cume do Monte Santo, a sul da igreja de Nossa Senhora do Rosário, parece ter sido erguida entre os anos de 1537 e 1572²⁷²¹. No ano de 1606 a administração da capela foi entregue aos padres agostinhos, correspondendo a esta fase uma nova remodelação para a qual se terá aproveitado, aparentemente, parte de uma anterior estrutura circular para a fachada, construindo-se, então, a capela de formato rectangular. Dado que à data os agostinhos estavam a construir o convento de Nossa Senhora da Graça, parece natural que a composição do interior deste templo tenha sido influenciada por essa edificação, nomeadamente ao nível da criação de uma ilusão de grandiosidade através da sugestão de capelas laterais (falsas) ou de janelas cujas balaustradas são em *trompe-l'oeil*²⁷²². Este interior é, de resto, célebre pela predominância da sua cor azul celeste.

Colégio e igreja de São Paulo, Velha Goa: Curiosamente a história deste complexo remonta a um período anterior à chegada dos jesuítas a Goa, dado que o seminário dirigido por estes a partir de 1547 foi inicialmente edificado pelos membros da confraria para a Conversão à Fé²⁷²³. Depois de ampliações sucessivas no ano de 1576 os jesuítas optaram pela construção de um novo edifício: o seminário da Santa Fé dava, assim, lugar ao colégio de São Paulo, actualmente inexistente. Na sequência do início da

²⁷²¹ António Nunes Pereira, Sidh Mendiratta, “Capela de Santo António”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 248.

²⁷²² *Ibidem*.

²⁷²³ António Nunes Pereira, *A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, pp. 115-116.

ligação dos jesuítas à referida confraria, foi promovida, a partir do ano de 1560, a edificação de uma nova igreja de três naves sob aquela coeva do seminário da Santa Fé, tendo-se mantido, no entanto, a dedicação a São Paulo²⁷²⁴. Foi precisamente para a antiga igreja de São Paulo que no ano de 1553 o pe. Manuel de Távora, vindo de Malaca, transportou os restos mortais de São Francisco Xavier que, aquando da construção do novo templo jesuíta, voltaram a ser trasladados. O período de decadência começou em 1624, ano em que, na sequência da canonização de 1622, se determinou a transferência do corpo do *Apóstolo das Índias* para um templo mais central: a igreja do Bom Jesus. A parte central da fachada da igreja cuja autoria tem sido atribuída a Martim Ochoa ou a Simão de Ruão²⁷²⁵ e a capela de São Francisco Xavier são, deste modo, os dois únicos elementos arquitectónicos que actualmente recordam a existência do complexo de São Paulo.



Imagem 217 A fachada da igreja de São Paulo em ruínas, c. 1930. João Loureiro, *Postais antigos do Estado da Índia*, 1998.

Convento e igreja da Cruz dos Milagres, Velha Goa: O início das obras de construção desta igreja no Monte da Boavista data do ano de 1619²⁷²⁶ e explica-se por uma visão ocorrida junto à cruz ali existente e à abertura de uma nascente de água no local²⁷²⁷. A construção inicial seria bastante modesta e, como tal, no ano de 1669 acabou por dar

²⁷²⁴ *Ibidem*, pp. 117-119.

²⁷²⁵ *Ibidem*, p. 125.

²⁷²⁶ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 96.

²⁷²⁷ Ricardo Micael Teles, *Velha Cidade de Goa*, Nova Goa, s.n., 1922, p. 27.

lugar a uma nova igreja promovida pelo frade Agostinho dos Reis²⁷²⁸. Já na década de 80, depois da entrega da igreja à congregação do Oratório de São Filipe Neri, foi construído o grande convento, uma edificação sucessivamente aumentada cujo fim foi ditado no ano de 1834 pela extinção das ordens religiosas regulares, sequente abandono do complexo e agravamento do seu estado de conservação. Efectivamente sabemos que, por exemplo, no ano de 1922 a igreja já não tinha cobertura²⁷²⁹. A configuração da fachada da igreja organizada em dois níveis já foi considerada “bastante divergente do cânone goês”²⁷³⁰, uma situação que, como demonstraremos adiante, poderá ser explicada pelas obras de restauro realizadas no ano de 1944.

Convento de Santa Mónica, Velha Goa: O

início daquele que foi o único convento feminino de Velha Goa data do ano de 1606, momento em que frei Aleixo de Menezes (1559-1617), primaz das Índias Orientais, deu autorização a Filipa Ferreira para fundar uma casa de freiras, viúvas e senhoras cujos maridos estavam ausentes²⁷³¹. As obras decorreram entre os anos de 1611 e 1627²⁷³².



Imagem 218 O convento de Santa Mónica no início da década de 50. AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE.

Na sequência de um incêndio que destruiu os dormitórios, o convento foi reconstruído no ano de 1636 por frei Diogo de Santana, tendo-se mantido da construção inicial edificada no Monte Santo a igreja dedicada a Santa Maria, os coros e a sacristia²⁷³³. Este convento apresenta-se organizado em torno de um claustro como um grande edifício de quatro alas de três pisos – com excepção para o lado da igreja onde tem apenas dois – destacando-se, no seu exterior, os possantes contrafortes arqueados. O edifício da

²⁷²⁸ António Nunes Pereira, “Convento da Cruz dos Milagres”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 261.

²⁷²⁹ Ricardo Micael Teles, *op. cit.*, p. 27.

²⁷³⁰ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 261.

²⁷³¹ *Velha Goa: Guia Histórico*, Goa, Repartição de Estatística e Informação, 1952, pp. 125-126.

²⁷³² Vítor Serrão, “Pintura e Devoção em Goa no tempo dos Filipes: o mosteiro de Santa Mónica no “Monte Santo” (c.1606-1639) e os seus artistas”, *Oriente*, nº20, 2011, p. 15.

²⁷³³ António Nunes Pereira, “Convento de Santa Mónica e igreja de Santa Maria”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 260.

igreja de uma só nave foi inserido na ala sul do convento e a sua fachada principal de cinco tramos destaca-se pela monumentalidade e interferência dos supraditos contrafortes. Do interior deste vasto complexo podemos destacar o ciclo de frescos seiscentistas existentes no coro, igreja, refeitório e claustro²⁷³⁴.

Convento de São Caetano e igreja da Divina

Providência, Velha Goa: Dada a chegada tardia e fortuita dos padres teatinos a Goa (1639) na sequência da proibição de pregarem no reino de Golconda, este complexo acabou por ser dos últimos grandes exemplares arquitectónicos a ser erguido na cidade. Com a devida autorização de D. João IV (1604-1656) a construção da igreja e respectivo convento, projecto de Carlo Ferrarini e Francesco Maria Milazzi, prolongaram-se entre 1655 e cerca de 1672²⁷³⁵. Um dos aspectos mais conhecidos deste complexo é a inegável semelhança da



Imagem 219 Fachada da igreja da Divina Providência do convento de São Caetano.

fachada da igreja com a da basílica de São Pedro no Vaticano, referindo-se, também, uma influência ao nível da planta do santuário de Nossa Senhora della Ghiara, no Reggio Emilia²⁷³⁶. No interior da igreja deparamo-nos com uma planta quadrangular dotada, no centro do espaço cultural, de uma majestosa cúpula assente em pendentes e dinamizada por oito janelas. Destaque-se também o trabalho de estuques ao nível das abóbadas de arestas com caixotões dos altares-laterais e, sem dúvida, o aparatoso altar-mor barroco em talha e em forma de trono. Por baixo deste altar principal, no local do antigo cemitério dos frades, foi construído no ano de 1842 um espaço destinado a receber os restos mortais dos governadores até que fossem trasladados para Portugal²⁷³⁷. O edifício do convento que surge junto ao lado norte da igreja, após a extinção das ordens religiosas regulares, passou a ser utilizado como residência dos governadores-gerais quando estes se deslocavam até à Velha Goa. No primeiro andar do edifício encontrava-

²⁷³⁴ Acerca deste ciclo *vide* Vítor Serrão, “Pintura e Devoção em Goa no tempo dos Filipes: o mosteiro de Santa Mónica no “Monte Santo” (c.1606-1639) e os seus artistas”, *Oriente*, nº20, 2011, pp. 11-50.

²⁷³⁵ António Nunes Pereira, “Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 250.

²⁷³⁶ *Ibidem*.

²⁷³⁷ *Velha Goa: Guia Histórico*, Goa, Repartição de Estatística e Informação, 1952, p. 84.

se a antiga biblioteca teatina que a partir de 1896, como veremos, foi utilizada como Museu da Índia Portuguesa e galeria dos retratos dos vice-reis. A partir do ano de 1960, como demonstraremos adiante, o edifício do convento extinto foi profundamente alterado, passando a servir de sede do Instituto Pio X.

Convento de São Francisco de Assis e igreja do Espírito Santo, Velha Goa: Depois de quase uma década de permanência em Goa sem convento, os franciscanos deram início a esta construção no ano de 1518, datando de 1520 o arranque da edificação da capela-mor da respectiva igreja²⁷³⁸. No ano de 1661 o templo inicial encontrava-se em ruínas e foi reconstruído, sendo possível que nesta ocasião se tenha aproveitado da antiga construção não só o afamado portal manuelino mas toda a organização espacial desta igreja de uma só nave. Efectivamente, conforme foi demonstrado por António Nunes Pereira²⁷³⁹ no seguimento da pista lançada por José Manuel Fernandes²⁷⁴⁰, as plantas dos dois templos coincidem quase na totalidade e o nártex quadrado, sendo incaracterístico em meados do século XVIII, seria recorrente na primeira metade do século XVI²⁷⁴¹.



Imagem 220 Fachada da igreja do Espírito Santo do convento de São Francisco de Assis.



Imagem 221 Pormenor do interior monumental e ricamente decorado.

²⁷³⁸ António Nunes Pereira, *A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, p. 84.

²⁷³⁹ *Ibidem*, pp. 85-88.

²⁷⁴⁰ Foi o próprio António Nunes Pereira quem reconheceu o pioneirismo de José Manuel Fernandes em relação a este aspecto, referindo-se ao seguinte estudo: José Manuel Fernandes, "Vestígios do Manuelino na Arquitectura Religiosa de Influência Portuguesa na Índia: Malabar, Coromandel, Goa", *Oceanos*, nº19/20, 1994, pp. 136-154.

²⁷⁴¹ António Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 85-88.

Nos últimos anos do século XIX e no início da centúria seguinte, foram construídos alguns contrafortes na casa conventual, tendo-se alertado no ano de 1902 para o facto deste convento de São Francisco e da igreja do Espírito Santo serem os edifícios de Velha Goa que reclamavam “mais urgentemente, grandes reparações e reformas”²⁷⁴².

Convento de São João de Deus, Velha Goa: O convento da ordem hospitaleira cujos religiosos chegaram à Índia no ano de 1685, começou a ser construído, possivelmente, em 1691²⁷⁴³. À direita da igreja de nave única dedicada à Nossa Senhora do Bom Sucesso e dotada de duas torres sineiras, três tramos e dois pisos, surge o edifício do convento, uma construção de dois andares com os característicos telhados de quatro águas ou “telhados de pagode”. Nos anos 50 do século XX foi ali instalado um batalhão o que ocasionou, como demonstraremos, trabalhos de recuperação e adaptação do edifício.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Velha Goa: Esta igreja localizada no topo do Monte Santo foi construída no local onde anos antes tinha sido erguida, por Antão Nogueira de Brito, a ermida resultante do voto feito por Afonso de Albuquerque aquando da campanha conquistadora da cidade de Goa. Dado que a paróquia de Nossa Senhora do Rosário foi constituída no ano de 1543²⁷⁴⁴, é plausível que a actual igreja de nave única na qual se destaca a torre-fachada pontuada por torres e contrafortes cilíndricos tenha sido construída a partir desse ano. Certo é que em 1549 os membros da confraria de Nossa Senhora do Rosário solicitaram auxílio a D. João III para terminar um edifício praticamente concluído²⁷⁴⁵. O facto da data de construção deste templo coincidir com a entrada na cidade de Goa de influências arquitectónicas do renascimento italiano²⁷⁴⁶ contribuiu para o aspecto eclético do edifício no qual é possível observar, simultaneamente, elementos do manuelino alentejano e dos seus templos dotados dos tais contrafortes e torres cilíndricas e da torre central da fachada, e renascentistas, conforme denunciam o portal principal e o lateral sul, componentes cujas semelhanças com o portal principal da igreja de Nossa Senhora da Graça de Évora têm sido

²⁷⁴² AHU, nº2582, cód.1B, SEMU, DGFTO, doc. s/n, [Relatório 1901-1902].

²⁷⁴³ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 98.

²⁷⁴⁴ Ricardo Micael Teles, *op. cit.*, p. 22.

²⁷⁴⁵ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 90.

²⁷⁴⁶ *Ibidem*, p. 91.

sublinhadas por vários autores²⁷⁴⁷. A paróquia de Nossa Senhora do Rosário seria extinta no ano de 1869²⁷⁴⁸.



Imagem 222 A igreja de Nossa Senhora do Rosário com a sua torre-fachada e os contrafortes e torres cilíndricas adossados a este corpo.



Imagem 223 Pormenor do retábulo e da abóbada nervurada do altar-mor.

Sé Catedral de Goa: A construção desta grande igreja que, na sequência da elevação de Goa a sede de bispado (1533) e arcebispado (1557), veio substituir a igreja de Santa Catarina, parece ter sido iniciada em 1564, ano em que a ordem de edificação emanada pelo rei D. Sebastião foi aplicada²⁷⁴⁹. As extraordinárias dimensões deste templo de três naves aliadas à falta de verbas e a episódios marcantes da história de Goa – caso do cerco de dez meses liderado por Ali-Adil-Xá, filho do falecido sultão Adhil Khan – ditaram uma demora considerável na finalização das obras concluídas, o mais tardar, no ano de 1652²⁷⁵⁰. Relativamente à autoria do projecto inicial deste majestoso edifício renascentista dedicado a Santa Catarina de Alexandria, têm sido apontados como

²⁷⁴⁷ *Ibidem*, p. 92. Refira-se que nos anos 50 Mário Chicó alertou para as semelhanças existentes entre a torre de planta quadrangular da fachada da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Velha Goa e os casos da igreja de Nossa Senhora da Assunção de Elvas e da igreja da Madalena de Olivença. Cf. Mário Tavares Chicó, “A igreja do priorado do Rosário de Velha Goa, a arte manuelina e a arte do guzarate”, *Belas Artes*, nº VII, 1954, p. 18. Este assunto foi abordado recentemente por José Manuel Fernandes. Cf. José Manuel Fernandes, “Três obras monumentais da arte manuelina no «Mundo do Indico»: Capela do Baluarte, Igreja do Priorado do Rosário, Capela do Monte de São Tomé”, Isabel Cruz Almeida, Maria João Neto, eds., *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2015, pp. 377-380.

²⁷⁴⁸ Ricardo Micael Teles, *op. cit.*, p. 22.

²⁷⁴⁹ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 139.

²⁷⁵⁰ *Ibidem*, p. 142.

possíveis os nomes do mestre-de-obras Inofre de Carvalho²⁷⁵¹ e do engenheiro-mor do reino Júlio Simão²⁷⁵². No ano de 1776, dois anos após a transferência da igreja e residência arquiepiscopal deste local para o complexo do Bom Jesus, parte da torre norte localizada na fachada de laterite e granito ruiu²⁷⁵³. Apesar das várias intervenções realizadas ao longo dos séculos este elemento nunca voltou a ser reconstruído.



Imagem 224 Fachada da sé catedral de Goa.

Capela de São Jerónimo do Seminário do Chorão, ilha de Chorão: Esta pequena capela de planta circular é actualmente o único testemunho arquitectónico do desaparecido seminário do Chorão, instituição jesuítica criada na segunda metade do século XV e definitivamente encerrada por motivos de insalubridade no ano de 1859²⁷⁵⁴. Ainda assim alguns autores referem que a construção desta capela pode datar de um período anterior à fundação do seminário, possivelmente do ano de 1558, tendo sido edificada por ocasião do estabelecimento da quinta de João Nunes Barreto, um bispo jesuíta²⁷⁵⁵.

Fortaleza da Aguada, península da Aguada: No início do século XVII, na sequência de um violento ataque perpetrado por uma armada holandesa, o vice-rei Aires de Saldanha (1542-1605) ordenou a construção de uma nova fortificação projectada pelo engenheiro Júlio Simão²⁷⁵⁶. Esta dita “Fortaleza Real” foi tendo as suas muralhas estendidas ao longo

²⁷⁵¹ Rafael Moreira, “Inofre de Carvalho, a Renaissance Architect in the Gulf”, *Bahrein in the 16th Century. An Impregnable Island*, Bahrein, 1988, pp. 85-93.

²⁷⁵² Pedro Dias, *op. cit.*, p. 70.

²⁷⁵³ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 144.

²⁷⁵⁴ M.J. Gabriel Saldanha, *História de Goa: política e arqueológica*, New Delhi, Asian Educational Services, 1990, vol.1, p. 341.

²⁷⁵⁵ Paulo Varela Gomes, “Ermida de São João e Seminário”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 225.

²⁷⁵⁶ Vítor Rodrigues, Sidh Mendiratta, “Fortificação”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 212.

dos anos em diversas direcções e níveis, criando, deste modo, um complexo sistema defensivo na barra do Mandovi. No interior desta fortaleza encontramos a igreja de São Lourenço de Linhares, templo que durante o *Estado Novo*, por ser monumento nacional, foi sendo sucessivamente reparada e mantida.

Fortaleza dos Reis Magos, Reis Magos: Esta fortificação portuguesa terá sido construída a partir do ano de 1551 sob as fundações de uma construção pré-existente promovida por Adhil Khan, o sultão derrotado por Afonso de Albuquerque²⁷⁵⁷. Todavia, a fortaleza que hoje observamos em Bardez parece não ser esta construção à qual nos referíamos porque no ano de 1598 ter-se-á mandado dar continuidade às obras da nova fortificação junto à antiga²⁷⁵⁸. Nessa ocasião aproveitou-se a visita de João Baptista Cairato, engenheiro-mor da Índia, a quem se deverá a traça desta fortificação concluída no ano de 1605²⁷⁵⁹. Já durante o *Estado Novo* a fortaleza dos Reis Magos começou a ser utilizada como prisão.



Imagem 225 Pormenor de um baluarte da fortaleza dos Reis Magos. FMS, FMAC, Pt. 07127.000177.

6.2 A Índia Portuguesa no contexto da política colonial do *Estado Novo*

No dealbar de um novo século e após uma primeira investida no norte de África, os monarcas portugueses reorientaram a sua atenção para o Oriente, território conhecido pelas suas pedras preciosas, especiarias e todo o tipo de produtos exóticos que aguçavam o interesse de uma Europa sedenta de desenvolvimento económico, domínio político e propagação da Fé cristã. Assim, na sequência do feito de Vasco da Gama com a sua descoberta do caminho marítimo para a Índia no ano de 1498, a Coroa Portuguesa promoveu com afincos a concretização de um ambicioso projecto de domínio comercial que implicaria, como dissemos, a edificação de feitorias, fortificações e igrejas, enfim, o mesmo processo aplicado no continente africano. Ao longo dos anos e particularmente

²⁷⁵⁷ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 55.

²⁷⁵⁸ *Ibidem*, p. 56.

²⁷⁵⁹ Vítor Rodrigues, Sidh Mendiratta, "Forte", José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 318.

após a conquista de Goa por Afonso de Albuquerque em 1510, não obstante a resistência estrangeira, o monopólio português naquela zona do globo, com a articulação estabelecida com outros espaços da expansão nacional como Malaca e Ormuz, foi sendo fortalecido.

Todavia a partir de meados do século XVI, com a intervenção dos holandeses e ingleses na Ásia, nota-se a inversão desta tendência, assistindo-se a uma sucessão de derrotas que foram enfraquecendo a presença portuguesa no Oriente. Referimo-nos à queda de Ormuz no ano de 1622, à captura de Malaca em 1641 ou aos ataques maratas que ditaram a perda de Baçaim em 1793 e, posteriormente, a privação quase total da Província do Norte. Depois destas perdas que determinaram o estilhaçar da Índia Portuguesa, nos anos 40 de Setecentos houve ainda uma tentativa de reafirmar o poderio nacional naqueles territórios. No âmbito desta campanha promovida pelo vice-rei D. Pedro Miguel de Almeida (1688-1756), 1º Marquês de Castelo Novo, assistiu-se a um aumento considerável do território de Goa que a partir de então passaria a contar, também, com Bicholim, Pondá, Sanguém, Perném, Satari, Canacona e Quepém.

Durante o *Estado Novo*, vários séculos depois deste período áureo, ao contrário do que acontecia com Moçambique ou Angola, cuja importância tinha contornos económicos, ou com Cabo Verde e a sua vantajosa localização estratégica, o interesse da ditadura pela Índia Portuguesa, esse “pequeno Estado que é nosso, e por imposição da História e força do Direito faz parte da Nação Portuguesa”²⁷⁶⁰, não se explicava por motivos económicos ou tácticos. A posição de António de Oliveira Salazar em relação à questão do Estado Português da Índia era precisamente esta: aquela província ultramarina não tinha praticamente qualquer valor para a economia e demografia portuguesa, mas a sua manutenção era, sem dúvida alguma, um imperativo nacional e moral:

*O Estado da Índia não tem praticamente valor na economia e na demografia portuguesa e é fonte de encargos financeiros para a Metrópole (...) Os nossos interesses são puramente morais – primeiro de portugueses, em seguida de homens do Ocidente*²⁷⁶¹.

²⁷⁶⁰ António de Oliveira Salazar, “Goa e a União Indiana (Aspectos económico, político e moral)”, *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, vol. V, p. 179.

²⁷⁶¹ *Ibidem*, p. 179, p. 186.

Para compreendermos este discurso de Salazar temos de ter em consideração a importância histórica da Índia Portuguesa e o seu contributo económico. Como procurámos demonstrar anteriormente, o significado histórico deste território era da maior importância, tratando-se, no fundo, do resultado de um dos maiores feitos da Nação. Afinal, como sabemos, a descoberta do caminho marítimo para a Índia permitiu a Portugal consolidar extraordinariamente a presença nacional nas águas do Oriente e, consequentemente, dominar as mais importantes rotas comerciais do mundo. Para o *Estado Novo*, na lógica do seu entendimento triunfalista da História, a Índia recordava precisamente esse período áureo da História de Portugal e os seus heróis, homens elogiados por Salazar como “alguns dos maiores nomes que a Nação Portuguesa pôde dar à História Universal”²⁷⁶². Todavia, vários séculos passados sobre a época das rotas percorridas por uma Carreira das Índias carregada de especiarias, pedras preciosas e riquíssimos tecidos, o contributo daquela província ultramarina para a economia da metrópole era praticamente nulo. Conforme foi demonstrado por Salazar no ano de 1954²⁷⁶³, as dimensões dos territórios de Goa, Damão e Diu representavam apenas 0,18% para o todo que era o Portugal continental e ultramarino; a sua população contava somente 3% dos 20 milhões de portugueses da metrópole e do ultramar; a grande parte da população activa estava empregada num sector agrícola muito rudimentar e o seu contributo para as receitas regionais era consideravelmente reduzido; a indústria transformadora e a mineira eram quase inexistentes. Deste modo, além de uma balança comercial deficitária, as trocas comerciais efectuadas entre a Índia Portuguesa e Lisboa acabavam por ser insignificantes, representando apenas 0,75% do comércio da metrópole. Este facto aliado às questões supramencionadas levou Salazar, como referimos, a considerar aquela província como uma “fonte de encargos financeiros”²⁷⁶⁴, “quase desde o princípio considerada por muitos uma ruína para Portugal”²⁷⁶⁵, cuja manutenção tinha que ser garantida por força de uma obrigação

²⁷⁶² *Ibidem*, p. 187.

²⁷⁶³ *Ibidem*, p. 186, pp. 181-186

²⁷⁶⁴ *Ibidem*, p. 186.

²⁷⁶⁵ António de Oliveira Salazar, “Portugal, Goa e a União Indiana”, *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, vol. V, p. 341.

histórica incontornável mas sem exceder “as nossas possibilidades financeiras”²⁷⁶⁶. Em síntese:

*Tem-se entendido que a Índia pelo que representa na nossa história da expansão civilizadora do Ocidente merece este sacrifício. Podem porém levantar-se dúvidas sobre se o sacrifício terá utilidade real.*²⁷⁶⁷

É ainda importante frisarmos que a questão das particularidades da administração portuguesa de Goa, Damão e Diu foi uma questão levantada na Assembleia Nacional antes do início da repartição do subcontinente indiano em território da União Indiana e do Paquistão (1947). No ano de 1946 o deputado Foilano de Melo (1887-1955) lançou a ideia de se criar para o Estado Português da Índia um estatuto político especial, isto é, “de perfeita igualdade com as províncias metropolitanas.”²⁷⁶⁸ A sugestão foi bem acolhida pelo ministro das Colónias, Marcello Caetano, que comunicou ao governo do Estado da Índia a possibilidade de ser proposto à Assembleia Nacional um novo estatuto político, notícia acolhida “com júbilo”²⁷⁶⁹ na Índia Portuguesa. Porém, devido à existência de indivíduos que entenderam esta resolução como um sinal de que se estaria a ponderar “autorizar uma funda remodelação política, que suponham poder chegar até a uma completa separação da Nação Portuguesa, imediata ou gradual”²⁷⁷⁰, o Governo Português acabou por recuar. Para este recuo terão contribuído, sobretudo, um “estado de espírito nada sereno”²⁷⁷¹, o “tom impertinente e o espírito de imposição”²⁷⁷² de alguns dos responsáveis pela elaboração dos projectos de base para o estatuto, bem como a dependência do arroz da União Indiana, o subdesenvolvimento da produção agrícola e a predominância de notas bancárias inglesas no Estado Português da Índia. Esta inconveniência prendia-se, também, com a situação da Índia vizinha cuja recente independência e reclamações de coesão subcontinental comprometeriam qualquer tipo de gesto no sentido de uma possível concessão de maior autonomia política ou financeira àqueles territórios portugueses. Por outro lado, o eventual impacte do

²⁷⁶⁶ ANTT, AOS, UL28A, cx. 788, pt. 2, fl. 323, 19 de Maio de 1956.

²⁷⁶⁷ *Ibidem*.

²⁷⁶⁸ *Ibidem*, pt. 1, fl. 9, s/d [1948].

²⁷⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁷⁰ *Ibidem*, fl. 12, s/d [1948].

²⁷⁷¹ *Ibidem*, fl. 17, s/d [1948].

²⁷⁷² *Ibidem*.

referido estatuto num contexto internacional profundamente marcado por reivindicações nacionalistas, abrangeria, também, as restantes províncias portuguesas ultramarinas. Esta foi, de resto, uma das razões apresentadas pelo ministro das Colónias para explicar aquela recusa, tendo declarado que esta concessão seria “um manifesto acto de fraqueza”²⁷⁷³, da qual adviriam:

*Inconvenientes muito graves do procedente em relação a outras colónias, como Macau, que poderia invocar o mesmo estado de desenvolvimento ou como Moçambique e Angola, em que certas aspirações estão por enquanto sofreadas ou amortecidas. E o sacrifício em favor da Índia não seria compensado pela enormidade das dificuldades que podiam sobrevir*²⁷⁷⁴.

A partir do Verão de 1947 as reivindicações nacionalistas no subcontinente indiano intensificaram-se e passaram de reclamações a favor das liberdades civis a exigências da saída da administração portuguesa de Goa²⁷⁷⁵, não só pela voz de Jawaharlal Nehru (1889-1964), primeiro-ministro da União Indiana, mas também pelos diferentes partidos indianos, casos do Congresso Nacional, do Partido do Povo Goês, da Frente Unida dos Goeses, do Grupo dos Goeses Livres, do Comité da Acção Goesa ou do Conselho de Libertação Goês²⁷⁷⁶. Perante estas reclamações a favor do fim do jugo colonial português em Goa, Damão e Diu e da anexação destes territórios no estado soberano da União Indiana – tendo como argumentos a unidade geográfica, as dificuldades administrativas geradas pela existência de enclaves estrangeiros, a vontade do povo goês, a insegurança causada pela presença de forças não-indianas e o carácter negativo e desactualizado do colonialismo – Salazar mostrava-se intransigente, argumentando que naquelas províncias portuguesas do Oriente não era possível encontrar o mínimo traço de imperialismo:

O colonialismo exige essencialmente o desnível das raças e das culturas, um objectivo de exploração económica servido pela dominação política, a qual geralmente se exprime pela

²⁷⁷³ ANTT, AOS, UL28A, cx. 788, pt. 1, fl. 4, 1 de Novembro de 1948.

²⁷⁷⁴ *Ibidem*, fls. 4-5, 1 de Novembro de 1948.

²⁷⁷⁵ Maria Manuel Stocker, *Xeque-mate a Goa: o princípio do fim do império português*, Alfragide, Texto, 2011, p. 84.

²⁷⁷⁶ Manuel António Vassalo e Silva, Botelho da Silva, coord., *Dossier Goa*, Lisboa, Liber, 1975, pp. 50-51.

diferenciação entre o cidadão e o súbdito. Não há colonialismo onde nenhum benefício estratégico, económico ou financeiro se tira e o orçamento metropolitano suporta ainda pesado encargo com a manutenção dos serviços. Não é possível conceber estatuto ou condição de colónia quando é semelhante o nível de vida, idêntica a cultura, indiferenciado o direito público, igual a posição dos indivíduos perante as instituições e as leis. Não pode haver colonialismo onde o povo faz parte integrante da Nação, onde os cidadãos colaboram activamente na formação do Estado, em termos de igualdade com todos os mais, onde os indivíduos exercem funções públicas e se movem e trabalham no conjunto dos territórios²⁷⁷⁷.

A primeira grande derrota de Portugal nesta disputa com a União Indiana, como alguns autores já destacaram²⁷⁷⁸, viria a acontecer no ano de 1948 com a extinção forçada do Padroado do Oriente. Até então, graças aos privilégios associados ao Padroado, o espaço de influência da arquidiocese de Goa ultrapassava as fronteiras da Índia Portuguesa e, como consequência, o arcebispo de Bombaim era alternadamente, desde o ano de 1928, de nacionalidade portuguesa ou britânica. Adicionalmente, não esqueçamos, o Governo Português tinha privilégio de apresentação para o provimento das sés de Mangalor, Coullão, Trichinópolis, Cochim, São Tomé de Meliapor e, claro, Bombaim. Perante esta situação de contornos inegavelmente singulares e problemáticos na dinâmica da União Indiana e Portugal, os primeiros apresentaram o caso ao Vaticano que, em última instância, acabou por nomear no referido ano de 1948 um arcebispo indiano para liderar a diocese de Bombaim. Este gesto do Vaticano num momento em que o bispo era britânico devendo suceder-lhe, à luz dos acordos do Padroado, um de nacionalidade portuguesa, colocou imediatamente em causa a vigência destes privilégios eclesiásticos lusitanos, gerando um contencioso desagradável entre Portugal e a Santa Sé cujo desfecho no ano de 1950 foi aquele que já referimos: o final das prerrogativas portuguesas em Bombaim, Mangalor, Coullão, Trichinópolis, Cochim e São Tomé de Meliapor. No ano de 1953, na sequência do acordo de 1950, Portugal viu-se

²⁷⁷⁷ António de Oliveira Salazar, “O caso de Goa”, *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, vol. V, pp. 254-255.

²⁷⁷⁸ Maria Manuel Stocker, *op. cit.*, p. 95; Pedro Avelar Santos, *História de Goa: de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva, Alfragide*, Texto, 2012, p. 253.

obrigado a aceitar uma nova delimitação da área da arquidiocese de Goa. Ocorria, nestes moldes, a primeira grande vitória para a União Indiana e para a sua política de não-violência.

Ao longo dos anos 50 Nehru e Salazar, mantendo-se intransigentes nas suas posições opostas, foram esgrimindo ferozmente. Assim o demonstra, por exemplo, o facto de nos anos de 1952 e 1953 a União Indiana ter insistido na re-delimitação de Goa e, em última instância, na saída do Governo Português, enquanto, por ocasião das comemorações do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier*, este mesmo Governo aplicava um valor de verbas sem precedentes na conservação e restauro dos monumentos de Velha Goa, apresentando-os como dignos testemunhos da antiguidade da presença portuguesa no Oriente. Apesar da irreduzibilidade de Salazar relativamente ao direito da presença portuguesa em Goa, Damão e Diu, ao longo dos anos a União Indiana foi acumulando vitórias significativas, caso da elevação do arcebispo de Bombaim, Valerian Gracias (1900-1978), “duro inimigo da presença portuguesa em Goa”²⁷⁷⁹, ao cardinalato (1953), situação afrontosa para o arcebispo de Goa e Damão, D. José da Costa Nunes, que sentindo-se desprestigiado renunciou ao cargo e retirou-se para Macau. Como forma de recompensa ou mitigação da afronta, D. José seria investido nesse mesmo ano como presidente da Comissão Permanente do Congresso Eucarístico, seguindo-se a atribuição do título de vice-camarlengo da Cúria Romana e a concessão da “Rosa de Ouro” pelo Papa Pio XII à sé catedral de Goa.

No final desse mesmo ano de 1953, a União Indiana intensificou os seus ataques, ainda consideravelmente pacíficos, à Índia Portuguesa, dando início ao bloqueio económico ao qual Salazar viria a responder com a aplicação da primeira fase do Plano de Fomento Económico para a Índia Portuguesa²⁷⁸⁰. Àquela acção da União Indiana classificada por Salazar como uma verdadeira tentativa de “estrangulamento económico de Goa”²⁷⁸¹ na medida em que implicava proibições quase totais no trânsito de pessoas, restrições alfandegárias, proibição de transferências bancárias dos goeses na União Indiana, suspensão de transmissões telegráficas, reforço das forças de segurança nas fronteiras,

²⁷⁷⁹ Alberto Franco Nogueira, *Salazar – O Ataque (1945-1958)*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 2000, p. 273.

²⁷⁸⁰ *Boletim Geral do Ultramar*, nº348-349, 1954, p. 157.

²⁷⁸¹ ANTT, AOS, UL 28A, cx. 788, pt. 2, fls. 304-305, 19 de Maio de 1956.

extensão das águas territoriais indianas e vigilância apertada também nos mares, acrescentar-se-iam a partir de 1954 as *satyagraha*. Esta forma não violenta de protesto foi-se intensificando em Goa, ainda que com a oposição de Nehru²⁷⁸², datando de 15 de Agosto daquele ano, dia do aniversário da independência da Índia do jugo britânico, uma grande marcha realizada em Goa e Damão que terminaria com a morte de cerca de 15 manifestantes e aproximadamente 40 feridos²⁷⁸³. A partir de então intensificar-se-iam os ataques terroristas sobretudo nos postos fronteiriços para os quais, como descreveria Vassalo e Silva, “Os efectivos de que nós dispúnhamos então chegavam para essa fase da nossa missão antiterrorista, e pouco mais”²⁷⁸⁴.



Imagem 226 Tropas landins marcham junto à igreja do Bom Jesus, 1954. *LIFE Magazine*, 1954.

Apesar da activação do referido Plano de Fomento, de prospecções geológicas e de exploração mineral, da introdução de melhoramentos nos caminhos-de-ferro, no porto de Mormugão, da realização de obras hidráulicas ou sanitárias²⁷⁸⁵ ou do aumento das verbas para a conservação e restauro de monumentos, podemos considerar que o investimento da metrópole na Índia Portuguesa ficou muito aquém do necessário. Ainda assim não podemos menosprezar os eloquentes discursos de Salazar acerca do direito histórico de Portugal àqueles territórios, a esgrima diplomática iniciada no ano de 1954 nas assembleias da ONU e a partir de 1955, na sequência da perda dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli no ano anterior, no Tribunal Internacional de Haia ou, antes de tudo

²⁷⁸² Manuel António Vassalo e Silva, *op. cit.*, p. 54

²⁷⁸³ *Ibidem*, p. 53.

²⁷⁸⁴ *Ibidem*, p. 8.

²⁷⁸⁵ Fernando Rosas, prefácio, Orlando Ribeiro, *Goa em 1966: Relatório ao Governo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 13.

isto, o papel desempenhado em Deli por Vasco Garin (1907-), embaixador de Portugal na Índia. A posição de Portugal era clara: Goa, Damão e Diu eram, sem discussão possível, províncias portuguesas – mesmo que Orlando Ribeiro, conhecido apoiante da política colonial *estadonovista* tenha declarado Goa como “a terra menos portuguesa de todas as que vira até então”²⁷⁸⁶ – e a sua passagem para a União Indiana, num acto de força desta, seria não só ilegal aos olhos da comunidade internacional como culminaria, na opinião de Salazar, “numa terceira guerra mundial ou coisa parecida”²⁷⁸⁷. Porém não podemos ignorar que a questão financeira, as preocupações do regime com os economicamente mais relevantes casos de Angola ou Moçambique ou a ingenuidade do presidente do Conselho de Ministros descrente numa tomada de Goa à força por Nehru, acabaram, de facto, por ditar uma falta de investimento sério na defesa desta Índia Portuguesa. Afinal, recorde-se, o próprio Oliveira Salazar tinha alertado no ano de 1956 para a necessidade de não sobrecarregar as finanças do Estado com a defesa de Goa²⁷⁸⁸. Anos mais tarde, já após a dramática queda do Estado Português da Índia, o general Vassalo e Silva viria a esclarecer:

*Nós insistimos sempre pelo complemento dos elementos que nos faltavam. Nós não tínhamos aviação, a artilharia anti-aérea havia sido reduzida a nada, e nos voltámos a insistir no pedido tanto de transportes como de materiais de transmissões, e veio até o comandante militar a Lisboa para tratar do assunto, mas não conseguiu nada (...) Os reforços eram cada vez menores, e por isso cada vez menores os efectivos. E devo também dizer a esse respeito que o Presidente do Conselho tinha feito uma determinação, que é importante acentuar, de que se fizesse uma redução nas despesas, contando com os efectivos de Goa*²⁷⁸⁹.

A 18 e 19 de Dezembro de 1961 as tropas indianas atacaram em três frentes, invadindo e tomando, sem grandes percalços, Goa, Damão e Diu. Dava-se assim a queda da Índia Portuguesa, a perda dessa “jóia de família”²⁷⁹⁰, um repositório de testemunhos do

²⁷⁸⁶ ANTT, AOS, UL28A, cx. 788, pt. 2, fl. 224, Abril de 1956.

²⁷⁸⁷ *Ibidem*, fl. 318, 19 de Maio de 1956.

²⁷⁸⁸ *Ibidem*, fl. 323, 19 de Maio de 1956.

²⁷⁸⁹ Manuel António Vassalo e Silva, *op. cit.*, p. 57.

²⁷⁹⁰ Alberto Franco Nogueira, *Salazar – A Resistência (1958-1964)*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 2000, p. 282.

período áureo dos Descobrimentos. A importância dos monumentos, testificações de épocas gloriosas, ficaria bem patente, como demonstraremos de seguida, nas verbas despendidas para a sua conservação ou reabilitação mas, também, no próprio discurso de Salazar, defensor destes símbolos do poderio militar português, da inexpugnabilidade de Goa, Damão e Diu e das recordações da missão evangelizadora e fé do povo português. Afinal, conforme demonstrámos na primeira parte deste estudo e num trabalho anterior²⁷⁹¹, poucos dias depois da queda de Dadrá e Nagar Aveli e na eminência de um ataque de maior escala, o presidente do Conselho de Ministros incentivou o exército português, os 40.000 homens fixados na Índia Portuguesa, a “Bater-se, lutar, não nos limites das possibilidades, mas para além do impossível.”²⁷⁹², sugerindo que encontrassem inspiração nas fortalezas de Diu e de Damão ou na igreja do Bom Jesus, ficando assim habilitados a “combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas um dever”²⁷⁹³.

6.3 Programas, práticas e critérios durante o *Estado Novo*

Alguns antecedentes oitocentistas

Apesar do período cronológico definido para este estudo ser riquíssimo em episódios da maior relevância para o desenvolvimento da Teoria e História do Restauro em Portugal, é fundamental termos presente que ao analisar o caso da Índia Portuguesa deparámo-nos com diversas e atraentes demonstrações de interesse pelos monumentos, ruínas ou vestígios arqueológicos de Velha Goa, Pangim, Damão ou Diu que remontam ao século XIX, questões que merecem uma investigação própria²⁷⁹⁴. Ainda assim consideramos importante mencionar dois temas que enquanto elementos de contextualização se revestem da maior importância para um melhor entendimento do assunto central deste estudo: a Comissão da Descrição e Tombamento dos Edifícios Pertencentes ao Estado e

²⁷⁹¹ Vera Mariz, “O restauro dos monumentos de Velha Goa nas vésperas da queda do Estado Português da Índia – A missão do arquitecto Luís Benavente (1961)”, *Artis*, 2013, pp. 148-155.

²⁷⁹² António de Oliveira Salazar, *op. cit.*, p. 277.

²⁷⁹³ *Ibidem*, p. 278.

²⁷⁹⁴ Refira-se que alguns destes casos foram apresentados por Sidh Losa Mendiratta, Joaquim Rodrigues dos Santos, “«Visão Velha Goa, a Cidade Morta, Reanimar-se...»: o Plano de Intenções de 1960 para a Musealização de Velha Goa”, *Actas do Congresso Internacional Goa Passado e Presente*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 397-414.

sobretudo o papel desempenhado pelos Serviços de Obras Públicas desde meados do século XIX até às vésperas do *Estado Novo*.

No ano de 1870 foi criada uma comissão com o objectivo de listar, descrever e levantar todos os edifícios públicos de Velha Goa, Damão e Diu, indicar quais deveriam ser preservados e quais deveriam ser arrasados²⁷⁹⁵. Esta missão foi desempenhada num registo curioso, procurando-se conjugar nesta avaliação os valores económicos – que num momento de modernização do Estado Português da Índia estiveram por trás desta iniciativa – com alguma sensibilidade suscitada pelo contacto com verdadeiros “monumentos da arte, da história e glória nacional”²⁷⁹⁶. Assim, por outras palavras, coube a esta Comissão da Descrição e Tombamento dos Edifícios Pertencentes ao Estado decidir quais os edifícios, ruínas e terrenos que deveriam ser conservados devido ao seu significado e valor artístico, ou, por outro lado, tendo em consideração o seu estado e vulgaridade, quais deveriam ser sacrificados em prol da modernidade, ditando-se o aproveitamento dos seus materiais para a realização de novas obras públicas. De acordo com a análise feita aos resultados do trabalho daquela comissão²⁷⁹⁷ concluímos que esta iniciativa foi orientada, sobretudo, por interesses económicos, notando-se, em certos casos, alguma sensibilidade patrimonial. Ainda assim, quando não se tratavam de construções cujo valor histórico era indiscutível, optou-se invariavelmente pela destruição ou não conservação de ruínas e consequente aproveitamento pelas Obras Públicas do granito, pedras pretas e madeiramentos. Nos casos em que os edifícios se localizavam em terrenos que tornariam o transporte dos materiais demasiado oneroso propôs-se a sua venda.

Neste momento as obras de conservação dos edifícios históricos de Velha Goa eram, à semelhança das restantes colónias portuguesas, totalmente asseguradas pelos Serviços de Obras Públicas. No entanto a questão não seria pacífica, tendo conhecimento que Cândido Xavier Cordeiro (1844-1904), director dos Serviços de Obras Públicas nos anos 80 de Oitocentos, foi profundamente crítico das elevadas somas de dinheiro aplicadas

²⁷⁹⁵ *Boletim do Governo do Estado da Índia* nº46, I Série, “Portaria nº126”, 17 de Junho de 1870, p. 425.

²⁷⁹⁶ *Boletim do Governo do Estado da Índia* nº83, I Série, “Relatório”, 25 de Outubro de 1870, p. 767.

²⁷⁹⁷ *Boletim do Governo do Estado da Índia* nº83, I Série, “Relatório”, 25 de Outubro de 1870, pp. 767-768; *Boletim do Governo do Estado da Índia* nº84, I Série, “Relatório”, 28 de Outubro de 1870, pp. 778-780; *Boletim do Governo do Estado da Índia* nº85, I Série, “Relatório”, 4 de Novembro de 1870, pp. 790-791.

nas reparações dos edifícios públicos, tendo identificado a acção do clima, a má qualidade dos materiais e a mão-de-obra “em geral péssima”²⁷⁹⁸ como os elementos causadores desta situação. Afinal, além da imperfeição das construções, os edifícios da Índia Portuguesa sofriam extraordinariamente com o clima e, muito concretamente, com as chuvas torrenciais da época da monção, sendo possível identificarmos nos relatórios das Obras Públicas o dispêndio regular anual de quantias destinadas às reparações pré-chuvas – reparação e retelhadura dos tectos – e pós-chuvas – caiadura, pintura e reparação de estragos – naquele património. A título de exemplo desta situação confrangedora note-se como este director das Obras Públicas referiu sem qualquer refreamento que “os conventos de Velha Goa são uns verdadeiros cancros”²⁷⁹⁹ Por esta razão, isto é, devido às muitas carências dos edifícios públicos e à falta de verbas, era frequente que só fossem realizadas “obras julgadas indispensáveis”²⁸⁰⁰. Por outro lado, no mesmo período, identificámos fases em que as Obras Públicas aplicaram grande parte das suas verbas em reparações e reformas²⁸⁰¹ de edifícios públicos de grande importância histórico-artística, sendo constantes as intervenções no convento de São Francisco de Assis, no convento de São Caetano, na capela de Santa Catarina, na igreja de São Lourenço de Linhares, na igreja de Bicholim²⁸⁰² e, claro, no convento e casa professa do Bom Jesus, caso que aprofundaremos adiante.

Ainda relativamente ao papel desempenhado pelas Obras Públicas refira-se que com o advento da I República foi promulgado um documento no qual se estabeleceu que uma das sete secções deste organismo, a dos Edifícios, seria responsável pelo “estudo, construção e conservação de edifícios e monumentos públicos ou outras construções

²⁷⁹⁸ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº289 – suplemento, I Série, “Relatório da Direcção das Obras Públicas”, 31 de Dezembro 1883, p. 3.

²⁷⁹⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰⁰ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº262 – suplemento, I Série, “Relatório da Direcção das Obras Públicas”, 30 de Novembro de 1887, p. 3.

²⁸⁰¹ O estudo destes casos permitiu-nos constatar que as maiores fragilidades destas construções e, por conseguinte, as maiores fontes de despesa, correspondiam às coberturas fustigadas ao longo dos séculos pelas monções anuais. Deste modo a acção dos Serviços de Obras Públicas neste período caracterizou-se essencialmente por sucessivos reparos, cobertura dos tectos com telhas de Mangalor e construção de contrafortes.

²⁸⁰² Estes são os edifícios mencionados mais vezes nos relatórios referentes aos trabalhos promovidos pelos Serviços de Obras Públicas da Índia Portuguesa nos anos de 1888 a 1908. A consulta foi feita no Arquivo Histórico Ultramarino.

do Estado, que pela sua natureza sejam da competência da engenharia civil”²⁸⁰³, continuando a caber-lhe os encargos com as reparações de inverno e outras obras exigidas pelo património em estudo. De resto, convém esclarecer que estas verbas para conservação dos monumentos públicos não eram retiradas apenas da dotação anual do departamento de Obras Públicas mas, também, dos fundos da Comissão Permanente de Arqueologia criada em 1895 e das oblatas. Não obstante a importância destes contributos, esclareça-se que a grande parte das obras eram efectivamente pagas com recursos das Obras Públicas, sabendo, por exemplo, que no ano económico de 1924-1925, do conjunto das acções promovidas pela secção de Edifícios, cento e setenta e quatro foram custeadas pela dotação do referido departamento, três pelo fundo de Arqueologia e uma pelo das oblatas²⁸⁰⁴.

Nas vésperas do *Estado Novo*, isto é, durante a Ditadura Militar, o cenário manter-se-ia idêntico, sendo possível observar o predomínio das reparações e renovações dos tectos dos conventos de Velha Goa e das caiaduras dos edifícios e monumentos públicos de Goa, Damão e Diu. A falta de mão-de-obra capaz e de uma dotação condizente com as extraordinárias necessidades dos monumentos em estudo também permaneceu praticamente inalterável.

A Comissão Permanente de Arqueologia

Depois destes tempos marcados por diversas tentativas de preservação mas, também, por demolições em prol do progresso, o entendimento dos monumentos enquanto documentos valiosos para o estudo da história da Índia Portuguesa começou a disseminar-se e a afirmar-se com maior sucesso. O episódio que se segue é revelador deste novo momento.

No ano de 1892 o estudioso Luís Gonçalves encontrou nos escombros da demolida igreja de Nossa Senhora da Serra, então no adro da mais recente sé, o sarcófago onde originalmente tinha sido colocado o corpo de Afonso de Albuquerque. Na sequência deste acontecimento a urna do conquistador foi levada com o auxílio do bibliotecário

²⁸⁰³ *Regulamento Orgânico da Direcção de Obras Públicas do Estado da Índia, Aprovado por Decreto de 25 de Agosto de 1913*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1913, p. 4.

²⁸⁰⁴ AHU, nº2175 a 2179, cód. 1L, MU, DGU-DGSC, doc. s/n [Relatório OP 1924-1925].

José António Ismael Gracias (1857-1919)²⁸⁰⁵ para a biblioteca pública em Pangim, sendo depois transferida para um pátio do convento de São Caetano. Foi precisamente ali, “cheia de água apodrecida como pia abandonada”²⁸⁰⁶ que o poeta e magistrado Alberto Osório de Castro (1868-1946) encontrou a urna e, galvanizado por uma notável sensibilidade patrimonial e uma grande curiosidade pela arqueologia²⁸⁰⁷, levou ao governador-geral Rafael Jácome Lopes de Andrade o problema da perda/destruição sistemática do património arquitectónico, arqueológico e artístico de Velha Goa.

Na sequência deste episódio e poucos meses depois da regulamentação na metrópole da Comissão dos Monumentos Nacionais de 1894²⁸⁰⁸, seria publicada a Portaria nº331 de 9 de Junho de 1894²⁸⁰⁹, documento que, reconhecendo ser “prática das nações cultas conservar com desvelo”²⁸¹⁰ todos os testemunhos dos momentos gloriosos do passado, determinou a constituição de uma comissão responsável por reunir todos os referidos indícios num museu arqueológico a fundar em edifício a definir na capital. Esta comissão seria constituída pelo presidente José Navarro de Paiva Pereira d’Andrade (1844-?), secretário da Fazenda Provincial, pelo general José Frederico d’Assa Castel Branco (1836-1912), director das Obras Públicas, Manoel Oliveira Gomes da Costa (1863-1929), administrador do concelho das Ilhas, pelo já referido Ismael Gracias e pelo secretário José Maria do Carmo Nazareth, 2º escrivão da Repartição da Fazenda.

Entretanto, no âmbito do mesmo ímpeto patrimonial metropolitano e ultramarino, o sucessor de Lopes de Andrade, o Visconde de Vila Nova de Ourém, José Joaquim Januário Lapa (1796-1859), “Atendendo a que é uma verdadeira iniquidade portuguesa,

²⁸⁰⁵ Refira-se que Ismael Gracias seria um indivíduo altamente sensível a estas questões. Assim o comprova a correspondência trocada com o Conselho dos Monumentos Nacionais (1902-1905) e com a 1ª Circunscrição dos Conselhos de Arte e Arqueologia da qual foi vogal correspondente entre os anos de 1917 e 1919. Cf. Jorge Custódio, *“Renascença” artística e prática de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República*, tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora, 2008, vol. 1, tomo 1, p. 372; *Ibidem*, vol. 2, p. 193.

²⁸⁰⁶ Luciano Cordeiro, “A urna funerária de Afonso de Albuquerque”, *O Oriente Português*, nº11 e 12, 1905, p. 620.

²⁸⁰⁷ Pedro Pin Nóbrega, *Alberto Osório de Castro: incursões pela arqueologia mangualdense*, 2004, disponível em <http://confaoc.no.sapo.pt/conf12.html>, consultado a 1 de Maio de 2014.

²⁸⁰⁸ Cf. Lúcia Rosas, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, vol. 1, p. 142.

²⁸⁰⁹ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº63, I Série, “Portaria nº331”, 12 de Junho de 1894, pp. 471-472.

²⁸¹⁰ *Ibidem*, p. 471.

senão um sintoma do mais condenável obscurimento da consciência colectiva”²⁸¹¹, promulgou a Portaria nº491 de 15 de Julho de 1895²⁸¹², documento fundador da Comissão Permanente de Investigações Arqueológicas de Goa. De resto, além do caso da urna de Afonso de Albuquerque, sabemos da existência de um outro episódio que terá suscitado ou pelo menos acelerado a criação desta comissão. Referimo-nos ao facto de um dos directores da revista da comissão que, como veremos, viria a ser criada no ano de 1904, possivelmente Osório de Castro ou Ismael Gracias, ter assistido “ao vandálico arrasamento pelas Obras Públicas”²⁸¹³ da fortaleza de Benastarim ou de São Tiago, um dos testemunhos da vitória de Afonso de Albuquerque sobre as forças muçulmanas de Goa. Nesta ocasião, os monumentos e relíquias históricas foram reconhecidos como valiosos testemunhos do passado, documentos fundamentais para o ainda inexistente “estudo definitivo e integral da nossa conquista da costa das Índias, a história da sociedade portuguesa no oriente”²⁸¹⁴, acreditando-se, também, que ainda não era totalmente tarde para:

*acudir ao arrasamento vandálico do que resta da velha Goa, conservar intransigentemente as ruínas e os escombros, estudar palmo a palmo a área da cidade morta, reunir monografias e ensaios de toda a ordem para a obra e ressurreição histórica a fazer*²⁸¹⁵.

Por outro lado, é importante salientar que este entusiasmo para com a necessidade de travar de forma metódica e categórica um longo processo de abandono e destruição beneficiou, também, do facto do arqueólogo Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), por intermédio do referido Alberto Osório de Castro, sócio correspondente da Sociedade Martins Sarmiento, ter cedido algumas verbas destinadas às primeiras escavações que se intencionassem fazer²⁸¹⁶.

A constituição da comissão, cujo dever passava por propor ao governo os meios de salvaguarda do património no sentido (actual e) lato do termo – a expressão utilizada é

²⁸¹¹ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº76, I Série, “Portaria nº491”, 18 de Julho de 1895, p. 628.

²⁸¹² *Ibidem*.

²⁸¹³ *O Oriente Português*, nº11 e 12, 1905, p. 620.

²⁸¹⁴ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº76, I Série, “Portaria nº491”, 18 de Julho de 1895, p. 628.

²⁸¹⁵ *Ibidem*.

²⁸¹⁶ *Ibidem*.

“o que ainda hoje existir do viver do passado”²⁸¹⁷ –, por escolher os exemplares a guardar no museu arqueológico previsto pela portaria de 1894, classificar, inventariar e fiscalizar os edifícios reconhecidos como monumentos nacionais e, finalmente, publicar relatórios anuais do trabalho efectuado, seria praticamente idêntica àquela instituída em 1894. Além dos vogais daquela comissão responsável pela fundação do museu arqueológico, fariam parte deste novo grupo Alberto Osório de Castro, à data ajudante do procurador da Coroa e Fazenda e, como vimos, um dos grandes promotores desta iniciativa, bem como Jaime Pinto, delegado do procurador da Coroa e Fazenda na comarca das Ilhas de Goa. Dada a coincidência de nomes em ambas as comissões podemos concluir que estas reuniam a elite cultural e política da sociedade goesa da época.

Após a criação da comissão de arqueologia, no ano de 1896 o palácio de São Caetano foi eleito para receber o Museu Real da Índia Portuguesa, prevendo-se, a par da exposição das mais diversas peças arqueológicas, etnográficas, epigráficas, gliptográficas, numismáticas, cerâmicas ou alfaias – tanto portuguesas como muçulmanas, hindus ou pré-históricas – a inclusão da galeria de retratos dos vice-reis e governadores da Índia Portuguesa²⁸¹⁸, alguns destes repintados precisamente por um dos vogais das comissões criadas em 1895 e 1896, Manuel de Oliveira Gomes da Costa²⁸¹⁹. Tratar-se-ia de um museu profundamente eclético não na anteriormente prevista Pangim mas na simbolicamente mais importante “primeira metrópole europeia e católica do Oriente”²⁸²⁰, a cidade de Velha Goa. Na mesma ocasião estabeleceu-se quem seriam os funcionários, ou seja, as habituais grandes figuras da sociedade goesa e, nem por isso, arqueólogos ou historiadores, mas antes o presidente da Relação, o secretário-geral do governo, o procurador da Coroa e Fazenda, o secretário da Fazenda Provincial, o bibliotecário-director da Biblioteca Pública de Pangim e, ainda, o comissário geral do Abkari e Alfândegas. Definiu-se, ainda, a consignação de duzentas e cinquenta rúpias anuais para sustento do referido museu.

²⁸¹⁷ *Ibidem*.

²⁸¹⁸ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº57, I Série, “Portaria nº460”, 23 de Maio de 1896, p. 512.

²⁸¹⁹ Acerca da faceta artística de Gomes da Costa e da sua intervenção nos retratos dos vice-reis *vide* Vera Mariz, “Os trabalhos de restauro de um capitão em 1894 – A relação entre os retratos dos vice-reis da Índia e a faceta artística de Gomes da Costa”, *Conservar Património*, nº15-16, 2013, pp. 31-41.

²⁸²⁰ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº57, I Série, “Portaria nº460”, 23 de Maio de 1896, p. 512.

Apesar destes impulsos iniciais parece que a CPA só se tornou realmente mais dinâmica a partir de 1903, ano da publicação da Portaria nº133²⁸²¹ referente à sua reconstituição, sinal óbvio que a actividade desenvolvida desde 1895 não teria sido significativa. Ainda assim importa referir que mesmo durante o tempo decorrido entre 1894 e 1903 verificaram-se algumas manifestações de consciência patrimonial relevantes. Referimo-nos ao facto de no ano de 1902 o governador de Diu, João Herculano Rodrigues de Moura, instigado pelo profundo estado de abandono dos edifícios históricos, pela utilização indevida de pedras e lápides antigas e, naturalmente, por um forte sentimento patriótico, ter nomeado uma comissão²⁸²² idêntica aquela criada no ano de 1895. Afinal:

*Sabendo-se que a histórica Diu, pelas heroicidades aqui cometidas pelos antepassados portugueses, é um repositório brilhantíssimo em que se evidencia, à intensa luz de factos incontroversos todo o valor, toda a energia da antiga e viril raça portuguesa; e por isso todos os objectos, todas as relíquias que a relembre constituem verdadeiras páginas dessa bíblia que todo o português deve admirar e respeitar, evitando que a acção daninha do tempo ou ignorância de homens as destruam,*²⁸²³

Aquando da reactivação da CPA no ano de 1903 mantiveram-se os seguintes vogais originais: Alberto Osório de Castro, à data juiz do Tribunal de 1ª Instância, Ismael Gracias, 1º oficial da Secretaria Geral e José Maria do Carmo Nazareth, 1º escrivão da Repartição Superior da Fazenda. A estes juntou-se como presidente Pedro de Athayde e Mello, inspector de Fazenda, mas também José Augusto Alves Roçadas, chefe do Estado-Maior do Exército do Reino, José Norton de Matos, director da Repartição de Agrimensura e Jerónimo Osório de Castro, administrador do Concelho das Ilhas. Reconhecendo que havia ainda muito a investigar, conservar e a reconstruir, sendo esta tarefa assumidamente “de toda a conveniência patriótica”²⁸²⁴, nesta ocasião e numa outra portaria de 11 de Agosto do mesmo ano²⁸²⁵ foram definidas como competências desta comissão: o estudo, classificação e conservação dos monumentos não só de Goa

²⁸²¹ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº41, I Série, “Portaria nº133”, 26 de Maio de 1903, p. 371.

²⁸²² “Portaria do governo do distrito de Diu, nº43, de 2 de Dezembro de 1902, a que se refere a portaria supra”, *O Oriente Português* nº1, 1904, pp. 5-7.

²⁸²³ *Ibidem*, p. 6.

²⁸²⁴ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº41, I Série, “Portaria nº133”, 26 de Maio de 1903, p. 371.

²⁸²⁵ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº63, I Série, “Portaria nº103”[Portaria nº203], 11 de Agosto de 1903, p. 544.

como em 1895, mas da Índia Portuguesa; a apresentação de propostas aos Serviços de Obras Públicas referentes a medidas necessárias para a salvaguarda destes monumentos tanto no campo da conservação como da reparação e do restauro; a fiscalização, após a sua aprovação, de toda e qualquer intervenção; aconselhamento do governador-geral; a realização de levantamentos necessários ao restauro gráfico dos monumentos; a elaboração de monografias sobre monumentos mas, também, acerca de história militar e política; a recolha de exemplares para o Museu Real da Índia Portuguesa, Biblioteca Pública e para o Museu de Diu; a selecção e envio para a Torre do Tombo de manuscritos relevantes; a elaboração ou organização de mapas, fotografias, croquis e levantamentos relativos aos lugares mais importantes; a composição de um estudo especial relativo à antiga capital com análises de aspectos sociais desde o momento da conquista por Afonso de Albuquerque; o estudo de usos, costumes e crenças da Índia Portuguesa; a averiguação da existência de quaisquer monumentos arqueológicos; e a publicação de uma revista, *O Oriente Português*. O mesmo documento proibia determinantemente a realização de obras em monumentos classificados sem o parecer prévio da comissão ou a sua expropriação. Estabeleceu-se, ainda, que as despesas da comissão seriam custeadas por verbas geradas da venda de monumentos desclassificados e de donativos particulares.

Relativamente a estas competências interessa-nos destacar sobretudo o conceito de monumento e, conseqüentemente, o campo de acção extremamente amplo desta comissão ou a forma como esta noção se aproxima da ideia inicial de monumento²⁸²⁶, isto é tudo aquilo – neste caso “fortificações, edifícios, vestígios de povoados, ruas, muros, largos, e ainda armas, estátuas, imagens, moedas e outras obras, trabalhos e objectos”²⁸²⁷ – que implique memória, que recorde neste momento concreto a história da presença portuguesa na Índia ou, se preferirmos, todos os artefactos “conhecidos pela simples circunstância de serem *antigos*”²⁸²⁸. Em síntese, o conceito de monumento no seio da CPA encontrava-se muito mais próximo do significado original da palavra do que daquele vulgarizado, sobretudo, com a afirmação renascentista do conceito de arte,

²⁸²⁶ Françoise Choay, *op. cit.*, pp. 11-28.

²⁸²⁷ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº63, I Série, “Portaria nº103”[Portaria nº203], 11 de Agosto de 1903, p. 544.

²⁸²⁸ *Ibidem*.

notando-se uma espécie de retorno aos valores iniciais desta forma de olhar para os testemunhos materiais deixados pelo Homem. Neste caso da Índia Portuguesa temos casos concretos que testemunham antes do *Estado Novo* este leque alargado de interesses e actividades, tais como a reprodução de um mapa de Linschotten²⁸²⁹; o pedido de limpeza do arco dos Vice-Reis²⁸³⁰; a reformulação da ideia inicial de Museu Real com a sua redistribuição por um museu de arte religiosa no convento do Bom Jesus, um de colecções arqueológicas no convento de São Francisco de Assis e um outro de artes decorativas em São Caetano²⁸³¹; ou o parecer positivo ao projecto de retoque dos retábulos e reparação do púlpito da igreja de São Lourenço de Agaçaim²⁸³².



N.º 25. Capitel hinduista.

Tendo como objectivo central deste estudo a análise da salvaguarda do património arquitectónico ultramarino entre os anos de 1930 e de 1974 não pretendemos, nesta ocasião, aprofundar exaustivamente o modo como ao longo dos anos a CPA da Índia

Imagem 227 Reprodução de capitel hindu encontrado pela CPA. *O Oriente Português* nº2-3, 1907.

Portuguesa foi desempenhando as suas funções. Ainda assim parece-nos fundamental ter em consideração, como forma de enquadramento da actividade desenvolvida a partir de 1933, alguns aspectos. Uma vez que pretendemos abordar a importância das publicações periódicas para a divulgação da imagem dos monumentos na última secção deste estudo, neste momento desejamos apenas esclarecer algumas questões relacionadas com este tema. De facto, um dos aspectos mais interessantes desta comissão patrimonial é a sua revista, *O Oriente Português*, publicação cujo primeiro número remonta a Janeiro de 1904²⁸³³. Todavia, como vimos, as bases desta grande plataforma de divulgação de trabalhos que de algum modo contribuíssem para o

²⁸²⁹ *O Oriente Português*, nº7, 1906, p. 269.

²⁸³⁰ *O Oriente Português*, nº10-11, 1906, p. 447.

²⁸³¹ *O Oriente Português*, nº12, 1906, p. 489.

²⁸³² *O Oriente Português*, nº7-8, 1907, p. 330.

²⁸³³ Entre 1904 e 1920 a revista foi publicada de forma contínua e com pequenas variações, sendo até ao final de 1908, salvo algumas excepções, mensal. Contudo a partir de Janeiro de 1909 a revista passou a ser bimensal com números duplos. Entre 1920 e 1931 verificou-se um hiato explicável pela escassez de fundos. Assim, depois de suspensão em 1920, a revista acabou por ser retomada em 1931, mantendo-se até 1940 com uma periodicidade que variou entre o trimestral e o bimestral.

conhecimento da história da presença portuguesa na Índia, foram lançadas em 1903, ano da reactivação da CPA. Relativamente aos temas, apesar da primazia histórica de Velha Goa e do facto do seu estado de ruína e desconhecimento terem estado na base da criação da comissão de arqueologia e da própria revista, não observamos um predomínio significativo de estudos referentes à antiga capital. Na verdade, observa-se um saudável equilíbrio, surgindo artigos dedicados à capela de Santa Catarina²⁸³⁴ ou ao convento de Santa Mónica²⁸³⁵ mas, também, à igreja de São Pedro de Panelim²⁸³⁶ ou às igrejas, conventos e capelas de Diu²⁸³⁷. Este equilíbrio dever-se-á, na nossa opinião, a dois motivos. Primeiro entenda-se que esta era uma revista cujas páginas estavam “à disposição de todos aqueles que se sentem atraídos por esse passado”²⁸³⁸. Segundo, a variedade de artigos não se devia unicamente ao interesse dos autores, havendo um processo de selecção conduzido por uma comissão de redacção que, possivelmente, teria em consideração a importância de divulgar todas as facetas da herança portuguesa na Índia.

Não obstante a proclamada abertura da revista, não podemos deixar de notar a frequência com que surgem artigos – acerca do tema em estudo – da autoria de José Maria do Carmo Nazareth, Bragança Pereira, Ricardo Micael Teles, Amâncio Gracias, Ismael Gracias (pai) ou Panduranga Pissurlencar, figuras ligadas à CPA e à sua revista. Afinal, Ismael Gracias (pai) foi director da revista, Bragança Pereira foi presidente da CPA, Nazareth foi secretário, Pissurlencar foi vogal e Ricardo Micael Teles foi vogal-secretário da comissão. De resto, o caso de Amâncio Gracias é particularmente interessante pois, como vimos anteriormente, no ano de 1922 este ilustre goês, enquanto subdirector da Fazenda de Cabo Verde, foi incumbido pelo governador-geral desta província da investigação de documentação relativa aos monumentos da Ribeira Grande, da publicação dos resultados dos seus estudos e da organização de um museu arqueológico-numismático.

²⁸³⁴ *O Oriente Português*, nº5-6, 1906, pp. 185-194.

²⁸³⁵ *O Oriente Português*, nº11-12, 1918, pp. 269-276; nº1-2, 1919, pp. 21-30.

²⁸³⁶ *O Oriente Português*, nº5, 1933, pp. 79-84.

²⁸³⁷ *Ibidem*, pp. 67-79.

²⁸³⁸ *O Oriente Português*, nº1, 1904, p. III.

Finalmente importa destacar a forma como os responsáveis por esta revista procuraram garantir uma divulgação dos seus trabalhos através da sua distribuição pelas personalidades mais ilustres do momento, tanto de Lisboa e de Coimbra como de Goa, Damão, Moçambique, Rio de Janeiro, Madrid, Paris, Bombaim ou Roma²⁸³⁹ mas, também, através do contacto com publicações no estrangeiro. De facto, sabemos que desde 1897 foram feitas várias tentativas no sentido de conseguir que a *Revue Encyclopédique* publicasse um número ilustrado exclusivamente dedicado a Velha Goa, uma iniciativa que devido a alguma discórdia relacionada com o número de páginas disponíveis parece nunca se ter concretizado²⁸⁴⁰.

Um outro aspecto desta comissão que nos interessa destacar prende-se com o conhecimento que haveria da realidade patrimonial da Índia Britânica, território onde funcionava desde o ano de 1861 a Indian Archaeological Survey. Na verdade, a história da salvaguarda dos monumentos do território supradito remonta ao ano de 1784, momento em que um grupo de arqueólogos e historiadores liderados pelo ilustre filólogo William Jones (1746-1794), formou em Calcutá a Asiatic Society, uma sociedade cuja missão passava por sensibilizar o público para a riqueza da Índia em termos de antiguidades através da sua revista *Asiatick Researches*, mas que, salvo raras e pequenas reparações no Taj Mahal, Fatehpur Sikri e Sikandara, não tinha como objectivo a realização de intervenções em monumentos²⁸⁴¹. No ano de 1810, num momento em que se assistia a um incremento do interesse pelos testemunhos arquitectónicos e arqueológicos da Índia por homens como Alexander Cunningham (1814-1893), foi publicada a “Bengal Regulation XIX”, norma que previa a conservação e restauro de monumentos públicos. Cunningham, engenheiro do exército britânico, viria a ser o primeiro “Archaeological Surveyor” ou inspector da Indian Archaeological Survey. Depois de algumas alterações ao nível da organização deste serviço, oscilando-se entre um só organismo ou vários, no ano de 1901 George Cuzon (1859-1925) reactivou o lugar de director-geral, estabelecendo que este deveria ser ocupado por um “trained explorer

²⁸³⁹ A título de exemplo refira-se que no ano de 1905 esta revista foi ofertada a Teófilo Braga, Sousa Viterbo, Leite de Vasconcelos ou a Joaquim de Vasconcelos. Cf. *O Oriente Português*, nº11 e 12, 1905, p. 64.

²⁸⁴⁰ *O Oriente Português*, nº5-6, 1906, pp. 216-218.

²⁸⁴¹ *Archaeological Survey of India – History*, s/d, disponível em http://asi.nic.in/asi_aboutus_history.asp, consultado a 1 de Maio de 2014.

with archaeological knowledge and engineering skill”²⁸⁴², à data John Marshall (1876-1958). Data precisamente deste período o início da publicação dos “Annual Reports”, uma importante fonte de informação para a CPA da Índia Portuguesa.

Efectivamente sabemos que a comissão responsável pela conservação dos monumentos de Goa, Damão e Diu tinha conhecimento da realidade britânica, tendo dado conta, por exemplo, da nomeação de Marshall enquanto sucessor de Cunningham e de James Burgess e das suas competências: a direcção e vigilância dos trabalhos arqueológicos, a fiscalização dos monumentos, do seu estado de conservação e do valor das obras realizadas por toda a Índia britânica, bem como a prestação de auxílio aos inspectores provinciais no seu trabalho de levantamento e preservação dos monumentos²⁸⁴³. Além das várias notícias publicadas no *Oriente Português* acerca de descobertas arqueológicas naquele território, podemos referir um artigo de Armindo de Gouvêa Pinto²⁸⁴⁴ dedicado à reforma patrimonial promovida pelo referido Lord Cuzon com o seu “The Ancient Monuments Preservation Act”²⁸⁴⁵, testemunhos do tal conhecimento da realidade patrimonial vizinha. Na nossa opinião não podemos considerar simplesmente casual o facto de no ano de 1903, portanto na sequência do incremento dado por Cuzon e Marshall à salvaguarda patrimonial na Índia britânica, se ter reactivado a CPA. Isto não significa, necessariamente, que houvesse uma inspiração total nos serviços britânicos pois não só não nos deparamos com a existência de um director-geral na CPA ou com a existência de inspectores provinciais em Goa, Damão e Diu, como temos perfeitamente presente a forte influência exercida pela legislação patrimonial publicada em Lisboa, datando de 1894 a regulamentação da Comissão dos Monumentos Nacionais na metrópole e de 1895 o serviço patrimonial da Índia Portuguesa. Por outro lado, não podemos deixar de notar, por exemplo, a influência dos “Annual Reports” na publicação – ainda que não obrigatória ou verdadeiramente regular – das actas da CPA n’O *Oriente Português*.

²⁸⁴² *Ibidem*.

²⁸⁴³ *O Oriente Português*, nº1, 1904, pp. 101-103.

²⁸⁴⁴ *O Oriente Português*, nº6, 1904, pp. 314-320.

²⁸⁴⁵ Legislação de 18 de Março de 1904 cujo objectivo passava por assegurar a preservação dos monumentos históricos, objectos de interesse arqueológico, histórico ou artístico. A definição de “monumento antigo” aplicar-se-ia, a partir de então, a qualquer estrutura, edificação ou monumento, a qualquer túmulo ou local de enterramento, a qualquer gruta, pedra esculpida, inscrição ou monólito, de interesse histórico, arqueológico ou artístico. Cf. *The Ancient Monuments Preservation Act 1904*, s/d, disponível em http://asi.nic.in/pdf_data/5.pdf, consultado a 5 de Maio de 2014.

Curiosamente no ano da grande reorganização da comissão da Índia Portuguesa (1932), após uma análise dos tais relatórios britânicos, o director Bragança Pereira (1883-1955) constatou que a partir daquele momento “a organização dos serviços a cargo desta Comissão se assemelha a dos organismos congéneres da Índia vizinha”²⁸⁴⁶, à qual cabia a conservação dos monumentos, a realização de investigações arqueológicas, históricas e etnográficas, o enriquecimento do museu com peças recolhidas nestas campanhas, a organização de uma biblioteca especializada e a publicação de estudos. No entanto, esta afirmação parece-nos de certo modo injusta pois, como demonstrámos anteriormente, as portarias emanadas no ano de 1903 na Índia Portuguesa já tinham definido o estudo, classificação e conservação dos monumentos, a fiscalização das intervenções realizadas pelos Serviços de Obras Públicas, a publicação de monografias, a reunião de peças para o Museu Real e Museu de Diu e a publicação d’ *O Oriente Português*, como sendo competências desta comissão.

A actividade da Comissão Permanente de Arqueologia após a sua reestruturação

No final do ano de 1931 assistiu-se à publicação de uma portaria que, na nossa opinião, pode ser entendida como o primeiro sinal de um desejo plenamente assumido de reestruturar uma comissão de monumentos cujo último documento regulador datava do distante ano de 1903. Tratava-se da Portaria nº1.241 de 10 de Outubro de 1931²⁸⁴⁷ cujo conteúdo denunciava o desejo de retomar a publicação d’*O Oriente Português*, determinando o final de uma situação um quanto insólita: o custeio do boletim do Instituto Vasco da Gama²⁸⁴⁸ pelo pouco abastado serviço de arqueologia. No âmbito desta tentativa de potencializar todos os seus recursos, orientando-os para o seu verdadeiro objecto de trabalho, a CPA mandou suspender um outro serviço bastante oneroso: a limpeza das ruas e largos de Velha Goa²⁸⁴⁹. Esta situação verificava-se

²⁸⁴⁶ *O Oriente Português*, nº12-13, 1936, p. 233.

²⁸⁴⁷ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº82, I Série, “Portaria nº1.241”, 13 de Outubro de 1931, p. 1267.

²⁸⁴⁸ O Instituto Vasco da Gama, entidade dedicada à promoção cultural e científica na Índia Portuguesa, foi criado no ano de 1874. Depois de um hiato considerável o instituto foi reactivado no ano de 1925, momento em que foi determinado que “A publicação do Boletim será custeada pela dotação anual dos serviços de arqueologia.” Cf. *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº12, I série, “Portaria 105”, 10 de Fevereiro de 1925, p. 149.

²⁸⁴⁹ *O Oriente Português*, nº2-3, 1932, p. 139.

sobretudo porque os orçamentos do Estado Português da Índia, no referente a esta comissão, tripartiam as verbas disponíveis, distinguindo o subsídio para a manutenção do Museu da Índia Portuguesa, do subsídio para a manutenção do convento do Bom Jesus e do subsídio de 2.850 rúpias para “as despesas com o serviço de arqueologia, conservação, reparação e limpeza dos monumentos nacionais”²⁸⁵⁰. Devido à natureza extremamente lata deste último subsídio, tal como alertou António Bragança Pereira, juiz desembargador da Relação de Goa e presidente da CPA, durante longos anos esta foi grandemente sobrecarregada com obrigações das mais diversas naturezas, caso da questão da limpeza das ruas e largos e de outras actividades estranhas à arqueologia. Contudo, a situação mais anómala no âmbito do funcionamento desta comissão prendia-se com o facto de à data a conservação dos monumentos públicos ser, por lei, da responsabilidade da Direcção das Obras Públicas²⁸⁵¹, mas ser o serviço de arqueologia quem pagava as despesas recorrendo ao referido subsídio²⁸⁵². Para agravar a situação os administradores dos conventos de Velha Goa tinham como prerrogativa a possibilidade de recorrer àquele subsídio da comissão de arqueologia sem sequer a consultarem²⁸⁵³. Era, pois, urgente incrementar uma transformação séria no interior da comissão em causa, procurando garantir, paralelamente, uma igualmente necessária reestruturação do aparelho administrativo da Índia Portuguesa no tocante à salvaguarda do património arquitectónico, arqueológico e artístico.

Após a apresentação de uma proposta de reformulação por parte da CPA, o governador-geral João Carlos Craveiro Lopes determinou, a 17 de Fevereiro de 1932²⁸⁵⁴, a tão necessária reorganização do serviço de arqueologia. Antes de mais, no âmbito de um estudo que implica a identificação de influências da metrópole nestes territórios ultramarinos, interessa-nos recordar o facto de nesta ocasião se ter reconhecido que perante a necessidade e urgência de “defender da deterioração e da saída para o estrangeiro o que nos resta de valioso, como objectos de arte ou documentos

²⁸⁵⁰ *Ibidem*, p. 136.

²⁸⁵¹ *Diário do Governo* nº268, I Série, “Regulamento Geral das Direcções e Inspecções das Obras Públicas das Colónias”, 16 de Novembro de 1911, p. 4602.

²⁸⁵² *O Oriente Português*, nº2-3, 1932, p. 141.

²⁸⁵³ *Ibidem*.

²⁸⁵⁴ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, pp. 205-207.

históricos”²⁸⁵⁵, era conveniente “adaptar a esta Colónia os Decretos de 19 de Novembro de 1910 e o nº1, de 26 de Maio de 1911;”²⁸⁵⁶ Estes decretos, como vimos na primeira parte deste estudo, aludem à necessidade de assegurar a conservação das obras de arte existentes em Portugal²⁸⁵⁷ e de reorganizar os serviços artísticos e arqueológicos²⁸⁵⁸, questões que, conforme temos procurado demonstrar, teriam grande importância numa colónia cujos monumentos careciam de inúmeros cuidados e cujo serviço de arqueologia tinha a sua acção tolhida pela sua desactualização e inserção num sistema pejado de burocracias e incongruências administrativas. Além disso, este aproveitamento num só diploma legislativo de dois decretos distintos no que concerne ao tipo de património – imóvel e móvel – testemunha perfeitamente a abrangência desta comissão, entidade equivalente aos Conselhos de Arte e Arqueologia da metrópole, embora mais antiga e sem o desdobramento em várias circunscrições. Uma vez que já analisámos o conteúdo deste diploma legislativo de 1932, neste momento interessa-nos destacar apenas duas questões. Primeiro é curioso notarmos que devido a esta influência dos decretos publicados na metrópole na I República, neste momento assistimos neste Estado Português da Índia a um certo aperfeiçoamento do conceito de monumento, passando-se, em relação ao ano de 1903, de todas as construções ou objectos móveis conhecidos como “antigos”²⁸⁵⁹ para os imóveis e objectos descobertos cujo “valor artístico, histórico ou arqueológico”²⁸⁶⁰ ou “interesse nacional”²⁸⁶¹ fosse digno de conservação, uma noção que, de resto, continuaria a abranger muito do património de uma colónia portuguesa já com mais de quatro século de história. Por outro lado é importante observar que neste momento esclareceram-se várias questões relacionadas com o funcionamento do Museu da Índia Portuguesa, clarificando-se que esta denominação abrangia o conjunto formado pelos museus instalados nos diversos conventos da antiga capital daquele Estado (Art.º 13º), a saber: São Francisco de Assis, São Caetano e Bom Jesus. A guarda, o

²⁸⁵⁵ *Ibidem*, p. 205.

²⁸⁵⁶ *Ibidem*.

²⁸⁵⁷ *Diário do Governo* nº41, I Série, [Decreto com força de lei], 22 de Novembro de 1910, pp. 514-515.

²⁸⁵⁸ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto”, 29 de Maio de 1911, pp. 2244-2245; *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, pp. 2245-2247.

²⁸⁵⁹ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº63, I Série, “Portaria nº103”[Portaria nº203], 11 de Agosto de 1903, p. 544.

²⁸⁶⁰ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, p. 205.

²⁸⁶¹ *Ibidem*.

inventário e a conservação destes espaços ficaria entregue aos administradores daqueles conventos que, desta forma, exerceriam cumulativamente a função de conservadores (Art.º 13º, ponto 1). Paralelamente, definiu-se que a segurança do Museu de São Francisco de Assis deveria ser garantida por um guarda contratado, preferencialmente bom falante de inglês, cuja função seria também a de guarda das ruínas de Velha Goa, das escavações, dos transportes de peças para o Museu da Índia Portuguesa, de dactilógrafo da CPA e, eventualmente, de guia nas excursões pela antiga cidade (Art.º 17º). A par deste guarda extraordinariamente polivalente, o museu do palácio de São Caetano contaria, logo que deixasse de haver um encarregado dos objectos da Fazenda ali depositados, com um outro guarda. Esta disposição acabou por ser aplicada no ano seguinte, tendo-se extinto – o já há muitos anos vago – cargo do referido encarregado e definido as condições de contratação de um guarda²⁸⁶².

Todavia, do ponto de vista do papel desempenhado pela CPA no âmbito do universo patrimonial da Índia Portuguesa, a determinação mais relevante deste diploma legislativo de 1932 foi, porventura, aquela inscrita no artigo 18º:

*A conservação dos monumentos públicos nacionais ficará a cargo da Direcção das Obras Públicas, podendo a Comissão Permanente de Arqueologia, emitir o seu voto. Para este fim, será inscrita anualmente na tabela de despesa uma verba necessária, ouvidas a Direcção das Obras Públicas e a Comissão de Arqueologia*²⁸⁶³.

A relevância deste artigo prende-se com o facto de até então, como vimos, ser recorrente a Direcção das Obras Públicas realizar obras em monumentos recorrendo ao subsídio da CPA para “conservação, reparação e limpeza dos monumentos nacionais”²⁸⁶⁴. A este propósito refira-se que, por exemplo, no ano económico de 1931-1932, no total, entre despesas estranhas ao serviço de arqueologia, entre as quais se encontravam as obras realizadas pelas Obras Públicas, despesas da própria comissão, o salário de um empregado auxiliar e o Museu da Índia Portuguesa, foram gastas pouco mais de 3000.00.00 rúpias, merecendo destaque o facto das verbas cedidas pela

²⁸⁶² *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº103, I Série, “Diploma Legislativo nº700”, 26 de Dezembro de 1933, p. 1882.

²⁸⁶³ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, p. 206.

²⁸⁶⁴ *O Oriente Português*, nº2-3, 1932, p. 136.

comissão ao serviço de Obras Públicas e restantes se aproximarem bastante dos gastos aplicados nas suas iniciativas: cerca de 1227 contra 1530 rúpias²⁸⁶⁵. Por esta razão, isto é, pela persistência da realização de serviços por uma entidade e a despesa por outra, numa tentativa de potencializar todos os recursos da CPA, o presidente Bragança Pereira apresentou no ano de 1932 um novo regulamento referente à administração do fundo da comissão, cujo artigo 10º fixava que:

*Os fundos da Comissão Permanente de Arqueologia serão depositados na Caixa Económica Postal, sendo levantadas as importâncias necessárias por meio de requisição assinada pelo tesoureiro e visada pelo presidente.*²⁸⁶⁶

Deste modo, a CPA garantia o total controlo das verbas que lhe eram concedidas e protegia-se das anteriormente referidas despesas imprevistas da Direcção das Obras Públicas e dos administradores dos conventos de Velha Goa. Refira-se ainda que em relação à portaria de 11 de Agosto de 1903, no referente às verbas inscritas no orçamento da província e destinadas ao serviço de arqueologia e museus, observamos ao nível dos rendimentos um acréscimo aos anteriormente previstos resultados da venda de monumentos desclassificados e donativos: os rendimentos da própria comissão provenientes da venda das suas publicações, de juros ou receitas dos museus²⁸⁶⁷. Em parte esta novidade explicar-se-á pelo facto da publicação *d'O Oriente Português* ser posterior (1904) à referida legislação (1903).

Relativamente a esta reestruturação da CPA no ano de 1932 resta-nos observar o facto de nesta ocasião as leis de índole patrimonial mais recentes da metrópole não terem sido consideradas como referências na Índia Portuguesa. Afinal à data já existia na metrópole a Lei nº1:700 de 18 de Dezembro de 1924²⁸⁶⁸, documento que determinou a centralização dos serviços artísticos e arqueológicos no Ministério da Instrução Pública junto do qual foi criado um novo órgão de coordenação destas questões: o Conselho Superior de Belas Artes; e o Decreto nº 11:445 de 13 de Fevereiro de 1926²⁸⁶⁹ que, após

²⁸⁶⁵ *Ibidem*, p. 140.

²⁸⁶⁶ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº57, I Série, "Portaria nº1.469", 15 de Julho de 1932, p. 873.

²⁸⁶⁷ *Ibidem*.

²⁸⁶⁸ *Diário do Governo* nº281, I Série, "Lei nº1:700", 18 de Dezembro de 1924, pp. 1858-1863

²⁸⁶⁹ *Diário do Governo* nº34, I Série, "Decreto nº11:445", 13 de Fevereiro de 1926, pp. 135-147.

um período conturbado em termos de afirmação daquela lei de 1924, determinou a sua regulamentação. Na nossa opinião esta desconsideração do governo da Índia Portuguesa pelos documentos de 1924 e 1926 prender-se-á com o facto destes terem introduzido na metrópole alterações sobretudo ao nível da organização dos serviços e não das questões que interessavam realmente à CPA, ou seja, a classificação dos monumentos nacionais, o seu arrolamento, alienação e conservação. Sentimos, no entanto, que o caminho privilegiado pela CPA seria precisamente o do Conselho Superior de Belas Artes que mesmo após a criação da DGEMN no ano de 1929 se manteve como um órgão centralizador e coordenador de todos os serviços artísticos e arqueológicos a quem continuava a caber, de acordo com o Decreto nº16:791, a elaboração de pareceres sobre obras de reparação ou restauro de monumentos nacionais²⁸⁷⁰. Como dizíamos este seria o caminho privilegiado pela comissão da Índia Portuguesa, um órgão consultivo para assuntos relacionados com monumentos nacionais mas totalmente independente da Direcção dos Serviços de Obras Públicas a quem cabia a concretização das obras naqueles edifícios.

A tentativa de revitalizar a CPA neste início da década de 30 implicou, também, a concessão do título de “monumento nacional” a uma série de imóveis cujo valor artístico, histórico, arqueológico ou interesse nacional foi reconhecido no ano de 1932. Efectivamente, a Portaria nº1.360 de 31 de Março de 1932²⁸⁷¹ distinguiu imóveis mas também ruínas ou grutas a cargo do Estado, de particulares ou de outras instituições, caso das câmaras municipais, do cabido, de comissões administrativas dos conventos extintos, do patriarcado, de fábricas ou confrarias tanto no distrito de Goa como em Damão ou Diu. Entre estes imóveis classificados como “monumentos nacionais” encontravam-se alguns dos mais importantes exemplares arquitectónicos da Índia Portuguesa, o que significa que apesar da vetustez da CPA e da existência de uma considerável atenção para com o património pelo menos desde o século XIX, o reconhecimento legal do seu valor e significado surgiu consideravelmente tarde. De resto, recorde-se que tanto em Angola como em Moçambique a criação das respectivas comissões de monumentos foi quase imediatamente seguida da atribuição do título de

²⁸⁷⁰ *Diário do Governo* nº97, I Série, “Decreto nº16:791”, 30 de Abril de 1929, p. 1057.

²⁸⁷¹ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº27, I Série, “Portaria nº1.360”, 1 de Abril de 1932, p. 405.

“monumento nacional” a alguns monumentos. Entre estes monumentos nacionais, num total de oitenta e dois, encontravam-se a igreja e casa professa do Bom Jesus, o convento de São Francisco de Assis, a sé patriarcal e o convento de São Caetano²⁸⁷².

Data também deste período de revitalização a intensificação das escavações da CPA, sabendo que no ano económico de 1932 e 1933 foram promovidas diversas actividades desta natureza em Cortalim, Sancoale, Betalbatim, Verodá, Margão e Chandor, concelho de Salsete, onde foram encontradas várias imagens e um *viragal*²⁸⁷³. Já em Janeiro de 1933 a comissão promoveu uma escavação num local da freguesia da Trindade, Velha Goa, que houvera sido marcado no ano de 1931 como sendo a *thirta* de Brahmapuri²⁸⁷⁴. Naquele local Panduranga Pissurlencar, afamado investigador, chefe dos Arquivos Gerais e Históricos da Índia Portuguesa e vogal da CPA, encontrou um santuário hindu do século XIV dedicado ao culto de Shiva²⁸⁷⁵. Paralelamente, neste mesmo ano de 1933, a comissão demonstrou estar perfeitamente ciente da importância da realização de inventários como forma de salvaguardar o património da Índia Portuguesa, tendo publicado n’*O Oriente Português* o arrolamento de 1845 das peças existentes nos

²⁸⁷² Os monumentos do Distrito de Goa pertencentes ao Estado e classificados foram os seguintes: convento de São Francisco de Assis, convento de São Caetano, capela de Santa Catarina, arco da Conceição, portas de Moulá, pelourinho novo, ruínas do colégio de São Paulo, ruínas do Carmo, ruínas do convento de São Agostinho, ruínas do colégio de Pópulo, ruínas da Cruz dos Milagres, cruzeiro de São Domingos, cruzeiro da Madre de Deus, monumento no Campo de São Lázaro, estufa do Arsenal, muralha da cidade com os seus fortins, portal do palácio da Fortaleza, fortalezas de Aguada, Reis Magos, Alorna, Cabo de Rama, Chaporá, Santo Estêvão, Naroá, Tiracol, Mormugão, Angediva, ruínas do forte de Cola, igreja de Linhares, capela de São Jerónimo do Seminário de Chorão, cruzeiro de Mordongôdo em Pondá e da casa de catecúmenos em Betim. Pertencentes a outras instituições: arco dos Vice-Reis, monumentos a Afonso de Albuquerque e a Vasco da Gama, sé patriarcal, priorado do Rosário, capela de Nossa Senhora do Monte, casa da Bula, mosteiro de Santa Mónica, capela de Santo António, igreja e casa professa do Bom Jesus, capela de São Francisco Xavier, convento de São João de Deus, igreja e convento do Pilar, igreja de São Pedro, igreja dos Reis-Magos, igreja de Santana de Talaulim, igreja da Penha de França, capela de Nossa Senhora da Piedade de São Pedro, capela de Santo António de Goa Velha, *tirtha* da Bramapuri, grutas de Lamgão, Arvalém, Aquém e Rivona e ruínas descobertas nas escavações de Chandor. No distrito de Damão pertencentes ao Estado: muralhas da praça, forte de São Jerónimo, ruínas do convento de Santo Agostinho, baluarte dos Abexins, fortim de Varacunda, ruínas do antigo pelourinho, sé matriz, igreja de Nossa Senhora dos Remédios, igreja de Nossa Senhora do Mar, capela de Nossa Senhora das Angústias, capela de Nossa Senhora do Rosário, antigo convento de São João de Deus. Pertencentes a particulares: ruínas do convento de São Domingos, ruínas da antiga casa dos Fidalgos. No Distrito de Diu a cargo do Estado: castelo, muralha da praça, sé matriz (antigo colégio de São Paulo), cadeia civil (antiga igreja de São Tomé), hospital (antigo convento de São Francisco de Assis), monumentos existentes no terreiro do castelo, fortes do Mar, de Santo António, de Passo Seco, fortins de Gogolá e de Nagoá. Cf. *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº27, I Série, “Portaria nº1.360”, 1 de Abril de 1932, p. 405.

²⁸⁷³ Estela funerária.

²⁸⁷⁴ Na tradição hindu uma *thirta* é um local de peregrinação relacionado com águas sagradas.

²⁸⁷⁵ *O Oriente Português*, nº4, 1932, pp. 74-90.

conventos, igrejas, palácios e fortalezas de Goa²⁸⁷⁶, bem como o inventário do Museu de São Caetano²⁸⁷⁷. Data também desta altura a organização deste museu em três secções distintas – etnografia, história, arqueologia hindu – a aquisição de várias peças para a secção etnográfica e de fotografias de monumentos para a secção histórica²⁸⁷⁸. No museu do convento de São Francisco, cujo recheio também foi inventariado, foi organizada uma secção de arqueologia hindu com peças que ali se encontravam desde o início do século, bem como outras²⁸⁷⁹. O inventário das peças existentes no museu do Bom Jesus também foi publicado²⁸⁸⁰, tendo ficado por realizar, apesar do pedido da comissão ao patriarca das Índias, o inventário do tesouro do convento de Santa Mónica que se deteriorava “em depósitos escuros e húmidos”²⁸⁸¹.

Outra iniciativa interessante foi a realização de fotografias de todos os altares e púlpitos das igrejas de Velha Goa²⁸⁸². Esta medida leva-nos a crer na existência de um perfeito entendimento do potencial desta forma de criação de imagens como um poderoso instrumento de salvaguarda patrimonial que permitia a divulgação daqueles monumentos mas, sobretudo, a sua conservação, senão material, pelo menos da sua imagem. O próprio Bragança Pereira, presidente da CPA, lembrou que:

*Já Cunha Rivara aconselhava a Lopes Mendes:
“Continue na sua louvável tarefa de desenhar
os grandiosos monumentos que restam da
nossa Índia, e a que estão ligadas tão gloriosas
tradições dos nosso antepassados porque
daqui a 30 ou 40 anos da maior parte deles não
ficará mais do que a memória e os seus
desenhos (...)”*²⁸⁸³.

Esta tentativa de resgatar todo este património das garras do tempo, do clima, dos animais e da incúria humana, não obstante as dificuldades, parece ter sido uma constante neste momento de revitalização. Assim o indica, além dos assuntos tratados anteriormente, o facto de a CPA ter recolhido nos conventos da antiga capital mas

²⁸⁷⁶ *O Oriente Português*, nº6, 1933, pp. 373-390.

²⁸⁷⁷ *O Oriente Português*, nº5, 1933, pp. 205-214.

²⁸⁷⁸ *Ibidem*.

²⁸⁷⁹ *Ibidem*, pp. 216-218.

²⁸⁸⁰ *Ibidem*, pp. 222-225.

²⁸⁸¹ *Ibidem*, p. 225.

²⁸⁸² *Ibidem*, p. 214.

²⁸⁸³ *Ibidem*.

também na igreja de Carambolim, uma série de imagens e obras em talha atacadas pela formiga-branca²⁸⁸⁴. Este procedimento em prol da salvaguarda do património de Velha Goa foi igualmente adoptado na casa professa do Bom Jesus onde se encontrava um conjunto de telas em muito más condições, e no mosteiro de Santa Mónica, no qual existia uma imagem de pedra com o símbolo da Companhia de Jesus e o remate de uma coluna²⁸⁸⁵.

Sendo a salvaguarda do património arquitectónico, artístico ou arqueológico da Índia Portuguesa uma missão desempenhada oficialmente e a nível local desde finais do século XIX, é natural que ao longo dos anos, respondendo às necessidades dos monumentos nacionais e de acordo com as práticas vigentes, as formas de actuação tenham sofrido alterações. O que nunca se alterou, como temos procurado demonstrar, foi o entendimento das igrejas, conventos, capelas, fortes, fortalezas ou fortins de Goa, Damão e Diu como testemunhos valiosíssimos do passado português no Oriente, havendo momentos, é certo, em que esta indexação foi mais óbvia. Se nas primeiras décadas do século XX as exposições do corpo de São Francisco Xavier foram os acontecimentos que mais contribuíram para fomentar um (re)embelezamento de Velha Goa²⁸⁸⁶, o que esperar dos anos do *Estado Novo*, das décadas marcadas pela conquista da independência da antiga Índia Britânica, pela perda de Dadrá e Nagar Aveli, enfim, pela queda eminente do outrora grandioso e imorredouro Estado Português da Índia? Procuremos compreender a dinâmica da CPA num período política e patrimonialmente marcado por um incremento considerável do interesse da metrópole na Índia Portuguesa e, particularmente, na cidade conquistada por Afonso de Albuquerque no longínquo ano de 1510.

Antes de mais é necessário esclarecermos que ao longo dos primeiros anos do *Estado Novo* não podemos falar de um corte radical com o passado mas de uma estreita continuidade em termos de políticas patrimoniais, especialmente em relação à necessidade de modernizar a comissão. Na nossa opinião esta continuidade explica-se

²⁸⁸⁴ *Ibidem*, pp. 214-216.

²⁸⁸⁵ *Ibidem*, pp. 221-222.

²⁸⁸⁶ Acerca desta questão *vide* Sidh Losa Mendiratta, Joaquim Rodrigues dos Santos, “«Visiono Velha Goa, a Cidade Morta, Reanimar-se...»: o Plano de Intenções de 1960 para a Musealização de Velha Goa”, *Actas do Congresso Internacional Goa Passado e Presente*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 397-414.

em grande parte pelo prosseguimento de Bragança Pereira na presidência da referida comissão e pela permanência de João Carlos Craveiro Lopes como governador-geral, dirigente que, como outros, reconheceu a existência de um grande dilema: “a conservação dispendiosíssima de «ruínas», embora essas ruínas, sejam, como são, gloriosos padrões da nossa história antiga”²⁸⁸⁷ ou o seu abandono. Por outro lado, não obstante os esforços aplicados desde 1932, nesta fase continuamos a identificar casos que comprovam a permanência de problemas relacionados com uma certa desarmonia entre as Obras Públicas e a comissão ou, se preferirmos, de dúvidas relacionadas com a jurisdição e as atribuições destas duas entidades em relação à conservação e restauro dos monumentos nacionais. Afinal, sabemos que no ano de 1934 a Direcção dos Serviços de Obras Públicas pediu à CPA que esta indicasse quais as obras necessárias além das intervenções previamente solicitadas²⁸⁸⁸. Segundo o diploma legislativo de 1932, conforme o presidente Bragança Pereira recordou²⁸⁸⁹, não cabia à comissão vistoriar e identificar fragilidades nos monumentos, tarefa do foro da secção especial daquele serviço à qual competia, segundo o próprio *Regulamento das Obras Públicas*²⁸⁹⁰, “o estudo, construção e conservação de edifícios e monumentos públicos”²⁸⁹¹ e a realização de visitas anuais para avaliar as necessidades daqueles imóveis. Por outro lado, o referido diploma de 1932 fixou, como dissemos, que as funções da comissão eram meramente consultivas e, conforme Bragança Pereira viria a esclarecer em 1935, apenas “sob o ponto de vista estético”²⁸⁹², não tendo por isso qualquer obrigação de vistoriar os monumentos ou analisar, sob o ponto de vista técnico, o seu estado de conservação.

Efectivamente, as dúvidas em relação às competências e os atropelamentos jurisdicionais continuavam a acontecer, datando de 1934, ano em que apenas sete dos trinta e cinco edifícios de Goa classificados como monumentos foram intervencionados com dotações das Obras Públicas²⁸⁹³, um dos episódios mais representativos desta

²⁸⁸⁷ AHU, nº762, cód. 2G, MU, DGCO, doc. s/n [Relatório do governador-geral 1934].

²⁸⁸⁸ *O Oriente Português*, nº12-13, 1936, p. 236.

²⁸⁸⁹ *Ibidem*, pp. 236-237.

²⁸⁹⁰ *Regulamento Orgânico da Direcção de Obras Públicas do Estado da Índia, aprovado por Decreto de 25 de Agosto de 1913*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1913, 38 p.

²⁸⁹¹ *Ibidem*, p. 4.

²⁸⁹² *O Oriente Português*, nº12-13, 1936, p. 236.

²⁸⁹³ AHU, nº762, cód. 2G, MU, DGCO, doc. s/n [Relatório do governador-geral 1934].

questão e que, como tal, acabaria por estar na base da criação de um novo diploma legislativo. Naquele ano a administração do convento de São Caetano informou a Direcção dos Serviços de Obras Públicas, tal como lhe competia, da necessidade de lajear a respectiva igreja, pedido este que foi aceite sem que o plano de obra e o orçamento tivessem sido apresentados à CPA, cujo parecer acabaria por ser negativo, considerando não convir “transformar ou modernizar, mas conservar o monumento”²⁸⁹⁴. Afinal, “no histórico Paço de Cintra se conserva ainda o gasto e puído pavimento de ladrilho para o visitante poder evocar o passado.”²⁸⁹⁵ Em síntese, o problema passava pela existência de duas entidades públicas que, independentemente das diferenças ao nível das competências, acabavam por ocupar-se de um mesmo assunto: a protecção dos monumentos nacionais. Por outro lado, um dos factores que, na nossa opinião, poderá ter tido algum peso nesta falta de harmonia dos dois serviços, terá sido o facto da comissão ter passado por uma reorganização enquanto as Obras Públicas se mantiveram, segundo Craveiro Lopes, como “talvez, aqueles que mais reclamam uma reorganização”²⁸⁹⁶, sofrendo, como referimos, com uma acentuada falta de técnicos num universo extremamente vasto e pobre em verbas disponíveis.

No ano de 1935, indubitavelmente no prosseguimento do diploma reorganizador de 1932, foi publicado o Diploma Legislativo nº773²⁸⁹⁷, documento que pretendia “tornar mais eficazes”²⁸⁹⁸ as medidas de conservação dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse artístico ou histórico, ou seja, definir uma vez mais as atribuições das entidades que tinham a seu cargo a salvaguarda destes bens. Desde o preâmbulo deste diploma percebemos que a tal separação do organismo responsável pela concretização das obras – a Direcção das Obras Públicas – e do órgão consultivo e recomendativo – a CPA – continuava a levantar questões acerca das atribuições de cada uma das entidades. Senão, vejamos como logo o artigo 1º esclarece que:

A conservação, reparação ou restauração dos monumentos nacionais, ou de edifícios que, sem merecerem a classificação de monumentos,

²⁸⁹⁴ *O Oriente Português*, nº12-13, 1936, p. 237.

²⁸⁹⁵ *Ibidem*.

²⁸⁹⁶ AHU, nº762, cód. 2G, MU, DGCO, doc. s/n [Relatório do governador-geral 1934].

²⁸⁹⁷ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº14, I Série, “Diploma legislativo nº773”, 15 de Fevereiro de 1935, pp. 247-248.

²⁸⁹⁸ *Ibidem*, p. 247.

*ofereçam todavia algum interesse sob o ponto de vista artístico ou histórico, continuam a cargo da Direcção dos Serviços de Obras Públicas*²⁸⁹⁹.

Por seu lado a CPA viu reforçada a sua posição de organismo meramente consultivo que seria ouvido obrigatoriamente e não eventualmente como se definira no ano de 1932, antes de toda e qualquer obra de restauro nos monumentos em causa (Art.º 4º), tendo ainda a prerrogativa de “sempre que assim o entenda”²⁹⁰⁰ recomendar ao serviço de Obras Públicas, a quem caberia também o arrolamento e descrição daqueles imóveis, a concretização de obras (Art.º 7º). De modo a evitar, uma vez mais, a utilização indiscriminada das verbas referentes ao serviço de Arqueologia, esclareceu-se que anualmente a Direcção dos Serviços de Obras Públicas deveria propor a verba considerada necessária para ser aplicada neste tipo de trabalhos (Art.º 6º). A excepção residiria nos imóveis particulares classificados cujas obras, caso o proprietário não tivesse os meios necessários, poderiam ser garantidas pelo governo, sob proposta da comissão, podendo ocorrer uma expropriação caso houvesse uma recusa (Art.º 3º), algo que não estava previsto no diploma de 1932. De resto, ao contrário do que acontecia vulgarmente até então, este novo diploma procurou simplificar o processo ao estabelecer que os administradores dos conventos, os comandantes das fortalezas e outras entidades incumbidas da guarda ou posse de imóveis classificados, deveriam solicitar à Direcção dos Serviços de Obras Públicas, e não à comissão de arqueologia como acontecia frequentemente, as obras consideradas necessárias (Art.º 5º).

Por outro lado notamos a sobrevivência de certas práticas de salvaguarda patrimonial, caso da divulgação e conservação gráfica dos monumentos de Velha Goa por via da fotografia, nos anos de 1934 e 1935, e da compra de novos exemplares fotográficos²⁹⁰¹ para o Museu de São Caetano²⁹⁰². Concomitantemente, por proposta de um dos vogais da comissão, Amâncio Gracias, os monumentos nacionais foram fotografados e, paralelamente, graças ao contributo de outro vogal, Ricardo Micael Teles, foram sendo publicadas notícias descritivas acerca dos mesmos n’*O Oriente Português*. De resto, tal

²⁸⁹⁹ *Ibidem*. O sublinhado é da nossa autoria.

²⁹⁰⁰ *Idem*, p. 248.

²⁹⁰¹ *O Oriente Português*, nº12-13, 1936, pp. 253-255.

²⁹⁰² Entre os anos de 1934 e 1935, além das fotografias, deram entrada no Museu de São Caetano uma lápide com o brasão de Velha Goa e uma série de objectos oriundos do Museu do Bom Jesus que, como veremos adiante, foi extinto no ano de 1935. Cf. *O Oriente Português*, nº12-13, 1936, pp. 253-255.

como vimos em 1932, nos anos de 1934 e 1935 foram organizadas escavações em locais previamente identificados como sendo de interesse, caso do prédio *Magilvaddó* em Chinchinim, Salcete, onde num tanque entupido foi encontrada a representação de um *nandi*²⁹⁰³, ou de Sarzorá onde no prédio *Betalnomôx* foi descoberta uma mão segurando uma espada e parte de uma *rundamala*²⁹⁰⁴.

Na mesma época, na senda de alargar o cada vez mais abrangente leque de património protegido, foram promovidas, por proposta dos vogais Amâncio Gracias e Pissurlencar, novas classificações de imóveis ou ruínas portuguesas e hindus²⁹⁰⁵. Foi também criada dentro da comissão uma subcomissão constituída por Ricardo Micael Teles e Panduranga Pissurlencar cujo objectivo passava por rever a lista dos imóveis classificados como monumentos nacionais e traçar um plano de consolidação dos mesmos²⁹⁰⁶, uma iniciativa que na nossa opinião voltaria a implicar algum atrito com as Obras Públicas. Nestes primeiros anos do *Estado Novo*, a CPA não esqueceu o património móvel, tendo formado uma outra comissão presidida por Ricardo Micael Teles incumbida de proceder ao inventário dos bens das igrejas e conventos de Velha Goa e Pilar²⁹⁰⁷ porque, tal como vimos no caso de Moçambique, a *Lei da Separação do Estado das igrejas* não teve nas colónias a aplicação prevista, tendo ficado por realizar os arrolamentos pensados como forma de evitar a perda ou destruição do património em causa. Assim caberia a esta comissão:

*fazer a separação e a entrega, à autoridade superior eclesiástica, dos templos e conventos anexos à Velha Goa e Pilar e os objectos mobiliários aí existentes e pertencentes ao serviço de culto, seus ministros e serventuários, os quais, nos termos do Art.º15 do Decreto 233, de 21 de Janeiro de 1913, embora pertencendo ao Estado não podem por ele ser arrecadados e administrados*²⁹⁰⁸.

²⁹⁰³ Touro branco que segundo a tradição hindu acompanha Shiva enquanto sua montaria.

²⁹⁰⁴ Uma coroa formada por cabeças humanas.

²⁹⁰⁵ A torre da antiga igreja de Sancoale, ruínas do templo hindu de Malsadevi, ruínas da antiga fortaleza de Pondá, ruínas do templo dito de Guziranchem Deul de Cudném em Sanquelim. Cf. *O Oriente Português*, nº12-13, 1936, p. 247.

²⁹⁰⁶ *O Oriente Português*, nº12-13, 1936, p. 247.

²⁹⁰⁷ *Ibidem*, p. 252.

²⁹⁰⁸ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº64, I Série, "Portaria", 10 de Agosto de 1934, p. 1223.

Esta comissão da qual fizeram parte, além de Ricardo Micael Teles, o cônego Francisco Xavier da Costa e Joaquim José Estêvão Fernandes, 2º Oficial da Direcção dos Serviços da Fazenda, tinha inicialmente um prazo de sessenta dias para inverter o incumprimento do artigo publicado aquando da aplicação da *Lei da Separação* nas colónias, o qual previa que apenas os terrenos, edifícios, alfaías, valores ou outros objectos móveis que deixassem de estar ou fossem dispensados do serviço do culto fossem, enquanto propriedade do Estado, arrecadados, administrados ou vendidos²⁹⁰⁹. No entanto, as diligências no sentido de inquirir acerca da existência dos referidos objectos adstritos ao culto ou ao serviço de ministros e serventuários – mas ilegítimamente arrecadados e administrados pelo Estado – e a posterior entrega à autoridade eclesiástica só se deram por terminadas em Fevereiro de 1935²⁹¹⁰.

Como dissemos anteriormente, as duas questões que ao longo dos anos mais dificultaram as obras de conservação e restauro de monumentos na Índia Portuguesa foram a falta de verbas e de mão-de-obra especializada. Neste sentido, num gesto que na nossa opinião ilustra bastante bem este impulso dado à salvaguarda patrimonial durante o *Estado Novo*, o governador Craveiro Lopes conseguiu no ano de 1936 que o Conselho do Governo e o ministro das Colónias autorizassem um empréstimo no valor de 500.000 rúpias exclusivamente destinadas à “conservação, aproveitamento e restauração”²⁹¹¹ de monumentos nacionais – móveis ou imóveis – sob parecer da comissão, ficando desde logo cobertas por esta verba as obras nos conventos de São Caetano e São Francisco de Assis²⁹¹². De modo a garantir a correcta aplicação destas verbas adicionadas ao Fundo de Fomento, o mesmo governador-geral escreveu ao ministro das Colónias esclarecendo que tendo em conta a situação de carência das Obras Públicas, onde há “já muitos meses que não existe um Director”²⁹¹³, seria necessário “escolher e contratar o especialista metropolitano que venha aqui fazer o necessário estudo, e depois dirigir a execução dos trabalhos”²⁹¹⁴. Como seria expectável

²⁹⁰⁹ *Diário do Governo* nº274, I Série, “Decreto nº233”, 22 de Novembro de 1913, p. 4470.

²⁹¹⁰ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº53, 1942, p. 145-146.

²⁹¹¹ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº55, I Série, “Diploma Legislativo nº885”, 10 de Julho de 1936, pp. 945-946.

²⁹¹² Prevía também a instalação de um museu arqueológico, histórico e etnográfico, bem como de uma galeria de arte.

²⁹¹³ AHU, nº1200, cód.1H, MU, DGOPC, Processo nº63101, doc. s/n, 3 de Agosto de 1936.

²⁹¹⁴ *Ibidem*.

a Direcção de Fomento Colonial acabou por solicitar ao director da DGEMN que este lhe indicasse o nome de um arquitecto “competente que deseje ir à Índia”²⁹¹⁵. O nome avançado foi o do então jovem Fernando Batalha²⁹¹⁶ que, como veremos, acabou por não ir à Índia Portuguesa.

Relativamente a esta solicitação referente à ida de um arquitecto da metrópole até Goa, questão recuperada no ano de 1939²⁹¹⁷ e, novamente, reforçada no ano de 1942 pelo director das Obras Públicas²⁹¹⁸, importa referir que a falta destes profissionais foi, como temos vindo a demonstrar, uma constante na história da salvaguarda patrimonial ultramarina. Neste caso concreto, conforme foi demonstrado por Alice Santiago Faria²⁹¹⁹, o lugar de arquitecto nos quadros da Direcção dos Serviços de Obras Públicas foi criado apenas no ano de 1922 e ocupado por Ramachandra Mangesh Adwalpalkar. Todavia, apenas dois anos depois, em Agosto de 1924, o então director das Obras Públicas, Zuzuarte de Mendonça, considerou o lugar de arquitecto desnecessário quando os condutores e um bom desenhador respondiam perfeitamente às necessidades²⁹²⁰. A posição de arquitecto no quadro das Obras Públicas só voltou a ser criada no ano de 1946 pelo governador José Ferreira Bossa (1894-1970) tendo sido ocupada a partir de 1948 por Naguexa Pissurlencar²⁹²¹ que, como demonstraremos adiante, acabou por desempenhar um papel fundamental para a salvaguarda do património arquitectónico da Índia Portuguesa nas vésperas da década de 60.

Ao longo dos anos a CPA foi perdendo força, datando do ano de 1940 um episódio que a par do final da sua publicação, *O Oriente Português*, permitia adivinhar uma extinção iminente e total desta instituição oitocentista. Naquele ano foi publicado um diploma legislativo²⁹²² que determinou a transferência das verbas habitualmente consignadas na tabela de despesa anual do Estado Português da Índia para os serviços do Arquivo Português Oriental e Arqueologia. A partir de então o órgão patrimonial consultivo e o

²⁹¹⁵ *Ibidem*, doc. s/n, s/d [1936]

²⁹¹⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 25 de Novembro de 1936.

²⁹¹⁷ *O Oriente Português*, nº24-25, 1939, p. 330.

²⁹¹⁸ AHU, nº18, 1 G, MU, DGOPC, cx. 2/3, doc. s/n [Relatório OP 1942].

²⁹¹⁹ Alice Santiago Faria, “Ramachandra Mangesh Adwalpalkar: o primeiro arquitecto da Direcção das Obras Públicas da Índia Portuguesa”, *Oriente*, nº20, 2011, pp. 63-78.

²⁹²⁰ *Ibidem*, p. 73.

²⁹²¹ *Ibidem*.

²⁹²² *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº36, “Diploma Legislativo nº1090”, 10 de Outubro de 1940, p. 209.

serviço editorial coordenado por Bragança Pereira, director da CPA, e suportado por verbas descontadas do total destinado à conservação dos monumentos nacionais²⁹²³, passava a constituir uma única entidade. O *coup de grâce* a uma instituição que aparentemente agonizava já há alguns anos numa praticamente inexistente actividade, ocorreria no ano de 1951, momento em que a Portaria nº5.200²⁹²⁴ determinou a extinção da CPA. Segundo este documento, o grande factor que terá estado na origem desta extinção foi a conveniência de “evitar a multiplicação de organismos com idênticos objectivos e a consequente dispersão de actividades”²⁹²⁵, uma questão que conforme procurámos demonstrar foi sistematicamente levantada tanto pela própria comissão como pelos Serviços de Obras Públicas, as duas entidades que ao longo dos anos foram contribuindo, nem sempre harmoniosamente, para a salvaguarda dos monumentos nacionais do Estado Português da Índia.

No ano de 1951 as competências e deveres da comissão transitaram para o Instituto Vasco da Gama, um organismo fundado no ano de 1871 com o intuito de fomentar a Ciência e as Letras em Goa, cujo boletim oficial teve a sua publicação assegurada entre os anos de 1925 e 1931 precisamente pela CPA²⁹²⁶. Nesta ocasião esclareceu-se que no referido instituto seria constituída uma comissão arqueológica composta pelo seu presidente e por dois sócios. O Museu da Índia Portuguesa, até então distribuído pelos conventos de São Francisco de Assis, São Caetano e Bom Jesus, ficaria ligado a esta comissão, prevendo-se a sua transferência, após as necessárias obras de ampliação e adaptação, para Pangim onde se encontrava, no antigo quartel de artilharia, a sede daquele organismo²⁹²⁷.

²⁹²³ No ano de 1934 “considerando que um dos objectivos da propaganda colonial deve ser o de avivar a memória dos feitos e da acção civilizadora de Portugal no Oriente” e estando a primeira edição do *Arquivo Português Oriental* esgotada, o Diploma Legislativo nº756 determinou que a CPA promovesse a sua publicação. Cf. *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº78, I Série, “Diploma Legislativo 756”, 28 de Setembro de 1934, pp. 1449-1450.

²⁹²⁴ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº5, “Portaria 5.200”, 1 de Fevereiro de 1951, p. 16.

²⁹²⁵ *Ibidem*.

²⁹²⁶ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº12, I série, “Portaria 105”, 10 de Fevereiro de 1925, p. 149; *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº82, “Portaria 1.241”, 13 de Outubro de 1931, p. 1267.

²⁹²⁷ Relativamente ao funcionamento deste Museu da Índia Portuguesa determinou-se que até à efectivação da transferência para Pangim os administradores dos conventos, sob a superintendência da recém-criada comissão arqueológica do Instituto Vasco da Gama, continuariam a desempenhar as funções de conservadores dos respectivos espaços. Poucos meses depois determinou-se, também, que o Museu da Índia Portuguesa, ainda nos conventos de Velha Goa, estaria aberto apenas à quarta-feira e sábado

Paralelamente a estas mudanças ao nível do órgão patrimonial de natureza consultiva, a secção de Edifícios da Direcção dos Serviços de Obras Públicas continuou a assegurar, dentro das suas possibilidades, a conservação dos monumentos nacionais de Goa, Damão e Diu. Genericamente, dado que adiante iremos expor a natureza das intervenções realizadas nos monumentos em causa entre os anos de 1930 e 1961, podemos clarificar que estas intervenções anuais traduziam-se habitualmente em reparações relacionadas com a época das chuvas, incidindo sobretudo nas coberturas mas, também, nos rebocos. Para esta actividade a secção de Edifícios contava com uma verba que, segundo a análise realizada aos orçamentos anuais e por razões que passaremos a expor adiante, atingiu níveis máximos, numa primeira fase, nos anos de 1933 e 1934 (25.000.00.00 rúpias)²⁹²⁸ e depois em 1952 (cerca de 780.000.00.00 rúpias)²⁹²⁹. Na verdade, nota-se um grande investimento a partir de 1951, passando-se de um valor de 50.000.00.00²⁹³⁰ destinado na Tabela de Despesa Extraordinária de 1950 aos monumentos nacionais, para uma importância de 120.000.00.00 rúpias no ano seguinte²⁹³¹. Conforme foi descrito na época:

E um forte vento de esforço, sistemático de construção – melhor, de reconstrução, sopra por toda a Metrópole, pelo Portugal Insular, chegando até aos confins do nosso Portugal Ultramarino e à Índia Portuguesa, dentro do mesmo objectivo, assiste, nestes últimos anos a um dos maiores impulsos da sua história destes últimos séculos. (...) Do Estado são sacadas, dos seus cofres, quantias astronómicas para as obras de restauração já realizadas, em curso, e futuras²⁹³².

Os trabalhos da “Missão de Restauro” de Baltazar Castro e da secção de Edifícios das Obras Públicas no âmbito das comemorações xaverianas

durante as horas de expediente das repartições públicas. Cf. *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº8, III Série, 22 de Fevereiro de 1951, p. 101.

²⁹²⁸ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº60 – suplemento, I Série, “Tabela da Despesa Ordinária para o ano económico de 1933-1934”, 31 de Julho de 1933, p. 89; *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº52 – suplemento, I Série, “Tabela da Despesa Ordinária para o ano económico de 1934-1935”, 29 de Junho de 1934, p. 89.

²⁹²⁹ AHU, OP03555, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

²⁹³⁰ *Ibidem*.

²⁹³¹ *Ibidem*.

²⁹³² *Heraldo, diário da manhã*, 16 de Julho de 1953, p. 1.

O aumento sem precedentes das verbas concedidas para a conservação e restauro de monumentos nacionais da Índia Portuguesa justifica-se pelo momento vivido, datando do ano de 1952 dois acontecimentos que estimularam a concretização de uma série de intervenções sobretudo nos momentos de Velha Goa. Referimo-nos à visita do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues²⁹³³, e às comemorações do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier*, “dois acontecimentos que levaram esta secção [de Edifícios] a realizar obras de certo vulto dentro de curtos prazos”²⁹³⁴.

No mês de Junho de 1952 o governo-geral determinou que a Direcção das Obras Públicas abraçasse um amplo projecto: a “Adaptação dos Conventos, Sanitários, Alojamentos dos Peregrinos em Velha Goa”²⁹³⁵. Na tentativa de embelezar o rosto da antiga capital e de modernizá-la, dotando-a de condições fundamentais para albergar um número considerável de visitantes, os Serviços de Obras Públicas²⁹³⁶ lançaram-se numa campanha complexa que implicou, entre outras questões, garantir o abastecimento de água potável à cidade com a sua captação em Banguinim, condução através de uma rede de distribuição e construção de marcos fontenários²⁹³⁷ mas, também, consideráveis intervenções nas igrejas e conventos de Velha Goa. Como aprofundaremos adiante, os trabalhos conduzidos pelo engenheiro Balcrisna Ramachondra Naique realizados nos edifícios religiosos, caracterizaram-se, sobretudo, pela realização de reparações, pinturas, asseio geral e pela sua adaptação às necessidades do presente, através da instalação de sanitários e electricidade. Afinal o paço patriarcal, o convento de São Francisco de Assis, o convento de São Caetano, a casa professa do Bom Jesus, o convento de São João de Deus ou o mosteiro de Santa Mónica não simbolizavam apenas a época áurea da cidade que conservava o corpo do Apóstolo do Oriente, destinando-se, também, a albergar os peregrinos, prelados e clero que se deslocariam até à Velha Goa para participar nas comemorações cujo epicentro seria a sé catedral para onde o túmulo de prata foi transportado.

²⁹³³ No ano de 1952 Sarmento Rodrigues visitou as províncias ultramarinas do Oriente: Índia, Timor e Macau.

²⁹³⁴ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

²⁹³⁵ *Ibidem*.

²⁹³⁶ A este propósito refira-se que encontrámos uma referência ao facto dos trabalhos de restauro dos conventos da cidade de Velha Goa terem sido assegurados nesta ocasião por “uma companhia de Sapadores”. Cf. *Boletim Geral do Ultramar* nº320, 1952, p. 162.

²⁹³⁷ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

A propósito da utilização dos conventos de Velha Goa no âmbito destas comemorações centenárias, refira-se que no ano de 1953, na sequência da referida ocupação momentânea das construções em causa, o director das Obras Públicas, Abílio Adriano Aires, defendeu que “Estes grandes edifícios podem também ser utilizados com vantagem para o Estado da Índia”²⁹³⁸. O proveito viria, segundo este engenheiro, da utilização daqueles edifícios como espaços culturais: o convento de São Caetano como Museu do Estado da Índia onde ficariam “convenientemente guardadas as preciosidades que se encontram dispersas por diferentes lugares, nos Distritos de Goa, Damão e Diu”²⁹³⁹; o convento do Bom Jesus como arquivo histórico e biblioteca que “bem organizados forneceria elementos de primeira grandeza para o estudo da arte e história do Oriente”²⁹⁴⁰; e o convento de São Francisco de Assis como seminário, escola de artes e ofícios ou colégio. Na opinião de Aires, a vantagem para o Estado adviria da possibilidade destes espaços que na sequência da extinção das ordens religiosas regulares perderam as suas funções originais, tornarem-se atractivos para “eruditos e turistas que se interessam pelas coisas da Índia”²⁹⁴¹. Todavia, esta sugestão de utilização dos conventos de Goa como museus não era inédita, senão recorde-se a ideia da instalação do Museu Real da Índia Portuguesa no convento de São Caetano ainda no final do século XIX. Por outro lado, não podemos deixar de recordar o facto de no ano de 1939 o Major Ruy de Menezes ter sugerido, também ele, uma utilização rentável do património arquitectónico de Velha Goa. Afinal, como o próprio constatou, “nem todos os monumentos nacionais estão devidamente cuidados e estimados”²⁹⁴², sendo este o caso dos edifícios do Monte Santo, ou seja, do convento de Santa Mónica, do priorado de Nossa Senhora do Rosário, da capela de Santo António e das ruínas dos Agostinhos:

Mas em que estado de desolação tudo isto está hoje! No interior dos casarões, a que alguma chave ferrugenta ainda mantém o respeito, passeiam os ratos livremente, e as corujas e os morcegos fazem seus ninhos, e tudo mais que precisam. Cá fora, nos que já não têm portas e ninguém respeita, as pedras vão caindo, uma hoje outra amanhã, as paredes desmoronam,

²⁹³⁸ *Ibidem.*

²⁹³⁹ *Ibidem.*

²⁹⁴⁰ *Ibidem.*

²⁹⁴¹ *Ibidem.*

²⁹⁴² *O Oriente Português* nº24/25, 1939, p. 330.

*as parasitas instalam-se onde ainda há juntas
em que penetrem raízes, o mato invade todos
os recantos e o gado vai marcando a sua
passagem, por onde passa.*²⁹⁴³

Assim, nesta ocasião o autor sugeriu uma intervenção séria no Monte Santo, advogando a limpeza e nivelamento de todo o terreno, a consolidação de ruínas, o asseamento, pintura, reparações e restauro de edifícios, a recuperação do património móvel e a sua reunião num museu a organizar no convento de Santa Mónica. Criar-se-ia, deste modo, “uma espécie de bairro arqueológico”²⁹⁴⁴ administrado pela CPA que, pela sua natureza, atrairia turistas e, conseqüentemente, rendimentos.

Refira-se ainda que mais tarde, já no ano de 1955, numa altura em que, conforme descreveu Orlando Ribeiro, “a cidade se converteu num ermo e apenas o cabido entoa no coro da sé ofícios que não escutam outros fiéis”²⁹⁴⁵, a questão da ocupação das igrejas e conventos de Velha Goa voltou a ser levantada, desta feita por António de Serpa Pinto Monteiro, director das Obras Públicas. Num momento em que os conventos eram em grande parte ocupados pelas forças militares portuguesas, o engenheiro alertou para o facto da sua ocupação nos moldes de então ser por um lado benéfica mas, por outro, problemática, dado que as tropas promoviam, sem qualquer pedido prévio, a construção de obras anexas que pela sua natureza destoavam do ambiente histórico da antiga capital, comprometendo “a maior afirmação secular da civilização cristã em terras do Oriente e o saber e a arte de construir dos portugueses”²⁹⁴⁶. Neste sentido, Pinto Monteiro sugeriu ao governador-geral que a realização de obras desta natureza não fosse permitida sem o seu consentimento, um princípio que, como referimos, tinha sido consagrado aquando da reorganização da comissão de arqueologia (1932).

Voltando aos trabalhos desenvolvidos no ano das comemorações xaverianas de 1952, note-se que este período ficou também marcado por uma série de intervenções promovidas pela “Missão para o Estudo do Restauro de Padrões e Monumentos”, uma

²⁹⁴³ *Ibidem*, p. 332.

²⁹⁴⁴ *Ibidem*, p. 334.

²⁹⁴⁵ Orlando Ribeiro, *Goa em 1966: Relatório ao Governo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 71.

²⁹⁴⁶ AHU, OP01389, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1955].

iniciativa que remonta, pelo menos, ao ano de 1950. No primeiro semestre daquele ano a Direcção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério das Colónias solicitou que Baltazar da Silva Castro, enquanto inspector superior de Obras Públicas, se deslocasse à Índia Portuguesa numa missão de estudo²⁹⁴⁷. Todavia, a ida do antigo director do Serviço de Monumentos da DGEMN para Goa acabaria por ter lugar apenas no ano de 1951, momento em que foi à Índia Portuguesa “em missão especial de estudo e serviço da sua especialidade”²⁹⁴⁸. A segunda viagem de Baltazar Castro a Goa em 1952 acabaria por ser consideravelmente mais relevante porque em Maio desse ano o governo-geral autorizou a criação de um fundo permanente, no valor de 10.000.00.00 rúpias, destinado aos trabalhos da “Missão para o Estudo do Restauro de Padrões e Monumentos”²⁹⁴⁹. Em Outubro do mesmo ano, certamente por força dos trabalhos em curso na época, o fundo desta missão de restauro seria elevado para 20.000.00.00 rúpias²⁹⁵⁰.

Ao longo desta segunda estadia em Goa, Baltazar Castro liderou, como veremos adiante em pormenor, uma série de obras cuja projecção e concretização foram sem dúvida alguma impulsionadas pelas comemorações xaverianas de 1952. Assim, se por um lado os Serviços de Obras Públicas garantiram, de acordo com a determinação emanada pelo governo-geral, a adaptação dos interiores das igrejas e conventos de Velha Goa através da instalação de sanitários ou de electricidade, a albergues de peregrinos, a acção de Baltazar Castro incidiu sobretudo nos aspectos estéticos do interior e exterior destes edifícios. O objectivo era claro, tratava-se de eliminar, na linha de formação e prática do arquitecto da metrópole, os acrescentos posteriores e, portanto entendidos como ilegítimos, de modo a devolver à Velha Goa o encanto dos seus tempos dourados. Deste modo, durante este período e de acordo com esta linha de acção, a “Missão de Restauro” dedicou-se sobretudo aos seguintes monumentos: capela de Santa Catarina, convento do Bom Jesus, convento de São Francisco de Assis, sé catedral e ao arco dos Vice-Reis²⁹⁵¹. A saída de Baltazar Castro de Goa seria, conforme demonstraremos mais tarde, bastante conturbada devido aos atritos com os Serviços de Obras Públicas da

²⁹⁴⁷ ADGEMN, Processo Pessoal de Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 13 de Maio de 1950.

²⁹⁴⁸ AHOP, Processo Pessoal de Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 17 de Março de 1952.

²⁹⁴⁹ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº22, “Portaria 5.492”, 29 de Maio de 1952, p. 126.

²⁹⁵⁰ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº42, “Portaria 5.608”, 16 de Outubro de 1952, p. 251.

²⁹⁵¹ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

Índia Portuguesa, em relação aos quais o arquitecto reclamava maior, senão total, liberdade administrativa.

Para concluir refira-se ainda que, segundo relatos da época, Baltazar Castro não foi sozinho para Goa pois são conhecidas referências ao “aparecimento da primeira equipa de técnicos e operários vindos de Portugal”²⁹⁵². Segundo D. José da Costa Nunes, patriarca das Índias, tratava-se efectivamente de uma “equipa de pessoal especializado”²⁹⁵³. Manuel F. da Costa foi um dos técnicos que acompanhou Baltazar Castro e que, curiosamente, permaneceu em Goa após a partida deste arquitecto, orientando as “obras de restauro, dentro daquele espírito e técnica que adquiriu”²⁹⁵⁴ ao longo dos anos de prática. Descrito como “um operário que honesta, artística e humildemente há vinte e cinco anos vem seguindo”²⁹⁵⁵ os passos do arquitecto Baltazar Castro, sendo o seu “braço direito”²⁹⁵⁶, Manuel F. Costa terá sido o responsável pela concretização de uma série de obras em monumentos de Velha Goa.

A missão da Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa

No início do ano de 1951, graças à curiosidade e perspicácia de Mário Tavares Chicó, começou a traçar-se uma iniciativa patrimonial totalmente paralela à actividade oficialmente promovida pelo governo-geral da Índia Portuguesa. Todavia, importa desde já salientar que tanto o projecto traçado pelo historiador de Arte como a abertura demonstrada pelas entidades governativas foram, na nossa opinião, sobremaneira influenciadas não só pela situação colonial mas, também, pelo momento que se vivia em termos de História da Arte o qual, segundo o próprio Chicó, estava marcado pela:

*importância atribuída recentemente pelos historiadores de Arte aos monumentos nacionais e brasileiros dos séculos XVII e XVIII e à arquitectura do império colonial português*²⁹⁵⁷.

²⁹⁵² *Heraldo, diário da manhã*, 16 de Julho de 1953, p. 1.

²⁹⁵³ *Heraldo, diário da manhã*, 2 de Fevereiro de 1952.

²⁹⁵⁴ *Heraldo, diário da manhã*, 16 de Julho de 1953, p. 5

²⁹⁵⁵ *Ibidem*.

²⁹⁵⁶ *Ibidem*.

²⁹⁵⁷ AFMS, FMAC, pt. 05435.002.002, doc. s/n, 10 de Janeiro de 1951.

Afinal, entre os dias 25 a 31 de Julho de 1937 tinha sido organizado, a par da já referida *Exposição Histórica da Ocupação*, o *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, ocasião na qual, no âmbito de uma secção de apresentações exclusivamente dedicadas ao Oriente, alguns historiadores de Arte tiveram oportunidade de divulgar os seus estudos. Na terceira das cinco sessões²⁹⁵⁸ que decorreram na Escola Superior Colonial, Luís Keil (1881-1947) apresentou uma comunicação referente a “Alguns exemplos da influência portuguesa em obras de arte indianas do século XVI”²⁹⁵⁹, enquanto João Couto (1892-1968) debruçou-se acerca de “Alguns subsídios para o estudo técnico das peças de ourivesaria no estilo denominado Indo-Português – Três peças de prata que pertenceram ao convento do Carmo da Vidigueira”²⁹⁶⁰ e António José Saraiva (1917-1993) dedicou-se à “Ressonância dos Descobrimentos na actividade estética portuguesa no século XVI”²⁹⁶¹. Mais tarde, no final da década de 40, Reynaldo dos Santos (1880-1970)²⁹⁶², como resultado dos seus estudos mais recentes, apresentou no Palácio da Independência uma conferência sobre “A arte luso-brasileira do século XVIII”²⁹⁶³, acompanhando por parte da historiografia portuguesa uma tendência que no Brasil e depois no estrangeiro, sobretudo com Robert Chester Smith (1912-1975)²⁹⁶⁴, ganhava maior expressividade desde o ano de 1937 e da fundação do Serviço do

²⁹⁵⁸ Estiveram presentes neste congresso noventa e cinco investigadores portugueses e estrangeiros cujas apresentações foram distribuídas por cinco sessões dedicadas aos seguintes temas: Descobrimentos, Portugueses em África, Portugueses no Oriente, Portugueses no Brasil e a Estudos Gerais. Cf. *Boletim Geral das Colónias*, nº150 [Número dedicado à Exposição Histórica da Ocupação e I Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo], vol. XIII, 1937.

²⁹⁵⁹ Luís Keil, “Alguns exemplos da influência portuguesa em obras de arte indianas do século XVI”, *Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Ministério das Colónias, 1938, 21 p.

²⁹⁶⁰ João Couto, “Alguns subsídios para o estudo técnico das peças de ourivesaria no estilo denominado Indo-Português – Três peças de prata que pertenceram ao convento do Carmo da Vidigueira”, *Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Ministério das Colónias, 1938, 19 p.

²⁹⁶¹ António José Saraiva, “Ressonância dos Descobrimentos na actividade estética portuguesa no século XVI”, *Primeiro Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Ministério das Colónias, 1938, 15 p.

²⁹⁶² No ano de 1954 Reynaldo dos Santos visitou a Índia Portuguesa no âmbito de uma iniciativa promovida pelo Ministério do Ultramar no sentido de fomentar o intercâmbio cultural entre a metrópole e esta província ultramarina. Durante a sua estada no Oriente Reynaldo dos Santos apresentou uma série de conferências sobre Medicina e Arte. Cf. Reynaldo dos Santos, “A Índia Portuguesa e as artes decorativas”, *Belas Artes*, nº VII, 1954, pp. 3-4.

²⁹⁶³ Reynaldo dos Santos, *A arte luso-brasileira do século XVIII*, Lisboa, s.n., 1948, 23 p.

²⁹⁶⁴ Historiador de Arte norte-americano, Robert Chester Smith iniciou o seu contacto com a arte portuguesa na década de 30 do século XX, tendo defendido no ano de 1936 a sua tese de doutoramento na Universidade de Harvard sobre João Frederico Ludovice. Ao longo dos anos dedicou-se sobretudo à arte barroca de Portugal e do Brasil. O seu espólio, por disposição testamentária, foi entregue à Fundação Calouste Gulbenkian.

Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN): o interesse pela arte brasileira do período colonial. No ano de 1950, na sequência do *XVI Congresso Internacional de História da Arte* realizado em Lisboa, teve lugar em Washington o *I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* iniciativa na qual Mário Tavares Chicó participou como membro da delegação portuguesa e presidente da secção de Belas Artes. Nessa ocasião, apesar de inicialmente ter sido prevista a apresentação de uma comunicação sobre os monumentos da Índia Portuguesa, a divulgação deste caso específico da arte nacional limitou-se praticamente a uma exposição de fotografias da Agência Geral das Colónias organizada por Chicó e à exibição de outras integradas no âmbito da *Exposição de Fotografias da Arquitectura Brasileira e Portuguesa dos Séculos XVII e XVIII*, uma iniciativa de Robert Chester Smith²⁹⁶⁵.

Assim observamos que neste período, em termos de caminhos desbravados pela História da Arte Portuguesa, conforme Mário Tavares Chicó alertou²⁹⁶⁶, não obstante o gradual e importantíssimo interesse relativo à arte portuguesa das então ou antigas possessões ultramarinas, sentia-se uma óbvia e cada vez mais desequilibrada preferência pela arte luso-brasileira, uma tendência que sob pena de criar uma visão meramente parcial e, como tal, incorrecta das manifestações artísticas portuguesas, deveria ser corrigida. Era fundamental fomentar os estudos dedicados à arte e arquitectura da Índia Portuguesa, um tema que no estrangeiro tinha sido recentemente abordado por autores como John Bernard Bury (1917-) no seu artigo “Jesuit Architecture in Brazil”²⁹⁶⁷, ou como John McCall, autor da série de estudos *Early Jesuit Art in the Far East*²⁹⁶⁸.

Conduzido por uma consciência singular que fez dele, conforme constatou Vítor Serrão²⁹⁶⁹, um dos primeiros propulsores da referida visão de conjunto da História da Arte portuguesa no mundo, a 10 de Janeiro de 1951 Mário Tavares Chicó propôs ao director-geral do Ensino Superior e das Belas Artes um projecto direccionado para o

²⁹⁶⁵ AFMS, FMAC, pt. 05435.002.002, doc. s/n, 10 de Janeiro de 1951.

²⁹⁶⁶ *Ibidem*.

²⁹⁶⁷ John Bernard Bury, “Jesuit Architecture in Brazil”, *The Month*, vol. CLX, nº1000, 1950 cit. por Mário Tavares Chicó, AFMS, FMAC, pt. 05435.002.002, doc. s/n, 10 de Janeiro de 1951.

²⁹⁶⁸ John McCall, “Early Jesuit Art in the Far East”, *Artibus Asiae*, 11, 1948, pp. 45-69.

²⁹⁶⁹ Vítor Serrão, “Mário Tavares Chicó e as novas metodologias da História da Arte Portuguesa”, *Monumentos*, 2005, pp. 70-71.

estudo dos monumentos da Índia Portuguesa. O plano de trabalho²⁹⁷⁰ a cumprir num prazo de trinta ou quarenta dias dividir-se-ia em cinco partes: levantamento de plantas, cortes e alçados dos monumentos da Índia Portuguesa tanto em bom estado de conservação como em ruína, não apenas igrejas, mosteiros, fortificações e edifícios civis de origem portuguesa mas, também, as construções hindus e muçulmanas que de algum modo se relacionavam com a arte portuguesa; documentação fotográfica pormenorizada destes monumentos e das principais obras de arte, a saber: composições em talha, portais, retábulos, altares ou objectos de culto; elaboração de um relatório dos trabalhos efectuados, incluindo o estudo e descrição dos monumentos e obras de arte documentados; planeamento de uma exposição fotográfica; e, finalmente, organização de um tombo de fotografias, provas e desenhos, que ficariam sob a alçada da Agência Geral das Colónias.

Para a observância deste plano de natureza extraordinariamente ampla e devedor do referido entendimento da importância das visões de conjunto, Mário Tavares Chicó projectou necessitar de uma equipa transdisciplinar, juntando-se ao historiador de Arte, o arquitecto Martinho Humberto dos Reis, director do Serviço de Monumentos da DGEMN, o investigador Carlos de Azevedo (1918-1974) e o fotógrafo Mário Novais



Imagem 228 A Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa, 1951.
FMS, FMAC, pt. 07161.002.076.

(1899-1967). José Carvalho Henriques, fotógrafo, também participou nesta missão à Índia Portuguesa. Estava assim constituída a “Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa”.

Entre os dias 3 de Abril e 3 de Junho de 1951, graças ao apoio da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC), do governo-geral do Estado da Índia e do Instituto para a Alta Cultura²⁹⁷¹, os membros da brigada percorreram incansavelmente a Índia Portuguesa mas, também, território indiano – Bombaim,

²⁹⁷⁰ AFMS, FMAC, pt. 05435.002.002, doc. s/n, 10 de Janeiro de 1951.

²⁹⁷¹ Mário Chicó, “Aspectos da Arte Religiosa da Índia Portuguesa – a arquitectura e a talha dourada”, *Boletim Geral do Ultramar*, nº 318, 1951, pp. 119-132.

Manmad e Aurangabad – procedendo sistematicamente ao levantamento gráfico e fotográfico dos monumentos ali encontrados. A divulgação das conclusões que foram sendo alcançadas, particularmente pelos dois investigadores da brigada, começou aquando da estadia no Oriente, datando de 28 de Maio de 1951 a apresentação desta iniciativa portuguesa por Mário Tavares Chicó na Bombay Historical Society²⁹⁷². Na sequência desta missão à Índia Portuguesa observou-se constantemente uma tentativa de divulgar o tema dos trabalhos além-fronteiras. Senão veja-se como no ano de 1954 Chicó publicou, num número da *MARG* dedicado à arte goesa, um artigo sumário referente aos aspectos arquitectónicos e à talha da arte da Índia Portuguesa²⁹⁷³, datando de 1956 uma outra publicação na *Connoisseur*²⁹⁷⁴. O artigo publicado na Índia foi apenas o primeiro de uma série de contributos para a compreensão das características da arte da Índia Portuguesa, sendo possível identificarmos múltiplas presenças nas mais cotadas revistas e boletins nacionais, caso do *Boletim de Belas Artes*²⁹⁷⁵, do *Garcia de Orta*²⁹⁷⁶ ou da *Colóquio*²⁹⁷⁷. Por outro lado, apesar da insistência do Ministério do Ultramar e da editora Bertrand²⁹⁷⁸, a obra final, *Monumentos da Índia Portuguesa*, aquela que deveria reunir todo o conhecimento adquirido pelos membros da Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa, nunca chegou a ser editada, tendo como obra mais próxima, do ponto de vista da abrangência, *A Arte de Goa, Damão e Diu*²⁹⁷⁹ da autoria de Carlos de Azevedo.

²⁹⁷² Carlos Azevedo, “Mário Chicó e a Índia Portuguesa”, *Mário Tavares Chicó 1905-1966*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966, s.p.

²⁹⁷³ Mário Chicó, “Aspects of the Religious Art in Portuguese India: Architecture and Gilt Woodwork”, *MARG*, vol. 8, nº1, 1954.

²⁹⁷⁴ *Idem*, “Gilt carved-work retables of the churches of Portuguese India”, *Connoisseur*, número especial, 1956.

²⁹⁷⁵ *Idem*, “A igreja do priorado do Rosário de Velha Goa, a arte manuelina e a arte do guzarate”, *Belas Artes*, nº VII, 1954, pp. 17-22; *Idem*, “A escultura decorativa e a talha dourada nas Igrejas da Índia Portuguesa”, *Belas Artes*, nº VII, 1954, pp. 23-29.

²⁹⁷⁶ *Idem*, “A igreja dos Agostinhos de Goa e a arquitectura na Índia Portuguesa”, *Garcia de Orta*, nº 2, 1954, pp. 233-240; *Idem*, “Algumas observações acerca da arquitectura da Companhia de Jesus no distrito de Goa (As igrejas: fachadas, planta e espaço interior)”, *Garcia de Orta*, nº especial, 1956, pp. 257-272; *Idem*, “«A cidade ideal» do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia”, *Garcia de Orta*, nº especial, 1956, pp. 319-328; Carlos Azevedo, “Algumas observações acerca do exame radiográfico dos retratos dos vice-reis da galeria de Pangim”, *Garcia de Orta*, nº 2, 1954, pp. 241-244; *Idem*, “Um artista italiano em Goa – Plácido Francesco Ramponi e o túmulo de S. Francisco Xavier”, *Garcia de Orta*, nº especial, 1956, pp. 277-292.

²⁹⁷⁷ Mário Chicó, “A Arquitectura Indo-Portuguesa”, *Colóquio* nº 17, 1962, pp. 10-15.

²⁹⁷⁸ AFMS, FMAC, pt. 05464.032, doc. s/n, [Carta a Mário Chicó], 1956.

²⁹⁷⁹ Carlos Azevedo, *A arte de Goa, Damão e Diu*, Lisboa, Pedro de Azevedo – Leiloeiro-Livreiro, 1992, [60p.], il.

A fotografia, instrumento fundamental de trabalho para Chicó que com laivos de reconhecido pioneirismo²⁹⁸⁰ a valorizava como forma de inventariar mas, também, de estudar os monumentos com os quais se cruzou na Índia, foi igualmente utilizada como modo de disseminação dos resultados alcançados. Estas fotografias tiradas na Índia foram apresentadas ao público em Portugal na *Exposição temporária de*



Imagem 229 A exposição temporária de desenhos de Lopes Mendes e de fotografias de monumentos da Índia no Museu Nacional de Arte Antiga, 1953. FMS, FMAC, pt. 05522.000.325.

*desenhos de Lopes Mendes e de fotografias de monumentos indianos*²⁹⁸¹, mostra que teve lugar no ano de 1953 no Museu Nacional de Arte Antiga e no Museu de Évora. No entanto, a primeira grande exposição exclusivamente dedicada às fotografias dos monumentos da Índia Portuguesa não ocorreu em Portugal mas no Courtauld Institute of Art de Londres, capital da nação cujo Parlamento concedera no ano de 1947 a independência à Índia e ao Paquistão²⁹⁸². Em Portugal a exposição de fotografia intitulada *Monumentos da Índia Portuguesa (sécs. XVI, XVII e XVIII)*²⁹⁸³ aconteceu no ano de 1956 no Museu Regional de Évora, do qual Chicó era director, com o apoio do Instituto de Alta Cultura. As setenta e cinco fotografias da autoria dos diversos membros da brigada atestaram as especificidades da arte cristã, da arquitectura militar, da arte hindu e muçulmana da Índia Portuguesa e de parte da União Indiana, procurando demonstrar, numa leitura inédita da arte portuguesa no mundo e, concretamente, da arte indo-portuguesa, a interpenetração de influências locais e portuguesas através do confronto com fotografias de igrejas de Portalegre ou de Coimbra. A propósito desta utilização da fotografia como instrumento de divulgação, refira-se ainda que no ano de 1957, no âmbito do *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, foi organizada no Museu Nacional de Arte Antiga uma mostra fotográfica dedicada à *Arte das Missões*

²⁹⁸⁰ Vítor Serrão, *op. cit.*, pp. 70-71.

²⁹⁸¹ *Exposição temporária de desenhos de Lopes Mendes e de fotografias de monumentos indianos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1953, 14 p., il.

²⁹⁸² *Portuguese Monuments in Asia – An exhibition of photographs*, Londres, 1954, 30 p., il.

²⁹⁸³ *Exposição de fotografias de monumentos na Índia Portuguesa (sécs. XVI, XVII e XVIII)*, Évora, Museu Regional de Évora, 1956, 40 p., il.

*no Oriente Português e no Brasil*²⁹⁸⁴. Na mesma ocasião, Mário Tavares Chicó e Carlos de Azevedo, juntamente com outras individualidades da época, organizaram uma mostra de peças alusivas às *Influências do Oriente na Arte Portuguesa Continental. A Arte nas Províncias Portuguesas do Ultramar*²⁹⁸⁵.

Para terminar parece-nos importante salientar que apesar da atenção concedida sobretudo ao património arquitectónico da Índia Portuguesa, tal como Chicó propusera no seu plano de trabalhos inicial, esta brigada de estudos procurou uma verdadeira leitura de conjunto, tendo olhado, também, para as principais obras de arte de Goa, Damão e Diu. Na nossa opinião, o caso que melhor ilustra este interesse pelo património móvel do Estado da Índia é, sem dúvida, o dos retratos dos vice-reis, pinturas com as quais Chicó, Azevedo e os seus companheiros de viagem se depararam no Palácio do Governo em Pangim²⁹⁸⁶. Após este contacto inicial com o afamado conjunto de retratos cujas origens remontam ao governo de D. João de Castro, a brigada escreveu ao Ministério da Educação Nacional, do qual dependia a Direcção-Geral do Ensino Superior e de Belas Artes, apelando à necessidade de promover a viagem de algumas das obras para o Instituto de Restauro de Lisboa. Afinal, segundo os autores, alguns dos retratos teriam “real interesse”²⁹⁸⁷ e com a sua recuperação “Evita-se assim a perda de um valioso património artístico tão desprezado e desconhecido mas que se verifica agora ser suficientemente rico para que cuidem dele.”²⁹⁸⁸

Nesta missão de sensibilização do Governo Português relativamente à necessidade de algumas das pinturas serem restauradas, é justo reconhecermos o papel desempenhado por Carlos de Azevedo sobretudo após o parecer positivo da 1ª subsecção da 6ª secção da Junta Nacional de Educação, para a concretização dos restauros solicitados. Efectivamente, foi o antigo leitor da Universidade de Oxford quem sensibilizou Leonel Pedro Banha da Silva, agente-geral do Ultramar, para esta questão, tendo sugerido que este interviesse junto do governador e do patriarca das Índias e que, de modo a facilitar

²⁹⁸⁴ *A Arte das Missões no Oriente Português e no Brasil – exposição de fotografias*, Lisboa, s.n., 1957.

²⁹⁸⁵ *Influências do Oriente na Arte Portuguesa Continental. A Arte nas Províncias Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1957, 53 p., il.

²⁹⁸⁶ Nesta ocasião os membros da brigada alertaram, também, para o valor de outras obras de pintura integradas na sé patriarcal de Velha Goa, na sé de Diu e na basílica do Bom Jesus.

²⁹⁸⁷ AFMS, FMAC, pt. 05435.002.002, doc. s/n, 21 de Junho de 1952.

²⁹⁸⁸ *Ibidem*.

o processo, aproveitasse as embalagens empregues para acondicionar o material enviado em 1952 para as comemorações do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier*²⁹⁸⁹. Desconhecendo o modo como as negociações evoluíram, sabemos que no ano de 1955 os retratos de D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, D. João de Castro, do Conde Linhares e de Diogo Lopes de Sequeira, encontravam-se no Instituto de Restauro, datando de Outubro de 1956 as primeiras observações e intervenções de Fernando Mardel de Araújo (1884-1960) nestas obras repintadas, por exemplo, pelo anteriormente referido Manuel de Oliveira Gomes da Costa²⁹⁹⁰.



Imagem 230 Retrato de Vasco da Gama antes do restauro realizado em Lisboa nos anos 50. *Boletim Geral do Ultramar* nº 381, 1957.



Imagem 231 Pormenor das sondagens realizadas no Instituto de Restauro ao retrato de Vasco da Gama, observando-se a existência de pintura subjacente. *Boletim Geral do Ultramar* nº 381, 1957.



Imagem 232 Retrato de Vasco da Gama após o restauro. *Boletim Geral do Ultramar* nº 381, 1957.

²⁹⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁹⁰ Acerca do restauro *vide* Vera Mariz, “Os trabalhos de restauro de um capitão em 1894 – A relação entre os retratos dos vice-reis da Índia e a faceta artística de Gomes da Costa”, *Conservar Património*, nº15-16, 2013, pp. 31-41.

O plano de reintegração de Velha Goa

No final do ano de 1958, num momento em que a questão da legitimidade da administração portuguesa dos territórios reclamados pela União Indiana estava a ser examinada no Tribunal Internacional e na sede da ONU, o brigadeiro Manuel António Vassalo e Silva foi escolhido, como referimos anteriormente, para desempenhar o cargo de governador-geral da Índia Portuguesa. Poucos meses depois, demonstrando estar perfeitamente ciente do legado patrimonial cuja obrigatoriedade de protecção herdara, Vassalo e Silva assumiu a “alta intenção patriótica”²⁹⁹¹ de fazer renascer Goa, “a cidade morta”²⁹⁹², transformada numa “cidade monástica, cidade espiritual, silenciosa, mas com vida, em preito de homenagem e respeito à gloriosa herança de que nos devemos orgulhar”²⁹⁹³. A decisão do governador era clara:

*A nossa decisão só pode ser uma: impedir que se esbatam estes valores espirituais e esforçar-nos por lhes dar o ambiente próprio que o destino nos proporciona neste século XX, tão propício às derrocadas do que não seja material. E quando digo próprio, desejo-o sem artifícios (...) A responsabilidade material e espiritual é enorme.*²⁹⁹⁴

Assim, de forma a garantir o renascimento da antiga capital do Oriente Português, Vassalo e Silva nomeou²⁹⁹⁵ uma comissão de técnicos, intelectuais e representantes da administração portuguesa responsáveis pela concretização desta missão. Os membros mais relevantes, pela sua maior afinidade aos monumentos, seriam: José António Ismael Gracias, presidente do Tribunal da Relação; monsenhor Francisco da Piedade Rebelo, vigário geral da arquidiocese; Panduranga Pissurlencar, director do Arquivo Histórico; Naguexa Pissurlencar, o referido arquitecto da Direcção dos Serviços de Obras Públicas; José Pedro Joaquim Dias, delegado da Direcção dos Serviços de Obras Públicas;

²⁹⁹¹ IPAD, MU, DGOP, DSUH, 20821, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

²⁹⁹² *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº22, II Série, “Despacho da Repartição do Gabinete”, 29 de Maio de 1959, p. 409.

²⁹⁹³ *Ibidem.*

²⁹⁹⁴ *Ibidem.*

²⁹⁹⁵ *Ibidem*, pp. 408-409.

Domingos Cabral de Melo, delegado do Gabinete de Estudos e Obras. Fariam também parte desta comissão Mário Marques de Andrade, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, António Agostinho dos Mártires da Divina Providência Jesus Lopes, chefe da Secção de Informação, Máximo Manuel de Menezes e o secretário Francisco Gomes da Silva.



Imagem 233 Planta de Velha Goa de 1910 (copiada em 1954) com indicação dos monumentos, ruínas e ruas existentes. ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc.1

Analisando o relatório final e as actas resultantes das reuniões realizadas ao longo dos meses de Junho e Julho de 1959²⁹⁹⁶, observamos, desde cedo, um notável interesse destes homens pelo património arquitectónico da outrora *Goa Dourada*. Interesse esse que se traduziu ao longo das suas diligências em visitas de estudo, investigações em arquivos e bibliotecas, em reflexões cuidadas e, por fim, na apresentação de propostas muito concretas que invertessem uma situação provocada, segundo foi identificado pela comissão e resumido anteriormente neste estudo, por questões de ordem económico-financeira, política, climática, higiénica ou social. Tendo em consideração o desejo de fazer reviver a Velha Goa tornando-a não um mero repositório de monumentos mas um organismo vivo, centro de espiritualidade e de vivências místicas, dotado de uma pousada ao estilo daquelas tuteladas pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)²⁹⁹⁷, não é de estranhar o reconhecimento prestado ao mais

²⁹⁹⁶ *Reintegração da Cidade de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico, monástico e religioso*, Goa, s.n., 1960, pp. 26-31.

²⁹⁹⁷ *Ibidem*, p. 28.

recente plano de saneamento²⁹⁹⁸ da outrora capital da Índia Portuguesa, e a organização de três subcomissões: uma dedicada ao arranjo urbanístico do núcleo, condição fundamental para este espaço ser vivido; uma encarregue de definir os modos de ocupação dos edifícios, sendo a sua inutilização e abandono, como sabemos, uma consequência directa de acontecimentos marcantes como a expulsão dos jesuítas ou a extinção das ordens regulares; e, finalmente, uma outra responsável pela elaboração dos relatórios dos trabalhos desenvolvidos.

Apesar de não termos oportunidade de aprofundar a questão do arranjo urbanístico proposto pela comissão²⁹⁹⁹, refira-se que, em síntese, esta salientou sobretudo a necessidade de assegurar através do traçado de novos arruamentos e arranjos, uma maior e melhor acessibilidade aos lugares mais significativos de Velha Goa e, ainda, a delimitação de zonas de protecção dos monumentos “convenientemente aformoseadas e ajardinadas”³⁰⁰⁰. Esta foi uma questão que acabou por revelar-se bastante polémica porque Fernando Ressano Garcia (1927-), arquitecto responsável pelo recém-elaborado Plano Director da Cidade de Goa, defendeu que as decisões tomadas por esta comissão ao nível do arranjo urbanístico e traçado de arruamentos não seriam as mais indicadas para a Velha Goa, “repositório de edifícios de carácter religioso e ruínas que a tornam um dos maiores monumentos do nosso passado”³⁰⁰¹. Na opinião de Ressano Garcia esta monumentalidade deveria ser acima de tudo salvaguardada, garantindo que toda e qualquer intervenção no local seria feita “com humildade, não querendo marcar presença e nunca pretendendo dar maior grandeza à que ela já possui”³⁰⁰², o que na prática contrariava o grande plano urbanizador pensado pela comissão criada por Vassalo e Silva. Conforme Ressano Garcia frisou, a construção de uma grande praça em

²⁹⁹⁸ *Ibidem*, pp. 24-25.

²⁹⁹⁹ Acerca do ordenamento e Plano Director de Velha Goa *vide* Joaquim Rodrigues dos Santos, “Ordenamento do Território e Salvaguarda Patrimonial no Estado da Índia Portuguesa: O Plano Director de Nova Goa e os Planos de Pormenor de Velha Goa no Contexto da Criação de uma «Cidade-Museu» (1958-61)”, PNUM 2015: Configuração Urbana e os Desafios da Urbanidade, Brasília, Portuguese Network of Urban Morphology, 2015, poster; *Idem*, “«Reinstalling the Old City of Goa as an Eternal Light of the Portuguese Spirituality»: The Plan for the Reintegration of Old Goa in the Context of the Imminent Invasion of the Portuguese ‘Estado da Índia’ by the Republic of India (1959-61)”, *Architectural Histories*, aceite, aguarda publicação.

³⁰⁰⁰ *Reintegração da Cidade de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico, monástico e religioso*, Goa, s.n., 1960, p. 33.

³⁰⁰¹ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 549, doc. 26, 26 de Outubro de 1960.

³⁰⁰² *Ibidem*.

torno do arco dos Vice-Reis, sólido mas “pobre de tamanho e de valor arquitectónico”³⁰⁰³, só viria a contribuir para a sua desvalorização; a transformação do terreiro da igreja do Bom Jesus e da sé num jardim pululado por flores, relva, árvores e espelhos de água, interferiria com a tentativa de reintegração de Velha Goa no seu antigo ambiente dado que tal jardim não se coadunava com a época áurea dos monumentos circundantes; a construção de uma praça circular rodeada de edifícios entre o Bom Jesus e a sé, bem como a urbanização das margens do rio e a abertura de novos e grandes arruamentos, constituiriam afrontas à estética e espírito de Velha Goa. Em síntese, enquanto a comissão em causa defendia a revitalização da antiga capital da Índia Portuguesa através de um equilíbrio entre a conservação dos monumentos e do ambiente histórico e a modernização da cidade de modo a que voltasse a ser habitável, Ressano Garcia colocava acima de tudo a preservação do aspecto histórico e monumental de Velha Goa, a limpeza da vegetação, a demarcação dos antigos arruamentos, a conservação das igrejas e conventos, enfim, a sua valorização como “Cidade Museu”³⁰⁰⁴.

Ainda a propósito da actividade desta comissão consideremos o facto de na sua primeira sessão de trabalhos se ter destacado a necessidade de “inventariar tudo quanto existe na Velha Cidade, que carece de ser delimitada; localizando todos os monumentos existentes e as ruínas”³⁰⁰⁵, indício de que esta questão levantada no longínquo ano de 1895 pela então recém criada CPA ainda não tinha sido verdadeiramente resolvida. De modo a conseguir realizar um inventário do que ainda existia e do que já tinha desaparecido, esta comissão responsável pelo renascimento material e imaterial de Velha Goa – cujo campo de acção seria depois alargado a todo o Estado da Índia – socorreu-se da “Planta da cidade de Goa, em 1831”³⁰⁰⁶, um documento cartográfico publicado em 1931 n’*O Oriente Português* e, ainda, da legislação em vigor na metrópole

³⁰⁰³ *Ibidem.*

³⁰⁰⁴ *Ibidem.*

³⁰⁰⁵ *Reintegração da Cidade de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico, monástico e religioso*, Goa, s.n., 1960, p. 26.

³⁰⁰⁶ “Planta da cidade de Goa, em 1831”, disponível em <http://purl.pt/1414/3/>, consultado a 6 de Maio de 2014.

relativa à catalogação, classificação, inventário dos objectos de arte e à sua publicação³⁰⁰⁷.



Imagem 234 Planta de Velha Goa (1831) utilizada no ano de 1959 para a realização do inventário e localização do património da cidade. Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/1414>.

Relativamente a esta importância de promover o inventário e classificação do património móvel e imóvel seguindo a legislação da metrópole, recordemos que naquele momento os documentos mais recentes eram o Decreto-Lei nº26:611 de 19 de Maio de 1936³⁰⁰⁸ no qual constavam as atribuições da 1ª – artes plásticas, museus e monumentos – e 2ª – antiguidades, escavações e numismática – subsecções da 6ª secção – Belas Artes – da Junta Nacional de Educação dedicada à conservação e desenvolvimento do património estético, arqueológico, histórico e bibliográfico; e o Decreto-Lei nº38:906 de 10 de Setembro de 1952³⁰⁰⁹ que além de abordar outras questões como a alienação, exame e intervenções no património artístico, determinava a publicação dos inventários no *Diário do Governo*. O arquitecto Naguexa Pissurlencar desempenhou um papel incontornável na elaboração deste inventário, tendo apresentado ao longo do ano de 1959, como membro da comissão e arquitecto da Direcção dos Serviços de Obras Públicas, um relatório dedicado aos “Monumentos

³⁰⁰⁷ Legislação em causa: “Lei nº1:700” de 18 de Dezembro de 1924, “Decreto nº11:445” de 13 de Fevereiro de 1926, “Decreto nº15:216” de 28 de Março de 1928, “Decreto nº20:586” de 4 de Dezembro de 1931, “Decreto nº20:985” de 7 de Março de 1932, “Decreto-Lei nº 26:611” de 19 de Maio de 1936, “Decreto-Lei nº38:906” de 10 de Setembro de 1952.

³⁰⁰⁸ *Diário do Governo* nº116, I Série, “Decreto-Lei nº 26:611”, 19 de Maio de 1936, pp. 536-547.

³⁰⁰⁹ *Diário do Governo* nº201, I Série, “Decreto-Lei nº 38:906”, 10 de Setembro de 1952, p. 906.

Nacionais Existentes no Estado da Índia”³⁰¹⁰. Neste inventário foram elencados os monumentos classificados de Goa, Damão e Diu, com indicação do diploma legislativo da sua consagração e propriedade, bem como uma descrição acompanhada por fotografias. Apesar do carácter sobretudo descritivo da documentação, sublinhe-se que em todos os casos foram incluídas referências ao estado de conservação dos monumentos e à necessidade de realizar a obras.

A par do inventário, a comissão propôs a salvaguarda de todos estes monumentos através da sua conservação ou reconstrução “para a finalidade que tinham e podem ter”³⁰¹¹. De acordo com este grupo de trabalho não havia qualquer dúvida relativa à finalidade das igrejas e capelas que deveriam ser estudadas, intervencionadas e destinadas ao culto, mas o mesmo não se verificou em relação aos conventos de São Caetano e de São João de Deus. Para este pensou-se num aproveitamento das suas salas para instalar o Arquivo Histórico depois da sua separação do Arquivo Administrativo³⁰¹², pois considerava-se que o edifício “faz lembrar o Convento de Évora, onde está instalada a Biblioteca e Arquivos dessa cidade”³⁰¹³. Propunha-se ainda que o director do arquivo presidisse também a uma comissão permanente que viria substituir a antiga CPA e, ainda, aos museus de Arte Sacra, Lapidar, Arte Antiga, Mobiliário, Numismático, Arqueológico e Filatélico, então sob a alçada da Direcção dos Serviços de Instrução e Saúde a quem passaria a pertencer a superintendência dos Museus de Arte Contemporânea, Artefactos e Produtos de Goa³⁰¹⁴. Finalmente, previa-se que a igreja deste antigo convento recebesse o Museu de Arte Sacra pois o edifício pensado para este fim, o convento de Santa Mónica, servia naquele momento de aquartelamento de tropas cujo destino deveria ser um quartel a construir em Velha Goa³⁰¹⁵. Relativamente a esta questão acrescenta-se que nesta ocasião se pensou o Museu de Arte Sacra como um espaço onde seria reunido “tudo o que de valioso, precioso e artístico existe em todos os conventos de Velha Goa e que anda espalhado em outras igrejas e lugares de

³⁰¹⁰ ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, II e III, 1959.

³⁰¹¹ *Reintegração da Cidade de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico, monástico e religioso*, Goa, s.n., 1960, p. 27.

³⁰¹² *Ibidem*, p. 34.

³⁰¹³ *Ibidem*, p. 35.

³⁰¹⁴ *Ibidem*, pp. 34-35.

³⁰¹⁵ *Ibidem*, p. 37.

Goa, Damão e Diu”³⁰¹⁶. Tratava-se de uma espécie de refinamento de uma proposta que datava já de 1906, ano em que se propôs uma reformulação do Museu Real da qual constaria a instalação de um museu de arte religiosa no convento do Bom Jesus, ideia retomada pelo menos no ano de 1933 quando se lançou a hipótese de criar um mesmo tipo de museu no convento de Santa Mónica³⁰¹⁷. De forma a acentuar o espírito museográfico de Velha Goa e a salvaguardar o património existente, foi igualmente proposta nesta época a organização de um Museu Lapidar e respectivo catálogo³⁰¹⁸, o que representaria uma nova reformulação do museu cujas bases foram lançadas no longínquo ano de 1894.

Na sequência de várias visitas de estudo a comissão constatou que “Há reparações urgentes a fazer em quasi os edifícios existentes”³⁰¹⁹ o que, como procurámos sumariamente demonstrar, era um cenário idêntico ao do século anterior e, tal como então, devedor da falta de verbas e de pessoal, do extraordinário número e dimensões de grande parte destas construções e do clima adverso à sua conservação. Por estes motivos, ou apesar destes motivos, o restauro dos monumentos e ruínas foi eleito como a primeira prioridade da fase inicial da campanha a realizar na sequência dos trabalhos da comissão em foco, sendo muito interessante observar que desde início se enfatizou a necessidade da obra ter de ser “minuciosa e cuidadosa a fim de se manter a traça primitiva, devendo por isso ser objecto dum estudo”³⁰²⁰. Podemos assim concluir que, não obstante a necessidade de tornar estes monumentos úteis através da sua ocupação, os seus valores históricos e artístico-arquitectónicos não poderiam jamais ser sacrificados pois, afinal, eram o garante de uma importância nacional e internacionalmente reconhecida.

A cerimónia de inauguração dos trabalhos de reintegração de Velha Goa dar-se-ia no mês de Janeiro de 1960, momento em que o ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira, se encontrava em Goa, tendo participado neste acto organizado no Instituto

³⁰¹⁶ *Ibidem*, p. 27.

³⁰¹⁷ *O Oriente Português*, nº5, 1933, p. 225.

³⁰¹⁸ *Reintegração da Cidade de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico, monástico e religioso*, Goa, s.n., 1960, p. 28.

³⁰¹⁹ *Ibidem*, p. 32.

³⁰²⁰ *Ibidem*, p. 32.

Vasco da Gama³⁰²¹. Nesta mesma ocasião foi ainda inaugurada uma exposição de fotografias e desenhos alusivos às riquezas artísticas e históricas da antiga capital, uma iniciativa delineada por dois dos vogais daquela comissão, o arquitecto Naguexa Pissurlencar e Mário Marques de Andrade³⁰²². O Palácio Arquiepiscopal anexo à sé catedral também foi palco de uma exposição de arte sacra organizada por António dos Mártires Lopes, director de Informação e Turismo³⁰²³. De resto, sabemos que no mês de Abril do mesmo ano³⁰²⁴ estaria em curso a elaboração da planta da cidade com a indicação dos arruamentos existentes e previstos, das plantas do convento de São Francisco, sé, capela de Santo António e dos detalhes da fachada do convento de São Caetano. Em síntese, os primeiros trabalhos abrangeram os monumentos que se encontravam em pior estado de conservação, pois como Pissurlencar constatou³⁰²⁵ quase todos necessitavam de reparações ao nível das fachadas, coberturas e paredes.



Imagem 235 Pedro Teotónio Pereira acompanhado por Marques Andrade, Naguexa Pissurlencar e Ismael Gracias. *Heraldo*, versão inglesa, 18 de Janeiro de 1960.

Para concluir é importante salientarmos o facto de aquando da aplicação deste grande programa de reintegração de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico e monástico, o governador-geral da Índia Portuguesa e a comissão criada para este propósito terem incorrido numa falha considerada grave pelo arquitecto Luís Benavente³⁰²⁶ e pelo próprio ministro do Ultramar, Adriano Moreira³⁰²⁷: o alheamento da DGOPC do Ministério do Ultramar acerca das decisões tomadas relativamente ao

³⁰²¹ *Heraldo*, versão inglesa, 18 de Janeiro de 1960, pp. 3-4.

³⁰²² *Ibidem*, p. 4.

³⁰²³ *Ibidem*, pp. 3-4.

³⁰²⁴ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

³⁰²⁵ ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, II e III, 1959.

³⁰²⁶ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 549, doc. 15, 16 de Julho de 1960.

³⁰²⁷ *Ibidem*, doc. 14, 17 de Maio de 1960.

restauro dos monumentos em estudo. Esta situação denuncia, claramente, a falta de força do Decreto nº41 787, cuja alínea 11) fixara que cabia à referida direcção-geral promover os trabalhos de conservação e restauro dos monumentos ultramarinos, “orientando-o superiormente”³⁰²⁸. Como veremos, a forma encontrada pela metrópole para colmatar esta incorrecção e, de algum modo, impor a sua soberania, foi a viagem do arquitecto Benavente para a Velha Goa no fatídico ano de 1961.

A Comissão Permanente de Arte, História e Arqueologia

Na sequência da elaboração do plano de reintegração de Velha Goa e dos trabalhos realizados pela comissão criada para esse efeito, a 2 de Dezembro de 1960 Vassalo e Silva, “prestando homenagem à dedicação e honesto labor dos que nos precederam”³⁰²⁹, ou seja, aos responsáveis pelos estudos e obras de conservação e restauro de monumentos no passado, determinou a criação de uma Comissão Permanente de Arte, História e Arqueologia. Tratar-se-ia de uma comissão directamente dependente do governo-geral do Estado da Índia à qual cabia, em suma:

*Definir as directrizes para a sistematização e desenvolvimento do património artístico, arqueológico, histórico e bibliográfico bem como promover as providências mais eficientes para segurança da sua inalienabilidade e conservação dentro do país.*³⁰³⁰

Esta comissão, digna sucessora da CPA criada no ano de 1895 e extinta em 1951, seria constituída por cinco vogais natos, ou seja, o director do Arquivo Histórico, o director das Obras Públicas, o director dos Serviços de Instrução, o director do Centro de Informação e Turismo e um representante do Quartel-General das Forças Armadas, e por cinco vogais nomeados pelo governo-geral “entre pessoas de boa vontade de suficiente ilustração e cultura, permanentemente residentes em Goa.”³⁰³¹ Estabeleceu-se, também, que o presidente e vice-presidente seriam designados pelo governador-geral e que o organismo teria uma comissão executiva de três membros. Para garantir o

³⁰²⁸ *Diário do Governo* nº172, I Série, “Decreto nº41 787”, 7 de Agosto de 1958, p. 757.

³⁰²⁹ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 12, 8 de Março de 1961.

³⁰³⁰ *Ibidem.*

³⁰³¹ *Ibidem.*

cumprimento da sua missão, a Comissão Permanente de Arte, História e Arqueologia seria responsável por promover a organização do inventário de bem móveis e imóveis públicos ou privados “que possuam valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático”³⁰³². No caso dos bens privados fixou-se que só deveriam ser inventariados aqueles que além daqueles valores fossem de “subido apreço”³⁰³³ e “cuja exportação do território nacional constitua perigo grave para o património artístico, histórico ou arqueológico do país.”³⁰³⁴ Caberia à mesma comissão registar os imóveis e móveis de interesse público, promover a guarda e conservação do património artístico, histórico ou arqueológico e apresentar propostas de declaração de inalienabilidade dos bens móveis inventariados que, deste modo, não poderiam ser transferidos sem autorização do governo depois de ouvido o organismo em causa. Competia, ainda, a esta comissão propor a expropriação de construções que prejudicassem a boa conservação dos monumentos e a criação de zonas de protecção. Adicionalmente a Comissão Permanente de Arte, História e Arqueologia seria responsável por estudar e classificar os monumentos da Índia Portuguesa, propor as medidas necessárias para a sua conservação, reparação e restauro, analisar os projectos dos Serviços de Obras Públicas, dar pareceres sobre assuntos remetidos pelo governo-geral, consultar sobre obras a fazer em monumentos classificados, estudar e delimitar as áreas das velhas cidades de Goa, elaborar monografias sobre os monumentos mais importantes e outros, ou reunir e organizar elementos de estudo para depois serem apresentados num museu. Outras formas de garantir a protecção e valorização deste património seriam as seguintes: reconhecimentos de locais “onde se deram os factos mais notáveis e importantes”³⁰³⁵ através da compilação de documentação vária e elaboração de levantamentos “de modo a reconstituir os planos primitivos”³⁰³⁶, estudo da sociedade portuguesa de Goa, dos hindus e muçulmanos, atendendo aos usos, costumes e folclore do Estado da Índia, organização de exposições, realização de escavações e investigação de monumentos arqueológicos existentes no território da província. Relativamente a verbas, foi estabelecido que estas deveriam ser disponibilizadas pelo governo de acordo com as

³⁰³² *Ibidem.*

³⁰³³ *Ibidem.*

³⁰³⁴ *Ibidem.*

³⁰³⁵ *Ibidem.*

³⁰³⁶ *Ibidem.*

necessidades, prevendo-se ainda que quando devidamente autorizada a comissão poderia aceitar donativos. É interessante notar que se colocou a hipótese da comissão criar núcleos locais, uma estratégia que, como vimos, também foi adoptada em Angola.

Estamos, portanto, perante uma tentativa de recuperar a tradição iniciada aquando da criação da CPA no longínquo ano de 1895, notando-se uma vez mais, ao contrário do que aconteceu em Angola e em Moçambique, uma tentativa de dotar esta comissão, directamente subordinada ao governo-geral, de grandes competências e autonomia em relação aos Serviços de Obras Públicas. Trata-se, sem dúvida, de uma demonstração do pleno entendimento da importância da província possuir um organismo público responsável pela protecção e valorização do património artístico, histórico e arqueológico cuja acção não fosse tolhida pelas Obras Públicas que, a partir de então, deveria ser unicamente responsável pela elaboração e concretização dos projectos de conservação, reparação e restauro dos monumentos da província. Por outro lado, consideramos que a criação desta comissão por despacho do governador-geral Vassalo e Silva no final do ano de 1960 é, sem dúvida alguma, altamente reveladora do comprometimento do governo da Índia Portuguesa com a salvaguarda patrimonial e do impacto do plano de reintegração de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico, monástico e religioso.

A missão de Luís Benavente

Conforme temos procurado demonstrar, os quilómetros que separavam Pangim de Lisboa e um certo estatuto conservado ao longo dos séculos pela Índia Portuguesa ditaram também no âmbito da salvaguarda patrimonial, um considerável apartamento entre as actividades promovidas por aquele governo-geral e respectivos Serviços de Obras Públicas e as iniciativas do Ministério do Ultramar e da DSUH da sua DGOPC. A título de exemplo, recorde-se que no ano de 1961, quando foi feito um pedido referente a templos existentes no ultramar português, a DSUH afirmou³⁰³⁷ ter unicamente, no que concernia à Índia, a colecção de plantas e fotografias gizadas e captadas pela anteriormente referida Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa,

³⁰³⁷ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 18, 1 de Setembro de 1961.

portanto do ano de 1951, facto que ilustra o desconhecimento da administração central relativamente à realidade do território em causa mas, também, a importância da iniciativa promovida por Mário Chicó. Antes desta constatação, conforme indicámos previamente, Luís Benavente houvera procurado colmatar esta quase total ignorância relativa aos monumentos de Goa, Damão e Diu através do envio dos inquéritos sobre o universo patrimonial daqueles territórios. A resposta a esta solicitação surgiu no ano de 1961 sob forma de uma verdadeira lição acerca da história da salvaguarda patrimonial na Índia Portuguesa, com o então governador-geral Vassalo e Silva a esclarecer que a atenção oficial para com os monumentos em causa remontava ao ano de 1894 e que durante a sua administração esta valorização tinha sido reforçada através do desenvolvimento do plano de reintegração de Velha Goa e da criação de uma Comissão Permanente de Arte, História e Arqueologia³⁰³⁸.

Assim consideramos que a viagem de Luís Benavente em comissão eventual ao serviço do Ministério do Ultramar à Índia Portuguesa, aconteceu precisamente devido ao desejo de uma maior intendência sobre as actividades patrimoniais do governo-geral daquela província ultramarina. Afinal, a metrópole só teve conhecimento das intenções de “restabelecimento de Velha Goa”³⁰³⁹ e de um único esquema de arruamentos em Setembro de 1959, ou seja, quando a comissão criada por indicação de Vassalo e Silva já tinha terminado os seus trabalhos e apresentado o respectivo relatório final. Deste modo, Eurico Machado, chefe do Serviço de Urbanização da DSUH, e Armando Girão, director da direcção de serviços, mostraram algum desconforto para com este alheamento forçado em relação a uma iniciativa sem dúvida “louvável”³⁰⁴⁰ mas cujos contornos, ou seja, “o que se fez e do que se pretende fazer”³⁰⁴¹, teriam obrigatoriamente que ser comunicados à metrópole. Deste modo Vassalo e Silva, mesmo já com as obras em andamento, acabou por enviar o relatório dos trabalhos, bem como plantas de Velha Goa com a indicação dos monumentos e traçado urbanístico existente³⁰⁴², ressaltando que a falta de informação prévia ter-se-ia devido ao estado de ruína avançado de alguns monumentos e à necessidade de “actuar com toda a

³⁰³⁸ *Ibidem*, doc. 12, 8 de Março de 1961.

³⁰³⁹ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2082, 14678, doc. s/n, 13 de Fevereiro de 1960.

³⁰⁴⁰ *Ibidem*.

³⁰⁴¹ *Ibidem*.

³⁰⁴² IPAD, MU, DGOP, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

rapidez”³⁰⁴³ de modo a “evitar a destruição do que ainda existe e reconstituir o que já se perdera”³⁰⁴⁴.

Precisamente nesta ocasião o governador-geral salientou que um dos grandes problemas da Índia Portuguesa era, como temos vindo a observar neste e em outros casos já analisados, a falta de técnicos especializados, tendo considerado que a presença de alguns seria de facto útil mas, somente, se a sua estadia fosse longa “pois que esta é uma tarefa que não pode ser conduzida de longe, sem viver – dia a dia – os seus problemas e encontrar-lhes, no local, a solução.”³⁰⁴⁵ Certamente instigado por este lamento mas, sobretudo, pela necessidade de afirmar o estatuto da DSUH enquanto entidade centralizadora da questão da salvaguarda patrimonial ultramarina, Armando Girão alertou o arquitecto Luís Benavente para esta situação³⁰⁴⁶.

Impelido por um forte desejo de conhecer os monumentos da Índia Portuguesa, Luís Benavente acabou por responder afirmativamente às solicitações de Armando Girão, datando de 11 de Outubro de 1960 a autorização concedida pelo ministro Adriano Moreira à ida do arquitecto para Goa durante cerca de dois meses³⁰⁴⁷. Deste modo, após um característico período de estudo, nomeadamente da documentação produzida pela brigada liderada por Chicó³⁰⁴⁸, e pelo estabelecimento de um contacto com o referido arquitecto Ressano Garcia³⁰⁴⁹, Luís Benavente partiu para Goa no final do mês de Outubro de 1961 com o intuito de se debruçar, sobretudo, sobre a conservação e restauro dos monumentos da antiga capital do Estado da Índia mas, também, sobre o enquadramento urbanístico dos mesmos e, ainda, sobre o património móvel e imóvel do Bairro das Fontainhas em Pangim, de Margão, Mapuçá, Vasco da Gama de Mormugão, Damão e Diu³⁰⁵⁰. Afinal, conforme testemunham os anteriormente referidos planos de revitalização do património histórico, a tentativa de harmonizar as necessidades do presente com as memórias do passado era, sem dúvida, uma das grandes preocupações do governo-geral mas, também, da DGOPC do Ministério do Ultramar.

³⁰⁴³ *Ibidem.*

³⁰⁴⁴ *Ibidem.*

³⁰⁴⁵ *Ibidem.*

³⁰⁴⁶ *Ibidem.*

³⁰⁴⁷ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 549, doc. 22, 11 de Outubro de 1960.

³⁰⁴⁸ *Ibidem.*

³⁰⁴⁹ *Ibidem*, docs. 24 e 25, 11 de Outubro de 1960, 17 de Outubro de 1960.

³⁰⁵⁰ *Ibidem*, docs. 7 e 8, s/d [1960], s/d [1960]; ANTT, FLB, cx. 65, pt. 448 A, doc. 9, 24 de Outubro de 1961.

Todavia, conforme mencionámos anteriormente, esta missão de Luís Benavente, auxiliado numa fase final pelo desenhador Henrique Costa³⁰⁵¹, aconteceu precisamente nas vésperas da independência daqueles territórios, situação complexa que acabou por ter uma manifesta influência nos resultados alcançados. Afinal, não obstante a resistência do arquitecto face às ordens para abandonar Goa invadida pela União Indiana, a saída forçada e atabalada para Mormugão onde viria a embarcar para Lisboa, acabou por ditar a perda de parte do seu trabalho “incluindo a documentação fotográfica que recolhera!”³⁰⁵². Ainda assim sabemos que durante o tempo passado em Velha Goa Benavente estudou com maior grau de profundidade, pelo menos, três monumentos: a basílica do Bom Jesus, conforme iremos demonstrar adiante, a ponte de Linhares e a sé.

Para compreendermos o interesse de Luís Benavente pela ponte de Linhares é fundamental termos em consideração o facto do Plano Director da Cidade de Goa (1960) ter previsto a construção de uma nova ponte que em substituição daquela cuja construção foi promovida por Miguel de Noronha (1586-1647) ligasse Ribandar a Pangim. Tratava-se de um caso que exigia todos os esforços na tentativa de manter um equilíbrio saudável entre as necessidades do presente e o respeito pelos testemunhos materiais e memoriais de épocas passadas, sendo que nesta situação a antiga ponte do Conde de Linhares assomava-se, tal como reconheceu Luís Benavente³⁰⁵³ e, mais recentemente, Walter Rossa³⁰⁵⁴, como uma forte recordação de uma época marcada por obras públicas dotadas de notáveis sinais de progresso. Perante esta situação o arquitecto defendeu a existência de uma “zona de servidão”³⁰⁵⁵ da ponte centenária e meritória de classificação como monumento nacional³⁰⁵⁶, o que implicaria a paralisação e sequente alteração do local dos trabalhos de terraplanagem que estariam a decorrer. Relativamente a este entendimento do espaço envolvente como parte integrante de um

³⁰⁵¹ ANTT, FLB, cx. 65, pt. 448 A, doc. 10, 22 de Novembro de 1961.

³⁰⁵² Luís Benavente, “Biografia do Arquitecto Luís Benavente ao Serviço da Nação”, José Manuel Fernandes, coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 58.

³⁰⁵³ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 548, doc. 2, 10 de Novembro de 1961.

³⁰⁵⁴ Walter Rossa, “Ponte-Açude Conde de Linhares”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 265-266.

³⁰⁵⁵ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 548, doc. 2, 10 de Novembro de 1961.

³⁰⁵⁶ *Ibidem*.

monumento, observe-se que, como notámos anteriormente, esta posição do arquitecto tinha sido consagrada no ano de 1931 pela *Carta de Atenas*, documento que advogara “o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares.”³⁰⁵⁷ Em síntese, para este caso Luís Benavente propôs, na linha dos princípios defendidos internacionalmente, não só a conservação e respeito pela histórica ponte de Linhares mas, também, pelo espaço circundante o que não anularia a construção de uma nova ponte mas influenciaria a sua localização. Afinal:

*Uma nova ponte em paralelo com a de Linhares, além de vir a ser um elemento de progresso da nossa época, tem o mérito de permitir durante o seu atravessamento poder observar-se em paralelo, a sua antecessora cheia de interesse, patenteando os elementos e o modo como no seu tempo o problema era resolvido*³⁰⁵⁸.

Se aquando da sua estadia em Velha Goa Mário Tavares Chicó promoveu um verdadeiro restauro gráfico da sé, dotando-a da torre ausente do lado direito, Luís Benavente defendeu abertamente a reconstrução deste elemento desabado no ano de 1766³⁰⁵⁹. Para o arquitecto que neste final do ano de 1961 terá apresentado uma montagem fotográfica da igreja com as duas torres, a sé era “um dos Templos mais representativos da Velha Cidade, como um dos de mais valor arquitectónico daquele conjunto”³⁰⁶⁰ mas ao mesmo tempo o seu aspecto, devido à ausência do elemento em causa, era pouco agradável, predominando uma sensação de desequilíbrio indesejável. Note-se ainda que esta ideia também foi defendida por Naguexa Pissurlencar, arquitecto da Direcção dos Serviços de Obras Públicas da Índia Portuguesa que no ano de 1959 constatou a necessidade “de várias reparações especialmente a consolidação do frontispício e a reconstrução da torre lateral desabada em 1766”³⁰⁶¹.

³⁰⁵⁷ *Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauros dos Monumentos*, 1931, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, consultado a 6 de Maio de 2014.

³⁰⁵⁸ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 548, doc. 2, 10 de Novembro de 1961.

³⁰⁵⁹ *Ibidem*, doc. 12, 15 de Novembro de 1961.

³⁰⁶⁰ *Ibidem*.

³⁰⁶¹ ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc. 6, 20 de Fevereiro de 1959.

6.4 As intervenções em monumentos nacionais³⁰⁶²

Fortaleza de Damão: As intervenções neste perímetro fortificado caracterizaram-se essencialmente por sucessivas reparações nas muralhas desmoronadas. Depois da reconstrução nos anos de 1933-1934 de uma parte indiscriminada da muralha abatida³⁰⁶³, as Obras Públicas dedicaram-se entre 1936 a 1938 à muralha de um dos dez baluartes, o noroeste³⁰⁶⁴. Em 1950 realizaram-se obras de reparação da parte desmoronada do fosso existente em redor da muralha da praça³⁰⁶⁵ que nos anos de 1953, 1955, 1956 e 1958 voltaria a ser restaurada³⁰⁶⁶.

³⁰⁶² Deixámos de fora as menções às obras promovidas anualmente pela secção de Edifícios da Direcção dos Serviços de Obras Públicas – retelhadura, pequenos reparos e caiadura – nos monumentos públicos nacionais de Goa, Damão e Diu depois das monções. Neste momento não referimos o caso da capela Nossa Senhora do Rosário, em Damão, que sabemos ter sido reparada nos anos de 1950 e 1958, mas cuja natureza da intervenção não conseguimos aprofundar. O mesmo acontece com o forte de São Jerónimo de Damão cujas intervenções nos anos de 1933 e 1934 foram realizadas a par de obras nas muralhas da praça de Damão; e com a igreja matriz do Santíssimo Nome de Jesus reparada pelo menos no ano de 1950. Em Diu a igreja de São Tomé terá sido remendada e caiada no ano de 1940, datando do mesmo ano obras idênticas no então hospital, antigo convento de São Francisco de Assis. Já no ano de 1953, depois de um alerta lançado no ano de 1950 para as grandes carências da fortificação, foi elaborado e autorizado um orçamento referente à consolidação da base do muro do “Fortim do Mar”. Em Goa o arco de Nossa Senhora da Conceição foi sucessivamente reparado e caiado nos anos 30 e 40. No ano de 1958 fizeram-se reparações urgentes na capela de Nossa Senhora da Piedade de São Pedro. Temos notícias referentes a caiações e pequenas reparações nos anos de 1941 e 1952 na capela de São Francisco Xavier, sendo plausível que este tipo de obras tenha sido particularmente relevante nos anos das exposições do corpo do *Apóstolo das Índias*. Já no ano de 1959 Nagueixa Pissurlencar alertou para a necessidade de criar uma zona de protecção em torno deste pequeno templo porque se localizava numa propriedade particular com uma cultura de bananas. A igreja de São Pedro foi caiada e reparada no ano de 1952. As notícias relativas às ruínas do convento e igreja de Nossa Senhora da Graça são escassas, datando de 1935 um conjunto de reparações de inverno. O mesmo acontece com a fortaleza de Mormugão, intervencionada no ano de 1936. A igreja de São Lourenço de Linhares também beneficiou de reparações pelo menos nos anos de 1935, 1936, 1942, 1944 e 1955. Pequenas reparações foram igualmente levadas a cabo na igreja de Santana de Talaulim nos anos de 1939, 1941 e 1958. O quarto do oratório do pe. José Vaz foi reparado no ano de 1955. No ano de 1959 Nagueixa Pissurlencar sublinhou a necessidade de reparar o pedestal do cruzeiro da Madre de Deus, procedendo-se, também, à limpeza da vegetação e à definição de uma zona de protecção deste elemento, bem como das ruínas do convento homónimo. No mesmo ano o referido arquitecto informou os Serviços de Obras Públicas acerca da necessidade de limpar o terreno em torno da *tirtha* de Bramapuri e de criar, tal como no caso anterior, uma zona de protecção. Segundo Pissurlencar no ano de 1959 a casa das Bulas estava carente de reparações na cobertura, pavimentos e fachada.

³⁰⁶³ AHU, nº762, cód. 2G, MU, DGCO, doc. s/n [Relatório do governador-geral 1933-1934].

³⁰⁶⁴ AHU, OP01390, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1936]; *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº55, I Série, “Portaria nº2.963”, 9 de Julho de 1937, p. 993; *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº57, I Série, “Portaria nº3.217”, 19 de Julho de 1938, p. 1070.

³⁰⁶⁵ AHU, OP03553, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1950].

³⁰⁶⁶ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953]; IPAD, MU, DGOPC, GE, 2167, 14662, docs. s/n [Relatório OP 1954], [Relatório OP 1955]; AHU, OP03418, 9/1124, 1/3, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1959].

Sistema fortificado de Diu: No ano de 1930 determinou-se que o governo deveria assegurar anualmente um valor fixo para a conservação e reparações no castelo de Diu³⁰⁶⁷. Assim, nos anos de 1933 e 1934 os Serviços de Obras Públicas procederam à reconstrução das partes desmoronadas da muralha muito afectada pela acção corrosiva da salmoira sobre a alvenaria³⁰⁶⁸. No ano seguinte foi lançado um alerta para o facto de esta ser uma “obra colossal – que carece de grandes reparações, asseio e beneficiações para sua conservação e melhoramento”³⁰⁶⁹. Nesse ano de 1935, estando já prevista a instalação de um colónia penal e escola de artes



Imagem 236 Porta de entrada da fortaleza de Diu, 1951. FMS, FMAC, pt. 07127.000.110.

e ofícios, além da reconstrução de um total de trinta e cinco metros de muralha e da sua limpeza, foram reparados três baluartes³⁰⁷⁰. Um ano depois parte da muralha do “Forte do Mar” também se encontrava desmoronada, tendo sido reconstruída³⁰⁷¹. No ano de 1937, após o desabamento da parte da muralha compreendida entre o baluarte Chato e a capela de São Tiago, e entre esta e o baluarte Cavaleiro, foi aprovado um orçamento para a sua reconstrução³⁰⁷² cuja concretização terá acontecido no ano seguinte. No ano de 1950 alertou-se para o facto da fortificação exigir “grandes reparações”³⁰⁷³, datando de 1953 a sugestão de reactivação da tal verba fixa de 5.000.00.00 rúpias anuais e da manutenção do monumento por uma “brigada permanente”³⁰⁷⁴. Afinal nesse ano tinha sido necessário reconstruir a parte da muralha entre o lado norte e o baluarte de Santa Luzia³⁰⁷⁵, bem como partes desabadas da muralha das portas do Campo³⁰⁷⁶. Muitos destes trabalhos foram realizados pelos reclusos do depósito dos degredados que com o

³⁰⁶⁷ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº27, I Série, “Diploma Legislativo nº409”, 4 de Abril de 1930, p. 493.

³⁰⁶⁸ AHU, nº762, cód. 2G, MU, DGCoR, doc. s/n [Relatório do governador-geral 1934].

³⁰⁶⁹ AHU, OP02831, 8/93, 1/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1935].

³⁰⁷⁰ *Ibidem*.

³⁰⁷¹ AHU, OP01390, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1936].

³⁰⁷² *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº55, I Série, “Portaria nº2.963”, 9 de Julho de 1937, p. 993.

³⁰⁷³ AHU, OP03553, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1950].

³⁰⁷⁴ AHU, OP03562, 9/1127, 3/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1953].

³⁰⁷⁵ *Ibidem*.

³⁰⁷⁶ AHU, OP0352, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1949].

seu esforço foram dignificando “o monumento que nacionais e estrangeiros visitam”³⁰⁷⁷. Apesar da importância das intervenções materializadas sobretudo no início da década de 50, estas não terão sido suficientes para devolver à fortificação, “uma obra colossal e muito importante, atestando a formidável actividade desenvolvida para a sua edificação”³⁰⁷⁸, o brilho de outrora. Em 1956, na sequência de novo restauro das muralhas no ano anterior³⁰⁷⁹, os Serviços de Obras Públicas, reconhecendo a grandiosidade e valor do castelo, alertaram para a importância de garantir reparações anuais “visto qualquer demora na execução dos trabalhos da reparação poderá trazer maiores danos e prejuízos para a sua reconstrução”³⁰⁸⁰. Nestes meados dos anos 50 os Serviços de Obras Públicas de Diu continuavam a defender que as obras de restauro deveriam procurar conservar “as linhas da antiguidade da construção”³⁰⁸¹.

Igreja de São Paulo ou de Nossa Senhora da Conceição, Diu: No ano de 1938 a abóbada da igreja matriz de Diu encontrava-se bastante fragilizada e como tal o serviço de Obras Públicas viu-se impelido a aplicar parte das suas verbas em reparações urgentes³⁰⁸². Contudo o problema, muito possivelmente devido às monções anuais e fragilidades construtivas, ressurgiu no ano de 1942, momento em que a par de diversas beneficiações do interior do templo foram realizadas novas reparações na abóbada³⁰⁸³.

Arco dos Vice-Reis, Velha Goa: A monção do ano de 1953, descrita como tendo sido de uma “violência extraordinária”³⁰⁸⁴, provocou o desabamento deste monumento celebrativo que em 1951, segundo fotografias captadas aquando da missão liderada por Mário Chicó, aparentava estar em bom estado. De acordo com uma descrição da época, três dias após a trágica monção só restariam as duas paredes laterais: “Todo o arco ruiu, as decorações em pedra preta jazem, estateladas, no solo, inteiras umas, escaqueiradas outras.”³⁰⁸⁵ A estátua de pedra de Santa Catarina que se encontrava do lado da cidade

³⁰⁷⁷ *Anuário da Índia Portuguesa: Guia de Informações Oficiais e Extra-Oficiais, Geográficas e Históricas do Estado Português da Índia*, Goa, Repartição Central de Estatística, 1953, pp. 892-893.

³⁰⁷⁸ IPAD, MU, DGOPC, GE, 2167, 14662, doc. s/n [Relatório OP 1956].

³⁰⁷⁹ *Ibidem*, doc. s/n [Relatório OP 1955].

³⁰⁸⁰ *Ibidem*, doc. s/n [Relatório OP 1956].

³⁰⁸¹ *Ibidem*.

³⁰⁸² *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº57, I Série, “Portaria nº3.217”, 19 de Julho de 1938, p. 1070.

³⁰⁸³ AHU, OP13648, 8/18-3/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1942].

³⁰⁸⁴ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³⁰⁸⁵ *Heraldo, diário da manhã*, 4 de Agosto de 1953, p. 1.

“está em dois pedaços”³⁰⁸⁶, a de Vasco da Gama “supõe-se que tenha ficado soterrada nos escombros”³⁰⁸⁷. A segunda estátua da padroeira da cidade, obra em bronze à data pintada a óleo de cor azul-claro, estaria intacta, apresentando apenas a coroa amolgada e a espada destacada do punho³⁰⁸⁸. No entanto, antes daquela tragédia, o arco foi objecto de uma intervenção por ocasião das comemorações do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier* (1952), momento em que foi criada, como vimos, a “Missão para o Estudo do Restauro de Padrões e Monumentos”, um grupo liderado pelo inspector superior de Obras Públicas, Baltazar da Silva Castro. Numa primeira fase, perante um “arco [que] estava entupido cerca de um metro e meio”³⁰⁸⁹, a referida comissão promoveu o desaterro da sua base e do caminho de acesso³⁰⁹⁰. Fotografias da época permitem-nos aferir, ainda, a introdução de alterações ao nível da parte superior das paredes do arco e a “picagem”³⁰⁹¹ do reboco existente, uma “grossa camada de cal e argamassa”³⁰⁹², questão que, conforme foi avançado por Joaquim Rodrigues dos Santos³⁰⁹³, terá contribuído decisivamente para o desmoronamento de 1953³⁰⁹⁴. Segundo nos parece, os planos de reconstrução completa só aconteceram neste ano de 1953, na sequência do desmoronamento e num momento em que Baltazar Castro já não se encontrava em Velha Goa. Na verdade deve-se à secção de Edifícios da Direcção dos Serviços de Obras Públicas da Índia Portuguesa³⁰⁹⁵ a elaboração de dois planos de completa reconstrução “na sua traça antiga”³⁰⁹⁶, sendo que um ascendia às

³⁰⁸⁶ *Ibidem.*

³⁰⁸⁷ *Ibidem.*

³⁰⁸⁸ *Ibidem.*

³⁰⁸⁹ *Velha-Goa: Guia Histórico*, Goa, Repartição Central de Estatística e Informação, 1952, p. 10.

³⁰⁹⁰ AHU, nº63, 1 A, MU, GM, doc. s/n, 16 de Dezembro de 1952.

³⁰⁹¹ *Heraldo, diário da manhã*, 16 de Julho de 1953, p. 1.

³⁰⁹² *Heraldo, diário da manhã*, 4 de Agosto de 1953, p. 1.

³⁰⁹³ Joaquim Rodrigues dos Santos, “La polémica del revoco de la Basílica del Buen Jesús en Goa Vieja (India) y su influencia en la imagen del monumento y de la ciudad”, *VII Jornadas Arte y Ciudad*, Madrid, Facultad de Ciencias de la Información. Universidad Complutense de Madrid, 2015, [no prelo]; *Idem*, “On the Trail of Baltazar Castro, a Portuguese Restorer in India”, *Proceedings of the EAHN 2015: Entangled Histories, Multiple Geographies*, Belgrado, European Architectural History Network - Arhitektonski Fakultet u Univerzitet u Beogradu, 2015 [no prelo].

³⁰⁹⁴ Cf. *Heraldo, diário da manhã*, 4 de Agosto de 1953, p. 1;

³⁰⁹⁵ Joaquim Rodrigues dos Santos defende que mesmo à distância Baltazar Castro terá tido alguma influência na evolução destes trabalhos sobretudo por intermédio dos técnicos com que terá trabalhado em Velha Goa. Cf. Joaquim Rodrigues dos Santos, “On the Trail of Baltazar Castro, a Portuguese Restorer in India”, *Proceedings of the EAHN 2015: Entangled Histories, Multiple Geographies*, Belgrado, European Architectural History Network - Arhitektonski Fakultet u Univerzitet u Beogradu, 2015.

³⁰⁹⁶ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

94.500.00.00 rúpias e outro a 86.200.00.00 rúpias³⁰⁹⁷. Depois dos dois projectos terem sido submetidos à CPA e de esta ter votado a favor do menos dispendioso, em Agosto de 1953 foi feito um reforço das verbas das Obras Públicas para a conservação de monumentos públicos nacionais³⁰⁹⁸. No final deste ano o projecto final estaria a ser elaborado com auxílio a documentos e livros antigos nos quais constavam descrições do arco, tendo-se consultado, também, Panduranga Pissurlencar, director do Arquivo Histórico, por este ser “considerado a pessoa mais conhecedora de assuntos históricos do Estado da Índia”³⁰⁹⁹. As obras de reconstrução e recuperação da alegada “antiga traça”³¹⁰⁰, portanto do final da centúria de Quinhentos, ter-se-ão prolongado até ao ano de 1954³¹⁰¹, momento em que o arco surge não com dois nicho de altura mas apenas com um, no qual se manteve a estátua de Vasco da Gama. A imagem de Santa Catarina em bronze foi colocada na face virada à cidade.



Imagem 237 O arco dos Vice-Reis rebocado num período não identificado. ACTDC/IICT, nº6467.



Imagem 238 O arco com os dois nichos e imagens na face virada ao rio Mandovi, e a base soterrada, 1951. FMS, FMAC, pt. 07127.000.240.



Imagem 239 O arco sem reboco e com a base desenterrada. A fotografia data possivelmente de um momento posterior à intervenção de Baltazar Castro e anterior ao desmoronamento. ACTDC/IICT, nº129.

Desta forma ter-se-á procurado recuperar o aspecto que o arco apresentava antes da construção do nicho superior, obra da primeira década de Seiscentos. Além disso nesta ocasião recriou-se parte da muralha desaparecida, maciça e em laterite, o suficiente para enquadrar o novo arco.

³⁰⁹⁷ *Ibidem*.

³⁰⁹⁸ *Ibidem*.

³⁰⁹⁹ *Ibidem*.

³¹⁰⁰ *Heraldo, diário da manhã*, 7 de Março de 1954, p. 1.

³¹⁰¹ *Ibidem; Heraldo, diário da manhã*, 27 de Novembro de 1954, p. 1.



Imagem 240 Aspecto do arco após o restauro de 1953-1954 com apenas um nicho de altura e enquadramento por uma reprodução da antiga muralha.



Imagem 241 Pormenor da face virada à cidade com a imagem de Santa Catarina.

Capela de Santa Catarina, Velha Goa: Depois de intervenções pontuais ao nível da cobertura e paredes pelo menos nos anos de 1936, 1939, 1941, 1942 e 1944³¹⁰², em 1951 e 1952, a propósito das comemorações do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier*, o arquitecto Baltazar Castro liderou uma profunda campanha de restauro no templo construído junto à porta da antiga muralha muçulmana. No referente às coberturas a grande obra terá passado pelo apeamento da abóbada da capela-mor³¹⁰³ e pela sua reconstrução “com as mesmas pedras velhas”³¹⁰⁴, “trabalho de difícil execução, julgando alguns impraticável a realização da obra, e que de facto pela primeira vez se fazia no Estado da Índia”³¹⁰⁵. Simultaneamente, as madeiras das coberturas foram substituídas e foram integradas no conjunto quatro cruzeiros pétreos, incluindo uma que é “cópia fiel”³¹⁰⁶ de uma localizada na igreja de São João de Deus. A parede sul da capela-mor foi quase totalmente apeada, tendo-se rasgado uma fresta após a sua reconstrução³¹⁰⁷.

³¹⁰² AHU, OP01390, nº8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1936]; AHU, OP00513, 4/2640-2/3, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1939-1940]; AHU, OP02293, 8/78, 1/2, MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1941-1942]; AHU, OP13648, 8/18-3/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1942]; AHU, OP03550, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1944].

³¹⁰³ Este apeamento da abóbada e de paredes em ruína, bem como de alguns trabalhos de restauro foram realizados no ano de 1951. Cf. *Heraldo, diário da manhã*, 16 de Julho de 1953, p. 1.

³¹⁰⁴ Francisco Xavier da Costa, *Resumo Histórico da Exposição das Sagradas Relíquias de São Francisco Xavier em 1952*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1954, p. 15.

³¹⁰⁵ *Heraldo, diário da manhã*, 16 de Julho de 1953, p. 5.

³¹⁰⁶ Francisco Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 16.

³¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 15.



Imagem 242 Pormenor da frecha aberta na parede de fundo da capela-mor.



Imagem 243 Pormenor da porta talhada trazida dos escombros de São João de Deus.

A parede do lado do Evangelho parece ter sido também totalmente desmontada e reconstruída com excepção para um troço simbólico junto à porta da muralha muçulmana por onde Afonso de Albuquerque teria entrado em 1510³¹⁰⁸. Nesta parede foi colocada uma porta talhada “encontrada abandonada nos escombros de São João de Deus”³¹⁰⁹. Quanto à sacristia, parte da intervenção passou pela abertura daquela que seria a porta primitiva, posteriormente transformada em janela, e pela colocação de uma peça da galeria lapidar instalada no convento de São Francisco da Assis como lava-mãos. A varanda e escada que hoje observamos na parte oeste do edifício resultaram igualmente de um apeamento e posterior reconstrução, tendo-se demolido um muro que se encontrava junto a este balcão e “que oferecia mau aspecto”³¹¹⁰. O coro teve o seu madeiramento totalmente substituído e abaixado, o que acabou por determinar uma alteração na altura da porta de acesso que, deste modo, ficou facilitado³¹¹¹.

Na fachada, conforme demonstrámos previamente através de uma fotografia anterior a esta intervenção, os rebocos foram removidos o entablamento existente foi eliminado, criando uma situação caricata na ligação entre os dois níveis de pilastras. Ainda no exterior procedeu-se ao desentulhamento e arranjo do adro e terreiro



Imagem 244 A varanda e escada de acesso ao coro, resultados do restauro do ano de 1952.

³¹⁰⁸ *Ibidem*.

³¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 16.

³¹¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹¹ *Ibidem*.

da capela, tendo-se prolongado a intervenção até à Rua Murdevol³¹¹². A capela foi, assim, apresentada na sua “primitiva contextura, sendo por isso digna de ser visitada.”³¹¹³ Após o encerramento das comemorações xaverianas, no ano de 1953, a secção de Edifícios das Obras Públicas interveio na fachada e nas torres que estariam a necessitar de reparos³¹¹⁴.



Imagem 245 O frontispício da capela com os rebocos muito danificados, s/d [fotografia publicada em 1930]. ACTDC/IICT, nº 26241.



Imagem 246 Pormenor do interior da capela.

Capela de Santo António, Velha Goa: No ano de 1942 a imprensa local alertou para o estado de conservação confrangedor do alpendre deste templo, falando-se na necessidade de “várias reparações urgentes”³¹¹⁵. Todavia, só voltamos a encontrar referências a esta capela do Monte Santo no ano de 1959, momento em que Nagueixa Pissurlencar deu conta da necessidade de serem realizados vários trabalhos, nomeadamente reparações na cobertura, rebocos e obras de consolidação e reconstrução dos alpendres, então arruinados³¹¹⁶. Em determinada altura após o ano de 1930, possivelmente por ocasião das comemorações de 1952, o murete que ladeava a fachada foi eliminado. No ano de 1960 o monsenhor Francisco Xavier Gomes Catão afirmou que, dada a sua importância e simbolismo, “Merecia a pena que se restaurasse e se restituísse ao primitivo esplendor esse glorioso monumento”³¹¹⁷ cujas despesas de manutenção estavam a cargo da comissão de Santa Mónica. Deste modo, no ano de

³¹¹² AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹¹³ *Velha-Goa: Guia Histórico*, Goa, Repartição Central de Estatística e Informação, 1952, p. 68

³¹¹⁴ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹¹⁵ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº55, 1942, p. 120.

³¹¹⁶ ANTT, FLB, cx. 4, pt. III, doc. 6, 23 de Março de 1959.

³¹¹⁷ *Boletim Eclesiástico da Diocese de Goa* nº2, 1960, p. 56.

1961 ter-se-á iniciado uma grande campanha reparadora³¹¹⁸ cujos pormenores desconhecemos.



Imagem 247 Aspecto da capela com os muretes adossados à fachada e às estruturas laterais, s/d [fotografia publicada em 1930]. ACTDC/IICT, nº 26253.



Imagem 248 A capela de Santo António no ano das comemorações xaverianas de 1952. *Velha Goa: Guia Histórico*, 1952.

Colégio e igreja de São Paulo, Velha Goa: As obras de restauro da fachada da antiga igreja jesuítica não ocorreram apenas no âmbito dos programas de saneamento de Velha Goa de 1948-1952³¹¹⁹. Na verdade sabemos que no ano de 1936 a secção de Edifícios da Direcção dos Serviços de Obras Públicas promoveu obras no frontispício da igreja³¹²⁰. No entanto desconhecemos qual a natureza desta campanha. Certo é que as transformações anteriormente apontadas por António Nunes Pereira³¹²¹, tais como a supressão dos resquícios dos frontões triangulares dos portais laterais e respectivos capitéis jónicos que os sustentavam ou a reconstrução das pilastras, do nicho do lado esquerdo do primeiro piso à imagem do ainda existente, e do coroamento em jeito de frontão triangular coroado por uma cruz, entre outras, já estavam concluídas no ano de 1951 pois data deste ano uma fotografia captada no âmbito da missão liderada por Mário Chicó na qual aquelas alterações já são visíveis. Por outro lado, a fotografia da década de 30³¹²² apresentada na breve resenha histórico-artística leva-nos a crer que a eliminação dos fragmentos daqueles frontões triangulares aconteceu antes desta reconstrução mais recente pois naquele momento já não eram visíveis.

³¹¹⁸ *Heraldo*, versão inglesa, 25 de Setembro de 1961, p. 7.

³¹¹⁹ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 123.

³¹²⁰ AHU, OP01390, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1936].

³¹²¹ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 123.

³¹²² João Loureiro, *Postais antigos do Estado da Índia*, Lisboa, João Loureiro e Associados, 1998, p. 81.



Imagem 249 O frontispício da igreja de São Paulo numa fotografia de Souza & Paul publicada no ano de 1930. ACTDC/IICT, nº 26257.



Imagem 250 O que restava das ruínas da mesma igreja no ano de 1951, notando-se a reconstrução do nicho do lado esquerdo e a ausência dos vestígios dos frontões triangulares dos portais laterais. FMS, FMAC, pt. 07127.000.212.

Convento e igreja da Cruz dos Milagres, Velha Goa: Ao longo das décadas de 30 e 40, na tentativa de impedir o alastramento do estado de ruína e a consequente perda total deste monumento, foram realizadas de forma intermitente, a par de pequenas reparações, limpezas do edifício e do caminho de acesso³¹²³. Destas intervenções podemos destacar aquela que no ano de 1944 incidiu na cobertura da igreja e no frontispício³¹²⁴. Nesta ocasião a secção de Edifícios da Direcção das Obras Públicas principiou por elaborar um orçamento que abrangesse a construção de uma armação para sustentar a abóbada, obra executada no mesmo ano³¹²⁵. A fachada cuja composição, como dissemos anteriormente, já foi considerada bastante desviante da norma goesa³¹²⁶, datará em parte desta campanha de restauro. Afinal, no ano de 1944 os

³¹²³ AHU, OP02831, 8/93, 1/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1935]; AHU, OP01390, nº8/34, 2/2, doc. s/n [Relatório OP 1936]; AHU, OP00513, nº4/2640-2/3, doc. s/n [Relatório OP 1939]; AHU, OP02293, 8/78, 1/2 MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1941]; AHU, OP13648, 8/18, 3/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1942].

³¹²⁴ AHU, OP03550, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1944].

³¹²⁵ *Ibidem*.

³¹²⁶ António Nunes Pereira, “Convento da Cruz dos Milagres”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 261.

Serviços de Obras Públicas promoveram a reconstrução parcial do frontispício³¹²⁷, tendo prestado particular atenção ao seu remate, renovado nesta ocasião, e ao campanário³¹²⁸. Apesar de se ter tido como referência para esta obra uma gravura de Lopes Mendes³¹²⁹, constatamos que não se promoveu um regresso total ao aspecto que o templo teria nos anos 80 do século XIX, sendo óbvias as diferenças, por exemplo, ao nível das aberturas. Na mesma ocasião substituíram-se os rebocos animados por florões³¹³⁰, acreditando-se que após esta grande intervenção “A igreja resistirá por um século como ainda resiste o convento aos vendavais do tempo”³¹³¹.



Imagem 251 Pormenor da igreja da Cruz dos Milagres em desenho de Lopes Mendes, 1886. António Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*, 1997, vol. 1.



Imagem 252 A fachada do templo no ano de 1959. As diferenças ao nível do número e formato das aberturas são evidentes. Observa-se, também, a ausência do frontão triangular do pórtico. ANTT, FLB, cx, 4, pt. II, doc. 4.

Desde o ano de 1937 o asseio dos interiores foi assegurado pelo pe. Celestino Figueiredo³¹³². Todavia, como tantas outras intervenções, a obra de 1944 só veio mitigar o estado de ruína do convento, momento em que se reconheceu que perante o edifício os peregrinos sentiriam “uma comoção e mágoa pelo estado actual deste Convento de Santa Cruz dos Milagres”³¹³³. Na década de 50, pelo menos nos anos de 1955 e 1958³¹³⁴, tiveram lugar novas reparações deste monumento nacional que não devem ter sido de grande monta pois em 1959 o arquitecto Pissurlencar registou o estado de profunda

³¹²⁷ AHU, OP03550, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1944].

³¹²⁸ *Ibidem*.

³¹²⁹ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº59, 1944, p. 75.

³¹³⁰ *Idem*, p. 76.

³¹³¹ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº59, 1944, p. 75-76.

³¹³² *Boletim Eclesiástico da Diocese de Goa*, nº5-6, 1952, p. 227.

³¹³³ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº59, 1944, p. 68.

³¹³⁴ AHU, OP01389, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1955]; AHU, OP03418, 9/1124, 1/3, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1948].

ruína de algumas partes da igreja, como o átrio interior e a sacristia, e grandes carências ao nível dos rebocos internos e externos³¹³⁵.

Convento de Santa Mónica, Velha Goa: Nos primeiros anos da década de 50 o único convento feminino de Goa foi sendo regularmente reparado, com intervenções nas coberturas³¹³⁶, portaria, rés-do-chão e caves³¹³⁷. No ano de 1952, no âmbito das comemorações xaverianas, foram construídas instalações sanitárias no 1º andar³¹³⁸ e instaladas canalizações³¹³⁹. Datará possivelmente desta campanha o apeamento e reconstrução da arruinada “portaria de fora”³¹⁴⁰.



Imagem 253 Pormenor de uma capela do claustro das Mónicas em mau estado de conservação no ano de 1959. ANTT, FLB, cx. 4, pt. II, doc. 2.



Imagem 254 Pormenor de trabalhos em alto-relevo carentes de restauro, 1959. ANTT, FLB, cx. 4, pt. II, doc. 2.

No ano de 1953 os Serviços de Obras Públicas procederam a picagens das paredes e a outras obras na abóbada da capela de Nossa Senhora da Candelária, onde foi encontrado um púlpito escavado na parede³¹⁴¹. Contudo, a obra de maior monta parece ter ocorrido no ano de 1955, momento em que o monumento teve a sua ala norte profundamente modificada, tendo-se procedido à substituição do soalho em mau

³¹³⁵ ANTT, FLB, cx. 4, pt. II, doc. 4, 25 de Março de 1959.

³¹³⁶ AHU, OP03553, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1950]; AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório 1952-1953].

³¹³⁷ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹³⁸ *Ibidem*.

³¹³⁹ Francisco Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 18.

³¹⁴⁰ *Heraldo, diário da manhã*, 16 de Julho de 1953, p. 5.

³¹⁴¹ *Ibidem*.

estado por uma placa vigada em betão armado³¹⁴². Durante esta campanha as Obras Públicas promoveram a regularização das alvenarias da mesma ala bem como o apeamento e renovação da sua cobertura³¹⁴³. Contudo, em 1959 o monumento continuava carente de “reparações nas coberturas, pavimentos, etc.”³¹⁴⁴

Convento de São Caetano e igreja da Divina Providência, Velha Goa: No ano de 1933 o administrador deste convento requereu às Obras Públicas a substituição de vigas, a colocação de vidraças nas janelas da antiga biblioteca e de duas portinholas para janelas, bem como reparações no pavimento do corredor térreo³¹⁴⁵. Na igreja considerava-se necessário resolver numerosos problemas provocados por infiltrações, fechar as múltiplas fendas existentes, substituir peças em madeira, arranjar o pavimento, abrir óculos, envidraçar janelas e intervir nas escadarias³¹⁴⁶. Para o espaço do museu foram solicitados envidraçamentos, a colocação de portas e a elaboração de chaves que faltavam³¹⁴⁷. No entanto, desconhecemos se alguma destas obras foi realizada. Ao longo das décadas de 30 e 40 foram executadas, com considerável regularidade, pequenas reparações sobretudo nos zimbórios e na cúpula da igreja ou nos rebocos³¹⁴⁸, datando de 1949 obras de consolidação nas duas torres³¹⁴⁹, uma questão que voltaria a ser levantada em 1960³¹⁵⁰. No ano de 1952, como vimos no caso de Santa Mónica, foram construídas no edifício do convento instalações sanitárias, canalizações para a água, balneários e bicos eléctricos, de modo a que este se tornasse mais confortável para os peregrinos das comemorações xaverianas. Depois de novas reparações das coberturas em 1953, as Obras Públicas promoveram dois anos depois uma grande campanha de consolidação da cúpula da igreja, obra que se prolongou até 1956. A este propósito sabemos que no ano de 1955 a cúpula foi revestida de betão e reforçada com cintas de

³¹⁴² AHU, OP01389, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1955].

³¹⁴³ *Ibidem*.

³¹⁴⁴ ANTT, FLB, cx. 4, pt. II, doc. 2, 25 de Março de 1959.

³¹⁴⁵ *O Oriente Português*, nº5, 1933, pp. 227-228.

³¹⁴⁶ *Ibidem*.

³¹⁴⁷ *Ibidem*.

³¹⁴⁸ AHU, OP02831, 8/93, 1/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1935]; AHU, OP01390, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório 1936]; AHU, OP00513, 4/2640-2/3, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1939-1940]; AHU, OP02293, 8/78, 1/2, MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1941]; AHU, OP13648, 8/18, 3/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório 1942]; AHU, OP03550, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1944].

³¹⁴⁹ AHU, OP03552, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1949].

³¹⁵⁰ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

betão armado e redes de metal distendido³¹⁵¹, datando de 1956 outras obras de consolidação e a remodelação da totalidade das janelas³¹⁵². Refira-se ainda que no ano de 1955 as Obras Públicas previram a substituição das balaustradas de laterite por outras de betão, um “trabalho deveras moroso e dispendioso”³¹⁵³ cuja concretização não conseguimos confirmar.



Imagem 255 Pormenor do mau estado de conservação da abóbada e zimbório da igreja da Divina Providência, 1959. ANTT, FLB, cx.4, pt. I, doc.5.

Depois de algumas reparações anuais indiscriminadas na documentação e do alerta de Naguexa Pissurlencar para o facto da igreja carecer “de reparações da fachada e de zimbório externo visto o existente estar estragado como também reparações do alto relevo e reparações na cobertura das residências”³¹⁵⁴, no ano de 1960 procedeu-se



Imagem 256 Desenho do Instituto Pio X de acordo com o projecto, c. 1960. Fonte: *Heraldo*, versão inglesa, 11 de Janeiro de 1960.

ao estudo de detalhes da fachada no âmbito do programa de reintegração de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico e monástico³¹⁵⁵. No âmbito deste programa aplicado a partir de 1960 procedeu-se, como já mencionámos, a uma ampliação e adaptação do edifício do convento a Instituto Pio X. Nesta ocasião o antigo edifício do

³¹⁵¹ IPAD, MU, DGOPC, GE, 2167, 14662, doc. s/n [Relatório OP 1956], 1957; AHU, OP01389, 8/34, 2/2, doc. s/n [Relatório OP 1955].

³¹⁵² IPAD, MU, DGOPC, GE, 2167, 14662, doc. s/n [Relatório OP 1956].

³¹⁵³ AHU, OP01389, 8/34, 2/2, doc. s/n [Relatório OP 1955].

³¹⁵⁴ ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc. 5, 20 de Fevereiro de 1959.

³¹⁵⁵ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

convento foi profundamente alterado pois, entre outras questões estruturais, substituíram-se os soalhos por chão de cimento e modificaram-se as pequenas celas transformando-as em cinquenta quartos espaçosos dotados de instalações sanitárias³¹⁵⁶. Contudo, pelo menos do ponto de vista estético, procurou-se que esta intervenção mantivesse o “estilo existente (Renascimento)”³¹⁵⁷, tendo-se procurado reconstituir e não inventar elementos arquitectónicos que, segundo Lucínio Cruz, “se bem que deterioradas pelo tempo, ainda apresentam a forma e o contorno dos perfilados em condições”³¹⁵⁸. Por outro lado, quando o próprio edifício não fornecia elementos que permitissem uma reconstituição fiel, os responsáveis pela obra recorriam ao tratado de Arquitectura de Banister Fletcher (1866-1953): *A History of Architecture on the Comparative Method* que “dá-nos indicações sobre o estilo de Renascimento Italiano com muita precisão”³¹⁵⁹. Em Setembro de 1960 a parte antiga do edifício do convento que se desenvolve paralelamente à igreja estava, segundo a opinião pública, “changed beyond recognition”³¹⁶⁰.



Imagem 257 A igreja e o convento, c. 1925, que nos anos 60 do século XX daria lugar ao Instituto Pio X. João Loureiro, *Postais antigos do Estado da Índia*, 1998.



Imagem 258 As obras de remodelação do convento de São Caetano e de construção do Instituto Pio X, 1960. *Heraldo*, versão inglesa, 12 de Setembro de 1960.

Convento de São Francisco de Assis e igreja do Espírito Santo, Velha Goa: Sendo um dos grandes monumentos nacionais de Velha Goa, ao longo dos anos 30 e 40, este antigo convento e respectiva igreja foram regularmente reparados de acordo com as suas necessidades e disponibilidades do Estado. Sabemos que no ano de 1933 o

³¹⁵⁶ *Heraldo*, versão inglesa, 12 de Setembro de 1960, p. 4.

³¹⁵⁷ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 549, doc. 14, 6 de Maio de 1960.

³¹⁵⁸ *Ibidem*.

³¹⁵⁹ *Ibidem*.

³¹⁶⁰ *Heraldo*, versão inglesa, 12 de Setembro de 1960, p. 4.

administrador solicitou várias intervenções às Obras Públicas, nomeadamente ao nível da reparação de pinturas e argamassas, do lajeamento dos corredores do museu, da colocação de uma calha de zinco para evitar a salmoura nas paredes, da abertura e reparação das escoantes mas, também, da colocação de quadros caídos ou em vias de tombarem, reparação das telas, criação de sinalética e etiquetas, acondicionamento ou recolocação de peças arqueológicas³¹⁶¹. Desconhecemos se esta solicitação teve resposta. Tal como temos vindo a observar as reparações anuais incidiram sobretudo nas coberturas e rebocos³¹⁶², datando de 1939 a doiração e pintura dos dosséis e imagens de dois altares laterais³¹⁶³. No ano de 1947 o estado de conservação do edifício deveria ser particularmente incómodo pois naquela altura o governador-geral solicitou à Repartição de Obras Públicas, Portos e Viação da Direcção-Geral do Fomento Colonial a autorização para recorrer às verbas do Padroado do Oriente de modo a realizar “reparações urgentes”³¹⁶⁴ no convento. A primeira grande campanha concretizada durante o *Estado Novo* parece datar do ano das comemorações xaverianas de 1952, momento em que a brigada liderada por Baltazar Castro interveio em alguma das caves abobadadas³¹⁶⁵ e arranjou o adro³¹⁶⁶ onde se encontravam montadas as colunas do antigo convento de São Domingos que nessa ocasião foram removidas ou fragmentadas e utilizadas para “betonizar os pavimentos dos Conventos”³¹⁶⁷. Data também deste ano uma intervenção de consolidação do cruzeiro e a picagem dos seus rebocos³¹⁶⁸. Paralelamente, como temos vindo a ver a propósito das campanhas promovidas no ano de 1952, os Serviços de Obras Públicas instalaram canalizações, sanitários e bicos de electricidade, tendo substituído, também, soalhos em más condições por outros em cimento, reconstruído e caiado algumas paredes do edifício do antigo convento e assegurado a renovação dos rebocos e de pequenas reparações na igreja³¹⁶⁹. No ano de

³¹⁶¹ *O Oriente Português*, nº5, 1933, pp. 226-227.

³¹⁶² AHU, OP02831, 8/93, 1/2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1935]; AHU, OP01390, nº8/34, 2/2, doc. s/n [Relatório OP 1936]; AHU, OP00513, nº4/2640-2/3, doc. s/n [Relatório OP 1939]; AHU, OP02293, 8/78, 1/2 MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório 1941]; AHU, OP13648, 8/18, 3/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1942]; AHU, OP03550, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1944].

³¹⁶³ AHU, OP00513, nº4/2640, 2/3, doc. s/n [Relatório OP 1939-1940].

³¹⁶⁴ AHU, nº1200, Cód. 1H, MU, DGOPC, Processo nº63151, doc. s/n, 29 de Setembro de 1947.

³¹⁶⁵ Francisco Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 17.

³¹⁶⁶ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹⁶⁷ Francisco Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 17.

³¹⁶⁸ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹⁶⁹ Francisco Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 17.

1956 o edifício do convento voltou a ser seriamente intervencionado porque a ala onde se encontravam instalados os balneários ameaçava ruína³¹⁷⁰. Reconhecendo que “A renovação de toda a cobertura é uma obra que se impõe mas não se pode ir muito longe devido às verbas”³¹⁷¹, as Obras Públicas consolidaram a zona dos balneários mas, também, dos aposentos dos cônegos, tendo substituído o madeiramento da cobertura e executado novos beirais³¹⁷².



Imagem 259 Pormenor do cruzeiro de São Francisco de Assis no ano de 1951 antes dos rebocos terem sido picados. FMS, FMAC, pt. 07105.000.045.



Imagem 260 O mesmo cruzeiro no ano das comemorações do IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier. *Velha Goa: Guia Histórico*, 1952.

Mesmo assim no ano de 1958 voltaram a providenciar-se novas reparações nas coberturas³¹⁷³, prevendo-se novamente em 1960, no âmbito do programa de reintegração de Velha Goa, a necessidade de intervir nas coberturas e pavimento do primeira andar, de aplicar rebocos, de arranjar as zonas de museu e de realizar drenagens em torno do edifício³¹⁷⁴. Afinal, no ano anterior Nagueixa Pissurlencar constatará que “Este convento carece de várias obras, tais como: de consolidação do frontispício e reparação nas coberturas e rebocos das paredes”³¹⁷⁵.

Convento de São João de Deus, Velha Goa: No ano de 1942 Ricardo Micael Teles alertou para a eminência da ruína completa deste convento à época “transformado num

³¹⁷⁰ IPAD, MU, DGOPC, GE, 2167, 14662, doc. s/n [Relatório OP 1956].

³¹⁷¹ *Ibidem*.

³¹⁷² *Ibidem*.

³¹⁷³ AHU, OP03418, 9/1124, 1/3 MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1958].

³¹⁷⁴ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

³¹⁷⁵ ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc. 3, 20 de Fevereiro de 1959.

verdadeiro mato”³¹⁷⁶. Assim, no âmbito das comemorações de 1952, além da instalação de canalizações e bicos de electricidade, procedeu-se à continuação dos trabalhos de recuperação das coberturas bem como de reparações e pinturas no rés-do-chão e 1º andar do edifício³¹⁷⁷. O início destes trabalhos datará possivelmente do ano de 1951, momento em que, segundo Naguexa Pissurlencar, o convento foi restaurado e adaptado para acomodar um batalhão de militares³¹⁷⁸. No âmbito do último grande impulso patrimonial do Estado Português da Índia, a comissão encarregue da reintegração de Velha Goa no seu antigo e glorioso ambiente previu a manufatura e colocação dos batentes omissos e a drenagem da zona circundante³¹⁷⁹. Na sequência das festividades, portanto no ano de 1953, o “portão de rica cantaria”³¹⁸⁰ da igreja de São João de Deus foi “levantado (...) na sua traça primitiva, utilizando as mesmas pedras, algumas feitas em pedaços”³¹⁸¹.



Imagem 261 Pormenor da fachada da igreja, sem reboco, s/d [fotografia publicada em 1930].
ACTDC/IICT, nº 26252.



Imagem 262 Aspecto de abandono do convento de São João de Deus no início da década de 50. No entanto, ao contrário do que vimos na fotografia anterior, a fachada da igreja encontrava-se rebocada. AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE

Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Velha Goa: As menções a este templo nos relatórios anuais dos Serviços de Obras Públicas são praticamente inexistentes. Ainda assim, parece-nos que a igreja foi mantida ao longo dos anos, pois quando foi visitada em 1951 pela brigada liderada por Mário Chicó, salvo a carência de rebocos exteriores e alguns destacamentos, encontrava-se longe de estar em ruínas. No ano de 1959

³¹⁷⁶ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº55, 1942, p. 119.

³¹⁷⁷ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹⁷⁸ ANTT, FLB, cx. 4, pt. III, doc. 7, 23 de Março de 1959.

³¹⁷⁹ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

³¹⁸⁰ *Heraldo, diário da manhã*, 16 de Julho de 1953, p. 5.

³¹⁸¹ *Ibidem*.

Naguexa Pissurlencar alertou para o facto de este templo carecer de grandes reparações tanto na cobertura como no coro e no pavimento que à data era de terra batida³¹⁸². Deste modo o priorado do Rosário foi incluído no conjunto de monumentos a intervir no âmbito do programa patrimonial incentivado pelo governador-geral Vassalo e Silva, prevendo-se a aplicação de rebocos interiores e exteriores, intervenções nas coberturas, pavimentos, drenagem da área circundante e arranjo do miradouro³¹⁸³.

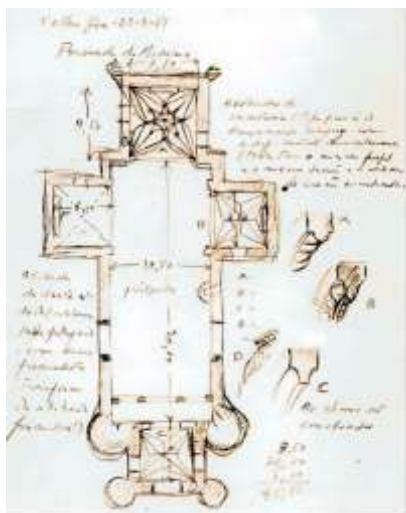


Imagem 263 Levantamento da igreja elaborado pela brigada liderada por Mário Chicó, 1951. FMS, FAMC, pt. 05493.015.004



Imagem 264 Fachada posterior da igreja de Nossa Senhora do Rosário, 1951. FMS, FMAC, pt. 05519.000.107.

Sé Catedral, Goa: Na década de 40 a cobertura era o grande problema com que a secção de Edifícios das Obras Públicas se deparava neste templo. As infiltrações estavam na origem da maioria dos problemas, sabendo que no ano de 1939 “A parede da capela-mor tem duas rachas desde a base até à abóbada (...) Presentemente as rachas da parede acham-se aumentadas e são cobertas com folhas de Flandres para evitar a invasão da bicharia.”³¹⁸⁴ Perante a incapacidade dos cofres da Sé mitigarem estas fragilidades do edifício que era “o maior Monumento Nacional, tanto pela história como pela arte”³¹⁸⁵, houve quem defendesse que “a exemplo de nossa Mãe Pátria que está restaurando todos os edifícios de prístina glória, se procedesse também aqui pelo menos com respeito ao edifício da Sé a que estão ligadas as acções importantes de

³¹⁸² ANTT, FLB, cx. 4, pt. III, doc.4, 23 de Março de 1959.

³¹⁸³ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

³¹⁸⁴ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº55, 1942, p. 118.

³¹⁸⁵ *Ibidem*.

barões assinalados.”³¹⁸⁶ Contudo no ano de 1941 o jornalista Condorcé Pereira voltou a alertar para a necessidade urgente de pelo menos se substituírem as traves partidas, senão substituir totalmente o madeiramento das coberturas aproveitando-se, por exemplo, traves que pertenciam à Fábrica da Sé³¹⁸⁷. Finalmente nesse ano, através da dotação da comissão de arqueologia, as Obras Públicas revestiram a abóbada da capela-mor com argamassa de cimento à pressão³¹⁸⁸, datando de 1942 nova intervenção³¹⁸⁹.



Imagem 265 Pormenor do retábulo em talha do altar-mor da catedral, com a imagem de Santa Catarina ao centro do primeiro andar.

Em 1952 a sé – que nesse ano recebeu o corpo do *Apóstolo das Índias* – foi profundamente asseada, reparada e caiada³¹⁹⁰ pela secção de Edifícios. Contudo, as grandes alterações foram introduzidas pela brigada liderada por Baltazar Castro no retábulo do altar-mor. Data desta ocasião a remoção da imagem do monarca, possivelmente Adhil Khan, que numa alusão à conquista de Goa pelos portugueses se encontrava sob os pés de Santa Catarina, e a recolocação desta sob uma nuvem. Na mesma ocasião aquela brigada deslocou as imagens de São Pedro e São Paulo – que, pela sua dimensão e colocação, tapavam as representações localizadas por trás – para nichos abertos nas paredes laterais³¹⁹¹. Na década de 50 tiveram lugar algumas

³¹⁸⁶ *Ibidem*.

³¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 119.

³¹⁸⁸ AHU, OP02293, 8/78, 1/2 MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1941-1942].

³¹⁸⁹ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº55, 1942, p. 120.

³¹⁹⁰ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹⁹¹ *Velha Goa: Guia Histórico*, Goa, Repartição de Estatística e Informação, 1952, p. 22; Francisco Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 18, p. 33-34; ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc. 6, 20 de Fevereiro de 1959.

reparações sobretudo nas coberturas da igreja³¹⁹² e do paço patriarcal³¹⁹³ cujo balcão foi urgentemente reparado em 1950³¹⁹⁴. No entanto, em 1959 Naguexa Pissurlencar constatou que a “Sé carece de várias reparações especialmente a consolidação do frontispício e a reconstrução da torre lateral desabada em 1766”³¹⁹⁵. No entanto esta reedificação não foi incluída nos planos de obras a realizar a partir de 1960. Estes limitar-se-iam a reparações no paço patriarcal, à consolidação da fachada e da torre existente e a rebocos em todo o conjunto, cuja planta estava a ser traçada em Abril daquele ano³¹⁹⁶. Parecem datar também do século XX, embora não tenha sido possível averiguar as datas exactas, a substituição da escada de pedra dos dois últimos pisos da torre lateral por uma de aço e a aplicação de um revestimento de cal sob as decorações pictóricas do interior da igreja³¹⁹⁷.



Imagem 266 A sé vista do lado norte, 1951. FMS, FMAC, pt. 07127.000.052



Imagem 267 Estudo de reconstrução da torre direita da catedral por Mário Chicó sobre uma fotografia de Souza & Paul. FMS, FMAC, pt. 05519.000.104.

Capela de São Jerónimo do Seminário do Chorão, ilha do Chorão: O pequeno templo de planta circular foi restaurado pela dotação da CPA no ano de 1933, momento em que as obras se terão circunscrito à sua varanda³¹⁹⁸. No ano de 1959 o arquitecto Naguexa

³¹⁹² AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹⁹³ AHU, OP03553, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1950]; AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³¹⁹⁴ AHU, OP03553, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1950].

³¹⁹⁵ ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc. 6, 20 de Fevereiro de 1959.

³¹⁹⁶ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

³¹⁹⁷ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 145.

³¹⁹⁸ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº59, 1944, p. 144.

Pissurlencar afirmou que esta capela carecia de reparações na sua cobertura e na abóbada de alvenaria revestida com uma capa de betonilha³¹⁹⁹.



Imagem 268 Desenho de António Lopes Mendes do seminário do Chorão, 1886. No alto encontra-se a capela intervencionada nos anos 30 do século XX. António Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*, 1997, vol. 1.

Fortaleza da Aguada, península da Aguada: A imponente fortificação erguida na barra do Mandovi beneficiou regularmente, ao longo dos anos 30, 40 e 50, de uma série de beneficiações que visaram sobretudo a sua conservação e adaptação a prisão. Entre pequenas e grandes reparações merecem destaque as obras realizadas na capela existente na fortaleza pelo menos nos anos de 1933 e 1944³²⁰⁰, altura em que os Serviços de Obras Públicas procederam à substituição das coberturas e a outras reparações possivelmente ao nível dos rebocos. Os anos 40 parecem ter sido particularmente ricos em obras de conservação e adaptação da fortaleza utilizada à data como prisão. Data deste período, por exemplo, a renovação do vigamento do soalho de uma sala da residência do comandante (1941)³²⁰¹, a renovação da cobertura da latrina dos presos civis, a reparação da muralha (1942)³²⁰² ou o arranjo das fachadas de alguns dos edifícios, casos do farol, farolim, posto semaforico e do heliografo (1944)³²⁰³. Segundo parece, a última grande campanha de beneficiação desta fortaleza-prisão data do ano de 1958, momento em que as Obras Públicas construíram instalações sanitárias e balneários, colocaram coberturas novas nos quartos, arranjaram uma nova cozinha,

³¹⁹⁹ ANTT, FLB, cx. 4, pt. III, doc. 3, 23 de Março de 1959.

³²⁰⁰ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº6, I Série, "Aviso", 20 de Janeiro de 1933, p. 103; AHU, OP03550, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1944].

³²⁰¹ AHU, OP02293, 8/78, 1/2 MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1941].

³²⁰² AHU, OP13648, 8/18, 3/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1942].

³²⁰³ AHU, OP03550, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1944].

caíram e repararam os edifícios e fabricaram grades e batentes para as portas e janelas³²⁰⁴.

Fortaleza dos Reis Magos, Reis Magos: Tal como no caso anterior, esta fortificação em Bardez beneficiou, ainda que com menor regularidade, de obras de conservação mas sobretudo de adaptação a prisão. No ano de 1939 ter-se-á apeado a cobertura de um dos edifícios existentes no interior da fortificação³²⁰⁵ cujo material inutilizado – telhas, ripas, vigas – parece



Imagem 269 Pormenor dos panos muralhados da fortaleza dos Reis Magos, 1951. FMS, FMAC, pt. 07127. 000.168.

ter sido vendido em hasta pública no ano seguinte³²⁰⁶. Em 1940 as Obras Públicas renovaram a cobertura das habitações do pessoal e colocaram batentes para portas e janelas na fortificação³²⁰⁷. Nos anos de 1941 e 1942 as obras reflectiram a necessidade de adaptar a fortaleza a prisão, caracterizando-se por uma renovação dos rebocos, reparações das paredes e instalação de canalização e electricidade³²⁰⁸. Dado que na década de 50 esta fortificação recebeu presos políticos é plausível que as obras de beneficiação tenham continuado até à queda da Índia Portuguesa.

6.5 O caso da igreja e casa professa do Bom Jesus

O conjunto formado pela igreja e casa professa do Bom Jesus é um dos mais extraordinários testemunhos da época áurea de Velha Goa, da arquitectura e do poderio da Companhia de Jesus nos territórios ultramarinos. Actualmente a igreja continua a ser um destino dilecto de fiéis de todo o mundo que, tal como acontecia séculos antes, se deslocam até à antiga capital da Índia Portuguesa para prestar homenagem a São Francisco Xavier cujo aparatoso sarcófago em prata, como já foi referido, ocupa a capela do braço sul do transepto.

³²⁰⁴ AHU, OP03418, 9/1124, 1/3 MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1958].

³²⁰⁵ AHU, OP00513, nº4/2640-2/3, doc. s/n [Relatório OP 1939-1940].

³²⁰⁶ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº34, III Série, "Aviso", 22 de Agosto de 1940, p. 567.

³²⁰⁷ AHU, OP07303, 10/1047-1-2, MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1940].

³²⁰⁸ AHU, OP02293, 8/78, 1/2 MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1941]; AHU, OP13648, 8/18, 3/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1942].

Estamos perante uma igreja de nave única dotada de um transepto falso e capela-mor rectangular, cuja fachada em laterite e granito apresenta três tramos bem demarcados por pilastras. A secção central desta fachada é mais larga e mais alta que as laterais, apresentando não três pisos delimitados por entablamentos como acontece nas restantes mas quatro níveis: o piso térreo onde surge o portal principal com arco duplo de volta perfeita assente em pilastras toscanas e ladeado por colunas coríntias caneladas – duas de cada lado – que, por sua vez, foram dispostas sobre plintos; o segundo piso onde



Imagem 270 Fachada da igreja do Bom Jesus.

foi aberto um janelão rectangular emoldurado; o terceiro com um óculo adornado por notáveis enrolamentos; e, finalmente, o quarto nível, um frontão quadrangular coroado por um elemento triangular, ornamentado com um grande símbolo da Companhia de Jesus – um grupo de serafins e outras figuras e elementos ladeando a sigla IHS (*Iesus Hominum Salvator*) – e ladeado por aletas em jeito de vieiras que estabelecem a ligação aos outros dois tramos. A organização destes dois tramos laterais, com excepção para o nível do frontão, é semelhante à do corpo central da fachada, sucedendo-se, em altura e separados por entablamentos, uma porta, janela e óculo. Na fachada lateral norte, além do corpo saliente correspondente à capela do transepto, encontramos três robustos contrafortes que ajudam a sustentar o edifício cujas características nesta zona denunciam uma continuação do que acontece no frontispício, embora simplificada em termos decorativos: um jogo de pilastras, entablamentos, janelas rectangulares e óculos distribuídos por três pisos. Ainda no exterior, perto do corpo da capela do transepto e da capela-mor, deparamo-nos com uma maciça torre sineira. A fachada oposta, portanto sul, tem encostado o corpo da casa professa, um edifício actualmente dotado de duas alas, cada uma com três pisos. No flanco sul da igreja encontramos a sacristia magnificamente abobadada cujas dimensões são de tal modo expressivas que Pedro

Dias já a classificou como “uma verdadeira igreja”³²⁰⁹, e o pátio de planta rectangular, dois andares, arcaria de volta perfeita e pilastras toscanas.



Imagem 271 Fachada posterior da igreja, sendo bem visíveis a torre, os corpos da capela-mor e a capela do transepto.



Imagem 272 Pormenor dos arcobotantes da parede lateral norte.

No interior da igreja deparamo-nos com uma nave única coberta por tecto de masseira que contrasta com a solução dos braços do transepto e da capela-mor dotados de abóbadas de berço com caixotões. Tal como acontece no exterior, nas paredes do corpo da igreja observamos uma sequência de tramos separados por pilastras e entablamentos, e três níveis: uma janela rectangular encimada por um frontão triangular, novo janelão rectangular e, finalmente, um óculo. Na passagem do segundo para o terceiro nível encontra-se uma varanda que dá sequência ao coro-alto aberto sob a entrada do templo. Ao fundo da nave encontramos a capela-mor cujo altar assoma como uma expressiva composição barroca em talha dourada na qual se destacam as colunas salomónicas, a figura de Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, as representações de um grande



Imagem 273 Interior da igreja de nave única.

³²⁰⁹ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 89.

sol com a sigla IHS encimado por figuras angelicais, a Santíssima Trindade e outras duas imagens masculinas, possivelmente São Francisco Xavier e São João Evangelista³²¹⁰.

Enquanto no braço norte do transepto observamos a capela do Santíssimo Sacramento, nova composição barroca em talha dourada, no braço sul podemos admirar a capela que abriga o extraordinário monumento fúnebre de São Francisco Xavier. Integrado numa imponente estrutura retabular em talha dourada, o monumento resulta da articulação de uma série de componentes, tratando-se essencialmente de um elegante plinto marmóreo no qual assentam figuras angelicais rodeando uma gradaria. No centro desta surge o sarcófago, uma admirável caixa em prata ricamente trabalhada no



Imagem 274 Capela de São Francisco Xavier com o monumento funerário do *Apóstolo das Índias*.

interior da qual, graças ao rasgamento de uma sucessão de pequenas aberturas envidraçadas, os fiéis podem admirar o corpo do *Apóstolo das Índias*.

A presença jesuítica em Goa era garantida desde os anos 40 do século XVI, como dissemos anteriormente, pelo colégio de São Paulo que, além de ficar um pouco distante do centro nevrálgico da cidade não contava com uma pretendida casa professa³²¹¹. Esta questão acabaria por arrastar-se ao longo de alguns anos mas a partir de 1584 os jesuítas passaram a contar com a sua casa professa no piso térreo do edifício da Carreira dos Cavalos localizado junto ao colégio de São Paulo e à capela de São Francisco Xavier. Na senda de conseguirem um espaço mais amplo, os jesuítas liderados pelo provincial Alessandro Valignano (1539-1606) acabaram por adquirir no ano de 1585 um terreno no local onde actualmente ainda encontramos a casa professa, o Terreiro dos Galos. Contudo, este não foi um processo pacífico pois esta transferência dos jesuítas dos arredores de Velha Goa para o seu centro adivinhava-se prejudicial para as restantes comunidades religiosas que neste momento temeram a perda de esmolas por

³²¹⁰ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 240.

³²¹¹ *Ibidem*, p. 215.

parte da população³²¹². Com o apoio do vice-rei D. Duarte de Meneses (1537-1588), do arcebispo D. Vicente da Fonseca (1530-1587) e *a posteriori* também do Senado, no início do ano de 1586 os jesuítas deram início à construção do novo edifício de três pisos e quatro alas cujo desenho parece ter sido de Valignano que inclusivamente se recusou a aceitar as alterações introduzidas pelo arquitecto da Companhia de Jesus, Giovanni de Rosis (1538-1610), depois do envio do projecto para Roma³²¹³. Na opinião de António Nunes Pereira³²¹⁴ esta recusa de Valignano alterar o seu projecto não se explicará pelos alegados ventos insalubres que não teriam sido tidos em conta em Roma, mas pelo facto de aquele não ter obedecido à directiva que determinava o envio dos projectos jesuítas para aprovação prévia por parte do geral da Companhia de Jesus. Afinal dera-se início à construção da nova casa professa sem a aprovação vinda de Roma e quando esta chegou os trabalhos já estariam demasiado adiantados para quaisquer soluções poderem ser alteradas.

A construção da igreja do Bom Jesus teria início, graças aos legados deixados por D. Jerónimo de Mascarenhas, capitão de Ormuz e Cochim, no ano de 1594, datando de 1605 a sua sagração. A evolução desta obra foi bastante curiosa dado que, como alguns autores já notaram³²¹⁵, a configuração da fachada do templo só foi pensada em meados de 1597, portanto numa altura em que já existiam as paredes laterais. Relativamente à autoria desta fachada, obra manifestamente mais complexa que as restantes partes do edifício, existe alguma discórdia, podendo ter sido ou não traçada por Domingos Fernandes³²¹⁶. Note-se ainda que a originalidade, riqueza e nível patenteado nesta fachada, bem como a ligação directa ou indirecta da sua abundância decorativa, concretamente das cartelas de volutas, à produção de João e de Jerónimo de Ruão, levaram António Nunes Pereira a colocar a hipótese do seu autor ter sido o engenheiro-mor Júlio Simão, presumível filho de Simão de Ruão³²¹⁷.

Ao longo dos anos o grande complexo jesuítico do Bom Jesus recebeu uma série de beneficiações, datando, por exemplo, de 1652 a destruição da sacristia inicial e a

³²¹² *Ibidem*, p. 216.

³²¹³ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 86.

³²¹⁴ António Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 219-220.

³²¹⁵ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 86; António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 222.

³²¹⁶ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 86; António Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 222, 229.

³²¹⁷ António Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 308-310.

construção às expensas de um fiel da actual³²¹⁸; a realização de obras na sequência dos incêndios de 1663 e 1781³²¹⁹; a edificação em 1862 dos três contrafortes da parede lateral norte da igreja, bem como a renovação do tecto cujo forro seria substituído em 1890 por outro de pinho americano com maior altura e curvatura³²²⁰. Porém, o período de grande mudança ocorreu na década de 20 de Seiscentos, coincidindo com a canonização de São Francisco Xavier a 12 de Março de 1622 e com a trasladação do seu corpo, dois anos depois, da igreja de São Paulo para o Bom Jesus, um espaço mais digno e habilitado a receber as peregrinações esperadas. Inicialmente o corpo do *Apóstolo das Índias* foi colocado na capela do Santíssimo Sacramento e só no ano de 1655 passou para a capela do braço sul do transepto³²²¹. Nesta capela foi colocado o referido monumento fúnebre em mármore, uma oferta do grão-duque da Toscânia, Cosimo III de Médici (1642-1723), bem como o sarcófago em prata, uma obra concebida no ano de 1637 em Goa³²²². As exposições do corpo de São Francisco Xavier no Bom Jesus terão ocorrido, inicialmente, uma vez por ano no dia da sua festa, 3 de Dezembro, uma iniciativa que, aparentemente, não teve lugar durante alguns anos a partir de 1685 e que chegou a ser proibida por carta régia de 1755³²²³. A abertura do caixão do santo e a possibilidade de venerá-lo beijando-lhe os pés, acabou por ser retomada, tendo ocorrido, com maior ou menor esplendor, nos anos de 1782, 1859, 1878, 1890, 1900, 1910, 1922, 1931, 1942 e pela última vez antes da queda da Índia Portuguesa em 1952. De resto, como demonstraremos adiante, estas exposições foram acompanhadas por obras de beneficiação ou adaptação, de maior ou menor importância, tanto na igreja como na casa professa.

Na sequência da expulsão da Companhia de Jesus dos territórios portugueses no ano de 1759, a casa professa, sem ocupantes, ficou sob a administração do vice-rei e do arcebispo, tendo-se assistido no ano de 1774 à transferência da igreja e residência arquiépiscopal para o Bom Jesus, a partir de então Sé, situação que voltaria a ser

³²¹⁸ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 89.

³²¹⁹ *Ibidem*.

³²²⁰ Viriato António Caetano Brás de Albuquerque, *Casa Professa e Igreja do Bom Jesus onde se venera o corpo do glorioso Apóstolo das Índias S. Francisco Xavier – Memória Histórico-Descriptiva*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1890, p. 13.

³²²¹ M.J. Gabriel de Saldanha, *História de Goa: política e arqueológica*, New Delhi, Asian Educational Services, 1990, vol. 1, p. 71.

³²²² António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 223.

³²²³ M.J. Gabriel de Saldanha, *op. cit.*, pp. 71-72.

invertida em 1780³²²⁴. A igreja do Bom Jesus perdia, nesse ano, o estatuto de Sé mas ficava sob a administração do cabido.

No ano de 1870 a anteriormente mencionada Comissão de Descrição e Tombamento dos Edifícios Pertencentes ao Estado deparou-se com um cenário confrangedor: a igreja “ameaça ruína”³²²⁵, apresentando fendas no frontispício da capela-mor de tal modo extensas e profundas que o desabamento desta parte do edifício poderia ser causado apenas pelos tiros de canhão que ribombavam durante as comemorações xaverianas. Por outro lado, com excepção para o apartamento verificado entre duas paredes no cunhal da fachada, a casa professa estaria à data consideravelmente bem conservada. Tendo em consideração o significado do Bom Jesus, essa recordação das “Heróicas e venerandas narrativas dos tempos em que havia fé”³²²⁶, os membros desta comissão advogaram a reconstrução da parte danificada da capela-mor, das impostas para cima, bem como do referido cunhal do frontispício da casa professa, dotando-se o mesmo de um botaréu que se estendesse do segundo ao terceiro andar. Na mesma ocasião, numa tentativa de devolver a dignidade a este conjunto onde se encontrava o corpo do *Apóstolo das Índias*, a comissão propôs o lajeamento do templo com pedras de construções arruinadas e a douração dos retábulos laterais.

Depois da exposição do corpo de São Francisco Xavier do ano de 1878, para a qual não encontrámos notícias de obras consideráveis na igreja do Bom Jesus³²²⁷, teve lugar na Velha Goa no ano de 1890 nova exibição. Nesta ocasião, com o intuito de se realizar uma comemoração “com o maior aparato e esplendor”³²²⁸, foi nomeada uma comissão responsável pela sua organização cuja primeira missão implicou a inspecção, juntamente com o director das Obras Públicas e com o patriarca das Índias Orientais, da igreja e casa professa do Bom Jesus mas, também, do mosteiro de Santa Mónica onde os prelados e padres estrangeiros ficariam acomodados. Perante a solenidade da ocasião e a importância do Bom Jesus enquanto grande palco das comemorações, promoveu-se a

³²²⁴ António Nunes Pereira, *op. cit.*, p. 225.

³²²⁵ *Boletim do Governo do Estado da Índia*, nº84, I Série, “Relatório”, 28 de Outubro de 1870, p. 778.

³²²⁶ *Ibidem*, p. 779.

³²²⁷ Existe uma publicação de Viriato António Caetano Brás de Albuquerque que não tivemos oportunidade de consultar: *Exposição do Venerando Corpo do Apóstolo das Índias S. Francisco Xavier em 1878 – Notícia Histórica*, 1879.

³²²⁸ Viriato António Caetano Brás de Albuquerque, *Exposição do Venerando Corpo do Apóstolo das Índias S. Francisco Xavier em 1890 – Memória Histórico-Descriptiva*, Nova Goa, Imprensa Nacional, pp. 3-4.

construção e colocação de uma gradaria de sissó rodeando o estrado no qual foi exposto o corpo do Santo; reparações e douração de dois altares laterais, remendos e caiação nas casas contíguas à capela de São Francisco Xavier, dos corredores e entrada da casa conventual; limpeza e envernizamento da balaustrada do coro e galerias; pintura a óleo das portas da igreja, da sacristia mas, também, da abóbada da capela-mor fingindo mármore; reparações diversas no templo, casa e hortas; colocação de vidraças, gradaria de ferro das janelas, portas almofadadas, forro e pintura da igreja; arranjos do tecto; e execução de duas grandes vitrinas para as oblatas na capela do *Apóstolo das Índias*³²²⁹. O lajedo do adro em frente da igreja também foi reparado entre o mês de Julho de 1889 e 31 de Dezembro de 1890³²³⁰. Sendo esta uma comemoração que envolvia toda a cidade, nesta ocasião foram ainda realizadas diversas reparações, arranjos ou melhoramentos ao nível da estrada que liga a capital a Velha Goa e dos arruamentos ali localizados, do largo de São Francisco Xavier e do referido mosteiro de Santa Mónica, promovendo-se, também, a canalização de águas, a iluminação de pontos relevantes, a organização das forças de segurança ou a compra da lancha a vapor *Camões* que fazia viagens entre a antiga e a actual capital da Índia Portuguesa³²³¹. No mês de Dezembro de 1890, além de todas as romarias, missas e entretenimentos, é interessante assinalar que os afamados fotógrafos Souza & Paul tiraram muitas “vistas dos templos e outros monumentos que atestam até hoje a antiga glória lusitana no Oriente”³²³². Afinal, como dissemos, as igrejas e conventos de Velha Goa, com particular destaque para o conjunto do Bom Jesus, foram naquela e em outras ocasiões os palcos da mais importante celebração anual da Índia Portuguesa.

A documentação consultada contém poucas informações acerca de intervenções eventualmente realizadas neste conjunto nos anos seguintes a esta exposição do corpo do *Apóstolo das Índias*. Pelo contrário, observamos a confirmação de uma tendência verificada pelo menos desde que, como vimos, José Frederico d’Assa Castel Branco liderou a Direcção dos Serviços de Obras Públicas da Índia Portuguesa. Referimo-nos à crítica mais ou menos feroz ao valor das quantias exigidas anualmente pelos grandes

³²²⁹ *Ibidem*, p. 4, p. 13, p. 14.

³²³⁰ Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, *Relatório do Governador Geral Carvalho Menezes 1890*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Marinha e Ultramar, 1891, p. 35.

³²³¹ Viriato António Caetano Brás de Albuquerque, *op. cit.*, p. 6.

³²³² *Ibidem*, p. 42.

conventos da antiga capital para a sua conservação. O maior problema residia, como foi referido, na forma como as fortes chuvas agiam sobre a alvenaria em laterite revestida de argamassa de cal e areia e pintada a leite de cal³²³³, sendo por isso bastante sensível ao clima de monção:

*quase todas as igrejas com as antigas casas
professas da Velha Goa, actualmente já velhas,
estão sempre reclamando grandes reparações
e reformas radicais (...) Este enorme dispêndio
em reparações é devido à acção destruidora do
clima e a imperfeição das construções*³²³⁴.

Neste contexto no ano económico de 1895-1896 a Direcção dos Serviços de Obras Públicas alertou para o facto dos tectos das casas conventuais estarem verdadeiramente necessitados de uma grande reforma, esclarecendo que entre estas o caso mais preocupante era o da igreja e casa professa do Bom Jesus³²³⁵. Apesar de desconhecermos se esta situação foi ou não corrigida, sabemos que no ano de 1899-1900 tiveram lugar trabalhos consideráveis, tais como a consolidação com cimento do frontispício da igreja, a construção de hangares para peregrinos e, pelo menos, a elaboração do projecto e orçamento para a edificação de uma varanda envidraçada e de um corredor lajeado na casa professa³²³⁶. Estas obras foram motivadas, uma vez mais, por uma exposição do corpo de São Francisco Xavier, ocasião em que o Segundo Congresso Eucarístico da arquidiocese foi realizado na sacristia deste templo³²³⁷.

Nos anos imediatamente seguintes, nomeadamente em 1901-1902, possivelmente devido às verbas despendidas no ano de 1900 e à falta de uma motivação para a concretização de nova intervenção, as reformas do pavimento da capela-mor, cruzeiro, altar do Santíssimo e altares laterais com lajes de mármore de Carrara, foram adiadas³²³⁸. Este terá sido um período marcado pela fragilidade e carências destes edifícios e pela recorrente falta de verbas, sabendo que no âmbito de um estudo de

³²³³ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº39, I Série, “Relatório das Obras Públicas”, 18 de Abril de 1893, p. 325.

³²³⁴ *Ibidem*.

³²³⁵ AHU, nº2582, cód.1B, SEMU, DGFTO, doc. s/n [Relatório OP 1895-1896].

³²³⁶ AHU, nº2582, cód.1B, SEMU, DGFTO, doc. s/n [Relatório OP 1899-1900].

³²³⁷ Sidh Losa Mendiratta, Joaquim Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 401.

³²³⁸ AHU, nº2582, cód.1B, SEMU, DGFTO, doc. s/n [Relatório OP 1901-1902].

possíveis melhoramentos a introduzir na cidade de Velha Goa, a Direcção dos Serviços de Obras Públicas constatou que:

*a capela da igreja onde fica o túmulo, a respectiva sacristia e os claustros da casa professa onde está o museu estão carecendo para sua conservação e asseio, de grandes obras de reparações na importância prevista de 18.000 rúpias.*³²³⁹

Assim, podemos concluir que as obras realizadas nos anos das exposições do corpo do *Apóstolo das Índias*, apesar de implicarem um maior investimento, abrangência e complexidade, eram insuficientes face às muitas necessidades deste conjunto arquitectónico construído a partir do final do século XVI.

No ano de 1906, Alberto Osório de Castro, vogal da CPA, propôs uma nova solução para o Museu de Arte Sacra que desde o ano de 1900 se encontrava instalado na casa professa, contando apenas com os tesouros do Bom Jesus³²⁴⁰. No fundo tratar-se-ia de uma reestruturação do Museu Real da Índia Portuguesa, inicialmente limitado ao convento de São Caetano, que implicaria também a organização da anteriormente mencionada galeria lapidar do claustro do convento de São Francisco. De resto, nesta ocasião fixou-se uma questão que viria a ser reforçada no ano de 1932³²⁴¹ aquando da reformulação da CPA: o administrador de cada um dos conventos – Bom Jesus, São Francisco de Assis e São Caetano – assumiria cumulativamente a função de conservador do museu instalado no espaço por si dirigido³²⁴².

A propósito das intervenções promovidas durante o Liberalismo refira-se que, mesmo em anos de não exposição do corpo de São Francisco Xavier, a capela do *Apóstolo das Índias* beneficiou de algumas reparações, datando de 1907 a reforma dos tectos da escada e telheiro junto a esse espaço³²⁴³. O túmulo e corpo do santo eram, afinal, o maior tesouro do Bom Jesus e, como tal, mesmo na ausência de verbas que permitissem

³²³⁹ *Ibidem.*

³²⁴⁰ *O Oriente Português* nº12, 1906, p. 489.

³²⁴¹ *Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa* nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, p. 206.

³²⁴² *O Oriente Português* nº12, 1906, p. 489.

³²⁴³ AHU, nº2582, cód.1B, SEMU, DGFTO, doc. s/n [Relatório OP 1907].

a concretização de uma grande campanha de obras, havia que salvaguardar pelo menos a integridade da capela de São Francisco Xavier.

Durante a I República as obras de conservação da igreja e casa professa do Bom Jesus foram consideravelmente regulares, uma realidade possibilitada, em grande parte, pelo fundo das oblatas cujas verbas permitiam a execução anual pela secção de Edifícios das Obras Públicas de pequenas reparações, asseio, caiaduras e retalhaduras dos edifícios³²⁴⁴, bem como obras de conservação da sala superior do Museu Sacro (1916-1917)³²⁴⁵. Da análise realizada aos documentos referentes a intervenções neste conjunto, destacou-se imediatamente o facto do número, dimensão e importância destas obras terem aumentado exponencialmente no ano de 1922. Este



Imagem 275 Vitrine do Museu Sacro do Bom Jesus, 1952. *Velha Goa: Guia Histórico*, 1952.

incremento explica-se pela realização de nova exposição do corpo de São Francisco Xavier naquele ano. Deste modo, no período em causa, além de pequenos consertos e pinturas, tiveram lugar pelo menos cinco grandes obras: a substituição do pavimento do claustro superior da igreja; a substituição das partes danificadas das tesouras mestras e cachorros do tecto da igreja; a construção de uma tribuna na capela-mor cujo tecto seria profundamente reparado e modificado em 1923-1924 e 1924-1925³²⁴⁶; a construção de uma grade de madeira no prolongamento da existente no corpo do convento; e a construção, no adro da igreja, de uma vedação, especificamente “destinada a regularizar o ingresso das romarias e peregrinação para o corpo de S. Francisco”³²⁴⁷.

Ao longo da Ditadura Militar o fundo da Comissão de Oblatas que estava encarregue da igreja e casa professa do Bom Jesus, continuou a permitir a realização de obras pela

³²⁴⁴ Estas obras anuais tiveram lugar, pelo menos, nos anos de 1916-1917, 1917-1918, 1918-1919, 1919-1920, 1923-1924. Cf. AHU, nº258, cód. 2G, MU, docs. s/n [Relatório OP 1916-1917, Relatório OP 1917-1918, Relatório OP 1918-1919]; AHU, nº762, Cód. 2G, MU, DGCO, doc. s/n [Relatório OP 1919-1920]; AHU, nº2175 a 2179, Cód. 1L, MU, DGU-DGSC, doc. s/n [Relatórios OP 1923-1924, 1924-1925].

³²⁴⁵ AHU, nº258, cód.2G, MU, doc. s/n [Relatório OP 1916-1917].

³²⁴⁶ AHU, nº2175 a 2179, cód.1L, MU, DGU-DGSC, doc. s/n [Relatórios OP 1923-1924, 1924-1925].

³²⁴⁷ AHU, nº762, cód. 2G, MU, DGCO, doc. s/n [Relatório OP 1922-1923].

secção de Edifícios das Obras Públicas. Neste período foram realizadas, além de acções de asseio e pequenos consertos, “obras urgentes e inadiáveis”³²⁴⁸ na sacristia e na torre da igreja cujos problemas de instabilidade, como veremos, arrastaram-se até ao final do Estado Português da Índia. Data também desta ocasião o arranjo urgente do barrotado do forro do tecto do templo³²⁴⁹. Segundo nos parece, data desta altura, possivelmente de finais de 1931 ou já de 1932, a colocação de azulejos encontrados pela CPA em escavações realizadas na sequência do desmoronamento de parte da torre e frontispício da igreja agostiniana de Nossa Senhora da Graça, no frontal de altar da sacristia da igreja do Bom Jesus³²⁵⁰. Pouco tempo depois, no período de reorganização e revigoração da CPA, o conjunto da igreja e casa professa do Bom Jesus foi classificado como monumento nacional pelo “seu valor artístico, histórico e arqueológico”³²⁵¹.

O primeiro ano de Ditadura Civil adivinhava-se benéfico para a igreja e antigo convento do Bom Jesus pois, como vimos anteriormente, no ano de 1932 a CPA logrou elaborar pela primeira vez um orçamento privativo³²⁵². Nesta tentativa de proteger as suas verbas da utilização indiscriminada das mesmas pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas, além do subsídio para o Museu da Índia Portuguesa e para despesas com o serviço de Arqueologia, conservação, reparação e limpeza dos monumentos nacionais, a CPA garantiu no orçamento do Estado Português da Índia 285.00.00 rúpias para o museu do convento do Bom Jesus³²⁵³. Todavia, a vida deste museu foi inesperadamente interrompida logo no ano de 1934. Este ano ficou, de facto, marcado por um episódio pernicioso que acabaria por contribuir para a extinção do Museu Sacro do convento do Bom Jesus. Na noite de 19 de Junho daquele ano o museu sofreu um roubo



Imagem 276 Pormenor do tecto de masseira da igreja.

³²⁴⁸ AHU, nº2496, cód. 1B, MU, DGFTO, doc. s/n [Relatório OP 1926-1927].

³²⁴⁹ AHU, nº762, cód.2G, MU, DGCO, doc. s/n [Relatório OP 1929-1930].

³²⁵⁰ *O Oriente Português* nº26, 1939, p. 444.

³²⁵¹ *Ibidem*.

³²⁵² *O Oriente Português*, nº5, 1933, p. 230-231.

³²⁵³ *Ibidem*, p. 231.

protagonizado por Arthur Reynolds, um ladrão oriundo de Calcutá³²⁵⁴ que logrou subtrair um conjunto de peças de ouro e prata adstritas ao culto na igreja no valor de 12.129.7.0 rúpias e, ainda, os castões cravejados de pedras preciosas de dois bastões³²⁵⁵. O ladrão acabaria por ser apanhado e condenado a 25 anos de degredo – ainda que tenha conseguido fugir³²⁵⁶ – mas o museu instalado num convento com um passado repleto de “episódios de falta, subtracções e furtos”³²⁵⁷ relacionados, sobretudo, com o túmulo de São Francisco Xavier “Sempre «Limpado» e sempre roubado”³²⁵⁸, jamais recuperaria. Naquele mesmo ano de 1934 o governo-geral extinguiu o Museu Sacro do Bom Jesus³²⁵⁹ pois segundo o presidente da CPA este era constituído quase maioritariamente por objectos adstritos ao culto, considerando-se que “não faz sentido que esta Comissão despenda quase 240 rúpias para limpeza de objectos que não lhe pertencem”³²⁶⁰.

Apesar da extinção do Museu Sacro do Bom Jesus e do final das responsabilidades da CPA para com os objectos ali expostos, a administração do convento terá mantido aquele espaço pois no ano de 1936 a secção de Edifícios das Obras Públicas alertou para o facto da parte do edifício ocupada pelo seu administrador e museu apresentar grandes fendas cuja origem parecia residir num assentamento díspar das fundações do edifício³²⁶¹. No âmbito de investigações relacionadas com este problema os técnicos das Obras Públicas encontraram numa das caves da construção³²⁶² uma coluna de laterite que devido ao imenso peso das paredes estava a despedaçar-se. De modo a evitar o colapso da parte suportada por essa e outras colunas, foram construídas colunas em betão armado que constituíram³²⁶³ apenas o ponto de partida de um muito mais vasto plano conducente ao aumento da estabilidade de toda a estrutura. Nesse mesmo ano as

³²⁵⁴ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº53, 1942, pp. 157-158; *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa* nº5/6, 1952, p. 241.

³²⁵⁵ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº53, 1942, p. 157-158.

³²⁵⁶ *Ibidem*, p. 158; *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa* nº5/6, 1952, p. 241.

³²⁵⁷ *Boletim do Instituto Vasco da Gama* nº53, 1942, p. 158.

³²⁵⁸ *Ibidem*, p. 159.

³²⁵⁹ *Ibidem*, p. 153.

³²⁶⁰ *O Oriente Português* nº12/13, 1936, p. 253.

³²⁶¹ AHU, OP01390, nº8/34, 2/2, doc. s/n [Relatório OP 1936].

³²⁶² Nos anos de 1916-1917 os Serviços de Obras Públicas já tinham estado nos subterrâneos do convento onde intervieram numa abóbada localizada por baixo do pavimento da sacristia. Cf. AHU, nº258, cód.2G, MU, doc. s/n doc. s/n [Relatório OP 1916-1917].

³²⁶³ AHU, OP01390, nº8/34, 2/2, doc. s/n [Relatório OP 1936].

verbas das Obras Públicas destinadas à conservação de monumentos públicos nacionais foram aplicadas numa grande reparação da abóbada da sacristia da igreja do Bom Jesus³²⁶⁴.

Ao longo dos últimos anos da década de 30 parecem ter sido realizadas apenas pequenas intervenções nas coberturas e drenagem do espaço circundante³²⁶⁵, acções que, como tantas outras, estavam relacionadas com os problemas advindos da estação da monção. A quase inexistência de acções de conservação que ultrapassassem grandemente o estritamente necessário manter-se-ia ao longo da década de 40 e nem a exposição do corpo de São Francisco Xavier, a comemoração do *IV Centenário da Chegada do Apóstolo a Goa* no ano de 1942 ou a elevação da igreja a Basílica Menor em 1946, inverteram esta situação. Afinal, como alertou Francisco Xavier da Costa, naquele ano de 1942 a exposição xaveriana durou apenas dois dias e “não se revestiu do esplendor das Exposições anteriores”³²⁶⁶, uma situação que se explica pelo facto do mundo estar mergulhado na Segunda Grande Guerra. Ainda assim data do ano de 1941 o reforço de duas colunas da arcada de saguão do convento, bem como o prolongamento de uma varanda, caiações e pequenas reparações dos rebocos³²⁶⁷. No dealbar de uma nova década os Serviços de Obras Públicas intervieram na cobertura de um compartimento e corredor do edifício (1949)³²⁶⁸ bem como no forro da varanda interna do primeiro piso e na casa-de-banho (1950)³²⁶⁹.

Os anos 50 foram particularmente prolíferos em intervenções na igreja e casa professa do Bom Jesus, situação que pode ser explicada por dois motivos. Primeiro, apesar da extinção da já moribunda CPA no ano de 1951, a Direcção dos Serviços de Obras Públicas disponibilizou valores de verbas sem precedentes para a conservação e restauro de monumentos nacionais particularmente nos anos de 1951 e 1952. Esta impressionante injeção de verbas deveu-se, conforme mencionámos, à proximidade da exposição do corpo de São Francisco Xavier no âmbito das comemorações do quarto centenário da morte do *Apóstolo das Índias* (1952). Segundo, o fulgor nacionalista não

³²⁶⁴ *Ibidem*.

³²⁶⁵ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº36, I Série, “Portaria nº3.160”, 6 de Maio de 1938, p. 636.

³²⁶⁶ Francisco Xavier da Costa, *op. cit.*, p. 241.

³²⁶⁷ AHU, OP02293, 8/78, 1/2 MU, DGOPC, NDT, doc. s/n [Relatório OP 1941].

³²⁶⁸ AHU, OP03552, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1949].

³²⁶⁹ *Ibidem*, doc. s/n [Relatório OP 1950].

terminou com as comemorações xaverianas pois, como demonstrámos há momentos, ao longo dos anos 50 assistiu-se à intensificação da disputa entre Portugal e a União Indiana, questão política que, como vimos em relação às restantes possessões ultramarinas, gerou a intensificação de campanhas propagandistas pró-colonialismo por via do restauro dos monumentos nacionais ultramarinos. Nesta ocasião, isto é, nos últimos meses do ano de 1951, na sequência da primeira estadia de Baltazar Castro em Velha Goa, o Serviço de Obras Públicas da província procedeu ao desaterro da igreja do Bom Jesus “mandado executar”³²⁷⁰ por este inspector superior de Obras Públicas.

A grande campanha de obras de conservação e restauro do convento do Bom Jesus decorreu em 1952, ano marcado pelas comemorações xaverianas e, consequentemente, pela disponibilização de 780.000.00.00 rúpias³²⁷¹ para serem aplicadas pela secção de Edifícios nos monumentos públicos nacionais e, muito particularmente, na sua adaptação a alojamento dos peregrinos que rumariam à Velha Goa naquela altura. No caso concreto do Bom Jesus grande parte da sua casa professa destinar-se-ia aos padres jesuítas e às irmãs canossianas que iriam prestar auxílio



Imagem 277 Frontispício da igreja do Bom Jesus em 1951. FMS, FMAC, pt. 07127.000.154.

nos serviços religiosos e no tradicional beijo das relíquias do *Apóstolo das Índias*; enquanto no piso inferior seria instalada uma unidade de policiamento³²⁷². No interior da igreja não foi erguido qualquer estrado pois neste ano de 1952, ao contrário do que era habitual, o corpo de São Francisco não foi venerado no Bom Jesus mas na sé catedral, um templo mais espaçoso e adequado para receber os peregrinos oriundos de todas as partes do mundo. A transferência do afamado túmulo de prata contendo as relíquias do *Apóstolo das Índias* da sua capela no Bom Jesus para o estrado construído no cruzeiro da sé, ocorreu no dia 3 de Dezembro daquele ano³²⁷³.

³²⁷⁰ AHU, OP05083, 9/1200-1/2, MU, DGOPC, DSUH, doc. s/n [fotografia 1], s/d [1951].

³²⁷¹ AHU, OP03555, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³²⁷² Francisco Xavier da Costa, *op. cit.*, pp. 27, 34.

³²⁷³ *Ibidem*, pp. 58-60.

Em relação ao conjunto jesuítico as intervenções mais significativas foram promovidas pela “Missão para o Estudo do Restauro de Padrões e Monumentos”, a tal brigada liderada por Baltazar da Silva Castro. Visualmente, a intervenção que teve mais impacto foi, sem dúvida, a picagem dos rebocos exteriores do edifício³²⁷⁴, uma inversão completa de uma tendência verificada intensamente até então na Índia Portuguesa onde os rebocos dos monumentos nacionais e edifícios públicos eram quase invariavelmente renovados ou reparados todos os anos após as chuvas. De resto, refira-se que nos anos 20 havia inclusivamente indicações relativas à cor a utilizar nas caiaduras no exterior dos conventos e outros edifícios de Velha Goa, referindo-se, na altura, o cinzento³²⁷⁵. Ainda relativamente à acção de Baltazar Castro mencione-se que, conforme Joaquim Rodrigues dos Santos avançou, na sequência da remoção dos rebocos foi aplicado um produto químico para proteger a laterite³²⁷⁶.



Imagem 278 Aspecto da igreja do Bom Jesus com os rebocos numa fotografia de Souza & Paul, finais do século XIX. ACTDC/IICT, nº 26243



Imagem 279 Aspecto do mesmo templo na actualidade sem os rebocos picados aquando da intervenção de Baltazar Castro.

Simultaneamente foi construído um esgoto no adro, o entulho existente na zona circundante foi removido e a torre foi consolidada³²⁷⁷. Na mesma ocasião, tal como fez junto ao convento de São Francisco de Assis, aquela brigada procedeu ao restauro do cruzeiro³²⁷⁸. No final das comemorações rejubilava-se: “Foi esta indubitavelmente a mais notável e esplendorosa de todas as Exposições até aqui havidas. Espectáculo

³²⁷⁴ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1950].

³²⁷⁵ AHU, nº2175 a 2179, cód.1L, MU, DGU-DGSC, doc. s/n [Relatório OP 1923-1924].

³²⁷⁶ Joaquim Rodrigues dos Santos, “La polémica del revoco de la Basílica del Buen Jesús en Goa Vieja (India) y su influencia en la imagen del monumento y de la ciudad”, VII Jornadas Arte y Ciudad, Madrid, Facultad de Ciencias de la Información. Universidad Complutense de Madrid, 2015, [no prelo].

³²⁷⁷ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³²⁷⁸ *Ibidem*.

soberbo³²⁷⁹”. Para todo este sucesso terão contribuído, sem dúvida, as campanhas promovidas pela “Missão de Restauro” de Baltazar Castro e pela secção de Edifícios da Direcção dos Serviços de Obras Públicas.

Ainda assim, o ímpeto dado pelo governo-geral do Estado Português da Índia à conservação e restauro dos monumentos nacionais não se limitou apenas ao ano de 1952 e às comemorações xaverianas. Dado o aumento da contestação por parte da União Indiana e por outros países com assento na ONU, não obstante a importância daquelas celebrações, o Governo Português compreendeu que seriam necessárias muitas mais demonstrações nacionalistas para provar e legitimar o bem-querer de Portugal em relação a Goa, Damão e Diu. As igrejas e conventos de Velha Goa, testemunhos memoriais e materiais da *Goa Dourada*, providenciavam essa oportunidade. Assim se explica que no ano de 1953 se tenha assistido a um incremento da verba disponível para a conservação e restauro de monumentos públicos nacionais em relação a 1951, passando-se de 120.000.00.00 para 230.000.00.00 rúpias³²⁸⁰. No referente à basílica do Bom Jesus deparamo-nos com a continuidade de uma obra iniciada no ano das comemorações xaverianas, a consolidação da grande torre a sul da igreja, cuja estabilidade permanecia um problema, sabendo que os Serviços de Obras Públicas afirmaram que aquela “não se encontra em condições de segurança”³²⁸¹. Por esta razão foi elaborado um orçamento que mereceu a aprovação da Direcção da Fazenda e, como tal, os trabalhos tiveram início nesse mesmo ano de 1953.

Entre os anos de 1955 e 1956³²⁸² a secção de Edifícios das Obras Públicas procedeu ao restauro da cobertura da capela-mor. Esta obra foi justificada pelo facto de se ter considerado que a cobertura actual era “feia e mal engendrada”³²⁸³, sendo por isso necessário devolver-lhe o seu aspecto primitivo. É possível que aquela cobertura tão censurada tivesse resultado da campanha promovida nos anos de 1924-1925. A mesma atitude foi tomada em relação à balaustrada que rematava a mesma zona, promovendo-

³²⁷⁹ *Velha-Goa: Guia Histórico*, Goa, Repartição Central de Estatística e Informação, 1952, p. 1.

³²⁸⁰ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1952-1953].

³²⁸¹ *Ibidem*.

³²⁸² AHU, OP01389, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1955]; IPAD, MU, DGOPC, GE, 2167, 14662, doc. s/n [Relatório OP 1956].

³²⁸³ AHU, OP01389, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1955];

se a sua reconstrução “de forma a trazê-la à forma primitiva”³²⁸⁴ mas recorrendo a um material moderno, o betão. Seguiu-se, assim, o princípio IV da carta internacional sobre o restauro de monumentos ainda vigente, a dita *Carta de Atenas*:

*Os peritos (...) aprovam o emprego sensato de todos os recursos da técnica moderna e muito especialmente do betão armado. Especificam que os elementos resistentes devem ser dissimulados, salvo impossibilidade total, a fim de não alterar o aspecto e o carácter do edifício a restaurar.*³²⁸⁵

Na verdade o restabelecimento desta balaustrada mais não foi do que uma tentativa de combater os problemas causados pela inadequação da construção à época das monções. Nesta ocasião as Obras Públicas também reforçaram a cimalha da mesma zona do edifício com betão armado, tendo restabelecido todo o sistema de escoamento das águas, o que implicou intervenções na caleira e nas gárgulas que à data não funcionavam³²⁸⁶.

As reparações continuaram nos anos seguintes³²⁸⁷ mas em 1959 Naguexa Pissurlencar alertou para problemas que advinham precisamente de um restauro realizado poucos anos antes, referindo-se ao facto da falta de reboco das paredes exteriores do edifício ser prejudicial para a alvenaria em laterite que desde a sua remoção estava a ser directamente fustigada pela chuva e sol³²⁸⁸. Na opinião de Pissurlencar as fachadas deveriam voltar a ser rebocadas não somente pela importância do reboco para a conservação do monumento mas também porque, como referimos, “Da fotografia junta se verifica que as paredes de laterite foram sempre rebocadas com argamassa de cal e areia, sendo as molduras sobre a laterite feitas com cal.”³²⁸⁹

³²⁸⁴ *Ibidem.*

³²⁸⁵ *Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauros dos Monumentos*, 1931, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, consultado a 6 de Maio de 2014.

³²⁸⁶ AHU, OP01389, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1955];

³²⁸⁷ Temos notícia de reparações em 1958 no valor de 5.300.00.0 rúpias. Cf. AHU, OP03418, 9/1124, 1/3 MU, DGOPC, doc. s/n [Relatório OP 1958].

³²⁸⁸ ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc. 4, 20 de Fevereiro de 1959.

³²⁸⁹ *Ibidem.*

Todavia esta questão dos rebocos das fachadas deste templo era bastante polémica e de difícil resolução. Afinal alguns anos após a intervenção de Baltazar Castro a opinião deste arquitecto voltou a ser solicitada pelo director-geral das Obras Públicas do Ministério do Ultramar, Eugénio Sanches da Gama³²⁹⁰. Na origem do parecer solicitado esteve um pedido do governador-geral da Índia Portuguesa a quem interessava saber, no âmbito das obras realizadas no Bom Jesus, se seria de considerar, tal como defendia a Direcção dos Serviços de Obras Públicas local, o revestimento da laterite com reboco³²⁹¹. Apesar de não possuímos provas documentais podemos guiar-nos pelos restantes trabalhos desenvolvidos em Goa por Baltazar Castro e adivinhar que nesta ocasião a sua opinião tenha ido no sentido de manter as fachada despidas de qualquer reboco, sendo esta a solução defendida pelo próprio Eugénio Sanches da Gama que, conforme confessou, tinha:



Imagem 280 Pormenor da fachada, c. 1959. ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc.4.

*Opinião desfavorável à aplicação de reboco sobre as laterites em questão, não apenas por considerar um erro do ponto de vista estético, mas por existirem hoje processos de conservação diferentes.*³²⁹²

Perante a constatação de Pissurlencar e a discordância de outros relativamente à aplicação de reboco nas fachadas, não é de estranhar que aquando do delineamento dos trabalhos a efectuar no âmbito do programa de reintegração de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico e monástico, se tenha previsto a substituição das cantarias do frontispício e da laterite das fachadas, possivelmente os elementos que se encontrassem em mau estado, bem como a pintura com silicato da fachada principal³²⁹³. Adicionalmente pensou-se na reparação da cobertura e na drenagem do terreno circundante³²⁹⁴.

³²⁹⁰ AHU, N.º1200, Cód.1H, MU, DGOPC, Processo n.º63153, doc. s/n, 29 de Novembro de 1957.

³²⁹¹ *Ibidem.*

³²⁹² *Ibidem.*

³²⁹³ IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708, doc. s/n, 4 de Abril de 1960.

³²⁹⁴ *Ibidem.*

A questão do aspecto e protecção das fachadas da basílica do Bom Jesus prolongou-se até à estadia de Luís Benavente em Goa. Nesta ocasião o arquitecto responsável pelo programa centralizador de salvaguarda do património arquitectónico ultramarino mostrou-se perplexo com “Uma determinação posta em prática há anos sem qualquer consistência (...), pois a natureza do material que se ia patenteando aos olhos do executante durante tal tarefa, era suficientemente clara a qualquer conhecedor.”³²⁹⁵ No final



Imagem 281 Pormenor da alvenaria da fachada sem reboco, 1959. ANTT, FLB, cx. 4, pt. I, doc.4.

de uma crítica feroz mas plenamente fundamentada na experiência profissional e no estado da alvenaria de laterite, Benavente acabou por defender a restituição dos rebocos “à sua expressão primitiva”³²⁹⁶. Na sua opinião, a obra praticada durante a campanha de 1952 era “sem dúvida uma das maiores depreciações do património nacional, a que temos assistido.”³²⁹⁷

Para terminar refira-se que, na verdade, esta questão arrastou-se até à década de 90 do século XX. Efectivamente, segundo António Nunes Pereira³²⁹⁸, nesta altura a polémica voltou a reacender-se, havendo apoiantes e opositores da aplicação de rebocos nas fachadas da igreja do Bom Jesus. Em síntese, enquanto os apoiantes defendiam, como Luís Benavente, que o reboco confere uma certa dignidade histórica e, por conseguinte, autenticidade ao templo, os antagonistas tinham alguma dificuldade em prescindir do aspecto criado nos anos 50 por Baltazar Castro. Certo é que sem o reboco ou qualquer outro revestimento, a laterite está sujeita à acção directa das chuvas do período anual de monção, situação altamente prejudicial para a integridade do monumento.

Algumas considerações

O aspecto mais relevante deste caso prende-se com a antiguidade da Comissão Permanente de Arqueologia, um serviço que antecedeu em quase trinta anos o seu homólogo da colónia de Angola e que foi criado pouco depois da Comissão dos Monumentos Nacionais (1894) da metrópole. Esta tendência, isto é, a associação entre

³²⁹⁵ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 548, doc. 7, 12 de Novembro de 1961.

³²⁹⁶ *Ibidem.*

³²⁹⁷ *Ibidem.*

³²⁹⁸ António Nunes Pereira, *op. cit.*, pp. 226-227.

uma arreigada consciência patrimonial e o interesse/conhecimento das realidades patrimoniais da metrópole e de outras nações, seria uma constante ao longo do percurso da CPA. Assim o comprova a reactivação desta comissão em 1903, portanto sensivelmente na mesma altura em que na Índia Britânica se promoveu a reorganização do Indian Archaeological Survey. De resto, a análise da legislação patrimonial é igualmente elucidativa da grande afinidade da Índia Portuguesa com a metrópole.

Durante o *Estado Novo* assistimos a uma intensificação da salvaguarda do património arquitectónico da Índia Portuguesa mesmo após a extinção da CPA (1951), datando de 1934 as primeiras atribuições oficiais do título de “monumento nacional”. Os montantes aplicados neste período nas campanhas de restauro de monumentos nacionais assomam-se também como excelentes indicadores, tendo observado um aumento notável a partir de 1951. Este incremento pode ser explicado por duas razões intimamente ligadas: as comemorações xaverianas e a ameaça da União Indiana. Afinal, desde o longínquo ano de 1782 que as exposições do corpo de São Francisco Xavier estiveram na origem de uma série de intervenções mais ou menos profundas nos monumentos de Velha Goa, os palcos do acontecimento religioso, político, social e cultural mais importante da Índia Portuguesa. Para a comemoração de 1952, num contexto marcado pela cada vez mais insistente contestação da União Indiana, o Governo Português sentiu necessidade de investir seriamente na recuperação das igrejas e conventos de Velha Goa, procurando, desta forma, recuperar o brilho da outrora *Goa Dourada*. O mesmo aconteceria no ano de 1959, momento em que Vassalo e Silva incentivou a concretização de um plano de reintegração daquela cidade no seu antigo esplendor mas de forma a que pudesse ser usufruída no presente. Na sequência destas iniciativas, atestando a sua importância e impacte no futuro, foi criada, no ano de 1960, a Comissão Permanente de Arte, História e Arqueologia.

Com ou sem o apoio do Ministério do Ultramar, o governo do Estado Português da Índia promoveu no período em causa uma série de campanhas orientadas pelos princípios e objectivos da época: devolver àqueles monumentos coevos dos períodos áureos de Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque ou São Francisco Xavier, a sua dignidade, grandiosidade e eloquência. Foi precisamente esta a tendência identificada nas intervenções promovidas na igreja e casa professa do Bom Jesus, um conjunto que como

tantos outros edifícios de Velha Goa sofreu ao longo dos anos com as monções anuais, com a inadequação dos materiais utilizados, com a expulsão dos jesuítas, com a extinção das ordens religiosas regulares, com o abandono da cidade verificado na sequência da transferência da capital para Pangim e, claro, com a recorrente falta de verbas e de mão-de-obra.

7. O CASO DE MACAU

A particularidade da soberania portuguesa em Macau e o seu grande apartamento geográfico em relação à metrópole tiveram grande importância na forma como o património arquitectónico foi olhado, entendido, intervencionado e divulgado nesta província ultramarina, tendo sido várias as diferenças em relação aos casos analisados até este momento. Em Macau durante o *Estado Novo* foram criadas várias comissões de monumentos mas nenhuma teve carácter permanente; os Serviços de Obras Públicas e a Igreja Católica promoveram muitas intervenções mas foram raras aquelas que procuraram, como era mais comum na época, devolver aos monumentos a sua forma pristina; apesar de muitas solicitações e tentativas frustradas, a província só contou com a experiência de um arquitecto-restaurador, Pedro Quirino da Fonseca, no ano de 1973.

7.1 Breve resenha histórico-artística dos monumentos em evidência

O desenvolvimento e afirmação da presença portuguesa em Macau foram desde início condicionados pelas relações com a China, sendo esta uma questão da maior importância para a compreensão de todo e qualquer aspecto referente a esta antiga província ultramarina. Relativamente à arquitectura e ao urbanismo, por exemplo, é necessário ter em consideração que quando os portugueses chegaram a Macau já existiam habitações, bazares e templos chineses. O templo da Barra/Ma Kok Miu³²⁹⁹ e o

³²⁹⁹ A construção deste templo remonta aos inícios da Dinastia Ming (1368-1644) mas a estrutura actual terá sido erguida apenas entre os anos de 1573 e 1621. Foi restaurado no século XIX graças a uma oferta de negociantes chineses e é dedicado à deusa Neang-Má ou A-Má. Cf. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, vol. I, p. 167.

templo de Mong-Há dedicado a Kun Yam Tong³³⁰⁰ comprovam essa existência prévia de implantações chinesas em Macau³³⁰¹.

Imbuídos da missão de dilatar a Fé cristã, os missionários europeus terão desde logo começado a erguer as suas (inicialmente) pequenas igrejas e capelas, sendo conhecido o facto de no ano de 1555 já existir uma igreja matriz³³⁰². Os responsáveis pela construção dos primeiros templos de Macau terão sido os jesuítas, sabendo-se que um daqueles, dedicado a Nossa Senhora, era conhecido na década de 60 de Quinhentos como sendo o principal da cidade³³⁰³. No ano de 1675 este templo seria oficialmente elevado por Gregório XIII (1502-1585) a igreja catedral³³⁰⁴. A igreja da Natividade de Nossa Senhora – conhecida como sé catedral – resultou precisamente das várias reedificações e restauros que aquele pequeno templo quinhentista sofreu ao longo dos anos. As origens das igrejas de Santo António e São Lourenço, actualmente muitíssimo alteradas, remontam também a esse primeiro período de edificação.

Os muitos exemplares de arquitectura religiosa de Macau denunciam não só a existência de uma verdadeira missão de disseminação e inculcação da Fé cristã assumida pelos portugueses mas também, como foi notado por Pedro Dias³³⁰⁵, os modelos de edificação do Reino, notando-se na segunda metade do século XVI o desejo de afirmação do gosto clássico. O extraordinário frontispício da igreja de Nossa Senhora da Assunção do colégio da Madre de Deus, vulgo São Paulo, não obstante a acção quase absolutamente destrutiva do incêndio que a marcou para sempre, bem como a igreja de São Lázaro ou a pequena capela da fortaleza da Guia, testemunham na perfeição essa vontade de afirmação do estilo clássico deste período. Por seu lado a igreja de São Domingos, de forma algo tímida é certo, constitui um testemunho da presença do barroco nestas paragens, enquanto a igreja do seminário de São José já o faz de forma

³³⁰⁰ O edifício actual foi construído no ano de 1627 no local onde já existia um outro templo. Foi restaurado nos reinados de Chia Chiang (1796-1821) e de Tong Chih (1862-1875). Cf. Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 172.

³³⁰¹ Maria de Lourdes Rodrigues Costa, *História da Arquitectura em Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1997, pp. 54-57.

³³⁰² Pedro Dias, *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau: 1557-1911*, Lisboa, Portugal Telecom, 2005, p. 131.

³³⁰³ *Ibidem*, p. 134.

³³⁰⁴ Manuel Teixeira, *Primórdios de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1990, p. 26.

³³⁰⁵ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 132.

perfeitamente clara e doura. De resto, como notou Pedro Dias³³⁰⁶, não podemos deixar de mencionar a presença de alguns exemplares revivalistas gizados no século XIX, sejam neoclássicos, casos da sé catedral e da mais recente versão do templo de São Lázaro, ou neogóticos, como o inicial Hospital de São Januário. Este gosto pelo neogótico, conforme testemunham os restauros da ermida da Penha por D. José da Costa Nunes e da igreja do convento de Santa Clara, prolongar-se-ia até ao *Estado Novo*.

A construção das primeiras fortificações tardou um pouco mais, sobretudo porque as autoridades chinesas receavam que estas edificações fossem utilizadas pelos portugueses como instrumentos de conquista do território continental³³⁰⁷. Ainda assim, as fortificações como forma de defesa contra chineses e, sobretudo, outras potências coloniais que constituíam inimigos comuns, caso dos holandeses, foram sendo erguidas a partir do século XVII. As fortalezas de São Paulo do Monte, de São Tiago da Barra e de Nossa Senhora da Guia ilustram os primeiros momentos construtivos de obras de natureza militar, enquanto os fortes de Mong-Há e D. Maria II são já mais tardios, remetendo-nos para a defesa de Macau em relação ao continente já no século XIX³³⁰⁸.

A partir do século XX e, concretamente, da implantação da República, estas tensões aliviaram-se conforme testemunham as próprias obras públicas: a estrada que liga Macau a Seak-Ki foi inaugurada no ano de 1928³³⁰⁹. Este foi, também, o século do crescimento exponencial de Macau, do desenvolvimento dos aterros, do surgimento das primeiras construções em betão armado e das edificações devedoras da modernização de uma arquitectura característica deste contexto de cruzamento de culturas³³¹⁰. O Mercado Vermelho (1936) e a Escola Primária Pedro Nolasco da Silva (anos 40) atestam fielmente a introdução da arquitectura moderna em Macau. Nos anos 50 e ao longo da década seguinte, o crescimento da cidade continuou a evoluir a um ritmo elevado,

³³⁰⁶ *Ibidem*, p. 133.

³³⁰⁷ Jorge Graça, *Fortificações de Macau: concepção e história*, Macau, Departamento do Património Cultural do Instituto Cultural de Macau, 1986, p. 21.

³³⁰⁸ Acerca das diferentes fases de construção das fortificações de Macau *vide* Jorge Graça, *op. cit.*, pp. 21-25.

³³⁰⁹ Ana Tostões, “A partir de 1911”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 484.

³³¹⁰ Acerca do desenvolvimento urbano e arquitectónico de Macau no século XX *vide* Ana Tostões, *op. cit.*, pp. 482-490; Maria de Lourdes Rodrigues Costa, *op. cit.*, pp. 81-84.

datando desta fase o primeiro plano-geral de urbanização da totalidade do território³³¹¹ mas, também, o incremento das obras públicas e a construção de exemplares de arquitectura dita “de regime”, caso do Edifício das Repartições (1951) ou do Liceu Infante D. Henrique (1956-1958).

Apesar deste desenvolvimento exponencial verificado ao longo do século XX, é importante notar que pontualmente e tardiamente, é certo, foram surgindo manifestações no sentido de garantir a preservação de monumentos históricos e de zonas antigas da cidade. Passemos a uma breve apresentação dos monumentos de interesse nacional que entre 1930 e 1974 foram intervencionados devido a essa vontade de salvaguardar o património de Macau³³¹².

Igreja da Assunção de Nossa Senhora e colégio da Madre de Deus (Ruínas de São Paulo):

A fachada da igreja do colégio jesuíta, a escadaria monumental fronteiriça e alguns espaços circundantes ajardinados, constituem actualmente os únicos vestígios daquele que outrora foi um conjunto monumental extraordinário. A primeira capela dos jesuítas em colmo terá sido erguida a par da sua



Imagem 282 Vista da fachada da igreja da Assunção de Nossa Senhora, c. 1900. João Loureiro, *Postais antigos de Macau*, 1995.

primeira residência em Macau no ano de 1565³³¹³. Depois de terem visto a sua capela de colmo pilhada e incendiada em diversas ocasiões e de a terem reconstruído, os jesuítas optaram por transferir o seu templo e colégio para um novo local mais alto e espaçoso no ano de 1573³³¹⁴. A nova igreja e colégio seriam reconstruídos nos anos de 1582 e 1595 no local que hoje conhecemos, mas um novo incêndio acabaria por arrasar a quase totalidade do conjunto em 1601³³¹⁵. No ano de 1602 dar-se-ia início à

³³¹¹ Maria de Lourdes Rodrigues Costa, *op. cit.*, pp. 40-43.

³³¹² Uma vez que a classificação do património arquitectónico e artístico de Macau só ocorreu após a queda do *Estado Novo*, optámos por tratar os casos dos exemplares propostos para serem classificados como monumentos nacionais nos anos de 1954, 1963 e 1974.

³³¹³ Gonçalo Couceiro, *A igreja de S. Paulo de Macau*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, p. 28.

³³¹⁴ *Ibidem*, p. 30.

³³¹⁵ *Ibidem*, p. 61.

construção da igreja cujo risco tem sido atribuído a Carlo Spínola (1564-1622)³³¹⁶. No ano de 1835, tal como os edifícios do colégio, este templo seria tragicamente devorado por um incêndio deflagrado nas cozinhas³³¹⁷. Sobreviveriam apenas as actuais “ruínas de São Paulo”. Tratar-se-ia de um templo majestoso de planta em cruz latina, transepto saliente, três naves e capela-mor profunda³³¹⁸. A monumental frontaria da igreja ricamente decorada tem sido descrita como uma narrativa perfeitamente hierarquizada em jeito de “apologia da Companhia de Jesus, dos seus beatos e santos fundadores devotos aos dogmas da fé cristã”³³¹⁹.

Igreja e seminário de São José: No ano de 1728 alguns padres da Companhia de Jesus que se encontravam instalados no colégio de São Paulo transferiram-se para duas casas na Rua do Mato Mofino³³²⁰. Aqui os padres Manuel Pinto e João de Sá fundaram um novo seminário³³²¹. Mais tarde, já no ano de 1746, dar-se-ia o lançamento da primeira pedra da igreja cuja inauguração teria lugar em 1758³³²². No ano de 1953 esta igreja



Imagem 283 Fachada da igreja do seminário de São José. HPIP/Fotografia de Manuel Rodrigues Paiva.

classificada por Pedro Dias como “A mais notável das igrejas antigas de Macau, exceptuando a que é conhecida como de São Paulo”³³²³, foi objecto de uma grande campanha de obras que acabou por descaracterizá-la consideravelmente. Os elementos mais interessantes deste templo de cruz grega centrada, não obstante as alterações introduzidas no século XX, são a sua belíssima e dinâmica fachada barroca – “um dos

³³¹⁶ Acerca deste missionário jesuíta martirizado no Japão e cuja efígie, segundo defende Fernando António Baptista Pereira, se encontra na fachada desta igreja *vide* Fernando António Baptista Pereira, “As ruínas de S. Paulo: História e Arte”, *As ruínas de S. Paulo: um monumento para o futuro*, Macau, Instituto Cultural, 1994, pp. 66-71; Gonçalo Couceiro, *op. cit.*, pp. 64-79.

³³¹⁷ Gonçalo Couceiro, *op. cit.*, p. 90.

³³¹⁸ Conforme notou Fernando António Baptista Pereira, esta solução planimétrica seria estranha à habitual tradição jesuíta nacional de nave única com capelas laterais intercomunicantes, transepto inscrito e capela-mor pouco profunda. Cf. Fernando António Baptista Pereira, *op. cit.*, p. 71.

³³¹⁹ Gonçalo Couceiro, *op. cit.*, p. 115; Para uma leitura completa da composição do frontispício desta igreja *vide* Gonçalo Couceiro, *op. cit.*, pp. 116-138; Fernando António Baptista Pereira, *op. cit.*, pp. 78-81.

³³²⁰ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol. 1, p. 95.

³³²¹ *Ibidem*, p. 96.

³³²² *Ibidem*.

³³²³ Pedro Dias, “Igreja do Seminário de São José”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 502.

mais belos exemplos barrocos de toda a arquitectura portuguesa de além-mar³³²⁴ – bem com a grande cúpula de caixotões.

Convento e igreja de Santa Clara: A construção deste convento a partir de 1633 deveu-se a clarissas vindas de Manila³³²⁵. Na sequência de um incêndio que destruiu o convento e a igreja no ano de 1824, o conjunto foi reconstruído, datando de 1827 o regresso das clarissas a este local³³²⁶. Anexo a este convento – do qual actualmente resta apenas a parede da cerca depois de uma demolição no ano de 1964³³²⁷ – foi construído o colégio de Santa Rosa de Lima, datando de 1936 a inauguração da nova igreja neogótica de Santa Clara³³²⁸. O novo convento, um projecto da autoria do engenheiro Humberto Rodrigues, foi construído a partir do ano de 1962³³²⁹.

Igreja de São Domingos: O convento ao qual pertencia esta igreja foi fundado no ano de 1587 por dominicanos espanhóis vindos das Filipinas³³³⁰. Como aconteceria aos fundadores também espanhóis do convento de Santo Agostinho, estes foram obrigados a abandonar o convento que viria a ser entregue aos dominicanos portugueses³³³¹. A capela primeva dedicada a Nossa Senhora do Rosário em



Imagem 284 A fachada da igreja de São Domingos, c. 1890. João Loureiro, *Postais antigos de Macau*, 1995.

madeira, um edifício manifestamente diferente daquele templo de gosto barroco, “muito contido, na tradição portugueses”³³³², que hoje se pode observar. O primeiro jornal português em solo chinês, *A Abelha da China*, foi aqui publicado no ano de 1822³³³³. No ano de 1929 inaugurou-se nesta igreja o culto a Nossa Senhora de

³³²⁴ *Ibidem*, p. 503.

³³²⁵ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 115.

³³²⁶ *Idem*, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 99.

³³²⁷ *Ibidem*, p. 100.

³³²⁸ *Ibidem*.

³³²⁹ *Ibidem*.

³³³⁰ *Ibidem*.

³³³¹ *Ibidem*.

³³³² Pedro Dias, “Igreja de São Domingos”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 501.

³³³³ Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, “Igreja de S. Domingos”, s/d, disponível em <http://www.macauheritage.net/pt/HeritageInfo/HeritageContent.aspx?t=M&hid=67>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

Fátima³³³⁴ o que fez do templo um foco de irradiação desta veneração para tantos outros territórios do Oriente. Na década de 90 do século XX a igreja foi restaurada para receber o tesouro de arte sacra, um espaço que viria a ser inaugurado no ano de 1997³³³⁵.

Igreja de Santo Agostinho: A fundação do convento de Santo Agostinho por volta de 1586 deveu-se à acção de frei Francisco Manique, religioso de origem espanhola que se fixou em Macau depois de ter estado em Manila³³³⁶. Contudo no ano de 1589 o convento passaria a ter administração portuguesa e seria transferido para o local onde hoje o encontramos, datando desta fase a construção da igreja dedicada a Nossa Senhora da Graça³³³⁷. Na sequência da extinção das ordens religiosas, o edifício foi profundamente alterado, datando de 1855 a instalação do Hospital Militar nas alas do claustro e de 1893 a acomodação do Liceu de Macau³³³⁸. Mais tarde, em 1872, a capela-mor, a sacristia e outras dependências da igreja foram destruídas por um incêndio³³³⁹. A igreja actual resultou de uma reconstrução total promovida pela confraria de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos a partir de 1889³³⁴⁰. No entanto Pedro Dias acredita que a traça da fachada, ainda que muito reformada, “pode e deve ser cópia da seiscentista”³³⁴¹ e que o essencial da estrutura parece remontar à mesma época³³⁴².

Igreja de São Lourenço: A fundação desta igreja localizada na margem sul da cidade remonta ao período imediatamente seguinte à chegada dos portugueses a Macau, sabendo-se que entre os anos de 1558 e 1560 os jesuítas estariam a construí-la³³⁴³. Certo é que no ano de 1576 já se celebrava missa neste templo paroquial³³⁴⁴, uma

³³³⁴ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 102.

³³³⁵ Museu de Macau, “O Tesouro de Arte Sacra da Igreja de São Domingo”, s/d, disponível em <http://www.macaumuseum.gov.mo/w3PORT/w3MMabout/DomingosC.aspx>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³³³⁶ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol. 1, p. 98.

³³³⁷ *Ibidem*.

³³³⁸ Pedro Dias, “Igreja de Santo Agostinho”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 499.

³³³⁹ *Ibidem*.

³³⁴⁰ *Ibidem*, p. 500.

³³⁴¹ Pedro Dias, *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau: 1557-1911*, Lisboa, Portugal Telecom, p. 164.

³³⁴² *Ibidem*.

³³⁴³ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 89.

³³⁴⁴ *Ibidem*.

pequena igreja de taipa³³⁴⁵. Ao longo dos séculos foi reconstruída ou intervencionada diversas vezes, tendo sido essa a realidade pelo menos nos anos de 1618, 1801-1803, 1844-1846, 1897-1898³³⁴⁶ e, como veremos adiante, durante o *Estado Novo*. Actualmente, como foi notado³³⁴⁷, trata-se de uma igreja que ilustra bem o eclético gosto oitocentista, sendo de destacar sobretudo o grande cromatismo do interior onde o azul, amarelo, dourado, branco e vermelho concorrem para criar um ambiente muito particular. Refira-se, também, a significativa amplitude da sua nave única interrompida apenas por duas capelas laterais que constituem os braços da cruz latina desta planta.



Imagem 285 A escadaria e fachada da igreja de São Lourenço, 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528

Igreja de Santo António: A primeira ermida dedicada a Santo António já existia no ano de 1565³³⁴⁸. Contudo, como tantas outras, depois de algumas reconstruções nos anos de 1610 e 1809³³⁴⁹, em 1874, na sequência de um forte tufão e incêndio, a igreja ficou reduzida às suas paredes³³⁵⁰. A sua reconstrução em 1875 resultou de uma subscrição pública³³⁵¹. No ano de 1930 terão sido promovidas renovações do frontispício e da torre da igreja pelo pároco José António Augusto Monteiro³³⁵². Porém, como veremos, já nos

³³⁴⁵ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 95.

³³⁴⁶ *Ibidem*, p. 90.

³³⁴⁷ Pedro Dias, "Igreja de São Lourenço", José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 502.

³³⁴⁸ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 120.

³³⁴⁹ *Ibidem*.

³³⁵⁰ *Ibidem*.

³³⁵¹ *Ibidem*.

³³⁵² *Ibidem*.

anos 50 promoveu-se nova campanha, datando dessa altura a aplicação do “Shangai Plaster”³³⁵³. Para alguns autores o interior desta igreja de nave única, com excepção óbvia para a decoração a estuque de gosto oitocentista, poderá corresponder ao do templo seiscentista³³⁵⁴

Igreja de São Lázaro ou de Nossa Senhora da Esperança: Esta igreja foi erguida por D. Melchior Nunes Carneiro Leitão (1516-1583) no ano de 1568 num local onde existiriam muitos leprosos (ou lázaros), funcionando à data como ermida do hospital³³⁵⁵. Todavia, no ano de 1633 seria aberta a todos os fiéis³³⁵⁶. No ano de 1885 o governador Tomás de Sousa Rosa (1844-1918) mandou demolir a antiga ermida e erguer um templo novo que, por sua vez, seria reconstruído entre os anos de 1931-1932 depois de um tufão ter destruído a sacristia e parte do tecto³³⁵⁷. Como veremos, nos anos 60 este templo voltaria a ser restaurado e aumentado, datando desta campanha a colocação do “Shangai Plaster” na fachada.

Fortaleza de São Paulo do Monte: O início da construção desta fortificação deveu-se aos padres da Companhia de Jesus que quando o governador D. Francisco Mascarenhas aqui chegou no ano de 1623 e assumiu a campanha, já tinham construído três baluartes às expensas da Fazenda Real³³⁵⁸. A obra estaria concluída três anos mais tarde³³⁵⁹. Nos seus primórdios desempenhou a função de eixo de toda a defesa da cidade pois a sua disposição permitia assegurar a protecção contra as ameaças vindas do norte (China),

³³⁵³ Designação de um revestimento parietal que imita cantaria, tendo surgido após a introdução do cimento na China. Trata-se de uma mistura de cimento com outros materiais como gravilha de mármore ou granito. No período em estudo a sua utilização em Macau foi frequente, devendo-se, na nossa opinião, à influência exercida pelos países vizinhos. De facto, a utilização de “Shangai Plaster” é extraordinariamente vulgar no sudoeste asiático como testemunha, por exemplo, George Town na Malásia, cidade classificada como Património Mundial da Humanidade. Por outro lado, o arquitecto José Maneiras explicou que em “Macau recorria-se sobretudo ao Shanghai plaster, porque havia uma certa dificuldade em encontrar tintas e os edifícios coloridos usavam a cal com pigmento de cor, mas de 5 em 5 anos os proprietários eram obrigados por lei, a caiar novamente os edifícios, o que se tornava bastante dispendioso.” Cf. Margarida Saraiva, “Património: edifícios junto às ruínas de S. Paulo”, *Hoje Macau*, 27 de Abril de 2010, disponível em http://macauantigo.blogspot.pt/2010_04_01_archive.html, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³³⁵⁴ Pedro Dias, “Igreja de Santo António”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 501.

³³⁵⁵ Manuela Teixeira, *op. cit.*, p. 121.

³³⁵⁶ *Ibidem*.

³³⁵⁷ Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 79

³³⁵⁸ *Idem*, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol. 1, p. 131.

³³⁵⁹ *Ibidem*.

do sul e dos litorais este e oeste³³⁶⁰. O seu formato é o de um quadrilátero irregular ainda que inicialmente o plano fosse o de um quadrado mais regular³³⁶¹. Nos finais dos anos 40 de Novecentos encontravam-se aqui instalados o presídio militar e o depósito de material de guerra³³⁶². No ano de 1965 recebeu a Estação Meteorológica de Macau, serviço que se manteve neste local até 1996, ano em que o governo mandou demolir a torre de observação e reabrir a fortaleza ao público³³⁶³. No ano de 1998 foi aqui inaugurado o Museu de Macau³³⁶⁴.



Imagem 286 Entrada da fortaleza de São Paulo do Monte, 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00527

Fortaleza de São Tiago da Barra: A conclusão dos trabalhos de construção desta edificação na ponta sul da península, ocorreu no ano de 1629³³⁶⁵, altura em que seria uma das mais importantes de Macau³³⁶⁶ na medida em que o acesso ao porto interior implicava que os navios passassem bem perto das suas muralhas pois “os portugueses entupiram todas as outras entradas para melhor proverem à segurança deste local.”³³⁶⁷ A capela dedicada a São Tiago terá sido construída no ano de 1740³³⁶⁸. Conforme alerta

³³⁶⁰ Jorge Graça, *op. cit.*, p. 41.

³³⁶¹ *Ibidem*.

³³⁶² IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão nomeada para proceder ao levantamento de elementos para o roteiro dos monumentos militares portugueses], 1947.

³³⁶³ Instituto Cultural de Macau, “Fortaleza do Monte”, disponível em <http://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/mointroP.asp>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³³⁶⁴ *Ibidem*.

³³⁶⁵ Jorge Graça, *op. cit.*, p. 63.

³³⁶⁶ *Ibidem*.

³³⁶⁷ Marco d’Avalos cit. por Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 34.

³³⁶⁸ Jorge Graça, *op. cit.*, p. 63.

Jorge Graça: “Esta fortaleza sofreu tantas alterações e mutilações que pouco resta da sua construção original.”³³⁶⁹ Actualmente funciona como um hotel de luxo denominado *Pousada de São Tiago* que parece ter alterado significativamente a estrutura pré-existente³³⁷⁰.

Fortaleza D. Maria II: Este forte localizado na colina homónima, dominando a baía de Cacilhas e o istmo da península, foi erguido sob a direcção de António de Azevedo e Cunha por volta de 1852, ano em que foi concluído³³⁷¹ e ocupado militarmente com o intuito de substituir a fortaleza de Mong-Há³³⁷² localizada no morro vizinho o que nunca chegou a acontecer. Nos anos de 1871 e 1872 foi objecto de alguns melhoramentos³³⁷³. Porém no ano de 1899 já estaria desactivada³³⁷⁴. A 16 de Janeiro de 1943, aquando do bombardeamento norte-americano a Macau, a casamata foi atingida por uma bomba³³⁷⁵. Depois disso, como veremos adiante, este forte de planta hexagonal irregular entrou num profundo estado de degradação.

Fortaleza de Nossa Senhora da Guia: Apesar de se acreditar na existência de uma primeira construção defensiva nesta colina datada de 1622³³⁷⁶, uma lápide existente no local comemora a sua edificação (ou será reedificação?) pelo capitão de Artilharia António Ribeiro entre 1637 e 1638³³⁷⁷. No seu interior encontra-se a capela dedicada a Nossa Senhora da Guia, um pequeno templo seiscentista dotado de cobertura abobadada e paredes decoradas com frescos³³⁷⁸. No ano de 1622 a ermida já existiria,

³³⁶⁹ *Ibidem*.

³³⁷⁰ Pedro Dias, *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau*, Lisboa, Portugal Telecom, 2005, p. 118.

³³⁷¹ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol. 1, p. 396.

³³⁷² Jorge Graça, *op. cit.*, p. 63.

³³⁷³ Pedro Dias, “Forte de D. Maria II”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo – Arquitectura e Urbanismo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, vol. *Ásia Oceania*, p. 494.

³³⁷⁴ *Ibidem*.

³³⁷⁵ Jorge Graça, *op. cit.*, p. 106.

³³⁷⁶ *Ibidem*, p. 80; Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 32.

³³⁷⁷ Jorge Graça, *op. cit.*, p. 80.

³³⁷⁸ Estes frescos foram descobertos no ano de 1996 durante as obras de restauro e reparação levadas a cabo pelo Instituto Cultural de Macau. Segundo o Instituto: “As pinturas murais retratam temas bíblicos alternados com representações típicas chinesas, constituindo exemplos perfeitos da conjugação harmoniosa das culturas Oriental e Ocidental. Trata-se de uma obra de qualidade ímpar, não encontrada em nenhuma outra igreja da região”. O restauro destes frescos terá ficado concluído em 2001. Cf. Instituto Cultural de Macau, “Fortaleza da Guia (incluindo a Capela da Guia e Farol da Guia)”, disponível em <http://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/mointroP.asp>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

tendo sofrido algumas reformas posteriores, caso daquela que no ano de 1875 ditou a construção ou reconstrução da sua frontaria³³⁷⁹.



Imagem 287 A capela e o farol da Guia, 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00527

Junto a esta capela encontra-se o farol cuja réplica, como veremos, figurou na primeira exposição colonial portuguesa. Apesar de ser indiscutivelmente um símbolo de Macau, não é consideravelmente antigo, datando de 1865. O seu interesse e valorização devem-se ao facto de ter sido o primeiro farol da costa da China, tendo sido aceso pela primeira vez a 24 de Setembro daquele ano³³⁸⁰. A sua construção deveu-se à comunidade estrangeira de Macau e o seu maquinismo a Carlos Vicente da Rocha (1810-1883)³³⁸¹. No ano de 1910 o farol, fustigado pela passagem do tempo e especialmente pelo grande tufão de 1874, foi substituído por outro importado de Paris³³⁸². Recordem-se as palavras de Manuel Teixeira a propósito do farol da Guia:

Este farol é um símbolo – símbolo daquela luz que há quatro séculos se acendeu em Macau e que nunca mais se extinguiu. Luz da Fé a iluminar o Oriente envolto nas trevas do paganismo. Fogo do lusismo que daqui irradiou pelas plagas mais remotas deste velho continente. Fulcro da civilização latina e cristã, portadora de valores

³³⁷⁹ Pedro Dias, *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau*, Lisboa, Portugal Telecom, 2005, p. 175.

³³⁸⁰ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol.1, p. 378.

³³⁸¹ *Ibidem*.

³³⁸² *Ibidem*, p. 379.

*espirituais, morais e intelectuais, perante os
quais se curvou o Oriente milenário.*³³⁸³

Fortaleza da Taipa: Esta fortificação localizada na ponta ocidental da ilha de Taipa foi construída no ano de 1847 na sequência de um pedido dirigido pelos habitantes ao governador João Maria Ferreira do Amaral (1803-1849) para que se procedesse à ocupação militar de um local muito assediado por piratas³³⁸⁴. Durante o *Estado Novo*, conforme



Imagem 288 Aspecto da varanda coberta da residência de Verão dos governadores na fortaleza da Taipa, 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00529.

demonstraremos adiante, foi utilizada como residência de Verão dos governadores. No ano de 1969 encontrava-se aqui instalada uma esquadra da polícia³³⁸⁵. Junto a esta fortaleza encontra-se um monumento construído no ano de 1880 em memória das vítimas da explosão da fragata D. Maria II³³⁸⁶ no ano de 1850³³⁸⁷.

Gruta de Camões: Símbolo maior da presença de Luís de Camões em Macau e, sobretudo, da tradição que nos diz que parte d'*Os Lusíadas* terão sido escritos nesta gruta localizada à entrada do morro de Patane, trata-se de uma formação constituída por três rochedos, dois colocados verticalmente e um terceiro horizontal como que a servir de tecto. No ano de 1861 o comendador Lourenço Marques encomendou a Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880) o busto de bronze do bardo, obra fundida no Arsenal do Exército³³⁸⁸. Na gruta encontram-se também lápides com inscrições de

³³⁸³ *Ibidem*, p. 381.

³³⁸⁴ Jorge Graça, *op. cit.*, p. 85.

³³⁸⁵ *Ibidem*, p. 86.

³³⁸⁶ A fragata D. Maria II foi enviada pelo Governo Português para Macau para garantir a defesa da colónia na sequência do assassinato do governador João Maria Ferreira do Amaral em 1849. A 29 de Outubro de 1850, dia do aniversário de D. Fernando, tal como todos os outros navios de guerra portugueses a fragata D. Maria II embandeirou em arco e lançou salvas. Nesse mesmo dia, aparentemente devido a um incêndio do paiol, a fragata explodiu. Da tripulação a bordo salvou-se apenas uma pessoa. Cf. Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 167.

³³⁸⁷ Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 167.

³³⁸⁸ *Ibidem*, p. 146. Esta obra veio substituir um busto feito por artistas chineses. Este, por sua vez, tinha vindo substituir um outro feito em gesso e colocado neste local no ano de 1840 mas posteriormente “mutilado por mãos ímpias”. Cf. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1997, vol. 1, p. 210. O mesmo Lourenço Marques mandou revestir o rochedo de alvenaria e circundar o local por um muro de alvenaria. Parte das paredes do rochedo ficaram cobertas com lápides com inscrições. O

poesia de diferentes autores, incluindo da obra *Camões* de Almeida Garrett (1799-1854). O jardim onde se encontra a gruta bem como o vizinho “Palacete Manuel Pereira” ou “Casa Garden”³³⁸⁹ contribuem para a importância deste local.

7.2 Macau no contexto da política colonial do *Estado Novo*

A chegada dos intrépidos navegadores portugueses à China remonta a 1513, ano em que Jorge Álvares (?-1521), explorador e feitor que partiu de Malaca, território conquistado por Afonso de Albuquerque dois anos antes, chegou à ilha de Tamão onde viria a levantar um padrão português³³⁹⁰. Na sequência desta campanha e atraído pelas informações referentes às muitas riquezas do sudoeste asiático, D. Manuel I determinou no ano de 1515 que se organizasse uma embaixada à China³³⁹¹. Assim, no ano de 1517 o embaixador Tomé Pires (c.1465-c.1540), o capitão-mor Fernão Peres de Andrade (?-1552) e outros, chegaram onde Jorge Álvares tinha chegado anos antes, tendo depois desembarcado em Cantão onde estabeleceram os primeiros contactos com oficiais³³⁹². Contudo, pouco tempo depois, uma situação que aparentemente augurava um futuro de sucesso para os portugueses nesta zona do sudoeste asiático, rapidamente se alterou. A alegada arrogância dos portugueses para com a população local, um problema diplomático relacionado com as cartas credenciais entregues em Pequim e a construção de uma fortaleza em Tamão, resultaram na prisão e execução dos portugueses, “ladrões pequenos do mar, enviados pelo ladrão grande, falsamente veem espiar nossa terra para vir sobre ela”³³⁹³.

rochedo terá sido, também, aperfeiçoado por canteiros que o debastaram. Na parte superior foi colocado “uma espécie de caramanchão, ou pavilhão chinês”. Cf. Manuel Teixeira, *A Gruta de Camões em Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1977, pp. 53-54.

³³⁸⁹ O primeiro dono deste edifício setecentista terá sido o negociante Manuel Pereira que mais tarde o alugou à Companhia das Índias. Lourenço Marques, casado com a filha de Manuel Pereira, vendeu-o juntamente com gruta ao Governo Português já no final do século XIX. Ao longo dos anos foi sucessivamente intervencionado de forma a adaptar-se às mais diversas funções. Serviu de Depósito de Material de Guerra, Repartição das Obras Públicas e Repartição das Obras dos Portos e Imprensa Nacional (1930-1953). A partir do ano de 1960 funcionou como Museu Luís de Camões. Cf. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, vol. 1, pp. 216-217. No ano de 1988 o edifício foi comprado pela Fundação Oriente.

³³⁹⁰ Gonçalo Mesquitela, *História de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1996, vol. 1, tomo I, p. 41.

³³⁹¹ *Ibidem*, pp. 42-46.

³³⁹² *Ibidem*, pp. 127-134.

³³⁹³ Cristovão Vieira, *Cartas dos Cativos*, cit. por Gonçalo Mesquitela, *op. cit.*, vol. 1, tomo I, p. 159.

Apesar da determinação imperial de jamais se receber uma embaixada portuguesa na China³³⁹⁴, mercadores portugueses foram desenvolvendo clandestinamente a sua actividade um pouco por toda a costa chinesa, incluindo em Macau e nas ilhas vizinhas, datando de 1557 o estabelecimento devidamente autorizado pelo imperador da povoação portuguesa no território em causa³³⁹⁵. Ao longo dos anos a Cidade do Santo Nome de Deus de Macau foi florescendo, tornando-se, graças à actividade inicial dos jesuítas, um importante centro religioso. Assim o atesta a criação da diocese no ano de 1575 e o facto desta abarcar “a Cidade, toda a Província da China e as ditas Ilhas do Japão e de Macau, com outras ilhas e terras adjacentes com suas Fortalezas, Vilas, localidades, territórios e distritos que devam ser especificados”³³⁹⁶ e parte fundamental do triângulo comercial constituído por Macau, Japão e pela China³³⁹⁷. Contudo, como aconteceu em relação a tantos outros territórios portugueses ultramarinos, a prosperidade de Macau acabou por atrair a atenção de outras potências coloniais, caso da Holanda que no ano de 1622 perpetrrou um célebre ataque a esta colónia do extremo Oriente. Apesar de este e outros assaltos terem sido devidamente saneados, em meados do século XVII o brilho de Macau já não era tão intenso, situação provocada, essencialmente, pela deterioração das relações com a China onde a dinastia Ming (1368-1644) foi substituída pelos Qing (1644-1912), pelo fim das relações com o Japão e respectivos negócios (1639), pela perda de Malaca a favor dos holandeses (1641) e pelo término do comércio com Manila³³⁹⁸. Nos séculos XVIII e XIX, a situação de decadência pouco se alterou, assistindo-se à substituição dos conflitos com os holandeses pela acção frequente e extraordinariamente castigadora de tufões e incêndios³³⁹⁹.

A partir dos anos 40 de Oitocentos os ventos começaram a mudar: enquanto a China se via envolvida na Guerra do Ópio com a Inglaterra (1840-1842), Portugal foi fortalecendo a sua soberania em Macau, datando de 1844 a promulgação de um decreto que determinou a elevação de Macau, até então dependente do governo da Índia

³³⁹⁴ Gonçalo Mesquitela, *op. cit.*, p. 160.

³³⁹⁵ *Ibidem*, p. 272.

³³⁹⁶ Gregório XIII, *Super Specula Militantis Ecclesiae*, 1575, cit. por Gonçalo Mesquitela, *op. cit.*, vol. 1, tomo II, p. 124.

³³⁹⁷ Os mercadores de Macau compravam a seda e ouro da China e vendiam-nos no Japão onde o pagamento era feito por prata que rendia substancialmente mais que o custo da mercadoria inicialmente comprada. Cf. Gonçalo Mesquitela, *op. cit.*, vol. 1, tomo II, p. 227.

³³⁹⁸ Maria de Lourdes Rodrigues Costa, *op. cit.*, pp. 21-22.

³³⁹⁹ *Ibidem*, pp. 22-23.

Portuguesa, ao estatuto de província de Macau, Timor e Solor³⁴⁰⁰. Com o início do governo de João Maria Ferreira do Amaral as mudanças tornar-se-iam cada vez mais evidentes: o jogo, actividade muitíssimo proveitosa, foi legalizado, atraindo elites chinesas para o território português, e o comércio e a indústria desenvolveram-se significativamente³⁴⁰¹. Finalmente, a 1 de Dezembro de 1887 através de um pacto sino-português, a soberania portuguesa sobre Macau seria reconhecida pela China³⁴⁰².

Os anos da I República ficaram marcados pelo comprometimento com o desenvolvimento de Macau e o progresso parece ter sido interrompido apenas a partir dos anos 30 com o agravamento da guerra civil chinesa e, sobretudo, com o rebentar do conflito sino-japonês³⁴⁰³. Nesta ocasião, Macau optou por manifestar a sua neutralidade o que terá assegurado a manutenção da integralidade territorial³⁴⁰⁴. Após o final da Primeira Guerra Mundial e o apaziguamento dos efeitos da “Grande Depressão” assistiu-se em Macau a uma crescente estabilização política e social e a algum desenvolvimento económico, dizendo-se que “A partir de 1933 tudo muda”³⁴⁰⁵. Data deste período, por exemplo, o anteriormente mencionado desenvolvimento urbano e arquitectónico, podendo ainda referir o início das obras com vista ao abastecimento regular de água (1936), a inauguração do aterro da Praia Grande (1940), do terminal da Pan American Airways (1937)³⁴⁰⁶ ou dos restauros da sé catedral e da ermida da Penha. Por outro lado, o jogo voltou a afirmar-se, datando do ano de 1934 a primeira concessão em regime de monopólio³⁴⁰⁷, situação da qual a cidade retirou grandes benefícios económicos. Senão note-se como o fluxo de turistas resultantes do jogo fez com que entre as décadas de 50 e 60 se tenha passado de um total anual de 5.336 para 26.534 turistas³⁴⁰⁸.

Paralelamente a população residente foi aumentando exponencialmente com a chegada de chineses vindos sobretudo da China e de Hong Kong fugindo aos japoneses que então

³⁴⁰⁰ Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação, 1995, vol. 3, p. 113

³⁴⁰¹ Pedro Dias, *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau: 1557-1911*, Lisboa, Portugal Telecom, 2005, p. 28.

³⁴⁰² Beatriz Basto da Silva, *op. cit.*, p. 302.

³⁴⁰³ João Botas, *Macau 1937-1945: Os anos da guerra*, Macau, Instituto Internacional de Macau, 2012, p. 69.

³⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 49.

³⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 69.

³⁴⁰⁶ Ana Tostões, *op. cit.*, p. 486.

³⁴⁰⁷ João Botas, *op. cit.*, p. 78.

³⁴⁰⁸ Ana Tostões, *op. cit.*, p. 487.

ocupavam estes territórios, situação que na década de 40 chegou a provocar a escassez de arroz e obrigou a implementar o racionamento de géneros alimentares³⁴⁰⁹. O problema agravar-se-ia com o escalar da Segunda Guerra Mundial, momento em que enquanto colónia de Portugal e por conseguinte território neutro, Macau recebeu milhares de refugiados³⁴¹⁰. Ainda assim o governador de Macau compreendeu que, não obstante as dificuldades que daí advinham, não poderia suspender a sua assistência aos refugiados chineses não só por questões humanitárias mas também “por alta conveniência política”³⁴¹¹. A questão da soberania portuguesa de Macau, apesar do tratado sino-português de 1887, era totalmente distinta das restantes províncias ultramarinas. A península do sudoeste asiático, recorde-se, não tinha sido conquistada e a fixação, pelo menos legítima, dos portugueses em Macau só foi possível devido a uma autorização imperial concedida no longínquo século XVI, o que fazia da administração portuguesa desta província e das ilhas vizinhas de Taipa e Coloane uma espécie de cortesia chinesa. De resto, durante a guerra Macau foi consideravelmente ameaçada pelas tropas japonesas. A este propósito refira-se que no ano de 1943 jornalistas britânicos, aquando da morte de elementos da guarnição portuguesa que se opôs ao ataque de um navio inglês ancorado nesta colónia, chegaram a afirmar que “A possibilidade de Portugal declarar a guerra ao Japão é o principal tema das conversas em Lisboa.”³⁴¹²

Apesar de Macau ser indiscutivelmente “a mais distante (...), a mais pequena em superfície (...), a menos autónoma e a mais dependente (a maioria do abastecimento de géneros vinha da China), aquela onde a questão da soberania se colocava de maneira peculiar”³⁴¹³, António de Oliveira Salazar, a menos que não fosse devido ao alegado direito “da ocupação, da conquista, da descoberta da acção colonizadora”³⁴¹⁴, prezava Macau, essa “jóia de família”³⁴¹⁵. Assim se explica que no ano de 1947, momento em que o presidente do Conselho de Ministros tinha conhecimento do facto de

³⁴⁰⁹ João Botas, *op. cit.*, p. 81.

³⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 110.

³⁴¹¹ ANTT, AOS, UL-62, cx. 856, pt. 17, fl. 355, 2 de Setembro de 1943.

³⁴¹² *Ibidem*, fl. 348, 2 de Setembro de 1943.

³⁴¹³ João Botas, *op. cit.*, p. 104.

³⁴¹⁴ António de Oliveira Salazar, “O interesse nacional na política da Ditadura”, *Discursos e notas políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, vol. 1, p. 132.

³⁴¹⁵ Alberto Franco Nogueira, *Salazar – O Ataque (1945-1958)*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 2000, p. 453.

determinadas facções estarem a pressionar o primeiro-ministro Chang Chun (1889-1990) no sentido de uma restituição imediata de Macau à China³⁴¹⁶, Salazar temesse não apenas a perda de Goa para a União Indiana mas, também, de Macau para os chineses³⁴¹⁷. A intenção de dissolver o pacto sino-português continuaria bem presente após a revolução comunista de Outubro de 1949 e a fundação da República Popular da China. Assim, quando as tropas de Mao Tsé Tsung (1893-1976) cercaram Macau no ano de 1949, Salazar solicitou auxílio à sua histórica aliada, a Inglaterra que, recorde-se, administrava a vizinha Hong Kong³⁴¹⁸. Perante a rejeição britânica Salazar determinou o envio de três mil homens para se juntarem a outros tantos que já estariam em Macau³⁴¹⁹, sabendo, no entanto, que as forças comunistas eram sobejamente mais fortes e capazes, razão pela qual esclareceu que “Em caso de ataque, responder-se-á com resistência simbólica, mas digna.”³⁴²⁰ Este episódio ilustra perfeitamente a importância que Macau tinha para o regime, senão note-se como esta tomada de posição relativa a uma aparentemente eminente perda de Macau foi tão mais pacífica do que aquela adoptada em relação à Índia Portuguesa, a propósito da qual se determinou, lembre-se, que se lutasse até ao último homem.

Não menos ilustrativo desta questão terá sido o facto de no ano de 1959, conforme alertou o ministro da Defesa, a “administração, já de si difícil, da província”³⁴²¹ estar a ser substancialmente prejudicada pelo facto dos cargos de governador, bispo, juiz, director da Fazenda, delegado da Procuradoria da República e comandante militar estarem à data desocupados em Macau³⁴²². De facto, antes de Jaime Silvério Marques ter tomado posse do governo de Macau em Agosto de 1959³⁴²³, a província estaria a ser governada há cerca de um ano por um encarregado que, na opinião do ministro do Ultramar, “não se tem mostrado à altura das dificuldades do cargo”³⁴²⁴; o bispo estava há meses na metrópole a propósito da inauguração do monumento ao Cristo-Rei (17 de Maio de 1959); o juiz fora transferido; o director de Fazenda *idem*; o delegado *idem*; e o

³⁴¹⁶ ANTT, AOS, UL-10 A 3, cx. 769, pt. 1, fl. 3, s/d [1947].

³⁴¹⁷ Alberto Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 78.

³⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 146.

³⁴¹⁹ *Ibidem*.

³⁴²⁰ *Ibidem*, p. 157.

³⁴²¹ ANTT, AOS, PC 78J, cx. 554, pt. 8, fl. 653, s/d [1959].

³⁴²² *Ibidem*.

³⁴²³ *Boletim Gera do Ultramar* nº411-412, 1959, p. 37.

³⁴²⁴ ANTT, AOS, PC 78J, cx. 554, pt. 8, fl. 656, 13 de Junho de 1959.

comandante militar houvera regressado à metrópole por motivos de doença³⁴²⁵. Assim, não é de estranhar que “a administração, a Polícia, etc.”³⁴²⁶ estivessem “completamente corroídas pela venalidade, pela incompetência e desonestidade da maioria dos funcionários. Rouba-se à descarada.”³⁴²⁷ O cenário era preocupante e as medidas para corrigir esta situação de profunda fragilidade administrativa num território ambicionado por japoneses e, sobretudo, pelos cada vez mais presentes e audíveis chineses comunistas, pareciam ser sucessivamente preteridas numa época marcada sobretudo pela preocupação com as questões da Índia Portuguesa e das províncias de África.

Ainda assim, no ano de 1966, portanto num momento em que o regime já tinha passado pela humilhação do caso de Goa, a posição tomada contra a ameaça comunista acabaria por ser consideravelmente mais aguerrida. A propósito do motim popular conhecido como “1, 2, 3”³⁴²⁸, numa altura em que o governador reconhecia que “a nossa posição aqui é cada vez mais precária”³⁴²⁹, o ministro da Defesa recordou ao Comando-Chefe de Macau que:

*A resistência na integridade território deverá ser assegurada até ao esgotamento repete-se até ao esgotamento dos meios de combate. Governo confia Vexa e forças militares e militarizadas sob seu comando cumprirão integralmente aquela missão e que em caso algum se repetirão acontecimentos Índia.*³⁴³⁰

Todavia, a questão acabaria por ter uma resolução diplomática. No rescaldo do motim popular que no dia 3 de Dezembro de 1966 invadiu a cidade de Macau tendo inclusivamente derrubado o monumento a Vicente Nicolau de Mesquita e saqueado o

³⁴²⁵ *Ibidem.*

³⁴²⁶ *Ibidem*, doc. 658, 10 de Novembro de 1959.

³⁴²⁷ *Ibidem.*

³⁴²⁸ O incidente terá sido iniciado pelo facto da população comunista chinesa, concretamente a Associação de Operários, não ter sido autorizada a construir uma escola na ilha de Taipa. Ainda assim a construção teve início a 15 de Novembro de 1966 e em resposta a esta desobediência as autoridades portuguesas embargaram a obra. Devido ao descontentamento dos envolvidos a PSP acabou por intervir. O descontentamento da população chinesa foi aumentando até que nos dias 3 e 4 de Dezembro de 1966 os insurgentes manifestaram-se em Macau. Na opinião do governador Nobre de Carvalho o principal alvo do descontentamento dos manifestantes era o coronel Mota Cerveira, encarregado do governo à data dos problemas, um homem de feitio demasiado inflexível e intransigente. As mesmas críticas foram tecidas ao comandante da Polícia, Galvão de Figueiredo. Cf. ANTT, AOS, UL60, cx. 779, pt. 2, 4ª subdivisão, fl. 221, 6 de Janeiro de 1967.

³⁴²⁹ ANTT, AOS, UL57, cx. 852, pt. 24, fl. 200, 8 de Dezembro de 1966

³⁴³⁰ ANTT, AOS, PC 78L, cx. 556, pt. 13, fl. 370, 1966.

Leal Senado e a Santa Casa da Misericórdia, uma delegação dos manifestantes reuniu com o recém-chegado governador José Manuel Nobre de Carvalho³⁴³¹. Enquanto as negociações decorreram a população adoptou a política de não pagar impostos, não prestar serviço ao governo e não vender produtos aos portugueses³⁴³². A situação era insustentável e o governo português de Macau acabou por ceder: a 29 de Janeiro de 1967 o governador e as autoridades da República Popular da China chegaram a um acordo, tendo sido apresentado um pedido de desculpa à comunidade chinesa³⁴³³. Afinal:

*A nossa soberania aqui terá de se manter enquanto o Governo da Nação assim o pensar. Mas, na verdade, a situação da Administração é cada vez mais precária perante a China actual, com a expansão evidente do fanatismo por Mao, etc... Neste território, 97% são chineses e, embora a maioria não deseje meter-se em política e pretenda apenas viver a sua vida. O nosso caso aqui é único no Mundo. (...) Claro que só a força permite adoptar certas políticas, com aspectos diferentes consoante as regiões do Mundo. E nós, é um facto, como não dispomos de força, dificilmente podemos tomar atitudes mal definidas*³⁴³⁴.

O facto do interesse da metrópole ter sido algo tímido e aparentemente quase que exclusivamente patriótico – como se depreende do entendimento e divulgação de Macau como “padrão do primeiro contacto entre Europa e Oriente”³⁴³⁵ – mas órfão de motivações mais relevantes – por exemplo económicas ou estratégicas – terá contribuído para que, como passaremos a ver, a maioria das iniciativas reveladoras de uma consciência patrimonial particularmente dirigida para os monumentos mais

³⁴³¹ João Botas, “O 1, 2, 3 em 1966”, 2009, disponível em <http://macauantigo.blogspot.pt/2009/04/o-123-em-1966.html>, consultado a 3 de Fevereiro de 2015.

³⁴³² *Ibidem*.

³⁴³³ Segundo Moisés Silva Fernandes este pedido de desculpa foi acompanhado da promessa de que as autoridades portuguesas não voltariam a utilizar força para castigar a comunidade chinesa. Adicionalmente terá sido paga uma compensação pelos oito mortos e doze feridos que resultaram dos acontecimentos em causa. Por outro lado, organizações nacionalistas foram banidas de Macau bem como oito líderes do partido Guomindang, portanto opositores do comunismo chinês. Estas últimas duas medidas acabariam por beneficiar Macau, já que melhoravam as relações com a República Popular da China e aliviavam o problema do excesso de população provocado pela questão dos refugiados. Cf. Moisés Silva Fernandes, “Macau in Chinese Foreign Policy during the Cultural Revolution, 1966-1968”, *Parts of Asia*, nº17-18, 2010, p. 17.

³⁴³⁴ ANTT, AOS, UL60, cx. 779, pt. 2, 4ª subdivisão, fls. 222-223, 6 de Janeiro de 1967.

³⁴³⁵ Alberto Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 163.

importantes de Macau, se tenha devido a iniciativas do governo provincial. O experiente governador Silvério Marques que liderou o destino de Macau num período crítico desta província ultramarina, e os seus sucessores Pedro Correia de Barros, António Adriano Faria Lopes dos Santos e Nobre de Carvalho, como vimos na primeira parte deste estudo, terão desempenhado um papel importante nesta área. O mesmo se verifica em relação à Igreja, aos contributos das missões católicas e de D. José da Costa Nunes. De forma contrastante, como veremos, o Ministério do Ultramar gizou uma missão patrimonial no ano de 1962 que na verdade foi sucessivamente protelada, preterida em relação a outras, e acabou por concretizar-se com onze anos de atraso.

7.3 Programas, práticas e critérios durante o *Estado Novo*

A acção dos Serviços de Obras Públicas e da Igreja Católica

Os trabalhos de conservação e restauro dos monumentos de Macau, uma colónia que não contava na sua estrutura administrativa com uma comissão permanente dedicada ao seu estudo, inventariação, classificação e outras formas de protecção e divulgação, eram da responsabilidade da Repartição de Obras Públicas. Segundo conseguimos apurar, ao longo dos anos 30 a secção responsável pelos edifícios públicos e monumentos não foi particularmente activa em relação ao restauro dos monumentos históricos, assistindo-se sobretudo à execução de obras “que a necessidade de manter os edifícios públicos em regular estado aconselham que se fizessem”³⁴³⁶. Na ausência da verba necessária à concretização de trabalhos profundos, as campanhas caracterizavam-se pela promoção de pequenas reparações, tais como caiações interiores e exteriores, substituição de madeiramentos, limpezas, pinturas ou consertos de canalizações³⁴³⁷. A substituição das coberturas em madeira por betão armado era nesta fase uma das prioridades das Obras Públicas, parecendo não haver qualquer tipo de sinal que denunciase alguma preocupação com a manutenção das características originais dos edifícios, mas tão somente com os ataques da formiga-branca, um mal que afectou, por exemplo, a sé catedral e a igreja de Nossa Senhora do Carmo³⁴³⁸. Entre os trabalhos estritamente

³⁴³⁶ AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1934-1935].

³⁴³⁷ *Ibidem*.

³⁴³⁸ *Ibidem*.

necessários encontravam-se, também, obras de adaptação dos edifícios a outros fins, como foi o caso da fortaleza da Taipa, intervencionada nos anos de 1934-1935 para servir de residência do governador³⁴³⁹.

Nos anos 40 e 50 a situação seria pouco diferente, sabendo que em 1956 o director da Repartição de Obras Públicas se lamentou da “reduzíssima verba atribuída”³⁴⁴⁰ à secção de Edifícios Públicos e Monumentos. Contudo, note-se que apesar das lamentações quase constantes referentes à pouca disponibilidade de verbas, a verdade é que do total disponível para a 1ª secção, a secção de Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais, a maior parte seria aplicada não na construção mas antes na conservação destas obras. No ano de 1941 o director das Obras Públicas afirmou, assombrado, que “é enorme a verba anualmente consumida em obras de conservação”³⁴⁴¹. As razões seriam as seguintes:

*preocupação de gastar pouco em despesa do primeiro estabelecimento, à pouca competência da fiscalização, à falta de disciplina imposta em cadernos de encargos (...) e à pressa com que algumas obras têm que ser feitas, muitas vezes até, com a preocupação de obter resultados que se politicamente produzem os efeitos desejados, sob o ponto de vista de fomento, não honram os serviços.*³⁴⁴²

Esta constatação deve-se ao facto de entre os anos de 1939 e 1940 os Serviços de Obras Públicas terem promovido um número considerável de obras de conservação e beneficiação em diversos edifícios, nomeadamente em muitas das fortalezas e em algumas das igrejas³⁴⁴³. É plausível que este incremento dado às intervenções em edifícios públicos e monumentos no período em causa – quando tal não se verificou em anos anteriores – se explique pelas comemorações centenárias de 1940. Tratar-se-ia, no entanto, de um esforço significativo pois durante a Guerra do Pacífico (1941-1945) a

³⁴³⁹ *Ibidem.*

³⁴⁴⁰ AHU, OP03394, 9/1121-1/2, MU, DGOPC, DSTT, doc. s/n [Relatório OP 1956].

³⁴⁴¹ AHU, OP05974, 9/1240-1/4, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1941].

³⁴⁴² *Ibidem.*

³⁴⁴³ No âmbito das obras de restauro em edifícios públicos que não monumentos nacionais, não podemos deixar de destacar o caso do hospital dos Pobres (depois de São Rafael), o primeiro hospital ocidental de Macau e da China, cuja origem remonta ao século XVI. Ao longo dos séculos foi sucessivamente intervencionado. No ano de 1939, após uma grande campanha de obras, o hospital foi novamente inaugurado.

Repartição Provincial de Obras Públicas de Macau não conseguiu concretizar todas as obras necessárias, sobretudo obras de conservação, devido “à deficiência de verbas, por um lado, à carência e elevado custo de materiais e mão-de-obra, por outro.”³⁴⁴⁴ De forma a ilustrar esta grande despesa com as obras de conservação de edifícios públicos e monumentos note-se que, por exemplo, no ano de 1948 não terão sido concretizadas quaisquer obras novas, apenas muitas reparações³⁴⁴⁵. Neste ano 3.820.00 foram despendidas com monumentos nacionais³⁴⁴⁶. Nesta província, além da crónica falta de verbas e dos problemas recentemente apontados, os Serviços de Obras Públicas deparavam-se com outro problema que, conforme foi notado pelo seu director no ano de 1939, era recorrente: a “dificuldade, por parte dos funcionários europeus que não falam a língua chinesa, de fazer compreender aos operários chinas”³⁴⁴⁷ o que pretendiam nestas obras de construção, conservação, reparação ou restauro de edifícios públicos e monumentos. No entanto, no ano de 1939, desconhecemos com que aplicação, o director das Obras Públicas apresentou uma solução para este problema, a criação de cursos nocturnos de língua portuguesa para fiscais e capatazes pois até alguns destes, além dos trabalhadores, “pouco ou nada conhecem da língua portuguesa”³⁴⁴⁸.

É ainda interessante notar que no ano de 1940 o director das Obras Públicas sentiu a necessidade da existência de uma comissão de estética, tendo apresentado a proposta da sua criação ao Conselho do Governo e ao governador Artur Tamagnini de Sousa Barbosa (1880-1940)³⁴⁴⁹. No fundo, tratava-se de uma tentativa de agilizar o processo de aprovação dos processos de obras particulares através da centralização dessa competência numa só comissão³⁴⁵⁰. Todavia, o aspecto que mais nos interessa nesta Comissão de Estética prende-se com o facto de se ter reconhecido a importância de reunir neste órgão “as pessoas que devem interferir no desenvolvimento arquitectónico urbano, salubridade e embelezamento da cidade”³⁴⁵¹ mas, também, os responsáveis pela “conservação de monumentos e obras dignas de especial atenção, incluindo os

³⁴⁴⁴ AHU, OP05980, 9/1240-3/4, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1948].

³⁴⁴⁵ *Ibidem*.

³⁴⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁴⁷ AHU, OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1939].

³⁴⁴⁸ *Ibidem*.

³⁴⁴⁹ *Boletim Oficial de Macau* nº10, I Série, “Diploma nº658”, 9 de Março de 1940, p. 147.

³⁴⁵⁰ *Ibidem*.

³⁴⁵¹ *Ibidem*.

templos chineses”³⁴⁵². Assim podemos desde já avançar que neste diploma foram fixadas duas ideias que serão sucessivamente retomadas aquando da criação das várias comissões de monumentos de Macau: o entendimento dos monumentos como parte integrante da cidade, notando-se uma grande valorização dos sítios e ambientes, bem como o reconhecimento dos pagodes chineses como monumentos ou imóveis de interesse público cuja conservação, tal como o património de origem portuguesa, deveria ser assegurada.

Gostaríamos ainda de alertar para o facto da Igreja e, muito concretamente, o bispo D. José da Costa Nunes terem desempenhado, paralelamente às iniciativas das Obras Públicas, um papel decisivo na conservação e restauro dos monumentos de Macau. Seja porque, como veremos, evitou a perda definitiva destes monumentos ou porque assegurou a sua continuidade ainda que muito descaracterizados. Entre as ambições e concretizações arquitectónicas deste bispo de Macau podemos, desde já, destacar a insistência no sentido de se promover o restauro da sé catedral e do paço episcopal, ou o caso da reedificação da ermida de Nossa Senhora da Penha. Apesar de esta ermida não ter sido considerada como monumento nacional durante o *Estado Novo* – precisamente por ter sido reedificada no século XX³⁴⁵³ – parece-nos importante mencionar que se trata de um edifício que no ano de 1932 “que de bom só tem o sítio, porquanto é um edifício velho, desconfortável e meio arruinado.”³⁴⁵⁴ Ainda assim, numa altura em que, como veremos, o paço episcopal era também um “casarão arruinado”³⁴⁵⁵, o bispo de Macau utilizou o edifício anexo à ermida como residência pelo menos desde 1932³⁴⁵⁶. Para isso, ou melhor, por isso, D. José da Costa Nunes promoveu o restauro da capela da Penha inaugurada a 13 de Outubro de 1935³⁴⁵⁷. A ermida profundamente restaurada por vontade do bispo era, de resto, o resultado de uma

³⁴⁵² *Ibidem*.

³⁴⁵³ No ano de 1963 a comissão constituída em 1960 com o objectivo de estudar e propor as medidas adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico de Macau referiu, a propósito desta ermida, que tendo sido reedificada nos anos de 1837 e 1934-1935 “O seu valor actual é, pois apenas paisagístico e turístico, em virtude de se encontrar situada no melhor mirante natural da cidade.” Cf. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁴⁵⁴ AHU, n.º380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo n.º73151, doc. s/n, 20 de Janeiro de 1932.

³⁴⁵⁵ *Ibidem*.

³⁴⁵⁶ *Ibidem*.

³⁴⁵⁷ Manuel Teixeira, *Paróquia de S. Lourenço*, s.l. [Macau], s.n., 1937, p. 14.

intervenção promovida no ano de 1837 segundo projecto do architecto José Tomás de Aquino (1804-1852).



Imagem 289 Pormenor de um postal de c. 1890 com a ermida da Penha no cimo da colina. João Loureiro, *Postais Antigos de Macau*, 1995.



Imagem 290 A ermida da Penha antes de 1937. ACTD/IICT, nº 5442.

Nesta ocasião, segundo Pedro Dias, “um exemplar daquela arquitectura de raiz clássica que vingou em Portugal e nos Domínios Ultramarinos, a partir do fim do século XVI”³⁴⁵⁸ deu lugar a um edifício neogótico³⁴⁵⁹. Contudo, sabemos que no ano de 1904 o edifício era “simples, sem arte nem estilo”³⁴⁶⁰, tendo os seus anexos “abandonados a piratas, que (...) alli vão pernoitar muitas vezes sem respeito ao lugar sagrado.”³⁴⁶¹. Nesse mesmo ano, o pe. António Maria Alves (1866-1944) lamentava-se: “Corta o coração ver entregue ao olvido este monumento da antiga devoção portuguesa.”³⁴⁶² A alusão à ausência de estilo leva-nos a afirmar que a transformação encetada pelo architecto macaense não foi tão radical assim, isto é, não lhe deu o aspecto neogótico. De resto, note-se que o pe. António Maria Alves no mesmo ano em que se referiu à Penha identificou os elementos em “estilo gothico”³⁴⁶³ da igreja de São José. Adicionalmente, uma fotografia de cerca de 1873 de William Pryor Floyd³⁴⁶⁴ não permite identificar o estilo gritantemente neogótico observável a partir da campanha promovida por D. José

³⁴⁵⁸ Pedro Dias, *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau: 1557-1911*, Lisboa, Portugal Telecom, 2005, p. 177.

³⁴⁵⁹ *Ibidem*, p. 176.

³⁴⁶⁰ António Maria Alves, *Congregações Marianas na China e em Macau: Lembrança do ano jubilar da Imaculada Conceição 1854-8 de Dezembro de 1904*, Macau, s.n., 1904, p. 86.

³⁴⁶¹ *Ibidem*.

³⁴⁶² *Ibidem*.

³⁴⁶³ *Ibidem*, p. 81.

³⁴⁶⁴ Esta fotografia pode ser vista em

<http://catalogue.wellcomelibrary.org/record=b1187742>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

da Costa Nunes, da qual a grande torre é o elemento mais marcante. E o mesmo acontece com o postal de cerca de 1890 que reproduzimos anteriormente, bem como com a fotografia pertencente ao espólio do Instituto de Investigação Científica Tropical que foi certamente tirada antes do ano de 1937³⁴⁶⁵.



Imagem 291 A ermida da Penha após as obras. Manuel Teixeira, *Paróquia de S. Lourenço*, 1936.



Imagem 292 Pormenor da fachada da ermida, c. 1976. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, 1976.

Importa ainda notar que em certos casos esta autonomia da Igreja face aos Serviços de Obras Públicas em relação à intervenção nos edifícios religiosos de Macau, seria praticamente total, o que terá gerado alguns problemas. O caso mais paradigmático parece ser o do restauro da igreja e seminário de São José no ano de 1953, obra promovida por D. João de Deus Ramalho (1890-1958)³⁴⁶⁶. Apesar de pretendermos aprofundar este caso um pouco mais à frente, interessa desde já notar que no ano de 1960 Luís Benavente tomou conhecimento das obras realizadas neste conjunto através de um artigo da autoria de Michael Hugo-Brunst³⁴⁶⁷ publicado no *Journal of the Society of Architectural Historians* de 1956³⁴⁶⁸. Nesta ocasião, o arquitecto que à data, como

³⁴⁶⁵ Esta fotografia faz parte de um conjunto denominado “Levantamento arquitectónico português em Macau” no qual se encontra uma fotografia da sé com o aspecto anterior ao restauro de 1937. Cf. Arquivo Científico Tropical, disponível em

http://actd.iict.pt/list/author/Mam-Took/?rows=50&pager_row=1, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁴⁶⁶ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol. 1, p. 97.

³⁴⁶⁷ Arquitecto formado em Cape Town e Liverpool. Em determinada altura Hugo-Brunst também terá sido lente de arquitectura na Cornell University e em Hong Kong. Mais tarde ter-se-á mudado para a Austrália onde viria a dar aulas na faculdade de Arquitectura da University of Western Australia. É o autor do artigo “The Parish Church of St. Lawrence at Macao” publicado no *Journal of Oriental Studies*, vol. VI, nº1 e 2, 1961-1964, pp. 109-114 que foi bastante criticado pelo pe. Manuel Teixeira pela falta de rigor histórico. Cf. Manuel Teixeira, *op. cit.*, vol. 1, pp. 92-95.

³⁴⁶⁸ Michael Hugo-Brunst, “The Jesuit Seminary and Church of St. Joseph, Macao”, *Journal of the Society of Architectural Historians*, XV, 3, 1956, pp. 24-30.

sabemos, estava em serviço no Ministério do Ultramar e na eminência de desempenhar uma missão em Macau, ficou surpreendido não tanto com o facto da igreja e do seminário de São José terem sido restaurados mas, sobretudo, com a (falta de) qualidade e rigor da intervenção que “a descaracterizou quase por completo”³⁴⁶⁹. Benavente que afirmava respeitar “a boa intenção dos que hajam participar no assunto”³⁴⁷⁰ mas devido à sua formação e carreira quase totalmente dedicada “à causa da reposição do nosso património e com o desejo de Portugal continuar a ser Portugal”³⁴⁷¹, não podia aceitar o que acabava de ler e observar através dos desenhos publicados. Na sua opinião seria:

preferível uma simples salvaguarda contra os elementos aguardando uma reabilitação dentro das suas características nacionais e hereditárias, do que um arranjo em que estas foram totalmente desprezadas para dar lugar a um hibridismo desconcertante. Uma cúpula à maneira da do Pantheon de Agrippa, em Roma, com o fundo dos caixotões envidraçados, colunas coríntias ladeando um altar incaracterístico, o exterior de uma fachada toda tracejada imitando juntas da cantaria, à maneira “georgiana”³⁴⁷².

Podemos assim concluir que para Luís Benavente o maior problema prendia-se com a “desnacionalização” da arquitectura desta igreja, com a descaracterização de um templo que estando em território português só poderia ser uma obra dotada de “características nacionais e hereditárias”³⁴⁷³. A duríssima crítica de Luís Benavente à campanha promovida no ano de 1953, sem querermos de modo algum negar a importância da elaboração de projectos e da fiscalização de trabalhos por especialistas nestas matérias ou, pelo menos, por homens da secção de Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais das Obras Públicas, revelar-se-ia algo exagerada. Isto porque mesmo antes desta intervenção a igreja de São José era sobretudo um edifício dotado de uma fachada extraordinária ao nível da linguagem barroca que apresentava mas, na verdade, não

³⁴⁶⁹ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 3, 10 de Maio de 1960.

³⁴⁷⁰ *Ibidem.*

³⁴⁷¹ *Ibidem.*

³⁴⁷² *Ibidem.*

³⁴⁷³ *Ibidem.*

teria muito dos tais elementos nacionais que Benavente esperaria observar, pois como Pedro Dias notou:

*É um dispositivo que, juntamente com todo o desenho da planta, nos obriga a pensar que foi projetado por arquiteto italiano de primeira linha, já que em Portugal não encontramos nada de parecido nesta época.*³⁴⁷⁴

Todavia, neste momento, o aspecto que mais nos interessa destacar prende-se com o facto de este episódio ilustrar perfeitamente duas situações que estão intimamente relacionadas: a autonomia da Igreja no concernente a estas questões e a falta de capacidade dos serviços provinciais de Obras Públicas, e menos ainda da DGOPC do Ministério do Ultramar, para controlarem as intervenções nestes monumentos históricos. Afinal, na sequência da tomada de conhecimento deste restauro, a DSUH do Ministério do Ultramar pediu satisfações ao governo de Macau, tendo aproveitado para esclarecer que seria recomendável pelo menos informar e ouvir esta direcção de serviço antes da realização de qualquer trabalho desta natureza³⁴⁷⁵. Através da resposta do encarregado do governo de Macau ficámos a saber, como já deixámos exsudar, que na Repartição de Obras Públicas da província não foi localizado qualquer processo ou pedido de autorização para a realização da intervenção em causa, podendo concluir que as obras foram realizadas sem conhecimento e autorização deste serviço³⁴⁷⁶. Como dizíamos, este episódio permite-nos identificar a falta de capacidade dos serviços provinciais de Obras Públicas no concernente à conservação e restauro dos monumentos nacionais e antecipa a dificuldade de aplicação que o Decreto nº41 787 de 1958 viria a ter, nomeadamente no referente à orientação – por parte da DSUH do Ministério do Ultramar – de obras de conservação e restauro dos monumentos de interesse nacional existentes no ultramar³⁴⁷⁷.

³⁴⁷⁴ Pedro Dias, “Igreja do Seminário de São José”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 503.

³⁴⁷⁵ *Ibidem*.

³⁴⁷⁶ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 14, 26 de Fevereiro de 1962.

³⁴⁷⁷ *Diário do Governo* nº 172, I Série, “Decreto 41 787”, 7 de Agosto de 1958, p. 757.

As comissões temporárias para a salvaguarda do património arquitectónico de Macau

No rescaldo da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) e alguns meses depois de ter assumido a administração de Macau como encarregado do governo, Samuel Conceição Vieira, anteriormente comandante do navio *Afonso de Albuquerque*, determinou por despacho de 21 de Abril de 1947 a criação de uma comissão que neste ano viria a apresentar um relatório no qual constariam elementos para o roteiro dos monumentos militares portugueses da colónia³⁴⁷⁸. Desconhecendo se o término de um período de guerra no qual Macau não participou directamente poderá ou não ter influenciado a realização deste estudo dos “monumentos militares, ou de que há vestígios ou memória fidedigna”³⁴⁷⁹ é no entanto fundamental dar conta da sua existência. Numa altura em que, segundo conseguimos apurar, ainda não existia um inventário dos monumentos da colónia, esta comissão realizou um levantamento das construções militares – fortalezas, fortins e baterias rasantes, mas também dos monumentos comemorativos³⁴⁸⁰ – e apresentou uma breve história da fixação portuguesa em Macau desde 1513, ano em que Jorge Álvares terá levantado “o primeiro padrão português em terras da China”³⁴⁸¹, bem como de cada uma das edificações erguidas, havendo também referências à sua utilização actual.

No ano de 1953, à semelhança do que vimos acontecer em Angola, o governador Joaquim Marques Esparteiro reconheceu que seria necessário dar cumprimento a uma determinação legal publicada na metrópole no ano de 1949³⁴⁸², a Lei nº2:032 de 11 de

³⁴⁷⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão nomeada para proceder ao levantamento de elementos para o roteiro dos monumentos militares portugueses], 1947.

³⁴⁷⁹ *Ibidem*.

³⁴⁸⁰ A relação apresentada inclui as fortalezas de São Paulo do Monte, de Nossa Senhora do Bom Parto, de São Francisco, de São Tiago da Barra, de Nossa Senhora da Guia, as muralhas da cidade e fortins de São João, São Jerónimo e de Nossa Senhora da Penha de França e de São Pedro, as fortalezas de Mong-Há e de D. Maria II, a bateria rasante 1º de Dezembro, a fortaleza da Taipa, o fortim de Coloane e o Monumento do Combate de Coloane, o Monumento da Vitória, o arco triunfal da “Porta do Cerco”, o fortim da Ilha Verde e a bateria da Lapa.

³⁴⁸¹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão nomeada para proceder ao levantamento de elementos para o roteiro dos monumentos militares portugueses], 1947.

³⁴⁸² *Boletim Oficial de Macau* nº50, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 12 de Dezembro de 1953, p. 876.

Junho daquele ano³⁴⁸³. Como mencionámos, nesse mesmo ano de 1953 o ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues houvera determinado a publicação da Lei nº2:032 de 1949 nas províncias ultramarinas³⁴⁸⁴. O objectivo, recorde-se, passava por garantir que as câmaras municipais se envolvessem na salvaguarda dos monumentos nacionais, promovendo a classificação de “todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos seus concelhos”³⁴⁸⁵. Caso essa classificação como monumentos nacionais ou imóveis/móveis de interesse público não ocorresse, as câmaras municipais teriam a hipótese de promover a sua classificação como “valores concelhios”³⁴⁸⁶. Fundamental seria que as entidades municipais auxiliassem o Estado nesta campanha em prol da protecção e conservação destes elementos ou conjuntos classificados, cabendo-lhes informar o Ministério da Educação Nacional, neste caso o governo de Macau, de qualquer ameaça à integridade destes monumentos. No entanto o governo provincial de Macau reconheceu que o Leal Senado não dispunha “de pessoas especializadas em número suficiente”³⁴⁸⁷ para desempenhar aquela tarefa e por essa razão, depois de ouvir as autoridades eclesiástica e militar, determinou a criação de uma comissão que apresentasse com a maior brevidade³⁴⁸⁸:

*o resultado dos seus trabalhos, relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes na Província.*³⁴⁸⁹

Esta comissão teve como presidente José Marcos Batalha, médico formado em Coimbra³⁴⁹⁰ e vice-presidente do Leal Senado da Câmara³⁴⁹¹, e como vogais António

³⁴⁸³ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

³⁴⁸⁴ *Diário do Governo* nº248, I Série, “Portaria nº14 602”, 9 de Novembro de 1953, pp. 1379-1380.

³⁴⁸⁵ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

³⁴⁸⁶ *Ibidem*.

³⁴⁸⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸⁸ *Boletim Oficial de Macau* nº50, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 12 de Dezembro de 1953, p. 876.

³⁴⁸⁹ *Ibidem*.

³⁴⁹⁰ João Botas, “Graciete Batalha, a Professora”, 2014, disponível em <http://macauantigo.blogspot.pt/2014/11/graciete-batalha-professora.html>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁴⁹¹ Assim seria pelo menos no ano de 1955. Cf. Nenotavaiconta, “Festa do Taumaturgo Português, Santo António de Lisboa em 18 de Junho de 1955 – Capitão da Cidade de Macau”, 2012, disponível em <https://nenotavaiconta.wordpress.com/tag/jose-marcos-batalha/>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

Maria Morais Sarmiento, cônego, Acácio Cabreira Henriques, major e presidente do Conselho Administrativo do Comando Militar de Macau³⁴⁹², Albertino Cruzeiro Galvão Roxo, arquitecto³⁴⁹³ e Chui Pui Chi, um letrado chinês³⁴⁹⁴. No ano de 1954 a comissão apresentou o relatório dos trabalhos orientados no sentido de dignificar os heróis portugueses que chegaram a Macau e ergueram as igrejas e fortificações ali existentes, eles próprios testemunhos daquela vontade inabalável de contribuir para a expansão da Fé e do Império mas cujo estado, pelo menos à data, não ilustrava condignamente este cenário de glória:

Fundada em meio do século XVI, Macau é uma presença viva daquela inquebrável vontade dos portugueses de antanho, que procurando “dilatara a fé e o império”, conseguiram levar às mais longínquas paragens do Mundo os benefícios da civilização europeia. Em Macau, escreveram estes bravos algumas das mais belas páginas da história pátria, e as construções militares e religiosas que aqui deixaram erguidas atestam quão decididamente lutaram em defesa dos nossos territórios e procuraram expandir os ideais da religião cristã.

*Quatro séculos são passados desde a fundação de Macau e a acção destruidora do tempo auxiliada pelo camartelo do progresso em marcha não deixou de se fazer sentir sobre as relíquias legadas. Algumas destas desapareceram totalmente, outras foram modificadas de tal maneira que dificilmente se poderá dizer qual foi o seu aspecto primitivo.*³⁴⁹⁵

³⁴⁹² Nenotavaiconça, “Macau e a Gruta de Camões (II)”, 2012, disponível em <https://nenotavaiconça.wordpress.com/2012/06/09/macau-e-a-gruta-de-camoes-ii/>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁴⁹³ Juntamente com Raúl César Caldeira terá elaborado o projecto para o Cineteatro Avenida de Castelo Branco a partir do ano de 1949. Cf. Cilísia Mónica Duarte Ornelas, *Recuperação de Cine-teatros Modernos Portugueses*, dissertação de mestrado em Metodologia de Intervenção no Património Arquitectónico apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006, p. 199. O seu “Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto” teve lugar no ano de 1950 na Escola de Belas Artes do Porto e foi constituído precisamente por um projecto para um cineteatro. Cf. Albertino Galvão Roxo, “Um cine-teatro”, 1950, disponível em <http://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48369>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁴⁹⁴ *Boletim Oficial de Macau* nº50, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 12 de Dezembro de 1953, p. 876.

³⁴⁹⁵ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público

De modo a cumprir a sua missão de salvaguarda dos monumentos que subsistiram a tais provações, uma tarefa considerada “íngrata”³⁴⁹⁶ pela escassez de bibliografia e imprecisão de alguns documentos consultados³⁴⁹⁷, a comissão elegeu como referência para a orientação a dar aos seus trabalhos a Lei nº2:032 de 1949³⁴⁹⁸. Esta orientação reflecte-se não na preocupação para com o envolvimento das câmaras municipais na classificação, protecção ou vigilância dos bens em causa mas, sobretudo, no facto de esta comissão, à semelhança do fixado por aquela lei, ter organizado as tais “reliquias legadas”³⁴⁹⁹ em três grandes categorias classificativas: monumentos nacionais, imóveis de interesse público e conjuntos ou elementos de valor arqueológico, histórico-artístico ou paisagístico³⁵⁰⁰. No entanto a comissão reconhecia que:

*Pode haver quem se admire de classificarmos como “Monumento Nacional”, uma simples muralha, que não seja mais do que o vestígio duma antiga “Fortaleza”. Porém, cremos estar dentro da boa doutrina, pois, uma velhinha muralha constituirá para a Nação, uma relíquia sagrada, lembrando quase sempre feitos heróicos dos nossos antepassados. E assim o entendeu o Governo de Salazar, que muito patrioticamente tem mandado restaurar todos os antigos castelos da Metrópole, alguns dos quais só recordavam também vestígios de muros e muralhas.*³⁵⁰¹

O primeiro título, o mais importante, seria atribuído, sobretudo, a igrejas e fortificações que se destacassem pelo seu valor histórico como verdadeiras “literaturas de pedra”³⁵⁰²,

e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁴⁹⁶ *Ibidem.*

³⁴⁹⁷ *Ibidem.*

³⁴⁹⁸ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

³⁴⁹⁹ *Ibidem.*

³⁵⁰⁰ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411; IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁵⁰¹ Acácio Cabreira Henriques, *Monumentos Nacionais na Província de Macau*, Macau, Círculo Cultural, 1956, p. 57.

³⁵⁰² IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público

tendo-se registado paralelamente “o fraco valor artístico encontrado na maioria”³⁵⁰³. Nesta categoria, os membros da comissão elencaram os seguintes monumentos: a igreja de Nossa Senhora da Assunção e o colégio da Madre de Deus, a igreja e o seminário de São José, as igrejas de São Domingos, Santo Agostinho e São Lourenço, a sé catedral, as igrejas de Santo António e São Lázaro, as fortalezas de São Paulo do Monte, de São Francisco, de São Tiago da Barra, de Bom Parto, D. Maria II, Mong-Há, de Nossa Senhora da Guia e da Taipa e a “Porta do Cerco”³⁵⁰⁴. Deste modo notamos sobretudo uma valorização da antiguidade destas construções, da sua eloquência enquanto documentos do passado ainda que parcialmente mas não totalmente comprometidas por determinadas intervenções posteriores à data da sua edificação. No fundo, o facto de estas obras conservarem “grande parte da sua primitiva construção”³⁵⁰⁵ era garantia da sua autenticidade e, por conseguinte, do reconhecimento como monumentos nacionais. É ainda interessante notar que nesta categoria dos monumentos nacionais, a comissão criada no ano de 1953 incluiu, também, “alguns monumentos erigidos em memória de grandes portugueses”³⁵⁰⁶, ou seja, monumentos comemorativos cujo valor de rememoração era intencional³⁵⁰⁷, casos do Monumento da Vitória³⁵⁰⁸, do Monumento da Vitória sobre os Piratas³⁵⁰⁹, do Monumento a Vasco da Gama³⁵¹⁰, e dos monumentos de 1940 a Vicente Nicolau Mesquita³⁵¹¹ e a João Maria Ferreira do Amaral³⁵¹². O mais importante destes monumentos seria, no entanto, a gruta de Camões.

e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁵⁰³ *Ibidem.*

³⁵⁰⁴ *Ibidem.*

³⁵⁰⁵ *Ibidem.*

³⁵⁰⁶ *Ibidem.*

³⁵⁰⁷ Cf. Françoise Choay, *op. cit.*, p. 23.

³⁵⁰⁸ Lourenço Marques, enquanto presidente do Leal Senado, apresentou no ano de 1864 a proposta para a construção deste monumento. A sua inauguração teve lugar a 26 de Março de 1871. Trata-se de uma obra de Manuel Maria Bordalo Pinheiro que recorda a vitória dos portugueses de Macau contra os holandeses no ano de 1622. Cf. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, vol. 2, p. 341.

³⁵⁰⁹ Monumento comemorativo dos combates de 12 e 13 de Julho de 1910 que terminaram com a vitória dos habitantes locais sobre os piratas atacantes. Cf. Manuel Teixeira, *op. cit.*, vol. 1, p. 529.

³⁵¹⁰ Obra da autoria do escultor Tomás da Costa cuja inauguração teve lugar no jardim de Vasco da Gama a 31 de Janeiro de 1911. Todavia, a intenção de erguer este monumento remonta ao ano de 1898. Cf. Manuel Teixeira, *op. cit.*, vol. 1, p. 229.

³⁵¹¹ Este monumento foi criado pelo escultor Maximiliano Alves (1888-1954) para as comemorações do duplo centenário de 1940. Foi inaugurado na praça do Leal Senado no dia 24 de Junho de 1940, tendo sido erigido por subscrição pública com o auxílio do governo da colónia e oferecido pelo Leal Senado. A estátua é em bronze e encontrava-se no alto de uma coluna canelada de cimento armado revestido de “Shangai

Fundamental, “de absoluta conveniência e até copiosamente interessante”³⁵¹³, seria garantir que estes monumentos nacionais fossem envolvidos por zonas de protecção e de não edificação, uma preocupação recorrente ao longo dos anos 50 e 60 em outras províncias ultramarinas, particularmente em Angola, Moçambique e na Índia, mas também na Guiné, em São Tomé e Príncipe ou Cabo Verde. A grande referência seria muito provavelmente a metrópole onde, como vimos, estaria vigente o Decreto nº21:875 de 1932³⁵¹⁴ referente ao estabelecimento de zonas de protecção dos edifícios públicos de reconhecido valor arquitectónico. A este propósito note-se que os vogais desta comissão assumiram que a preocupação referente a esta questão se explica pelo “que se faz na Metrópole e outras Províncias Ultramarinas”³⁵¹⁵ e pelo facto da cidade ter “um densidade populacional elevada”³⁵¹⁶ que “cedo foi invadida na quase totalidade da sua área por casas de habitação”³⁵¹⁷, considerando que “no estado em que estão as coisas, o problema é actualmente quase insolúvel”³⁵¹⁸. Como veremos adiante, esta questão das zonas de protecção e de não edificação voltaria a ser levantada no ano de 1961.

Plaster”, na qual foi colocado um escudo com uma inscrição comemorativa. A altura total do monumento era de 6,90 metros. No ano de 1966, no âmbito do “1, 2, 3”, a estátua foi arrancada pelos manifestantes chineses. Nos anos 80 foi enviada para o Porto. Cf. Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 14; IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁵¹² Obra em bronze da autoria de Maximiliano Alves inaugurada na Praia Grande no mesmo ano e circunstâncias que o monumento a Vicente Nicolau Mesquita. Trata-se de uma estátua equestre em bronze apoiada em quatro colunas maciças de cimento armado revestido de “Shangai Plaster”. O conjunto media 15 metros de altura e apresentava duas lápides com inscrições alusivas ao homenageado e à própria iniciativa de construção do monumento. Actualmente a estátua encontra-se no Bairro da Encarnação, em Lisboa. Cf. Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 10; IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁵¹³ Acácio Cabreira Henriques, *op. cit.*, p. 57.

³⁵¹⁴ *Diário do Governo* nº271, I Série, “Decreto nº21:875”, 18 de Novembro de 1932, pp. 2237-2238.

³⁵¹⁵ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁵¹⁶ *Ibidem*.

³⁵¹⁷ *Ibidem*.

³⁵¹⁸ *Ibidem*.

O segundo foco de atenção foi o conjunto de construções cujos valores artísticos e históricos não seriam tão interessantes quanto os dos monumentos nacionais mas que ainda assim mereciam “uma certa protecção oficial, embora sem grandes encargos para o Estado”³⁵¹⁹. Eram essencialmente templos, casos da Penha, Santa Clara, missão de Fátima ou de Taipa, e de edifícios da administração pública ou de corporações como o Palácio do Governo, a capitania dos portos, o Leal Senado, a Santa Casa da Misericórdia e o hospital de São Rafael³⁵²⁰. A propósito destes imóveis de interesse público os autores do relatório fizeram ainda uma referência tímida ao património móvel, considerando, no entanto, que os exemplares “são relativamente poucos e na sua maioria chineses”³⁵²¹.

Por fim, a comissão criada no final do ano de 1953 procurou valorizar e proteger os conjuntos ou elementos de valor arqueológico, histórico, artístico e paisagístico através da sua classificação, esclarecendo que “Concordou-se em não dar demasiada profundidade”³⁵²² ao estudo destes casos por se considerar que a sua maioria, bens móveis, deveriam ser reunidos no futuro Museu de Macau cuja instalação, conforme denúncia a nomeação de uma comissão criada com esse fim, começara a ser pensada pouco tempo antes³⁵²³. Os templos chineses pelo seu valor artístico e “interesse turístico”³⁵²⁴, algumas casas particulares de arquitectura antiga “atestando a mão dos portugueses que aqui reproduziram as linhas das habitações que tinham na Mãe-Pátria”³⁵²⁵, as colinas da cidade e o jardim de Camões onde se encontra a afamada gruta, seriam abrangidos por este plano de classificação.

Apesar dos estudos iniciais desenvolvidos por esta comissão criada no ano de 1953, a concretização legal das classificações propostas não chegou a acontecer. Possivelmente por esta razão e pelo facto dos próprios vogais terem reconhecido que “o trabalho apresentado ficou talvez longe daquilo que todos desejariam”³⁵²⁶, foi criada uma nova comissão. A situação não é totalmente inédita, senão recorde-se como na Índia Portuguesa a Comissão Permanente de Arqueologia foi por diversas vezes reestruturada

³⁵¹⁹ *Ibidem.*

³⁵²⁰ *Ibidem.*

³⁵²¹ *Ibidem.*

³⁵²² *Ibidem.*

³⁵²³ *Ibidem.*

³⁵²⁴ *Ibidem.*

³⁵²⁵ *Ibidem.*

³⁵²⁶ *Ibidem.*

e reactivada, e como em Angola a Comissão de Monumentos Provinciais deu lugar à Comissão dos Monumentos Nacionais. Mais incaracterístico é o facto dos trabalhos da primeira comissão criada em Macau não terem dado origem à classificação dos monumentos propostos e de tão pouco tempo depois se ter criado nova comissão que, como veremos, também teria um carácter meramente efémero. Todavia, note-se que entre o ano de 1953 e a criação de nova comissão a questão não ficou totalmente esquecida, pois sabemos que pelo menos em 1955 os monumentos nacionais e a sua classificação foram tema de uma palestra proferida pelo major Acácio Cabreira Henriques, vogal da comissão criada em 1953, no Leal Senado³⁵²⁷. Desta comunicação, tendo em consideração que a mesma já foi citada a propósito do conceito notavelmente abrangente da classificação de “monumento nacional” ou da importância das zonas de protecção, interessa-nos destacar o facto de Cabreira Henriques ter lamentado a destruição “de alguns edifícios de certo valor histórico e arquitectónico”³⁵²⁸ quando havia a possibilidade de se proceder a um restauro considerado fidedigno pois Macau contava com os desenhos e pinturas de George Chinnery (1774-1852), Robert Elliot, Auguste Borget (1808-1877), Fausto Sampaio (1893-1956) e George Smirnoff (1903-1947), através dos quais “podemos fazer hoje ideia das suas belezas perdidas.”³⁵²⁹. Observamos também que o restauro dos monumentos nacionais e de outros imóveis de interesse público era para Cabreira Henriques uma obrigação patriótica de perfeito respeito para com as gerações passadas e as vindouras³⁵³⁰.

Como dizíamos, a 23 de Agosto de 1957³⁵³¹ o governador Pedro Correia de Barros voltou a nomear uma comissão de monumentos cuja missão implicaria o “estudo e planeamento das providências a tomar”³⁵³² em prol da conservação “nas melhores condições”³⁵³³ do património histórico-artístico da província e de tudo o que estiver “ligado a esse património”³⁵³⁴ porque reconhecia que esses elementos valorizam

³⁵²⁷ Acácio Cabreira Henriques, *op. cit.*, 53 p.

³⁵²⁸ *Ibidem*, p. 57.

³⁵²⁹ *Ibidem*.

³⁵³⁰ *Ibidem*, p. 58.

³⁵³¹ *Boletim Oficial de Macau* nº34, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 24 de Agosto de 1957, pp. 827-828.

³⁵³² *Ibidem*, p. 828.

³⁵³³ *Ibidem*, p. 827.

³⁵³⁴ *Ibidem*.

Macau³⁵³⁵. Fariam parte desta comissão criada com a anuência do bispo de Macau e do Leal Senado da Câmara, ou mesmo na sequência de um apelo de qualquer uma destas entidades, o comandante Alberto Ribas Lopes Praça, Pedro Guimarães Lobato (1902-1992) e o pe. Júlio Augusto Massa (1922-2012)³⁵³⁶. Contudo, apenas três anos depois esta comissão – cujos trabalhos desconhecemos – seria extinta. A 10 de Setembro de 1960³⁵³⁷ o governo da província, apresentando como justificação o facto de um dos vogais ter deixado Macau, extinguiu este organismo e, em seu lugar, criou um outro³⁵³⁸.

Data de 10 de Setembro de 1960 a criação de uma nova comissão de monumentos destinada a dar continuidade aos trabalhos iniciados no ano de 1953, ou seja, “estudar e propor as medidas adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico da Província”³⁵³⁹. Ao contrário do que acontecera anteriormente, possivelmente como forma de garantir que os trabalhos fossem efectivamente concretizados, o governador determinou que a tarefa da qual incumbiu esta comissão deveria estar concluída no prazo de oito meses³⁵⁴⁰. Esta comissão seria constituída por Pedro de Guimarães Lobato, à data reitor do Liceu Nacional Infante D. Henrique³⁵⁴¹, vogal da comissão de 1957 e responsável pelo planeamento das obras a realizar no palacete de Manuel Pereira para este receber o Museu Luís de Camões no âmbito das comemorações henriquinas de 1960, bem como da escolha das peças a expor³⁵⁴²; o major Acácio Francisco Leão Cabreira Henriques que já fizera parte da comissão de monumentos criada no ano de 1953; o pe. Benjamim Videira Pires (1916-1999), religioso jesuíta que se dedicou não só à missionação mas também à educação, poesia e ao estudo da História de Macau ou da

³⁵³⁵ *Ibidem.*

³⁵³⁶ *Ibidem.*

³⁵³⁷ *Boletim Oficial de Macau* nº37, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 10 de Setembro de 1960, p. 1051.

³⁵³⁸ *Ibidem.*

³⁵³⁹ *Ibidem.*

³⁵⁴⁰ *Ibidem.*

³⁵⁴¹ Bi Yuming, “Guimarães Lobato homenageado pela voz da própria filha”, *Jornal Tribuna de Macau*, 18 de Novembro de 2007, disponível em <http://arquivo.jtm.com.mo/view.asp?dT=264103006>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015; Nenotavaicon, “Notícia de 25 de Setembro de 1960 – Museu Luís de Camões”, 25 de Setembro de 2013, disponível em <https://nenotavaicon.wordpress.com/tag/pedro-guimaraes-lobato/>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁵⁴² Nenotavaicon, “Notícia de 25 de Setembro de 1960 – Museu Luís de Camões”, 25 de Setembro de 2013, disponível em <https://nenotavaicon.wordpress.com/tag/pedro-guimaraes-lobato/>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

presença portuguesa no Extremo Oriente³⁵⁴³; e Luís Gonzaga Gomes (1907-1976)³⁵⁴⁴, extraordinário conhecedor da cultura e língua chinesa, pedagogo, investigador incansável, “o melhor e mais profícuo historiador macaense nestes quatrocentos anos de vida desta terra”³⁵⁴⁵ que no mesmo ano de 1960 tinha sido nomeado para ocupar o cargo de conservador do Museu Luís de Camões³⁵⁴⁶. Guimarães Lobato e Gonzaga Gomes serviriam, respectivamente, de presidente e secretário desta comissão cuja criação seria do conhecimento do Ministério do Ultramar e de Luís Benavente desde Novembro de 1960³⁵⁴⁷.

Relativamente ao momento de criação desta comissão não podemos deixar de notar que esta se deveu à vontade do governador Jaime Silvério Marques, irmão de Silvino Silvério Marques, governador de Cabo Verde que no ano de 1959, como vimos, informou ser da “intenção do Governo promover a conservação das ruínas da Cidade Velha”³⁵⁴⁸ tendo, para isso, nomeado um grupo de trabalho responsável pela salvaguarda dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago. Esta ligação fraternal e administrativa aliada à necessidade de dar continuidade ao trabalho de valorização e protecção do património de Macau poderão, muito bem, ter estado na génese desta iniciativa.

A dinâmica desta comissão criada no ano de 1960 revelou-se difícil de identificar e seguir. No entanto o facto de no ano de 1962, numa altura em que, como veremos,

³⁵⁴³ António Aresta, “Benjamim Videira Pires, um educador português em Macau”, *Administração*, nº45, 1999, pp. 699-709, disponível em

www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM_004211, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁵⁴⁴ Luís Gonzaga Gomes, autor de inúmeras obras sobre Macau, foi secretário da Comissão Instaladora da Academia de Música, director da Emissora da Radiodifusão de Macau e secretário do Círculo de Cultura Musical de Macau. A partir de 1964 dirigiu a publicação dos Arquivos de Macau, tendo sido, também, bibliotecário da Biblioteca Municipal do Senado. Dedicou-se ao estudo da arte chinesa. Foi encarregue pelo governador Marques Esparteiro da instalação do Museu Luís de Camões do qual foi conservador até falecer. Cf. Graciete Batalha, prefácio, Luís Gonzaga Gomes, *Macau – Factos e Lendas*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1986, pp. 5-7.

³⁵⁴⁵ Manuel Teixeira, *Liceu de Macau*, 1986 cit. por Luís Sá da Cunha, “Luís Gonzaga Gomes filho-rei-da-terra”, *Revista Macau*, nº20, 2010, disponível em <http://www.revistamacau.com/2010/09/21/luis-gonzaga-gomes-filho-rei-da-terra/>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁵⁴⁶ Nenotavaiconça, “Notícia de 25 de Setembro de 1960 – Museu Luís de Camões”, 25 de Setembro de 2013, disponível em <https://nenotavaiconça.wordpress.com/tag/pedro-guimaraes-lobato/>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁵⁴⁷ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 8, 10 de Novembro de 1960.

³⁵⁴⁸ *Boletim Oficial de Cabo Verde* nº36, I Série, “Despacho nº16”, 5 de Setembro de 1959, p. 537.

estava prevista uma deslocação de Luís Benavente a Macau a serviço da DSUH do Ministério do Ultramar, os trabalhos de classificação de monumentos ainda não estarem terminados³⁵⁴⁹, leva-nos a crer que a aplicação da tal intenção de “estudar e propor as medidas adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico da Província”³⁵⁵⁰ ainda não tinha tido grande concretização. É possível, portanto, que a eminência da deslocação do arquitecto Benavente tenha levado a comissão criada no ano de 1960 a apresentar o relatório referente aos trabalhos desenvolvidos até 1963³⁵⁵¹. Refira-se ainda que no Verão de 1962 Pedro Guimarães Lobato terá pedido a exoneração do seu cargo³⁵⁵². A partir de então o major Acácio Francisco Leão Cabreira assumiria o cargo de presidente.

Como dizíamos, os resultados da comissão instituída no ano de 1960 não terão sido imediatos ou pelo menos é essa a ideia que fica pelo facto do relatório referente aos seus trabalhos só ter sido apresentado em 1963. A missão desta comissão terá tido início com uma vistoria ao universo em causa³⁵⁵³, “uma parcelazinha de Portugal”³⁵⁵⁴, notando-se desde esta primeira fase de trabalhos que houve uma tentativa de hierarquizar este património artístico e histórico. Referências “às peças que em nosso entender, não devam por agora ser integradas num conjunto aproveitável e merecedor de dispêndio adequado”³⁵⁵⁵ seriam omitidas. Ou seja, notamos que se optou por deixar “à sua sorte”³⁵⁵⁶ as obras consideradas menos importantes do ponto de vista histórico e artístico mas, também, turístico, na medida em que o potencial aproveitamento imediato dos imóveis em causa foi um dos factores decisivos na hierarquização do património de Macau:

não poderá deixar de salientar-se, contudo, que o fim turístico desperte maior atenção, porquanto é o que permite que se mantenham e desenvolvam maiores atractivos para os

³⁵⁴⁹ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 13, 12 de Abril de 1962.

³⁵⁵⁰ *Boletim Oficial de Macau* nº37, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 10 de Setembro de 1960, p. 1051.

³⁵⁵¹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁵⁵² *Boletim Oficial de Macau* nº34, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 25 de Agosto de 1962, p. 1049.

³⁵⁵³ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁵⁵⁴ *Ibidem*.

³⁵⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁵⁶ *Ibidem*.

*visitantes, chamando-os a Macau, como o
consequente reflexo sobre a economia local.*³⁵⁵⁷

Relativamente à classificação deste universo patrimonial a comissão pouco ou nada terá avançado pois, como os seus vogais recordaram³⁵⁵⁸, este estudo – sem execução real é certo – já tinha sido elaborado pela comissão nomeada no ano de 1953. A organização interna deste relatório³⁵⁵⁹, no qual constam informações relativas à história dos bens em causa bem como ao seu estado ou intervenções das quais foram objecto mas, também, propostas de medidas a tomar tendo em vista a defesa e protecção do património em causa, seguiu tendencialmente o modelo do documento apresentado no ano de 1953. Assim, foi elaborado um inventário e respectivas propostas de classificação da “parte religiosa”, ou seja, igrejas, monumentos anexos, recheios e cemitérios antigos; seguindo-se um outro referente à “parte militar”, isto é, fortalezas, monumentos comemorativos e material de guerra de museu; para depois se apresentar o levantamento da dita “parte chinesa” constituída por templos, edifícios e peças artísticas. Estes bens, consoante o seu valor histórico ou artístico, e/ou o bom estado de conservação das características tidas como primitivas, poderiam ser classificados como monumentos nacionais ou, pelo menos, imóveis de interesse público.

O que é surpreendente, tendo em consideração o conhecimento dos relatórios de 1947 e 1954 mas também da Lei nº2:032 de 11 de Junho de 1949³⁵⁶⁰, é que nesta ocasião se tenha optado por ignorar o facto de tanto na metrópole como em Macau o conceito de monumento nacional ou imóvel de interesse público abranger não só elementos individuais mas, também, “conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico”³⁵⁶¹. Assim podemos considerar que esta comissão estava ainda muito presa ao conceito de monumento fixado no ano de 1932, à ideia de “imóveis cuja conservação e defesa no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico”³⁵⁶² quando – além de estarmos nas vésperas da elaboração

³⁵⁵⁷ *Ibidem.*

³⁵⁵⁸ Conforme informação constante no relatório em estudo, estes vogais conheciam o relatório elaborado no ano 1947 referente aos monumentos militares. Cf. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁵⁵⁹ *Ibidem.*

³⁵⁶⁰ *Ibidem.*

³⁵⁶¹ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

³⁵⁶² *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

da *Carta de Veneza* e do seu conceito de monumento histórico consideravelmente mais lato³⁵⁶³ – a Portaria nº2:032 era já bem conhecida, pelo menos desde o ano da sua aplicação em Macau (1953). Nesta portaria, como vimos, mencionava-se a potencial classificação como monumentos nacionais ou imóveis e móveis de interesse público de “todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico.”³⁵⁶⁴ Deste modo estamos perante um retrocesso quando em comparação com as propostas apresentadas pela comissão criada em 1953 pois esta, recorde-se, previu três classificações possíveis: monumentos nacionais, imóveis de interesse público, conjuntos ou elementos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico, nos quais se incluíram, por exemplo, templos chineses precisamente pelas particularidades da sua arquitectura, o jardim de Camões ou as colinas da cidade³⁵⁶⁵.

Por outro lado, não podemos deixar de destacar a inclusão dos cemitérios de Macau como património artístico e histórico, o que não tinha acontecido no ano de 1954. Esta atenção concedida aos cemitérios e à sua valorização como imóveis de interesse público e, mesmo, monumento nacional – caso dos cemitérios católicos das igrejas e capelas³⁵⁶⁶ – explica-se, eventualmente, pela publicação a partir dos anos 60 de uma série de artigos sobre o tema na revista *Religião e Pátria*³⁵⁶⁷, e pelo facto do pe. Benjamim Videira Pires, estudioso desta questão, ter sido nomeado membro da comissão criada

³⁵⁶³ “O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas.” Cf. *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 69.

³⁵⁶⁴ *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

³⁵⁶⁵ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁵⁶⁶ Note-se que ao longo deste relatório de 1963 os “Cemitérios Católicos das Igrejas e Capelas” foram identificados em duas ocasiões como monumentos nacionais e em uma outra ocasião como imóveis de interesse público. Tendo em conta que a alusão a monumento nacional ocorreu em duas de três vezes e que o seu nome surge na lista final referente às propostas de classificação da comissão, optámos por tratar este caso como se tratando de um monumento nacional. Cf. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁵⁶⁷ Com excepção para algumas separatas não conseguimos localizar qualquer número completo desta publicação. Sabemos apenas que os artigos referentes aos cemitérios de Macau foram publicados nos números 46 a 49 de 1960 e 1 a 17 de 1961. Cf. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

com o intuito de estudar e propor as medidas mais adequadas à salvaguarda do património artístico e arquitectónico de Macau³⁵⁶⁸.

Para os membros da comissão presidida pelo major Acácio Francisco Leão Cabreira, as medidas gerais tendentes à valorização dos monumentos e outras construções religiosas passariam pela criação, pela Autoridade Eclesiástica, de uma Comissão de História e Arte Sacra que superintendesse todos os trabalhos relacionados com esta temáticas mas, também, de um Museu Provincial de História e Arte Sacra a instalar junto das ruínas de São Paulo³⁵⁶⁹. Aqui reunir-se-iam “todas as preciosidades, já amontoadas nas sacristias”³⁵⁷⁰ dos templos de Macau dado que, conforme notou a comissão, os párocos tinham “uma tendência para organizarem (...) museus privativos”³⁵⁷¹. Nesta ocasião a comissão propôs, também, a criação de uma “revista geral de História e Arte de Macau”³⁵⁷² dotada de uma secção religiosa incumbida da inventariação e publicação de “manuscritos antigos, conservados nos Arquivos da Província e possivelmente de fora dela.”³⁵⁷³ Conforme demonstraremos adiante, foram também propostas várias medidas referentes a cada uma das igrejas e cemitérios. Relativamente às fortalezas, padrões ou monumentos comemorativos, nota-se uma menor atenção da comissão, nomeadamente ao nível das medidas de protecção e valorização que ultrapassem, como aprofundaremos mais tarde, a sugestão de restauro da fortaleza de Nossa Senhora da Guia. Além desta medida, subentende-se a intenção de criar um museu militar com o material de guerra “considerado de «MUSEU»”³⁵⁷⁴ dos serviços militares e com as peças de cariz militar pertencentes ao Museu Luís de Camões.

Apesar de reconhecermos a importância da criação de um museu de arte sacra como aquele instalado pela Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique no mesmo período na igreja da Misericórdia da Ilha de Moçambique, um outro de temática militar, ou uma revista com abrangência da proposta, um meio de divulgação existente em outras províncias ultramarinas, é curioso observarmos que aquelas que

³⁵⁶⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁵⁶⁹ A mesma comissão deu conta que anos antes se tinha dado início à constituição de um museu de arte religiosa e missionária em uma das salas do Museu Luís de Camões.

³⁵⁷⁰ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁵⁷¹ *Ibidem.*

³⁵⁷² *Ibidem.*

³⁵⁷³ *Ibidem.*

³⁵⁷⁴ *Ibidem.*

seriam as duas medidas mais adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico de Macau, ou pelo menos as primeiras numa lista de várias, não foram propostas. Referimo-nos, além da ideia subjacente da classificação do património em causa, medida prevista transversalmente ao longo deste relatório, à criação de uma comissão de monumentos de carácter permanente e à organização de um arquivo constituído por fichas de inventário individualizadas. Estas medidas acabariam por ser meramente apontadas nas conclusões do trabalho apresentado por esta comissão, referindo-se que além do aproveitamento e ampliação das propostas de classificação das comissões criadas nos anos de 1947 e 1953, deveria promover-se a criação de uma comissão incumbida dessa tarefa mas também da elaboração do cadastro, descrição, topografia, desenho e fotografia³⁵⁷⁵.

Em relação aos sete pagodes existentes em Macau, apesar da comissão conhecer o significado da palavra “pagode”³⁵⁷⁶, as origens e características destes e de outros templos chineses, apenas dois foram visitados: o da Barra e o de Mong-Há “por entender serem os únicos que merecem atenção especial do Governo, devido à sua importância histórica e artística.”³⁵⁷⁷ Pouco depois desta afirmação algo contraditória na medida em que os membros da comissão sabiam, pelo menos, que o templo de Lin Fung, cuja fundação remontaria ao século XVI, tinha alguns elementos de “certo interesse”³⁵⁷⁸ – valores artísticos e históricos que justificariam, na linha de pensamento da comissão, uma maior valorização – esclareceu-se que “Isto não significa que se deva consentir na destruição dos restantes, por mais pequenos ou insignificantes que sejam.”³⁵⁷⁹. Os “edifícios apalaçados chineses”³⁵⁸⁰ também foram analisados mas tendo em consideração que se encontravam “de tal modo alterados, que já poucos vestígios restam do seu carácter ou grandiosidade primitiva”³⁵⁸¹, a comissão concluiu que não havia nada que merecesse “ser aproveitado ou digno”³⁵⁸² de ser classificado. Por outro lado a mesma comissão reconheceu o valor artístico e arqueológico de muitas peças do

³⁵⁷⁵ *Ibidem.*

³⁵⁷⁶ *Ibidem.*

³⁵⁷⁷ *Ibidem.*

³⁵⁷⁸ *Ibidem.*

³⁵⁷⁹ *Ibidem.*

³⁵⁸⁰ *Ibidem.*

³⁵⁸¹ *Ibidem.*

³⁵⁸² *Ibidem.*

Museu Luís de Camões ou de privados num universo muito marcado pelo antiquariato, bricabraque e, mesmo, pelo interesse de museus estrangeiros. Por esta razão, a comissão sentiu necessidade de proibir a venda destas obras e de promover a sua compra pelo Leal Senado para “valorizar e enriquecer o Museu Luís de Camões.”³⁵⁸³

Além destas medidas, bem como aquelas referentes a obras de conservação e restauro cuja análise surgirá adiante, note-se como esta comissão criada no ano de 1960 considerou que tendo em vista a necessidade e o desejo de proceder à salvaguarda do património artístico e histórico de Macau deveria aplicar-se nesta província uma série de disposições legais existentes. A efectivação das proibições determinadas pelo Decreto nº18:123 de 1930³⁵⁸⁴ em relação à colocação de “postes, ferragens, argolas ou quaisquer suportes de linhas aéreas, telegráficas, telefónicas ou de transporte e distribuição de energia eléctrica nas paredes ou coberturas dos monumentos nacionais”³⁵⁸⁵, seria uma das medidas a aplicar em prol da valorização destes bens. Concomitantemente deveriam ser estabelecidas zonas de protecção, apresentando como referência a seguir os artigos 26º e 27º do Decreto nº20:985³⁵⁸⁶ que, no entanto, como era do conhecimento dos vogais desta comissão, era considerado insatisfatório pelo arquitecto Luís Benavente, opinião que, como vimos na primeira parte deste estudo, veio a merecer a concordância do director da DSUH e do director-geral de Obras Públicas do Ministério do Ultramar³⁵⁸⁷. Ainda assim, o que interessava a esta comissão era a impossibilidade de quaisquer terrenos e edifícios oficiais ou pertencentes a particulares serem alienados sem parecer do organismo responsável por estas questões³⁵⁸⁸; a obrigatoriedade de um parecer do mesmo organismo consultivo a propósito de qualquer intenção de construção nos terrenos em causa³⁵⁸⁹; bem como a impossibilidade dos imóveis cuja classificação tivesse sido proposta e aguardasse decisão, serem alienados, expropriados, restaurados ou reparados sem autorização da instituição tutelar e parecer prévio da comissão consultiva³⁵⁹⁰. Certo é que, como

³⁵⁸³ *Ibidem*.

³⁵⁸⁴ *Diário do Governo* nº67, I Série, “Decreto nº18:123”, 22 de Março de 1930, p. 539.

³⁵⁸⁵ *Ibidem*.

³⁵⁸⁶ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, p. 434.

³⁵⁸⁷ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 11, 22 de Fevereiro de 1961.

³⁵⁸⁸ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 433-434.

³⁵⁸⁹ *Ibidem*, p. 434.

³⁵⁹⁰ *Ibidem*.

recordaram os vogais desta comissão, a 25 de Março de 1961, portanto cerca de um mês depois de Luís Benavente ter apresentado as suas reticências acerca do conteúdo do Decreto nº20:985 de 1932, o governo da província determinou a zona de protecção e de não edificação da fortaleza de São Paulo do Monte³⁵⁹¹. A este propósito é caricato constatar o facto de se ter considerado que a definição desta zona de protecção seria uma forma de garantir o “enquadramento estético”³⁵⁹² da fortaleza – razão pela qual se proibiu a construção de edifícios vizinhos com mais de dois andares de altura³⁵⁹³ – quando poucos anos depois seria erguido no interior da própria fortificação um elemento que em muito prejudicava a estética do lugar. Referimo-nos à instalação da Estação Meteorológica de Macau no ano de 1965 e à construção da respectiva torre de observação³⁵⁹⁴.

Ainda assim, tendo em consideração que no ano de 1961 a província dirigiu à DSUH do Ministério do Ultramar um pedido concernente a legislação referente a zonas de protecção de monumentos³⁵⁹⁵, a definição da zona de protecção e de não edificação da fortaleza de São Paulo do Monte no mesmo ano e a vontade demonstrada pela comissão de 1960 em seguir a partir de 1963 as determinações do Decreto nº20:985, parece-nos que esta seria uma das grandes preocupações patrimoniais do momento num território cujo crescimento era exponencial. De resto, identificámos uma outra medida que corrobora esta nossa opinião. Referimo-nos ao facto de no ano de 1963 ter sido publicado no *Boletim Oficial de Macau* o “Regulamento Geral de Construção Urbana”³⁵⁹⁶ do qual faz parte um título referente às “Condições especiais relativas à estética das edificações”. Nesta ocasião esclareceu-se que as novas construções deveriam ser gizadas e executadas de modo a contribuírem “para a dignificação e valorização estética do conjunto em que venham integrar-se”³⁵⁹⁷, ficando por isso determinantemente proibida a construção de novos edifícios que pela sua localização, aparência ou proporções pudessem de algum modo comprometer “o aspecto das

³⁵⁹¹ *Boletim Oficial de Macau* nº12, I Série, “Portaria nº6 729”, 25 de Março de 1961, pp. 316-317.

³⁵⁹² *Ibidem*, p. 316.

³⁵⁹³ *Ibidem*.

³⁵⁹⁴ Instituto Cultural de Macau, “Fortaleza do Monte”, s/d, disponível em <http://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/mointroP.asp>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁵⁹⁵ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 11, 22 de Fevereiro de 1961.

³⁵⁹⁶ *Boletim Oficial de Macau* nº30 – suplemento, I Série, “Diploma-legislativo nº1 600”, 31 de Julho de 1963, pp. 839-910.

³⁵⁹⁷ *Ibidem*, p. 879.

povoações ou dos conjuntos arquitectónicos, edifícios ou locais de reconhecido interesse histórico ou artístico ou de prejudicar a beleza da paisagem”³⁵⁹⁸. O artigo 331º deste diploma legislativo determinou ainda que os Serviços de Obras Públicas, Portos e Transportes ficavam proibidos de autorizar a construção de novos edifícios ou de alterar os existentes em zonas de protecção de monumentos nacionais ou imóveis de interesse público “devidamente classificados”³⁵⁹⁹. Concomitantemente, a introdução de quaisquer alterações em “construções ou elementos naturais classificados”³⁶⁰⁰ que pudessem comprometer os valores destes bens³⁶⁰¹ foi proibida, abrindo-se uma excepção para a concretização de obras tendentes a corrigir trabalhos anteriores de reconstrução ou transformação, tendo por isso como único objectivo “integrar a construção nas suas características primitivas”³⁶⁰². Tendo em consideração as sucessivas intervenções pelas quais as igrejas de Macau passaram ao longo dos séculos, tendo algumas ficado totalmente descaracterizadas quando em comparação com aquele que seria o seu aspecto pristino, a concretização desta medida seria complicada. Afinal, nas duríssimas palavras tecidas pelos arquitectos José da Silva Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro de Almeida aquando da elaboração do parecer referente ao relatório da comissão criada em 1960 com o objectivo de propor as medidas adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico de Macau, a generalidade dos monumentos encontrava-se:

*dum modo geral comprometido por toda uma obra de conservação levada a cabo na 1ª metade deste século e, muito concretamente até, nos últimos 10 anos. Essa obra, despida de qualquer perspectiva cultural ou até do mais elementar bom-senso, conseguiu adulterar de tal modo a fisionomia a expressão dos monumentos em causa que a recuperação desses, em muitos casos, nos parece quase impraticável.*³⁶⁰³

³⁵⁹⁸ *Ibidem.*

³⁵⁹⁹ *Ibidem*, p. 881.

³⁶⁰⁰ *Ibidem.*

³⁶⁰¹ *Ibidem.*

³⁶⁰² *Ibidem.*

³⁶⁰³ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

Para terminar esclareça-se que esta comissão criada no ano de 1960 propôs a classificação de dezasseis imóveis como monumentos nacionais – treze de natureza religiosa e três de cariz militar – e vinte e três como imóveis de interesse público – nove de natureza religiosa, onze de cariz militar e três obras chinesas³⁶⁰⁴. Comparando com o documento tido como referência para a elaboração destes trabalhos, o relatório apresentado pela comissão criada no ano de 1953, notamos que dos edifícios religiosos, fortificações e monumentos comemorativos propostos para classificação como monumentos nacionais, apenas dez foram referenciados por ambas as comissões: as ruínas da igreja da Madre de Deus (São Paulo), a igreja e seminário de São José, a sé catedral, a igreja de São Domingos, a igreja de São Agostinho, a igreja de São Lourenço, a igreja de São Lázaro, a fortaleza de São Paulo do Monte, a fortaleza de São Tiago da Barra e a fortaleza de Nossa Senhora da Guia³⁶⁰⁵. Mesmo nestes casos observam-se algumas divergências ao nível da abrangência da classificação. Para os membros da comissão de 1960 o único elemento digno de classificação como monumento nacional da igreja de São Lourenço era o cruzeiro com inscrições que nos remetem para os anos de 1627 e 1811 pois, conforme os autores do relatório de 1954 já tinham notado, este templo sofreu ao longo dos anos várias reconstruções³⁶⁰⁶. Do período jesuítico do seminário de São José só restariam a escadaria, igreja, rés-do-chão e primeiro andar, razão pela qual no ano de 1963 estes foram os únicos elementos propostos para classificação como monumento nacional. No caso da igreja de São Agostinho para os autores do relatório de 1963 só o portal e os cinco túmulos existentes no interior mereciam a classificação como monumentos nacionais porquanto o edifício da igreja teria resultado de uma reedificação promovida nos anos 70 do século XIX. O facto da sé catedral ter sido sucessivamente reconstruída explicará também o facto da comissão de 1960 ter considerado que os únicos elementos merecedores de classificação seriam o tríptico póstico e o paço episcopal, principalmente a sua varanda meridional e o seu

³⁶⁰⁴ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁶⁰⁵ A comissão criada no ano de 1960, ao contrário do que tinha sido feito no ano de 1954, optou por desarticular as fortalezas militares das capelas existentes no seu interior, casos de Nossa Senhora de Nossa Senhora da Guia e de São Tiago da Barra. Assim nesta ocasião estes dois monumentos nacionais (1954) deram lugar a quatro (1963).

³⁶⁰⁶ Os relatórios destoam também ao nível das datas destas reconstruções. O relatório de 1954 refere os anos de 1803, 1846 e 1892, além de uma grande remodelação do interior no ano de 1949. Por seu lado, a comissão de 1960 registou cinco momentos em que o templo terá sido restaurado: 1627, 1768, 1844-1846, 1892 e 1930.

jardim. Da primeira igreja de São Lázaro, recordada por ambas as comissões como a primeira edificada pelos portugueses em Macau, só restariam o cruzeiro e o adro, razão pela qual na opinião da comissão mais recente estes seriam os únicos elementos a classificar como monumentos nacionais. Assim podemos concluir que o valor que mais interessava à comissão criada no ano de 1960 era a antiguidade destes monumentos, razão pela qual, como acabámos de demonstrar, em determinados casos optou-se por propor a classificação de apenas determinados elementos, aqueles tidos como os mais antigos, os originais.

As propostas dos arquitectos José Celestino da Silva Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro de Almeida

No âmbito de uma iniciativa que parecer ter ocorrido à margem dos trabalhos da comissão nomeada no ano de 1960, os arquitectos José Celestino da Silva Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro de Almeida apresentaram uma informação dando conta “Da necessidade dum plano de conservação e restauro dos monumentos em Macau”³⁶⁰⁷ cuja concretização implicaria, na lógica de uma linha de acção perfeitamente clara e condizente com os princípios da época, a realização de trabalhos preliminares, nomeadamente o levantamento de “todos os monumentos com valor arquitectónico, histórico ou ambiental”³⁶⁰⁸ e a constituição de um tombo formado por fichas de inventário detalhadas³⁶⁰⁹.

Numa fase prévia dita de “detecção das edificações de significado arquitectónico-histórico-ambiental mais importantes da cidade”³⁶¹⁰ os arquitectos contactaram sobretudo com igrejas, construções anexas e outras propriedades do Padroado do Oriente. O cenário era desolador pois grande parte destes monumentos tinha sido objecto de restauros e reconstruções muito criticáveis enquanto outros tinham sido demolidos e substituídos por construções de “péssima qualidade arquitectónica”³⁶¹¹. Nesta fase os arquitectos realçaram o valor de algumas construções públicas, caso do

³⁶⁰⁷ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

³⁶⁰⁸ *Ibidem.*

³⁶⁰⁹ *Ibidem.*

³⁶¹⁰ *Ibidem.*

³⁶¹¹ *Ibidem.*

Leal Senado ou da Santa Casa da Misericórdia, mas também particulares, tendo observado que estes últimos careciam não só de obras de restauro que lhes devolvessem a “traça primitiva”³⁶¹² mas, sobretudo, de legislação que assegurasse a sua conservação por parte de proprietários que não entendiam essas obras como “investimentos lucrativos”³⁶¹³. Eram esses os casos do teatro D. Pedro V onde se reconhecia potencial para a sua utilização como teatro municipal com conservatório anexo ou de uma casa na Travessa dos Anjos que seria, na opinião dos autores desta proposta, adaptável a pousada ou a museu especializado³⁶¹⁴. O estado e história das fortificações da cidade foi igualmente averiguado por estes arquitectos, para quem a sua utilidade militar, ao contrário da sua importância enquanto marcos na paisagem e do seu valor histórico, era discutível. Todavia, tal como observaram relativamente às construções religiosas, o cenário das fortificações – abandonadas, sujeitas a intervenções altamente questionáveis e prejudicadas pela falta de zonas de protecção – era “bastante desolador”³⁶¹⁵, revelando sobretudo um “estado de insensibilidade, de incultura e de desrespeito pelo património histórico-arquitectónico”³⁶¹⁶. O caso do forte de Nossa Senhora da Guia, que analisaremos adiante, seria dos mais preocupantes. Outras das construções averiguadas nesta fase terão sido os templos chineses, entendidos como “uma decisiva e válida contribuição para o património artístico local”³⁶¹⁷ e grandes atractivos turísticos, entre os quais se destacavam os casos da Barra e de Kum-lam-Tong, “pontos obrigatórios de visita dos forasteiros”³⁶¹⁸. Para satisfação destes arquitectos, estes e tantos outros templos, ao contrário do que vimos ter acontecido com as igrejas católicas, não teriam sido objecto de grandes adulterações, sendo no entanto de precaver este tipo de situações através do lançamento de bases para a sua protecção³⁶¹⁹. Por outro lado, foi sentida alguma apreensão em relação às situações provocadas pela construção indiscriminada de edifícios novos que seriam potenciais atentados ao ambiente criado por estes templos chineses³⁶²⁰. O caso da

³⁶¹² *Ibidem.*

³⁶¹³ *Ibidem.*

³⁶¹⁴ *Ibidem.*

³⁶¹⁵ *Ibidem.*

³⁶¹⁶ *Ibidem.*

³⁶¹⁷ *Ibidem.*

³⁶¹⁸ *Ibidem.*

³⁶¹⁹ *Ibidem.*

³⁶²⁰ *Ibidem.*

edificação de blocos habitacionais de “nula qualidade arquitectónica”³⁶²¹ no largo do pagode de Patene e da construção do cinema *Alegria* em frente ao pagode Lin-Kai-Miu, foram apontados, entre outros, como exemplos condenáveis.³⁶²² O abandono, a utilização inadequada e a adulteração das características genuínas destes imóveis foram os maiores problemas com que Manuel Vicente, José Maneiras e Leopoldo Castro de Almeida se depararam aquando da sua análise do património arquitectónico de Macau.

Para estes arquitectos cuja abordagem ao tema terá sido possivelmente influenciada pelos objectivos e planos das comissões anteriores, bem como pelas determinações enviadas da metrópole – caso das normas para a execução do cadastro e inquérito sobre monumentos³⁶²³ enviadas por Luís Benavente no ano de 1960 – o plano de conservação e restauro implicaria:

*reconduzir à sua traça primitiva as construções adulteradas, evitar a adulteração das que ainda se conservam dentro do estilo original e obstar ao desaparecimento (por demolição) dos edifícios de valor arquitectónico ou histórico reconhecido.*³⁶²⁴

O valor histórico, arquitectónico e a capacidade de pelas suas características criar, unir ou distinguir determinadas zonas urbanas, seriam os factores determinantes para a classificação destes monumentos³⁶²⁵. Monumentos estes entendidos “num sentido lato”³⁶²⁶ ou, mais correctamente, actual, incluindo “conjuntos urbanos notáveis pelos seus espaços, pelo seu ambiente ou pela unidade de estilo arquitectónico das construções que os definem”³⁶²⁷. Senão recorde-se como no ano seguinte a *Carta de Veneza* viria a esclarecer que:

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento

³⁶²¹ *Ibidem.*

³⁶²² *Ibidem.*

³⁶²³ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 17, 18 de Fevereiro de 1964.

³⁶²⁴ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

³⁶²⁵ *Ibidem.*

³⁶²⁶ *Ibidem.*

³⁶²⁷ *Ibidem.*

*histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas.*³⁶²⁸

Se tivermos em consideração o facto de estes arquitectos pertencerem ao Gabinete de Urbanização, organismo dirigido por Manuel Vicente entre 1962 e 1966, esta preocupação com a protecção dos vestígios do passado, incluindo núcleos urbanos integrais, é altamente significativa e indiscutível, afinal os próprios defenderam que:

*Não será despropositado, cremos, insistir dizendo que o plano de conservação e restauro de monumentos é parte integrante e fundamental de um Plano Regulador Geral. Com efeito, para uma cidade como Macau, é muito importante que se delimitem, com rigor, as zonas de valor arquitectónico ou ambiental que devam ser protegidas numa renovação das estruturas urbanas. Deste modo, o plano de conservação e restauro de monumentos, ao salvaguardar a adulteração – ou o desaparecimento – total e irremediável do património artístico e histórico de Macau, facilitará notavelmente a tarefa de delimitação das zonas novas de expansão e das áreas antigas a renovar, tarefa que competirá essencialmente aos autores do Plano Regulador Geral.*³⁶²⁹

Na opinião destes arquitectos, esta missão classificada como “inadiável”³⁶³⁰ deveria ser desempenhada por um especialista na conservação e restauro de monumentos, um técnico que deveria pertencer preferencialmente ao serviço de monumentos do Ministério do Ultramar dirigido por Luís Benavente³⁶³¹. Deixando para depois a análise da missão deste arquitecto que, como veremos, não chegou a concretizar-se, centremos a nossa atenção no reconhecimento da importância destes trabalhos de salvaguarda patrimonial serem gizados e orientados por especialistas na conservação e restauro de monumentos o que, como temos vindo a ver, não acontecia vulgarmente em territórios ultramarinos onde as obras de conservação e restauro de monumentos eram

³⁶²⁸ *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 69.

³⁶²⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

³⁶³⁰ *Ibidem.*

³⁶³¹ *Ibidem.*

asseguradas pelos Serviços de Obras Públicas que, não raras vezes, não tinham um arquitecto nos seus quadros; ou onde existiam comissões de monumentos cujos vogais, não obstante a sua importância na sociedade local ou intelecto, não tinham conhecimentos específicos acerca deste tema. Por referir ficou a necessidade do contributo destes arquitectos especialistas em monumentos não ser meramente pontual, pois afinal, como temos vindo a observar, nomeadamente em relação às missões de Luís Benavente ou Baltazar Castro, muitos dos trabalhos perdiam o seu fulgor e qualidade aquando da ausência dos seus orientadores.

A elaboração de legislação era para José Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro de Almeida outra medida a implementar no âmbito deste plano:

*Um dos factores que mais tem contribuído para a adulteração dos monumentos macaenses tem sido a falta de legislação adequada. Muitos monumentos, em Macau, são propriedade particular, situação que tem conduzido aos piores desmandos. Não podemos, em boa verdade, censurar determinado proprietário por não ter um mínimo de respeito por um monumento de reconhecido valor arquitectónico – respeito que só poderá advir dum elevado nível cultural – de que ele é proprietário. Por essa razão consideramos um erro e uma grave responsabilidade aceitar como natural que o proprietário dum determinado monumento (de valor histórico, arquitectónico ou ambiental) possa alterá-lo ou destruí-lo a seu bel prazer.*³⁶³²

A legislação seria no entendimento destes arquitectos uma forma de evitar este tipo de situações pois na metrópole o Decreto nº20:985 de 1932³⁶³³, a grande referência em termos de monumentos nacionais para províncias ultramarinas como Angola e Moçambique, fixara no seu artigo 25º, por exemplo, que os imóveis na posse de particulares também poderiam ser classificados como “monumentos nacionais”³⁶³⁴, sendo possível que o governo procedesse a expropriações por utilidade pública. Nos casos destes imóveis particulares classificados, o artigo 32º previa que o seu proprietário

³⁶³² *Ibidem.*

³⁶³³ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

³⁶³⁴ *Ibidem*, p. 433.

ou usufrutuário ficasse responsável pela sua conservação, ficando ainda obrigado a informar o organismo responsável por estes bens de quaisquer modificações ou estragos³⁶³⁵. Igualmente atractivo para os architectos em causa seria o facto do artigo 43º do mesmo decreto determinar que “Os imóveis classificados não poderão ser demolidos no todo ou em parte, nem sofrer qualquer grande restauração que tenha por fim a sua reintegração, sem parecer favorável”³⁶³⁶ das entidades responsáveis pelos monumentos nacionais.

À semelhança do que notámos nos casos de Angola, particularmente do Dondo, ou de Moçambique, concretamente da Ilha, observamos que em Macau também houve a noção da importância dos monumentos como pontos de interesse turístico. Efectivamente, para Vicente, Maneiras e Almeida “O plano de conservação e restauro de monumentos é uma contribuição fundamental para o fomento e valorização turísticos da Província”³⁶³⁷ pois as igrejas, as fortificações, os núcleos urbanos eram entendido, como temos vindo a insistir, como testemunhos materiais da antiguidade e carácter de Macau, valores procurados pelos viajantes. Para estes architectos os monumentos de Macau atestavam não só a sua antiguidade mas também o seu carácter único, não hesitando em apresentá-la como “uma cidade privilegiada e única no Extremo-Oriente (...) um caso excepcional na Ásia no que refere a uma fusão, longa e vagarosa, de duas culturas”³⁶³⁸.

Pouco tempo depois da apresentação desta proposta, portanto no final do mês de Novembro de 1963, o governador solicitou que Leopoldo Castro de Almeida, possivelmente com o auxílio dos restantes, apresentasse “uma proposta concreta para dar execução”³⁶³⁹ ao tal plano de conservação e restauro dos monumentos de Macau³⁶⁴⁰. Em resposta a esta solicitação, num documento intitulado “Proposta para a execução imediata do plano de conservação e restauro dos monumentos em

³⁶³⁵ *Ibidem.*

³⁶³⁶ *Ibidem.*

³⁶³⁷ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

³⁶³⁸ *Ibidem.*

³⁶³⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n [Proposta para a execução imediata do plano de conservação e restauro dos monumentos em Macau], 27 de Novembro de 1963.

³⁶⁴⁰ *Ibidem.*

Macau”³⁶⁴¹, os arquitectos voltaram a insistir na importância de numa fase prévia se proceder ao levantamento de “todos os monumentos com valor arquitectónico, artístico ou ambiental”³⁶⁴² e à sequente organização de um arquivo formado pelas fichas de inventário elaboradas em paralelo. Simultaneamente voltaram a insistir na necessidade de um arquitecto especialista adstrito ao Ministério do Ultramar, ou seja, Luís Benavente, se deslocar até à província. A atenção de Benavente deveria recair, primeiro, nos trabalhos a desenvolver na tal fase prévia, prevendo que após a sua realização o arquitecto especialista nestas questões projectasse e apresentasse uma proposta referente ao “Plano de conservação e restauro dos monumentos em Macau”, documento que passaria a ter existência legal após a sua aprovação e integração no Plano Regulador³⁶⁴³. Tendo o plano força executiva, caberia aos serviços técnicos da província, auxiliados por uma comissão de monumentos criada posteriormente à fase de preparação, garantir a sua execução. Como demonstraremos adiante, esta metodologia seria totalmente oposta àquela que viria a ser apresentada já nos anos 70 por Pedro Quirino da Fonseca, arquitecto para quem a primeira fase de um plano de salvaguarda patrimonial a desenvolver em Macau corresponderia à criação de uma comissão de monumentos o que, na nossa opinião, se assomaria como uma medida mais promissora. Senão recorde-se como nos casos da Índia Portuguesa, Angola ou Moçambique, a criação de comissões de monumentos de carácter permanente resultou na identificação, inventariação e classificação mais ou menos imediata (é certo nem sempre de forma rigorosa e completa) dos monumentos em causa, e como em Macau esta questão se arrastou desde o ano de 1953.

Quanto à comissão consultiva e auxiliar dos Serviços de Obras Públicas para a concretização deste plano de salvaguarda patrimonial, definiu-se que a sua missão passaria por “estudar todos os problemas relacionados com os monumentos”³⁶⁴⁴, sinónimo da apresentação de pareceres sobre monumentos a intervencionar, do estudo das diferentes possibilidades de adaptação destas construções e da cativação da iniciativa privada, nomeadamente dos proprietários, para a sua protecção e

³⁶⁴¹ *Ibidem.*

³⁶⁴² *Ibidem.*

³⁶⁴³ *Ibidem.*

³⁶⁴⁴ *Ibidem.*

potencialização enquanto eventuais núcleos de “viabilidade comercial”³⁶⁴⁵. Em síntese, esta comissão ficaria responsável por garantir a resolução da maioria dos problemas constatados por estes arquitectos: intervenções desapropriadas e/ou ignorantes que adulteravam os edifícios, falta de cultura patrimonial ou prática de acções inconsequentes por parte dos proprietários privados, abandono ou utilização desadequada tanto pelo Estado como por particulares. Os vogais desta comissão consultiva seriam um membro da anteriormente mencionada Comissão de Estética, um representante da comissão de monumentos nacionais, um representante do Centro de Informação e Turismo, o conservador do Museu Luís de Camões, um bibliotecário e representantes dos proprietários ou instituições usufrutuárias dos monumentos, tais como a diocese, o comando militar ou a Associação de Relíquias Chinesas. Apesar de não podermos deixar de reconhecer que a constituição desta comissão, com representantes dos principais organismos culturais e proprietários dos monumentos de Macau, se afigura bastante correcta, não deixa de ser surpreendente que depois de tanto pugnares pela deslocação de um arquitecto especialista em restauro e conservação de monumentos, os responsáveis por este plano não tenham aconselhado a inclusão de um técnico desta natureza nesta comissão consultiva. O que, recorde-se, acontecia à data nas comissões de monumentos de Angola e Moçambique.

O alerta para a desnecessidade de criar uma nova comissão de monumentos com carácter temporário e de incumbi-la (uma vez mais) do levantamento dos monumentos de interesse histórico, arquitectónico ou ambiental de Macau, foi dado por António Nolasco da Silva, director do Centro de Informação e Turismo, aquando do seu parecer relativo às propostas da comissão de 1960. Para Nolasco da Silva seria importante criar uma comissão de monumentos de carácter permanente, da qual fariam parte representantes das Obras Públicas, do Centro de Informação e Turismo, do Leal Senado e da diocese mas, sobretudo, um arquitecto especialista na conservação e restauro de monumentos³⁶⁴⁶. A missão desta comissão seria invariavelmente a protecção, conservação e valorização do património histórico e artístico de Macau, insistindo-se que todo e qualquer projecto de alteração ou reparação de monumentos nacionais ou

³⁶⁴⁵ *Ibidem.*

³⁶⁴⁶ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 3 de Dezembro de 1963.

locais de interesse público ficaria sujeito ao seu parecer³⁶⁴⁷. Nesta ocasião, Nolasco da Silva aproveitou ainda para reflectir acerca de outras medidas que na opinião dos relatores da proposta de 1963 poderiam ser tomadas em prol do património da província, tais como a criação da tal Comissão de História e Arte Sacra que deveria ser constituída por religiosos cuja missão passaria pelo inventário e posterior entrega ao Leal Senado de objectos religiosos fora do uso corrente³⁶⁴⁸. Na opinião de Nolasco da Silva, o Museu Provincial de História e Arte Sacra a criar no recinto das ruínas de São Paulo poderia contar com o apoio financeiro da FCG³⁶⁴⁹. Relativamente à revista periódica dedicada à História e Arte de Macau, Nolasco da Silva considerou que seria mais sensato apostar em monografias dedicadas às igrejas, fortaleza ou arquitectura civil de Macau, tendo alertado para a existência de estudos de arquitectura bastante interessantes, caso das obras de Michel Hugo-Brunt³⁶⁵⁰. A organização de um tombo, a classificação dos monumentos e a inclusão anual de uma verba no orçamento da província para a execução das obras de conservação ou restauro mais prementes foram, também, questões bastante empoladas pelo director do Centro de Informação e Turismo³⁶⁵¹. Na sequência da apresentação do parecer de Nolasco da Silva, o governador Lopes dos Santos terá determinado que os architectos Vicente e Maneiras tomassem conhecimento destes desenvolvimentos para que se pudesse “concretizar a acção a tomar, com a possível urgência.”³⁶⁵²

Tal como foi determinado por este governador, em Dezembro de 1963 os architectos do Gabinete de Urbanização terão tomado conhecimento tanto do relatório produzido pela comissão criada no ano de 1960 como do parecer do director do Centro de Informação e Turismo³⁶⁵³. À semelhança do que fizera António Nolasco, Manuel Vicente e José Maneiras mostraram-se algo críticos dos trabalhos da comissão, tendo discordado sobretudo de “tudo aquilo que não é trabalho de recolha e de transcrição de documentos ou descrição de património”³⁶⁵⁴, ou seja, das suas propostas e conclusões.

³⁶⁴⁷ *Ibidem.*

³⁶⁴⁸ *Ibidem.*

³⁶⁴⁹ *Ibidem.*

³⁶⁵⁰ *Ibidem.*

³⁶⁵¹ *Ibidem.*

³⁶⁵² *Ibidem.*

³⁶⁵³ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 10 de Dezembro de 1963.

³⁶⁵⁴ *Ibidem.*

A fragilidade dos trabalhos apresentados pela comissão ou, se preferirmos, a crítica apresentada pelo Gabinete de Urbanização seria expectável se tivermos em consideração o facto daquele grupo de trabalho não ter contado na sua estrutura, recorde-se, com um arquitecto especialista em questões da salvaguarda de monumentos nacionais ou, na verdade, de qualquer tipo de arquitecto. Na opinião destes técnicos no relatório em causa constavam certos conceitos e critérios bastante ultrapassados, ou critérios que, segundo os arquitectos do Gabinete, “não resistiram ao tremendo desenvolvimento metodológico da crítica da arte, da história, da arqueologia”³⁶⁵⁵. Uma das questões, possivelmente a mais importante na medida em que qualquer projecto de salvaguarda patrimonial assenta precisamente neste ponto, prendia-se com o conceito de monumento, tendo sido notado que os autores deste relatório excluíram conjuntos ou templos chineses das suas listas de monumentos a classificar, caso do Kum Ian Miu considerado um “pequeno templo de pouco ou nenhum interesse artístico ou histórico”³⁶⁵⁶, quando para os arquitectos do Gabinete este era “do ponto de vista da arquitectura e da inserção no local, um exemplo notável.”³⁶⁵⁷ Neste momento abstemo-nos de comentar as limitações do conceito de monumento presente na proposta de 1963 porque, recorde-se, já o fizemos anteriormente. De resto, naquilo que parece ser uma crítica (não tão) velada à ineptidão das comissões criadas em anos anteriores, os arquitectos do Gabinete declararam que “nos parece inadiável que tão pertinente problema, ultrapasse o estágio das boas vontades e dedicações”³⁶⁵⁸. Para Vicente e Maneiras, como vimos, a solução passaria pelo envolvimento de Luís Benavente e da FCG.

Em síntese, parece-nos que podemos explicar esta falta de eficácia das comissões e grupos de trabalho sucessivamente nomeados com o objectivo de proceder à protecção e valorização dos monumentos de Macau, não tanto pelo desconhecimento do que se passaria na metrópole ou nas restantes províncias ultramarinas a este nível mas especialmente pela insistência em criar comissões temporárias quando era fundamental oficializar uma lista do património classificado e criar um órgão permanente e

³⁶⁵⁵ *Ibidem.*

³⁶⁵⁶ *Ibidem.*

³⁶⁵⁷ *Ibidem.*

³⁶⁵⁸ *Ibidem.*

exclusivamente dedicado a estas questões. Por outro lado, como notámos em outras ocasiões, faltou também a Macau um arquitecto especializado na conservação e restauro de monumentos nacionais, alguém que fosse sensível aos valores do património e, sobretudo, profundamente conhecedor dos preceitos e critérios de classificação, conservação e restauro. Ainda assim, não obstante a ausência de resultados, não podemos deixar de reconhecer a tal boa vontade identificada pelos arquitectos Manuel Vicente e José Maneiras ou, se preferirmos, a existência claríssima de uma consciência patrimonial a que faltou, por vezes, o conhecimento dos conceitos e critérios e, quase sempre, a capacidade de realização.

As missões (não concretizadas) do arquitecto Luís Benavente

No ano de 1962, portanto dois anos após o envio aos governos de todas as províncias ultramarinas portuguesas do “pedido para que dessem conhecimento da existência desses padrões e património”³⁶⁵⁹ acompanhado pelas normas para a execução do cadastro e inquérito sobre monumentos³⁶⁶⁰, da respectiva confirmação da recepção deste despacho do Ministério do Ultramar pelo governo de Macau³⁶⁶¹ e da ausência de qualquer gesto neste sentido³⁶⁶², começou a planear-se uma missão de Luís Benavente a este território³⁶⁶³. Tendo em consideração a linha de acção que temos procurado identificar, parece-nos que esta missão de Benavente a Macau terá sido motivada por três motivos: a necessidade da DGOPC do Ministério do Ultramar cumprir o Decreto nº41 787 de 1958, a ausência de resposta ao despacho enviado no ano de 1960 e, ainda, o facto do arquitecto em causa, conforme referimos, ter tomado conhecimento do caso do restauro questionável da igreja e do seminário de São José³⁶⁶⁴. Contudo, a verdade é que esta missão projectada para o ano de 1962 não se concretizaria porque, segundo nos parece, à data o arquitecto Benavente já estava envolvido em dois grandes

³⁶⁵⁹ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

³⁶⁶⁰ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 17, 18 de Fevereiro de 1964.

³⁶⁶¹ *Ibidem*, doc. 8, 10 de Novembro de 1969.

³⁶⁶² Recorde-se que cerca de meio ano decorrido após o envio deste despacho, Luís Benavente constatou que a única província que respondera ao repto tinha sido Cabo Verde.

³⁶⁶³ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 13, 12 de Abril de 1962.

³⁶⁶⁴ *Ibidem*, doc. 3, 10 de Maio de 1960.

programas de salvaguarda de monumentos ultramarinos em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde.

No ano seguinte a questão seria retomada mas desta vez a ida de Luís Benavente não seria proposta pelo Ministério do Ultramar. Pelo contrário, a vontade de ver concretizada uma missão do arquitecto Benavente nesta província ultramarina terá sido manifestada, como referimos anteriormente, por José da Silva Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro Almeida, para quem o sucesso de um muito necessário plano de conservação e restauro dos monumentos de Macau dependeria grandemente da orientação deste projecto por um arquitecto especialista do serviço competente do Ministério do Ultramar³⁶⁶⁵. Assim, no mês de Dezembro de 1963 o governador Lopes dos Santos confirmou que a província tinha solicitado, através da repartição local de Obras Públicas, a ida do arquitecto Benavente³⁶⁶⁶.

Por esta altura, possivelmente devido ao conhecimento da missão desempenhada por Carlos de Azevedo e Charles Boxer no Quénia sob os auspícios da FCG durante o ano de 1957, já se ventilava, conforme adiantámos anteriormente, a hipótese desta instituição contribuir com um grupo de técnicos especializados e com as suas verbas. A ideia passaria essencialmente por garantir a Macau “a melhor e mais fundamentada política de conservação e vitalização do seu património”³⁶⁶⁷ através de equipas constituídas por elementos locais formados por técnicos da FCG e dirigidas por Luís Benavente. Sem ser excessiva, dado que se trata de uma província ultramarina marcada, como todas as outras em maior ou menor grau, por uma grande escassez de técnicos e mão-de-obra especializada neste tipo de trabalhos de inventário, conservação e restauro de monumentos nacionais e pela habitual insuficiência de verbas, esta ideia afigurava-se, na nossa opinião, como mais um potencial factor de atraso ao desenvolvimento deste plano. Afinal implicaria a concertação de esforços públicos e privados quando até então, tendo em consideração os casos de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e da Índia Portuguesa, a metodologia mais eficaz passava pela deslocação de chefes de obra e alguns mestres especializados da metrópole que formariam e trabalhariam com os elementos locais.

³⁶⁶⁵ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

³⁶⁶⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 10 de Dezembro de 1963.

³⁶⁶⁷ *Ibidem*.

Recuando novamente até ao pedido oficial apresentado ao ministro do Ultramar no dia 11 de Dezembro de 1963, refira-se que nesta ocasião o governo de Macau especificou que a deslocação de Luís Benavente seria “agora oportuna”³⁶⁶⁸ porque se reconhecia como necessário “proceder à defesa e restauro da Fortaleza do Monte, do Farol da Guia e bem assim outros imóveis que pela antiguidade constituem o património artístico e histórico de Macau”³⁶⁶⁹. Esta solicitação terá sido transmitida a Luís Benavente que imbuído de um característico espírito de missão e tendo conhecimento da existência da comissão de monumentos³⁶⁷⁰ criada no ano de 1960 e reestruturada em 1962, anuiu e requereu o levantamento à escala 1/100 dos monumentos em causa³⁶⁷¹, um pedido recorrente e característico da fase preparatória de todo e qualquer programa desenvolvido por este arquitecto. Adicionalmente, o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e, concretamente, o pe. António da Silva Rego (1905-1986), outrora missionário em Singapura, solicitou que aquando da sua missão a Macau Luís Benavente visitasse também Malaca³⁶⁷², uma ideia considerada “louvável”³⁶⁷³ e superiormente autorizada³⁶⁷⁴.

Contudo, recorde-se que aquando da apresentação da solicitação do governo de Macau e da respectiva resposta positiva nos primeiros meses de 1964, Luís Benavente encontrava-se particularmente envolvido na questão dos restauros dos monumentos de São Tomé. Na verdade, pouco depois de ter anuído ao pedido do governo de Macau, Benavente deslocou-se a São Tomé e por essa razão acabou por esclarecer que a sua missão a Macau só teria lugar após a conclusão dos trabalhos naquela ilha³⁶⁷⁵. A partida de Luís Benavente para Macau seria adiada, ou pelo menos assim se pensara, para meados de Agosto de 1964³⁶⁷⁶. A verdade é que entre missões desempenhadas em Cabo Verde e na Guiné, sem esquecer a participação no *II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos* em Veneza, a deslocação de Benavente a Macau acabou por ser quase esquecida, ainda que aparentemente o

³⁶⁶⁸ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 16, 11 de Dezembro de 1963.

³⁶⁶⁹ *Ibidem*.

³⁶⁷⁰ *Ibidem*, doc. 17, 18 de Fevereiro de 1964.

³⁶⁷¹ *Ibidem*.

³⁶⁷² IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 11 de Julho de 1964.

³⁶⁷³ *Ibidem*, doc. s/n, 15 de Julho de 1964.

³⁶⁷⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 30 de Julho de 1964.

³⁶⁷⁵ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 19, 21 de Maio de 1964.

³⁶⁷⁶ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 17 de Julho de 1964.

arquitecto tenha continuado a acompanhar as iniciativas locais³⁶⁷⁷. A questão voltaria a ser levantada no ano de 1971, sabendo que por ocasião da elaboração do programa a desenvolver em prol dos monumentos ultramarinos naquele ano, Luís Benavente propôs o:

*Estudo para a realização do Inventário dos Monumentos da Província de modo a obter-se a sua salvaguarda, delimitando-se as zonas de interesse a conservar para preservação do ambiente, nos termos usados para a “Valorização e Conservação dos Sítios” dentro do plano geral em estudo e que temos vindo a acompanhar*³⁶⁷⁸

Para o cumprimento deste plano relativo a Macau, Benavente entendia como provável uma deslocação à província³⁶⁷⁹.

Possivelmente despertado por Luís Benavente para a necessidade da DSUH do Ministério do Ultramar concretizar uma missão de salvaguarda patrimonial em Macau, província “em que o património histórico-artístico deve merecer maior atenção, no sentido da sua inventariação e protecção”³⁶⁸⁰, o director Eurico Machado considerou que essa iniciativa se enquadrava plenamente na missão daquela direcção de serviços³⁶⁸¹. Nesta ocasião, portanto a 27 de Janeiro de 1971, justificaram-se os sucessivos protelamentos de uma eventual missão do arquitecto Benavente a Macau com a falta de oportunidade³⁶⁸². Falta de oportunidade essa que, como esclarecemos, se explicava pelo facto de nas ocasiões anteriores o arquitecto se encontrar envolvido em programas de salvaguarda patrimonial em desenvolvimento em outras províncias ultramarinas. Conforme asseverou Eurico Machado esta seria a oportunidade ideal para a concretização desta deslocação pois as obras de restauro dos monumentos de Cabo Verde estavam condicionadas pelo seguimento de novo contrato com o arquitecto e pela abertura de crédito³⁶⁸³. Por outro lado, segundo o director da DSUH, a oportunidade em causa decorria ainda do facto do Grupo do Planeamento Territorial de

³⁶⁷⁷ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 494, doc. 3, 15 de Janeiro de 1971.

³⁶⁷⁸ *Ibidem.*

³⁶⁷⁹ *Ibidem.*

³⁶⁸⁰ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 26, 27 de Janeiro de 1971.

³⁶⁸¹ *Ibidem.*

³⁶⁸² *Ibidem.*

³⁶⁸³ *Ibidem.*

Macau³⁶⁸⁴ ter dado início no ano de 1970 ao desenvolvimento do programa de estudos relativos à nova fase de urbanização da província, considerando-se importante que este projecto tivesse em consideração a existência e necessidade de protecção dos monumentos, conjuntos característicos e sítios³⁶⁸⁵. Previa-se ainda que a missão do arquitecto Benavente tivesse a duração de um mês e incluísse a passagem por Malaca sugerida e devidamente autorizada no ano de 1964.

Não obstante o parecer favorável do governador José Nobre de Carvalho ter surgido logo no mês de Fevereiro de 1971³⁶⁸⁶ e alguns meses depois Luís Benavente ter confirmado que a concretização da sua missão – preparada com recurso a fotografias, a um relatório e uma planta da cidade³⁶⁸⁷ – estaria prevista para os meses de Outubro ou Novembro deste ano por ser a época mais favorável em termos de clima e luz para fotografar³⁶⁸⁸, a verdade é que, uma vez mais, esta deslocação não se concretizou. Desta feita os entraves à efectivação desta missão terão sido a recorrente sobreposição de trabalhos³⁶⁸⁹ mas, também, o facto de pouco tempo depois da retoma desta questão, portanto a 6 de Maio de 1972, Luís Benavente ter completado setenta anos, ficando assim, pelo menos na teoria, impedido de se manter ao serviço da DSUH.

Após o afastamento de Luís Benavente e numa fase em que esta questão da missão de um arquitecto especialista do Ministério do Ultramar parecia ser um mito, o assunto foi novamente retomado mas desta vez com recurso a um outro técnico extraordinariamente experiente no restauro de monumentos nacionais ultramarinos: Pedro Quirino da Fonseca.

³⁶⁸⁴ As origens do Grupo de Trabalho do Planeamento de Macau (1970) remontam a 1968, ano da criação do Grupo de Trabalho para o Planeamento Marítimo de Macau. Em suma este grupo dependente da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações era responsável pelo estudo, planeamento e elaboração de projectos e propostas de obras a realizar na província. Cf. Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar, “Grupo de Trabalho do Planeamento de Macau”, disponível em <http://arquivos.ministerioultramar.holos.pt/source/presentation/conteudo.php?id=MU/DGOPC/GTPM&ti po=3>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁶⁸⁵ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 26, 27 de Janeiro de 1971.

³⁶⁸⁶ *Ibidem*, doc. 28, 22 de Fevereiro de 1971.

³⁶⁸⁷ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 494, doc. 8, 30 de Junho de 1971.

³⁶⁸⁸ *Ibidem*.

³⁶⁸⁹ Recorde-se que à data o arquitecto Benavente continuava a trabalhar no restauro dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde, estando também a acompanhar os estudos em curso para as construções interiores da fortaleza de São José de Bissau.

A missão do arquitecto Pedro Quirino da Fonseca

No ano de 1972 a aprovação da proposta do Plano Director para o território de Macau e os seguintes trabalhos no sentido da concretização do projecto definitivo, suscitaram uma vez mais o interesse da DSUH do Ministério do Ultramar pelos monumentos desta província ultramarina³⁶⁹⁰. Para o director Eurico Machado nesta ocasião a classificação e o desenvolvimento de medidas conducentes à classificação dos monumentos da província mas, também, dos conjuntos característicos e dos sítios de interesse – tal como o artigo 1º da *Carta de Veneza* referente à noção de monumento histórico fixara – seria não só oportuna como urgente³⁶⁹¹. Afinal, como temos vindo a demonstrar, esta era uma questão que se protelava pelo menos desde os anos 60 com inegável prejuízo para o património em causa que, na ausência de medidas legais, ficava especialmente sujeito a atitudes prejudiciais à sua integridade e valor como poderia acontecer no âmbito de um planeamento urbano que não tivesse em consideração a necessidade de definir zonas de protecção. Senão recorde-se como no ano de 1954 os relatores do trabalho referente à classificação dos monumentos móveis e imóveis e conjuntos de interesse de Macau alertaram para a gravidade deste problema que, na sua opinião, aparentava ser insolúvel. Adicionalmente recorde-se o que foi dito, por exemplo, acerca da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques ou da fortaleza de São José de Bissau, monumentos manifestamente afectados ao longo dos anos pela falta de definição de uma zona de não edificação.

Nesta ocasião Eurico Machado propôs a ida de Pedro Quirino da Fonseca³⁶⁹². Esta escolha justifica-se facilmente pelos vários anos de serviço deste arquitecto na Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique e, muito concretamente, segundo o director da DSUH, pelo notável projecto de salvaguarda e valorização da Ilha de Moçambique³⁶⁹³. Por outro lado, o facto de Quirino da Fonseca ter desenvolvido a sua actividade como arquitecto-restaurador de monumentos ultramarinos em Moçambique terá sido determinante na medida em que o conhecimento do património

³⁶⁹⁰ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 18 de Dezembro de 1972.

³⁶⁹¹ *Ibidem.*

³⁶⁹² *Ibidem.*

³⁶⁹³ *Ibidem.*

da África Oriental permitiria a “pesquisa de influências e afinidades nos monumentos da rota do Oriente”³⁶⁹⁴. Caso contrário, se o grande requisito fosse os anos de experiência, a escolha recairia muito possivelmente, na nossa opinião, sob Fernando Batalha que contra si tinha apenas o facto de desenvolver a sua actividade em Angola, ou seja, na África Ocidental.

O âmbito desta missão seria o mesmo daquelas pensadas anteriormente pela DSUH para serem protagonizadas por Luís Benavente: o inventário e elaboração de normas referentes à protecção dos monumentos históricos, conjuntos e sítios de Macau, esse “testemunho dum contacto de civilizações diferentes e marco da nossa presença no Oriente”³⁶⁹⁵. Tendo em consideração a continuidade de uma linha de acção cujo estabelecimento remonta pelo menos à publicação do Decreto nº41 787 de 1958, não é de estranhar que se tenha considerado oportuna a realização de outras duas paragens em territórios outrora portugueses onde ainda existiam marcos nacionais: Malaca e Ormuz. Como dissemos anteriormente, mesmo antes de 1972 a visita a Malaca proposta ao arquitecto Benavente pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos já tinha sido autorizada, situação recordada por Eurico Machado que na mesma ocasião lembrou uma hipótese lançada no ano de 1969 referente a uma colaboração com Ormuz para o restauro de monumentos de origem portuguesa, questão esta que à data ainda carecia de confirmação³⁶⁹⁶. De resto, previa-se que esta missão fosse custeada pelo governo da província de Macau e tivesse uma duração de cerca de dois meses com início no começo do ano de 1973³⁶⁹⁷. A concretização desta missão implicava naturalmente a anuência do governo de Macau e do governo de Moçambique, a província onde os trabalhos teriam lugar e aquela onde Quirino da Fonseca se encontrava a desenvolver a sua actividade como arquitecto-restaurador. Após as aquiescências de ambas as partes foi necessário garantir através do Ministério dos Negócios Estrangeiros que o arquitecto português conseguiria visitar o Irão cujo governo nesta fase já houvera lançado a hipótese de uma colaboração com Portugal no âmbito do restauro da fortaleza de Nossa Senhora da

³⁶⁹⁴ *Ibidem.*

³⁶⁹⁵ *Ibidem.*

³⁶⁹⁶ *Ibidem.*

³⁶⁹⁷ *Ibidem.*

Conceição de Ormuz³⁶⁹⁸, e Malaca, cidade onde Portugal não tinha representação diplomática. A partida de Pedro Quirino da Fonseca aconteceu no dia 26 de Junho de 1973³⁶⁹⁹, sabendo que o arquitecto permaneceu em Macau entre três semanas e um mês³⁷⁰⁰.

Aquando do início da viagem a Macau o âmbito da missão de Quirino Fonseca já estava perfeitamente definido, abrangendo um relativamente lato trabalho de inventário, classificação e estabelecimento de disposições tendentes à salvaguarda dos monumentos históricos, conjuntos característicos e sítios de interesse³⁷⁰¹, que acabaria por ser desdobrado em várias tarefas. Assim previa-se, além da realização do inventário e classificação de monumentos, conjuntos e sítios, a tomada das seguintes medidas de protecção: elaboração de projectos de conservação e restauro; definição de zonas de protecção; preparação de estudos ditos de “condicionamento”³⁷⁰² para aplicar nos casos de desenvolvimento de novas zonas de urbanização ou de alterações nas já existentes de modo a evitar o prejuízo da “qualidade da paisagem”³⁷⁰³; e ponderação na importância de criar um órgão exclusivamente dedicado à salvaguarda deste património, isto é, uma comissão de monumentos que ao contrário das anteriores tivesse um carácter permanente ou, em alternativa, o alargamento das funções do organismo existente, neste caso os Serviços de Obras Públicas³⁷⁰⁴.

Segundo conseguimos depreender do relatório elaborado por Quirino da Fonseca a propósito da sua missão a Macau, o património arquitectónico desta província portuguesa terá sido objecto de grande admiração pelo arquitecto residente em Moçambique. Ali Quirino da Fonseca, conhecedor dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões anteriormente apresentadas, identificou uma simbiose das culturas portuguesa e chinesa de tal modo notável que na sua opinião “não teria par em qualquer outro território de expressão portuguesa, mesmo tomando em conta o caso

³⁶⁹⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 31 de Maio de 1973.

³⁶⁹⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 2 de Julho de 1973.

³⁷⁰⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 28 de Agosto de 1974; IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

³⁷⁰¹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 18 de Dezembro de 1972.

³⁷⁰² *Ibidem*, doc. s/n, 5 de Julho de 1973.

³⁷⁰³ *Ibidem*.

³⁷⁰⁴ *Ibidem*.

específico de Goa.”³⁷⁰⁵ Por esta razão, não obstante as perdas e destruições verificadas ao longo dos anos, bem como o resultado pouco visível das acções das comissões anteriormente analisadas, para Quirino da Fonseca ainda não seria “tarde para salvar e proteger o que de belo, valioso e característico subsiste na cidade”³⁷⁰⁶, isto é, os tais testemunhos dos mais de quatrocentos anos de convivência luso-chinesa. O sucesso desta campanha implicaria a criação de um programa sensato e não demasiadamente restritivo que, simultaneamente, protegesse e valorizasse os monumentos, até então autêntico “peso morto no contexto da cidade”³⁷⁰⁷, e permitisse à população alcançar melhores condições de vida “sem se sentir oprimida e deslocada no meio dos velhos edifícios que os seus antepassados ergueram”³⁷⁰⁸. O equilíbrio, ao invés do fomento de cidades-museu abandonadas seria, recorde-se tal como na Ilha de Moçambique, o objectivo a alcançar, considerando-se que:

*se Macau conseguir caminhar por outras vias e não essas poderá vir a ser um exemplo de como é possível conservar, com inteligência e bom senso, o monumental e pitoresco, sem retardar a actualização da cidade onde for aconselhável*³⁷⁰⁹.

Esta valorização do todo, do conjunto da cidade de Macau e não apenas dos seus monumentos históricos que, como vimos, está presente não apenas no pensamento de Pedro Quirino da Fonseca mas também de Eurico Machado ou dos arquitectos do Gabinete de Urbanização, é uma constante no discurso daquele arquitecto e, na nossa opinião, é natural que assim seja. Afinal, segundo Quirino da Fonseca, a “cidade vale como um todo e como um todo deve ser preservada. Não interessa só proteger os seus monumentos históricos”³⁷¹⁰. Conforme demonstrámos em casos anteriores, muito concretamente de Luanda, Dondo, Lourenço Marques, Ilha de Moçambique ou Bissau, Macau era uma cidade em crescimento. Crescimento esse que tinha sido ou era pautado por planos de urbanização que não abrangeram necessariamente a importância de garantir, por exemplo, áreas de não edificação junto aos monumentos históricos existentes nestes locais. Na opinião de Quirino da Fonseca a situação era clara:

³⁷⁰⁵ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

³⁷⁰⁶ *Ibidem.*

³⁷⁰⁷ *Ibidem.*

³⁷⁰⁸ *Ibidem.*

³⁷⁰⁹ *Ibidem.*

³⁷¹⁰ *Ibidem.*

*Os progressos da civilização e o desejo de construir por qualquer preço tem sido a “Muchã” das velhas cidades. Poucas são aquelas que conseguem suster essa avalanche de vandalismo, que as despersonaliza e as transforma em tudo semelhantes umas às outras, estejam situadas na Europa, na América ou na Ásia.*³⁷¹¹

Por outro lado, note-se que esta valorização dos monumentos históricos como parte integrante de um conjunto muito mais amplo e diferenciado – na medida em que era formado por exemplares arquitectónicos, urbanísticos e paisagísticos – encontrava-se intimamente associada a uma outra questão: o valor turístico do património. Este reconhecimento do potencial turístico do património ultramarino é inerente ao pensamento deste arquitecto que desenvolveu grande parte da sua carreira numa comissão de monumentos responsável por “promover a sua valorização e propaganda turística”³⁷¹² num contexto em que determinadas obras públicas, caso da ponte da Ilha de Moçambique, foram concretizadas com o objectivo concreto de “Permitir as visitas de evocação histórica ou simplesmente turísticas”³⁷¹³. Todavia, tal como Fernando Batalha defendera para o caso da vila do Dondo, este valor turístico só seria assegurado se ao invés da descaracterização destes conjuntos em prol do progresso se apostasse na conservação dos aspectos diferenciadores, singulares ou pitorescos, uma medida recorrentemente proposta por António Ferro no final dos anos 40³⁷¹⁴. Nas palavras de Pedro Quirino da Fonseca a cidade de Macau:

*Sob o ponto de vista de expansão turística ganhará muito mais em ser conservadora, visto que, hoje em dia, as correntes de turismo procuram, acima de tudo, as terras e os sítios que lhes dê[m] [sic] qualquer coisa de diferente, de humano e cultural*³⁷¹⁵.

Independentemente da valorização da cidade enquanto conjunto de interesse patrimonial e, consequentemente, turístico, na elaboração do inventário deste universo

³⁷¹¹ *Ibidem*.

³⁷¹² *Boletim Oficial de Moçambique* nº8, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, p. 60.

³⁷¹³ ANTT, AOS, UL 42, cx. 840, pt. 1, fl. 7, 27 de Novembro de 1963.

³⁷¹⁴ Acerca desta questão *vide* Vera Mariz, “O desenvolvimento do Turismo em Portugal pela ‘política do espírito’ de António Ferro”, *Turismo & Desenvolvimento*, nº16, 2011, pp. 35-48.

³⁷¹⁵ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

Pedro Quirino da Fonseca, à semelhança do que fizera a comissão criada com esse fim no ano de 1953, acabou por hierarquizar os exemplares, dividindo-os “conforme a sua natureza e importância”³⁷¹⁶ em monumentos, edifícios de interesse público, conjuntos urbanísticos de interesse público, zonas de construção e urbanização condicionada, elementos de interesse paisagístico³⁷¹⁷. Estas foram, com excepção para as zonas de construção e urbanização condicionada, as mesmas categorias utilizadas no ano de 1954. Focando-nos nos monumentos históricos que constituem o principal objecto de análise deste estudo³⁷¹⁸, notamos a sua divisão em três grupos fundamentais – igrejas, templos chineses e fortalezas – cujo denominador comum, em diferentes graus é certo, seria o valor artístico, monumental, histórico ou arqueológico.

Entre as igrejas e fortificações que, segundo o arquitecto português, deveriam ser classificadas como monumentos históricos encontravam-se praticamente as mesmas cujo reconhecimento mereceu o acordo das comissões criadas nos anos de 1953 e 1960, ou seja, as ruínas de São Paulo, a igreja e seminário de São José, as igrejas de São Domingos, Santo Agostinho, São Lourenço, São Lázaro, a fortaleza de São Paulo do Monte, a fortaleza e capela de São Tiago da Barra e a fortaleza e capela de Nossa Senhora da Guia³⁷¹⁹. Além destes edifícios, Quirino da Fonseca advogou a classificação

³⁷¹⁶ *Ibidem*.

³⁷¹⁷ *Ibidem*.

³⁷¹⁸ Relativamente aos edifícios propostos para serem classificados como imóveis de interesse público Quirino da Fonseca esclareceu que estes seriam as construções que “embora tenham valor artístico, arquitectónico e histórico, não têm contudo importância para serem proclamados Monumentos Históricos”. Os conjuntos urbanísticos de interesse público seriam formados por “agregados do tecido urbano, que apresentem as seguintes características: interesse histórico, arqueológico, artístico, típico e ambiental”. As zonas de construção e urbanização condicionada teriam menos importância que os conjuntos de interesse público mas, ainda assim, deveriam ser protegidas através do controlo de novas construções, do condicionamento dos arranjos urbanísticos, da delimitação das cêrceas dos novos edifícios, do controlo dos imóveis a demolir, da definição de características inalteráveis em edifícios a intervencionar, da proibição da degradação de zonas verdes e de lazer, do controlo das cores com que os edifícios deveriam ser pintados, da proibição do revestimento das obras com “Shangai Plaster” ou marmorite, portanto materiais não tradicionais, e pela procura da substituição das antenas de televisão individuais por sistemas colectivos. A propósito dos conjuntos culturais e dos imóveis de interesse público, Quirino da Fonseca apresentou uma série de recomendações conducentes à sua protecção e vitalização, entre as quais destacamos, além das que foram já mencionadas a propósito das zonas de construção e urbanização condicionada, a existência de áreas interditas ao trânsito, a eliminação de fios eléctricos e telefónicos, a iluminação das fachadas dos edifícios de interesse ou a sensibilização das comunidades para o valor deste património. Finalmente, segundo Quirino da Fonseca, os elementos de interesse paisagístico localizados no conjunto urbano ou as colinas da cidade também deveriam classificados, ficando assim protegidos de construções nessas áreas legadas pela Natureza. Cf. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

³⁷¹⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

da igreja de Santo António e das fortalezas D. Maria II, de Mong-Há e da Taipa, propostas, apenas, pela comissão criada no ano de 1953³⁷²⁰. Por outro lado não podemos deixar de notar que, sem razão aparente, Pedro Quirino da Fonseca não integrou nesta sua listagem de monumentos históricos a sé catedral. O facto do principal templo da cidade ter sido objecto de duas grandes intervenções nos séculos XIX e XX não nos parece ser explicação suficiente porque, note-se, no caso do profundamente descaracterizado conjunto de São José, o arquitecto optou por uma classificação parcial do portal, escadaria, igreja, rés-do-chão e primeiro andar do seminário, ou seja, as partes onde as intervenções mais recentes não teriam deturpado as características fundamentais deste conjunto jesuíta.

Finalmente refira-se o interesse de Quirino da Fonseca pelos templos chineses, os “conjuntos arquitectónicos que mais prendem a atenção do turista”³⁷²¹. Apesar da sua conservação ser assegurada pelos responsáveis pelo culto e não pelos Serviços de Obras Públicas, estes exemplares de arquitectura chinesa deveriam ser, na opinião do arquitecto, mais divulgados e protegidos devido à classificação concedida pelo governo de Macau. Assim, pelo “seu valor artístico e histórico”³⁷²² dez templos deveriam ser classificados como monumentos históricos³⁷²³. Apesar dos templos chineses terem sido abrangidos pelos inventários interiores, esta foi a primeira vez em que foram propostos para integrarem a listagem da primeira categoria classificativa desses arrolamentos.

Nesta missão Pedro Quirino da Fonseca também abordou as zonas de protecção, uma questão que como vimos preocupava a província desde pelo menos os anos 50. Na definição das zonas de protecção o arquitecto da comissão de monumentos de Moçambique optou por definir duas áreas, uma referente aos monumentos históricos e outra concernente aos imóveis de interesse público, esclarecendo que durante o processo procurou “não alargar demasiado essas zonas, mas sim circunscreve-las somente ao que se considerou indispensável a uma protecção dos imóveis”³⁷²⁴. Esta

³⁷²⁰ *Ibidem.*

³⁷²¹ *Ibidem.*

³⁷²² *Ibidem.*

³⁷²³ Os templos a classificar seriam os seguintes: templo da Barra, templo de São Domingos, templo do Bazar, templo Kong Min, templo de Patano, templo Sin Kai Min, templo Kum lam Tchai, templo Sin Fong Min, templo Kum lam Fong, templo Na Thcá Min.

³⁷²⁴ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

medida, na nossa opinião, revela uma compreensão da importância de harmonizar as necessidades do património classificado com as de uma cidade em crescimento. Quanto à regulamentação para estas zonas Quirino da Fonseca reconheceu que a duração da sua missão não lhe permitiu apresentar preceitos acerca do tema. Conforme recordou, a própria DGEMN não tinha regulamentação acerca do tema³⁷²⁵ e a DSUH do Ministério do Ultramar quando chamada a manifestar-se acerca desta questão, tal como referimos, considerava insuficientes tanto o Decreto nº20:985 de 1932³⁷²⁶ como a elaboração de zonas de protecção individualizadas³⁷²⁷.

Tendo presente os casos estudados parece-nos legítimo concluir que no âmbito da salvaguarda dos monumentos ultramarinos, não obstante as tentativas de centralização protagonizadas a partir do Ministério do Ultramar e, concretamente, as missões do arquitecto Luís Benavente, a existência de comissões de monumentos era fundamental para uma acção regular e mais eficaz. O caso de Macau não seria excepção e Pedro Quirino da Fonseca, arquitecto que estava há mais de dez anos ao serviço da CMRHM, defendeu a criação de uma comissão de monumentos como primeira medida para potencializar a salvaguarda do património desta província:

*Nada se pode fazer de válido se não existir um órgão com a missão específica de zelar pelos bens culturais. Logo, a primeira necessidade é criar uma Comissão de Monumentos em Macau.*³⁷²⁸

Relativamente ao funcionamento desta comissão de monumentos Quirino da Fonseca sugeriu que se seguisse o modelo da CMRHM “à altura, com ligeiras alterações”³⁷²⁹. Um dos princípios a adoptar seria o da integração de um arquitecto-restaurador nesta comissão cujos projectos seriam materializados por pessoal das Obras Públicas³⁷³⁰ como, de resto, vimos que acontecia em Moçambique, primeiro com a breve colaboração do arquitecto Areal e Silva e depois com a contratação de Quirino da Fonseca. A colaboração entre a comissão de monumentos e as Obras Públicas deveria verificar-se

³⁷²⁵ *Ibidem.*

³⁷²⁶ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436.

³⁷²⁷ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 11, 22 de Fevereiro de 1961.

³⁷²⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

³⁷²⁹ *Ibidem.*

³⁷³⁰ *Ibidem.*

também ao nível da construção de novos edifícios, defendendo-se que os projectos sujeitos a parecer deste serviço deveriam passar igualmente por aquela³⁷³¹. Desta forma, Quirino da Fonseca pretendia assegurar uma maior protecção do património classificado e ao mesmo tempo garantir o tão elogiado interesse da cidade de Macau enquanto “um autêntico museu”³⁷³². Constituída a comissão, a sua primeira missão coincidiria – tal como aconteceu em Angola e Moçambique – com a classificação dos imóveis e conjuntos de maior interesse e a publicação da respectiva legislação no *Boletim Oficial*³⁷³³, o que, repare-se, pressuporia a existência de um levantamento deste património, possivelmente o mais recente realizado por Quirino da Fonseca. Feitas estas classificações, caberia ao tal arquitecto-restaurador a elaboração de um plano de acção e o acompanhamento dos trabalhos projectados de acordo com as verbas disponíveis. Quirino da Fonseca insiste bastante nesta questão da importância da comissão de monumentos ter um arquitecto especializado exclusivamente adstrito a esta província ultramarina, uma medida que, como temos vindo a demonstrar, seria fundamental para a boa execução dos restauros em causa. Senão recordem-se as dificuldades provocadas pela presença meramente temporária e muito espaçada de Luís Benavente nos estaleiros de Cabo Verde ou de São Tomé e Príncipe, locais onde as obras se arrastaram no tempo e onde outras foram mal executadas pela falta de supervisão; ou pelas visitas de Baltazar Castro à Índia enquanto inspector superior de Obras Públicas, deixando planos de intervenção e ajudantes mas nenhum arquitecto especializado neste tipo de intervenções:

*É que uma obra de restauro, não pode ser dirigida e orientada por relatórios, tem que ter um técnico conhecedor, permanentemente no local, já que constantemente aparecem vestígios, que não só convém assinalar, como podem dar preciosos elementos de trabalho.*³⁷³⁴

Contudo, pouco depois da concretização desta missão de Pedro Quirino da Fonseca dar-se-ia em Portugal a *Revolução dos Cravos* e a concretização de uma política de salvaguarda dos monumentos históricos e sítios de Macau seria, uma vez mais,

³⁷³¹ *Ibidem.*

³⁷³² *Ibidem.*

³⁷³³ *Ibidem.*

³⁷³⁴ *Ibidem.*

adiada³⁷³⁵. Ainda assim, a espera seria extraordinariamente curta, especialmente quando em comparação com o atribulado processo verificado desde a criação da primeira comissão de inventário de monumentos militares no ano de 1947. Efectivamente, logo a 4 de Maio de 1974³⁷³⁶, numa medida que consideramos senão totalmente devedora dos trabalhos de Quirino da Fonseca pelo menos do ambiente da época, o governador Nobre de Carvalho, sob proposta da Repartição Provincial dos Serviços de Educação, extinguiu a comissão nomeada no ano de 1960 e criou uma comissão permanente encarregada de “classificar, defender, e propor a valorização e a conservação do património artístico da Província”³⁷³⁷. Esta comissão contaria com a colaboração de dois dos vogais da sua predecessora, Luís Gonzaga Gomes e o pe. Benjamim Videira Pires, mas também com o chefe dos Serviços de Educação, o arquitecto Francisco Figueira (1934-2009)³⁷³⁸ e o engenheiro civil João José de Deus Rodrigues do Rosário³⁷³⁹. A 7 de Agosto de 1976 seria publicada a Lei nº34/76/M³⁷⁴⁰, o primeiro instrumento legal criado no período pós *Estado Novo* em prol do património urbanístico, paisagístico e cultural de Macau.

7.4 As intervenções em monumentos nacionais³⁷⁴¹

Igreja da Assunção de Nossa Senhora e colégio da Madre de Deus (Ruínas de São Paulo): No ano de 1934 os Serviços de Obras Públicas deram início à construção de um

³⁷³⁵ A própria entrega do relatório da missão de Quirino da Fonseca acabou por atrasar-se consideravelmente sobretudo pelo facto da província de Moçambique ter solicitado o regresso urgente do arquitecto no final do ano de 1973. Cf. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 6 de Outubro de 1973; IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 1 de Janeiro de 1974; IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 19 de Julho de 1974; IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 28 de Agosto de 1974. Segundo nos parece este relatório terá sido elaborado somente no ano de 1975, senão mais tarde, porque em determinada altura o seu autor faz uma alusão ao *Ano Europeu do Património Arquitectónico*, uma iniciativa promovida pelo Conselho da Europa no ano de 1975.

³⁷³⁶ *Boletim Oficial de Macau* nº19, I Série, “Despacho”, 4 de Maio de 1974, p. 571.

³⁷³⁷ *Ibidem*.

³⁷³⁸ Figueira Gomes chegou a Macau nos anos 70 e revelou-se uma figura de primeira importância no âmbito da salvaguarda do património da cidade. Acerca do seu contributo no período pós-*Estado Novo* vide *Ponto Final*, “Francisco Figueira homenageado”, 8 de Setembro de 2009, disponível em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2009/09/08/2814/>, consultado a 11 de Fevereiro de 2015.

³⁷³⁹ *Boletim Oficial de Macau* nº19, I Série, “Despacho”, 11 de Maio de 1974, p. 571.

³⁷⁴⁰ *Boletim Oficial de Macau* nº32, I Série, “Decreto-Lei nº34/76/M”, 7 de Agosto de 1976, p. 1100 disponível em <http://bo.io.gov.mo/bo/i/76/32/declei34.asp>, consultado a 9 de Fevereiro de 2015.

³⁷⁴¹ Devido à escassez de informações e pouco interesse dos dados recolhidos, não iremos analisar o caso da fortaleza de Mong-Há. Sobre esta fortificação sabemos apenas que nos anos de 1939 e 1940 terão sido construídas janelas e portas exteriores em madeira, um trabalho realizado pelos Serviços de Obras Públicas.

muro para servir de vedação das ruínas da igreja³⁷⁴². Bastante mais tarde, já no ano de 1962 e/ou 1963, terão sido realizadas escavações perto da fachada deste outrora grandioso templo. Estas escavações tiveram lugar no primeiro socalco do monte onde se ergue a fachada da igreja, tendo desvendado vestígios do rés-do-chão da enfermaria, botica e outras dependências do antigo colégio³⁷⁴³. É possível que esta iniciativa esteja relacionada com o facto de durante o governo de Jaime Silvério Marques, portanto entre os anos de 1959 e 1962, ter sido instalado nestas ruínas um museu arqueológico invadido por “chineses desordeiros”³⁷⁴⁴ que no ano de 1966 degolaram uma das estátuas ali existentes³⁷⁴⁵. No ano de 1963 os membros da comissão criada em 1960 sublinharam a importância de valorizar os vestígios ainda existentes da igreja, propondo a sua libertação “de toda a vizinhança destoante”³⁷⁴⁶, nomeadamente do templo chinês que se encontrava na sua retaguarda e cuja deslocação para outro local foi então defendida. Além disso, considerou-se que a valorização deste que era (e é) o maior ícone da cidade, implicaria o ajardinamento do sopé ocidental da colina onde se encontra a vizinha fortaleza de São Paulo do Monte, e das zonas livres de vestígios³⁷⁴⁷. Contudo, para os membros da comissão de 1960 a medida ideal seria o “esforço decisivo para a restauração integral deste MONUMENTO, o mais representativo da Província”³⁷⁴⁸.



Imagem 293 Aspecto das traseiras da fachada da igreja da Assunção de Nossa Senhora aquando do início dos trabalhos de 1934. AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE.

³⁷⁴² AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1934-1935]

³⁷⁴³ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁷⁴⁴ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol. 1, p. 134.

³⁷⁴⁵ Na sequência deste episódio o Leal Senado deu ordem para que se removessem as lápides para um local onde não ficassem expostas à intempérie. “Mas, como pesavam muito, eles [assalariados da Câmara] pegaram num marrão e reduziram-nas a pedaços” que atiraram para a doca de Lamu. Desaparecia assim o Museu Arqueológico de Macau. Cf. Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 134 e 137.

³⁷⁴⁶ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁷⁴⁷ *Ibidem*.

³⁷⁴⁸ *Ibidem*.

Igreja e seminário de São José: No ano de 1938, devido ao anteriormente mencionado mal da formiga-branca, grande parte da subestrutura de madeira da cobertura foi substituída³⁷⁴⁹. O aspecto exterior desta imponente igreja deve-se, no entanto, à campanha de restauro promovida no ano de 1953. Dado que no ano de 1960, na sequência da crítica tecida por Luís Benavente a esta campanha, o encarregado do governo informou o Ministério do Ultramar que não tinha sido possível encontrar na Repartição de Obras Públicas qualquer pedido de autorização para a realização daquelas obras, levando-o a concluir que estas tinham sido realizadas sem qualquer autorização³⁷⁵⁰, podemos conjecturar que estas foram encomendadas pelos religiosos do seminário diocesano. Na verdade, o pe. Manuel Teixeira afirma que esta igreja foi “Restaurada por D. João de Deus Ramalho em 1953.”³⁷⁵¹ De acordo com o arquitecto Michael Hugo-Brunt que no ano de 1953, com a assistência pontual dos seus alunos da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Hong Kong³⁷⁵² e de José Maria Braga (1897-1988) estudou, levantou e fotografou o conjunto:

*In 1953 attempts were made to improve conditions and the church was completely renovated and redecorated. It proved impossible, however, to retain the character of the old buildings externally or to repair the original internal decorations.*³⁷⁵³

Nesta ocasião, sem haver qualquer preocupação com a recuperação do aspecto e características originais do templo, entre outras obras³⁷⁵⁴, ter-se-á promovido a reconstrução total de uma ala muito alterada nas primeiras décadas de Novecentos, altura em que a enfermaria deu lugar a um teatro ou auditório³⁷⁵⁵. Nesta ocasião essa ala foi totalmente demolida e substituída por uma nova construção³⁷⁵⁶.

³⁷⁴⁹ Michael Hugo-Brunt, “The Jesuit Seminary and Church of St. Joseph, Macao”, *Journal of the Society of Architectural Historians*, XV, 3, 1956, p. 24.

³⁷⁵⁰ ANTT, FLB, cx. 79, pt. 547, doc. 14, 26 de Fevereiro de 1962. Na mesma ocasião esclareceu-se que, no entanto, existia na repartição de Obras Públicas um projecto e respectivo pedido referente a obras a realizar no seminário, uma questão pendente por se estar a aguardar os resultados dos trabalhos da comissão nomeada no ano de 1960.

³⁷⁵¹ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 97.

³⁷⁵² Michael Hugo-Brunt, *op. cit.*, p. 30.

³⁷⁵³ *Ibidem*.

³⁷⁵⁴ Vide Michael Hugo-Brunt, *op. cit.*, pp. 24-30.

³⁷⁵⁵ Michael Hugo-Brunt, *op. cit.*, p. 25.

³⁷⁵⁶ *Ibidem*, p. 30.



Imagem 294 Fachada da igreja revestida de “Shangai Plaster”, c. 1953. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620.



Imagem 295 Pormenor do edifício moderno do seminário igualmente revestido de “Shangai Plaster”. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528.

No exterior, apesar de se terem respeitado os elementos decorativos da fachada, ocorreu uma grande alteração ao nível do revestimento: o tradicional reboco foi substituído por “Shangai Plaster” criando a ilusão de cantaria. No interior as formas terão permanecido mais ou menos inalteradas, notando-se, sobretudo, diferenças ao nível da decoração. Os altares laterais de teca muito trabalhados e de gosto neogótico, com destaque para o trono da imagem da Imaculada Conceição descrito em 1903 como sendo “um formoso e elegante throno, em estilo gothico”³⁷⁵⁷, deram lugar a outros bastante mais simplificados em mármore e marmorite, notando-se também a remoção dos púlpitos de madeira de cânfora e escadas em caracol que ladeavam o altar-mor. O retábulo que ocultava parcialmente o trono de degraus do altar-mor e que podemos ver em uma fotografia de cerca de 1904, também foi retirado. Frescos e pinturas a óleo que em Junho de 1953 decoravam o subcoro terão desaparecido, no caso dos primeiros, ou terão sido completamente destruídos aquando de uma tentativa de restauro, no caso das segundas³⁷⁵⁸. Manuel Teixeira aponta ainda a “infeliz ideia”³⁷⁵⁹ da introdução de outros acrescentos que vieram contribuir para a descaracterização da igreja de São José, caso da lâmpada eléctrica colocada sob a porta principal ou das persianas nas janelas do coro³⁷⁶⁰. Por seu lado, os arquitectos José da Silva Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro de Almeida consideraram a demolição de grande parte do seminário como um

³⁷⁵⁷ António Maria Alves, *Congregações Marianas na China e em Macau: Lembrança do ano jubilar da Imaculada Conceição 1854-8 de Dezembro de 1904*, Macau, s.n., 1904, p. 81.

³⁷⁵⁸ Michael Hugo-Brunt, *op. cit.*, pp. 29-30.

³⁷⁵⁹ Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 84.

³⁷⁶⁰ *Ibidem*.

acto criminoso agravado pela construção de um novo edifício de “péssima qualidade arquitectónica”³⁷⁶¹ ao qual era atribuída a culpa de ter desvalorizado um conjunto definidor daquele espaço urbano³⁷⁶².



Imagem 296 Pormenor da capela-mor da igreja de São José ainda com o retábulo e os púlpitos, c. 1904. António Maria Alves, *Congregações Marianas na China e em Macau, 1904*.



Imagem 297 Vista da capela-mor do mesmo templo na actualidade. Wikipedia/ Whhabert.



Imagem 298 O altar da Imaculada Conceição antes da intervenção de 1953, c. 1904. António Maria Alves, *Congregações Marianas na China e em Macau, 1904*.



Imagem 299 O mesmo altar após o restauro de 1953. *Crónicas Macaenses*/Fotografia de Rogério Luz.

³⁷⁶¹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

³⁷⁶² *Ibidem*.

Convento e igreja de Santa Clara: A igreja terá sido “reconstruída desde os seus fundamentos”³⁷⁶³ entre os anos de 1935 e 1936, altura em que foi imposto o actual cunho neogótico ³⁷⁶⁴ . Mais tarde, possivelmente no âmbito das reformas litúrgicas resultantes do Concílio do Vaticano II (1962-1965) e, concretamente, da necessidade de ter o altar voltado para



Imagem 300 Vista da fachada neogótica da igreja de Santa Clara, c. 1976. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, 1976.

o povo, o “furor iconoclasta”³⁷⁶⁵ terá entrado neste templo, destruindo altares neogóticos e vitrais que terão sido cobertos com cal. Em frente ao altar-mor foi colocada uma “vedação desilegante”³⁷⁶⁶. Em substituição dos três altares neogóticos destruídos foi colocada uma mesa-altar no centro do santuário e a representação do Santíssimo passou do trono que encimava o altar-mor para o primeiro degrau³⁷⁶⁷. No ano de 1963 a comissão de monumentos alertou para o facto das madres franciscanas missionárias de Maria, ocupantes do convento, terem o desejo de demolir o edifício “para no seu lugar construir uma casa mais confortável”³⁷⁶⁸, razão pela qual foi a intervenção das autoridades responsáveis para ver “se isso se poderá boamente impedir”³⁷⁶⁹. A proposta desta comissão referia a conservação “quanto possível”³⁷⁷⁰ dos elementos mais antigos do convento, nomeadamente a escadaria, o muro traseiro e o cruzeiro da igreja.

Igreja de São Domingos: O sacerdote jesuíta António Maria Alves terá sido o responsável pela introdução de alguns elementos mencionados no ano de 1963 como “anomalias”³⁷⁷¹, nomeadamente o medalhão com uma representação do Coração de Jesus colocado sob o altar-mor. Para a comissão de 1960 este e outros elementos, caso

³⁷⁶³ Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Macau, Tipografia da Missão, 1976, vol. XII, p. 273.

³⁷⁶⁴ Parece que a autora do projecto desta igreja foi a madre superior do convento, Marie Aimable de la Passion. Cf. <http://www.library.gov.mo/macreturn/DATA/PP271/PP271082.HTM>, consultado a 6 de Julho de 2015.

³⁷⁶⁵ Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Macau, Tipografia da Missão, 1976, vol. XII, p. 273.

³⁷⁶⁶ *Ibidem*.

³⁷⁶⁷ *Ibidem*.

³⁷⁶⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁷⁶⁹ *Ibidem*.

³⁷⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷⁷¹ *Ibidem*.

das tábuas de “mau gosto”³⁷⁷² colocadas nos altares, seriam “fáceis de apear”³⁷⁷³ o que no entanto não veio a acontecer. De modo a “Reintegrá-la, o mais possível, na sua beleza em parte desaparecida”³⁷⁷⁴ a mesma comissão aconselhou que além do apeamento daqueles elementos, se procedesse à pintura das paredes interiores “com outras cores menos berrantes”³⁷⁷⁵. A protecção do seu património móvel também deveria ser garantida³⁷⁷⁶.

Igreja de Santo Agostinho: No ano de 1936 este templo encontrava-se em “excelente estado de conservação”³⁷⁷⁷, um facto que o pe. Manuel Teixeira atribuiu ao “incansável zelo”³⁷⁷⁸ da mesa administrativa da Confraria do Senhor dos Passos. Nos últimos meses do ano de 1955 o soalho foi totalmente reparado³⁷⁷⁹. Para este monumento a comissão reestruturada em 1962 considerou que seria importante promover a protecção do portal louvado pela sua “sobriedade da [sic] linhas verdadeiramente ética”³⁷⁸⁰, bem como das lajes sepulcrais e das pinturas a óleo³⁷⁸¹. Concomitantemente foi apresentada uma proposta de recolha das colunas, bases e capitéis do claustro do antigo convento que à data se encontravam dispersos pelo jardim da Vila Flor e na horta inferior da Biblioteca Sir Robert Hotung onde serviam de “esteio de latadas e de vasos de flores.”³⁷⁸²



Imagem 301 A igreja já longe do excelente estado que apresentaria na década de 30, 1973. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528.

Igreja de São Lourenço: No mês de Julho de 1934 foram colocados atrás e sobranceiros ao altar-mor de mármore³⁷⁸³, vitrais com a representação da pomba do Espírito Santo e

³⁷⁷² *Ibidem.*

³⁷⁷³ *Ibidem.*

³⁷⁷⁴ *Ibidem.*

³⁷⁷⁵ *Ibidem.*

³⁷⁷⁶ *Ibidem.*

³⁷⁷⁷ Manuel Teixeira, *Paróquia de S. Lourenço*, s.l. [Macau], s.n., 1937, p. 14.

³⁷⁷⁸ *Ibidem.*

³⁷⁷⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁷⁸⁰ *Ibidem.*

³⁷⁸¹ *Ibidem.*

³⁷⁸² *Ibidem.*

³⁷⁸³ Este altar-mor dedicado ao Sagrado Coração de Jesus não é coevo da reconstrução oitocentista. Trata-se de uma obra da autoria do artista italiano A. Vannini, tendo sido oferecido por cinco paroquianos em

quatro anjos³⁷⁸⁴. Nos anos de 1939 e 1940 as Obras Públicas realizaram algumas reparações, pinturas e a caiação deste templo³⁷⁸⁵. No ano de 1949 foram promovidas “remodelações apreciáveis”³⁷⁸⁶ no seu interior, datando de 1954 nova renovação³⁷⁸⁷. Tendo em consideração que o cruzeiro e a escadaria sul eram para os membros da comissão de 1960 os únicos elementos de valor histórico³⁷⁸⁸, não é de estranhar que estes tenham apelado à sua protecção³⁷⁸⁹. Nessa ocasião aquela comissão também aconselhou uma melhor conservação do recheio artístico da igreja³⁷⁹⁰.

Igreja de Santo António: No ano de 1938 este templo beneficiou de algumas reparações cujos contornos desconhecemos mas, também, de pinturas e caiação³⁷⁹¹. No ano de 1949 os Serviços de Obras Públicas destacaram o facto de este templo estar carente de grandes reparações³⁷⁹². Possivelmente na sequência deste alerta, entre os anos de 1951 e 1953 foi promovido o restauro da torre, dos altares, do pavimento e de parte da fachada³⁷⁹³. Na mesma ocasião ter-se-ão substituído os sinos³⁷⁹⁴. No ano de 1954, devido a estas alterações, a comissão nomeada para proceder à classificação dos monumentos de Macau esclareceu que “Desta igreja, apesar de ser considerada a mais antiga da Cidade, nada resta que nos permita o reconhecimento dessa antiguidade”³⁷⁹⁵. As diferenças que podemos constatar quando confrontamos o edifício de hoje com uma

memória da mãe de duas das mecenas. Foi sagrado no ano de 1930 por D. José da Costa Nunes. Cf. Manuel Teixeira, *Paróquia de S. Lourenço*, s.l. [Macau], s.n., 1937, pp. 3, 7-9.

³⁷⁸⁴ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 4.

³⁷⁸⁵ AHU, OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1939]; AHU, OP01964, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1940].

³⁷⁸⁶ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁷⁸⁷ Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 67

³⁷⁸⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁷⁸⁹ *Ibidem*.

³⁷⁹⁰ *Ibidem*.

³⁷⁹¹ AHU, OP01962, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1938].

³⁷⁹² AHU, OP05981, 9/1240-3/4, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1949].

³⁷⁹³ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954; IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁷⁹⁴ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁷⁹⁵ *Ibidem*.

fotografia de cerca de 1890³⁷⁹⁶, levam-nos a crer que na campanha dos anos 50 a torre sineira outrora mais atarracada ganhou um novo corpo ficando consideravelmente mais alta que o frontão triangular, o que não acontecia anteriormente; as janelas do primeiro piso foram coroadas por frontões triangulares que vieram anular o friso de métopas e tríglifos, e ganharam balaustradas individuais; no piso inferior a entrada principal recebeu um frontão que ondula no topo formando duas pequenas volutas que por sua vez são sobrepujadas por uma vieira.



Imagem 302 A igreja da Santo António nos finais do século XIX. João Loureiro, *Postais Antigos de Macau*, 1995.



Imagem 303 A fachada do mesmo templo após a intervenção realizada durante o *Estado Novo*, c. 1976. Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, 1976.



Imagem 304 Aspecto exterior da igreja com as paredes parcialmente picadas aquando da campanha dos anos 50, c. 1954. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620.



Imagem 305 Aspecto da igreja aquando dos trabalhos da década de 50, c. 1954. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620.

À semelhança do caso da igreja de São Lourenço, os membros da comissão reestruturada no ano de 1962 consideraram que neste templo intervencionado em diversas ocasiões só mereciam ser protegidos o seu cruzeiro, “seu único MONUMENTO

³⁷⁹⁶ João Loureiro, *Postais Antigos de Macau*, Lisboa, João Loureiro e Associados, 1995, p. 82.

HISTÓRICO”³⁷⁹⁷, e o recheio artístico. Duas lápides nos ângulos inferiores esquerdo e direito da fachada da igreja recordam as campanhas realizadas nos anos de 1951 e 1953³⁷⁹⁸.

Igreja de São Lázaro ou de Nossa Senhora da

Esperança: Nos anos de 1939 e 1940, tal como aconteceu com o templo de São Lourenço, as Obras Públicas procederam à caiação geral desta igreja³⁷⁹⁹.

À semelhança do que vimos para a igreja de Santo António também este tempo considerado como “a primeira igreja construída pelos portugueses em Macau”³⁸⁰⁰ não tinha, no ano de 1954, nada que confirmasse “a antiguidade que a história nos indica.”³⁸⁰¹ Anos mais tarde, aparentemente em



Imagem 306 Pormenor do cruzeiro e do revestimento em "Shangai Plaster" da igreja, c. 1954. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620.

1958³⁸⁰², a situação ter-se-á agravado, datando desta altura o revestimento da fachada com “Shangai Plaster” bem como a remodelação dos altares³⁸⁰³. Por esta razão, no relatório datado de 1963 só surge uma alusão à protecção do cruzeiro e do adro, as “únicas relíquias da primitiva Igreja”³⁸⁰⁴. Mais tarde, no ano de 1967, conforme indica a lápide colocada no lado oriental da fachada, foram acrescentadas duas novas alas dos dois lados do altar-mor, bem como um novo altar e um tabernáculo na capela-mor³⁸⁰⁵. Estas obras foram executadas pelo construtor Vittorio Acconci³⁸⁰⁶.

Fortaleza de São Paulo do Monte: No ano de 1934 ou 1935 os Serviços de Obras Públicas promoveram algumas beneficiações nesta fortificação, incluindo a consolidação

³⁷⁹⁷ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁷⁹⁸ Maria Regina Valente, *Igrejas de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1993, p. 48.

³⁷⁹⁹ AHU, OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1939]; AHU, OP01964, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1940].

³⁸⁰⁰ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁸⁰¹ *Ibidem*.

³⁸⁰² Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 79.

³⁸⁰³ *Ibidem*.

³⁸⁰⁴ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, 30 de Março de 1963.

³⁸⁰⁵ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 79.

³⁸⁰⁶ *Idem*, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol. 1, p. 122.

da sua muralha³⁸⁰⁷. No ano de 1938 foram realizadas algumas reparações mas, também, a reconstrução do muro de suporte da fortaleza³⁸⁰⁸.



Imagem 307 Aspecto das obras de consolidação da muralha no ano de 1934/1935. AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n.

Em 1939 e 1940 a atenção recaiu nas dependências da Secretaria dos Reformados e do depósito de material de guerra que ali se encontravam instalados mas, também, no presídio militar e no paiol³⁸⁰⁹. No ano de 1961, como vimos, o governo da província definiu por portaria de 25 de Março³⁸¹⁰ a área de terreno que deveria corresponder à zona de protecção e de não edificação “para segurança da Fortaleza de S. Paulo do Monte e protecção ao seu enquadramento estético”³⁸¹¹. A comissão destinada a estudar e propor as medidas adequadas à defesa e valorização do património artístico e histórico de Macau considerou no ano de 1963 que seria aconselhável proceder à demolição das construções interiores, poupando apenas o edifício central para futura instalação de um Museu Militar³⁸¹². No ano de 1971 os Serviços de Obras Públicas realizaram “certas obras na entrada da fortaleza”³⁸¹³ a fim de criar espaços úteis para os turistas: um bar, uma sala para a venda de artesanato e retretes³⁸¹⁴. No processo de escavação para a construção destas novas dependências foi encontrado, atrás da pedra de armas, um nicho religioso entaipado o que, para o pe. Manuel Teixeira, leva a crer na

³⁸⁰⁷ AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1934-1935].

³⁸⁰⁸ AHU, OP01962, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1938].

³⁸⁰⁹ AHU, OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1939]; AHU, OP01964, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1940].

³⁸¹⁰ *Boletim Oficial de Macau* nº12, “Portaria nº6 729”, 25 de Março de 1961, pp. 316-317.

³⁸¹¹ *Ibidem*, p. 316.

³⁸¹² IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁸¹³ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 133.

³⁸¹⁴ *Ibidem*.

existência de uma capela do tempo dos jesuítas no átrio da fortaleza. Certo é que nesta ocasião a pedra de armas foi deslocada para cima da porta de entrada e o nicho permaneceu aberto³⁸¹⁵. Neste mesmo ano o pe. Manuel Teixeira solicitou ao governador que “as pedras históricas”³⁸¹⁶ que estiveram no Museu Arqueológico de São Paulo até ao triste episódio de 1967 fossem colocadas na parada desta fortaleza, o que efectivamente aconteceu depois da sua recolha e reconstrução³⁸¹⁷.

Fortaleza de São Tiago da Barra: Nos anos de 1939 e 1940 os Serviços de Obras Públicas colocaram uma porta almofadada nesta fortaleza, tendo procedido, também, a melhoramentos no depósito do material de guerra dos particulares³⁸¹⁸. Na opinião dos membros da comissão de 1960 esta foi a fortaleza que “mais sofreu”³⁸¹⁹ pela falta de consideração para com as suas formas primitivas, tendo sido muito afectada pelo crescimento da cidade. Uma vez que no ano de 1963 a capela se encontrava bem conservada, aquela comissão, reconhecendo o seu “interesse histórico”³⁸²⁰, propôs que se realizassem pequenas reparações e a sua caiação³⁸²¹.

Fortaleza D. Maria II: No ano de 1955 o major Acácio Cabreira Henriques anunciou que o restauro desta fortaleza há muito abandonada estaria para breve³⁸²². De facto, sabemos que no ano de 1957 os serviços militares tomaram a iniciativa de restaurar esta fortificação³⁸²³. Os trabalhos terão começado com a criação de um acesso, abertura de um caminho ao lado da casa da guarda do centro transmissor D. Maria e com a remoção da vegetação que envolvia a construção e as muralhas³⁸²⁴. Na mesma ocasião foi construído um portão em madeira “a fim de evitar que, como até então sucedia, fizessem ali recolha de gado caprino.”³⁸²⁵ Contudo, como em tantos outros casos, a boa

³⁸¹⁵ *Ibidem*, pp. 133-134.

³⁸¹⁶ *Ibidem*, pp. 136.

³⁸¹⁷ A recolha das peças dispersas pela cidade, sobretudo na Flora e na doca do Lamau, foi feita por Manuel Teixeira, Sir Lindsay Ride, ex-Chanceler da Universidade de Hong-Kong e por Alfredo de Almeida. Cf. Manuel Teixeira, *op. cit.*, pp. 136-138.

³⁸¹⁸ AHU, OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1939]; AHU, OP01964, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1940].

³⁸¹⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁸²⁰ *Ibidem*.

³⁸²¹ *Ibidem*.

³⁸²² Acácio Cabreira Henriques, *op. cit.*, p. 32.

³⁸²³ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁸²⁴ *Ibidem*.

³⁸²⁵ *Ibidem*.

vontade dos serviços militares não foi suficiente e com o esgotamento da verba destinada a estes trabalhos³⁸²⁶ o restauro da fortaleza de D. Maria II acabou por ser interrompido antes de ter sido verdadeiramente iniciado. Para a comissão criada no ano de 1960 o seu restauro era considerado “muito interessante”³⁸²⁷.

Fortaleza de Nossa Senhora da Guia: No ano de 1934 ou 1935 foram realizadas algumas reparações na residência do fiel da fortificação³⁸²⁸, edifício que seria melhorado em 1939³⁸²⁹. Data desse ano a construção de portas nas arrecadações e na casa do motor da estação eléctrica³⁸³⁰. No ano de 1959 “houve a louvável intenção”³⁸³¹ de remover os arbustos que envolviam as muralhas. Todavia a execução deste trabalho, sem dúvida necessário, acabou por ser bastante infeliz pois durante o processo foram destruídos bastiões e ameias³⁸³². A este propósito Jorge Graça confirma que “Deploravelmente, a torre do canto Leste foi demolida em 1958.”³⁸³³ No ano de 1963 os membros daquela comissão temiam o desmoronamento de parte da muralha, motivo pelo consideram que o restauro de acordo com a sua forma primitiva seria “urgente e inadiável”³⁸³⁴.



Imagem 308 Pormenor da capela da fortaleza no ano de 1973, sendo evidentes os problemas ao nível dos rebocos, situação que dez anos antes não se verificaria. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00527

³⁸²⁶ *Ibidem.*

³⁸²⁷ *Ibidem.*

³⁸²⁸ AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1934-1935].

³⁸²⁹ AHU, OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1939].

³⁸³⁰ *Ibidem.*

³⁸³¹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁸³² *Ibidem.*

³⁸³³ Jorge Graça, *op. cit.*, p. 79.

³⁸³⁴ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

Nesta ocasião a comissão criada em 1960 também aconselhou a eliminação das construções interiores³⁸³⁵ que retiravam a esta fortaleza “toda a beleza de outrora e que sempre se deveria ter respeitado”³⁸³⁶. O afamado farol reparado pelos Serviços de Obras Públicas no ano de 1934 ou 1935³⁸³⁷ e novamente em 1939³⁸³⁸, e a residência do faroleiro, seriam de manter. Por seu lado, no ano de 1963 a capela, um edifício de “interesse histórico”³⁸³⁹, encontrava-se bem conservada. Por essa razão, embora sem lhe reconhecer grande mérito artístico, aquela comissão propôs a concretização de pequenos reparos e a sua caiação³⁸⁴⁰.

Fortaleza da Taipa: A necessidade de instalar temporariamente o governador neste local durante o Verão de 1934, motivou a transformação e adaptação da residência da fortificação de modo a “dotá-la com as comodidades mínimas indispensáveis”³⁸⁴¹.



Imagem 309 No início dos anos 70 a residência já se encontrava bastante carente de uma intervenção. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00529

Datará desta ocasião, segundo nos parece, a construção ou adaptação do edifício localizado na zona central da fortaleza, edificação de um andar dotada de um alpendre sustentado por colunas que assentam directamente em parte da muralha da fortaleza³⁸⁴². Na mesma ocasião foram realizadas pequenas reparações nas portas da fortaleza³⁸⁴³. No ano de 1938 foram novamente executadas algumas reparações³⁸⁴⁴. Contudo, apenas onze anos depois, da outrora residência de Verão do governador “os únicos elementos aproveitáveis são as paredes”³⁸⁴⁵, razão pela

³⁸³⁵ De acordo com o relatório datado de 1963 parece-nos que uma dessas construções seria a Estação Radiotelegráfica instalada no ano de 1953.

³⁸³⁶ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁸³⁷ AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1934-1935].

³⁸³⁸ AHU, OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1939].

³⁸³⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁸⁴⁰ *Ibidem*.

³⁸⁴¹ AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1934-1935].

³⁸⁴² Jorge Graça, *op. cit.*, p. 85.

³⁸⁴³ AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1934-1935].

³⁸⁴⁴ AHU, OP01962, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP de 1938].

³⁸⁴⁵ AHU, OP05981, 9/1240-3/4, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1949].

qual a fortaleza terá sido incluída no conjunto de monumentos que necessitariam de grandes reparações³⁸⁴⁶.

Gruta de Camões: No âmbito das comemorações centenárias de 1940³⁸⁴⁷, além de alterações ao nível da envolvência com a substituição da balaustrada por um murete, foram acrescentadas ao pedestal do busto do poeta duas placas com inscrições em chinês de estâncias da obra maior de Camões.



Imagem 310 A gruta antes do restauro de 1940.
Wenceslau de Moraes, *A Gruta da Camões*,
1940, reproduzido em Nenotavaiconeta.



Imagem 311 A gruta após o restauro de 1940.
Wenceslau de Moraes, *A Gruta da Camões*, 1940,
reproduzido em Nenotavaiconeta.

Esta obra foi realizada pelo escultor Oseo Acconci³⁸⁴⁸. Nessa ocasião a coroa que se encontrava no pedestal foi retirada e as lápides que ladeavam o busto foram deslocadas. Em suma, através da eliminação dos elementos introduzidos cem anos antes por Lourenço Marques, procurou devolver-se a gruta ao seu aspecto inicial.

7.5 O caso da sé catedral e do paço episcopal

A igreja da Natividade de Nossa Senhora, vulgo sé catedral, localiza-se numa das zonas mais elevadas da cidade, dominando o espaço ao qual deu o nome, o Largo da Sé. Nas imediações, testemunhando a importância do templo e do local, encontram-se outras construções religiosas, casos do mosteiro de São Domingos, do convento de Santa Clara e da Santa Casa da Misericórdia. Do lado esquerdo de quem encara o frontispício do templo surge o paço episcopal.

³⁸⁴⁶ *Ibidem*.

³⁸⁴⁷ No mesmo ano, por iniciativa de José Ferreira de Castro, reitor do Liceu, estas lápides foram removidas deste local e colocadas na parede de um recinto vizinho. Cf. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, vol. 1, p. 215.

³⁸⁴⁸ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, vol. 1, p. 215.

A fachada desta igreja dedicada à Natividade de Nossa Senhora, área onde foi criada a ilusão de cantaria, é simultaneamente imponente e simples pelas suas dimensões e linhas arquitectónicas, uma obra de gosto neoclássico. O frontispício encontra-se ladeado por duas torres sineiras de planta



quadrangular idênticas em tudo excepto no facto da torre do lado da Epístola

Imagem 312 Fachada da sé catedral com o corpo do paço episcopal à esquerda. HPIP/Manuel Rodrigues Paiva.

apresentar relógios em duas das suas faces. A frontaria é constituída na horizontal por três segmentos: o baixo onde se abrem três arcadas de volta perfeita dotadas de portas; o central com três janelas de sacada sobre um entablamento; enquanto o superior, partindo de novo entablamento, corresponde ao frontão triangular dotado de um óculo fenestrado. Na vertical a dinâmica é idêntica, observando-se a divisão da frontaria em três panos distintos graças à introdução de pilastras dóricas no nível inferior e toscanas na zona média. A fachada lateral que dá para a Calçada de São João é superiormente marcada pela série de janelas da nave, tendo na parte inferior mais próxima do frontispício uma arcaria parcialmente cerrada e coberta. Logo de seguida surge bem saliente o corpo de uma das capelas-laterais.

No interior o templo apresenta uma única nave ampla e duas capelas laterais, uma de cada lado do corpo. A capela-mor é bastante profunda e demarcada por um altíssimo arco triunfal de volta perfeita que apresenta, de ambos os lados, medalhões relevados. Esta superfície conta a meia altura com duas pilastras dóricas adossadas – uma de cada lado do arco – que parecem pairar no ar já que não se erguem a partir do pavimento mas um pouco acima das imagens colocadas sobre os altares laterais do arco. Na parede fundeira e nas paredes laterais da capela-mor observam-se janelas decoradas com vitrais coloridos de temática mariana e com representações dos apóstolos. As pilastras dotadas de capitéis jónicos repetem-se na capela-mor e ao longo de toda a nave que conta ainda, como dissemos, com as capelas-laterais formadas por arcos redondos, e com um segundo nível no qual foram rasgadas múltiplas janelas, solução que juntamente com as aberturas da frontaria e da parede fundeira torna este templo

bastante luminoso. Refira-se ainda a existência de um entablamento que percorre todo o interior da igreja como se estivesse assente nas pilastras jónicas das paredes laterais. Do lado da Epístola, já perto da capela-mor, encontra-se um púlpito de base cônica invertida.



Imagem 313 Vista do interior do templo.
<https://worldstotrek.wordpress.com>.

O paço episcopal vizinho é antecedido por um pátio vedado e ajardinado, apresentando a mesma linguagem neoclássica da igreja. Trata-se de um edifício em U, no qual se destaca o seu corpo central – o principal – longilíneo e ritmado a um nível inferior por quatro entradas rectilíneas e superiormente pelo mesmo número de janelas rectangulares. Esta fachada tem o seu comprimento dividido em três partes: duas laterais encimadas por uma balaustrada e organizadas em dois níveis distintos com as respectivas janelas e portas, e a central rematada por uma empena triangular decorada por um medalhão com o brasão episcopal ladeado por dois triângulos e ritmada em dois níveis por um conjunto harmonioso de portas e janelas. Os dois corpos que ladeiam esta fachada apresentam uma sucessão de três janelas rectilíneas.

A existência em Macau de um templo dedicado a Nossa Senhora e reconhecido como sendo o principal da cidade remonta pelo menos ao ano de 1564, altura em que, como verificámos em casos anteriores, seria apenas uma construção modesta em madeira³⁸⁴⁹. No entanto a fundação da diocese de Macau data apenas de 23 de Janeiro de 1576, momento em que o Papa Gregório XIII firmou a bula que elevou aquele templo à dignidade de igreja catedral³⁸⁵⁰. Na sequência da concessão desta dignidade cardinalícia

³⁸⁴⁹ Pedro Dias, *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau: 1557-1911*, Lisboa, Portugal Telecom, p. 134;

³⁸⁵⁰ Manuel Teixeira, *Primórdios de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1990, p. 26.

é natural que a pequena igreja tenha sido objecto de algum tipo de melhoramentos, sendo certo que no ano de 1622 ou 1623 foi substituída por outro templo no local do actual³⁸⁵¹ mas que teria a sua fachada virada para oeste, ficando o respectivo paço episcopal num canto³⁸⁵².

No ano de 1744 a catedral estaria a ameaçar ruína³⁸⁵³, uma situação provocada pela presença da formiga-branca que, como veremos, continuará a ameaçar o templo mais de duzentos anos depois. Por esta razão o bispo D. Hilário de Santa Rosa chegou a informar D. João V da necessidade de proceder à reconstrução do templo, campanha que rondaria os 1.000.000 reais³⁸⁵⁴. Apesar do prelado franciscano ter mandado proceder ao telhamento da igreja e à colocação de um tecto novo com o respectivo forro pintado³⁸⁵⁵, o estado da catedral terá continuado a agravar-se, razão pela qual no ano de 1774 aquele religioso acabou por manifestar o desejo de ocupar a igreja da Assunção de Nossa Senhora do colégio da Madre de Deus, vulgo São Paulo³⁸⁵⁶, deixada pelos jesuítas na sequência da sua expulsão em 1762. Na mesma altura foram chamados alguns mestres chineses para proceder a uma vistoria à sé catedral, tendo constatado que os madeiramentos – em particular do tecto com especial destaque para a capela-mor – estavam podres, a parede da torre estava aberta de cima a baixo e a fachada principal apresentava uma racha³⁸⁵⁷. No ano de 1780 a situação seria idêntica: as paredes estavam abertas e o madeiramento estava podre³⁸⁵⁸.

No ano de 1802, depois de nova vistoria à sé, o ouvidor Miguel de Arriaga Brum (1776-1884)³⁸⁵⁹ entendeu que seria necessário proceder à reconstrução total do templo, uma

³⁸⁵¹ *Idem*, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1999, vol.1, p. 107.

³⁸⁵² *Idem*, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 64.

³⁸⁵³ Pedro Dias, *op. cit.*, pp. 135-136.

³⁸⁵⁴ *Ibidem*, p. 135.

³⁸⁵⁵ *Ibidem*.

³⁸⁵⁶ *Ibidem*.

³⁸⁵⁷ *Ibidem*.

³⁸⁵⁸ *Ibidem*, p. 136.

³⁸⁵⁹ Miguel José de Arriaga Brum da Silveira chegou a Macau em Junho de 1802. Nesse mesmo ano tinha sido transferido para Goa como desembargador da Relação com exercício no cargo de ouvidor de Macau do qual viria a tomar posse apenas no início do ano de 1803. Descrito como um homem extremamente astuto e ambicioso manteve-se no poder durante mais de vinte anos. Ficou conhecido como o “Pombal de Macau”. Acerca desta figura *vide* Luís Sá Cunha, “Miguel de Arriaga: uma águia num zoo”, *Revista Macau*, nº35, 2013, disponível em <http://www.revistamacau.com/2013/12/15/miguel-de-arriaga-uma-aguia-num-zoo/>, consultado a 10 de Fevereiro de 2015.

campanha cujo valor ficaria saldado em quatro anos e que deveria ser executada por mestres-de-obras chineses³⁸⁶⁰. No entanto essa ideia acabou por ser abandonada e substituída pela realização de obras de conservação pontuais tanto na sé como no paço episcopal³⁸⁶¹. Devido à ausência de uma acção debeladora dos efeitos do tempo, da intempérie, dos homens e da formiga-branca, no ano de 1827 já faltavam o coro e o telhado, o pavimento estava podre e diversos altares, portas e janelas, portanto elementos em madeira, estavam amplamente afectados pela presença do tal insecto³⁸⁶². No ano de 1835 um tufão daria o *coup de grace*: a igreja ficou de tal modo arruinada que foi necessário proceder ao seu encerramento e à transferência do serviço religioso para o templo de São Domingos³⁸⁶³.

Finalmente no ano de 1841 o bispo D. Nicolau Rodrigues Pereira de Borja (1777-1845) logrou que a Secretaria da Marinha e do Ultramar emitisse a 26 de Fevereiro de 1844 uma portaria autorizando o prelado a executar as obras necessárias³⁸⁶⁴. Nesta ocasião optou-se pela reedificação do templo e pela abertura de uma subscrição com essa finalidade³⁸⁶⁵. Segundo um artigo publicado no *Arquivo Pitoresco* no ano de 1858, não obstante as dificuldades sentidas no decurso da campanha financiada pela tal subscrição, por fundos da Sé e por dinheiro dos cofres que se encontravam sob a administração eclesiástica, a Fazenda Pública não terá contribuído com qualquer verba³⁸⁶⁶. As obras tiveram início a 8 de Dezembro daquele ano mas só ficariam concluídas no tempo de D. Jerónimo José da Mata (1804-1865), com a sagração da igreja a ter lugar a 19 de Fevereiro de 1850³⁸⁶⁷. O projecto gizado pelo architecto José Agostinho Tomás de Aquino implicou, como dissemos, a reedificação do templo, sendo de destacar o facto da fachada anteriormente orientada para oeste ter sido reorientada

³⁸⁶⁰ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 136.

³⁸⁶¹ Pelo estudo de documentos existentes no AHU, Pedro Dias afirma que entre os anos de 1805 e 1831 as obras realizadas custaram 9.572 taéis, sendo que o ano em que a despesa foi maior foi 1811. Cf. Pedro Dias, *op. cit.*, p. 136.

³⁸⁶² Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 64.

³⁸⁶³ *Ibidem.*

³⁸⁶⁴ *Ibidem.*

³⁸⁶⁵ *Ibidem.*

³⁸⁶⁶ *Ibidem.*

³⁸⁶⁷ Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Macau, Imprensa Nacional, 1940, vol. II, p. 427.

para norte, manobra que permitiu desafogar o paço episcopal³⁸⁶⁸. No entanto, um dos aspectos mais elogiados na época foi o sistema de sustentação do telhado:

*por não ter ligação alguma com o tecto interior do edifício. Entre este tecto e o telhado há um vasto espaço por onde se anda à vontade em longas coxias, com muita luz e ar, como convém n'aquelles climas para evitar estragos da formiga branca (...). Contra tal flagelo não se conhece outro remédio, senão a muita claridade e arejamento de todas as partes do edifício.*³⁸⁶⁹

Na sequência da coroação de D. Pedro V (1837-1861) no ano de 1855, D. Jerónimo José da Mata lançou uma subscrição para a aquisição de um relógio destinado a uma das torres da igreja³⁸⁷⁰. Depois da reunião de 1.500 patacas e da elaboração de um desenho da planta e perspectiva da torre da autoria de Cândido António Osório, o relógio foi encomendado à casa Thawaites & Reed de Inglaterra. Esta peça conta com a seguinte inscrição: R.P.V. A.D. MDCCCLII P.M.E.³⁸⁷¹ Osório e Carlos Vicente da Rocha iriam depois conduzir os trabalhos de colocação, cuja conclusão teria lugar no final ano de 1857³⁸⁷². O relógio terá batido as horas pela primeira vez à meia-noite do dia 31 de Dezembro de 1857³⁸⁷³.

No ano de 1874 o templo recém-reedificado seria atingido por nova tragédia: o mesmo tufão que danificou o farol da Guia e esteve na origem do incêndio que destruiu a igreja de Santo António, provocou a queda das cúpulas das torres da sé, sabendo que uma delas desabou sobre o telhado “em que fez um grande rombo, danificando 24 canudos e o fole principal do novo órgão”³⁸⁷⁴. A capela do Santíssimo também foi bastante afectada por este acontecimento³⁸⁷⁵.

Quanto ao paço episcopal Pedro Dias demonstrou que, à semelhança da sé catedral, a residência episcopal também estaria em franco estado de ruína no ano de 1774, razão

³⁸⁶⁸ C., “Cathedral de Macau”, *Archivo Pittoresco* nº35, Fevereiro de 1858, p. 276.

³⁸⁶⁹ *Ibidem*, p. 277.

³⁸⁷⁰ *Ibidem*.

³⁸⁷¹ Regnante Pedro V Anno Domini MDCCCLII Populus Macaensis Eredit.

³⁸⁷² C., “Cathedral de Macau”, *Archivo Pittoresco* nº35, Fevereiro de 1858, p. 277.

³⁸⁷³ *Ibidem*.

³⁸⁷⁴ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, vol. 1, p. 111.

³⁸⁷⁵ *Ibidem*.

pela qual o bispo terá manifestado o desejo de se mudar para o seminário de São José³⁸⁷⁶. No entanto, a solução do Leal Senado passou pelo aluguer de algumas habitações localizadas junto da igreja de São Lourenço, datando de 1780 a reconstrução do edifício episcopal³⁸⁷⁷. Todavia, pouco tempo depois, por volta de 1812, o mesmo ouvidor responsável pelas obras de conservação da catedral no início do século XIX, Miguel de Arriaga Brum, promoveu uma vistoria a esta residência episcopal, tendo concluído que, tal como no templo, seria necessário proceder à sua reconstrução³⁸⁷⁸. Segundo Pedro Dias, o edifício neoclássico resultante dessa campanha corresponderá, salvo algumas introduções realizadas ao longo do tempo, àquele que actualmente podemos observar³⁸⁷⁹.

No ano de 1931 o paço estava “inabitável”³⁸⁸⁰. Em Abril desse ano D. José da Costa Nunes não estaria em Macau³⁸⁸¹ mas o seu regresso seria eminente e por essa razão o governador do bispado, o deão José António de Azevedo Bartholo (?-1934), solicitou à Repartição de Obras Públicas uma vistoria ao edifício e, sobretudo, a execução de reparações a realizar “o mais urgentemente possível”³⁸⁸², incluindo a caiação e pintura das superfícies interiores e exteriores. A verdade é que alguns meses antes desta solicitação já tinha sido concretizada uma vistoria por um condutor das Obras Públicas³⁸⁸³ mas neste momento, segundo parece, o estado de conservação do paço ter-se-ia agravado consideravelmente, especialmente devido ao temporal ocorrido um dia antes, ocasião em que a “chuva caiu quasi em todas as dependências”³⁸⁸⁴. Contudo, a nova vistoria e as seguintes obras solicitadas no mês de Abril de 1931 não tiveram qualquer concretização e a situação acabou por agravar-se. Como aconteceu com tantos

³⁸⁷⁶ Pedro Dias, *op. cit.*, p. 138.

³⁸⁷⁷ *Ibidem.*

³⁸⁷⁸ *Ibidem.*

³⁸⁷⁹ *Ibidem.*

³⁸⁸⁰ AHU, n.º380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo n.º73151, doc. s/n, 20 de Abril de 1931.

³⁸⁸¹ Desconhecemos a razão pela qual o bispo de Macau estaria ausente, sabendo apenas que nesse ano passou por Ponta Delgada onde deu uma conferência sobre o Oriente no Liceu Antero de Quental. Cf. Susana Goulart Costa “D. José da Costa Nunes (1880-1976): Um Cardeal no Oriente”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, n.º19-20, 2007-2008, p. 286.

³⁸⁸² AHU, n.º380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo n.º73151, doc. s/n, 20 de Abril de 1931.

³⁸⁸³ *Ibidem.*

³⁸⁸⁴ *Ibidem.*

outros edifícios, o paço episcopal sofreu “vários estragos”³⁸⁸⁵, sobretudo nas portas e janelas, com a explosão do paiol da Flora³⁸⁸⁶.

O grande problema nesta fase prendia-se com o facto de em sessão do Conselho de Governo daquele ano de 1931 ter sido proposta a redução, ou se necessária a eliminação, de algumas verbas que anteriormente teriam sido consignadas para o orçamento anual³⁸⁸⁷. Uma das verbas indicada para eliminação correspondia a 2.000\$00 patacas destinadas à “Reparação e Conservação do Paço Episcopal”³⁸⁸⁸ pois, segundo o juiz civil comercial com a posterior aprovação do Conselho, tendo as missões católicas bastantes verbas não “parecia razoável (...) dar o seu auxílio (...) tanto mais, havendo tantas obras urgentes a fazer”³⁸⁸⁹. Na ausência desta verba o governador Joaquim Anselmo de Matta Oliveira (1874-1948) entendeu, ainda assim, que a Direcção das Obras Públicas deveria prestar a assistência técnica ao trabalho a realizar³⁸⁹⁰ sem no entanto esclarecer, no entanto, quem deveria financiar essa campanha.

No início do ano de 1932 a situação seria praticamente insustentável, facto que levou D. José da Costa Nunes a mudar-se para a Penha, como referimos anteriormente, e a deslocar as repartições eclesiásticas do local onde se encontravam “para fugir a um possível desastre”³⁸⁹¹. Estando o paço de tal modo danificado, tendo as suas “portas, janelas, soalho, tecto, todo o madeiramento e mesmo algumas paredes mestras (...) um aspecto simplesmente deplorável”³⁸⁹², D. José da Costa Nunes sugeriu pela primeira de muitas vezes que talvez fosse mais sensato demolir este “casarão arruinado”³⁸⁹³ e

³⁸⁸⁵ AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 3 de Setembro de 1931.

³⁸⁸⁶ A explosão do paiol militar da Flora ocorreu a 13 de Agosto de 1931. Esta explosão terá causado cerca de quarenta mortes e grandes estragos nas construções vizinhas. A maior perda terá sido o palacete da Flora, obra projectada pelo arquitecto José Tomás de Aquino para um terreno do pe. Vitorino José de Sousa e Almeida. Após ter sido adquirido pelo governo no ano de 1872 ou 1873, o palacete foi utilizado como residência de Verão dos governadores até ter sido abandonado devido à insalubridade do local. Em duas ocasiões foi utilizado como enfermaria de doentes de cólera. No ano de 1924 o palacete foi transformado em jardim-de-infância. Cf. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, vol. 1, p. 222.

³⁸⁸⁷ AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 31 de Agosto de 1931.

³⁸⁸⁸ *Ibidem*.

³⁸⁸⁹ *Ibidem*.

³⁸⁹⁰ *Ibidem*.

³⁸⁹¹ AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 20 de Janeiro de 1932.

³⁸⁹² *Ibidem*.

³⁸⁹³ *Ibidem*.

construir no meio do jardim interior um novo edifício mais modesto em tamanho³⁸⁹⁴. Desta forma não só se gastaria menos dinheiro como se teria a possibilidade de “alargar e embelezar”³⁸⁹⁵ o Largo da Sé. Para o bispo era importante que alguma medida fosse tomada com urgência não só porque o estado do edifício era crítico mas, também, porque estava prevista para o ano de 1933 a realização de uma reunião com os prelados do sul da China em Macau. “Onde os hei-de hospedar?”³⁸⁹⁶ questionava-se o bispo de Macau, confessando-se “vexado com o facto, não como Bispo, mas ainda como português”³⁸⁹⁷. Ainda assim o prelado não podia concordar com a sugestão lançada naquela sessão do Conselho de Governo: as missões tinham os seus próprios encargos, “pesadíssimos”³⁸⁹⁸, e as reparações do paço episcopal cabiam única e exclusivamente ao governo. Concluindo, “A Missão tem tanta obrigação de reparar o Paço Episcopal como um quartel ou qualquer repartição pública”³⁸⁹⁹. Ficam assim bem definidos os dois problemas que provocariam o prolongamento desta questão ao longo de pelo menos sete anos: era dever do governo custear as reparações necessárias no paço episcopal mas aquele afirmava não ter a verba necessária; havendo verba as possibilidades seriam duas, o restauro ou a demolição e construção de um novo edifício. A resolução deste dilema, como veremos, não seria fácil.

Apesar de logo no início do ano de 1932, Artur Schiappa Monteiro de Carvalho, director das Obras Públicas de Macau, ter concordado com a opção de se demolir o paço³⁹⁰⁰ muito possivelmente devido à questão das verbas, no final de 1933 o processo continuava pendente³⁹⁰¹. Segundo apurámos, entre esse ano e 1935 pouco se alterou mas a questão não estaria esquecida pois sabemos que no primeiro semestre de 1934 foi feita uma vistoria ao edifício por um apontador e um mestre-carpinteiro das Obras Públicas³⁹⁰². Nesta ocasião, como nas anteriores, a situação era dramática: a cobertura de telha denunciava sucessivas reparações; o forro do telhado estava em muito mau estado; o vigamento em madeira estava, como em tantos outros casos, não só

³⁸⁹⁴ *Ibidem.*

³⁸⁹⁵ *Ibidem.*

³⁸⁹⁶ *Ibidem.*

³⁸⁹⁷ *Ibidem.*

³⁸⁹⁸ *Ibidem.*

³⁸⁹⁹ *Ibidem.*

³⁹⁰⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 22 de Janeiro de 1932.

³⁹⁰¹ *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Dezembro de 1933.

³⁹⁰² AHU, OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n [Relatório OP 1934-1935].

apodrecido como atacado pela formiga-branca, tendo sido aconselhada a substituição total por uma cobertura de betão armado, medida que ia sendo tomada nos edifícios públicos de Macau e que nesse ano de 1934 seria proposta de forma generalizada pelo director de Obras Públicas³⁹⁰³; o pavimento em madeira carecia de reparações, havendo duas alas onde este deveria ser totalmente substituído; as escadas de serviço estavam num estado deplorável; entre portas e janelas nada escapava, algumas poderiam ser reparadas mas mais de metade teria que ser substituída; só as paredes estariam aparentemente em boas condições, com excepção para a do tardo e alguns dos arcos das portas³⁹⁰⁴. Na sequência desta vistoria a opinião do director das Obras Públicas manteve-se inalterada: mais valia demolir o edifício, aproveitar os materiais e “construir um prédio moderno”³⁹⁰⁵ de menores dimensões. Neste momento, como em todos os outros, notamos que a hipótese de demolir o paço e de construir um edifício novo é sobretudo equacionada devido aos custos envolvidos. Em momento algum, mesmo quando inicialmente se propôs o restauro do edifício, parece ter sido dada alguma importância aos seus mais de duzentos anos. Pelo contrário, a sua antiguidade chegou mesmo a ser encarada como a melhor explicação para a sua degradação e, por conseguinte, como o melhor argumento para a sua substituição ou modernização. A este propósito disseram os técnicos das Obras Públicas:

*Basta saber-se que o edifício do Paço Episcopal tem mais de dois séculos de existência, para não ser exageração eu dizer que o seu estado de conservação é tal que necessita de grandes e importantes reparações, actualizando-o às exigências e conveniências modernas.*³⁹⁰⁶

A questão do paço seria herdada pelo major António Joaquim Ferreira da Silva Júnior mas a opinião deste novo director dos Serviços de Obras Públicas seria idêntica à do seu antecessor. O edifício estava de tal modo arruinado que “não merecia reparações”³⁹⁰⁷. Por outro lado, tinha sido prevista a abertura de uma nova rua naquela zona, rua essa que viria a “cortar” o edifício antigo, sendo por isso mais ajuizado aproveitar a situação

³⁹⁰³ *Ibidem.*

³⁹⁰⁴ AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 15 de Maio de 1934.

³⁹⁰⁵ *Ibidem.*

³⁹⁰⁶ *Ibidem.*

³⁹⁰⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 6 de Fevereiro de 1935.

para construir um novo paço episcopal³⁹⁰⁸. D. José da Costa Nunes voltou a concordar com a construção de um novo edifício cujo esboço foi apresentado na reunião do Conselho Técnico de Obras Públicas de 6 de Março de 1935³⁹⁰⁹, tendo pedido apenas que as obras ficassem concluídas a tempo da reunião daquele ano dos bispos do sul da China, “poupando-nos, assim, a mim e ao Governo Português, ao vexame”³⁹¹⁰ de receber os ilustres convidados num edifício que parecia “uma ruína abandonada”³⁹¹¹. Quanto à concretização de tal campanha, depois do director das Obras Públicas ter assegurado que não tinha as verbas necessárias e de ter apresentado como alternativa um cenário em que o seu serviço prestaria a devida assistência técnica e as missões procederiam a um adiantamento³⁹¹², o bispo de Macau voltou a esclarecer que a situação não seria tão simples como se poderia pensar, afinal era obrigação do governo e não das missões financiar estas obras.

Ainda assim, de modo a agilizar a situação, D. José da Costa Nunes acabou por propor nesse mesmo ano de 1935 que as missões – cujos fundos teriam que ser obrigatoriamente capitalizados sem qualquer tipo de desvio para outros fins – disponibilizassem um crédito para a concretização das reparações do paço, desde que o governo se compromettesse a reembolsá-las anualmente no valor de 12.000 patacas³⁹¹³. A situação não seria de resolução fácil pois embora não houvesse qualquer dúvida acerca da necessidade do governo português de Macau transformar um edifício “com aspecto de pardieiro sórdido”³⁹¹⁴ em algo digno³⁹¹⁵, a proposta de adiantamento por parte das missões da verba em causa não seria “concordante com o crédito do Estado e as leis da contabilidade pública”³⁹¹⁶. Apesar destas dificuldades, no ano de 1936 os Serviços de Obras Públicas elaboraram dois processos: um referente a “Reparações no

³⁹⁰⁸ *Ibidem.*

³⁹⁰⁹ *Ibidem.*

³⁹¹⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 22 de Novembro de 1934.

³⁹¹¹ *Ibidem.*

³⁹¹² *Ibidem*, doc. s/n, 6 de Fevereiro de 1935.

³⁹¹³ *Ibidem*, doc. s/n, 28 de Fevereiro de 1935.

³⁹¹⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 24 de Outubro de 1935.

³⁹¹⁵ *Ibidem.*

³⁹¹⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 27 de Janeiro de 1936.

Paço Episcopal” e outro que incluía desenhos do novo edifício cuja construção deveria custar cerca de 70.000 patacas³⁹¹⁷.

Em 1937 o caminho a seguir parecia ser novamente o do restauro do paço pois sabemos que nesse ano o director das Obras Públicas voltou a ordenar uma vistoria ao edifício, da qual resultou um orçamento de pelo menos 60.000 patacas para a sua recuperação³⁹¹⁸. A dificuldade subsistia: o governo não disponibilizava as verbas necessárias para o restauro ou demolição e construção de um novo paço episcopal. Para D. José da Costa Nunes a questão que, recorde-se, se arrastava desde 1931, não podia protelar-se por mais tempo: se o Estado não disponibilizava a totalidade das verbas necessárias, deveria permitir que o empreiteiro das missões³⁹¹⁹ procedesse à vistoria do edifício. A construção do edifício seria então assumida pela diocese que faria as “reparações de modo a que o Paço não necessite de novos consertos durante vinte e cinco anos.”³⁹²⁰ Ao estado caberia a entrega de 12.000 patacas³⁹²¹. Todavia esta proposta foi considerada ilegal pelo director das Obras Públicas para quem seria necessário realizar uma reunião entre o seu serviço e as missões e a elaboração de um orçamento pela repartição técnica³⁹²². O mesmo director estabeleceu, ainda, que caso o orçamento fosse superior a 12.000 patacas seria aberto um concurso público ao qual aquele empreiteiro deveria concorrer para arrematar a obra³⁹²³. Por seu lado o director da Fazenda, tendo em conta a disparidade dos orçamentos das Obras Públicas e das missões bem como a promessa de durabilidade da obra a realizar, considerou que a proposta de D. José da Costa Nunes era bastante tentadora e merecedora de reflexão por parte das instâncias superiores³⁹²⁴.

Apesar de desconhecermos qual foi a estratégia adoptada, a solução escolhida acabou por ser o restauro do edifício existente e não a construção de um novo paço episcopal. Senão confronte-se uma fotografia actual com a gravura publicada no ano de 1858 n’O

³⁹¹⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Janeiro de 1936; *Ibidem*, doc. s/n, 9 de Novembro de 1936.

³⁹¹⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 20 de Maio de 1937.

³⁹¹⁹ A 23 de Julho de 1937 o governador do bispado, quando questionado pela repartição de Obras Públicas, esclareceu que a missão não tinha naquele momento qualquer empreiteiro privativo, tendo como prática adjudicar as obras àquele que oferecendo garantias de qualidade se comprometesse a realizar a obra por um preço mais baixo. Cf. AHU, nº380 A, 1 I, Processo nº73151, doc. s/n, 23 de Julho de 1937

³⁹²⁰ AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 15 de Junho de 1937.

³⁹²¹ *Ibidem*.

³⁹²² *Ibidem*, doc. s/n, 17 de Junho de 1937.

³⁹²³ *Ibidem*.

³⁹²⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 18 de Junho de 1937.

*Arquivo Pitoresco*³⁹²⁵: trata-se do mesmo edifício neoclássico cujo elemento mais marcante é o corpo central rematado por uma empena triangular, com o mesmo número e tipo de aberturas. Observa-se, no entanto, o acrescento de uma varanda com balaústre onde inicialmente parecia haver somente o telhado. A limitação do pequeno jardim fronteiro também é distinta. Datará também desta campanha a substituição de um eventual tecto em caixotão de madeira por uma laje de betão disposta sobre vigas assentes em vãos de portas ou janelas³⁹²⁶.



Imagem 314 Pormenor da representação do paço episcopal em gravura publicada no ano de 1858. *Arquivo Pittoresco* nº35, Fevereiro de 1858.



Imagem 315 Pormenor da fachada principal do paço episcopal, c. 1973. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528

Não podemos deixar de classificar toda esta situação como totalmente caricata pois D. José da Costa Nunes, como o próprio salientou, parecia destinado a “deixar ao meu sucessor um pardieiro”³⁹²⁷, quando tinha “andado a erguer edifícios por todo o território da minha Diocese”³⁹²⁸. Senão recorde-se o caso brevemente analisado da ermida e residência da Penha. O grande problema residia no facto do edifício ser propriedade do Estado sendo, portanto, incumbência da Fazenda assistir às reparações necessárias através da verba inscrita no orçamento do Conselho de Administração das Obras Públicas³⁹²⁹ quando a verba disponível era exígua e os edifícios públicos a construir ou carentes de reparações eram muitos.

A situação da sé era um pouco distinta. O pedido do presidente do Cabido referente ao seu restauro remontava, apenas, ao ano de 1933, altura em que foi feita uma estimativa

³⁹²⁵ C., “Cathedral de Macau”, *Arquivo Pittoresco* nº35, Fevereiro de 1858, p. 277.

³⁹²⁶ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

³⁹²⁷ AHU, nº380 A, 1 I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 17 de Julho de 1936.

³⁹²⁸ *Ibidem*.

³⁹²⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 18 de Junho de 1937.

no valor de 1450 patacas disponibilizadas pelo Serviço de Obras Públicas e a execução da obra foi arrematada pelo empreiteiro Cheong Wa³⁹³⁰. Contudo quando as obras estavam prestes a começar o governador do bispado impediu a montagem dos andaimes pelo empreiteiro, alegando que:

*para a caiação interna e conserto no tecto seria preciso transferir os actos do culto com todas as alfaías a ele necessárias para outra igreja, o que representa muito incómodo e despesa inutilmente feita porque o edifício continuaria precisando de nova reparação para poder servir convenientemente aos fins a que se destina*³⁹³¹.

Assim as pequenas reparações a realizar no interior da sé que ao contrário do paço episcopal, pelo menos não ameaçaria ruína, acabaram por não se concretizar nesta ocasião.

No ano de 1935 o bispo de Macau mostrou interesse na execução das obras da sé, tendo concordado com a proposta apresentada pelo director das Obras Públicas, ou seja, os trabalhos não poderiam exceder a verba anteriormente proposta e deveria chamar-se o mesmo empreiteiro. No entanto, na mesma ocasião o bispo alertou para a importância da campanha ter sobretudo a preocupação de recuperar o exterior “para lhe dar melhor aspecto”³⁹³² e de estar concluída antes da Páscoa³⁹³³. Contudo, ao contrário do que acontecera anteriormente, desta feita o Conselho Técnico de Obras Públicas considerou que as reparações solicitadas, salvo a aplicação da verba reservada para este fim, não deveriam ocorrer naquele momento, justificando a decisão pela falta de fundos e pela necessidade de realizar outros trabalhos³⁹³⁴, um argumento que, recorde-se, tinha sido apresentado no ano de 1931 a propósito do paço episcopal. Esta atitude foi tida como incompreensível para o bispo de Macau para quem não se deveria “permitir que a principal igreja desta cidade continue no estado lamentável em que se encontra, estado que já é objecto de severas críticas por parte dos católicos.”³⁹³⁵ Por esta razão D. José da

³⁹³⁰ *Ibidem*, doc. s/n, 6 de Fevereiro de 1935.

³⁹³¹ *Ibidem*.

³⁹³² *Ibidem*.

³⁹³³ *Ibidem*.

³⁹³⁴ *Ibidem*.

³⁹³⁵ *Ibidem*, doc. s/n, 28 de Janeiro de 1935.

Costa Nunes disponibilizou-se a concretizar as obras estritamente necessárias desde que as Obras Públicas se comprometessem a pagar nos anos seguintes a despesa feita³⁹³⁶.

No mês de Janeiro de 1936 o director das Obras tinha em sua posse o processo referente aos “Benefícios exteriores da Igreja da Sé Catedral”³⁹³⁷. Porém, quando estas obras foram finalmente iniciadas no ano de 1936 ou 1937 não incidiram apenas no exterior, havendo referências à substituição do tecto de madeira em curva por estafe formando pequenos caixotões³⁹³⁸. Na mesma ocasião, além da desmontagem do cadeiral, as pilastras, o revestimento das paredes e o aspecto dos altares também foram consideravelmente modificados³⁹³⁹. A aplicação de “Shangai Plaster” nas paredes exteriores datará desta fase. Assim, segundo nos parece, esta campanha terá tido sobretudo preocupações de consolidação e de carácter estético, sem ter inserido qualquer alteração estrutural semelhante à que ocorrera no século XIX. Quanto às áreas de acção, com excepção para a substituição total do revestimento das paredes exteriores da igreja, parece-nos que os trabalhos terão tido maior expressão no interior onde se procurou introduzir elementos decorativos de qualidade questionável mas, de facto, a configuração geral parecer ter sido mantida. Senão note-se como por volta do ano de 1858, ano em que foi publicada *n’O Arquivo Pitoresco*³⁹⁴⁰ uma gravura de Flora realizada a partir de um desenho de Nogueira da Silva (1830-1868), a sé catedral era um templo de cariz neoclássico, dotado de duas altas e esguias torres sineiras coroadas por coruchéus em forma de templete, com a fachada constituída por três secções – o segmento mais baixo tinha três aberturas em forma de arco redondo, o central com três janelões rectangulares e o superior correspondia ao frontão triangular – e ritmada na vertical por dois conjuntos de três pilastras separados pela sacada sobre a qual se abrem os janelões. Através da mesma gravura sabemos que exteriormente o corpo da igreja teria no nível térreo uma galeria constituída por uma sucessão de quatro arcos de volta perfeita e na parte superior duas fileiras de janelas, sendo que as mais baixas se abriam

³⁹³⁶ *Ibidem*.

³⁹³⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Janeiro de 1936.

³⁹³⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811, doc. s/n [Relatório da comissão criada para proceder a trabalhos relativos à classificação dos monumentos nacionais e de imóveis ou móveis de interesse público e bem assim de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico de Macau], 1954.

³⁹³⁹ *Ibidem*.

³⁹⁴⁰ C., “Cathedral de Macau”, *Archivo Pittoresco* nº35, Fevereiro de 1858, p. 277.

sob uma varanda. Os outros dois corpos que se destacam correspondem à capela lateral e à capela-mor consideravelmente profunda.



Imagem 316 Desenho de Nogueira da Silva representado a sé de Macau c. 1858. *Archivo Pittresco* nº35, Fevereiro de 1858.



Imagem 317 O templo no início do século XX, c. 1910. *Reminiscências. Fotografias de Macau Antigo*, 2009.

Uma fotografia de 1910 publicada no catálogo *Reminiscências. Fotografias de Macau Antigo*³⁹⁴¹ confirma esta configuração. A comparação desta fotografia com o estado actual do edifício leva-nos a crer que, apesar de algumas diferenças, pouco foi alterado nas campanhas posteriores, muito concretamente naquela iniciada em 1936/1937. As diferenças mais evidentes verificam-se ao nível do flanco onde a galeria formada pela arcaria foi parcialmente fechada



Imagem 318 Vista da fachada lateral após o restauro de 1937. Note-se que a galeria lateral está parcialmente fechada e apresenta uma nova cobertura. Eusébio Alvarez, "Macau, Mãe das Missões no Extremo Oriente", 1957.

e a varanda deu lugar a uma cobertura que oculta a fileira de janelas anteriormente mencionada, e da redução do número de aberturas das capelas laterais. Deparamo-nos

³⁹⁴¹ O catálogo *Reminiscências. Fotografias de Macau Antigo* foi publicado pelo Museu de Arte de Macau no âmbito de uma exposição homónima organizada em 2009. Não tivemos acesso a qualquer exemplar. A fotografia em causa foi reproduzida no site *Caderno do Oriente*, disponível em <http://caderno-do-orienter.blogspot.pt/2012/09/notas-sobre-o-passaleao-de-joao-aguiar.html>, consultado a 10 de Fevereiro de 2015.

também com a inexistência dos templetes que coroavam as torres sineiras no início do século XX e com alterações ao nível das aberturas para os sinos na torre do lado da Epístola. O facto da bênção e reabertura do templo restaurado após a campanha iniciada no ano de 1936/1937 terem ocorrido no dia 22 de Maio de 1938³⁹⁴², atestam a curta duração desta empreitada, o que não se coaduna com a concretização de alterações de fundo além daquelas que mencionámos.

Esta intervenção foi, no entanto, intensamente questionada, sendo conhecidas várias críticas aos novos elementos decorativos. A este propósito no ano de 1963 chegou a afirmar-se: “Hoje, sentimos pena do dinheiro gasto nas obras de 1937”³⁹⁴³ pois:

*O vitral do Cristo Rei da Capela do Santíssimo
está colocado fora da perspectiva, os altares
parecem fontenários, os anjos que seguram os
lustres destoam e o tecto lembra o duma sala
de baile...*³⁹⁴⁴

Por outro lado, considerando que o pórtico e o cruzeiro do adro eram os elementos mais antigos desta igreja da Natividade de Nossa Senhora, datando possivelmente da campanha de José Tomás de Aquino, a comissão de monumentos de 1960, tão crítica da última grande campanha de obras, considerou que seria importante impedir a destruição dos componentes que faziam deste templo um candidato à classificação de “monumento nacional”³⁹⁴⁵. O mesmo deveria acontecer em relação à varanda meridional e ao jardim do paço³⁹⁴⁶. Nesta ocasião aquela comissão sugeriu, ainda, a substituição do tal tecto em estafe e a eliminação de “pelo menos os aleijões dos anjos que seguram os lustres.”³⁹⁴⁷ Relativamente ao paço episcopal a mesma comissão propôs que numa campanha de restauro sequente se conservasse a traça primitiva dos seus salões e a varanda sul. A preservação do seu património móvel e os vitrais da capela de Nossa Senhora de Lurdes também deveriam ser tidos em consideração³⁹⁴⁸.

³⁹⁴² Acácio Cabreira Henriques, *op. cit.*, p. 16.

³⁹⁴³ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747, doc. s/n, 30 de Março de 1963.

³⁹⁴⁴ *Ibidem.*

³⁹⁴⁵ *Ibidem.*

³⁹⁴⁶ *Ibidem.*

³⁹⁴⁷ *Ibidem.*

³⁹⁴⁸ *Ibidem.*

Entre os anos de 1961 e 1962 a igreja foi novamente intervencionada³⁹⁴⁹. Desta feita, segundo descreve o pe. Manuel Teixeira, o escultor e construtor civil Oseo Acconci terá corrigido os “defeitos de 1937”³⁹⁵⁰, tendo apeado o tecto de papelão, os anjos que seguravam os lustres, os altares com aparência de fontenários e os “desenhos horrendos das paredes que, no dizer de D. José da Costa Nunes, semelhavam a borrões feitos por estudantes primários.”³⁹⁵¹



Imagem 319 No início dos anos 70 a igreja já apresentava sinais de deterioração, nomeadamente ao nível das paredes interiores, 1973. AHU, IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528.

Foram certamente estes os motivos que levaram os arquitectos José da Silva Maneiras, Manuel Vicente e Leopoldo Castro de Almeida a considerar no ano de 1963 que o caso dos restauros da sé e do paço seriam sintomáticos da falta de rigor e de sensatez dos trabalhos efectuados em Macau desde o final do século XIX. Afinal:

*Teremos, assim, a Sé e o Paço Episcopal, aquela quanto a nós totalmente irrecuperável pois nos fins do século passado foi praticamente reconstruída, nada ou quase nada mantendo da forma original; este, completamente revestido a Xangai Plaster por dentro e por fora (...) Exemplos com este grau de gravidade são frequentes*³⁹⁵².

³⁹⁴⁹ Manuel Teixeira, *A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, p. 65.

³⁹⁵⁰ *Ibidem*.

³⁹⁵¹ *Ibidem*.

³⁹⁵² IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620, doc. s/n, 21 de Novembro de 1963.

Algumas considerações

O caso de Macau é consideravelmente distinto das realidades que temos vindo a analisar. Ao contrário do que aconteceu em São Tomé e Príncipe ou na Guiné, Macau teve comissões incumbidas da protecção e valorização dos seus monumentos, conjuntos e sítios de interesse nacional. Porém, contrariamente ao que vimos acontecer na Índia Portuguesa, em Angola e Moçambique, estas comissões foram sempre efémeras. O caso mais semelhante será o de Cabo Verde na medida em que nesta colónia não foi criada qualquer comissão permanente mas houve um grupo de trabalho responsável pela salvaguarda dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago (1959). Todavia, ao contrário do que aconteceu em Cabo Verde e nas restantes províncias ultramarinas dotadas ou não de comissões de monumentos, durante os limites cronológicos abrangidos por este estudo, até à visita tardia e curta de Pedro Quirino da Fonseca, Macau viveu desprovida de um arquitecto-restaurador, situação que acabaria por ser determinante.

Se é verdade que os governos responsáveis pela criação das comissões responsáveis pelo inventário, classificação e estudo de outras medidas conducentes à protecção e valorização do património em causa, não compreenderam a importância de incluir arquitectos-restauradores nestes grupos de trabalho ou, tendo compreendido, não conseguiram atraí-los, por outro lado o Ministério do Ultramar também se mostrou incapaz de resolver este problema. O cenário é claro: foram precisos mais de dez anos para que um arquitecto-restaurador em comissão de serviço na DSUH fosse a Macau. A explicação para este retardamento reside em duas questões: a DSUH viu-se envolvida desde 1958 numa campanha para a qual não tinha técnicos suficientes e, nesta situação, foi necessário estabelecer prioridades. Tendo apenas um arquitecto-restaurador ao seu serviço, Luís Benavente, e múltiplos campos de acção, Macau, província longínqua, económica, estratégica, histórica, cultural e politicamente menos atractiva que, por exemplo, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné ou a Índia Portuguesa, acabou por ser sucessivamente preterida.

Os resultados mais óbvios desta falta de orientação superior e especializada reflectem-se nos trabalhos realizados pelos Serviços de Obras Públicas ou por empreiteiros ao serviço da Igreja. A este nível notámos que ao contrário do que acontecia em outras

províncias ultramarinas e na metrópole, mais do que uma preocupação relacionada com a conservação ou reintegração de um monumento nas suas características originais como forma de evidenciar as suas capacidades rememorativas, nos casos estudados identificámos sobretudo um desejo de dignificar estes edifícios, de embelezá-los, de torná-los úteis e confortáveis para o usufruidor. Assim o comprova a substituição do tecto de madeira da sé catedral por estafe, o encerramento da galeria da fachada lateral do mesmo templo, o pretense embelezamento dos seus altares laterais e paredes com novos elementos decorativos e a hipotética demolição do paço episcopal para se construir um edifício novo. O aspecto mais ilustrativo e comum terá sido, no entanto, o vulgar revestimento destes monumentos – sé catedral, igreja de São Lázaro, igreja de Santo António, igreja do seminário de São José – com “Shangai Plaster”, uma forma de alindá-los e de contornar a recorrente falta de pigmentos para colorir a cal necessária aos tradicionais rebocos.

8. O CASO DE TIMOR

O caso de Timor é manifestamente distinto daqueles que temos vindo a tratar³⁹⁵³. Neste momento estamos perante uma província portuguesa ultramarina assaz pequena e distante. Em grande parte por estas razões durante o período em questão acabou por ser uma colónia de importância secundária mas nunca foi esquecida. Foi, de facto, entendida durante o *Estado Novo* como uma colónia ou província ultramarina e foi sempre tratada e defendida como tal, conforme demonstram, por exemplo, os esforços realizados entre os anos de 1942 e 1945 no sentido de recuperar o território ocupado pelos japoneses e australianos durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se, no entanto, de um território sob administração portuguesa que não teve qualquer serviço ou comissão de monumentos, temporário ou permanente, e que não foi visitado por qualquer arquitecto especialista nestas questões de salvaguarda patrimonial.

A descoberta da ilha de Timor por portugueses deveu-se à acção de Afonso de Albuquerque que enquanto vice-rei da Índia e após a conquista de Malaca (1511) enviou uma frota liderada pelo capitão-mor António de Abreu com o intuito de se proceder ao

³⁹⁵³ Por esta razão neste momento optámos por uma estrutura interna distinta daquela apresentada nos restantes capítulos desta parte II.

reconhecimento das ilhas Molucas. Descoberta pelo próprio António de Abreu no ano de 1515³⁹⁵⁴, por mercadores portugueses dedicados ao comércio de especiarias entre 1512 e 1522³⁹⁵⁵ ou pelo frei dominicano António Taveiro³⁹⁵⁶, parece certo que nos primeiros momentos a governação foi assumida por dominicanos, datando apenas de finais do século XVII e início da centúria seguinte o surgimento de medidas – como a nomeação do primeiro governador – que denunciam a intenção de afirmação da Coroa Portuguesa nestes territórios cada vez mais cobiçados pela Companhia Holandesa das Índias Orientais³⁹⁵⁷.

Relativamente à situação jurídica desta colónia portuguesa³⁹⁵⁸ que, conforme sintetizou Bento da França, “andou sempre aos baldões”³⁹⁵⁹, refira-se que desde os finais do século XVII Timor juntamente com Solor foi uma capitania-geral dependente do Estado da Índia. Esta ligação só terminou no ano de 1844, momento em que passamos a falar da província de Macau, Solor e Timor, uma realidade independente do Estado da Índia com sede de governo em Macau. Entre os anos de 1851 e 1855, isto é, durante o período de governação de José Joaquim Lopes de Lima (1797-1852), Timor adquiriu o estatuto de governo autónomo mas pouco tempo depois voltaria a depender de Macau, passando novamente para a dependência do Estado da Índia entre os anos de 1856 e 1863. A *Reforma Administrativa* deste ano, visando uma maior descentralização ao nível da política colonial portuguesa, acabou por determinar a desanexação de Timor do Estado da Índia, a elevação de Díli a cidade e a sede de governo. No entanto, a incapacidade da província justificar a sua autonomia e de não ser apenas um peso para o Governo Português, acabou por conduzir a nova subordinação de Timor a Macau no ano de 1866. Esta situação manter-se-ia ao longo de trinta anos marcados por falta de comunicação entre os dois territórios, pelas diferenças culturais e por outros problemas relacionados

³⁹⁵⁴ Fernando Augusto de Figueiredo, *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 33.

³⁹⁵⁵ Henrique Galvão, Carlos Selvagem, *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953, vol. IV, 1953, p. 372.

³⁹⁵⁶ Gonçalo Pimenta Castro, *Timor. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Agencia Geral das Colónias, 1944, p. 20.

³⁹⁵⁷ Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, p. 35.

³⁹⁵⁸ Para um entendimento aprofundado da evolução do estatuto político-administrativo de Timor *vide* Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, pp. 97-122.

³⁹⁵⁹ Bento da França, *Macau e os seus Habitantes: Relações com Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 210, cit. Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, p. 95.

com a grande distância entre ambos, datando de 1896 o decreto que reconheceu a Timor o estatuto de distrito autónomo exclusivamente dependente da metrópole. Já no final do ano de 1909 dar-se-ia, finalmente, a elevação de Timor à categoria de província ultramarina.

Nos primeiros tempos e até ao ano de 1769, Lifau funcionou como capital da soberania portuguesa em Timor, tendo sido substituída nesta data por Díli, um local mais seguro, dotado de um porto e de campos de cultivo férteis³⁹⁶⁰. O dramático abandono de Lifau com ordens para incendiar a fortaleza e as habitações³⁹⁶¹ determinou a perda da quase totalidade daqueles que terão sido os primeiros testemunhos arquitectónicos da presença portuguesa em Timor, restando apenas vestígios dos embasamentos em pedra dos edifícios devorados pelo fogo posto³⁹⁶². Com a fixação da capital em Díli, local onde só existiria um presídio ou fortificação, assistir-se-ia a um natural e paulatino desenvolvimento urbanístico e arquitectónico³⁹⁶³, datando do governo (1834-1839) de José Maria Marques a primeira tentativa de urbanização da cidade. Ao longo dos anos, ainda que desafiados por um grande incêndio no ano de 1866 e vários terramotos, os governadores de Timor comprometeram-se sistematicamente com o desenvolvimento da colónia e, conseqüentemente, com a construção de edifícios públicos, infra-estruturas e igrejas. No entanto, note-se que nesta fase os Serviços de Obras Públicas tinham grandes dificuldades de concretização pois até ao ano de 1896, portanto até Timor alcançar o estatuto de distrito autónomo, dependiam dos subsídios de Macau e de eventuais apoios de Goa ou da metrópole. Assim, as verbas disponíveis acabavam por ser exíguas e a mão-de-obra especializada escassa. Na verdade, conforme foi notado por Fernando Augusto de Figueiredo, a autonomização de Timor (1896) não teve

³⁹⁶⁰ Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, pp. 36-38.

³⁹⁶¹ *Ibidem*, p. 37.

³⁹⁶² Desde o final do século XVIII existia em Lifau, junto ao mar, uma grande estrutura fortificada. Numa zona sobranceira à praia encontrava-se um forte, uma igreja dedicada a Santo António e um hospital. Cf. Edmundo Alves, "Lifau", José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 447.

³⁹⁶³ Acerca do desenvolvimento urbanístico de Timor vide Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, pp. 319-326; Isabel Maria Guterres Boavida, *Urbanografia de Díli no Tempo da Administração Portuguesa*, dissertação de mestrado integrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra, 2011, 2 vols., il.; Sérgio dos Santos Barreiros Proença, *Urbanismo Colonial nas Províncias Orientais: Continuidade e Ruptura na Elaboração dos Planos Urbanísticos do Estado da Índia, Macau e Timor, 1934-1974*, tese de mestrado em Cultura Arquitectónica Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2007, 204 p., il.

consequências ao nível das Obras Públicas pois o quadro manteve-se comum a Macau e Timor até ao momento de elevação a província ultramarina (1909), situação que determinou o cessar de um precioso auxílio técnico e financeiro mas, também, de uma tutela distante e muitas vezes desconhecadora da realidade em causa³⁹⁶⁴. A presença de pessoal especializado e a dotação disponível para as Obras Públicas foram aumentando gradualmente numa colónia financeiramente débil, isto sobretudo a partir de 1913, passando-se, por exemplo, de um total de 180.000\$00 de verbas destinadas a este sector neste ano para um outro de 486.000\$00 em 1926/1927³⁹⁶⁵. No entanto observe-se que estes anos 20 ficaram também marcados por demolições, suspensões de obras e início de outras, uma situação que reflecte a instabilidade política da época e o desejo de cada governador marcar a sua passagem pelo poder³⁹⁶⁶.

O *Estado Novo* herdou, assim, uma província ultramarina com uma economia que “tem sido sempre precária”³⁹⁶⁷ e cuja “única povoação de importância”³⁹⁶⁸ seria Díli, mas que não deixava de ser um dos tais territórios ligados pela História a Portugal e à vocação dos portugueses para a descoberta, conquista, ocupação e civilização. Assim se compreende, por exemplo, a criação de uma Missão Geográfica de Timor (1937) liderada pelo geógrafo Jorge Castilho (1880-1943), a continuação do desenvolvimento de obras públicas, tendo sido inclusivamente criada pelo governador Raul de Antas Manso Preto Mendes Cruz (1893-1944) uma comissão de saneamento e de embelezamento da cidade de Díli³⁹⁶⁹; o auxílio financeiro concedido pela metrópole na sequência de um temporal (1939) devido ao “carinhoso interesse do sr. Ministro das Colónias”³⁹⁷⁰; mas, sobretudo, o esforço colocado na recuperação da colónia após a ocupação nipónica durante a Segunda Guerra Mundial.

Efectivamente com o alastramento do conflito mundial ao Oriente na sequência do bombardeamento nipónico de Pearl Harbor a 7 de Dezembro de 1941, Timor passou a

³⁹⁶⁴ Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, pp. 322-323.

³⁹⁶⁵ *Ibidem*, pp. 323-324.

³⁹⁶⁶ Isabel Maria Guterres Boavida, *Urbanografia de Díli no Tempo da Administração Portuguesa*, dissertação de mestrado integrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra, 2011, vol. 1, p. 43.

³⁹⁶⁷ Henrique Galvão, Carlos Selvagem, *op. cit.*, p. 406.

³⁹⁶⁸ *Ibidem*, p. 405.

³⁹⁶⁹ Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, pp. 325-326.

³⁹⁷⁰ Gonçalo Pimenta de Castro, *op. cit.*, p. 195.

figurar como um território de grande importância estratégica tanto para os japoneses como para os australianos. Num cenário simultaneamente marcado por alguma descrença do Governo Português numa invasão iminente desta pequena província ultramarina e por conversações diplomáticas com o Reino Unido e a Holanda³⁹⁷¹, as tropas australianas e holandesas que só deveriam auxiliar os portugueses em caso de invasão, acabaram por antecipar-se e desembarcaram a 17 de Dezembro de 1941 sob protesto do governador³⁹⁷². Este desembarque decorreu, recorde-se, num território que pertencia a um país neutral de “pequenos e fracos”³⁹⁷³ mas de “um amigo, de um aliado”³⁹⁷⁴ como diria Salazar condenando a alegada falta de refreamento daquelas duas nações. Em resposta a 8 de Fevereiro de 1942 as tropas nipónicas atacariam Díli, datando do dia 20 do mesmo mês a invasão desta província portuguesa ultramarina ainda que, de acordo com Salazar, o governo imperial do Japão garantisse a integridade territorial de Timor, estando disposto a retirar as suas forças desde que Portugal mantivesse a sua neutralidade³⁹⁷⁵. Certo é que durante este período de guerra Timor manteve-se ocupado por forças estrangeiras, tendo sido grandemente fustigado por bombardeamentos estratégicos de japoneses e Aliados, um cenário que provocou o desaparecimento quase total de povoações e a destruição maciça de igrejas, quartéis, escolas, hospitais, casas, etc.

Com o findar da guerra o Governo Português sentiu-se impelido a promover a extraordinariamente necessária recuperação da colónia de Timor, sabendo que no ano de 1943 o Ministério das Colónias foi autorizado a utilizar um crédito especial de 1.080.000\$00, ainda que sob a forma de adiantamento gratuito reembolsável³⁹⁷⁶, precisamente para este fim³⁹⁷⁷. Assim, afastada a hipótese de abandonar Díli e de construir uma nova capital³⁹⁷⁸, teria início a reconstrução da cidade³⁹⁷⁹. A situação gerada pela ocupação estrangeira de Timor durante a guerra, o cenário de estabilidade

³⁹⁷¹ Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, pp. 81-83.

³⁹⁷² *Boletim Geral das Colónias* nº199, 1942, p. 11.

³⁹⁷³ *Ibidem*, p. 12.

³⁹⁷⁴ *Ibidem*.

³⁹⁷⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº200, 1942, p. 13.

³⁹⁷⁶ *Diário do Governo* nº181, I Série, “Decreto-lei nº32:995”, 25 de Agosto de 1943, pp. 548-549.

³⁹⁷⁷ Fernando Augusto de Figueiredo, *op. cit.*, p. 94.

³⁹⁷⁸ Edmundo Alves, Fernando Bagulho, “Díli”, José Mattoso, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 432.

³⁹⁷⁹ Acerca do estado da cidade de Díli após a guerra vide Isabel Boavida, *op. cit.*, pp. 61-62.

económica da metrópole nesta época e, naturalmente, a necessidade de legitimação da soberania portuguesa num período marcado pela contestação internacional em relação ao colonialismo, acabaram por contribuir para o paulatino desenvolvimento de Timor e respectiva reparação ou construção de novos edifícios³⁹⁸⁰, muitos deles de carácter modernista³⁹⁸¹. Concomitantemente João António de Aguiar e Mário de Oliveira elaboraram o Antepiano Geral de Urbanização de Nova Díli (1948-1949)³⁹⁸², datando de 1951 o Plano Geral de Urbanização de Díli (1951) da autoria daquele arquitecto³⁹⁸³. Bastante mais tarde, no ano de 1972, o arquitecto Fernando Schiappa Campos viria a projectar um novo plano de urbanização de Díli³⁹⁸⁴. Note-se, no entanto, que a reconstrução da capital no pós-guerra decorreu, sobretudo numa primeira fase, com grandes dificuldades, sentindo-se o impacte da falta de materiais, máquinas e pessoal³⁹⁸⁵, tendo-se apostado sobretudo na realização de pequenas reparações, na conservação e na construção de edifícios de carácter temporário³⁹⁸⁶. Observe-se ainda que na mesma época os Serviços de Obras Públicas responsáveis por estas construções não contavam no seu corpo com um arquitecto, situação que curiosamente não era considerada problemática, alegando-se que a ida de um arquitecto do Gabinete de Urbanização Colonial tinha sido suficiente³⁹⁸⁷.

No referente à salvaguarda patrimonial notamos que no início da década de 30 do século XX a atenção concedida pelo Governo Português ao património arquitectónico de Timor seria muitíssimo reduzida. O estado da igreja matriz de Díli no ano de 1930, não obstante a concretização de algumas reparações em 1923³⁹⁸⁸, é ilustrativo desta situação:

³⁹⁸⁰ Sobre a reconstrução de Díli e construção de novas estruturas no pós-guerra *vide* Isabel Boavida, *op. cit.*, pp. 63-72.

³⁹⁸¹ Segundo Edmundo Alves e Fernando Bagulho os melhores exemplos de arquitectura moderna em Timor são os edifícios do Banco Nacional Ultramarino e da Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor. Cf. Edmundo Alves, Fernando Bagulho, *op. cit.*, p. 433.

³⁹⁸² Isabel Boavida, *op. cit.*, pp. 69-71.

³⁹⁸³ *Ibidem*, pp. 73-158.

³⁹⁸⁴ *Ibidem*, pp. 161-184.

³⁹⁸⁵ *Ibidem*, p. 64.

³⁹⁸⁶ *Ibidem*, p. 65.

³⁹⁸⁷ *Ibidem*, p. 68.

³⁹⁸⁸ Carlos Filipe Ximenes Belo, *História da Igreja em Timor Leste. 450 Anos de Evangelização (1562-2012)*, Lisboa, Fundação Eng. António de Almeida, 2013, vol. 1, p. 475.

*A igreja está no mais lamentável estado, já carcomida pela formiga e pelo tempo e a esfacelar-se por todos os cantos. Acha-se muito pobrezinha tanto nas alfaias como de qualquer outro objecto de culto. Está a pedir, e com grave urgência uma radical reforma*³⁹⁸⁹.

No entanto a opção tomada não passou pela realização de obras de conservação ou de restauro mas sim pela demolição do templo oitocentista no ano de 1933³⁹⁹⁰ e pela construção de uma nova igreja matriz a partir de 1937³⁹⁹¹. A construção deste novo templo grandioso e moderno ter-se-á devido à iniciativa bispo de Macau, D. José da Costa Nunes, religioso que viria a inaugurar o sumptuoso edifício destinado a catedral da futura diocese de Díli (1940) a 3 de Outubro de 1937³⁹⁹². O recém-nomeado governador de Timor, Álvaro de Fontoura (1891-1975), também participou nesta cerimónia³⁹⁹³ carregada de simbolismo. Este templo financiado pelas missões católicas³⁹⁹⁴ viria a ser destruído durante os confrontos entre japoneses e australianos no decorrer da Segunda Guerra Mundial, situação sintetizada pelo governador Óscar Ruas da seguinte forma: “Timor tinha sido reduzido ao zero absoluto”³⁹⁹⁵. No final da guerra, ao contrário do que aconteceu com outras estruturas, o templo não foi reconstruído. Pelo contrário, parte dos blocos que tinham sobrevivido ao bombardeamento foram utilizados na construção de uma ponte-cais provisória erguida entre os anos de 1946 e 1948³⁹⁹⁶.

³⁹⁸⁹ *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* nº321, 1930, cit. por Carlos Filipe Ximenes Belo, *op. cit.*, pp. 480-481.

³⁹⁹⁰ No ano de 1860 deu-se início à construção de uma igreja em Díli que acabaria por sucumbir a um incêndio deflagrado a 24 de Agosto de 1866. Anos mais tarde, a 15 de Agosto de 1879, foi inaugurada uma nova igreja financiada pelo governo e com ornamentação fornecida pela missão católica. Tratava-se de um templo de tal modo sumptuoso que chegou a ser considerado como o “melhor das Índias Orientais”. Contudo, pouco tempo depois esta igreja foi adaptada a tribunal e a escola masculina, situação que conduziu à construção de um novo templo em 1880. Cf. Carlos Filipe Ximenes Belo, *op. cit.*, p. 475.

³⁹⁹¹ Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Macau, Escola Tipográfica Salesiana, 1974, vol. X, p. 575.

³⁹⁹² *Ibidem*.

³⁹⁹³ Gonçalo Pimenta de Castro, *op. cit.*, p. 194; *Boletim Geral das Colónias* nº182-183, 1940, p. 3.

³⁹⁹⁴ José Simões Martinho, *Timor. Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, Porto, Livraria Progredior, 1943, pp. 30-31.

³⁹⁹⁵ Carlos Filipe Ximenes Belo, “Conferências nas celebrações do Primeiro Centenário do Nascimento do Senhor Dom Jaime Garcia Goulart”, 2008, disponível em <http://forum-haksasuk.blogspot.pt/2008/05/conferencia-nas-celebraes-do-primeiro.html>, consultado a 6 de Julho de 2015.

³⁹⁹⁶ Isabel Boavida, *op. cit.*, p. 66.



Imagem 320 A sé catedral de Díli antes dos bombardeamentos. Gonçalo Pimenta Castro, *Timor. Subsídios para a sua História*, 1944.



Imagem 321 O templo após os bombardeamentos. *Álbum de Oswaldo Acácio do Nascimento*, 1945, reprod. por Isabel Boavida, *Urbanografia de Díli*, 2011.

A par deste caso e de tantos outros referentes à construção de igrejas em Timor pelas missões católicas³⁹⁹⁷, temos apenas notícia da realização de um “grande restauro”³⁹⁹⁸ na igreja de Manatuto no ano de 1932, templo originalmente construído em 1880³⁹⁹⁹. Esta campanha de obras terá sido custeada e orientada pelo pe. Diogo José Avé-Maria de Almeida (1887-?), datando desta ocasião, pelo menos, a construção do altar-mor, dos altares laterais e de dois nichos encomendados em Paris⁴⁰⁰⁰. Assim, uma vez mais, constatamos a importância do papel desempenhado pelas missões católicas nestes territórios ultramarinos ao nível da promoção e financiamento de obras de construção, conservação ou restauro de templos católicos.

O património arquitectónico de Timor não foi totalmente ignorado ou desprezado pelo Ministério do Ultramar. Na verdade, no ano de 1970 o arquitecto Luís Benavente teve algumas reuniões com o poeta e engenheiro Ruy Cinatti que, como veremos mais tarde, tinha um conhecimento profundo daquela realidade, tendo estado nesta província ultramarina nos anos de 1946-1947, 1951-1955, 1958, 1961-1962 e 1966⁴⁰⁰¹. Cinatti era

³⁹⁹⁷ Acerca desta questão *vide* Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 527.

³⁹⁹⁸ Manuel Teixeira, *op. cit.*, p. 527.

³⁹⁹⁹ Carlos Filipe Ximenes Belo, “Paróquia de Manatuto – Titular: Santo António de Lisboa”, 2015, disponível em <http://forum-haksesuk.blogspot.pt/2015/06/a-proposito-do-bicentenario-da.html>, consultado a 14 de Julho de 2015.

⁴⁰⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰⁰¹ Acerca das deslocações de Ruy Cinatti a Timor *vide* Peter Stilwell, *A condição humana em Ruy Cinatti*, Lisboa, Presença, 1995, 446 p., il.

a “pessoa que se encontra a par do assunto”⁴⁰⁰² e uma vez abordado por Benavente “expôs a sua intenção de que fossem valorizados aqueles documentos na nossa ocupação.”⁴⁰⁰³ A este propósito é importante referir que no ano de 1958 Cinatti foi incumbido de chefiar uma missão em Timor organizada pela Junta de Investigações do Ultramar mas inicialmente proposta pelo subsecretário do Ultramar, Carlos Krus Abecasis, à DSUH, da qual fizeram parte dois arquitectos: António de Sousa Mendes e Leopoldo Castro de Almeida⁴⁰⁰⁴. O objectivo desta campanha passava por levantar e estudar as habitações nativas, relacioná-las com a realidade social e cultural e apresentar soluções construtivas baseadas nos resultados alcançados⁴⁰⁰⁵. Seria esta a forma encontrada, segundo Cinatti, para “remediar a falta de critério que frequentemente tem presidido à expressão arquitectónica nas Províncias Ultramarinas.”⁴⁰⁰⁶

Anos mais tarde, tendo certamente conhecimento desta missão, o arquitecto responsável pela secção de monumentos do Ministério do Ultramar solicitou a Ruy Cinatti a documentação fotográfica necessária para colmatar o seu desconhecimento da realidade em causa⁴⁰⁰⁷, uma questão que, no entanto, não deveria excluir uma deslocação ao local para proceder a estudos e análises directas. A este propósito Eurico Machado chegou a sugerir que se enquadrasse uma possível viagem de Luís Benavente a Timor na missão programada para ser protagonizada pelo arquitecto a Macau, esclarecendo que “Não se apresenta de momento, oportuna, porém essa deslocação”⁴⁰⁰⁸ porque naquela altura estava a ser organizada uma ida a Cabo Verde que teria “prioridade sobre tudo o mais”⁴⁰⁰⁹. Notamos, portanto, que a atenção da DSUH do Ministério do Ultramar para com os monumentos de Timor foi não só bastante tardia como muito secundarizada, uma situação que reflecte a menor importância desta província ultramarina para o *Estado Novo*.

⁴⁰⁰² ANTT, FLB, cx. 145 A, pt. 1062, doc. 29, 22 de Junho de 1970.

⁴⁰⁰³ *Ibidem*.

⁴⁰⁰⁴ Ruy Cinatti, Leopoldo Castro de Almeida, António de Sousa Mendes, *Arquitectura Timorense*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia, 1987, p. 7.

⁴⁰⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁰⁶ *Ibidem*, p. 9.

⁴⁰⁰⁷ ANTT, FLB, cx. 145 A, pt. 1062, doc. 29, 22 de Junho de 1970.

⁴⁰⁰⁸ *Ibidem*.

⁴⁰⁰⁹ *Ibidem*.

De resto, a propósito da situação do património arquitectónico e artístico de Timor no período em causa, não podemos deixar de mencionar que no ano de 1961 Ruy Cinatti se deparou com uma situação que considerou da maior gravidade: a remoção de exemplares de património cultural desta província, sobretudo estatuária, porcelanas e peças em marfim, para o estrangeiro, problema que denunciou ao Ministério do Ultramar⁴⁰¹⁰. Porém, a situação não era nova para Cinatti que identificou o início do problema por volta do ano de 1960, momento a partir do qual “os militares, administradores, etc. roubaram tudo”⁴⁰¹¹ porque “já tinham lido uns livros de antropologia e tinham visto preços nos antiquários a bom preço...”⁴⁰¹². Em resposta à informação e apelo de Cinatti o ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha, determinou que fossem tomadas medidas localmente, prevendo-se, paralelamente, a construção de um museu-repositório⁴⁰¹³, instituição fundamental numa província onde os dados culturais eram “quase exclusivo da tradição oral.”⁴⁰¹⁴ No entanto, simultaneamente, “o saque-ultrage, redundava, implacável...”⁴⁰¹⁵ A questão da sonegação do património artístico e cultural de Timor viria a ficar eternizada num dos poemas de Cinatti, “Um Património Sonegado”:

*São braços cruzados
de Cristo na cruz
o que em Timor fica.
As pernas, a face,
o tronco esculpido,
remoçam as salas
de várias famílias metropolitanas
ou saldaram as dívidas
por engano havidas
nos antiquários
de países vários.*

*O mesmo se diga
da louça da Índia,
partida ou intacta,*

⁴⁰¹⁰ Peter Stilwell, *A condição humana em Ruy Cinatti*, Lisboa, Presença, 1995, p. 300.

⁴⁰¹¹ Ruy Cinatti em entrevista no ano de 1985 cit. por Peter Stilwell, *op. cit.*, p. 301.

⁴⁰¹² *Vide supra*.

⁴⁰¹³ No ano de 1953 Cinatti conseguiu que o ministro do Ultramar criasse o Centro de Estudos Timorenses que funcionaria também como museu. Porém, conforme o próprio Cinatti esclareceu, “Fez-se o edifício...” que veio a receber a repartição dos serviços de Agricultura, de Obras Públicas e o Tribunal da Comarca, mas nada mais. Cf. Ruy Cinatti, *Paisagens Timorenses com Vultos*, Braga, Pax, 1974, p. 139.

⁴⁰¹⁴ Ruy Cinatti, *Paisagens Timorenses com Vultos*, Braga, Pax, 1974, p. 139.

⁴⁰¹⁵ *Ibidem*, p. 140.

*e da que trouxeram
os barcos mandados
das partes da China
– porcelanas finas
que a troco de sândalo
por aqui ficaram
a servir a História
– Ming, Sung e Tang –
dos tempos passados.*

*Item, alguma talha
dourada, de Goa,
e prata lavrada
e bronze de preço,
datado, datado,
senão pela data,
pelas formas do estilo:
vinco na memória
quando se não escreve
ou preguiça gasta
pela lei prescrita
quando se ignora
– “uma coisa velha”
como encolher de ombros.*

*Item, de marfim,
imagens da Virgem
e santos atentos.
Ela em pura glória
de Apocalipse.
Eles, com a notória
palidez do tempo:
António, Francisco,
S. José até,
vestidos de talha
seis-setecentista,
menos o menino
S. João Baptista,
de pernas cruzadas
à moda budista,
sentado num monte
bucólico, assíduo
– o monte Mèru
visto por um católico.*

*Item, alabardas,
mosquetes e peças
de função adversa
e de vária origem:
malaias e persas,
lusas, macaístas.*

*Cito artilharia
de José Primeiro
e da Real Fábrica
de D. Maria.
E punhais de Java,
crisses ondulados,
e greco-romanos
sabres escorridos,
espadas de almirante
de marca holandesa
e bastões reais,
prenda lusíada.*

*Material de Igreja
muito se vendeu
para comprar outro
só de ver o céu.
Houve um tal versado
em curvas de nível
que sacou aos cegos
os signos de Deus.
Em matéria plástica
e alguns escudos
cedeu o de Fátima
com caixa de música.*

*Item, tudo isto
e o que atrás foi dito
prova-se por escrito,
mas sucedeu só
por incúria e nexo
dos que mandam lá.
A-par do exemplo
acima seguido,
muitos usam outros
métodos de ascética.
Derreteram bronze
de peças históricas
para moldar eixos
de camionetas.
E têm por conta
o Museu do Homem
Timorense e já
dado ou exigido
o que os Timorenses
lembrados-esquecidos,
dizem vir de Deus,
dos seus e dos nossos
natos ascendentes.*

São elos sagrados,

*profanos e sacros,
que já não perduram,
nem formam cadeia
que a todos reúna!...
Património intacto
ao longo dos séculos
foi-se numa década
por caminhos ínvios.
Oh, tão mal ouvidos
pedidos, avisos!
Oh, patentes, claros
efeitos antigos!
Perdeu-os a História, sorve-os a
Política!*

*São braços quebrados
de Cristo na cruz
o que em Timor fica.
Item, o diabo
Que complica as vidas...
Património a saque,
lealdades findas...*⁴⁰¹⁶

Compreendemos, assim, que o património arquitectónico e artístico de Timor sofreu extraordinariamente com as vicissitudes que afectaram esta província portuguesa ultramarina ao longo dos séculos. A incúria e ambição humana, incêndios, terremotos e bombardeamentos acabaram por ditar a perda irreversível de grande parte das igrejas e fortificações que testemunhavam os primeiros tempos de ocupação portuguesa desta ilha. Senão, note-se como no ano de 1972 Ruy Cinatti se questionava acerca da (im)possibilidade de realizar um inventário do património monumental e artístico de Timor, dizendo que assumiria tal missão “se, entretanto, restar em Timor alguma coisa do muito que ainda há doze anos lá existia e a Fortaleza de Batugadé continuar de pé...”⁴⁰¹⁷

⁴⁰¹⁶ *Ibidem*, pp. 69-73

⁴⁰¹⁷ Ruy Cinatti cit. por Peter Stilwell, *op. cit.*, p. 367.

O serviço de restauro e conservação dos Monumentos Nacionais que compete a esta Direcção, exige a assistência de um arquitecto especializado, sem o qual, se ocorre o risco de provocar danos irreparáveis na execução de obras mal planeadas e conduzidas.

Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Angola, 1962.

A falta de arquitectos especialistas no restauro de monumentos foi um problema constante e transversal a todos os territórios portugueses ultramarinos. A solução encontrada para corrigir esta situação passou invariavelmente pela colaboração de técnicos da metrópole geralmente por períodos de tempo bastante curtos quando em comparação com as necessidades do património em causa. Ocasionalmente, como aconteceu em Moçambique e em Angola, estes arquitectos acabariam por integrar as comissões de monumentos ou Serviços de Obras Públicas locais, tendo deste modo a possibilidade de desenvolver programas mais elaborados, rigorosos e, claro, de acompanhar a concretização das obras projectadas. Na ausência destes arquitectos especialistas em restauro, as intervenções em monumentos eram projectadas por técnicos dos serviços provinciais de Obras Públicas, sobretudo engenheiros. Em alguns casos deparámo-nos, recorde-se, com párocos à frente deste tipo de intervenções.

É precisamente neste contexto, com as devidas particularidades, que encontramos Joaquim Santiago Areal e Silva, Baltazar da Silva Castro, Martinho Humberto dos Reis, Fernando Batalha, Luís Benavente e Pedro Quirino da Fonseca a trabalhar no ultramar português. Evidentemente existem casos de outros arquitectos (e não só) que em determinado momento das suas carreiras contactaram com a questão da salvaguarda do património arquitectónico ultramarino. A diferença reside no facto de não terem feito carreira nesta área. A este propósito podemos referir, por exemplo, o caso do engenheiro agrónomo, antropólogo, etnólogo e poeta Ruy Cinatti que em Outubro de 1972 foi a São Tomé e Príncipe no âmbito de uma missão de inventário do património histórico-artístico organizada pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações do

Ultramar, tendo sido prevista uma publicação rápida dos resultados o que na verdade não veio a acontecer⁴⁰¹⁸. Foi precisamente neste contexto, ou seja, como representante daquela organização, que Cinatti participou no encontro realizado no ano de 1973 dedicado à legislação de protecção de monumentos e sítios do ultramar⁴⁰¹⁹. No entanto sabemos, também, que no ano de 1970 Cinatti já tinha procurado sensibilizar Benavente para a valorização dos monumentos portugueses de Timor⁴⁰²⁰, província com a qual tinha uma relação especial⁴⁰²¹. Com o final do contrato de Luís Benavente com o Ministério do Ultramar devido ao facto deste arquitecto ter celebrado 70 anos de idade, Fernando Schiappa de Campos (1926-) terá sido incumbido da direcção do sector de monumentos da DSUH, sabendo que secretariou o encontro realizado no ano de 1973 nessa qualidade⁴⁰²². A escolha de Schiappa de Campos explicar-se-á não pela experiência relativa à intervenção em monumentos, que à data seria pouco significativa, mas pelo profundo conhecimento da realidade arquitectónica ultramarina. Note-se que este arquitecto estava ao serviço do Gabinete de Urbanização do Ultramar⁴⁰²³ desde o ano de 1956, tendo projectado obra e definido normas para as construções ultramarinas a partir de Lisboa e contactado directamente com os territórios em causa⁴⁰²⁴.

Nos próprios territórios portugueses ultramarinos existiram arquitectos que em determinados momentos se interessaram pela conservação e restauro dos monumentos locais, aparentemente sem consequências, casos de Henrique Dinis da Gama (1944-)⁴⁰²⁵,

⁴⁰¹⁸ ANTT, FLB, cx. 91, pt. 571, doc. 11, 13 de Fevereiro de 1974.

⁴⁰¹⁹ ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, de Outubro de 1973.

⁴⁰²⁰ ANTT, FLB, cx. 145 A, pt. 1062, doc. 29, 22 de Junho de 1970.

⁴⁰²¹ Ruy Cinatti chefiou o gabinete do governador de Timor Óscar Freire de Vasconcelos Ruas entre os anos de 1946 e 1947, e a repartição de Agricultura, Veterinária e Indústria Animal da mesma província entre 1951-1955. Tanto na metrópole como em Timor trabalhou como investigador da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. Acerca de Ruy Cinatti *vide* Peter Stilwell, *A condição humana em Ruy Cinatti*, Lisboa, Presença, 1995, 446 p., il.

⁴⁰²² ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

⁴⁰²³ Recorde-se que no ano de 1957 o Gabinete de Urbanização do Ultramar foi substituído pela Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar.

⁴⁰²⁴ Acerca de Fernando Schiappa de Campos *vide* Ana Vaz Milheiro, “Fernando Schiappa de Campos. O arquitecto do Moderno Colonial”, *Jornal Arquitectos* nº238, Janeiro/Fevereiro/Março de 2010, pp. 24-29.

⁴⁰²⁵ No ano de 1971 Dinis da Gama terá demonstrado interesse em trabalhar na conservação e restauro de monumentos. No entanto à data estaria a preparar-se para regressar a Lisboa porque estava a realizar um estágio na DSUH do Ministério do Ultramar. Cf. ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac. 26-8-3, Monumentos Nacionais, doc. s/n, 4 de Junho de 1972.

Vasco de Moraes Soares (1940-)⁴⁰²⁶ e Adérito de Castro Silva Barros (1921-)⁴⁰²⁷ em Angola. Esteve também previsto que Júlio Sotto-Mayor Neuparth (1926-2011) fosse para Moçambique com o intuito de integrar a CMRHM⁴⁰²⁸, contudo o arquitecto acabaria por desistir devido a questões familiares⁴⁰²⁹. Para terminar não podemos deixar de mencionar o caso do goês Naguexa Pissurlencar, arquitecto dos Serviços de Obras Públicas da Índia Portuguesa e membro da comissão criada para a reintegração da cidade de Velha Goa que no ano de 1959 apresentou o anteriormente mencionado relatório dedicado aos “Monumentos Nacionais Existentes no Estado da Índia”⁴⁰³⁰.

1. JOAQUIM SANTIAGO AREAL E SILVA

Com o diploma de Arquitecto da Escola de Belas Artes do Porto desde 1932, Joaquim Santiago Areal e Silva (1907-?), natural de Santa Maria dos Anjos do concelho de Valença do Minho, concorreu a um concurso da Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte e tomou posse nesse mesmo ano enquanto arquitecto de 3ª classe no serviço dirigido por Baltazar da Silva Castro⁴⁰³¹. No ano de 1936 “por conveniência de serviço”⁴⁰³² foi transferido do serviço da DGEMN do Porto para a secção dos Monumentos Nacionais de Lisboa⁴⁰³³. No ano seguinte seria promovido a arquitecto de 2ª classe⁴⁰³⁴, seguindo-se em 1940 nova transferência para o Porto⁴⁰³⁵ onde viria a ser nomeado arquitecto-chefe da secção da DGEMN desta cidade⁴⁰³⁶.

Como tantos outros arquitectos que contactaram com a questão do restauro de monumentos a partir da década de 30, Areal e Silva começou por seguir com

⁴⁰²⁶ O arquitecto Moraes Soares trabalhava na repartição de Urbanização dos Serviços de Obras Públicas de Angola mas, simultaneamente, terá demonstrado muito interesse pela questão dos monumentos, tendo inclusivamente realizado algum trabalho nessa área na metrópole. ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac. 26-8-3, Monumentos Nacionais, doc. s/n, 4 de Junho de 1972.

⁴⁰²⁷ ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac. 26-8-3, Monumentos Nacionais, doc. s/n, 4 de Junho de 1972.

⁴⁰²⁸ ADGEMN, Processo Pessoal de Pedro Quirino da Fonseca, doc. s/n, 10 de Julho de 1962.

⁴⁰²⁹ Informação cedida por Nuno Neuparth, filho de Júlio Sotto-Mayor Neuparth, a 17 de Fevereiro de 2015 via correio electrónico.

⁴⁰³⁰ ANTT, FLB, cx. 4, pts. I, II e III, 1959.

⁴⁰³¹ ADGEMN, Processo Pessoal de Joaquim Santiago Areal e Silva, doc. s/n, 3 de Outubro de 1932.

⁴⁰³² *Ibidem*, doc. s/n, 29 de Junho de 1936; *Diário do Governo* nº154, II Série, “Despacho”, 4 de Julho de 1936, p. 3307.

⁴⁰³³ *Vide supra*.

⁴⁰³⁴ *Diário do Governo* nº89, II Série, “Despacho”, 17 de Abril de 1937, p. 1874.

⁴⁰³⁵ ADGEMN, Processo Pessoal de Joaquim Santiago Areal e Silva, doc. s/n [Transferência], 1940.

⁴⁰³⁶ *Diário do Governo* nº262, II Série, “Portaria”, 10 de Novembro de 1944, p. 6281.

naturalidade a “escola” de Baltazar Castro, optando sobretudo pela reintegração dos edifícios no seu estilo primitivo. Contudo ao longo dos anos foi-se tornando mais cauteloso, sabendo que em certas ocasiões como foi o caso da campanha de obras da igreja românica de Paderne, Areal e Silva esclareceu que antes de qualquer trabalho era fundamental estudar o caso de modo a que se identificassem e valorizassem os elementos mais antigos “sem prejuízo das obras que épocas posteriores lhes modificaram em parte a estrutura primitiva e que pelo seu valor arquitectónico também têm de ser valorizadas e defendidas.”⁴⁰³⁷ É possível que esta valorização dos estudos prévios e dos contributos de épocas que não a de construção, tenha sido suscitada pela viagem realizada no Verão de 1938 a França, Bélgica e Holanda com o intuito de estudar alguns monumentos⁴⁰³⁸.

No início de 1944, ou seja, cerca de um ano depois da criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, conforme vimos, o governador-geral José Tristão de Bettencourt solicitou ao ministro das Colónias Francisco Vieira Machado que o Ministério das Obras Públicas e Comunicações autorizasse a ida urgente de um técnico especialista da DGEMN a esta colónia para transmitir àquele organismo conhecimentos relacionados com o tipo de processos e de materiais a utilizar em restauros, com o tratamento e reconstituição de inscrições, entre outros⁴⁰³⁹. Esta solicitação da colónia de Moçambique pode ser facilmente explicada se tivermos em consideração o facto de esta ter ocorrido precisamente um ano após a criação da CMRHM, numa fase em que, como referimos anteriormente, já tinha sido promovida a classificação de vinte e oito monumentos e quatro relíquias históricas⁴⁰⁴⁰, sendo por isso necessário dar início à recuperação urgente deste património. Uma vez que a CMRHM não contava com qualquer arquitecto experiente na conservação e restauro de monumentos foi necessário solicitar o auxílio da metrópole. Assim, depois do ministro do Ultramar ter classificado a ideia como “simpática”⁴⁰⁴¹, a solicitação foi remetida para

⁴⁰³⁷ Joaquim Santiago Areal e Silva, “Igreja de Paderne”, 2 de Agosto de 1948, cit. por Miguel Tomé, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, p. 139.

⁴⁰³⁸ ADGEMN, Processo Pessoal de Joaquim Santiago Areal e Silva, doc. s/n, 19 de Agosto de 1948.

⁴⁰³⁹ *Ibidem*, doc. s/n, 8 de Fevereiro de 1944.

⁴⁰⁴⁰ *Boletim Oficial de Moçambique* nº14, I Série, “Decreto nº 5:093”, 3 de Abril de 1943, p. 104.

⁴⁰⁴¹ ADGEMN, Processo Pessoal de Joaquim Santiago Areal e Silva, doc. s/n, 8 de Fevereiro de 1944.

a DGEMN, no seio da qual Baltazar Castro “na impossibilidade de me deslocar”⁴⁰⁴² avançou o nome de Joaquim Santiago Areal e Silva. Na nossa opinião esta escolha explicar-se-á por dois motivos: à data Areal e Silva era chefe da secção do Porto da DGEMN⁴⁰⁴³ e Baltazar Castro (re)conhecia a sua competência há quase dez anos, dado que, como referimos, o percurso do primeiro como arquitecto-restaurador houvera começado precisamente na Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte num momento em que esta era dirigida pelo segundo.

Em Novembro de 1944 Areal e Silva foi oficialmente nomeado em comissão especial para Moçambique por um prazo máximo de quatro meses prorrogável de mês a mês, com o intuito de prestar serviço junto da CMRHM e estudar a forma de proceder relativamente à conservação e restauro dos monumentos desta colónia⁴⁰⁴⁴. A partida para Moçambique aconteceu em Fevereiro de 1945⁴⁰⁴⁵. No entanto, o regresso não ocorreria quatro meses depois mas apenas no final do mês de Agosto do mesmo ano. Durante este período de tempo, como mencionámos, o arquitecto Areal e Silva visitou os principais monumentos e relíquias históricas de Moçambique, transmitiu os seus conhecimentos aos vogais da CMRHM elaborou projectos de restauro, pelo menos, para a praça de São João Baptista e para o fortim de São José, ambos na ilha do Ibo, para a fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique e para a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques. O tempo de estadia deste arquitecto revelar-se-ia, no entanto, insuficiente, datando do ano de 1946 novo pedido da CMRHM para que Areal e Silva voltasse a Moçambique “para completar os estudos já iniciados”⁴⁰⁴⁶. Desta feita, alegando-se que uma viagem cuja duração seria de oito meses causaria grande transtorno à DGEMN, o pedido acabou por ser indeferido.

Terminava, deste modo, a colaboração de Joaquim Santiago Areal e Silva com a CMRHM que, segundo apurámos, só voltaria a contar com o contributo de novo arquitecto da metrópole em 1962, ano em que Pedro Quirino da Fonseca chegou a esta província ultramarina.

⁴⁰⁴² *Ibidem*, doc. s/n, 22 de Junho de 1944.

⁴⁰⁴³ *Diário do Governo* nº262, II Série, “Portaria”, 10 de Novembro de 1944, p. 6281.

⁴⁰⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁰⁴⁵ ADGEMN, Processo Pessoal de Joaquim Santiago Areal e Silva, doc. s/n, 23 de Fevereiro de 1945.

⁴⁰⁴⁶ *Ibidem*, doc. s/n, 9 de Fevereiro de 1946.

2. BALTAZAR DA SILVA CASTRO

Baltazar da Silva Castro (1891-1967) é frequentemente reconhecido como uma das figuras mais preponderantes no universo do restauro de monumentos nacionais em Portugal, sobretudo porque ao longo de quase trinta anos consagrou a sua vida à DGEMN e, como tal, foi responsável pela transformação de grande parte da paisagem arquitectónica do país.

Tal como foi referido por Maria João Neto, a actividade de Baltazar Castro teve lugar sobretudo entre o Douro e Minho⁴⁰⁴⁷ porque o seu percurso profissional teve início na Direcção de Obras Públicas do Distrito do Porto em 1919, tendo transitado nos anos seguintes para a Administração dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte (1921), secção Norte da 3ª Repartição de Monumentos e Palácios Nacionais da Direcção-Geral de Belas Artes (1927) e Direcção dos Monumentos do Norte da DGEMN (1929)⁴⁰⁴⁸. A ida para Lisboa teria lugar no ano de 1936, momento em que o arquitecto natural de Painzela foi indigitado director dos Monumentos Nacionais, tendo passado, na sequência da reforma orgânica operada no seio da DGEMN no ano de 1947, a director do Serviço de Monumentos Nacionais⁴⁰⁴⁹. Todavia pouco tempo depois, possivelmente devido ao relacionamento difícil com o director-geral Henriques Gomes da Silva e ao facto de na época os critérios de restauro praticados pela DGEMN estarem a ser alvo de críticas crescentes⁴⁰⁵⁰, Baltazar da Silva Castro acabou por ser afastado. Dava-se assim início a uma nova fase na carreira deste arquitecto que a partir do ano de 1949 seria inspector superior de Obras Públicas⁴⁰⁵¹.

Durante este período de actividade no Conselho Superior de Obras Públicas, Baltazar Castro contactou pela primeira vez com os monumentos nacionais das então colónias portuguesas. Apesar de sabermos que a solicitação de uma deslocação de Baltazar Castro a Moçambique e à Índia “em missão oficial de estudo”⁴⁰⁵² foi apresentada em 1950 pela Direcção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério das Colónias, é

⁴⁰⁴⁷ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 222.

⁴⁰⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁰⁴⁹ *Ibidem.*

⁴⁰⁵⁰ *Ibidem*, pp. 223-224.

⁴⁰⁵¹ *Diário do Governo* nº5, II Série, “Portaria”, 7 de Janeiro de 1949, p. 109.

⁴⁰⁵² ADGEMN, Processo Pessoal de Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 13 de Maio de 1950.

plausível que a escolha deste arquitecto e não de qualquer outro se tenha devido a uma intervenção do próprio. Afinal, conforme Maria João Neto notou, a transição de Baltazar Castro do trabalho de campo para o de gabinete parece não ter sido pacífica, sabendo que o arquitecto terá inclusivamente tentado conseguir “permissão para continuar a inspeccionar os trabalhos que decorriam nos monumentos”⁴⁰⁵³. Impedido de regressar aos estaleiros de obras de restauro dos monumentos da metrópole, a possibilidade de desenvolver um trabalho idêntico no ultramar terá sido certamente atractiva para este arquitecto.

A missão de Baltazar Castro em comissão de serviço no Ministério do Ultramar começou no ano de 1950, tendo estado entre os dias 3 de Julho e 31 de Outubro em Moçambique, entre 1 de Novembro de 1950 e 12 de Dezembro de 1950 em Angola, entre 10 de Março de 1951 e 31 de Agosto de 1951 e novamente entre 1 de Abril de 1952 e cerca de 31 de Janeiro de 1953 na Índia⁴⁰⁵⁴. Por outro lado temos, também, notícia de uma deslocação deste arquitecto a São Tomé e Príncipe possivelmente no ano de 1950 aquando da sua deslocação a Angola⁴⁰⁵⁵. De facto, a documentação referente aos anos em que Baltazar Castro desempenhou o cargo de inspector superior de Obras Públicas menciona apenas as missões à Índia, Angola e Moçambique entre os anos de 1950 e 1953, contudo sabemos que no início do ano de 1951 o governador de São Tomé e Príncipe, Carlos de Sousa Gorgulho, enviou ao ministro das Colónias, Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, um conjunto de onze fotografias e desenhos que teriam sido solicitados por Baltazar Castro por “pedido verbal (...) quando da sua passagem por esta Colónia”⁴⁰⁵⁶. Adicionalmente no ano de 1956 Eurico Machado confirmou que aquele arquitecto teria passado por São Tomé anos antes e por isso ao ter conhecimento da missão da qual fora incumbido, ter-lhe-ia disponibilizado alguns elementos relativos às construções de maior interesse histórico-arqueológico da ilha⁴⁰⁵⁷.

⁴⁰⁵³ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 224.

⁴⁰⁵⁴ AHOP, Processo Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 28 de Junho de 1954.

⁴⁰⁵⁵ AHU, 380 A, 1I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 24 de Janeiro de 1951.

⁴⁰⁵⁶ Acrescente-se que estas fotografias e desenhos das fortificações de São Sebastião e de São Jerónimo e da igreja da Madre de Deus terão sido reencaminhados para Baltazar Castro a 28 de Fevereiro de 1951. Cf. AHU, 380 A, 1I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 24 de Janeiro de 1951.

⁴⁰⁵⁷ AHU, 380 A, 1I, MU, DGFTO, Processo nº73151, doc. s/n, 24 de Janeiro de 1951.

Na verdade pouco sabemos acerca da natureza destas deslocações feitas ao serviço do Ministério do Ultramar e designadas como missões “de estudo para o restauro de monumentos”⁴⁰⁵⁸. Na documentação consultada não conseguimos apurar, por exemplo, que tipo de trabalho terá sido desenvolvido por Baltazar Castro na sua estadia em Moçambique no ano de 1950⁴⁰⁵⁹. Relativamente a Angola as informações reunidas, apesar de não serem tão parcas, são pouco mais esclarecedoras. Conseguimos apurar apenas que Baltazar Castro esteve nesta colónia portuguesa a pedido do governo e que terá exercido sobretudo um papel consultivo e formativo, sabendo que nesta ocasião:

*se pronunciou sobre diversos assuntos ligados com a conservação, restauro e embelezamento de Monumentos Nacionais e Imóveis de interesse público, dando opiniões que muito interesse oferecem ao Governo da Colónia dada a reconhecida competência e autoridade do referido Inspector Superior naqueles assuntos*⁴⁰⁶⁰.

Um dos assuntos sobre o qual o inspector superior reflectiu e emitiu uma opinião, como demonstrámos, foi o caso do arranjo do morro da fortaleza de São Miguel de Luanda⁴⁰⁶¹. No entanto podemos esclarecer que em determinados casos, como aconteceu na Índia Portuguesa por ocasião das comemorações do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier* (1952), Baltazar Castro não só elaborou estudos ou emitiu pareceres como dirigiu obras de restauro. Independentemente da maior ou menor interferência do arquitecto nos territórios em causa, parece-nos fundamental alertar para o facto de estas viagens terem sido feitas ao serviço do Ministério do Ultramar para os únicos três territórios que, como vimos, tinham comissões de monumentos nacionais.

⁴⁰⁵⁸ AHOP, Processo Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 28 de Junho de 1954.

⁴⁰⁵⁹ Isto espelha directamente o facto da documentação disponível referente aos trabalhos da CMRHM apresentar um hiato que coincide precisamente com os anos 50. Esta falha poderá eventualmente ser colmatada mais tarde, isto é numa altura em que se localizem e disponibilizem os documentos referentes a este período que, de qualquer modo, se afigura menos prolífero em trabalhos concretizados pela comissão em causa.

⁴⁰⁶⁰ AINPCA, FCMN, pt. 31 Fortaleza de São Miguel/Diversos, Armário nº1/Prateleira-3A, doc. s/n, 19 de Dezembro de 1950.

⁴⁰⁶¹ À semelhança do caso de Moçambique note-se que a falta de mais informações relativas à acção de Baltazar Castro em Angola se deverá em parte ao facto não termos tido acesso à totalidade do acervo documental da antiga Comissão dos Monumentos Nacionais.

Relativamente à missão desempenhada entre os dias 10 de Março e 31 de Agosto de 1951⁴⁰⁶², ocasião em que Baltazar Castro vai a Goa “em missão especial de estudo e serviço da sua especialidade”⁴⁰⁶³, parece-nos que quando conjugada com as restantes viagens a outros territórios ultramarinos podemos entendê-la como um precedente directo do programa que começou a ser desenvolvido a partir do ano de 1958 com a publicação do Decreto nº41 787 e as acções de Luís Benavente. Na nossa opinião, o objectivo desta medida do Ministério das Colónias passaria por uma tentativa de aproximação e estudo da realidade patrimonial ultramarina numa fase da política colonial portuguesa que, como procurámos demonstrar anteriormente, podemos considerar de transição. Tendo em consideração o contexto político, as viagens do inspector superior de Obras Públicas em comissão de serviço no Ministério das Colónias/do Ultramar assomam-se, segundo nos parece, como uma primeira tentativa de centralização destas questões patrimoniais, ideia que sai reforçada pelas anteriormente analisadas medidas legislativas publicadas entre os finais dos anos 40 e início da década seguinte. Se existem dúvidas quanto ao facto destas deslocações se deverem mais às intenções e vontade da metrópole que dos governos provinciais, refira-se, a título de exemplo, que a segunda estadia de Baltazar da Silva Castro na Índia Portuguesa foi bastante problemática.

Efectivamente, a segunda viagem de Baltazar Castro para Velha Goa em comissão de serviço no Ministério do Ultramar teve lugar entre os dias 1 de Abril de 1952 e cerca de 31 de Janeiro de 1953. No âmbito desta “Missão para o Estudo do Restauro de Padrões e Monumentos”, como demonstrámos, os trabalhos de Baltazar Castro na Velha Goa abrangeram sobretudo o profundo restauro da capela de Santa Catarina de acordo com aquele que seria o seu aspecto primevo; o desenterramento da base do arco dos Vice-Reis e a picagem dos seus rebocos; a consolidação das caves abobadadas do convento de São Francisco de Assis a par do arranjo do adro e do cruzeiro; o restauro do retábulo da capela-mor da sé; e a remoção dos rebocos do exterior da basílica do Bom Jesus bem como uma primeira fase de consolidação da sua torre. Uma vez que estes trabalhos

⁴⁰⁶² Aquando da preparação desta missão Baltazar Castro manifestou o desejo de se fazer acompanhar por um arquitecto da DGEMN, tendo chegado a abordar Fernando Peres. Cf. AHOP, Processo Pessoal de Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 17 de Março de 1952.

⁴⁰⁶³ AHOP, Processo Pessoal de Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 17 de Março de 1952.

foram analisados na parte II deste estudo, neste momento interessa-nos destacar o facto do final desta missão de Baltazar Castro ter sido bastante atribulado.

A tensão entre o arquitecto inspector superior de Obras Públicas e o director dos Serviços de Obras Públicas da Índia Portuguesa que não demonstraria qualquer respeito para com aquele e tão pouco colaboraria com ele⁴⁰⁶⁴, começou a aumentar durante o Verão de 1952, período decisivo das obras de restauro em curso a propósito das comemorações xaverianas do final desse mesmo ano. Por essa razão, isto é, porque as “desinteligências”⁴⁰⁶⁵ entre as duas partes vinham a agravar-se e, conseqüentemente, os trabalhos já estariam “grandemente prejudicados”⁴⁰⁶⁶, a 1 de Julho o governador-geral do Estado da Índia escreveu ao ministro do Ultramar sugerindo que se desse por terminada a comissão do director das Obras Públicas⁴⁰⁶⁷. Segundo conseguimos apurar, a discórdia teria motivações económicas. No fundo, parece que o director das Obras Públicas não concordava com a forma como Baltazar Castro utilizava a verba disponível para a “Missão para o Estudo do Restauro de Padrões e Monumentos”, razão pela qual a 14 de Julho de 1952 o Ministério do Ultramar terá sugerido que se encontrasse uma solução que permitisse ao arquitecto “efectuar despesas sob sua exclusiva responsabilidade sem dependência”⁴⁰⁶⁸ das Obras Públicas. Adicionalmente parece-nos credível que a discórdia também fosse motivada pelo facto dos Serviços de Obras Públicas terem visto a sua acção limitada à adaptação dos interiores das igrejas e conventos de Velha Goa a albergues de peregrinos⁴⁰⁶⁹, enquanto a parte estética dos monumentos seria entregue ao inspector superior. Por outro lado, se é verosímil que o director das Obras Públicas – insatisfeito com as limitações da sua missão – tenha interferido no trabalho do técnico da metrópole, sabemos que Baltazar Castro também tentou imiscuir-se numa esfera de competência que não seria a sua. Afinal, o próprio arquitecto esclareceu que não concordava “na orientação administrativa técnica e

⁴⁰⁶⁴ AHU, nº63, 1 A, MU, GM, doc. s/n, 1 de Julho de 1952.

⁴⁰⁶⁵ *Ibidem.*

⁴⁰⁶⁶ *Ibidem.*

⁴⁰⁶⁷ *Ibidem.*

⁴⁰⁶⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 14 de Julho de 1952.

⁴⁰⁶⁹ AHU, OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n, [Relatório OP 1952-1953].

artística⁴⁰⁷⁰ dada às obras realizadas nos monumentos de Velha Goa, considerando-as prejudiciais para o Estado da Índia⁴⁰⁷¹.

Em Agosto do mesmo ano a questão estaria longe de estar saneada e Baltazar Castro, alegando a sua incompatibilização com o director das Obras Públicas, acabou por solicitar ao governador Bénard Guedes (1892-1960) que lhe fosse imediatamente concedida a guia de regresso à metrópole⁴⁰⁷². Tendo em consideração que o arquitecto foi abonado pelo Estado da Índia até ao dia 31 de Janeiro de 1953⁴⁰⁷³, é possível que a sua partida de Velha Goa não tenha sido imediata. No final, não obstante estas quezilas, o governador demonstrou-se sobejamente satisfeito com o contributo de Baltazar Castro para o sucesso das comemorações xaverianas do ano de 1952, tendo inclusivamente afirmado ser da opinião que o regresso do arquitecto para terminar os trabalhos de restauro dos monumentos “agora desvalorizados por arremedos mau gosto ou estado ruína”⁴⁰⁷⁴ seria imprescindível⁴⁰⁷⁵. Contudo, cautelosamente, esclareceu que esta nova missão deveria ser concretizada em moldes adequados à personalidade de Baltazar Castro, concedendo-lhe uma maior liberdade administrativa⁴⁰⁷⁶ que não tinha sido prevista aquando da preparação da missão desempenhada ao longo do ano de 1952.

No entanto, Baltazar da Silva Castro não voltaria à Índia Portuguesa, datando de 1955 a sua aposentação do cargo de inspector superior de Obras Públicas⁴⁰⁷⁷.

3. MARTINHO HUMBERTO DOS REIS

O grande interesse de Martinho Humberto dos Reis (1904-?) pela História da Arte, pelos aspectos históricos e artísticos dos monumentos cujas intervenções veio a estudar, projectar, dirigir ou supervisionar, aliado à amizade com o historiador Mário Tavares

⁴⁰⁷⁰ AHU, nº63, 1 A, MU, GM, doc. s/n, 28 de Agosto de 1952.

⁴⁰⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁰⁷² *Ibidem*, doc. s/n, 27 de Agosto de 1952.

⁴⁰⁷³ AHOP, Processo Pessoal de Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 28 de Novembro de 1953.

⁴⁰⁷⁴ AHU, nº63, 1 A, MU, GM, doc. s/n, 16 de Dezembro de 1952.

⁴⁰⁷⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁷⁶ *Ibidem*.

⁴⁰⁷⁷ AHOP, Processo Pessoal de Baltazar da Silva Castro, doc. s/n, 9 de Fevereiro de 1955.

Chicó⁴⁰⁷⁸, fizeram deste arquitecto uma figura de grande interesse no panorama da salvaguarda patrimonial portuguesa, incluindo no Portugal ultramarino.

Mesmo antes de ter terminado o seu curso de Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto no ano de 1936, Humberto dos Reis ingressou na DGEMN como desenhador⁴⁰⁷⁹. O contrato oficial surgiria no ano de 1936, altura em que começou a desempenhar funções como arquitecto, datando de 1937 a nomeação para arquitecto de 3ª classe⁴⁰⁸⁰. Pouco mais de dez anos depois, no ano de 1949, e já como arquitecto de 2ª classe, foi nomeado chefe interino da Repartição Técnica da Secção de Monumentos, assistindo-se poucos meses depois à efectivação da sua nomeação⁴⁰⁸¹. Esta oportunidade surgiu devido à indigitação do Raul Lino para director do Serviço de Monumentos e, curiosamente, no ano de 1950 a situação voltaria a repetir-se: com o cessar das funções deste arquitecto, Humberto dos Reis seria nomeado para o mesmo cargo⁴⁰⁸².

Conforme Maria João Neto demonstrou, dois dos aspectos mais interessantes da carreira deste arquitecto-restaurador prendem-se, como dizíamos há momentos, com a amizade vivida com o historiador Mário Tavares Chicó e com o interesse nutrido pela História da Arte⁴⁰⁸³. Neste âmbito interessa-nos destacar o facto de no ano de 1950 o arquitecto e o historiador terem apresentado em conjunto no *I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros* realizado em Washington um estudo dedicado à “Arquitectura Religiosa do Alto Alentejo na 2ª metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII”⁴⁰⁸⁴. Nesta mesma ocasião, como mencionámos, também terão sido expostas algumas fotografias de monumentos da Índia Portuguesa.

Tendo em consideração a experiência de Humberto dos Reis e a sua relação profissional e de amizade com Mário Tavares Chicó, não é de estranhar que quando este historiador apresentou ao director-geral do Ensino Superior e das Belas Artes o seu plano relativo ao estudo dos monumentos da Índia Portuguesa, o nome do arquitecto tenha sido um

⁴⁰⁷⁸ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 227.

⁴⁰⁷⁹ *Ibidem.*

⁴⁰⁸⁰ *Ibidem.*

⁴⁰⁸¹ *Ibidem*, p. 228.

⁴⁰⁸² *Ibidem.*

⁴⁰⁸³ *Ibidem*, p. 227-228.

⁴⁰⁸⁴ Martinho Humberto Reis, Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Religiosa do Alto Alentejo na 2ª metade do século XVI e nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, [346p.], il.

dos sugeridos para integrar a “Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa”⁴⁰⁸⁵. À data da autorização deste projecto Humberto dos Reis era, como dissemos, director do Serviço de Monumentos da DGEMN e como tal foi necessário proceder a algumas diligências para que o arquitecto pudesse desempenhar o seu papel naquela província ultramarina. Assim, a 15 de Março de 1951 a Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais solicitou ao ministro das Obras Públicas que a colaboração de Humberto dos Reis e a sua ausência por um período de cerca de três meses fossem devidamente autorizadas⁴⁰⁸⁶. Todavia, como seria de esperar, tendo em consideração o facto do arquitecto desempenhar à data funções da maior importância, a resposta inicial do director-geral da DGEMN não foi propriamente promissora. Efectivamente, como vimos, no ano de 1951 o arquitecto Baltazar Castro já se encontrava na Índia e esta questão acabou por ser levantada pelo subsecretário de Estado das Colónias, para quem, conforme comunicou aos ministros das Colónias e das Obras Públicas, aquele arquitecto “poderia ser incumbido da missão para que é requisitado o arquitecto Humberto dos Reis”⁴⁰⁸⁷. Porém, quando confrontado com a proposta apresentada pela JMGIC ao Ministério das Colónias, Baltazar Castro rapidamente manifestou “o maior desejo que fosse autorizada a ida”⁴⁰⁸⁸ de Humberto dos Reis, pois tal situação permitiria alargar o âmbito da sua missão e, consequentemente, alcançar um conhecimento consideravelmente mais desenvolvido do universo patrimonial em causa. Demonstrando uma visão que lhe permitiu ir além das dificuldades inerentes à ausência do director do Serviço de Monumentos, o director-geral da DGEMN acabou por autorizar a ida de Martinho dos Reis à Índia Portuguesa pois reconhecia que “as qualidades do arquitecto (...), como estudioso e organizador”⁴⁰⁸⁹ permitiriam o pleno cumprimento do objectivo da brigada liderada por Chicó, nomeadamente no referente ao levantamento de plantas, alçados e cortes dos monumentos portugueses da Índia o que, no final, traria vantagens para a própria DGEMN cujo arquivo ficaria enriquecido por “valiosos elementos de consulta para

⁴⁰⁸⁵ AFMS, FMAC, pt. 05435.002.002, doc. s/n, 10 de Janeiro de 1951.

⁴⁰⁸⁶ ADGEMN, Processo Pessoal de Martinho Humberto Reis, doc. s/n, 15 de Março de 1951.

⁴⁰⁸⁷ *Ibidem*.

⁴⁰⁸⁸ *Ibidem*.

⁴⁰⁸⁹ *Ibidem*.

estudos mais pormenorizados”⁴⁰⁹⁰ do património em causa⁴⁰⁹¹. A posição do director-geral da DGEMN mereceu a concordância do ministro das Obras Públicas e, deste modo, Martinho Humberto dos Reis viu a sua colaboração com a “Brigada de Estudo dos Monumentos da Índia Portuguesa” ser superiormente autorizada a 21 de Março de 1951⁴⁰⁹².

Assim, entre os dias 3 de Abril e 3 de Junho de 1951, Humberto dos Reis visitou Goa, Damão, Diu e Baçaim mas, também, Bombaim, Manmad e Aurangabad, ocasiões em que procedeu ao levantamento sistemático dos monumentos com os quais foi contactando, num total que terá ascendido às cem plantas⁴⁰⁹³. Após o seu regresso à metrópole o arquitecto continuou a desempenhar funções – de gabinete é certo – no seio do grupo de trabalho, uma fase que se terá caracterizado pela revisão, desenho definitivo e inventário das plantas realizadas e das muitas fotografias tiradas na Índia Portuguesa. De facto, sabemos que por volta do mês de Março de 1952 Humberto dos Reis orientou estes trabalhos de gabinete, nomeadamente a elaboração dos desenhos definitivos das plantas, cortes, alçados, esquemas de composição de tipos de fachada ou as reconstituições conjecturais dos monumentos de Goa, Damão e Diu que tinham sido levantados com a colaboração do arquitecto Naguexa Pissurlencar e do engenheiro Nadkarni⁴⁰⁹⁴. Depois desta fase de trabalho seguir-se-ia a divulgação pública dos resultados alcançados, o que, como vimos, foi feito através da organização de exposições, da apresentação de comunicações e da publicação de artigos e livros sobre os monumentos da Índia Portuguesa.

Pouco mais de um ano após o seu regresso à metrópole, concretamente no final de Setembro de 1952, aparentemente devido a problemas de saúde, Humberto dos Reis seria aposentado do cargo que desempenhava na DGEMN⁴⁰⁹⁵. Apesar de ter sido

⁴⁰⁹⁰ *Ibidem*.

⁴⁰⁹¹ Segundo os técnicos do IHRU no arquivo da DGEMN não se encontram plantas ou fotografias desta campanha. Por outro lado conseguimos apurar que no ano de 1961 a colecção de originais destas plantas pertencia à Agência Geral do Ultramar, existindo transparentes no arquivo da DSUH. Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 18, 1 de Setembro de 1961.

⁴⁰⁹² Na sua ausência Humberto Reis foi substituído por João Filipe Vaz Martins, arquitecto-chefe da Repartição Técnica do Serviço de Monumentos. Cf. ADGEMN, Processo Pessoal de Martinho Humberto Reis, docs. s/n, 15 de Março de 1951, 14 de Abril de 1951.

⁴⁰⁹³ FMS, FMAC, pt. 05435.002.002, doc. s/n, 31 de Outubro de 1951.

⁴⁰⁹⁴ *Ibidem*, doc. s/n, 27 de Fevereiro de 1952; FMS, FMAC, pt. 05435.002.002, doc. s/n, Outubro de 1951.

⁴⁰⁹⁵ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 228.

declarado incapaz de exercer as funções para as quais fora nomeado naquela direcção-geral⁴⁰⁹⁶, o arquitecto acabou por partir para Angola onde durante oito anos daria continuidade à sua actividade de arquitecto-restaurador. Efectivamente, a 9 de Julho de 1953, na sequência do seu afastamento da DGEMN, Martinho Humberto dos Reis foi contratado pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola para inventariar, estudar e projectar os restauros dos monumentos nacionais ou de valor arquitectónico, cabendo-lhe, também, a direcção dos trabalhos⁴⁰⁹⁷. Parece-nos evidente que a vasta experiência do arquitecto aliada ao cargo desempenhado na metrópole antes de ter sido aposentado, terão sido determinantes para o seu ingresso na Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais da Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola. Nesta ocasião estes Serviços de Obras Públicas garantiram que Humberto dos Reis “pelos seus conhecimentos e por anteriores estudos realizados na Metrópole, oferece toda a confiança e idoneidade”⁴⁰⁹⁸. Mais tarde, já no ano de 1955, a experiência e qualidade do arquitecto Humberto dos Reis viriam a ser louvados por Charles Boxer na sequência da sua visita a São Tomé e Príncipe e a Angola a convite do Ministério do Ultramar⁴⁰⁹⁹. Nessa ocasião, o historiador britânico terá ficado

*muito favoravelmente impressionado com a acção inteligente e eficaz do Governo de Angola no tocante à conservação e reconstrução dos monumentos a cargo do arquitecto Humberto dos Reis, um dos especialistas mais autorizados nesse domínio*⁴¹⁰⁰.

O papel desempenhado por Humberto dos Reis ao longo dos cerca de oito anos que permaneceu em Angola foi da maior importância pois até à sua chegada, segundo conseguimos apurar, a província contava com um serviço e uma comissão de monumentos mas não com a colaboração permanente de um arquitecto-restaurador⁴¹⁰¹. Sem querer retomar a questão dos trabalhos desenvolvidos em Angola

⁴⁰⁹⁶ *Ibidem*.

⁴⁰⁹⁷ *Boletim Oficial de Angola* nº29, II Série, “Contrato”, 22 de Julho de 1953, p. 687.

⁴⁰⁹⁸ AHU, OP01107, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE, doc. s/n, [Relatório OP 1954].

⁴⁰⁹⁹ *Boletim Geral do Ultramar* nº363, 1955, p. 220.

⁴¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 222.

⁴¹⁰¹ No entanto refira-se que a 31 de Dezembro de 1952 o quadro dos serviços de Obras Públicas de Angola contava com o arquitecto António Ribeiro Martins (1910-?). Este arquitecto terá entrado para a repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais no ano de 1946. Cf. *Boletim Oficial de Angola* nº27, II

pelo antigo director do Serviço de Monumentos da DGEMN, podemos, no entanto, sumariar que este projectou e orientou incansavelmente pelo menos as seguintes campanhas de restauro: da igreja de Nossa Senhora do Carmo, da igreja de Jesus, da ermida de Nossa Senhora da Nazaré, todos eles templos de Luanda e, ainda, da fortaleza de Massangano e da fortaleza de São José do Egito. Durante a sua permanência nesta província ultramarina, Humberto dos Reis terá dedicado a quase totalidade do seu tempo aos trabalhos de restauro da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes, tendo sido renumerado por sistema de tarefa o que mensalmente se traduziria num salário de cerca de 12.000\$00⁴¹⁰².

Coerente com a acção que desenvolvera na metrópole, Humberto dos Reis mostrou-se sistematicamente preocupado com a necessidade de reintegrar os monumentos naquele que seria o seu aspecto original sem, no entanto, descurar os estudos prévios, característica que Maria João Neto identificou nos primeiros anos da sua carreira⁴¹⁰³. Por esta razão, isto é, pela falta de verdade histórica dos monumentos intervencionados por empreiteiros antes da sua chegada a Angola, o arquitecto terá ordenado a demolição de elementos que não estivessem de acordo com as características antigas dos edifícios⁴¹⁰⁴. Efectivamente, no desempenho das suas funções Humberto dos Reis não só se dedicou aos estudos históricos e artísticos dos edifícios a intervencionar como procedeu a uma série de investigações preliminares, como sondagens ou escavações. Assim se explica, por exemplo, o facto de aquando do restauro da igreja de Jesus de Luanda, tendo conhecimento através do estudo da documentação existente da trasladação das ossadas de Paulo Dias de Novais para a cidade no ano de 1609, Humberto dos Reis ter determinado que se procedessem a escavações no local⁴¹⁰⁵; ou, por outro lado, o facto de estranhando a aparência da abóbada e capela-lateral direita da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Alta da Cidade de Luanda, ter mandado realizar pesquisas que

Série, “Lista de antiguidade dos funcionários dos quadros comum e privativo dos Serviços de Obras Públicas”, 8 de Julho de 1953, p. 645.

⁴¹⁰² ANBA, FFB, cx. 33, s/pt, doc. s/n [Proposta], 1962.

⁴¹⁰³ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 228.

⁴¹⁰⁴ ANBA, FFB, cx. 33, pt. M.N. Materiais, doc. s/n, 5 de Junho de 1963.

⁴¹⁰⁵ AINPCA, FCMN, pt. 29.4 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C, doc. s/n, 18 de Fevereiro de 1954.

acabaram por evidenciar restauros “feitos por qualquer empreiteiro”⁴¹⁰⁶ que, como tal, distorceram ou ocultaram características originais do templo.

No mês de Setembro de 1961, desconhecemos em que circunstâncias, Martinho Humberto dos Reis terá regressado à metrópole deixando vago o lugar de arquitecto restaurador na Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola⁴¹⁰⁷. É possível que o regresso à metrópole tenha sido antecipado devido ao início da guerra colonial nesta província ultramarina precisamente neste ano de 1961.

4. FERNANDO BATALHA

Fernando António Batalha (1908-2012) nasceu no Redondo, tendo frequentado o ensino técnico na Escola Comercial e Industrial de Évora e o secundário no liceu da mesma cidade⁴¹⁰⁸. No ano de 1928 foi para Lisboa⁴¹⁰⁹ onde viria a formar-se em Arquitectura com a média de 14,1 valores a 31 de Julho de 1935⁴¹¹⁰. Terá sido precisamente por esta altura, isto é, aquando da conclusão do curso, que contactou pela primeira vez com Angola no âmbito do “1º Cruzeiro de Férias dos Estudantes da Metrópole às Colónias”. O trabalho para obtenção do diploma de Arquitecto – o projecto para um mercado – seria apresentado e classificado com 15 valores no ano de 1937⁴¹¹¹. Durante este período, isto é, entre 1935 e 1937, o jovem Batalha tirocinou sob a direcção de Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) tanto no atelier deste como nos estaleiros de obras⁴¹¹². Nos anos

⁴¹⁰⁶ Este caso foi relatado no ano de 1963 pelo encarregado de obras da Repartição dos Edifícios e Monumentos Nacionais, José Inácio. Cf. ANBA, FFB, cx.33, pt. M.N. Materiais, doc. s/n, 5 de Junho de 1963.

⁴¹⁰⁷ ANBA, FFB, cx. 33, s/pt, doc. s/n [Proposta], 1962.

⁴¹⁰⁸ ANBA, FFB, pt. 22, doc. s/n, 10 de Setembro de 1959.

⁴¹⁰⁹ É interessante notar como poucos dias depois de ter chegado a Lisboa, após a inscrição como sócio na Academia dos Amadores de Música e aluno de solfejo, Batalha se dedicou ao contacto com os museus. Logo no dia 17 de Outubro de 1928 aproveitou o facto de uma aula ter terminado mais cedo para contemplar as obras de arte do Museu de Arte Contemporânea. Ali quis desenhar obras de escultura e pintura mas para tal teria que pedir autorização a Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), tendo ficado muito admirado com a aparência daquele que seria um dos seus heróis: “Tão diferente este do Columbano – ídolo que havia fantasiado” terá pensado. Ainda assim, tímido e num discurso que terá denotado uma “promiscuidade piegas”, acabou por fazer o seu pedido que muito terá espantado Columbano pelo jovem ainda estar no 1º ano do curso. Porém, sendo só para desenhar e não para fazer uma cópia em pintura como inicialmente Columbano pensara, Batalha recebeu a autorização que procurava. Cf. ANBA, FFB, cx. 45, s/pt, doc. s/n [Diário], 1928.

⁴¹¹⁰ ANBA, FFB, pt. 22, doc. s/n, 10 de Setembro de 1959.

⁴¹¹¹ *Ibidem*.

⁴¹¹² ANBA, FFB, cx. 36, s/pt, doc. s/n, 22 de Março de 1937. Num outro documento certificado do ano de 1938 Porfírio Pardal Monteiro atesta que Fernando Batalha trabalhou durante cerca de oito anos no seu

seguintes, entre 1937 e 1939, matriculou-se no curso de Urbanismo do Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, mas nunca chegou a ser diplomado dado que acabou por não prestar provas devido ao despoletar da Segunda Guerra Mundial e à invasão da cidade pelos alemães⁴¹¹³. Por sugestão de Pardal Monteiro a Duarte Pacheco (1900-1943) ainda se terá equacionado a colocação de Fernando Batalha na Repartição de Monumentos Nacionais de Évora, o que não chegou a concretizar-se⁴¹¹⁴.

Relativamente ao ultramar refira-se que no final do ano de 1936 surgiu a hipótese de Fernando Batalha exercer a sua actividade na Índia Portuguesa. Naquele ano, recorde-se, o governador João Carlos Craveiro Lopes tinha conseguido que o Conselho do Governo e o ministro das Colónias autorizassem um empréstimo destinado a obras de “conservação, aproveitamento e restauração”⁴¹¹⁵ dos monumentos nacionais da Índia Portuguesa, o que imediatamente levantou o problema da falta de pessoal capaz de elaborar um plano de obras e de dirigir os trabalhos necessários⁴¹¹⁶. Assim, o governador Craveiro Lopes acabou por optar pela contratação de um “especialista metropolitano”⁴¹¹⁷, razão pela qual a Repartição de Obras Públicas, Portos e Aviação da Direcção-Geral do Fomento Colonial solicitou ao director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que indicasse “um arquitecto competente que deseje ir à Índia”⁴¹¹⁸. Desconhecendo a natureza das diligências de Henrique Gomes da Silva, director-geral da DGEMN, ou de Baltazar Castro, director dos Monumentos desde o início daquele ano⁴¹¹⁹, certo é que o nome avançado foi o de Fernando Batalha de quem o “Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos deu (...) as melhores informações”⁴¹²⁰. O referido presidente era Porfírio Pardal Monteiro que, como mencionámos, teria grande afinidade com o jovem arquitecto Batalha, razão pela qual

atelier. Assim depreendemos que esta relação profissional e pessoal remontaria ao segundo ano do curso de arquitectura de Batalha. Cf. ANBA, FFB, cx. 36, s/pt., doc. s/n, 26 de Fevereiro de 1938.

⁴¹¹³ ANBA, FFB, pt. 22, doc. s/n, 10 de Setembro de 1959; Fernando Batalha, *Povoações Históricas de Angola*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 134.

⁴¹¹⁴ José Manuel Fernandes, “Fernando Batalha – Povoados, Monumentos e Património de Angola”, Fernando Batalha, *Povoações Históricas de Angola*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 7.

⁴¹¹⁵ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº55, I Série, “Diploma Legislativo nº885”, 10 de Julho de 1936, pp. 945-946.

⁴¹¹⁶ AHU, nº1200, cód.1H, MU, DGOPC, Processo nº63101, doc. s/n, 3 de Agosto de 1936.

⁴¹¹⁷ *Ibidem*.

⁴¹¹⁸ *Ibidem*, 16 de Outubro de 1936.

⁴¹¹⁹ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 222.

⁴¹²⁰ AHU, nº1200, cód.1H, MU, DGOPC, Processo nº63101, doc. s/n, 25 de Novembro de 1936.

terá proposto o seu nome. Batalha chegou a confirmar que estaria disposto a exercer as funções em causa⁴¹²¹ mas, por razões desconhecidas, acabou por permanecer na metrópole.

Pouco tempo depois, antes de ter partido para Angola e apenas durante cerca de três meses, Fernando Batalha assumiu funções como professor provisório no ano lectivo de 1937/1938 na Escola de Arte Aplicada de Lisboa⁴¹²². O seu primeiro serviço prestado em Angola e logo a convite do governador da colónia⁴¹²³ foi por ocasião da exposição-feira realizada no ano de 1938⁴¹²⁴, momento em que Batalha colaborou na preparação do plano e dos diversos projectos desta grande mostra ultramarina⁴¹²⁵, tendo assinado o projecto do “Pavilhão de Honra”⁴¹²⁶. Muito possivelmente devido às capacidades demonstradas nesta ocasião e “por não haver aqui arquitectos”⁴¹²⁷, Fernando Batalha foi encarregue da direcção técnica das obras do Palácio do Comércio de Luanda⁴¹²⁸, campanha que o ocupou entre os anos de 1939 e 1943⁴¹²⁹. Entretanto participou, sem sucesso, num concurso que permitiu a Vasco Vieira da Costa (1911-1982) e António Campino (1917-1997) regressarem à metrópole para completarem os seus estudos em Arquitectura⁴¹³⁰, e solicitou às entidades da África do Sul autorização para exercer a sua profissão no país dado que em Angola não podia fazê-lo “devido à falta de materiais importados”⁴¹³¹. Finalmente Batalha acabou por ser chamado para o Gabinete de Arquitectura e Urbanização de Benguela, organismo que chefiou entre os anos de 1945

⁴¹²¹ *Ibidem*.

⁴¹²² Batalha só voltaria a leccionar novamente no ano lectivo de 1979/1980. Nesta ocasião leccionou História do Habitat em Angola no curso de Arquitectura da Universidade de Luanda. Cf. ANBA, FFB, cx. 41 Vida Profissional, s/pt, doc. s/n [“Curriculum Vitae”], s/d [pós 1980].

⁴¹²³ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 134.

⁴¹²⁴ ANBA, FFB, cx. 36, s/pt., doc. s/n [Serviços Prestados], s/d.

⁴¹²⁵ ANBA, FFB, pt. 22, doc. s/n, 10 de Setembro de 1959.

⁴¹²⁶ No ano de 1953 Batalha voltaria a projectar um pavilhão expositivo, desta feita para a *Exposição Internacional de Bulawaio*. Esta estrutura terá sido depois aproveitada para a edificação do Museu de Angola. Cf. José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 8.

⁴¹²⁷ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 134.

⁴¹²⁸ Após o regresso a Lisboa do arquitecto Sá de Menezes, autor do projecto, o edifício terá sido desfigurado por um engenheiro dos serviços de Obras Públicas. Ao ser incumbido da conclusão da empreitada, Fernando Batalha procurou reconduzir o edifício à sua aparência inicial de obra de gosto clássico. No mesmo ano de 1939, a convite da Associação Comercial e com o patrocínio do governo, Batalha terá projectado um “Grande Hotel” para Luanda que devido às suas linhas modernistas foi proibido pelo Ministério do Ultramar. Cf. José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 7; Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 134.

⁴¹²⁹ ANBA, FFB, cx. 35, s/pt, doc. s/n [Serviços prestados], s/d [pós 1970].

⁴¹³⁰ José Manuel Fernandes, *op. cit.*, p. 7.

⁴¹³¹ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 134.

e 1947⁴¹³². No ano de 1947 devido à resposta positiva do pedido realizado ao governo sul-africano algum tempo antes, permaneceu dez meses na África do Sul⁴¹³³. No ano de 1950 voltou a Lisboa para ingressar no Gabinete de Urbanização do Ultramar⁴¹³⁴ onde permaneceria cerca de um ano para depois regressar a Luanda enquanto delegado-chefe até 1955, ano em que a delegação foi extinta⁴¹³⁵. Na sequência desta extinção Batalha foi contratado pelo governo do distrito do Kwanza sul para integrar o seu gabinete técnico de Arquitectura e Urbanismo, o que fez entre Maio de 1956 e o final de Dezembro do ano seguinte⁴¹³⁶. Entre os anos de 1958 e 1960 colaborou com o governo do distrito de Luanda na chefia do respectivo gabinete de Arquitectura e Urbanismo⁴¹³⁷.

Apesar desta primeira fase de actividade em Angola ter ficado marcada pelo desempenho de funções relacionadas com questões de urbanismo⁴¹³⁸ e arquitectura⁴¹³⁹, notamos que o arquitecto Batalha demonstrou desde cedo uma certa propensão para a salvaguarda do património arquitectónico. Afinal sabemos que ao longo destes primeiros anos Batalha gizou os projectos de restauro e ampliação do Palácio do Governo de Benguela e do “Palácio Velho” da mesma cidade, este último com a intenção de adaptá-lo a museu regional⁴¹⁴⁰, e, ainda, do reduto da Catumbela de modo a

⁴¹³² *Ibidem*.

⁴¹³³ *Ibidem*, p. 135. Batalha acabaria por regressar a Angola pelo facto de “haver diferenças raciais e étnicas, que eram pouco comunicativas e pouco pacíficas” e por lhe ter sido exigido que repetisse os dois últimos anos do seu curso de Arquitectura. Cf. Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 135.

⁴¹³⁴ O ingresso de Fernando Batalha no Gabinete de Urbanização do Ultramar terá sido sugerido pelo próprio director aquando da sua visita a Angola. Nesta ocasião o arquitecto foi alertado para o facto da criação deste novo organismo implicar que Batalha não elaborasse planos urbanísticos nem projectasse edifícios públicos. Cf. Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 135.

⁴¹³⁵ Fernando Batalha, *op. cit.*, p. 135.

⁴¹³⁶ ANBA, FFB, cx. 36, pt. aposentação originais, doc. s/n [Serviços Prestados], s/d.

⁴¹³⁷ *Ibidem*.

⁴¹³⁸ Até ao ano de 1959 Batalha já tinha elaborado estudos gerais para a urbanização de Benguela, de Baía Farta, Santa Comba Dão (Cela), Catofe, Lumege e para os aldeamentos do colonato de Cela, Quibala, Nóqui, Dondo e Golungo Alto, isto entre dezenas de outros estudos parciais de urbanização de povoamentos. Paralelamente, sobretudo enquanto esteve ao serviço do Gabinete de Urbanização do Ultramar, Batalha terá colaborado na elaboração dos principais planos de urbanização de Angola. Cf. ANBA, FFB, pt. 22, doc. s/n, 10 de Setembro de 1959.

⁴¹³⁹ Acerca da produção arquitectónica de Fernando Batalha refiram-se os casos do cinema Monumental de Benguela, do palácio do Comércio do Lobito, do mercado de Huambo-Nova Lisboa, da escola da Missão de São Paulo de Luanda, do edifício da Administração do Concelho de Carmona, da sé de Sá da Bandeira ou da sede do Instituto de Investigação Científica de Angola (apenas parcialmente construído).

⁴¹⁴⁰ O museu não chegou a ser instalado por se ter optado pela utilização do edifício para instalação do liceu local. Cf. ANBA, FFB, pt. 22, doc. s/n, 10 de Setembro de 1959.

receber um museu⁴¹⁴¹, do Palácio do Governo e do edifício da Alfândega de Luanda⁴¹⁴². Data desta mesma fase a prestação de assistência técnica e fiscalização das obras de restauro, adaptação e ampliação de uma residência nobre oitocentista de Luanda pertencente à DIAMANG⁴¹⁴³. As memórias elaboradas com o intuito de propor a classificação de alguns imóveis e sítios são igualmente ilustrativas do interesse manifestado por Fernando Batalha pelos monumentos de Angola desde os primeiros anos da sua presença na província. São conhecidas as memórias da igreja de Nossa Senhora do Pópulo e do “Palácio Velho” de Benguela, do reduto da Catumbela, do forte do Egito, do forte do Quicombo e da Rua dos Mercadores de Luanda⁴¹⁴⁴. O património histórico e cultural de Angola atraía de tal modo o arquitecto Batalha que numa altura em que estava ao serviço do Gabinete de Urbanização do Ultramar (1951), chegou a solicitar ao ministro Sarmento Rodrigues a concessão de um “patrocínio (...) para a realização dum programa de trabalhos visando a defesa, registo e divulgação do património histórico e cultural de Angola”⁴¹⁴⁵ o que implicaria:

*Investigações arqueológicas e históricas;
Inventariação e registo fotográfico da
Arquitectura, Monumentos e obras de Arte
e de Etnografia; Preparação de elementos
para a historiografia da Arquitectura;
Estudos para fundamentar a classificação
de monumentos e para se promover a sua
conservação e restauro.*⁴¹⁴⁶

Como seria de esperar, tendo em conta o interesse de Sarmento Rodrigues por estas questões do património, o ministro do Ultramar determinou que aquele gabinete sugerisse ao governo da província que o arquitecto fosse encarregue dos trabalhos acima elencados⁴¹⁴⁷. Contudo, pouco tempo depois, no ano de 1953, perante a decisão do Gabinete de Urbanização do Ultramar extinguir o lugar de delegado em Angola devido à criação da secção de Urbanização da Direcção dos Serviços de Obras Públicas

⁴¹⁴¹ Este museu viria a ser “saqueado e desbaratado” em data que desconhecemos. Cf. ANBA, FFB, cx. 41 Vida Profissional, s/pt, doc. s/n [“Curriculum Vitae”], s/d [pós 1980].

⁴¹⁴² ANBA, FFB, pt. 22, doc. s/n, 10 de Setembro de 1959.

⁴¹⁴³ *Ibidem.*

⁴¹⁴⁴ *Ibidem.*

⁴¹⁴⁵ *Ibidem.*

⁴¹⁴⁶ *Ibidem.*

⁴¹⁴⁷ *Ibidem.*

da província “por se julgar supérflua a coexistência aqui das duas entidades”⁴¹⁴⁸, Fernando Batalha, tendo como opções ingressar nesta secção ou continuar a servir o gabinete na metrópole, optou por regressar a Lisboa⁴¹⁴⁹. Todavia, como mencionámos anteriormente, a extinção da delegação acabou por arrastar-se até ao ano de 1955⁴¹⁵⁰.

A dedicação de Fernando Batalha aos monumentos históricos de Angola de forma sistemática e exclusiva verificou-se a partir do ano de 1962, momento em que o arquitecto deu início à sua colaboração com o Instituto de Investigação Científica de Angola, onde viria a chefiar a secção de História e Arqueologia até ao final do ano de 1969; e com a Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Angola⁴¹⁵¹, onde viria a chefiar a secção de Monumentos Nacionais até ao ano de 1977⁴¹⁵². A integração de Batalha nesta secção deveu-se à partida de Martinho Humberto dos Reis para a metrópole e ao facto da Direcção dos Serviços de Obras Públicas entender que:

*O serviço de restauro e conservação dos Monumentos Nacionais que compete a esta Direcção, exige a assistência de um arquitecto especializado, sem o qual, se ocorre o risco de provocar danos irreparáveis na execução de obras mal planeadas e conduzidas.*⁴¹⁵³

⁴¹⁴⁸ ANBA, FFB, cx. 36, s/pt, doc. s/n, 1 de Maio de 1953.

⁴¹⁴⁹ *Ibidem*.

⁴¹⁵⁰ Esta extinção acabou por assumir contornos caricatos pois desde que Batalha foi incumbido de actuar em Angola ao serviço do Gabinete de Urbanização do Ultramar, portanto desde 1951, que o serviço por si dirigido e ele próprio eram denominados como delegação e delegado, inclusivamente pelo governo de Angola e pelo próprio GUU. Esta era pelo menos a situação enquanto o GUU era dirigido pelo engenheiro Rogério Cavaca. Todavia após a saída de Cavaca no ano de 1955, Batalha notou que as designações anteriormente mencionadas foram excluídas, o que o levou a pressupor a ocorrência de uma qualquer mudança em relação ao papel por si desempenhado sem que, no entanto, tal lhe tivesse sido comunicado. Deste modo, neste ano de 1955 Batalha escreveu uma série de ofícios ao director e ao subdirector do GUU com o intuito de esclarecer a sua situação. No final, a 24 de Agosto de 1955 Fernando Batalha terminou o seu contrato e a delegação acabou por ser extinta. Cf. ANBA, FFB, cx. 36, s/pt, docs. s/n, 12 de Julho de 1955 e 13 de Agosto de 1955.

⁴¹⁵¹ Este terá sido o terceiro período em que Fernando Batalha prestou serviços nesta direcção de serviços, datando de 1955 e 1958-1959 o primeiro e segundo período de actividade. Cf. ANBA, FFB, cx. 35, s/pt, doc. s/n [Serviços prestados], s/d [c. 1977].

⁴¹⁵² ANBA, FFB, cx. 35, s/pt, doc. s/n [Serviços prestados], s/d [c. 1977]. Mais tarde, entre os anos de 1977 e 1978, Batalha viria a colaborar com o departamento de monumentos do Conselho Nacional de Cultura. Depois, entre os anos de 1979 e 1980, colaborou com o serviço de conservação de monumentos do Ministério da Construção. Cf. ANBA, FFB, cx. 41 Vida Profissional, s/pt, doc. s/n [“Curriculum Vitae”], s/d [pós 1980].

⁴¹⁵³ ANBA, FFB, cx. 33, s/pt, doc. s/n [Proposta da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes], 1962.

Inicialmente ter-se-á proposto ao Ministério do Ultramar a contratação de um arquitecto da metrópole especializado em obras de restauro em monumentos nacionais mas, aparentemente, as diligências encetadas pela DSUH daquele organismo não tiveram sucesso. Considerando urgente a colmatação desta lacuna, a Direcção dos Serviços de Obras Públicas optou pela contratação de Fernando Batalha, arquitecto que, como demonstrámos, vinha desenvolvendo uma intensa e interessante actividade em Angola desde o ano de 1938, era vogal da CMN desde este ano de 1962⁴¹⁵⁴ e, segundo se esclarece, seria “uma das poucas pessoas em Angola que se podem considerar como competentes na especialidade.”⁴¹⁵⁵

Numa primeira fase, isto é, entre os anos de 1962 e 1970, Batalha chefiou a secção de Monumentos das Obras Públicas em regime de tempo parcial⁴¹⁵⁶, trabalhando o equivalente a quinze dias por mês⁴¹⁵⁷. Entre 1970 e 1977 exerceu funções em regime de tempo integral⁴¹⁵⁸. Ao longo deste período elaborou múltiplos projectos de conservação e restauro de monumentos de Angola; promoveu o desbravamento e desobstrução de sítios e ruínas; vistoriou monumentos; participou e fiscalizou obras de conservação, restauro, remodelação ou adaptação de edifícios; encetou pesquisas arqueológicas; recolheu peças para museus, elementos gráficos, documentais e iconográficos; organizou processos de classificação; deu início a uma biblioteca especializada e a um museu de monumentos e modelos arquitectónicos; e debruçou-se sobre o estudo da questão das zonas de protecção dos monumentos. Enfim, promoveu a salvaguarda de cerca de quarenta exemplares de património arquitectónico ou arqueológico dispersos por Luanda, Benguela, Catumbela, Lândana, São Salvador do Congo, Negage, Samba

⁴¹⁵⁴ ANBA, FFB, cx. 30 Propostas, doc. s/n, 17 de Março de 1962. A este propósito refira-se que o artigo da nossa autoria publicado no âmbito do congresso *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza. Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano* contém uma gralha na qual só reparámos num período posterior à sua publicação. No resumo referimo-nos a Fernando Batalha como director da Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola a partir de 1962 ao invés de vogal.

⁴¹⁵⁵ ANBA, FFB, cx. 33, s/pt, doc. s/n [Proposta da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes], 1962.

⁴¹⁵⁶ Durante este período, nomeadamente no ano de 1968, Fernando Batalha chegou a alertar o director dos Serviços de Obras Públicas para o facto do tempo que dispunha para dedicar ao departamento dos Monumentos Nacionais ser muito limitado quando em comparação com as tarefas inerentes ao seu cargo, referindo-se, concretamente, às questões relacionadas com o recrutamento de pessoal ou com o controlo dos materiais. Cf. ANBA, FFB, cx. 31 Monumentos, s/pt, doc. s/n, 1 de Setembro de 1968.

⁴¹⁵⁷ Num documento referente à distribuição das verbas anuais encontrámos uma referência aos encargos tidos com o vencimento de Fernando Batalha: 15 dias x 12 meses x 400\$00, ajudas de custo em deslocações 8.000\$00. Cf. ANBA, FFB, cx. 29 II, Pasta s/n, 3 de Março de 1969.

⁴¹⁵⁸ ANBA, FFB, cx. 41 Vida Profissional, s/pt, doc. s/n [“Curriculum Vitae”], s/d [pós 1980].

Caju, Muxima, Dondo, Massangano, Cambambe, Nova Oeiras, N'Gunza, Quicombo, Egito, Ebo, Capangombe, Menongue, Cúchi, Calumbo ou Lubango⁴¹⁵⁹.

Concomitantemente não podemos deixar de evidenciar o contributo dado por Fernando Batalha à CMN enquanto vogal. Efectivamente, terá sido em grande parte graças à acção e insistência do arquitecto português que esta comissão – que tendo sido criada no ano de 1942 com plenos poderes na área patrimonial acabou por ser adjudicada aos serviços da Direcção de Obras Públicas e Transportes em 1946, momento em que passou a ser encarada como um organismo meramente consultivo e orientador – viu elaborado no ano de 1972 o seu regulamento próprio.

Contudo, notamos que em diversas ocasiões Fernando Batalha sentiu-se manifestamente frustrado com a falta de resposta às alterações sistematicamente sugeridas. Assim se explica que a 4 de Junho de 1972 e novamente a 17 de Outubro, na sequência da apresentação do seu relatório referente à situação do Serviço de Monumentos Nacionais⁴¹⁶⁰ e à sequente ausência de qualquer atitude referente aos problemas apontados, o arquitecto tenha reconhecido que a “situação cansativa vigente”⁴¹⁶¹ o impelia a levantar a questão da sua substituição no serviço em causa, pelo menos no regime de prestação de serviços em que se encontrava, logo no ano seguinte⁴¹⁶². Ainda assim, propunha-se a continuar a elaborar projectos de edifícios públicos, a estudar casos de reconstituição e restauro de monumentos, a executar pesquisas e escavações, a publicar estudos, a inventariar documentação relativa aos monumentos e a arquitectura antiga, e a dirigir obras⁴¹⁶³. Concomitantemente sugeriu três arquitectos que poderiam substituí-lo, a saber: Henrique Dinis da Gama, Vasco de Moraes Soares e Adérito de Castro Silva Barros⁴¹⁶⁴.

Além da CMN de Angola e da reunião dos técnicos de conservação de monumentos realizada em Lisboa no ano de 1973, Fernando Batalha integrou uma série de organismos e actividades de índole cultural, casos da comissão directiva do Museu de Angola e do Arquivo Histórico, da direcção do Instituto de Angola enquanto presidente

⁴¹⁵⁹ Cf. ANBA, FFB, cx. 41 Vida Profissional, s/pt, doc. s/n [“Curriculum Vitae”], s/d [pós 1980].

⁴¹⁶⁰ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Monumentos Nacionais Relatório, doc. s/n, 16 de Abril de 1971.

⁴¹⁶¹ ANBA, FFB, cx. 31, pt. Mon. Nac., doc. s/n, 17 de Outubro de 1972.

⁴¹⁶² *Ibidem*.

⁴¹⁶³ ANBA, FFB, cx. 32, pt. Mon. Nac. 26-8-3, Monumentos Nacionais, doc. s/n, 4 de Junho de 1972.

⁴¹⁶⁴ *Ibidem*.

da secção de Artes, de comissões de estética, de toponímia, de exposições, concursos, comemorações ou representações, de cursos de férias de nível superior em Luanda⁴¹⁶⁵ ou dos dois colóquios de estudos luso-brasileiros realizados na Bahia e em Coimbra nos anos de 1959 e 1963 respectivamente⁴¹⁶⁶. Além disso, a par do planeamento e organização dos museus de Benguela e da Catumbela – ambos não concretizados – Batalha colaborou na projecção de outras iniciativas idênticas, casos do Museu da Colonização de Luanda que também não terá sido efectivado, da colecção museológica de monumentos e modelos de construção do departamento de Monumentos Nacionais, da ampliação do arquivo do mesmo departamento e das exposições do património cultural da área do Dondo-Massangano-Nova Oeiras-Muxima-Rio Kwanza e de iconografia, arquitectura, urbanização e vida social do Dondo⁴¹⁶⁷.

Investigador incansável – o que em grande parte se explica, em relação ao restauro dos monumentos nacionais, pela intenção de realizar um trabalho rigoroso do ponto de vista da reintegração das construções na sua aparência prístina sem, no entanto, entrar no campo das suposições – Fernando Batalha desenvolveu uma actividade intelectual e científica notável, tendo-se dedicado ao estudo das mais diversas áreas, a saber: História, Etnografia, Arqueologia, Arquitectura, Urbanismo ou Iconografia⁴¹⁶⁸. Outra das formas encontradas no campo da conservação e restauro do património arquitectónico de Angola para projectar e concretizar projectos fidedignos foi a compra ou recolha de elementos de épocas passadas, caso das portas e janelas velhas “que foram retiradas dum prédio antigo que existia na Rua D. Avelino Dias”⁴¹⁶⁹ por serem entendidas como modelos “dum tipo característico das edificações tradicionais, que actualmente já não se usa e que não é fácil encontrar”⁴¹⁷⁰.

Apesar de residir em Angola sempre que teve oportunidade para se deslocar à metrópole com o intuito de proceder a investigações e de contactar com outros

⁴¹⁶⁵ Em data anterior e no ano de 1964 ou 1965, a Comissão dos Monumentos Nacionais participou em visitas de estudo realizadas em Massangano e Cambambe por estudantes integrados no Campo Internacional de Trabalhos e na Mocidade Portuguesa Feminina. Cf. ANBA, FFB, cx. 31, Pasta Mon. Nac., doc. s/n [Carta ao director do jornal *O Comércio*], 1965.

⁴¹⁶⁶ ANBA, FFB, cx. 41 Vida Profissional, s/pt, doc. s/n [“Curriculum Vitae”], s/d [pós 1980].

⁴¹⁶⁷ *Ibidem*.

⁴¹⁶⁸ Cf. ANBA, FFB, cx. 41 Vida Profissional, s/pt, doc. s/n [“Curriculum Vitae”], s/d [pós 1980].

⁴¹⁶⁹ ANBA, FFB, cx. 29 II, pt. s/n, doc. s/n [Carta ao gerente da Sociedade Imobiliária Familiar], 1964.

⁴¹⁷⁰ *Ibidem*.

especialistas da salvaguarda do património arquitectónico, Fernando Batalha fê-lo⁴¹⁷¹. A título de exemplo refira-se que no ano de 1963 o arquitecto viajou até Lisboa em missão de serviço do Instituto de Investigação Científica de Angola para participar no *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*⁴¹⁷² e para procurar documentação relacionada com Angola nas bibliotecas e arquivos da metrópole⁴¹⁷³. A estadia, sucessivamente prolongada, acabou por ter a duração de cerca de quatro meses⁴¹⁷⁴. Defensor e praticante acérrimo de estudos prévios pormenorizados, Batalha aproveitou esta ocasião para adquirir conhecimentos relativos à “história dos monumentos, bem como de sua iconografia, podendo constituir uma base sólida para o estudo da sua conservação e restauração”⁴¹⁷⁵ nos Arquivos Históricos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, na Biblioteca de Évora e no Arquivo Histórico Ultramarino⁴¹⁷⁶. Concomitantemente, enquanto vogal e arquitecto orientador da CMN e arquitecto da secção de Monumentos Nacionais de Angola, Batalha foi também incumbido de se inteirar dos monumentos e serviços de conservação e restauro existentes na metrópole, razão pela qual durante cerca de três meses realizou diversas visitas de estudo na companhia do arquitecto Luís Benavente descrito nesta ocasião como “especialista da matéria, que vem chefiando os serviços de conservação e restauração dos monumentos

⁴¹⁷¹ Em datas e circunstâncias que desconhecemos, Batalha visitou Cabo Verde, a Guiné, São Tomé e Príncipe e Moçambique, diversos países da África austral e central, Holanda, Espanha e possivelmente outros países da Europa. A sua viagem ao Brasil aconteceu já durante a vigência da República Popular de Angola, nos anos de 1975 e 1976. Após a queda do *Estado Novo* também visitou a Suíça, Alemanha, Bélgica e França para estudo técnico de museus. Cf. ANBA, FFB, cx. 41 Vida Profissional, s/pt, doc. s/n [“Curriculum Vitae”], s/d [pós 1980]; cx. 40 Vida Profissional, CDA, Brasil, AHU, pt. DPHAN (Brasil).

⁴¹⁷² Nesta ocasião Batalha apresentou duas comunicações acerca da arquitectura monumental e tradicional de Angola. Cf. Fernando Batalha, “A Arquitectura em Angola – Ciclo Conguês”, “Arquitectura Antiga de Luanda”, *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, s.n., 1966, 32 p., il.

⁴¹⁷³ ANBA, FFB, cx. M.N., pt. Viagem e Estada na Metrópole em 1963-1964, doc. s/n, 29 de Outubro de 1963.

⁴¹⁷⁴ Fernando Batalha viajou para a metrópole no início de Setembro de 1963 e a 26 de Dezembro ainda se encontrava em Lisboa. Cf. ANBA, FFB, cx. M.N., pt. Viagem e Estada na Metrópole em 1963-1964, doc. s/n, 29 de Outubro de 1963; cx. M.N., pt. Viagem e Estada na Metrópole em 1963-1964, doc. s/n, 26 de Dezembro de 1963.

⁴¹⁷⁵ ANBA, FFB, cx. M.N., pt. Viagem e Estada na Metrópole em 1963-1964, doc. s/n, 29 de Outubro de 1963.

⁴¹⁷⁶ Nesta ocasião Fernando Batalha, incentivado pelo Arquivo Histórico Ultramarino e pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarino, terá realizado um inventário e levantamento fotográfico de plantas e desenhos de antigas construções de Angola que se encontravam dispersos pelos diversos arquivos e bibliotecas nacionais. Cf. ANBA, FFB, cx. M.N., pt. Viagem e Estada na Metrópole em 1963-1964, doc. s/n, 26 de Dezembro de 1963.

do Ultramar.”⁴¹⁷⁷ A troca de conhecimentos, especialmente a transmissão de “conhecimentos, ideais e directivas”⁴¹⁷⁸ por parte do arquitecto Benavente terão sido certamente de grande importância para a orientação dada por Batalha à sua actividade em Angola. De resto, refira-se que Fernando Batalha e Luís Benavente, não obstante a diferença de cerca de seis anos de idade, seriam amigos desde cedo – tendo como denominador comum, por exemplo, o arquitecto Porfírio Pardal Monteiro – sendo frequente a troca de correspondência entre ambos.

Para terminar é fundamental salientarmos o interesse manifestado pelo arquitecto Fernando Batalha em relação ao Brasil, não só relativamente às influências artísticas e arquitectónicas mas, também, à salvaguarda patrimonial. Efectivamente, é possível identificarmos um claro interesse, senão admiração, pela política patrimonial brasileira, questão que fica bem patente no facto de aquando da discussão relativa à necessidade de reformulação do Serviço de Monumentos da Direcção dos Serviços de Obras Públicas o arquitecto ter sugerido, a par de outras medidas, o estudo dos casos da metrópole e do Brasil⁴¹⁷⁹. Esta admiração pelo trabalho que vinha sendo desenvolvido no Brasil pelo Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional prendia-se sobretudo, segundo nos parece, com o caso de Ouro Preto, a cidade redescoberta e divulgada particularmente a partir dos anos 20 do século XX como o mais belo padrão da identidade brasileira. O interesse especialmente evidente de Batalha por Ouro Preto prendia-se com o facto de ali se ter promovido a partir da década de 30 uma série de trabalhos que, tal como a classificação da cidade no ano de 1933, denunciavam um entendimento da mesma como um todo. Na verdade, conforme os investigadores brasileiros têm vindo a salientar a propósito do caso de Ouro Preto, o Brasil foi “pioneiro no tombamento de cidades históricas”⁴¹⁸⁰ e na “preservação de sítios urbanos”⁴¹⁸¹, tendo-se assistido ao longo dos anos de actividade estatal em prol do património a um grande número de levantamentos de conjuntos urbanos. Por outro lado, nesta tentativa de explicar o

⁴¹⁷⁷ ANBA, FFB, cx. M.N., pt. Viagem e Estada na Metrópole em 1963-1964, doc. s/n, 29 de Outubro de 1963.

⁴¹⁷⁸ *Ibidem*.

⁴¹⁷⁹ ANBA, FFB, cx. 29 I, pt. Monumentos Nacionais Relatório, doc. s/n, 16 de Abril de 1971.

⁴¹⁸⁰ Cláudia dos Reis e Cunha, *Restauração: diálogos entre a teoria e prática no Brasil nas experiências do iphan*, tese de doutoramento em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010, p. 106.

⁴¹⁸¹ *Ibidem*, p. 82.

interesse de Fernando Batalha pelas políticas patrimoniais brasileiras, não podemos desvalorizar o facto dos critérios de intervenção nos tais sítios urbanos como Ouro Preto se caracterizarem pela manutenção das características entendidas como originais, pela eliminação de elementos destoantes, ou seja, pela reintegração estilística dos edifícios em causa, e pela edificação de construções novas mas de aspecto antigo⁴¹⁸², tudo isto em prol de uma leitura de conjunto esteticamente agradável e ilustradora do período histórico que se pretendia evidenciar⁴¹⁸³. Por estas razões, isto é, pelo entendimento de Ouro Preto como um sítio urbano a proteger e pela sua recuperação dentro dos critérios acima mencionados, este conjunto de Minas Gerais tornou-se uma referência para Batalha, a prova que era possível salvaguardar não só monumentos isolados mas também conjuntos urbanos como o arquitecto almejava que acontecesse em Angola, nomeadamente no Dondo.

Assim, não é de estranhar que desde o início dos anos 60 Batalha tenha defendido frequentemente a importância de proceder “aqui como se fez na Metrópole com a cidade de Évora ou no Brasil com a de Ouro Preto, que foram classificadas como conjuntos monumentais de interesse nacional, com a protecção do Estado condicionando a sua evolução”⁴¹⁸⁴, e se tenha dedicado à defesa das ideias “Ouro Preto – Exemplo para Angola”⁴¹⁸⁵ e “Brasil – Estímulo para Angola”⁴¹⁸⁶. Isto porque o arquitecto português tinha conhecimento dos trabalhos realizados em Ouro Preto, um “motivo de orgulho e exaltação”⁴¹⁸⁷ para os brasileiros, e da indiferença verificada em Angola em relação ao Dondo que pelas características da sua arquitectura, pela unidade do conjunto, “significa para Angola o que aquela cidade representa para o Brasil”⁴¹⁸⁸. Nesta verdadeira batalha contra a descaracterização e perda da vila do Dondo, o arquitecto português chegou a enviar o seu artigo “Ouro Preto – Exemplo para Angola” para Orlandino Seitas Fernandes, director do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, e

⁴¹⁸² *Ibidem.*

⁴¹⁸³ *Ibidem*, pp. 76-77.

⁴¹⁸⁴ Fernando Batalha, *A Vila do Dondo*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1960, p. 13.

⁴¹⁸⁵ *Idem*, *Em defesa da Vila do Dondo*, Luanda, Imprensa Nacional, 1963, pp. 5-8.

⁴¹⁸⁶ *Idem*, pp. 9-11.

⁴¹⁸⁷ *Idem*, p. 5.

⁴¹⁸⁸ *Ibidem.*

para Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), director do SPHAN, com quem acabaria por trocar alguma correspondência⁴¹⁸⁹.

Os mais de quarenta anos dedicados por Fernando Batalha à salvaguarda do património arquitectónico, artístico, arqueológico e cultural de Angola não podem, de modo algum, ser encarados com leveza. Batalha foi um arquitecto que independentemente dos cargos desempenhados manifestou sempre uma extraordinária sensibilidade para com os valores e fragilidades do património, em particular dos monumentos nacionais. A essa sensibilidade aliou uma grande curiosidade e capacidade de trabalho que se reflectiram claramente numa metodologia praticamente irrepreensível tal era, como procurámos demonstrar, a importância reconhecida aos estudos prévios, à procura de fundamentos históricos, iconográficos e arqueológicos para a realização das intervenções em monumentos nacionais, imóveis de interesse público ou sítios. Por essa razão, em ocasiões nas quais não conseguia destrinçar as características iniciais de um monumento, Batalha adoptava uma postura cautelosa, não indo muito além de trabalhos de conservação, como de resto testemunha o caso da (ainda hoje arruinada) sé de São Salvador do Congo. Simultaneamente Batalha compreendeu a importância de envolver o poder político nesta missão de salvaguarda patrimonial, incentivando a classificação do património de Angola, alertando para a importância de remodelar uma secção de Monumentos dos Serviços de Obras Públicas praticamente marginal e inoperante, e de regulamentar a actividade da CMN. A salvaguarda do património arquitectónico era para Fernando Batalha um dever nacional indiscutível. O facto de após a queda do *Estado Novo* e da independência de Angola, Fernando Batalha ter sido incumbido pelo novo governo do estudo e apresentação de uma proposta de reestruturação dos organismos patrimoniais aos quais continuou ligado é, na nossa opinião, revelador da indiscutibilidade das qualidades e capacidades deste arquitecto que ironicamente acabou por ser praticamente esquecido no seu país natal.

⁴¹⁸⁹ Acerca desta questão vide Vera Mariz, “Fernando Batalha: a actividade na Comissão de Monumentos de Angola e a relação com o Brasil (1935-1974)”, *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza – Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano*, ARTIS – Instituto de História da Arte e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2014, pp. 323-330. Refira-se ainda que Luís Benavente também esteve em contacto com Rodrigo Melo Franco de Andrade. Assim o comprova uma carta escrita pelo arquitecto Benavente agradecendo a Franco de Andrade o envio de obras editadas pela Direcção de Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil, na qual o técnico português elogia o trabalho que vem sendo feito e o valor daquele património como bem da Humanidade. Cf. ANTT, cx. 90, pt. 560 B, doc. 2, 5 de Abril de 1962.

5. LUÍS BENAVENTE

Luís Benavente (1902-1993) nasceu em Lisboa. Considerando “ter recebido de seus Pais uma sólida formação e educação, guiada por uma inteligência superior da parte de ambos”⁴¹⁹⁰, frequentou o antigo colégio particular de Santa Cruz, o Liceu Pedro Nunes, cadeiras preparatórias na Faculdade de Ciências e depois a Escola de Belas Artes de Lisboa onde se matriculou para cursar Arquitectura⁴¹⁹¹. Todavia, a conclusão deste curso acabaria por ter lugar na Escola de Belas Artes do Porto no ano de 1930⁴¹⁹². Esteve inscrito, tal como Fernando Batalha, no Institut d’Urbanisme de l’Université de Paris com o estatuto de estudante dispensado de frequentar o curso⁴¹⁹³. Enquanto frequentou o curso de Arquitectura tanto em Lisboa como no Porto teve a oportunidade de realizar férias no estrangeiro, aproveitando para tirocinar e familiarizar-se com “o nível europeu de trabalho e no meio da organização do atelier profissional”⁴¹⁹⁴, tendo sentido desde cedo o ensejo de “contactar com obra grande e de classe”⁴¹⁹⁵. Este interesse pela arquitectura ter-lhe-á sido certamente incutido pela família, sendo de destacar o facto de Luís Benavente ser sobrinho de Tertuliano Lacerda Marques (1883-1942)⁴¹⁹⁶, irmão da sua mãe Adelaide. Luís Cristino da Silva (1896-1976) também seria amigo da família Benavente⁴¹⁹⁷ e, como veremos, acabaria por desempenhar um papel determinante no ingresso de Luís Benavente no funcionalismo público.

Quando terminou o curso, sem ter necessidades materiais que o apressassem a lançar-se como independente⁴¹⁹⁸, optou por continuar durante mais algum tempo a praticar

⁴¹⁹⁰ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983. Benavente terá executado a parte da entrada e da esplanada central do Instituto. Cf. José Manuel Fernandes, “Primeiros Trabalhos. Anos 20-30”, *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 19.

⁴¹⁹¹ A par da sua actividade escolar Benavente prestou serviço militar na Arma de Engenharia na Companhia de Telegrafistas de Praça instalada no convento da Penha de França, tendo inclusivamente recebido um louvor por serviços prestados. Durante os seus tempos de estudante na Faculdade de Ciências foi um dos fundadores do Orpheon Académico de Lisboa. Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

⁴¹⁹² ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

⁴¹⁹³ ANTT, FLB, cx. 134, pt. 959, docs. 1-8, 1937.

⁴¹⁹⁴ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 19, s/d [1983]

⁴¹⁹⁵ *Ibidem*.

⁴¹⁹⁶ ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 2, s/d.

⁴¹⁹⁷ ANTT, FLB, cx. 108, pt. 698, doc. 23, 29 de Outubro de 1932.

⁴¹⁹⁸ *Ibidem*.

com “os Mestres dessa época”⁴¹⁹⁹, o que explica o facto de nesta fase e ao longo de três anos ter dirigido o atelier de Porfírio Pardal Monteiro⁴²⁰⁰ à data envolvido no projecto do Instituto Superior Técnico, uma grande obra ou, nas palavras de Luís Benavente, “uma vultuosa realização de notável envergadura”⁴²⁰¹. No ano de 1932 concorreu para o lugar de arquitecto na DGEMN⁴²⁰² mas apesar do “«curriculum» invulgar para a sua idade”⁴²⁰³ não foi escolhido. Data precisamente desta altura a instalação do seu atelier e o exercício da sua profissão de forma livre⁴²⁰⁴.

O ingresso na função pública⁴²⁰⁵ deu-se no ano de 1933⁴²⁰⁶ graças a um convite de Duarte Pacheco com o intuito do jovem arquitecto desempenhar um cargo como

⁴¹⁹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰⁰ Luís Benavente terá tirocinado, também, nos ateliers do arquitecto Luís Cristino da Silva e do engenheiro António Emídio Abrantes. Cf. ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 5, s/d. Relativamente à colaboração com Cristino da Silva sabe-se que Benavente participou no projecto do liceu de Beja. Cf. José Manuel Fernandes, “Primeiros Trabalhos. Anos 20-30”, *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 19.

⁴²⁰¹ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 19, s/d [1983].

⁴²⁰² ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc.3, s/d [1932]; ANTT, FLB, cx. 108, pt. 698, doc. 7, 8 de Março de 1932.

⁴²⁰³ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 19, s/d [1983]

⁴²⁰⁴ *Ibidem*.

⁴²⁰⁵ Refira-se que ao longo dos anos Luís Benavente executou uma série de trabalhos para privados, nomeadamente restauros, modificações, arranjos interiores e exteriores de várias residências senhoriais, casos da Quinta de Santo António de Corroios, do paço d’Ois da Bairrada, da residência da família Calheiro Lopes em Benavente, da quinta das Sete Pedras em Alenquer, do palácio Sotto Mayor em Condeixa-a-Nova, da casa seiscentista de João da Costa Leite em Óbidos, da residência de D. Maria da Piedade d’Orey de Azevedo Coutinho em Lisboa ou da quinta de São Tiago em Sintra. Realizou alguns trabalhos para a embaixada de Itália, caso do restauro de algumas salas, arranjos interiores escolha de mobiliário e decoração do antigo palácio do Conde de Pombeiro, imóvel de interesse público, e da igreja de Nossa Senhora do Loreto, cujo interior, exterior e anexos restaurou. Trabalhou na igreja da Vista Alegre em Ílhavo, no museu da Fábrica de Porcelanas Vista Alegre na mesma cidade, restaurando um dos corpos do edifício fabril e adaptando-o a museu, além de outros trabalhos. Além destas intervenções, projectou uma série de moradias para Coimbra, Porto, Figueira da Foz, Estoril, Oeiras, Cascais, Lisboa, Côte d’Azur (França); de prédios para Lisboa, Algés e Amadora; para construções industriais em Coimbra, Alhandra, Santa Iria da Azóia, Dafundo, Moçambique e Guiné. Projectou ainda um número considerável de obras variadas, casos de parques infantis, centros de assistência social ou fontes. Foi também autor de diversas obras para entidades oficiais, casos do Bairro da Madre de Deus, do mercado de Arroios, da igreja de Nossa Senhora da Paz para Benavente, do arranjo interno e conclusão do Liceu José Falcão no antigo colégio de São Bento em Coimbra, do arranjo urbano do local do liceu de Guimarães e do próprio edifício, do projecto urbanístico para a praça da Mumadona em Guimarães, do pedestal para a estátua da condessa Mumadona, do palácio da Justiça da mesma cidade, do projecto de modificação completa do edifício do Automóvel Club de Portugal em Lisboa, do projecto de reconstrução do edifício da Companhia Nacional de Navegação na Rua do Comércio e do projecto do colégio Universitário Pio XII em Lisboa. Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 10, s/d.

⁴²⁰⁶ Por despacho de 11 de Fevereiro de 1933 Luís Benavente foi contratado para prestar auxílio na obra do Manicómio de Sena e do hospital da Universidade de Coimbra. Cf. *Diário do Governo* nº57, II Série, “Despacho”, 10 de Março de 1933, p. 1088. No mesmo ano, aquando da remodelação da comissão das obras dos Hospitais da Universidade de Coimbra, Benavente passou a integrar a mesma como delegado da DGEMN. Cf. *Diário do Governo* nº58, II Série, “Portaria”, 11 de Março de 1933, p. 1106. Poucos dias depois foi publicada uma outra portaria referente à remodelação da comissão das obras do Manicómio de Sena,

membro da Comissão de Obras de Coimbra, cidade onde viria a trabalhar em construções universitárias e hospitalares⁴²⁰⁷. Na verdade, o nome de Luís Benavente terá sido sugerido por Luís Cristino da Silva a Duarte Pacheco depois de ter rejeitado o convite para ocupar o lugar de arquitecto das Obras Públicas em Coimbra⁴²⁰⁸. Este ingresso de Benavente na função pública seria, na sua opinião, uma inevitabilidade, tendo em conta que lhe corria “no sangue uma ascendia de obscuros servidores da Pátria”⁴²⁰⁹, aludindo à descendência de um capitão da guarda de D. Miguel (1802-1866) e de uma burguesia rural que dera um número importante de cavalos para a brigada do afamado Marquês das Minas, D. António Luís de Sousa (1644-1721)⁴²¹⁰. O seu avô, educado pelos cónegos da Sé que iam à vila de Benavente, “também trocou a tranquilidade do seu ofício pelo de voluntário de D. Miguel”⁴²¹¹, tendo sido inclusivamente exilado⁴²¹².

A vivência em Coimbra e o contacto directo com os monumentos da cidade terão sido determinantes para o crescente interesse de Benavente pela protecção e valorização do património arquitectónico antigo. Foi precisamente em Coimbra que Benavente se dedicou à “valorização do primeiro elemento histórico”⁴²¹³, o motivo central do já desaparecido claustro da Manga, tendo explicado que o interesse nutrido pela “velha cidade”⁴²¹⁴ se devia às “raízes ancestrais que o levaram a ser já em terceira geração profissional de delinear e construir.”⁴²¹⁵ A forma como abordou este caso no ano de

na qual consta o nome de Luís Benavente. Cf. *Diário do Governo* nº63, II Série, “Portaria”, 17 de Março de 1933, p. 1192.

⁴²⁰⁷ A propósito das construções hospitalares Luís Benavente esclareceu que estava familiarizado com este tipo de edificações graças ao conhecimento previamente adquirido, por exemplo, através do contacto com o hospital Beaujour da Porta de Cligancourt de Paris. Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 19, s/d [1983]. Em Coimbra foi o autor do hospital psiquiátrico da Conraria/hospital psiquiátrico Sobral Cid e o responsável pelas beneficiações dos hospitais da Universidade que estavam instalados no edifício seiscentista do outrora colégio das Artes. Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 13, s/d [pós 1975].

⁴²⁰⁸ ANTT, FLB, cx. 108, pt. 698, doc. 23, 29 de Outubro de 1932.

⁴²⁰⁹ ANTT, FLB, cx. 93, pt. 597, doc. 2, s/d.

⁴²¹⁰ Apesar de Luís Benavente afirmar que os cavalos fizeram parte da brigada que sob a liderança do Marquês das Minas “entrara triunfante em Madrid em 1667, passo triunfante para o tratado de paz com a Espanha”, a verdade é que, segundo sabemos, a afamada entrada em Madrid de D. Luís de Sousa data do ano de 1706.

⁴²¹¹ ANTT, FLB, cx. 93, pt. 597, doc. 2, s/d.

⁴²¹² *Ibidem*.

⁴²¹³ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

⁴²¹⁴ ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 13, s/d [pós 1975].

⁴²¹⁵ *Ibidem*.

1933⁴²¹⁶ é sintomática da atitude que lhe é característica e da metodologia aplicada ao longo da sua carreira: condenou o abandono a que a obra fora votada, as mutilações sofridas, dando depois início “pacientemente”⁴²¹⁷ a um exaustivo trabalho de levantamento da peça e do espaço envolvente, sondando os lagos vizinhos entulhados com esperança de encontrar algum elemento de interesse⁴²¹⁸. O projecto viria a ser aprovado pelo Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN e a obra entendida como especializada⁴²¹⁹ acabou por ser realizada. Na sequência deste projecto foi incumbido do estudo das obras do Museu Machado de Castro, seguindo-se o projecto do remate do antigo colégio de São Bento à data “escancarado pela demolição”⁴²²⁰ da respectiva igreja. Concomitantemente pugnou intensamente pela recuperação do conjunto universitário da Alta de Coimbra, entendendo que as novas construções deveriam ser erguidas em outros locais onde não viessem a prejudicar os edifícios universitários centenários, como aconteceria se a sua edificação tivesse lugar naquela zona da cidade⁴²²¹. A sua posição pró-património e o seu conhecimento de casos estrangeiros semelhantes eram claros:

o conjunto documental do multiseccular Património Arquitectónico Universitário de Coimbra não deveria ser tocado senão para recuperação e valorização participando os Colégios Universitários e as típicas casas dos séculos XVI a XVIII e apenas em função de ordenamento se inevitável, pequenos elementos subsidiários em acordo.
(...) Invocara os exemplos seguidos em Heideberg e Oxford, além de outros.
Nunca para demolição interpondo-se construções novas com outra feição, à custa de espaços livres cujo desaparecimento faria afogar as antigas existentes.
(...) Alterar para o futuro aquele ambiente histórico causará o maior prejuízo cultural e espiritual histórico visto ter de ser feito à custa da Colina Sagrada, sede da “Mater Augusta”⁴²²².

⁴²¹⁶ Luís Benavente não foi oficialmente incumbido deste projecto, fê-lo por iniciativa própria pela revolta que lhe suscitou o estado de abandono e ruína do claustro da Manga, vizinho do edifício dos Correios que devia concluir. Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 13, s/d [pós 1975].

⁴²¹⁷ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

⁴²¹⁸ *Ibidem*.

⁴²¹⁹ *Ibidem*, doc. 19, s/d [1983].

⁴²²⁰ *Ibidem*, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

⁴²²¹ *Ibidem*.

⁴²²² *Ibidem*, doc. 19, s/d [1983]

Todavia, como o próprio arquitecto reconheceu, “Era cedo demais para expor, argumentar e ver compreendida”⁴²²³ esta posição e a sua solução acabou por ser preterida. É, também, aquando desta estada em Coimbra que tem início o contacto de Luís Benavente com vários arquitectos dos Monumentos Nacionais, particularmente da secção do Porto, como são os casos de Baltazar Castro e Rogério de Azevedo (1898-1983) que ocasionalmente recorriam a este jovem profissional para conseguir informações relacionadas com as edificações daquela cidade⁴²²⁴.

Depois da fase de Coimbra⁴²²⁵ e de ter entrado para o quadro da DGEMN no ano de 1936⁴²²⁶, Benavente acabou por ser transferido para Lisboa em 1938, tendo sido colocado no Serviço de Casas Económicas, seguindo-se uma série de trabalhos para a Câmara Municipal presidida por Duarte Pacheco⁴²²⁷. Todavia o seu “sonho desde sempre”⁴²²⁸, conforme confessou ao amigo Raul Lino no início do ano de 1936, era o Serviço de Monumentos Nacionais⁴²²⁹. Finalmente no ano de 1941 Duarte Pacheco, na função de ministro das Obras Públicas, entregou ao arquitecto Benavente as chaves do Palácio Foz para que ali procedesse a obras de restauro e de adaptação do edifício a

⁴²²³ *Ibidem*.

⁴²²⁴ ANTT, FLB, cx. 111, pt. 728, doc. 196, 14 de Julho de 1936; ANTT, FLB, cx. 111, pt. 728, doc. 187, 20 de Março de 1936; ANTT, FLB, cx. 132, pt. 935, docs. 5 e 6, 18 de Fevereiro de 1935, 27 de Fevereiro de 1935.

⁴²²⁵ A propósito da estada de Luís Benavente em Coimbra, refira-se que nos anos de 1934 e 1935 o arquitecto trocou correspondência com José Leitão de Barros (1896-1967) acerca da possibilidade de instalação de uma pousada no palácio de Sub-Ripas. Em alternativa à ideia de Leitão de Barros, tendo em consideração as características do edifício e o interesse do SPN por arte popular, Luís Benavente sugeriu a instalação de um museu de mobiliário, cerâmica, cobres e rendas mas, conforme venceu, “Um museu, mas sem ser um museu sarcófago, um museu vivo, porque teria uma exposição permanente onde o turista adquiriria das mãos de tricana de raça, aquilo que lhe interessasse.” De resto, note-se que a relação de Luís Benavente com Leitão de Barros remontava pelo menos ao ano de 1933, altura em que o pintor enquanto director d’*O Notícias Ilustrado* confiou um trabalho ao arquitecto: o projecto de um hotel para a Beira Baixa, o dito Hotel Modelo. Cf. ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 118, 6 de Abril de 1935; docs. 61 e 62, 28 de Agosto de 1933; doc. 57, 4 de Agosto de 1933; doc. 55, 21 de Julho de 1933; ANTT, FLB, cx. 108, pt. 698, doc. 100, 1 de Agosto de 1933; doc. 98, 25 de Julho de 1933; doc. 95, 18 de Julho de 1933; cx. 111, pt. 729, docs. 115, 116, Novembro de 1934.

⁴²²⁶ *Diário do Governo* nº46, II Série, “Despacho”, 26 de Fevereiro de 1936, p. 1066.

⁴²²⁷ Data desta fase da carreira de Luís Benavente o projecto para o Bairro da Madre de Deus, o remate do Bairro do Alto da Ajuda e o mercado de Arroios onde imprimiu algumas novidades, caso da utilização de cimento armado nas arcarias de grande porte, uma composição que sabia ser “avançada entre nós para a época”. Projectou nesta mesma fase um grupo escolar, cantina, acção social e Junta de Freguesia na encosta do Torel, bem como o arranjo do respectivo lago. Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 8, 22 de Dezembro de 1967. Acerca dos trabalhos realizados por Luís Benavente em Lisboa vide José Manuel Fernandes, “A Lisboa de Luís Benavente”, *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 39-49.

⁴²²⁸ ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 135, 8 de Janeiro de 1936.

⁴²²⁹ *Ibidem*.

sede do SNI⁴²³⁰. Benavente retomava, deste modo, a sua actividade de “manipulador e recuperador de Património”⁴²³¹, tendo optado – perante um edifício com um interior muito prejudicado pelo aluguer de parcelas a negócios tão variados (e insólitos) como “um clube nocturno com jogo proibido”⁴²³² – pela “demolição de tudo quanto era parasitário”⁴²³³ e pela recuperação da dignidade que o conjunto outrora tivera⁴²³⁴.

A sua primeira campanha em solo estrangeiro, já como arquitecto de 2ª classe⁴²³⁵, aconteceu no ano de 1948, correspondendo à escolha e direcção das obras de recuperação e adaptação de um edifício para embaixada de Portugal em Londres⁴²³⁶. Seguir-se-ia o caso do projecto e coordenação de todos os trabalhos da igreja de Nossa Senhora de Fátima na igreja de Santo Eugénio em Roma⁴²³⁷. Durante este período Benavente teve oportunidade de privar com especialistas italianos da área da conservação e restauro de monumentos, tendo sido inclusivamente integrado num grupo de trabalho que se dedicava ao património histórico-artístico do Vaticano⁴²³⁸. Na mesma ocasião familiarizou-se com as soluções adoptadas pelo governo italiano em relação ao património destruído durante a Segunda Guerra Mundial⁴²³⁹, tendo feito amizade com o “Super-Intendente e mais pessoal dos serviços directivos.”⁴²⁴⁰

⁴²³⁰ ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 8, 22 de Dezembro de 1967.

⁴²³¹ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 19, s/d [1983]

⁴²³² *Ibidem*.

⁴²³³ *Ibidem*.

⁴²³⁴ Benavente chegou a realizar uma viagem ao estrangeiro para escolher e comprar os tecidos necessários para forrar as paredes das salas do palácio pois localmente não os encontrava ou porque o seu preço era demasiado elevado. Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 8, 22 de Dezembro de 1967.

⁴²³⁵ *Diário do Governo* nº214, II Série, “Portaria”, 12 de Setembro de 1945, p. 5470. No entanto, note-se que Benavente já tinha pedido para ser admitido ao concurso aberto em Março de 1941. Cf. *Diário do Governo* nº214, III Série, “Aviso”, 20 de Março de 1941, p. 432; ANTT, FLB, cx. 112, pt. 743, doc. 140, 15 de Abril de 1941.

⁴²³⁶ Benavente escolheu o edifício a adaptar a embaixada e projectou as obras que só ficaram concluídas entre 1953 e 1954. Cf. José Manuel Fernandes, “Os Monumentos. Anos 40-50”, *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 27.

⁴²³⁷ Acerca desta capela localizada no braço do transepto do lado do Evangelho da igreja construída como forma de comemorar as bodas de pratas da ordenação episcopal do Papa Pio XII *vide* Vera Mariz, *A Capela de Nossa Senhora da Fátima na Igreja de Santo Eugénio em Roma – “tão linda ideia patriótica e cristã” (1942-1951)*, Lisboa, Banco Espírito Santo/Centro de História, 2011, 175 p., il.

⁴²³⁸ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

⁴²³⁹ A este propósito refira-se que Benavente foi nomeado delegado do Ministério das Obras Públicas na comissão criada para estudar as providências a tomar em caso de guerra tendo em vista a protecção dos bens culturais. A sua experiência em Roma a propósito da campanha da capela de Nossa Senhora de Fátima terá certamente contribuído para o desempenho desta tarefa. Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

⁴²⁴⁰ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

Finalmente, certamente devido ao papel desempenhado num número elevado de obras de bastante visibilidade, entre as quais se destacavam as intervenções nos palácios⁴²⁴¹, Luís Benavente foi chamado para ocupar o cargo de director dos Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Considerando que não ocupava a categoria requerida por lei para desempenhar tal função – chefe da Repartição Técnica do Serviço de Monumentos ou arquitecto de 1ª classe – e tão pouco seria um arquitecto estranho ao quadro “de provada e reconhecida competência”⁴²⁴², declinou o convite. Mais tarde, devido à insistência do ministro das Obras Públicas e à solução encontrada pelos juristas da Procuradoria-Geral da República⁴²⁴³ acabou por ser nomeado director dos Monumentos Nacionais a 26 de Novembro de 1952⁴²⁴⁴. A par da actividade directiva na DGEMN⁴²⁴⁵, Benavente viu-se envolvido na preparação da visita da Rainha de Inglaterra, personalidade que viria a acompanhar “como cicerone na sua visita ao

⁴²⁴¹ Depois de Roma seguiu-se a fase das intervenções em palácios: a reabilitação do corpo da Arrábida do palácio de Belém para ser utilizado como residência do presidente da República; a conclusão do palácio de Seteais, onde se dedicou sobretudo ao arranjo interno e ao gizar de mobiliário para este futuro hotel; ou a escolha do mobiliário, peças decorativas e tapeçarias para o paço dos Duques de Bragança em Guimarães. A este propósito refira-se que no ano de 1950 Luís Benavente passou a integrar a Comissão para a Aquisição de Mobiliário. Cf. *Diário do Governo* nº219, II Série, “Portaria”, 19 de Setembro de 1950, p. 5565.

⁴²⁴² *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto-Lei nº36:314”, 31 de Maio de 1947, p. 489.

⁴²⁴³ Luís Benavente deveria demitir-se do cargo de funcionário para ser nomeado de acordo com a cláusula referente aos arquitectos de provada e reconhecida competência que fossem estranhos ao quadro.

⁴²⁴⁴ *Diário do Governo* nº279, II Série, “Portaria”, 26 de Novembro de 1952, p. 7305.

⁴²⁴⁵ Entre os anos de 1952 e 1958 o Serviço de Monumentos Nacionais dirigido por Luís Benavente desenvolveu estudos diversos referentes à organização de processos de classificação de imóveis e analisou o estado de conservação dos edifícios já classificados. Neste período os trabalhos mais significativos terão sido a continuação das beneficiações das sés catedrais, bem como dos trabalhos no paço dos Duques de Bragança em Guimarães, em São Bento de Castriz em Évora, na ponte da Lagoinha, no palácio de D. Manuel em Évora, no palácio de Seteais, este último, como já mencionámos, sob a sua direcção pessoal e concluído no ano de 1955. Neste período este serviço tratou, também, da adaptação do mosteiro do Lervão a Colónia Agrícola Psiquiátrica, do convento da Arouca, da Universidade de Coimbra, do mosteiro de Alcobaça, do museu de Aveiro, do palácio nacional de Queluz, do mosteiro de Santa Maria de Belém, do convento de Mafra, do palácio nacional da Ajuda ou da igreja da Madre de Deus no âmbito das comemorações do *V Centenário no Nascimento da rainha D. Leonor*. Deu, também, “incremento a trabalhos nas Ilhas adjacentes” a partir de 1955 e ao trabalho do “oppidum” romano de Conímbriga em 1956. O andamento destes trabalhos no continente e nas ilhas terá sido dificultado pela exiguidade das verbas disponíveis, o que obrigou a “uma retenção dos desejos de realizar mais”, limitando-se muitas vezes a acção à organização de pequenas tarefas, como a reparação de coberturas dos monumentos. Neste mesmo período a DGEMN foi incumbida de orientar e acompanhar os trabalhos de escultura referentes a estátuas diversas, caso da Condessa Mumadona para Guimarães. No ano de 1958 Benavente ainda participou numa série de reuniões com a comissão do Ministério da Marinha e com o director do Museu Arqueológico Dr. Leite de Vasconcelos com o intuito de transferir aquele museu para a Cidade Universitária e, deste modo, possibilitar a cedência da ala poente dos Jerónimos para o Museu da Marinha. Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 9, 22 de Dezembro de 1967.

Mosteiros dos Jerónimos”⁴²⁴⁶, e na conclusão do paço de Guimarães para onde projectou o arranjo da zona envolvente, o palácio da Justiça e o liceu. Refira-se ainda que ao longo da sua carreira Benavente aproveitava frequentemente os trinta dias de licença graciosa a que teria direito para se deslocar até Fontaines-Vendée, França, para proceder a tratamentos com o Dr. Albert Rouger (1870-1969)⁴²⁴⁷ para a doença crónica – asma – que o afectava⁴²⁴⁸.

Benavente desempenhou aquela função directiva até ao ano de 1958, momento em que foi colocado em comissão de serviço no Ministério do Ultramar. Ao longo dos primeiros anos o arquitecto teve o cuidado de solicitar de seis em seis meses que a sua comissão no Ministério do Ultramar fosse dada como finda pois de outra forma seria aberta vaga no quadro ao qual pertencia, neste caso a DGEMN. Esta situação, como notou Maria João Neto, não agradaria ao director-geral da DGEMN, Henrique Gomes da Silva, que no ano de 1960 a propósito da não nomeação de Benavente para integrar o Conselho de Estética Cidadina de Lisboa, esclareceu que na verdade este arquitecto, não obstante ser funcionário da DGEMN, não tinha “representação alguma”⁴²⁴⁹. Por esta altura Gomes da Silva teve a oportunidade pela qual esperava porque, ao contrário do que acontecia até então, a comissão de serviço de Luís Benavente no Ministério do Ultramar foi excepcionalmente renovada “por todo o tempo considerado indispensável”⁴²⁵⁰ e não apenas pelos tais seis meses previstos tanto no Decreto-Lei nº39 677 de 1954⁴²⁵¹ referente à colaboração de pessoal de outros quadros no ultramar, como no Decreto-Lei

⁴²⁴⁶ A propósito desta visita Benavente esclareceu que acompanhou a rainha Isabel II, fornecendo informações sobre o monumento e respondendo a todas as perguntas que lhe foram sendo colocadas como resultado do interesse “de Sua Magestade [sic] perante tão bela obra.” Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 9, 22 de Dezembro de 1967. A este propósito refira-se ainda que Luís Benavente colaborou no restauro do bergantim real utilizado no dia da chegada da rainha de Inglaterra, trabalho que lhe terá valido o profundo agradecimento e louvor do ministro da Marinha Américo Tomás. Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 10, 1 de Março de 1957. No mesmo ano Benavente viria a desempenhar missão idêntica, tendo sido incumbido de acompanhar o governador-geral da União Sul Africana, o futuro presidente Ernst George Jansen (1881-1951), na sua visita a Portugal.

⁴²⁴⁷ Albert Rouger tornou-se famoso pelo sérum que desenvolveu para curar a asma/reumatismo e que atraía uma grande clientela, inclusivamente estrangeiros como Luís Benavente. Tratava-se de um tratamento alternativo à medicina convencional. Cf. “Incroyable succès d'une médecine «alternative»: celle du Docteur Rouger (1870-1969) à Fontaines”, disponível em <http://laboratoire-archives.vendee.fr/Entraide/Les-connaissiez-vous/2013-01-Incroyable-succes-d-une-medecine-alternative-celle-du-Docteur-Rouger-1870-1969-a-Fontaines>, consultado a 25 de Março de 2015.

⁴²⁴⁸ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 784, doc. 9, s/d.

⁴²⁴⁹ Henrique Gomes da Silva cit. por Maria João Neto, *op. cit.*, p. 230.

⁴²⁵⁰ *Diário do Governo* nº140, II Série, “Portaria”, 17 de Junho de 1960, p. 3858.

⁴²⁵¹ *Diário do Governo* nº113, I Série, “Decreto-Lei nº39 677”, 24 de Maio de 1954, p. 608.

nº34411 de 1945⁴²⁵² relativo a esta mesma colaboração de pessoal técnico especializado do Ministério das Obras Públicas com o Ministério do Ultramar⁴²⁵³. Assim, devido à omissão de prazo referente à duração desta comissão de Benavente e à sua posterior contratação por este ministério enquanto pessoa de “alta ou especializada competência”⁴²⁵⁴, Gomes da Silva aproveitou a ocasião para nomear um novo dirigente em 1961⁴²⁵⁵. Sabemos ainda que a 22 de Junho de 1968 Luís Benavente, curiosamente identificando-se como “Arquitecto Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais”⁴²⁵⁶, em virtude de se ter dado a vaga do cargo que desempenhava antes de entrar em comissão de serviço no Ministério do Ultramar, solicitou ao ministro das Obras Públicas o regresso ao seu quadro de origem para voltar a ocupar aquele lugar. A 22 de Julho de 1969 o director-geral José Pena Pereira da Silva comunicou que o ministro das Obras Públicas tinha autorizado o regresso de Luís Benavente ao quadro da DGEMN⁴²⁵⁷ mas a verdade é que, conforme Maria João Neto notou⁴²⁵⁸, o arquitecto não chegou a reassumir as suas funções porque até ao ano de 1972, altura em que atingiu o limite de idade de 70 anos, não terá surgido qualquer vaga.

A possibilidade de Luís Benavente contactar com a realidade arquitectónica do ultramar português surgiu no ano de 1956. Nesse ano, recorde-se, o Ministério do Ultramar solicitou à DGEMN que um dos seus arquitectos especialista em obras de restauro se deslocasse a São Tomé e Príncipe com o intuito de orientar os Serviços de Obras Públicas da província nas intervenções a realizar na igreja da Madre de Deus, na capela de Nossa Senhora do Bom Despacho e nas fortalezas de São Sebastião e São Jerónimo. A partida

⁴²⁵² *Diário do Governo* nº32, I Série, “Decreto-Lei nº34411”, 12 de Fevereiro de 1945, p. 81.

⁴²⁵³ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 25, 23 e 25 de Abril de 1960; doc. 16, 21 de Fevereiro de 1959, 10 de Setembro de 1959. De facto de acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei nº39:677 de 1954 os funcionários em comissão no Ultramar tinham um prazo de seis meses para regressarem ao quadro a que pertenciam sob pena de ser aberta vaga para o seu lugar. Havia, no entanto, a possibilidade de se aumentar ou prorrogar este prazo. Cf. *Diário do Governo* nº113, “Decreto-Lei nº39 677”, 24 de Maio de 1954, p. 608. Simultaneamente o Decreto-Lei nº34411 de 1945 estabelecia que o pessoal técnico especializado do Ministério das Obras Públicas com mais de quatro anos de serviço efectivo podia prestar serviço no Ministério do Ultramar sob a condição de não se ausentar durante mais de seis meses, pois caso contrário seria aberta vaga no quadro ao qual o técnico só poderia regressar depois de terminada a sua comissão e na primeira vaga da categoria e classe que abrisse após o seu pedido de regresso. Cf. *Diário do Governo* nº32, “Decreto-Lei nº34411”, 12 de Fevereiro de 1945, p. 81.

⁴²⁵⁴ *Diário do Governo* nº161, I Série, “Decreto nº40 708”, 31 de Julho de 1956, p. 1135.

⁴²⁵⁵ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 230.

⁴²⁵⁶ ANTT, FLB, cx. 116, pt. 784, doc. 17, 22 de Junho de 1968.

⁴²⁵⁷ *Ibidem*, doc. 19, 22 de Julho de 1969.

⁴²⁵⁸ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 230.

de Luís Benavente para estas ilhas atlânticas teria lugar apenas em Setembro de 1958, portanto após a publicação do Decreto nº41 787 do mesmo ano e, conforme procurámos demonstrar, marcaria o início e definiria o modelo de actuação das missões desempenhadas por este arquitecto nos territórios portugueses ultramarinos até aos anos 70. Ali, contando com a colaboração dos serviços locais, Benavente estudou a história de São Tomé e Príncipe e dos seus monumentos, realizou um levantamento sumário das construções existentes, promoveu o levantamento gráfico das igrejas e fortificações a intervencionar, projectou planos de restauro e acompanhou as obras tanto à distância como presencialmente. Nesta fase, estando em comissão eventual apenas na província de São Tomé e Príncipe, os encargos referentes aos seus honorários foram da exclusiva responsabilidade deste governo⁴²⁵⁹, situação que viria naturalmente a alterar-se aquando do alargamento da sua missão a outras províncias.

O reconhecimento da validade e importância da actuação de Luís Benavente em São Tomé e Príncipe, o interesse político do regime na realidade ultramarina e o facto da DGOPC do Ministério do Ultramar ter sido oficialmente incumbida no ano de 1958 do inventário, classificação e orientação de trabalhos de conservação e restauro nos monumentos de interesse nacional do além-mar, fizeram com tivesse início uma nova fase da carreira de Luís Benavente: a fase ultramarina. De facto, na sequência do trabalho desenvolvido em São Tomé e Príncipe Benavente foi “incumbido de promover a reabilitação não só desse Património mas de todo o Além-Mar”⁴²⁶⁰. Imediatamente terá considerado a “medida de acerto, porém como conhecedor do assunto”⁴²⁶¹ entendeu que, como já tratámos, numa primeira fase seria fundamental realizar um inventário geral para depois, de acordo com as informações obtidas, dar “prioridade ao que se encontrar em pior estado”⁴²⁶². A este propósito é perfeitamente honesto: estaria a dar início a uma missão dedicada a um “Património Histórico cuja vastidão ignorava”⁴²⁶³, razão pela qual promoveu o envio dos questionários a cada uma das províncias ultramarinas. Ainda assim, as possibilidades que se vislumbravam eram demasiado

⁴²⁵⁹ ANTT, FLB, cx. 115, pt.770, doc. 28, 18 de Abril de 1961

⁴²⁶⁰ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 16, s/d [1983]

⁴²⁶¹ *Ibidem.*

⁴²⁶² *Ibidem.*

⁴²⁶³ *Ibidem.*

atractivas para rejeitar tal missão: “Novas e amplas perspectivas lhe são abertas de servir a Nação”⁴²⁶⁴, terá confessado Luís Benavente.

Persistente e verdadeiramente interessado neste novo campo de trabalho, não obstante a fraca receptividade ao pedido inicialmente realizado, Benavente acabou por elaborar no ano de 1960 as normas referentes ao processo de inventário e classificação dos monumentos de interesse nacional do Ultramar, um documento que resultou claramente da experiência adquirida ao longo dos anos de serviço na DGEMN. Assim, até aos anos 70, enquanto arquitecto responsável pelo serviço de monumentos da DSUH do Ministério do Ultramar, Luís Benavente procurou incansavelmente promover o inventário, a conservação, o restauro e a divulgação dos monumentos portugueses ultramarinos, sabendo que neste âmbito visitou São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola, Guiné e a Índia Portuguesa.

Quanto à situação profissional de Luís Benavente e, concretamente, aos contornos do seu relacionamento com o Ministério do Ultramar, refira-se que a primeira comissão de serviço teve início a 22 de Agosto de 1958⁴²⁶⁵, sabendo que nos meses de Fevereiro de 1959, Setembro de 1959 e Abril de 1960 o arquitecto solicitou que a sua comissão no Ministério do Ultramar fosse dada como finda para que pudesse regressar ao Ministério das Obras Públicas. Na verdade, como vimos, tratar-se-ia apenas de uma manobra estratégica, um regresso simbólico para que a ausência continuada por mais de seis meses não originasse a abertura de vaga. Já no mês de Abril de 1960 estabeleceu-se que Luís Benavente, à data director do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN, seria requisitado ao Ministério das Obras Públicas nos termos do Decreto-Lei nº39:677 de 1954⁴²⁶⁶, desempenhando as suas funções no Ministério do Ultramar em comissão de serviço mas “por todo o tempo considerado indispensável”⁴²⁶⁷, isto tendo em consideração o artigo 3º daquele decreto, segundo o qual se estabelecia um prazo de seis meses para o desempenho de funções fora do quadro a que o funcionário

⁴²⁶⁴ ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 13, s/d [pós 1975].

⁴²⁶⁵ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 16, 10 de Setembro de 1959; *Diário do Governo* nº 223, II Série, “Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, 23 de Setembro de 1958, p. 7723.

⁴²⁶⁶ *Diário do Governo* nº113, I Série, “Decreto-Lei nº39 677”, 24 de Maio de 1954, p. 608.

⁴²⁶⁷ *Diário do Governo* nº140, II Série, “Portaria”, 17 de Junho de 1960, p. 3858.

pertencesse, mencionando-se, no entanto, a possibilidade deste prazo ser superiormente aumentado ou prorrogado⁴²⁶⁸.

Posteriormente, a 26 de Novembro de 1960, na tentativa de garantir uma maior vinculação de Luís Benavente ao Ministério do Ultramar e depois da sua última requisição ao Ministério das Obras Públicas ter sido feita, como referimos, sem indicação de prazo⁴²⁶⁹, o subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino determinou que o arquitecto passasse à situação de contratado nos termos do nº2 do artigo 45º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino⁴²⁷⁰, portanto enquanto pessoa de “alta ou especializada competência para o desempenho de missões ou de trabalhos determinados”⁴²⁷¹ pelo prazo máximo legal, com vencimentos correspondentes à sua categoria de director de serviço tanto na metrópole como no ultramar, ao que acresceriam os subsídios e ajudas de custo necessários⁴²⁷². Estabeleceu-se, também, que os encargos seriam distribuídos pelas dotações para Estudos e Projectos de cada uma das províncias ultramarinas na devida proporção, a saber: Angola 0,3, Moçambique 0,3, Estado da Índia 0,2, Guiné 0,1, São Tomé 0,1⁴²⁷³. Todavia, a questão dos honorários de Luís Benavente ou pelo menos do seu devido pagamento, parece ter sido sempre um pouco problemática, tendo conhecimento, por exemplo, que entre o dia 1 de Janeiro de 1963 e Fevereiro de 1964, estes não foram liquidados⁴²⁷⁴, uma situação que naturalmente causaria “permanente intranquilidade”⁴²⁷⁵ no arquitecto⁴²⁷⁶. Esta situação dever-se-ia ao facto do pagamento dos honorários de Benavente ser feito por rateio, acontecendo que muitas das províncias ultramarinas não tinham possibilidade de pagar

⁴²⁶⁸ *Diário do Governo* nº113, I Série, “Decreto-Lei nº39 677”, 24 de Maio de 1954, p. 608.

⁴²⁶⁹ *Ibidem*.

⁴²⁷⁰ *Diário do Governo* nº161, I Série, “Decreto nº40 708”, 31 de Julho de 1956, p. 1135.

⁴²⁷¹ *Ibidem*.

⁴²⁷² ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 53, 1960.

⁴²⁷³ *Ibidem*. Este documento não faz referência a Macau ou Timor. No ano de 1964 as proporções foram alteradas: Angola 0,4, Moçambique 0,4, São Tomé e Príncipe 0,2. Cf. *Diário do Governo* nº192, II Série, “Apostila”, 17 de Agosto de 1964, pp. 6000-6001.

⁴²⁷⁴ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 47, 18 de Fevereiro de 1964; *Ibidem*, doc. 40, 27 de Novembro de 1963.

⁴²⁷⁵ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 47, 18 de Fevereiro de 1964.

⁴²⁷⁶ A este propósito Fernando Batalha informou Luís Benavente que esta demora no pagamento dos honorários era considerada no ultramar “quase como uma coisa «normal»” na medida em que as remunerações eventuais dependiam das aprovações dos orçamentos pelos governos provinciais pelo Ministério do Ultramar, da distribuição das verbas e da publicação no *Boletim Oficial*. Cf. ANTT, FLB, cx. 90, pt. 560 C, doc. 16, 2 de Abril de 1963.

a respectiva parcela, ou tendo possibilidade não o faziam⁴²⁷⁷. Adicionalmente, apurámos que devido a um entendimento incorrecto da determinação do subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino aquando da elaboração do contrato de Luís Benavente, por ocasião das suas deslocações aos territórios portugueses ultramarinos o arquitecto recebeu apenas o subsídio que naqueles locais era devido aos funcionários da sua categoria. Não havendo funcionários da sua categoria em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné, Luís Benavente acabou por não receber subsídios⁴²⁷⁸.

Perante este problema chegou a propor-se o pagamento do vencimento de Benavente através de uma só entidade dotada de verbas para a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino, a Junta de Investigações do Ultramar que, de resto, teria interesse em contar com a colaboração de Luís Benavente para dar início aos estudos há muito ambicionados dos “documentos construtivos de natureza histórica e arquitectónica”⁴²⁷⁹. No primeiro semestre do ano de 1962 previu-se que o contrato assinado por Luís Benavente a 16 de Janeiro de 1961⁴²⁸⁰ referente à sua prestação de serviço no Ministério do Ultramar como “colaborador para os problemas relativos à preservação e restauro dos monumentos nacionais nas várias províncias ultramarinas”⁴²⁸¹, viesse a sofrer algumas alterações relacionadas com a distribuição de percentagens a atribuir a cada uma das províncias ultramarinas e com a situação do subsídio diário, uma questão considerada fundamental pelo arquitecto para que pudesse dar continuidade à sua missão. Senão recorde-se como a primeira viagem de Luís Benavente a Cabo Verde, que incluiria uma passagem pela Guiné, foi protelada precisamente pela falta de meios⁴²⁸². Apesar destas missões se terem concretizado, a verdade é que, segundo conseguimos apurar, o contrato celebrado no ano de 1961 só terá sido alterado em 1964⁴²⁸³.

⁴²⁷⁷ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 40, 27 de Novembro de 1963. Neste ano de 1963 foi referido que a província de São Tomé e Príncipe não tinha disponibilidade e que Moçambique não tinha respondido ao assunto em causa.

⁴²⁷⁸ ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 41, s/d [1960-1965].

⁴²⁷⁹ *Ibidem*, doc. 38, 17 de Agosto de 1963; *Ibidem*, doc. 35, Junho de 1963.

⁴²⁸⁰ *Diário do Governo* nº164, II Série, “Contrato”, 14 de Julho de 1961, p. 4705.

⁴²⁸¹ *Ibidem*.

⁴²⁸² ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 29, 24 de Maio de 1962.

⁴²⁸³ *Diário do Governo* nº192, II Série, “Apostila”, 17 de Agosto de 1964, pp. 6000-6001.

Relativamente à reconstituição das viagens de Luís Benavente, conseguimos gizar o seguinte cenário: entre 30 de Setembro de 1958 e 19 de Novembro de 1958 o arquitecto esteve em São Tomé e Príncipe no âmbito da missão inaugural de estudo e elaboração dos projectos de restauro da igreja da Madre de Deus, da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho e das fortalezas de São Sebastião e São Jerónimo. Logo de seguida, antes de regressar à metrópole e no âmbito de uma missão cujo objectivo parece ter sido o do estudo dos monumentos angolanos com o intuito de estabelecer “comparação ou paralelismo”⁴²⁸⁴ com a realidade de São Tomé, visitou Angola entre os dias 19 de Novembro de 1958 e 26 de Novembro de 1958. Entre 28 de Outubro e 18 de Dezembro de 1961 Benavente esteve na Índia Portuguesa no âmbito de uma missão que acabaria de forma atribulada com a invasão e conquista de Velha Goa pela União Indiana. O objectivo desta viagem passava, como vimos, pelo estudo dos monumentos de Velha Goa e elaboração de propostas de conservação e restauro mas, também, pela análise do seu enquadramento urbanístico e do património móvel e imóvel das Fontainhas, de Margão, Mapuçá, Vasco da Gama, Damão e Diu. Apesar de esta missão ter sido abruptamente interrompida, sabemos que Benavente chegou a estudar os casos da basílica do Bom Jesus, da ponte de Linhares e da sé. No Verão de 1962, certamente antes de 12 de Julho, Luís Benavente regressou a São Tomé com o intuito de resolver a questão da paralisação das obras da igreja da Madre de Deus e da capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, bem como de estudar o restauro e adaptação da fortaleza de São Sebastião a Comando da Defesa Marítima. A caminho de Cabo Verde depois desta deslocação a São Tomé, o arquitecto fez escala em Bissau, na Guiné, onde permaneceu entre os dias 12 e 15 de Julho de 1962. Ali Benavente contactou com os principais monumentos, tendo ficado particularmente interessado na fortaleza de São José da Amura. Entre 15 ou 16 de Julho e Setembro do mesmo ano Benavente visitou Cabo Verde. Dando sequência ao programa elaborado pelo grupo de trabalho criado no ano de 1959 com o intuito de promover a conservação das ruínas da Ribeira Grande de Santiago, durante esta primeira viagem a Cabo Verde Benavente contactou com a realidade patrimonial da ilha de Santiago, procedeu ao levantamento gráfico de alguns dos monumentos e projectou obras de restauro que viriam a concretizar-se, casos da

⁴²⁸⁴ ANTT, cx. 75, pt. 527, doc. 24, 9 de Julho de 1958.

capela de São Roque, do pelourinho da Cidade Velha, da fortaleza de São Filipe e da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Entre 31 de Março e 21 de Abril de 1964 Benavente esteve novamente em São Tomé e Príncipe com o intuito de resolver algumas questões relacionadas com a adaptação da fortaleza de São Sebastião, e de acompanhar a retoma das obras na igreja da Madre de Deus. Apesar de não conseguirmos precisar as datas, é provável que Benavente tenha regressado a Cabo Verde para acompanhar as campanhas de obras gizadas, possivelmente no ano de 1967, altura em que escreveu um relatório acerca dos monumentos desta província, datando de 1971 a apresentação do “Projecto de legislação para a protecção do património histórico-artístico da província de Cabo Verde”⁴²⁸⁵. Sabemos ainda que em Novembro de 1972, na sequência de muita insistência do governo provincial, o que para Benavente era “muito agradável”⁴²⁸⁶, o arquitecto estava preparado para partir brevemente para Cabo Verde⁴²⁸⁷. Entre os dias 25 de Abril e 2 de Maio de 1968 Luís Benavente esteve em Bissau com o intuito de estudar no local as necessidades da fortaleza de São José da Amura. Pouco depois, sensivelmente em Abril de 1969, o arquitecto regressou a Bissau e ali permaneceu até aos primeiros dias de Maio do mesmo ano. Desta feita, a pedido do governo provincial, Benavente projectou o plano de dignificação e valorização da fortaleza de São José da Amura. No ano de 1967 em jeito de balanço da actividade desenvolvida por Luís Benavente em comissão de serviço do Ministério do Ultramar, o inspector superior de Obras Públicas e Comunicações do mesmo ministério, José Luís Abecasis, asseverou ao director do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN que o arquitecto “tem-se dedicado sempre com o maior interesse, zelo e competência às missões que lhe têm sido confiadas”⁴²⁸⁸, esclarecendo que em grande parte o sucesso alcançado se devia “à grande soma de pormenores com que acompanha os seus projectos e às suas deslocações para o bom acompanhamento dos trabalhos”⁴²⁸⁹.

Não podemos deixar de destacar o facto de no âmbito das suas missões ao serviço do Ministério do Ultramar, Luís Benavente se ter dedicado não apenas à salvaguarda do património arquitectónico das províncias ultramarinas mas, também, ao seu património

⁴²⁸⁵ ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, 1971.

⁴²⁸⁶ ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 6, 18 de Novembro de 1972.

⁴²⁸⁷ *Ibidem*.

⁴²⁸⁸ ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 5, 22 de Dezembro de 1967.

⁴²⁸⁹ *Ibidem*.

móvel, senão recorde-se o caso de Cabo Verde. A este propósito no ano de 1967 José Luís Abecasis frisou que na orientação de trabalhos de restauro de pintura, de escultura e de objectos sacros trazidos para a metrópole em “péssimas condições”⁴²⁹⁰ com o intuito de serem recuperados, o arquitecto “tem revelado sempre a maior competência e conhecimento.”⁴²⁹¹

Em representação do Ministério do Ultramar Benavente participou numa série de encontros internacionais de grande interesse, dos quais merece destaque, sem dúvida alguma, o congresso de arquitectos e técnicos de monumentos realizado em Veneza no ano de 1964, ocasião em que acabou por ser um dos redactores da carta de princípios resultante desta iniciativa⁴²⁹². Note-se que nesta ocasião, além de Benavente, estiveram presentes outros técnicos portugueses, nomeadamente José Magalhães Cruz Azevedo, Luís de Lima Almeida d’Eça, Fernando de Almeida, José Cardoso dos Santos, João Vaz Martins e José Pena Pereira da Silva⁴²⁹³ mas, de facto, só aquele arquitecto é que fez parte do comité de redacção da carta cuja elaboração coube, essencialmente, a Raymond Lemaire (1921-1997). Paralelamente podemos mencionar a participação de Benavente nos congressos do Institut International des Chateaux Historiques de Madrid (1962) e de Turim (1963), ocasiões em que como representante do Ministério do Ultramar apresentou uma comunicação “Em prol do Castelo”, isto é, da sua utilização e divulgação no âmbito do turismo popular⁴²⁹⁴, e outra referente ao inventário, tema do encontro. Como esclarece “Pela vez primeira as fortificações históricas do Ultramar português são apresentadas no plano internacional numa assembleia de especialistas”⁴²⁹⁵. Na sequência deste congresso o presidente do Conselho Científico do mesmo instituto internacional convidou o ministro do Ultramar para que se fizesse representar na reunião a realizar em Viena no ano de 1965. Uma vez mais Luís Benavente seria incumbido de representar o ultramar, tendo apresentado, desta feita,

⁴²⁹⁰ ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 5, 22 de Dezembro de 1967.

⁴²⁹¹ *Ibidem*.

⁴²⁹² Nesta ocasião, a convite do presidente do congresso, Benavente terá dado uma entrevista à Radio Televisão Italiana acerca do ultramar português e dos seus monumentos. Cf. ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 52, 8 de Junho de 1964.

⁴²⁹³ Acerca desta questão *vide* Maria João Neto, “A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos”, *Património Estudos*, nº9, IPPAR, 2006, pp. 91-99.

⁴²⁹⁴ ANTT, FLB, cx. 130, pt. 908, doc. 6, Maio de 1962.

⁴²⁹⁵ ANTT, FLB, cx. 96, pt. 628, doc. 5, Dezembro de 1974.

uma comunicação dedicada ao sistema defensivo da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago em Cabo Verde e à aplicação turística de fortificações antigas⁴²⁹⁶. No ano de 1968 Benavente voltaria a representar o Ministério do Ultramar em Lisboa no *Colóquio Internacional sobre a Salvaguarda dos Lugares Históricos e da Paisagem*⁴²⁹⁷, no âmbito do qual apresentou nova comunicação dedicada à salvaguarda dos sítios históricos⁴²⁹⁸. A participação nestes encontros internacionais de profissionais da área do património explica, também, o estabelecimento de relações de amizade e trabalho com alguns dos nomes mais sonantes da época, caso de Piero Gazzola (1908-1979), presidente do International Council of Monuments and Sites. Temos conhecimento, por exemplo, que no ano de 1967 Gazzola escreveu a Benavente solicitando nomes, qualificações e contactos de professores de História da Arquitectura das universidades portuguesas⁴²⁹⁹.

Todavia não podemos esquecer que o conhecimento de Luís Benavente relativo à realidade estrangeira em termos de princípios e práticas de restauro de monumentos dever-se-ia, também, à acção de um dos seus colegas, Raul Lino. De facto, conforme Maria João Neto notou no seu estudo dedicado à DGEMN, uma das grandes preocupações de Raul Lino no curto espaço de tempo em que dirigiu o Serviço de Monumentos Nacionais foi a educação dos técnicos deste organismo nos princípios de restauro praticados no estrangeiro⁴³⁰⁰. Tendo em consideração esta preocupação e a formação germanófila de Raul Lino, parece-nos que a tradução dos princípios fundamentais da obra *Restaurierungspraxis und Kunsterbe in der Schweiz* (1948) de Linus Birchler (1893-1967)⁴³⁰¹, acompanhada da recomendação para a sua leitura porque “no seu articulado encontram-se subtilezas muito de considerar que talvez nem

⁴²⁹⁶ *Ibidem*.

⁴²⁹⁷ Colóquio patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian e organizado pela Federation International d'Urbanisme d'Habitation et d'Amenagement des Territoires (FIUHAT) de Haia e pelo comité permanente “Sites Historiques Urbains” da FIUHAT de Varsóvia, entre os dias 20 e 24 de Setembro de 1968. Nesta ocasião foram apresentadas comunicações por José Augusto França, Emmanuel Hruska, Piero Maria Lugli, Teresa Zarebska, João Vaz Martins, Francisco Caldeira Cabral, Luís Benavente, Giovanni Astengo, Pierre Prunet e John Witmer. Foram, também, organizadas visitas ao Portinho da Arrábida, Évora, Cascais e Óbidos. Cf. ANTT, FLB, cx. 134, pt. 958, doc. 26, 1968.

⁴²⁹⁸ ANTT, FLB, cx. 96, pt. 628, doc. 5, Dezembro de 1974.

⁴²⁹⁹ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 20, 25 de Novembro de 1967.

⁴³⁰⁰ Maria João Neto, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, p. 240.

⁴³⁰¹ Arquitecto, professor do Instituto Superior Técnico de Zurique e presidente da Comissão Federal dos Monumentos Históricos da Suíça.

todos estejam habituados a ouvir pronunciar cá pela nossa terra”⁴³⁰², documentos que localizámos no espólio de Luís Benavente, tratam-se precisamente de textos entregues por aquele arquitecto aos técnicos da DGEMN⁴³⁰³. Na nossa opinião é bastante significativo que Luís Benavente tenha guardado um documento no qual constam princípios contrários à reintegração estilística tão advogada naquela fase pela DGEMN, defendendo-se, por exemplo, que “Cada período de Arte tem a sua justificação”⁴³⁰⁴ e que uma das características da arquitectura é precisamente a sua capacidade de ir crescendo e de ir acumulando contributos de diferentes épocas. Por esta razão Birchler condenava a demanda pela pureza estilística e defendia a análise atenta e rigorosa dos edifícios bem como o estudo histórico e a organização de arquivos antes de qualquer intervenção o que, naturalmente, anulava as eventuais expressões artísticas dos restauradores. Tal como Raul Lino⁴³⁰⁵, Birchler defendia, ao contrário do que viria a fixar-se anos mais tarde em Veneza⁴³⁰⁶, que os “Materiais modernos devem ser excluídos de tudo o que fica a vista”⁴³⁰⁷, isto é, a intervenção moderna deveria ser, senão mascarada, pelo menos muito discreta: “O melhor restauro é aquele que passa despercebido; conservar está acima de renovar”⁴³⁰⁸, diz-nos Birchler.

Se é verdade que, tal como Birchler, em certas ocasiões Benavente se mostrou a favor deste tipo de intervenção dissimulada que não denunciasses uma obra de restauro moderna, dizendo que “Restaurar não é apresentar como novo e à moda”⁴³⁰⁹, razão pela qual procurava integrar os monumentos no seu aspecto antigo, por outro lado optou

⁴³⁰² ANTT, FLB, cx. 133, pt. 939 A, doc. 15, Julho de 1949.

⁴³⁰³ Numa ocasião anterior, no âmbito da comunicação apresentada no *Simpósio Património em Construção – Contextos para a sua Preservação* (2011) atribuímos erroneamente a Luís Benavente a recomendação referente à leitura desta obra. Actualmente consideramos que se trata, efectivamente, de um dos documentos distribuídos por Raul Lino aos técnicos dos Monumentos Nacionais, entre os quais se encontrava Luís Benavente.

⁴³⁰⁴ ANTT, FLB, cx. 133, pt. 939 A, doc. 15, Julho de 1949.

⁴³⁰⁵ Maria João Neto, *op. cit.*, p. 270.

⁴³⁰⁶ O artigo 10º deste documento fixou que “a consolidação de um monumento pode ser assegurada apelando para todas as técnicas modernas de conservação e de construção”, enquanto o artigo 12º esclarece que “Os elementos destinados a substituir as partes que falem, devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se no entanto das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.” Cf. *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 70.

⁴³⁰⁷ ANTT, FLB, cx. 133, pt. 939 A, doc. 15, Julho de 1949.

⁴³⁰⁸ *Ibidem*.

⁴³⁰⁹ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 3, 22 e 24 de Setembro de 1962.

pontualmente por preservar os contributos de diferentes épocas. De facto, ao analisarmos o percurso e trabalho de Luís Benavente notamos que tanto houve uma preocupação relacionada com a restituição das características iniciais dos edifícios restaurados e, por conseguinte, com a necessidade de eliminar tudo o que tivesse resultado de introduções posteriores, como se procurou respeitar a sua vida, a sua idade e respectivos acrescentos ou transformações. No fundo parece-nos que Luís Benavente orientou a sua actividade sobretudo segundo os princípios da reintegração estilística, consentindo, ocasionalmente, a introdução de elementos posteriores ao período de fundação do monumento desde que lhes reconhecesse algum valor histórico ou artístico. Senão vejamos esta descrição do que, na opinião deste arquitecto, deveria ser o caminho a seguir por um restaurador:

*Só pode ter uma comparação: a de um operador pretendendo extirpar do corpo humano elementos estranhos que nele se instalaram e desenvolveram, deixando-o de modo a ficar inteiramente são e onde o organismo tenha ficado molestado por presenças perniciosas, preparar esses locais ou os órgãos que tenham sido afectados, de modo a poderem refazer-se. Assim como o cirurgião pelo conhecimento que tem do corpo humano, sabe distinguir para arrancar dele o que lhe é estranho e pernicioso, o restaurador tem de conhecer de cor perante a obra, uma vez esta escarpelizada, o modo de diferenciar entre os órgãos e elementos primitivos e os que não são, para arrancar os que parasitariamente lhe foram sobrepostos, preparando esse campo, neste caso comparável ao anatómico, para daí em diante o refazer, não por invenção pessoal mas através da anatomia que secularmente é peculiar aos diferentes casos.*⁴³¹⁰

Refira-se ainda que o relacionamento de Luís Benavente com os monumentos ultramarinos não teve apenas como intermediária a DSUH do Ministério do Ultramar. Afinal, conforme avançámos, no ano de 1968 este arquitecto foi convidado para integrar uma comissão adstrita ao Gabinete de Estudos da Direcção-Geral de Educação do Ministério do Ultramar destinada a “tratar da valorização, defesa e manutenção do

⁴³¹⁰ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 526, doc. 24, 2 de Fevereiro de 1969.

património monumental, artístico e cultural”⁴³¹¹ de cada uma das províncias ultramarinas, ocasião em que Benavente procurou concretizar o que ao longo de tantos anos ao serviço do mesmo Ministério não conseguira: a organização do tomo e inventário dos monumentos e obras de arte ultramarinos⁴³¹². Mais tarde, no ano de 1973, Benavente integrou, recorde-se, a missão de inventário do património histórico-artístico de São Tomé e Príncipe promovida pela Junta de Investigações do Ultramar na qual Ruy Cinatti também participou⁴³¹³.

Apesar de ter atingido o limite de idade de 70 anos para continuar a sua carreira como funcionário público, Benavente foi convidado para se manter ao serviço⁴³¹⁴, situação que se prolongaria até ao ano de 1975 com o restauro do palácio das Laranjeiras. Nos anos 80 ainda se dedicou a uma nova campanha: a criação de um centro de investigação e estudo da arquitectura nacional que deveria fazer parte da Academia Nacional de Belas Artes⁴³¹⁵.

Recebeu a comenda da Ordem de São Gregório Magno do Vaticano e da Ordem do Mérito de Itália por proposta do ministro da Instrução Pública. Foi membro do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas, da Academia Nacional de Belas Artes, da Asociacion de los Castillos de España, do Institut International des Chateaux Historiques e do Conseil International des Monuments et des Sites⁴³¹⁶.

Em síntese, ao longo dos anos em que esteve ao serviço do Ministério do Ultramar, Luís Benavente desenvolveu cuidadosamente as normas necessárias ao inventário e posterior classificação dos monumentos das províncias portuguesas ultramarinas. Paralelamente gizou múltiplos projectos de restauro para monumentos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné, cuja concretização viria a acompanhar tanto quanto possível através de sucessivas deslocações realizadas em paralelo com outras viagens de estudo à Índia Portuguesa e a Angola, por exemplo. Mesmo à distância procurou

⁴³¹¹ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 5, 14 de Outubro de 1968.

⁴³¹² *Ibidem*, doc. 6, s/d [1968].

⁴³¹³ ANBA, FFB, cx. 47, pt. Património Cultural do Ultramar – Encontro de Lisboa, doc. s/n, 11 de Outubro de 1973.

⁴³¹⁴ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de Abril de 1983.

⁴³¹⁵ *Ibidem*.

⁴³¹⁶ ANTT, FLB, cx. 96, pt. 629, doc. 5, Dezembro de 1974.

inteirar-se do estado do património arquitectónico e das práticas patrimoniais em províncias que nunca chegou a visitar, caso de Macau, Timor ou de Moçambique. Em termos de critérios de intervenção nota-se uma especial valorização da antiguidade dos monumentos, entendidos pelo arquitecto como testemunhos da grande epopeia portuguesa pelo mundo, o que, de resto, justifica os trabalhos no sentido da reintegração no seu estilo primitivo. Observa-se, no entanto, uma postura algo cautelosa por exemplo aquando da elaboração das normas genéricas para o inventário dos monumentos do Ultramar, ressaltando que deveriam manter-se “as adições ou alterações de mérito que haja recebido”⁴³¹⁷ o que, na verdade, parece ir contra o tal desejo de reintegração dos imóveis na sua traça original. Nota-se, de facto, alguma contradição em determinadas ocasiões, ou talvez uma atitude própria de quem fora formado numa determinada linha de intervenção mas que ao longo dos anos foi contactando com as tendências internacionais de restauro. Afinal, se por um lado notamos a preocupação para com a realização de intervenções cujo resultado não fosse identificável, indo, por exemplo, contra os princípios boitianos da diferenciação entre o original e a intervenção de restauro, observamos, também, a crença num conceito lato de monumento que abrange não só edifícios mas, também, sítios e conjuntos, e que não se limita às grandes obras-primas, abrangendo igualmente obras de menor valor histórico ou artístico.

6. PEDRO QUIRINO DA FONSECA

Pedro José Henrique Veiga Pinto Quirino da Fonseca (1922-2001) formou-se em Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Era filho do comandante Quirino da Fonseca (1868-1939), oficial de Marinha louvado pela participação em operações que tiveram lugar em Moçambique durante a Primeira Guerra Mundial mas, também, por acções no campo histórico e cultural, tendo sido director do Museu e da Biblioteca da Marinha e autor de múltiplas obras de temática náutica⁴³¹⁸.

⁴³¹⁷ ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 2, 25 de Março de 1960.

⁴³¹⁸ O comandante Quirino da Fonseca foi também o responsável pela orientação histórica do “Pavilhão dos Descobrimentos” projectado por Porfírio Pardal Monteiro para a *Exposição do Mundo Português* de 1940. Na mesma ocasião participou no projecto da “Nau Portugal”, réplica de um galeão da Carreira da Índia. Cf. Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 150 e p. 192.

Durante uma primeira fase em que não esteve ao serviço do Estado, Pedro Quirino da Fonseca exerceu a sua profissão de forma livre e bastante diversificada ao nível das obras realizadas⁴³¹⁹, tendo projectado, por exemplo, alguns prédios de rendimento em Lisboa e Cascais, inúmeras moradias na Linha do Estoril, lojas na capital e um grupo escolar para a Câmara Municipal de Lisboa. Projectou, também, entre outras construções fabris, a Celulose de Setúbal, e remodelou outras tantas, casos da SOREFAME e da CELCAT. Paralelamente projectou um prédio de rendimento para Cabo Verde. O único trabalho que, segundo conseguimos apurar, se aproximou de algum modo da actividade desenvolvida a partir do ano de 1962 foi o da remodelação “de várias casas antigas”⁴³²⁰. Ainda assim, sabemos que anteriormente à abertura de um concurso para o cargo que viria a desempenhar em Moçambique, Quirino da Fonseca já teria manifestado o desejo de ir para África⁴³²¹.

No dia 6 de Março do ano de 1962 foi contratado para proceder a estudos na Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique, tendo tomado posse a 9 de Julho⁴³²². Segundo parece Quirino da Fonseca não terá sido a primeira escolha para desempenhar estas funções pois a proposta da sua contratação só foi apresentada pelo Ministério do Ultramar depois do arquitecto Júlio Sotto-Mayor Neuparth, cuja contratação estava prevista, ter desistido do lugar⁴³²³ e de José Manuel Zilhão ter despertado tardiamente para a questão⁴³²⁴. Ainda assim, como dizíamos, Quirino da Fonseca foi contratado e nos anos de 1966 e 1970 teve o seu contrato renovado⁴³²⁵. Após o 25 de Abril de 1974 continuou em Moçambique, tendo sido nomeado técnico-

⁴³¹⁹ Pedro Quirino da Fonseca, *Curriculum Vitae*, dactilografado, Maio de 1991, pp. 37-38

⁴³²⁰ *Ibidem*, p. 38.

⁴³²¹ Esta informação foi-nos cedida pela filha de Quirino da Fonseca, Ana Margarida Quirino da Fonseca, a 18 de Fevereiro de 2015 via correio electrónico.

⁴³²² *Boletim Oficial de Moçambique* nº28, II Série, [Contrato], 14 de Julho de 1962, p. 1267.

⁴³²³ ADGEMN, Processo Pessoal de Pedro Quirino da Fonseca, doc. s/n, 10 de Julho de 1962. Segundo José Manuel Zilhão em carta a Luís Benavente, no final de Setembro de 1961 o Serviço de Monumentos Nacionais de Moçambique estava a aguardar a chegada do arquitecto Neuparth há mais de seis meses. Cf. ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 10, 23 de Setembro de 1961.

⁴³²⁴ O arquitecto Luís Benavente terá aconselhado José Manuel Zilhão a candidatar-se a este cargo. No entanto, este acabou por não concorrer porque vislumbrou a possibilidade de projectar escolas no âmbito do plano escolar de Moçambique, o que não viria a concretizar-se. Por esta razão o arquitecto Zilhão confessou a Benavente que “lamento profundamente não ter aproveitado os ensinamentos que o seu convívio me daria e que tão úteis seriam”, e solicitou o apoio à sua candidatura em caso de desistência do arquitecto Neuparth. Cf. ANTT, FLB, cx. 75, pt. 524, doc. 10, 23 de Setembro de 1961.

⁴³²⁵ *Boletim Oficial de Moçambique* nº28, II Série, “Contrato”, 9 de Julho de 1966, p.1405; *Boletim Oficial de Moçambique* nº83, II Série, “Contrato”, 10 de Outubro de 1970, p. 2250.

chefe do quadro comum dos Serviços de Obras Públicas e Transportes do Ultramar, com colocação em Moçambique⁴³²⁶. Finalmente, na sequência da independência de Moçambique (25 de Junho de 1975) ingressou no quadro geral de adidos para depois, no mês de Julho de 1975, ser destacado para a DGEMN onde continuou a sua carreira como arquitecto chefe a partir do ano de 1977 e como arquitecto assessor a partir de 8 de Julho de 1980⁴³²⁷.

Ao longo do período em que desempenhou funções na CMRHM, Quirino da Fonseca foi incumbido de outras missões paralelas. No final de Agosto de 1966, depois de no ano anterior ter sido nomeado para a Comissão Organizadora das primeiras *Jornadas de Engenharia de Moçambique*⁴³²⁸, deslocou-se à metrópole em comissão eventual de serviço para montar a *Exposição de Engenharia, Arquitectura e Actividades Económicas de Moçambique*⁴³²⁹. O regresso a Moçambique teve lugar a 23 de Dezembro de 1966⁴³³⁰. Mais tarde, já no ano de 1969, foi nomeado para a Comissão Provincial dos Centenários do *IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique* e do *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama*⁴³³¹. No mesmo ano foi a Angola com o intuito de participar na organização das *Segundas Jornadas de Engenharia e Arquitectura do Ultramar*⁴³³². No ano de 1971 o governador Arantes de Oliveira (1907-1982) nomeou-o responsável por “todas as acções dinamizadoras no âmbito do Artesanato e da Escultura em Moçambique”⁴³³³, razão pela qual este arquitecto acabaria por organizar uma grande feira na qual os artistas locais tiveram a possibilidade de trabalhar e vender as

⁴³²⁶ *Boletim Oficial de Moçambique* nº100, II Série, “Despacho”, 29 de Agosto de 1974, p. 2135.

⁴³²⁷ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 2; No ano seguinte foi nomeado, em comissão de serviço, chefe de Divisão da Direcção Regional de Monumentos de Lisboa, datando de 1982 a sua nomeação definitiva para o Quadro Permanente da DGEMN. Ao serviço desta direcção-geral e, sobretudo, no âmbito da sua Direcção Regional de Monumentos de Lisboa, gizou, acompanhou e fiscalizou um elevado número de obras, das quais podemos destacar, pela importância dos monumentos intervencionados, aquelas que tiveram lugar no Museu do Carmo, no convento de São Vicente de Fora, no castelo de São Jorge, na sé de Lisboa, no convento de Mafra, no palácio de Queluz, no mosteiro de Santa Maria de Belém, na Torre de Belém, no Palácio Nacional de Sintra, no palácio Nacional da Pena ou no convento de Cristo em Tomar. Cf. Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, pp. 22-34.

⁴³²⁸ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 3

⁴³²⁹ ADGEMN, Processo Pessoal de Pedro Quirino da Fonseca, doc. s/n [Folha de serviço no Ministério do Ultramar], doc. s/d [pós.1975].

⁴³³⁰ *Ibidem*.

⁴³³¹ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 4.

⁴³³² *Ibidem*.

⁴³³³ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 5. Na Ilha de Moçambique Quirino da Fonseca também deu grande impulso ao artesanato local de ouro e prata, tendo procurado apoiar os artífices e distribuir os seus produtos.

suas obras, procurando, desta forma, que as administrações das circunscrições e as missões religiosas não tivessem “influência na temática dos trabalhos realizados pelos artistas”⁴³³⁴. No ano de 1973 foi nomeado responsável por todas as obras necessárias à implantação da nova capital de distrito na Ilha de Moçambique⁴³³⁵, o que reflecte, sem dúvida, o sucesso do programa implantado naquele local no ano de 1969 com o intuito de promover a sua revitalização. Já no ano de 1973 foi nomeado para representar Moçambique na Comissão Permanente de Engenharia e Arquitectura do Ultramar⁴³³⁶. No mesmo ano ocorreu a sua nomeação para desempenhar a anteriormente tratada missão a Macau, Ormuz e Malaca em comissão eventual ao serviço do Ministério do Ultramar. No ano de 1970 foi incumbido de realizar a *I Exposição Iconográfica, Histórica e Documental do Caminho-de-Ferro de Lourenço Marques*⁴³³⁷. Foi, também, vogal das comissões provinciais do *IV Centenário da Publicação d’Os Lusíadas* (1972) e do *50º Aniversário da Travessia do Atlântico Norte* (1972), bem como da comissão executiva das comemorações do *75º Aniversário da Inauguração da Linha Férrea Lourenço Marques-Pretória* (1970)⁴³³⁸.

Simultaneamente não podemos esquecer o contributo dado por Pedro Quirino da Fonseca aos museus de Moçambique, devendo-se à acção deste arquitecto não só o restauro e adaptação do antigo hospital da igreja da Misericórdia a Museu de Arte Sacra e da “Casa Amarela” a Museu da Cidade mas, também, a compra de “centenas de peças”⁴³³⁹ de mobiliário indo-português posteriormente restaurado por marceneiros locais e integrado no conjunto expositivo do Museu de Artes Decorativas instalado no

⁴³³⁴ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 5.

⁴³³⁵ *Ibidem*.

⁴³³⁶ *Boletim Oficial de Moçambique* nº12, II Série, “Despachos”, 27 de Janeiro de 1973, p. 212.

⁴³³⁷ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 6. Quirino da Fonseca terá sido, também, nomeado para realizar uma exposição na Suazilândia acerca da história do caminho-de-ferro de Moçambique em data que desconhecemos, bem como exposições retrospectivas sobre os Correios e Telégrafos, construção de estradas em solo de cimento e sobre as actividades do Laboratório de Engenharia Civil de Moçambique. Este arquitecto participou igualmente na organização de várias exposições de pintura e escultura “como meio de formação do artista e da Arte em Moçambique”, e ainda numa importante exposição de filatelia na Sociedade de Estudos de Moçambique. Foi, também, responsável pela organização de diversas exposições sobre Obras Públicas nas Feiras da Facim, cuja primeira edição remonta ao ano de 1965, tendo paralelamente gizado os projectos e dirigido a construção de alguns dos pavilhões. Cf. Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, pp. 6-7, 18-19.

⁴³³⁸ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, pp. 7-8.

⁴³³⁹ *Idem*, p. 11.

palácio de São Paulo, “o mais rico do género”⁴³⁴⁰. A propósito das comemorações do 50º Aniversário da Travessia do Atlântico Sul, Quirino da Fonseca participou na montagem da “Casa de Ferro” em Lourenço Marques e na organização do Museu Geográfico Gago Coutinho no seu interior⁴³⁴¹. A arte muçulmana também mereceu a atenção deste arquitecto que, na sequência do restauro da mesquita de Coulame, promoveu a instalação de um museu temático numa casa anexa e intervencionada para esse fim⁴³⁴². Participou, também, na remodelação do Museu Histórico-Militar de Lourenço Marques, tendo contribuído para o enriquecimento do seu espólio com a inclusão de peças recolhidas durante as explorações promovidas ao longo dos anos⁴³⁴³. Incontornáveis foram, também, as excursões de arqueologia subaquática organizadas pelo arquitecto na zona circundante da Ilha de Moçambique, iniciativas que levaram à descoberta de várias embarcações naufragadas e à recolha de peças para o Museu de Arqueologia Naval⁴³⁴⁴. A atenção ao património naval não se limitou às pesquisas subaquáticas e à fundação do museu temático, sabendo que por volta do ano de 1969 o arquitecto organizou a construção de uma réplica de um batel do século XVI que acabaria por tomar parte da reconstituição do desembarque de Vasco da Gama por ocasião das comemorações dos 500 anos do nascimento do navegador⁴³⁴⁵.

Pedro Quirino da Fonseca apresentou-se em Moçambique⁴³⁴⁶ para dar início às suas funções na CMRHM a 27 de Dezembro de 1962⁴³⁴⁷. Antes da sua partida realizou um estágio de três meses na DGOPC do Ministério do Ultramar, tendo ficado por concretizar

⁴³⁴⁰ *Ibidem*.

⁴³⁴¹ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 16.

⁴³⁴² *Ibidem*, p. 13.

⁴³⁴³ *Ibidem*, pp. 19-20.

⁴³⁴⁴ *Ibidem*, p. 12.

⁴³⁴⁵ *Ibidem*, p. 14.

⁴³⁴⁶ Em Moçambique este arquitecto não se dedicou apenas aos monumentos e relíquias históricas, tendo desenvolvido alguns projectos de arquitectura, a saber: uma residência na encosta da Polana que mais tarde viria a servir de residência oficial para os convidados estrangeiros do presidente da República; um prédio de rendimento adquirido pelos Serviços Sociais da Universidade de Lourenço Marques; uma residência para juizes do Tribunal da Relação; um bloco residencial para juizes do Tribunal; um bloco de apartamentos em Nampula; a residência do presidente do Tribunal da Relação que, depois, passou a ser utilizada como residência do presidente da República; a ampliação da sede da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra; diversas moradias em Lourenço Marques. Cf. Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, pp. 36-37.

⁴³⁴⁷ ADGEMN, Processo Pessoal de Pedro Quirino da Fonseca, doc. s/n [Folha de serviço no Ministério do Ultramar], doc. s/d [pós.1975].

um outro no Serviço de Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas⁴³⁴⁸. Quando Quirino da Fonseca chegou a Moçambique a comissão de monumentos criada no ano de 1943 estaria “há muito inoperante”⁴³⁴⁹, razão pela qual numa primeira fase foi necessário dedicar-se à sua reorganização e reactivação, “uma tarefa árdua, pois teve que se partir do zero.”⁴³⁵⁰ Data desta fase a criação de um serviço administrativo, de um arquivo documental “em moldes modernos”⁴³⁵¹ e de um arquivo de documentos gráficos constituído pelos desenhos que se encontravam dispersos por diferentes serviços públicos⁴³⁵². Paralelamente Pedro Quirino da Fonseca dedicou-se ao levantamento dos monumentos da província, sabendo que para a criação do cadastro do património arquitectónico este arquitecto, confesso desconhecedor das normas elaboradas no ano de 1960 por Luís Benavente, recorreu sobretudo às orientações da DGEMN⁴³⁵³.

Depois da indispensável montagem do sistema administrativo da comissão de monumentos e de um primeiro levantamento, Quirino da Fonseca percorreu exaustivamente “Moçambique de distrito a distrito, de carro, a pé e de barco, inspeccionando-se as 32 Ilhas de Cabo Delgado”⁴³⁵⁴ com o intuito de se familiarizar com o património arquitectónico de Moçambique e, concomitantemente, de elaborar o inventário que viria a permitir proceder à classificação de monumentos nacionais, imóveis de interesse histórico e arqueológico e, também, de algumas ruínas. As pinturas rupestres e os zimbáué⁴³⁵⁵s foram igualmente inventariados⁴³⁵⁶.

Um dos aspectos mais interessantes do pensamento e actividade de Quirino da Fonseca prende-se, sem dúvida, com a curiosidade manifestada em relação às técnicas e materiais tradicionais, conforme demonstram, por exemplo, os estudos das forma de fabrico da cal e das origens dos calcários existentes em Moçambique, casos da cal de

⁴³⁴⁸ *Ibidem*, doc. s/n, 12 de Novembro de 1962.

⁴³⁴⁹ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 9.

⁴³⁵⁰ *Ibidem*.

⁴³⁵¹ *Ibidem*.

⁴³⁵² *Ibidem*.

⁴³⁵³ ANTT, FLB, cx. 75, pt. 724, doc. 21, 22 de Setembro de 1964.

⁴³⁵⁴ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 9.

⁴³⁵⁵ Também conhecidos como “amuralhados”. São construções constituídas por pedras perfeitamente ordenadas mas sem qualquer tipo de argamassa ou outro elemento de união. Fazem parte da cultura Zimbáué-Monomotapa e datam, possivelmente, do século XV.

⁴³⁵⁶ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 19.

conchas, de ostras, madrepórica e da cal de “Corrane”, sabendo que o arquitecto analisou a natureza dos aditivos acrescentados (casos do óleo de “murrapa” ou da cera) para se produzir as betonilhas de cal que tradicionalmente revestiam os passeios da Ilha de Moçambique⁴³⁵⁷. Concomitantemente Quirino da Fonseca analisou em cada local, especialmente no Ibo e na Ilha de Moçambique, os diversos processos construtivos tradicionais⁴³⁵⁸ e aprendeu a fabricar rebocos antigos, coberturas em terraços tipo árabe e a aplicar madeiras locais⁴³⁵⁹. Todavia, o arquitecto não só aprendeu técnicas tradicionais como as transmitiu aos trabalhadores locais, sabendo, por exemplo, que ensinou autóctones a calcetar à portuguesa⁴³⁶⁰. O interesse por estas questões explica-se, claramente, pelo desejo de traçar e concretizar intervenções o mais rigorosas possíveis, tendo esclarecido que:

*Depois desse estudo exaustivo, ficou-se apto a enfrentar qualquer tipo de obras de restauro, em construções tradicionais na Ilha de Moçambique, Ilha do Ibo ou qualquer outro local do território.*⁴³⁶¹

Graças a estes conhecimentos adquiridos durante os primeiros momentos passados em Moçambique e ao apoio dos operários locais – que em determinada altura, possivelmente no final dos anos 60, como vimos, terão sido mais de mil, incluindo aqueles que trabalhavam nas oficinas de carpintaria e ferraria montadas pelo arquitecto⁴³⁶² – Quirino da Fonseca gizou e orientou um número considerável de obras de conservação, restauro e adaptação⁴³⁶³, podendo destacar o caso dos monumentos da Ilha de Moçambique. Estes trabalhos, conforme demonstrámos no capítulo referente às intervenções realizadas durante o *Estado Novo* e como atesta a anteriormente mencionada preocupação para como o domínio dos materiais e técnicas de construção

⁴³⁵⁷ *Ibidem*, p. 10.

⁴³⁵⁸ A este propósito refira-se ainda que Quirino da Fonseca fez parte do grupo de trabalho organizado para o estudo da aplicação de solos de cimento e de cal na construção de casas “para os economicamente débeis”. Cf. Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 8.

⁴³⁵⁹ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 11.

⁴³⁶⁰ *Ibidem*, p. 15.

⁴³⁶¹ *Ibidem*, p. 11.

⁴³⁶² *Ibidem*.

⁴³⁶³ Além das intervenções nos monumentos e relíquias históricas de Moçambique que tratámos no capítulo referente a esta província ultramarina, refira-se que Quirino da Fonseca, entre outras obras, terá restaurado o Tribunal da Relação de Lourenço Marques e o antigo edifício da Câmara Municipal da mesma cidade. Cf. Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 20.

tradicionais, denunciavam invariavelmente uma intenção de reintegrar os edifícios a intervencionar no seu aspecto primitivo que, segundo o entendimento de Quirino da Fonseca, seria coevo do período de maior esplendor da História de Moçambique. Em síntese nas obras de restauro da Ilha de Moçambique:

*foram milhares de metros quadrados de reboco, centenas de m2 de placas de cobertura, com a sua estrutura em paus de mecruce e esteira em varetas de mangal e seu acabamento a argamassa a cal, derrigada com óleo de Murrapa. Foi uma obra, em que todo o material de construção era de origem local. Os pregos e ferragens de portas e janelas, eram feitos pelos ferreiros locais, segundo os processos antigos, já desconhecidos da maioria dos artífices que trabalham o ferro.*⁴³⁶⁴

De resto, no âmbito da actividade desenvolvida por Quirino da Fonseca em Moçambique não podemos deixar de voltar a mencionar a criação do boletim *Monumenta* no ano de 1963, um veículo fundamental de divulgação do património arquitectónico, artístico e arqueológico de Moçambique que, segundo o próprio arquitecto, teria “grande repercussão em Portugal.”⁴³⁶⁵

Parece-nos igualmente importante recordar a missão desempenhada por este arquitecto em Macau, Ormuz e Malaca no ano de 1973. A verdade é que uma vez mais o nome de Pedro Quirino da Fonseca não foi o primeiro a ser proposto pela DSUH do Ministério do Ultramar para desempenhar esta missão patrimonial ao Oriente, mas perante a indisponibilidade de Luís Benavente por ter atingido a idade máxima de 70 anos, a atenção recaiu sobre o experiente arquitecto da CMRHM. Como vimos, além da experiência e das provas dadas em Moçambique, a escolha de Quirino da Fonseca explicar-se-á, ainda, pelo facto de este arquitecto se encontrar perfeitamente familiarizado com a produção arquitectónica e artística da África Oriental o que lhe permitiria procurar e identificar possíveis relações entre esta produção e a da outrora rota do Oriente. A este propósito refira-se que além da missão em Macau anteriormente analisada, Pedro Quirino da Fonseca permaneceu cerca de oito dias no Irão com o

⁴³⁶⁴ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 13.

⁴³⁶⁵ *Ibidem*, p. 43.

intuito de visitar e estudar a fortaleza portuguesa de Ormuz⁴³⁶⁶, pois recorde-se tinha surgido a possibilidade de uma colaboração futura entre o Governo Português e o iraniano para o restauro deste monumento⁴³⁶⁷ para o qual Quirino da Fonseca chegou a elaborar um plano de actuação que garantisse a sua salvaguarda⁴³⁶⁸. Neste âmbito esteve, também, cerca de seis dias na Malásia com o objectivo de observar o estado das construções portuguesas erguidas naquele outrora território português⁴³⁶⁹ e de estabelecer alguns contactos humanos e culturais⁴³⁷⁰. Ali Quirino da Fonseca foi acompanhado pelo pe. Manuel Joaquim Pintado e acabou por privar com o primeiro-ministro da Malásia e com outros funcionários governamentais que terão deixado transparecer o interesse numa colaboração malaio-portuguesa para a defesa do património local⁴³⁷¹.

Para terminar refira-se que no ano de 1965 Pedro Quirino da Fonseca foi louvado “pela notável competência, extrema dedicação, alta capacidade de iniciativa e organização demonstrada”⁴³⁷² na montagem da exposição das primeiras *Jornadas de Engenharia de Moçambique*⁴³⁷³. No ano de 1967 foi louvado pelo ministro do Ultramar pelas mesmas razões que em 1965 mas, desta feita, a propósito da organização da *Exposição das Realizações de Engenharia, Arquitectura e Actividades Económicas de Moçambique*⁴³⁷⁴. No ano seguinte receberia um louvor pelo contributo dado para a organização da exposição realizada com o material de guerra capturado aos “terroristas do Norte da Província”⁴³⁷⁵. Já no final de 1969, um ano que, recorde-se, ficou marcado pelo programa de valorização da Ilha de Moçambique, Quirino da Fonseca foi louvado pelo director das Obras Públicas “pela extrema dedicação ao Serviço, espírito de iniciativa,

⁴³⁶⁶ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n [Programa da viagem], s/d [1973].

⁴³⁶⁷ *Ibidem*, doc. s/n, 31 de Maio de 1973.

⁴³⁶⁸ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Ormuz], s/d [c.1975].

⁴³⁶⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 22 de Agosto de 1973.

⁴³⁷⁰ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Malaca], s/d [c.1975].

⁴³⁷¹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 22 de Agosto de 1973. Na sequência desta visita o arquitecto Quirino da Fonseca chegou a propor ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que se proporcionasse a vinda de um técnico do governo da Malásia a Portugal com o intuito de realizar um estágio na DGEMN de forma a obter os conhecimentos necessários ao restauro da igreja de São Paulo de Malaca. Apesar do parecer favorável do Ministério dos Negócios Estrangeiros, esta proposta nunca teve qualquer concretização porque a Agência Geral do Ultramar, a quem foi pedido apoio, considerou a iniciativa incomportável. Cf. IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454, doc. s/n, 31 de Julho de 1974.

⁴³⁷² *Boletim Oficial de Moçambique* nº24, II Série, “Portaria”, 12 de Junho de 1965, p. 1210.

⁴³⁷³ *Ibidem*.

⁴³⁷⁴ *Diário do Governo* nº40, II Série, “Louvor”, 27 de Fevereiro de 1967, p. 1680.

⁴³⁷⁵ *Boletim Oficial de Moçambique* nº17, II Série, “Portaria”, 27 de Abril de 1968, p. 827.

competência e leal colaboração demonstradas no exercício das suas funções”⁴³⁷⁶. No ano de 1970 o arquitecto seria agraciado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant’lago da Espada⁴³⁷⁷. Três anos mais tarde viria a receber a medalha de prata de dedicação e mérito pela “acção relevante na defesa e valorização do património histórico do Estado”⁴³⁷⁸.

Não queríamos deixar de esclarecer que, segundo nos parece, esta dedicação incansável ao património português ultramarino não se terá devido a uma possível identificação deste arquitecto com a ideologia *estadonovista*. Afinal, sabemos que no ano de 1975 Quirino da Fonseca não só elogiou o trabalho realizado na China e na Rússia em prol do seu património – dando como exemplos os casos da “magnífica obra de restauro do Palácio Imperial de Pekim”⁴³⁷⁹ e do facto da segunda ter promovido não só a protecção dos seus monumentos mas também a preservação e reabilitação da arte popular – como esclareceu que:

*Ao salientarmos o que se realizou nestas duas grandes potências, foi nosso propósito por em destaque a obra levada a efeito em países socialistas, uma vez que no obscurantismo em que vivemos largos anos, se criou uma falsa imagem em como nesses países se olham os problemas afectos à arte e à cultura popular. Por sinal, nestas repúblicas socialistas, o povo, na generalidade, é muito mais receptivo aos bens culturais do passado do que o nosso*⁴³⁸⁰.

Pedro Quirino da Fonseca desempenhou, sem dúvida alguma, um papel fundamental para a salvaguarda do património arquitectónico, artístico e arqueológico de Moçambique, tendo contribuído de forma decisiva para a passagem de um cenário dominado pela inércia no que concerne à protecção e valorização dos monumentos e relíquias históricas ali existentes, para uma fase notável da salvaguarda patrimonial naquela então província portuguesa ultramarina. Na nossa opinião, o interesse manifestado em relação às técnicas e materiais tradicionais e a aposta na formação dos

⁴³⁷⁶ Pedro Quirino da Fonseca, *op. cit.*, p. 40.

⁴³⁷⁷ *Diário do Governo* nº13, II Série, “Chancelaria das Ordens Portuguesas”, 16 Janeiro de 1970, p. 394.

⁴³⁷⁸ *Boletim Oficial de Moçambique* nº67, II Série, “Portaria”, 7 de Junho de 1973, p. 1379.

⁴³⁷⁹ IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830, doc. s/n [Relatório da visita a Macau], s/d [c. 1975].

⁴³⁸⁰ *Ibidem*. O sublinhado é da nossa autoria.

trabalhadores locais, terão sido, a par da metodologia de trabalho irrepreensível, os aspectos mais louváveis da acção do arquitecto Quirino da Fonseca.

Somos um povo colonizador, emigrativo e aventureiro. Temos colónias vastas, ricas e misteriosas. E quantos artistas portugueses as conhecem ou as amam até ao voo da elevação, e as têm procurado ou exaltado? Quantos, desde há séculos que os conquistámos? Meia dúzia!...

Diogo de Macedo, 1935.

No derradeiro momento deste estudo, depois de termos tratado as formas como os monumentos ultramarinos foram sendo olhados, sentidos, mantidos, restaurados ou destruídos tanto pelos governos provinciais como pelo Governo central, pela Igreja ou por particulares entre os anos de 1930 e 1974, interessa-nos abordar a questão da sua divulgação.

Afinal, tendo em consideração a importância reconhecida sensivelmente a partir do ano de 1933 à questão da inculcação da mística imperial mas, também, à “política do espírito” advogada por António Ferro junto de António de Oliveira Salazar⁴³⁸¹, isto é, à colocação das artes e das letras ao serviço do ditador, do Governo, da Nação e, neste caso concreto, do Império, é crucial compreendermos qual foi a variedade e o grau de projecção da imagem daqueles monumentos erguidos pelas mais brilhantes figuras de uma pátria de heróis, aventureiros, conquistadores e exploradores, num presente carente de legitimação de uma realidade colonial cada vez mais contestada. Assim, nos próximos momentos iremos analisar a presença de reproduções da imagem de monumentos ultramarinos no âmbito de exposições de temática colonial tanto nacionais como internacionais, em periódicos com conteúdos artístico-culturais, em selos, numerário e medalhas e, finalmente, em obras de pintura e desenho de artistas portugueses.

⁴³⁸¹ António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2007, pp. 57-59.

1. EXPOSIÇÕES COLONIAIS

A *Exposição Internacional Colonial, Marítima e de Arte Flamenga* teve lugar em Antuérpia no ano de 1930. A participação de Portugal nesta exposição comemorativa do centenário da independência da Bélgica começou a ser ponderada no final do ano de 1926, momento em que o Governo Português recebeu o respectivo convite⁴³⁸². Apesar de a resposta ter tardado e ter sido inicialmente negativa devido à falta de verbas⁴³⁸³, nos últimos meses do ano de 1929, portanto a menos de seis meses da exposição, a situação alterou-se e Armando Cortesão (1891-1977), agente-geral das Colónias, acabou por ser nomeado comissário da mostra portuguesa⁴³⁸⁴. Esta limitar-se-ia a uma secção colonial suportada pelo Governo da metrópole e pelas colónias⁴³⁸⁵, tendo sido estabelecido como custo máximo o valor de 750.000 escudos⁴³⁸⁶. No entanto, conforme se depreende da seguinte afirmação de Armando Cortesão, apesar das limitações impostas a esta participação havia o perfeito entendimento da importância desta oportunidade, pois:

Nós temos que mostrar agora em Antuérpia, dentro das possibilidades do tempo e dinheiro de que dispomos, e daqui a um ano em Paris, na Grande Exposição Colonial Internacional de Vincennes, então já com outros recursos, a maneira como administramos as nossas Colónias, a formidável obra realizada, desde há cinco séculos até hoje, para trazer as riquezas, até aqui improdutivas, do seu solo e sub-solo para a circulação e economia mundiais e para levar as populações indígenas do ultramar, com um tacto e uma humanidade, muitas vezes imitados mas nunca ultrapassados pelas outras Nações Coloniais, os benefícios da civilização, afirmando com orgulho, com nobreza e com inteligência, o direito que Portugal, mais do

⁴³⁸² Ana Paula Lopes da Silva, *Portugal na Exposições Internacionais Coloniais e Universais (1929-1939): a retórica científica e tecnológica*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 150.

⁴³⁸³ *Ibidem*, pp. 151-155.

⁴³⁸⁴ *Boletim Geral das Colónias* nº55, 1930, p. 171.

⁴³⁸⁵ Ana Paula Lopes da Silva, *op. cit.*, pp. 156-57.

⁴³⁸⁶ *Boletim Geral das Colónias* nº61, 1930, p. 177.

*que a qualquer outro povo, assiste de possuir colónias.*⁴³⁸⁷

Acerca da natureza da exposição da qual fizeram parte, como forma de economizar tempo e dinheiro, elementos da secção colonial portuguesa da *Exposição Ibero-americana de Sevilha* (1929)⁴³⁸⁸, interessa-nos destacar o facto de logo desde início se ter programado que entre as duas portas de entrada no edifício da secção nacional⁴³⁸⁹, obra modesta e sóbria, deveria ser colocada “uma perfeita reprodução”⁴³⁹⁰ da autoria do



Imagem 322 Pormenor da entrada e saída da secção portuguesa com a reprodução do padrão de Diogo Cão ao centro. *Boletim Geral das Colónias* nº61, 1930.

escultor João da Silva (1880-1960) do padrão de Diogo Cão que se encontrava na Sociedade de Geografia. A escolha deste monumento não foi desprovida de significado. Tratava-se do padrão erguido pelo escudeiro de D. João II aquando da sua chegada às margens do rio Zaire, bem perto do território que naquele ano de 1930 correspondia ao Congo Belga. Este padrão seria acompanhado por duas estátuas do Infante D. Henrique e de Luís de Camões⁴³⁹¹. Paralelamente, Armando Cortesão definiu que na entrada da secção portuguesa, numa verdadeira “evocação do nosso passado colonial”⁴³⁹² organizada pela Sociedade de Geografia, entre planisférios, documentos ou reproduções de quadros históricos, dever-se-iam encontrar também fotografias de fortalezas⁴³⁹³, símbolos dos primeiros momentos de ocupação nos territórios descobertos a partir de finais do século XV. Não podemos, também, deixar de mencionar a inclusão de um portal manuelino feito na Cordoaria Nacional⁴³⁹⁴. De resto, não conseguimos apurar a

⁴³⁸⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº58, 1930, p. 8.

⁴³⁸⁸ *Ibidem*, p. 10.

⁴³⁸⁹ Ao invés de construir um pavilhão a comissão portuguesa optou por solicitar ao Comité Executivo da Exposição um dos seus edifícios. Cf. *Boletim Geral das Colónias* nº58, 1930, p. 11.

⁴³⁹⁰ *Boletim Geral das Colónias* nº58, 1930, p. 11.

⁴³⁹¹ *Ibidem*.

⁴³⁹² *Ibidem*, p. 16.

⁴³⁹³ *Ibidem*.

⁴³⁹⁴ *Boletim Geral das Colónias* nº61, 1930, s/p [p. 168].

presença de quaisquer outras representações de monumentos erguidos nas colónias nos diversos sectores da secção portuguesa⁴³⁹⁵.

No ano de 1926 o *Boletim Geral das Colónias* deu conta de uma série de questões que se levantavam na época acerca da *Exposição Internacional Colonial de Paris*, grande mostra internacional a organizar em Vincennes certamente com a presença de Angola, colónia portuguesa que tinha criado uma comissão para este fim⁴³⁹⁶. Esta grande exposição foi pensada pelos franceses no ano de 1920, tendo sido adiada em diversas ocasiões⁴³⁹⁷, notando-se, no entanto, uma actividade particularmente dinâmica e promissora a partir do início de 1927, momento em que se previu a inauguração desta mostra – com uma duração de seis meses e com a participação das colónias francesas mas também estrangeiras – no dia 1 de Abril de 1929⁴³⁹⁸. O ano da inauguração viria a ser alterado em 1929 para 1931⁴³⁹⁹. A comissão responsável pela organização da secção portuguesa presidida por José Capelo Franco Frazão (1872-1940), Conde de Penha Garcia, foi nomeada no mês de Dezembro de 1929. No ano de 1930 o projecto vencedor do arquitecto Raul Lino já estaria em execução, estando prevista a construção de três pavilhões: o “etnográfico”, o “histórico” e o “comercial”⁴⁴⁰⁰. É precisamente nestes pavilhões⁴⁴⁰¹ inaugurados no dia 27 de Maio de 1931 que encontramos, entre os vários testemunhos da “solidariedade e (...) cooperação na grande obra civilizadora”⁴⁴⁰² de uma nação pioneira na descoberta, conquista e civilização de territórios ultramarinos, mas cuja capacidade de administrar um tão vasto domínio vinha sendo colocada em causa⁴⁴⁰³, imagens de alguns monumentos ultramarinos.

Efectivamente foram expostas em Vincennes pela Comissão Organizadora da Representação da Colónia de Moçambique maquetes da fortaleza de São Sebastião da

⁴³⁹⁵ Para o estudo desta questão recorreremos sobretudo a diversos números do *Boletim Geral das Colónias*, a saber: números 55, 58, 60-62, 64-66, 69 do ano de 1930.

⁴³⁹⁶ *Boletim Geral das Colónias* nº14, 1926, p. 219.

⁴³⁹⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº27, 1927, p. 186.

⁴³⁹⁸ *Ibidem*, p. 187.

⁴³⁹⁹ *Boletim Geral das Colónias* nº40, 1928, p. 226.

⁴⁴⁰⁰ *Boletim Geral das Colónias* nº62-63, 1930, p. 207.

⁴⁴⁰¹ Dois pavilhões da secção histórica, um de Angola e Moçambique e um outro para as restantes colónias e serviços da metrópole. Acerca dos pavilhões da secção portuguesa *vide* as explicações do seu autor, Raul Lino, no *Boletim Geral das Colónias* nº78, 1931, pp. 27-37.

⁴⁴⁰² *Boletim Geral das Colónias* nº72, 1931, p. 157.

⁴⁴⁰³ *Boletim Geral das Colónias* nº74-75, 1931, p. 315.

Ilha de Moçambique⁴⁴⁰⁴, da fortaleza de Sofala e de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques⁴⁴⁰⁵, algumas das fortificações mais importantes da costa oriental africana. Foi também exposta uma reprodução da porta da fortaleza de São Marçal de Sena⁴⁴⁰⁶, construção inicialmente erguida em Quinhentos com a respectiva capela e feitoria. Por seu lado, o Museu de Moçambique apresentou a pedra de fecho do arco da porta da fortaleza de Sofala⁴⁴⁰⁷, uma das primeiras construções portuguesas da África Oriental. Na mesma ocasião o comissariado geral da mostra portuguesa apresentou no segundo pavilhão da secção histórica uma maquete da fortaleza de Diu, dos seus canhões e uma outra da fortificação de Malaca a par de reproduções dos padrões erguidos por Diogo Cão em Cabo da Cruz e Cabo Negro⁴⁴⁰⁸. O recurso à reprodução destas fortalezas é, sem dúvida, interessante mas perfeitamente expectável se tivermos em consideração a importância simbólica e capacidade evocativa que lhes eram claramente reconhecidas pela Ditadura Militar. Afinal, conforme recordou Almada Negreiros (1893-1970) no âmbito desta grande exposição colonial, estas fortificações portuguesas ultramarinas eram “uma miniatura da Pátria de heróis, de ascetas e de semeadores de ideias.”⁴⁴⁰⁹

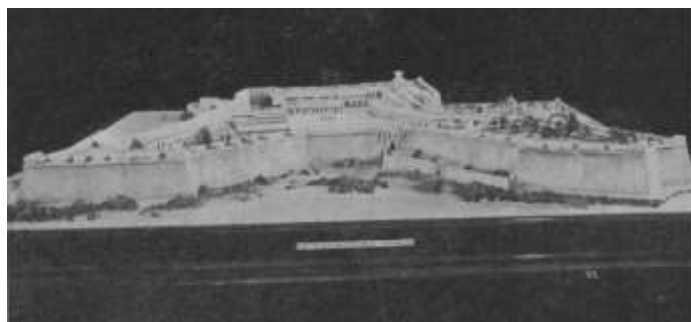


Imagem 323 Maquete da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique na *Exposição Internacional Colonial de Paris*. *Boletim Geral das Colónias* nº78, 1931.

⁴⁴⁰⁴ *Boletim Geral das Colónias* nº78, 1931, s/p [p.29].

⁴⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 45.

⁴⁴⁰⁶ *Exposition Coloniale Portugaise à Paris – Catalogue Officiel*, Paris, Commissariat Général du Portugal à L'Exposition Coloniale Internationale de Paris, 1931, p. 23.

⁴⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 25.

⁴⁴⁰⁸ *Ibidem*, s/p [p. 29].

⁴⁴⁰⁹ *Boletim Geral das Colónias* nº78, 1931, p. 58.



Imagem 324 Maquete da fortaleza de Sofala de Moçambique.
ANTT, CMZ-AF-GT, E, 27, 1, 38.

Além das maquetes foram expostas em Vincennes várias fotografias de monumentos ultramarinos⁴⁴¹⁰. No primeiro pavilhão da secção histórica, na sala dedicada à política colonial, encontravam-se fotografias de um baluarte da fortaleza de Bissau, da praça e da entrada principal da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique, destacando-se o facto de nesta fortificação, outrora “le principal centre de défense des territoires de la Côte Orientale Portugaise de l’Afrique”⁴⁴¹¹, existir uma capela que resultou da transformação de uma antiga mesquita. Na mesma sala encontravam-se fotografias da fortaleza de São Miguel de Luanda, de São Sebastião de São Tomé, da entrada de Cacheu, do forte do Santo Nome de Deus de Mombaça, do seu interior e da inscrição que se encontra na entrada principal, do forte de Santiago em Tete, do forte de Tambara na Zambézia, da igreja de Nossa Senhora do Livramento em Quelimane, da porta da fortaleza de São Marçal do Sena, da fortaleza de Sofala, da praça de São João Baptista do Ibo e das ruínas de Sofala. No mesmo pavilhão da secção histórica o Museu Militar de Lisboa apresentou uma série de aguarelas com representações de construções de origem portuguesa em Marrocos, nomeadamente de Mazagão, Azamor, Safi e Arzila. No segundo pavilhão da mesma secção histórica estiveram expostas fotografias do arco dos Vice-Reis de Goa, da catedral da mesma cidade, da fortaleza do Monte em Macau, da igreja de São Pedro de Bunga Raya em Malaca, da igreja de Margão em Salcete, da igreja

⁴⁴¹⁰ Para a realização deste levantamento recorreremos sobretudo à seguinte obra: *Exposition Coloniale Portugaise à Paris – Catalogue Officiel*, Paris, Commissariat Général du Portugal à L’Exposition Coloniale Internationale de Paris, 1931, 311 p., il.

⁴⁴¹¹ *Exposition Coloniale Portugaise à Paris – Catalogue Officiel*, Paris, Commissariat Général du Portugal à L’Exposition Coloniale Internationale de Paris, 1931, s/p [p. 19].

de Nossa Senhora da Conceição de Pangim, do pagode da Barra de Macau, do pelourinho da cidade de Velha Goa, da “Porta do Cerco” de Macau, das ruínas da igreja de São Paulo da mesma cidade, das ruínas da porta da fortaleza de Malaca e de um reduto de Timor. No mesmo pavilhão constavam ainda, entre várias vistas antigas, imagens da fortaleza de Calecute na Índia e outra da praça de Diu. Estamos, portanto, perante um conjunto bastante heterogéneo ao nível da distribuição geográfica destas construções mas perfeitamente homogéneo do ponto de vista da finalidade subjacente: recordar, divulgar e comemorar a ancestral herança colonial portuguesa, realidade perfeitamente ilustrada pelas reproduções dos monumentos em causa.

Para terminar esta breve referência à *Exposição Colonial Internacional de Paris* não podemos deixar de salientar a opção tomada no sentido dos pavilhões portugueses serem de “feição histórica metropolitana”⁴⁴¹² nas palavras do próprio arquitecto Raul Lino e não de estilo colonial, situação explicada pela intenção de evocar a tal época dos primeiros navegadores e conquistadores; pela dificuldade de escolher uma expressão colonial africana, asiática ou americana; e pela arduidade de tornar distinto e verdadeiramente caracterizador do espírito nacional um dito estilo colonial⁴⁴¹³. Simultaneamente note-se que é possível identificarmos casos, como o do pavilhão da secção indo-chinesa, tido inclusivamente como “O mais notável, o mais vistoso, o mais rico dos grandes pavilhões”⁴⁴¹⁴, em que os seus responsáveis optaram por reproduzir monumentos existentes nos territórios ultramarinos, neste caso do templo de Angkor Vat⁴⁴¹⁵.

A ideia de realizar uma exposição colonial portuguesa parece ter surgido pela primeira vez no início do ano de 1931. A 28 de Janeiro desse ano o jornal *Comércio do Porto* noticiou que um movimento pró-colónias tinha apresentado uma proposta de realização

⁴⁴¹² *Boletim Geral das Colónias* nº78, 1931, p. 28.

⁴⁴¹³ *Ibidem*, pp. 29-30

⁴⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 77.

⁴⁴¹⁵ *Ibidem*. A propósito desta questão refira-se que a reconstituição de monumentos do Camboja nas exposições mundiais realizadas em Paris era prática comum desde o final do século XIX. Na mostra de 1878 foi apresentada uma reconstituição da balaustrada do templo Preah Khan, em 1889 uma reconstituição de um templo de Angkor e no ano de 1900 uma reconstituição do templo Vat Phnom e as faces esculpidas na montanha de Bayon. Nos anos de 1906 e 1922 foram apresentadas na exposição de Marselha reconstituições de templos Khmer. Cf. Bureau International des Expositions, “Angkor in Paris, it happened at World Expos”, s/d, disponível em <http://www.bie-paris.org/site/en/news/104-news-announcements/past-expos-news/942-angkor-in-paris-it-happened-at-world-expos>, consultado a 6 de Novembro de 2015.

de um congresso e de uma exposição colonial como sendo objectivos integrantes do seu programa de actividades conducentes ao esclarecimento e elucidação da opinião pública acerca do valor e potencial económico das colónias portuguesas⁴⁴¹⁶. Mais de um ano depois, no mês de Junho ou Julho de 1932, a denominada Comissão Pró-Colónias – que à data tinha como presidente Ricardo Spratley (1881-1966) – reuniu-se no Centro Comercial do Porto e voltou a frisar que a realização de uma exposição colonial continuava a ser um dos seus objectivos⁴⁴¹⁷. Pouco tempo depois, Mimoso Moreira, chefe da Divisão de Propaganda e Publicidade da Agência Geral das Colónias e membro daquele movimento, manifestou-se a favor desta ideia, tendo considerado que a realização de uma exposição colonial em Portugal bem pensada, preparada e concretizada, seria “um dos mais profícuos processos”⁴⁴¹⁸ para contestar a frequente acusação à “falta do «espírito colonial»”⁴⁴¹⁹ da Nação. Finalmente, no mês de Dezembro de 1932, a Agência Geral das Colónias com a concordância de Armindo Monteiro, ministro das Colónias, sugeriu que se formasse no Porto uma sociedade por quotas para a emissão de acções, tendo sido esta a forma encontrada para reunir as verbas necessárias para a realização da exposição⁴⁴²⁰. A 28 de Agosto de 1933 seria publicado o Decreto-Lei nº22:987⁴⁴²¹, documento regulamentador desta mostra pensada na sequência das grandes exposições internacionais anteriormente mencionadas, das *Feiras de Amostras Coloniais* de Luanda e Lourenço Marques (1932) e da secção colonial da *Exposição Industrial Portuguesa* (1932).

Desta *I Exposição Colonial Portuguesa* inaugurada no palácio de Cristal e jardins envolventes a 15 de Junho de 1934 e encerrada a 30 de Setembro do mesmo ano, interessa-nos destacar a galvanização do colonialismo português através da incorporação de reproduções dos monumentos mais icónicos de alguns dos territórios ultramarinos. A este propósito refira-se que logo no ano de 1933, por ocasião de uma visita de altas dignidades e jornalistas ao espaço da exposição ainda em fase de montagem, Henrique Galvão, director técnico desta mostra mas também antigo

⁴⁴¹⁶ *Boletim Geral das Colónias* nº69, 1931, p. 198.

⁴⁴¹⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº85, 1932, p. 131.

⁴⁴¹⁸ *Boletim Geral das Colónias* nº86-87, 1932, p. 53.

⁴⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴⁴²⁰ *Boletim Geral das Colónias* nº98-99, 1933, p. 86.

⁴⁴²¹ *Diário do Governo* nº194, I Série, “Decreto-lei nº22:987”, 28 de Agosto de 1933, pp. 1580-1581.

responsável das *Feiras de Amostras Coloniais* de Luanda e Lourenço Marques, anunciou que em uma das extremidades da Avenida das Tílias seria levantada uma reprodução do arco dos Vice-Reis da Índia “com o ritual adequado”⁴⁴²², prevendo-se para o limite contrário da mesma via uma cópia do farol da Guia, “o mais antigo farol, colocado pelos portugueses ao demandar terras do Oriente.”⁴⁴²³ O arco, “fiel reprodução do grande monumento que existe na Índia, que perpetua a gloriosa façanha de Vasco da Gama”⁴⁴²⁴, estaria a ser construído no mês de Março de 1934. No dia da inauguração esta “reconstituição primorosa”⁴⁴²⁵ terá sido demoradamente contemplada pelo presidente da República, Óscar Carmona.



Imagem 326 A reprodução do arco dos Vice-Reis. *Boletim Geral das Colónias* nº109, 1934.



Imagem 325 A reprodução do farol da Guia. *Boletim Geral das Colónias* nº109, 1934, p.461.

A par destes dois monumentos foi projectada a construção de um forte “no género dos que foram construídos em África, por Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, etc.”⁴⁴²⁶ que deveria ser ocupado por uma força das tropas da 1ª Região Militar. Note-se ainda que nos jardins do Palácio de Cristal já se encontrava uma reprodução da gruta de Camões existente em Macau, uma obra erguida por ocasião do terceiro centenário da morte do bardo (1880). No entanto, uma maquete da mesma gruta terá sido igualmente exposta nesta ocasião⁴⁴²⁷. Finalmente, refira-se a presença de diversos padrões, sendo de destacar aquele localizado no limiar do Palácio das Colónias e conhecido como sendo

⁴⁴²² *Boletim Geral das Colónias* nº100, 1933, p. 178.

⁴⁴²³ *Ibidem*.

⁴⁴²⁴ *Boletim Geral das Colónias* nº105, 1934, p. 114.

⁴⁴²⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº109, 1934, p. 174.

⁴⁴²⁶ *Boletim Geral das Colónias* nº105, 1934, p. 114.

⁴⁴²⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº107, 1934, p. 267.

um dos padrões erguidos por Diogo Cão aquando das suas campanhas na costa sudoeste de África. A propósito da adaptação dos edifícios existentes, da construção das aldeias das diferentes colónias e possivelmente dos monumentos em causa, refira-se que nesta ocasião se optou por seguir uma ideia praticada na *Exposição Internacional Colonial de Paris*, nomeadamente no caso do templo de Angkor, isto é, o recurso ao “staff”⁴⁴²⁸ ou estafe, material de gesso e estopa preparado em placas rectangulares pouco espessas e bastante flexíveis que iam sendo sobrepostas às construções em madeira. No final estas placas eram cobertas por uma camada de cimento.

No mesmo ano de 1934 Portugal apresentou uma secção constituída por duas salas na *Exposição de Arte Colonial de Nápoles*. Desta mostra que teve como organizador António Eça de Queiroz (1891-1968), podemos destacar a “reprodução exacta”⁴⁴²⁹ do padrão de Santo Agostinho levantado por Diogo Cão no ano de 1483 no cabo de Santa Maria a sul de Benguela. A este propósito recorde-se que tanto na *Exposição Internacional Colonial, Marítima e de Arte Flamenga* de Antuérpia como na *I Exposição Colonial Portuguesa*, os padrões erguidos pelos navegadores portugueses em territórios africanos aquando dos primeiros momentos da epopeia nacional foram escolhidos precisamente como testemunhos dessa época, das capacidades e virtudes do povo lusitano. No ano de 1935 seguir-se-ia a *Exposição Colonial de Tripoli*, cidade que à data pertencia à Líbia italiana. A participação portuguesa ficou decidida ainda no ano de 1934⁴⁴³⁰, datando de 10 de Janeiro de 1935 a regulamentação da mesma⁴⁴³¹, mas desconhecemos o modo como esta se materializou.

No final do mês de Novembro de 1936 o Ministério das Colónias anunciou a realização da *Exposição Histórica da Ocupação* no ano seguinte. O grande objectivo passava, em síntese, pela divulgação dos “trabalhos e acção dos portugueses para assimilação dos indígenas e para a defesa do ultramar português, durante o século XIX até às campanhas da grande guerra”⁴⁴³², ou seja, pela celebração das acções de (re)conquista e ocupação dos portugueses que contribuíram para a consolidação do Império. Paralelamente a esta

⁴⁴²⁸ *Boletim Geral das Colónias* nº105, 1934, p. 113.

⁴⁴²⁹ *Boletim Geral das Colónias* nº113, 1934, p. 115.

⁴⁴³⁰ *Diário do Governo* nº152, I Série, “Decreto-lei nº 24:124”, 30 de Junho de 1934, p. 1234.

⁴⁴³¹ *Diário do Governo* nº8, I Série, “Decreto nº24:937”, 10 de Janeiro de 1935, pp. 110-111.

⁴⁴³² *Diário do Governo* nº276, I Série, “Decreto-lei nº27:269”, 24 de Novembro de 1936, p. 1506.

exposição inaugurada no dia 19 de Junho de 1937 no palácio das exposições do Parque Eduardo VII, teve lugar o *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo* e uma demonstração intitulada *A Arte e a Expansão Portuguesa Além-Mar* cujo responsável foi o director do Museu Nacional de Arte Antiga⁴⁴³³. Relativamente às diversas salas onde foram expostos documentos, baixos-relevos, pinturas ou esculturas, encontramos várias referências a reproduções de imagens de monumentos ultramarinos⁴⁴³⁴. A este propósito podemos referir aquele que nos parece ser o caso mais significativo, isto é, a reprodução na sala do Oriente da fortaleza de Diu “feita da pedra das suas próprias muralhas”⁴⁴³⁵ e cedida pela Agência Geral das Colónias⁴⁴³⁶.

No entanto as formas de reprodução mais frequentes foram, sem dúvida, as plantas, os diapositivos e as fotografias. Na sala de Marrocos encontrava-se exposto o plano da fortaleza de Arzila, um documento oferecido pelo califa de Tetuão, bem como diapositivos de muralhas portuguesas de Alcácer-Ceguer, Tanger, Arzila e do “Castelo do Mar” de Safim⁴⁴³⁷. O mesmo califa ofereceu, também, fotografias de fortificações portuguesas de Ceuta e de Arzila⁴⁴³⁸. Nesta mesma sala foram expostas fotografias do mesmo “Castelo do Mar”, das ruínas de Santa Catarina, de um lintel de uma porta manuelina, das muralhas da cidade e da abóbada da catedral portuguesa, testemunhos arquitectónicos da presença portuguesa em Safim⁴⁴³⁹. Relativamente a Azamor foram expostas fotografias de um baluarte, de uma janela manuelina do castelo e de muralhas, bem como diapositivos da porta e baluartes das muralhas portuguesas⁴⁴⁴⁰. De Mazagão apresentaram-se diapositivos dos baluartes de São Sebastião e de Santo António, bem como da cisterna⁴⁴⁴¹. Na sala do Brasil foram colocadas várias cartas e plantas cedidas sobretudo pelo Arquivo Histórico Colonial, podendo destacar as do forte de Nossa Senhora da Conceição da ilha de Fernando de Noronha e das fortalezas da cidade do Pará, de São José de Macapá, de São João da Barra do Rio de Janeiro, das fortificações

⁴⁴³³ *Diário do Governo* nº296, I Série, “Decreto nº27:346”, 18 de Dezembro de 1936, p. 1660.

⁴⁴³⁴ Esta afirmação sustenta-se na análise da descrição publicada no *Boletim Geral das Colónias* nº150, 1937, pp. 120-144.

⁴⁴³⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº150, 1937, p. 123.

⁴⁴³⁶ *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, s.l., Agência Geral das Colónias, 1937, vol. I, p. 92.

⁴⁴³⁷ *Ibidem*, pp. 11-13, 15-16, 18.

⁴⁴³⁸ *Ibidem*, p. 23.

⁴⁴³⁹ *Ibidem*, p. 18.

⁴⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁴⁴¹ *Ibidem*, p. 21.

do rio do Espírito Santo, de São Sebastião do Rio de Janeiro, de São Salvador e do forte de Villeganhon⁴⁴⁴². Foram também apresentadas nesta sala do Brasil fotografias do forte do Príncipe da Beira cedidas pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Não podemos deixar de mencionar a presença do anteriormente referido túmulo de Afonso de Albuquerque na sala do Oriente, encontrando-se num nicho com um painel da autoria de Mário de Eloy (1900-1951) alusivo à tomada de Aden⁴⁴⁴³. Na mesma sala do Oriente foram apresentados vários diapositivos, entre os quais alguns com imagens das fortalezas de Cananor, de Chaúl, de Calecute, de Ormuz e de Diu⁴⁴⁴⁴. À semelhança dos restantes casos, nesta sala também foram expostas várias plantas e cartas, nomeadamente de Damão com a fortaleza e fortim de São Jerónimo e da fortaleza de Diu⁴⁴⁴⁵. Foi também apresentado um atlas com plantas das fortalezas de Macau e o projecto setecentista da catedral de Pequim⁴⁴⁴⁶. Destaquem-se, ainda, as aguarelas da autoria do marechal Gomes da Costa retratando as fortalezas de Malaca, Calecute, as ruínas da igreja de São Paulo de Goa e da igreja de Malaca⁴⁴⁴⁷. Na sala da Fé foram expostas algumas fotografias de construções das missões católicas da África portuguesa e diapositivos de dezenas de igrejas do Oriente, casos de Nossa Senhora do Socorro de Goa, do Espírito Santo de Margão, de Santo André de Vasco da Gama, da sé de Macau, da igreja matriz de Díli, da ermida da Penha, da capela de Santa Catarina, da igreja do convento de São Caetano de Velha Goa ou das icónicas ruínas do seminário do Chorão, entre tantas outras⁴⁴⁴⁸. O mesmo aconteceu relativamente aos templos das colónias de África, surgindo dezenas de diapositivos da ainda arruinada igreja da Madre de Deus de São Tomé, da igreja paroquial de Bolama, da igreja de Nossa Senhora da Conceição de São Tomé, da igreja de Nossa Senhora do Cabo de Luanda, entre outras⁴⁴⁴⁹. Na sala da Marinharia foram colocados quatro padrões cedidos pela Sociedade de Geografia, nomeadamente aquele colocado por Bartolomeu Dias em Santiago (1486) e os restantes levantados por Diogo Cão na foz do Zaire (1482), o padrão de São Jorge, a sul de

⁴⁴⁴² *Ibidem*, pp. 51, 55-57, 60-61.

⁴⁴⁴³ *Boletim Geral das Colónias* nº150, 1937, p. 123.

⁴⁴⁴⁴ *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, s.l., Agência Geral das Colónias, 1937, vol. I, p. 88.

⁴⁴⁴⁵ *Ibidem*, pp. 90, 93.

⁴⁴⁴⁶ *Ibidem*, pp. 94-95.

⁴⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 94.

⁴⁴⁴⁸ *Ibidem*, pp. 117-116.

⁴⁴⁴⁹ *Ibidem*, pp. 117-118.

Benguela (1482), o padrão de Santo Agostinho/Santa Maria, e o último erguido em Cabo Negro (1485)⁴⁴⁵⁰. Na segunda sala Militar foram colocados vários diapositivos e fotografias alusivos à ocupação de Angola, entre os quais se encontram algumas imagens de fortes utilizados nestas campanhas⁴⁴⁵¹. No corredor que ligava esta sala à sala do Drama da Ocupação foram expostas mais plantas das fortificações de Nossa Senhora da Conceição de Benguela, do Ibo, de Inhambane, de Santo António da Ilha de Moçambique ou de São José do Mossuril, entre outras⁴⁴⁵². Entrando na galeria da Penetração e Povoamento o visitante voltava a deparar-se com uma série de plantas, entre as quais se encontravam as da fortaleza de São Filipe da Ribeira Grande de Santiago, da fortaleza de São Sebastião de São Tomé, do forte de São José de Cabinda, da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Benguela ou do fortim de Santo António da Ilha de Moçambique, entre outras⁴⁴⁵³. Recorde-se, conforme notámos no capítulo referente ao caso da Índia Portuguesa, que no âmbito do *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Luís Keil, João Couto e António José Saraiva apresentaram comunicações nas quais cruzaram as temáticas da produção artística portuguesa e do ultramar.

Na sequência da *Exposição Histórica da Ocupação* mas, sobretudo, da *Exposição Provincial de Nova Lisboa* realizada no mês de Setembro de 1935⁴⁴⁵⁴, o governo da colónia de Angola programou a *Exposição-Feira de Luanda*, mostra inaugurada a 15 de Agosto de 1938 pelo presidente da República, Óscar Carmona, acompanhado pelo ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, e pelo governador-geral, António Lopes Mateus (1878-1955), com o objectivo de “mostrar a todos os portugueses a obra de colonização realizada.”⁴⁴⁵⁵ A grande diferença desta mostra em



Imagem 327 Reprodução da fortaleza da Muxima na *Exposição-Feira* realizada em Angola. *Exposição-Feira*, 1938.

⁴⁴⁵⁰ *Ibidem*, pp. 126-127.

⁴⁴⁵¹ *Ibidem*, pp. 210-211.

⁴⁴⁵² *Ibidem*, pp. 245-246, 249-250.

⁴⁴⁵³ *Ibidem*, vol. II, pp. 11, 13-14

⁴⁴⁵⁴ *Exposição-Feira de Angola 1938*, Luanda, s.n., 1938, p. 2.

⁴⁴⁵⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº149, 1937, p. 98.

relação às anteriores, não obstante a sua inauguração pelo presidente Carmona no âmbito da sua visita a São Tomé e Príncipe e Angola, prende-se com o facto de se tratar de uma iniciativa do governo colonial⁴⁴⁵⁶ e não da metrópole. Neste sentido ter-se-á procurado demonstrar a importância e vitalidade desta colónia, dando particular destaque à sua obra económica, social e de civilização e esclarecendo-se peremptoriamente que “o certame terá um carácter acentuadamente angolano”⁴⁴⁵⁷. Os trabalhos foram dirigidos entre finais de Outubro de 1937 e Agosto do ano seguinte por Frederico Bogorro Sequeira, chefe da secção técnica Económico-Pecuária, tendo como adjunto Augusto de Almeida Campos, chefe de Repartição de Estudos Económicos⁴⁴⁵⁸. Dos diferentes pavilhões das cinco províncias de Angola – Luanda, Malange, Benguela, Bié e Huíla – projectados por arquitectos como Vasco Vieira da Costa, à data funcionário aduaneiro nomeado para chefe dos serviços técnicos da mostra, Fernando Batalha, Vasco Regaleira (1897-1968) ou João Eugénio de Morim⁴⁴⁵⁹, interessa-nos destacar a forma encontrada para a representação militar da colónia porque, conforme constatámos, para este efeito foi construída no recinto da mostra uma reprodução da fortaleza de Muxima “em tamanho natural, fielmente copiada do original”⁴⁴⁶⁰, uma recordação do papel desempenhado por esta construção aquando das lutas com os holandeses e, conseqüentemente, um reconhecimento do simbolismo e eloquência deste tipo de monumento. A este propósito refira-se ainda que no *Guia da Exposição* os autores chamaram a “atenção dos visitantes”⁴⁴⁶¹ para esta reconstituição, “padrão glorioso da nossa ocupação, que está feita com absoluta e rigorosa verdade histórica”⁴⁴⁶² sendo por estas razões “uma das grandes atracções”⁴⁴⁶³ da mostra. Refira-se ainda que esta reprodução da fortaleza de Muxima recebeu, a par do pavilhão central, o grande prémio das representações oficiais de Luanda⁴⁴⁶⁴. A exposição que

⁴⁴⁵⁶ *Exposição-Feira de Angola 1938*, Luanda, s.n., 1938, p. 1.

⁴⁴⁵⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº149, 1937, p. 100.

⁴⁴⁵⁸ *Exposição-Feira de Angola 1938*, Luanda, s.n., 1938, p. 3.

⁴⁴⁵⁹ Acerca destas e outras questões relacionadas com esta exposição-feira vide Alexandre Pomar, *Luanda. Exposição-Feira Angola 1938*, s/d, disponível em http://www.academia.edu/2770095/EXPOSI%C3%87%C3%83O-FEIRA_ANGOLA_1938_1_, consultado a 14 de Agosto de 2015.

⁴⁴⁶⁰ *Boletim Geral das Colónias* nº154, 1938, p. 159.

⁴⁴⁶¹ *Guia da Exposição de Angola*, Luanda, Agência Técnica de Publicidade, 1938, s/p [p. 13].

⁴⁴⁶² *Ibidem*.

⁴⁴⁶³ *Ibidem*.

⁴⁴⁶⁴ *Boletim Geral das Colónias* nº164, 1939, p. 85.

contou, além dos mais de cem pavilhões e *stands*⁴⁴⁶⁵, com fogo-de-artifício e um “bar-dancing” entre outros atractivos, foi encerrada a 18 de Setembro de 1938⁴⁴⁶⁶.

O ano de 1940 ficou marcado pelas comemorações do duplo centenário que, conforme demonstrámos na parte I deste estudo, também se estenderam aos territórios ultramarinos. Focando a nossa atenção na *Exposição do Mundo Português* e concretamente nos pavilhões de temática colonial, notamos que no espaço da Colonização, obra projectada pelo arquitecto Carlos Chambers Ramos (1897-1969), as representações de monumentos, ao contrário do que vimos em casos anteriores, não mereceram atenção especial nestas doze salas, somente algumas referências inseridas em composições mais vastas, caso do castelo da Mina num baixo-relevo da sala da Organização do Estado Colonizador⁴⁴⁶⁷ ou de uma fortificação e de um padrão num baixo-relevo evocativo da chegada dos portugueses ao Congo no mesmo espaço⁴⁴⁶⁸. No pavilhão dos Portugueses do Mundo projectado por Cottinelli Telmo (1897-1948) com direcção coordenadora de Afonso d’Ornelas e no pavilhão dos Descobrimentos da autoria de Pardal Monteiro com orientação histórica do comandante Quirino da Fonseca, estiveram expostos alguns documentos e fotografias, no entanto desconhecemos se contavam com a imagem de monumentos ultramarinos⁴⁴⁶⁹.

A secção colonial pensada por Henrique Galvão parece ter sido consideravelmente mais rica em termos de divulgação do universo imagético colonial, nomeadamente dos aspectos que nos interessam, ou seja, os seus monumentos e outras construções. Nesta área encontravam-se os pavilhões de Angola e Moçambique de António Lino (1914-1996), da Guiné de Gonçalo de Melo Breyner, das Possessões Insulares e da Índia de Vasco Regaleira e ainda de Macau. Refira-se também a edificação de um museu de arte indígena, de um pavilhão de caça/turismo do Império e outro de Informações, da livraria

⁴⁴⁶⁵ *Guia da Exposição de Angola*, Luanda, Agência Técnica de Publicidade, 1938, s/p [p. 2].

⁴⁴⁶⁶ *Exposição-Feira de Angola 1938*, Luanda, 1938, s.n., p. 4.

⁴⁴⁶⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº187, 1941, p. 192.

⁴⁴⁶⁸ *Guia da Exposição de Angola*, Luanda, Agência Técnica de Publicidade, 1938, s/p [p. 195].

⁴⁴⁶⁹ Consultámos as seguintes obras: *Comemorações Centenárias. Exposição do Mundo Português. Roteiro dos Pavilhões (Descrição pormenorizada do seu conteúdo)*, s.l., s.n., 1940, s/p.; Júlio Cayolla, *Exposição Histórica do Mundo Português. Algumas notas sobre o Pavilhão da Colonização*, Lisboa, Bertrand Irmãos Lda, s/d [1940], 48 p.; *Guia da Exposição do Mundo Português*, Lisboa, s.n., 1940, s/p, il.; *Boletim Geral das Colónias* nº155, 157, 158-159, 161, 164, 165, 166, 169, 175, 176, 177, 179, 182-183, 187, 189; *Exposição do Mundo Português. Secção Colonial*, s.l., s.n., s/d [1940], 299 p., il.; Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, s.l., Livros Horizonte, 1998, 237 p., il.

e tabacaria, construções projectadas pelo arquitecto Melo Breyner; de uma “casa do colono”, do pavilhão das Missões Católicas, do pavilhão da Emissora Nacional, da cervejaria africana e da cervejaria indiana, pensados por Vasco Regaleira; e de um pavilhão do café, restaurantes e casa de chá concebidos por José Bastos. Além disso, este espaço contava com uma aldeia indígena, um parque de merendas, fontes luminosas, um posto de socorro para os indígenas, jardins, uma rua de Macau, outra da Índia e uma avenida da etnografia colonial⁴⁴⁷⁰. Havia ainda uma secção destinada aos pavilhões e mostruários particulares, caso do Banco de Angola, do Grémio do Milho Colonial Português ou da Sociedade dos Tabacos, entre muitos outros. No entanto interessa-nos sobretudo destacar que, tal como aconteceu na cidade do Porto no ano de 1934, certame igualmente marcado pela participação de Henrique Galvão, em Belém, além da referida igreja e dos pavilhões “do tipo da casa portuguesa para as zonas planálticas de Angola e Moçambique”⁴⁴⁷¹, ou dos exemplares da “arquitectura hindú-portuguesa”⁴⁴⁷² para “demonstrar a influência de uma arquitectura em tão distantes terras, como uma das formas do prolongamento de Portugal além-mar”⁴⁴⁷³, também foram apresentadas reproduções de monumentos ultramarinos. Na rua da Índia foram erguidas “reconstituições exactas”⁴⁴⁷⁴ da igreja de São Francisco Xavier⁴⁴⁷⁵, do arco dos Condenados, do Palácio do Visconde de Bardim no qual foi instalado o pavilhão da colónia, e do arco da Conceição⁴⁴⁷⁶. Na rua de Macau, “uma rua típica da nossa velha colónia do Oriente, com a sua cor, o seu movimento, o seu pitoresco”⁴⁴⁷⁷, também foi erguido, além de algumas moradias típicas, um pagode. Refira-se, ainda, que no anteriormente mencionado pavilhão das missões católicas, um conjunto destinado a divulgar o modelo arquitectónico das missões, também foram construídos uma igreja e um claustro. Faça-se ainda menção aos monumentos existentes nesta secção: o monumento à obra Portuguesa de Colonização do arquitecto Melo Breyner com

⁴⁴⁷⁰ Para um conhecimento mais vasto acerca desta secção *vide* Margarida Acciaiuoli, *op. cit.*, pp. 150-156; *Guia da Exposição do Mundo Português*, Lisboa, s.n., 1940, s/p, il.; *Exposição do Mundo Português. Secção Colonial*, s.l., s.n., s/d [1940], pp. 271-299.

⁴⁴⁷¹ *Guia da Exposição do Mundo Português*, Lisboa, s.n., 1940, s/p [secção colonial].

⁴⁴⁷² *Ibidem*.

⁴⁴⁷³ *Exposição do Mundo Português. Secção Colonial*, s.l., s.n., s/d [1940], p. 276.

⁴⁴⁷⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁷⁵ Tratar-se-ia possivelmente capela de São Francisco Xavier localizada perto do antigo colégio de São Paulo.

⁴⁴⁷⁶ *Exposição do Mundo Português. Secção Colonial*, s.l., s.n., s/d [1940], p. 276.

⁴⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 277.

colaboração do escultor Manuel de Oliveira, o monumento à Expansão de Portugal no Mundo do mesmo arquitecto e dos escultores Júlio de Sousa e Roberto de Araújo, e o elefante monumental construído por António Pereira da Silva sobre cópia de um bronze indo-chinês que serviu como miradouro. Para concluir, refira-se que nesta ocasião foram expostas várias obras do pintor Fausto Sampaio, sendo interessante notar que um dos seus quadros – “Macau – Rua 5 de Outubro” – ilustrou a capa do catálogo desta secção.

No âmbito das comemorações de 1940, a Companhia de Moçambique programou a *Exposição Histórica, Cultural, Comercial e Agrícola da Beira*. Esta exposição, intencionalmente programada para o ano anterior à mostra de Belém e integrada na viagem presidencial de Óscar Carmona a Moçambique, reveste-se de grande importância no âmbito deste estudo, uma vez que incluiu uma reprodução à escala real da fortaleza de Sofala. A intenção de construção de uma reprodução desta fortaleza ficou patente desde 16 de Fevereiro de 1939, momento da oficialização da organização da exposição. Existindo a pretensão por parte do governo do território de Manica e Sofala que esta fosse uma “demonstração do carácter histórico e cultural destinada a patentear o esforço glorioso dos portugueses na descoberta, conquista e ocupação”⁴⁴⁷⁸ daquele local, a fortaleza desaparecida foi eleita para ilustrar estas intenções. Pretendendo-se uma “reconstituição na cidade da Beira”⁴⁴⁷⁹ de um monumento extinto pelo tempo, acção do homem, do mar e dos ventos, o Conselho de Administração da companhia majestática declarou que esta fosse concretizada conforme as “descrições de historiadores e cronistas, plantas existentes e fotografias”⁴⁴⁸⁰. Assim, os responsáveis pela concretização deste projecto terão certamente recorrido a diversas explanações literárias e pictóricas, casos do *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental* (1635) de António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, ou de fotografias dos irmãos Lázaro e outras, documentos que pertencem ao espólio da Companhia de Moçambique⁴⁴⁸¹. A verdade é que estes testemunhos literários

⁴⁴⁷⁸ ANTT, Companhia de Moçambique, Administração Geral de Lisboa, Constituição, Organização e Regulamentação, Legislação, Boletins Oficiais da Companhia de Moçambique, Boletim nº4, 16 de Fevereiro de 1939, p. 54.

⁴⁴⁷⁹ *Ibidem*.

⁴⁴⁸⁰ *Ibidem*.

⁴⁴⁸¹ Estas imagens podem ser vistas *online* na base DigitArq com as seguintes referências: PT/TT/CMZ-AF-GT/E/18/2/5, PT/TT/CMZ-AF-GT/E/18/2/7, PT/TT/CMZ-AF-GT/I/5/1/222, PT/TT/CMZ-AF-GT/E/18/2/30, PT/TT/CMZ-AF-GT/E/27/1/38.

e pictóricos permitiram a reconstrução desta fortificação sob a direcção de Herculano Nunes, director dos Serviços de Estatística e Propaganda⁴⁴⁸² e a sua inauguração pelo presidente Carmona no dia 30 de Julho de 1939.



Imagem 328 Reconstituição da fortaleza de Sofala na Beira, 1939. *Moçambique – Documentário Trimestral*, nº especial, 1939.



Imagem 329 Pormenor da porta de entrada da reconstrução da fortaleza de Sofala na Beira, 1939. *Moçambique – Documentário Trimestral*, nº especial, 1939.

Relativamente a esta reconstrução projectada e concretizada como uma manifestação efémera que seria demolida logo no final do ano de 1939⁴⁴⁸³, parece-nos interessante destacar a questão da mimesis nas descrições jornalísticas dos repórteres. Efectivamente, um dos aspectos mais vincados nas descrições dos presentes, além da sua grandiosidade e contraste face ao modernismo dos restantes pavilhões da exposição, foi a “escrupulosa fidelidade”⁴⁴⁸⁴, o “flagrante de verdade”⁴⁴⁸⁵, o “maior rigor histórico”⁴⁴⁸⁶ de uma reconstrução na qual os seus responsáveis procuraram reproduzir inclusivamente as cores e texturas do referente através da reprodução de uma pátina⁴⁴⁸⁷. Todavia cabe-nos notar que esta obra destoava da ancestral fortaleza de Sofala numa questão fundamental: a localização no interior do território da Beira,

⁴⁴⁸² ANTT, Companhia de Moçambique, Administração Geral de Lisboa, Constituição, Organização e Regulamentação, Legislação, Boletins Oficiais da Companhia de Moçambique, Boletim nº4, 16 de Fevereiro de 1939, p. 54.

⁴⁴⁸³ ANTT, Companhia de Moçambique, Administração Geral de Lisboa, Conselho de Administração, Documentação relacionada com as sessões, Documentação das Sessões, Actas das Sessões, Livros de Actas, 1939-1943, pp.181-183.

⁴⁴⁸⁴ *Moçambique – Documentário Trimestral*, número especial comemorativo da viagem de S. Ex^a. o Presidente da República, General Óscar de Fragoso Carmona a Moçambique, 1939, p. 198.

⁴⁴⁸⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº172, 1939, p. 397.

⁴⁴⁸⁶ *Ibidem*, p. 455.

⁴⁴⁸⁷ *Moçambique – Documentário Trimestral*, número especial comemorativo da viagem de S. Ex^a. o Presidente da República, General Óscar de Fragoso Carmona a Moçambique, 1939, p. 198.

situação que anulou por completo a essência da fortaleza de Sofala enquanto ponto de defesa da costa oriental africana.

2. EM PERIÓDICOS

Os periódicos são inquestionavelmente uma excelente fonte para o estudo desta temática, fornecendo-nos, como temos vindo a constatar, informações acerca do estado dos monumentos ultramarinos, da sua importância para a sociedade e mesmo sobre a ponderação ou concretização de acções tendentes à sua salvaguarda. Neste momento interessa-nos analisar precisamente o contributo destes periódicos, concretamente de algumas revistas e boletins com conteúdos artístico-culturais, enquanto veículos de divulgação da imagem do património edificado ultramarino.

No universo dos boletins e revistas estudados, *O Oriente Português – Revista da Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa* é devido à sua vetustez o mais interessante dos exemplares. Afinal, trata-se de uma revista cujo primeiro número data de Janeiro de 1904. A criação desta revista dedicada à “apresentação de estudos e trabalhos sobre o passado português no Oriente”⁴⁴⁸⁸ remonta a 1903, ano em que o Estado Português da Índia considerou que a sua publicação era condição necessária ao cumprimento e boa orientação dos trabalhos da CPA⁴⁴⁸⁹. Neste sentido, e sendo verdade que aquando da criação da revista o património imaterial foi apresentado como testemunho da ancestralidade da herança portuguesa, note-se que nesta ocasião “as fortalezas, com tudo o que de heróico a elas anda ligado; as extensas linhas de muralhas, correndo em ruínas por essa costa do oceano Índico, revelando o esforço e a tenacidade da raça; os templos, as igrejas, as ermidas”⁴⁴⁹⁰ foram apresentadas como os primeiros da totalidade do conjunto dos indícios nacionais.

O conteúdo desta revista reflecte justamente este entendimento abrangente (e moderno) do conceito de património, apresentando artigos referentes a monumentos, a vestígios arqueológicos, a documentos ou a episódios históricos que, de algum modo, educassem o leitor na história da presença portuguesa no Oriente. Uma análise à

⁴⁴⁸⁸ *O Oriente Português* nº1, 1904, p. I.

⁴⁴⁸⁹ *Boletim Oficial do Estado da Índia* nº63, I Série, “Portaria nº103”[Portaria nº203], 11 de Agosto de 1903, p. 544.

⁴⁴⁹⁰ *O Oriente Português* nº1, 1904, p. I.

totalidade dos números publicados permite-nos aferir uma considerável presença de estudos relacionados com o património arquitectónico e arqueológico, percebendo-se que as ausências de artigos dedicados a este tema são pouco comuns. Pontualmente estes artigos são acompanhados por imagens dos monumentos, notando-se porventura um aumento da frequência à medida que se assiste à vulgarização da fotografia. Os casos são variados ao nível do tipo, importância e localização do monumento, podendo referir, apenas a título ilustrativo, as reproduções de um túmulo existente na igreja do Rosário de Velha Goa⁴⁴⁹¹, de um tronco de uma estátua pertencente ao Real Museu da Índia Portuguesa⁴⁴⁹², de um marco fontenário hindu⁴⁴⁹³, do pórtico do palácio da fortaleza na Velha Goa⁴⁴⁹⁴, da sé de Velha Goa⁴⁴⁹⁵, do convento de São Francisco de Assis⁴⁴⁹⁶, do convento de São Caetano⁴⁴⁹⁷, da muralha de Diu⁴⁴⁹⁸ ou de um pormenor do arco dos Vice-Reis⁴⁴⁹⁹.



Imagem 330 Reprodução da figura de um marco fontenário hindu guardado na galeria lapidar do Museu Real da Índia Portuguesa, 1906. *O Oriente Português* nº1-2, 1906.



Busto de D. João IV no Arco dos Vice-Reis em Velha Goa.

Imagem 331 Fotografia de um pormenor do arco dos Vice-Reis de Velha Goa, 1940. *O Oriente Português* nº27, 1940.

⁴⁴⁹¹ *O Oriente Português* nº1-2-3, 1907, p. 13.

⁴⁴⁹² *Ibidem*, p. 44.

⁴⁴⁹³ *O Oriente Português* nº1-2, 1906, p. 75.

⁴⁴⁹⁴ *O Oriente Português* nº1, 1931, s/p [entre p. 6 e p. 7].

⁴⁴⁹⁵ *Ibidem*, s/p [entre p. 20 e p. 21].

⁴⁴⁹⁶ *Ibidem*, s/p [entre p. 42 e p. 43].

⁴⁴⁹⁷ *Ibidem*, s/p [entre p. 72 e p. 73].

⁴⁴⁹⁸ *O Oriente Português* nº14, 1936, s/p [entre p. 60 e p. 61]

⁴⁴⁹⁹ *O Oriente Português* nº27, 1940, s/p [antes da p. I].

O *Boletim Geral das Colónias*, periódico da Agência Geral das Colónias cujo primeiro numero data de Julho de 1925, foi publicado ao longo mais de quarenta anos⁴⁵⁰⁰. Tendo em consideração o facto da Agência Geral das Colónias ter sido o grande órgão de propaganda do Ministério das Colónias, não é surpreendente que os objectivos deste boletim passassem por fazer “a propaganda das nossas colónias e acção colonizadora, que mostre ao mundo o que temos feito e estamos fazendo”⁴⁵⁰¹. Os mais de cinquenta artigos que encontramos ao longo da vigência deste boletim testemunham o pleno entendimento dos monumentos como parte integrante do património colonial português. Depois, entre estes, podemos identificar dois tipos de artigos: os que abordam os monumentos e relíquias históricas das diversas colónias e os que têm como referente os monumentos comemorativos, situação devedora da ideologia de um regime cuja orientação passava pelo estabelecimento de pontes sólidas entre um passado de glórias e um presente de regeneração. Além disso observa-se a influência da importância das colónias nos temas, sendo óbvia a predominância de estudos ou notícias relacionados com Moçambique, Angola e com a Índia Portuguesa, e a quase ou total inexistência de alusões a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné, Macau ou Timor.

Tendo em consideração a publicação de artigos referentes à “Defesa do valor histórico, artístico e arqueológico da Ilha de Moçambique”⁴⁵⁰², aos “Monumentos Nacionais de Angola”⁴⁵⁰³, às “Obras de restauro da velha cidade de Goa”⁴⁵⁰⁴ ou à “Ribeira Grande, a cidade que desapareceu”⁴⁵⁰⁵, o contributo deste boletim enquanto veículo de divulgação e sensibilização, é incontestável. Segundo percebemos, Moçambique foi a colónia que contou com o maior número de artigos cujo foco foram os monumentos históricos. Este facto dever-se-á certamente ao estatuto de segunda colónia mais importante da África subsaariana, à sua riqueza patrimonial e, possivelmente, à maior dinâmica da comissão de monumentos de Moçambique quando em confronto com a actividade do serviço equivalente da mais importante de todas as colónias portuguesas em África, Angola.

⁴⁵⁰⁰ Acerca da Agência Geral das Colónias/do Ultramar e do seu boletim *vide* José Luís Lima Garcia, *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*, tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, 764 p.

⁴⁵⁰¹ *Boletim Geral das Colónias* nº1, 1925, p. 5.

⁴⁵⁰² *Boletim Geral do Ultramar* nº359, 1955, pp. 112-115.

⁴⁵⁰³ *Boletim Geral das Colónias* nº209, 1942, pp. 34-35.

⁴⁵⁰⁴ *Boletim Geral do Ultramar* nº409, 1959, pp. 232-233.

⁴⁵⁰⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº 299, 1950, pp. 163-167.

Efectivamente, entre os anos de 1932 e 1969, último ano deste boletim, foram publicados pelo menos quinze artigos referentes aos monumentos históricos daquela colónia, verificando-se uma maior dinâmica entre os anos de 1943 e 1945, com particular destaque para 1943. Este vigor explica-se precisamente pela criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique naquele ano, sendo que as duas primeiras notícias publicadas na secção de “Informações e Notícias” dos números 215⁴⁵⁰⁶ e 217⁴⁵⁰⁷, dão conta deste desenvolvimento incontornável para a salvaguarda patrimonial da colónia, enquanto a terceira, uma reprodução de um texto publicado no *Jornal do Comércio*, divulga o início dos trabalhos na fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique⁴⁵⁰⁸. Depois da publicação de listas de monumentos militares, de estudos acerca das origens da fortaleza de São Sebastião, da Ilha de Moçambique, ou do caso arqueológico de uma lápide do forte de Tete, após a criação da referida comissão o *Boletim Geral das Colónias* passou a divulgar as obras de restauro e valorização desenvolvidas na colónia, nomeadamente em Lourenço Marques⁴⁵⁰⁹ e na Ilha de Moçambique⁴⁵¹⁰. Por outro lado, a partir da análise dos artigos e das notícias publicadas, percebemos que as temáticas acompanharam uma tendência verificada no seio da CMRHM sobretudo a partir da década de 60, ou seja, a preferência pelo núcleo patrimonial da Ilha de Moçambique. Assim o testemunham os números 117⁴⁵¹¹, 221⁴⁵¹², 372⁴⁵¹³ e 525⁴⁵¹⁴ deste boletim. Afinal, não obstante a perda do seu estatuto de capital no final do século XVIII, aquela ilha contava através dos seus monumentos a história dos tempos áureos da colónia, algo que merecia particular destaque num período marcado, como vimos, pela contestação do colonialismo português.

Todavia a presença de imagens de monumentos neste periódico não é particularmente intensa, uma situação que possivelmente se deve ao facto da maioria das referências surgirem na secção dedicada a informações e notícias e não na parte dos artigos mais extensos. Ainda assim não podemos falar de uma total ausência, deparando-nos com a

⁴⁵⁰⁶ *Boletim Geral das Colónias* nº215, 1943, pp. 122-124.

⁴⁵⁰⁷ *Boletim Geral das Colónias* nº217, 1943, pp. 86-87.

⁴⁵⁰⁸ *Boletim Geral das Colónias* nº221, 1943, p. 62.

⁴⁵⁰⁹ *Boletim Geral das Colónias* nº272, 1948, pp. 75-77.

⁴⁵¹⁰ *Boletim Geral do Ultramar* nº525, 1969, pp. 156-157.

⁴⁵¹¹ *Boletim Geral das Colónias* nº117, 1935 pp. 153-157.

⁴⁵¹² *Boletim Geral das Colónias* nº221, 1943, p. 62.

⁴⁵¹³ *Boletim Geral do Ultramar* nº372, 1956, pp. 149-154.

⁴⁵¹⁴ *Boletim Geral do Ultramar* nº525, 1969, pp. 156-157.

presença de fotografias de monumentos ultramarinos quando estes eram utilizados como palcos de grandes encenações, casos da fortaleza de São Sebastião de São Tomé por ocasião da viagem presidencial de 1938⁴⁵¹⁵, da fortaleza de São Miguel de Luanda aquando das comemorações de 1940⁴⁵¹⁶, da sé de Bissau⁴⁵¹⁷ e da fortaleza da Amura⁴⁵¹⁸ aquando da visita presidencial de 1955, entre outros. Para concluir refira-se que este boletim possuía uma valência que o tornava particularmente relevante para a divulgação destas temáticas: a sua distribuição alargada a partir da metrópole.

O Mundo Português, assumidamente uma “revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais”, foi editado pela Agência Geral das Colónias e pelo SPN entre os anos de 1934 e 1947. Com uma periodicidade mensal, esta revista serviu como um instrumento fundamental à explanação, divulgação e afirmação de uma mística colonial eximamente construída e aperfeiçoada pelo regime. Sendo esta uma revista cuja missão – “alentar a fé, o ideal patriótico, a esperança no grande futuro de Portugal”⁴⁵¹⁹ – implicava obrigatoriamente o estabelecimento de uma ligação entre o passado de glórias e o presente/futuro de esperança, as alusões aos monumentos históricos eram expectáveis. Logo no primeiro número desta revista o ministro das Colónias, Armindo Monteiro, alertou para o facto dos portugueses terem herdado “um património riquíssimo de civilização: património de saber, de sentimentos, de bens, de solidariedade, de lembranças comuns.”⁴⁵²⁰. Efectivamente, na lógica do regime, este património e, concretamente, os monumentos, seria utilizado, a par desta revista, consciente e habilmente como um “soldado novo”⁴⁵²¹ cuja função tinha duas vertentes fundamentais: revigorar a Nação e combater aqueles que interna ou externamente se levantavam contra o colonialismo português

Assim, entre os artigos e notícias de cariz literário, cultural e artístico, encontramos, é certo que não em grande número, contributos para a valorização do património ultramarino, casos das análises de aspectos históricos ligados à fortaleza de São Jorge da

⁴⁵¹⁵ *Boletim Geral das Colónias* nº 162, 1938, p. 125; nº163, 1939, p. 53.

⁴⁵¹⁶ *Boletim Geral do Ultramar* nº420-421, 1960, p. 92.

⁴⁵¹⁷ *Boletim Geral do Ultramar* nº360, 1955, p. 35.

⁴⁵¹⁸ *Ibidem*, p. 65.

⁴⁵¹⁹ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. I, 1934, p.1.

⁴⁵²⁰ *Ibidem*, pp. 3-4.

⁴⁵²¹ *Ibidem*, p. 6.

Mina⁴⁵²², do arco dos Vice-Reis de Velha Goa⁴⁵²³, ou da descoberta⁴⁵²⁴ e reconstrução⁴⁵²⁵ do padrão de São Gregório. No volume IV da revista, no ano de 1937, encontramos um artigo de José Frederico Ferreira Martins intitulado “Monumentos Históricos”, um verdadeiro reconhecimento e elogio ao significado e importância do património arquitectónico e, simultaneamente, um apelo à sua protecção e valorização. Deste artigo interessa-nos destacar, sobretudo, o alerta para o facto do universo patrimonial português do além-mar se encontrar, à data, dividido entre ruínas cuja voz era já pouco audível e monumentos em bom estado de conservação e dotados de uma “linguagem muda, mas sugestiva e vibrante”⁴⁵²⁶. Neste sentido o autor, reconhecendo que parte desta realidade, marcada essencialmente pelo alheamento, se devia ao desconhecimento, sugeriu que os monumentos ultramarinos fossem divulgados na metrópole. Assim, propôs que se recorresse a fotografias, à elaboração de legendas explicativas e à sua exposição “num salão em Lisboa”⁴⁵²⁷. Este alerta para a possibilidade veemente de perder um património histórico-artístico de valor incalculável, “documentação em pedra, de incontestável valor histórico”⁴⁵²⁸, é, pelo esclarecimento e vigor revelados, bastante interessante, devendo-se, segundo nos parece, ao profundo conhecimento que o autor tinha dos monumentos da Índia Portuguesa e das ilhas do Índico⁴⁵²⁹. Todavia, note-se como a importância deste artigo ganha novos contornos se tivermos em consideração o facto – aludido pelo próprio Ferreira Martins – de naquela época os estudos acerca dos monumentos ultramarinos serem manifestamente escassos, sendo mais vulgares as alusões a propósito de relatos de um qualquer feito histórico⁴⁵³⁰.

⁴⁵²² *Ibidem*, pp. 407-416.

⁴⁵²³ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. II, 1935, pp. 259-267.

⁴⁵²⁴ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. V, 1938, pp. 287-290.

⁴⁵²⁵ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. VII, 1940, pp. 157-160.

⁴⁵²⁶ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. IV, 1937, p. 42.

⁴⁵²⁷ *Ibidem*, p. 45.

⁴⁵²⁸ *Ibidem*, p. 42.

⁴⁵²⁹ *Ibidem*, p. 44. Refira-se que Ferreira Martins nasceu em Panjim no ano de 1874, tendo falecido em Lisboa em 1960. Em Goa desenvolveu uma prolífera actividade de investigação, sendo autor de diversos estudos sobre a Índia Portuguesa. *O Oriente Português* conta com artigos da sua autoria.

⁴⁵³⁰ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. IV, 1937, pp. 41, 43.

Para terminar, mas retomando o contributo de Ferreira Martins, importa sublinhar o facto da revista *O Mundo Português* não ter sido realmente particularmente abonada em termos de estudos acerca de monumentos históricos, denunciando o seu entendimento daquele património como um instrumento de propaganda de enorme valor de um outro modo. Afinal, ao longo da grande maioria dos números encontramos múltiplas fotografias de monumentos portugueses do Oriente, da África ou do Brasil, muitas vezes totalmente autónomas, isto é, organizadas em blocos independentes sem ligação com os textos publicados no número, sendo ocasionalmente seguidas de informações acerca de restauros. Estas fotografias vêm geralmente acompanhadas por legendas referentes ao nome do edifício, à sua data de construção ou a alguma característica importante.

A título de exemplo refiram-se as fotografias das ruínas de São Paulo de Goa⁴⁵³¹, da igreja de Santa Catarina de Velha Goa⁴⁵³², das ruínas da fortaleza de Sofala⁴⁵³³, do “Forte do Mar”, do castelo e da sé de Diu⁴⁵³⁴, do convento do Bom Jesus de Velha Goa⁴⁵³⁵, da fortaleza dos Reis Magos⁴⁵³⁶, da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique no seu “(estado actual)”⁴⁵³⁷, dos ainda arruinados pelourinho e fortaleza de São Filipe da Ribeira Grande de Santiago⁴⁵³⁸, da fortaleza da Muxima e da porta de armas da fortaleza de Cambambe⁴⁵³⁹, do forte de Cacheu⁴⁵⁴⁰, ou de um dos baluartes da fortaleza de São João Baptista de Ajudá “reconstruídos em 1938 segundo a traça primitiva”⁴⁵⁴¹, neste caso ilustrando um texto sobre “Francisco Vilaça Kilofé, nativo de Ajudá”⁴⁵⁴². Surgem, também, fotografias de construções modernas, casos da igreja neogótica de Lolien de

⁴⁵³¹ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. V, 1938, s/p [entre p. 136 e p. 137].

⁴⁵³² *Ibidem*, s/p [entre p. 179 e p. 181].

⁴⁵³³ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. VI, 1939, s/p [entre p. 222 e p. 223].

⁴⁵³⁴ *Ibidem*, s/p [entre p. 240 e p. 241].

⁴⁵³⁵ *Ibidem*, s/p [entre p. 259 e p. 261].

⁴⁵³⁶ *Ibidem*.

⁴⁵³⁷ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. XI, 1944, s/p [entre p. 36 e p. 37].

⁴⁵³⁸ *Ibidem*, s/p [entre p. 442 e p. 443].

⁴⁵³⁹ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. X, 1943, s/p [entre p. 668 e p. 669].

⁴⁵⁴⁰ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* nº1, Série II, 1946, p. 29.

⁴⁵⁴¹ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. VII, 1940, s/p [entre p. 76 e p. 77].

⁴⁵⁴² *Ibidem*, pp. 73-76.

Canacona inaugurada no ano de 1933⁴⁵⁴³ ou da maquete da catedral de Nampula projectada por Raul Lino⁴⁵⁴⁴.

A divulgação dos monumentos históricos de Moçambique fez-se, também, através do *Moçambique – Documentário Trimestral*, um boletim publicado entre os anos de 1935 e 1961. Nesta publicação deparamo-nos com artigos dedicados a alguns dos monumentos mais marcantes da colónia, sendo estes entendidos a par da Geografia, Botânica, Medicina ou Hidrografia, como instrumentos fundamentais



Imagem 332 Fotografia da capela de Nossa Senhora do Baluarte da Ilha de Moçambique publicada no *Moçambique – Documentário Trimestral* nº10, 1937.

para acordar “a adormecida consciência da grandeza e da missão de Portugal nas terras e entre as gentes de aquém mar”⁴⁵⁴⁵. O entendimento da importância dos monumentos no seio da ancestral missão civilizadora portuguesa é evidente logo no número um, cujo primeiro artigo de Mário Malheiros foi dedicado à fortaleza de São Caetano de Sofala⁴⁵⁴⁶. A inclusão deste artigo não terá sido inócua uma vez que a fortificação abordada foi, a par da edificação militar de Quíloa, a primeira construção daquela natureza a surgir na costa oriental do continente africano. É importante sublinharmos a existência neste artigo, como em outros, de considerações patrimoniais, lamentando-se a “sonolenta incúria dos nossos maiores [que] deixou derruir o mais antigo padrão do domínio lusíada nesta costa”⁴⁵⁴⁷. Podemos ainda considerar que o desejo de comemorar e revitalizar a missão civilizadora portuguesa através da valorização dos monumentos ultramarinos teve grande influência na selecção dos artigos de carácter histórico-cultural a incluir neste *Documentário Trimestral*. Afinal, uma análise desta publicação permite-nos identificar não só artigos dedicados a fortificações, símbolos de poder militar, comercial e político, mas também a igrejas e capelas daquela colónia, testemunhos da histórica missão de evangelização. Além disso, no referido leque de textos de cariz

⁴⁵⁴³ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. V, 1938, s/p [entre p. 179 e p. 181].

⁴⁵⁴⁴ *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. XI, 1944, s/p [entre p. 428 e p. 429].

⁴⁵⁴⁵ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº1, 1935, p. 3.

⁴⁵⁴⁶ *Ibidem*, pp. 7-15

⁴⁵⁴⁷ *Ibidem*, p. 15.

histórico-artístico, note-se como o artigo “Igrejas e Capelas de Moçambique”⁴⁵⁴⁸, ao assumir o formato de uma espécie de inventário que oficialmente ainda não existia, se apresenta, precisamente por esta razão, particularmente interessante. Este artigo é, de resto, riquíssimo em fotografias dos monumentos da colónia como também o são o número dedicado à Ilha de Moçambique⁴⁵⁴⁹ e, entre outros, os estudos de diversos autores dedicados às fortificações da colónia⁴⁵⁵⁰.

A PRAÇA DE NOSSA SENHORA
DA CONCEIÇÃO EM LOURENÇO
MARQUES
E O PROJECTO DA SUA RECONSTITUIÇÃO



Ante os desenhos de edifícios com utilidade e importância das praças de armas e praças fortificadas não precisamos a propósito da praça de Lourenço Marques de uma obra militar complexa, levantada segundo os princípios de fortificação em uso na Metrópole.

Como se vêem o a arte militar de intenção diversa e traçada e a estrutura da fortificação, esta Praça tem-se a um simples quadrado cercado de freixes cortinas baixas, com dois baluartes apenas para jogar a artilharia, voltados para a campolina.

Não há defensas elevadas contra projectos de artilharia, não há merlões nas balaustradas e não devem ter estado revellins.

A campolina seria livre e de fácil saída através das esplanadas das habitações.

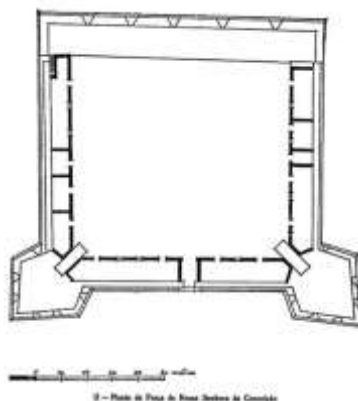


Imagem 333 A primeira página do artigo dedicado à fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e ao seu restauro. *Moçambique – Documentário Trimestral* nº43, 1945.

Imagem 334 A planta da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição publicada no *Moçambique – Documentário Trimestral* nº43, 1945.

Para concluir importa referir o facto de esta publicação ter acompanhado as mudanças inerentes à criação da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas em 1943. De facto, no ano de 1945 os apelos à necessidade de salvaguarda patrimonial deixariam de ser tímidos ou diluídos em artigos de natureza histórico-artística, passando a ser perfeitamente assumidos. Assim, no número 43 desta publicação deparamo-nos com a publicação de um relatório da autoria do arquitecto Joaquim Santiago Areal e Silva cujo tema era o projecto de reconstituição da praça de Nossa Senhora da Conceição de Lourenço Marques⁴⁵⁵¹. Trata-se de um relatório acompanhado por ilustrações⁴⁵⁵².

O *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* foi criado por determinação do governador Sarmiento Rodrigues em 1945. Este boletim trimestral vigente entre 1946 e 1973 enquanto publicação do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, assumia-se como um

⁴⁵⁴⁸ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº10, 1937, p. 61.

⁴⁵⁴⁹ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº42, 1945, 190 p.

⁴⁵⁵⁰ É possível encontrar estudos acerca das fortificações de Moçambique nos números 1, 31, 43, 65, 66 deste periódico.

⁴⁵⁵¹ *Moçambique – Documentário Trimestral* nº43, 1945, pp. 23-44.

⁴⁵⁵² *Ibidem*, p. 29.

“órgão de Informação e Cultura”⁴⁵⁵³, tendo contribuído ao longo dos anos para a divulgação de estudos científicos, literários, históricos e artísticos e, consequentemente, para a “elevação do nível cultural”⁴⁵⁵⁴ da colónia. Na verdade esta publicação destaca-se particularmente pelos artigos científicos dedicados a questões tão variadas como a doença do sono ou a morfologia de determinadas larvas, sendo as temáticas artístico-culturais manifestamente mais escassas. Ainda assim, a par destes artigos e de secções permanentes, surgem alusões a monumentos celebrativos, caso daquele inaugurado no ano de 1947 e dedicado a Nuno Tristão⁴⁵⁵⁵, ou à descoberta de bronzes antigos por Teixeira da Mota (1920-1982) na segunda metade da década de 50⁴⁵⁵⁶. Contudo, no âmbito deste estudo, o mais relevante dos artigos data de 1971 e é da autoria do major de Infantaria Nuno Valdez dos Santos: “As Fortalezas de Bissau”⁴⁵⁵⁷. Neste artigo, no âmbito da história das fortificações da Guiné, Valdez dos Santos refere a propósito do forte de São José de Amura, conforme mencionámos anteriormente, que a “vida da fortaleza, quase que se pode dizer que até aos nossos dias, decorreu entre amotinações da sua guarnição e obras de restauro.”⁴⁵⁵⁸ Após elencar uma série de citações de documentos que comprovam o constante estado de ruína dessa fortaleza, o autor analisa as intervenções mais recentes, caso da campanha de 1946 que, como vimos, foi motivada pelas comemorações do *V Centenário da Descoberta da Guiné*. Este artigo, como outros desta publicação, foi ilustrado com uma série de fotografias perfeitamente legendadas – neste caso dos canhões da fortificação – que permitem ao leitor familiarizar-se com o monumento em causa.

No ano de 1963 dar-se-ia início à publicação do boletim da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique: o *Monumenta*. Tendo tratado as características desta publicação no capítulo referente ao estudo do caso desta colónia, neste momento resta-nos referir que este boletim foi desde o seu início profusamente ilustrado com imagens, sobretudo fotografias, mas também gravuras antigas do universo patrimonial em causa. A importância deste boletim enquanto veículo disseminador da imagem dos

⁴⁵⁵³ *Boletim Cultural da Guiné* nº1, 1946, p. 9.

⁴⁵⁵⁴ *Ibidem*, p. 5.

⁴⁵⁵⁵ *Boletim Cultural da Guiné* nº especial [comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné], 1947, pp. 507-526.

⁴⁵⁵⁶ *Boletim Cultural da Guiné* nº59, 1960, pp. 625-633.

⁴⁵⁵⁷ *Boletim Cultural da Guiné* nº103, 1971, pp. 481-519.

⁴⁵⁵⁸ *Ibidem*, p. 497.

monumentos de Moçambique prende-se com o facto de se tratar de uma publicação altamente especializada que, como tal, privilegiou frequentemente a divulgação dos trabalhos de restauro anteriormente analisados. A título de exemplo refiram-se algumas das capas – sempre diferentes a cada número – com fotografias da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique⁴⁵⁵⁹, do retábulo da capela do Bom Jesus de Quelimane⁴⁵⁶⁰, dos aquartelamentos daquela fortaleza⁴⁵⁶¹, do púlpito da igreja de São Paulo da ilha de Moçambique “depois de restaurado”⁴⁵⁶² e da igreja de Santo António do mesmo território “depois de restaurada, em 1969”⁴⁵⁶³.



Imagem 335 Capa do boletim *Monumenta* com uma fotografia aérea da fortaleza de São Sebastião. *Monumenta* nº1, 1965.

A presença de imagens dos monumentos do ultramar na imprensa diária também foi uma realidade e merece, sem dúvida, um estudo particular. Para ilustrar esta situação podemos referir o caso do *Diário Popular*, “o jornal da tarde de maior tiragem e expansão”⁴⁵⁶⁴, que a 20 de Outubro de 1961, portanto numa fase marcada pela afirmação dos movimentos de libertação e condenação internacional, publicou um número dedicado ao Império. Aqui encontramos na secção das generalidades um artigo do Visconde de Lagoa dedicado aos “Portugueses no Oriente. Afonso de Albuquerque

⁴⁵⁵⁹ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº1, 1965.

⁴⁵⁶⁰ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº 2, 1966.

⁴⁵⁶¹ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº 3, 1967.

⁴⁵⁶² *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº 6, 1970.

⁴⁵⁶³ *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique* nº 7, 1971.

⁴⁵⁶⁴ *Diário Popular*, 20 de Outubro de 1961, p. 1.

em Goa”⁴⁵⁶⁵ ilustrado por fotografias da fachada da igreja do Bom Jesus de Velha Goa, das ruínas da igreja dos jesuítas de Macau ou da fortaleza de Diu. Na secção da Guiné encontramos uma fotografia da igreja paroquial da Bolama⁴⁵⁶⁶, da catedral de Bissau⁴⁵⁶⁷, obra dos anos 30 do século XX, bem como de outras construções modernas, caso do edifício do Museu da Guiné Portuguesa e do colégio Liceu de Bissau, entre outras. A secção de São Tomé e Príncipe é dominada por fotografias de edifícios modernos, caso do cinema Império⁴⁵⁶⁸, testemunhos da capacidade de realização do governador Carlos Gorgulho. No entanto, nesta secção deparamo-nos, também, com uma fotografia da igreja de Nossa Senhora da Conceição⁴⁵⁶⁹. Na secção de Angola observa-se uma situação idêntica, com o predomínio de fotografias de construções recentes, mas também da igreja de Nossa Senhora do Cabo de Luanda⁴⁵⁷⁰, templo com origens em Quinhentos, possivelmente o mais antigo da cidade, e outras imagens da fortaleza de São Miguel⁴⁵⁷¹. A igreja de Malanje, obra da segunda década de Novecentos, e outros templos coevos, caso da capela de Nossa Senhora do Monte de Sá da Bandeira⁴⁵⁷², também surgem representadas neste periódico⁴⁵⁷³. As construções mais recentes, como a sé catedral de Lourenço Marques⁴⁵⁷⁴ e do Liceu Salazar⁴⁵⁷⁵, dominam a secção dedicada a Moçambique. A igreja e casa professa do Bom Jesus de Velha Goa voltam a figurar neste mesmo número do *Diário Popular*, desta feita na secção da Índia⁴⁵⁷⁶ e nas vésperas da invasão perpetrada pela União Indiana. Na mesma secção encontra-se uma fotografia da sé de Velha Goa⁴⁵⁷⁷ e da fortaleza e sé de Diu⁴⁵⁷⁸. O farol e a capela de Nossa Senhora da Guia e a ermida da Penha⁴⁵⁷⁹ surgem na secção de Macau como testemunhos que atestam, a par do edifício do Leal Senado⁴⁵⁸⁰ e do mais recente Hospital de São

⁴⁵⁶⁵ *Ibidem*, “Generalidades”, p. 4.

⁴⁵⁶⁶ *Ibidem*, “Cabo Verde e Guiné”, p. 16.

⁴⁵⁶⁷ *Ibidem*, “Cabo Verde e Guiné”, p. 5.

⁴⁵⁶⁸ *Ibidem*, “S. Tomé”, p. 1.

⁴⁵⁶⁹ *Ibidem*, “S. Tomé”, p. 7.

⁴⁵⁷⁰ *Ibidem*, “Angola”, p. 3.

⁴⁵⁷¹ *Ibidem*, “Angola”, pp. 8-9, p. 13.

⁴⁵⁷² *Ibidem*, “Angola”, p. 31.

⁴⁵⁷³ *Ibidem*, “Angola”, p. 17.

⁴⁵⁷⁴ *Ibidem*, “Moçambique”, p. 3.

⁴⁵⁷⁵ *Ibidem*, “Moçambique”, pp. 12-13.

⁴⁵⁷⁶ *Ibidem*, “Índia, Macau e Timor”, p. 1.

⁴⁵⁷⁷ *Ibidem*, “Índia, Macau e Timor”, p. 2.

⁴⁵⁷⁸ *Ibidem*, “Índia, Macau e Timor”, p. 4.

⁴⁵⁷⁹ *Ibidem*, “Índia, Macau e Timor”, pp. 5-6.

⁴⁵⁸⁰ *Ibidem*, “Índia, Macau e Timor”, p. 7.

Rafael⁴⁵⁸¹, entre outras construções modernas, “as virtudes da civilização cristã e as qualidades do povo português”⁴⁵⁸² no Extremo Oriente. A icónica gruta de Camões também não foi esquecida nesta publicação⁴⁵⁸³. Portanto, concluímos que no caso deste número especial do *Diário Popular* houve, sobretudo, uma intenção de divulgar os resultados da dedicação e investimento da metrópole nestes territórios ultramarinos cuja ligação a Portugal, conforme testemunham as imagens de monumentos históricos remontava, pelo menos, à centúria de Quinhentos.



Imagem 336 Fotografia das ruínas de São Paulo de Macau no *Diário Popular*, 20 de Outubro de 1961.



Imagem 337 Fotografia das muralhas da fortaleza de Diu no *Diário Popular*, 20 de Outubro de 1961.

3. EM SELOS, NUMERÁRIO E MEDALHAS

A análise dos selos emitidos no contexto em estudo afigura-se como mais uma forma de conhecermos e avaliarmos o grau de divulgação da imagem do património arquitectónico ultramarino tanto nas próprias colónias como na metrópole. Neste momento iremos focar-nos, essencialmente, em casos de selos em que foram reproduzidas imagens de monumentos históricos restaurados entre os anos de 1930 e 1974, referindo alguns casos de edifícios modernos quando consideramos tal acção relevante⁴⁵⁸⁴.

⁴⁵⁸¹ *Ibidem*.

⁴⁵⁸² *Ibidem*, “Índia, Macau e Timor”, p. 5.

⁴⁵⁸³ *Ibidem*, “Índia, Macau e Timor”, p. 7.

⁴⁵⁸⁴ Ao longo deste capítulo poderíamos ter referido muitos outros casos de edifícios que figuraram em selos emitidos nas colónias, casos do Liceu Nacional Afonso de Albuquerque da Índia Portuguesa (1955), da Escola Média de Goa (1952), do Banco Nacional Ultramarino de Macau (1964), do Colégio-Liceu Dr. Vieira Machado de Timor e do Centro de Saúde de Díli (1966), entre outras construções modernas que merecem um estudo direccionado para este tema.

Segundo Oliveira Marques⁴⁵⁸⁵ a Inglaterra foi, no ano de 1847, a primeira potência colonial a emitir selos para os seus territórios ultramarinos. Depois deste caso dos selos britânicos para a ilha Maurícia, seguir-se-ia a Espanha com as Filipinas no ano de 1854, enquanto Portugal viria a emitir selos com o desenho de uma coroa para São Tomé e Príncipe e Angola no ano de 1870. Mais tarde surgiriam outros modelos com os perfis de D. Luís ou de D. Carlos, com os mesmos perfis reais mas com a sobrecarga “REPUBLICA”, ou a série “Ceres”. Com excepção para o caso dos selos comemorativos do *IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia* (1898), a renovação da imagem dos selos das colónias, isto é, a introdução de imagens que não fossem apenas efígies dos soberanos e, sobretudo, de séries comemorativas⁴⁵⁸⁶, ocorreu somente a partir do ano de 1938 com a criação, emissão e circulação da série “Império Colonial Português”. Todavia, de acordo com Oliveira Marques, só se notou um verdadeiro aumento do número de séries comemorativas e, por conseguinte, a substituição dos modelos em circulação no ultramar, a partir do ano de 1948, datando dessa fase o surgimento de novas séries-base na quase totalidade das colónias portuguesas, exceptuando os casos de Angola e da Índia Portuguesa⁴⁵⁸⁷. A partir de então começariam a circular, entre outras, as interessantíssimas séries das “Aves” (1951) e “Animais” (1953) de Angola, dos “Peixes” (1951) e das “Borboletas” (1953) de Moçambique, dos “Insectos” da Guiné (1953), dos “Frutos” de São Tomé e Príncipe (1948) e das “Flores” de Macau (1953) e Timor (1950).

Por outro lado, relativamente à emissão e circulação de selos de temática colonial na metrópole podemos mencionar os seguintes casos⁴⁵⁸⁸: a emissão comemorativa da /

⁴⁵⁸⁵ Oliveira Marques, “Os Modernos Selos do Ultramar Português”, *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo* nº7, 1957, s/p.

⁴⁵⁸⁶ Num deserto de selos comemorativos há que ter em consideração as excepções do *IV Centenário da Morte de Vasco da Gama* (1924-1925) em Moçambique e na Índia, de Mouzinho de Albuquerque (1930-1931) em Moçambique ou da *Exposição do Corpo de São Francisco Xavier* (1931) na Índia. Cf. Oliveira Marques, *op. cit.* Para um levantamento das emissões de séries comemorativas nas colónias vide *Selos Postais Colónias Portuguesas*, s.l., AFINSA Portugal, 2011, 451 p., il.

⁴⁵⁸⁷ Refira-se ainda que a Companhia de Moçambique emitiu selos para os territórios sob a sua administração entre os anos de 1892 e 1941. A Companhia do Niassa teve uma prerrogativa idêntica entre os anos de 1898 e 1929. Cf. *Selos Postais Colónias Portuguesas*, s.l., AFINSA Portugal, 2011, pp. 343, 363.

⁴⁵⁸⁸ Para a elaboração deste levantamento servimo-nos do estudo realizado por Carlos Kullberg e publicado em vários álbuns dedicados aos selos de Portugal. Cf. Carlos Kullberg, *Selos de Portugal*. s.l., Edições Húmus, 2006, Álbum II, III e IV, il.

Exposição Colonial Portuguesa (1934), o tipo “Caravela” (1943, 1948/1949)⁴⁵⁸⁹, a série “Navegadores Portugueses” (1945)⁴⁵⁹⁰, as emissões comemorativas do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier* (1952)⁴⁵⁹¹, do *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* (1960)⁴⁵⁹², do *Centenário do Banco Nacional Ultramarino* (1964)⁴⁵⁹³, do *V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral* (1969)⁴⁵⁹⁴, do *Centenário do Nascimento de Gago Coutinho* (1969)⁴⁵⁹⁵, do *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama* (1969)⁴⁵⁹⁶, do *150º Aniversário da Independência do Brasil* (1972) ou do *Cinquentenário da I Travessia Aérea Lisboa-Rio de Janeiro* (1972). Simultaneamente, parece-nos necessário frisar que também constatámos o facto de várias comemorações coloniais terem incluído a emissão de séries especiais de selos mas não de imagens de monumentos. Assim aconteceu, por exemplo, no centenário do nascimento de António Enes ou no *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*⁴⁵⁹⁷. Mas passemos aos casos dos exemplares ilustrados com imagens de monumentos.

Começemos a nossa análise pelo caso de São Tomé e Príncipe. No ano de 1938, como já vimos, o presidente Óscar Carmona protagonizou a primeira viagem presidencial às colónias portuguesas de São Tomé e Príncipe e Angola. Nesta ocasião foi emitido e colocado em circulação nestes territórios um selo comemorativo com a imagem de um padrão no meio de vegetação tropical e duas legendas: “Império Colonial Português” e “Primeira viagem presidencial às colónias 1938”.

Nesta ocasião em São Tomé e Príncipe foram colocados em circulação selos no valor de, pelo menos, 80 centavos, 1\$75 e 20 escudos. Estes selos terão integrado a série intitulada “Império Colonial Português” colocada em circulação no ultramar e da qual fizeram parte exemplares comemorativos de figuras históricas como Vasco de Gama,

⁴⁵⁸⁹ Este selo foi desenhado por Jaime Martins Barata. Cf. Irisalva Moita, coord., *Restrospectiva da obra do Pintor Martins Barata*, Lisboa, Museu da Cidade, 1988, s/p [Maquetas para selos].

⁴⁵⁹⁰ Os selos com os retratos de Gil Eanes, João Gonçalves Zarco, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, frei Gonçalo Velho e Diogo Cão foram desenhados por Jaime Martins Barata. Cf. Irisalva Moita, *op. cit.*, s/p [Maquetas para selos].

⁴⁵⁹¹ Este selo foi desenhado por Manuel Lapa (1914-1979).

⁴⁵⁹² Este selo foi desenhado por José Pedro Roque.

⁴⁵⁹³ Este selo foi desenhado por Cândido da Costa Pinto (1911-1976).

⁴⁵⁹⁴ Este selo foi desenhado por José Pedro Roque.

⁴⁵⁹⁵ Este selo foi desenhado por Cândido da Costa Pinto.

⁴⁵⁹⁶ Estes selos foram igualmente criados por Jaime Martins Barata. Cf. Irisalva Moita, *op. cit.*, s/p [Maquetas para selos].

⁴⁵⁹⁷ Acerca destes casos *vide* Maria Isabel João, *op. cit.*, pp. 492-495.

Mouzinho de Albuquerque, Afonso de Albuquerque ou o Infante D. Henrique mas, também, alusões às obras de fomento o que, conforme foi notado por Oliveira Marques, “comprometia a unidade histórica dos outros quatro assuntos”⁴⁵⁹⁸. A este propósito refira-se ainda a estampa da mesma série para o correio aéreo com um desenho alusivo aos grandes feitos da aviação portuguesa. Todos os motivos desta série foram desenhados por Arnaldo Ressano Garcia⁴⁵⁹⁹ (1880-1947) com a impressão realizada a talhe doce na Bradbury Wilkinson & Co. de Londres⁴⁶⁰⁰.



Imagem 338 Selo de 80 c. alusivo à viagem presidencial de 1938. Colnect.com.



Imagem 339 Selo de 1\$75 E. alusivo à viagem presidencial de 1938. Colnect.com.



Imagem 340 Selo de 20 E. alusivo à viagem presidencial de 1938. Colnect.com.

Mais tarde, no ano de 1970, foi emitido um selo com uma imagem da sé catedral de São Tomé e Príncipe e respectiva legenda no valor de 2\$50 escudos. Trata-se de um exemplar de uma série emitida e colocada em circulação por ocasião do centenário do selo (1870-1970) de São Tomé e Príncipe⁴⁶⁰¹. A inclusão neste exemplar da imagem do primeiro selo colocado em circulação no ano de 1870 nesta colónia reforça o aspecto comemorativo da série⁴⁶⁰². No ano de 1969 o monumento que assinala a linha do Equador no ilhéu das Rolas também foi divulgado através de um selo comemorativo do centenário de Gago Coutinho (1869-



Imagem 341 Selo de 2\$50 com a fachada da sé catedral de São Tomé.

⁴⁵⁹⁸ Oliveira Marques, *op. cit.*, s/p.

⁴⁵⁹⁹ Oliveira Marques, *op. cit.*, s/p.

⁴⁶⁰⁰ *Selos Postais Colónias Portuguesas*, s.l., AFINSA Portugal, 2011, p. 33.

⁴⁶⁰¹ O ano de 1970 ficou marcado pela emissão de outros selos comemorativos em São Tomé e Príncipe: *V Centenário da Descoberta de São Tomé e Príncipe*, viagem presidencial e centenário do nascimento do marechal Óscar Carmona.

⁴⁶⁰² Os outros selos desta série, um com diversos selos sobrepostos a vegetação local e outro com uma imagem do moderno edifício dos CTT de São Tomé, também incluem imagens do primeiro selo colocado em circulação neste arquipélago.

1959), o responsável pela missão geodésica realizada neste local entre os anos de 1915 e 1918.

Em Cabo Verde a série “Império Colonial Português” de 1938 também esteve em circulação, no entanto sem os selos com a imagem do padrão. No ano de 1948 foi emitida a série “Vistas de Cabo Verde” com desenhos de M. Jorge e de Alberto Sousa⁴⁶⁰³. Porém, ao contrário do que iremos ver no conjunto de selos com imagens das vistas de Macau, nestes casos não conseguimos identificar representações de monumentos nas paisagens das diferentes ilhas da província.

Na Guiné o centenário dos quinhentos anos da descoberta do território ficou marcado pela emissão de uma série de selos comemorativos. Neste ano de 1946, além de selos com retratos do descobridor Nuno Tristão, de João Teixeira Pinto, capitão responsável pela ocupação militar da Guiné (1913-1915), do governador Honório Barreto e de Ulysses Simpson Grant (1822-1885), o presidente norte-americano que no ano de 1870 decidiu a favor de Portugal numa contenda com a Inglaterra relativa à posse de Bolama, foram emitidos dois selos com imagens de monumentos.



Imagem 342 Selo comemorativo com desenho de Alberto Sousa do forte de Cacheu. Colnect.com



Imagem 343 Selo comemorativo com desenho de Alberto Sousa da igreja de Bissau. Colnect.com

Referimo-nos a um exemplar de 30 centavos com um desenho do forte de Cacheu da autoria de Alberto Sousa e um outro da autoria do mesmo artista alusivo à recente sé catedral cuja transformação tinha sido entregue aos arquitectos João Simões (1908-1995) e José Manuel Galhardo Zilhão um ano antes⁴⁶⁰⁴. Notamos, por isso, uma interessante procura de equilíbrio através da reprodução nestes selos da imagem de um monumento militar ilustrativo da primeira fase de ocupação desta região por forças

⁴⁶⁰³ *Selos Postais Colónias Portuguesas*, s.l., AFINSA Portugal, 2011, p. 89.

⁴⁶⁰⁴ Ana Vaz Milheiro, “Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)”, *arq.urb* nº2/2º semestre, 2009, p. 86.

portuguesas e de uma construção religiosa que testemunha a continuidade da aposta lusitana nesta colónia da África Ocidental.

Relativamente aos selos decorados com imagens de monumentos de Angola podemos referir que no ano de 1938 foi emitida uma estampa postal com uma representação do padrão de São Jorge, marco originalmente levantado no ano de 1482 aquando da chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire no âmbito da sua viagem de exploração da costa ocidental africana. Trata-se do mesmo selo que vimos ter sido emitido em São Tomé por ocasião da viagem presidencial de Óscar Carmona no ano de 1938. Quanto ao desenho do selo, a dita representação do padrão com as legendas “Império Colonial Português”, “Angola” e o valor, terá resultado, como vimos no caso de São Tomé e Príncipe, de uma gravura a talhe doce da autoria da empresa londrina Bradbury, Wilkinson & Co. Ltd., cuja impressão foi realizada em folhas de papel de cem selos⁴⁶⁰⁵. Nesta ocasião foram emitidos selos de 80 centavos, 20 e 1,75 angolares.



Imagem 344 Selo de 80 centavos. Carlos Kullberg, *Selos de Angola. Angola e Congo*, 2008.



Imagem 345 Selo de 20 angolares. Carlos Kullberg, *Selos de Angola. Angola e Congo*, 2008.



Imagem 346 Selo de 1,75 angolares. Carlos Kullberg, *Selos de Angola. Angola e Congo*, 2008.

A passagem do Tricentenário da Restauração de Angola no ano de 1948 ficou marcada pela emissão de uma série de selos comemorativos. Entre estes selos com desenhos de Alberto Sousa⁴⁶⁰⁶ e impressos pela Litografia Maia do Porto em folhas de cinquenta⁴⁶⁰⁷, encontram-se três exemplares com representações de monumentos que, como vimos, são coevos do período comemorado: a ermida de Nossa Senhora da Nazaré e a fortaleza de São Miguel, ambas em Luanda, e a fortaleza de Massangano. Em todos os casos destes selos de 5 e 10 centavos ou de 20 angolares, as imagens surgem acompanhadas

⁴⁶⁰⁵ Carlos Kullberg, *Selos de Angola. Angola e Congo (1870/1974)*, s.l., Edições Húmus, 2008, s/p [p. 42].

⁴⁶⁰⁶ *Ibidem*, s/p. [p. 46].

⁴⁶⁰⁷ *Ibidem*.

da legenda “Tricentenário da Restauração de Angola 1648-1948”. Note-se que a par da representação das pedras de Yelala onde foram gravadas inscrições evocativas da passagem dos navegadores enviados por D. João II, caso de Diogo Cão, os selos com as imagens dos três monumentos mencionados são os únicos exemplares desta série de dez exemplares que não representam retratos de figuras relevantes para a história da descoberta e reconquista de Angola.



Imagem 347 Selo de 5 centavos. Carlos Kullberg, *Selos de Angola. Angola e Congo*, 2008.



Imagem 348 Selo de 10 centavos. Carlos Kullberg, *Selos de Angola. Angola e Congo*, 2008.



Imagem 349 Selo de 20 angulares. Carlos Kullberg, *Selos de Angola. Angola e Congo*, 2008.

No ano de 1963 foi emitida a série de dezoito selos das “Igrejas de Angola”, uma colecção impressa pela Litografia Nacional do Porto em folhas de cinquenta exemplares, cujo valor variava entre os 10\$, 20\$, 30\$, 40\$, 50\$, 1\$, 1\$50, 2\$, 2\$50, 3\$, 3\$50, 4\$, 4,50\$, 5\$, 7\$50, 10\$00, 12\$50 e 15\$ com as respectivas cores⁴⁶⁰⁸. Neste conjunto exclusivamente dedicado ao património arquitectónico religioso de Angola, além das legendas referentes ao valor, “República Portuguesa” ou “Angola”, observa-se a imagem e nome dos templos, a saber: sé catedral de Sá da Bandeira, igreja de Landana, sé catedral de Luanda, igreja de Gabela, capela de São Martinho da Baía dos Tigres, sé catedral de Malange, igreja de São Pedro de Chibia, igreja de Nossa Senhora do Pópulo de Benguela, igreja de Jesus de Luanda, igreja matriz de Camabatela, igreja da missão de Cabinda, igreja da Vila Folgares, igreja de Nossa Senhora da Arrábida no Lobito, igreja de Nossa Senhora Rainha do Mundo de Cabinda, igreja de Cacuso de Malange, igreja da missão de Lubango, igreja da missão de Huíla e igreja de Nossa Senhora do Cabo em Luanda. Nota-se, portanto, uma grande variedade ao nível da época de construção e da localização geográfica destes templos escolhidos para figurar numa série filatélica que testemunha na perfeição a vitalidade da acção evangelizadora portuguesa iniciada mais

⁴⁶⁰⁸ *Diário do Governo* nº256, I Série, “Portaria nº20 142”, 31 de Outubro de 1963, p. 1688.

de quatrocentos anos antes e, conseqüentemente, a importância da Igreja Católica nesta então província portuguesa ultramarina.



Imagem 350 O selo com a imagem da sé catedral de Sá da Bandeira. Colnetct.com.



Imagem 351 O selo com a imagem da igreja de Lândana. Colnetct.com.



Imagem 352 O selo com a imagem da sé catedral de Luanda. Colnetct.com.



Imagem 353 O selo com a imagem da igreja de Gabela. Colnetct.com.



Imagem 354 O selo com a imagem da capela de São Martinho da Baía dos Tigres. Colnetct.com.



Imagem 355 O selo com a imagem da sé catedral de Malange. Colnetct.com.



Imagem 356 O selo com a imagem da igreja de Cacuso. Colnetct.com.



Imagem 357 O selo com a imagem da igreja de Nossa Senhora da Arrábida no Lobito. Colnetct.com.



Imagem 358 O selo com a imagem da igreja de Nossa Senhora do Cabo. Colnetct.com.



Imagem 359 O selo com a imagem da igreja de São Pedro de Chibia. Colnetct.com



Imagem 360 O selo com a imagem da igreja de Nossa Senhora do Pópulo de Benguela. Colnetct.com



Imagem 361 O selo com a imagem da igreja de Jesus de Luanda. Colnetct.com



Imagem 362 O selo com a imagem da igreja da missão de Cabinda. Colnetct.com.



Imagem 363 O selo com a imagem da igreja de Camabatela. Colnetct.com.



Imagem 364 O selo com a imagem da igreja de Cabinda. Colnetct.com.



Imagem 365 O selo com a imagem da igreja da missão do Lubango. Colnetct.com.



Imagem 366 O selo com a imagem da igreja de Vila Folgares. Colnetct.com.



Imagem 367 O selo com a imagem da igreja da missão de Huila. Colnetct.com.

Na década de 40 a imagem dos templos mais antigos da capital de Moçambique foi preterida em relação à reprodução da imagem de uma das igrejas mais modernas da mesma colónia. Efectivamente, por ocasião das comemorações do *IV Centenário da Fundação da cidade de Lourenço Marques* (1944)



Imagem 368 Selo comemorativo da estada de Camões na Ilha de Moçambique com imagem da capela de Nossa Senhora do Baluarte. Colnect.com.

determinou-se a emissão de selos com a imagem da catedral de Lourenço Marques, da estação de caminho-de-ferro e do edifício da Câmara Municipal⁴⁶⁰⁹. Tratam-se de desenhos de Alberto Sousa reproduzidos pela Litografia Nacional. Bastante mais tarde, no ano de 1969, por ocasião do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique* a Casa da Moeda reproduziu uma imagem da capela de Nossa Senhora do Baluarte da Ilha de Moçambique. Este selo no valor de 2\$50 escudos foi colocado em circulação aquando do centenário camoniano a par de outros exemplares com o retrato do poeta e imagens de uma nau, da Ilha de Moçambique e da portada d'*Os Lusíadas*⁴⁶¹⁰.

Em relação à Índia Portuguesa temos conhecimento da emissão de um selo de 9 rúpias impresso pela Litografia Nacional para o Correio da Índia Portuguesa no qual se observa uma imagem do arco dos Vice-Reis de Velha Goa com a respectiva identificação. Trata-se de um selo colocado em circulação no ano de 1946 e, como tal, a imagem é a do arco antes dos restauros realizados nos anos de 1952 e 1953. Mais tarde, no ano de 1951, o Ministério do Ultramar determinou que fosse emitida uma série comemorativa do tricentenário do nascimento do pe. José Vaz (1651-1711)⁴⁶¹¹, religioso nascido em Goa e missionário no Sri Lanka, interessando-nos



Imagem 369 O arco dos Vice-Reis num selo de 1946. Colnect.com.

destacar que quatro dos selos em circulação no Estado da Índia no valor 2 réis, 1, 3 e 10

⁴⁶⁰⁹ *Diário do Governo* nº235, I Série, "Portaria nº10:761", 26 de Outubro de 1944, p. 1006.

⁴⁶¹⁰ *Diário do Governo* nº126, I Série, "Portaria nº24 090", 28 de Maio de 1969, p. 590.

⁴⁶¹¹ *Diário do Governo* nº213, I Série, "Portaria nº13:710", 16 de Outubro de 1951, p. 900.

tangas contaram com imagens do “frontispício em ruínas”⁴⁶¹² da igreja de Sancoale. Trata-se de um trabalho da Litografia Portuguesa com a referida imagem e as legendas alusivas ao valor, ocasião, designação do templo e da província ultramarina. Na mesma ocasião, além de selos com a imagem do venerando padre, foi emitido um exemplar com uma figuração do oratório da casa do homenageado.



Imagem 370 Selo comemorativo do tricentenário do nascimento do pe. José Vaz com uma imagem do frontispício da igreja de Sancoale. Colnect.com.



Imagem 371 O túmulo de São Francisco Xavier num selo comemorativo da morte do Apóstolo das Índias. Colnect.com.

Um ano depois, por ocasião das comemorações xaverianas de 1952, foi emitido também na Índia Portuguesa, entre outros, um selo com uma representação do túmulo de São Francisco Xavier localizado na igreja do Bom Jesus. Este selo no valor de uma pataca foi igualmente emitido em Timor no mesmo ano. Uma vez mais tratava-se de um exemplar produzido pela Litografia Nacional que esteve em circulação por ocasião do *IV Centenário da Morte de São Francisco Xavier* na Índia Portuguesa, Macau e Timor⁴⁶¹³, portanto nas províncias portuguesas do Oriente mas, também, na metrópole⁴⁶¹⁴.

Por ocasião do *450º Aniversário da Fundação do Estado da Índia* (1505-1955) foram emitidas três séries de selos⁴⁶¹⁵, uma alusiva aos vice-reis e governadores da Índia, outra a indo-portugueses ilustres e aquela que verdadeiramente nos interessa dedicada às fortalezas da Índia⁴⁶¹⁶. Estamos perante seis selos de 2, 2 ½, 3 ½, 5 e 12 tangas ou 1 rúpia

⁴⁶¹² *Ibidem*.

⁴⁶¹³ *Diário do Governo* nº194, I Série, “Portaria nº14:073”, 2 de Setembro de 1952, p. 892.

⁴⁶¹⁴ *Diário do Governo* nº276, I Série, “Portaria nº 14 188”, 10 de Dezembro de 1952, p. 1296.

⁴⁶¹⁵ *Selos Postais Comemorativos do 450º Aniversário da Fundação do Estado da Índia (1505-1955)*, Lisboa, Ministério do Ultramar, Direcção-Geral de Fomento, Serviços de Valores Postais, 1955, s/p [p. 1].

⁴⁶¹⁶ *Diário do Governo* nº259, I Série, “Portaria nº15 618”, 26 de Novembro de 1955, p. 1070.

com a inscrição alusiva ao aniversário e uma imagem devidamente legendada das seguintes fortalezas: Baçaim, Bombaim, Damão, Diu, Cochim e Goa. Tratam-se de exemplares da Litografia Maia do Porto realizados a partir de imagens que constam no *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* de António Bocarro.



Imagem 372 A fortaleza de Baçaim no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.



Imagem 373 A fortaleza de Bombaim no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.



Imagem 374 A fortaleza de Damão no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.



Imagem 375 A fortaleza de Diu no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.



Imagem 376 A fortaleza de Cochim no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.



Imagem 377 A fortificação de Goa no selo comemorativo de 1955. Colnect.com.

No ano de 1948 Alberto Sousa desenhou uma série de selos referentes a diferentes vistas de Macau. Entre estes desenhos reproduzidos pela Litografia Nacional encontra-se um selo de 2 avos com uma imagem da fortaleza do Monte e respectiva legenda, bem como um outro de 3 avos intitulado de “vista parcial” no qual é possível identificar a

ermida de Nossa Senhora da Penha. A “Porta do Cerco”, o pagode da Barra, o edifício dos Correios e o edifício do Leal Senado também surgem representados em selos de 1, 2 e 3 patacas ou 10 avos respectivamente.



Imagem 378 Selo de 1948 com desenho da fortaleza do Monte de autoria de Alberto Sousa. Colnect.com.



Imagem 379 Vista parcial de Macau com desenho da ermida da Penha no canto superior esquerdo. Colnect.com.



Imagem 380 Desenho da “Porta do Cerco” da autoria de Alberto Sousa em selo de 1948. Colnect.com.

No ano de 1960 a imagem da ermida da Penha voltou a ser reproduzida num selo de 76 avos pertencente a uma série dedicada ao correio aéreo, observando-se neste caso um avião a sobrevoar o templo.



Imagem 381 A ermida da Penha em selo de série dedicada ao correio aéreo de Macau. Colnect.com.



Imagem 382 Vista da baía da Praia Grande com desenho da igreja de Santa Clara ao centro. Colnect.com.



Imagem 383 Vista da baía da Praia Grande com imagem da colina da Guia e respectiva fortaleza e farol. Colnect.com.

Numa vista da Baía da Praia Grande da mesma série de selos, sendo este de 50 avos, é possível identificar a igreja de Santa Clara. Num outro exemplar com uma imagem da mesma baía vista da Penha conseguimos vislumbrar na colina da Guia o respectivo farol e fortaleza. Refira-se ainda que parte da fachada do edifício oitocentista do Teatro D.

Pedro V também figurou num selo comemorativo do seu centenário (1872-1972), um exemplar de 2 patacas reproduzido pela Imprensa Nacional Casa da Moeda.

No início do ano de 1974 foi igualmente colocado em circulação um selo de 60 avos comemorativo do 1º centenário da inauguração do Hospital Conde de São Januário⁴⁶¹⁷ com representações da construção inicial neogótica demolida no início da década de 50 do século XX e do novo edifício.

Relativamente a Timor, além do selo com uma imagem do túmulo de São Francisco Xavier colocado em circulação por ocasião das comemorações realizadas em Goa no ano de 1952, encontramos apenas dois exemplares de 1961 com a reprodução de uma habitação tipicamente timorense. Estes selos pertencem a uma série dedicada à arte indígena cuja reprodução ficou a cargo da Casa da Moeda.

Para concluir este momento de estudo dedicado a estes selos temáticos refira-se que o arquitecto Luís Benavente também compreendeu o contributo da filatelia, “um dos elementos através dos quais pode ser feita a divulgação de um país”⁴⁶¹⁸. Por esta razão no ano de 1961 este arquitecto propôs o lançamento de uma emissão de selos postais alusiva aos “Monumentos do Ultramar”, uma forma de divulgar os monumentos e consequentemente a ancestralidade e legitimidade do colonialismo português num período em que este era já grandemente contestado, sendo nas palavras de Luís Benavente um modo de:

*mostrar ao mundo que desde há séculos possuímos e nos encontramos, depois de na sua maioria os termos descoberto, territórios, onde desde essa data iniciamos arquitectonicamente um prolongamento da Metrópole, com características a ela idênticas.*⁴⁶¹⁹

Ao contrário do que aconteceu no caso dos selos, a emissão de numerário com fins comemorativos parece ter sido pouco comum durante este período⁴⁶²⁰. Por outro lado, relativamente à utilização da imagem de monumentos ultramarinos notamos que apesar de esta ser uma realidade menos frequente quando em comparação com o caso

⁴⁶¹⁷ *Diário do Governo* nº9, I Série, “Portaria nº18/74”, 11 de Janeiro de 1974, p. 31.

⁴⁶¹⁸ ANTT, FLB, cx. 94, pt. 606, doc. 15, 22 de Março de 1961.

⁴⁶¹⁹ *Ibidem*.

⁴⁶²⁰ Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 479.

dos selos e de se limitar ao universo das notas, existem, de facto, exemplares que cumprem este requisito.

Em Moçambique no ano de 1950 esteve em circulação uma nota de 50 escudos com a efígie de Eduardo da Costa (1865-1907), um dos heróis das campanhas de ocupação de Moçambique, governador do distrito homónimo desta colónia (1896-1898), governador do distrito de Benguela (1903) e governador-geral interino de Angola (1906-1907)⁴⁶²¹. No mesmo ano surgiu uma outra nota de 100 escudos com a efígie de Aires de Ornelas (1866-1930), protagonista dos combates de Marracuene ou de Inhambane, governador-geral de Moçambique (1866-1898) e ministro da Marinha e Ultramar (1906-1907)⁴⁶²². Estes dois exemplares pertenciam a uma série conhecida internamente no Banco Nacional Ultramarino como a “emissão Heróis da Ocupação”⁴⁶²³. No entanto o que mais nos interessa são os versos destas notas emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino durante a administração de Marcello Caetano e gravadas pela empresa londrina Thomas de La Rue & Company Limited. Aqui encontramos um desenho da porta de armas da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique, elemento notável desta fortificação quinhentista que, recorde-se, foi intervencionada em meados do século XX. Quanto à imagem da porta de armas propriamente dita, refira-se que esta foi gravada a partir de uma fotografia enviada pelo Banco Nacional Ultramarino à empresa sediada em Londres⁴⁶²⁴. A pedido do banco a fotografia original terá sido manipulada, excluindo-se as imagens de uma guarita e de um candeeiro, bem como a sombra projectada pela coroa que encima a porta⁴⁶²⁵. Por esta razão a zona do escudo que se encontrava oculta pela coroa na fotografia que serviu de modelo a esta gravura acabou por ser refeita⁴⁶²⁶.

⁴⁶²¹ Acerca de Eduardo da Costa *vide* António Júlio Belo de Almeida, *Eduardo da Costa*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas da Agência Geral das Colónias/Ática, 1938, 279 p., il.

⁴⁶²² Acerca de Aires de Ornelas *vide* Eduardo Lupi, *Aires de Ornelas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, 32 p.

⁴⁶²³ Nuno Fernandes Carvalho, “*Moçambique*” *As campanhas de pacificação nas emissões do BNU*, s.l., Gabinete de Património da Caixa Geral de Depósitos, 2014, p. 1, disponível em <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Documents/Campanhas-Pacificacao-BNU-Mocambique.pdf>, consultado a 11 de Agosto de 2015.

⁴⁶²⁴ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁶²⁵ *Ibidem*, pp. 4-5.

⁴⁶²⁶ *Ibidem*.



Imagem 384 Verso da nota de 100 escudos com a imagem da porta de armas da fortaleza de São Sebastião da Ilha de Moçambique. Nuno Fernandes Carvalho, *“Moçambique” As campanhas de pacificação nas emissões do BNU, 2014.*



Imagem 385 Fotografia que serviu de modelo. Observe-se a presença da guarita e do candeeiro à esquerda bem como a sombra sobre o brasão, elementos eliminados aquando da execução da gravura para as notas em causa. Nuno Fernandes Carvalho, *“Moçambique” As campanhas de pacificação nas emissões do BNU, 2014.*

O mesmo padrão de Diogo Cão que, como vimos, figurou nos selos comemorativos da viagem presidencial de Óscar Carmona a São Tomé e Príncipe e Angola no ano de 1938, voltou a ser representado numa nota de 5 angulares colocada em circulação nesta colónia da África Ocidental no ano de 1947. Esta nota foi emitida pelo Banco de Angola, instituição criada no ano de 1926 com direito exclusivo de emissão de notas, e impressa pela Waterlow & Sons Ltd. de Londres com a efígie do general Carmona e um colono instruindo dois indígenas na arte da plantação. O autor deste desenho, Jaime Martins Barata (1899-1970), designou esta composição na sua fase de estudo como “O Futuro”⁴⁶²⁷. O verso desta nota conta, como dizíamos há momentos, com uma imagem do padrão de Diogo Cão e com uma citação de parte do discurso proferido pelo presidente Carmona aquando da sua visita à Ponta do Padrão a 3 de Julho de 1938: “Proclamo neste lugar sagrado da Pátria a unidade indestrutível e eterna de Portugal d’aquém e d’além-mar. Ponta do Padrão, 3-7-1938 general Carmona. 1438-1938” No mesmo espaço uma figura feminina acompanhada por uma indígena aponta para uma caravela que se aproxima anunciando a chegada dos portugueses que viriam a erguer aquele padrão. Tratar-se-á de uma representação alegórica da “Metrópole” e de

⁴⁶²⁷ Irisalva Moita, coord., *op. cit.*, s/p [Estudos para notas (angulares), encomendadas pelo Banco de Angola em 1943, 1944, etc.].

“Angola”. Estes desenhos foram encomendados a Jaime Martins Barata por volta de 1943, ano da solicitação da realização de estudos destinados à renovação dos títulos fiduciários do Banco de Angola⁴⁶²⁸.



Imagem 386 Frente da nota de 5 angulares com a efígie do presidente Carmona. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.



Imagem 387 Verso da mesma nota com o padrão de Diogo Cão à direita. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.

Mais tarde, por ocasião do *III Centenário da Restauração de Angola* (1948), foram criadas duas notas comemorativas no valor de 1 e de 2 e ½ angulares que, simultaneamente, vieram resolver o problema de falta de moeda divisionária de baixo valor⁴⁶²⁹. Destes exemplares colocados em circulação apenas no ano de 1950⁴⁶³⁰ pelo governo-geral de Angola com gravuras de Thomas de La Rue & Company Limited, interessa-nos destacar a nota de 2 e ½ angulares com a representação do ataque português à fortaleza de São Miguel de Luanda no ano de 1648 que, como vimos, à data estaria ocupada pelas forças holandesas.



Imagem 388 Frente da nota de 2 ½ angulares com a cena da conquista da fortaleza de São Miguel. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.



Imagem 389 Verso da mesma nota. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.

⁴⁶²⁸ *Ibidem*, s/p [Biografia, p. 4].

⁴⁶²⁹ Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s.l., s.n., s/d, vol.4: Colónias (Angola), p. 76.

⁴⁶³⁰ *Ibidem*.

O que mais nos interessa na frente desta nota é, naturalmente, o facto de esta cena bélica apresentar uma imagem daquela fortificação, uma demonstração do claro entendimento e valorização deste monumento enquanto testemunho evocativo da vitória portuguesa nas guerras da restauração da administração portuguesa em Angola. No verso desta nota encontra-se a imagem de um rinoceronte.

A fortaleza de São Miguel de Luanda figurou em outra nota de 20 angulares do Banco de Angola. Uma vez mais trata-se de um exemplar impresso pela casa Thomas de La Rue & Company Limited segundo desenho de Jaime Martins Barata⁴⁶³¹.



Imagem 390 A fortaleza de São Miguel de Luanda na nota de 20 angulares com a efígie de Salvador Correia de Sá e Benevides. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo, s/d*.



Imagem 391 O verso da mesma nota com a representação do ataque português à fortaleza de São Miguel. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo, s/d*.

Na frente surge a efígie de Salvador Correia de Sá e Benevides, uma representação parcial da fortificação e uma imagem do mesmo herói responsável pela reconquista de Angola. No verso encontramos uma representação do ataque português aos holandeses refugiados na fortaleza de São Miguel. Estas notas terão sido impressas com duas datas distintas: 1 de Dezembro de 1944 e de 1 de Março de 1951⁴⁶³².

Para concluir o estudo desta temática refira-se que aquando do estabelecimento do escudo como sendo a moeda de todas as províncias portuguesas ultramarinas (1953) começaram a surgir novas notas em Angola⁴⁶³³. Nestes exemplares, além da utilização das imagens de figuras importantes da história da província, caso dos exploradores Silva Porto (1817-1890), Henrique de Carvalho (1843-1909), Serpa Pinto (1846-1900), Roberto Ivens (1850-1889) e Brito Capelo (1831-1901), de paisagens naturais ou de animais

⁴⁶³¹ Irilvalva Moita, coord., *op. cit.*, s/p [Estudos para notas (angulares), encomendadas pelo Banco de Angola em 1943, 1944, etc.].

⁴⁶³² Nuno Coutos, *op. cit.*, p. 64.

⁴⁶³³ Nuno Coutos, *op. cit.*, p. 82.

autóctones, foram introduzidas representações de obras resultantes das políticas de fomento, casos do silo do porto do Lobito, do aeroporto Craveiro Lopes de Luanda, da ponte Salazar erguida sobre o rio Kwanza, do porto de Luanda ou da barragem das Mabubas. No entanto, as imagens dos monumentos históricos não foram totalmente abandonadas, sendo possível constatar a presença de padrões na nota de 20 escudos com a imagem do silo, na de 50 escudos juntamente com a pista do aeroporto, na de 100 escudos com a ponte, na de 500 escudos com o porto ou na de 1000 escudos com a barragem⁴⁶³⁴. Estamos, portanto, perante uma tentativa de estabelecimento de uma ligação harmoniosa entre os momentos de descoberta, exploração e ocupação efectiva desta colónia da África Ocidental mas, também, de divulgação dessa realidade favorável à imagem da administração portuguesa ultramarina.



Imagem 392 Frente da nota de 100 escudos com a efígie de Serpa Pinto e as imagens da ponte Salazar e do padrão à esquerda. O verso era ilustrado por uma manada de elefantes. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.

Na Índia Portuguesa a Ditadura Civil herdou da Ditadura Militar um conjunto de notas bilíngues – com inscrições em hindi e português – colocadas pela primeira vez em circulação no ano de 1926⁴⁶³⁵. Em algumas notas no valor de 5, 10 e 20 rúpias emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino e impressas pela Thomas de la Rue & Co. constava uma representação do templo de Bhuteshvara em Jind⁴⁶³⁶, espaço dedicado a Shiva. A escolha e manutenção desta imagem é bastante curiosa porque neste caso, ao contrário do que temos vindo a observar, estamos perante um templo hindu localizado num dos

⁴⁶³⁴ No ano de 1962 foram emitidas novas notas com os mesmos desenhos. No entanto as efígies dos exploradores foram substituídas pelo retrato de Américo Tomás.

⁴⁶³⁵ Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s.l., s.n., s/d, vol. 7: Colónias (Índia), p. 12.

⁴⁶³⁶ Refira-se que durante a I República estiveram em circulação notas de 1 e 2 ½ rupias com uma imagem da entrada do templo de Jagannathna da cidade de Puri. Cf. Nuno Coutos, *op. cit.*, p. 12.

principados existentes durante o domínio britânico do subcontinente indiano e não de uma figura ou construção importante para a história da soberania portuguesa neste território ultramarino. Possivelmente por esta razão no ano de 1947 a situação viria a alterar-se substancialmente, assistindo-se ao fim da produção destas notas e ao início da circulação de exemplares com a efígie de Afonso de Albuquerque, primeiro vice-rei da Índia Portuguesa.



Imagem 393 Nota de 10 rúpias com a representação do templo de Bhuteshvara. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.

No ano de 1947 deu-se início em Macau à circulação de um conjunto de notas de 1, 5, 10, 25, 50, 100 e 500 patacas conhecido como a série “Pagode”⁴⁶³⁷. A designação destas notas bilingues do Banco Nacional Ultramarino produzidas pela empresa Waterlow & Sons, Ltd remete para a representação da fachada do templo de A-Má ou da Barra, um dos mais importantes de Macau, senão recorde-se como o arquitecto Pedro Quirino da Fonseca chegou a propor a sua classificação como monumento histórico.



Imagem 394 Nota de 1 pataca com a imagem do templo da A-Má à direita. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.

⁴⁶³⁷ Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s.l., s.n., s/d, vol. 8: Colónias (Macau), p. 28.

No mesmo ano o governo de Macau procedeu à emissão de novas cédulas bilingues produzidas em Hong Kong pela Kong Kong Printing Press⁴⁶³⁸. Destas interessa-nos destacar os casos daquela no valor de 10 avos com uma imagem do farol da Guia, a primeira construção do género da costa da China, e outra no valor de 20 avos, exemplar no qual foi incluída uma representação das ruínas da igreja da Assunção de Nossa Senhora e do colégio da Madre de Deus (ruínas de São Paulo), possivelmente o monumento mais conhecido desta colónia portuguesa.



Imagem 395 Cédula de 10 avos com o farol da Guia ao centro. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.



Imagem 396 Cédula de 20 avos com as ruínas de São Paulo à esquerda. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.

Mais tarde, no ano de 1952, o Banco Nacional Ultramarino emitiu uma nota de 100 patacas com a efígie de Miguel de Arriaga Brum da Silveira, ouvidor de Macau durante mais de vinte anos. Todavia o aspecto que mais nos interessa neste exemplar produzido pela Waterlow & Sons Ltd⁴⁶³⁹ é a reprodução no verso da nota da “Porta do Cerco” com a bandeira portuguesa hasteada.



Imagem 397 Verso da nota de 100 patacas com a “Porta do Cerco”. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.



Imagem 398 Frente da nota de 100 patacas com as ruínas de São Paulo. Nuno Coutos, *Apontamentos: Escudo*, s/d.

⁴⁶³⁸ *Ibidem*, p. 35.

⁴⁶³⁹ *Ibidem*, p. 49.

No ano de 1973, já perto da queda do *Estado Novo*, foi emitida uma nova nota de 100 patacas produzida em Portugal, na Casa da Moeda, com uma imagem das ruínas de São Paulo.

Relativamente a Timor parece que as representações de património arquitectónico em numerário se resumem à reprodução de uma povoação de habitações tradicionais numa nota de uma pataca que esteve em circulação no ano de 1945 depois de ter sido impressa pela Waterlow & Sons Ltd.

Para concluir este capítulo resta referir que, segundo conseguimos apurar⁴⁶⁴⁰, a produção de medalhas com reproduções de monumentos ultramarinos parece ter sido muito escassa, senão nula, no período estudado⁴⁶⁴¹.

4. EM PINTURA E DESENHO

No ano de 1935, no âmbito de uma série de artigos escritos acerca da dita “arte indígena”, Diogo de Macedo questionou-se acerca da falta de artistas portugueses que se dedicassem à criação de obras reveladoras da tal predisposição portuguesa para descobrir, desbravar e civilizar territórios ultramarinos:

*Somos um povo colonizador, emigrativo e aventureiro. Temos colónias vastas, ricas e misteriosas. E quantos artistas portugueses as conhecem ou as amam até ao voo da elevação, e as têm procurado ou exaltado? Quantos, desde há séculos que os conquistámos? Meia dúzia!...*⁴⁶⁴²

⁴⁶⁴⁰ A inexistência de bases de dados ou de estudos aprofundados acerca deste tema dificulta bastante a tarefa de levantar as medalhas produzidas neste período que eventualmente teriam interesse para este trabalho.

⁴⁶⁴¹ Na sua tese de doutoramento Maria Isabel João refere que João da Silva criou uma medalha comemorativa do *III Centenário da Restauração de Angola* na qual se encontra inscrito o nome da fortaleza de Massangano. Esta medalha que tem como protagonista Salvador Correia de Sá e Benevides tem efectivamente a inscrição “Massangano” como tem também “S. Paulo da Assunção de Luanda” e “Angola”. Não obstante a importância da fortaleza em causa nas lutas pela independência de Angola consideramos que esta inscrição se refere ao local de uma forma geral e não apenas à fortificação. De qualquer forma nesta medalha não consta qualquer reprodução da fortaleza. Cf. Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 487; Mário Correia de Sousa, Artur Santa Bárbara, *Medalhas de João da Silva*, s.l., Gravarte, 1983, s/p [medalha de 1948].

⁴⁶⁴² *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol II, 1935, p. 245.

A mesma ideia foi defendida por Álvaro de Fontoura que no ano de 1942, elogiando a obra de Fausto Sampaio sobre Timor, se expressou da seguinte forma:

*os nossos artistas não têm pintado assuntos coloniais, como se Portugal não fosse um vasto Império, com inesgotáveis assuntos e diversidade de paisagens que é necessário tornar conhecidas como complemento e auxiliar duma educação imperial e da formação de uma consciência e mentalidade imperiais.*⁴⁶⁴³

Adicionalmente, Diogo de Macedo esclareceu que geralmente os artistas portugueses que efectivamente partiram para o ultramar e ali se dedicaram à sua arte, eram “soldados (...) que levados ali por dever de outro ofício, resolveram os ócios pela curiosidade da pintura”⁴⁶⁴⁴.

Foram esses os casos de Menezes Ferreira (1889-1936)⁴⁶⁴⁵, de Gomes da Costa e de José Joaquim Ramos (1881-1972). Relativamente a estes militares-artistas, julgamos pertinente destacar o caso de Gomes da Costa ainda que o seu período de actividade saia do espectro cronológico deste trabalho, precisamente porque temos conhecimento de obras da sua autoria na



Imagem 399 Aguarelas de Gomes da Costa representando, entre outros elementos, o arco dos Vice-Reis e as ruínas de Santo Agostinho. *O Livro dos Vice-Reis da Índia d’El-Rei D. Carlos I. Aguarelas de Manuel Gomes da Costa, 1991.*

qual surgem imagens de monumentos ultramarinos. O nome de Manuel de Oliveira Gomes da Costa surge vulgarmente associado à revolução de 28 de Maio de 1926. Na verdade, o prestigiado militar liderou o golpe que, partindo da cidade de Braga, se estendeu a todo o país e culminou com a demissão do então governo, a dissolução do parlamento e, conseqüentemente, com a queda da I República. Na sequência daquele

⁴⁶⁴³ Álvaro de Fontoura, “Alguns aspectos de Timor e a obra do pintor Fausto Sampaio”, *Fausto Sampaio. Pintor do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, p. 71.

⁴⁶⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁶⁴⁵ Militar de carreira que por altura da I Guerra Mundial integrou o corpo expedicionário enviado para Angola (1914). O testemunho artístico mais interessante da sua participação no conflito mundial em França é, sem dúvida, a obra ilustrada conhecida como *João Ninguém – Soldado da Grande Guerra* (1921). Trata-se de uma obra que vive da relação estabelecida entre o texto, os desenhos de Menezes Ferreira e as gravuras de Pires Marinho (1857-1929?) e de Bordalo Pinheiro. Esta obra das edições do CEP e dedicada a todos os “soldados de Portugal, orgulho da nossa Raça” não conta com uma única página não ilustrada. Cf. João Menezes Ferreira, *João Ninguém – Soldado da Grande Guerra*, Lisboa, Livraria Portugal-Brasil, 1921, s/p.; *Ilustração Portuguesa*, nº 696, 23 de Junho de 1919, p. 472.

golpe militar e de uma posterior desordem governativa, Gomes da Costa foi presidente da República durante menos de um mês. Todavia, o aspecto que nos interessa destacar prende-se com os momentos em que Gomes da Costa foi subchefe do Estado-Maior do Comando em Chefe nas operações contra os rebeldes na Índia Portuguesa no ano de 1895, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas em Moçambique e em Angola a partir de 1896 e 1905 respectivamente e, já durante a República, chefe interino do Estado-Maior das Forças Armadas em São Tomé e Príncipe em 1914. Apesar da inexistência de referências à Arte nas suas *Memórias*⁴⁶⁴⁶, sabemos que este militar, conforme testemunham algumas obras deixadas por si⁴⁶⁴⁷, tinha um gosto especial pela aguarela. Sem as qualidades de um grande artista, as aguarelas que conhecemos, além de uma certa ingenuidade, denunciam precisamente um gosto particular pelas temáticas exóticas, por embarcações ou construções orientais. Destas interessa-nos destacar, naturalmente, a aguarela pintada em Junho de 1914 representando o farol do forte de São Sebastião localizado na zona sul da Baía de Ana Chaves na ilha de São Tomé, ou as reproduções do arco dos Vice-Reis e das ruínas de Santo Agostinho entre outras imagens de monumentos que ilustram a obra *Os Vice-Reis da Índia – cópia da galeria existente no palácio de Nova Goa, com a mais completa colecção de autógrafos que se pode obter em Goa*⁴⁶⁴⁸. Trata-se de uma colecção oferecida pelo governador Rafael Jácome Lopes de Andrade a D. Carlos I (1863-1908) no ano de 1894, uma obra ilustrada por cento e cinco aguarelas da autoria de Gomes da Costa, sendo na sua maioria interpretações pessoais dos retratos da galeria dos Vice-Reis cujo restauro o autor, então capitão para o ultramar e ajudante de campo do governador-geral da Índia, estaria a realizar⁴⁶⁴⁹. Recorde-se ainda que, como vimos anteriormente a propósito da *Exposição Histórica da Ocupação*, Gomes da Costa foi, também, o autor de uma série de representações das fortalezas de Malaca e de Calecute, das ruínas da igreja de São Paulo de Goa e da igreja de Malaca.

⁴⁶⁴⁶ Manuel de Oliveira Gomes da Costa, *Memórias*, Lisboa, A.M. Teixeira, 1930, 254 p.

⁴⁶⁴⁷ O Museu da Presidência da República é detentor de algumas destas obras.

⁴⁶⁴⁸ *O Livro dos Vice-Reis da Índia d'El-Rei D. Carlos I. Aguarelas de Manuel Gomes da Costa*, s.l., Chaves Ferreira Publicações S.A., 1991, 140 p., il.

⁴⁶⁴⁹ Acerca desta questão vide Vera Mariz, "Os trabalhos de restauro de um capitão em 1894 – A relação entre os retratos dos vice-reis da Índia e a faceta artística de Gomes da Costa", *Conservar Património*, nº15-16, 2013, pp. 31-41.

Além destes militares-artistas podem ser mencionados casos distintos, como o de Jorge Barradas (1894-1971) que esteve em São Tomé e Príncipe no ano de 1930⁴⁶⁵⁰, de Cristiano Cruz (1892-1951) que partiu para Lourenço Marques no ano de 1919 abandonando o mundo de arte para se dedicar exclusivamente à medicina veterinária, e, sobretudo, de Fausto Sampaio, “Pintor do Ultramar Português”⁴⁶⁵¹. Estamos perante artistas que tiveram em comum, segundo Diogo de Macedo, o facto de se sentirem “atraídos pela aventura da sua arte, contentes com a vadiagem dessa aventura”⁴⁶⁵² mas não porque tivessem sido convidados ou financiados pelos governos provinciais ou pelo poder central. A este propósito Américo Chaves de Almeida viria a defender que caberia ao Estado apoiar os artistas nestas viagens ao ultramar⁴⁶⁵³, tendo alertado para o facto de em Madagáscar a arte ser de tal modo protegida que mesmo os relatórios oficiais eram ocasionalmente ilustrados por artistas⁴⁶⁵⁴.

O caso de Fausto Sampaio é, sem dúvida, o mais interessante porque na sua obra encontramos diversas imagens dos monumentos com os quais o artista contactou nas suas viagens pelos territórios ultramarinos. O primeiro contacto de Sampaio com o ultramar português ocorreu no ano de 1934, momento em que teve a oportunidade de realizar “um estágio de alguns meses de labuta artística”⁴⁶⁵⁵ em São Tomé e Príncipe porque o seu irmão, Dr. Carlos Sampaio, era funcionário naquela ilha e terá incentivado o artista a visitá-lo. Como resultado no ano seguinte Fausto Sampaio apresentou uma exposição de pintura na Sociedade Nacional de Belas Artes⁴⁶⁵⁶.

⁴⁶⁵⁰ Desta estada de alguns meses resultou, sobretudo, uma série de pinturas a óleo da paisagem exótica e luxuriante de São Tomé e Príncipe que seria apresentada em duas exposições individuais realizadas na Associação Comercial de S. Tomé e na Sociedade Nacional de Belas Artes. No ano de 1931 quatro telas resultantes da viagem a São Tomé foram expostas no pavilhão de Portugal da *Exposição Colonial Internacional de Vincennes*. Refira-se ainda que no ano de 1923 Barradas já tinha viajado até ao Brasil. Cf. António Valdemar, *Jorge Barradas*, Lisboa, Galeria S. Mamede, 1985, s/p [p. 6; Cronologia da vida e obra]. Maria João Castro, “O pintor viajante e o ultramar português: Fausto Sampaio e Jorge Barradas”, *Arte e Viagem*, s.l., Instituto de História da Arte/Estudos de Arte Contemporânea, 2012, pp. 171-175.

⁴⁶⁵¹ *Fausto Sampaio, Pintor do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, 182 p.

⁴⁶⁵² *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. II, 1935, p. 245.

⁴⁶⁵³ Américo Chaves de Almeida, “Um pintor de Além-Mar – Fausto Sampaio”, *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. VII, 1940, p. 45.

⁴⁶⁵⁴ *Idem*, “A Terra do Ossobó”, *Fausto Sampaio. Pintor do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, p. 143.

⁴⁶⁵⁵ Lopo Vaz de Sampaio e Melo, “A arte ao serviço do Império”, *Fausto Sampaio. Pintor do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, p. 24.

⁴⁶⁵⁶ *Ibidem*.

Apaixonado pelos trópicos, pela sua luz, cores, paisagens e gentes, Fausto Sampaio partiria no ano de 1936/1937 para o Oriente “desajudado de qualquer subsídio do Estado, sem reclamos, sem qualquer alarde, mas cheio de boa vontade de servir a arte portuguesa, com o seu talento, e de servir o Império com a sua arte”⁴⁶⁵⁷. Ali visitou Moçambique, Singapura, Macassar, Malaca, Macau e Timor⁴⁶⁵⁸. Acerca desta viagem não podemos deixar de destacar o facto de nessa ocasião Fausto Sampaio ter fundado em Macau uma escola de pintura com aulas ministradas gratuitamente por si na Rua do Campo⁴⁶⁵⁹.



Imagem 400 As ruínas de São Paulo vistas por Fausto Sampaio. *Macau que Fausto Sampaio sentiu*, 1992.

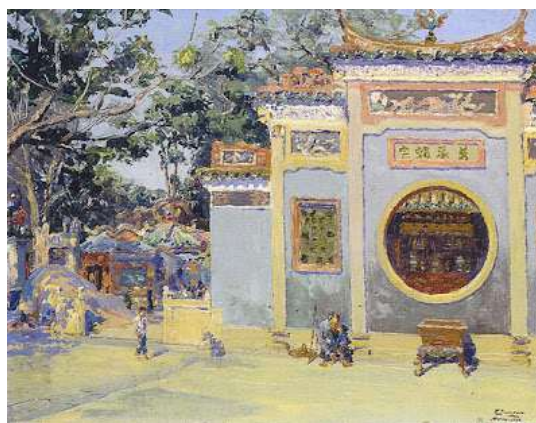


Imagem 401 A “Porta da Lua” do pagode da Barra segundo o mesmo artista. *Macau que Fausto Sampaio sentiu*, 1992.

Data precisamente desta estadia do pintor em Macau uma série de pinturas a óleo sobre tela que têm como motivos principais alguns monumentos desta província ultramarina – “Ruínas de São Paulo”, “Interior do Pagode da Barra”, “Porta da Lua no Pagode da Barra”, “Entrada no Pagode da Barra” – mas, também, um conjunto de desenhos a tinta-da-china sobre papel com um característico traço vertical, podendo referir os casos da fortaleza do Monte, da gruta de Camões, do pagode da Barra e da igreja de Santo António⁴⁶⁶⁰. Refira-se ainda que neste ano de 1937 foi organizada uma exposição do

⁴⁶⁵⁷ *Ibidem*, p. 27.

⁴⁶⁵⁸ Maria José Sampaio, co-autor, Ana Maria Amaro, co-autor, *Macau que Fausto Sampaio sentiu: o pintor Fausto Sampaio e a sua obra*, Lisboa, Missão de Macau, 1992, p. 12

⁴⁶⁵⁹ A escola encerraria após o regresso do mestre a Portugal. Cf. *Macau que Fausto Sampaio sentiu: o pintor Fausto Sampaio e a sua obra*, Lisboa, Missão de Macau, 1992, p. 38, 43-46.

⁴⁶⁶⁰ Estas obras encontram-se reproduzidas a cores no catálogo *Macau que Fausto Sampaio sentiu: o pintor Fausto Sampaio e a sua obra*, Lisboa, Missão de Macau, 1992, pp. 65-91.

mesmo artista em Macau⁴⁶⁶¹ e uma outra na Câmara Municipal de Díli⁴⁶⁶². Aquando da sua estadia em Timor Fausto Sampaio passou alguns meses na capital e arredores pintando diversos aspectos desta província ultramarina⁴⁶⁶³.

No ano de 1940 foi organizada na Sociedade Nacional de Belas Artes uma exposição de Fausto Sampaio na qual estiveram expostas mais de cem telas com motivos de São Tomé e Príncipe, Macau e Timor⁴⁶⁶⁴. A importância desta exposição foi bem resumida por Chaves de Almeida, crítico que alertou para o facto de



Imagem 402 A igreja de Santo António em Macau, desenho de Fausto Sampaio. *Macau que Fausto Sampaio sentiu*, 1992.

esta ter sido a primeira vez em que muitos dos visitantes contactaram com as imagens das gentes, paisagens e arte do ultramar português, havendo, na verdade, “tanto português que nunca supôs que a Pátria de Além-Mar tivesse aquela beleza”⁴⁶⁶⁵. Neste mesmo ano de 1940 foram expostos na secção colonial da *Exposição do Mundo Português* noventa e um quadros de Fausto Sampaio: quarenta pintados em Macau, vinte e seis em São Tomé, vinte e dois em Timor, dois em Macassar e um em Singapura⁴⁶⁶⁶.

Mais tarde, em 1942, foi organizada uma nova exposição na Sociedade Nacional de Belas Artes⁴⁶⁶⁷, ocasião em que também foram apresentadas conferências da autoria de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Álvaro de Fontoura, Jaime de Inso, Américo Chaves de Almeida, Américo Pacheco Jorge. Nesta ocasião estiveram expostas, entre outras obras, as três telas do pagode da Barra de Macau⁴⁶⁶⁸, bem como outras que tiveram como

⁴⁶⁶¹ Maria José Sampaio, co-autor, Ana Maria Amaro, co-autor, *op. cit.*, p. 32.

⁴⁶⁶² Álvaro de Fontoura, *op. cit.*, p. 47.

⁴⁶⁶³ *Ibidem*, p. 63.

⁴⁶⁶⁴ Américo Chaves de Almeida, “Um pintor de Além-Mar – Fausto Sampaio”, *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* vol. VII, 1940, pp. 43-44.

⁴⁶⁶⁵ *Ibidem*, p. 45.

⁴⁶⁶⁶ Maria José Sampaio, co-autor, Ana Maria Amaro, co-autor, *op. cit.*, p. 31.

⁴⁶⁶⁷ Fausto Sampaio. *Pintor do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942.

⁴⁶⁶⁸ Jaime do Inso, “Quadros de Macau”, *Fausto Sampaio. Pintor do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, pp. 88, 90.

motivos os pagodes de Hong-Kong-Miu, Mong-Há/Kum-lam-Tong⁴⁶⁶⁹ e as ruínas de São Paulo⁴⁶⁷⁰.

Em nova exposição realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes no mês de Dezembro de 1945 com o patrocínio do Instituto para a Alta Cultura, uma mostra exclusivamente dedicada ao Estado da Índia resultante da viagem realizada pelo pintor no ano de 1944 a Goa, Dadrá, Nagar



Imagem 403 A capela de Santa Catarina da cidade de Velha Goa, desenho de Fausto Sampaio. *Catálogo da Exposição de Fausto Sampaio (Estado da Índia – 1944)*, 1945.

Aveli, Damão e Diu⁴⁶⁷¹, esteve exposta uma série de quadros com representações de alguns dos monumentos que temos vindo a tratar⁴⁶⁷². Podemos referir, entre outras, as seguintes obras: “Castelo de Diu, Forte do Mar e Gogolá”, “Igreja do Bom Jesus”, “Fortaleza de Chaporá”, “Templos, conventos e ruínas (Velha Goa)”, “Vista da Fortaleza da Aguada”, “Ruínas de Santo Agostinho”, “Claustro do Convento de S. Francisco de Assis”, ou a “Capela de Santa Catarina”⁴⁶⁷³. A propósito desta exposição no âmbito da qual foram proferidas conferências da autoria de Mariano Saldanha, Álvaro Afonso dos Santos e Lopo Vaz de Sampaio e Melo, refira-se que no catálogo foram incluídas referências às construções que se encontravam classificadas como monumentos nacionais⁴⁶⁷⁴. A última viagem de Fausto Sampaio ao ultramar teria como destino África⁴⁶⁷⁵.

Concluimos, assim, que não obstante a falta de apoios aos artistas para que estes pudessem eventualmente deslocar-se até ao ultramar, houve de facto, a vários níveis, uma tentativa de colocar a Arte ao serviço do Império. Reconhecemos, por isso, que apesar das limitações, por exemplo, ao nível da circulação ou da frequência, tanto a Arte

⁴⁶⁶⁹ *Ibidem*, pp. 90-91

⁴⁶⁷⁰ *Ibidem*, p. 97.

⁴⁶⁷¹ Maria José Sampaio, co-autor, Ana Maria Amaro, co-autor, *op. cit.*, p. 12.

⁴⁶⁷² Maria João Castro mencionou o facto das colónias portuguesas terem sido representadas nesta exposição “através das suas fortalezas e igrejas em ruínas”. Cf. Maria João Castro, “O pintor viajante e o ultramar português: Fausto Sampaio e Jorge Barradas”, *Arte e Viagem*, s.l., Instituto de História da Arte/Estudos de Arte Contemporânea, 2012, p. 169.

⁴⁶⁷³ *Catálogo da Exposição de Fausto Sampaio (Estado da Índia – 1944)*, Lisboa, s.n., 1945, s/p.

⁴⁶⁷⁴ *Ibidem*.

⁴⁶⁷⁵ Maria João Castro, *op. cit.*, pp. 169-170.

– e referimo-nos ao desenho, à pintura, à fotografia, à gravura e mesmo à arquitectura efémera – como o Império beneficiaram desta atenção concedida ao património arquitectónico ultramarino, ao “império da Memória”, realidade difusa, longínqua e muitas vezes quase que abstracta para aqueles que a desconheciam, mas que tanto nos anos 30 como no início da década de 70 teve, realmente, uma presença real e grandemente ligada à tal necessidade de divulgar, de materializar a “memória do Império” e, sobretudo, de legitimar o colonialismo português.

Neste momento dedicado às reflexões finais, embora tenhamos procurado apresentar breves compêndios no final das matérias abordadas, parece-nos pertinente sistematizar aquelas que foram, na nossa opinião, as questões mais importantes, isto é, os temas que considerámos ser os mais esclarecedores em relação à problemática impulsionadora e orientadora desta investigação. No fundo, trata-se de um epílogo em jeito de elenco das respostas às perguntas colocadas nos momentos iniciais desta tese. Pretendemos ainda aproveitar este momento para propor eventuais temas de estudo que foram surgindo no decorrer das nossas investigações, alguns com potencial para eventualmente se afirmarem como novos contributos para o desenvolvimento dos estudos relacionados com a História e a Teoria do Restauro.

A aplicação de medidas de salvaguarda patrimonial como forma de afirmação política e ideológica

A questão colonial, a ideia de “Império Português Ultramarino”, sem ser exclusiva do *Estado Novo*, assumiu uma importância extraordinária no âmbito da ideologia deste regime. Tanto mais que a promulgação do *Acto Colonial* data do período curto mas determinante em que António de Oliveira Salazar assumiu a pasta das Colónias, uma medida que em conjunto com discursos divulgadores da ideia do colonialismo como um imperativo nacional hereditário, senão intrínseco, logo desde 1931, pode ser entendida como um testemunho do entendimento por parte do futuro presidente do Conselho de Ministros do valor agregador desta questão colonial. Efectivamente, a associação magistralmente feita por Salazar e pelos ideólogos do regime entre nacionalismo e imperialismo, insistindo-se na tal vocação para a descoberta, conquista e colonização de novos territórios, numa superioridade racial/civilizacional cientificamente comprovada ou não, no direito histórico de manter esta soberania portuguesa garantida nos séculos XV e XVI, no prestígio associado a esta situação e na sua importância para a própria independência de Portugal, foi de tal modo agregadora e tão eficazmente inculcada que só tombou quando o próprio *Estado Novo* foi derrubado.

Uma das formas de inculcação da ideia de “Império” e da sua estreita ligação com o nacionalismo foi naturalmente a propaganda, questão indissociável do entendimento e da recorrente utilização dos monumentos como testemunhos do tal imperativo intrínseco de descobrir/colonizar e do complementar dever histórico de assegurar a unidade e indivisibilidade de uma nação cujas origens, antiguidade, dignidade e grandiosidade eram perfeitamente materializadas pelos templos, fortificações, pelourinhos ou edifícios públicos erguidos no além-mar. Este entendimento do valor memorial do património arquitectónico ultramarino reflecte-se, tal como aconteceu na metrópole, na sua convocação para desempenhar papéis preponderantes no âmbito de comemorações de temática colonial. Efectivamente, vimos que num número considerável de centenários, de visitas presidenciais e de outros representantes do Estado ou da Igreja, a convocação dos monumentos em causa bem como a potencialização do seu valor memorial implicaram a realização de pequenas obras de reparação ou adaptação, o desenvolvimento de grandes projectos de restauro, a aceleração de intervenções já em curso ou a elaboração de estudos dedicados a esta realidade patrimonial.

Assim, segundo concluímos, podemos falar de um claro entendimento do valor memorial dos monumentos de interesse nacional existentes no ultramar e de uma tentativa real de afirmar a política e ideologia colonial do *Estado Novo* através da conservação, restauro e divulgação deste património como bastião da epopeia portuguesa iniciada pelo Infante D. Henrique após a conquista de Ceuta. Porém, notámos, também, que apesar deste entendimento o investimento na concretização das tais campanhas de salvaguarda patrimonial, perante as necessidades dos muitos monumentos, das dimensões e apartamento geográfico – senão também cultural e mental – do universo em causa, foi claramente insuficiente. Não podemos também deixar de explicitar que o recurso contínuo a este tipo de propaganda funcionou, na nossa opinião, como um testemunho da sobrevivência e permanência dos princípios básicos da ideologia colonial disseminada a partir dos anos 30, combatida no pós-Segunda Guerra Mundial mas resistente até 1974. O facto do decreto centralizador da salvaguarda dos monumentos de interesse nacional do ultramar datar do ano de 1958, momento em que o regime já tinha a dimensão ultramarina da Nação ameaçada, é

sintomático desta tentativa de legitimar o colonialismo português através do recurso à eloquência histórica destes monumentos.

Modelos parcialmente influenciados pela(s) realidade(s) da metrópole: uma consequência das circunstâncias próprias de cada território

Apesar da importância do colonialismo no contexto político-ideológico da época e do entendimento do valor memorial dos monumentos, ao longo deste estudo compreendemos que no confronto entre a salvaguarda do património arquitectónico da metrópole e do ultramar verificou-se um desfasamento significativo, com o primeiro a suplantar claramente o segundo, servindo-lhe inclusivamente de referência para o seu próprio desenvolvimento.

Efectivamente, observando a evolução do regime jurídico tanto ao nível dos Serviços de Obras Públicas das colónias como do Ministério do Ultramar, compreendemos que esta questão só foi tratada com a atenção que exigia depois dos anos 50 do século XX, isto é, no tal período marcado por múltiplas tentativas de refutar as críticas e condenações do colonialismo português. Sendo os serviços provinciais de Obras Públicas responsáveis pela conservação dos monumentos públicos desde a I República, a situação de carência era particularmente evidente ao nível do Ministério das Colónias/do Ultramar, datando apenas de 1957 a referência aos monumentos – juntamente com pontes, faróis, reservatórios, edifícios, pontes-cais e barragens – como sendo construções cujo estudo, informação e orientação dos trabalhos deveria ser assegurada pela DGOPC daquele ministério. Ainda assim, percebemos que apesar deste atraso é possível identificarmos algumas excepções. Referimo-nos aos casos da Índia Portuguesa onde no ano de 1895, portanto cerca de um ano depois da regulamentação da Comissão dos Monumentos Nacionais da metrópole, foi criada a CPA, organismo responsável pela classificação, inventariação e fiscalização dos monumentos de interesse nacional; e de Angola onde no ano de 1922 foi criada a igualmente interessante CMP com funções semelhantes ao organismo formado em Goa. A propósito do pioneirismo destes dois casos, constatámos, ainda, que a criação da CPA foi de facto posterior à da sua homóloga da Índia Britânica, mas que a formação da CMP de Angola foi anterior, por exemplo, à da

Commission for the Preservation of Natural and Historical Monuments and Relics, organismo criado no ano de 1936 pelo governo britânico na Rodésia do Sul.

A grande mudança teria lugar no ano de 1958 com a publicação do Decreto nº41 787, documento que definiu como sendo competência da DGOPC do Ministério do Ultramar inventariar os monumentos de interesse nacional existentes no além-mar, promover a sua classificação bem como a orientação da sua conservação e restauro. Adicionalmente, esclareceu-se que caberia à DSUH tratar das questões referentes ao cadastro, preservação e restauro de monumentos nacionais. A este nível é interessante notarmos uma certa inovação na medida em que se promoveu a simbiose entre o organismo de acção e o de consulta/orientação no seio do mesmo serviço de Obras Públicas do Ministério do Ultramar, isto é, a centralização desta questão, quando a salvaguarda dos monumentos da metrópole dependia da acção da DGEMN que estava na alçada do Ministério das Obras Públicas e da Junta Nacional de Educação, dependente do Ministério da Instrução Nacional. Em suma, a partir dos anos 50 passamos de uma ausência quase total de responsabilidade jurídica do Governo central, para um quadro paulatinamente aperfeiçoado e tendencialmente centralizado pela batuta da DGOPC do Ministério do Ultramar, situação que nunca implicou uma anulação das competências dos organismos públicos locais pois estes seriam, pelo menos em teoria, o prolongamento daquela em territórios longínquos e dispersos.

Outro aspecto importante identificado ao longo deste estudo prende-se com a dependência de legislação da metrópole ou com a carência de normas próprias. De facto, constatámos que tendencialmente tanto os governos provinciais como o próprio Ministério do Ultramar, não obstante os apelos de Luís Benavente no sentido inverso, optaram por aplicar a legislação da metrópole à realidade provincial. Assim aconteceu, por exemplo, na Índia Portuguesa em 1932 em relação aos decretos de 19 de Novembro de 1910 e o nº1 de 26 de Maio de 1911; em Moçambique e Angola nos anos de 1947 e 1950, respectivamente, em relação aos artigos referentes a monumentos nacionais do Decreto nº20:985 de 1932; ou mesmo em todo o ultramar, caso da determinação de 1953 referente à Lei nº2:032 de 1949. Esta situação explicar-se-á, na nossa opinião, pelo facto de esta ter sido a solução mais simples, a forma encontrada para contornar a ausência de um domínio total das realidades em causa e a falta de recursos para corrigir

essa situação. Senão note-se como numa primeira fase o próprio arquitecto Luís Benavente propôs a elaboração de um conjunto de normas para o inventário e classificação dos monumentos ultramarinos, tendo acabado por ser forçado a apresentar preceitos genéricos precisamente pela falta de conhecimento do universo patrimonial em causa. Ainda assim, recorde-se que por solicitação do governo provincial, o mesmo arquitecto chegou a elaborar um conjunto de preceitos específicos, o “Projecto de Legislação para a Protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde” (1971).

Ainda acerca deste tema, parece-nos igualmente importante salientar o conhecimento que parece ter havido de outras realidades, nomeadamente da CPA em relação à Índia Britânica e à sua Indian Archaeological Survey. Conforme defendemos anteriormente, não nos parece que a reactivação da CPA no ano de 1903 tenha sido totalmente independente do facto de a partir de 1901 George Cuzon ter dado um novo ímpeto à salvaguarda patrimonial no território vizinho, situação que demonstrámos ter sido conhecida pela comissão sedeadada em Goa. Concluímos, também, que já no âmbito cronológico deste estudo os responsáveis pela CPA mantiveram-se bastante atentos ao que se passava em termos de salvaguarda patrimonial no território britânico vizinho, tendo como grande fonte de informação os “Annual Reports”. Por outro lado, percebemos que Luís Benavente também estava a par do estado destas questões na Rodésia e na Gold Coast africana.

A um outro nível, portanto relativamente ao funcionamento dos estaleiros, as diferenças em relação à metrópole terão sido gritantes. Ao analisarmos os diferentes casos de estudo identificámos a prevalência de fragilidades e problemas relacionados com a falta de projectistas e de construtores mas também de materiais, situações cuja gravidade se procurava mitigar através da contratação em Lisboa de arquitectos, mestres-de-obras e mestres-de-ofícios experientes na realização deste tipo de trabalhos, da remessa de telhas, cantarias ou azulejos ou mesmo do envio das obras das colónias para Lisboa como aconteceu, por exemplo, com o pelourinho da Ribeira Grande de Santiago. Por outro lado, parece-nos do maior interesse o facto de indivíduos como Luís Benavente mas, sobretudo, Pedro Quirino da Fonseca terem fomentado o desenvolvimento de verdadeiras escolas destinadas à formação da população local de modo a habilitá-la a

realizar obras de restauro de monumentos nacionais e a sensibilizá-la para o valor do património. Deste modo e tendo também em consideração o desenvolvimento dos processos de restauro, concluímos que a prática predominante caracterizou-se pela tentativa de replicar nestes territórios a realidade da metrópole, situação muito dificultada pela falta de recursos humanos e materiais.

Os governadores, a Igreja Católica e a Fundação Calouste Gulbenkian como impulsionadores e apoiantes da salvaguarda patrimonial

Apesar da missão assumida no ano de 1958 pela DGOPC do Ministério do Ultramar e das competências dos serviços provinciais homólogos coadjuvados ou não por comissões exclusivamente dedicadas a estas questões, compreendemos que a vastidão do território em causa, associada à multiplicidade e variedade de monumentos e à sua atractividade num contexto muito marcado pela anteriormente mencionada relação entre império e nacionalismo, levaram a que alguns governadores, religiosos e entidades privadas também se interessassem e comprometessem com esta causa.

Relativamente ao papel desempenhado pelos governadores compreendemos que na maioria dos casos as medidas tomadas foram devedoras de uma obrigatoriedade política de dar continuidade à obra de um antecessor ou de seguir qualquer determinação do Governo central tanto do ponto de vista da promulgação de legislação como de obediência à ideologia e política vigentes. No entanto, não podemos deixar de destacar a sensibilidade – por vezes associada à tal obrigação política é certo, ou suscitada por outros – de Tristão Bettencourt, Vassalo e Silva, José Nobre de Carvalho, Ricardo Vaz Monteiro, Afonso Manuel Machado de Sousa, Manuel Marques de Abrantes Amaral, Manuel Sarmiento Rodrigues, Baltazar Rebelo de Sousa, António Spínola, João Craveiro Lopes ou Lopes dos Santos.

Acerca dos reflexos do saneamento do litígio que perdurava desde o Liberalismo entre o Estado e a Igreja, no referente ao património arquitectónico ultramarino concluímos que estes não foram imediatamente claros. De facto, ao analisarmos o *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor* (1926) observámos a ausência de referências à reparação, conservação ou restauro dos bens móveis e imóveis da Igreja.

Tendo em consideração alguns dos casos estudados concluímos que nesta época haveria uma certa indefinição a este nível. No período pós *Concordata* (1940) e *Estatuto Missionário* (1941) a situação seria clarificada, tendo ficado definido no segundo documento que no caso dos bens classificados a sua conservação, reparação e restauro deveria ser garantida pelo Estado mas depois de ouvida a autoridade eclesiástica. Independentemente de toda a questão jurídica, não podemos deixar de sublinhar o facto de termos identificado casos de religiosos que ao longo das suas carreiras desenvolvidas no ultramar se afirmaram como acérrimos defensores e divulgadores dos monumentos de origem portuguesa existentes naqueles territórios, casos de Manuel Joaquim Pintado, responsável pelas missões de Malaca e Singapura, do bispo de Macau D. José da Costa Nunes, do pe. António Brásio e do monsenhor António Bouças em Cabo Verde ou do pe. Manuel Alves da Cunha, vogal e presidente da comissão de monumentos de Angola. Outros houve, segundo conseguimos perceber, que assumiram o papel de restauradores, casos do pároco Manuel Honorato Antunes em São Tomé e do pe. Santana Sebastião da Cunha na Ilha de Moçambique. Note-se, no entanto, que muitas vezes o objectivo subjacente a este contributo prendia-se com a dignificação destes templos e não tanto com o desejo de restaurá-los de acordo com os princípios anteriormente identificados. Finalmente, não podemos esquecer que na cidade de Velha Goa fixou-se no ano de 1932 que os administradores dos conventos seriam responsáveis pela guarda, inventário e conservação destes espaços, cujas obras seriam concretizadas pelos Serviços de Obras Públicas.

O recurso a entidades privadas foi outra das formas encontradas para mitigar as fragilidades do programa de salvaguarda patrimonial assumido pelo Governo Português. Neste âmbito, observámos um predomínio absoluto da FCG, entidade que desde a sua criação procurou contribuir para o desenvolvimento de territórios ultramarinos. A este nível, compreendemos que relativamente à salvaguarda patrimonial foram concretizadas colaborações, pelo menos, com os governos do Quénia, Angola e Moçambique, além de contactos com Cabo Verde ou Macau. A análise destes casos permitiu-nos concluir que o modelo de actuação mais comum no referente à concretização de obras de restauro e à criação de núcleos museológicos foi a concessão de verbas e de especialistas em Arte, História ou Museologia.

A tentativa de aplicação de um modelo centralizador e pioneiro de salvaguarda patrimonial

A publicação do Decreto nº41 787 no ano de 1958 denuncia uma clara tentativa de criar um modelo de salvaguarda patrimonial de tendência centralizadora cujo funcionamento deveria ser assegurado através da colaboração do arquitecto Luís Benavente, dos Serviços de Obras Públicas e comissões de monumentos existentes nestes territórios. Esta tendência seria confirmada no ano de 1960 com a publicação de um conjunto de normas genéricas de inventário e classificação para os monumentos ultramarinos muito influenciadas pela legislação da metrópole e pela experiência de Luís Benavente enquanto director do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN. Esta ideia foi sem dúvida notável pelo pioneirismo inerente e pela ambição revelada mas a sua aplicação – tendo em consideração as dimensões do universo em causa, a sua heterogeneidade, a distância entre Lisboa e aqueles territórios, o desconhecimento das especificidades e a falta de recursos – adivinhava-se desde início extremamente difícil.

De resto, conseguimos identificar pelo menos três acontecimentos que suportam esta nossa ideia relativa à difícil implementação do programa desenvolvido a partir do ano de 1958. Referimo-nos, primeiro, ao facto de no ano de 1964 o arquitecto da CMRHM, Pedro Quirino da Fonseca, ter confessado que desconhecia as normas elaboradas em 1960 por Luís Benavente para a classificação dos monumentos ultramarinos. Deparámo-nos, também, com a criação em 1968 de uma comissão adstrita ao Gabinete de Estudos da Direcção-Geral de Educação do mesmo Ministério do Ultramar cuja missão passaria por assegurar a salvaguarda do património monumental, artístico e cultural, bem como de lugares de valor arqueológico e histórico das províncias ultramarinas. Esta comissão, tal como o serviço da DGOPC contaria com a colaboração de Luís Benavente pois, afinal, quase dez anos após a criação das normas de inventário e classificação os resultados tinham sido praticamente nulos. A dificuldade de implantação do programa em causa seria novamente denunciada alguns anos mais tarde no âmbito da primeira reunião realizada entre os responsáveis pelo património arquitectónico ultramarino. Efectivamente, ao analisarmos os resultados deste encontro cuja realização no ano de 1973 foi sem dúvida tardia, constatámos que não obstante a legislação aplicada, os programas elaborados, as normas propostas, as viagens realizadas, as obras

concretizadas ou os estudos publicados, a situação era pouco diferente daquela anterior ao ano de 1958. As directrizes da DGOPC tinham uma aplicação quase nula, o inventário geral do património arquitectónico ultramarino continuava por fazer, nos Serviços de Obras Públicas provinciais as obras de novas construções suplantavam invariavelmente as de conservação e restauro, as províncias mais pequenas permaneciam carentes de serviços operantes e de especialistas e as destruições ou a realização de obras sem critérios prosseguiram impunes. O facto de nesta ocasião se ter proposto a reformulação dos serviços existentes em Angola e Moçambique e a criação das condições mínimas nos restantes territórios é sintomático do pouco sucesso alcançado pelo programa centralizador da DGOPC do Ministério do Ultramar. Ainda assim, o estudo desta questão levou-nos a concluir que o objectivo algo fantasioso de garantir a salvaguarda de todo este universo patrimonial e o entendimento do seu valor memorial enquanto padrões da ancestral faceta ultramarina portuguesa num período em que esta era largamente escrutinada e condenada, mantiveram-se incólumes.

O incremento da salvaguarda patrimonial e a sua ligação com a importância das províncias ultramarinas e com a guerra colonial

A importância de uma província ultramarina no contexto do *Estado Novo* tem uma relação directa com o grau de desenvolvimento dos programas de salvaguarda patrimonial. Assim o demonstram os casos de Angola e Moçambique, as duas maiores possessões da África Portuguesa, mas também aquelas que mais contribuíram para a tentativa verificada a partir de meados dos anos 30 de equilibrar as finanças de Portugal através do fomento da produção de matérias-primas e da sua venda à metrópole e posterior compra de produtos manufacturados. Foi também nestas duas colónias que funcionaram as duas únicas comissões de monumentos dos territórios portugueses de África, bem como os Serviços de Obras Públicas mais dotados e capazes. Concomitantemente, notámos que a pequenez de uma província ultramarina, o seu afastamento em relação a Lisboa, a ausência de contributos reais ao nível da economia da Nação ou da sua defesa, não determinaram um total desinteresse por parte da metrópole em relação à realidade patrimonial em causa. Afinal, além destes factores temos de ter em consideração a questão da ideologia colonial *estadonovista*, a

coincidência entre colonialismo e nacionalismo, a existência de um dever histórico e moral de manter a Nação construída pelos nossos antepassados. Por esta razão, independentemente da inutilidade ou peso dos restantes territórios, casos de São Tomé e Príncipe com a sua economia extremamente volátil, da Guiné com constantes défices na sua balança comercial, da Índia Portuguesa enquanto fonte de encargo para a metrópole ou de Macau altamente dependente de bens da China e um território onde a soberania portuguesa era bastante peculiar, aqui também foram promovidas medidas pontuais ou programas de salvaguarda patrimonial desenvolvidos a partir de Lisboa. Nos casos em que os governos provinciais tinham maior interesse por estas questões e capacidade de actuação, os resultados foram manifestamente mais positivos, casos de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde – duplamente valorizado pela sua posição geoestratégica e enquanto testemunho máximo da tal aptidão dos portugueses para se adaptarem aos trópicos e ali promoverem uma vida harmoniosa com a população colonizada – da Índia Portuguesa e de Macau.

A este propósito, identificámos também o surgimento dos movimentos de libertação africanos e o despoletar da guerra colonial como factores determinantes para a intensificação destes programas de salvaguarda patrimonial devido à anteriormente mencionada necessidade de legitimar o colonialismo através da divulgação dos bastiões da epopeia portuguesa. Afinal, todo o programa de salvaguarda patrimonial desenvolvido pelo Ministério do Ultramar coincidiu precisamente com o surgimento ou afirmação dos movimentos nacionalistas de Angola, Moçambique e Guiné e mesmo na Índia Portuguesa – a primeira província portuguesa ultramarina a cair – assistimos a uma intensificação dos planos de valorização dos monumentos da cidade de Velha Goa a par do aumento das reivindicações da União Indiana.

A existência de uma multiplicidade de formas, estratégias, programas e critérios de intervenção

A identificação e análise de mais de uma vintena de programas, missões, comissões ou grupos de trabalho, aliada ao reconhecimento e exame de intervenções em mais de setenta monumentos, permitiu-nos concluir que houve, de facto, uma grande variedade

de ideias, acções e critérios que visaram, com maior ou menor convicção e sucesso, a salvaguarda do património arquitectónico ultramarino.

A este nível, observando a evolução das comissões de monumentos e dos Serviços de Obras Públicas de Angola, Moçambique mas também da Índia Portuguesa, constatámos uma claríssima tendência para a aglutinação de ambos e/ou para a perda de competências das primeiras para os segundos. Em Angola a CMP esteve desde a sua criação fortemente ligada aos Serviços de Obras Públicas. Curiosamente, aquando da criação da sua sucessora no ano de 1942, a CMN, estabeleceu-se que esta ficaria directamente sujeita ao governo-geral mas pouco depois, em 1946, determinou-se a sua dependência da Direcção dos Serviços de Obras Públicas e o seu funcionamento junto da Repartição de Edifícios e Monumentos. Esta situação acabou por ditar a perda de competências da CMN. Afinal, aquando da criação desta comissão no ano de 1942 faziam parte das suas competências propor a classificação dos monumentos nacionais, informar acerca dos mesmos, velar pela sua conservação, reparação e restauro, elaborar os projectos de obras e dirigi-las. No entanto, quando chegamos ao ano de 1964 a comissão é apresentada somente como um “órgão consultivo e orientador da restauração e conservação dos monumentos históricos da província e da criação de novos padrões”⁴⁶⁷⁶. Por outro lado, constatámos que o próprio serviço de Monumentos Nacionais da repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais tinha a sua acção muito tolhida devido a uma certa superioridade do serviço de Edifícios que acabava por monopolizar grande parte das verbas e dos recursos humanos. Em Moçambique a CMRHM, enquanto organismo responsável por estudar, classificar, divulgar mas, também, por conservar e restaurar, começou por estar sedeadada na Repartição Técnica de Estatística tendo o Arquivo Histórico responsável pelo seu secretariado. Todavia, esta situação começou a inverter-se a partir do ano de 1959, momento em que a sede da comissão passou para repartição de Edifícios das Obras Públicas. Quando chegamos ao ano de 1964 a tal aglutinação pelos Serviços de Obras Públicas e a paulatina perda de competências da CMRHM estava já perfeitamente concretizada: a comissão era agora, tal como aconteceu em Angola, um órgão consultivo cujo expediente e execução passariam para a repartição de Edifícios das Obras Públicas.

⁴⁶⁷⁶ *Diário do Governo* nº48, I Série, “Decreto nº45 575”, 26 de Fevereiro de 1964, p. 334.

O caso da Índia Portuguesa é distinto pois a CPA e os Serviços de Obras Públicas foram desenvolvendo as respectivas actividades em paralelo, muitas vezes em sobreposição e desacordo. Esta situação de sobrevivência autónoma da CPA reveste-se da maior importância na medida em que a sua extinção no ano de 1951 é, na nossa opinião, reveladora de uma certa inevitabilidade referente à centralização de todas as questões relacionadas com a salvaguarda de monumentos nacionais nos Serviços de Obras Públicas: a única das comissões de monumentos que não se uniu a estes serviços acabou por ser extinta por se considerar a dispersão de actividade prejudicial. Certo é que na metrópole esta concentração de organismos com competências patrimoniais nunca se verificou no período em causa, pois apesar de a DGEMN ter sido criada no ano de 1929 numa tentativa de reunir num só organismo os serviços de obras de monumentos nacionais, o destino deste universo patrimonial era também influenciado pela Junta Nacional de Educação. No entanto, o decreto-lei criador de um conselho consultivo na DGEMN no qual tinham assento, entre outros, o director do Serviço de Monumentos Nacionais desta direcção-geral, um representante da 6ª secção da Junta Nacional de Educação e um representante do SNI, e como missão “Acompanhar a elaboração dos planos de restauro dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público”⁴⁶⁷⁷, denuncia, sem dúvida, esse desejo de reunião concretizado em Angola e Moçambique e repellido na Índia Portuguesa.

Neste âmbito concluímos que houve, também, um entendimento generalizado, pelo menos nos territórios onde existiam comissões de monumentos, relativo à importância da classificação. Em Angola, província onde a primeira concessão do título de “monumento nacional” remonta a 1854, a criação da CMP no ano de 1922 foi quase imediatamente seguida da classificação da ermida de Nossa Senhora da Nazaré de Luanda e de outros monumentos de Massangano, Muxima, Quicombo e Cambambe. Em Moçambique, após a aparentemente inócua classificação da fortaleza de São Sebastião da Ilha no ano de 1924, foi publicada pouco mais de um mês após a criação da CMRHM uma lista de vinte e oito monumentos nacionais. Na Índia Portuguesa, um dos testemunhos da revitalização da CPA nos anos 30 do século XX foi precisamente a classificação de uma série de monumentos como sendo de interesse nacional. Em São

⁴⁶⁷⁷ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto-Lei nº36:314”, 31 de Maio de 1947, p. 489.

Tomé e Príncipe, Cabo Verde e sobretudo em Macau assistimos a tentativas significativas de promover a classificação do património em causa mas sem consequências na época. Por outro lado, sentimos que nestes casos, sobretudo durante uma primeira fase em Angola e Moçambique, houve uma certa desvalorização da questão do levantamento dos monumentos existentes, da elaboração de um inventário e organização de um tombo, o que causa alguma estranheza pois actualmente é perfeitamente consensual que a primeira fase de qualquer processo de salvaguarda patrimonial é precisamente esta, o conhecimento da realidade em causa. Ainda assim, como dizíamos, naquelas províncias assistimos à classificação de monumentos muito antes de existirem processos de inventário. Por outro lado, recorde-se que Luís Benavente sublinhou em múltiplas ocasiões a importância da inventariação anteceder a classificação.

Paralelamente constatámos a existência de um interessante pioneirismo ao nível do vocábulo que atesta estas classificações. Numa altura em que na metrópole a definição legal de monumento ainda era aquela fixada durante a I República aquando da reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos e confirmada já durante a Ditadura Militar por ocasião da reformulação da organização dos serviços de Belas Artes, ou seja, “imóveis cuja conservação represente, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico, interesse nacional”⁴⁶⁷⁸ ou “imóveis cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico”⁴⁶⁷⁹, Moçambique apresentou um conceito muito mais abrangente e moderno. De facto, o diploma legislativo criador da CMRHM fixou no ano de 1943 que o título de monumento nacional poderia ser concedido não só a edifícios como acontecia na metrópole, mas também a “sítios ou áreas de terreno; construções representativas de civilizações aborígenes; edifícios significativos da conquista e ocupação do território; objectos imóveis naturais ou de fabrico humano”⁴⁶⁸⁰. Na Índia Portuguesa, aquando da criação da CPA (1895), o conceito de monumento também surgiu associado à ideia de

⁴⁶⁷⁸ *Diário do Governo* nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, p. 2246.

⁴⁶⁷⁹ *Diário do Governo* nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, p. 433.

⁴⁶⁸⁰ *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique*, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, p. 60.

tudo o “que ainda hoje existir do viver do passado”⁴⁶⁸¹, notando-se, no entanto, um certo retrocesso aquando da reorganização de 1932, momento em que se verificou uma aproximação ao tal conceito de imóvel de interesse nacional. Na metrópole este conceito de monumento nacional só se tornaria consideravelmente mais abrangente, ultrapassando as limitações do imóvel, no ano de 1949 através da publicação da Lei nº2:032, ocasião em que “todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico”⁴⁶⁸² passam a ser susceptíveis de classificação.

Ainda relativamente a estas múltiplas formas de salvaguarda percebemos que a preocupação com a definição de zonas de protecção e a sua integração nos planos de urbanização foi recorrente e transversal a muitas das províncias ultramarinas. A grande referência para Macau, Moçambique ou para Angola foi, uma vez mais, a metrópole e concretamente os artigos 26º e 27º do Decreto nº20:985 de 1932. No entanto, a questão não era pacífica o que, na nossa opinião, é revelador do facto da legislação portuguesa não ter acompanhado a evolução de conceitos e práticas relacionados com esta questão. O raio de 50 metros parece-nos de facto insuficiente se tivermos em consideração a existência de construções que pela sua altura apesar de estarem fora dessa zona acabavam por influir na leitura do monumento pelo observador. Por esta razão, consideramos notáveis as sugestões avançadas por Luís Benavente e Armando Girão a propósito desta realidade ultramarina no sentido de se considerar a tridimensionalidade destes edifícios, de se estabelecerem limites que considerassem não só a área mas também a altura e a perspectiva. Constatámos, ainda, que a ausência destas zonas de protecção na Guiné, em Moçambique ou em Macau, cidades marcadas por um crescimento urbano abrupto e pela ausência de regulamentação, ditou muitas vezes o sufocamento dos monumentos ali existentes. Mesmo nos casos em que estas áreas foram definidas ocorreram situações insólitas como verificámos a propósito da fortaleza de São Paulo do Monte, monumento cuja zona de protecção e de não edificação foi definida no ano de 1961 e em cujo interior foi construída uma torre de observação da Estação Meteorológica de Macau no ano de 1965.

⁴⁶⁸¹ *Boletim Oficial do Governo do Estado da Índia* nº76, I Série, “Portaria nº491”, 18 de Julho de 1895, p. 628.

⁴⁶⁸² *Diário do Governo* nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.

Uma outra prática frequente, verificável no âmbito de programas de salvaguarda mais vastos ou não, foi a da musealização de muitos destes monumentos restaurados, casos do hospital da Misericórdia (Museu de Arte Sacra) e do palácio de São Paulo (Museu de Artes Decorativas e Museu de Marinha) da Ilha de Moçambique, da “Casa Amarela” (Museu da Cidade) e da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (Museu Histórico-Militar) de Lourenço Marques, do convento de São Caetano e do convento de São Francisco de Assis (Museu da Índia Portuguesa), da casa professa do Bom Jesus (Museu da Índia Portuguesa/Museu Sacro) de Velha Goa, ou da fortaleza de São Miguel de Luanda (Museu de Angola). Esta prática revela o entendimento da utilização dos monumentos como forma de garantir a sua manutenção, uma ideia internacionalmente disseminada pela *Carta de Atenas* de 1931⁴⁶⁸³ e retomada pela *Carta de Veneza* de 1964⁴⁶⁸⁴.

Concomitantemente, identificámos algumas tentativas de criação de cidades-museu vivas e usufruíveis na Ilha de Moçambique aquando das campanhas lideradas por Pedro Quirino da Fonseca, na Velha Goa por ocasião do plano de reintegração da cidade no seu ambiente histórico, arqueológico e monástico de 1959 e na Ribeira Grande de Santiago na fase de trabalhos desenvolvidos por Luís Benavente. Em todos os casos os seus promotores defenderam o desenvolvimento de programas de conservação e restauro dos monumentos existentes a par da introdução cuidada de elementos modernos fundamentais ao usufruto destes locais por visitantes estrangeiros e nacionais, casos de estradas, pontes, redes de electricidade, saneamento ou sinalização.

Por outro lado, esta questão da utilização dos monumentos musealizados está intimamente ligada a um outro aspecto identificado ao longo deste estudo: o entendimento destes núcleos patrimoniais como focos de interesse turístico. De facto, o desenvolvimento do turismo nas províncias ultramarinas sobretudo a partir dos anos 40 foi pontualmente acompanhado de referências ao potencial dos monumentos de

⁴⁶⁸³ “I Doutrinas. Princípios Gerais”, *Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*, 1931, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, consultado a 7 de Novembro de 2015.

⁴⁶⁸⁴ “Artigo 5º”, *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos – versão portuguesa sobre o texto original II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, José Manuel Fernandes, coord., Luís Benavente – arquitecto, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 70.

Angola, de Moçambique, de Cabo Verde, da Índia Portuguesa e de Macau como atracções para turistas. A propósito deste tema concluímos ainda que os propugnadores deste potencial turístico dos monumentos de interesse nacional eram simultaneamente defensores da preservação ou recuperação do seu aspecto primitivo, uma ideia que conseguimos filiar no pensamento de António Ferro para quem o sucesso do turismo nacional dependia precisamente da salvaguarda e do acentuar das características históricas, pitorescas, idiossincráticas. De resto, a existência de um entendimento desta ligação potencialmente benéfica entre a conservação e valorização de monumentos nacionais do ultramar e a actividade turística é claramente denunciada em Moçambique pelo facto da comissão de monumentos ter sido responsável desde o momento da sua criação pela “propaganda turística”⁴⁶⁸⁵ daqueles bens. Igualmente revelador desta ligação é o facto dos Centros de Informação e Turismo criados em Angola, Moçambique e na Índia Portuguesa terem sido incumbidos, a partir do ano de 1959, da promoção, recolha, conservação e defesa do património artístico, histórico e cultural mas, também, da inventariação de valores turísticos com o objectivo de elaborarem cartas turísticas de temática monumental. Segundo nos parece, esta prática foi bastante influenciada pela realidade da metrópole onde a partir dos anos 40, momento em que o turismo passou para a tutela do SPN, se assistiu a um grande incremento desta actividade, tendo começado a surgir na década de 50 pousadas instaladas em antigos conventos ou fortificações.

Relativamente aos critérios de intervenção deparámo-nos, tal como aconteceu na metrópole sobretudo a partir dos anos 50, com a coabitação de práticas e princípios num cenário marcado por um forte enraizamento da filosofia e praxis da DGEMN onde foram visíveis infiltrações de algumas novidades divulgadas em encontros internacionais nos quais os técnicos responsáveis pelos projectos, caso de Luís Benavente, participavam assiduamente. Ao nível da renovação dos princípios da DGEMN é importante salientarmos o papel desempenhado por Raul Lino enquanto disseminador das novidades relacionadas com as práticas de restauro, um arquitecto com o qual alguns destes técnicos com carreira desenvolvida no ultramar conviveram e aprenderam

⁴⁶⁸⁵ *Boletim Oficial da Colónia de Moçambique* nº8, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, p. 60.

aquando da sua juventude. O facto de um mesmo arquitecto – referimo-nos a Luís Benavente, director do serviço de monumentos da DGEMN e do Ministério do Ultramar, além de redactor da *Carta de Veneza* – defender tanto a realização de estudos prévios complexos, o registo fotográfico das campanhas, a valorização de obras modestas, a importância dos conjuntos e sítios, como a eliminação de elementos considerados parasitários por terem sido sobrepostos à forma primitiva, é sintomático da conclusão à qual chegámos.

Note-se, também, que em certos casos além da forte influência da metrópole é possível identificar uma outra situação. Referimo-nos ao caso de Macau e ao revestimento recorrente das fachadas dos monumentos com “Shangai Plaster”, uma forma de contornar a escassez de pigmentos necessários para colorir a cal vulgarmente aplicada nestes edifícios, mas também uma prática bastante comum no sudoeste asiático. A este propósito refira-se ainda que notámos a existência de temas particularmente divisórios, podendo referir aquela solução vulgarmente aplicada em Macau e muito criticada, conforme seria expectável, pelos arquitectos defensores da reintegração destes imóveis no seu aspecto primitivo, ou o caso da raspagem/aplicação dos rebocos da fachada da igreja do Bom Jesus, tema de discórdia entre Baltazar Castro, Luís Benavente, Naguexa Pissurlencar e Eugénio Sanches da Gama.

A importância da colaboração permanente de arquitectos-restauradores

O estudo da realidade ultramarina portuguesa, tanto do seu património arquitectónico como do funcionalismo público, permite-nos concluir que a carência de arquitectos especializados no restauro de monumentos era extremamente acentuada, tendo sido frequentes os apelos à DGEMN no sentido desta disponibilizar temporariamente os seus técnicos. Esses apelos foram realizados pelos governos de Moçambique, de São Tomé e Príncipe, da Guiné, da Índia Portuguesa e de Macau. Contudo, identificámos também algumas tentativas inversas que na nossa opinião, reflectem a tal intenção de centralização e de uniformização de práticas e critérios por parte do Ministério do Ultramar. Referimo-nos às missões do arquitecto Luís Benavente a Angola ou à Índia Portuguesa, e de Baltazar Castro a Moçambique, Angola e Índia Portuguesa sem que estas tivessem sido aparentemente solicitadas pelos governos locais.

Na verdade, relativamente à missão desempenhada por Baltazar Castro a Velha Goa no ano de 1951 enquanto inspector superior de Obras Públicas em comissão de serviço no Ministério do Ultramar, especialmente quando conjugada com as restantes incursões ultramarinas, somos da opinião que esta pode ser entendida como uma primeira tentativa deste ministério conhecer o universo patrimonial em causa para depois, como viria a acontecer no ano de 1958 com a publicação do Decreto nº41 787, assumir e centralizar o inventário, a classificação e orientação dos trabalhos de conservação e restauro em monumentos de interesse nacional existentes naqueles territórios.

Relativamente ao enquadramento destes contactos com os territórios ultramarinos no percurso profissional destes arquitectos identificámos duas situações distintas: enquanto Baltazar Castro e Martinho Humberto dos Reis se dedicaram à salvaguarda do património arquitectónico ultramarino após a sua aposentação do cargo de directores do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN; Fernando Batalha e Pedro Quirino da Fonseca, além do seu interesse e da elaboração de alguns estudos e propostas no caso do primeiro, não tinham tido qualquer contacto com a DGEMN e com a especialidade em causa. A par destas duas situações mais frequentes, reconhecemos ainda duas excepções relacionadas com os contributos de Joaquim Santiago Areal e Silva e de Luís Benavente. O primeiro era arquitecto do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN quando foi requisitado para desempenhar uma missão junto da CMRHM e continuou a sê-lo após este contacto irrepetível com o ultramar. O segundo, tal como Baltazar Castro, conheceu diversas províncias ultramarinas mas inicialmente fê-lo enquanto director do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN em comissão de serviço no Ministério do Ultramar. A sua extraordinária dedicação a esta causa e consequente desagrado do director-geral Henrique Gomes da Silva, acabaram por ditar a destituição do cargo desempenhado até ao momento do seu contacto com os monumentos ultramarinos.

Acerca desta questão compreendemos também que as situações de Humberto dos Reis, Pedro Quirino da Fonseca e Fernando Batalha enquanto arquitectos pertencentes aos quadros dos serviços de monumentos das respectivas províncias ultramarinas – Angola, Moçambique e Angola – eram atípicas, podendo ser explicadas pelo maior desenvolvimento das Obras Públicas nestes territórios. Ainda acerca destes casos,

apesar de todas as dificuldades relacionadas com a falta de recursos humanos, materiais e financeiros, sentimos que houve de facto uma evolução ao nível do reconhecimento da importância da presença permanente de um arquitecto-restaurador. Assim o revela a avidez demonstrada pelos Serviços de Obras Públicas de Angola aquando da necessidade de substituir Humberto dos Reis após o seu regresso à metrópole mas, sobretudo, o facto da reestruturação da orgânica dos serviços provinciais de Obras Públicas do ultramar no ano de 1972 ter determinado a inclusão de um arquitecto especializado no restauro de monumentos na secção de técnicos-chefes dos quadros de pessoal permanente de Angola e Moçambique. Foi uma conquista tardia é certo, mas não deixa de ser significativa. A prática mais comum era, no entanto, a organização de missões temporárias que pela sua curta duração e grandes necessidades dos monumentos em causa acabavam por revelar-se insuficientes, sabendo, por exemplo, que os trabalhos iniciados por Areal e Silva e Baltazar Castro em Moçambique e em Velha Goa, respectivamente, ficaram por concluir, e que a impossibilidade de Luís Benavente acompanhar integralmente o decurso das obras projectadas para os monumentos de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné também acabaria por prejudicar o andamento dos trabalhos.

As práticas e os critérios seguidos, conforme mencionámos anteriormente, destoaram pouco da realidade da metrópole, assistindo-se, essencialmente, a um acompanhamento dos princípios e *praxis* da DGEMN com os eventuais afastamentos devedores do surgimento e divulgação de novas ideias. Contudo, conseguimos destacar algumas características distintivas do pensamento e prática de alguns destes arquitectos-restauradores. Embebido nos princípios divulgados pela “escola” de Baltazar Castro, Joaquim Santiago Areal e Silva procurou recuperar o aspecto primitivo dos monumentos com os quais contactou em Moçambique, identificando-se, no entanto, uma preocupação considerável com a necessidade de estudar documentação antiga e de promover escavações. A sensibilidade e importância concedida por Martinho Humberto dos Reis à História da Arte, situação em grande parte devedora da sua amizade com Mário Chicó, é evidente no tempo e recursos despendidos por este arquitecto com estudos prévios dos monumentos de Angola e na anulação de obras recentes realizadas sem critério. Fernando Batalha foi mais do que um arquitecto-

restaurador, foi um homem do património que ao longo da sua carreira em Angola procurou sistematicamente – mesmo quando desempenhava apenas funções em gabinetes de arquitectura e urbanismo – proteger e divulgar as igrejas, fortificações, pinturas, esculturas, habitações, ruínas, vestígios arqueológicos ou bens naturais da província. Dois dos aspectos mais interessantes desta sua actividade em prol do património foram a tentativa de fortalecer a relação entre monumentos e turismo e o interesse que tinha pelo Brasil, tendo sido vários os contactos conhecidos no sentido de se familiarizar com as práticas de salvaguarda do património daquele país. Em termos de práticas de restauro notamos o predomínio do tal desejo de reintegração dos monumentos no seu aspecto primitivo mas, também, um claro refreamento devedor do desconhecimento dessas características. Esse foi, também, o caminho seguido por Luís Benavente, um homem que conforme confessou sempre teve o sonho de integrar o Serviço de Monumentos Nacionais e que acabaria por dedicar a sua vida à salvaguarda do património da metrópole e do ultramar. Assumindo uma certa postura de servidor da Pátria herdada dos seus antepassados, revelou-se incansável nesta sua missão de salvaguarda do património arquitectónico ultramarino, devendo-se-lhe um número considerável de obras de conservação e restauro dos monumentos de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde além de outras tantas propostas não concretizadas, normas de inventário e de classificação, projectos de legislação específica para aquela província, levantamentos, a sensibilização dos vários governos provinciais, enfim a tentativa pioneira de concretizar um complexo programa de salvaguarda deste vastíssimo universo patrimonial. Reunimos, ainda, uma série de factores que consideramos fundamentais para compreender o pensamento e características da prática de Luís Benavente, a saber: os familiares e amigos ligados à arquitectura, casos de Tertuliano Lacerda Marques, Luís Cristino da Silva e Porfírio Pardal Monteiro, a estadia em Coimbra quando a Alta da Cidade estava a ser recuperada, o projecto da capela de Nossa Senhora de Fátima da igreja de Santo Eugénio que lhe permitiu conviver assiduamente com os especialistas italianos em restauro no período pós-Segunda Guerra Mundial, a direcção do Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN, as férias no estrangeiro e as participações em conferências internacionais, não podendo deixar de destacar o papel desempenhado no congresso de arquitectos e técnicos de monumentos realizado em Veneza no ano de 1964. Pedro Quirino da Fonseca foi menos internacional do que

Benavente mas foi igualmente dedicado ao património. O seu contributo para a salvaguarda dos monumentos de Moçambique, sobretudo da Ilha, é incontornável, tendo constatado que a reactivação e modernização da CMRHM deveu-se precisamente a este arquitecto. De facto, apesar de ter partido para esta província ultramarina sem sequer ter realizado um estágio na DGEMN, Quirino revelou um interesse notável pelo património arquitectónico, artístico, arqueológico e natural de Moçambique, interessando-nos destacar particularmente a sua dedicação aos materiais e processos construtivos tradicionais e o facto de ter conseguido promover a sua reabilitação através da formação da população local devidamente organizada em equipas especializadas.

A grande diversidade de formas de divulgação da imagem do património arquitectónico ultramarino

Uma das estratégias desenvolvidas em prol da defesa e da divulgação da realidade ultramarina portuguesa foi, sem dúvida, a reprodução e a circulação de imagens de alguns dos mais eloquentes testemunhos da obra de civilização portuguesa promovida além-mar, o património arquitectónico. Essas imagens surgiam, conforme constatámos, com uma frequência considerável tanto no âmbito de exposições coloniais, como em publicações, em selos, notas, em pinturas ou desenhos, sobre as quais gostaríamos de tecer algumas considerações finais.

Ao elencar as diversas formas de representação do património arquitectónico ultramarino constatámos o predomínio de fotografias e diapositivos nas paredes e vitrinas das salas das exposições nacionais e internacionais de temática colonial. Além desta forma de divulgação das fortificações e templos das províncias portuguesas ultramarinas e de outros territórios outrora sob domínio português, identificámos outras práticas recorrentes: a exposição dos padrões – reais ou réplicas – erguidos por Diogo Cão em África e de maquetes de fortalezas portuguesas, memórias dos primeiros tempos de descoberta e conquista além-mar. Deparámos-nos, também, com uma outra prática do maior interesse e que pode ser relacionada com a *Exposição Internacional Colonial de Paris* (1931) onde foi revelada uma réplica do templo Angkor Vat em tamanho real. Referimo-nos às reproduções tridimensionais de monumentos ultramarinos, construções efémeras realizadas sobretudo com estafe, muitas vezes à

escala real e denotando uma interessantíssima preocupação com o rigor, com a reconstituição meticulosa dos referentes, casos do farol da Guia e do arco dos Vice-Reis na *I Exposição Colonial Portuguesa* (1934), da fortaleza de Muxima da *Exposição-Feira de Luanda* (1938), da já desaparecida fortaleza de Sofala na *Exposição Histórica, Cultural, Comercial e Agrícola da Beira* (1939) ou da capela de São Francisco Xavier, dos arcos dos Condenados e de Nossa Senhora da Conceição, do palácio do Visconde de Bardim de Velha Goa ou de um pagode de Macau na *Exposição do Mundo Português* (1940).

O estudo de alguns boletins e revista da época permitiu-nos aferir uma vez mais esta presença de imagens dos monumentos ultramarinos em espaços total ou parcialmente orientados para questões artístico-culturais. Neste âmbito, consideramos importante destacar os casos do *Oriente Português*, periódico da CPA da Índia Portuguesa cuja origem remonta ao ano de 1903, sendo absolutamente pioneiro na publicação sistemática de artigos, desenhos e fotografias de temática patrimonial; do *Boletim Geral das Colónias/do Ultramar* pela sua força enquanto publicação de grande circulação da Agência Geral das Colónias/do Ultramar; ou do *Monumenta*, boletim altamente especializado da CMRHM que privilegiou a utilização de fotografia dos monumentos da província, tema da maioria das suas capas.

A presença de imagens de monumentos ultramarinos em selos foi bastante significativa, notando-se uma clara ligação entre a emissão/circulação destes exemplares e a comemoração de centenários de temática colonial. Todavia, note-se que geralmente estas séries especiais eram colocadas em circulação apenas nos respectivos territórios ultramarinos e, como tal, acabavam por contribuir sobretudo para a disseminação da imagem destes monumentos no ultramar e não tanto na longínqua metrópole. A este propósito destaquem-se ainda os contributos de Arnaldo Ressano Garcia e Alberto Sousa entre outros artistas que contribuíram para a renovação da imagem dos selos portugueses.

Constámos, também, que apesar da escassez de artistas portugueses que no período em questão foram até às colónias portuguesas ou se debruçaram sobre temas ultramarinos, muito possivelmente devido à falta de apoios do Estado, temos o caso absolutamente incontornável de Fausto Sampaio, artista impressionista que dedicou alguns anos da sua carreira ao contacto com os territórios portugueses dos continentes africano e asiático.

Neste caso concreto podemos falar de um contributo duplamente importante, dado que aquando das suas viagens ao ultramar este artista expunha a sua obra, chegando mesmo a organizar escolas de pintura e a fomentar o desenvolvimento da produção artística local e, por outro lado, aquando do seu regressos à metrópole, contribuía directamente para a divulgação da imagem dos monumentos de origem portuguesa daquelas paragens longínquas através da realização de várias exposições da maior relevância.

Perspectivas em aberto

A extraordinária extensão do outrora Portugal ultramarino bem como o elevadíssimo número de exemplares do respectivo património arquitectónico erguido, preservado, perdido ou destruído ao longo de quase cinco séculos não nos permite afirmar que o presente estudo é absolutamente conclusivo. Além destes factores é importante ter em consideração que apesar do exaustivo trabalho arquivístico desenvolvido ao longo destes quatro anos de trabalho, houve situações em que condicionantes externos não possibilitaram a consulta de documentação potencialmente relevante para este tema. Ainda assim, consideramos que ao indagar uma série de assuntos até este momento intocados pela historiografia ou ao aprofundar outros temas mais conhecidos, contribuímos para um maior domínio do universo da História e Teoria do Restauro. Concomitantemente, fomos expondo algumas questões que poderão conduzir a novas investigações relacionadas, por exemplo, com os antecedentes da problemática estudada, com a contextualização deste tema no universo mais lato das potências coloniais europeias, com as práticas de salvaguarda do património artístico ultramarino ou com a produção arquitectónica das missões religiosas, entre tantos outros possíveis reptos.

1. FONTES

1.1 Fontes documentais

Academia Nacional de Belas Artes

Fundo Fernando Batalha⁴⁶⁸⁷

Cx. M.N., pt. Viagem e Estada na Metrópole em 1963-1964

Cx. Mon. Nacionais Classificações

Cx. 10, pt. MN.

Cx. 10, pt. s/n

Cx. 31, pt. Mon. Nac.

Cx. 33, pt. M.N. Materiais

Cx. 29I, pt. M.N.

Cx. 29I, pt. M.N. Plano de Trabalhos

Cx. 29I, pt. MN Obras e Serviços

Cx. 29I, pt. MN Projectar

Cx. 29 I, pt. Monumentos Nacionais Relatório

Cx. 29 I, pt. Monumentos Situação, Necessidades

Cx. 29 I, pt. Obras e Serviços M.N.

Cx. 29 I, pt. Vários

Cx. 29 II, pt. s/n

Cx. 29 II, s/pt.

Cx. 30, pt. Informações

Cx. 30, pt. M.N.

Cx. 30 Propostas

Cx. 30, pt. s/n

Cx. 31 Monumentos

Cx. 31, pt. Mon. Nac

Cx. 31, pt. Regulamento dos Mon. Nac.

Cx. 31, pt. s/n

Cx. 32, pt. Mon. Nac. 26-8-3, Monumentos Nacionais

Cx. 32, pt. s/n

Cx. 33, s/pt,

Cx. 33, pt. M.N. Materiais

Cx. 34, pt. M.N.

Cx. 35, s/pt

⁴⁶⁸⁶ Neste momento optámos por não incluir obras e artigos utilizados pontualmente ao longo do desenvolvimento deste estudo. Estes encontram-se devidamente citados nas notas de rodapé.

⁴⁶⁸⁷ No período durante o qual consultámos esta documentação o fundo ainda não se encontrava inventariado. A pesquisa foi-nos facilitada por um trabalho de pré-inventário sendo possível que neste momento as cotas apresentadas já não correspondam àquelas que eventualmente terão sido atribuídas em trabalhos de inventário posteriores.

Cx. 36, s/pt

Cx. 36 pt, aposentação originais

Cx. 40, Vida Profissional,

Cx. 41, Vida Profissional, CDA, Brasil, AHU, pt. DPHAN (Brasil)

Cx. 42, Vida Profissional, Pt. S. Salvador Pesquisas

Cx. 45, s/pt

Cx. 47

Pt. 17 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo da Cidade de Benguela

Pt. 22

Arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Processo Pessoal de Baltazar da Silva Castro

Processo Pessoal de Joaquim Santiago Areal e Silva

Processo Pessoal de Luís Benavente

Processo Pessoal de Martinho Humberto Reis

Processo Pessoal de Pedro Quirino da Fonseca

Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian

Arquivo dos Serviços de Cooperação

Coop.01891

EDU00232

EDU00233

Arquivo da Fundação Mário Soares

Fundo Mário e Alice Chicó

Pt. 05435.002.002

Pt. 05464.032

Pt. 05519.000.104

Pt. 05519.000.107

Pt. 05522.000.325

Pt. 07105.000.045

Pt. 07127.000.24

Pt. 07127.000.108

Pt. 07127.000.110

Pt. 07127.000.154

Pt. 07127.000.168

Pt. 07127.000.177

Pt. 07127.000.212

Pt. 07161.002.076

Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde

Fundo do Ministério das Infra-estruturas e Transportes

Cx. 1068

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Processo Pessoal do arquitecto Baltazar da Silva Castro

Arquivo Histórico Ultramarino

Nº63, 1 A, MU, GM

Nº18, 1 G, MU, DGOPC, cx. 2/3

Nº258, 2G, MU

Nº762, Cód. 2G, MU, DGCO

Nº1200, Cód. 1H, MU, DGOPC, Processo nº63153

Nº1200, Cód. 1H, MU, DGOPC, Processo nº63101

Nº1200, Cód. 1H, MU, DGOPC, Processo nº63151

Nº2175 a 2179, Cód. 1L, MU, DGU-DGSC

Nº2496, Cód. 1 B, MU, DGFTO

Nº2582, Cód. 1B, SEMU, DGFTO

Nº 380 A, 1l, MU, DGFTO

Fundo do Ministério do Ultramar, Direcção-Geral das Obras Públicas e Comunicações

OP00513, 4/2640-2/3, MU, DGOPC

OP00128, 4/2618-1/2, MU, DGOPC

OP00138, 4/2618-2/2, MU, DGOPC

OP00139, 4/2618-2/2, MU, DGOPC

OP00380, 4/2634-2/2, MU, DGOPC

OP01106, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE

OP01107, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE

OP01108, 8/17-1/3, MU, DGOPC, CDTE

OP01389, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE

OP01390, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE

OP01389, 8/34, 2/2, MU, DGOPC, CDTE

OP01961, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE

OP01962, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE

OP01963, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE

OP01964, 8/60-2/2, MU, DGOPC, CDTE

OP02039, 8/64-1/3, MU, DGOPC, CDTE

OP02043, 8/64-2/3, MU, DGOPC, NDT

OP02293, 8/78, 1/2, MU, DGOPC, NDT
 OP02737, 8/90-1/3, MU, DGOPC, NDT
 OP02831, 8/93, 1/2, MU, DGOPC
 OP03394, 9/1121-1/2, MU, DGOPC, DSTT
 OP03407, 9/1122-1/2, MU, DGOPC
 OP03418, 9/1124, 1/3, MU, DGOPC
 OP03550, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE
 OP03552, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE
 OP03553, 9/1127, 1/3, MU, DGOPC, CDTE
 OP03554, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE
 OP03555, 9/1127, 2/3, MU, DGOPC, CDTE
 OP03562, 9/1127, 3/3, MU, DGOPC, CDTE
 OP05083, 9/1200-1/2, MU, DGOPC, DSUH
 OP05974, 9/1240-1/4, MU, DGOPC, CDTE
 OP05980, 9/1240-3/4, MU, DGOPC, CDTE
 OP05981, 9/1240-3/4, MU, DGOPC, CDTE
 OP07303, 10/1047-1-2, MU, DGOPC
 OP07325, 10/1047, 2/2, MU, DGOPC
 OP07653, A1/Cx. 41, MU, DGOPC, DSUH
 OP11659, A1/Cx.77, MU, DGOPC, SC
 OP11666, A1/Cx.77, MU, DGOPC, SC
 OP13648, 8/18-3/3, MU, DGOPC, CDTE

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe

Obras na fortaleza de S. Sebastião, 1965, 1.42. 6. cx. 3.10
 Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos,
 1966, 1.44.4.41
 Projecto de construção e restauro da Igreja da Madre de Deus e outros monumentos históricos,
 1961, 1.46.4.23
 Restauro de monumentos nacionais (Igreja de Madre de Deus), 1962-1963, 1.38.2. cx.1.4

Arquivo do Instituto Nacional do Património Cultural de Angola

Fundo da Comissão dos Monumentos Nacionais⁴⁶⁸⁸

Pt. 1 Igreja de Nossa Senhora da Nazaré/Histórico – Diversos, Armário nº1/Prateleira-1ª

⁴⁶⁸⁸ No momento em que realizámos esta pesquisa a documentação encontrava-se fora do seu local habitual e totalmente desordenada devido ao facto do telhado do edifício onde normalmente se encontra ter caído. Apesar das condições que nos foram proporcionados e dos nossos esforços, alguns documentos não se encontravam nas respectivas pastas. Por esta razão é possível que as cotas apresentadas ao longo do texto – nomeadamente no referente às pastas onde se encontram os documentos – não correspondam totalmente à realidade. Em caso de dúvida aconselhamos a ter em consideração o número e a data dos documentos.

- Pt. 1.2 Igreja de Nossa Senhora da Nazaré/Zona de Protecção, Armário nº1/Prateleira-1A
- Pt. 2 Fortaleza de Massangano/Histórico – Diversos, Armário nº1/Prateleira 1A
- Pt. 11 Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Muxima/Histórico e Diverso, Armário, nº1/Prateleira 1B
- Pt. 12 Igreja de Nossa Senhora da Muxima/História – Diversos, nº1/Prateleira 1B
- Pt. 24 Fortaleza de Kambambe, Armário nº2/Prateleira 2B
- Pt. 26 Igreja de Nossa Senhora do Carmo/Diversos, Armário nº1, Prateleira 2B
- Pt. 26.2 Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Armário nº1, Prateleira 2B
- Pt. 26.3 Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Armário nº1, Prateleira 2B
- Pt. 28 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Diversos/Armário nº1/Prateleira 2B
- Pt. 28.1 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Fotografias/Armário nº1/Prateleira 2B
- Pt. 28.2 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Fotografias/Armário nº1/Prateleira 2B
- Pt.28.3 Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Memória Justificativa da sua Classificação/Armário nº1/Prateleira 2C
- Pt. 29 Igreja de Jesus/Diversos, Armário nº1/Prateleira-2C
- Pt. 29.2 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C
- Pt. 29.3 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C
- Pt. 29.4 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C
- Pt. 29.5 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C
- Pt. 29.6 Igreja de Jesus/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-2C
- Pt. 31 Fortaleza de São Miguel/Diversos, Armário nº1/Prateleira-3 A
- Pt. 31.8 Fortaleza de São Miguel/Zona de Protecção de um Hotel, Armário nº1/Prateleira-3A
- Pt. 31.9 Fortaleza de São Miguel/Parte Técnica, Armário nº1/Prateleira-3A
- Pt. 31.10 Fortaleza de São Miguel/Zona de Protecção/Servidão Militar, Armário nº1/Prateleira-3A
- Pt. 32 Fortaleza de S. Sebastião do Egito/Diversos/ Armário nº1/Prateleira 3B

Arquivo do Património Cultural

Fundo da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas

- Pt. 14 – Cabo Delgado
- Pt. 15 [Província de Cabo Delgado]
- Pt. s/nº [Informações: Correspondência, anos 1963/1967]

Arquivo Pessoal de Pedro Quirino da Fonseca

Curriculum Vitae, dactilografado, Maio de 1991

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Arquivo Oliveira Salazar

PC44, cx. 541, pt. 16.

PC78J, cx. 554, pt.8

PC78L, cx. 556, pt.13

UL8B, cx.724, pt.12

UL9C, cx. 803, pt.2

UL10 A 3, cx. 769, pt.1

UL28A, cx. 788, pt.1, pt. 2

UL31, cx. 826, pt. 4

UL32A1, cx. 705, pt. 2, pt. 3

UL32B, cx. 707, pt.1, pt. 2

UL34A, cx. 831, pt.3

UL42, cx. 840, pt. 1

UL54, cx. 849, pt. 2

UL57, cx. 852, pt.24

UL60, cx. 779, pt.3

UL62, cx. 856, pt.17

Companhia de Moçambique

Administração Geral de Lisboa, Conselho de Administração, Documentação relacionada com as sessões, Documentação das Sessões, Actas das Sessões, Livros de Actas, 1939-1943.

Administração Geral de Lisboa, Constituição, Organização e Regulamentação, Legislação, Boletins Oficiais da Companhia de Moçambique, Boletim nº4, 16 de Fevereiro de 1939.

Arquivo Fotográfico, Governo no Território de Manica e Sofala, Direcção das Obras Públicas, Obras no território, Álbum fotográfico – 2ª parte 1902/1903.

Arquivo Fotográfico, Governo no Território de Manica e Sofala, Direcção dos Serviços de Estatística e Propaganda, Fotografias da circunscrição de Sofala, Parte de Álbum fotográfico 1902-1925.

Arquivo Fotográfico, Governo no Território de Manica e Sofala, Direcção dos Serviços de Estatística e Propaganda, Fotografias de exposições e representações em certames de propaganda colonial, Álbum fotográfico 1912-1936.

Arquivo Fotográfico, Governo do Território de Manica e Sofala, Direcção dos Serviços de Estatística e Propaganda, Fotografias de Visitas Oficiais ao território, Álbum fotográfico Viagem de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General Carmona, ao Império Colonial Português, 1939.

Fundo Luís Benavente

Cx. 4, pts. I, II e III

Cx. 65, pt. 448 A

Cx. 66, pts. 450, 453, 455, 456

Cx. 67, pts. 459, 462

Cx. 70, pt. 490

Cx. 71, pts. 491, 492, 493, 494

Cx. 72, pts. 497, 501

Cx. 75, pts. 520, 523 A, 524, 525, 526, 527, 528

Cx. 76, pts. 535

Cx. 77, pts. 541

Cx. 79, pts. 546, 547, 548, 549

Cx. 81, pts. 1166, pt. 1173

Cx. 86, pt. 1210

Cx. 87, pt. 1215

Cx. 90, pt. 560 C

Cx. 91, pt. 571

Cx. 93, pt. 597

Cx. 94, pts. 603, 605, 606

Cx. 96, pts. 627, 628, 629, 631

Cx. 98, pt. 639

Cx. 104, pts. 666, 669

Cx. 105, pts. 670, 672 A, 674, 675

Cx. 108, pt. 698

Cx. 111, pt. 728

Cx.112, pt. 743
Cx. 115, pt. 770
Cx. 116, pts. 777, 778, 784, 786
Cx. 117, pts. 792, 800
Cx. 118, pt. 805
Cx. 130, pts. 908, 909
Cx.132, pt. 935
Cx. 133, pt. 939 A
Cx. 134, pts. 958, 959
Cx. 145 A, pt. 1062
Cx. 152, pts. 1220, 1221
Pt. 2081
Pt. 2084
Pt. 2085
Pt. 2086
Pt. 2088
Pt. 2092

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento⁴⁶⁸⁹

IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01479
IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01480
IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01481
IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01482
IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1992, 01483
IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 1995, 11314
IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2073, 01161
IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2081, 14708
IPAD, MU, DGOPC, DSUH, 2082, 14678
IPAD, MU, DGOPC, GE, 2167, 14662
IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00527
IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00528
IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00529
IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00620
IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 00747
IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14830
IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2220, 14811,

⁴⁶⁸⁹ No decurso da nossa investigação esta documentação pertencente ao IPAD transitou para o AHU, no entanto as cotas aqui apresentadas mantiveram-se.

IPAD, MU, DGOPC, GTPM, 2224, 00454

1.2 Legislação⁴⁶⁹⁰

Boletim Oficial de Angola

nº463, I Série, “Decreto”, 12 de Agosto de 1854, p. 1.

nº1, I Série, “Monumento a Pedro Alexandrino da Cunha”, 5 de Janeiro de 1867, pp. 7-8.

nº1, I Série, 5 de Janeiro de 1867, p. 8.

nº19, I Série, “Decreto nº151”, 16 de Maio de 1922, pp. 116-117.

nº21, I Série, “Decreto nº161”, 27 de Maio de 1922, pp. 137-138.

nº26, I Série, “Portaria nº135”, 8 de Julho de 1922, p. 179.

nº20, I Série, “Portaria nº81”, 28 de Abril de 1923, p. 211.

nº36, I Série, “Portaria nº157”, 25 de Agosto de 1923, p.333.

nº 1, I Série, “Portaria nº2”, 12 de Janeiro de 1924, p. 1

nº5, I Série, “Decreto nº378”, 16 de Fevereiro de 1924, p. 34.

nº38, I Série, “Portaria nº189”, 6 de Dezembro de 1924.

nº20, I Série, “Portaria nº67”, 30 de Maio de 1925, pp. 241-242.

nº31, I Série, “Diploma Legislativo nº607”, 6 de Agosto de 1927, pp. 522-523.

nº51, I Série, “Diploma Legislativo nº60”, 29 de Dezembro de 1928, p. 698.

nº37, I Série, “Portaria nº1:057”, 10 de Setembro de 1932, p. 338.

nº48 – suplemento, I Série, “Portaria nº2:837”, 2 de Dezembro de 1938, p.684.

nº31, I Série, “Portaria nº4:057”, 12 de Agosto de 1942, pp. 601-602.

nº29, I Série, “Portaria nº2:517”, 18 de Julho de 1945, p. 718.

nº5 – suplemento, I Série, “Portaria nº5:452”, 1 de Fevereiro de 1946, pp. 49-59.

nº5, I Série, “Portaria nº6:634”, 2 de Fevereiro de 1949, p.38.

nº21, I Série, “Portaria nº6:713”, 25 de Maio de 1949, p. 384.

⁴⁶⁹⁰ Os boletins oficiais das colónias/províncias ultramarinas sofreram algumas alterações ao longo dos anos ao nível da nomenclatura. Para simplificar optámos pela forma mais comum: “Boletim Oficial”.

- nº21, I Série, “Portaria nº6:715”, 25 de Maio de 1949, p. 385.
- nº21, I Série, “Portaria nº6:717”, 25 de Maio de 1949, p. 385.
- nº21, I Série, “Portaria nº6:718”, 25 de Maio de 1949, p. 386.
- nº26 – suplemento, I Série, “Portaria 6:766”, 11 de Julho de 1949, pp. 522-523.
- nº51, I Série, “Portaria 6:981”, 28 de Dezembro de 1949, p. 1109.
- nº51 – suplemento, I Série, “Portaria 6:987”, 31 de Dezembro de 1949, pp. 1119-1120.
- nº6, I Série, “Portaria nº7:083”, 8 de Fevereiro de 1950, p.121.
- nº38, I Série, “Portaria nº13:302”, 4 de Outubro de 1950, p.794.
- nº45, I Série, “Portaria nº7:287”, 22 de Novembro de 1950, pp. 869-870.
- nº30, I Série, “Portaria nº7:534”, 1 de Agosto de 1951, p.349.
- nº30, I Série, “Portaria nº7:535”, 1 de Agosto de 1951, p. 349.
- nº30, I Série, “Portaria nº7:536”, 1 de Agosto de 1951, p. 350.
- nº27, II Série, “Lista de antiguidade dos funcionários dos quadros comum e privativo dos Serviços de Obras Públicas”, 8 de Julho de 1953, pp. 644-651.
- nº29, II Série, “Contrato”, 22 de Julho de 1953, p. 687.
- nº47, I Série, “Portaria nº14:602”, 25 de Novembro de 1953, p.436.
- nº24 – 2º suplemento, I Série, “Portaria nº 8:579”, de 17 de Junho de 1954, s/p [p.1].
- nº9, I Série, “Portaria nº 9:254”, 8 de Fevereiro de 1956, p. 102.
- nº7, I Série, “Portaria nº9:689”, 13 de Fevereiro de 1957, p. 121.
- nº44, I Série, “Portaria nº9:938”, 30 de Outubro de 1957, p. 838.
- nº11, I Série, “Portaria nº10:678”, 18 de Março de 1959, p. 271.
- nº11 – suplemento, I Série, “Decreto nº45 575”, 16 de Março de 1964, pp. 627-643.
- nº159, I Série, “Monumentos classificados em Angola como monumentos nacionais como imóveis de interesse público e zonas históricas”, 8 de Julho de 1971, pp. 1014-1015.

Boletim Oficial de Cabo Verde

- nº14, I Série, “Portaria nº40”, 8 de Abril de 1922, pp. 94 e 95.
- nº39, I Série, “Portaria nº5538”, 27 de Setembro de 1958, p. 530.

nº23, I Série, “Portaria nº5725”, 6 de Junho de 1959, p. 320.

nº36, I Série, “Despacho nº16”, 5 de Setembro de 1959, p. 537

nº52 – suplemento, I Série, “Orçamento da receita ordinária e extraordinária”, 31 de Dezembro de 1958, pp. 7-98.

nº53 – suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária”, 31 de Dezembro de 1960, pp. 15-109.

nº52 – suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária”, 30 de Dezembro de 1961, pp. 8-116.

nº52 – suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária”, 31 de Dezembro de 1962, pp. 17-120.

Boletim Oficial da Guiné

nº49, “Portaria nº130”, 4 de Dezembro de 1939, pp. 680-681.

Boletim Oficial do Estado da Índia Portuguesa

nº83, I Série, “Relatório”, 25 de Outubro de 1870, pp. 767-768.

nº84, I Série, “Relatório”, 28 de Outubro de 1870, pp. 778-780.

nº85, I Série, “Relatório”, 4 de Novembro de 1870, pp. 790-791.

nº289 – suplemento, I Série, “Relatório da Direcção das Obras Públicas”, 31 de Dezembro 1883, pp. 1-5.

nº262 – suplemento, I Série, “Relatório da Direcção das Obras Públicas”, 30 de Novembro de 1887, pp. 1-4.

nº39, I Série, “Relatório das Obras Públicas”, 18 de Abril de 1893, pp. 323-327.

nº63, I Série, “Portaria nº331”, 12 de Junho de 1894, p. 471-472.

nº76, I Série, “Portaria nº491”, 18 de Julho de 1895, p. 628.

nº57, I Série, “Portaria nº460”, 23 de Maio de 1896, p. 512.

nº41, I Série, “Portaria nº133”, 26 de Maio de 1903, p. 371.

nº63, I Série, “Portaria nº103”[Portaria nº203], 11 de Agosto de 1903, p. 544.

nº12, I série, “Portaria 105”, 10 de Fevereiro de 1925, pp. 149-150.

nº27, I Série, “Diploma Legislativo nº409”, 4 de Abril de 1930, p. 493.

nº82, I Série, “Portaria nº1.241”, 13 de Outubro de 1931, p. 1267.

nº15, I Série, “Diploma Legislativo nº532”, 19 de Fevereiro de 1932, pp. 205-207.

nº27, I Série, “Portaria nº1.360”, 1 de Abril de 1932, p. 405.

nº57, I Série, “Portaria nº1.469”, 15 de Julho de 1932, pp. 872-873.

- nº6, I Série, “Aviso”, 20 de Janeiro de 1933, p. 103
- nº60 – suplemento, I Série, “Tabela da Despesa Ordinária para o ano económico de 1934-1935”, 31 de Julho de 1933, pp. 19-143.
- nº103, I Série, “Diploma Legislativo nº700”, 26 de Dezembro de 1933, p. 1882.
- nº52 – suplemento, I Série, “Tabela da Despesa Ordinária para o ano económico de 1934-1935”, 29 de Junho de 1934, pp. 19-143.
- nº78, I Série, “Diploma Legislativo 756”, 28 de Setembro de 1934, pp. 1449-1450.
- nº14, I Série, “Diploma legislativo nº773”, 15 de Fevereiro de 1935, pp. 247-248.
- nº55, I Série, “Diploma Legislativo nº885”, 10 de Julho de 1936, pp. 945-946.
- nº64, I Série, “Portaria”, 10 de Agosto de 1934, p. 1223.
- nº55, I Série, “Portaria nº2.963”, 9 de Julho de 1937, pp. 993-994.
- nº36, I Série, “Portaria nº3.160”, 6 de Maio de 1938, p. 636.
- nº57, I Série, “Portaria nº3.217”, 19 de Julho de 1938, p. 1070.
- nº36, “Diploma Legislativo nº1090”, 10 de Outubro de 1940, p. 209.
- nº34, III Série, “Aviso”, 22 de Agosto de 1940, p. 567.
- nº5, “Portaria 5.200”, 1 de Fevereiro de 1951, p. 16.
- nº8, III Série, 22 de Fevereiro de 1951, p. 101.
- nº22, “Portaria 5.492”, 29 de Maio de 1952, p. 126
- nº42, “Portaria 5.608”, 16 de Outubro de 1952, pp. 250-251.
- nº22, II Série, “Despacho da Repartição do Gabinete”, 29 de Maio de 1959, pp. 408-409.

Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe

- nº26, I Série, “Portaria nº2:590”, 26 de Junho de 1958, pp. 513-514.
- nº36, I Série, “Portaria nº2:627”, 4 de Setembro de 1958, p. 751.
- nº31, I Série, “Portaria nº3805”, 5 de Agosto de 1965, pp. 887-888.

Boletim Oficial de Macau

- nº10, I Série, “Diploma nº658”, 9 de Março de 1940, p. 147.
- nº50, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 12 de Dezembro de 1953, p.876.
- nº34, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 24 de Agosto de 1957, pp. 827-828.
- nº37, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 10 de Setembro de 1960, p. 1051.
- nº12, I Série, “Portaria nº6 729”, 25 de Março de 1961, pp. 316-317.
- nº34, I Série, “Portaria da Repartição do Gabinete”, 25 de Agosto de 1962, p. 1049.
- nº30 – suplemento, I Série, “Diploma-legislativo nº1 600”, 31 de Julho de 1963, pp. 839-910.

nº19, I Série, “Despacho”, 11 de Maio de 1974, p. 571.

Boletim Oficial de Moçambique

nº2, I Série, “Obras Públicas”, 9 de Janeiro de 1875, pp. 7-8.

nº34, I Série, “Portaria nº368”, 20 de Agosto de 1892, pp. 353-354.

nº34, I Série, “Relatório da Comissão nomeada para inventariar as alfaías religiosas, e relação das alfaías inventariadas”, 20 de Agosto de 1892, pp. 361-362.

nº11, I Série, “Portaria nº665”, 15 de Março de 1924, p. 58.

nº36, I Série, “Portaria nº1:186”, 6 de Setembro de 1930, pp. 455-457.

nº8, I Série, “Diploma Legislativo nº825”, 20 de Fevereiro de 1943, pp. 59-61.

nº14, I Série, “Decreto n.º 5:093”, 3 de Abril de 1943, p. 104.

nº 13, I Série, “Portaria nº5:981”, 31 de Março de 1945, p. 125.

nº50, I Série, “Portaria nº7:134”, 13 de Dezembro de 1947, pp. 560-561.

nº36, I Série, “Portaria nº7: 484”, 6 de Setembro de 1948, pp. 487-488.

nº22, I Série, “Portaria nº15:366”, 28 de Maio de 1955, pp. 340-341.

nº26, I Série, “Portaria nº12:023”, 29 de Junho de 1957, p. 557.

nº26, I Série, “Portaria nº12:024”, 29 de Junho de 1957, p.557.

nº26, I Série, “Portaria nº12:025”, 29 de Junho de 1957, p. 557.

nº38, I Série, “Portaria 13:346”, 19 de Setembro de 1959, p. 880.

nº31, I Série, “Diploma Legislativo nº1:878”, 1 de Agosto de 1959, pp. 773-774.

nº47, I Série, “Portaria 13:518”, 21 de Novembro de 1959, p. 1157.

nº10, I Série, “Portaria 13:839”, 5 de Março de 1960, p. 236.

nº28, II Série, “Contrato”, 14 de Julho de 1962, p. 1267.

nº41 – suplemento, I Série, “Portaria 16 429”, 14 de Outubro de 1962, p. 1621.

nº14 – suplemento, I Série, “Portaria 17 685”, 8 de Abril de 1964, pp. 478-479.

nº19, I Série, “Portaria 17 786”, 9 de Maio de 1964, p.607.

nº19, I Série, “Portaria 17 787”, 9 de Maio de 1964, p. 607.

nº24, II Série, “Portaria”, 12 de Junho de 1965, p. 1210.

nº28, II Série, “Contrato”, 9 de Julho de 1966, p. 1405.

nº49, I Série, “Diploma Legislativo 2732”, 3 de Dezembro de 1966, pp. 1767-1773.

nº15, I Série, “Portaria 20 288”, 20 de Abril de 1967, pp. 579-581.

nº17, II Série, “Portaria”, 27 de Abril de 1968, p. 827.

nº83, II Série, “Contrato”, 10 de Outubro de 1970, p. 2250.

nº12, II Série, “Despachos”, 27 de Janeiro de 1973, p. 212.

nº67, II Série, “Portaria”, 7 de Junho de 1973, p. 1379.

nº100, II Série, “Despacho”, 29 de Agosto de 1974, p. 2135.

Colecções de legislação

Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, tomo 5, Lisboa, Typografia Maigrense, 1826, pp. 44-45.

Collecção Official da Legislação Portugueza redigida por José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa – Anno de 1852, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, pp. 513- 516.

Collecção official de legislação portugueza, Anno de 1894, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, pp. 101-102.

Chronica Constitucional

Chronica Constitucional de Lisboa nº127, 31 de Maio de 1834, p. 524.

Chronica Constitucional de Lisboa nº 145, 21 de Junho de 1834, pp. 599-600.

Diário do Governo

nº206, I Série, “Decreto”, 1 de Setembro de 1852, p. 973.

nº284, I Série, “Decreto”, 14 de Dezembro de 1869, pp. 1572-1573.

nº293, I Série, “Regulamento para execução da lei de 29 de Abril de 1875”, 24 de Dezembro de 1875, pp. 2443-2445.

nº193, I Série, “Decreto”, 29 de Agosto de 1892, pp. 1997-2004.

nº41, I Série, [Decreto com força de lei], 22 de Novembro de 1910, pp. 514-515.

nº124, I Série, “Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos e das Escolas de Bellas Artes de Lisboa e Porto”, 29 de Maio de 1911, pp. 2244-2245.

nº124, I Série, “Decreto nº1”, 29 de Maio de 1911, pp. 2245-2247.

nº195, I Série, “Constituição Política da República Portuguesa”, 22 de Agosto de 1911, p. 3523-3528.

nº274, I Série, “Regulamento geral das direcções e inspecções de obras públicas das colonias”, 23 de Novembro de 1911, pp. 4679-4686.

nº 92, I Série, “Lei da Separação do Estado das igrejas”, 21 de Abril de 1911, pp. 1619-1624.

nº268, I Série, “Regulamento Geral das Direcções e Inspeções das Obras Públicas das Colónias”, 16 de Novembro de 1911, p. 4602.

nº 253, I Série, “Decreto nº193”, 29 de Outubro de 1913, pp. 4072-4075.

nº274, I Série, “Decreto nº233”, 22 de Novembro de 1913, pp. 4469-4471.

- nº209, I Série, “Decreto nº7:038”, 17 de Outubro de 1920, pp. 1391-1396.
- nº281, I Série, “Lei nº1:700”, 18 de Dezembro de 1924, pp. 1858-1863.
- nº34, I Série, “Decreto nº11:445”, 13 de Fevereiro de 1926, pp. 135-147.
- nº220, I Série, “Decreto nº12:421”, 2 de Outubro de 1926, pp. 1451-1456.
- nº228, I Série, “Decreto nº12:485”, 13 de Outubro de 1926, pp. 1536-1543.
- nº67, I Série, “Decreto nº15:216”, 28 de Março de 1928, pp. 563-568-
- nº97, I Série, “Decreto nº16:791”, 30 de Abril de 1929, pp. 1055-1057
- nº67, I Série, “Decreto nº18:123”, 22 de Março de 1930, p. 539
- nº156, I Série, “Decreto nº 18:570”, 8 de Julho de 1930, pp. 1307-1312
- Nº279, I Série, “Decreto 20:586”, 4 de Dezembro de 1931, p. 2662.
- nº56, I Série, “Decreto nº20:985”, 7 de Março de 1932, pp. 431-436
- nº271, I Série, “Decreto nº21:875”, 18 de Novembro de 1932, pp. 2237-2238
- nº43, I Série, “Decreto nº 22:241”, 22 de Fevereiro de 1933, pp. 227-236
- nº57, II Série, “Despacho”, 10 de Março de 1933, p. 1088
- nº58, II Série, “Portaria”, 11 de Março de 1933, p. 1106.
- nº63, II Série, “Portaria”, 17 de Março de 1933, p. 1192.
- nº194, I Série, “Decreto-lei nº22:987”, 28 de Agosto de 1933, pp. 1580-1581.
- nº261, I Série, “Decreto-lei nº23:228”, 15 de Novembro de 1933, pp. 1891-1915.
- nº4, I Série, “Decreto-lei nº23:445”, 5 de Janeiro de 1934, pp. 14-16.
- nº152, I Série, “Decreto-lei nº 24:124”, 30 de Junho de 1934, pp. 1205-1234.
- nº8, I Série, “Decreto nº24:937”, 10 de Janeiro de 1935, pp. 110-111.
- nº5, I Série, “Decreto nº26:180”, 7 de Janeiro de 1936, pp. 9-36.
- nº46, II Série, “Despacho”, 26 de Fevereiro de 1936, p. 1066.
- nº116, I Série, “Decreto-lei nº 26:611”, 19 de Maio de 1936, pp. 536-547.
- nº154, II Série, “Despacho”, 4 de Julho de 1936, p. 3307.
- nº276, I Série, “Decreto-lei nº27:269”, 24 de Novembro de 1936, pp. 1506-1507.
- nº296, I Série, “Decreto nº27:346”, 18 de Dezembro de 1936, pp. 1659-1660.
- nº119, I Série, “Decreto nº 28:697”, 25 de Maio de 1938, pp. 887-891.
- nº89, II Série, “Despacho”, 17 de Abril de 1937, p. 1874.
- nº214, III Série, “Aviso”, 20 de Março de 1941, p. 432.
- nº79, “Decreto-lei nº 31:207”, 5 de Abril de 1941, pp. 320-325.
- nº181, I Série, “Decreto-lei nº32:995”, 25 de Agosto de 1943, pp. 548-549.
- nº235, I Série, “Portaria nº10:761”, 26 de Outubro de 1944, p. 1006.
- nº262, II Série, “Portaria”, 10 de Novembro de 1944, p. 6281.

- nº32, I Série, “Decreto-Lei nº34411”, 12 de Fevereiro de 1945, p. 81.
- nº214, II Série, “Portaria”, 12 de Setembro de 1945, p. 5470
- nº226, I Série, “Decreto-lei nº34:993”, 11 de Outubro de 1945, p. 806.
- nº117, I Série, “Lei nº2:016”, 29 de Maio de 1946, pp. 437-443.
- nº124, I Série, “Decreto-Lei nº36:314”, 31 de Maio de 1947, pp. 488-490.
- nº291, I Série, “Portaria nº12:185”, 16 de Dezembro de 1947, p. 1314.
- nº5, II Série, “Portaria”, 7 de Janeiro de 1949, p. 109.
- nº125, I Série, “Lei nº2:032”, 11 de Junho de 1949, p. 411.
- nº219, II Série, “Portaria”, 19 de Setembro de 1950, p. 5565.
- nº117, I Série, “Lei 2:048”, 11 de Junho de 1951, pp. 407-412.
- nº213, I Série, “Portaria nº13:710”, 16 de Outubro de 1951, p. 900.
- nº232, I Série, “Decreto nº38:498”, 8 de Novembro de 1951, pp. 962-963.
- nº194, I Série, “Portaria nº14:073”, 2 de Setembro de 1952, p. 892.
- nº201, I Série, “Decreto-Lei nº 38:906”, 10 de Setembro de 1952, p. 906.
- nº279, II Série, “Portaria”, 26 de Novembro de 1952, p.7305
- nº276, I Série, “Portaria nº 14 188”, 10 de Dezembro de 1952, p. 1296.
- nº135, I Série, “Lei nº2 066”, 27 de Junho de 1953, pp. 877-892.
- nº248, I Série, “Portaria nº14 602”, 9 de Novembro de 1953, pp.1379-1380.
- nº110, I Série, “Decreto-Lei nº39 666”, 20 de Maio de 1954, pp. 560-565.
- nº113, I Série, “Decreto-Lei nº39 677”, 24 de Maio de 1954, p. 608.
- nº259, I Série, “Portaria nº15 618”, 26 de Novembro de 1955, p. 1070.
- nº161, I Série, “Decreto nº40 708”, 31 de Julho de 1956, pp. 1129-1176.
- nº148 – suplemento, I Série, “Decreto-Lei nº41 169”, 29 de Junho de 1957, pp. 671-686.
- nº270, I Série, “Decreto nº41 407”, 28 de Novembro de 1957, pp. 1249-1252.
- nº 172, I Série, “Decreto nº41 787”, 7 de Agosto de 1958, pp. 756-761.
- nº 223, II Série, “Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, 23 de Setembro de 1958, p. 7723.
- nº69, I Série, “Decreto-lei nº42 194”, 27 de Março de 1959, pp. 311-313.
- nº198, I Série, “Lei nº2100”, 29 de Agosto de 1959, pp. 1005-1007.
- nº140, II Série, “Portaria”, 17 de Junho de 1960, p. 3858.
- nº164, II Série, “Contrato”, 14 de Julho de 1961, p. 4705.
- nº207, I Série, “Decreto-Lei nº43 893”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1101-1103.
- nº207, I Série, “Decreto nº43 894”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1103-1128.
- nº207, I Série, “Decreto nº43 895”, 6 de Setembro de 1961, pp. 1128-1134.

- nº95 - suplemento, I Série, “Decreto nº44 309”, 27 de Abril de 1962, pp. 579-613.
 nº191, I Série, “Decreto-Lei 44 530”, 21 de Agosto de 1962, pp. 1131-1132.
 nº150, I Série, “Portaria nº19 921”, 27 de Junho de 1963, pp. 785-800.
 nº256, I Série, “Portaria nº20 142”, 31 de Outubro de 1963, p. 1688.
 nº48, I Série, “Decreto nº45 575”, 26 de Fevereiro de 1964, pp. 331-353.
 nº192, II Série, “Apostila”, 17 de Agosto de 1964, pp. 6000-6001.
 nº114, I Série, “Decreto nº 46 349”, 22 de Maio de 1965, pp. 711-718.
 nº40, II Série, “Louvor”, 27 de Fevereiro de 1967, p. 1680.
 nº129, I Série, “Decreto nº47 743”, 2 de Junho de 1967, pp. 1177-1208.
 nº126, I Série, “Portaria nº24 090”, 28 de Maio de 1969, p. 590.
 nº13, II Série, “Chancelaria das Ordens Portuguesas”, 16 de Janeiro de 1970, p. 394.
 nº192 – suplemento, I Série, “Lei nº3/71”, 16 de Agosto de 1971, pp. 1176 (1)-1176 (7).
 nº273, I Série, “Decreto nº470/72”, 23 de Novembro de 1972, pp. 1718-1730.
 nº9, I Série, “Portaria nº18/74”, 11 de Janeiro de 1974, p. 31.

1.3. Periódicos

Boletim Cultural da Guiné

- nº1, 1946
 nº especial [Comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné], 1947
 nº 59, 1960
 nº 103, 1971

Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa

- nº5/6, 1952
 nº2, 1960

Boletim do Instituto de Angola

- nº1, 1953
 nº7, 1955
 nº14, 1960
 nº27, 1967

Boletim Geral das Colónias/Boletim Geral do Ultramar

nº 1, 1925
nº 14, 1926
nº 27, 1927
nº 40, 1928
nº 55, 1930
nº 58, 1930
nº 61, 1930,
nº 62-63, 1930
nº 64-66, 1930
nº 69, 1931
nº 78, 1931
nº 72, 1931
nº 74-75, 1931
nº 78, 1931
nº 85, 1932
nº 86-87, 1932
nº 98-99, 1933
nº 100, 1933
nº105, 1934
nº 107, 1934
nº 109, 1934
nº 113, 1934
nº 149, 1937
nº 150 [Número dedicado à Exposição Histórica da Ocupação e I Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo], 1937
nº154, 1938
nº155, 1938
nº157, 1938
nº158-159, 1938
nº160, 1938
nº 162, 1938
nº 163, 1939
nº 164, 1939

nº165, 1939
nº166, 1939
nº169, 1939
nº 172, 1939
nº175, 1940
nº176, 1940
nº177, 1940
nº179, 1940
nº 181, 1940
nº182-183, 1940
nº187, 1941
nº188, 1941
nº189, 1941
nº199, 1942
nº200, 1942
nº209, 1942
nº215, 1943
nº221, 1943
nº234, 1944
nº272, 1948
nº275, 1948
nº280, 1948
nº282, 1948
nº284, 1949
nº299, 1950
nº301, 1950
nº311, 1951
nº320, 1952
nº322, 1952
nº323, 1952
nº325, 1952
nº326-327, 1952
nº328, 1952
nº330, 1952

nº348-349, 1954
nº359, 1955
nº360, 1955
nº363, 1955
nº375-376, 1956
n.º 381, 1957
nº398, 1958
nº399-400, 1958
nº401, 1958
nº409, 1959
nº411-412, 1959
nº415-416, 1960
nº417, 1960
nº420-421, 1960
nº424-425, 1960
nº426, 1960
nº434 e 435, 1961
nº458-459-460, 1963
nº469-470, 1964
nº487-488, 1966
nº494-495, 1966
nº496, 1966
nº497-498, 1966
nº502, 1967
nº503, 1967
nº508, 1967
nº509-510, 1967
nº511-512, 1968
nº513, 1968
nº521-522, 1968
nº523-524, 1969
nº525, 1969
nº526, 1969
nº528, 1969

nº529-530, 1969

Boletim do Instituto Vasco da Gama

nº53, 1942

nº55, 1942

nº59, 1944

Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique

nº1, 1931

nº2, 1932

nº6, 1932

nº9, 1933

nº63, 1949

nº122, 1960

Heraldo

Heraldo, diário da manhã, 16 de Julho de 1953

Heraldo, diário da manhã, 4 de Agosto de 1953

Heraldo, diário da manhã, 7 de Março de 1954

Heraldo, diário da manhã, 27 de Novembro de 1954

Heraldo, versão inglesa, 11 de Janeiro de 1960

Heraldo, versão inglesa, 18 de Janeiro de 1960

Heraldo, versão inglesa, 12 de Setembro de 1960

Heraldo, versão inglesa, 25 de Setembro de 1961

Moçambique – Documentário Trimestral

nº1, 1935

nº10, 1937

nº especial [comemorativo da viagem de S. Ex^ª. o Presidente da República, General Óscar de Fragoso Carmona a Moçambique], 1939.

nº 31, 1942

nº42, 1945

nº43, 1945

nº65, 1951

nº66, 1951

nº105, 1961

O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais

Vol. 1, 1934

Vol. 2, 1935

Vol.3, 1936

Vol. 4, 1937

Vol. 5, 1938

Vol. 6, 1939

Vol. 7, 1940

Vol. 10, 1943

Vol. 11, 1944

nº1, II Série, 1946

Monumenta

nº 1, 1965

nº 2, 1966

nº 3, 1967

nº 4, 1968

nº 5, 1969

nº 6, 1970

nº 7, 1971

nº 8, 1972

Notícias: diário da manhã

12 de Novembro de 1969

24 de Novembro de 1969

25 de Novembro de 1969

O Oriente Português

nº1, 1904
nº 6, 1904
nº 11-12, 1905
nº1-2, 1906
nº5-6, 1906
nº 7, 1906
nº 10-11, 1906
nº 12, 1906
nº1-2-3, 1907
nº 7-8 de 1907
nº 9, 1907
nº 11-12, 1918
nº1, 1931
nº 2-3, 1932
nº 4, 1932
nº5, 1933
nº12-13, 1936
nº14, 1936
nº24-25, 1939
nº26, 1939
nº27, 1940

1.4 Publicações

ALBUQUERQUE, Viriato António Caetano Brás de, *Casa Professa e Igreja do Bom Jesus onde se venera o corpo do glorioso Apóstolo das Índias S. Francisco Xavier – Memória Histórico-Descriptiva*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1890, 53 p., il.

Exposição do Venerando Corpo do Apóstolo das Índias S. Francisco Xavier em 1890 – Memória Histórico-Descriptiva, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1891, 95 p., il.

Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do Chefe de Estado à União Sul-Africana, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, 3 vols., il.

Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de S. Tomé e Príncipe e Angola, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939, 2 vols., il.

ALVES, António Maria, *Congregações Marianas na China e em Macau: Lembrança do ano jubilar da Imaculada Conceição 1854-8 de Dezembro de 1904*, Macau, s.n., 1904, 116 p., il.

AZEVEDO, Carlos, “Mário Chicó e a Índia Portuguesa”, *Mário Tavares Chicó 1905-1966*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966, s.p.

“Um artista italiano em Goa – Plácido Francesco Ramponi e o túmulo de S. Francisco Xavier. *Garcia de Orta, nº especial*, 1956, pp. 277-292.

“Algumas observações acerca do exame radiográfico dos retratos dos vice-reis da galeria de Pangim”, *Garcia de Orta*, nº 2, 1954, pp. 241-244

BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-1913, 4 vols.

BOXER, Charles, AZEVEDO, Carlos, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça, 1593-1729*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, 127 p., il.

ARCHER, Maria, “Zonas de Turismo em Angola”, *O Mundo Português: revista de cultura e propaganda, arte e literaturas coloniais* nº53, 1938, pp. 209-213.

BATALHA, Fernando, *Povoações Históricas de Angola*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, 136 p., il.

Angola: Arquitectura e História, Lisboa, Vega, 2006, 257 p., il

“A Arquitectura em Angola – Ciclo Conguês”, “Arquitectura Antiga de Luanda”, *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, s.n., 1966, 32 p., il.

Arquitectura Antiga de Luanda, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1966, 32 p., il.

“A fortaleza de S. Sebastião, do Egito”, *Boletim do Instituto de Angola* nº18, 1964, p. 37.

Em defesa do Património Histórico e Tradicional, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1963, 14 p., il.

Em defesa da Vila do Dondo, Luanda, Imprensa Nacional, 1963, 14 p., il.

A Vila do Dondo, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1962, 13 p., il.

“A igreja e o convento dos carmelitas de Luanda”, *Boletim do Instituto de Angola* nº1, 1953, pp. 35-40.

A Igreja de Nossa Senhora do Pópulo na Cidade de Benguela, Luanda, Museu de Angola, 1950, 16 p., il.

HUGO-BRUNT, Michael, "The Jesuit Seminary and Church of St. Joseph, Macao", *Journal of the Society of Architectural Historians*, XV, 3, 1956, pp. 24-30.

Catálogo da Exposição Itinerante, Cartográfica e Iconográfica, Comemorativa do IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, 1969, 48 p., il.

Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Lisboa Ocidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1721, vol. I.

COSTA, Francisco Xavier da, *Resumo Histórico da Exposição das Sagradas Relíquias de São Francisco Xavier em 1952*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1954, 276 p., il.

COSTA, Henrique César da Silva Barahona e, *Uma Comissão de Engenharia Militar na Guiné Portuguesa*, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1901, 64 p.

Carteira de um Africanista: Algumas palavras sobre as fortalezas da Guiné e da África Oriental, Lisboa, s/n [Typographia do Commercio], 1910, 27 p., il.

BARRETO, João, *História da Guiné 1418-1918*, Lisboa, edição do autor, 1938, 452 p., il.

BOUÇAS, António José de Oliveira, *Apelo em Pró das ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande em Santiago – C. Verde 1533-1933*, Praia, Minerva, 1933, 18 p.

BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar/Academia Portuguesa de História, II Série, 6 vols., 1963-2004.

"Monumentos Sacros de Santiago", *Cabo Verde*, nº130, 1960, pp. 28-31.

CASTRO, Gonçalo Pimenta, *Timor. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Agencia Geral das Colónias, 1944, 223 p., il.

Catálogo da Exposição de Fausto Sampaio (Estado da Índia – 1944), Lisboa, s.n., 1945, s/p.

Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação, s.l., Agência Geral das Colónias, 1937, 2 vols.

Catálogo da Exposição Itinerante, Cartográfica e Iconográfica, Comemorativa do IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, 1969, 48 p., il.

CAYOLLA, Júlio, *Exposição Histórica do Mundo Português. Algumas notas sobre o Pavilhão da Colonização*, Lisboa, Bertrand Irmãos Lda, s/d [1940], 28 p.

CHICÓ, Mário, "A Arquitectura Indo-Portuguesa", *Colóquio* nº 17, 1962, pp. 10-15.

"Algumas observações acerca da arquitectura da Companhia de Jesus no distrito de Goa (As igrejas: fachadas, planta e espaço interior)", *Garcia de Orta*, nº especial, 1956, pp. 257-272

- “«A cidade ideal» do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia”, *Garcia de Orta, nº especial*, 1956, pp. 319-328.
- “A escultura decorativa e a talha dourada nas Igrejas da Índia Portuguesa”, *Belas Artes*, nº VII, 1954, pp. 23-29.
- “A igreja do priorado do Rosário de Velha Goa, a arte manuelina e a arte do guzarate”, *Belas Artes*, nº VII, 1954, pp. 17-22
- “A igreja dos Agostinhos de Goa e a arquitectura na Índia Portuguesa”, *Garcia de Orta*, nº 2, 1954, pp. 233-240
- “Aspectos da Arte Religiosa da Índia Portuguesa – a arquitectura e a talha dourada”, *Boletim Geral do Ultramar* nº 318, 1951, pp. 119-132.
- CINATTI, Ruy, *Paisagens Timorenses com Vultos*, Braga, Pax, 1974, 161 p.
- Comemorações Centenárias. Exposição do Mundo Português. Roteiro dos Pavilhões (Descrição pormenorizada do seu conteúdo)*, s.l., s.n., 1940, s/p
- Crónica da viagem do Presidente Américo Thomaz à Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, 377 p.
- CUNHA, Manuel Alves da, *Igreja de Nossa Senhora do Carmo*, Luanda, Museu de Angola, 1954, 30 p., il.
- CUNHA, Santana Sebastião da, *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro*, Lisboa, s.n., 1939, 227 p., il.
- Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, Secretariado Nacional de Propaganda, 1934, 94 p.
- Exposition Coloniale Portugaise à Paris – Catalogue Officiel*, Paris, Commissariat Général du Portugal à L’Exposition Coloniale Internationale de Paris, 1931, 310 p., il.
- Exposição-Feira de Angola 1938*, Luanda, s.n., 1938, 150 f., il.
- Exposição de fotografias de monumentos na Índia Portuguesa (sécs. XVI, XVII e XVIII)*, Évora, Museu Regional de Évora, 1956, 40 p., il.
- Exposição do Mundo Português. Secção Colonial*, s.l., s.n., s/d [1940], 299 p., il.
- Exposição temporária de desenhos de Lopes Mendes e de fotografias de monumentos indianos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1953, 14 p., il.
- Fausto Sampaio. Pintor do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, 182 p.
- FERRO, António, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 2007, 261p., il

- Turismo, fonte de riqueza e poesia*, Lisboa, Secretariado Nacional de Informação, 1949, 117 p., il.
- GALVÃO, Henrique, SELVAGEM, Carlos, *Império Ultramarino Português – Monografia do Império*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950-1953, 4 vols., il.
- Álbum Comemorativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, Porto, s.n., 1934, 52p., il.
- Governo-Geral de Moçambique, *Moçambique na Exposição Colonial Internacional de Paris – Relatório do Delegado da Colónia (1930-1931)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1932, 152 p., il.
- Guia da Exposição de Angola*, Luanda, Agência Técnica de Publicidade, 1938, 75 f., il.
- Guia da Exposição do Mundo Português*, Lisboa, s.n., 1940, s/p, il.
- HENRIQUES, Acácio Cabreira, *Monumentos Nacionais na Província de Macau*, Macau, Círculo Cultural, 1956, 53 p., il.
- LAPA, Joaquim José, *Páginas de Pedra – Folhas Dispersas*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1893, 103 p.
- LOBATO, Alexandre, *Ilha de Moçambique – Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, [120 f.], il.
- Ilha de Moçambique: Panorama Estético*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966, 126 p., il.
- A Ilha de Moçambique (Monografia)*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, 156 p., il.
- MARIA, Agostinho de Santa, *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos pregadores, e dos devotos da mesma Senhora*, Lisboa, Officina de António Pedrozo Galrao, 1723, vol. X.,
- MARQUES, António Oliveira, “Os Modernos Selos do Ultramar Português”, *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo* nº7, 1957, s/p.
- MATIAS, Rodrigues, coord., *Diário da viagem presidencial às províncias ultramarinas de S. Tomé e Príncipe e Angola em 1954*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, 2 vols., il.
- MATOS, Raimundo José da Cunha, *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963, 364 p., il.
- MENDES, António Lopes, *A Índia Portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*, New Dehli, Asian Educational Services, 1997, 2 vols., il.
- MONDLANE, Eduardo, *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1977, 251 p.

MONTEIRO, Armindo, *Para uma Política Imperial. Alguns discursos do Ministro das Colónias Doutor Armindo Monteiro*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, s.d., 134 p.

MONTEIRO, Ricardo Vaz, *Relatório Anual do Governador - 1935*, S. Tomé e Príncipe, Imprensa Nacional, s/d [1936], 47 p., il.

Relatório Anual do Governador - 1938, S. Tomé e Príncipe, Imprensa Nacional, s/d [1939], 138 p.

MOTA, Avelino Teixeira da, “A Descoberta da Guiné I – Evolução do problema”, *Boletim Cultural da Guiné* vol. 1, 1946, pp. 11-68.

“A Descoberta da Guiné – Viagem de Álvaro Fernandes (1446)”, *Boletim Cultural da Guiné* vol. 1, 1946, pp. 273-326.

O Livro dos Vice-Reis da Índia d’El-Rei D. Carlos I. Aquarelas de Manuel Gomes da Costa, s.l., Chaves Ferreira Publicações S.A., 1991, 140 p., il.

NOGUEIRA, Alberto Franco, *Salazar – A Resistência (1958-1964)*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 2000, 609 p.

Salazar – O Ataque (1945-1958), Barcelos, Companhia Editora do Minho, 2000, 533 p.

PATRÍCIO, João, coord., *Diário da viagem do Presidente Américo Thomaz a Moçambique e Ilha do Príncipe*, s.l., Agência Geral do Ultramar, 1965, 555 p., il.

Portuguese Monuments in Asia – An exhibition of photographs, Londres, 1954, 30 p., il.

Programa Geral das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique e do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde, s.l., s.n., s/d [1961], 31 p.

Programa Oficial das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1940, 10 p.

REGO, António da Silva, “A Academia Portuguesa de História e o II Centenário da Fábrica de Ferro em Nova Oeiras, Angola”, *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 385-398.

Regulamento Orgânico da Direcção de Obras Públicas do Estado da Índia, Aprovado por Decreto de 25 de Agosto de 1913, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1913, 38 p.

Reintegração da Cidade de Velha Goa no seu ambiente histórico, arqueológico, monástico e religioso, Goa, s.n., 1960, 46 p.

Relatórios das Direcções das Obras Públicas das Províncias Ultramarinas – Angola 1877-1880, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, 494 p., 67 p.

Relatório duma Inspecção aos Serviços de Obras Públicas da Província de Angola, Luanda, Imprensa Nacional, 1913, 104 p.

Relatórios dos Governadores Gerais das Províncias de Cabo Verde, Moçambique e Estado da Índia, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, 230 p., 496 p., 92 p.

Repartição Técnica de Estatística, *A obra administrativa do Estado Novo em Moçambique*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1940, 226 p.

RIBEIRO, Manuel Ferreira, *A capital de Moçambique sob o ponto de vista da Imigração e Colonização*, Porto, Empresa Ferreira de Brito, 1882, 62 p.

RIBEIRO, Orlando, *Goa em 1966: Relatório ao Governo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 137 p., il.

RODRIGUES, Manuel Sarmiento, *No Governo da Guiné: Discursos e Afirmações*, s/l, s/n, 1949, 541 p.

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, 6 vols., 1935-1967.

SANTOS, Nuno Valdez dos "As fortalezas de Bissau", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* nº103, 1971, pp. 481-520.

Selos de Portugal. s.l., Edições Húmus, 2006, Álbum II, III e IV, il.

Selos Postais Colónias Portuguesas, s.l., AFINSA Portugal, 2011, 451 p., il.

Selos Postais Comemorativos do 450º Aniversário da Fundação do Estado da Índia (1505-955), Lisboa, Ministério do Ultramar, Direcção Geral de Fomento, Serviços de Valores Postais, 1955, s/p

SILVA, Aníbal Barbosa da, et al, *Catálogo da Exposição do Documentário Fotográfico sobre as ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande de Santiago*, Praia, Imprensa Nacional, 1960, 16 p.

SILVA, Baltasar Lopes da, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, Praia, Imprensa Nacional, 1956, 52 p.

TEIXEIRA, Manuel, *Macau e a sua Diocese*, Macau, Imprensa Nacional/Tipografia da Missão/Escola Tipográfica Salesiana, 1940-1977, 15 vols., il.

Paróquia de S. Lourenço, s.l. [Macau], s.n., 1937, 156 p., il.

TELES, Ricardo Micael, *Velha Cidade de Goa*, Nova Goa, s.n., 1922, 32 p.

TENREIRO, Francisco, *A Ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, 279 p., il.

V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama. Dia da Marinha, s.l., s.n., 1969, 16 p., il.

VALDEZ, Francisco Travassos, *África Occidental: Notícias e Considerações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, 406 p., il.

Velha Goa: Guia Histórico, Goa, Repartição de Estatística e Informação, 1952, 150 p., il.

XAVIER, Francisco Lopes, *Três Fortalezas de Luanda em 1846*, Luanda, Museu de Angola, 1954, 75 p., il.

2. BIBLIOGRAFIA

2.1 Obras de referência

ALBUQUERQUE, Luís, SANTOS, Maria Emília Madeira, coord., *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia, Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991 e 1995, 2 vols.

AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, vol. III, il.

BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 1999, vol. 5, il.

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2008, 306 p., il.

DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822 – O Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, 551p., il.

História da Arte Portuguesa no Mundo 1415-1822 – O Espaço do Índico, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, 534 p., il.

MATTOSO, José, dir., *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, 655 p., il.

Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo – Ásia, Oceania, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, 554 p., il.

MEDINA, João, dir., *História de Portugal dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Amadora, Ediclube, 1993, vol. XI, XII e XIII, il.

SERRÃO, Joel, A.H. Oliveira Martins, dir., *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, vol. XII, il.

2.2 Estudos

História da Arte

- ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, 237 p., il.
- AZEVEDO, Carlos, *A arte de Goa, Damão e Diu*, Lisboa, Pedro de Azevedo – Leiloeiro-Livreiro, 1992, [60p.], il.
- PEREIRA, Fernando António Baptista, “As ruínas de S. Paulo: História e Arte”, *As ruínas de S. Paulo: um monumento para o futuro*, Macau, Instituto Cultural, 1994, pp. 66-71.
- CASTRO, Maria João “O pintor viajante e o ultramar português: Fausto Sampaio e Jorge Barradas”, *Arte e Viagem*, s.l., Instituto de História da Arte/Estudos de Arte Contemporânea, 2012, pp. 165-176.
- COUCEIRO, Gonçalo, *A igreja de S. Paulo de Macau*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, 188 p., il.
- PINTADO, Manuel, *A voz das ruínas*, s.l., Instituto Cultural de Macau, 1988, 46 p., il.
- SAMPAIO, Maria José, co-autor, AMARO, Ana Maria, co-autor, *Macau que Fausto Sampaio sentiu: o pintor Fausto Sampaio e a sua obra*, Lisboa, Missão de Macau, 1992, 135 p., il.
- SERRÃO, Vítor, “Mário Tavares Chicó e as novas metodologias da História da Arte Portuguesa”, *Monumentos* nº23, 2005, pp. 70-71.

História da Arquitectura e Urbanismo

- BOAVIDA, Isabel Maria Guterres, *Urbanografia de Díli no Tempo da Administração Portuguesa*, dissertação de mestrado integrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra, 2011, 2 vols., il.
- COSTA, Maria de Lourdes Rodrigues, *História da Arquitectura em Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1997, 137 p., il.
- DIAS, Pedro, *A urbanização e a arquitectura dos portugueses em Macau: 1557-1911*, Lisboa, Portugal Telecom, 2005, 241 p., il.
- FARIA, Alice Santiago, “Ramachandra Mangesh Adwalpalkar: o primeiro arquitecto da Direcção das Obras Públicas da Índia Portuguesa”, *Oriente*, nº20, 2011, pp. 63-78.
- L’Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926*, tese de doutoramento apresentada à Université Paris 1 – Pantheon-Sorbonne, Paris, 2010, 2 vols.
- FERNANDES, José Manuel, “As cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX - arquitectura e urbanismo”, Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, coord., *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA e IICT, 2012, pp. 73-86.

Geração Africana: Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique 1925-1975, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, 118 p., il.

coord., *Luís Benavente – arquitecto*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, 157 p., il.

“Luís Benavente e as fortalezas de África”, *Oceanos*, nº28, 1996, pp. 41-52, il.

FERNANDES, José Manuel, JANEIRO, Maria de Lurdes, MILHEIRO, Ana Vaz, LOUREIRO, João, *Cabo Verde – Cidades, Territórios e Arquitecturas*, s.l., s.n., 2014, 192 p., il.

FONTE, Maria Manuel da, *Urbanismo e Arquitectura em Angola: de Norton de Matos à revolução*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2012, 455 p., il.

MAGALHÃES, Ana, GONÇALVES, Inês, *Moderno Tropical: Arquitectura em Angola e Moçambique, 1948-1975*, Lisboa, Tinta da China, 2009, 238 p., il.;

MILHEIRO, Ana Vaz, “Cabo Verde e Guiné-Bissau: Itinerários pela Arquitectura Moderna Luso-Africana (1944-1974)”, *Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, Lisboa, IICT, 2013, s/p.

“São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)”, Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, coord., *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA e IICT, 2012, pp. 87-127.

“A arquitectura dos Gabinetes de Urbanização Colonial em Moçambique (1944-1974)”, *Saber Tropical em Moçambique – História, Memória e Ciência*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2013, 23 p., il.

“Fazer Escola: a arquitectura pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda”, *La Modernidad ignorada – arquitectura moderna em Luanda*, Madrid, Universidad Alcalà, 2011, pp. 98 – 131.

“Fernando Schiappa de Campos. O arquitecto do Moderno Colonial”, *Jornal Arquitectos* nº238, Janeiro/Fevereiro/Março de 2010, pp. 24-29.

“Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974)”, *arq.urb* nº2/2º semestre, 2009, pp. 80-114.

PEREIRA, António Nunes, *A arquitectura religiosa cristã de Velha Goa: segunda metade do século XVI, primeiras décadas do século XVII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005, 486 p., il.

PIRES, Fernando, *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano. Séc. XV-Séc. XVIII*, s.l., Universidade de Cabo Verde, 2007, 213 p., il.

PROENÇA, Sérgio dos Santos Barreiros, *Urbanismo Colonial nas Províncias Orientais: Continuidade e Ruptura na Elaboração dos Planos Urbanísticos do Estado da Índia, Macau e Timor, 1934-1974*, tese de mestrado em Cultura Arquitectónica Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2007, 204 p., il.

TEIXEIRA, Manuel, “As invariantes e as especificidades das fundações urbanas portuguesas. Praia, Ribeira Grande, S. Filipe, Bissau, Cacheu”, *Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*, Lisboa, IICT, 2013, s/p.

VALENTE, Maria Regina, *Igrejas de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1993, 155 p., il.

História e Teoria do restauro

CUNHA, Cláudia dos Reis e, *Restauração: diálogos entre a teoria e prática no Brasil nas experiências do iphan*, tese de doutoramento em Arquitectura e Urbanismo apresentada à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010, 171 p., il.

MAIA, Maria Helena, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, 394 p.

MARIZ, Vera, “Fernando Batalha: a actividade na Comissão de Monumentos de Angola e a relação com o Brasil (1935-1974)”, *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza – Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano*, ARTIS – Instituto de História da Arte e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2014, pp. 323-330.

“A musealização de monumentos e o restauro arquitectónico em Moçambique”, *Actas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Lisboa, International Council of Museums, 2013, pp. 237-244.

“O restauro dos monumentos da Velha Goa nas vésperas da queda do Estado Português da Índia – A missão do arquitecto Luís Benavente (1961)”, *Artis*, 2013, pp. 148-155.

“Os trabalhos de restauro de um capitão em 1894 – A relação entre os retratos dos vice-reis da Índia e a faceta artística de Gomes da Costa”, *Conservar Património*, nº15-16, 2013, pp. 31-41.

“O restauro do pelourinho da *Cidade Velha* – Cabo Verde (1962-1970) – Um processo de legitimação e consagração da memória”, *Africana Studia* nº18/1º semestre, 2012, pp. 225-248.

“O caso pioneiro de São Tomé e Príncipe no panorama da salvaguarda dos monumentos portugueses ultramarinos durante o *Estado Novo*”, Ana Cristina Roque, Gerhard Seibert, Vítor Rosado Marques, coord., *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e*

Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica, Lisboa, ISCTE-IUL, CEA e IICT, 2012, pp. 129-136.

MENDIRATTA, Sidh Losa, SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, “«Visiono Velha Goa, a Cidade Morta, Reanimar-se...»: o Plano de Intenções de 1960 para a Musealização de Velha Goa”, *Actas do Congresso Internacional Goa Passado e Presente*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 397-414.

NETO, Maria João, *Memória, propaganda e poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1969)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, 362 p., il.

RAPOSO, Luís, “Intervenções de estudo. Reabilitação do património português no mundo ao longo do século XX (1910-2010)”, Jorge Custódio, coord., *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., 2011, pp. 359-363.

ROSAS, Lúcia, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, 2 vol., il.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, “La polémica del revoco de la Basílica del Buen Jesús en Goa Vieja (India) y su influencia en la imagen del monumento y de la ciudad”, VII Jornadas Arte y Ciudad, Madrid, Facultad de Ciencias de la Información. Universidad Complutense de Madrid, 2015, [no prelo].

“On the Trail of Baltazar Castro, a Portuguese Restorer in India”, Proceedings of the EAHN 2015: Entangled Histories, Multiple Geographies, Belgrado, European Architectural History Network - Arhitektonski Fakultet u Univerzitet u Beogradu, 2015 [no prelo].

“«Reinstalling the Old City of Goa as an Eternal Light of the Portuguese Spirituality»: The Plan for the Reintegration of Old Goa in the Context of the Imminent Invasion of the Portuguese ‘Estado da Índia’ by the Republic of India (1959-61)”, Architectural Histories, aceite, aguarda publicação.

TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, 494 p., il.

História

AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005, 635p.

ALEXANDRE, Valentim, “O império português (1825-1890): ideologia e economia”, *Análise Social*, vol.XXXVIII, 2004, pp. 959-979.

“Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, *Análise Social*, vol.XXVIII (123-124), 1993, pp. 1117-1136.

AMADO, Leopoldo, *Guerra Colonial e Guerra de Libertação Nacional (1950-1974): o caso da Guiné-Bissau*, Lisboa, IPAD, 422 p., il.

AMBRÓSIO, António, *Subsídios para a História de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, 253 p., il.

BENTO, Carlos Lopes, *Moçambique. Para a História de Cabo Delgado Colonial. Mais um Aniversário – 249º – da fundação efetiva da Vila do Ibo*, Monte de Caparica, edição do autor, 2013, 4 p.

As Ilhas Querimba ou de Cabo Delgado – Situação Colonial, Resistência e Mudança (1742-1822), tese de doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, 1993, 2 vols., il.

CADORNEGA, António de Oliveira de, *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas da Agência Geral das Colónias, 1942, 3 tomos, il.

CAMPOS, Fernando Rui de Sousa, *As relações entre Portugal e São Tomé e Príncipe: do Passado Colonial à Lusofonia*, Lisboa, Colibri, 2011, 299 p., il.

CASTELO, Cláudia, «O modo português de estar no Mundo» *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1998, 166p.

CRUZ, Manuel Braga da, “As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940”, *Análise Social*, vol. 143-144, 4º e 5º, 1997, pp. 815-845.

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de, *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2011, 568 p., il.

GARCIA, José Luís Lima, *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*, tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, 764 p.

GRAÇA, Jorge, *Fortificações de Macau: concepção e história*, Macau, Departamento do Património Cultural do Instituto Cultural de Macau, 1986, 144 p., il.

LAINS, Pedro “Causas do colonialismo português em África, 1822-1975”, *Análise Social*, vol. XXXIII, 2º e 3º, 1998, pp. 463-496.

LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: as causas da independência (e o Estado e a transição para a democracia na África Lusófona)*, Cidade da Praia, Spleen, 2012, 123 p., il.

- MARCHI, Ricardo, “A oposição de direita à política ultramarina de Marcello Caetano”, *Lusíada História* nº7, 2010, pp. 519-542.
- MEDINA, João, “Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como alibi colonial do salazarismo”, *Revista USP*, nº45, 2000, pp. 48-61.
- MESQUITELA, Gonçalo, *História de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1996-1998, 5 vols.
- NETO, Sérgio Gonçalo Duarte, *Colónia mártir, colónia modelo – Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, 223 p.
- NEVES, Carlos Agostinho das, *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Imigração, Centro de Estudos de História do Atlântico, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar, 1989, 478 p., il.
- NEWITT, Malyn, *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995, 509 p., il.
- PÉLISSIER, René, *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia 1841-1936*, Lisboa, Estampa, 1989, 2 vols., il.
- PEREIRA, Aristides, *O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países – versão documentada*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003, 974p., il.
- PEREIRA, Daniel, *A importância histórica da Cidade Velha*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004, [143p.], il.
- PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, 112 p.
- PINTO, Manuel do Rosário, *Relação do Descobrimento da Ilha de São Tomé*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2006, 315 p.
- RODRIGUES, Eugénia, “As Misericórdias de Moçambique e a administração local, c.1606-1763”, Avelino de Freitas de Meneses, coord., *O reino, as ilhas e o mar oceano: Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2007, vol. 2, pp. 709-729.
- ROSAS, Fernando, “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”, *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, pp. 19-32.
- SALDANHA, M. J. Gabriel, *História de Goa: política e arqueológica*, New Delhi, Asian Educational Services, 1990, 2 vols.
- SANTOS, Maria Emília Madeira, “Rotas Atlânticas: o caso da carreira de São Tomé”, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, pp. 649-655.

SEIBERT, Gerhard, “A política num micro-Estado: São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos”, Michel Cahen, dir., *Transitions libérales en Afrique lusophone*, Paris, Editions Karthala, 1995, pp. 239-250.

SILVA, A. E. Duarte, “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*, vol. XXX (130), 1995, pp. 5-50.

SILVA, Beatriz Basto da, *Cronologia da História de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação, 1995, 5 vols., il.

SOARES, Maria João, “A caminho do Maranhão passando por Cabo Verde: a estada do Padre António Vieira na ilha de Santiago”, AA.VV., *Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 564-586.

STOCKER, Maria Manuel, *Xeque-mate a Goa: o princípio do fim do império português*, Alfragide, Texto, 2011, 439 p., il.

TEIXEIRA, Manuel, *Primórdios de Macau*, Macau, Instituto Cultural, 1990, 39 p.

TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, 673 p., il.

VALÉRIO, Nuno, FONTOURA, Maria Paula, “A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial – uma tentativa de síntese”, *Análise Social* nº129, 1994, pp. 1193-1208.

WHEELER, Douglas, PÉLISSIER, René, *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, 469 p., il.

Outros

BOTAS, João, *Macau 1937-1945: Os anos da guerra*, Macau, Instituto Internacional de Macau, 2012, 543 p., il.

BRITO, Martinho Robalo de, *Reconversão Patrimonial do sítio histórico – Cidade Velha, Património Mundial – Interpretação da Fortaleza Real de S. Filipe*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Cabo Verde, 2012, 233 p., il.

CASTAÑO, Inês, *São Tomé e Príncipe: Cultura(s)/Património(s)/Museu(s)*, trabalho de projecto de mestrado em Museologia apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, 2 vols., il.

GABRIEL, Manuel Nunes, *Padrões da Fé: Igrejas antigas em Angola*, Luanda, Arquidiocese Braga, 1981, 219 p., il.

GOMES, Lourenço Conceição, “O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde”, *Ciências Humanas em Revista*, vol. 4, nº2, 2006, pp. 169-183.

- GOMES, Luís Gonzaga, *Macau – Factos e Lendas*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1986, 172 p., il.
- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, 773 p.
- KULLBERG, Carlos, *Selos de Angola. Angola e Congo (1870/1974)*, s.l., Edições Húmus, 2008, s/p
- LEITE, Pedro Pereira, *Casa MUSS-AMB-IKE – O compromisso no processo museológico*, Lisboa, tese de doutoramento em Museologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Departamento de Museologia, 2010, 568 p., il.
- LOUREIRO, João, *Postais antigos de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, MaisImagem-Comunicação Global, 2005, 128 p., il.
- Memórias de Luanda*, Lisboa, MaisImagem, 2002, 127 p., il.
- Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo*, Lisboa, MaisImagem, 2001, 127 p., il.
- Memórias de Angola*, Lisboa, MaisImagem, 2000, 215 p., il.
- Postais Antigos da Guiné*, Lisboa, João Loureiro e Associados, 2000, 143 p., il.
- Postais antigos e outras memórias de Timor*, Lisboa, João Loureiro e Associados, 1999, 151 p., il.
- Postais antigos do Estado da Índia*, Lisboa, João Loureiro e Associados, 1998, 127 p., il.
- Postais antigos de Macau*, Lisboa, João Loureiro e Associados, 1995, 135 p., il.
- MARIZ, Vera, “O desenvolvimento do Turismo em Portugal pela ‘política do espírito’ de António Ferro”, *Turismo & Desenvolvimento*, nº16, 2011, pp.35-48.
- SARMENTO, João, *Fortifications, post-colonialism and power: ruins and imperial legacies*, Farnham, Ashgate Publishing Limited, 2011, 174 p., il.
- STILWELL, Peter, *A condição humana em Ruy Cinatti*, Lisboa, Presença, 1995, 446 p., il.
- TEIXEIRA, Manuel, *Toponímia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1997, 2 vols., il.
- A voz das pedras de Macau*, Macau, Imprensa Nacional, 1980, 324 p., il.
- VAZ, Francisco, *San Men Dêçu – A Senhora Mãe de Deus em S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria, 1989, 293 p., il.
- BELO, Carlos Filipe Ximenes, *História da Igreja em Timor Leste. 450 Anos de Evangelização (1562-2012)*, Lisboa, Fundação Eng. António de Almeida, 2013, vol. I, 593 p.

3. WEB

Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa, 7 de Maio de 1940, disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Arquivo Científico Tropical – Digital Repository, disponível em <http://actd.iict.pt>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Archaeological Survey of India – History, disponível em http://asi.nic.in/asi_aboutus_history.asp, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

CARVALHO, Nuno Fernandes, “*Moçambique*” *As campanhas de pacificação nas emissões do BNU*, s.l., Gabinete de Património da Caixa Geral de Depósitos, 2014, disponível em <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Documents/Campanhas-Pacificacao-BNU-Mocambique.pdf>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Colnect, disponível em <http://colnect.com/pt>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, 1931, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, 7 de Maio de 1940, disponível em http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_santa-sede-portogallo_po.html, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

COUTOS, Nuno, *Apontamentos: Escudo*, vol.4: Colónias (Angola), p.76, disponível em http://www.numismatas.com/Forum/Pdf/Trofa/Apontamentos_Escudo_Vol_4_Angola.pdf, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Apontamentos: Escudo, s.l., s.n., s/d, vol.7: Colónias (Índia), disponível em http://www.numismatas.com/Forum/Pdf/Trofa/Apontamentos_Escudo_Vol_7_India.pdf, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Apontamentos: Escudo, s.l., s.n., s/d, vol.8: Colónias (Macau), disponível em http://www.numismatas.com/Forum/Pdf/Trofa/Apontamentos_Escudo_Vol_8_Macau.pdf, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa — HPIP, disponível em <http://www.hpip.org/Default/pt/Homepage>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Instituto Nacional do Património Cultural de Angola, “Monumentos & Sítios registados em Angola”, http://www.mincultura.gv.ao/monumentos_reg_angola.htm, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, *Macau Heritage*, disponível em <http://www.macaupatrimony.net/pt/default.aspx>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Organização das Nações Unidas, *Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples*, 1960, disponível em <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Resolution 1541 (XV) Principles which should guide Members in determining whether or not an obligation exists to transmit the information called for under Article 73e of the Charter, 1960, disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/153/15/IMG/NR015315.pdf?OpenElement>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Resolution 1542 (XV) Transmission of information under Article 73e of the Charter, 1960, disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/153/15/IMG/NR015315.pdf?OpenElement>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

Carta das Nações Unidas, 26 de Junho de 1945, disponível em <http://www.un.org/en/documents/charter/>, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.

POMAR, Alexandre, *Luanda. Exposição-Feira Angola 1938*, s.l., s.n., s.d., 16 p., disponível em http://www.academia.edu/2770095/EXPOSI%C3%87%C3%83O-FEIRA_ANGOLA_1938_1_, consultado pela última vez a 23 de Dezembro de 2015.